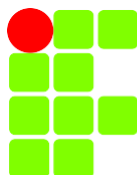




**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**



**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUÍ**

BOLETIM DE SERVIÇOS

ARTIGO 1º, INCISO II, DA LEI Nº 4.965, DE 05/05/1966.

EDIÇÃO EXTRA Nº 65, DE 25 DE JULHO DE 2024.

ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E PUBLICAÇÃO A CARGO DA DIGEP

Av. Presidente Jânio Quadros, 330 – Santa Isabel – Teresina – PICEP. 64.053-390 – Fone (086) 3131-141



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

RESOLUÇÃO 46/2024 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 13 de junho de 2024.

Aprova a criação do Curso de Licenciatura em Educação Especial e Inclusiva, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução Normativa nº 59, de 20 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2021, e considerando o processo nº 23172.001597/2024-19,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, **ad referendum**, a criação do Curso de Licenciatura em Educação Especial e Inclusiva, na modalidade Educação a Distância (EaD), no IFPI, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entrar em vigor na data de sua publicação.

PAULO BORGES DA CUNHA
Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

■ Paulo Borges da Cunha, REITOR(A) - CD1 - REI-IFPI, em 13/06/2024 15:28:03.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 12/06/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 269405

Código de Autenticação: b8e658d18b





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino
Diretoria de Educação a Distância

**Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em
Educação Especial e Inclusiva -
Modalidade a Distância**

Teresina-PI, maio de 2024.

Sumário

APRESENTAÇÃO	4
CAPÍTULO 1 - PERFIL INSTITUCIONAL	6
1.1 BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	6
1.1 MISSÃO, VISÃO E VALORES	12
1.2 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA	12
1.3 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	13
1.4 ÁREA DE ATUAÇÃO	13
1.5 JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSOS E DEMANDAS SOCIAIS	16
1.6 FORMAS DE ACESSO AO CURSO	19
CAPÍTULO 2- ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	20
2.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	20
2.2 OBJETIVOS DO CURSO	22
2.3 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	23
2.4 ORGANIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DAS DISCIPLINAS	27
2.5 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO	29
2.6 ATIVIDADES COMPLEMENTARES (AC)	31
2.7 ESTRUTURA E CONTEÚDOS CURRICULARES	32
2.8 METODOLOGIA	42
2.10 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	49
2.11. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	49
Concepção, objetivos e carga horária	49
Estrutura e funcionamento do estágio	50
Avaliação do estágio supervisionado	51
2.12. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	53
2.14 TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	Error! Indicador Não Definido .
2.15 TEMAS TRANSVERSAIS OBRIGATÓRIOS	Error! Indicador Não Definido .
2.16 APOIO AO DISCENTE	Error! Indicador Não Definido .

a) Política de diversidade e inclusão do IFPI	Error! Indicador Não Definido .
b) Mobilidade Acadêmica	Error! Indicador Não Definido .
c) Acessibilidade	Error! Indicador Não Definido .
e) Profissionais Técnicos Especializados em Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais-Libras	Error! Indicador Não Definido .
f) Mecanismos de Nivelamento	Error! Indicador Não Definido .
2.17 GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA	Error! Indicador Não Definido .
2.18 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO APRENDIZAGEM	Error! Indicador Não Definido .
a) Avaliação da aprendizagem	Error! Indicador Não Definido .
b) Sistema de Avaliação do Curso	Error! Indicador Não Definido .
c) Verificação de Aprendizagem em Chamada	Error! Indicador Não Definido .
d) Revisão da Verificação da Aprendizagem	Error! Indicador Não Definido .
2.19 ATIVIDADES DE PESQUISA E INOVAÇÃO	Error! Indicador Não Definido .
2.20 COMITÊ DE ÉTICA DE PESQUISA	Error! Indicador Não Definido .
a) Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos	Error! Indicador Não Definido .
b) Comitê de Ética no Uso de Animais	Error! Indicador Não Definido .
CAPITULO 3.0 - COORDENAÇÃO DO CURSO, CORPO DOCENTE E TUTORES	Error! Indicador Não Definido .
3.1- CORPO DOCENTE	Error! Indicador Não Definido .
3.2 -TUTORES	Error! Indicador Não Definido .
3.3- COORDENAÇÃO DO CURSO	Error! Indicador Não Definido .
3.4- NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE	74
REFERÊNCIAS	Error! Indicador Não Definido .
ANEXO 1 – BIBLIOGRAFIAS E EMENTAS	75

APRESENTAÇÃO

No âmbito do Instituto Federal do Piauí (IFPI), o instrumento orientador das ações curriculares é denominado de Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Trata-se, pois, de um conjunto de intencionalidades pedagógicas que tem como propósito a explicitação dos principais parâmetros para a ação educativa e o processo formativo, além de apresentar-se em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e a legislação vigente.

O projeto pedagógico do curso constitui-se num instrumento de gestão em prol da formação cidadã, e como tal encontra-se explicitado em suas dimensões política, didático-pedagógica e administrativa. A organização curricular fundamenta-se no compromisso ético do IFPI em relação à concretização do perfil do egresso, que é definido pela explicitação dos conhecimentos e saberes que compõem a correspondente formação.

Nesse sentido, o presente documento apresenta o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Especial e Inclusiva do Instituto Federal do Piauí. O PPC aqui construído é fruto de um processo de reflexão, discussão coletiva, democrática, que contou com a participação dos professores e da comunidade acadêmica, numa afirmação de identidade e legitimidade institucional.

A proposta aqui apresentada vem responder às necessidades de formação profissional de professores na área de Educação Especial Inclusiva para atuarem na Educação Básica e atender às exigências das atuais transformações científicas e tecnológicas, no contexto Universidade Aberta-UAB, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, que tem como objeto a seleção de propostas de Instituições de Ensino Superior (IES) para a oferta de vagas para a formação de professores em Cursos de Licenciatura em Educação Especial e Inclusiva, no âmbito UAB, para a atuação nas redes públicas de educação básica e/ou nas redes comunitárias de formação por alternância.

Considerando que a UAB tem como objetivos, entre outros: oferecer a oportunidade de acesso à formação específica de nível superior, conforme a área de atuação, aos professores indígenas, quilombolas e do campo, ou os que atuam na educação de surdos e na educação especial inclusiva nas redes públicas de educação básica e/ou nas redes comunitárias de formação por alternância; formar docentes e pedagogos para a atuação na educação escolar indígena, na educação do campo, na educação escolar quilombola, na educação especial e inclusiva e na educação bilíngue de surdos, em consonância com as

Diretrizes Curriculares específicas de cada grupo; fomentar a implementação de projetos pedagógicos para a formação de professores que contemplem as especificidades do público-alvo, com formas diferenciadas de organização dos conhecimentos tempos e espaços; e estimular a aproximação entre a educação superior e a educação básica, tendo as comunidades e as escolas como espaços privilegiados de formação e de pesquisa, este documento foi construído nos termos das DCN para a Formação de Professores, definidas pelo Conselho Nacional de Educação-CNE, órgão normativo do Ministério da Educação-MEC.

Nos termos das Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores (Resolução CNE/CP n. 2, de dezembro de 2019) , o presente PPC apresenta a organização das práticas institucionais e pedagógicas e constitui-se em um instrumento de proposições e orientações que permitirá a uniformidade das ações acadêmicas do Curso de Licenciatura em Educação Especial e Inclusiva do IFPI, contemplando os processos de ensino, pesquisa e extensão. Em sua apresentação e organização este documento, atende as demandas internas do IFPI que regulamentam e normatizam matérias acerca do funcionamento dos cursos de licenciaturas vigentes.

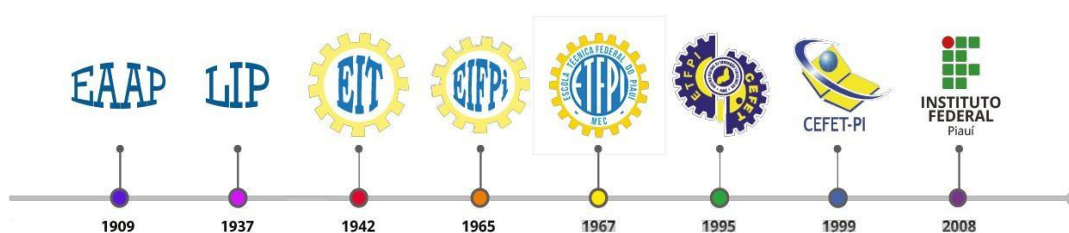
CAPÍTULO 1 - PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino.

O Instituto Federal do Piauí – IFPI possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

O IFPI possui 114 (cento e catorze) anos, tendo origem na Escola de Aprendizes Artífices do Piauí em 1909, transformada em Liceu Industrial do Piauí em 1937, Escola Industrial de Teresina em 1942, Escola Industrial Federal do Piauí em 1965, Escola Técnica Federal do Piauí em 1967 e Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí em 1998, conforme a linhahistórica a seguir.



a) Escola de Aprendizes Artífices do Piauí

Em 1909, vinte anos após o advento da República e vinte e um anos após a Abolição da Escravatura, com um regime de governo ainda não totalmente consolidado e uma sociedade ainda escravocrata, vivíamos um caos social decorrente da libertação dos escravos. Tal fato, na prática, trouxe uma liberdade sem pão, sem moradia, sem reforma agrária e sem emprego. As grandes cidades brasileiras enchiam-se, cada vez mais, de ex-escravos, miseráveis a mendigar o pão de cada dia, crianças famintas, velhos doentes, adultos desempregados e adolescentes empurrados para a prostituição, o ócio e o crime.

Pensando em minimizar esse cenário de horror e numa possível industrialização do Brasil, até então um país eminentemente agropastoril e extrativista, Nilo Procópio Peçanha, Vice-Presidente alçado ao posto de Presidente do Brasil, em 14 de junho de 1909, após a morte do titular Afonso Pena, decretou a criação de uma Rede Nacional de Escolas Profissionais.

O Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, criou uma Escola de Aprendizes Artífices em cada uma das capitais de Estado que se destinava, como diz na sua introdução, “não só a habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalhos profícuos, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime”. Por meio deste Decreto, na época conhecido pelo apelido de “Lei Nilo Peçanha”, Teresina, capital do Estado do Piauí, ganhou uma Escola Federal com o nome de Escola de Aprendizes Artífices do Piauí (EAAPI).

A denominação da EAAPI surgiu em 1937, na vigência do Estado Novo. As perspectivas de avanços na área da indústria foram, naquele momento, o grande propulsor para a transformação da escola primária em secundária, denominada, a partir de então, Liceu Industrial. No caso em pauta, Liceu Industrial do Piauí (LIP). O termo “industrial” adveio da intenção governamental de industrializar o país, usando a Rede de Escolas Profissionais como meio de formar operários especialmente para servir ao parque industrial brasileiro, nesse momento já inserido como meta de governo.

Adaptando-se aos novos tempos, o Liceu Industrial do Piauí teve construída e inaugurada, em 1938, a sua sede própria pelo Governo Federal em terreno cedido pela Prefeitura Municipal de Teresina, na Praça Monsenhor Lopes, hoje Praça da Liberdade, nº 1597, onde funciona atualmente o Campus Teresina Central.

A sede própria da Escola, que ocupava parte de uma quadra do centro da capital, foi inaugurada com 6 modernas salas de aula e instalações para oficinas de marcenaria, mecânica de máquinas, serralheria e solda, modelação, fundição e alfaiataria. Sendo Teresina uma capital ainda pouco industrializada, os ex-alunos do Liceu Industrial do Piauí migravam para o Sudeste do país, onde tinham emprego garantido com salários condignos, devido a sua alta competência técnica.

b) Escola Industrial de Teresina

Esse nome provém da Lei Orgânica do Ensino Industrial, de 1942, que dividiu as escolas da Rede em Industriais e Técnicas. As Escolas Industriais ficam geralmente nos Estados menos industrializados e formaram operários conservando o ensino propedêutico do antigo ginásio. Legalmente, esse curso era chamado de Ginásio Industrial.

As Escolas Industriais continuariam formando operários para a indústria, e as Técnicas formavam operários e também técnicos. Os operários formados tinham nível ginásial (1º ciclo) e os técnicos, nível médio (2º ciclo).

A Escola Industrial de Teresina (EIT) atuava no ramo da indústria metal-mecânica. Sua estrutura física foi ampliada com a construção de mais salas de aula, oficinas escolares e área específica para educação física.

A Escola Industrial de Teresina (EIT) atuava no ramo da indústria metal-mecânica. Sua estrutura física foi ampliada com a construção de mais salas de aula, oficinas escolares e área específica para educação física.

c) Escola Industrial Federal do Piauí

No ano de 1965, pela primeira vez, apareceu, na Rede, a denominação Escola Federal, embora, desde a sua criação, pertencesse ao Governo Federal. Noutra formulação: pela primeira vez, o termo “federal” entrou na composição do nome das Escolas da Rede. Essa mudança também permitiu que a Instituição pudesse fundar cursos técnicos industriais, a exemplo das escolas que já eram “técnicas”.

d) Escola Técnica Federal do Piauí

A promoção de Escola Industrial para Escola Técnica Federal do Piauí (ETFPI), em 1967, foi uma consequência da criação dos primeiros cursos técnicos (Agrimensura, Edificações e Eletromecânica) e do reconhecimento desses cursos pelo Ministério da Educação.

Nesse período, houve uma grande ampliação da estrutura geral da Escola. Os cursos técnicos, que eram noturnos, passaram a ser também diurnos. O Ginásio Industrial foi se extinguindo gradativamente, a partir de 1967, uma série a cada ano.

Grandes modificações aconteceram no ensino. Além dos cursos técnicos industriais, com suas variadas opções, vieram também os cursos técnicos da área de serviços, como os de Contabilidade, Administração, Secretariado e Estatística. Nessa mesma época, foi permitida, preferencialmente nos cursos da área terciária, a matrícula para mulheres, depois estendida a todos os demais cursos. O número de alunos quadruplicou em 2 anos e o de professores acompanhou proporcionalmente o mesmo crescimento.

A modernização da Escola começou em meados da década de 1980 com o advento da informatização, que chegou primeiro à administração e, posteriormente, ao ensino, criando-se grandes laboratórios para cursos de informática, destinados a alunos, professores, servidores técnico-administrativos e à comunidade fora da Escola. O ponto alto desse período foi a interiorização do ensino com o planejamento, a construção e a consolidação da Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) de Floriano, processo iniciado em 1986 e concluído em 1994.

Em 1994, foi autorizada a transformação da ETFPI em Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI), pela Lei 8.948/94, efetivada em 22 de março de 1999.

e) Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí

O biênio 1997-1998 foi dedicado ao processo de transição de ETFPI para CEFET-PI, conhecido como CEFETIZAÇÃO, que veio mais uma vez mudar a denominação da Escola. Em 1999, ocorreu o primeiro Vestibular do CEFET-PI, com a oferta do curso superior de Tecnologia em Informática. Outros fatos de destaque que aconteceram, a partir dessa fase da história cefetiana, foram: a continuidade da qualificação dos servidores (1994); a promoção da XXIII Reunião Nacional de Diretores de ETFs, CEFETs e EAFs (1995); a construção do novo auditório da Instituição (1997); a construção do ginásio poliesportivo coberto (1997); a reforma do Prédio “B”, com início em 1999; a abertura do primeiro curso superior da área de saúde, Tecnologia em Radiologia (2001); a implantação dos cursos de Licenciatura em Biologia, Física, Matemática e Química (2002).

Para dar continuidade à formação de profissionais, em 2004, foi estabelecido o primeiro Mestrado Interinstitucional (Minter), Engenharia de Produção, e a oferta de cursos de especialização em Banco de Dados e Gestão Ambiental. Em 2005, foi ofertado o primeiro Doutorado Interinstitucional (DINTER), Engenharia de Materiais. A partir de 2005, o CEFET-PI, atento à política do Ministério da Educação (MEC), buscou uma melhor qualificação profissional da comunidade do Piauí e região, com a implantação, desde 2006, do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio nas áreas de Gestão, Construção Civil, Informática, Indústrias e Meio Ambiente. Em 2007, aconteceu a inauguração das UNEDs de Picos, Parnaíba e Marcílio Rangel (atualmente conhecida como Teresina Zona Sul).

f) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

O Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI) sofreu, em 2008, uma reorganização em sua estrutura adquirindo o status de Instituto Federal, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro desse ano, criou a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica.

Ao se transformar em IFPI, a Instituição adquiriu autonomia para criar e extinguir cursos, bem como para registrar diplomas dos cursos por ela oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, o Instituto Federal do Piauí foi equiparado às universidades federais.

Em 2010, iniciou-se o processo de expansão do IFPI com a inauguração dos seguintes campi: Angical, Corrente, Piripiri, Paulistana, São Raimundo Nonato e Uruçuí. Em 2012, foram inaugurados campi em Pedro II, Oeiras e São João; e, em 2014, houve a inauguração dos campi de Campo Maior, Valença e Cocal.

Nesse período, foi criado também o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), reforçando o desenvolvimento e a interiorização da educação profissional. Em 2014, foram publicadas as portarias de criação dos Campi Avançados Dirceu Arcoverde e Pio IX. Nesse mesmo ano, foi realizado o I Fórum das Licenciaturas, realizado em Parnaíba.

Em 2015, a sede da Reitoria foi inaugurada, constituindo-se na unidade organizacional executiva central, responsável pela administração e supervisão de todas as atividades do Instituto Federal do Piauí.

O IFPI possui, no momento, 63 (sessenta e três) cursos superiores presenciais, 4 cursos superiores a distância, 5 mestrados e 17 cursos de especialização em funcionamento. Os bacharelados apresentam 2046 matrículas e correspondem a 6,11% das matrículas. As licenciaturas apresentam 5642 matrículas e correspondem a 16,86 % das matrículas da instituição, As tecnologias apresentam 2922 matrículas e correspondem a 8,43% das matrículas. Uma média de 78,72% dos alunos do ensino superior são provenientes da escola pública e 65% têm renda familiar per capita inferior a 1 salário mínimo.

Na dimensão Extensão, o IFPI trabalha com diversas áreas temáticas, dentre elas: Educação, Formação de Professores, Cultura, Saúde, Meio Ambiente, Tecnologia e Produção, Comunicação, Empreendedorismo Inovador, Trabalho, Inovação, Música, Economia Solidária e Criativa, Direitos Humanos e Justiça, Inclusão e Tecnologias Assistivas e Gestão Pública.

Na pesquisa, o IFPI se destaca nas áreas: Administração, Agronomia, Antropologia, Artes, Botânica, Ciência da Computação, Ciência da Informação, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Ciências Ambientais, Direito, Ecologia, Educação, Educação Física, Engenharia Agrícola, Engenharia Biomédica, Engenharia de Energia, Engenharia de Materiais e Metalúrgica, Engenharia de Produção, Engenharia Química, Física, Geografia, História, Letras, Linguística, Matemática, Microbiologia, Nutrição, Planejamento Urbano e Regional, Química, Robótica, Mecatrônica e Automação, Sociologia, Teologia e Zootecnia.

1.1 MISSÃO, VISÃO E VALORES

A partir de suas finalidades, o IFPI tem a missão de: "Promover uma educação de excelência, direcionada às demandas sociais". A visão de uma instituição reflete as aspirações e o desejo coletivo a ser alcançado, no espaço de tempo, a médio e longo prazo, buscando dar identidade. A partir de 2020, a visão de futuro do IFPI é: Consolidar-se como centro de excelência em Educação Profissional, Científica e Tecnológica, mantendo-se entre as melhores instituições de ensino do País.

Por sua vez, os valores organizacionais são princípios ou crenças desejáveis, estruturados hierarquicamente, que orientam a vida da organização e estão a serviço de interesses coletivos. Os valores do IFPI são: Ética, Respeito, Solidariedade, Diálogo, Participação, Transparência, Equidade e Responsabilidade.

1.2 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

Sigla: IFPI

CNPJ: 10.806.496/0001-49

Natureza Jurídica: Autarquia federal

End.: Avenida Presidente Jânio Quadros, 330/ Santa Isabel, Teresina - PI, 64.053-390

Fone: (86) 3131- 1443

Representante legal: Paulo Borges da Cunha

Ato legal: Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008

Página Institucional: www.ifpi.edu.br

1.3 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO: Licenciatura em Educação Especial Inclusiva na Modalidade a Distância - EaD

PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO: 04 (quatro) anos

TÍTULO ACADÊMICO: Licenciado em Educação Especial Inclusiva

REGIME LETIVO: Semestral

VAGAS AUTORIZADAS: 40 (quarenta) vagas

FORMA DE ACESSO: Processo seletivo conforme resoluções vigentes

CARGA HORÁRIA: 3.300 h

1.4 ÁREA DE ATUAÇÃO

Atuar no sentido do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania, sem perder a dimensão do universal, constitui um preceito que fundamenta a ação do Instituto Federal do Piauí.

Ao ver-se como lugar de diálogo, o IFPI amplia seu campo de atuação ao espaço do território geográfico no qual se insere e que passa a ser o campo de negociação entre o local e o global, de construção de uma rede de solidariedade intercultural.

O IFPI atua a favor dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, qualquer que seja a esfera delimitada, a relação dialógica e democrática de seu fazer pedagógico possibilitará ganhos sociais expressivos e a superação de contradições existentes.

A estrutura multicampi e a clara definição do território de abrangência das ações do Instituto Federal do Piauí afirmam, na missão desta Instituição, o compromisso de intervenção em sua região, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável, com inclusão social.

Na busca de sintonia com as potencialidades de desenvolvimento regional, os cursos ofertados no âmbito do IFPI são definidos em atendimento às demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho local e da região. Convém salientar que o IFPI busca conciliar as demandas identificadas com a sua vocação e capacidade de oferta de cursos, em relação às reais condições de viabilização da proposta pedagógica: infraestrutura física, corpo docente e técnico, acervo bibliográfico, instalações e equipamentos.

Assim é que o Instituto Federal do Piauí constitui espaço fundamental na construção dos caminhos visando ao desenvolvimento local e regional dos territórios nos quais os seus campi estão inseridos. Na proposta pedagógica do Instituto Federal do Piauí, agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho (numa perspectiva histórica e no sentido ontológico) e discutir os princípios das tecnologias a ele concernentes dão luz a elementos essenciais para a definição de um propósito específico para a estrutura curricular da educação profissional e tecnológica. O que se propõe é uma formação contextualizada, imersa em conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos.

A Instituição visa, portanto, contribuir com o desenvolvimento dos arranjos produtivos econômicos, sociais e culturais de cada território em que os campi do IFPI estão organicamente inseridos. A oferta de cursos nos diversos níveis/formas da educação profissional e superior, estão inseridos nos seguintes territórios de desenvolvimento:

- a) Planícies Litorâneas – Campus Parnaíba e Campus Cocal;
- b) Cocais - Campus Piripiri e Campus Pedro II;
- c) Carnaubais – Campus Campo Maior;
- d) Entre Rios – Campus Teresina-Central, Campus Teresina Zona Sul, Campus Angical do Piauí, Campus Avançado do Dirceu e Campus Avançado de José de Freitas;
- e) Serra da Capivara – Campus São Raimundo Nonato e Campus São João do Piauí;
- f) Vale dos Rios Piauí e Itaueiras – Campus Floriano;
- g) Tabuleiros do Alto Parnaíba – Campus Uruçuí;
- h) Vale do Sambito – Campus Valença do Piauí;
- i) Vale do Rio Guaribas - Campus Picos e Campus Avançado Pio IX;
- j) Chapada Vale do Rio Itaim – Campus Paulistana;
- k) Vale do Rio Canindé – Campus Oeiras;
- l) Chapada das Mangabeiras – Campus Corrente.

A presença de um campus nesses Territórios, além de promover a interiorização e abrangência da área de atuação do IFPI visa, sobretudo, à promoção do desenvolvimento socioeconômico regional, impulsionado pelo avanço da escolaridade e o acesso aos níveis mais elevados do saber dos seus cidadãos, bem como à identificação da vocação produtiva, ao respeito e à preservação da cultura local e ambiental e, por conseguinte, à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Nesse sentido, a oferta dos cursos, bem como seu turno de funcionamento, tem sido orientada pela identificação dos arranjos produtivos locais, culturais e socioeducacionais em cujos Territórios os campi estão inseridos. Para tanto, a articulação entre trabalho, ciência e cultura, na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares do IFPI, movido pelo desafio de viabilizar um ensino público, gratuito, democrático e de excelência direcionado às demandas sociais.

Como princípio em sua proposta político-pedagógica, o Instituto Federal do Piauí atua na oferta de educação básica, principalmente em cursos de ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio; ensino técnico em geral; graduações tecnológicas, licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, bem como em programas de pósgraduação *lato e stricto sensu*, sem deixar de assegurar a formação inicial e continuada de trabalhadores.

Nesse contexto, a transversalidade e a verticalização constituem aspectos que contribuem para a singularidade do desenho curricular nas ofertas educativas do Instituto Federal do Piauí, visto que a designação “instituição de educação superior, básica e profissional” lhe confere uma natureza singular, na medida em que não é comum, no sistema educacional brasileiro atribuir a uma única instituição a atuação em mais de um nível de ensino.

A área de atuação do IFPI compreende uma proposta pedagógica fundada na compreensão do trabalho como atividade criativa fundamental da vida humana e em sua forma histórica, como forma de produção. Assim sendo, o que está posto para o Instituto Federal do Piauí é a formação para o exercício profissional tanto para os trabalhadores que necessitam de formação em nível superior para a realização de suas atividades profissionais, quanto para os que precisam da formação em nível médio técnico, e também para aqueles que atuam em qualificações profissionais mais especializadas; ao mesmo tempo, as atividades de pesquisa e extensão estão diretamente relacionadas ao mundo do trabalho.

No tocante à formação de professores para educação básica, há de se notar que os cursos de licenciatura, em sua proposta curricular, contemplam a inovação na abordagem das metodologias e práticas pedagógicas, com o objetivo de contribuir para a superação da cisão entre ciência-tecnologia-cultura-trabalho e teoria-prática em um tratamento pedagógico para romper com a fragmentação do conhecimento.

Assim, é da natureza do Instituto Federal do Piauí validar a verticalização do ensino e balizar suas políticas de atuação pela oferta de diferentes níveis e modalidades da educação profissional e tecnológica, básica e superior, a partir de um projeto pedagógico singular.

A realidade brasileira no que tange à necessidade de professores integra uma série de pontos quando se trata da formação de profissionais da educação, tais como: a formação em serviço ou continuada, carreira e valorização docente, dentre outros. A frágil representação construída da dignidade profissional precisa estar fortalecida. À exigência primordial da excelência na formação, que precisa ser compatível também com a atual complexidade do mundo, somam-se outras exigências. O IFPI reúne uma série de condições na oferta de cursos de formação de professores para a educação básica, pela excelência na formação docente em atenção às demandas da sociedade comprovada através de políticas internas na qualificação do corpo docente e administrativo através da formação continuada, assim como na formação inicial de professores para a educação básica.

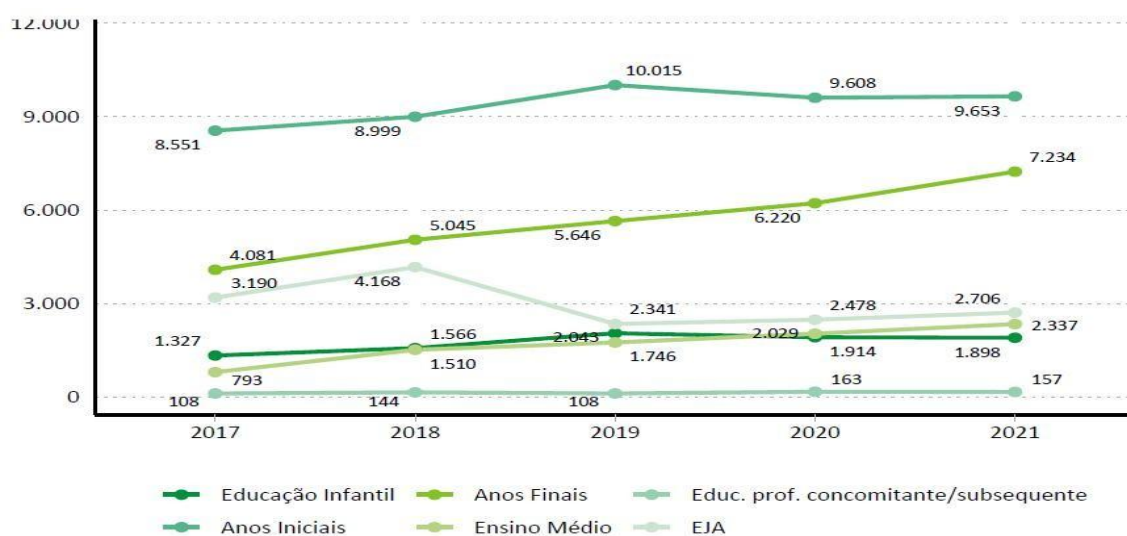
1.5 JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO E DEMANDAS SOCIAIS

O curso ofertado possibilita o alcance de uma área composta por 5 municípios, visando formar professores da educação básica para licenciatura, em conformidade com os parâmetros das Diretrizes Curriculares Nacionais-DCN, comprometidos com a qualidade de formação. A principal justificativa para a implantação no IFPI do curso, assim como acontece no cenário nacional, é a grande demanda de professores na área de Educação Especial Inclusiva para atuação na educação básica no Estado, bem como o crescimento das matrículas de alunos com Deficiências, Transtorno do Espectro Autista e Altas Habilidades/Superdotação.

Alunos com os perfis mencionados acima se enquadram como público-alvo da educação especial, que demanda, além de professores do ensino regular com qualificação para atender suas especificidades em contextos educacionais inclusivos, serviços da educação especial como modalidade que apoia o ensino regular.

De acordo com o censo escolar de 2021, o Piauí teve um crescimento de 32,9% nas matrículas na educação especial em relação ao ano de 2017. Em 2021 contabilizou-se 23.985 matrículas, sendo 40,2% nos anos iniciais do ensino fundamental e um aumento considerável no ensino médio, de 793 em 2017 para 2.337 em 2021.

Gráfico 01: Evolução de matrículas de alunos público-alvo da Educação Especial



FONTE: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

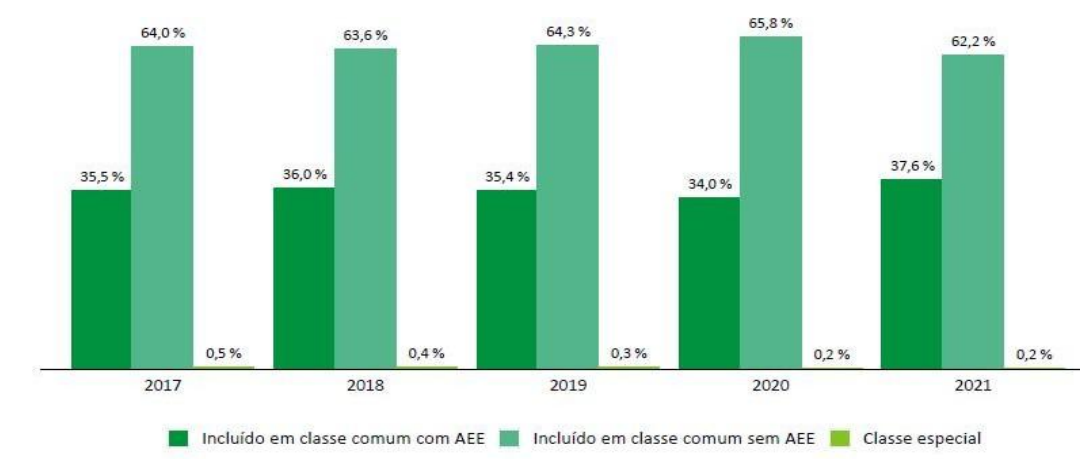
Dados do Inep (2021) apontam que os alunos público-alvo da educação especial estão matriculados em classes comuns da rede pública de ensino e que, majoritariamente, não têm Atendimento Educacional Especializado-AEE. Considerando os esforços para consolidação da educação inclusiva, que se pauta entre outras prerrogativas, no compromisso de responder às especificidades dos alunos, a baixa oferta do serviço de Atendimento Educacional Especializado configura como uma fragilidade na implementação da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

O Decreto 7.611/2011 que dispõe sobre a Educação Especial destaca as obrigações do Estado em prover todas as condições que garantam aos alunos público-alvo da educação

especial o acesso, permanência e desenvolvimento no seu processo de escolarização. Tais condições envolvem desde a garantia de matrícula até a qualificação dos profissionais da educação para atuação em contextos inclusivos, seja na escolarização regular, seja na oferta dos serviços especializados.

Deste modo, como demonstra o gráfico 02, será necessário equalizar o número de alunos público-alvo da educação especial matriculados na rede regular de ensino com o número dos mesmos que recebem os serviços da educação especial.

Gráfico 02: Alunos dentro e fora da classe de AEE e Especial



FONTE: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Em um cenário mais amplo, a educação no Brasil é submetida a indicadores que servem para o melhor direcionamento das políticas públicas. Por um lado, revela-se uma carência e a falta de formação adequada de parte dos professores que atuam na educação básica, em especial na área da educação especial. Por outro, revela-se ainda o desafio para a melhoria dos índices educacionais do país em todas as áreas.

Dessa forma, a proposta aqui apresentada vem responder às necessidades de formação e atualização profissional de professores, no âmbito do IFPI, para atuarem na educação básica e suas modalidades, atendendo às exigências das atuais transformações científicas e tecnológicas, bem como às Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores definidas pelo CNE.

1.6 FORMAS DE ACESSO AO CURSO

As vagas são distribuídas considerando-se o percentual de 50% para ampla concorrência e 50% para as vagas reservadas de acordo com a Lei nº 12.711/2012, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas) - alterada pela Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023, distribuídas conforme o percentual do IBGE para:

- Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo, que tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos autodeclarados quilombolas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo, que tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos com deficiência, independente de etnia, que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos, independente de etnia, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo, que tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos autodeclarados quilombolas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos com deficiência que, independentemente de etnia e independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos, independente de etnia e independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas, conforme o caso.

Além da política de cotas, o IFPI adota como ação afirmativa própria uma reserva de vagas de 5% para estudantes com deficiência (PcD) que não é egresso da escola pública, conforme Resolução Normativa nº 195/2024 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 18 de janeiro de 2024, que atualiza a Política de Cotas e os procedimentos de heteroidentificação, no âmbito do IFPI.

CAPÍTULO 2: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

As políticas institucionais do IFPI para os cursos de Licenciatura são baseadas na integração da pesquisa, ensino e extensão, em conformidade com os princípios pedagógicos definidos no projeto político pedagógico institucional, bem como, as diretrizes provenientes do MEC, proporcionando assim ao profissional proposto, a percepção do contexto social no qual está inserido e a capacidade de intervenção frente às demandas apresentadas por este no domínio local e regional (PDI 2020-2024).

Diante deste cenário, e atendendo ao disposto na Lei 11.892/2008 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT), são políticas institucionais para os cursos de licenciatura, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPI:

- a) Implementar anualmente, por campus, a oferta regular das vagas de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática, nos termos da Lei no 11.892/2008;
- b) Implementar semestralmente a oferta regular de vagas de cursos de Formação Inicial e Continuada;
- c) Implementar ações que garantam a igualdade de condições de acesso, permanência e êxito nos cursos da Instituição.
- d) Possibilitar aos alunos o acesso à ações acadêmicas que favoreçam a superação da dicotomia entre teoria e prática: atividades práticas inseridas nos componentes curriculares durante todo o curso, iniciação científica e tecnológica, pesquisa, tutorias de aprendizagem, mobilidade acadêmica, eventos técnico-científicos, aulas externas e visitas técnicas a empresas e demais organizações do mundo do trabalho.

Possuindo como marco a concepção da educação como instrumento de transformação e de enriquecimento do conhecimento, capaz de modificar a vida social e atribuir maior sentido e alcance ao conjunto da experiência humana, tais políticas têm como objetivo oferecer aos alunos de licenciatura um referencial teórico-prático que colabore na aquisição de competências cognitivas, habilidades e atitudes e que promovam o seu pleno desenvolvimento como pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Desse modo, em conformidade com o PDI do IFPI, são tomadas como base as seguintes

diretrizes:

- A necessidade de atuar no ensino, na pesquisa e na extensão, compreendendo as especificidades dessas dimensões e as inter-relações que caracterizam sua indissociabilidade;
- A compreensão de que o conhecimento deve ser tratado em sua plenitude, nas diferentes dimensões da vida humana, integrando ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos, nas propostas pedagógicas dos cursos de licenciaturas;
- O reconhecimento da precedência da formação humana e cidadã, sem a qual a qualificação para o exercício profissional não promove transformações significativas para o trabalhador e para o desenvolvimento social;
- A organização de itinerários formativos que permitam o diálogo entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica (formação inicial e continuada, técnica de nível médio e de graduação e pós-graduação tecnológica), ampliando as possibilidades de formação vertical (elevação de escolaridade) e horizontal (formação continuada);
- A sintonia dos currículos com as demandas sociais, econômicas e culturais locais, permeando-os das questões de diversidade cultural e de preservação ambiental, pautada na ética da responsabilidade e do cuidado;
- O reconhecimento do trabalho como experiência humana primeira, organizadora do processo;
- Educação como instrumento de transformação e de enriquecimento do conhecimento, capaz de modificar a vida social e atribuir maior sentido e alcance ao conjunto da experiência humana, de modo a alterar positivamente a realidade brasileira e do Piauí.

Com o intuito de garantir a permanência e êxito dos discentes nos cursos de Licenciatura, o IFPI tem como política o desenvolvimento de ações contínuas, que integram os eixos ensino, pesquisa e extensão por meio de programas e projetos subsidiados pela Política de Assistência Estudantil (POLAE), e por políticas externas através de agências de fomento.

Entres as ações contempladas pela POLAE destacam-se:

- oferta de atividades de nivelamento, que proporcionem um melhor aproveitamento do processo de ensino aprendizagem do aluno ingressante;
- o acompanhamento de alunos pelas equipes pedagógicas e multiprofissionais do IFPI, como psicólogos, médicos, odontólogos, nutricionistas, assistentes sociais, entre outros profissionais;

- oportunidades de estágio, monitoria, iniciação científica, atividades extensionistas e iniciação à docência.

Entres as ações contempladas por programas de fomento externo incluem-se:

- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-AF-CNPq);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID);
- Residência Pedagógica (RP).

2.2 OBJETIVOS DO CURSO

Objetivo Geral

O curso de Licenciatura em Educação Especial e Inclusiva tem como objetivo geral formar professores para atuação na educação básica e suas respectivas modalidades, com sólida base científica, humanística e cultural, capazes de atuar em contextos educacionais inclusivos (sala regular, serviços de educação especial e em demais atividades pertinentes à educação especial).

Objetivos Específicos

- Promover a inclusão social e educacional especializado de qualidade de acordo com as finalidade e princípios previstos na legislação brasileira como direito dos estudantes com necessidades educacionais especiais, reiterando os princípios contidos nas atuais políticas educacionais.
- Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.
- Promover atividades científicas desde a produção de textos, práticas de ensino, modelos explicativos e projetos de investigação, relacionados com a atuação docente em Educação Especial;
- Viabilizar a integração entre pesquisa, ensino e extensão.
- Favorecer práticas pedagógicas voltadas para as habilidades socioemocionais, como

autoconhecimento, empatia, comunicação e cooperação destacadas na BNCC, para o atendimento às necessidades do público da educação especial;

- Selecionar e aplicar metodologias e estratégias didático-pedagógicas diversificadas, recorrendo a ritmos diferenciados e a conteúdos complementares, se necessário, para trabalhar com as necessidades de diferentes grupos de alunos, suas famílias e cultura de origem, suas comunidades, seus grupos de socialização.

2.3 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

Competências e Habilidades

Os egressos de cursos de licenciatura devem ser agentes sociais, capazes de planejar as ações, de gerir a atuação profissional e de intervir na estrutura social a partir de uma análise crítica da realidade socioeconômica na qual se insere, e que subsidiado pelos conhecimentos pedagógicos esteja apto a atuar na educação básica e suas modalidades atento aos avanços da ciência e da tecnologia.

Estas e outras características são apresentadas na Resolução CNE/CP nº 2/2019, como competências gerais docentes:

1. Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.
2. Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas.
3. Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal, corporal, visual, sonora e digital – para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar.

6. informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.
7. Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
8. Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
9. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes.
10. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.
11. Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

As competências específicas apresentadas na Resolução CNE/CP nº 2/2019 estão distribuídas em três dimensões fundamentais: conhecimento profissional, prática profissional, e engajamento profissional. Estas competências específicas devem se integrar de modo interdependente e sem hierarquia na ação docente, e seu desenvolvimento deve ser possibilitado ao aluno de licenciatura.

São competências específicas da dimensão do conhecimento profissional: dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los; demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem; reconhecer os contextos de vida dos estudantes; e conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.

São competências específicas da dimensão da prática profissional: planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens; criar e saber gerir os ambientes de aprendizagem; avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino; e conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, as competências e as habilidades.

São competências específicas da dimensão do engajamento profissional: comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional; comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender; participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos; e engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade, visando melhorar o ambiente escolar.

A partir das competências gerais e específicas apresentadas, o perfil do licenciado em Educação Especial e Inclusiva o habilitará a:

- a. Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa e igualitária;
- b. Entender o processo histórico de produção do conhecimento da Educação Especial/Inclusiva referentes a conceitos, princípios e teorias;
- c. Estabelecer relações entre ciência, tecnologia, sociedade e ambiente;
- d. Utilizar os conhecimentos específicos para compreender e transformar o contexto sociopolítico e as relações nas quais está inserida a prática profissional;
- e. Analisar, selecionar e produzir materiais didáticos voltados para o ensino - desenvolvimento e aprendizagem voltados para as concepções da Educação Especial Inclusiva;
- f. Elaborar e orientar a execução de projetos compatíveis com os conteúdos curriculares;
- g. Desenvolver estratégias para a recuperação de estudantes com deficiência;
- h. Zelar pela garantia da aprendizagem dos alunos.

Articulação do Perfil com as Necessidades Locais e Regionais

O curso de licenciatura em Educação Especial e Inclusiva tem como uma de suas finalidades atuar em favor do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania, a partir de uma relação próxima e dialógica do curso e da Instituição com as realidades local e regional.

Desse modo, o curso de Licenciatura em Educação Especial e Inclusiva deve proporcionar uma formação que possibilite ao indivíduo o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de seu contato com a realidade através da prática (PDI 2020 – 2024).

Nesse sentido, a prática profissional, a extensão curricularização das atividades de extensão, e o estágio supervisionado obrigatório são ações que, previstas no currículo, permitem ao aluno de licenciatura entrar em contato com a realidade socioeconômica cultural local e regional de forma crítica e dialógica, identificando suas possíveis demandas e propondo soluções a essas demandas.

De acordo com dados divulgados pelo INEP em setembro de 2022, há evidências do desinteresse de alunos pela formação docente. Além da alta taxa de evasão e do baixo crescimento da entrada de alunos, é muito preocupante o número estagnado ou reduzido de egressos em cursos específicos de formação de professores. Ocorre ainda um maior desinteresse nos cursos de licenciatura acentuado entre os mais jovens, o que pode, em breve, atenuar o déficit de professores e a relação numérica discente por docente. Ao comparar os anos de 2016 e 2021, o número de docentes na educação básica diminuiu, cenário que mostra um quadro de aumento de alunos por professor e, consequentemente, um aumento da faixa etária dos docentes. No Piauí, especificamente, o número de docentes reduziu mais de 8% nesse período, aumentando em 0,3% a relação entre alunos por professor. Esse aumento só não foi maior, devido também à redução do número de matrículas.

Os dados do Censo Escolar, referentes à matrícula dos estudantes público-alvo da educação especial no ano de 2022 indicam crescimento em relação aos anos anteriores, em todos os níveis e modalidades de ensino regular. Em relação à formação dos professores, os dados informados no Censo Escolar pelas instituições de ensino da educação básica, indicam que dos 224 (duzentos e vinte e quatro) municípios do Estado do Piauí, apenas 57 (cinquenta e sete) possuem docentes com formação em educação especial.

A oferta da licenciatura em Educação Especial e Inclusiva, modalidade EAD, pelo IFPI tem a perspectiva de contribuir com a formação de docentes para o trabalho com os estudantes com deficiências, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação matriculados no ensino regular, nas instituições públicas.

2.4 ORGANIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DAS DISCIPLINAS

São princípios norteadores da organização curricular dos cursos de licenciatura do IFPI destinados à Formação de Professores para a Educação Básica:

- I. Reconhecimento de que a formação de professores exige um conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes, que estão inerentemente alicerçados na prática, a qual precisa ir muito além do momento de estágio obrigatório, devendo estar presente, desde o início do curso, tanto nos conteúdos educacionais e pedagógicos quanto nos específicos da área do conhecimento a ser ministrado;
- II. Atribuição de valor social à escola e à profissão docente de modo contínuo, consistente e coerente com todas as experiências de aprendizagem dos professores em formação;
- III. Integração entre a teoria e a prática, tanto no que se refere aos conhecimentos pedagógicos e didáticos, quanto aos conhecimentos específicos da área do conhecimento ou do componente curricular a ser ministrado;
- IV. Centralidade da prática por meio de estágios que enfoquem o planejamento, a regência e a avaliação de aula, sob a mentoria de professores ou coordenadores experientes da escola campo do estágio.
- V. Estabelecimento de parcerias formalizadas entre as escolas, as redes ou os sistemas de ensino e as instituições locais para o planejamento, a execução e a avaliação conjunta das atividades práticas previstas na formação do licenciando;
- VI. Aproveitamento dos tempos e espaços da prática nas áreas do conhecimento, nos componentes ou nos campos de experiência, para efetivar o compromisso com as metodologias inovadoras e os projetos interdisciplinares, flexibilização curricular, construção de itinerários formativos, projeto de vida dos estudantes, dentre outros;
- VII. Adoção de uma perspectiva intercultural de valorização da história, da cultura e das artes nacionais, bem como das contribuições das etnias que constituem a nacionalidade brasileira.

Os cursos de licenciatura do IFPI destinados à Formação de Professores para a Educação Básica e suas modalidades têm como fundamentos pedagógicos:

- I. O desenvolvimento de competência de leitura e produção de textos em Língua Portuguesa e domínio da norma culta;

- II. O compromisso com as metodologias inovadoras e com outras dinâmicas formativas, que propiciem ao futuro professor aprendizagens significativas e contextualizadas em uma abordagem didático-metodológica alinhada com a BNCC, visando ao desenvolvimento da autonomia, da capacidade de resolução de problemas, dos processos investigativos e criativos, do exercício do trabalho coletivo e interdisciplinar, da análise dos desafios da vida cotidiana e em sociedade e das possibilidades de suas soluções práticas;
- III. A conexão entre o ensino e a pesquisa com centralidade no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que ensinar requer, tanto dispor de conhecimentos e mobilizá-los para a ação, como compreender o processo de construção do conhecimento;
- IV. O emprego pedagógico das inovações e linguagens digitais como recurso para o desenvolvimento, pelos professores em formação, de competências sintonizadas com as previstas na BNCC e com o mundo contemporâneo;
- V. A avaliação como parte integrante do processo da formação, que possibilite o diagnóstico de lacunas e a aferição dos resultados alcançados, consideradas as competências a serem constituídas e a identificação das mudanças de percurso que se fizerem necessárias;
- VI. A apropriação de conhecimentos relativos à gestão educacional no que se refere ao trabalho cotidiano necessário à prática docente, às relações com os pares e à vida profissional no contexto escolar;
- VII. O reconhecimento da escola de Educação Básica como lugar privilegiado da formação inicial do professor, da sua prática e da sua pesquisa;
- VIII. O compromisso com a educação integral dos professores em formação, visando à constituição de conhecimentos, de competências, de habilidades, de valores e de formas de conduta que respeitem e valorizem a diversidade, os direitos humanos, a democracia e a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas; e
- IX. As decisões pedagógicas com base em evidências.

Atendendo os princípios norteadores e fundamentos pedagógicos descritos anteriormente, o Curso de Licenciatura em Educação Especial e Inclusiva do IFPI possui uma carga horária total de 3.300 (três mil e trezentas) horas, destinada à apreensão dos conhecimentos teóricos e práticos da docência, e de sua área específica de conhecimento, bem como às atividades de extensão curricularizadas. A carga horária mencionada está organizada em 8 (oito) módulos semestrais, cujos componentes curriculares independentemente da sua estruturação em parte teórica e prática, possuem carga horária múltipla de 20 (vinte) horas.

2.5 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Com a intenção de promover a interação transformadora entre instituições de ensino superior e outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa, a Resolução CNE/CES 7/2018 prevê em seu artigo 4º que as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos.

A referida normativa apresenta as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regimenta o que está disposto no Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014, para o decênio 2014-2024 que, em sua meta 12, estratégia 12.7, prevê assegurar a destinação de, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

O IFPI regulamentou internamente a matéria, por meio da Resolução Normativa 131/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 25 de abril de 2022, que estabelece as Diretrizes para a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

A extensão é um processo educativo e formativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre as instituições e a sociedade, levando em consideração a territorialidade. É entendida como prática acadêmica que interliga os Institutos Federais nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da população, como forma de consolidar a formação de um profissional cidadão e se credenciar junto à sociedade como espaço privilegiado de produção e difusão do conhecimento na busca da superação das desigualdades sociais.

No IFPI a extensão é concebida como uma práxis que possibilita o acesso aos saberes produzidos e às experiências acadêmicas, oportunizando, dessa forma, o usufruto direto e indireto desses saberes e experiências, por parte de diversos segmentos sociais, de modo a beneficiar a consolidação e o fortalecimento dos arranjos socioprodutivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural.

São objetivos da curricularização da extensão no âmbito do IFPI:

- I. Garantir o percentual mínimo de 10% (dez por cento) da carga horária obrigatória de todos os cursos de graduação em atividades curriculares de extensão;
- II. Incentivar o desenvolvimento de atividades curriculares de extensão nos demais cursos ofertados, ressignificando-os;
- III. Fomentar o desenvolvimento pessoal e profissional por meio do protagonismo dos estudantes;
- IV. Promover interação dialógica com a comunidade e os contextos locais, por meio dos cursos ofertados pela RFEPCT, ressignificando-os;
- V. Promover a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão;
- VI. Garantir, prioritariamente, a organicidade da curricularização da extensão, isto é, as atividades de extensão desenvolvidas nos componentes curriculares, como proposta prevista no PPC dos cursos de graduação do IFPI;
- VII. Ampliar os impactos social e acadêmico dos cursos de graduação;
- VIII. Buscar formação e atuação transdisciplinar e interprofissional; e
- IX. Garantir atividades de extensão de forma orgânica, permanente e articulada.

São modalidades de atividades de extensão curricularizadas:

- I. Programas;
- II. Projetos;
- III. Cursos e oficinas;
- IV. Eventos; e
- V. Prestação de serviços.

Não são consideradas atividades curriculares de extensão, para fins de creditação curricular:

- I. Estágios curriculares;
- II. Projeto integrador como componente curricular (quando constar no currículo);
- III. Aulas de campo, visitas técnicas, científicas ou culturais;
- IV. Atividades práticas do curso;
- V. Atividades complementares;
- VI. Iniciação científica;
- VII. Iniciação à docência;
- VIII. Monitorias e tutorias.

No IFPI a curricularização da extensão estará presente no currículo das Licenciaturas no formato de componentes curriculares específicos de extensão, de acordo com o definido na Resolução Normativa 131/2022 - CONSUP/IFPI, de 25 de abril de 2022, e na NOTA TÉCNICA 6/2022 - PROEN/REI/IFPI, de 9 de setembro de 2022, ou documentação vigente análoga mais recente. Os critérios de avaliação destes componentes curriculares são determinados pela Organização Didática vigente.

2.6 ATIVIDADES COMPLEMENTARES (AC)

As Atividades Complementares constituem experiências educativas que visam à ampliação do universo cultural dos alunos e ao desenvolvimento da sua capacidade de produzir significados e interpretações sobre as questões sociais, de modo a potencializar a qualidade da ação educativa.

São consideradas como Atividades Complementares as experiências adquiridas pelos alunos, durante o curso, em espaços educacionais diversos, nas diferentes tecnologias, no espaço da produção, no campo científico e no campo da vivência social. Tais atividades devem considerar sua diversidade, formas de aproveitamento alinhadas ao perfil do egresso e competências estabelecidas nas diretrizes nacionais.

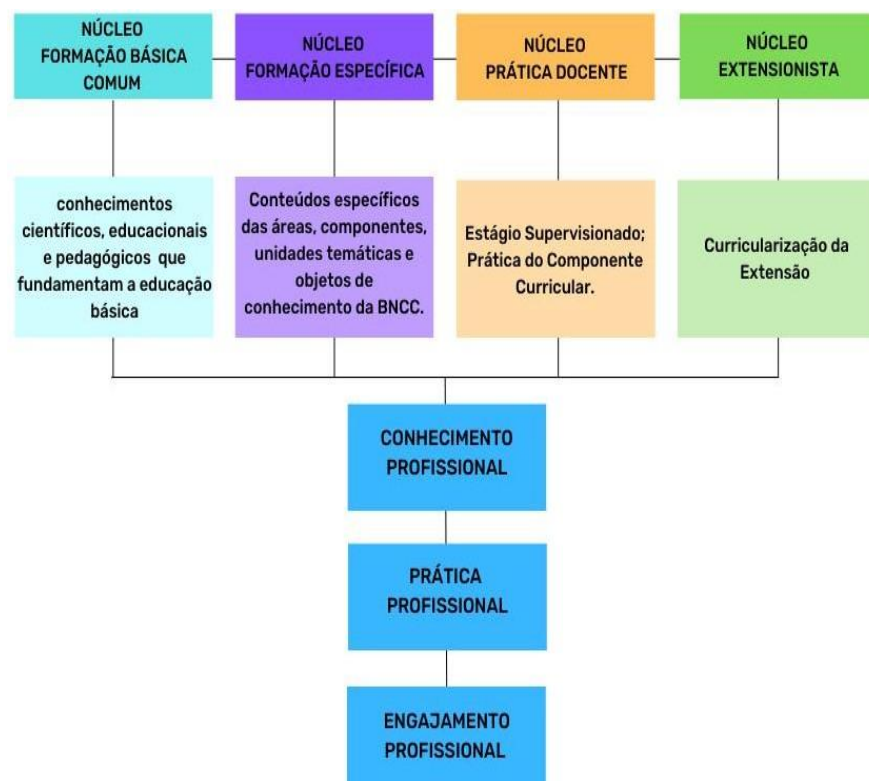
São exemplos de Atividades Complementares: projetos de pesquisa, monitoria, iniciação científica, projetos de extensão, módulos temáticos, seminários, simpósios, congressos, conferências e até disciplinas oferecidas por outras instituições de ensino, entre outras.

No curso de Licenciatura em Educação Especial e Inclusiva do IFPI, a carga horária destinada às Atividades Complementares será de no máximo 100 (cem) horas e deverá ser cumprida pelos estudantes ao longo do percurso formativo. A validação, computação e registro das horas serão efetuados mediante comprovação por parte do aluno com base em certificados ou declarações, em conformidade com normativas específicas da instituição para esta finalidade. A documentação comprobatória será analisada pelo colegiado do curso.

2.7 ESTRUTURA E CONTEÚDOS CURRICULARES

A estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Educação Especial e Inclusiva, em consonância com a Resolução Nº 2 do CNE/CP de 20 de dezembro de 2019, com a LDB nº 9.394/96 e com as DCN para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a educação básica e suas modalidades, está organizada em três dimensões fundamentais (conhecimento profissional, prática profissional e engajamento profissional) que comportam as componentes curriculares do curso. O desenho curricular do curso de Licenciatura em Educação Especial e inclusiva, aqui proposto, toma como base a legislação mencionada e integra seus componentes curriculares em 4 (quatro) núcleos, dispostos conforme o organograma a seguir.

Figura 01 - Diagrama para a estrutura e organização curricular do Curso de Licenciatura em Educação Especial e Inclusiva na modalidade EaD do IFPI.



Quadro 01 -Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Educação Especial e Inclusiva do IFPI por semestre.

	DISCIPLINA	CÓDIGO	CHT	CHP	CH	PRÉ-REQ
I	Educação aberta e a distância	BAS1	40	0	40	SP
I	Ética na Educação Especial	ESP1	40	0	40	SP
I	Fundamentos da Educação Especial: Aspectos históricos, políticos e legais	ESP2	40	0	40	SP
I	Leitura e Produção Textual	BAS2	40	0	40	SP
I	Referenciais teóricos do desenvolvimento humano	ESP3	40	0	40	SP
I	Filosofia da Educação	BAS3	40	0	40	SP
I	Metodologia Científica	BAS4	40	0	40	SP
I	Inglês Instrumental	BAS5	40	0	40	SP
I	Fundamentos e Metodologia de Extensão no Ensino Superior	EXT1	40	0	40	SP
I	Profissionalização Docente	BAS6	40	0	40	SP
Subtotal		-	400	0	400	-
II	Desenvolvimento humano e da aprendizagem de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais	ESP4	40	0	40	SP
II	Estudo do desenvolvimento atípico	ESP5	60	0	60	SP
II	Educação Especial na Educação Básica	ESP6	60	20	80	SP
II	Psicologia da Educação	BAS7	60	20	80	SP
II	Sociologia da Educação	BAS8	40	0	40	SP
II	Introdução à Tecnologia Assistiva	ESP7	40	0	40	SP
II	Didática	BAS9	60	0	60	SP
II	Planejamento Extensionista	EXT2	40	0	40	EXT1
Subtotal		-	400	40	440	-
III	Deficiência Auditiva: contextos e práticas educacionais	ESP8	60	20	80	SP
III	Gestão e Organização Escolar	BAS10	60	20	80	SP
III	Gestão Escolar e Ensino Colaborativo na Educação Especial	ESP9	40	0	40	SP
III	Adaptações e ajustes na Educação Especial: Currículo sob medida	ESP10	60	0	60	SP
III	Política e Organização da Educação Brasileira	BAS11	40	0	40	SP
III	Deficiência Visual: contextos e práticas educacionais	ESP11	60	0	60	SP
III	Ciclo Extensionista 1-A	EXT3	60	0	60	EXT2
Subtotal		-	380	40	420	-
IV	Leitura e Escrita para pessoa com deficiência	ESP12	80	20	100	SP
IV	Comunicação alternativa e aumentativa	ESP13	60	20	80	SP
IV	Libras	ESP14	60	40	100	SP
IV	Tecnologia Aplicadas ao Ensino	BAS 12	40	0	40	SP
IV	Ciclo Extensionista 1-B	EXT4	60	0	60	EXT3
Subtotal		-	300	80	380	-
V	Transtorno do Espectro Autista: contextos e prática educacionais	ESP15	60	20	80	SP
V	Braille	ESP16	60	40	100	SP
V	Surdocegueira e deficiência múltipla: contextos e práticas educacionais	ESP17	60	20	60	SP

V	Ciclo Extensionista 2-A	EXT5	60	0	60	EXT4
V	Estágio Supervisionado I	PRA1	0	100	100	SP
Subtotal		-	240	180	400	-
VI	Didática na Educação Especial	ESP18	40	20	60	SP
VI	Deficiência Física: contextos e práticas educacionais	ESP19	60	0	60	SP
VI	Deficiência Intelectual: contexto e práticas educacionais	ESP20	60	0	60	SP
VI	Apoio educacional especializado: Educação Infantil	ESP21	60	0	60	SP
VI	Apoio educacional especializado: Ensino Fundamental	EXT6	40	20	60	EXT5
VI	Estagio supervisionado II	PRA2	0	100	100	PRA1
Subtotal		-	260	140	400	-
VII	Altas habilidades/ Superdotação: contextos e práticas educacionais	ESP22	60	20	80	SP
VII	Avaliação da Aprendizagem	BAS13	40	20	60	BAS 6
VII	Trabalho de Conclusão de Curso I	ESP23	40	20	60	
VII	Educação das Relações Étnico-raciais afrodiáspora	BAS14	40		40	
VII	Estágio Supervisionado III	PRA3	0	100	100	PRA2
Subtotal		-	180	160	340	-
VIII	Apoio educacional especializado: Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos	ESP24	40	20	60	ESP12
VIII	Ensino de Matemática para pessoas com deficiência	ESP25	40	20	60	SP
VIII	Ensino de Ciências para pessoas com deficiência	ESP26	40	0	40	SP
VII	Educação profissional e tecnológica	BAS15	40		60	SP
VIII	Educação de jovens e adultos	BAS16	40	20	60	SP
VIII	Trabalho de Conclusão de Curso II	ESP27	40	0	40	SP
VIII	Estágio Supervisionado IV	PRA4	0	100	100	PRA3
Subtotal		-	240	160	420	-
TOTAL		-	2400	800	3200	
Atividades complementares		-	-	-	100	-
Total Geral		-	-	-	3300	-

Fonte: Comissão de elaboração do PPC

Quadro 2- Distribuição das disciplinas

EIXO	DIMENSÃO	COMPONENTE CURRICULAR		T	P	CT
Grupo I	Base comum	BAS1	Educação aberta e a distância	40	0	40
		BAS2	Leitura e Produção Textual	40	0	40
		BAS3	Filosofia da Educação	40	0	40
		BAS4	Metodologia Científica	40	0	40
		BAS5	Inglês Instrumental	40	0	40

		BAS6	Profissionalização Docente	40	0	40
		BAS7	Psicologia da Educação	60	20	80
		BAS8	Sociologia da Educação	40	0	40
		BAS9	Didática	60	0	60
		BAS 10	Tecnologia Aplicadas ao Ensino	40	0	40
		BAS 11	Gestão e Organização Escolar	60	20	80
		BAS 12	Política e Organização da Educação Brasileira	40	0	40
		BAS 13	Avaliação da Aprendizagem	40	20	60
		BAS 14	Educação das Relações Étnico-raciais afrodiáspora	40	0	40
		BAS 15	Educação profissional e tecnológica	40	0	40
		BAS 16	Educação de jovens e adultos	40	20	60
			SUB TOTAL	700		
Grupo II	Disciplinas específicas	ESP1	Ética na Educação Especial	40	0	40
		ESP2	Fundamentos da Educação Especial: Aspectos históricos, políticos e legais	40	0	40
		ESP3	Referenciais teóricos do desenvolvimento humano	40	0	40
		ESP4	Desenvolvimento humano e da aprendizagem de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais	40	0	40
		ESP5	Estudo do desenvolvimento atípico	60	0	60
		ESP6	Educação Especial na Educação Básica	60	20	80
		ESP7	Introdução à Tecnologia Assistiva	40	0	40
		ESP8	Deficiência Auditiva: contextos e práticas educacionais	60	20	80
		ESP9	Gestão Escolar e Ensino Colaborativo na Educação Especial	40	0	40
		ESP10	Adaptações e ajustes na Educação Especial: Currículo sob medida	60	0	60

		ESP11	Deficiência Visual: contextos e práticas educacionais	60	0	60
		ESP12	Leitura e Escrita para pessoa com deficiência	80	20	##
		ESP13	Comunicação alternativa e aumentativa	60	20	80
		ESP14	Libras	60	40	##
		ESP15	Transtorno do Espectro Autista: contextos e prática educacionais	60	20	80
		ESP16	Braille	60	40	##
		ESP17	Surdocegueira e deficiência múltipla: contextos e práticas educacionais	60	20	80
		ESP18	Didática na Educação Especial	40	20	60
		ESP19	Deficiência Física: contextos e práticas educacionais	60	0	60
		ESP20	Deficiência Intelectual: contexto e práticas educacionais	60	0	60
		ESP21	Apoio educacional especializado: Educação Infantil	40	20	60
		ESP22	Altas habilidades/ Superdotação: contextos e práticas educacionais	60	20	80
		ESP23	Trabalho de Conclusão de Curso I	40	20	60
		ESP24	Apoio educacional especializado: Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos	40	20	60
		ESP25	Ensino de Matemática para pessoas com deficiência	40	20	60
		ESP26	Ensino de Ciências para pessoas com deficiência	40	0	40
		ESP27	Trabalho de Conclusão de Curso II	40	0	40
			SUBTOTAL	###	400	
Grupo III	Prática Pedagógica	PRAT1	Estágio Supervisionado I	100		
		PRAT2	Estágio Supervisionado II	100		
		PRAT3	Estágio Supervisionado II	100		
		PRAT4	Estágio Supervisionado IV	100		
		PCC	Temas diversos	400		

			SUBTOTAL	800		
Grupo IV	Curricularização da Extensão	EXT1	Fundamentos e Metodologia de Extensão no Ensino superior	40		
		EXT2	Planejamento Extensionista	40		
		EXT3	Ciclo Extensionista 1-A	60		
		EXT4	Ciclo Extensionista 1-B	60		
		EXT5	Ciclo Extensionista 2-A	60		
		EXT6	Ciclo Extensionista 2-B	60		
			SUB TOTAL	320		

Fonte: Comissão de elaboração do PPC

As siglas correspondem: ESP – Disciplina do Núcleo de Formação Específica; BAS – Disciplina do Núcleo de Formação Básica Comum; EXT – Disciplina do Núcleo Extensionista; PRA – Disciplina do Núcleo de Prática Docente; CHT – carga horária teórica; CHP – carga horária prática; CH – carga horária total; CHS – carga horária semanal; SP – Sem pré-requisito).

O Curso em Licenciatura em Educação Especial e Inclusiva possui uma carga horária total de 3.300 (três mil e trezentas) horas distribuídas em quatro núcleos: Formação Básica Comum; Formação Específica; Prática Pedagógica e Prática Extensionista. Cada núcleo com uma carga horária e finalidades específicas voltadas às atividades teórico- práticas relacionadas à docência, às áreas específicas de conhecimento, e à extensão curricularizada.

O Núcleo de Formação Básica Comum, com início no 1º ano do curso, destinadas à integração e desenvolvimento das três dimensões fundamentais das competências específicas profissionais docentes: conhecimento profissional, prática profissional, e engajamento profissional. As dimensões fundamentais e suas respectivas competências específicas são fatores determinantes na organização do currículo e dos conteúdos segundo as competências e habilidades previstas na BNCC – Educação Básica e suas modalidades para as etapas do Ensino Fundamental (anos finais) e do Ensino Médio.

No Núcleo da Formação Básica Comum, são tratadas as seguintes temáticas:

I. Currículos e seus marcos legais

a) LDB, devendo ser destacado o art. 26-A;

b) Diretrizes Curriculares Nacionais;

c) BNCC: introdução, fundamentos e estrutura;

d) currículos estaduais, municipais e/ou da escola em que trabalha.

II. Didática e seus fundamentos:

a) compreensão da natureza do conhecimento e reconhecimento da importância de sua contextualização na realidade da escola e dos estudantes;

b) visão ampla do processo formativo e socioemocional como relevante para o desenvolvimento, nos estudantes, das competências e habilidades para sua vida;

c) manejo dos ritmos, espaços e tempos para dinamizar o trabalho de sala de aula e motivar os estudantes;

d) elaboração e aplicação dos procedimentos de avaliação de forma que subsidiem e garantam efetivamente os processos progressivos de aprendizagem e de recuperação contínua dos estudantes;

e) realização de trabalho e projetos que favoreçam as atividades de aprendizagem colaborativa;

f) e compreensão básica dos fenômenos digitais e do pensamento computacional, bem como de suas implicações nos processos de ensino-aprendizagem na contemporaneidade.

III. Metodologias, práticas de ensino ou didáticas específicas dos conteúdos a serem ensinados, devendo ser considerado o desenvolvimento dos estudantes, que possibilitem o domínio pedagógico do conteúdo, bem como a gestão e o planejamento do processo de ensino e de aprendizagem;

IV. Gestão escolar com especial ênfase nas questões relativas ao projeto pedagógico da escola, ao regimento escolar, aos planos de trabalho anual, aos colegiados, aos auxiliares da escola e às famílias dos estudantes;

V. Marcos legais, conhecimentos e conceitos básicos da educação especial, das propostas e projetos para o atendimento dos estudantes com deficiência e necessidades especiais;

VI. Interpretação e utilização, na prática docente, dos indicadores e das informações presentes nas avaliações do desempenho escolar, realizadas pelo MEC e pelas secretarias de educação;

VII. Desenvolvimento acadêmico e profissional próprio, por meio do

comprometimento com a escola e participação em processos formativos de melhoria das relações interpessoais para o aperfeiçoamento integral de todos os envolvidos no trabalho escolar;

VIII. Conhecimento da cultura da escola, o que pode facilitar a mediação dos conflitos;

IX. Compreensão dos fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos; das ideias e das práticas pedagógicas; da concepção da escola como instituição e de seu papel na sociedade; e da concepção do papel social do professor;

X. Conhecimento das grandes vertentes teóricas que explicam os processos de desenvolvimento e de aprendizagem para melhor compreender as dimensões cognitivas, sociais, afetivas e físicas, suas implicações na vida das crianças e adolescentes e de suas interações com seu meio sociocultural;

XI. Conhecimento sobre como as pessoas aprendem, compreensão e aplicação desse conhecimento para melhorar a prática docente;

XII. Entendimento sobre o sistema educacional brasileiro, sua evolução histórica e suas políticas, para fundamentar a análise da educação escolar no país, bem como possibilitar ao futuro professor compreender o contexto no qual exercerá sua prática;

XIII. Compreensão dos contextos socioculturais dos estudantes e dos seus territórios educativos.

O núcleo de formação específica destinado à aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da bncc, e para o domínio pedagógico desses conteúdos. O núcleo de formação específica contempla ainda as seguintes temáticas:

I. Compreensão do conhecimento pedagógico do conteúdo proposto para o curso e da vivência dos estudantes com esse conteúdo;

II. Vivência, aprendizagem e utilização da linguagem digital em situações de ensino e de aprendizagem na educação especial inclusiva;

III. Resolução de problemas, engajamento em processos investigativos de aprendizagem, atividades de mediação e intervenção na realidade, realização de projetos e trabalhos coletivos, e adoção de outras estratégias que propiciem o contato prático com o mundo da educação e da escola;

IV. Articulação entre as atividades práticas realizadas na escola e na sala de

aula com as que serão efetivadas durante o estágio supervisionado;

V. Vivência e aprendizagem de metodologias e estratégias que desenvolvam, nos estudantes, a criatividade e a inovação, devendo ser considerada a diversidade como recurso enriquecedor da aprendizagem;

VI. Alfabetização, domínio de seus fundamentos e domínio pedagógico dos processos e das aprendizagens envolvidas, com centralidade nos resultados quanto à fluência em leitura, à compreensão de textos e à produção de escrita das crianças, dos jovens e dos adultos;

VII. Articulação entre os conteúdos das áreas e os componentes da formação com os fundamentos políticos referentes à equidade, à igualdade e à compreensão do compromisso do professor com o conteúdo a ser aprendido;

VIII. Engajamento com sua formação e seu desenvolvimento profissional, participação e comprometimento com a escola, com as relações interpessoais, sociais e emocionais.

O Núcleo de Prática Pedagógica possui carga horária de 800 (oitocentas) horas destinadas exclusivamente à prática pedagógica docente. Essa carga horária está intrinsecamente articulada, desde o primeiro ano do curso, através da prática prevista nos componentes curriculares e do estágio supervisionado, ocorrendo ao longo do processo formativo e durante toda a duração do curso, desde o início até sua integralização.

A carga horária do Núcleo de Prática Pedagógica está dividida da seguinte forma: 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola; e 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Núcleos de Formação Básica Comum e Formação Específica, distribuídos ao longo do curso, desde o seu início, conforme previsto nos programas de disciplina.

O processo instaurador do estágio supervisionado deve ser efetivado mediante o prévio ajuste formal entre o IFPI e a instituição associada ou conveniada, com preferência para as escolas e as instituições públicas, nos termos das normativas internas e externas que regulamentam a matéria. A carga horária do estágio supervisionado é dividida em quatro componentes curriculares de 100 (cem) horas cada, dispostas de acordo com a Resolução Normativa 93/2021 CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 18 de novembro de 2021, ou sua substitutiva.

O quantitativo de horas destinado para a realização da prática pedagógica do componente curricular deve adicionado à carga horária do componente curricular, no campo “carga horária prática” do respectivo programa de disciplina. De acordo com a

Nota Técnica nº 4/2022 PROEN/REI/IFPI, de 15 de julho de 2022, das 400 (quatrocentas) horas do Núcleo de Prática Pedagógica, 80 horas são obrigatoriamente destinadas para os componentes curriculares de instrumentação para o ensino fundamental (40 horas), e Instrumentação para o Ensino Médio (40 horas) na área específica do curso, de modo a proporcionar experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Todas as vivências e aprendizagens da prática pedagógica do componente curricular devem ser registradas no portfólio do estudante, o que permite que o estudante vivencie reflexivamente o seu próprio percurso formativo.

O Núcleo de Prática Extensionista possui carga horária de 320 (trezentas e vinte) horas que são destinadas às atividades de extensão curricularizadas, em conformidade com a Resolução Normativa nº 131 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 25 de abril de 2022, em atendimento ao disposto na meta 12.7 do Plano Nacional de Educação, Lei 13.005/2014, que determina que o mínimo de 10% (dez por cento) da carga horária curricular obrigatória dos cursos de graduação deve ser integralizado por meio de atividades de extensão. Essa carga horária consta no currículo no formato de componentes curriculares específicos de extensão e contemplam temas relacionados à fundamentação, planejamento e execução de projetos e/ou programas de extensão.

Os conteúdos curriculares (ementas) e as bibliografias (básica e complementar) de cada componente estão descritos no Anexo I deste documento.

2.8 METODOLOGIA

Para o cumprimento dos itens que compõem o perfil do profissional que a Instituição deseja formar são observados os preceitos legais sobre a formação docente e são levadas em consideração as características específicas dos discentes, seus interesses, condições de vida e de trabalho, além de observar os seus conhecimentos prévios, orientando-os na (re)construção dos conhecimentos escolares, bem como na especificidade do curso. Em razão disso, faz-se necessária à adoção de procedimentos didático-pedagógicos que possam auxiliá-los nas suas construções intelectuais e procedimentais.

De acordo com o PDI do IFPI, os princípios fundamentais que orientam as atividades pedagógicas dos cursos de licenciatura no âmbito do IFPI são:

- indissociabilidade: desenvolvimento de atividades de ensino, de extensão e de pesquisa integradas às atividades formais pertinentes ao conteúdo curricular. Isso significa

que toda atividade de extensão e de pesquisa deve ser desenvolvida como parte das atividades curriculares previstas nos cursos, tendo sua carga horária e avaliação computadas nos componentes curriculares envolvidos;

- interdisciplinaridade: integração de conteúdos no desenvolvimento de estudo de um determinado tema ou eixo conceitual, tendo sua carga horária e avaliação computadas nos componentes curriculares envolvidos;

- formação integrada à realidade social: aliada à sólida formação teórica. O IFPI se obriga à formação do cidadão, integrando os conteúdos à realidade social vigente, ressaltando as políticas de inclusão, a igualdade de acesso e o respeito às diferenças econômico-sociais e àqueles referentes às pessoas com deficiência (PCD), tomando essas diferenças como parte das características que dão unidade a seu trabalho;

- articulação teoria-prática: superação da dicotomia teoria prática, realizada, prioritariamente, nas atividades curriculares e de extensão.

A partir desses princípios, cabe ao professor decidir sobre os procedimentos didático- metodológicos mais adequados a serem adotados em sua prática docente, na perspectiva de atender à proposta pedagógica do curso, buscando a eficácia do processo ensino aprendizagem e tendo clareza sobre a importância e viabilidade destes recursos como exemplos a serem seguidos pelos futuros professores.

Os componentes curriculares do curso de Licenciatura em Educação Especial e Inclusiva são construídos de forma a articular o desenvolvimento da formação do licenciado através da união de áreas específicas do conhecimento com uma sólida formação na área pedagógica e também uma grande participação em sala de aula, propiciando assim que o futuro professor esteja preparado para exercer a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio em que a ação educativa se faça necessária.

A presença de componentes curriculares da base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da Base Nacional Curricular Comum-BNCC, asseguram que a formação do Licenciado em Educação Especial e Inclusiva do Instituto Federal do Piauí aconteça de forma a articular os diferentes saberes necessários à formação por meio das práticas pedagógicas.

Neste sentido, a Prática Pedagógica deve estar intrinsecamente articulada, desde o primeiro ano do curso, com os estudos e com a prática previsto no componentes

curriculares. As ementas destas disciplinas, assim como a sequência conceitual adotada, permitem além da articulação e a interlocução entre as disciplinas dos diferentes núcleos, a interdisciplinaridade.

O desenvolvimento das práticas se dará por meio da articulação dos temas afins das disciplinas do módulo e uma abordagem com ênfase na educação inclusiva a ser trabalhada através de diferentes estratégias didáticas que viabilizem o desenvolvimento de competências e habilidades teórico-práticas. As estratégias a serem desenvolvidas envolvem a participação em pesquisas educacionais e de realidades locais, elaboração de material didático, intervenções diretas com os alunos, famílias e professores. Entre outras A definição dessas atividades é efetuada conjuntamente por estudantes e professores dos diversos componentes curriculares, a partir de sugestões das partes envolvidas. As reflexões acerca da educação inclusiva, acessibilidade, dificuldades de aprendizagem, necessidades educacionais específicas, tecnologia assistiva, direitos humanos, entre outras, poderão perpassar em todos os módulos, reforçando a conscientização e formação para a valorização das diferenças.

A estrutura de tutoria, bem como as relações numéricas tutor/estudante, número de professores/hora disponíveis para o desenvolvimento da aprendizagem obedecerão aos critérios de suficiência e adequação, de acordo com o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do MEC e com a legislação da UAB/CAPES.

Estão previstas as atividades presenciais abaixo listadas, que poderão ser acrescidas de outras que se façam necessárias, de acordo com as características de cada componente curricular: (a) apresentação das ferramentas de informática com as quais os professores e estudantes irão interagir e trabalhar no decorrer do Curso; (b) encontros presenciais a serem realizadas no decorrer dos semestres do Curso, no mínimo (2) a cada mês por disciplina. Haverá, no mínimo, um (1) encontro presencial para fins avaliativos, para cada uma das disciplinas seguindo a orientação do Decreto nº 9.057/2017:

Art. 4º As atividades presenciais, como tutorias, avaliações, estágios, práticas profissionais e de laboratório e defesa de trabalhos, previstas nos projetos pedagógicos ou de desenvolvimento da instituição de ensino e do curso, serão realizadas na sede da instituição de ensino, nos polos de educação a distância ou em ambiente profissional, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais. Os momentos presenciais serão acompanhados preferencialmente pelo tutor presencial do respectivo curso sem a obrigatoriedade da presença física do professor da disciplina (BRASIL, 2017).

Com relação à acessibilidade de pessoas com necessidades especiais, em cumprimento aos Decretos nº 5.296/04 e nº 5.626/05, complementados pelas normas da ABNT que propõem o acesso e permanência dos alunos com deficiência na graduação e pós-graduação, este Curso, juntamente com a Coordenação do Polo e a Coordenação UAB/IFPI viabilizará:

- Acessibilidade à comunicação de alunos com deficiência nas atividades acadêmicas;
- Equipamentos e materiais didáticos específicos aos alunos com deficiência;
- Adaptação de mobiliários e ambientes físicos da instituição;
- Capacitação de professores e técnicos para atuarem com alunos deficientes;
- Curso de LIBRAS ao pessoal especializado que atuará com os alunos surdos; - tradutor intérprete de LIBRAS para alunos surdos;
- Outras providências que se fizerem necessárias aos alunos com deficiências.

2.9 AMBIENTE VIRTUAL DE ENSINO-APRENDIZAGEM – (PLATAFORMA MOODLE)

O curso será desenvolvido na modalidade a distância com encontros e atividades presenciais seguindo as exigências do Decreto nº 9.057/2017. Atendendo à indicação do MEC, o IFPI recomenda a utilização de software livre para os cursos a distância. Contará com uma equipe multidisciplinar para desenvolver os serviços básicos de produção, editoração, publicação de materiais impressos; produção e disponibilização de materiais online; transmissão de videoconferências, docência, tutoria, secretaria, coordenação de polos, gestão de infraestrutura física e de ambiente on-line. A organização desta equipe atende aos padrões básicos definidos pela instituição.

O curso será disponibilizado em um Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (Plataforma Moodle) que permita a associação de uma variada gama de ferramentas (recursos educacionais e atividades de estudo), baseada na construção social do conhecimento, mediado pelas interações em rede.

A organização didático-metodológica será elaborada pelo docente, em consonância com as premissas deste PPC e de acordo com os objetivos de cada disciplina, frente às necessidades do grupo de estudantes.

O Curso trabalhará com as possibilidades oferecidas pela comunicação síncrona

e assíncrona. A comunicação assíncrona se refere à interação que ocorrerá entre os alunos e entre os alunos e professores, mediado por um AVEA (Plataforma Moodle) e de forma temporal diferente. Neste tipo de comunicação existe a vantagem da elasticidade temporal, uma vez que, o aluno pode gerir o seu tempo, desde que seja respeitado o cronograma do curso. Essa interação pode se utilizar de recursos como correio eletrônico, fórum, dentre outros, que permitam a interação em momentos diferentes.

A comunicação síncrona refere-se à interação em tempo real, ou seja, a comunicação entre os alunos, e entre alunos e professor é realizada através da utilização de recursos tecnológicos síncronos, tais como os bate-papos, a videoconferência ou webconferência, os quais ocorrem em um mesmo tempo temporal a ser previamente disposto no Plano de Disciplina.

Assim, haverá no Curso de Licenciatura em educação especial e Inclusiva, modalidade EaD, a utilização conjunta destas duas formas de comunicação e que será disponibilizada em ambiente virtual (Plataforma Moodle) permitindo aos alunos, professores e tutores: comentar as aulas, discutir temas relacionados às disciplinas em andamento nos fóruns, enviar sua atividade ao professor, compartilhar trabalhos e experiências realizadas pela turma, acessar ementas e material do curso em um único espaço.

Poderão ainda ser previstos no curso mecanismos de colaboração e aprendizagem em grupo como fóruns especializados por área do conhecimento.

Para a produção das vídeoaulas e videoconferências o curso poderá contar com a estrutura dos estúdios de TV já existentes nos *campi* do IFPI, bem como o apoio dos Polos UAB.

Nesse contexto, o AVEA a ser utilizado deve oferecer oportunidades de interação síncronas e assíncronas, cabendo ao docente organizar didático-metodologicamente as unidades temáticas do programa da disciplina. Para um melhor aproveitamento das metodologias de EaD, explicita-se as mídias que serão produzidas/reproduzidas no material didático, considerando as diferentes especificidades tecnológicas propostas pelos Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância (BRASIL, 2007), bem como os princípios orientadores sobre as questões de acessibilidade para a web no Brasil, disponíveis em <<http://www.acessobrasil.org.br/index.php?itemid=44>>. Além disso, explicitamos que toda a produção de material didático do curso será disponibilizada nas bibliotecas dos polos de EaD onde o curso será ofertado, sob a forma de mídia ou impresso (em casos

específicos), bem como em repositórios de Recursos Educacionais Abertos.

O Material Didático, tanto do ponto de vista da abordagem do conteúdo, quanto da forma, deve estar concebido de acordo com os princípios epistemológicos, metodológicos e políticos explicitados no PPC e na BNC- Formação- Base Nacional Comum para a Formação de Professores da Educação Básica, de modo a facilitar a construção do conhecimento e mediar a interlocução entre estudante e professor, devendo passar por rigoroso processo de avaliação prévia (pré-testagem), com o objetivo de identificar necessidades de ajustes, visando ao seu aperfeiçoamento. O material didático deve desenvolver habilidades e competências específicas, recorrendo a um conjunto de mídias compatíveis com a proposta e com o contexto socioeconômico do público-alvo.

As tecnologias de informação e comunicação (TIC) permitirão que o público alvo tenha acesso às linguagens e mídias compatíveis com o projeto e com o contexto socioeconômico dos mesmos. No AVEA a ser utilizado deve contar as seguintes ferramentas e recursos: fórum de discussão, portfólio, chat ou bate-papo, biblioteca, agenda, dentre outros, que permitam a interação entre todo o grupo envolvido.

ATIVIDADES DE ESTUDO NO AVEA :

São elas:

Fórum de Discussão: esta ferramenta propiciará a interatividade entre educando, tutores e professores, oferecendo maiores condições aos participantes para se conhecerem, trocarem experiências e debaterem temas pertinentes. Nesse espaço, os educandos poderão elaborar e expor suas ideias e opiniões, possibilitando as intervenções dos professores e dos próprios colegas, com o intuito de instigar a reflexão e aprimoramento do trabalho em desenvolvimento, visando à formalização de conceitos, bem como a construção do conhecimento.

Blog (diário): poderá ser utilizado individualmente ou em grupo, propiciando um espaço importante para a socialização das atividades ou projetos desenvolvidos ao longo do processo de formação. Assim, a aprendizagem estará centrada na possibilidade do educando poder receber o feedback sobre aquilo que está produzindo e/ou construindo.

Chat ou Bate-Papo: possibilitará oportunidades de interação em tempo real entre os participantes, tornando se criativo e construído coletivamente, podendo gerar ideias e temas para serem estudados e aprofundados. No decorrer do Curso, pretende-

se realizar reuniões virtuais, por meio desta ferramenta, com o intuito de diagnosticar as dificuldades e inquietações durante o desenvolvimento das atividades. Nesse sentido, além de esclarecer as dúvidas sincronicamente, caberá aos professores levar aos acadêmicos as diferentes formas de reflexão, contribuindo para a prática pedagógica do educando.

Biblioteca: local onde estarão disponíveis bibliografias, textos complementares, periódicos disponibilizados pelo IFPI, artigos e atividades, além de indicações de sites que tratam das diferentes temáticas abordadas pelas disciplinas ofertadas no Curso.

Agenda: todas as atividades propostas serão disponibilizadas nesta seção do ambiente. Esse recurso contribui para que o educando possa se manter envolvido com as atividades que serão realizadas durante todo o processo de formação. Dessa forma, será possível a realização das atividades em momentos agendados ou de livre escolha dos participantes. Nos momentos agendados, todos os participantes estarão trabalhando virtualmente em dias e horários pré- estabelecidos. Nos momentos de livre escolha os participantes organizarão o desenvolvimento das atividades de acordo com suas possibilidades. Os professores e tutores deverão acompanhar o desenvolvimento das atividades, disponibilizando as orientações necessárias e oferecendo apoio aos participantes. O uso do AVEA poderá ser complementado por atividades/encontros presenciais em laboratórios e nos demais polos nos quais o Curso ocorrer, de acordo com a organização e planejamento do professor do componente curricular. A comunicação entre educandos, tutores e professores ocorrerá especialmente por meio do AVEA, como explicitado anteriormente. Tendo em vista que o IFPI dispõem de estúdios de TV, as ferramentas de videoconferência dos Polos também poderão ser utilizadas, explorando todo o seu potencial. Nessas estão incluídas as possibilidades de transmissão e/ou gravação de aulas e conferências por professores do corpo docente e de convidados especiais; de realização de reuniões síncronas a distância entre os tutores e estudantes, entre tutores e professores e entre os estudantes; bem como de interação entre os polos para troca de experiências.

Laboratório virtual de prática de ensino: Neste tópico serão desenvolvidas atividades que contemplem o desenvolvimento da técnica e transposição didática. A elaboração das vídeoaulas pelos alunos ocorrerá na disciplina de Tecnologias na Educação, as quais serão incorporados sucessivamente a um acervo contínuo e individual em que se consiga aferir o crescimento da habilidade e da técnica ao longo do desenvolvimento do curso.

2.10 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Em consonância com a concepção de avaliação preconizada na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei no 9394/96, a avaliação da aprendizagem no Curso de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva possui um caráter formativo, contínuo e cumulativo.

Nessa perspectiva, a Organização Didática do IFPI, definida pela Resolução 143/2022 CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI de 25 de agosto de 2022, em seus artigos 57, 58 e 59, dispõe que no processo avaliativo devem prevalecer os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, bem como o desempenho do aluno ao longo do período sobre os resultados de testes finais. No mesmo trecho determina que, além da verificação da acumulação de conhecimentos, o processo avaliativo visa também diagnosticar, orientar e reorientar a aquisição e o desenvolvimento de habilidades e atitudes pelos alunos, bem como a ressignificação do trabalho pedagógico.

Portanto, a sistemática de avaliação da aprendizagem adotada pelo IFPI considera as três funções da avaliação: diagnóstica, formativa e somativa. Nesse sentido, a avaliação da aprendizagem acontecerá de forma dinâmica e processual e, para isso, deverão ser utilizadas atividades e instrumentos diversificados, tais como: observações contínuas e sistemáticas, trabalhos individuais e em grupos, elaboração e desenvolvimento de projetos de pesquisa e de intervenção na realidade escolar, seminários, provas escritas, relatórios, dentre outros.

A função somativa da avaliação, relacionada à definição de notas e conceitos está descrita no Capítulo XII, seção VII da referida Organização Didática. Em caso de atualização na Organização Didática deve ser considerado o documento mais recente em vigor.

2.11. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

- Concepção, objetivos e carga horária

O estágio supervisionado é o momento de integração entre teoria e prática durante o curso de formação de professor, além de ser um componente obrigatório da organização curricular das Licenciaturas, conforme artigo 61 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96, atualizado pela Lei no. 12.014/09. A legislação brasileira vigente que caracteriza e define o estágio curricular é pautada na Lei nº

11.788/08, regulamentado pela Resolução No 093/2021 CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 18 de novembro de 2021.

No estágio, o professor construirá suas competências e identidade profissional a partir das relações entre sua pessoa e profissão, relacionando prática-teoria-prática para desenvolver autonomia, responsabilidade, decisão, e refletir a prática docente mediante a vivência de situações didáticas de observação-reflexão-ação.

O estágio supervisionado tem por objetivo propiciar aos discentes a complementação do processo de ensino-aprendizagem, em termos de atividades práticas, aperfeiçoamentos educacionais, artísticos, culturais, científicos e de relacionamento humano em diferentes campos de intervenção, orientadas, acompanhadas e supervisionadas pelos profissionais responsáveis pelo estágio. O estágio é uma etapa obrigatória dos cursos de Formação de Professores de acordo com as Resoluções CNE/CP nº 02/2019, de 20 de dezembro de 2019.

A prática docente, por meio do Estágio Supervisionado Obrigatório, acontece a partir da metade do curso, e constitui-se de 400 horas desenvolvidas através de componentes curriculares específicos, abrangendo os processos de observação, regência e socialização das experiências.

- Estrutura e funcionamento do estágio

O Estágio Supervisionado Obrigatório nos cursos de Licenciatura do IFPI ocorre em contexto escolar, espaços de formação ou instituições de Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, e suas modalidades, desde que as atividades desenvolvidas estejam articuladas às ementas de cada etapa do estágio. No curso de Educação Especial - Licenciatura, o Estágio poderá ser desenvolvido em todas as etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e do Ensino Médio),

Nessa perspectiva as atividades referentes ao estágio são devidamente orientadas, acompanhadas e supervisionadas pelos seguintes profissionais: Professor Orientador do IFPI, responsável pelo componente curricular de estágio - Área específica ou pedagógica; Professor Supervisor do IFPI - Área específica e/ou pedagógica e Professor Titular da Escola Campo, em conformidade com o artigo 5º da referida resolução.

As atividades de estágio se caracterizam pelas situações efetivas do processo de ensino-aprendizagem nas áreas onde ocorrem a oferta nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio de acordo com cada etapa.

O Estágio Supervisionado Obrigatório está organizado conforme a matriz curricular

para o curso de licenciatura da seguinte forma:

- Estágio Supervisionado I – 100 horas - 5º semestre;
- Estágio Supervisionado II – 100 horas – 6º semestre;
- Estágio Supervisionado III – 100 horas – 7º semestre
- Estágio Supervisionado IV – 100 horas – 8º semestre

As atividades do Estágio desenvolvidas nos componentes curriculares: na Educação Básica em salas de Atendimento Educacional Especializado- AEE ou em escolas comuns com alunos deficientes, transtorno do espectro autista, altas habilidades/superdotação.

O Estágio Supervisionado Obrigatório requer, no mínimo:

- I. Um discente regularmente matriculado no curso de Licenciatura do Campus e com frequência efetiva;
- II. Diretoria de Extensão ou Coordenação de Extensão e Serviço de Integração Empresa-Escola (SIE-E);
- III. Um professor do componente curricular de estágio supervisionado pertencente ao quadro de docentes do Campus, licenciado, ou com formação ou complementação pedagógica, ou pós-graduação;
- IV. Uma unidade concedente, onde o estágio supervisionado obrigatório será realizado, denominada Escola Campo de Estágio;
- V. Um professor regente da escola campo de estágio, com formação na área de conhecimento ou área afim do curso do estagiário;
- VI. Celebração de termo de compromisso entre o discente, escola campo de estágio e o IFPI;
- VII. Compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

É válido ressaltar que, ao final de cada componente curricular, ocorre socialização das práticas pedagógicas e das vivências no estágio supervisionado.

- Avaliação do estágio supervisionado

O desenvolvimento do Estágio Supervisionado deverá se basear no seguinte direcionamento metodológico:

- I. Conhecimento do contexto escolar;
- II. Reflexão sobre a realidade escolar;
- III. Planejamento;
- IV. Coparticipação;

V. Regência de sala de aula;

VI. Socialização;

VII. Avaliação.

O acompanhamento de estágio será realizado pelos Professores Supervisores/Orientadores de Estágio através de:

- Reuniões periódicas com professor titular da escola campo de estágio e estagiário durante o período de estágio;
- Avaliação coerente dos partícipes do Estágio Supervisionado que deverá ocorrer, no mínimo, em 02 (duas) aulas durante a regência, com a presença do professor supervisor na escola campo.
- Análise de relatos e outros registros parciais elaborados pelo estagiário.

A avaliação do estágio supervisionado assumirá caráter formativo durante o seu desenvolvimento e ao seu final. Para analisar o desempenho do discente estagiário será feita de forma coletiva uma socialização da experiência do estágio, levando-se em conta os seguintes itens:

- a) Ficha de Avaliação do Estágio Curricular Supervisionado assinada pelos professores envolvidos no processo formativo;
- b) Avaliação dos Instrumentais entregues pelo discente/estagiário: Diário de Bordo, Relato de Experiência, Relatório Reflexivo e Memorial de Formação.

O instrumento de avaliação de formação profissional de cada etapa do Estágio Curricular Supervisionado será avaliado pelo: Professor Orientador com base nos seguintes aspectos:

- a) relevância acadêmico-científica na produção e apresentação, conforme normas estabelecidas no Manual de Estágio e na ABNT;
- b) capacidade criativa e inovadora demonstrada nas atividades desenvolvidas durante o estágio, e descritas no instrumento de avaliação de formação profissional de cada etapa.

A expedição do diploma de conclusão do curso está condicionada:

- a) ao reconhecimento do estágio realizado pela Coordenação de Estágio e/ou Coordenação de Extensão;

- b) a apresentação pelo discente/estagiário e aprovação pelo professor orientador do instrumento de avaliação de formação profissional de cada etapa do estágio supervisionado.

2.12. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O Estágio Supervisionado é precedido da celebração do Termo de Compromisso firmado entre o IFPI, o discente/estagiário e a Parte Concedente (Escola Campo de Estágio); do Termo de Convênio de Estágio, quando necessário, e demais documentos pertinentes, listados a seguir: Carta de Apresentação, Termo de Aceite, Termo de Compromisso e Fichade Supervisão de Estágio.

O estágio acontece em contexto escolar, espaços de formação ou instituições vinculadas à esfera de ensino (escolas públicas e privadas que oferecem curso de educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e do Ensino Médio), incluindo as escolas que atendem às diversas modalidades. A parceria entre a IES e a escola campo para a realização de estágio dar-se-á mediante convênio entre as partes.

Das instituições vinculadas à esfera do ensino e outros espaços de formação e de suas atribuições, conforme a RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 93/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2021, descreve os espaços de estágio, conforme abaixo:

Art. 16. Constituem-se Escolas Campo de Estágio, espaços de formação ou instituições vinculadas à esfera do ensino de Educação Básica, preferencialmente públicas, de ensino regular na educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e do Ensino Médio), , nasdiversas modalidades.

§ 1º O estágio supervisionado obrigatório pode ser executado, esporadicamente, também em estabelecimentos da rede privada que, de fato, permitam a formação docente/profissional, ou seja, que autorizem o estudante ao exercício do magistério e atuação nas diversas modalidades.

§ 2º O Estágio Supervisionado poderá ser realizado no próprio Instituto Federal do Piauí (IFPI), desde que o desenvolvimento das atividades permita ampliar os conhecimentos teórico-práticos dos discentes, considerando as especificidades da área de formação e a tramitação institucional.

3º O estágio supervisionado pode ser realizado em espaços não formais, tais como:

associações, sindicatos, ONGs, instituições religiosas, instituições filantrópicas, entre outras, que desenvolvam atividades que contribuam para a formação docente/profissional, ou seja, que preparem o estudante ao exercício do magistério e atuação nas diversas modalidades.

O Estágio Supervisionado poderá ser desenvolvido em forma de Projeto de Ensino ou de Intervenção, atividades de extensão (exceto atividades curriculares de extensão, nos moldes da Resolução Normativa Nº 131/2022), em programas de Residência Pedagógica, de monitorias e de iniciação científica desde que atenda aos objetivos dos componentes curriculares do Estágio Supervisionado I e II com critérios a serem definidos pelo Colegiado do Curso.

Ainda de acordo com a Resolução 093/2021, o Estágio Supervisionado Obrigatório poderá também ser desenvolvido, parcialmente, em instituições de ensino superior de outros estados ou países, caso o aluno esteja participando de algum programa de mobilidade acadêmica que preveja período de estágio. Nesse caso, deve contemplar atividades articuladas às ementas de cada etapa do Estágio.

As normas apresentadas vêm ao encontro das necessidades relacionadas à Formação Docente, com base nos conhecimentos teórico-práticos adquiridos durante o percurso formativo do licenciando.

2.13. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA

O Estágio Supervisionado é um importante componente curricular que permite aos licenciandos uma interlocução entre teorias estudadas e refletidas no percurso de formação com a prática nas escolas campo de estágio. O Estágio Supervisionado, nos cursos de Licenciatura do IFPI, é um ato educativo escolar, realizado em colaboração com o sistema formal de ensino, avaliado conjuntamente pela instituição formadora, IFPI, e a escola campo de estágio. As atividades de estágio se caracterizam pelas situações efetivas do processo ensino-aprendizagem nas áreas onde ocorre a oferta nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio de acordo com cada etapa.

O Estágio Supervisionado deverá ser uma atividade intrinsecamente articulada com a prática e com as atividades de trabalho acadêmico, colaborando para a formação da identidade do professor como educador e para o desenvolvimento de competências exigidas na prática profissional, especialmente quanto ao planejamento, organização, execução e avaliação do aprendizado.

As finalidades do Estágio Supervisionado preveem a complementação do processo ensino-aprendizagem instituído no decorrer do curso através de atividades práticas em diferentes campos, vivenciar situações concretas, estabelecer relações entre teoria-prática, aprimoramento da prática profissional, efetivar decisões para melhorar a educação básica.

O Estágio Supervisionado é estruturado em alternâncias onde as sucessivas idas ao campo serão preparadas, exploradas, refletidas e socializadas em momentos privilegiados da formação. Este tem por objetivo propiciar aos discentes a complementação do processo de ensino e aprendizagem, em termos de atividades práticas, aperfeiçoamentos educacionais, artísticos, culturais, científicos e de relacionamento humano em diferentes campos de intervenção, orientadas, acompanhadas e supervisionadas pelos profissionais responsáveis pelo estágio.

A regência no ambiente de aprendizagem profissional permitirá aos professores formadores e aos professores em processo de formação delinearem, com mais segurança, sua identidade profissional e seu compromisso ético, mediante a avaliação processual das competências compatíveis com uma formação pautada na proposta das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de licenciatura) e para a formação continuada.

Durante os estágios, serão construídas competências e habilidades a partir das reflexões realizadas, relacionando prática-teoria-prática para desenvolver autonomia didático pedagógica. As atividades que serão articuladas entre o IFPI e as escolas campo de estágios se desenvolvem de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos de acordo com os programas dos componentes curriculares Estágio Supervisionado I, II, III e IV.

2.14 TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

De acordo com a Resolução Normativa 046/2021 CONSUP, de 16 de junho de 2021, o TCC consiste em uma pesquisa acadêmico-científica onde o(s) tema(s) abordado(s) contribua(m) para o desenvolvimento das competências e habilidades requeridas para o(a) licenciando(a), em consonância com as diretrizes curriculares.

O TCC será elaborado individualmente, deve abordar temas relacionados às linhas de pesquisa pertinentes ao curso, e desenvolvido nos 4º e 5º módulos do curso, nos componentes curriculares TCC I e TCC II, respectivamente. O trabalho produzido poderá ser apresentado em formato de monografia ou artigo, observando o disposto na resolução

normativa citada acima.

No curso de licenciatura em Educação Especial e Inclusiva , o TCC preferencialmente, consistirá:

- a) Na reflexão das situações-problema enfrentadas no cotidiano real de sala de aula e/ou contexto social; ou
- b) Numa pesquisa-intervenção dentre as abordagens teórico-práticas desenvolvidas no decorrer do curso e com foco na área de ensino; ou
- c) No desenvolvimento de um produto educacional aplicável em condições reais de sala de aula ou outros espaços de ensino.

São exemplos de produtos educacionais:

- a) Material didático/instrucional, tais como propostas de ensino, envolvendo sugestões de experimentos e outras atividades práticas, sequências didáticas, propostas de intervenção, roteiros de oficinas; material textual, como manuais, guias, textos de apoio, artigos em revistas técnicas ou de divulgação, livros didáticos e paradidáticos, histórias em quadrinhos e similares, dicionários; mídias educacionais, como vídeos, simulações, animações, videoaulas, experimentos virtuais e áudios; objetos de aprendizagem; ambientes de aprendizagem; páginas de internet e blogs; jogos educacionais de mesa ou virtuais, e afins; entre outros;
- b) *Software*/Aplicativo: aplicativos de modelagem, aplicativos de aquisição e análise de dados, plataformas virtuais e similares, programas de computador, entre outros.

Os demais critérios relacionados à orientação e avaliação do TCC estão dispostos na Resolução Normativa 046/2021 CONSUP, de 16 de junho de 2021, ou resolução substitutiva.

2.15 TEMAS TRANSVERSAIS OBRIGATÓRIOS

Os temas transversais estão voltados para a compreensão e para a construção da realidade social, dos direitos e responsabilidades relacionados com a vida pessoal e coletiva, e com a afirmação do princípio da participação política, numa perspectiva de formação cidadã.

Os temas transversais obrigatórios estão contemplados no PPC da seguinte forma:

a) Educação das relações ético-raciais

A Educação das Relações Étnico-raciais no currículo do curso (Leis nº 10.639/2003 e

11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004) – integra a matriz do curso por meio da disciplina Educação das Relações Étnicas Raciais afro-diaspóricas e Indígenas, com carga horária de 40 horas teórica e 20 horas práticas, compondo o grupo que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais, conforme descrito no artigo 12 da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019.

Tal componente curricular contempla a propositura de conteúdo curricular de abrangência das dimensões históricas, sociais e antropológicas inerentes à realidade brasileira, que possam ressignificar o processo de aprendizagem dos estudantes, sobretudo da população negra, por meio do reconhecimento identitário e da valorização sociocultural, favorecendo a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial - descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada.

b) Educação dos direitos humanos

A Educação dos Direitos Humanos (Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/2012) consta no currículo do curso por meio da inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior podendo ocorrer nas seguintes formas: pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente; como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar; e, de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade. As disciplinas de **Educação das Relações Étnicas Raciais afro-diaspóricas** (módulo VII) e **Educação Especial** (módulo V) contemplam a legislação.

b) Educação ambiental

Os conhecimentos concernentes à Educação Ambiental previstos na Resolução CNE/CP nº 2/2012 dar-se-á pela transversalidade, mediante atividades e ações de sustentabilidade socioambiental na instituição educacional e na comunidade, com foco na prevenção de riscos, na proteção e preservação do meio ambiente e da saúde humana e na construção de sociedades sustentáveis.

c) Educação no trânsito e demais temas previstos em lei/decreto

A Educação no Trânsito no currículo (Lei nº 9.503/1997) está contemplada no currículo por meio do planejamento de ações coordenadas entre o IFPI e os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e de Educação, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas respectivas áreas de atuação.

Considerando que o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), anualmente, estabelece o tema e o cronograma mensal das campanhas educativas a serem seguidas por todos os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, com o propósito de orientar todas as ações com o mesmo objetivo, nas mesmas áreas e com o mesmo foco, incluindo as Instituições de ensino, o IFPI deverá seguir as campanhas educativas orientadas pelo CONTRAN para assinalar a Educação no Trânsito no currículo, conforme planejado no calendário de eventos do campus.

d) Eventos institucionais que tratam sobre os temas transversais obrigatórios

Para o cumprimento das atividades e eventos que concretizarão os Temas Transversais Obrigatórios, o IFPI dispõe de um calendário de eventos com o planejamento para a realização de atividades, eventos, ações e projetos que possam favorecer a transversalidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a significação dos Temas Transversais descritos, bem como dos seguintes temas preconizados nas legislações e orientações do MEC: Direitos da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990); Educação Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.947/2009); Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Lei nº 10.741/2003); Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher (Lei nº 14.164/2021); e Dia Nacional da Consciência Negra (Lei nº 12.519/2011).

As atividades e ações previstas poderão ocorrer na forma de Oficinas, Seminários; Jornadas, Simpósios, Semanas de estudo; Semanas Comemorativas, Organização de feiras e eventos, com o cadastro no Módulo Eventos do SUAP e o devido registro fotográfico/vídeo.

e) Núcleos institucionais temáticos

- Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), regulamentado pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 52/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23 de julho de 2021.
- Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), regulamentado pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 53/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23 de julho de 2021.

Neste PPC, a disciplina de Educação das Relações Étnicas Raciais afro-diaspóricas e indígenas (60 horas, sendo 20 horas práticas) contempla o tema transversal de Educação das

Relações Étnicas Raciais, na totalidade de sua ementa. Juntamente com a disciplina de Educação Especial (80 Horas), atendem ao disposto com relação ao tema Educação dos Direitos Humanos.

2.16 APOIO AO DISCENTE

Os Licenciandos do curso em Educação Especial e Inclusiva, terão 1 (uma) cota mensal de 700 (setecentos) reais, durante a vigência do curso, para cada estudante indígena, pardo, preto, quilombola e das populações do campo, assim como pessoa surda ou pertencente ao público-alvo da educação especial, regularmente matriculado em curso do PARFOR EQUIDADE, conforme edital da Capes Nº 23/2023.

Os Programas Universais visam incentivar a formação acadêmica, a produção do conhecimento, o desenvolvimento técnico-científico, a formação cultural e ética, sendo envolvidas ações de ensino, pesquisa e extensão. Estão organizados em três categorias:

a) Política de diversidade e inclusão do IFPI

A Política de Diversidade e Inclusão do IFPI, aprovada pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 56/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 02/08/2021, orienta um espaço de concretização de ações inclusivas mediante princípios, diretrizes e objetivos que ampliam e fortalecem o atendimento e acompanhamento a comunidade acadêmica inserida no contexto da diversidade cultural, étnico-racial, de gênero e necessidades específicas, garantindo assim o acesso, permanência e êxito ao discente.

O objetivo é promover inclusão no IFPI, mediante ações, com vistas à construção de uma instituição inclusiva, permeada por valores democráticos e pelo respeito à diferença e à diversidade.

Esta política propõe medidas intermediadas pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), regulamentada pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 55/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23/07/2021, e Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), regulamentado pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 53/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23/07/2021.

São considerados público-alvo do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas- NAPNE: Discentes com deficiência- aqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, auditiva, visual, mental, intelectual ou sensorial, discentes com transtornos globais do desenvolvimento, com altas habilidades/superdotação e ainda os transtornos funcionais específicos como: dislexia,

disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade.

São considerados público-alvo do Núcleo de Estudos e Pesquisa Afro-brasileiras e Indígenas-NEABI: Negros, que se autodeclararem de cor preta ou parda, conforme classificação adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e indígenas, que se enquadrem na portaria 849/2009 da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

São objetivos específicos da Política de Diversidade e Inclusão do IFPI:

- I - Proporcionar formação de professores para os atendimentos educacionais especializados e demais profissionais da educação para a inclusão;
- II- Garantir processos seletivos com adaptações necessárias para o acesso de pessoas com deficiência;
- III- Proporcionar a adaptação dos currículos de acordo com o estabelecido nas Leis nº 9.394/1996, 10.639/2003 e 11.645/2008, que preveem a inclusão obrigatória das temáticas relacionadas à História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em todas as modalidades e níveis de ensino, bem como parecer CNE/CP nº 08/2012 e com a Resolução nº 01/2012, que tratam da Educação para os Direitos Humanos;
- IV-Assegurar a aquisição e elaboração de recursos didáticos dos discentes com necessidades educacionais específicas;
- V- Desenvolver periodicamente ações que promovam a sensibilização, adaptações de acesso ao currículo por meio de modificações ou provisão de recursos especiais, materiais ou de comunicação, para melhoria de metodologias, ferramentas e técnicas utilizadas no processo de inclusão e diversidade;
- VI- Garantir acompanhamento psicossocial e pedagógico realizado de modo articulado com os núcleos voltados às ações de diversidade e inclusão;
- XV- Manter articulação com a Política de Assistência estudante – POLAE;
- XVI- Manter articulação com o programa de acolhimento ao estudante ingressante – PRAEI;
- XVII- Incentivar, tanto discentes como professores, a desenvolverem projetos na área de Tecnologia Assistiva.

b) Mobilidade Acadêmica

A mobilidade acadêmica é regulamentada pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 121/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 30 de março de 2022, que estabelece as normas e procedimentos para a mobilidade acadêmica de estudantes de cursos de graduação do

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.

A Mobilidade Acadêmica Interna refere-se à possibilidade de o estudante do IFPI, com situação de matrícula ativa, pleitear mudança de campus, para fins de prosseguimento do seu processo formativo, desde que tenha cursado, no mínimo dois semestres letivos no campus de origem.

A Mobilidade Acadêmica Interna poderá ocorrer por meio de: transferência interna e matrícula especial intercampi. A transferência interna de aluno entre seus *campi* deverá ser motivada por pelo menos um dos casos (ou outros correlatos ou análogos):

- I. Necessidade de mudança de domicílio de estudante trabalhador, de seus responsáveis legais ou cônjuge, mediante comprovação;
- II. Doença física ou psicológica comprovada por laudo médico, que requeira tratamento prolongado específico no local para onde a transferência é solicitada, referendado pelo setor médico do IFPI;
- III. Condição de vulnerabilidade psicossocial, mediante apresentação de parecer social emitido pelo setor de serviço social do campus no qual o estudante está matriculado;
- IV. Motivo de doença em pessoa da família que precise de auxílio durante tratamento prolongado, comprovado por laudo médico, referendado pelo setor médico do IFPI.

A mobilidade acadêmica na forma de matrícula especial intercampi é o vínculo temporário que o estudante do IFPI, com situação de matrícula ativa em curso de educação superior, estabelece com outro campus do IFPI, por um período de até um ano letivo, mantendo o vínculo no campus de origem, para cursar disciplinas que integram a matriz curricular do seu curso, mediante deferimento dos Colegiados dos cursos de origem e de destino, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim recomendar e em pelo menos um dos seguintes casos:

- I - Serviço militar obrigatório;
- II- Emprego efetivo comprovado;
- III - Acompanhamento de cônjuge, filhos, pais ou dependentes legais, em tratamento de saúde comprovadamente demorado;
- IV- Condição de vulnerabilidade psicossocial;
- V- Retenção em componente curricular cuja oferta pelo campus de origem não ocorrerá em período subsequente à retenção;
- VI- Integralização curricular.

São consideradas como atividades de Mobilidade Acadêmica aquelas de natureza acadêmica, científica, artísticas e/ou cultural, como cursos, estágios e pesquisas orientadas que visem à complementação e ao aprimoramento da formação do estudante de graduação.

A Mobilidade Acadêmica Internacional é aquela na qual o estudante realiza atividades de mobilidade estudantil em instituição de ensino estrangeira, mantendo o vínculo de matrícula na Instituição de origem durante o período de permanência na condição de “estudante em mobilidade”.

A mobilidade acadêmica poderá ocorrer por meio de:

I - Adesão a Programas do Governo Federal; e

II - Estabelecimento de Convênio interinstitucional.

A Mobilidade Acadêmica tem por finalidade:

I - Proporcionar o enriquecimento da formação acadêmico-profissional e humana, por meio da vivência de experiências educacionais em instituições de ensino nacionais e internacionais;

II - Promover a interação do estudante com diferentes culturas, ampliando a visão de mundo e o domínio de outro idioma;

III - Favorecer a construção da autonomia intelectual e do pensamento crítico do estudante, contribuindo para seu desenvolvimento humano e profissional;

IV - Estimular a cooperação técnico-científica e a troca de experiências acadêmicas entre estudantes, professores e instituições nacionais e internacionais;

V - Propiciar maior visibilidade nacional e internacional ao IFPI; e

VI - Contribuir para o processo de internacionalização do ensino de graduação no IFPI.

c) Acessibilidade

Para a inclusão de pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida, o Instituto procura atender a Lei no 10.098/2000 disponibilizando rampas nas entradas, portas largas, barras de apoio e pisos antiderrapantes, sanitários adaptados para cadeirantes, reserva de vagas em seus estacionamentos.

O IFPI promove e desenvolve ações com o intuito de ampliar as condições de acessibilidade para os alunos com necessidades específicas físicas e educacionais através do NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas.

Com o objetivo de permitir uma aproximação entre os falantes da Língua Portuguesa e as comunidades surdas, a disciplina de Língua Brasileira de Sinais está inserida no currículo seguindo as orientações do Decreto no 5.626/2005. A utilização da Libras se mostra necessária especialmente nos espaços educacionais, favorecendo ações de inclusão social e

oferecendo possibilidades para a quebra de barreiras linguísticas entre surdos e ouvintes.

d) Profissionais Técnicos Especializados em Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais

São atribuições do Tradutor/Intérprete de Libras, no exercício de suas competências, no âmbito do IFPI:

I - Efetuar a comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;

II – Traduzir e interpretar, em Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa, as atividades didático pedagógicas e culturais de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvida nos cursos técnicos de níveis fundamental, médio e no ensino superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares, em sala de aula e demais ambientes acadêmicos;

III - Traduzir e interpretar materiais didáticos, artigos, livros, textos diversos, provas, exercícios, vídeos e outros, reproduzindo em Libras ou na modalidade oral da língua portuguesa o pensamento e intenção do emissor;

IV - Atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos;

V - Participar da produção de material técnico, didático-pedagógico ou de informática;

VI - Apoiar a acessibilidade aos serviços e às atividades-fim do IFPI, atendendo ao disposto no Decreto 5.626/05, na Lei 13.146/15, na Resolução nº 07/2018/CONSUP/IFPI e aos demais preceitos vigentes e zelando pelo rigor técnico, pela ética profissional, o respeito à pessoa e à cultura da pessoa surda.

Identificando a necessidade de profissionais técnicos especializados em tradução e interpretação de Língua Brasileira de Sinais; Cuidador em Educação Especial; Revisor, Ledor e Transcritor em Braille e Atendimento Educacional Especializado, o IFPI promove a contratação desses profissionais, conforme condições, quantidades e exigências legais.

e) Mecanismos de Nivelamento

Em busca de um melhor aproveitamento e, também, reduzir a evasão e a retenção do discente no início da vida acadêmica será proposto um nivelamento dos conteúdos básicos, por meio da disciplina de Matemática Básica (módulo I). Acrescente-se que se encontra na fase de regulamentação a política de nivelamento dos cursos de graduação. Assim, está sendo normatizado um Programa de Acompanhamento do Estudante Ingressante nos cursos superiores- PRAEI-SUPER, que integrará as políticas de

ensino com ações acadêmico-administrativas voltadas para a existência de nivelamento transversal a todos os cursos no âmbito do IFPI, com o objetivo de desenvolver e aprimorar habilidades e competências dos acadêmicos para o melhor desempenho no Ensino Superior, com vistas a garantir a permanência e o êxito.

2.17 GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A avaliação será contínua, com momentos específicos para discussão, englobando uma análise integrada dos diferentes aspectos, estruturas, relações, compromisso social, atividades e finalidades da instituição e do respectivo curso, abrangendo uma perspectiva interna e externa:

-Avaliação Interna: ações decorrentes dos processos de avaliação, no âmbito do curso, considerando o relatório de autoavaliação institucional elaborado pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA), alinhadas com as metas estabelecidas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPI, a fim de promover o aperfeiçoamento de forma estratégica. Serão também instrumentos de avaliação interna o Colegiado do Curso e o Núcleo Docente Estruturante (NDE), caracterizados, respectivamente.

A autoavaliação ocorrerá com periodicidade estabelecida pelos colegiados dos cursos, com previsão no calendário acadêmico e fornecerá as bases para elaboração do (re)planejamento das ações acadêmico-administrativas no âmbito do curso, e consequentemente, para a tomada de decisão, conforme estabelecido na RESOLUÇÃO NORMATIVA 98/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 7 de dezembro de 2021, que atualiza o instrumento de autoavaliação institucional dos cursos de graduação, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências

-Avaliação Externa: A avaliação Externa abrangerá a visita *in loco*, realizada para autorização do curso, reconhecimento e renovação de reconhecimento, na qual são avaliadas as três dimensões do curso quanto à adequação ao projeto proposto: a organização didático-pedagógica; o corpo docente e técnico-administrativo e as instalações físicas. Além disso, a avaliação externa contempla resultados obtidos pelos alunos do curso no Enade e os demais dados apresentados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

Os resultados dessas avaliações sistemáticas indicarão a eficácia do presente Projeto Pedagógico de Curso, oportunizando a implementação de ações acadêmico- administrativas necessárias para a melhoria contínua do curso em questão.

2.18 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO APRENDIZAGEM

O processo de avaliação do ensino-aprendizagem constitui-se como uma ferramenta sistemática, essencial para a consolidação de habilidades e competências. Tal processo deve estar em consonância com projeto político-pedagógico, com os objetivos gerais e específicos do IFPI e com o perfil profissional do curso.

A avaliação deverá ter caráter formativo, processual e contínuo, pressupondo a contextualização dos conhecimentos e das atividades desenvolvidas, a fim de propiciar um diagnóstico preciso do processo de ensino e aprendizagem que possibilite ao professor analisar sua prática e ao estudante comprometer-se com seu desenvolvimento intelectual adquirindo autonomia. Ela aparecerá como subsídio para tomada de decisão, o que vai levar ao professor realizar novas abordagens sobre o desenvolvimento das competências adquiridas pelo aluno, constatando seu aproveitamento.

A avaliação da Aprendizagem é regulamentada pela organização didática do IFPI, RESOLUÇÃO NORMATIVA 143/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 25 de agosto de 2022. Altera a Resolução que normatiza a Organização Didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.

a) Avaliação da aprendizagem

A avaliação do processo ensino-aprendizagem deverá ter como parâmetros os princípios do projeto político-pedagógico, a função social, os objetivos gerais e específicos do IFPI e o perfil de conclusão de cada curso.

A avaliação é um processo contínuo e cumulativo do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais, conforme estabelece a Lei No 9.394/96.

A avaliação dos aspectos qualitativos compreende o diagnóstico, a orientação e reorientação do processo ensino-aprendizagem, visando ao aprofundamento dos conhecimentos, à aquisição e/ou ao desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes pelos alunos e à ressignificação do trabalho pedagógico.

A Sistemática de Avaliação do IFPI compreende avaliação diagnóstica, formativa e somativa.

A avaliação da aprendizagem dar-se-á por meio de um ou mais dos seguintes instrumentos:

- I - Prova escrita;
- II - Observação contínua;
- III - Elaboração de portfólio;
- IV - Trabalho individual e/ou coletivo;
- V - Resolução de exercícios;
- VI - Desenvolvimento e apresentação de projetos;
- VII - Seminário;
- VIII - Relatório;
- IX - Prova prática; e
- X - Prova oral.

A escolha do instrumento de avaliação da aprendizagem deverá estar em consonância com a especificidade da disciplina, os objetivos educacionais propostos e o conteúdo ministrado.

b) Sistema de Avaliação do Curso

A avaliação da aprendizagem nos Cursos Superiores de Graduação, ofertados na forma de módulo/disciplinas, será expressa em notas, numa escala de 0,0(zero) a 10,0 (dez), sendo admitida uma casa decimal.

Será considerado aprovado por média em cada disciplina o aluno que obtiver média

semestral igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência igual ou superior a 75% da carga horária da disciplina, sendo registrada, no Diário de Classe e Sistema de Controle Acadêmico, a situação de Aprovado.

Caso a nota semestral seja inferior a 4,0 (quatro), o discente será considerado reprovado, sendo feito o registro, no Diário de Classe e Controle Acadêmico, da condição de Reprovado por Nota.

Se a Média Semestral na disciplina for igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete), o discente que tiver ao menos 75% de frequência da carga horária da disciplina fará Exame Final; neste caso, a Média Final será calculada da seguinte forma:

$$MF = (MS + EF) / 2$$

Onde:

MF = Média Final;

MS = Média Semestral;

EF = Exame Final.

Para a aprovação, o resultado descrito anteriormente terá que ser igual ou superior a 6,0 (seis), sendo registrada, no Diário de Classe e no Sistema de Controle Acadêmico, a situação de Aprovado após Exame Final.

Caso a nota semestral, após o Exame Final, seja inferior a 6,0 (seis), o discente será considerado reprovado, sendo lançada, no Diário de Classe e no Controle Acadêmico, a situação de Reprovado por Nota.

c) Verificação de Aprendizagem em Chamada

É direito do aluno o acesso às várias formas de avaliação da aprendizagem, incluídas as de chamada, desde que as solicite à Coordenação de Curso/Área, via protocolo, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, considerando os dias úteis, após a realização da avaliação à qual não se fez presente, mediante a apresentação dos documentos justificativos abaixo especificados:

- I - Atestado médico comprovando a impossibilidade de participar das atividades escolares do dia;
- II - Declaração de corporação militar comprovando que, no horário da realização da 1ª chamada, estava em serviço;
- III - Declaração da Direção de Ensino do campus, comprovando que o estudante estava representando o IFPI em atividade artística, cultural ou esportiva;
- IV - Ordem judicial;
- V - Certidão de óbito de parentes de primeiro grau ou cônjuge;
- VI - Declarações de trabalho em papel timbrado com carimbo da empresa e assinatura do empregador; e
- VII - Outros que possam comprovar a solicitação.

Os casos omissos deverão ser analisados pelo Coordenador de Curso em conjunto com o professor da disciplina para análise da viabilidade do pedido.

A autorização para realização da verificação da aprendizagem, em chamada, dependerá da análise do requerimento, pela Coordenadoria de Curso, conjuntamente com o professor da disciplina, que disporão de 24 horas, após a notificação ao professor, para emitir parecer relativo ao objeto do requerimento.

Cabe ao professor da disciplina a elaboração e a aplicação da verificação da aprendizagem em chamada, no prazo máximo de 08 (oito) dias após o deferimento do pedido.

Se, por falta de comparecimento do aluno, em qualquer etapa de avaliação, decorrido o prazo de pedido de chamada, não for possível apurar o seu aproveitamento escolar, ser-lhe-á atribuído nota 0,0 (zero).

d) Revisão da Verificação da Aprendizagem

O aluno que discordar do(s) resultado(s) obtido(s) no(s) procedimento(s) avaliativo(s) poderá requerer revisão de provas. O requerimento, com fundamentação da discordância, deverá ser dirigido à Coordenação de Curso, até dois dias úteis, após o recebimento da avaliação.

Cabe à Coordenação de Curso, no prazo de 2 dias, dar ciência ao professor da disciplina para emitir parecer. Cabe ao professor da disciplina dar parecer no prazo de (3 dias) a partir da ciência dada pela Coordenação.

Caso o professor se negue a revisar a prova, cabe à Coordenação do Curso em reunião com o Colegiado de Curso e deliberar sobre a revisão, no prazo máximo de sete dias úteis.

2.19 ATIVIDADES DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Em princípio, é importante ressaltar que um dos princípios norteadores da prática educativa dos cursos de graduação no âmbito do Instituto Federal do Piauí consiste no estímulo à adoção da pesquisa como princípio pedagógico presente em um processo formativo voltado para um mundo permanentemente em transformação, integrando saberes cognitivos e socioemocionais, tanto para a produção do conhecimento, da cultura e da tecnologia, quanto para o desenvolvimento do trabalho e da intervenção que promova impacto social.

Ademais, o Instituto Federal do Piauí visa, entre outras finalidades: a) desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica e b) realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico. Nessa perspectiva é, pois, necessário enfatizar que as ações de fomento à pesquisa no âmbito da instituição procuram estabelecer um elo com as ações de Ensino, Extensão e Internacionalização com vistas a uma sociedade plural de forma articulada com os arranjos socioprodutivos locais e regionais.

Em consequência disso, compreende-se e defende-se a importância da iniciação científica como uma ação pedagógica que introduz os estudantes da graduação na pesquisa acadêmico-científica como forma de engajá-los e colocá-los em contato direto com a produção conhecimento a partir da compreensão que essa prática contribua para a formação intelectual, reflexiva, autônoma, crítica e criativa dos estudantes considerando as dimensões: ciência, tecnologia e inovação.

Diante de tudo isso, é importante acrescentar que a iniciação científica, partir da relação do estudante com a pesquisa científica possibilita a formação de cidadãos e de profissionais preparados para o mundo do trabalho, e por conseguinte, aptos para o exercício da profissão visando o desenvolvimento territorial, além de prepará-los também para a pós-graduação.

Deste modo, o Instituto Federal do Piauí tem programas de iniciação científica regulamentados pela Resolução nº 24/2019 que permitem colocar os estudantes de cursos

de graduação em contato direto com a atividade científica e de pesquisa. Nesse processo, espera-se proporcionar ao estudante bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa. Esses projetos são desenvolvidos através do:

a) **PIBIC** - Programa de Bolsa de Iniciação Científica - incentiva a participação de estudantes do Ensino Superior em projetos de pesquisa;

b) **PIBIC IT** - Programa de Bolsa de Iniciação Científica Inovação Tecnológica - incentiva a participação de estudantes do Ensino Médio Integrado em projetos de Inovação Tecnológica.

Nessa perspectiva é, pois, necessário enfatizar que além das iniciativas do incentivo à pesquisa e a inovação, o Instituto Federal do Piauí estimula, através de políticas institucionais, o incremento da publicação em periódicos e a participação de docentes e estudantes em eventos científicos.

2.20 COMITÊ DE ÉTICA DE PESQUISA

a) Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/IFPI) é um órgão colegiado, de caráter interdisciplinar, de natureza técnico-científica, consultiva, deliberativa e educativa, com autonomia de decisão no exercício de suas funções. Está constituído nos termos da Resolução nº 466 de 12/12/2012, da Norma Operacional Nº 001/2013 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde – CNS/MS e da Resolução CNS nº 370, de 08 de março de 2007.

A instalação do CEP é fundamental nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos, dentro de padrões éticos determinados pelas resoluções supra citadas. Tem o propósito de defender os interesses dos sujeitos envolvidos na pesquisa, garantindo sua integridade, dignidade e proteção.

São atribuições do CEP/IFPI de acordo com a Resolução (466/12), protocolar e avaliar os projetos de pesquisa envolvendo seres humanos (submetidos através da Plataforma Brasil), com base nos princípios da ética, impessoalidade, transparência, razoabilidade, proporcionalidade e eficiência, tem papel consultivo e educativo nas questões de ética, encaminha relatórios ao CONEP, acompanha o desenvolvimento de projetos, recebe

denúncias de abusos ou fatos adversos na pesquisa, em caso de irregularidades pode requerer apuração e sindicância e comunica à CONEP e representa a instituição (IFPI) em todas as suas instâncias, interna e externa.

b) Comitê de Ética no Uso de Animais

O Comitê de Ética no Uso de Animais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (CEUA/IFPI) é um órgão técnico-científico de caráter consultivo, deliberativo e educativo nas questões sobre a utilização de animais para pesquisa, ensino ou extensão.

O CEUA/IFPI está vinculado à Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPI) e tem por finalidade cumprir e fazer cumprir, no âmbito do IFPI e nos limites de suas atribuições, o disposto da Lei nº 11.794/2008, nas Resoluções Normativas do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA) e nas demais normas aplicáveis à utilização de animais para pesquisa, ensino e extensão.

Portanto, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão que envolvam o uso de animais das espécies classificadas como Filo Chordata, subfilo Vertebrata, exceto o homem, observada a legislação ambiental, deverão ser submetidas à aprovação prévia do CEUA/IFPI.

CAPITULO 3.0 - COORDENAÇÃO DO CURSO, CORPO DOCENTE E TUTORES

3.1- CORPO DOCENTE

Os professores aqui chamados de professores formadores que atuarão no curso deverão ser obrigatoriamente lotados IFPI, sendo todos selecionados por edital público conforme legislação vigente. As atividades de formação desenvolvidas pelos professores formadores serão remuneradas através de bolsas formação custeadas totalmente pela CAPES.

Caberá ao professor formador:

- Desenvolver as atividades docentes na capacitação de coordenadores, professores e tutores mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no plano de capacitação;
- Participar das atividades de docência das disciplinas curriculares do curso;

- Participar de grupo de trabalho para o desenvolvimento de metodologia na modalidade a distância;
- Participar e/ou atuar nas atividades de capacitação desenvolvidas na Instituição de Ensino;
- Coordenar as atividades acadêmicas dos tutores atuantes em disciplinas ou conteúdos sob sua coordenação;
- Desenvolver o sistema de avaliação de alunos, mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no plano de curso;
- Apresentar ao coordenador de curso, ao final da disciplina ofertada, relatório do desempenho dos estudantes e do desenvolvimento da disciplina;
- Desenvolver, em colaboração com o coordenador de curso, a metodologia de avaliação do aluno;
- Desenvolver pesquisa de acompanhamento das atividades de ensino desenvolvidas nos cursos na modalidade a distância;
- Elaborar relatórios semestrais sobre as atividades de ensino no âmbito de suas atribuições, para encaminhamento à DED/CAPES/MEC, ou quando solicitado.

3.2 -TUTORES

Os tutores de apoio serão obrigatoriamente selecionados por edital publico aberto conforme legislação vigente sendo suas atividades remuneradas por bolsas custeadas pela CAPES.

Caberá aos tutores :

- Mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e os cursistas;
- Acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do curso;
- Apoiar o professor da disciplina no desenvolvimento das atividades docentes;
- Estabelecer contato permanente com os alunos e mediar as atividades discentes;
- Colaborar com a coordenação do curso na avaliação dos estudantes;
- Participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela Instituição de Ensino;
- Elaborar relatórios mensais de acompanhamento dos alunos e encaminhar à coordenadoria de tutoria;
- Participar do processo de avaliação da disciplina sob orientação do professor responsável;

- Manter regularidade de acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e dar retorno às solicitações dos cursistas no prazo máximo de 24 horas;
- Apoiar operacionalmente a coordenação do curso nas atividades presenciais nos pólos, em especial na aplicação de avaliações .

3.3- COORDENAÇÃO DO CURSO

O Coordenador do curso deverá ter lotação efetiva no IFPI Campus Teresina Central e será obrigatoriamente selecionado por edital publico, conforme legislação vigente. As atividades de coordenação serão remuneradas por bolsas custeadas pela CAPES. Caberá ao coordenador do curso:

- Coordenar, acompanhar e avaliar as atividades acadêmicas do curso;
- Participar das atividades de capacitação e de atualização desenvolvidas na Instituição de Ensino;
- Participar dos grupos de trabalho para o desenvolvimento de metodologia, elaboração de materiais didáticos para a modalidade a distância e sistema de avaliação do aluno;
- Realizar o planejamento e o desenvolvimento das atividades de seleção e capacitação dos profissionais envolvidos no curso;
- Elaborar, em conjunto com o corpo docente do curso, o sistema de avaliação do aluno;
- Participar dos fóruns virtuais e presenciais da área de atuação;
- Realizar o planejamento e o desenvolvimento dos processos seletivos de alunos, em conjunto com o coordenador UAB;
- Acompanhar o registro acadêmico dos alunos matriculados no curso;
- Verificar “in loco” o bom andamento dos cursos;
- Acompanhar e supervisionar as atividades: dos tutores, dos professores, do coordenador de tutoria e dos coordenadores de polo;
- Informar para o coordenador UAB a relação mensal de bolsistas aptos e inaptos para recebimento.

3.4 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O NDE é o órgão consultivo, propositivo e de assessoria corresponsável pela elaboração, implementação e consolidação do Projeto Pedagógico do respectivo curso. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante: contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do

curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes do currículo; promover e incentivar o desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso; o NDE instituirá o colegiado do curso.

O Núcleo Docente Estruturante é constituído por no mínimo 5 professores efetivos pertencentes ao corpo docente do curso; o coordenador do curso atua no NDE, como seu presidente; todos os membros devem ter experiência docente na instituição; os membros do NDE são renovados parcialmente para permitir a continuidade no processo de acompanhamento do curso.

Compete ao Presidente do NDE: convocar e presidir as reuniões, com direito a voto consultivo, inclusive voto de qualidade; representar o NDE junto aos órgãos da instituição; encaminhar as deliberações do NDE aos órgãos competentes; designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo NDE; coordenar a integração do NDE com os demais órgãos Colegiados e setores da instituição; e indicar coordenadores para as atribuições de NDE.

As reuniões ordinárias do NDE são feitas por convocação de iniciativa do seu Presidente, 1 (uma) vez por bimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros. Geralmente a convocação dos seus membros é feita com antecedência de pelo menos 48 (quarenta e oito) horas antes da hora marcada para o início da sessão e, sempre que possível, com a pauta da reunião. Como o curso é a Distância e os membros fazem parte de diversos Campus, as reuniões do NDE dos cursos da UAB/IFPI, podem acontecer via web, na modalidade de: videoconferência, skype ou outros meios eletrônicos.

Os membros são indicados pela Coordenação de Curso e nomeados através de portaria instituída pela diretoria geral do IFPI - Campus Teresina Central, visto que o curso está vinculado a este referido Campus.

ANEXO 1 – BIBLIOGRAFIAS E EMENTAS

MODULO 1



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUI

EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA

Código:ESP1	Carga Horária: 20h
Eixo:	Pré-requisito: SP
EMENTA	
A modalidade de Educação a Distância: histórico, características, definições e regulamentações. Fundamentos e paradigmas teóricos e metodológicos da Educação a Distância. Organização de sistemas de Educação a Distância: processo de comunicação, processo de tutoria, mediação pedagógica, avaliação, processo de gestão e produção de material didático. Educação a Distância e ambientes virtuais de ensino-aprendizagem	
Competências e Habilidades	
Planejamento e Organização: Capacidade de planejar, organizar e gerenciar cursos e programas de educação a distância, incluindo a definição de objetivos, a criação de cronogramas e a seleção de recursos apropriados.	
Domínio de Tecnologias Educacionais: Conhecimento e habilidade no uso de diversas tecnologias e plataformas de ensino a distância, como Learning Management Systems (LMS), ferramentas de videoconferência, e outros recursos digitais.	
Desenvolvimento de Conteúdos Digitais: Competência na criação de materiais educativos digitais, como vídeos, podcasts, e-learning modules e textos interativos, adequados ao ensino a distância.	
Engajamento e Motivação de Alunos: Técnicas e estratégias para promover o engajamento, a participação ativa e a motivação dos alunos em ambientes virtuais de aprendizagem.	
Avaliação a Distância: Métodos e ferramentas para avaliar o desempenho dos alunos em cursos a distância, incluindo a criação de provas online, trabalhos colaborativos e outras formas de avaliação formativa e somativa.	
Mediação Pedagógica: Habilidade para atuar como mediador no processo de aprendizagem a distância, facilitando a interação entre alunos, e entre alunos e conteúdos, proporcionando suporte e feedback adequado.	
Gestão do Tempo e Autonomia: Competência para ajudar os alunos a desenvolver habilidades de autogestão, autonomia e organização do tempo, fundamentais para o sucesso na educação a distância.	
Inclusão e Acessibilidade: Conhecimento das melhores práticas para garantir a inclusão e a acessibilidade de todos os alunos em cursos a distância, incluindo a adaptação de materiais e a utilização de tecnologias assistivas.	
Comunicação Eficaz: Habilidade para se comunicar de forma clara e eficaz em ambientes virtuais, utilizando diferentes meios e estilos de comunicação para atender às necessidades dos	

alunos.

Inovação e Melhoria Contínua: Capacidade de inovar e buscar constantemente melhorias nas práticas de ensino a distância, acompanhando as tendências e inovações tecnológicas e pedagógicas.

Referências Básicas

BARBOSA, R. M. (org.). Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2005.
BELLONI, M. L. Educação a distância. Campinas: Autores Associados, 2001.
CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
DURAN, D.; VIDAL, V. Tutoria - Aprendizagem entre iguais. Porto Alegre: Artmed, 2007.
GUEVARA, A. J. de H.; ROSINI, A. M. (orgs.). Tecnologias emergentes: organizações e Educação. São Paulo: CENAGAGE Learning, 2008.

Referências Complementares

MASETTO, M. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas (SP): Papirus, 2000.
MOORE, M.; KEARSLEY, G. Educação a Distância – uma visão integrada. São Paulo: CENGAGE Learning, 2008.
NEGROPONTE, Nicholas. A vida digital. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
PETERS, O. O. Didático do ensino a distância. São Leopoldo (RS): Vale do Rio dos Sinos, 2001.
PRETI, O. (org). Educação a distância: construindo significados. Cuiabá: NEAD/IE – UFMT: Brasília: Plano, 2000



FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: ASPECTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E LEGAIS

Código:ESP2

Carga Horária: 60h

Eixo:

Pré-requisito: SP

EMENTA

Perspectivas históricas e conceituais da Educação Especial e Inclusiva; Pressupostos sociais, educacionais e políticos da Educação Especial e Inclusiva; Conceituação da Educação Inclusiva e da Educação Especial, do Ensino inclusivo e da Inclusão Social; Inclusão, sociedade, família e escola. O processo de construção social da deficiência; Política Nacional de Educação Especial. Atendimento Educacional Especializado

Competências e Habilidades

Compreensão Histórica:

- Conhecer e analisar a evolução histórica da Educação Especial no Brasil e no mundo.
- Identificar os principais marcos históricos e movimentos que influenciaram a Educação Especial.

Conhecimento Legal:

- Compreender a legislação brasileira referente à Educação Especial, incluindo a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e outras normativas específicas.
- Conhecer os direitos das pessoas com deficiência e as obrigações das instituições educacionais.

Análise de Políticas Públicas:

- Analisar políticas públicas voltadas para a Educação Especial, avaliando sua eficácia e impacto na inclusão escolar.
- Entender os processos de formulação, implementação e avaliação dessas políticas.

Consciência Crítica:

- Desenvolver uma visão crítica sobre os aspectos históricos, políticos e legais da Educação Especial.
- Refletir sobre as práticas educativas à luz das políticas e legislações vigentes.

Interpretação de Documentos Oficiais:

- Interpretar e aplicar documentos oficiais e orientações normativas relacionados à Educação Especial.
- Familiarizar-se com os relatórios, decretos e planos nacionais e internacionais sobre inclusão e acessibilidade.

Capacidade de Pesquisa:

- Realizar pesquisas sobre temas históricos, políticos e legais da Educação Especial, utilizando fontes acadêmicas e documentos oficiais.
- Desenvolver projetos de pesquisa que contribuam para o avanço do conhecimento na área.

Advocacia e Defesa de Direitos:

- Promover a defesa dos direitos das pessoas com deficiência em contextos educativos e sociais.
- Desenvolver estratégias para garantir a implementação efetiva das políticas e legislações relacionadas à Educação Especial.

Colaboração e Trabalho em Equipe:

- Trabalhar de forma colaborativa com outros profissionais da educação, gestores, famílias e comunidades para promover a inclusão.
- Participar ativamente de grupos de estudo, fóruns e debates sobre Educação Especial.

Capacidade de Comunicação:

- Comunicar-se eficazmente sobre os aspectos históricos, políticos e legais da Educação Especial, utilizando uma linguagem acessível e apropriada para diferentes públicos.
- Elaborar relatórios, pareceres e documentos relacionados à área de forma clara e objetiva.

Referências Básicas

- [1] JANUZZI, G. M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2004.
- [2] MAZZOTTA M.J.S. **Deficiência, educação escolar e necessidades especiais: reflexões sobre inclusão socioeducacional**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2002.
- RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre educação inclusiva**. São Paulo, Summus, 2006.

Referências Complementares

- [1] BRASIL. Congresso Nacional. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. **Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência**. Acesso em: 01/03/2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm
- [2] BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - LDB n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.
- (3) BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva**. Grupo de Trabalho da Política Nacional de Educação. Brasília: MEC/SEESP, 2008
- [3] BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: introdução**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.
- [4] GLAT, R.; PLETSCH, M. D. **Inclusão Escolar de alunos com necessidades especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- (5) GURGEL M. A. A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade. Disponível em: Disponível em http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php
- (6) MENDES, E. G. **Inclusão Marco Zero** - começando pelas creches. 2. ed. Araraquara: Junqueira&Marin Editores, 2013.
- (7) MIRANDA, A. A. B. Educação especial no Brasil: desenvolvimento histórico. **Cadernos de História da Educação** – n. 7 – jan./dez. 2008.
- [8] OMOTE, S. **Inclusão: intenção e realidade**. Marília: Fundepe, 2004.
- STAINBACK S, STAINBACK W. **Inclusão: um guia para educadores**. Trad. Magda Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.



METODOLOGIA CIENTÍFICA

Código: BAS2

Carga Horária: 60h

Eixo:

Pré-requisito: SP

EMENTA

As diferentes formas de conhecimento. A Ciência e seus métodos. Metodologia de estudos. Trabalhos científicos e normas da ABNT. Pesquisa enquanto princípio científico e educativo. Ética na pesquisa

Competências e Habilidades

Compreensão dos Fundamentos da Pesquisa Científica:

- Conhecimento dos princípios básicos e das etapas do método científico.
- Capacidade de diferenciar entre diferentes tipos de pesquisa (qualitativa, quantitativa, exploratória, descritiva, experimental, etc.).

Desenvolvimento de Problemas e Hipóteses de Pesquisa:

- Habilidade para formular problemas de pesquisa claros e relevantes.
- Capacidade de desenvolver hipóteses testáveis e objetivos de pesquisa bem definidos.

Revisão Bibliográfica:

- Competência em realizar buscas bibliográficas eficientes utilizando bases de dados científicas.
- Capacidade de analisar, sintetizar e criticar literatura científica relevante para a pesquisa.

Elaboração de Projetos de Pesquisa:

- Habilidade para planejar e estruturar projetos de pesquisa, incluindo a definição de metodologia, amostragem, coleta e análise de dados.
- Capacidade de elaborar cronogramas e planos de ação detalhados.

Coleta e Análise de Dados:

- Competência em selecionar e aplicar métodos apropriados de coleta de dados (entrevistas, questionários, observação, experimentos, etc.).
- Habilidade para utilizar técnicas estatísticas e ferramentas de software para analisar dados qualitativos e quantitativos.

Escrita e Apresentação de Trabalhos Científicos:

- Capacidade de redigir artigos científicos, relatórios de pesquisa e monografias conforme as normas acadêmicas (ABNT, APA, etc.).
- Habilidade para preparar e apresentar oralmente resultados de pesquisa de forma clara e eficaz.

Ética na Pesquisa:

- Conhecimento das questões éticas envolvidas na pesquisa científica, incluindo consentimento informado, confidencialidade e integridade científica.
- Competência para identificar e resolver dilemas éticos em diferentes etapas da pesquisa.

Criticidade e Reflexão:

- Capacidade de analisar criticamente pesquisas existentes, identificando limitações e propondo melhorias.
- Habilidade para refletir sobre os próprios processos de pesquisa, buscando

continuamente aprimorar a prática científica.

Referências Básicas

DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
RUIZ, João Álvaro. Metodologia Científica: Guia para a Eficiência nos Estudos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Referências Complementares

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724 - Trabalhos Acadêmicos - Apresentação. Rio de Janeiro, 2011.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 1052 - Citações em Documentos - Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022 - Apresentação de Artigos em Publicações Periódicas. Rio de Janeiro, 2003.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023- Referências Bibliográficas - Elaboração. Rio de Janeiro, 2005.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6028- Informação e Documentação – Resumo- Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10719 - Relatórios Técnico-científicos - Apresentação. Rio de Janeiro, 1989.



FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

Código: BAS3

Carga Horária: 40h

Eixo:

Pré-requisito: SP

EMENTA

Filosofia e Filosofia da Educação; Pressupostos filosófico-antropológicos, epistemológicos e axiológicos que fundamentam as concepções de educação; Correntes e tendências da educação brasileira; Educação, alienação e ideologia; Educação e Pós-Modernidade; Filosofia e formação do educador: a construção de conhecimentos e sua inovação em diálogo constante entre diferentes visões de mundo

Competências e Habilidades

. **Compreensão Teórica:** Habilidade para compreender e analisar as principais teorias e correntes filosóficas que influenciam a educação.

Pensamento Crítico: Capacidade de aplicar o pensamento crítico para avaliar e discutir questões educacionais à luz de diferentes perspectivas filosóficas.

Análise Histórica: Competência para analisar a evolução histórica das ideias educacionais e seu impacto nas práticas e políticas educacionais contemporâneas.

Articulação de Argumentos: Habilidade para construir e articular argumentos filosóficos de forma clara e coerente, tanto oralmente quanto por escrito.

Reflexão Ética: Capacidade de refletir sobre questões éticas relacionadas à educação, como justiça social, equidade e direitos humanos, e suas implicações para a prática educacional.

Integração de Teoria e Prática: Competência para integrar teorias filosóficas à prática pedagógica, desenvolvendo uma visão crítica e fundamentada das práticas educativas.

Diálogo Interdisciplinar: Habilidade para dialogar com outras disciplinas e áreas do conhecimento, enriquecendo a compreensão dos fenômenos educacionais a partir de uma perspectiva filosófica.

Investigação Filosófica: Capacidade de conduzir investigações filosóficas sobre temas educacionais, formulando perguntas pertinentes e buscando respostas fundamentadas.

Autonomia Intelectual: Desenvolvimento de autonomia intelectual para questionar pressupostos e crenças estabelecidas sobre educação e propor novas abordagens e soluções.

Apreciação da Diversidade de Pensamento: Competência para apreciar e respeitar a diversidade de pensamentos e perspectivas filosóficas, promovendo um ambiente de aprendizado aberto e inclusivo

Referências Básicas

LUCKESI, Carlos Cipriano. Filosofia da Educação. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.
WARBURTON, N. Uma breve história da filosofia. Porto Alegre: L&PM, 2012.
CHAUÍ, M. Convite à filosofia. 14. Ed. São Paulo: Ática, 2011.

Referências Complementares

ARANHA, M. L. De A. Filosofia da educação. 3. Ed. São Paulo: Moderna, 2006.
FERRY, Luc. Aprender a viver: filosofia para os novos tempos. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.
FEARN, Nicholas. Filosofia: novas respostas para antigas questões. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
GHIRALDELLI Jr. Paulo. História da Educação Brasileira. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.
BRANDÃO, C. R. O que é educação. 18. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986

LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL

Código: BAS4

Carga Horária: 60h

Eixo:

Pré-requisito: SP

Ementa

Leitura, interação e produção de sentido: concepções de leitura, conhecimentos do leitor necessários na leitura e estratégias de leitura. Sequências tipológicas, gêneros textuais e domínios discursivos. A escrita na universidade: leitura e produção de gêneros acadêmicos. Mecanismos de textualização e de argumentação dos gêneros acadêmicos: resumo, resenha crítica, seminário, artigo científico. Créditos Práticos: Leitura, compreensão e interpretação de textos acadêmico-científicos e gêneros textuais em uma perspectiva interdisciplinar

Competências e Habilidades

Compreensão Leitora:

- Habilidade para interpretar, analisar e criticar textos de diferentes gêneros e formatos.
- Capacidade de identificar ideias principais, argumentos, e inferências em textos variados.

Produção Textual:

- Competência para produzir textos coesos e coerentes em diferentes gêneros (narrativos, descritivos, argumentativos, expositivos, etc.).
- Habilidade para organizar ideias de forma lógica e estruturada, respeitando as normas gramaticais e ortográficas.

Análise Crítica:

- Capacidade de avaliar a qualidade e a eficácia de textos próprios e alheios, identificando pontos fortes e áreas de melhoria.
- Habilidade para aplicar conceitos teóricos de análise textual na produção e interpretação de textos.

Domínio da Norma Padrão:

- Conhecimento e aplicação das regras da língua portuguesa, incluindo gramática, ortografia, pontuação e estilo.
- Habilidade para ajustar o nível de formalidade do texto de acordo com o contexto e o público-alvo.

Argumentação e Persuasão:

- Competência para desenvolver argumentos sólidos e persuasivos, fundamentados em evidências e lógica.
- Habilidade para identificar e refutar argumentos contrários de forma respeitosa e

fundamentada.

Leitura Crítica e Reflexiva:

- Capacidade de ler com um olhar crítico, questionando e refletindo sobre o conteúdo, a intenção do autor e o contexto em que o texto foi produzido.
- Habilidade para relacionar textos com a realidade social, cultural e histórica.

Pesquisa e Referenciação:

- Competência para realizar pesquisas bibliográficas e eletrônicas, selecionando fontes confiáveis e relevantes.
- Habilidade para citar e referenciar corretamente fontes utilizadas na produção de textos acadêmicos.

Revisão e Edição de Textos:

- Capacidade de revisar e editar textos próprios e alheios, melhorando a clareza, a precisão e a adequação ao gênero textual.
- Habilidade para utilizar ferramentas de revisão e edição de texto de maneira eficaz.

Criatividade e Originalidade:

- Competência para desenvolver ideias originais e criativas na produção textual, explorando diferentes vozes e estilos de escrita.
- Habilidade para utilizar recursos estilísticos e retóricos de forma inovadora.

Trabalho Colaborativo:

- Capacidade de trabalhar em grupo na produção e revisão de textos, contribuindo com ideias e respeitando as opiniões dos colegas.
- Habilidade para realizar leituras e discussões coletivas, enriquecendo a compreensão e a produção textual através da troca de perspectivas.

Referências Básicas

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2016.

KÖCHE, Vanilda Salton; BOFF, Odete Maria Benetto; PAVANI, Cinara Ferreira. **Prática textual: atividades de leitura e escrita**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MOTTA-ROTH, D.; KÖCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Maria Vanda. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.

HENDGES, G. H. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

Referências Complementares

CINTRA, Anna Maria Marques; PASSARELLI, Lília Ghiuro. **Leitura e produção de texto**. São Paulo: Blucher, 2011.

KLEIMANN, Angela. **Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura**. 15. ed. Campinas, SP: Pontes, 2013.

KÖCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Maria Vanda. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. 2. ed.

- São Paulo: Contexto, 2011.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola, 2010.

ANTUNES, I. **Análise de Textos**: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2016.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

SILVEIRA MARTINS, Dileta; ZILBERKNOP, Lúbia S. **Português instrumental**: de acordo com as atuais normas da ABNT. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2010.



FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DE COMPONENTE CURRICULAR EXTENSÃO NO ENSINO SUPERIOR

Código: EXT1

Carga Horária: 40 h

Eixo:

Pré-requisito: SP

EMENTA

Conceitos e princípios da extensão universitária; base legal da extensão e da curricularização; diretrizes para as ações de extensão universitária; a extensão universitária e as políticas públicas; articulação da extensão universitária com os movimentos sociais e com os setores produtivos; impacto e transformação social da extensão universitária; aprendizagem baseada em projetos; etapas para a elaboração de atividades e projetos de extensão universitária.

Referências Básicas

BRASIL, **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 - 2024 e dá outras providências. Brasília/DF. 2018.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **NOTA TÉCNICA 6/2022** - PROEN/REI/IFPI Orientação para implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI: 2022.

LISBÔA FILHO, F. F. Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.

SILVA, O. da. O que é extensão universitária. Integração: ensino, pesquisa e extensão, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 148-9, maio 1997.

Referências Complementares

RAYS, O. A. Ensino-Pesquisa-Extensão: notas para pensar a indissociabilidade. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, p. 71-85, mar. 2012. ISSN 1984-686X. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5034>>. Acesso em: out.de 2022.

SANTOS, J. H.; ROCHA, B. F.; PASSAGLIO, K. T. Extensão universitária e formação no ensino superior. **Revista Brasileira De Extensão Universitária**, v. 7, n. 1, p. 23-28, 28 maio 2016. <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/3087> Acesso em: out. de 2012.

SEVERINO, A. J. Ensino e pesquisa na docência universitária: caminhos para a integração. Universidade de São Paulo - Faculdade de Educação, FEUSP. **Cadernos de Letras PortuguêsUniversitária** n.3 p.1-40 2008. Disponível em: <http://www.prpg.usp.br/attachments/article/640/Caderno_3_PAE.pdf> Acesso em: out. 2022.

LISBÔA FILHO, F. F. Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.



ÉTICA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Código: BAS5

Carga Horária:40 h

Eixo:

Pré-requisito: SP

EMENTA

Ética: objeto, campo e definição. Origens e transformações histórico-sociais da moral; A ética nas relações sociais, educacionais e profissionais na educação especial

HABILIDADES E COMPETENCIAS

Compreensão dos princípios éticos: Capacidade de compreender os princípios éticos fundamentais que regem a prática profissional na área da Educação Especial, como respeito à dignidade humana, justiça, autonomia e beneficência.

Reflexão crítica sobre dilemas éticos: Habilidade para identificar, analisar e refletir criticamente sobre dilemas éticos comuns enfrentados por profissionais da Educação Especial, como questões de inclusão, equidade, privacidade e confidencialidade.

Tomada de decisão ética: Capacidade de tomar decisões éticas fundamentadas, considerando os valores, princípios e normas éticas relevantes, e avaliando as possíveis consequências de suas ações para os alunos, suas famílias e a comunidade escolar.

Promoção da justiça e equidade: Compromisso em promover a justiça e a equidade no acesso à educação e aos serviços de apoio para todos os alunos com necessidades educacionais especiais, respeitando sua diversidade e valorizando suas potencialidades.

Respeito à diversidade e à singularidade: Habilidade para respeitar e valorizar a diversidade de identidades, culturas, experiências e necessidades dos alunos com deficiência ou outras condições que requerem apoio educacional especializado.

Colaboração e trabalho em equipe éticos: Capacidade de colaborar de forma ética com outros profissionais da Educação Especial, familiares e membros da comunidade para garantir

um suporte adequado e integrado aos alunos com necessidades especiais.

Comunicação ética: Desenvolvimento de habilidades de comunicação ética, incluindo clareza, empatia, confidencialidade e honestidade, ao interagir com os alunos, colegas, famílias e outros profissionais envolvidos no processo educativo.

Compromisso com a melhoria contínua: Reconhecimento da importância do desenvolvimento profissional contínuo em ética na Educação Especial, buscando atualização sobre as melhores práticas e reflexão constante sobre sua própria conduta ética.

Referências Básicas

- [1] PAULA, Lucília A.L. Ética , cidadania e Educação Especial. **Revista Brasileira de Educação Especial.** 4 | :91-109. Disponível em http://www.marilia.unesp.br/abpee/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista4numero1pdf/r4_art08.pdf
- [2] BRASIL. MEC. **É possível ensinar ética nas escolas?** .<http://www.revistafaced.ufba.br/viewarticle.php?id=36>
- [3] PEQUENO, M. **Ética, Educação e Cidadania.** Educação em Direitos Humanos:fundamentos histórico-filosóficos. Disponível em http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/01/04_marconi_pequeno_etica_educacao_cidadania.pdf.

Referências Complementares

- [1] . BRASIL. MEC. Programa Ética e Cidadania. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13607
- [2] BRASIL. MEC.. Valores na escola. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v28n1/11657.pdf>
- [3] PEREIRA, E. A.; da SILVA, E. L. **Educação, Ética e Cidadania:** A contribuição da Atual Instituição Escolar. <http://www.reveduc.ufscar.br> - **Revista Eletrônica de Educação.** Acesso em 12 de dezembro, 2023.
- [4] SANTOS, G. **Ética e educação.** Programa Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade, 91-100.
- [5] OLIVEIRA, R. J. Ética e educação. A formação do homem no contexto de crise da razão.**Revista Brasileira de Educação.** 1996 No 2. 33-41. Disponível em: http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE02/RBDE02_05_RENATO_JOSE_DE_OLIVEIRA.pdf
- [6] OLIVEIRA, R. J. **Ética e educação.** A formação do homem no contexto de crise da razão.**Revista Brasileira de Educação.** 1996 No 2. 33-41. Disponível em: http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE02/RBDE02_05_RENATO_JOSE_DE_OLIVEIRA.pdf



Código: ESP6	Carga Horária:40 h
Eixo:	Pré-requisito: SP
EMENTA	
Desenvolvimento humano e educação: principais contribuições da Psicologia para a Educação Especial; fatores biopsicossociais do desenvolvimento humano; ecologia do desenvolvimento humano.	
HABILIDADES E COMPETENCIAS	
Compreensão das principais teorias do desenvolvimento humano: Capacidade de compreender e analisar criticamente as principais teorias do desenvolvimento humano, como a teoria psicanalítica, behaviorista, cognitiva, sociocultural e humanista. Aplicação dos referenciais teóricos na prática educacional: Habilidade para aplicar os conhecimentos teóricos do desenvolvimento humano na prática educacional, adaptando as abordagens pedagógicas de acordo com as características e necessidades dos alunos. Identificação de fases e processos do desenvolvimento: Capacidade de identificar as diferentes fases e processos do desenvolvimento humano, incluindo aspectos físicos, cognitivos, emocionais e sociais, e sua influência no processo de aprendizagem. Análise de casos e situações práticas: Habilidade para analisar casos e situações práticas relacionadas ao desenvolvimento humano, identificando os fatores que influenciam o desenvolvimento e propondo estratégias de intervenção adequadas. Reflexão crítica sobre as teorias do desenvolvimento: Capacidade de refletir criticamente sobre as teorias do desenvolvimento humano, considerando suas limitações, contextos de aplicação e implicações para a prática educacional. Integração de múltiplas perspectivas teóricas: Habilidade para integrar múltiplas perspectivas teóricas do desenvolvimento humano, reconhecendo a complexidade e a interdependência dos diferentes aspectos do desenvolvimento. Comunicação clara e eficaz: Habilidade para comunicar de forma clara e eficaz os conceitos e princípios relacionados ao desenvolvimento humano, adaptando a linguagem conforme necessário para atender às necessidades dos diferentes públicos. Pesquisa e atualização constante: Disposição para realizar pesquisas e se manter atualizado sobre os avanços na área do desenvolvimento humano, buscando sempre aprimorar seus conhecimentos e práticas educacionais.	
Referências Básicas	
1-BOCK, A.M.B.; FURTADO, O. & TEIXEIRA, M. L. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Saraiva, 2005 (demais edições). DESSEN, M.A.; COSTA JUNIOR. A. L. A ciência do desenvolvimento humano: 2-Tendências atuais e perspectivas futuras. Porto Alegre: Artmed, 2005. SKINNER, B.F. Ciência e comportamento humano. 2 ed. Brasília: UnB, 1970 (demais edições).	

Referências Complementares

- CASTORINA, J.A.; LERNER, E.F.D.; OLIVEIRA, M.K. **Piaget-Vygotsky: Novas Contribuições para o Debate**. São Paulo: Editora Ática, 2008.
- COLE, M.; COLE, S.R. **O desenvolvimento da criança e do adolescente**. 4 ed. (Demais edições). Porto Alegre: Artmed, 2003.
- COLL, C; PALÁCIOS, J.; MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia da educação escolar**. Vol 2. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- COSTA, A.C.G. **Educação para o desenvolvimento humano**. 2004.
- KOLLER, S.H. **Ecologia do desenvolvimento humano? Pesquisa e Intervenção no Brasil** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- MARCHESI, A. PALACIOS, J.; SALVADOR, C.C. **Desenvolvimento psicológico e educação**. Volume 2. 2004
- OLIVEIRA, M.K. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 2010.
- ROGERS, C.R. **Tornar-se pessoa**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- ZANOTTO, M.L.B. **Formação de professores: A contribuição da análise do comportamento**. São Paulo: EDUC, 2000.



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUI

PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE

Código: BAS7

Carga Horária: 40 h

Eixo:

Pré-requisito: SP

EMENTA

Fundamentos da profissão docente: Introdução aos princípios éticos, legais e pedagógicos que norteiam a profissão de professor, incluindo seu papel na sociedade e no sistema educacional.

História da educação e da profissão docente: Estudo da evolução histórica da educação e do papel do professor ao longo do tempo, com ênfase nas mudanças, desafios e tendências atuais.

Teorias da aprendizagem e desenvolvimento humano: Exploração das principais teorias e abordagens sobre como as pessoas aprendem e se desenvolvem, com aplicação prática no contexto da prática pedagógica.

Currículo e planejamento de ensino: Estudo dos conceitos e práticas relacionadas ao planejamento, desenvolvimento e avaliação do currículo escolar, com foco na promoção da aprendizagem significativa e inclusiva.

Metodologias de ensino e estratégias pedagógicas: Exploração de diferentes metodologias, estratégias e recursos pedagógicos utilizados para promover a aprendizagem dos alunos, adaptando-os às necessidades individuais e contextuais.

Avaliação educacional: Análise dos princípios, métodos e instrumentos de avaliação da

aprendizagem dos alunos, incluindo técnicas de avaliação formativa e somativa, bem como o uso de dados para informar a prática pedagógica.

Gestão da sala de aula e do ambiente escolar: Desenvolvimento de habilidades de gestão da sala de aula e do ambiente escolar, incluindo estratégias para promover um clima de aprendizagem positivo, a resolução de conflitos e o estabelecimento de relações colaborativas.

Formação continuada e desenvolvimento profissional: Discussão sobre a importância da formação continuada e do desenvolvimento profissional ao longo da carreira docente, incluindo oportunidades de atualização, reflexão e colaboração com outros profissionais.

HABILIDADES E COMPETÊNCIAS

Compreensão do papel do professor na sociedade: Capacidade de compreender o papel do professor como agente transformador na sociedade, reconhecendo sua responsabilidade ética e social na formação dos cidadãos.

Conhecimento das teorias educacionais: Familiaridade com as principais teorias educacionais e abordagens pedagógicas, permitindo a reflexão crítica sobre a prática docente e a tomada de decisões fundamentadas.

Desenvolvimento de práticas pedagógicas eficazes: Habilidade para planejar, implementar e avaliar práticas pedagógicas que promovam a aprendizagem significativa dos alunos, levando em consideração suas características individuais e necessidades educacionais.

Capacidade de reflexão e autoavaliação: Capacidade de refletir sobre a própria prática docente, identificar pontos fortes e áreas de melhoria, e buscar oportunidades de desenvolvimento profissional contínuo.

Habilidades de comunicação e relacionamento interpessoal: Habilidade para se comunicar de forma clara, empática e eficaz com os alunos, colegas, pais e membros da comunidade escolar, promovendo relações colaborativas e positivas.

Competências em gestão da sala de aula: Capacidade de criar e manter um ambiente de aprendizagem seguro, inclusivo e propício ao desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos alunos.

Competências em uso de tecnologia educacional: Familiaridade com o uso de tecnologias educacionais e recursos digitais para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, promover a inclusão e facilitar a comunicação com os alunos e suas famílias.

Conhecimento sobre diversidade e inclusão: Compreensão das questões relacionadas à diversidade cultural, étnica, linguística, social e de gênero na educação, e habilidade para promover uma cultura escolar inclusiva e respeitosa.

Compromisso com o desenvolvimento profissional contínuo: Reconhecimento da importância da formação continuada e do aprimoramento constante das habilidades e conhecimentos profissionais ao longo da carreira docente.

Referências Básicas
Tardif, M. (2014). Saberes docentes e formação profissional. 15ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes. Pimenta, S. G., & Anastasiou, L. G. (2015). Docência no Ensino Superior. 5ª ed. São Paulo: Cortez Editora. Libâneo, J. C. (2013). Didática. 4ª ed. São Paulo: Cortez Editora.
Referências Complementares
Tardif, M. (2014). Saberes docentes e formação profissional (12a ed.). Vozes. Pimenta, S. G., & Lima, M. S. L. (2004). Estágio e docência (13a ed.). Cortez. Nóvoa, A. (1995). Os professores e a sua formação (2a ed.). Publicações Dom Quixote. Imbernón, F. (2000). Formação docente e profissional: Formar-se para a mudança e a incerteza. Cortez. Tardif, M., & Lessard, C. (2009). O trabalho docente: Elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas (2a ed.). Vozes.



INGLÊS INSTRUMENTAL

Código: BAS8	Carga Horária: 40 h
Eixo:	Pré-requisito: SP
EMENTA	
Vocabulário e domínio das estruturas da Língua Inglesa através da leitura e interpretação de textos específicos baseados em estratégias de leitura.	
Competências e Habilidades	
Leitura e Compreensão de Textos em Inglês: - Capacidade de ler e compreender textos básicos em inglês, como artigos, manuais, e-mails, e documentos técnicos. - Identificação de ideias principais e detalhes específicos em textos escritos. Vocabulário Técnico: - Conhecimento e aplicação de vocabulário técnico e específico de sua área de estudo ou trabalho. - Desenvolvimento de habilidades para deduzir o significado de palavras desconhecidas através do contexto. Habilidades de Tradução: - Capacidade de traduzir textos simples do inglês para o português e vice-versa, mantendo	

o sentido e a precisão.

- Utilização de dicionários e outras ferramentas de apoio para a tradução eficiente.

Comunicação Escrita Básica:

- Redação de textos curtos e simples em inglês, como e-mails, relatórios, e notas.
- Uso correto da gramática e da estrutura de frases em inglês.

Compreensão Oral:

- Habilidade de entender instruções e informações faladas em inglês básico.
- Reconhecimento de palavras-chave e frases comuns em conversas cotidianas e em contextos profissionais.

Expressão Oral Básica:

- Capacidade de participar de conversas simples em inglês, fazendo perguntas e respondendo a questões básicas.
- Uso adequado de expressões de cortesia e frases comuns em interações sociais e profissionais.

Estratégias de Aprendizagem Autônoma:

- Desenvolvimento de estratégias para continuar aprendendo inglês de forma independente, como a utilização de recursos online, aplicativos e práticas de leitura.
- Habilidade de identificar e utilizar materiais autênticos em inglês para prática e aperfeiçoamento contínuo.

Compreensão de Estruturas Gramaticais Básicas:

- Conhecimento das estruturas gramaticais básicas do inglês, como tempos verbais simples, pronomes, preposições e conjunções.
- Aplicação correta das regras gramaticais em exercícios escritos e orais.

Referências Básicas

DIAS, R. Reading critically in English. 3. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
FIORI SOUZA, et al. Leitura Instrumental em Língua Inglesa. Londrina: Planográfica, 2003.
CRAVEN, M. Reading Keys – Introducing. Thailand: Macmillan, 2003.
CAMBRIDGE. International Dictionary of English. Londres: Cambridge University Press, 1996.

Referências Complementares

AMOS, et al. Challenge. São Paulo: Moderna, 2005.
MURPHY, R. English Grammar in Use. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
ANDERSON, Neil J. Active - Habilidades de leitura: livro 2 ; Singapura: Heinle & Heinle, 2002.
OXENDEN, Clive; LATHAM-KOENIG, C.; SELIGSON P. New English File Elementary. Oxford: University Press, 2004.
SWAN, Michael. Practical English Usage. Oxford: University Press, 1995.

SOUZA; A.G.F...[et AL.]. Leitura em língua inglesa: uma abordagem instrumental. São Paulo: Disal, 2005. TORRES, Nelson. Gramática "O Inglês Descomplicado". 10. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2007.

MODULO 2



DESENVOLVIMENTO HUMANO E DA APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS E JOVENS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Código: ESP6

Carga Horária: 40 h

Eixo:

Pré-requisito: SP

EMENTA

Caracterização do desenvolvimento humano nas dimensões cognitiva, social e afetiva, bem como o caráter histórico-social do desenvolvimento. Estabelecimentos de relações entre os processos de aprendizagem, o desenvolvimento e seus desdobramentos educacionais. Reflexão sobre o desenvolvimento humano e impedimentos de origem orgânica, e as implicações para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular.

HABILIDADES E COMPETÊNCIAS

Conhecimento do desenvolvimento humano: Compreender os marcos do desenvolvimento humano típico e atípico, incluindo aspectos físicos, cognitivos, sociais e emocionais, para identificar necessidades específicas de aprendizagem.

Compreensão das necessidades educacionais especiais: Ter conhecimento sobre as diferentes condições que podem afetar a aprendizagem, como deficiências físicas, intelectuais, sensoriais, transtornos do espectro autista (TEA) e dificuldades de aprendizagem, para adaptar as práticas pedagógicas.

Adaptação curricular: Habilidade para adaptar o currículo escolar às necessidades individuais dos alunos com necessidades educacionais especiais, garantindo que todos tenham acesso ao conteúdo educacional de forma significativa e acessível.

Desenvolvimento de estratégias de ensino diferenciadas: Capacidade de desenvolver e implementar estratégias pedagógicas que atendam às necessidades específicas dos alunos com necessidades educacionais especiais, promovendo seu engajamento e aprendizado.

Promoção da autonomia e independência: Desenvolver estratégias que promovam a autonomia, autoestima e independência dos alunos com necessidades educacionais especiais,

preparando-os para uma participação ativa na sociedade.

Comunicação eficaz: Desenvolver habilidades de comunicação claras e empáticas para interagir com os alunos, colegas, famílias e outros profissionais envolvidos no processo educativo, adaptando a comunicação conforme necessário para atender às necessidades individuais dos alunos.

Colaboração multidisciplinar: Capacidade de trabalhar em equipe com outros profissionais da escola e da comunidade, como psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e assistentes sociais, para garantir um suporte abrangente aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Avaliação e monitoramento do progresso: Habilidade para realizar avaliações formativas e contínuas do progresso dos alunos com necessidades educacionais especiais, identificando áreas de dificuldade e ajustando as estratégias de ensino conforme necessário.

Referências Básicas

COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (Orgs). **Desenvolvimento psicológico e educação.** Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. 2 ed, v. 3, Porto Alegre: Artmed, 2004.

FONSECA, Vitor da. **Desenvolvimento psicomotor e Aprendizagem.** Porto Alegre: ARTMED, 2008

Referências Complementares

BAUTISTA, Rafael (Org). **Necessidades educativas especiais.** Lisboa: DINALIVROS, 1997.
DECHICHI, Cláudia; FERREIRA, Juliene M.; e SILVA, Rui, M.R. A inserção escolar do deficiente mental sob a perspectiva ecológica de desenvolvimento humano. In: DECHICHI, C.; SILVA, L. S. & colaboradores. **Inclusão Escolar e Educação Especial: teoria e prática na diversidade.** Uberlândia/EDUFU, 2008.

GONZALEZ, Eugenio e colaboradores. **Necessidades educacionais específicas.** Intervenção psicoeducacional. Porto Alegre: ARTMED, 2007.

NIELSEN, Lee B. **Necessidades educativas especiais na sala de aula.** Um guia para professores. Col. Educação Especial, n. 3, Porto: Porto Editora, 1999.

PIKUNAS, Justin. **Desenvolvimento humano: uma ciencia emergente.** Auriphebo Berrance Simoes (Trad.). Sao Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1979. 494p.

SAITO, Maria Ignez; SILVA, Luiz E. V da e LEAL, Marta M. **Adolescência.** Prevenção erisco. 2 ed, São Paulo: Atheneu, 2008.

VISCA, Jorge. **Psicopedagogia: novas contribuições.** RJ: Nova Fronteira, 1991



ESTUDO DO DESENVOLVIMENTO ATÍPICO

Código:ESP8	Carga Horária: 60 h
Eixo:	Pré-requisito: SP
EMENTA	

Estudo das bases psicobiopatológicas das deficiências, e do desenvolvimento humano em situações de risco, resiliência, processos de vulnerabilidade e proteção. Busca de compreensão sobre os problemas do desenvolvimento atípico.

Competências e Habilidades

Conhecimento das características do desenvolvimento atípico: Capacidade de compreender as características e os padrões de desenvolvimento típicos e atípicos em diferentes áreas, como cognitiva, linguística, social e emocional.

Identificação precoce de sinais de desenvolvimento atípico: Habilidade para reconhecer precocemente sinais de possíveis dificuldades ou atrasos no desenvolvimento em crianças, permitindo uma intervenção precoce e adequada.

Avaliação e diagnóstico: Capacidade de utilizar ferramentas e métodos de avaliação adequados para identificar e diagnosticar problemas de desenvolvimento atípico, em colaboração com profissionais especializados da área da saúde.

Adaptação curricular e estratégias de ensino diferenciadas: Habilidade para adaptar o currículo e desenvolver estratégias de ensino que atendam às necessidades individuais dos alunos com desenvolvimento atípico, garantindo acesso ao conhecimento de forma significativa.

Trabalho em equipe multidisciplinar: Capacidade de colaborar com outros profissionais da educação, saúde e assistência social, bem como com a família do aluno, para garantir uma abordagem integrada e abrangente no suporte aos alunos com desenvolvimento atípico.

Comunicação eficaz: Desenvolvimento de habilidades de comunicação claras e empáticas para interagir com os alunos, colegas, familiares e profissionais envolvidos no processo educativo, adaptando a comunicação conforme necessário para atender às necessidades individuais dos alunos.

Promoção da inclusão e do respeito à diversidade: Compromisso em promover a inclusão e o respeito à diversidade, valorizando as diferenças individuais e criando um ambiente escolar acolhedor e inclusivo para todos os alunos.

Atualização constante sobre pesquisas e práticas na área: Reconhecimento da importância da atualização contínua sobre as melhores práticas, pesquisas e recursos disponíveis para apoiar alunos com desenvolvimento atípico, participando de cursos de formação e eventos acadêmicos na área.

Referências Básicas

BEE, H. **A criança em desenvolvimento**. Tradução: Maria Adriana Verissimo Veronese. 9. ed. (Demais edições) Porto Alegre: Artmed, 2008.

COLL, C; PALÁCIOS, J.; MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva**. Porto Alegre: Artmed, 2004. v. 1.

DESSEN, M.A.; COSTA JR., A.L. **A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras**. Porto Alegre: Artmed, 2005

Referências Complementares

BEE, H. **O ciclo vital**. Tradução: Regina Garcez. Porto Alegre: Artmed, 1997. Tradução de: Lifespan development.

BRINO, R. F.; WILLIAMS, L. C. A. **A escola como agente de prevenção do abuso sexual infantil**. São Carlos: Suprema, 2009.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Tradução: Maria Adriana Verissimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

COLE, M.; COLE, S. R. **O desenvolvimento da criança e do adolescente**. Tradução: Magda França Lopes. 4. ed. (Demais edições) Porto Alegre: Artmed, 2004.

CORIA-SABINI, M. A. **Psicologia do desenvolvimento**. 2. ed. (Demais edições) São Paulo: Atica, 1998.

DELLAGLIO, D.D.; KOLLER, S.H.; YUNES, M.A.M. **Resiliência e psicologia positiva: interfaces do risco à proteção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

HERBERT, M. **Typical and atypical development: from conception to adolescence**. Malden: BPS Blackwell, 2008.

KASS, C. E.; MADDUX, C. D. **A human development view of learning disabilities: from theory to practice**. 2nd ed. (Demais edições) Springfield: Charles C. Thomas, 2005.

MOURA, M. L. **O bebê do século XXI e a psicologia em desenvolvimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

MARTURANO, E.M.; LINHARES, M.B.M.; LOUREIRO, S.R. (Org.). **Vulnerabilidade e proteção: indicadores na trajetória de desenvolvimento do escolar**. São Paulo: FAPESP, 2004.

MENDES, E.G.; ALMEIDA, M.A.; WILLIAMS, L.C.A. **Temas em Educação Especial: avanços recentes**. São Carlos: EDUFSCar, 2004.

NEWCORBE, N. **Desenvolvimento infantil: abordagem de Mussen**. Tradução: Claudia Buchweitz. 8. ed. (Demais edições) Porto Alegre: Artmed, 1999.

OCH, D.; FISCHER, K. W.; DAWSON, G. (Ed.). **Human behavior, learning, and the developing brain: typical development**. New York: The Guilford Press, 2007.

PAPALIA, E. D.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento Humano**. 8. ed. (Demais edições) Porto Alegre: Artmed, 2006.

WILLIAMS, L. C. A.; ARAUJO, E. A. C. **Prevenção do abuso sexual infantil: um enfoque interdisciplinar**. Curitiba: Juruá, 2009



EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Código: ESP9

Carga Horária: 60 h

Eixo:

Pré-requisito: SP

EMENTA

Escola e práticas organizativas, educacionais e curriculares numa perspectiva inclusiva. O currículo comum e o suporte dos serviços de educação especial. A articulação entre as áreas do conhecimento e o atendimento educacional especializado. Avaliação de competência e habilidades escolares do público-alvo da educação especial na educação básica

HABILIDADES E COMPETENCIAS

Conhecimento das necessidades educacionais especiais: Compreensão profunda das características e necessidades específicas dos alunos com diversidade funcional, incluindo deficiências físicas, intelectuais, sensoriais, transtornos do espectro autista (TEA) e dificuldades de aprendizagem.

Adaptação curricular: Capacidade de adaptar o currículo escolar para atender às necessidades individuais dos alunos com diversidade funcional, garantindo que todos tenham acesso ao conteúdo educacional de forma significativa e adequada.

Desenvolvimento de estratégias de ensino diferenciadas: Habilidade para desenvolver e implementar estratégias pedagógicas que atendam às necessidades específicas dos alunos com diversidade funcional, promovendo seu engajamento e aprendizado.

Uso de recursos pedagógicos especializados: Conhecimento e habilidade para utilizar recursos pedagógicos especializados, como tecnologias assistivas, materiais adaptados, jogos educativos e estratégias de ensino individualizado.

Colaboração multidisciplinar: Capacidade de trabalhar em equipe com outros profissionais da escola, como psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e assistentes sociais, para garantir um suporte abrangente aos alunos com diversidade funcional.

Promoção da autonomia e inclusão social: Compromisso em promover a autonomia, a autoestima e a inclusão social dos alunos com diversidade funcional, preparando-os para uma participação ativa na sociedade.

Avaliação e monitoramento do progresso: Habilidade para realizar avaliações formativas e contínuas do progresso dos alunos com diversidade funcional, identificando áreas de dificuldade e ajustando as estratégias de ensino conforme necessário.

Atualização profissional contínua: Reconhecimento da importância da atualização constante sobre as melhores práticas e abordagens na área de educação especial, participando de cursos de formação, seminários e redes de colaboração profissional.

Referências Básicas

- [1] FREITAS, M.C. **O aluno incluído na Educação Básica: avaliação e permanência.** São Paulo: Cortez, 2013.
- [2] KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. In: **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011. Editora UFPR
- 3- MENDES, E. G. et al. **Inclusão Escolar em Foco: organização e funcionamento do atendimento educacional especializado.** São Carlos: Marquezine & Manzini, ABPEE, 2015.

Referências Complementares

- [1] . BARROSO, João. **Incluir, sim, mas onde?** Para uma reconceitualização sociocomunitária da escola pública. In: RODRIGUES, David (org.) **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.** São Paulo: Summus, 2006. 275- 297 p.
- [2] MACHADO, Adriana Marcondes. **Avaliação Inclusiva: de quem e quais práticas estamos falando.**

In: 27ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa de Pós-Graduação em Educação (ANPED) SESSÃO ESPECIAL “Ética, Subjetividade e Formação docente: políticas de inclusão em questão”. Caxambu, MG, 2004.

[3] MIRANDA, T. G. **Práticas de inclusão escolar**. Salvador: EDUFBA, 2016

VICTOR, S. L.; OLIVEIRA, I. M. **Educação Especial: políticas e formação de professores**. Marília: ABPEE, 2016.



PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Código: BAS9

Carga Horária: 60 h

Eixo:

Pré-requisito: SP

EMENTA

A natureza da psicologia da educação como ciência aplicada; Concepções e tendências atuais; Caracterização do sujeito da educação nos seus aspectos cognitivos, afetivos e psicomotores. Relação entre educação, desenvolvimento e aprendizagem. Fracasso Escolar – diferentes perspectivas.

Psicologia da aprendizagem – conceituação e caracterização. Motivação da aprendizagem. Teorias da aprendizagem e as escolas psicológicas (da infância a adultez). Temas contemporâneos da psicologia da educação de interesse do cotidiano escolar.

Competências e Habilidades

Compreensão dos Fundamentos da Psicologia Educacional: Conhecimento dos principais conceitos, teorias e modelos da psicologia aplicados ao contexto educacional.

Análise do Desenvolvimento Humano: Capacidade de analisar as fases do desenvolvimento cognitivo, emocional, social e físico dos alunos, considerando diferentes teorias do desenvolvimento.

Avaliação de Processos de Aprendizagem: Competência para identificar e avaliar processos e estilos de aprendizagem, bem como fatores que influenciam o desempenho acadêmico dos alunos.

Aplicação de Teorias Motivacionais: Habilidade para aplicar teorias e técnicas de motivação na prática educacional, promovendo o engajamento e a persistência dos alunos nas atividades escolares.

Intervenção Psicopedagógica: Capacidade de desenvolver e implementar estratégias de intervenção psicopedagógica para apoiar alunos com dificuldades de aprendizagem e comportamentais.

Gestão de Sala de Aula: Competência para aplicar princípios da psicologia educacional na gestão da sala de aula, promovendo um ambiente de aprendizagem positivo e inclusivo.

Colaboração Interdisciplinar: Habilidade para trabalhar em colaboração com outros

profissionais da educação e da saúde, como professores, orientadores educacionais e psicólogos escolares, visando o bem-estar e o sucesso dos alunos.

Reflexão Crítica sobre Práticas Educacionais: Capacidade de refletir criticamente sobre práticas pedagógicas e intervenções educacionais, utilizando conhecimentos da psicologia para aprimorar a prática docente.

Conhecimento das Diversidades e Inclusão: Competência para reconhecer e respeitar a diversidade cultural, social e individual dos alunos, promovendo práticas educativas inclusivas e equitativas.

Pesquisa em Psicologia da Educação: Habilidade para conduzir pesquisas básicas e aplicadas em psicologia da educação, contribuindo para o desenvolvimento de novas práticas e conhecimentos na área.

Referências Básicas

- BOCK, Ana M. Bahia. **Psicologia e as Psicologias: uma introdução ao estudo da Psicologia**. São Paulo: Cortez, 2000.
- BIAGGIO, Ângela M. Brasil. **Psicologia do desenvolvimento**. 2ª. ed. Petrópolis : Vozes, 2009.
- FREIRE, Izabel Ribeiro. **Raízes da Psicologia**. 7ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.
- LUSTOSA, Ana Valéria Marques Fortes. **Psicologia da Educação**. Teresina-PI: EDUFPI/UAPI, 2010.
- NUNES, Ana Ignez Belém Lima; SILVEIRA, Rosemary do Nascimento. **Psicologia da aprendizagem – processos, teorias e contextos**. Brasília: Liber Livro, 2011

Referências Complementares

- BOCK, A. M. B; FURTADO, O, e TEIXEIRA, M. de L. T. **Psicologia sócio histórica**. São Paulo-SP: Cortez, 2001.
- CARVALHO, Mª Vilani Cosme de (Org.). **Temas em Psicologia e Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- VIGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- SHAFFER, David. **Psicologia do desenvolvimento**. São Paulo: Thomson, 2005



SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Código: BAS10

Carga Horária: 40h

Eixo:

Pré-requisito: SP

EMENTA

Educação, Sociedade e Cultura. A educação como objeto de reflexão sociológica: a contribuição dos teóricos clássicos e contemporâneos; O trabalho na sociedade capitalista; A função social

da escola; A educação e o multiculturalismo das sociedades contemporâneas; Questões da sociedade contemporânea: educação ambiental, educação do campo e outras.

Competências e Habilidades

Análise crítica: Capacidade de analisar criticamente as estruturas sociais, culturais e políticas que influenciam o sistema educacional.

Compreensão das teorias sociológicas: Familiaridade com as principais teorias sociológicas que explicam a relação entre educação e sociedade, como o funcionalismo, o conflito e a teoria simbólica.

Interpretação de dados e pesquisas: Habilidade para interpretar dados e resultados de pesquisas sociológicas relacionadas à educação, incluindo análise de estatísticas educacionais e estudos qualitativos.

Conhecimento sobre estratificação social: Compreensão das formas de desigualdade social e como elas se refletem no sistema educacional, incluindo questões de classe, gênero, raça/etnia e capacidade.

Consciência histórica: Conhecimento da história da educação e das mudanças sociais que influenciaram o desenvolvimento do sistema educacional ao longo do tempo.

Reflexão sobre práticas educacionais: Capacidade de refletir sobre as práticas educacionais existentes à luz das teorias sociológicas, identificando suas implicações sociais e potenciais para reproduzir ou transformar as estruturas sociais.

Compreensão da cultura escolar: Conhecimento sobre a cultura escolar, incluindo normas, valores, crenças e práticas que moldam as interações dentro do ambiente escolar.

Habilidade para analisar políticas educacionais: Capacidade de analisar políticas educacionais e seu impacto na reprodução ou transformação das desigualdades sociais.

Referências Básicas

BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. Educação e cidadania: quem educa o cidadão? 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

RODRIGUES, Alberto Tosi. Sociologia da educação. 6. ed. São Paulo: Lamparina, 2011.

MEKSENAS, Paulo. Sociologia da educação: uma introdução ao estudo da escola no processo de transformação social. 14. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

Referências Complementares

CANDAU, Vera Maria (Org.). Sociedade, Educação e Culturas: questões e propostas. Petrópolis: Vozes, 2002.

DURKHEIM, E. Educação e Sociologia. 4. ed. Trad. Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1955.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

LEMOIS, André. Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 6. ed. Porto Alegre: Sulina, 2013.

QUINTANEIRO, Tânia. Um Toque de Clássicos: Durkheim, Marx e Weber. Belo Horizonte: UFMG, 1995.



DIDÁTICA

Código: BAS11

Carga Horária: 60 h

Eixo:

Pré-requisito: SP

EMENTA

Educação, ensino e didática; Tendências Pedagógicas da prática escolar; Teorias de Currículo; Transposição didática; Processos de organização e gestão do trabalho docente; Planejamento de Ensino; Avaliação da aprendizagem.

Competências e Habilidades

Domínio dos Fundamentos Teóricos da Educação: Compreender os principais conceitos, teorias e abordagens da educação, permitindo uma análise crítica das práticas pedagógicas.

Capacidade de Planejamento e Organização: Elaborar planos de ensino e projetos educativos de forma coerente e articulada, considerando os objetivos educacionais, os conteúdos curriculares e as estratégias de ensino-aprendizagem.

Competência em Metodologias de Ensino: Conhecer e aplicar diversas estratégias, técnicas e recursos didáticos que promovam a aprendizagem significativa dos alunos, considerando sua diversidade e individualidade.

Habilidade para a Avaliação da Aprendizagem: Realizar uma avaliação formativa e somativa que seja coerente com os objetivos educacionais, os conteúdos trabalhados e as estratégias de ensino, utilizando instrumentos adequados e valorizando o processo de aprendizagem.

Desenvolvimento da Autonomia e da Criatividade: Estimular nos alunos a capacidade de pensar criticamente, resolver problemas, expressar suas ideias de forma autônoma e criativa, promovendo o desenvolvimento integral de suas potencialidades.

Ética Profissional: Atuar de acordo com os princípios éticos da profissão docente, respeitando os direitos dos alunos, promovendo a igualdade de oportunidades, e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Habilidade para o Trabalho em Equipe: Colaborar com outros profissionais da educação, como colegas de trabalho, gestores escolares e familiares, visando o planejamento e a execução de práticas pedagógicas eficazes e inclusivas.

Referências Básicas

LIBANELO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2010.

LUCKESI, Carlos Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22.

ed. São Paulo: Cortez, 2011.
 SELBACH, Simone (Org.) **Ciências e Didática**. Coleção: Como bem ensinar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
 VEIGA, Ilma Passos Alencastro (coord.). **Repensando a Didática**. 28. ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.

Referências Complementares

CANDAU, Vera Maria (Org.). **Rumo a uma nova Didática**. 16. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2005.
 FREIRE, Paulo. **Letras Portugêsa autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
 HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. 41. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.
 VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Técnicas de ensino: por que não?** 16. ed. Campinas, SP: Papirus, 2006.
 PERRENOUD, PHILIPPE. **10 Novas Competências para Ensinar**. Porto Alegre: ARTMED, 2000.
 HAIDT, Regina C.C. Curso de **Didática Geral**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2006.



PLANEJAMENTO EXTENSIONISTA

Código:EXT3

Carga Horária: 40 h

Eixo:

Pré-requisito: SP

EMENTA

Participação diagnóstica e planejamento; ações de extensão na comunidade; debater e definir junto à comunidade as demandas a serem transformadas; construção de um plano de ação (projeto ou programa) em conjunto com a comunidade nas áreas do projeto e/ou programa institucional definido pelo(s) docente(s) responsável(is) pelo componente curricular com a anuência da coordenação do curso.

Referências Básicas

BRASIL, **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 - 2024 e dá outras providências. Brasília/DF. 2018.
 CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **NOTA TÉCNICA 6/2022** - PROEN/REI/IFPI Orientação para implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI: 2022.
 SILVA, O. da. O que é extensão universitária. Integração: ensino, pesquisa e extensão, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 148-9, maio 1997.

Referências Complementares

RAYS, O. A. Ensino-Pesquisa-Extensão: notas para pensar a indissociabilidade. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, p. 71-85, mar. 2012. ISSN 1984-686X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5034>>. Acesso em: out.de

2022.

SANTOS, J. H.; ROCHA, B. F.; PASSAGLIO, K. T. Extensão universitária e formação no ensino superior. **Revista Brasileira De Extensão Universitária**, v. 7, n. 1, p. 23-28, 28 maio 2016. <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/3087> Acesso em: out. de 2012.

SEVERINO, A. J. Ensino e pesquisa na docência universitária: caminhos para a integração. Universidade de São Paulo - Faculdade de Educação, FEUSP. **Cadernos de Letras PortuguêsUniversitária** n.3 p.1-40 2008. Disponível em: <http://www.prpg.usp.br/attachments/article/640/Caderno_3_PAE.pdf> Acesso em: out. 2022.

LISBÔA FILHO, F. F. Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUI

INTRODUÇÃO A TECNOLOGIA ASSISTIVA

Código: ESP12

Carga Horária: 40 h

Eixo:

Pré-requisito: SP

EMENTA

Acessibilidade: conceitos, diretrizes legais, barreiras. Desenho Universal. Tecnologia Assistiva: definição, objetivos, características, informática na Educação Especial e a mediação pedagógica. Recursos em hardware (mouses, teclados, impressoras especiais, acionadores e dispositivos especiais, monitor tátil, teclados de conceitos, vocalizadores), recursos em softwares (simuladores de mouses e teclados; teclados virtuais; leitores e ampliadores de tela; áudio livros; livros digitais). Comunicação Aumentativa e Alternativa. Recursos de suporte e apoio ao processo de escolarização de alunos público-alvo da educação especial.

COMPETENCIAS E HABILIDADES

Conhecimento das tecnologias assistivas disponíveis: Capacidade de conhecer uma variedade de tecnologias assistivas disponíveis, como softwares específicos, aplicativos, dispositivos de entrada alternativos, comunicação aumentativa e alternativa (CAA), entre outros.

Avaliação das necessidades dos alunos: Habilidade para avaliar as necessidades individuais dos alunos com deficiência ou outras dificuldades de aprendizagem, a fim de identificar quais tecnologias assistivas são mais adequadas para apoiar seu acesso ao currículo e sua participação na sala de aula.

Adaptação e personalização: Capacidade de adaptar e personalizar as tecnologias assistivas de acordo com as necessidades específicas de cada aluno, garantindo que elas sejam eficazes e significativas para o seu aprendizado.

Treinamento e suporte: Habilidade para fornecer treinamento e suporte adequados aos alunos, colegas de trabalho e pais sobre o uso das tecnologias assistivas, incluindo orientações

sobre sua instalação, configuração e uso efetivo.

Integração curricular: Competência para integrar as tecnologias assistivas de forma eficaz no currículo escolar, criando atividades e materiais que aproveitem ao máximo seu potencial para promover o engajamento e o aprendizado dos alunos.

Colaboração multidisciplinar: Capacidade de colaborar com outros profissionais da educação e da saúde, como terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e psicólogos, para garantir uma abordagem integrada no uso das tecnologias assistivas para apoiar os alunos.

Acesso universal: Compromisso em garantir que todas as tecnologias assistivas utilizadas na sala de aula sejam acessíveis a todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou limitações individuais.

Atualização constante: Reconhecimento da importância da atualização constante sobre as novas tecnologias assistivas e suas aplicações na educação, buscando oportunidades de formação e desenvolvimento profissional na área.

Referências Básicas

- [1] BERSCH, R. Tecnologia assistiva e educação inclusiva. In: **Ensaio Pedagógico**, Brasília: SEESP/MEC, p. 89-94, 2006.
- [2] BRASIL. **Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. Comitê de Ajudas Técnicas - Tecnologia Assistiva. – Brasília CORDE, 2009. 138 p.
- [3] BRASIL, 2004. **Decreto 5296 de 02 de dezembro de 2004**.
- CARTA DO RIO, 2004. **Desenho Universal para um Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável**.

Referências Complementares

- [1] BERSCH, Rita . C. R. **Recursos pedagógicos acessíveis**. Disponível em: http://www.assistiva.com.br/Recursos_Ped_Acessiveis_Avaliacao_ABR2013.pdf. Acesso em: 07 set. 2023.
- [2] BERSCH, Rita. **Design de um serviço de Tecnologia Assistiva em escolas públicas**. Dissertação de Mestrado. UFRGS. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18299/000728187.pdf?....> Acesso em: 07 set. 2023.
- [3] BRASIL. **Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L10098.htm. Acesso em: 07 set. 2023.
- [4] BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão – LBI**. Acesso em: 21 mar 2017. Recuperado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 07 set. 2023.
- [5] BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Portal de ajudas técnicas para educação: equipamento e material pedagógico para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física: recursos pedagógicos adaptados**. Brasília: MEC/SEESP, 2002. Fascículo 1. Disponível em: <http://www.iparadigma.com.br/bibliotecavirtual/items/show/352>. Acesso em: 07 set. 2023.
- [6] DISCHINGER, Marta; ELY, Vera; BORGES, Monna. **Manual de acessibilidade espacial para escolas: o direito à escola acessível**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de

Educação Especial, 2009. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4793-manual-acessibilidade&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 07 set. 2023.

[7] MANZINI, E. J. Tecnologia assistiva para educação: recursos pedagógicos adaptados. In:
Ensaio pedagógico: construindo escolas inclusivas. Brasília: SEESP/MEC, p. 82-86, 2005.

[8] PRADO, Adriana; DURAN, Mônica.. Acessibilidade nos Estabelecimentos de Ensino. In:
Ensaio pedagógico. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. 146 p. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ensaio pedagogicos2006.pdf> Acesso em: 07 set. 2023.

[9] SARTORETTO, Mara BERSCH, Rita. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza] : Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 6. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar).

[10] SCHIRMER, Carolina. et al. **Atendimento Educacional Especializado**: Deficiência Física. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

10- VILA NOVA, Flávio. **Cartilha de acessibilidade urbana**: um caminho para todos. - 2. ed. - Recife: Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, 2014. 53p. Disponível em:
https://www.tce.pe.gov.br/ecotce/docs/cartilha_acessibilidade.pdf. Acesso em: 07 set. 2023..

MÓDULO 3



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUÍ

DEFICIÊNCIA AUDITIVA: CONTEXTOS E PRÁTICAS EDUCACIONAIS

Código:ESP13

Carga Horária: 60 h

Eixo:

Pré-requisito: SP

EMENTA

Deficiência Auditiva: conceituação e entendimentos ao longo da história; Classificações das perdas auditivas ao longo do tempo, e nos dias atuais; Profissionais que atendem o deficiente auditivo; Inclusão do deficiente auditivo em classe comum; Princípios da educação bilíngue; Desafios e perspectivas da ação docente; Tecnologia assistiva para deficientes auditivos e surdos

COMPETENCIAS E HABILIDADES

Conhecimento da deficiência auditiva: Compreensão das causas, características e impactos da deficiência auditiva no desenvolvimento e aprendizado das crianças.

Linguagem e comunicação: Habilidade para utilizar estratégias de comunicação visual, gestual e oral, conforme a necessidade do aluno com deficiência auditiva, incluindo a língua de

sinais e técnicas de leitura labial.

Adaptação curricular: Capacidade de adaptar o currículo escolar para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência auditiva, garantindo acesso ao conteúdo educacional de forma significativa.

Tecnologias assistivas: Conhecimento e habilidade para utilizar tecnologias assistivas, como aparelhos auditivos, sistemas de amplificação sonora, legendagem e interpretação em língua de sinais, para apoiar o aprendizado dos alunos com deficiência auditiva.

Colaboração com a equipe escolar: Capacidade de trabalhar em equipe com outros profissionais da escola, como intérpretes, fonoaudiólogos e psicólogos, para garantir um suporte abrangente aos alunos com deficiência auditiva.

Promoção da inclusão: Compromisso em promover a inclusão dos alunos com deficiência auditiva no ambiente escolar e na sociedade, combatendo estigmas e preconceitos e valorizando suas habilidades e potencialidades.

Avaliação e monitoramento do progresso: Habilidade para realizar avaliações periódicas do desenvolvimento e aprendizado dos alunos com deficiência auditiva, identificando necessidades de suporte adicionais e ajustando as estratégias de ensino conforme necessário.

Desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais: Capacidade de promover o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais nos alunos com deficiência auditiva, preparando-os para uma participação ativa na sociedade e no mercado de trabalho

Referências Básicas

- [1] LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; LODI, Ana Claudia Balieiro. A inclusão escolar bilíngue de alunos surdos: princípios, breve histórico e perspectiva. In: LODI, Ana Claudia Balieiro; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. (org.). **Uma escola duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização**. Porto Alegre: Mediação, 2009, p. 11-32.
- [2] QUADROS, Ronice Müller de; PERLIN, Gladis. **Estudos Surdos II**. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2007. Disponível em: <http://www.librasgerais.com.br/materiais-inclusivos/downloads/Estudos-Surdos-II.pdf>
- [3] SOUZA, Regina Maria de; SILVESTRE, Nuria; ARANTES, Valeria Amorim. **Educação de surdos: pontos e contrapontos**. 2. ed. São Paulo: Summus, 2007

Referências Complementares

- [1] GOES, M. C. R de. (Org.). **Surdez: Processos educativos e subjetividade**. São Paulo: Lovise, 2000, p. 23-28.
- [2] LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos; CAETANO, Juliana F. Estratégias metodológicas para o ensino de alunos surdos. In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos. **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução à Libras e Educação de surdos. São Carlos: EduFSCar, 2013, p. 185-200.
- [3] LACERDA, CBF e LODI, A C B (orgs.). **Uma escola duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização**. Porto Alegre:

Editora Mediação, 2009.

[4] MOURA, M.C, VERGAMINI, S.A.A, LEITE, S.R. **Educação para surdos:** práticas e perspectivas. São Paulo: Editora Santos, 2008.

5- PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. **O ensino do Português como língua para surdos:** princípios teóricos e metodológicos. Educar em Revista, Curitiba, UFPR, Edição Especial, n. 2, p. 143-157, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/sXkGQKsnKbhgRBsPD4mvSjy/?lang=pt>. Acesso em 01 de dezembro de 2023.



ADAPTAÇÕES E AJUSTES NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: CURRÍCULO SOB MEDIDA

Código: ESP14

Carga Horária: 60 h

Eixo:

Pré-requisito: SP

EMENTA

Caracterização dos principais aspectos do currículo escolar, suas adaptações e acomodações em Educação Especial. Análise dos aspectos políticos, pedagógicos e sua influência nas adaptações e acomodações curriculares. Estudo do Currículo funcional

COMPETENCIAS E HABILIDADES

Compreensão das Necessidades Individuais: Capacidade de identificar e compreender as necessidades educacionais específicas de cada aluno com deficiência ou dificuldade de aprendizagem.

Conhecimento sobre Adaptações Curriculares: Familiaridade com diferentes modelos e estratégias de adaptação curricular para atender às diversas necessidades dos alunos.

Competência em Desenvolvimento de Práticas Inclusivas: Habilidade para desenvolver e implementar práticas pedagógicas inclusivas que promovam o acesso equitativo à educação para todos os alunos.

Uso de Tecnologias Assistivas: Capacidade de identificar, selecionar e utilizar adequadamente tecnologias assistivas para apoiar o aprendizado e a participação dos alunos com deficiência.

Avaliação Inclusiva: Capacidade de realizar uma avaliação formativa e somativa que leve em consideração as necessidades individuais dos alunos e os objetivos do currículo adaptado.

Colaboração Interdisciplinar: Habilidade para colaborar com outros profissionais da educação, como terapeutas, psicólogos e pais, para garantir uma abordagem holística no atendimento às necessidades dos alunos.

Consciência Ética e Legal: Conhecimento das questões éticas, legais e sociais relacionadas à educação inclusiva e às adaptações curriculares, incluindo direitos dos alunos com deficiência e princípios de equidade.

Reflexão Crítica: Capacidade de refletir criticamente sobre as práticas pedagógicas e as

adaptações curriculares implementadas, buscando constantemente melhorias e ajustes para atender de forma mais eficaz às necessidades dos alunos.

Referencias Básicas

Ferreira, M. P., & Silveira, A. C. (2020). Adaptações curriculares na educação especial: uma revisão integrativa da literatura. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 26(3), 519-534.

Nunes, L. M. R., de Lima, D. N., & Aranha, M. S. F. (2021). Adaptações curriculares e aprendizagem significativa no contexto da educação inclusiva. *Educação Especial em Revista*, 36, e218965.

Duarte, F. J. S., de Almeida, M. A. M., & Gomes, S. M. (2022). Adaptações curriculares no ensino da Matemática para estudantes com deficiência intelectual: um estudo de caso na perspectiva da Educação Inclusiva. *Revista Educação Especial*, 35(71), 126-142.

Turnbull, A. P., Turnbull, H. R., & Wehmeyer, M. L. (Eds.). (2019). *Exceptional lives: Special education in today's schools* (9th ed.). Pearson.

Villa, R. A., Thousand, J. S., & Nevin, A. I. (2019). *A guide to co-teaching: New lessons and strategies to facilitate student learning* (3rd ed.). Corwin Press.

Westwood, P. (2020). *Commonsense methods for children with special educational needs* (7th ed.). Routledge.

Mastropieri, M. A., & Scruggs, T. E. (2020). *The inclusive classroom: Strategies for effective differentiated instruction* (6th ed.). Pearson.

Friend, M., & Bursuck, W. D. (2020). *Including students with special needs: A practical guide for classroom teachers* (8th ed.). Pearson

Referências Complementares

BUENO, E. S. *Educação Especial: adaptações curriculares*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

OLIVEIRA, J. F. *Educação inclusiva: ideias e práticas pedagógicas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

RODRIGUES, D. C.; KASSAR, M. de C. M. *Dificuldades de aprendizagem e inclusão escolar*. Porto Alegre: Artmed, 2018.

SANTOS, L. F. dos. *Educação especial: fundamentos e práticas*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2020.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: Penso, 2016

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUI

GESTÃO E ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

Código: BAS 10

Carga Horária: 60h

GRUPO I - Base comum e conhecimentos pedagógicos

Pré-requisito: Política e Organização da Educação Nacional

EMENTA

A gestão democrática da educação e suas implicações para a democratização da educação básica; O sistema de organização e gestão da escola; A estrutura organizacional da escola e/o trabalho docente; Os elementos constitutivos do processo organizacional; Gestão participativa na compreensão da cultura da escola, dos contextos socioculturais dos estudantes, dos seus territórios, do entorno escolar e da mediação dos conflitos: papéis dos professores, gestores, pais, alunos e em comunidade construção coletiva do trabalho; Conhecimentos básicos dos processos de desenvolvimento sobre as dimensões sociais, afetivas e físicas e suas implicações na dinâmica escolar, nas relações interpessoais e étnico-raciais; O Conselho Escolar e o Planejamento no âmbito da gestão escolar: PPP, Proposta Curricular, Regimento e outros; Plano de Ação da Escola (trabalho anual); Colegiados, Grêmio Estudantil e Instituições Auxiliares; Programas e Financiamentos da Educação Básica; Sistemas de Avaliação e Indicadores de qualidade da Educação Básica; Formação e aperfeiçoamento profissional e acadêmico para todos os segmentos da escola. Gestão e inclusão educacional.

Competências e Habilidades

Liderança Educacional: Capacidade de liderar equipes escolares, promovendo uma visão compartilhada e inspirando colaboradores a alcançarem objetivos comuns.

Gestão de Recursos Humanos: Habilidade para recrutar, selecionar, capacitar e avaliar professores e funcionários, promovendo um ambiente de trabalho colaborativo e motivador.

Planejamento Estratégico: Capacidade de elaborar e implementar planos estratégicos que orientem as ações da escola em direção aos seus objetivos educacionais e administrativos.

Gestão de Conflitos: Habilidade para identificar, gerenciar e resolver conflitos interpessoais dentro da escola, promovendo um ambiente de convivência harmonioso.

Gestão Pedagógica: Competência em supervisionar e apoiar práticas pedagógicas eficazes, promovendo o desenvolvimento acadêmico e socioemocional dos alunos.

Gestão Financeira e Orçamentária: Capacidade de elaborar e gerir o orçamento escolar de forma eficiente, garantindo a aplicação adequada dos recursos financeiros disponíveis.

Comunicação Eficaz: Habilidade para estabelecer canais de comunicação claros e eficazes com todos os membros da comunidade escolar, incluindo pais, alunos e equipe.

Tomada de Decisão: Capacidade de tomar decisões embasadas em dados e evidências,

considerando o impacto das mesmas na qualidade do ensino e aprendizagem.

Gestão da Qualidade: Competência em implementar processos de avaliação e melhoria contínua, visando garantir a qualidade dos serviços educacionais oferecidos pela escola.

Ética Profissional: Conhecimento e comprometimento com os princípios éticos e legais que regem a gestão escolar, garantindo a transparência e a integridade nas práticas administrativas.

Referências Básicas

- [1] - LIBÂNEO, Jose Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- [2] - ANDRADE, J. M. V.; QUEIROZ, M. A. de Q.; AZEVEDO, M. A. de. **O papel dos conselhos para a criação do Sistema Nacional de Educação**. Brasília: Liber Livro, 2009.
- [3] - LUCK, Heloísa. **Gestão Participativa na Escola**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

Referências Complementares

- [1] - FERREIRA, N. S. C. **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2006.
- [2] - HORA, Dinair L. da. **Gestão Democrática na Escola**. 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 1994.
- [3] - LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola** Teoria e prática; Goiânia: Alternativa, 2008.
- [4] - NÓVOA, António (org.). **As organizações escolares em análise** Instituto de Inovação Educacional; Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992
- [5] - PLACCO, Vera Maria; ALMEIDA, Laurinda (orgs.). **O Coordenador Pedagógico e os desafios da educação**; São Paulo: Loyola, 2008.

 POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL	
Código: BAS 08	Carga Horária: 40h
GRUPO I - Base comum e conhecimentos pedagógicos	Pré-requisito: S/P
EMENTA	
A evolução histórica da Educação escolar no Brasil: Política e Organização; Legislação educacional no Brasil na Constituição Federal de 1988 e na LDBEN (Lei nº 9394/96); Plano Nacional de Educação; O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) e suas garantias na escolarização; Diretrizes para a Educação Básica; Concepções e paradigmas curriculares para a Educação Nacional; Diretrizes e políticas pertinentes à educação ambiental, as relações étnico-raciais e outras garantias legais.	
Competências e Habilidades	
Compreensão do Sistema Educacional Brasileiro: Capacidade de compreender a estrutura e o funcionamento do sistema educacional brasileiro, incluindo os diferentes níveis de ensino, as redes de ensino e as instituições responsáveis pela gestão educacional.	
Conhecimento das Políticas Educacionais: Familiaridade com as políticas educacionais	

vigentes no Brasil, incluindo leis, diretrizes, programas e projetos voltados para a educação básica e superior.

Análise Crítica das Políticas Públicas: Habilidade para analisar criticamente as políticas públicas educacionais, identificando seus objetivos, impactos, limitações e desafios de implementação.

Contextualização Histórica da Educação no Brasil: Capacidade de contextualizar historicamente a evolução das políticas e práticas educacionais no Brasil, compreendendo os principais marcos históricos e suas influências no sistema educacional atual.

Consciência dos Aspectos Sociais e Culturais da Educação: Conhecimento dos aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos que influenciam a organização e o funcionamento do sistema educacional brasileiro, incluindo as desigualdades sociais e as políticas de inclusão.

Capacidade de Análise de Documentos Oficiais: Habilidade para analisar e interpretar documentos oficiais relacionados à legislação educacional, planos e programas governamentais, relatórios de avaliação e documentos institucionais.

Participação em Debates Educacionais: Competência para participar de debates e discussões sobre temas relevantes da educação nacional, contribuindo com reflexões fundamentadas e propostas de ação.

Gestão Educacional e Liderança: Conhecimento dos princípios e práticas de gestão educacional, incluindo aspectos relacionados à administração escolar, planejamento educacional, financiamento da educação e liderança pedagógica.

Referências Básicas

- [1] - SAVIANI, D. **Educação Brasileira: estrutura e sistema**. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.
- [2] - DEMO, Pedro. **A nova LDB ranços e avanços**. 22. ed. Campinas: Papirus, 2010.
- [3] - LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

Referências Complementares

- [1] - NISKIER, A. **História da Educação Brasileira**. Rio de Janeiro: Altadena, 2011.
- [2] - VEIGA, C. G., LOPES, El. M. T., FARIA FILHO, L. M. de (org.) **500 Anos de Educação no Brasil**. 4. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2010.
- [3] - ROMANELLI, O. **História da Educação no Brasil**. 34. ed. Rio de Janeiro, Vozes, 2009.
- [4] - ELIAS, J. R. **Comentários ao estatuto da criança e do adolescente: lei 8.069, de julho de 1990**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- [5] - ELIAS, J. R. **Comentários ao estatuto da criança e do adolescente: lei 8.069, de julho de 1990**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.



EMENTA
Disciplina destinada à implantação e execução das ações de extensão pelos discentes, nas áreas do Projeto e/ou Programa Institucional, definido pelo docente responsável pela disciplina com aval da coordenação do curso.
Competências e Habilidades
▪ Promover o desenvolvimento das ações de extensão definidas em planejamento prévio no Projeto e/ou Programa Institucional definido pelo docente responsável pela disciplina; ▪ Realizar o acompanhamento das ações extensionistas definidas no planejamento, verificando se os objetivos estabelecidos estão sendo alcançados;
Público-Alvo:
Comunidades diversas do entorno do IFPI (tradicionais, quilombolas, indígenas etc.).
Unidades temáticas e objetos de conhecimento/Habilidades previstos pela BNCC a ser desenvolvidos como prática deste componente
Não há.
Referências Básicas
[1] - Plano de Desenvolvimento Institucional/IFPI – PDI (2020-2024). [2] - Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024), aprovado pela Lei Nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. [3] - Resolução Normativa nº 131/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, DE 25 DE ABRIL DE 2022. Estabelece as Diretrizes para a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. (IFPI).
Referências Complementares
[1] - Lisboa Filho, Flavi Ferreira Extensão universitária [recurso eletrônico]: gestão, comunicação e desenvolvimento regional / Flavi Ferreira Lisboa Filho. – Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022. [2] - Política de curricularização da extensão na UNIFESP [recurso eletrônico]: caminhos, desafios e construções / organização Simone Nacaguma, Sergio Stoco, Raiane P. S. Assumpção. - 1. ed. - São Paulo: Alameda, 2021. [3] - Caminhos para curricularização da extensão: Ações no Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC / Tomé de Pádua Frutuoso, Douglas Paulesky Juliani – Curitiba: CRV, 2020.

GESTÃO ESCOLAR E ENSINO COLABORATIVO	
EMENTA	
A gestão escolar e a articulação do trabalho colaborativo na escola. A inclusão escolar e os novos papéis dos profissionais da escola, fundamentos do trabalho colaborativo. Equipe multidisciplinar e suas atribuições no âmbito escolar. Parceria entre professor do ensino comum e da educação especial; Ensino colaborativo e coensino.	
Competências e Habilidades	
Liderança educacional: Capacidade de exercer liderança de forma ética e eficaz, promovendo uma visão compartilhada, inspirando e motivando a equipe escolar para	

alcançar objetivos comuns.

Gestão de pessoas: Habilidade para gerir e motivar uma equipe de professores e funcionários, reconhecendo e valorizando suas contribuições, promovendo o desenvolvimento profissional e resolvendo conflitos de forma construtiva.

Planejamento estratégico: Capacidade de desenvolver e implementar planos estratégicos para a melhoria da escola, alinhados com sua missão, visão e valores, e que promovam a aprendizagem e o bem-estar dos alunos.

Tomada de decisão baseada em dados: Competência para coletar, analisar e utilizar dados educacionais para embasar a tomada de decisões, identificar áreas de melhoria e monitorar o progresso em direção aos objetivos estabelecidos.

Comunicação eficaz: Habilidade para se comunicar de forma clara, empática e aberta com todos os membros da comunidade escolar, incluindo professores, alunos, pais e funcionários, promovendo a transparência e o engajamento.

Gestão de recursos: Capacidade de gerir eficientemente os recursos disponíveis, incluindo financeiros, materiais e humanos, garantindo sua utilização eficaz e equitativa para atender às necessidades da escola e dos alunos.

Promoção da cultura escolar inclusiva: Compromisso em promover uma cultura escolar inclusiva e acolhedora, que valorize a diversidade, respeite os direitos de todos os alunos e promova a equidade educacional.

Desenvolvimento de parcerias com a comunidade: Habilidade para estabelecer e manter parcerias eficazes com a comunidade local, incluindo organizações sociais, empresas e instituições de ensino superior, para enriquecer a experiência educacional dos alunos e promover seu sucesso acadêmico e pessoal.

Referências Básicas

- [1] ARANHA, Maria Salete F. Inclusão social e municipalização. In: MANZINI, Eduardo J. (Org.). **Educação especial: temas atuais**. Marília: UNESP, Publicações, 2001.
- [2] DUTRA, CR, GRIBOSKI, GM. Gestão para inclusão. **Revista Educação Especial**, 2005. Disponível em <http://corolx.Ufsm.br/revece/ceesp/2005/02/a1htm>. Acesso em 29 de novembro de 2013.
- 3- FRANCISCHINI, Rosângela; VIANA, Meire Nunes. **Psicologia Escolar: que fazer é esse?** Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2016.

Referências Complementares

- [1] MENDES, E. G.; ALMEIDA, Maria Amélia (Orgs.). **Das margens ao centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva**. 1. ed. Araraquara: Junqueira&Marins, 2010.
- [2] MENDES, E. G.; ALMEIDA, Maria Amélia; HAYASHI, Maria Cristina P I. (Orgs.). **Temas em Educação Especial: conhecimentos para fundamentar a prática**. 1. ed. Araraquara: Junqueira&Marins, 2008. v. 1. 471 p.
- [3] STAINBACK, S. STAINBACK, W. Inclusão. Um Guia para Educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- [4] MENDES, E. G.. Inclusão escolar com colaboração: unindo conhecimentos, perspectivas, e habilidades profissionais. In: Lúcia de Araújo Ramos Martins; Gláucia Nascimento da Luz Pires.

(Org.). **Políticas e práticas educacionais inclusivas**. 1 ed. Natal: EDUFRRN, 2009, v. 1, p. 19-51
5-RODRIGUES, D. (Org) **Perspectivas sobre a inclusão**: Da educação à sociedade. Porto: Porto Editora, 2003



DEFICIÊNCIA VISUAL: CONTEXTOS E PRÁTICAS EDUCACIONAIS

EMENTA

A Educação Especial e Inclusiva. Características da baixa visão campo visual; acuidade visual; avaliação funcional da visão). Cegueira congênita e cegueira adventícia. Principais patologias e prevenção da deficiência visual na infância. O Braille. Formação de conceitos e construção de conhecimentos: alunos com cegueira. Aprendizagem de alunos com cegueira. Tecnologias Educacionais Assistivas para cegueira.

Competências e Habilidades

Conhecimento da deficiência visual: Compreensão das características da deficiência visual, incluindo tipos de deficiência (cegueira total, baixa visão), causas, impactos no desenvolvimento educacional e social, e estratégias de apoio.

Adaptação curricular: Capacidade de adaptar o currículo escolar para atender às necessidades dos alunos com deficiência visual, garantindo acesso ao conteúdo educacional por meio de materiais, tecnologias e métodos adequados.

Habilidade em Braille: Conhecimento e habilidade em ler e escrever em Braille, sistema de escrita tátil utilizado por pessoas com deficiência visual, bem como capacidade de ensinar e utilizar o Braille como ferramenta educacional.

Uso de tecnologias assistivas: Conhecimento e habilidade para utilizar tecnologias assistivas, como leitores de tela, softwares de ampliação de texto, e dispositivos táteis, para apoiar o aprendizado e a participação dos alunos com deficiência visual.

Desenvolvimento de habilidades de orientação e mobilidade: Capacidade de desenvolver e apoiar o desenvolvimento de habilidades de orientação e mobilidade dos alunos com deficiência visual, permitindo que eles se desloquem de forma independente e segura no ambiente escolar e na comunidade.

Colaboração com profissionais especializados: Habilidade para colaborar com professores de apoio, especialistas em deficiência visual, terapeutas ocupacionais e outros profissionais especializados para garantir o suporte adequado aos alunos com deficiência visual.

Promoção da inclusão e autonomia: Compromisso em promover a inclusão e a autonomia dos alunos com deficiência visual, proporcionando oportunidades de participação ativa na sala de aula e na vida escolar, bem como desenvolvendo habilidades de autodefesa e defesa dos direitos.

Sensibilidade e comunicação eficaz: Desenvolvimento de sensibilidade para compreender as necessidades emocionais e psicossociais dos alunos com deficiência visual,

bem como habilidades de comunicação eficaz para interagir de forma empática e inclusiva.

Referências Básicas

- [1] BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Orientação e mobilidade: conhecimentos básicos para a inclusão do deficiente visual. Brasília: MEC, 2003.
- [2] BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Deficiência visual**- reflexão sobre a prática pedagógica. São Paulo: Laramara, 1997.
- [2] MARTÍN, M. B; BUENO, S. T. **Deficiência visual**: aspectos psicoevolutivos e educativos. São Paulo: Santos, 2003

Referências Complementares

- 1-AMIRALIAN, M. Lima. **Compreendendo o cego**: uma visão psicanalítica por meio de desenhos – estórias. SP. Casa do Psicólogo, 1997
- [2] CAIADO, K. R. M. **Aluno deficiente visual na escola. Lembranças e depoimentos**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.
- [3] GARCIA, Nely. As implicações do Sistema Braille na vida escolar da criança portadora de cegueira. *In: Revista Contato*. São Paulo: nº04 p.25-33. junho, 1998.
- [4] SÁ, E. D; CAMPOS, I. M.; SILVA, M. B. C. **Atendimento educacional especializado: deficiência visual**. SEED, MEC: Brasília, 2007.

MÓDULO 4



LEITURA E ESCRITA PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

EMENTA

Função social da leitura e escrita para pessoas público-alvo da educação especial, Estabelecimentos de relações entre alfabetização e Letramento; Estudo da apropriação da Língua escrita; Métodos de alfabetização A aprendizagem da leitura e da escrita.

Competências e Habilidades

Conhecimento das diferentes deficiências: Compreensão das características e necessidades específicas de diferentes tipos de deficiência que podem afetar a leitura e escrita, como deficiência visual, auditiva, intelectual, física e transtornos específicos de aprendizagem.

Adaptação de materiais e estratégias: Capacidade de adaptar materiais didáticos, atividades e estratégias de ensino para torná-los acessíveis e adequados às necessidades dos alunos com deficiência, garantindo que todos tenham oportunidades de aprender e se desenvolver na leitura e escrita.

Domínio de técnicas de avaliação: Habilidade para utilizar diferentes técnicas de avaliação para identificar as habilidades e dificuldades dos alunos com deficiência na leitura

e escrita, permitindo o planejamento de intervenções pedagógicas adequadas.

Conhecimento de tecnologias assistivas: Familiaridade com tecnologias assistivas, como softwares de leitura e escrita, ampliadores de tela, teclados adaptados e dispositivos de comunicação alternativa, que podem auxiliar os alunos com deficiência na sua aprendizagem.

Desenvolvimento de estratégias de ensino individualizadas: Capacidade de desenvolver e implementar estratégias de ensino individualizadas, levando em consideração as necessidades específicas de cada aluno com deficiência na área de leitura e escrita.

Colaboração com outros profissionais: Habilidade para trabalhar em equipe com outros profissionais da educação e da área da saúde, como psicólogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos, para garantir um suporte integrado aos alunos com deficiência na leitura e escrita.

Promoção da autonomia: Compromisso em promover a autonomia dos alunos com deficiência na leitura e escrita, desenvolvendo suas habilidades de forma que possam se tornar leitores e escritores competentes e independentes.

Atualização profissional contínua: Reconhecimento da importância da atualização constante sobre as melhores práticas e recursos disponíveis na área de leitura e escrita para pessoas com deficiência, participando de cursos de formação e buscando se manter informado sobre as últimas pesquisas e desenvolvimentos nesse campo.

Referências Básicas

- [1] GONÇALVES, Adriana Garcia; CIA, Fabiana; CAMPOS, Juliane Ap. de Paula P. (org.) **Letramento para o estudante com deficiência**. Santa Catarina: Edufscar, 2018, p. 59-76. Disponível em: http://www.cleesp.ufscar.br/arquivos/Ledef_Letramento_eBook.pdf Acesso em: 01 dezembro de 2023.
- [2] SOARES, Magda. Alfabetização: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2016.
- 3- TEBEROSKY, A. & COLOMER, T. Aprender a ler e a escrever. Uma proposta construtivista. Porto Alegre: Artmed, 2003

Referências Complementares

- [1] ABAURRE M.B.M. Cenas de aquisição da escrita. Campinas, ABL/Mercado das Letras, 1995.
- [2] FERREIRO, Emilia, TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: ArtesMédicas, 1985 (demais edições).
- [3] LEITE, S. A. S. (org.) Alfabetização e letramento – contribuições para as práticas pedagógicas. Campinas, Komedi/Arte Escrita, 2001.
- [4] FOUNI, Leda Verdiani, (1995). Letramento e alfabetização. São Paulo: Cortez.
- SMOLKA, A.L.B. A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo. São Paulo, Cortez, 1993 (demais edições).



COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA E AUMENTATIVA

EMENTA

Revisão da área de comunicação alternativa aumentativa (CAA) e seu uso com crianças com deficiências severas, não verbais, em idade escolar; Teorias que fundamentam o uso apropriados dos sistemas de CAA; Estudo da eficácia dos sistemas de CAA para estudantes, não verbais, com severas deficiências; Diretrizes para seleção, implementação, uso e monitoração dos sistemas de CAA.

Competências e Habilidades

Conhecimento dos sistemas de comunicação alternativa e aumentativa (CAA):

Familiaridade com uma variedade de sistemas de comunicação alternativa e aumentativa, incluindo símbolos gráficos, sistemas de sinalização manual, tecnologias assistivas e aplicativos de comunicação.

Avaliação das necessidades de comunicação: Capacidade de avaliar as necessidades individuais de comunicação de cada aluno, considerando seus objetivos de comunicação, habilidades linguísticas, preferências e contexto de vida.

Seleção e implementação de estratégias de CAA: Habilidade para selecionar e implementar estratégias de comunicação alternativa e aumentativa que sejam adequadas às necessidades e habilidades de cada aluno, promovendo sua participação ativa e autonomia na comunicação.

Treinamento e suporte aos alunos e cuidadores: Capacidade de fornecer treinamento e suporte aos alunos que utilizam sistemas de CAA, bem como aos seus cuidadores e membros da equipe escolar, para garantir o uso eficaz dessas estratégias em diferentes contextos.

Adaptação de materiais e ambiente: Habilidade para adaptar materiais educacionais e o ambiente de aprendizagem para torná-los acessíveis e inclusivos para os alunos que utilizam sistemas de CAA, garantindo que possam participar plenamente das atividades escolares.

Colaboração multidisciplinar: Capacidade de trabalhar em equipe com outros profissionais da escola, como fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e especialistas em tecnologia assistiva, para garantir uma abordagem integrada no suporte à comunicação dos alunos.

Promoção da autonomia e autoestima: Compromisso em promover a autonomia, a

autoconfiança e a autoestima dos alunos que utilizam sistemas de CAA, capacitando-os a expressar suas necessidades, desejos e pensamentos de forma independente.

Atualização profissional contínua: Reconhecimento da importância da atualização constante sobre os avanços e melhores práticas na área de comunicação alternativa e aumentativa, participando de cursos de formação, workshops e conferências especializadas.

Referências Básicas

- [1] DELIBERATO, D.; GONÇALVES, M.J.; MACEDO, E.C. **Comunicação Alternativa: teoria, prática, tecnologias e pesquisa**. São Paulo: Memnon Edições Científicas, 2009.
- [2] MANZINI, E.J.; FUJISAWA, D.S. **Jogos e Recursos para Comunicação e Ensino na Educação Especial**. Marília: ABPEE, 2010. 170 p.
- 3-NUNES, L.R.O.P. **Favorecendo o desenvolvimento da comunicação em crianças e jovens com necessidades educacionais especiais**. Rio de Janeiro: Dunya, 2003. 316 p.

Referências Complementares

- [1] CAPOVILLA, F. C. Comunicação alternativa como recurso para inclusão escolar de crianças com diversos distúrbios motores e de fala: Modelos teóricos e tecnológicos, filosofia educacional e prática clínica. **Ciência cognitiva: Teoria, pesquisa e aplicação**, 2(4), 1998, 689-720.
- [2] DELIBERATO, D. Análise de processos comunicativos utilizados por uma criança com paralisia cerebralespástica. In Manzini, J.E.(org.). **Educação especial: temas atuais**. Marília: UNESP. 2000. p. 118
- [3] MANZINI, E. J. Conceitos básicos em comunicação alternativa e suplementar. In Carrara, K.(org.). **Educação, universidade e pesquisa**. Marília: UNESP. 2001.
- [4] NUNES, L.R.O.P.; PELOSI, M.B.; GOMES, M.R. **Um retrato da comunicação alternativa no Brasil:Relato de pesquisas e experiências**. Rio de Janeiro: 4 Pontos Estúdio Gráfico e Papéis, 2007.
- 5- WALTER, C. C. de F. **Avaliação de um programa de comunicação alternativa e ampliada para mães de adolescentes autistas**. Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2006



INSTITUTO FEDERAL
Piauí

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS- LIBRAS

CH: 30h

Pré-requisito:SP

EMENTA

A Língua Brasileira de Sinais (Libras), caracterização, leis e decretos. Fundamentos dos aspectos políticos, sociais e linguísticos da Língua de Sinais e sua importância para a comunidade surda. Evolução histórica da educação de surdos. Cultura e identidade surda. Modalidade de educação bilíngue para surdos. Introdução aos aspectos linguísticos da LIBRAS: fonologia, morfologia e sintaxe. Estudo das classes gramaticais em Libras. Vocabulário básico da Libras e sinais específicos para área de formação. Tecnologias e surdez. Estudo da comunidade surda regional.

COMPETENCIAS E HABILIDADES

Fluência em LIBRAS: Desenvolver fluência na Língua Brasileira de Sinais, tanto na

expressão quanto na compreensão, para se comunicar efetivamente com alunos surdos.

Conhecimento da gramática e estrutura de LIBRAS: Entender a gramática e a estrutura linguística de LIBRAS, incluindo regras de formação de frases, vocabulário específico e expressões idiomáticas.

Ensino de LIBRAS como segunda língua: Ter habilidades pedagógicas para ensinar LIBRAS como segunda língua para alunos ouvintes, incluindo estratégias de ensino, atividades interativas e avaliação de aprendizagem.

Sensibilidade cultural: Desenvolver sensibilidade cultural em relação à comunidade surda, compreendendo sua história, identidade e valores culturais.

Adaptação curricular: Capacidade de adaptar o currículo escolar para atender às necessidades dos alunos surdos, garantindo que eles tenham acesso ao conteúdo educacional de forma significativa e adequada.

Comunicação visual: Desenvolver habilidades de comunicação visual para transmitir informações de forma clara e eficaz usando sinais, expressões faciais e gestos em LIBRAS.

Inclusão e acessibilidade: Compromisso em promover a inclusão e a acessibilidade para alunos surdos em todos os aspectos da vida escolar, incluindo atividades extracurriculares, eventos escolares e recursos educacionais.

Colaboração com intérpretes: Capacidade de trabalhar em colaboração com intérpretes de LIBRAS para garantir uma comunicação eficaz entre alunos surdos, professores ouvintes e outros membros da comunidade escolar.

Referências Básicas

[1] MENEZES, Jane Eire Silva Alencar de. **Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)** / Jane Eire Silva Alencar de Menezes e Cléia Rocha de Sousa Feitosa. – 2. ed. rev. – Fortaleza: EdUECE, 2015. 150 p. Disponível em:

https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/176804/2/Livro_Linguagem%20Brasileira%20de%20Sinais

[2] QUADROS, Ronice Müller de; PERLIN, Gladis. **Estudos Surdos II**. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2007. Disponível em: <http://www.librasgerais.com.br/materiais-inclusivos/downloads/Estudos-Surdos-II.pdf>

[3] SÍLVIA, Andreis-Witkoski. **Introdução à Libras**: língua, história e cultura. – Curitiba: Ed. UTFPR, 2015. 198 p. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1598/2/libras.pdf>

Referências complementares

[1] ROSA, Iriane do Nascimento; CARVALHO, Rayanne Cornélio Silva; NASCIMENTO, Luciane Pereira; OLIVEIRA, Benedito Gledson de Araujo. **Dicionário ilustrado de ciência em Libras**: Química. Teresina: IFPI, 2022. E-book. ISBN 978-65-86592-41-2. DOI 10.51361/978-65-86592-41-2. Disponível em: <https://www.doi.org/10.51361/978-65-86592-41-2>.

[2] ROSA, Iriane do Nascimento; ARAÚJO, Gabriela de Assis; GASPARG, Antônio Gabriel dos

Santos; OLIVEIRA, Benedito Gledson de Araujo. **Dicionário ilustrado de ciência em Libras: Física**. Teresina: IFPI, 2022. E-book. ISBN 978-65-86592-40-5. DOI 10.51361/978-65-86592-40-5. Disponível em: <https://www.doi.org/10.51361/978-65-86592-40-5>.

[3] SOUZA, Regina Maria de; SILVESTRE, Nuria; ARANTES, Valeria Amorim. **Educação de surdos: pontos e contrapontos**. 2. ed. São Paulo:

[4] CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte; MAURICIO, Aline Cristina. **Novo Deit-Libras - Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira: volume 2**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2012. v. 2 (I - Z), 1421-2759.

SOUZA, Regina Maria de; SILVESTRE, Nuria; ARANTES, Valeria Amorim. **Educação de surdos: pontos e contrapontos**. 2. ed. São Paulo: Summus, 2007.



TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO

Código: BAS14

Carga Horária: 40h

Eixo:

Pré-requisito: SP

EMENTA

A sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem. Pedagogias do século XXI. Evolução das TIC's na educação; Educação e cibercultura; Virtualização e construção do conhecimento; Impactos da Internet na educação escolar e na formação continuada do professor. A Internet como instrumento didático; Educação a Distância-EaD; Ambientes Virtuais de Aprendizagem-AVA. Metodologias ativas. Análise crítica das tecnologias de informação e comunicação e suas implicações teóricas e práticas na educação e formação humana. Consumo e ética no uso das Tecnologias.

Competências e Habilidades

Competência Tecnológica: Capacidade de utilizar de forma eficaz e crítica as ferramentas tecnológicas disponíveis, como softwares educacionais, aplicativos, plataformas de aprendizagem online, entre outros.

Design de Ambientes Digitais de Aprendizagem: Habilidade para projetar e criar ambientes digitais de aprendizagem que promovam a interatividade, a colaboração e a construção do conhecimento.

Integração Curricular da Tecnologia: Capacidade de integrar a tecnologia de forma significativa e contextualizada no currículo, alinhando-a aos objetivos educacionais e às necessidades dos alunos.

Avaliação do Impacto da Tecnologia na Aprendizagem: Habilidade para avaliar o impacto das tecnologias educacionais no processo de ensino-aprendizagem, utilizando indicadores relevantes e métodos adequados de avaliação.

Promoção da Alfabetização Digital: Competência em promover a alfabetização digital dos alunos, desenvolvendo habilidades para buscar, avaliar, selecionar e utilizar informações de forma crítica e ética na era digital.

Inovação Pedagógica: Capacidade de inovar nas práticas pedagógicas, utilizando a

tecnologia como meio para criar experiências de aprendizagem mais dinâmicas, motivadoras e personalizadas.

Adaptação Tecnológica: Habilidade para adaptar as tecnologias educacionais às diferentes necessidades e contextos de aprendizagem dos alunos, incluindo aqueles com deficiência ou dificuldades específicas.

Gestão da Sala de Aula Virtual: Competência em gerenciar eficazmente a sala de aula virtual, promovendo a participação ativa dos alunos, o acompanhamento do progresso individual e a comunicação eficiente.

Referências Básicas

FREIRE, W. et al. **Tecnologia e Educação: as mídias na prática docente.** Rio de Janeiro: Wak, 2008.

KENSKI, V. M.. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação.** 8. Ed. Campinas (SP): Papirus, 2011.

TAJRA, S. F.. **Informática na educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor da atualidade.** 3. ed. São Paulo: Érica, 2001.

Referências Complementares

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática.** 2. ed. Rio de Janeiro: ed. 34, 2010.

KENSKI, V.M. **Tecnologias e ensino presencial e a distância.** 8.ed. Campinas: Papirus, 2010

NORTON, P. **Introdução à informática.** São Paulo: Pearson Makon Books, 2010.

PAIS, L. C.. **Educação Escolar e as Tecnologias da Informática.** Autêntica, 2002.

FERRETI, C. J. (Org.). **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: Um Debate Multidisciplinar.** 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.



CICLO EXTENSIONISTA 1 - B

EMENTA

Disciplina destinada à conclusão e avaliação das ações de extensão pelos discentes, nas áreas do Projeto e/ou Programa Institucional, definido pelo docente responsável pela disciplina com aval da coordenação do curso. Deve ocorrer ainda etapa de socialização das ações implementadas, e divulgação de resultado e proposta de melhorias.

Competências e Habilidades

- Concluir as ações extensionistas definidas no planejamento, verificando se os objetivos estabelecidos estão sendo alcançados;
- Adquirir informações relacionadas à execução e efetividade das ações extensionistas;
- Verificar se os objetivos definidos no planejamento foram alcançados;
- Reunir e relatar os resultados obtidos no período, e propor possíveis melhorias às ações extensionistas.

Público-Alvo:

Comunidades diversas do entorno do IFPI (tradicionais, quilombolas, indígenas etc.).
Unidades temáticas e objetos de conhecimento/Habilidades previstos pela BNCC a ser desenvolvidos como prática deste componente
Não há.
Referências Básicas
[1] - Plano de Desenvolvimento Institucional/IFPI– PDI (2020-2024). [2] - Plano Nacional de Educação – PNEU (2014-2024), aprovado pela Lei Nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. [3] - Resolução Normativa nº 131/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, DE 25 DE ABRIL DE 2022. Estabelece as Diretrizes para a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).
Referências Complementares
[1] - Lisboa Filho, Flavi Ferreira Extensão universitária [recurso eletrônico]: gestão, comunicação e desenvolvimento regional / Flavi Ferreira Lisboa Filho. – Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022. [2] - Política de curricularização da extensão na UNIFESP [recurso eletrônico] : caminhos, desafios e construções / organização Simone Nacaguma, Sergio Stoco, Raiane P. S. Assumpção. - 1. ed. - São Paulo: Alameda, 2021. [3] - Caminhos para curricularização da extensão: Ações no Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC/

MÓDULO 5

 INSTITUTO FEDERAL Piauí	TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO: CONTEXTOS E PRÁTICAS EDUCACIONAIS
EMENTA	
Fundamentos, história e características do TEA; comportamento emocional e autismo; Linguagem e comunicação no TEA; Avaliação e acompanhamento; Atendimento Educacional Especializado do aluno com TEA; Inclusão do aluno com TEA; Tecnologia assistiva para alunos com TEA;	
HABILIDADES E COMPETÊNCIAS	
Conhecimento sobre o TEA: Compreender os aspectos fundamentais do Transtorno do Espectro do Autismo, incluindo suas características, causas, diagnóstico e diferentes perfis de funcionamento. Adaptação curricular: Capacidade de adaptar o currículo escolar para atender às necessidades individuais dos alunos com TEA, garantindo que eles tenham acesso ao conteúdo educacional de forma significativa e adequada. Desenvolvimento de estratégias de ensino diferenciadas: Habilidade para desenvolver e implementar estratégias pedagógicas específicas que atendam às necessidades de aprendizagem dos alunos com TEA, como o uso de rotinas visuais, sistemas de comunicação alternativa e estratégias de regulação sensorial. Comunicação e interação: Desenvolver habilidades para promover a comunicação e interação	

social dos alunos com TEA, incluindo o uso de técnicas de ensino de habilidades sociais e o estímulo ao desenvolvimento da linguagem e da comunicação funcional.

Colaboração com a equipe escolar e famílias: Capacidade de trabalhar em equipe com outros profissionais da escola, como psicólogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos, bem como com as famílias dos alunos com TEA, para garantir uma abordagem integrada no suporte aos alunos.

Avaliação e monitoramento do progresso: Habilidade para realizar avaliações funcionais e contínuas do progresso dos alunos com TEA, identificando áreas de dificuldade e ajustando as estratégias de ensino conforme necessário.

Promoção da inclusão social: Compromisso em promover a inclusão social dos alunos com TEA, criando um ambiente escolar acolhedor e inclusivo que valorize a diversidade e respeite as diferenças individuais.

Atualização profissional contínua: Reconhecimento da importância da atualização constante sobre as melhores práticas e abordagens na área de educação especial para alunos com TEA, participando de cursos de formação, seminários e redes de colaboração profissional.

Referências Básicas

- [1] BAPTISTA, C.R. 7 Bosa, C. **Autismo e educação: reflexões e propostas de intervenção**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.
- [2] CUNHA, E. **Autismo e inclusão: Psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2009.
- [3] SCHMIDT, Carlo (Org). **Autismo, educação e transdisciplinaridade** (online Plataforma Pearson). Campinas, SP: Papyrus, 2014.

Referências Complementares

- [1] BARBOSA, Amanda Magalhães, ZACARIAS, Jaqueline da Cruz, MEDEIROS, Kesia Natália, NOGUEIRA, Ruth Kesia Silva. **O papel do professor frente à inclusão de crianças com autismo. XI Congresso Nacional de Educação**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EDUCERE, 11., 2013, Curitiba. Anais. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2013
- [2] BRASIL, Lei 12.764 de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3º do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em: 15 abr. 2020.
- [3] LIMA, Deyseane Maria Araújo; CARUCA, Antônio Jucieelly Silva. Os desafios e possibilidades de socialização de crianças autistas na escola numa perspectiva gestáltica. **Revista IGT na Rede**, v. 15, nº 29, 2018. p. 147 – 170. Disponível em <http://www.igt.psc.br/ojs> ISSN: 1807-2526
- [4] SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA (SBP). Banco dados disponíveis: www.sbp.com.br. Manual do Transtorno do Espectro Autista. nº 5 abril de 2019.
- [5] ORTEGA, Francisco. **Deficiência, autismo e neurodiversidade**. Em: Ciência & Saúde Coletiva, volume 14(1), p. 67-77, 2009.



EMENTA

A origem do Sistema Braille e sua importância no processo de emancipação da pessoa com deficiência visual; O instrumental necessário para a escrita em Braille; Identificação e representação dos caracteres Braille na leitura e escrita de textos; Leitura e transcrição de textos no Sistema Braille; Introdução à simbologia matemática.

HABILIDADES E COMPETÊNCIAS

Domínio do Sistema Braille: Capacidade de ler, escrever e ensinar o Sistema Braille de forma eficaz, incluindo o alfabeto, numerais, símbolos matemáticos e musicais, bem como regras de pontuação e formatação.

Adaptação curricular: Habilidade para adaptar o currículo escolar para atender às necessidades dos alunos com deficiência visual, garantindo que o conteúdo seja acessível e significativo.

Produção de materiais em Braille: Capacidade de transcrever materiais educacionais para Braille, incluindo livros didáticos, atividades e avaliações, garantindo que os alunos com deficiência visual tenham acesso ao mesmo conteúdo que seus colegas sem deficiência.

Uso de tecnologias assistivas: Conhecimento e habilidade para utilizar tecnologias assistivas, como softwares de leitura de tela, dispositivos Braille eletrônicos e impressoras Braille, para apoiar o aprendizado e a comunicação dos alunos com deficiência visual.

Desenvolvimento de habilidades táteis: Habilidade para desenvolver e implementar atividades que promovam o desenvolvimento das habilidades táteis e sensoriais dos alunos com deficiência visual, incluindo a exploração de materiais táteis e experiências sensoriais.

Colaboração com a equipe escolar e famílias: Capacidade de trabalhar em equipe com outros profissionais da escola, como professores regulares, terapeutas e especialistas em deficiência visual, bem como com as famílias dos alunos, para garantir um suporte abrangente e integrado.

Promoção da autonomia e inclusão social: Compromisso em promover a autonomia, a autoestima e a inclusão social dos alunos com deficiência visual, preparando-os para uma participação ativa na sociedade.

Sensibilidade cultural e social: Reconhecimento da diversidade de experiências e perspectivas dos alunos com deficiência visual, bem como das questões sociais e culturais que podem afetar seu aprendizado e desenvolvimento.

Referências Básicas

- [1] BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Deficiência visual**- reflexão sobre a prática pedagógica. São Paulo: Laramara, 1997.
- [2] GARCIA, Nely. As implicações do Sistema Braille na vida escolar da criança portadora de cegueira. In **Revista Contato**. São Paulo: nº04 p.25-33. junho, 1998.
- [3] Grafia Braille para a Língua Portuguesa, 2ª edição. **Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial**. Brasília, 2006.
- [4] Normas Técnicas para a Produção de Textos em Braille, 2ª edição. **Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial**. Brasília, 2006.
- [5] OLIVEIRA, Elinalva Alves de. **Aconteceu em Paris**. Fortaleza: Premium, 2014, 160p.

Referências Complementares

- [1] OLIVEIRA, Elinalva Alves de. **A educação da criança com deficiência visual**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1ª reimpressão, 2013. (coleção Rede de Saberes), 138p.
- [2] OLIVEIRA Elinalva Alves de...[et al].Educação Especial/ Fortaleza: UECE: **Imprima Conosco**, 2013, 139p; Pedagogia.



INSTITUTO FEDERAL
Piauí

SURDO CEGUEIRA E DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA: CONTEXTOS E PRÁTICAS EDUCACIONAIS

EMENTA

Surdocegueira – percurso histórico, conceito, classificação, etiologia; Pré-requisitos Orientação e mobilidade, Programa Funcional e Ecológico, Utilização dos sentidos remanescentes; Pistas e estabelecimentos de pontos de referência, espaço de ação e objetos significativos do ambiente, desenvolvimento da linguagem e comunicação; Estratégias pedagógicas em Orientação e Mobilidade aplicadas à pessoa com surdocegueira; deficiência múltipla-

COMPETENCIAS E HABILIDADES

Compreensão das características e necessidades individuais dos alunos: Capacidade de compreender as características únicas da surdocegueira e deficiência múltipla, incluindo desafios sensoriais, físicos, cognitivos e comunicativos, e adaptar as práticas educacionais de acordo com essas necessidades.

Comunicação e linguagem: Habilidade para utilizar e ensinar formas alternativas de comunicação, como a Língua Brasileira de Sinais (Libras), comunicação tátil, comunicação por gestos e símbolos, para facilitar a interação e expressão dos alunos com surdocegueira e deficiência múltipla.

Desenvolvimento de habilidades sensoriais: Capacidade de desenvolver estratégias para estimular e desenvolver as habilidades sensoriais dos alunos, incluindo o uso de estímulos táteis, auditivos e visuais adaptados.

Adaptação curricular e materiais educativos: Habilidade para adaptar o currículo e os materiais educativos às necessidades individuais dos alunos, garantindo acesso e participação

plena no processo educacional.

Colaboração com profissionais especializados: Capacidade de trabalhar em equipe com outros profissionais, como educadores especializados em surdocegueira, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, psicólogos e fonoaudiólogos, para fornecer um suporte abrangente e integrado aos alunos.

Desenvolvimento de habilidades funcionais e de vida diária: Habilidade para desenvolver e ensinar habilidades funcionais e de vida diária aos alunos com surdocegueira e deficiência múltipla, capacitando-os para uma vida autônoma e independente.

Promoção da inclusão e participação social: Compromisso em promover a inclusão e participação social dos alunos em ambientes educacionais e na comunidade, proporcionando oportunidades de interação e participação em atividades sociais e recreativas.

Avaliação e monitoramento do progresso: Habilidade para realizar avaliações formativas e contínuas do progresso dos alunos, identificar áreas de dificuldade e ajustar as estratégias de ensino conforme necessário.

Referências Básicas

- [1] BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Avaliação educacional de alunos com baixa visão e múltipla deficiência na educação infantil**. Dourados, MS : Editora da UFGD, 2009. 198 p.
- [2] CADER-NASCIMENTO, F. A. A. A.; COSTA, M. da P. R. da. **Descobrimos a surdocegueira: educação e comunicação**. São Carlos: EdUFSCar, 2005.
- [3] COSTA, M. da P. R. da. (Org.). **Múltipla deficiência: pesquisa & intervenção**. 2 ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2009.

Referências Complementares

- [1] CASTREGHINI, Maria Isabel. **Cartografia Tátil: Orientação e Mobilidade**. Pocco e Littera Editorial, 2011.
- [2] MACHADO, Edileine Vieira et al. **Orientação e Mobilidade: Conhecimentos básicos para a inclusão do deficiente visual**. Brasil: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 2003.
- [3] SCHIRMER, C. R. et al. **Paralisia Cerebral**. Texto elaborado para a disciplina Deficiência Física no Curso de Formação Continuada de Professores para o AEE. Universidade Federal do Ceará. 2013. (mimeo).
- [4] SCHWARTZMAN, J. S. Paralisia Cerebral. In: **Arquivos Brasileiros de Paralisia Cerebral**. São Paulo, set./dez. 2004. v.1, n. 1. p. 6-17



ESTÁGIO SUPERVISIONADO I

Código: PRAT.01

Carga Horária: 100 h

GRUPO III - Prática Pedagógica

Pré-requisito: GESTÃO e Organização Escolar

EMENTA

Orientações e fundamentos do estágio. Imersão no contexto profissional tendo em vista o desenvolvimento de atividades relacionadas à observação e coparticipação em contexto escolar, outros espaços de formação ou ainda em instituições que ofertem os anos finais Ensino Fundamental. Vivência do contexto escolar compreendendo o espaço da sala de aula em particular, com vistas a focalizar questões relacionadas aos aspectos físicos, administrativos e pedagógicos e ao processo de ensino aprendizagem da área de formação do estagiário, visando à preparação da Regência Compartilhada no estágio posterior.

20h – Orientações e fundamentos do estágio: paradigmas, processos e elementos da Formação Profissional; Normas regulamentadoras do estágio. Pesquisa em Ensino de Ciências, Matemática e Informática e produção de conhecimento sobre a prática docente. Análise de conteúdos, de propostas curriculares, metodologia, avaliações, livros-texto e planejamentos das modalidades do Ensino Fundamental II da área de Ciências, Matemática e Informática. Orientação para a elaboração do instrumento de avaliação da Prática profissional I.

60h – Observação de estrutura física e material, espaços coletivos, gestão administrativa e pedagógica, projeto político pedagógico e regimento escolar, colegiados e planejamentos. Práticas de observação sobre temas diversos: Planejamento, execução e avaliação de estratégias didáticas, metodologias e outros. Observação e análise da prática docente/regência no ensino fundamental do 6º ao 9º ano e co-participação. Observação com visitas a indicações de seu objeto de estudo para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

20h – Organização e estruturação do instrumento avaliação de formação profissional: Diário de bordo. Socialização das experiências vivenciadas no Estágio Supervisionado a partir da sistematização de análise individual e coletiva.

Competências e Habilidades

- Desenvolver um saber da experiência teorizado que permita: analisar situações; analisar-se na situação; avaliar as estratégias desenvolvidas; apontando ferramentas inovadoras da prática docente.
- Utilizar diferentes fontes e veículos de informação, adotando uma atitude de disponibilidade e flexibilidade para mudanças, e fomento pela produção escrita como instrumento de desenvolvimento profissional;
- Considerar seus conhecimentos prévios sobre a realidade para compreender o contexto e as relações em que está inserida a prática educativa;
- Refletir sobre a organização e gestão da escola para uma inserção profissional crítica;
- Planejar seu roteiro de observação e co-participação otimizando sua inserção no ambiente escolar;
- Analisar situações e relações interpessoais que ocorrem na escola, considerando algum aporte teórico necessário à compreensão para o exercício docente;
- Analisar diretrizes curriculares para o Ensino Fundamental para produção de registros crítico-reflexivo do aprendizado profissional;
- Trabalhar de forma cooperativa, interagindo com as equipes e valorizando a diversidade nos grupos;
- Adotar uma atitude de disponibilidade e flexibilidade para a pesquisa de diversas formas de ensinar e aprender utilizando diferentes fontes e veículos de informação;
- Analisar documentos para produção de registros crítico-reflexivo do aprendizado profissional;
- Identificar aspectos críticos da prática profissional relacionando-os com o conhecimento pedagógico e específicos para análise coletiva.

▪ Indicar possíveis objetos de estudo para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); ▪ Sistematizar as experiências vivenciadas no Estágio Supervisionado por meio da socialização da análise individual e coletiva.
Referências Básicas
[1] - GHEDIN, Evandro; OLIVEIRA, Elisangela S. de; ALMEIDA, Whasgthon A. de. Estágio com Pesquisa. São Paulo: Cortez, 2015. [2] - PICONEZ, Stela C. B. (coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado. 24. ed. São Paulo: Papirus, 2012. [3] - PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e Docência. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
Referências Complementares
[1] - CARVALHO, Mercedes. Estágio na Licenciatura em Matemática: observações nos anos iniciais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. [2] - LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e Aprendizagem da profissão docente. Brasília: Liber Livro, 2012. [3] - SILVESTRE, Magali Aparecida; VALENTE, Wagner Rodrigues. Professores em Residência Pedagógica: estágio para ensinar Matemática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. [4] - ILVESTRE, Magali Aparecida; VALENTE, Wagner Rodrigues. Professores em Residência Pedagógica: estágio para ensinar Matemática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. [5] - MARTINS, Gilberto de Andrade; LINTZ, Alexandre. Guia para elaboração de monografiase trabalhos de conclusão de curso. 2a ed. São Paulo: Atlas, 2007. 118p. 2 reimp. 2009.

 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA PIAUÍ CICLO EXTENSIONISTA 2-A EXT 4- 60H
EMENTA
Disciplina destinada à implantação e execução das ações de extensão pelos discentes, nas áreas do Projeto e/ou Programa Institucional, definido pelo docente responsável pela disciplina com aval da coordenação do curso.
Competências e Habilidades
▪ Promover o desenvolvimento das ações de extensão definidas em planejamento prévio no Projeto e/ou Programa Institucional definido pelo docente responsável pela disciplina; ▪ Realizar o acompanhamento das ações extensionistas definidas no planejamento, verificando se os objetivos estabelecidos estão sendo alcançados.
Público-Alvo:
Comunidades diversas do entorno do IFPI (tradicionais, quilombolas, indígenas etc.).
Referências Básicas
[1] - Plano de Desenvolvimento Institucional/IFPI – PDI (2020-2024). [2] - Plano Nacional de Educação – PNEU (2014-2024), aprovado pela Lei Nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. [3] - Resolução Normativa nº 131/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, DE 25 DE ABRIL DE 2022.

Estabelece as Diretrizes para a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

Referências Complementares

- [1] - Lisboa Filho, Flavi Ferreira Extensão universitária [recurso eletrônico]: gestão, comunicação e desenvolvimento regional / Flavi Ferreira Lisboa Filho. – Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.
- [2] - Política de curricularização da extensão na UNIFESP [recurso eletrônico] : caminhos, desafios e construções / organização Simone Nacaguma, Sergio Stoco, Raiane P. S. Assumpção. - 1. ed. - São Paulo: Alameda, 2021.
- [3] - Caminhos para curricularização da extensão: Ações no Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC/ Tomé de Pádua Frutuoso, Douglas Paulesky Juliani – Curitiba: CRV, 2020.

MÓDULO VI



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUI

DIDÁTICA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

EMENTA

. Análise do trabalho e educação na escola contemporânea, a trajetória histórica da didática e as tendências pedagógicas. Reflexão sobre o planejamento e organização do ensino para alunos com necessidades educacionais especiais, didática e formação de professores para a educação inclusiva.

Competências e Habilidades

Conhecimento das necessidades educacionais especiais: Compreensão profunda das características e necessidades específicas dos alunos com diversidade funcional, incluindo deficiências físicas, intelectuais, sensoriais, transtornos do espectro autista (TEA) e dificuldades de aprendizagem.

Adaptação curricular: Capacidade de adaptar o currículo escolar para atender às necessidades individuais dos alunos com diversidade funcional, garantindo que todos tenham acesso ao conteúdo educacional de forma significativa e adequada.

Desenvolvimento de estratégias de ensino diferenciadas: Habilidade para desenvolver e implementar estratégias pedagógicas que atendam às necessidades específicas dos alunos com diversidade funcional, promovendo seu engajamento e aprendizado.

Uso de recursos pedagógicos especializados: Conhecimento e habilidade para utilizar recursos pedagógicos especializados, como tecnologias assistivas, materiais adaptados, jogos educativos e estratégias de ensino individualizado.

Colaboração multidisciplinar: Capacidade de trabalhar em equipe com outros

profissionais da escola, como psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e assistentes sociais, para garantir um suporte abrangente aos alunos com diversidade funcional.

Promoção da autonomia e inclusão social: Compromisso em promover a autonomia, a autoestima e a inclusão social dos alunos com diversidade funcional, preparando-os para uma participação ativa na sociedade.

Avaliação e monitoramento do progresso: Habilidade para realizar avaliações formativas e contínuas do progresso dos alunos com diversidade funcional, identificando áreas de dificuldade e ajustando as estratégias de ensino conforme necessário.

Atualização profissional contínua: Reconhecimento da importância da atualização constante sobre as melhores práticas e abordagens na área de educação especial, participando de cursos de formação, seminários e redes de colaboração profissional.

Referências Básicas

ANDRÉ, M.; OLIVEIRA, M. R. N. S. (orgs.). **Alternativas no ensino da Didática**. 3a ed. São Paulo: Papyrus, 1997.

CANDAU, V. M. (org). **Rumo a uma nova didática**. 19 ed. Petrópolis: Vozes, 2008. CASTRO, Amélia D. e CARVALHO, Anna Maria P. (orgs). **Ensinar a ensinar: didática para a escola fundamental e média**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001

Referências Complementares

1-ANDRÉ, M. (org.). **Pedagogia das Diferenças na sala de aula**. 9 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2008.

2-ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, L. P. (orgs.). **Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula**. 7. ed. Joinville: UNIVILLE, 2007.

3-CUNHA, M. I. da. **O bom professor e sua prática**. 22 ed. Campinas: Papyrus, 2010

4-FARIAS, I. M. S. (et al). **Didática e Docência: aprendendo a profissão**. Brasília: Líber Livro, 2009.

5-FRANCO, M. A. S. e PIMENTA, S. G. **Didática: embates contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

6-FUSARI, J.C. **O Planejamento Educacional e a Prática de Educadores**. Revista Ande. São Paulo, SP, nº 8, 1984.

7-GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

8-GUIMARÃES, V.S. **Formação de Professores: saberes, identidade e profissão**. Campinas, SP: Papyrus, 2004 (demais edições).

9-LIBÂNEO, J.C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5 ed revista e ampliada. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINS, P. L. O. **Didática**. Curitiba: IBPEX, 2008.

10-PIMENTA, S.G. (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo, SP. Cortez, 1999.

11-PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. C. **Docência no ensino superior**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005 (demais edições).

ROSA, D.E.G, e Souza, V.C. (orgs.) **Didáticas e práticas de ensino:** interfaces com diferentes saberes e lugares formativos. Rio de Janeiro, RJ. D.P.S.A. Editora, 2002.

12-ZABALA, A. **A prática educativa:** como ensinar. Porto Alegre, RS. Artmed, 1998.



INSTITUTO FEDERAL
Piauí

DEFICIÊNCIA FÍSICA: CONTEXTO E PRÁTICAS EDUCACIONAIS

EMENTA

Deficiência física: classificação, causas e tipos de deficiência física; acessibilidade; barreiras; paralisia cerebral; distrofias musculares; lesões medulares (congenitas e adquiridas); a deficiência física no contexto do processo de ensino e aprendizagem. Prática pedagógica em Deficiência Física: A inclusão de crianças com deficiência física. Procedimentos de Ensino e Avaliação. Jogos de percepção corporal; o trabalho multidisciplinar, acessibilidade física, acessibilidade ao currículo escolar.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Conhecimento das características da deficiência física: Capacidade de compreender as diferentes causas e manifestações da deficiência física, incluindo suas limitações motoras e possíveis impactos no desenvolvimento global do aluno.

Adaptação ambiental e curricular: Habilidade para adaptar o ambiente escolar e o currículo às necessidades dos alunos com deficiência física, garantindo acessibilidade e inclusão em todas as atividades educacionais.

Uso de tecnologias assistivas: Conhecimento e habilidade para utilizar tecnologias assistivas, como cadeiras de rodas, próteses, adaptações ergonômicas e softwares específicos, para apoiar a participação e o aprendizado dos alunos com deficiência física.

Desenvolvimento de estratégias de mobilidade e autonomia: Capacidade de desenvolver e implementar estratégias que promovam a independência, a mobilidade e a autonomia dos alunos com deficiência física, preparando-os para uma vida ativa e inclusiva na sociedade.

Colaboração com a equipe escolar e famílias: Habilidade para trabalhar em equipe com outros profissionais da escola, como fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais e assistentes sociais, bem como com as famílias dos alunos, para garantir um suporte abrangente e integrado.

Promoção da acessibilidade universal: Compromisso em promover a acessibilidade universal no ambiente escolar, eliminando barreiras físicas, comunicativas e atitudinais que possam impedir a participação plena dos alunos com deficiência física.

Comunicação eficaz: Desenvolvimento de habilidades de comunicação claras e empáticas para interagir com os alunos com deficiência física, adaptando a comunicação conforme necessário para atender às suas necessidades individuais.

Sensibilidade cultural e social: Reconhecimento da diversidade de experiências e perspectivas dos alunos com deficiência física, bem como das questões sociais e culturais que podem afetar seu bem-estar e seu acesso à educação.

Referências Básicas

- [1] BRASIL. Educação Infantil: Saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: deficiência física. Brasília: MEC, SEESP, 2006. 98p.
- [2] MANZINI, E.J. **Tecnologia Assistiva para educação:** Recursos pedagógicos adaptados. In: Ensaios pedagógicos - construindo escolas inclusivas: 1. ed. Brasília: MEC, SEESP, 2005.p.82 a 86.
- [3] MORAES, Luiz Fernando de. **Deficiência física:** da experiência ao saber científico. Editora Universitária da PUCRS. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.

Referências Complementares

- [1] BRASIL. **Manual de acessibilidade espacial para escolas: o direito à escola acessível.** Brasília: MEC/ SEESP, 2009.115 p
- [2] BRASIL. Lei Federal 10.098. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm. Acesso em 20/06/2011.
- [3] ISRAEL, Vera Lúcia. **Deficiência físico-motora:** interface entre educação especial e repertório funcional. Curitiba: InterSaberes, 2012.
- [4] SILVA; R. D. **O uso da informática como um instrumento de apoio no processo educacionais pessoas com deficiência visual e deficiência física/motora.** p. 117-153. In:
- [5] CARVALHO, R. A. (Orgs). **Pessoa com deficiência na sociedade contemporânea:** problematizando o debate. Cascavel: EDUNIOESTE, 2006.



INSTITUTO FEDERAL
Piauí

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL:
CONTEXTOS E PRÁTICAS EDUCACIONAIS

EMENTA

Conceituação de Deficiência Intelectual; Fundamentação teórica das diversas síndromes que causam a deficiência intelectual; comportamentos definidores, principais características, causas e incidências; Atendimento Educacional Especializado; Inclusão, estratégias de ensino e avaliação; Relação família e escola. Tecnologia Assistiva para estudantes com deficiência intelectual.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Empatia e sensibilidade: Desenvolver empatia e sensibilidade em relação às necessidades dos alunos com deficiência intelectual, compreendendo suas experiências e perspectivas individuais.

Conhecimento teórico: Adquirir conhecimento teórico sólido sobre as características, causas, diagnóstico e intervenções relacionadas à deficiência intelectual, por meio de estudos acadêmicos, cursos de formação e leituras especializadas.

Adaptação curricular: Desenvolver habilidades para adaptar o currículo escolar às necessidades dos alunos com deficiência intelectual, garantindo que eles tenham acesso ao conteúdo educacional de forma significativa e acessível.

Planejamento e implementação de estratégias de ensino diferenciadas: Aprender a desenvolver e implementar estratégias de ensino que atendam às necessidades individuais dos alunos com deficiência intelectual, promovendo seu engajamento e aprendizado.

Comunicação eficaz: Aprimorar habilidades de comunicação para interagir de maneira clara, empática e eficaz com os alunos com deficiência intelectual, adaptando a linguagem e os recursos de acordo com suas necessidades individuais.

Colaboração multidisciplinar: Desenvolver habilidades de colaboração com outros profissionais da educação e da área da saúde, bem como com a família dos alunos, para garantir uma abordagem integrada e abrangente no suporte aos alunos com deficiência intelectual.

Avaliação e monitoramento: Aprender a realizar avaliações formativas e contínuas para monitorar o progresso dos alunos com deficiência intelectual e ajustar as estratégias de ensino conforme necessário.

Atualização profissional contínua: Reconhecer a importância da atualização constante sobre as melhores práticas, pesquisas e recursos disponíveis para apoiar os alunos com deficiência intelectual, participando de cursos de desenvolvimento profissional e redes de colaboração.

Referências Básicas

- [1] GOMES, Adriana Leite Lima Verde. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar:** o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual.
- [2] PAN, Mirian Aparecida Graciano de Souza. **O direito à diferença:** uma reflexão sobre deficiência intelectual e educação inclusiva. (Plataforma on-line Pearson). Curitiba: InterSaberes, 2010.
- [3] TRANCOSO, Bartira Santos. **Deficiência intelectual:** da eliminação à inclusão. (online Plataforma Pearson). Curitiba: Editora Intersaberes, 2020.

Referências Complementares

- [1] ANTUNES, K. C. **História de vida de alunos com deficiência intelectual**: a deficiência, a escola e construção do conhecimento relatos pelos sujeitos da educação. Rio de Janeiro, 2011.
- [2] CAIADO, k. R. G; BAPTISTA, C. R; JESUS, D. M. **Deficiência mental e intelectual em debate**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.
- [3] DECLARAÇÃO DE MONTREAL SOBRE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL. 2004. J.M. P. Andrade (Trad.). Disponível em <http://www.defnet.org.br/decl_montreal.htm>. Acesso em: 09 dez. 2011.
- [4] MILANEZ, S. G. C; OLIVEIRA, A. G. S; MISQUIATI, A. R. N. **Atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual e transtornos globais de desenvolvimento**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.
- [5] SMITH, D. S. **Introdução à Educação Especial**: ensinar em tempos de inclusão. Tradução: Sandra Moreira de Carvalho. 5. ed. (Demais edições) Porto Alegre: Artmed, 2008.



INSTITUTO FEDERAL
Piauí

APOIO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: EDUCAÇÃO INFANTIL

EMENTA

Análise de questões relacionadas à especificidade da Educação Infantil considerando a avaliação, o currículo e o apoio ao professor; em relação aos aspectos de prevenção secundária e terciária de deficiências

COMPETENCIAS E HABILIDADES

Conhecimento do desenvolvimento infantil: Ter uma compreensão sólida do desenvolvimento infantil típico e atípico, incluindo marcos de desenvolvimento, características específicas de cada faixa etária e indicadores de possíveis dificuldades ou atrasos.

Adaptação curricular: Capacidade de adaptar o currículo da Educação Infantil para atender às necessidades individuais das crianças com necessidades educacionais especiais, garantindo acesso e participação plena no ambiente educacional.

Desenvolvimento de estratégias pedagógicas diferenciadas: Aprender a desenvolver e implementar estratégias pedagógicas que sejam adequadas às características e necessidades específicas das crianças com deficiências ou outras necessidades especiais na Educação Infantil.

Promoção da linguagem e comunicação: Desenvolver habilidades para promover o desenvolvimento da linguagem e comunicação nas crianças com necessidades educacionais especiais, utilizando métodos e recursos adaptados às suas capacidades e preferências individuais.

Interação e brincadeira inclusivas: Aprender a promover a interação social e participação das crianças com necessidades educacionais especiais em atividades de brincadeira e aprendizagem, adaptando o ambiente e proporcionando oportunidades de interação positiva com seus pares.

Colaboração com a família e equipe multidisciplinar: Desenvolver habilidades de comunicação e colaboração com a família das crianças e outros profissionais envolvidos em seu atendimento, visando uma abordagem integrada e holística para seu desenvolvimento.

Observação e avaliação do desenvolvimento: Capacidade de realizar observações sistemáticas do desenvolvimento das crianças, identificar áreas de dificuldade ou necessidade de suporte e usar essa informação para planejar intervenções educacionais eficazes.

Atualização profissional contínua: Reconhecer a importância da atualização constante sobre as melhores práticas e abordagens na área de educação especial na Educação Infantil, participando de cursos de formação, workshops e redes de colaboração profissional.

Referências Básicas

- 1-CÓRIA-SABINI, M.A.; LUCENA, R.F. **Jogos e brincadeiras na educação infantil**. 5 ed. Campinas: Papirus, 2009 (demais edições).
- 2-MOYLES, J. R.. **A excelência do brincar:** a importância da brincadeira na transição entre educação infantil e anos iniciais. Tradução: Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- 3-PANIAGUA, G; PALACIOS, J. **Educação Infantil – Resposta Educativa à Diversidade**. Porto Alegre: Artmed, 2007

Referências Complementares

- 1-ARCE, A.; DUARTE, N. **Brincadeira de papéis sociais na educação infantil:** as contribuições de Vigotsky, Leontiev e Elkonin. São Paulo: Xama, 2006.
- BRAZELTON, T.B.; SPARROW, J.D. **3 a 6 anos:** momentos decisivos do desenvolvimento infantil. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.
- 2-BRASIL. **Diretrizes educacionais sobre estimulação precoce**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 1995.
- 3-BRASIL. **Educação Infantil: Saberes e práticas da inclusão**. Brasília: Ministério da Educação, 2006. (Coleção Completa).
- 4-BRASIL. **Subsídios para diretrizes curriculares nacionais para a educação básica**. Brasília: Ministério da Educação, 2009.
- 5-CARMEM M.C.; GLÁDIS E.P.S. KAERCHER. **Educação infantil:** Pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2008.
- 6-CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva:** com os pingos nos "is". 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010 (demais edições).
- 7-CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem:** educação inclusiva. 8.ed. Porto Alegre: Mediação, 2009 (demais edições).
- 8-CAVALCANTI, Z. **A história de uma classe:** Alunos de quatro a cinco anos. Artes Médicas: Porto Alegre, 1995.
- 9-FAVERO, E. A. G. **Direitos das pessoas com deficiência:** garantia de igualdade na diversidade. São Paulo: WVA, 2004.
- 10-KRAMER, S; PEREIRA, A. B. C.; OSWALD, M. L. M. B.; ASSIS, R. A. **Com a pré-escola nas mãos:** uma alternativa curricular para a educação infantil. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- MENDES, E.G.M. **Inclusão marco zero**. Começando pelas creches. Araraquara, SP: Junqueira&Marin Editores, 2010.

- 11-MOURA, M. L.S. **O bebê do século XXI e a psicologia em desenvolvimento**. São Paulo:Casa do Psicólogo, 2004.
- 12-OLIVEIRA, Z. M. R. **Educação infantil: muitos olhares**. São Paulo: Cortez, 2007. OLIVEIRA, Z.M.R. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2010. PICCININI, C. A.;
- 13-MOURA, M. L. S. (Org.). **Observando a interação pais-bebê-criança**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
- 14-SIAULYS, M. O. C. **Brincar para todos**. São Paulo: MEC, 2005.



INSTITUTO FEDERAL
Piauí

APOIO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

EMENTA

Estudo das questões relacionadas às especificidades do ensino fundamental, considerando: avaliação, currículo e apoio ao professor.

COMPETENCIAS E HABILIDADES

Conhecimento das necessidades individuais dos alunos: Capacidade de compreender as necessidades educacionais especiais dos alunos do Ensino Fundamental, incluindo deficiências físicas, intelectuais, sensoriais, transtornos do espectro autista (TEA) e dificuldades de aprendizagem.

Adaptação curricular: Habilidade para adaptar o currículo escolar às necessidades específicas dos alunos com necessidades educacionais especiais, garantindo que eles tenham acesso ao conteúdo educacional de forma significativa e acessível.

Desenvolvimento de estratégias de ensino diferenciadas: Capacidade de desenvolver e implementar estratégias de ensino que atendam às necessidades individuais dos alunos com necessidades educacionais especiais, promovendo seu engajamento e aprendizado.

Uso de recursos educacionais especializados: Conhecimento e habilidade para utilizar recursos educacionais especializados, como tecnologias assistivas, materiais adaptados e metodologias específicas, para apoiar o aprendizado dos alunos com necessidades especiais.

Colaboração com a equipe escolar e famílias: Capacidade de trabalhar em equipe com outros profissionais da escola, como professores regulares, coordenadores pedagógicos, psicólogos e fonoaudiólogos, bem como com as famílias dos alunos, para garantir uma abordagem integrada e

abrangente no suporte aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Avaliação e monitoramento do progresso: Habilidade para realizar avaliações formativas e contínuas para monitorar o progresso dos alunos com necessidades educacionais especiais, identificar áreas de dificuldade e ajustar as estratégias de ensino conforme necessário.

Promoção da inclusão social: Compromisso em promover a inclusão social dos alunos com necessidades educacionais especiais, criando um ambiente escolar acolhedor e inclusivo que valorize a diversidade e respeite as diferenças individuais.

Atualização profissional contínua: Reconhecimento da importância da atualização constante sobre as melhores práticas, recursos e políticas na área de educação especial no Ensino Fundamental, participando de cursos de formação, seminários e redes de colaboração profissional.

Referências Básicas

- 1-COLL, C.; MARCHESI, A. PALACIOS, J. **Desenvolvimento Psicológico e Educação:** transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004, v. 3.
- 2-JANNUZZI, Gilberta Sampaio de Martino, 1928. **A educação do deficiente no Brasil:** dos primórdios ao início do século XXI. 2.ed ed.Campinas: Autores Associados, 2006. 243 p (demais edições). (Coleção Educação Contemporânea)
- 3-SAVIANI, Dermeval, 1944. **Escola e democracia:** teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 14 ed. São Paulo: Cortez, 1986 (demais edições). 96 p.
- (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; v.5)

Referências Complementares

- 1-ALAVARSE, Ocimar Munhoz. A organização do ensino fundamental em ciclos: algumas questões. **Rev. Bras. Educ.**, Abr 2009, vol.14, no.40, p.35-50. ISSN 1413-2478 ARELARO, Lisete Regina Gomes. O ensino fundamental no Brasil: avanços, perplexidades e tendências. **Educ. Soc.**, Out 2005, vol.26, no.92, p.1039-1066. ISSN 0101-7330
- 2-BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; SOUSA, Sandra Zákia Estudos sobre ciclos e progressão escolar no Brasil: uma revisão. **Educ. Pesqui.**, Abr 2004, vol.30, no.1, p.31-50. ISSN 1517-9702
- 3-BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica.** Brasília: MEC/SEESP, 2009.
- 4-BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. **Inclusão:** revista da educação especial, v. 4, n 1, janeiro/junho 2008. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- 5-BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica **Parâmetros nacionais de**

qualidade para a educação infantil/Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília. DF, 2006.

6-BRASIL. Ensino Fundamental. **Saberes e práticas da inclusão** (Coleção completa). Brasília: Ministério da Educação, 2006

7-BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Portal de ajudas técnicas para educação: equipamento e material pedagógico para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física**: recursos pedagógicos adaptados / Secretaria de Educação Especial - Brasília: 8-MEC: SEESP, 2002, fascículo 1. 2007.

 INSTITUTO FEDERAL Piauí	
ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	
Código: PRAT2	Carga Horária: 100h
GRUPO III - Prática Pedagógica	Pré-requisito: Didática e Estágio Supervisionado I
EMENTA	
Orientações e fundamentos do estágio. Vivência do contexto profissional em contexto escolar, outros espaços de formação ou ainda em instituições que ofertem o Ensino Fundamental nos anos finais, tendo em vista o desenvolvimento de atividades relacionadas à Observação para conhecimento da turma e preparação para a Regência Compartilhada propriamente dita, envolvendo Planejamento, Execução e Avaliação de atividades inerentes ao curso, modalidade e nível de ensino da turma escolhida. 20h – Elementos da Prática. Planejamento participativo da ação pedagógica no Ensino Fundamental III: Contextualização curricular. Metodologias de ensino, Instrumentos avaliativos e Micro aulas. Flexibilização dos planos em função das aprendizagens dos alunos. Análise de Livros-textos. Diferentes meios de construção do conhecimento e integração de tecnologias. Orientação para a elaboração do instrumento de avaliação: Relatório Reflexivo. 60h – Regência compartilhada em escolas públicas e privadas de Ensino Fundamental II. Diferentes meios de ensinar e aprender. Integração dos diferentes tipos de tecnologias no processo de ensino-aprendizagem. Observação e regência com visitas às indicações de seu objeto de estudo para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Promoção e/ou participação de trabalhos em equipes e de exposições à comunidade. 20h – Organização e estruturação do instrumento de formação profissional: Relatório reflexivo. Socialização das experiências do estágio supervisionado II a partir da sistematização e análise individual e coletiva.	
Competências e Habilidades	
- Adotar uma atitude de disponibilidade e flexibilidade para pesquisar, bem como aplicar diversas formas de ensinar utilizando diferentes fontes e veículos de informação; - Utilizar os conteúdos básicos relacionados aos temas em estudo que serão objeto da	

atividade docente, adequando-os às atividades escolares próprias do Ensino Fundamental II;

- Relacionar os conteúdos básicos das áreas de conhecimento com:
- Fatos, tendências, fenômenos ou movimentos da atualidade;
- atos significativos da vida pessoal, social e profissional dos alunos;
- Desenvolver situações didáticas que possibilitem a aprendizagem dos alunos através da utilização dos conhecimentos das áreas a serem ensinadas considerando as especificidades envolvidas;
- Planejar e simular situações didáticas;
- Gerir a classe, a organização do trabalho, estabelecendo uma relação de acolhimento, autonomia e confiança com os discentes;
- Utilizar estratégias diversificadas de avaliação da aprendizagem e, a partir de seus resultados, formularem propostas de intervenção pedagógica, considerando o desenvolvimento dos estudantes.
- Analisar materiais e recursos para utilização didática, possibilitando diversificar as possíveis atividades em diferentes situações;
- Intervir nas situações educativas com sensibilidade, acolhimento e afirmação responsável; Indicar possíveis objetos de estudo para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);
- Sistematizar as experiências vivenciadas no Estágio Supervisionado para socialização da análise individual e coletiva.

Referências Básicas

- [1] - GHEDIN, Evandro; OLIVEIRA, Elisangela S. de; ALMEIDA, Whasgthon A. de. **Estágio com Pesquisa**. São Paulo: Cortez, 2015.
- [2] - CARVALHO, Anna M. P. de. **Os estágios nos cursos de Licenciatura**. Coleção Ideias em Ação. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- [3] - PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Referências Complementares

- [1] - PICONEZ, Stela C. B. (coord.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 24. ed. São Paulo: Papirus, 2012.
- [2] - LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Aprendizagem da profissão docente**. Brasília: Liber Livro, 2012.
- [3] - SILVESTRE, Magali Aparecida; VALENTE, Wagner Rodrigues. **Professores em Residência Pedagógica: estágio para ensinar Matemática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- [4] - CARVALHO, Mercedes. **Estágio na Licenciatura em Matemática: observações nos anos iniciais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- [5] - GARCEZ, Edna Sheron da Costa (et al). **O Estágio Supervisionado em Química: possibilidades de vivência e responsabilidade com o exercício da docência**. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/alexandria/article/view/37740>>

Histórico - Conceito - Legislação - Identificação da superdotação. Teorias e práticas de comportamentos definidores das altas habilidades/superdotação: criatividade, genialidade, inteligências múltiplas, precocidade, talento. Atendimento Educacional Especializado para

estudantes com altas habilidades/superdotação.

COMPERENCIAS E HABILIDADES

1. Competência em Identificação e Avaliação de Alunos Superdotados

- Capacidade de identificar características de altas habilidades/superdotação em alunos, utilizando instrumentos e métodos de avaliação específicos.

2. Competência em Planejamento Educacional Individualizado

- Habilidade para desenvolver planos educacionais individualizados (PEI) que atendam às necessidades específicas dos alunos superdotados, promovendo seu desenvolvimento pleno.

3. Competência em Práticas Pedagógicas Diferenciadas

- Capacidade de implementar práticas pedagógicas diferenciadas e desafiadoras, que estimulem o potencial dos alunos com altas habilidades/superdotação.

4. Competência em Colaboração Interdisciplinar

- Habilidade para trabalhar de forma colaborativa com outros educadores, psicólogos, pais e especialistas para apoiar o desenvolvimento dos alunos superdotados.

5. Competência em Desenvolvimento Socioemocional

- Capacidade de promover o desenvolvimento socioemocional dos alunos com altas habilidades/superdotação, ajudando-os a lidar com desafios emocionais e sociais.

6. Habilidade de Identificação de Talentos

- Reconhecer e identificar talentos em diversas áreas (intelectual, artística, psicomotora, liderança, etc.) entre os alunos, utilizando ferramentas de avaliação adequadas.

7. Habilidade de Enriquecimento Curricular

- Desenvolver e aplicar estratégias de enriquecimento curricular, proporcionando atividades e conteúdos que vão além do currículo padrão e que atendam às necessidades dos alunos superdotados.

8. Habilidade de Flexibilização Curricular

- Adaptar o currículo para incluir atividades que permitam aos alunos superdotados explorar seus interesses e habilidades de maneira aprofundada e autônoma.

9. Habilidade em Métodos de Ensino Avançados

- Utilizar métodos de ensino avançados e técnicas diferenciadas, como ensino por projetos, aprendizagem baseada em problemas e instrução diferenciada, para desafiar e engajar os alunos superdotados.

10. Habilidade de Monitoramento e Avaliação Contínua

- Realizar o monitoramento contínuo do progresso dos alunos superdotados, avaliando o impacto das intervenções educacionais e ajustando as estratégias conforme necessário para garantir o desenvolvimento contínuo.

Referências Básicas

- [1] ALENCAR, E. S. **Criatividade e a educação de superdotados**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- [2] BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais de alunos com altas habilidades superdotação. Brasília: MEC/SEESP, 2001.
- [3] FREITAS, S. N. (org.). **Educação e Altas Habilidades/Superdotação: a ousadia de rever conceitos e práticas**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2006.
- [4] GARDNER, H. **Inteligências Múltiplas: A teoria na prática**. Trad. M. A. V. Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000).

Referências Complementares

- [1] FREEMAN, J.; GUENTHER, Z. C. **Educando os mais capazes: ideias e ações comprovadas**. São Paulo: EPU, 2000.
- [2] GAMA, M. C. S. S. **Educação de Superdotados: teoria e prática**. São Paulo: EPU, 2006.
- [3] LANDAU, E. **Criatividade e Superdotação**. Rio de Janeiro: EÇA, 1986.
- [4] VIGOTSKY L. S.; LURIA, A. R. **Estudos sobre a história do comportamento: símios, homem primitivo e criança**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- [5] GERMANI, L. M. B. STOBÄUS, C. D. A intervenção centrada na família e na escola: prática de atendimento à criança com Altas Habilidades/Superdotação. In: FREITAS, S. N. (org.). **Educação e Altas Habilidades/Superdotação: a ousadia de rever conceitos e práticas**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2006.



INSTITUTO FEDERAL
Piauí

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

EMENTA

Pesquisa em ensino na licenciatura em Educação Especial Inclusiva. Aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa científica. Métodos quantitativos e qualitativos. Definição e delimitação da pesquisa. Orientações para elaboração e execução do projeto de Trabalho de Conclusão de Curso.

HABILIDADES E COMPETÊNCIAS

1. **competência de Pesquisa Científica**
 - Capacidade de desenvolver um projeto de pesquisa, incluindo a formulação de uma problemática, definição de objetivos, escolha de metodologia adequada e realização de revisão bibliográfica.
2. **Competência em Redação Acadêmica**
 - Habilidade para escrever textos científicos de forma clara, coesa e coerente,

seguindo as normas e padrões acadêmicos estabelecidos.

3. Competência em Análise Crítica

- Capacidade de analisar criticamente fontes e dados, identificando a relevância e a qualidade das informações coletadas.

4. Competência em Planejamento e Organização

- Habilidade para planejar e organizar as etapas do trabalho de conclusão de curso, gerenciando o tempo de forma eficaz para cumprir prazos e metas.

5. Competência em Ética e Integridade Acadêmica

- Compromisso com os princípios éticos na condução de pesquisas, respeitando os direitos autorais e evitando o plágio.

6.Habilidade de Formulação de Problemas de Pesquisa

- Definir e delimitar problemas de pesquisa relevantes e viáveis dentro da área de estudo, formulando hipóteses e perguntas de pesquisa claras.

7.Habilidade em Métodos de Coleta de Dados

- Utilizar técnicas adequadas para a coleta de dados primários e secundários, como entrevistas, questionários, observações e análise documental.

8.Habilidade de Análise de Dados

- Aplicar métodos quantitativos e qualitativos para a análise de dados, interpretando os resultados de forma precisa e significativa.

9.Habilidade de Revisão de Literatura

- Realizar uma revisão bibliográfica abrangente e crítica, identificando e sintetizando as principais teorias, conceitos e estudos relacionados ao tema da pesquisa.

10.Habilidade em Apresentação de Resultados

- Apresentar os resultados da pesquisa de maneira clara e estruturada, utilizando recursos visuais como tabelas, gráficos e figuras, além de defender a pesquisa em apresentações orais.

Referências Básicas

[1] GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

[2] MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Referências Complementares

- [1] ANDRADE, M. M. de. **Redação Científica**: elaboração do TCC passo a passo. São Paulo: Factash, 2007.
- [2] FERRAREZI JUNIOR, Celso. **Guia do Trabalho Científico**: do projeto à redação final: Monografia, Dissertação e Tese. São Paulo: Contexto, 2011.
- [3] KAHLMEYER-MERTENS, Roberto S. et. al. **Como elaborar projetos de pesquisa**: linguagem e método. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- [4] MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica**: A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- [5] SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2002.



INSTITUTO FEDERAL
Piauí

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

EMENTA

Trajetória da avaliação nos aspectos legais: Lei nº 4.024/61; Lei nº 5.692/71 e na Lei 9.394/96. Avaliação da Aprendizagem a partir da BNCC. A avaliação como parte integrante do processo de ensino e aprendizagem. O planejamento docente e as várias formas de avaliar a aprendizagem na Educação Básica. Critérios e instrumentos para a avaliação da aprendizagem na Educação Básica. Avaliação da aprendizagem no contexto da Avaliação Interna e Externa no Sistema Escolar Brasileiro.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

1. **Competência em Técnicas de Avaliação:**
 - Capacidade de selecionar e aplicar diferentes técnicas de avaliação (formativa, somativa, diagnóstica) de acordo com os objetivos de ensino e o perfil dos alunos.
2. **Competência em Desenvolvimento de Instrumentos de Avaliação**
 - Habilidade para elaborar instrumentos de avaliação variados (provas, trabalhos, projetos, autoavaliação) que sejam válidos, confiáveis e adequados ao contexto educacional.
3. **Competência em Análise de Dados Avaliativos**
 - Capacidade de analisar e interpretar dados de avaliação de forma crítica, identificando tendências, lacunas no aprendizado e necessidades de intervenção pedagógica.
4. **Competência em Feedback Formativo**
 - Habilidade para fornecer feedback construtivo e orientador aos alunos, promovendo o desenvolvimento contínuo e a melhoria do desempenho acadêmico.
5. **Competência em Avaliação Inclusiva**
 - Capacidade de adaptar processos avaliativos para atender às necessidades de todos os alunos, garantindo equidade e acessibilidade, especialmente para aqueles com necessidades educacionais especiais.
6. **Habilidade de Planejamento Avaliativo**
 - Planejar atividades de avaliação de forma integrada ao processo de ensino-aprendizagem, garantindo que os objetivos educacionais sejam contemplados e que os alunos sejam avaliados de maneira justa e consistente.
7. **Habilidade de Comunicação Eficaz**
 - Comunicar claramente os critérios e objetivos de avaliação aos alunos, pais e colegas, assegurando que todos compreendam os processos e resultados.

8. Habilidade de Adaptação de Avaliações

- Adaptar avaliações para diferentes contextos e perfis de alunos, utilizando estratégias diferenciadas para atender à diversidade da sala de aula.

9. Habilidade em Uso de Tecnologia Educacional

- Utilizar ferramentas tecnológicas para criar, aplicar e analisar avaliações, otimizando o processo avaliativo e aumentando a eficiência na coleta e análise de dados.

10. Habilidade de Reflexão Crítica

- Refletir criticamente sobre as práticas avaliativas adotadas, buscando continuamente melhorias e inovações para aprimorar o processo de avaliação e o aprendizado dos alunos

Referências Básicas

- [1] QUEIROZ, Tânia Dias; GODOY, Célia. **Avaliação nossa de cada dia**: guia prático de avaliação. São Paulo: Rideel, 2006. 311 p. ISBN 978-85-339-0852-9
- [2] LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- [3] PERRENOUD, Philippe. **Avaliação**: da excelência à regulação das aprendizagens - entre duas lógicas.

Porto Alegre: Artmed, 2007.

Referências Complementares

- [1] DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa**. Campinas. São Paulo: Autores Associados, 2008.
- [2] FERNANDES, Domingos. **Avaliar para aprender**: fundamentos, práticas e políticas. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- [3] GREANEY, Vincent; KELLOGHAN, Thomas. **O uso dos Resultados da Avaliação do Aproveitamento Escolar**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2010.
- [4] HOFFMANN, Jussara. **Avaliação**: mito e desafio: uma perspectiva construtivista. 34.ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.
- [5] LUCK, Heloísa. **Perspectivas da Avaliação Institucional da Escola**. Petrópolis: Vozes, 2012.

legislação Brasileira das EREER – Educação das Relações Étnico-Raciais - e Educ. Indígena: Constituição Federal Brasileira – § 1º do Artigo 242; LDBEN – Artigo 26, 210, 215, 216 sobre a EREER e Indígena; Lei 10.639/2003; Lei 11.645/2008 sobre a obrigatoriedade do Ensino da Cultura afro-brasileira e Indígena do Ensino Regular ao Superior e demais Marcos Jurídicos de reconhecimento dos povos ancestrais. Resolução CNE n. 1 de 17/06/2004. CNE/CEB n. 8 de 20/11/12. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação: DCNERER - das Relações Étnico- Raciais; DCNEEI – Educação Escolar Indígena; DCNEEQ – Educação Escolar Quilombola. Plano Nacional de Implementação das DCNERER e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2009). PNEEI – Plano Nacional de Educação Escolar Indígena (2018). PNEQ – Plano Nacional de Educação Quilombola. Principais Conceitos e impactos na Educação: Etnia; Raça; Racismos; Preconceito; Identidade (Autodeclaração, Heteroidentificação e Etnias); Diversidades; Territorialidades; Culturas; Branquitude/Negritude; Humanidades; Colonialismo/Decolonial; Raça e Gênero; Interseccionalidades/Interculturalidades; Religiosidades de Matrizes Afrikanas e Indígenas; Afrikanidades; Diáspora Afrikana; Afro-Diáspóricos; Afrodescendentes. Reflexões sobre os aspectos caracterizadores das Formações sócio-históricas brasileiras. Histórias, memórias, legados dos povos afro-brasileiros e indígenas. Diversidades culturais delineadas através de singularidades de bens patrimoniais nas linguísticas, nas religiões, nos símbolos, nas artes e nas literaturas. O legado dos povos Quilombolas e Indígenas. Movimento Negro, Movimento de Mulheres Negras e diversas vertentes e suas contribuições para EREER e Indígenas. Estudo das populações indígenas no Brasil e das políticas indigenistas. Direitos Indígenas/Constituição Federal de 1988. Fontes históricas indígenas e do indigenismo. Encontro colonial e invenção dos índios. Ações Afirmativas na Educação: Política de Cotas; Educação Antirracista/ não racista - reconfigurações históricas; territoriais e suas práticas curriculares e sociais. Pedagogias Afro e Indígenas.

Competências e Habilidades

Compreensão das Histórias e Culturas Afro-Diaspóricas e Indígenas: Capacidade de compreender e valorizar as histórias, culturas, tradições e contribuições dos povos afrodescendentes e indígenas.

Conhecimento sobre Racismo e Discriminação: Familiaridade com os conceitos de racismo, discriminação racial e suas manifestações na sociedade contemporânea, incluindo formas sutis e estruturais de discriminação.

Sensibilidade Intercultural: Habilidade para desenvolver uma atitude sensível e respeitosa em relação às diferenças culturais, étnicas e raciais, promovendo o diálogo e a convivência pacífica entre pessoas de diferentes origens.

Competência em Educação para a Diversidade: Capacidade de desenvolver e implementar práticas pedagógicas que promovam a educação para a diversidade étnico-racial, garantindo o respeito à pluralidade cultural e o combate ao preconceito e à discriminação.

Consciência Crítica: Habilidade para analisar criticamente as relações de poder, privilégio e exclusão presentes na sociedade em relação aos grupos étnico-raciais minoritários, e buscar formas de promover a igualdade e a justiça social.

Engajamento em Ações Afirmativas: Capacidade de identificar e apoiar iniciativas e políticas de ação afirmativa que visem promover a igualdade de oportunidades e o empoderamento dos grupos étnico-raciais historicamente marginalizados.

Empatia e Solidariedade: Desenvolvimento da capacidade de se colocar no lugar do outro, compreendendo as experiências e desafios enfrentados por pessoas afrodescendentes e indígenas, e agindo em solidariedade para promover a justiça social e a equidade.

Liderança e Advocacia: Capacidade de assumir uma postura de liderança e advocacy em prol dos direitos e interesses dos povos afrodescendentes e indígenas, defendendo suas demandas e necessidades junto às instituições e à sociedade em geral.

Referências Básicas

[1] CUNHA, Manuela Carneiro da (org.) **Legislação Indigenista no Século XIX**. São Paulo: Edusp, 1992.1

[2] MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2ª edição revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade –1999. 204 p.

[3] BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana/Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão**. Brasília: MEC, SECADI, 2013 - 104 P. Disponível em: <https://editalequidaderacial.ceert.org.br/pdf/plano.pdf>

Referências Complementares

- [1] RUFINO, Luis. **Pedagogia das Encruzilhadas** - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Periferia, vol. 10, núm. 1, pp. 71-88, 2018
- [2] ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Ed. Jandaíra - Coleção. Feminismo Plurais (Selo Sueli Carneiro), 2019.
- [3] ALVES, Michele Lopes da S.; EITERER, C. L. . Corporeidade e identidade racial de professoras negras: o ser e o saber na produção da pedagogia antirracistas nas escolas. In: SILVESTRE, Luciana P. F.. (Org.). **Estética Política aplicada nas Ciências Sociais** Aplicadas. 01ed. Ponta Grossa: Atena, 2020, v. 01, p. 215- 228.
- [4] BRASIL. **Educação Anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 236 p. (Coleção Educação para todos).
- [5] GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra a formação de professores/as**: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. In. Educ. e Pesquisa, SP; v.29, nº1, 2003 - p. 167-182.



INSTITUTO FEDERAL
Piauí

ESTÁGIO SUPERVISIONADO III

Código: PRAT 3

Carga Horária: 40/60h = 100h

GRUPO III - Prática Pedagógica

Pré-requisito: PRAT2

EMENTA

Orientações e fundamentos do estágio. Imersão no contexto profissional tendo em vista o desenvolvimento de atividades relacionadas à observação, coparticipação e regência em contexto escolar, outros espaços de formação ou ainda em instituições que ofertem o Ensino Médio. Vivenciado contexto escolar compreendendo o espaço da sala de aula em particular, com vistas a focalizar questões relacionadas ao processo de ensino aprendizagem da área de formação do estagiário, visando à preparação da Regência Compartilhada.

20h – Concepções e Práticas pedagógicas no Ensino Médio: Diversidade e Flexibilidade; Espaços e tempos escolares; Materiais didáticos e tecnologias de ensino; Projetos como prática pedagógica; Avaliação de habilidades e competências para o Ensino Médio. Análise de Livros-textos. Diferentes meios de construção do conhecimento e integração de tecnologias. Orientação para a elaboração do instrumento de avaliação: Relatório Reflexivo.

60h – Práticas de observação sobre temas diversos: Planejamento, execução e avaliação de

estratégias didáticas, metodologias e outros. Observação e análise da prática docente/regência no ensino médio Regência compartilhada em escolas públicas e privadas de Ensino Médio. Diferentes meios de ensinar e aprender. Integração dos diferentes tipos de tecnologias no processo de ensino-aprendizagem. Definição de seu objeto de estudo para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Promoção e/ou participação de trabalhos em equipes e de exposições à comunidade.

20h – Organização e estruturação do instrumento de formação profissional: Relatório reflexivo. Socialização das experiências do estágio supervisionado III a partir da sistematização e análise individual e coletiva.

Competências e Habilidades

- Desenvolver um saber da experiência teorizado que permita: analisar situações; analisar-se na situação; avaliar as estratégias desenvolvidas; apontando ferramentas inovadoras da prática docente;
- Utilizar diferentes fontes e veículos de informação, adotando uma atitude de disponibilidade e flexibilidade para mudanças, e fomento pela produção escrita como instrumento de desenvolvimento profissional;
- Considerar seus conhecimentos prévios sobre a realidade para compreender o contexto e as relações em que está inserida a prática educativa;
- Refletir sobre a organização e gestão da escola para uma inserção profissional crítica;
- Planejar seu roteiro de observação e coparticipação otimizando sua inserção no ambiente escolar;
- Analisar situações e relações interpessoais que ocorrem na escola, considerando algum aporte teórico necessário à compreensão para o exercício docente;
- Analisar diretrizes curriculares para o Ensino Médio para produção de registros crítico-reflexivos do aprendizado profissional;
- Trabalhar de forma cooperativa, interagindo com as equipes e valorizando a diversidade nos grupos;
- Adotar uma atitude de disponibilidade e flexibilidade para a pesquisa de diversas formas de ensinar e aprender utilizando diferentes fontes e veículos de informação;
- Identificar aspectos críticos da prática profissional relacionando-os com o conhecimento pedagógico e específicos para análise coletiva;
- Sistematizar as experiências vivenciadas no Estágio Supervisionado por meio da socialização da análise individual e coletiva.

Referências Básicas

- [1] - GHEDIN, Evandro; OLIVEIRA, Elisângela S. de; ALMEIDA, Whasgthon A. de. **Estágio com Pesquisa**. São Paulo: Cortez, 2015.
- [2] - LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Aprendizagem da profissão docente**. Brasília: Liber Livro, 2012.
- [3] - PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Referências Complementares

- [1] - PICONEZ, Stela C. B. (coord.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 24. ed. São Paulo: Papirus, 2012.
- [2] - CARVALHO, Anna M. P. de. **Os estágios nos cursos de Licenciatura. Coleção Ideias em Ação**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- [3] - SILVESTRE, Magali Aparecida; VALENTE, Wagner Rodrigues. **Professores em Residência Pedagógica: estágio para ensinar Matemática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- [4] - ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para**

estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 3a ed. São Paulo: Atlas, 2007. 308p.
[5] - ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 3a ed. São Paulo: Atlas, 2007. 308p.



INSTITUTO FEDERAL
Piauí

ENSINO DE MATEMÁTICA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Código:	Carga Horária: 40 h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

Caracterização das abordagens metodológicas para o Ensino de Matemática na Educação Básica. Busca de compreensão sobre as adaptações curriculares ao ensino da matemática aos alunos com necessidades educacionais especiais.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Compreensão das Necessidades Individuais: Capacidade de compreender as necessidades específicas de aprendizagem de pessoas com deficiência em relação à matemática, considerando uma variedade de deficiências físicas, sensoriais e cognitivas.

Adaptação Curricular: Habilidade para adaptar o currículo de matemática de acordo com as necessidades individuais dos alunos, utilizando estratégias e recursos diferenciados para garantir o acesso equitativo ao conteúdo.

Conhecimento em Tecnologia Assistiva: Familiaridade com tecnologias assistivas e recursos pedagógicos específicos para o ensino de matemática a pessoas com deficiência, incluindo softwares, aplicativos e dispositivos adaptados.

Domínio de Metodologias Inclusivas: Capacidade de aplicar metodologias inclusivas no ensino de matemática, promovendo a participação ativa e a aprendizagem significativa de todos os alunos, independentemente de suas habilidades e limitações.

Avaliação Diferenciada: Habilidade para desenvolver e aplicar estratégias de avaliação diferenciadas, que levem em consideração as diferentes formas de expressão e compreensão dos alunos com deficiência em relação aos conceitos matemáticos.

Colaboração Interdisciplinar: Capacidade de colaborar com profissionais de outras áreas, como psicólogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos, para desenvolver abordagens integradas e holísticas no ensino de matemática para pessoas com deficiência.

Ética e Sensibilidade: Consciência ética e sensibilidade para lidar com questões relacionadas à diversidade, inclusão e respeito à individualidade dos alunos com deficiência, garantindo um ambiente de aprendizagem acolhedor e livre de preconceitos.

Referências Básicas

- 1-COLL, C., PALACIOS, J., MARCHESI, A.(orgs). Desenvolvimento Psicológico e Educação.v. 2. 1995.
- 2-GONZÁLEZ, E. Necessidades educacionais específicas Intervenção psicoeducacional. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- 3-KAMII, C. A criança e o número. 8ª ed. Campinas: Papirus, 1988 (demais edições)
- 4- **Oliveira, S. P., & Ferreira, A. L. (2022). Metodologias Ativas para o Ensino de Matemática Inclusiva.** Rio de Janeiro: Editora Lamparina.
- 6- **Fonseca, V. (2016). Educação Especial e Inclusiva: Aprendizagem e Desenvolvimento.** Porto Alegre: Artmed

Referências Complementares

- . MOYSÉS, L. **Aplicações de Vygotsky à educação matemática.** 10ª Ed. Campinas: Papirus, 2010.
- COSTA, M. da P. R. da. **Matemática para deficientes mentais.** São Paulo: EDICON,1997. Coleção acadêmica.
- CARDOSO, L. F. **Dicionário de matemática.** Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 2001.
- FERREIRA, M. V. A. T. **Educação matemática na educação de jovens e adultos.** Especificidades. desafios e contribuições. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007
- MOYSÉS, L. **Aplicações de Vygotsky à educação matemática.** 10ª Ed. Campinas: Papirus, 2010.
- PACHECO, Alice Teresinha. Material Dourado; Blocos Multibásicos. **Educação Matemática em Revista**, 2002.



INSTITUTO FEDERAL
Piauí

ENSINO DE CIÊNCIAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Código:ESP19

Carga Horária:40 h

Eixo:

Pré-requisito: SP

EMENTA

Políticas da educação inclusiva no Brasil, o ensino de ciências e o cotidiano escolar. Educação inclusiva: possibilidades e obstáculos. Práticas pedagógicas a partir de uma perspectiva inclusiva. O papel do professor de Ciências e as práticas pedagógicas em suas diversas dimensões, particularizando a inclusão de alunos com deficiências sensoriais. Elaboração de material didático-metodológico para o ensino de Ciências na perspectiva da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais visuais e auditivas.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Compreensão da diversidade das necessidades educacionais: Os alunos devem ser capazes de compreender as diversas necessidades educacionais das pessoas com

deficiência e como essas necessidades afetam seu aprendizado em ciências.

Conhecimento das adaptações curriculares: Eles devem estar familiarizados com diferentes estratégias e recursos de adaptação curricular para tornar o ensino de ciências acessível a pessoas com deficiência.

Domínio dos princípios de acessibilidade: Devem entender os princípios de acessibilidade na educação e como aplicá-los ao ensino de ciências, incluindo o uso de tecnologia assistiva e materiais adaptados.

Competência em planejamento inclusivo: Devem ser capazes de planejar e desenvolver atividades de ensino de ciências que sejam inclusivas, considerando as necessidades individuais dos alunos com deficiência.

Habilidade para avaliação diferenciada: Devem saber como avaliar o progresso e o aprendizado dos alunos com deficiência de forma diferenciada e justa, utilizando métodos e instrumentos adequados.

Capacidade de comunicação inclusiva: Devem desenvolver habilidades para comunicar conceitos científicos de maneira acessível e inclusiva, adaptando sua linguagem e metodologia de ensino conforme necessário.

Sensibilidade e empatia: Devem cultivar uma atitude sensível e empática em relação às pessoas com deficiência, reconhecendo suas habilidades e potenciais, e promovendo um ambiente de aprendizado inclusivo e respeitoso.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 02 fev. 2021.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 02 fev. 2021.
- BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em 02 fev. 2021.
- BRASIL. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.
- Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm. Acesso em 02 fev. 2021.
- BRASIL. Lei 13.146, de 06 de julho de 2015. (Estatuto da pessoa com deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 02 fev. 2021.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- Andressa A. de Oliveira- (org). Práticas inclusivas no ensino de ciências e biologia.

São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. 100 p. Disponível em: file:///C:/Users/Joaquina/Downloads/eBook_PraticasInclusivas%20Ci%C3%AAncias.pdf

- CAMARGO, E. P. de. Ensino de Física e deficiência visual: dez anos de investigação no Brasil. São Paulo: Plêiade/FAPESP, 2008.
- GLAT, R.; FERNANDES, E.M. Da Educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. Revista Inclusão, Brasília, v. 1, n. 1, p. 35-39, 2005.
- MANTOAN, M.T.E. Inclusão Escolar – caminhos e descaminhos, desafios, perspectivas. Ensaios Pedagógicos. Brasília: MEC/SEESP, 2006.
- MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. 2012



INSTITUTO FEDERAL
Piauí

APOIO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Código:ESP20

Carga Horária:40 h

Eixo:

Pré-requisito: SP

EMENTA

Análise da educação de jovens e adultos, como instrumento de inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais, das formas de apoio docente e a especificidade do trabalho com alunos jovens e adultos com necessidades educacionais especiais.

Competências e Habilidades

Conhecimento em Educação Especial: Compreensão dos princípios, teorias e práticas da educação especial, incluindo estratégias de ensino diferenciadas e adaptações curriculares para atender às necessidades individuais dos alunos com deficiência, transtornos do desenvolvimento ou outras necessidades educacionais especiais.

Avaliação e diagnóstico: Habilidade para realizar avaliações educacionais abrangentes e identificar as necessidades específicas de aprendizagem de cada aluno, utilizando instrumentos e técnicas de avaliação adequadas.

Planejamento e adaptação curricular: Capacidade de planejar e desenvolver currículos adaptados que atendam às necessidades educacionais diversificadas dos alunos, considerando suas habilidades, interesses e estilos de aprendizagem.

Tecnologia assistiva: Conhecimento e habilidades para utilizar tecnologias assistivas e recursos educacionais especializados para apoiar o aprendizado e a participação dos alunos com deficiência ou dificuldades de aprendizagem.

Trabalho em equipe multidisciplinar: Capacidade de colaborar com outros profissionais da educação, como psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e assistentes sociais, para desenvolver estratégias de apoio integradas e abrangentes para

os alunos.

Comunicação eficaz: Habilidade para se comunicar de forma clara e eficaz com os alunos, suas famílias, colegas de trabalho e outros profissionais envolvidos, promovendo uma parceria colaborativa e um ambiente de apoio positivo para o aprendizado e o desenvolvimento dos alunos.

Referências Básicas

- MOURA, T. M. de M. **A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos:** contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky. Maceio: EDUFAL, 1999.
- PILETTI, N. **Estrutura e funcionamento do ensino médio.** 5 ed. São Paulo: Ática, 2003.
- SOUZA, J. S.; SALES, S. R. (orgs) **Educação de Jovens e adultos:** políticas e práticas educativas. Rio de Janeiro: NAU Editora: EDUR, 2011.
- Oliveira, S. P., & Ferreira, A. L. (2022).** *Metodologias Ativas para o Ensino de Jovens e Adultos*. Curitiba: Editora Positivo.
- Pereira, M. L. (2023).** *Educação de Jovens e Adultos: Teorias, Políticas e Práticas*. Rio de Janeiro: Editora Lamparina.

Referências Complementares

1. CASÉRIO, V. M. R. **Educação de jovens e Adultos:** pontos e contrapontos. Luzia Bianchi(Coord.). Bauru: EDUSC, 2003.
- FERNANDES, D. G. **Alfabetização de Jovens e Adultos:** Pontos críticos e desafios. PortoAlegre: Mediação, 2002.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** 31ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.2008 (demais edições).
- LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola** - Teoria e Prática. 5 ed. Goiânia: EditoraAlternativa, 2004.
- 3-PILETTI, N. **Estrutura e funcionamento do ensino médio.** 5 ed. São Paulo: Ática, 2003.
- NASSUR, Regina Iara Moreira. **Alfabetização de jovens e adultos.** Wilma Silveira Rosade Moura (Ed.). A. Cocolite (Ilus.). 2 ed. São Paulo: Ática, 1994.
- 4-SCHEIBEL, M. F. (Org.); **Reflexões sobre a educação de jovens e adultos - EJA.** Porto Alegre: Pallotti, 2006.
- 5-STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão:** um guia para educadores; trad. Magda França Lopes. Porto Alegre, Artes Médicas Sul, 1999.
- 6-SMITH, D. **Introdução à educação especial:** ensinar em tempos de inclusão. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- 7-VÓVIO, C. L. Formação de Educadores de Jovens e Adultos:A apropriação de saberes e práticas conectadas à docência. In: Soares, L.(org). **Convergência e tensões no campo da formação e do trabalho docente.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010. Leis e Políticas nacionais que contemplam o Ensino Médio, e a Educação de Jovens e Adultos

Código: BAS 16	Carga Horária: 40h
GRUPO I - Base comum e conhecimentos pedagógicos	Pré-requisito: S/P
EMENTA	
Educação e Trabalho. História da educação profissional no Brasil; A Educação Profissional e Tecnológica no desenvolvimento nacional e inclusão social; Fundamentos legais e conceituais, princípios, pressupostos políticos teóricos e metodológicos da EPT, Diretrizes da EPT; Organização estrutural da Educação Profissional e Tecnológica; Currículo integrado.	
Competências e Habilidades	
Compreensão da diversidade das necessidades educacionais: Os alunos devem ser capazes de compreender as diversas necessidades educacionais das pessoas com deficiência e como essas necessidades afetam seu aprendizado em ciências. Conhecimento das adaptações curriculares: Eles devem estar familiarizados com diferentes estratégias e recursos de adaptação curricular para tornar o ensino de ciências acessível a pessoas com deficiência. Domínio dos princípios de acessibilidade: Devem entender os princípios de acessibilidade na educação e como aplicá-los ao ensino de ciências, incluindo o uso de tecnologia assistiva e materiais adaptados. Competência em planejamento inclusivo: Devem ser capazes de planejar e desenvolver atividades de ensino de ciências que sejam inclusivas, considerando as necessidades individuais dos alunos com deficiência. Habilidade para avaliação diferenciada: Devem saber como avaliar o progresso e o aprendizado dos alunos com deficiência de forma diferenciada e justa, utilizando métodos e instrumentos adequados. Capacidade de comunicação inclusiva: Devem desenvolver habilidades para comunicar conceitos científicos de maneira acessível e inclusiva, adaptando sua linguagem e metodologia de ensino conforme necessário. Sensibilidade e empatia: Devem cultivar uma atitude sensível e empática em relação às pessoas com deficiência, reconhecendo suas habilidades e potenciais, e promovendo um ambiente de aprendizado inclusivo e respeitoso.	
Referências Básicas	
[1] - ALMEIDA, Ivanete Bellucci; BATISTA, Sueli Soares dos Santos (Org.). Educação Tecnológica: reflexões, teorias e práticas. Jundiaí: Paco Editorial, 2012. [2] - GOMEZ, Carlos Minayo [et. all.]. Trabalho e Conhecimento: dilemas na educação do trabalhador. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012. [3] - MANFREDI, Silvia M^a. Educação Profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.	
Referências Complementares	
[1] - BRASIL. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Brasília-DF, 1996.	

- [2] - _____. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília-DF, 2008.
- [3] - SANTOS, Jurandir. **Educação Profissional e Práticas de Avaliação**. 2 ed. São Paulo: Editora SENAC, 2010.
- [4] - BRASIL, Ministério da Educação e Cultura: **Educação Profissional: Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico**. Brasília, 2000.
- [5] - ____ / PDE / Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: **Um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica: concepção e diretrizes**. Brasília, 2010.

 INSTITUTO FEDERAL Piauí	
TCC II	
Código: ESP28	Carga Horária: 40h
GRUPO III - Prática Pedagógica	Pré-requisito: ESP25
EMENTA	
Desenvolvimento da pesquisa. Coleta, sistematização, análise e crítica dos dados. Orientações para elaboração do TCC. Estruturação, redação e normatização do Trabalho de Conclusão de Curso. Elaboração do TCC. Apresentação do TCC.	
Competências e Habilidades	
▪ Desenvolver uma pesquisa com vistas ao desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); Coletar, sistematizar e analisar os dados obtidos na pesquisa; ▪ Redigir o TCC atendendo aos padrões da metodologia científica e a normatização da ABNT, o manual de elaboração de monografia do IFPI, e as normas constantes no regulamento do núcleo de trabalho de conclusão de curso; ▪ Apresentar o TCC como requisito parcial para obtenção do diploma.	
Referências Básicas	
[1] - GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. [2] - JUNIOR, Celso Ferrarezi. Guia do Trabalho Científico: do projeto à redação final - Monografia, Dissertação e Tese . São Paulo: Contexto, 2011. [3] - MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica . 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010. [4] - RUIZ, João Álvaro. Metodologia Científica: Guia para a Eficiência nos Estudos . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. [5] - TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação . São Paulo: Atlas, 2009.	
Referências Complementares	
[1] - ANDRADE, M. M. de. Redação Científica: elaboração do TCC passo a passo . São Paulo: Factash, 2007. [2] - DEMO, Pedro. Introdução à Metodologia da Ciência . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. [3] - KAHLMEYER-MERTENS, Roberto S. et. al. Como elaborar projetos de pesquisa: linguagem e método . Rio de Janeiro: FGV, 2007. [4] - MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas .	

11.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

[5] - SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2002.

 INSTITUTO FEDERAL Piauí	
ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	
Código: PRAT.04	Carga Horária: 100h
GRUPO III - Prática Pedagógica	Pré-requisito: PRAT3
EMENTA	
Orientações e fundamentos do estágio. Imersão no contexto profissional tendo em vista o desenvolvimento de atividades relacionadas à observação, coparticipação e regência em contexto escolar, outros espaços de formação ou ainda em instituições que ofereçam o Ensino Médio. Vivenciado contexto escolar compreendendo o espaço da sala de aula em particular, com vistas a focalizar questões relacionadas ao processo de ensino aprendizagem da área de formação do estagiário, visando à preparação da Regência Compartilhada. 20h – Elementos da Prática. Planejamento participativo da ação pedagógica no Ensino Médio: Contextualização curricular. Metodologias de ensino, Instrumentos avaliativos e Micro aulas. Flexibilização dos planos em função das aprendizagens dos alunos. Análise de Livros-textos. Diferentes meios de construção do conhecimento e integração de tecnologias. Orientação para a elaboração do instrumento de avaliação: Memorial. 60h – Regência compartilhada em escolas públicas e privadas de Ensino Médio. Diferentes meios de ensinar e aprender. Integração dos diferentes tipos de tecnologias no processo de ensino- aprendizagem. Promoção e/ou participação de trabalhos em equipes e de exposições à comunidade. 20h – Organização e estruturação do instrumento de formação profissional: Memorial. Socialização das experiências do estágio supervisionado IV a partir da sistematização e análise individual.	
Competências e Habilidades	
▪ Aprimorar as diferentes competências promovidas nas etapas anteriores; ▪ Manejar diferentes estratégias de comunicação de conteúdos, sabendo eleger as mais adequadas, considerando a diversidade dos alunos, os objetivos das atividades propostas e as características dos próprios conteúdos; ▪ Adotar uma atitude de disponibilidade e flexibilidade para pesquisar, bem como aplicar diversas formas de ensinar utilizando diferentes fontes e veículos de informação; ▪ Utilizar os conteúdos básicos relacionados aos temas em estudo que serão objeto da atividade docente, adequando-os às atividades escolares próprias do Ensino Médio; ▪ Relacionar os conteúdos básicos das áreas de conhecimento com: Fatos, tendências, fenômenos ou movimentos da atualidade; Fatos significativos da vida pessoal, social e profissional dos alunos; ▪ Desenvolver situações didáticas que possibilitem a aprendizagem dos alunos através da utilização dos conhecimentos das áreas a serem ensinadas considerando as especificidades envolvidas; ▪ Planejar e simular situações didáticas; ▪ Gerir a classe, a organização do trabalho, estabelecendo uma relação de acolhimento, autonomia e confiança com os discentes; ▪ Utilizar estratégias diversificadas de avaliação da aprendizagem e, a partir de seus	

resultados, formular propostas de intervenção pedagógica, considerando o desenvolvimento dos estudantes.

- Analisar materiais e recursos para utilização didática, possibilitando diversificar as possíveis atividades em diferentes situações;
- Sistematizar as experiências vivenciadas no Estágio Supervisionado para socialização da análise individual e coletiva.

Referências Básicas

- [1] - GHEDIN, Evandro; OLIVEIRA, Elisangela S. de; ALMEIDA, Whasgthon A. de. **Estágio com Pesquisa**. São Paulo: Cortez, 2015.
- [2] - LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Aprendizagem da profissão docente**. Brasília: Liber Livro, 2012.
- [3] - PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Referências Complementares

- [1] - PICONEZ, Stela C. B. (coord.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 24. ed. São Paulo: Papirus, 2012.
- [2] - CARVALHO, Anna M. P. de. **Os estágios nos cursos de Licenciatura. Coleção Ideias em Ação**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- [3] - SILVESTRE, Magali Aparecida; VALENTE, Wagner Rodrigues. **Professores em Residência Pedagógica: estágio para ensinar Matemática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- [4] - ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso**. 3a ed. São Paulo: Atlas, 2007. 308p.
- [5] - ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso**. 3a ed. São Paulo: Atlas, 2007. 308p.



INSTITUTO FEDERAL
Piauí

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - BAS15 60h

EMENTA

Diversidade geracional na Educação de Jovens e Adultos (EJA); Fundamentos históricos e legais da EJA; A formação do/da educador/a de jovens e adultos; Pressupostos teórico-metodológicos e as metodologias de ensino para a EJA. Planejamento, organização, adaptação e flexibilização curricular; Avaliação da aprendizagem na EJA; Práticas pedagógicas e/ou educativas em EJA
(criação de atividades artísticas/inventivas; jogos cooperativos; softwares educativos; oficinas;

COMPETENCIAS E HABILIDADES

Flexibilidade e adaptação: Capacidade de adaptar estratégias de ensino para atender às diferentes necessidades, ritmos de aprendizagem e experiências prévias dos alunos adultos.

Empatia e sensibilidade: Habilidade para compreender as realidades sociais, econômicas e culturais dos alunos adultos, criando um ambiente de aprendizagem inclusivo e acolhedor.

Comunicação eficaz: Capacidade de se comunicar de forma clara e acessível, utilizando diferentes modalidades de comunicação (oral, escrita, visual) para transmitir conceitos e

facilitar a compreensão dos alunos.

Trabalho em equipe: Habilidade para colaborar com outros profissionais da educação, familiares e membros da comunidade para promover o sucesso acadêmico e pessoal dos alunos adultos.

Mediação de conflitos: Capacidade de identificar e resolver conflitos que possam surgir em sala de aula, promovendo um ambiente de respeito mútuo e diálogo construtivo.

Planejamento e organização: Habilidade para planejar e organizar atividades de ensino que sejam relevantes, significativas e contextualizadas para os alunos adultos, levando em consideração seus interesses, necessidades e objetivos de aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BASICA

Freire, Paulo. (2019). *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. São Paulo: Paz e Terra.

Ribeiro, Vera Masagão. (2021). *Educação de Jovens e Adultos: Fundamentos, História e Práticas*. São Paulo: Editora Contexto.

Soares, Magda. (2018). *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

REREFENCIAS BIBLIOGRAFICAS COMPLEMENTARES

Ferreira, Naura Syria Carapeto. (2017). *Formação Continuada de Professores na Educação de Jovens e Adultos*. São Paulo: Cortez Editora.

Oliveira, Marta Kohl de. (2016). *Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico*. São Paulo: Scipione.

Santos, Boaventura de Sousa. (2018). *A Universidade no Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Editora Cortez.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília/DF: 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Brasília/DF: 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Decreto no 4.281, de 25 de junho de 2002. **Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.** Brasília/DF: 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Decreto no 5.296 de 2 de dezembro de 2004. **Regulamenta as Leis no 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.** Brasília/DF: 2004. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Decreto no 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.** Brasília/DF: 2011. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021.**

BRASIL. Lei 10.436/02, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.** Brasília/DF: 2002. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei10436.pdf> >. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.** Brasília/DF: 2008. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.** Brasília/DF: 2014. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm >. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências.** Brasília/DF: 2004. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Lei no 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”**. Brasília/DF: 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Lei no 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências**. Brasília/DF: 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília/DF: 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília/DF: 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Brasília/DF: 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Parecer CNE/CES 1.304/2001. **Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Física, Bacharelado e Licenciatura**. Brasília/DF: 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES1304.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Portaria no 1.224, de 18 de dezembro de 2013. **Institui normas sobre a manutenção e guarda do Acervo Acadêmico das Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao sistema federal de ensino**. Brasília/DF: 2013. Disponível em: <<https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/portarias-federais/portaria-mec-no-1-224-de-18-de-dezembro-de-2013>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 7 de 18 de dezembro de 2018. **Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.** Brasília/DF: 2018. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf>

BRASIL. Resolução CNE/CP no 2, de 20 de dezembro de 2019. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).** Brasília/DF: 2019. Disponível em: <<https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2982/resolucao-cne-cp-n-2>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Resolução no 1, de 17 de junho de 2004. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana.** Brasília/DF: 2004. Disponível em: <<http://www.prograd.ufu.br/legislacoes/resolucao-cnecp-no-1-de-17-de-junho-de-2004>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Resolução no 1, de 30 de maio de 2012. **Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.** Brasília/DF: 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 143/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 25 de agosto de 2022. **Altera a Resolução que normatiza a Organização Didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.** Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/16QP6xn6vBw1DjoewuhuG3grbNbf6NFT9>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). Resolução Normativa nº 131/2022, de 25 de abril de 2022. **Estabelece as Diretrizes para a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).** Disponível em: <https://sites.google.com/ifpi.edu.br/ifpi-resolucoes-do-consup/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). Resolução nº 039/2013. **Dispõe sobre as Normas e Procedimentos para a Mobilidade Acadêmica, Nacional e Internacional, de estudantes de Cursos de Graduação do IFPI e dá outras providências.** Teresina/PI: 2013. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1DCCpldpQByi8HST7gbJtNf32fcRwtCGV>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 95/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 22 de novembro de 2021. **Atualiza e consolida o Regulamento do Programa de Acompanhamento ao Egresso (PAE), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI: 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 22/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI de 6 de abril de 2021. **Aprova o Regulamento do desenvolvimento das Atividades Teórico-práticas de Aprofundamento (ATPAs) em áreas específicas de interesse dos estudantes dos cursos de licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI: 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 113/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 29 de março de 2022. **Consolida e atualiza o registro e a inclusão das atividades de extensão – Práticas Curriculares em Comunidade e em Sociedade (PCCS), nos currículos dos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI: 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/16QP6xn6vBw1DjoewuhuG3grbNbf6NFT9>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 46/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI de 16 de junho de 2021. **Consolida e atualiza as resoluções que dispõem sobre o Regulamento dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI: 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 125/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 6 de abril de 2022. **Atualiza o Regulamento de participação dos servidores e discentes em Visitas Técnicas e Participação em Eventos de natureza acadêmica, científica, tecnológica, desportiva, artística e cultural do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI: 2022. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/16QP6xn6vBw1DjoewuhuG3grbNbf6NFT9>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 26/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 6 de abril de 2021. **Aprova a consolidação das resoluções editadas pelo Conselho Superior que dispõem sobre o Regimento dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) dos cursos de graduação do IFPI, e dá outras providências. Teresina/PI: 2021.** Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **RESOLUÇÃO NORMATIVA 53/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23 de julho de 2021.** Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

RESOLUÇÃO NORMATIVA 56/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 2 de agosto de 2021: **Atualiza a Política de Diversidade e Inclusão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.** Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 50/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 16 de junho de 2021. **Atualiza o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. Teresina/PI: 2021.** Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 56/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 2 de agosto de 2021. **Atualiza a Política de Diversidade e Inclusão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. Teresina/PI: 2021.** Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 55/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23 de julho de 2021. **Atualiza e consolida as Resoluções que normatizam a Instituição e o Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. Teresina/PI: 2021.** Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 35/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 19 de maio de 2021. **Aprova a consolidação e atualização da Política de Assistência Estudantil (POLAE), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do PiauÍ (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI: 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 53/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23 de julho de 2021. **Atualiza e consolida as Resoluções que normatizam a Instituição e o Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do PiauÍ (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI: 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 112/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 28 de março de 2022. **Atualiza e consolida as resoluções que normatizam a distribuição de carga horária docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do PiauÍ (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI : 2022. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/16QP6xn6vBw1DjoewuhuG3grbNbf6NFT9>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 99/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 7 de dezembro de 2021. **Atualiza os procedimentos para abreviação dos Cursos de Graduação, para alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do PiauÍ (IFPI) com extraordinário aproveitamento nos estudos, e dá outras providências.** Teresina/PI: 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2020-2024.** Teresina/PI: 2020. Disponível em: <https://www.ifpi.edu.br/pdi/pdi-2020-2024/documentos/pdi-2020-2024-_anexo-resolucao-009_2020-consup.pdf/view>. Acesso em: 05 dez. 2022



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

RESOLUÇÃO 47/2024 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 13 de junho de 2024.

Aprova a criação do Curso de Licenciatura Letras Espanhol, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução Normativa nº 59, de 20 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2021, e considerando o processo nº 23172.001597/2024-19,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, **ad referendum**, a criação do Curso de Licenciatura em Letras Espanhol, na modalidade Educação a Distância (EaD), no IFPI, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entrar em vigor na data de sua publicação.

PAULO BORGES DA CUNHA

Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

■ Paulo Borges da Cunha, REITOR(A) - CD1 - REI-IFPI, em 13/06/2024 15:28:39.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 12/06/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 269403

Código de Autenticação: 174c4bcd43





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino
Diretoria de Educação a Distância

**Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em
Espanhol e Literatura Hispânica
Modalidade a Distância**

Teresina-PI, maio de 2024.

REITOR

Paulo Borges da Cunha

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Odimógenes Soares Lopes

DIRETORA DE ENSINO SUPERIOR

Márcio Aurélio Carvalho de Moraes

DIRETOR GERAL CAMPUS TERESINA CENTRAL

Paulo de Tarso Vilarinho Castelo Branco

DIRETOR DE ENSINO - CAMPUS TERESINA CENTRAL

Franciéric Alves de Araujo

DIRETOR DE ENSINO A DISTÂNCIA DO IFPI

Raimundo Nonato Meneses Sobreira

**COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PPC DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS ESPANHOL E
LITERATURA HISPÂNICA, MODALIDADE EAD, DO IFPI DOCUMENTO 1012/2024 –
GAB/REI/IFPI, de 25 de março de 2024**

Aline Cristiane Moraes de Souza Soares - *Campus* Campo Maior

Edna Maria Evangelista de Araujo – *Campus* Teresina Zona Sul

Francisca das Chagas da Silva Alves - *Campus* José de Freitas

Juliana da Silva Galvão– *Campus* Cocal

Karoline Queiroz Correia Menezes- *Campus* Uruçuí

Liviane da Silva Martins - *Campus* Oeiras

Maísa de Sousa Barros – *Campus* Pio IX

Sandra Helena Andrade de Oliveira - *Campus* José de Freitas

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
CAPÍTULO 1 - PERFIL INSTITUCIONAL	7
1.1 BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	7
1.1 MISSÃO, VISÃO E VALORES	13
1.2 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA	13
1.3 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	14
1.4 ÁREA DE ATUAÇÃO	14
1.5 JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSOS E DEMANDAS SOCIAIS	17
1.6 FORMAS DE ACESSO AO CURSO	20
CAPÍTULO 2- ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	22
2.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	22
2.2 OBJETIVOS DO CURSO	24
2.3 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	25
2.4 ORGANIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DAS DISCIPLINAS	32
2.5 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO	34
2.6 ATIVIDADES COMPLEMENTARES (AC)	36
2.7 ESTRUTURA E CONTEÚDOS CURRICULARES	37
2.8 METODOLOGIA	47
2.10 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	53
2.11. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	54
Concepção, objetivos e carga horária	54
Estrutura e funcionamento do estágio	54
Avaliação do estágio supervisionado	56
2.12. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	57
2.14 TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	60
2.15 TEMAS TRANSVERSAIS OBRIGATÓRIOS	61
2.16 APOIO AO DISCENTE	63
a) Política de diversidade e inclusão do IFPI	64
b) Mobilidade Acadêmica	65

c) Acessibilidade	67
e) Profissionais Técnicos Especializados em Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais-Libras	67
f) Mecanismos de Nivelamento	68
2.17 <i>GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA</i>	68
2.18 <i>PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO APRENDIZAGEM</i>	70
a) Avaliação da aprendizagem	71
b) Sistema de Avaliação do Curso	71
c) Verificação de Aprendizagem em Chamada	72
d) Revisão da Verificação da Aprendizagem	73
2.19 <i>ATIVIDADES DE PESQUISA E INOVAÇÃO</i>	74
2.20 <i>COMITÊ DE ÉTICA DE PESQUISA</i>	75
a) Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos	75
b) Comitê de Ética no Uso de Animais	76
CAPÍTULO 3.0 - COORDENAÇÃO DO CURSO, CORPO DOCENTE E TUTORES	76
3.1- <i>CORPO DOCENTE</i>	76
3.2 - <i>TUTORES</i>	77
3.3- <i>COORDENAÇÃO DO CURSO</i>	78
3.4- <i>NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE</i>	74
REFERÊNCIAS	Error! Indicador Não Definido .
ANEXO 1 – BIBLIOGRAFIAS E EMENTAS	80

APRESENTAÇÃO

No âmbito do Instituto Federal do Piauí (IFPI), o instrumento orientador das ações curriculares é denominado de Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Trata-se, pois, de um conjunto de intencionalidades pedagógicas que tem como propósito a explicitação dos principais parâmetros para a ação educativa e o processo formativo, além de apresentar-se em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e a legislação vigente.

O projeto pedagógico do curso constitui-se num instrumento de gestão em prol da formação cidadã, e como tal encontra-se explicitado em suas dimensões política, didático-pedagógica e administrativa. A organização curricular fundamenta-se no compromisso ético do IFPI em relação à concretização do perfil do egresso, que é definido pela explicitação dos conhecimentos e saberes que compõem a correspondente formação.

Nesse sentido, o presente documento apresenta o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras Espanhol e Literatura Hispânica, na modalidade a distância do Instituto Federal do Piauí. O PPC aqui construído é fruto de um processo de reflexão, discussão coletiva, democrática, que contou com a participação dos professores e da comunidade acadêmica, numa afirmação de identidade e legitimidade institucional.

A proposta aqui apresentada vem responder às necessidades de formação profissional de professores na área de Letras Espanhol para atuarem na Educação Básica e atender às exigências das atuais transformações científicas e tecnológicas, no contexto Universidade Aberta-UAB, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, que tem como objeto a seleção de propostas de Instituições de Ensino Superior (IES) para a oferta de vagas para a formação de professores em Cursos de Licenciatura, no âmbito UAB, para a atuação nas redes públicas de educação básica e/ou nas redes comunitárias de formação por alternância.

Considerando que a UAB tem como objetivos, entre outros: oferecer a oportunidade de acesso à formação específica de nível superior, conforme a área de atuação; fomentar a implementação de projetos pedagógicos para a formação de professores que contemplem as especificidades do público-alvo, com formas diferenciadas de organização dos conhecimentos tempos e espaços; e estimular a aproximação entre a educação superior e a educação básica, tendo as comunidades e as escolas como espaços privilegiados de formação e de pesquisa, este documento foi construído nos termos das DCN para a

Formação de Professores, definidas pelo Conselho Nacional de Educação-CNE, órgão normativo do Ministério da Educação-MEC.

Nos termos das Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores (Resolução CNE/CP n. 2, de dezembro de 2019) , o presente PPC apresenta a organização das práticas institucionais e pedagógicas e constitui-se em um instrumento de proposições e orientações que permitirá a uniformidade das ações acadêmicas do Curso de Licenciatura em Letras Espanhol e Literatura Hispânica, na modalidade a distância do IFPI, contemplando os processos de ensino, pesquisa e extensão. Em sua apresentação e organização este documento, atende as demandas internas do IFPI que regulamentam e normatizam matérias acerca do funcionamento dos cursos de licenciaturas vigentes.

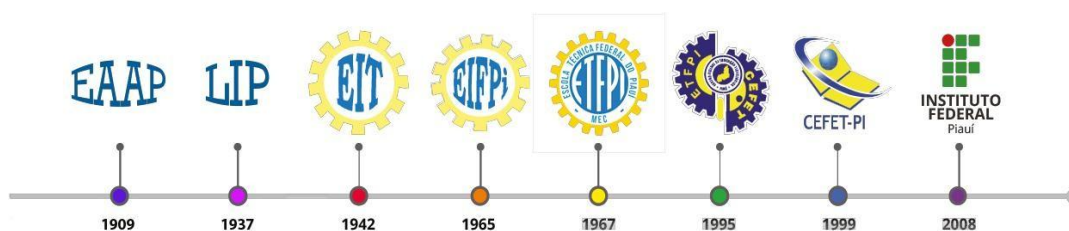
CAPÍTULO 1 - PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino.

O Instituto Federal do Piauí – IFPI possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

O IFPI possui 114 (cento e catorze) anos, tendo origem na Escola de Aprendizes Artífices do Piauí em 1909, transformada em Liceu Industrial do Piauí em 1937, Escola Industrial de Teresina em 1942, Escola Industrial Federal do Piauí em 1965, Escola Técnica Federal do Piauí em 1967 e Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí em 1998, conforme a linhahistórica a seguir.



a) Escola de Aprendizes Artífices do Piauí

Em 1909, vinte anos após o advento da República e vinte e um anos após a Abolição da Escravatura, com um regime de governo ainda não totalmente consolidado e uma sociedade ainda escravocrata, vivíamos um caos social decorrente da libertação dos escravos. Tal fato, na prática, trouxe uma liberdade sem pão, sem moradia, sem reforma agrária e sem emprego. As grandes cidades brasileiras enchiam-se, cada vez mais, de ex-escravos, miseráveis a mendigar o pão de cada dia, crianças famintas, velhos doentes, adultos desempregados e adolescentes empurrados para a prostituição, o ócio e o crime.

Pensando em minimizar esse cenário de horror e numa possível industrialização do Brasil, até então um país eminentemente agropastoril e extrativista, Nilo Procópio Peçanha, Vice-Presidente alçado ao posto de Presidente do Brasil, em 14 de junho de 1909, após a morte do titular Afonso Pena, decretou a criação de uma Rede Nacional de Escolas Profissionais.

O Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, criou uma Escola de Aprendizes Artífices em cada uma das capitais de Estado que se destinava, como diz na sua introdução, “não só a habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalhos profícuos, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime”. Por meio deste Decreto, na época conhecido pelo apelido de “Lei Nilo Peçanha”, Teresina, capital do Estado do Piauí, ganhou uma Escola Federal com o nome de Escola de Aprendizes Artífices do Piauí (EAAPI).

A denominação da EAAPI surgiu em 1937, na vigência do Estado Novo. As perspectivas de avanços na área da indústria foram, naquele momento, o grande propulsor para a transformação da escola primária em secundária, denominada, a partir de então, Liceu Industrial. No caso em pauta, Liceu Industrial do Piauí (LIP). O termo “industrial” adveio da intenção governamental de industrializar o país, usando a Rede de Escolas Profissionais como meio de formar operários especialmente para servir ao parque industrial brasileiro, nesse momento já inserido como meta de governo.

Adaptando-se aos novos tempos, o Liceu Industrial do Piauí teve construída e inaugurada, em 1938, a sua sede própria pelo Governo Federal em terreno cedido pela Prefeitura Municipal de Teresina, na Praça Monsenhor Lopes, hoje Praça da Liberdade, nº 1597, onde funciona atualmente o Campus Teresina Central.

A sede própria da Escola, que ocupava parte de uma quadra do centro da capital, foi inaugurada com 6 modernas salas de aula e instalações para oficinas de marcenaria, mecânica de máquinas, serralheria e solda, modelação, fundição e alfaiataria. Sendo Teresina uma capital ainda pouco industrializada, os ex-alunos do Liceu Industrial do Piauí migravam para o Sudeste do país, onde tinham emprego garantido com salários condignos, devido a sua alta competência técnica.

b) Escola Industrial de Teresina

Esse nome provém da Lei Orgânica do Ensino Industrial, de 1942, que dividiu as escolas da Rede em Industriais e Técnicas. As Escolas Industriais ficam geralmente nos Estados menos industrializados e formaram operários conservando o ensino propedêutico do antigo ginásio. Legalmente, esse curso era chamado de Ginásio Industrial.

As Escolas Industriais continuariam formando operários para a indústria, e as Técnicas formavam operários e também técnicos. Os operários formados tinham nível ginásial (1º ciclo) e os técnicos, nível médio (2º ciclo).

A Escola Industrial de Teresina (EIT) atuava no ramo da indústria metal-mecânica. Sua estrutura física foi ampliada com a construção de mais salas de aula, oficinas escolares e área específica para educação física.

A Escola Industrial de Teresina (EIT) atuava no ramo da indústria metal-mecânica. Sua estrutura física foi ampliada com a construção de mais salas de aula, oficinas escolares e área específica para educação física.

c) Escola Industrial Federal do Piauí

No ano de 1965, pela primeira vez, apareceu, na Rede, a denominação Escola Federal, embora, desde a sua criação, pertencesse ao Governo Federal. Noutra formulação: pela primeira vez, o termo “federal” entrou na composição do nome das Escolas da Rede. Essa mudança também permitiu que a Instituição pudesse fundar cursos técnicos industriais, a exemplo das escolas que já eram “técnicas”.

d) Escola Técnica Federal do Piauí

A promoção de Escola Industrial para Escola Técnica Federal do Piauí (ETFPI), em 1967, foi uma consequência da criação dos primeiros cursos técnicos (Agrimensura, Edificações e Eletromecânica) e do reconhecimento desses cursos pelo Ministério da Educação.

Nesse período, houve uma grande ampliação da estrutura geral da Escola. Os cursos técnicos, que eram noturnos, passaram a ser também diurnos. O Ginásio Industrial foi se extinguindo gradativamente, a partir de 1967, uma série a cada ano.

Grandes modificações aconteceram no ensino. Além dos cursos técnicos industriais, com suas variadas opções, vieram também os cursos técnicos da área de serviços, como os de Contabilidade, Administração, Secretariado e Estatística. Nessa mesma época, foi permitida, preferencialmente nos cursos da área terciária, a matrícula para mulheres, depois estendida a todos os demais cursos. O número de alunos quadruplicou em 2 anos e o de professores acompanhou proporcionalmente o mesmo crescimento.

A modernização da Escola começou em meados da década de 1980 com o advento da informatização, que chegou primeiro à administração e, posteriormente, ao ensino, criando-se grandes laboratórios para cursos de informática, destinados a alunos, professores, servidores técnico-administrativos e à comunidade fora da Escola. O ponto alto desse período foi a interiorização do ensino com o planejamento, a construção e a consolidação da Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) de Floriano, processo iniciado em 1986 e concluído em 1994.

Em 1994, foi autorizada a transformação da ETFPI em Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI), pela Lei 8.948/94, efetivada em 22 de março de 1999.

e) Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí

O biênio 1997-1998 foi dedicado ao processo de transição de ETFPI para CEFET-PI, conhecido como CEFETIZAÇÃO, que veio mais uma vez mudar a denominação da Escola. Em 1999, ocorreu o primeiro Vestibular do CEFET-PI, com a oferta do curso superior de Tecnologia em Informática. Outros fatos de destaque que aconteceram, a partir dessa fase da história cefetiana, foram: a continuidade da qualificação dos servidores (1994); a promoção da XXIII Reunião Nacional de Diretores de ETFs, CEFETs e EAFs (1995); a construção do novo auditório da Instituição (1997); a construção do ginásio poliesportivo coberto (1997); a reforma do Prédio “B”, com início em 1999; a abertura do primeiro curso superior da área de saúde, Tecnologia em Radiologia (2001); a implantação dos cursos de Licenciatura em Biologia, Física, Matemática e Química (2002).

Para dar continuidade à formação de profissionais, em 2004, foi estabelecido o primeiro Mestrado Interinstitucional (Minter), Engenharia de Produção, e a oferta de cursos de especialização em Banco de Dados e Gestão Ambiental. Em 2005, foi ofertado o primeiro Doutorado Interinstitucional (DINTER), Engenharia de Materiais. A partir de 2005, o CEFET-PI, atento à política do Ministério da Educação (MEC), buscou uma melhor qualificação profissional da comunidade do Piauí e região, com a implantação, desde 2006, do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio nas áreas de Gestão, Construção Civil, Informática, Indústrias e Meio Ambiente. Em 2007, aconteceu a inauguração das UNEDs de Picos, Parnaíba e Marcílio Rangel (atualmente conhecida como Teresina Zona Sul).

f) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

O Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI) sofreu, em 2008, uma reorganização em sua estrutura adquirindo o status de Instituto Federal, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro desse ano, criou a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica.

Ao se transformar em IFPI, a Instituição adquiriu autonomia para criar e extinguir cursos, bem como para registrar diplomas dos cursos por ela oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, o Instituto Federal do Piauí foi equiparado às universidades federais.

Em 2010, iniciou-se o processo de expansão do IFPI com a inauguração dos seguintes campi: Angical, Corrente, Piripiri, Paulistana, São Raimundo Nonato e Uruçuí. Em 2012, foram inaugurados campi em Pedro II, Oeiras e São João; e, em 2014, houve a inauguração dos campi de Campo Maior, Valença e Cocal.

Nesse período, foi criado também o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), reforçando o desenvolvimento e a interiorização da educação profissional. Em 2014, foram publicadas as portarias de criação dos Campi Avançados Dirceu Arcoverde e Pio IX. Nesse mesmo ano, foi realizado o I Fórum das Licenciaturas, realizado em Parnaíba.

Em 2015, a sede da Reitoria foi inaugurada, constituindo-se na unidade organizacional executiva central, responsável pela administração e supervisão de todas as atividades do Instituto Federal do Piauí.

O IFPI possui, no momento, 63 (sessenta e três) cursos superiores presenciais, 4 cursos superiores a distância, 5 mestrados e 17 cursos de especialização em funcionamento. Os bacharelados apresentam 2046 matrículas e correspondem a 6,11% das matrículas. As licenciaturas apresentam 5642 matrículas e correspondem a 16,86 % das matrículas da instituição, As tecnologias apresentam 2922 matrículas e correspondem a 8,43% das matrículas. Uma média de 78,72% dos alunos do ensino superior são provenientes da escola pública e 65% têm renda familiar per capita inferior a 1 salário mínimo.

Na dimensão Extensão, o IFPI trabalha com diversas áreas temáticas, dentre elas: Educação, Formação de Professores, Cultura, Saúde, Meio Ambiente, Tecnologia e Produção, Comunicação, Empreendedorismo Inovador, Trabalho, Inovação, Música, Economia Solidária e Criativa, Direitos Humanos e Justiça, Inclusão e Tecnologias Assistivas e Gestão Pública.

Na pesquisa, o IFPI se destaca nas áreas: Administração, Agronomia, Antropologia, Artes, Botânica, Ciência da Computação, Ciência da Informação, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Ciências Ambientais, Direito, Ecologia, Educação, Educação Física, Engenharia Agrícola, Engenharia Biomédica, Engenharia de Energia, Engenharia de Materiais e Metalúrgica, Engenharia de Produção, Engenharia Química, Física, Geografia, História, Letras, Linguística, Matemática, Microbiologia, Nutrição, Planejamento Urbano e Regional, Química, Robótica, Mecatrônica e Automação, Sociologia, Teologia e Zootecnia.

1.1 MISSÃO, VISÃO E VALORES

A partir de suas finalidades, o IFPI tem a missão de: "Promover uma educação de excelência, direcionada às demandas sociais". A visão de uma instituição reflete as aspirações e o desejo coletivo a ser alcançado, no espaço de tempo, a médio e longo prazo, buscando dar identidade. A partir de 2020, a visão de futuro do IFPI é: Consolidar-se como centro de excelência em Educação Profissional, Científica e Tecnológica, mantendo-se entre as melhores instituições de ensino do País.

Por sua vez, os valores organizacionais são princípios ou crenças desejáveis, estruturados hierarquicamente, que orientam a vida da organização e estão a serviço de interesses coletivos. Os valores do IFPI são: Ética, Respeito, Solidariedade, Diálogo, Participação, Transparência, Equidade e Responsabilidade.

1.2 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

Sigla: IFPI

CNPJ: 10.806.496/0001-49

Natureza Jurídica: Autarquia federal

End.: Avenida Presidente Jânio Quadros, 330/ Santa Isabel, Teresina - PI, 64.053-390

Fone: (86) 3131- 1443

Representante legal: Paulo Borges da Cunha

Ato legal: Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008

Página Institucional: www.ifpi.edu.br

1.3 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO: Licenciatura em Letras Espanhol e Literatura Hispânica na modalidade a distância -EaD

PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO: 04 (quatro) anos

TÍTULO ACADÊMICO: Licenciado em Letras Espanhol e Literatura Hispânica

REGIME LETIVO: Semestral

VAGAS AUTORIZADAS: 40 (quarenta) vagas

FORMA DE ACESSO: Processo seletivo conforme resoluções vigentes

CARGA HORÁRIA: 3.300 h

1.4 ÁREA DE ATUAÇÃO

Atuar no sentido do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania, sem perder a dimensão do universal, constitui um preceito que fundamenta a ação do Instituto Federal do Piauí.

Ao ver-se como lugar de diálogo, o IFPI amplia seu campo de atuação ao espaço do território geográfico no qual se insere e que passa a ser o campo de negociação entre o local e o global, de construção de uma rede de solidariedade intercultural.

O IFPI atua a favor dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, qualquer que seja a esfera delimitada, a relação dialógica e democrática de seu fazer pedagógico possibilitará ganhos sociais expressivos e a superação de contradições existentes.

A estrutura multicampi e a clara definição do território de abrangência das ações do Instituto Federal do Piauí afirmam, na missão desta Instituição, o compromisso de intervenção em sua região, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável, com inclusão social.

Na busca de sintonia com as potencialidades de desenvolvimento regional, os cursos ofertados no âmbito do IFPI são definidos em atendimento às demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho local e da região. Convém salientar que o IFPI busca conciliar as demandas identificadas com a sua vocação e capacidade de oferta de cursos, em relação às reais condições de viabilização da proposta pedagógica: infraestrutura física, corpo docente e técnico, acervo bibliográfico, instalações e equipamentos.

Assim é que o Instituto Federal do Piauí constitui espaço fundamental na construção dos caminhos visando ao desenvolvimento local e regional dos territórios nos quais os seus campi estão inseridos. Na proposta pedagógica do Instituto Federal do Piauí, agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho (numa perspectiva histórica e no sentido ontológico) e discutir os princípios das tecnologias a ele concernentes dão luz a elementos essenciais para a definição de um propósito específico para a estrutura curricular da educação profissional e tecnológica. O que se propõe é uma formação contextualizada, imersa em conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos.

A Instituição visa, portanto, contribuir com o desenvolvimento dos arranjos produtivos econômicos, sociais e culturais de cada território em que os campi do IFPI estão organicamente inseridos. A oferta de cursos nos diversos níveis/formas da educação profissional e superior, estão inseridos nos seguintes territórios de desenvolvimento:

- a) Planícies Litorâneas – Campus Parnaíba e Campus Cocal;
- b) Cocais - Campus Piripiri e Campus Pedro II;
- c) Carnaubais – Campus Campo Maior;
- d) Entre Rios – Campus Teresina-Central, Campus Teresina Zona Sul, Campus Angical do Piauí, Campus Avançado do Dirceu e Campus Avançado de José de Freitas;
- e) Serra da Capivara – Campus São Raimundo Nonato e Campus São João do Piauí;
- f) Vale dos Rios Piauí e Itaueiras – Campus Floriano;
- g) Tabuleiros do Alto Parnaíba – Campus Uruçuí;
- h) Vale do Sambito – Campus Valença do Piauí;
- i) Vale do Rio Guaribas - Campus Picos e Campus Avançado Pio IX;
- j) Chapada Vale do Rio Itaim – Campus Paulistana;
- k) Vale do Rio Canindé – Campus Oeiras;
- l) Chapada das Mangabeiras – Campus Corrente.

A presença de um campus nesses Territórios, além de promover a interiorização e abrangência da área de atuação do IFPI visa, sobretudo, à promoção do desenvolvimento socioeconômico regional, impulsionado pelo avanço da escolaridade e o acesso aos níveis mais elevados do saber dos seus cidadãos, bem como à identificação da vocação produtiva, ao respeito e à preservação da cultura local e ambiental e, por conseguinte, à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Nesse sentido, a oferta dos cursos, bem como seu turno de funcionamento, tem sido orientada pela identificação dos arranjos produtivos locais, culturais e socioeducacionais em cujos Territórios os campi estão inseridos. Para tanto, a articulação entre trabalho, ciência e cultura, na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares do IFPI, movido pelo desafio de viabilizar um ensino público, gratuito, democrático e de excelência direcionado às demandas sociais.

Como princípio em sua proposta político-pedagógica, o Instituto Federal do Piauí atua na oferta de educação básica, principalmente em cursos de ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio; ensino técnico em geral; graduações tecnológicas, licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, bem como em programas de pósgraduação *lato e stricto sensu*, sem deixar de assegurar a formação inicial e continuada de trabalhadores.

Nesse contexto, a transversalidade e a verticalização constituem aspectos que contribuem para a singularidade do desenho curricular nas ofertas educativas do Instituto Federal do Piauí, visto que a designação “instituição de educação superior, básica e profissional” lhe confere uma natureza singular, na medida em que não é comum, no sistema educacional brasileiro atribuir a uma única instituição a atuação em mais de um nível de ensino.

A área de atuação do IFPI compreende uma proposta pedagógica fundada na compreensão do trabalho como atividade criativa fundamental da vida humana e em sua forma histórica, como forma de produção. Assim sendo, o que está posto para o Instituto Federal do Piauí é a formação para o exercício profissional tanto para os trabalhadores que necessitam de formação em nível superior para a realização de suas atividades profissionais, quanto para os que precisam da formação em nível médio técnico, e também para aqueles que atuam em qualificações profissionais mais especializadas; ao mesmo tempo, as atividades de pesquisa e extensão estão diretamente relacionadas ao mundo do trabalho.

No tocante à formação de professores para educação básica, há de se notar que os cursos de licenciatura, em sua proposta curricular, contemplam a inovação na abordagem das metodologias e práticas pedagógicas, com o objetivo de contribuir para a superação da cisão entre ciência-tecnologia-cultura-trabalho e teoria-prática em um tratamento pedagógico para romper com a fragmentação do conhecimento.

Assim, é da natureza do Instituto Federal do Piauí validar a verticalização do ensino e balizar suas políticas de atuação pela oferta de diferentes níveis e modalidades da educação profissional e tecnológica, básica e superior, a partir de um projeto pedagógico singular.

A realidade brasileira no que tange à necessidade de professores integra uma série de pontos quando se trata da formação de profissionais da educação, tais como: a formação em serviço ou continuada, carreira e valorização docente, dentre outros. A frágil representação construída da dignidade profissional precisa estar fortalecida. À exigência primordial da excelência na formação, que precisa ser compatível também com a atual complexidade do mundo, somam-se outras exigências. O IFPI reúne uma série de condições na oferta de cursos de formação de professores para a educação básica, pela excelência na formação docente em atenção às demandas da sociedade comprovada através de políticas internas na qualificação do corpo docente e administrativo através da formação continuada, assim como na formação inicial de professores para a educação básica.

1.5 JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO E DEMANDAS SOCIAIS

Os contextos sociais da contemporaneidade nos alertam sobre as transformações em que o mundo vem passando e pela velocidade em que estes processos acontecem. O homem vive em tempos cada vez mais acelerados, onde sua produção, seus objetivos e anseios de vida são moldados por necessidades inerentes a esses novos arranjos.

Um aspecto positivo sobre esse novo modo de ser diz respeito ao avanço na produção de novos conhecimento; e como negativo podemos citar a fragilidade em que esses processos se assentam. Diante disso, a educação enquanto construção social, materializa-se por meio de modelos formativos que devem responder às demandas sociais e, mais ainda, contribuir para o melhoria da sociedade.

O papel do professor, diante dessa realidade torna-se central ao assumir a tarefa da educação. É necessário, enquanto profissional humano, social e político, que o professor eleve sua atuação para além do fazer técnico do ensinar e aprender, a partir de um

posicionamento crítico e transformador (GADOTTI, 1998). Nesse sentido, a própria formação docente também entra em pauta, na medida em que se define os saberes que são mobilizados com objetivos de possibilitar o exercício da atividade profissional.

A apreensão dos saberes necessários à atuação profissional docente ocorre através do processo de formação e do exercício profissional, conforme um conjunto de fatores interrelacionados, como o tempo histórico, as orientações e diretrizes dos órgãos normativos, o contexto sociopolítico e as experiências, valores e concepções individuais de cada sujeito.

Diante do exposto, os cursos de formação docente se destacam pela relevância na educação brasileira, devendo portanto, ser objeto da máxima atenção e observância da qualidade dos processos formativos.

O início do processo de escolarização é uma etapa fundamental da formação humana, embora historicamente, esse campo de atuação tenha sido negligenciado, considerando os critérios e orientações que indicavam a pouca exigência de qualificação dos profissionais que por muito tempo atuaram nessa etapa escolar. Atualmente, as concepções que embasam os fundamentos da educação e a própria realidade da educação brasileira orientam para uma formação mais qualificada.

Ao observar o contexto social atual percebemos o quão rápido a sociedade está evoluindo. As formas de comunicação são diversas e cada vez mais tecnológicas aproximando pessoas e permitindo fácil acesso às informações de qualquer lugar, o que permite que pessoas de diferentes países estejam em comunicação constante entre si. Se a tecnologia permite essa aproximação entre povos é importante que se tenha conhecimento de um maior número de idiomas facilitando, assim, o acesso à informação.

Além disso, o Brasil estabelece fortes relações comerciais, sociais e políticas com os países fronteiriços, possuindo estes, em grande maioria, a língua espanhola como idioma oficial. Esses, já são motivos pertinentes que justificam o estudo do idioma espanhol por parte dos brasileiros. Incentivar e oportunizar o acesso ao idioma é sinônimo de manter o estudante em uma sociedade contemporânea que visa seu crescimento e aproveitamento de oportunidades sociais, trabalhistas, políticas, econômicas, acadêmicas e até mesmo culturais como, já dito antes por Sedycias (2005, p. 36) que quem “decidir ignorá-la não poderá fazê-lo sem correr o risco de perder muitas oportunidades de cunho comercial, econômico, cultural, acadêmico ou pessoal”.

A falta de oportunidades que alguns estudantes brasileiros encontram em realizar

cursos de nível superior ou até cursos especializados em alguma área de conhecimento específico os leva a explorar outros países circunvizinhos para aprimoramento acadêmico ou mesmo para obtenção de diploma a nível superior. Esses estudantes por vezes vão despreparados para fazer parte de um país com cultura e idioma diferentes do seu país de origem e esse curso de Licenciatura em Letras Espanhol e Literatura Hispânica é uma possibilidade de diminuir essas diferenças, para aqueles que se interessem em ir estudar ou visitar os países de língua espanhola.

Proporcionar o estudo dessa língua aos estudantes brasileiros pode oferecer-lhes naturalidade e, em consequência disso, facilidade, construindo uma visão de mundo mais ampla e valorosa. O formado em Licenciatura em Letras Espanhol e Literatura Hispânica, não se limita ao campo do “ensinar”, mas também contribui com a construção social que se materializa por meio de modelos formativos que devem responder às demandas sociais e, mais ainda, favorecer a melhoria da sociedade em seus diferentes âmbitos. Esse licenciado tem uma ampla área de atuação. Além da sala de aula, atuando como professor, ele pode atuar no mercado editorial, cuidando do processo de seleção e tradução de originais (texto falado e escrito), assim como pode criar e revisar materiais didáticos.

Diante das exigências por melhoria na formação educacional, da aquisição de novos conhecimentos que impõe o contexto social da contemporaneidade pela acelerada transformação do mundo, é que o IFPI, atento às questões da educação e da preparação para o trabalho busca a partir da expansão e oferta de cursos com ensino de qualidade em diferentes modalidades de ensino, diminuir os desafios e dificuldades que se apresentam nas realidades locais dos polos em que tem atuação.

Este curso, portanto, satisfaz as novas demandas de formação dos estudantes e de acesso a informações de qualidade, surgidas das novas dinâmicas de trabalho em um ambiente em constante movimento. Ao mesmo tempo, sua oferta na modalidade a distância atende a uma necessidade atual de acesso ao ensino superior de excelência, de maneira flexível e inclusiva, considerando as diversas realidades regionais e as características individuais dos alunos. Além disso, introduz um novo panorama de ensino e aprendizagem no qual se observa a inovação das práticas pedagógicas, a reestruturação da abordagem metodológica e uma transformação no papel do docente, uma vez que todos - professores-tutores e alunos - participam ativamente do processo de ensino e aprendizagem em uma construção coletiva.

Para tanto, o Curso de Licenciatura em Letras Espanhol e Literatura Hispânica no

IFPI, na modalidade a distância, representa um avanço histórico social para muitas comunidades do Piauí, com o acesso ao conhecimento e da melhor formação profissional do ser humano, de tal modo que capacita o aluno a adquirir habilidades necessárias para acompanhar a velocidade das informações e inovações para a qualificação para o trabalho, novas propostas de melhoria para educação básica, especialmente na atuação junto ao público alvo do Ensino Fundamental e Médio das escolas públicas e privadas das localidades em que o IFPI possa ofertar o curso, proporcionando um ensino mais eficiente e eficaz da língua espanhola. Ademais, oferece uma graduação de qualidade com uma grade curricular que abarca as habilidades e as competências que o estudante terá de dominar para se tornar um profissional bem qualificado ao final do curso.

Nessa perspectiva, o modelo de formação proposto busca reforçar e consolidar a profissionalização do professor de Língua Espanhola com uma abordagem formativa coesa e fundamentada numa práxis transformadora. Assim, o Curso de Licenciatura em Letras Espanhol e Literatura Hispânica ofertado pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI, em consonância com o Decreto nº 5.622/2005, que regulamenta a Educação a Distância, contará com infraestrutura técnica, material e humana qualificada e capaz de retornar para a sociedade, profissionais com uma sólida formação acadêmica com domínio do conhecimento profissional que embasaram práticas profissionais profícuas e resultarão em um engajamento profissional comprometido com a qualidade da educação.

Ressaltamos que, tal abordagem, coaduna com os princípios e valores do IFPI, que, enquanto instituição ofertante de educação básica, técnico profissionalizante, ensino superior, cursos de pós-graduação *latu sensu* e *stricto sensu* e outras modalidades de ensino, destaca-se pela observância dos critérios para a garantia de uma educação de excelência e inclusiva.

Deste modo, consideramos coerente promover à comunidade piauiense e circunvizinha o Curso de Licenciatura em Letras Espanhol e Literatura Hispânica com um repertório de saberes e práticas que os habilitem a exercer a profissão docente na escola e em todos os ambientes em que se fazem presentes às práticas educativas, podendo também atuar em áreas afins que exijam o conhecimento na língua espanhola.

1.6 FORMAS DE ACESSO AO CURSO

As vagas são distribuídas considerando-se o percentual de 50% para ampla concorrência e 50% para as vagas reservadas de acordo com a Lei nº 12.711/2012, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas) - alterada pela Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023, distribuídas conforme o percentual do IBGE para:

- Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo, que tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos autodeclarados quilombolas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo, que tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos com deficiência, independente de etnia, que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos, independente de etnia, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo, que tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos autodeclarados quilombolas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos com deficiência que, independentemente de etnia e independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos, independente de etnia e independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas, conforme o caso.

Além da política de cotas, o IFPI adota como ação afirmativa própria uma reserva de vagas de 5% para estudantes com deficiência (PcD) que não é egresso da escola pública, conforme Resolução Normativa nº 195/2024 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 18 de janeiro de 2024, que atualiza a Política de Cotas e os procedimentos de heteroidentificação, no âmbito do IFPI.

CAPÍTULO 2: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

As políticas institucionais do IFPI para os cursos de Licenciatura são baseadas na integração da pesquisa, ensino e extensão, em conformidade com os princípios pedagógicos definidos no projeto político pedagógico institucional, bem como, as diretrizes provenientes do MEC, proporcionando assim ao profissional proposto, a percepção do contexto social no qual está inserido e a capacidade de intervenção frente às demandas apresentadas por este no domínio local e regional (PDI 2020-2024).

Diante deste cenário, e atendendo ao disposto na Lei 11.892/2008 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), são políticas institucionais para os cursos de licenciatura, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPI:

- a) Implementar anualmente, por campus, a oferta regular das vagas de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática, nos termos da Lei no 11.892/2008;
- b) Implementar semestralmente a oferta regular de vagas de cursos de Formação Inicial e Continuada;
- c) Implementar ações que garantam a igualdade de condições de acesso, permanência e êxito nos cursos da Instituição.
- d) Possibilitar aos alunos o acesso à ações acadêmicas que favoreçam a superação da dicotomia entre teoria e prática: atividades práticas inseridas nos componentes curriculares durante todo o curso, iniciação científica e tecnológica, pesquisa, tutorias de aprendizagem, mobilidade acadêmica, eventos técnico-científicos, aulas externas e visitas técnicas a empresas e demais organizações do mundo do trabalho.

Possuindo como marco a concepção da educação como instrumento de transformação e de enriquecimento do conhecimento, capaz de modificar a vida social e atribuir maior sentido e alcance ao conjunto da experiência humana, tais políticas têm como objetivo oferecer aos alunos de licenciatura um referencial teórico-prático que colabore na aquisição de competências cognitivas, habilidades e atitudes e que promovam o seu pleno desenvolvimento como pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Desse modo, em conformidade com o PDI do IFPI, são tomadas como base as seguintes diretrizes:

- A necessidade de atuar no ensino, na pesquisa e na extensão, compreendendo as especificidades dessas dimensões e as inter-relações que caracterizam sua indissociabilidade;
- A compreensão de que o conhecimento deve ser tratado em sua plenitude, nas diferentes dimensões da vida humana, integrando ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos, nas propostas pedagógicas dos cursos de licenciaturas;
- O reconhecimento da precedência da formação humana e cidadã, sem a qual a qualificação para o exercício profissional não promove transformações significativas para o trabalhador e para o desenvolvimento social;
- A organização de itinerários formativos que permitam o diálogo entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica (formação inicial e continuada, técnica de nível médio e de graduação e pós-graduação tecnológica), ampliando as possibilidades de formação vertical (elevação de escolaridade) e horizontal (formação continuada);
- A sintonia dos currículos com as demandas sociais, econômicas e culturais locais, permeando-os das questões de diversidade cultural e de preservação ambiental, pautada na ética da responsabilidade e do cuidado;
- O reconhecimento do trabalho como experiência humana primeira, organizadora do processo;
- Educação como instrumento de transformação e de enriquecimento do conhecimento, capaz de modificar a vida social e atribuir maior sentido e alcance ao conjunto da experiência humana, de modo a alterar positivamente a realidade brasileira e do Piauí.

Com o intuito de garantir a permanência e êxito dos discentes nos cursos de Licenciatura, o IFPI tem como política o desenvolvimento de ações contínuas, que integram os eixos ensino, pesquisa e extensão por meio de programas e projetos subsidiados pela Política de Assistência Estudantil (POLAE), e por políticas externas através de agências de fomento.

Entres as ações contempladas pela POLAE destacam-se:

- oferta de atividades de nivelamento, que proporcionem um melhor aproveitamento do processo de ensino aprendizagem do aluno ingressante;
- o acompanhamento de alunos pelas equipes pedagógicas e multiprofissionais do IFPI, como psicólogos, médicos, odontólogos, nutricionistas, assistentes sociais, entre outros profissionais;
- oportunidades de estágio, monitoria, iniciação científica, atividades extensionistas e

iniciação à docência.

Entres as ações contempladas por programas de fomento externo incluem-se:

- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-AF-CNPq);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID);
- Residência Pedagógica (RP).

2.2 OBJETIVOS DO CURSO

Objetivo Geral

Formar profissionais qualificados no Curso Superior de Licenciatura em Letras Espanhol e Literatura Hispânica, na modalidade de educação a distância (EAD), capazes de atuar na docência na educação básica: anos finais do Ensino fundamental (6º ao 9º ano) e ensino médio em ambientes escolares e não escolares, nos quais os conhecimentos pedagógicos e específicos de cultura, literatura e de língua espanhola se façam necessários.

Objetivos Específicos

- Promover o conhecimento das políticas nacionais e internacionais, bem como discussões teóricas com vistas à educação inclusiva, à diversidade e à cidadania.
- Proporcionar percursos formativos fundamentados em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética;
- Estimular a reflexão sobre a prática pedagógica cotidiana do educando, possibilitando-lhe a reconstrução do processo de análise da prática docente, tendo como instrumental os fundamentos da perspectiva de intervenção;
- Possibilitar aos educandos o domínio crítico do uso das novas tecnologias disponíveis na sociedade e, especialmente, nas escolas;
- Promover a aprendizagem voltada para o respeito à diversidade, levando-se em conta as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual;
- Proporcionar reflexões críticas sobre a atuação profissional no ensino, na gestão de processos educativos e na organização e gestão da Educação Básica;

- Apresentar a instituição educativa como organização complexa na função de promover a educação para e na cidadania;
- Propor alternativas de avaliação da aprendizagem como um processo contínuo, considerando o discente como sujeito ativo, cognitivo, efetivo e social;
- Articular teoria e prática para ampliação da visão, das habilidades e dos conhecimentos necessários à atuação profissional docente de língua portuguesa;
- Relacionar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico metodológicas do ensino de língua portuguesa e literatura para o desenvolvimento da aprendizagem.

2.3 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

Competências e Habilidades

Os egressos de cursos de licenciatura devem ser agentes sociais, capazes de planejar as ações, de gerir a atuação profissional e de intervir na estrutura social a partir de uma análise crítica da realidade socioeconômica na qual se insere, e que subsidiado pelos conhecimentos pedagógicos esteja apto a atuar na educação básica e suas modalidades atento aos avanços da ciência e da tecnologia.

Estas e outras características são apresentadas na Resolução CNE/CP nº 2/2019, como competências gerais docentes:

1. Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.
2. Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas.
3. Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal, corporal, visual, sonora e digital – para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar.
6. informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.
7. Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
8. Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
9. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes.
10. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.
11. Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

As competências específicas apresentadas na Resolução CNE/CP nº 2/2019 estão distribuídas em três dimensões fundamentais: conhecimento profissional, prática profissional, e engajamento profissional. Estas competências específicas devem se integrar de modo interdependente e sem hierarquia na ação docente, e seu desenvolvimento deve ser possibilitado ao aluno de licenciatura.

São competências específicas da dimensão do conhecimento profissional: dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los; demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem; reconhecer os contextos de vida dos estudantes; e conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.

São competências específicas da dimensão da prática profissional: planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens; criar e saber gerir os ambientes de aprendizagem; avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino; e conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, as competências e as habilidades.

São competências específicas da dimensão do engajamento profissional: comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional; comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender; participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos; e engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade, visando melhorar o ambiente escolar.

O perfil descrito acima é reforçado na Resolução 02 de 20 de Dezembro de 2019 (BNCC Formação), em seu artigo 4º, a qual estabelece três competências básicas a serem desenvolvidas em todos os cursos de licenciatura:

As competências específicas se referem a três dimensões fundamentais, as quais, de modo interdependente e sem hierarquia, se integram e se complementam na ação docente. São elas: I - conhecimento profissional; II - prática profissional; e III - engajamento profissional. (BRASIL, 2019).

Desse modo, se pretende garantir que a formação inicial dos estudantes esteja alicerçada num conjunto de saberes comuns e alinhado que reflitam a apropriação dos conhecimentos necessário ao exercício docente, numa prestativa de desenvolvimento profissional contínuo; da percepção da escola como lugar privilegiado de formação contínua; de que os processos educativos ocorrem em tempos e espaços variados, típicos e atípicos; de que a atividade docente deve ser uma ação intencional, planejada; e de que a realidade social contemporânea, mais do que nunca, exige profissionais capazes de considerar a diversificação, flexibilização e adaptação em suas práticas pedagógicas.

A Resolução 02 de 20 de dezembro de 2019, destaca ainda em seu artigo 4º, o conjunto de habilidades relacionadas às três competências básicas para os cursos de formação de professores, a saber:

§ 1º As competências específicas da dimensão do conhecimento profissional são as seguintes: I - dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los; II - demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem; III - reconhecer os contextos de vida dos estudantes; e IV - conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais. **§ 2º As competências específicas da dimensão da prática profissional compõem-se pelas seguintes ações:** I - planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens; II - criar e saber gerir os ambientes de aprendizagem; III - avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino; e IV - conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, as competências e as habilidades. **§ 3º As competências específicas da dimensão do engajamento profissional podem ser assim discriminadas:** I - comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional; II - comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender; III - participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos; e IV - engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade, visando melhorar o ambiente escolar.

A organização curricular dos cursos destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, em consonância com as aprendizagens prescritas na BNCC da Educação Básica, tem como princípios norteadores:

I - compromisso com a igualdade e a equidade educacional, como princípios fundantes da BNCC;

II - reconhecimento de que a formação de professores exige um conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes, que estão inerentemente alicerçados na prática, a qual precisa ir muito além do momento de estágio obrigatório, devendo estar presente, desde o início do curso, tanto nos conteúdos educacionais e pedagógicos quanto nos específicos da área do conhecimento a ser ministrado;

III - respeito pelo direito de aprender dos licenciandos e compromisso com a sua aprendizagem como valor em si mesmo e como forma de propiciar experiências de aprendizagem exemplares que o professor em formação poderá vivenciar com seus próprios estudantes no futuro;

IV - reconhecimento do direito de aprender dos ingressantes, ampliando as oportunidades de desenvolver conhecimentos, habilidades, valores e atitudes indispensáveis para o bom desempenho no curso e para o futuro exercício da docência;

V - atribuição de valor social à escola e à profissão docente de modo contínuo, consistente e coerente com todas as experiências de aprendizagem dos professores em formação;

VI - fortalecimento da responsabilidade, do protagonismo e da autonomia dos licenciandos com o seu próprio desenvolvimento profissional;

VII - integração entre a teoria e a prática, tanto no que se refere aos conhecimentos pedagógicos e didáticos, quanto aos conhecimentos específicos da área do conhecimento ou do componente curricular a ser ministrado;

VIII - centralidade da prática por meio de estágios que enfoquem o planejamento, a regência e a avaliação de aula, sob a mentoria de professores ou coordenadores experientes da escola campo do estágio, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

IX - reconhecimento e respeito às instituições de Educação Básica como parceiras imprescindíveis à formação de professores, em especial as das redes públicas de ensino;

X - engajamento de toda a equipe docente do curso no planejamento e no acompanhamento das atividades de estágio obrigatório;

XI - estabelecimento de parcerias formalizadas entre as escolas, as redes ou os sistemas de ensino e as instituições locais para o planejamento, a execução e a avaliação conjunta das atividades práticas previstas na formação do licenciando;

XII - aproveitamento dos tempos e espaços da prática nas áreas do conhecimento, nos componentes ou nos campos de experiência, para efetivar o compromisso com as metodologias inovadoras e os projetos interdisciplinares, flexibilização curricular, construção de itinerários formativos, projeto de vida dos estudantes, dentre outros;

XIII - avaliação da qualidade dos cursos de formação de professores por meio de instrumentos específicos que considerem a matriz de

competências deste Parecer e os dados objetivos das avaliações educacionais, além de pesquisas científicas que demonstrem evidências de melhoria na qualidade da formação; e

XIV - adoção de uma perspectiva intercultural de valorização da história, da cultura e das artes nacionais, bem como das contribuições das etnias que constituem a nacionalidade brasileira.

Portanto, o curso de Licenciatura em Letras Espanhol e Literatura Hispânica ofertado pelo Instituto de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) considera que a profissão docente implica em aprendizagem e desenvolvimento profissionais contínuos e de que a escola, especialmente a pública, é o centro dos diversos processos formativos que promove a democratização do conhecimento e a transmissão do patrimônio cultural humano.

Aliado aos conhecimentos descritos acima, destacamos o contexto descrito na justificativa deste curso, apontando para um perfil profissional que facilita a aprendizagem. Com isso, o professor deve ter a habilidade de mediar, facilitar o processo de aquisição do conhecimento do estudante, muito mais do que apenas transmitir os conhecimentos da língua espanhola, mas sim criar oportunidades que o permitam construir seu caminho diante do conhecimento, proporcionando à criação de experiências de ensino que favoreçam a consolidação do conhecimento por meio de uma aprendizagem significativa, expandindo seu repertório e ressignificando o que ele já sabe.

Articulação do Perfil com as Necessidades Locais e Regionais

O curso de de Licenciatura em Letras Espanhol e Literatura Hispânica tem como uma de suas finalidades atuar em favor do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania, a partir de uma relação próxima e dialógica do curso e da Instituição com as realidades local e regional.

Desse modo, o curso deve proporcionar uma formação que possibilite ao indivíduo o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de seu contato com a realidade através da prática (PDI 2020 – 2024).

Nesse sentido, a prática profissional, a extensão curricularização das atividades de extensão, e o estágio supervisionado obrigatório são ações que, previstas no currículo, permitem ao aluno de licenciatura entrar em contato com a realidade socioeconômica cultural local e regional de forma crítica e dialógica, identificando suas possíveis demandas e propondo soluções a essas demandas.

De acordo com dados divulgados pelo INEP em setembro de 2022, há evidências do desinteresse de alunos pela formação docente. Além da alta taxa de evasão e do baixo crescimento da entrada de alunos, é muito preocupante o número estagnado ou reduzido de egressos em cursos específicos de formação de professores. Ocorre ainda um maior desinteresse nos cursos de licenciatura acentuado entre os mais jovens, o que pode, em breve, atenuar o déficit de professores e a relação numérica discente por docente. Ao comparar os anos de 2016 e 2021, o número de docentes na educação básica diminuiu, cenário que mostra um quadro de aumento de alunos por professor e, consequentemente, um aumento da faixa etária dos docentes. No Piauí, especificamente, o número de docentes reduziu mais de 8% nesse período, aumentando em 0,3% a relação entre alunos por professor. Esse aumento só não foi maior, devido também à redução do número de matrículas.

Os dados do Censo Escolar, referentes à matrícula dos estudantes público-alvo da educação básica no ano de 2022 indicam crescimento em relação aos anos anteriores, em todos os níveis e modalidades de ensino regular. Em relação à formação dos professores, os dados informados no Censo Escolar pelas instituições de ensino da educação básica, indicam que dos 224 (duzentos e vinte e quatro) municípios do Estado do Piauí, apenas 57 (cinquenta e sete) possuem docentes com formação na área.

A oferta da Licenciatura em Letras Espanhol e Literatura Hispânica, modalidade EAD, pelo IFPI tem a perspectiva de contribuir com a formação de docentes para o trabalho com os estudantes da educação básica.

2.4 ORGANIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DAS DISCIPLINAS

São princípios norteadores da organização curricular dos cursos de licenciatura do IFPI destinados à Formação de Professores para a Educação Básica:

- I. Reconhecimento de que a formação de professores exige um conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes, que estão inerentemente alicerçados na prática, a qual precisa ir muito além do momento de estágio obrigatório, devendo estar presente, desde o início do curso, tanto nos conteúdos educacionais e pedagógicos quanto nos específicos da área do conhecimento a ser ministrado;
- II. Atribuição de valor social à escola e à profissão docente de modo contínuo, consistente e coerente com todas as experiências de aprendizagem dos professores em formação;
- III. Integração entre a teoria e a prática, tanto no que se refere aos conhecimentos pedagógicos e didáticos, quanto aos conhecimentos específicos da área do conhecimento ou do componente curricular a ser ministrado;
- IV. Centralidade da prática por meio de estágios que enfoquem o planejamento, a regência e a avaliação de aula, sob a mentoria de professores ou coordenadores experientes da escola campo do estágio.
- V. Estabelecimento de parcerias formalizadas entre as escolas, as redes ou os sistemas de ensino e as instituições locais para o planejamento, a execução e a avaliação conjunta das atividades práticas previstas na formação do licenciando;
- VI. Aproveitamento dos tempos e espaços da prática nas áreas do conhecimento, nos componentes ou nos campos de experiência, para efetivar o compromisso com as metodologias inovadoras e os projetos interdisciplinares, flexibilização curricular, construção de itinerários formativos, projeto de vida dos estudantes, dentre outros;
- VII. Adoção de uma perspectiva intercultural de valorização da história, da cultura e das artes nacionais, bem como das contribuições das etnias que constituem a nacionalidade brasileira.

Os cursos de licenciatura do IFPI destinados à Formação de Professores para a Educação Básica e suas modalidades têm como fundamentos pedagógicos:

- I. O desenvolvimento de competência de leitura e produção de textos em Língua Portuguesa e domínio da norma culta;

- II. O compromisso com as metodologias inovadoras e com outras dinâmicas formativas, que propiciem ao futuro professor aprendizagens significativas e contextualizadas em uma abordagem didático-metodológica alinhada com a BNCC, visando ao desenvolvimento da autonomia, da capacidade de resolução de problemas, dos processos investigativos e criativos, do exercício do trabalho coletivo e interdisciplinar, da análise dos desafios da vida cotidiana e em sociedade e das possibilidades de suas soluções práticas;
- III. A conexão entre o ensino e a pesquisa com centralidade no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que ensinar requer, tanto dispor de conhecimentos e mobilizá-los para a ação, como compreender o processo de construção do conhecimento;
- IV. O emprego pedagógico das inovações e linguagens digitais como recurso para o desenvolvimento, pelos professores em formação, de competências sintonizadas com as previstas na BNCC e com o mundo contemporâneo;
- V. A avaliação como parte integrante do processo da formação, que possibilite o diagnóstico de lacunas e a aferição dos resultados alcançados, consideradas as competências a serem constituídas e a identificação das mudanças de percurso que se fizerem necessárias;
- VI. A apropriação de conhecimentos relativos à gestão educacional no que se refere ao trabalho cotidiano necessário à prática docente, às relações com os pares e à vida profissional no contexto escolar;
- VII. O reconhecimento da escola de Educação Básica como lugar privilegiado da formação inicial do professor, da sua prática e da sua pesquisa;
- VIII. O compromisso com a educação integral dos professores em formação, visando à constituição de conhecimentos, de competências, de habilidades, de valores e de formas de conduta que respeitem e valorizem a diversidade, os direitos humanos, a democracia e a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas; e
- IX. As decisões pedagógicas com base em evidências.

Atendendo os princípios norteadores e fundamentos pedagógicos descritos anteriormente, o Curso de Licenciatura em Letras Espanhol e Literatura Hispânica do IFPI possui uma carga horária total de 3.300 (três mil e trezentas) horas, destinada à apreensão dos conhecimentos teóricos e práticos da docência, e de sua área específica de conhecimento, bem como às atividades de extensão curricularizadas. A carga horária mencionada está organizada em 8 (oito) módulos semestrais, cujos componentes curriculares independentemente da sua estruturação em parte teórica e prática, possuem carga horária múltipla de 20 (vinte) horas.

2.5 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Com a intenção de promover a interação transformadora entre instituições de ensino superior e outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa, a Resolução CNE/CES 7/2018 prevê em seu artigo 4º que as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos.

A referida normativa apresenta as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regimenta o que está disposto no Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014, para o decênio 2014-2024 que, em sua meta 12, estratégia 12.7, prevê assegurar a destinação de, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

O IFPI regulamentou internamente a matéria, por meio da Resolução Normativa 131/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 25 de abril de 2022, que estabelece as Diretrizes para a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

A extensão é um processo educativo e formativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre as instituições e a sociedade, levando em consideração a territorialidade. É entendida como prática acadêmica que interliga os Institutos Federais nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da população, como forma de consolidar a formação de um profissional cidadão e se credenciar junto à sociedade como espaço privilegiado de produção e difusão do conhecimento na busca da superação das desigualdades sociais.

No IFPI a extensão é concebida como uma práxis que possibilita o acesso aos saberes produzidos e às experiências acadêmicas, oportunizando, dessa forma, o usufruto direto e indireto desses saberes e experiências, por parte de diversos segmentos sociais, de modo a beneficiar a consolidação e o fortalecimento dos arranjos socioprodutivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural.

São objetivos da curricularização da extensão no âmbito do IFPI:

- I. Garantir o percentual mínimo de 10% (dez por cento) da carga horária obrigatória de todos os cursos de graduação em atividades curriculares de extensão;
- II. Incentivar o desenvolvimento de atividades curriculares de extensão nos demais cursos ofertados, ressignificando-os;
- III. Fomentar o desenvolvimento pessoal e profissional por meio do protagonismo dos estudantes;
- IV. Promover interação dialógica com a comunidade e os contextos locais, por meio dos cursos ofertados pela RFEPCT, ressignificando-os;
- V. Promover a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão;
- VI. Garantir, prioritariamente, a organicidade da curricularização da extensão, isto é, as atividades de extensão desenvolvidas nos componentes curriculares, como proposta prevista no PPC dos cursos de graduação do IFPI;
- VII. Ampliar os impactos social e acadêmico dos cursos de graduação;
- VIII. Buscar formação e atuação transdisciplinar e interprofissional; e
- IX. Garantir atividades de extensão de forma orgânica, permanente e articulada.

São modalidades de atividades de extensão curricularizadas:

- I. Programas;
- II. Projetos;
- III. Cursos e oficinas;
- IV. Eventos; e
- V. Prestação de serviços.

Não são consideradas atividades curriculares de extensão, para fins de creditação curricular:

- I. Estágios curriculares;
- II. Projeto integrador como componente curricular (quando constar no currículo);
- III. Aulas de campo, visitas técnicas, científicas ou culturais;
- IV. Atividades práticas do curso;
- V. Atividades complementares;
- VI. Iniciação científica;
- VII. Iniciação à docência;
- VIII. Monitorias e tutorias.

No IFPI a curricularização da extensão estará presente no currículo das Licenciaturas no formato de componentes curriculares específicos de extensão, de acordo com o definido na Resolução Normativa 131/2022 - CONSUP/IFPI, de 25 de abril de 2022, e na NOTA TÉCNICA 6/2022 - PROEN/REI/IFPI, de 9 de setembro de 2022, ou documentação vigente análoga mais recente. Os critérios de avaliação destes componentes curriculares são determinados pela Organização Didática vigente.

2.6 ATIVIDADES COMPLEMENTARES (AC)

As Atividades Complementares constituem experiências educativas que visam à ampliação do universo cultural dos alunos e ao desenvolvimento da sua capacidade de produzir significados e interpretações sobre as questões sociais, de modo a potencializar a qualidade da ação educativa.

São consideradas como Atividades Complementares as experiências adquiridas pelos alunos, durante o curso, em espaços educacionais diversos, nas diferentes tecnologias, no espaço da produção, no campo científico e no campo da vivência social. Tais atividades devem considerar sua diversidade, formas de aproveitamento alinhadas ao perfil do egresso e competências estabelecidas nas diretrizes nacionais.

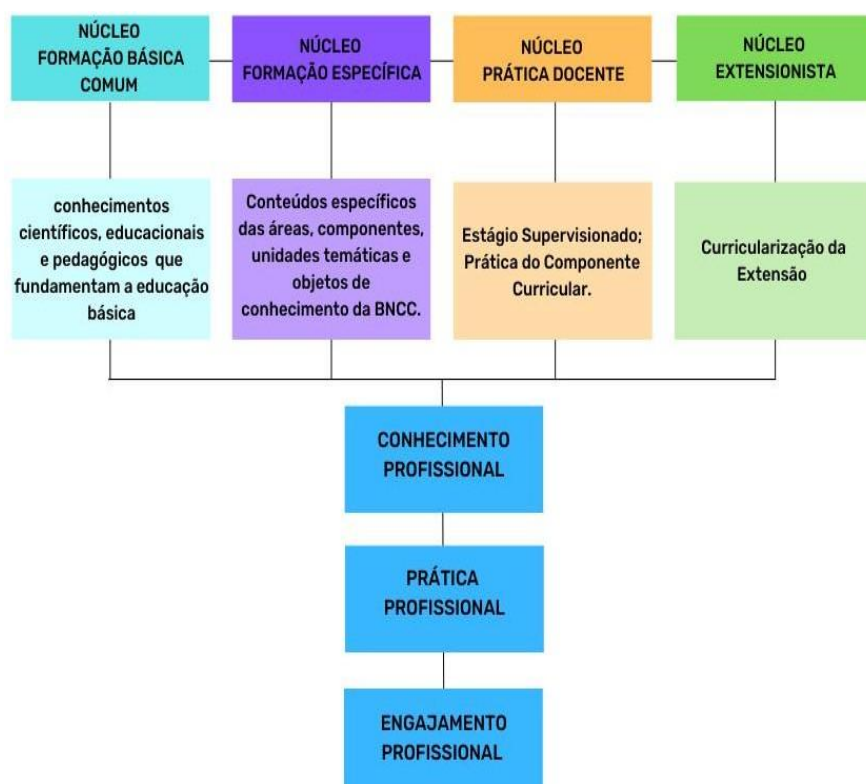
São exemplos de Atividades Complementares: projetos de pesquisa, monitoria, iniciação científica, projetos de extensão, módulos temáticos, seminários, simpósios, congressos, conferências e até disciplinas oferecidas por outras instituições de ensino, entre outras.

Nos cursos de Licenciatura do IFPI, a carga horária destinada às Atividades Complementares será de no máximo 100 (cem) horas e deverá ser cumprida pelos estudantes ao longo do percurso formativo. A validação, computação e registro das horas serão efetuados mediante comprovação por parte do aluno com base em certificados ou declarações, em conformidade com normativas específicas da instituição para esta finalidade. A documentação comprobatória será analisada pelo colegiado do curso.

2.7 ESTRUTURA E CONTEÚDOS CURRICULARES

A estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Letras Espanhol e Literatura Hispânica, em consonância com a Resolução Nº 2 do CNE/CP de 20 de dezembro de 2019, com a LDB nº 9.394/96 e com as DCN para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a educação básica e suas modalidades, está organizada em três dimensões fundamentais (conhecimento profissional, prática profissional e engajamento profissional) que comportam as componentes curriculares do curso. O desenho curricular do curso de Licenciatura em Letras/Português, aqui proposto, toma como base a legislação mencionada e integra seus componentes curriculares em 4 (quatro) núcleos, dispostos conforme o organograma e quadro mostrados a seguir.

Figura 01 - Diagrama para a estrutura e organização curricular do Curso de Licenciatura em Letras Espanhol e Literatura Hispânica na modalidade EaD do IFPI.



Quadro 01 - Distribuição das componentes curriculares do Curso de Licenciatura em Letras Espanhol e Literatura Hispânica Licenciatura na modalidade EaD do IFPI por semestre.

MÓDULO	DISCIPLINA	CÓDIGO	CHT	CHP	CH	PRÉ-REQ
I	Educação Aberta e a distância	BAS1	40	0	40	SP
I	Profissionalização docente	BAS2	40	0	40	SP
I	Metodologia Científica	BAS3	40	0	40	SP
I	Língua esp em Língua Espanhola	ESP1	60	0	60	SP
I	Leitura e Produção textual	BAS4	40	0	40	SP
I	Língua Espanhola I -História	ESP2	60	0	60	SP
I	Ingles Instrumental	ESP3	40	0	40	SP
I	Fundamentos e Metodologia de Extensão no Ensino superior	EXT1	40	0	40	SP
Subtotal		-	360	0	360	-
II	Língua Espanhola II (Fonética e Fonologia)	ESP4	60	0	60	ESP2
II	Prática Oral em Língua Espanhola I	ESP5	60	20	80	SP
II	Teoria Literária	ESP6	40	20	60	SP
II	Politica e organização da Educação Brasileira	BAS5	40	0	40	SP
II	Tecnologia na educação	ESP7	40	0	40	SP
II	Filosofia da Educação	BAS6	40	0	40	SP
II	Sociologia da Educação	BAS7	40	0	40	SP
II	Planejamento Extensionista	EXT2	40	0	40	EXT1
Subtotal		-	360	40	400	-
III	Linguística Aplicada ao ensino de ELE	ESP8	60	0	60	SP
III	Língua Espanhola III – Ortografia e Pontuação	ESP9	40	20	60	SP
III	Prática Oral em Língua Espanhola II	ESP10	40	0	40	ESP5
III	Literatura Espanhola I	ESP11	60	0	60	SP
III	Compreensão e Expressão Escrita em Língua Espanhola	ESP12	60	0	60	SP
III	Psicologia da Educação	BAS8	60	20	80	SP
III	Ciclo Extensionista 1-A	EXT3	60	0	60	EXT2

Subtotal		-	380	40	420	-
IV	Educação Especial e Inclusiva	BAS9	60	20	80	BAS10
IV	Língua Espanhola IV -Aspectos Morfossintáticos I	ESP13	40	20	60	ESP8
IV	Prática Oral em Língua Espanhola IV	ESP14	40	0	40	ESP9
IV	Metodologia ao ensino da Língua Espanhola	ESP15	40	0	40	SP
IV	Literatura Hispano - Americana I	ESP16	60	0	60	SP
IV	Gestão e Organização Escolar	BAS10	40	20	60	BAS8
IV	Ciclo Extensionista 1-B	EXT4	60	0	60	EXT3
Subtotal		-	340	60	400	-
V	Língua Espanhola V -Aspectos Morfossintáticos II	ESP17	40	20	60	ESP12
V	Literatura Hispano - Americana II	ESP18	40	20	60	ESP15
V	Literatura Espanhola II	ESP19	40	20	60	ESP10
V	Didática	BAS11	60	0	60	SP
V	Ciclo Extensionista 2-A	EXT5	60	0	60	EXT4
V	Estágio Supervisionado I	PRAT1	0	100	100	SP
Subtotal		-	240	160	400	-
VI	Didática da Língua e Literatura Hispânica	ESP20	40	0	40	SP
VI	Análise e produção de material didático da Língua Espanhola	ESP21	40	20	60	SP
VI	Língua Espanhola VI (Aspectos Morfossintáticos III)	ESP22	40	20	60	ESP16
VI	Literatura Hispano - Americana III	ESP23	40	20	60	ESP17
VI	Literatura Espanhola III	ESP24	40	0	40	ESP18
VI	Ciclo Extensionista 2-B	EXT6	60	0	60	EXT5
VI	Estágio Supervisionado II	PRAT2	0	100	100	PRAT1
Subtotal		-	260	160	420	-
VII	Língua Espanhola VII (Semântica e Lexicologia)-	ESP25	40	20	60	ESP20
VII	Literatura contemporânea da Língua Espanhola	ESP26	40	20	60	SP
VII	Libras	BAS12	60	20	80	SP

VII	Trabalho de Conclusão de Curso I	ESP27	40	20	60	PRAT2
VII	Educação das Relações Étnico-raciais afrodiáspora	BAS13	40	0	40	SP
VII	Estágio Supervisionado III	PRA3	0	100	100	PRA2
Subtotal		-	220	180	400	-
VIII	Literatura e cultura afro- hispano-americana e indígena	ESP28	40	20	60	SP
VIII	Letramentos, produção e análise de textos multimodais em espanhol	ESP29	40	20	60	SP
VIII	Avaliação da Aprendizagem	BAS14	40	0	40	BAS13
VIII	Educação profissional e tecnológica	BAS15	40	0	40	SP
VIII	Educação de jovens e adultos	BAS17	40	20	60	SP
VIII	Trabalho de Conclusão de Curso II	ESP30	40		40	ESP20
VIII	Estágio Supervisionado IV	PRA4	0	100	100	PRA3
Subtotal		-	240	160	400	-
TOTAL			2400	800	3200	-
Atividades complementares		-	-		100	-
Total Geral		-	-	-	3300	-

Fonte: Comissão de elaboração do PCC

Quadro 2: Componentes Curriculares

EIXO	DIMENSÃO	COMPONENTE CURRICULAR		T	P	CT
Grupo I	Disciplinas Base Comum	BAS1	Educação Aberta e a distância	40	0	40
		BAS2	Profissionalização docente	40	0	40
		BAS3	Metodologia Científica	40	0	40
		BAS4	Leitura e Produção textual	40	0	40
		BAS5	Política e organização da Educação Brasileira	40	0	40
		BAS6	Filosofia da Educação	40	0	40
		BAS7	Sociologia da Educação	40	0	40
		BAS8	Psicologia da Educação	60	20	80
		BAS9	Educação Especial e Inclusiva	60	20	80
		BAS10	Gestão e Organização Escolar	40	20	60
		BAS11	Didática	60	0	60
		BAS12	Libras	60	20	80
		BAS13	Educação das Relações Étnico-raciais afrodiáspora	40	0	40
		BAS14	Avaliação da Aprendizagem	40	0	40
		BAS15	Educação profissional e tecnológica	40	0	40

		BAS16	Educação de jovens e adultos	40	20	60
			SUB TOTAL	720		
Grupo II	Disciplinas específicas	ESP1	Prática Oral em Língua Espanhola	60	0	60
		ESP2	Língua Espanhola I -História	60	0	60
		ESP3	Ingles Instrumental	40	0	40
		ESP4	Língua Espanhola II (Fonética e Fonologia)	60	0	60
		ESP5	Prática Oral em Língua Espanhola I	60	20	80
		ESP7	Tecnologia na educação	40	0	40
		ESP6	Teoria Literária	40	20	60
		ESP8	Linguística Aplicada ao ensino de ELE	60	0	60
		ESP9	Língua Espanhola III – Ortografia e Pontuação	40	20	60
		ESP10	Prática Oral em Língua Espanhola II	40	0	40
		ESP11	Literatura Espanhola I	60	0	60
		ESP12	Compreensão e Expressão Escrita em Língua Espanhola	60	0	60
		ESP13	Língua Espanhola IV -Aspectos Morfossintáticos I	40	20	60
		ESP14	Prática Oral em Língua Espanhola IV	40	0	40
		ESP15	Metodologia ao ensino da Língua Espanhola	40	0	40
		ESP16	Literatura Hispano - Americana I	60	0	60
		ESP17	Língua Espanhola V -Aspectos Morfossintáticos II	40	20	60
		ESP18	Literatura Hispano - Americana II	40	20	60
		ESP19	Literatura Espanhola II	40	20	60
		ESP20	Didática da Língua e Literatura Hispânica	40	0	40
		ESP21	Análise e produção de material didático da Língua Espanhola	40	20	60
		ESP22	Língua Espanhola VI (Aspectos Morfossintáticos III)	40	20	60
		ESP23	Literatura Hispano - Americana III	40	20	60
		ESP24	Literatura Espanhola III	40	0	40
		ESP25	Língua Espanhola VII (Semântica e Lexicologia)-	40	20	60
		ESP26	Literatura contemporânea da Língua Espanhola	40	20	60
		ESP27	Trabalho de Conclusão de Curso I	40	20	60
		ESP28	Literatura e cultura afro- hispano-americana e indígena	40	20	60
		ESP29	Letramentos, produção e análise de textos multimodais em espanhol	40	20	60
		ESP30	Trabalho de Conclusão de Curso II	40	0	40
			TOTAL	1360	400	
Grupo III	Prática Pedagógica	PRAT1	Estágio Supervisionado I	100		
		PRAT2	Estágio Supervisionado II	100		
		PRAT3	Estágio Supervisionado II	100		
		PRAT4	Estágio Supervisionado IV	100		

		PCC	Temas diversos	400		
			SUBTOTAL	800		
Grupo IV	Curricularização da Extensão	EXT1	Fundamentos e Metodologia de Extensão no Ensino superior	40		
		EXT2	Planejamento Extensionista	40		
		EXT3	Ciclo Extensionista 1-A	60		
		EXT4	Ciclo Extensionista 1-B	60		
		EXT5	Ciclo Extensionista 2-A	60		
		EXT6	Ciclo Extensionista 2-B	60		
			SUB TOTAL	320		

Fonte: Comissão de elaboração do PCC

No Núcleo da Formação Básica Comum, são tratadas as seguintes temáticas:

I. Currículos e seus marcos legais

a) LDB, devendo ser destacado o art. 26-A;

b) Diretrizes Curriculares Nacionais;

c) BNCC: introdução, fundamentos e estrutura;

d) currículos estaduais, municipais e/ou da escola em que trabalha.

II. Didática e seus fundamentos:

a) compreensão da natureza do conhecimento e reconhecimento da importância de sua contextualização na realidade da escola e dos estudantes;

b) visão ampla do processo formativo e socioemocional como relevante para o desenvolvimento, nos estudantes, das competências e habilidades para sua vida;

c) manejo dos ritmos, espaços e tempos para dinamizar o trabalho de sala de aula e motivar os estudantes;

d) elaboração e aplicação dos procedimentos de avaliação de forma que subsidiem e garantam efetivamente os processos progressivos de aprendizagem e de recuperação contínua dos estudantes;

e) realização de trabalho e projetos que favoreçam as atividades de aprendizagem colaborativa;

f) e compreensão básica dos fenômenos digitais e do pensamento computacional, bem como de suas implicações nos processos de ensino-aprendizagem na contemporaneidade.

III. Metodologias, práticas de ensino ou didáticas específicas dos conteúdos a serem ensinados, devendo ser considerado o desenvolvimento dos estudantes, que possibilitem o domínio pedagógico do conteúdo, bem como a gestão e o planejamento do processo de ensino e de aprendizagem;

IV. Gestão escolar com especial ênfase nas questões relativas ao projeto pedagógico da escola, ao regimento escolar, aos planos de trabalho anual, aos colegiados, aos auxiliares da escola e às famílias dos estudantes;

V. Marcos legais, conhecimentos e conceitos básicos da educação especial, das propostas e projetos para o atendimento dos estudantes com deficiência e necessidades especiais;

VI. Interpretação e utilização, na prática docente, dos indicadores e das informações presentes nas avaliações do desempenho escolar, realizadas pelo mec e pelas secretarias de educação;

VII. Desenvolvimento acadêmico e profissional próprio, por meio do comprometimento com a escola e participação em processos formativos de melhoria das relações interpessoais para o aperfeiçoamento integral de todos os envolvidos no trabalho escolar;

VIII. Conhecimento da cultura da escola, o que pode facilitar a mediação dos conflitos;

IX. Compreensão dos fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos; das ideias e das práticas pedagógicas; da concepção da escola como instituição e de seu papel na sociedade; e da concepção do papel social do professor;

X. Conhecimento das grandes vertentes teóricas que explicam os processos de desenvolvimento e de aprendizagem para melhor compreender as dimensões cognitivas, sociais, afetivas e físicas, suas implicações na vida das crianças e adolescentes e de suas interações com seu meio sociocultural;

XI. Conhecimento sobre como as pessoas aprendem, compreensão e aplicação desse conhecimento para melhorar a prática docente;

XII. Entendimento sobre o sistema educacional brasileiro, sua evolução histórica e suas políticas, para fundamentar a análise da educação escolar no país, bem como possibilitar ao futuro professor compreender o contexto no qual exercerá sua prática;

XIII. Compreensão dos contextos socioculturais dos estudantes e dos seus

territórios educativos.

O núcleo de formação específica destinado à aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da bncc, e para o domínio pedagógico desses conteúdo. O núcleo de formação específica contempla ainda as seguintes temáticas:

I. Compreensão do conhecimento pedagógico do conteúdo proposto para o curso e da vivência dos estudantes com esse conteúdo;

II. Vivência, aprendizagem e utilização da linguagem digital em situações de ensino e de aprendizagem na educação especial inclusiva;

III. Resolução de problemas, engajamento em processos investigativos de aprendizagem, atividades de mediação e intervenção na realidade, realização de projetos e trabalhos coletivos, e adoção de outras estratégias que propiciem o contato prático com o mundo da educação e da escola;

IV. Articulação entre as atividades práticas realizadas na escola e na sala de aula com as que serão efetivadas durante o estágio supervisionado;

V. Vivência e aprendizagem de metodologias e estratégias que desenvolvam, nos estudantes, a criatividade e a inovação, devendo ser considerada a diversidade como recurso enriquecedor da aprendizagem;

VI. Alfabetização, domínio de seus fundamentos e domínio pedagógico dos processos e das aprendizagens envolvidas, com centralidade nos resultados quanto à fluência em leitura, à compreensão de textos e à produção de escrita das crianças, dos jovens e dos adultos;

VII. Articulação entre os conteúdos das áreas e os componentes da bncc-formação com os fundamentos políticos referentes à equidade, à igualdade e à compreensão do compromisso do professor com o conteúdo a ser aprendido;

VIII. Engajamento com sua formação e seu desenvolvimento profissional, participação e comprometimento com a escola, com as relações interpessoais, sociais e emocionais.

O Núcleo de Prática Pedagógica possui carga horária de 800 (oitocentas) horas destinadas exclusivamente à prática pedagógica docente. Essa carga horária está intrinsecamente articulada, desde o primeiro ano do curso, através da prática prevista nos componentes curriculares e do estágio supervisionado, ocorrendo ao longo do processo formativo e durante toda a duração do curso, desde o início até sua integralização.

A carga horária do Núcleo de Prática Pedagógica está dividida da seguinte forma: 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola; e 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Núcleos de Formação Básica Comum e Formação Específica, distribuídos ao longo do curso, desde o seu início, conforme previsto nos programas de disciplina.

O processo instaurador do estágio supervisionado deve ser efetivado mediante o prévio ajuste formal entre o IFPI e a instituição associada ou conveniada, com preferência para as escolas e as instituições públicas, nos termos das normativas internas e externas que regulamentam a matéria. A carga horária do estágio supervisionado é dividida em quatro componentes curriculares de 100 (cem) horas cada, dispostas de acordo com a Resolução Normativa 93/2021 CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 18 de novembro de 2021, ou sua substitutiva.

O quantitativo de horas destinado para a realização da prática pedagógica do componente curricular deve adicionado à carga horária do componente curricular, no campo “carga horária prática” do respectivo programa de disciplina. De acordo com a Nota Técnica nº 4/2022 PROEN/REI/IFPI, de 15 de julho de 2022, das 400 (quatrocentas) horas do Núcleo de Prática Pedagógica, 80 horas são obrigatoriamente destinadas para os componentes curriculares de instrumentação para o ensino fundamental (40 horas), e Instrumentação para o Ensino Médio (40 horas) na área específica do curso, de modo a proporcionar experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Todas as vivências e aprendizagens da prática pedagógica do componente curricular devem ser registradas no portfólio do estudante, o que permite que o estudante vivencie reflexivamente o seu próprio percurso formativo.

O Núcleo de Prática Extensionista possui carga horária de 320 (trezentas e vinte) horas que são destinadas às atividades de extensão curricularizadas, em conformidade com a Resolução Normativa nº 131 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 25 de abril de 2022, em atendimento ao disposto na meta 12.7 do Plano Nacional de Educação, Lei 13.005/2014, que determina que o mínimo de 10% (dez por cento) da carga horária curricular obrigatória dos cursos de graduação deve ser integralizado por meio de atividades de extensão. Essa carga horária consta no currículo no formato de componentes curriculares específicos de extensão e contemplam temas relacionados à fundamentação, planejamento e execução de projetos e/ou programas de extensão.

Os conteúdos curriculares (ementas) e as bibliografias (básica e complementar) de

cada componente estão descritos no Anexo I deste documento.

2.8 METODOLOGIA

Para o cumprimento dos itens que compõem o perfil do profissional que a Instituição deseja formar são observados os preceitos legais sobre a formação docente e são levadas em consideração as características específicas dos discentes, seus interesses, condições de vida e de trabalho, além de observar os seus conhecimentos prévios, orientando-os na (re)construção dos conhecimentos escolares, bem como na especificidade do curso. Em razão disso, faz-se necessária à adoção de procedimentos didático-pedagógicos que possam auxiliá-los nas suas construções intelectuais e procedimentais.

De acordo com o PDI do IFPI, os princípios fundamentais que orientam as atividades pedagógicas dos cursos de licenciatura no âmbito do IFPI são:

- **indissociabilidade:** desenvolvimento de atividades de ensino, de extensão e de pesquisa integradas às atividades formais pertinentes ao conteúdo curricular. Isso significa que toda atividade de extensão e de pesquisa deve ser desenvolvida como parte das atividades curriculares previstas nos cursos, tendo sua carga horária e avaliação computadas nos componentes curriculares envolvidos;
- **interdisciplinaridade:** integração de conteúdos no desenvolvimento de estudo de um determinado tema ou eixo conceitual, tendo sua carga horária e avaliação computadas nos componentes curriculares envolvidos;
- **formação integrada à realidade social:** aliada à sólida formação teórica. O IFPI se obriga à formação do cidadão, integrando os conteúdos à realidade social vigente, ressaltando as políticas de inclusão, a igualdade de acesso e o respeito às diferenças econômico-sociais e àqueles referentes às pessoas com deficiência (PCD), tomando essas diferenças como parte das características que dão unidade a seu trabalho;
- **articulação teoria-prática:** superação da dicotomia teoria prática, realizada, prioritariamente, nas atividades curriculares e de extensão.

A partir desses princípios, cabe ao professor decidir sobre os procedimentos didático- metodológicos mais adequados a serem adotados em sua prática docente, na perspectiva de atender à proposta pedagógica do curso, buscando a eficácia do processo ensino aprendizagem e tendo clareza sobre a importância e viabilidade destes recursos como exemplos a serem seguidos pelos futuros professores.

Os componentes curriculares do curso de Licenciatura em Letras/Português são construídos de forma a articular o desenvolvimento da formação do licenciado através da união de áreas específicas do conhecimento com uma sólida formação na área pedagógica e também uma grande participação em sala de aula, propiciando assim que o futuro professor esteja preparado para exercer a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio em que a ação educativa se faça necessária.

A presença de componentes curriculares da base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da Base Nacional Curricular Comum-BNCC, asseguram que a formação do Licenciado em Letras Português do Instituto Federal do Piauí aconteça de forma a articular os diferentes saberes necessários à formação por meio das práticas pedagógicas.

Neste sentido, a Prática Pedagógica deve estar intrinsecamente articulada, desde o primeiro ano do curso, com os estudos e com a prática previsto no componentes curriculares. As ementas destas disciplinas, assim como a sequência conceitual adotada, permitem além da articulação e a interlocução entre as disciplinas dos diferentes núcleos, a interdisciplinaridade.

O desenvolvimento das práticas se dará por meio da articulação dos temas afins das disciplinas do módulo e uma abordagem com ênfase na educação inclusiva a ser trabalhada através de diferentes estratégias didáticas que viabilizem o desenvolvimento de competências e habilidades teórico-práticas. As estratégias a serem desenvolvidas envolvem a participação em pesquisas educacionais e de realidades locais, elaboração de material didático, intervenções diretas com os alunos, famílias e professores. Entre outras A definição dessas atividades é efetuada conjuntamente por estudantes e professores dos diversos componentes curriculares, a partir de sugestões das partes envolvidas. As reflexões acerca da educação inclusiva, acessibilidade, dificuldades de aprendizagem, necessidades educacionais específicas, tecnologia assistiva, direitos humanos, entre outras, poderão perpassar em todos os módulos, reforçando a conscientização e formação para a valorização das diferenças.

A estrutura de tutoria, bem como as relações numéricas tutor/estudante, número de professores/hora disponíveis para o desenvolvimento da aprendizagem obedecerão aos critérios de suficiência e adequação, de acordo com o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do MEC e com a legislação da UAB/CAPES.

Estão previstas as atividades presenciais abaixo listadas, que poderão ser

acrescidas de outras que se façam necessárias, de acordo com as características de cada componente curricular: (a) apresentação das ferramentas de informática com as quais os professores e estudantes irão interagir e trabalhar no decorrer do Curso; (b) encontros presenciais a serem realizadas no decorrer dos semestres do Curso, no mínimo (2) a cada mês por disciplina. Haverá, no mínimo, um (1) encontro presencial para fins avaliativos, para cada uma das disciplinas seguindo a orientação do Decreto nº 9.057/2017:

Art. 4º As atividades presenciais, como tutorias, avaliações, estágios, práticas profissionais e de laboratório e defesa de trabalhos, previstas nos projetos pedagógicos ou de desenvolvimento da instituição de ensino e do curso, serão realizadas na sede da instituição de ensino, nos polos de educação a distância ou em ambiente profissional, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais. Os momentos presenciais serão acompanhados preferencialmente pelo tutor presencial do respectivo curso sem a obrigatoriedade da presença física do professor da disciplina (BRASIL, 2017).

Com relação à acessibilidade de pessoas com necessidades especiais, em cumprimento aos Decretos nº 5.296/04 e nº 5.626/05, complementados pelas normas da ABNT que propõem o acesso e permanência dos alunos com deficiência na graduação e pós-graduação, este Curso, juntamente com a Coordenação do Polo e a Coordenação UAB/IFPI viabilizará:

- Acessibilidade à comunicação de alunos com deficiência nas atividades acadêmicas;
- Equipamentos e materiais didáticos específicos aos alunos com deficiência;
- Adaptação de mobiliários e ambientes físicos da instituição;
- Capacitação de professores e técnicos para atuarem com alunos deficientes;
- Curso de LIBRAS ao pessoal especializado que atuará com os alunos surdos; - tradutor intérprete de LIBRAS para alunos surdos;
- Outras providências que se fizerem necessárias aos alunos com deficiências.

2.9 AMBIENTE VIRTUAL DE ENSINO-APRENDIZAGEM – (PLATAFORMA MOODLE)

O curso será desenvolvido na modalidade a distância com encontros e atividades presenciais seguindo as exigências do Decreto nº 9.057/2017. Atendendo à indicação do MEC, o IFPI recomenda a utilização de software livre para os cursos a

distância. Contará com uma equipe multidisciplinar para desenvolver os serviços básicos de produção, editoração, publicação de materiais impressos; produção e disponibilização de materiais online; transmissão de videoconferências, docência, tutoria, secretaria, coordenação de polos, gestão de infraestrutura física e de ambiente on-line. A organização desta equipe atende aos padrões básicos definidos pela instituição.

O curso será disponibilizado em um Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (Plataforma Moodle) que permita a associação de uma variada gama de ferramentas (recursos educacionais e atividades de estudo), baseada na construção social do conhecimento, mediado pelas interações em rede.

A organização didático-metodológica será elaborada pelo docente, em consonância com as premissas deste PPC e de acordo com os objetivos de cada disciplina, frente às necessidades do grupo de estudantes.

O Curso trabalhará com as possibilidades oferecidas pela comunicação síncrona e assíncrona. A comunicação assíncrona se refere à interação que ocorrerá entre os alunos e entre os alunos e professores, mediado por um AVEA (Plataforma Moodle) e de forma temporal diferente. Neste tipo de comunicação existe a vantagem da elasticidade temporal, uma vez que, o aluno pode gerir o seu tempo, desde que seja respeitado o cronograma do curso. Essa interação pode se utilizar de recursos como correio eletrônico, fórum, dentre outros, que permitam a interação em momentos diferentes.

A comunicação síncrona refere-se à interação em tempo real, ou seja, a comunicação entre os alunos, e entre alunos e professor é realizada através da utilização de recursos tecnológicos síncronos, tais como os bate-papos, a videoconferência ou webconferência, os quais ocorrem em um mesmo tempo temporal a ser previamente disposto no Plano de Disciplina.

Assim, haverá no Curso de Licenciatura em Letras Espanhol e Literatura Hispânica, na modalidade EaD, a utilização conjunta destas duas formas de comunicação e que será disponibilizada em ambiente virtual (Plataforma Moodle) permitindo aos alunos, professores e tutores: comentar as aulas, discutir temas relacionados às disciplinas em andamento nos fóruns, enviar sua atividade ao professor, compartilhar trabalhos e experiências realizadas pela turma, acessar ementas e material do curso em um único espaço.

Poderão ainda ser previstos no curso mecanismos de colaboração e aprendizagem em grupo como fóruns especializados por área do conhecimento.

Para a produção das vídeoaulas e videoconferências o curso poderá contar com

a estrutura dos estúdios de TV já existentes nos *campi* do IFPI, bem como o apoio dos Polos UAB.

Nesse contexto, o AVEA a ser utilizado deve oferecer oportunidades de interação síncronas e assíncronas, cabendo ao docente organizar didático-metodologicamente as unidades temáticas do programa da disciplina. Para um melhor aproveitamento das metodologias de EaD, explicita-se as mídias que serão produzidas/reproduzidas no material didático, considerando as diferentes especificidades tecnológicas propostas pelos Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância (BRASIL, 2007), bem como os princípios orientadores sobre as questões de acessibilidade para a web no Brasil, disponíveis em <<http://www.acessobrasil.org.br/index.php?itemid=44>>. Além disso, explicitamos que toda a produção de material didático do curso será disponibilizada nas bibliotecas dos polos de EaD onde o curso será ofertado, sob a forma de mídia ou impresso (em casos específicos), bem como em repositórios de Recursos Educacionais Abertos.

O Material Didático, tanto do ponto de vista da abordagem do conteúdo, quanto da forma, deve estar concebido de acordo com os princípios epistemológicos, metodológicos e políticos explicitados no PPC e na BNC- Formação- Base Nacional Comum para a Formação de Professores da Educação Básica, de modo a facilitar a construção do conhecimento e mediar a interlocução entre estudante e professor, devendo passar por rigoroso processo de avaliação prévia (pré-testagem), com o objetivo de identificar necessidades de ajustes, visando ao seu aperfeiçoamento. O material didático deve desenvolver habilidades e competências específicas, recorrendo a um conjunto de mídias compatíveis com a proposta e com o contexto socioeconômico do público-alvo.

As tecnologias de informação e comunicação (TIC) permitirão que o público alvo tenha acesso às linguagens e mídias compatíveis com o projeto e com o contexto socioeconômico dos mesmos. No AVEA a ser utilizado deve contar as seguintes ferramentas e recursos: fórum de discussão, portfólio, chat ou bate-papo, biblioteca, agenda, dentre outros, que permitam a interação entre todo o grupo envolvido.

ATIVIDADES DE ESTUDO NO AVEA :

São elas:

Fórum de Discussão: esta ferramenta propiciará a interatividade entre educando, tutores e professores, oferecendo maiores condições aos participantes para se conhecerem, trocarem experiências e debaterem temas pertinentes. Nesse espaço, os educandos poderão elaborar e expor suas ideias e opiniões, possibilitando as intervenções dos professores e dos próprios colegas, com o intuito de instigar a reflexão e aprimoramento do trabalho em desenvolvimento, visando à formalização de conceitos, bem como a construção do conhecimento.

Blog (diário): poderá ser utilizado individualmente ou em grupo, propiciando um espaço importante para a socialização das atividades ou projetos desenvolvidos ao longo do processo de formação. Assim, a aprendizagem estará centrada na possibilidade do educando poder receber o feedback sobre aquilo que está produzindo e/ou construindo.

Chat ou Bate-Papo: possibilitará oportunidades de interação em tempo real entre os participantes, tornando-se criativo e construído coletivamente, podendo gerar ideias e temas para serem estudados e aprofundados. No decorrer do Curso, pretende-se realizar reuniões virtuais, por meio desta ferramenta, com o intuito de diagnosticar as dificuldades e inquietações durante o desenvolvimento das atividades. Nesse sentido, além de esclarecer as dúvidas sincronicamente, caberá aos professores levar aos acadêmicos as diferentes formas de reflexão, contribuindo para a prática pedagógica do educando.

Biblioteca: local onde estarão disponíveis bibliografias, textos complementares, periódicos disponibilizados pelo IFPI, artigos e atividades, além de indicações de sites que tratam das diferentes temáticas abordadas pelas disciplinas ofertadas no Curso.

Agenda: todas as atividades propostas serão disponibilizadas nesta seção do ambiente. Esse recurso contribui para que o educando possa se manter envolvido com as atividades que serão realizadas durante todo o processo de formação. Dessa forma, será possível a realização das atividades em momentos agendados ou de livre escolha dos participantes. Nos momentos agendados, todos os participantes estarão trabalhando virtualmente em dias e horários pré-estabelecidos. Nos momentos de livre escolha os participantes organizarão o desenvolvimento das atividades de acordo com suas possibilidades. Os professores e tutores deverão acompanhar o desenvolvimento das atividades, disponibilizando as orientações necessárias e oferecendo apoio aos participantes. O uso do AVEA poderá ser complementado por atividades/encontros

presenciais em laboratórios e nos demais polos nos quais o Curso ocorrer, de acordo com a organização e planejamento do professor do componente curricular. A comunicação entre educandos, tutores e professores ocorrerá especialmente por meio do AVEA, como explicitado anteriormente. Tendo em vista que o IFPI dispõem de estúdios de TV, as ferramentas de videoconferência dos Polos também poderão ser utilizadas, explorando todo o seu potencial. Nessas estão incluídas as possibilidades de transmissão e/ou gravação de aulas e conferências por professores do corpo docente e de convidados especiais; de realização de reuniões síncronas a distância entre os tutores e estudantes, entre tutores e professores e entre os estudantes; bem como de interação entre os polos para troca de experiências.

Laboratório virtual de prática de ensino: Neste tópico serão desenvolvidas atividades que contemplem o desenvolvimento da técnica e transposição didática. A elaboração das vídeoaulas pelos alunos ocorrerá na disciplina de Tecnologias na Educação, as quais serão incorporados sucessivamente a um acervo contínuo e individual em que se consiga aferir o crescimento da habilidade e da técnica ao longo do desenvolvimento do curso.

2.10 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Em consonância com a concepção de avaliação preconizada na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei no 9394/96, a avaliação da aprendizagem no Curso de Licenciatura em Letras/ Português possui um caráter formativo, contínuo e cumulativo.

Nessa perspectiva, a Organização Didática do IFPI, definida pela Resolução 143/2022 CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI de 25 de agosto de 2022, em seus artigos 57, 58 e 59, dispõe que no processo avaliativo devem prevalecer os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, bem como o desempenho do aluno ao longo do período sobre os resultados de testes finais. No mesmo trecho determina que, além da verificação da acumulação de conhecimentos, o processo avaliativo visa também diagnosticar, orientar e reorientar a aquisição e o desenvolvimento de habilidades e atitudes pelos alunos, bem como a ressignificação do trabalho pedagógico.

Portanto, a sistemática de avaliação da aprendizagem adotada pelo IFPI considera as três funções da avaliação: diagnóstica, formativa e somativa. Nesse sentido, a avaliação da aprendizagem acontecerá de forma dinâmica e processual e, para isso, deverão ser utilizadas

atividades e instrumentos diversificados, tais como: observações contínuas e sistemáticas, trabalhos individuais e em grupos, elaboração e desenvolvimento de projetos de pesquisa e de intervenção na realidade escolar, seminários, provas escritas, relatórios, dentre outros.

A função somativa da avaliação, relacionada à definição de notas e conceitos está descrita no Capítulo XII, seção VII da referida Organização Didática. Em caso de atualização na Organização Didática deve ser considerado o documento mais recente em vigor.

2.11. *ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO*

- Concepção, objetivos e carga horária

O estágio supervisionado é o momento de integração entre teoria e prática durante o curso de formação de professor, além de ser um componente obrigatório da organização curricular das Licenciaturas, conforme artigo 61 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei no. 9.394/96, atualizado pela Lei no. 12.014/09. A legislação brasileira vigente que caracteriza e define o estágio curricular é pautada na Lei nº 11.788/08, e regulamentado pela Resolução No 093/2021 CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 18 de novembro de 2021.

No estágio, o professor construirá suas competências e identidade profissional a partir das relações entre sua pessoa e profissão, relacionando prática-teoria-prática para desenvolver autonomia, responsabilidade, decisão, e refletir a prática docente mediante a vivência de situações didáticas de observação-reflexão-ação.

O estágio supervisionado tem por objetivo propiciar aos discentes a complementação do processo de ensino-aprendizagem, em termos de atividades práticas, aperfeiçoamentos educacionais, artísticos, culturais, científicos e de relacionamento humano em diferentes campos de intervenção, orientadas, acompanhadas e supervisionadas pelos profissionais responsáveis pelo estágio. O estágio é uma etapa obrigatória dos cursos de Formação de Professores de acordo com as Resoluções CNE/CP nº 02/2019, de 20 de dezembro de 2019.

A prática docente, por meio do Estágio Supervisionado Obrigatório, acontece a partir da metade do curso, e constitui-se de 400 horas desenvolvidas através de componentes curriculares específicos, abrangendo os processos de observação, regência e socialização das experiências.

- Estrutura e funcionamento do estágio

O Estágio Supervisionado Obrigatório nos cursos de Licenciatura do IFPI ocorre em contexto escolar, espaços de formação ou instituições de Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, e suas modalidades, desde que as atividades desenvolvidas estejam articuladas às ementas de cada etapa do estágio. No curso de Licenciatura em Espanhol e Literatura Hispânica, o Estágio poderá ser desenvolvido em todas as etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e do Ensino Médio),

Nessa perspectiva as atividades referentes ao estágio são devidamente orientadas, acompanhadas e supervisionadas pelos seguintes profissionais: Professor Orientador do IFPI, responsável pelo componente curricular de estágio - Área específica ou pedagógica; Professor Supervisor do IFPI - Área específica e/ou pedagógica e Professor Titular da Escola Campo, em conformidade com o artigo 5º da referida resolução.

As atividades de estágio se caracterizam pelas situações efetivas do processo de ensino-aprendizagem nas áreas onde ocorrem a oferta nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio de acordo com cada etapa.

O Estágio Supervisionado Obrigatório está organizado conforme a matriz curricular para o curso de licenciatura da seguinte forma:

- Estágio Supervisionado I – 100 horas - 5º semestre;
- Estágio Supervisionado II – 100 horas – 6º semestre;
- Estágio Supervisionado III – 100 horas – 7º semestre
- Estágio Supervisionado IV – 100 horas – 8º semestre

O Estágio Supervisionado Obrigatório requer, no mínimo:

- I. Um discente regularmente matriculado no curso de Licenciatura do Campus e com frequência efetiva;
- II. Diretoria de Extensão ou Coordenação de Extensão e Serviço de Integração Empresa-Escola (SIE-E);
- III. Um professor do componente curricular de estágio supervisionado pertencente ao quadro de docentes do Campus, licenciado, ou com formação ou complementação pedagógica, ou pós-graduação;
- IV. Uma unidade concedente, onde o estágio supervisionado obrigatório será realizado, denominada Escola Campo de Estágio;
- V. Um professor regente da escola campo de estágio, com formação na área de conhecimento ou área afim do curso do estagiário;
- VI. Celebração de termo de compromisso entre o discente, escola campo de estágio e o IFPI;

VII. Compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

É válido ressaltar que, ao final de cada componente curricular, ocorre socialização das práticas pedagógicas e das vivências no estágio supervisionado.

- Avaliação do estágio supervisionado

O desenvolvimento do Estágio Supervisionado deverá se basear no seguinte direcionamento metodológico:

- I. Conhecimento do contexto escolar;
- II. Reflexão sobre a realidade escolar;
- III. Planejamento;
- IV. Coparticipação;
- V. Regência de sala de aula;
- VI. Socialização;
- VII. Avaliação.

O acompanhamento de estágio será realizado pelos Professores Supervisores/Orientadores de Estágio através de:

- Reuniões periódicas com professor titular da escola campo de estágio e estagiário durante o período de estágio;
- Avaliação coerente dos partícipes do Estágio Supervisionado que deverá ocorrer, no mínimo, em 02 (duas) aulas durante a regência, com a presença do professor supervisor na escola campo.
- Análise de relatos e outros registros parciais elaborados pelo estagiário.

A avaliação do estágio supervisionado assumirá caráter formativo durante o seu desenvolvimento e ao seu final. Para analisar o desempenho do discente estagiário será feita de forma coletiva uma socialização da experiência do estágio, levando-se em conta os seguintes itens:

- a) Ficha de Avaliação do Estágio Curricular Supervisionado assinada pelos professores envolvidos no processo formativo;
- b) Avaliação dos Instrumentais entregues pelo discente/estagiário: Diário de Bordo, Relato de Experiência, Relatório Reflexivo e Memorial de Formação.

O instrumento de avaliação de formação profissional de cada etapa do Estágio

Curricular Supervisionado será avaliado pelo: Professor Orientador com base nos seguintes aspectos:

- a) relevância acadêmico-científica na produção e apresentação, conforme normas estabelecidas no Manual de Estágio e na ABNT;
- b) capacidade criativa e inovadora demonstrada nas atividades desenvolvidas durante o estágio, e descritas no instrumento de avaliação de formação profissional de cada etapa.

A expedição do diploma de conclusão do curso está condicionada:

- a) ao reconhecimento do estágio realizado pela Coordenação de Estágio e\ou Coordenação de Extensão;
- b) a apresentação pelo discente/estagiário e aprovação pelo professor orientador do instrumento de avaliação de formação profissional de cada etapa do estágio supervisionado.

2.12. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O Estágio Supervisionado é precedido da celebração do Termo de Compromisso firmado entre o IFPI, o discente/estagiário e a Parte Concedente (Escola Campo de Estágio); do Termo de Convênio de Estágio, quando necessário, e demais documentos pertinentes, listados a seguir: Carta de Apresentação, Termo de Aceite, Termo de Compromisso e Fichade Supervisão de Estágio.

O estágio acontece em contexto escolar, espaços de formação ou instituições vinculadas à esfera de ensino (escolas públicas e privadas que oferecem curso de educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e do Ensino Médio), incluindo as escolas que atendem às diversas modalidades. A parceria entre a IES e a escola campo para a realização de estágio dar-se-á mediante convênio entre as partes.

Das instituições vinculadas à esfera do ensino e outros espaços de formação e de suas atribuições, conforme a RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 93/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2021, descreve os espaços de estágio, conforme abaixo:

Art. 16. Constituem-se Escolas Campo de Estágio, espaços de formação ou instituições

vinculadas à esfera do ensino de Educação Básica, preferencialmente públicas, de ensino regular na educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e do Ensino Médio), e nas diversas modalidades.

§ 1º O estágio supervisionado obrigatório pode ser executado, esporadicamente, também em estabelecimentos da rede privada que, de fato, permitam a formação docente/profissional, ou seja, que autorizem o estudante ao exercício do magistério e atuação nas diversas modalidades.

§ 2º O Estágio Supervisionado poderá ser realizado no próprio Instituto Federal do Piauí (IFPI), desde que o desenvolvimento das atividades permita ampliar os conhecimentos teórico-práticos dos discentes, considerando as especificidades da área de formação e a tramitação institucional.

3º O estágio supervisionado pode ser realizado em espaços não formais, tais como: associações, sindicatos, ONGs, instituições religiosas, instituições filantrópicas, entre outras, que desenvolvam atividades que contribuam para a formação docente/profissional, ou seja, que preparem o estudante ao exercício do magistério e atuação nas diversas modalidades.

O Estágio Supervisionado poderá ser desenvolvido em forma de Projeto de Ensino ou de Intervenção, atividades de extensão (exceto atividades curriculares de extensão, nos moldes da Resolução Normativa Nº 131/2022), em programas de Residência Pedagógica, de monitorias e de iniciação científica desde que atenda aos objetivos dos componentes curriculares do Estágio Supervisionado I e II com critérios a serem definidos pelo Colegiado do Curso.

Ainda de acordo com a Resolução 093/2021, o Estágio Supervisionado Obrigatório poderá também ser desenvolvido, parcialmente, em instituições de ensino superior de outros estados ou países, caso o aluno esteja participando de algum programa de mobilidade acadêmica que preveja período de estágio. Nesse caso, deve contemplar atividades articuladas às ementas de cada etapa do Estágio.

As normas apresentadas vêm ao encontro das necessidades relacionadas à Formação Docente, com base nos conhecimentos teórico-práticos adquiridos durante o percurso formativo do licenciando.

2.13. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA

O Estágio Supervisionado é um importante componente curricular que permite aos licenciandos uma interlocução entre teorias estudadas e refletidas no percurso de formação

com a prática nas escolas campo de estágio. O Estágio Supervisionado, nos cursos de Licenciatura do IFPI, é um ato educativo escolar, realizado em colaboração com o sistema formal de ensino, avaliado conjuntamente pela instituição formadora, IFPI, e a escola campo de estágio. As atividades de estágio se caracterizam pelas situações efetivas do processo ensino- aprendizagem nas áreas onde ocorre a oferta nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio de acordo com cada etapa.

O Estágio Supervisionado deverá ser uma atividade intrinsecamente articulada com a prática e com as atividades de trabalho acadêmico, colaborando para a formação da identidade do professor como educador e para o desenvolvimento de competências exigidas na prática profissional, especialmente quanto ao planejamento, organização, execução e avaliação do aprendizado.

As finalidades do Estágio Supervisionado preveem a complementação do processo ensino-aprendizagem instituído no decorrer do curso através de atividades práticas em diferentes campos, vivenciar situações concretas, estabelecer relações entre teoria-prática, aprimoramento da prática profissional, efetivar decisões para melhorar a educação básica.

O Estágio Supervisionado é estruturado em alternâncias onde as sucessivas idas ao campo serão preparadas, exploradas, refletidas e socializadas em momentos privilegiados da formação. Este tem por objetivo propiciar aos discentes a complementação do processo de ensino e aprendizagem, em termos de atividades práticas, aperfeiçoamentos educacionais, artísticos, culturais, científicos e de relacionamento humano em diferentes campos de intervenção, orientadas, acompanhadas e supervisionadas pelos profissionais responsáveis pelo estágio.

A regência no ambiente de aprendizagem profissional permitirá aos professores formadores e aos professores em processo de formação delinearem, com mais segurança, sua identidade profissional e seu compromisso ético, mediante a avaliação processual das competências compatíveis com uma formação pautada na proposta das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de licenciatura) e para a formação continuada.

Durante os estágios, serão construídas competências e habilidades a partir das reflexões realizadas, relacionando prática-teoria-prática para desenvolver autonomia didático pedagógica. As atividades que serão articuladas entre o IFPI e as escolas campo de estágios se desenvolvem de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos de acordo com os programas dos componentes curriculares Estágio Supervisionado I, II, III e IV.

2.14 TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

De acordo com a Resolução Normativa 046/2021 CONSUP, de 16 de junho de 2021, o TCC consiste em uma pesquisa acadêmico-científica onde o(s) tema(s) abordado(s) contribua(m) para o desenvolvimento das competências e habilidades requeridas para o(a) licenciando(a), em consonância com as diretrizes curriculares.

O TCC será elaborado individualmente, deve abordar temas relacionados às linhas de pesquisa pertinentes ao curso, e desenvolvido nos 4º e 5º módulos do curso, nos componentes curriculares TCC I e TCC II, respectivamente. O trabalho produzido poderá ser apresentado em formato de monografia ou artigo, observando o disposto na resolução normativa citada acima.

No curso de licenciatura em Letras/Português, o TCC preferencialmente, consistirá:

- a) Na reflexão das situações-problema enfrentadas no cotidiano real de sala de aula e/ou contexto social; ou
- b) Numa pesquisa-intervenção dentre as abordagens teórico-práticas desenvolvidas no decorrer do curso e com foco na área de ensino; ou
- c) No desenvolvimento de um produto educacional aplicável em condições reais de sala de aula ou outros espaços de ensino.

São exemplos de produtos educacionais:

a) Material didático/instrucional, tais como propostas de ensino, envolvendo sugestões de experimentos e outras atividades práticas, sequências didáticas, propostas de intervenção, roteiros de oficinas; material textual, como manuais, guias, textos de apoio, artigos em revistas técnicas ou de divulgação, livros didáticos e paradidáticos, histórias em quadrinhos e similares, dicionários; mídias educacionais, como vídeos, simulações, animações, videoaulas, experimentos virtuais e áudios; objetos de aprendizagem; ambientes de aprendizagem; páginas de internet e blogs; jogos educacionais de mesa ou virtuais, e afins; entre outros;

b) *Software*/Aplicativo: aplicativos de modelagem, aplicativos de aquisição e análise de dados, plataformas virtuais e similares, programas de computador, entre outros.

Os demais critérios relacionados à orientação e avaliação do TCC estão dispostos na Resolução Normativa 046/2021 CONSUP, de 16 de junho de 2021, ou resolução substitutiva.

2.15 TEMAS TRANSVERSAIS OBRIGATÓRIOS

Os temas transversais estão voltados para a compreensão e para a construção da realidade social, dos direitos e responsabilidades relacionados com a vida pessoal e coletiva, e com a afirmação do princípio da participação política, numa perspectiva de formação cidadã.

Os temas transversais obrigatórios estão contemplados no PPC da seguinte forma:

a) Educação das relações ético-raciais

A Educação das Relações Étnico-raciais no currículo do curso (Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004) – integra a matriz do curso por meio da disciplina Educação das Relações Étnicas Raciais afro-diaspóricas e Indígenas, com carga horária de 40 horas teórica e 20 horas práticas, compondo o grupo que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais, conforme descrito no artigo 12 da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019.

Tal componente curricular contempla a propositura de conteúdo curricular de abrangência das dimensões históricas, sociais e antropológicas inerentes à realidade brasileira, que possam ressignificar o processo de aprendizagem dos estudantes, sobretudo da população negra, por meio do reconhecimento identitário e da valorização sociocultural, favorecendo a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e

valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial - descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada.

b) Educação dos direitos humanos

A Educação dos Direitos Humanos (Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/2012) consta no currículo do curso por meio da inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior podendo ocorrer nas seguintes formas: pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente; como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar; e, de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade. As disciplinas de **Educação das Relações Étnicas Raciais afro-diaspóricas** (módulo VII) e **Educação Especial** (módulo V) contemplam a legislação.

b) Educação ambiental

Os conhecimentos concernentes à Educação Ambiental previstos na Resolução CNE/CP nº 2/2012 dar-se-á pela transversalidade, mediante atividades e ações de sustentabilidade socioambiental na instituição educacional e na comunidade, com foco na prevenção de riscos, na proteção e preservação do meio ambiente e da saúde humana e na construção de sociedades sustentáveis.

c) Educação no trânsito e demais temas previstos em lei/decreto

A Educação no Trânsito no currículo (Lei nº 9.503/1997) está contemplada no currículo por meio do planejamento de ações coordenadas entre o IFPI e os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e de Educação, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas respectivas áreas de atuação.

Considerando que o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), anualmente, estabelece o tema e o cronograma mensal das campanhas educativas a serem seguidas por todos os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, com o propósito de orientar todas as ações

com o mesmo objetivo, nas mesmas áreas e com o mesmo foco, incluindo as Instituições de ensino, o IFPI deverá seguir as campanhas educativas orientadas pelo CONTRAN para assinalar a Educação no Trânsito no currículo, conforme planejado no calendário de eventos do campus.

d) Eventos institucionais que tratam sobre os temas transversais obrigatórios

Para o cumprimento das atividades e eventos que concretizarão os Temas Transversais Obrigatórios, o IFPI dispõe de um calendário de eventos com o planejamento para a realização de atividades, eventos, ações e projetos que possam favorecer a transversalidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a significação dos Temas Transversais descritos, bem como dos seguintes temas preconizados nas legislações e orientações do MEC: Direitos da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990); Educação Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.947/2009); Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Lei nº 10.741/2003); Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher (Lei nº 14.164/2021); e Dia Nacional da Consciência Negra (Lei nº 12.519/2011).

As atividades e ações previstas poderão ocorrer na forma de Oficinas, Seminários; Jornadas, Simpósios, Semanas de estudo; Semanas Comemorativas, Organização de feiras e eventos, com o cadastro no Módulo Eventos do SUAP e o devido registro fotográfico/vídeo.

e) Núcleos institucionais temáticos

- Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), regulamentado pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 52/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23 de julho de 2021.
- Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), regulamentado pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 53/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23 de julho de 2021.

Neste PPC, a disciplina de Educação das Relações Étnicas Raciais afro-diaspóricas e indígenas (60 horas, sendo 20 horas práticas) contempla o tema transversal de Educação das Relações Étnicas Raciais, na totalidade de sua ementa. Juntamente com a disciplina de Educação Especial (80 Horas), atendem ao disposto com relação ao tema Educação dos Direitos Humanos.

2.16 APOIO AO DISCENTE

Os Licenciandos do curso terão 1 (uma) cota mensal de 700 (setecentos) reais, durante a vigência do curso, para cada estudante indígena, pardo, preto, quilombola e das populações do campo, assim como pessoa surda ou pertencente ao público-alvo da

educação especial, regularmente matriculado em curso do PARFOR EQUIDADE, conforme edital da Capes Nº 23/2023.

Os Programas Universais visam incentivar a formação acadêmica, a produção do conhecimento, o desenvolvimento técnico-científico, a formação cultural e ética, sendo envolvidas ações de ensino, pesquisa e extensão. Estão organizados em três categorias:

a) Política de diversidade e inclusão do IFPI

A Política de Diversidade e Inclusão do IFPI, aprovada pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 56/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 02/08/2021, orienta um espaço de concretização de ações inclusivas mediante princípios, diretrizes e objetivos que ampliam e fortalecem o atendimento e acompanhamento a comunidade acadêmica inserida no contexto da diversidade cultural, étnico-racial, de gênero e necessidades específicas, garantindo assim o acesso, permanência e êxito ao discente.

O objetivo é promover inclusão no IFPI, mediante ações, com vistas à construção de uma instituição inclusiva, permeada por valores democráticos e pelo respeito à diferença e à diversidade.

Esta política propõe medidas intermediadas pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), regulamentada pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 55/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23/07/2021, e Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), regulamentado pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 53/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23/07/2021.

São considerados público-alvo do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas- NAPNE: Discentes com deficiência- aqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, auditiva, visual, mental, intelectual ou sensorial, discentes com transtornos globais do desenvolvimento, com altas habilidades/superdotação e ainda os transtornos funcionais específicos como: dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade.

São considerados público-alvo do Núcleo de Estudos e Pesquisa Afro-brasileiras e Indígenas-NEABI: Negros, que se autodeclararem de cor preta ou parda, conforme classificação adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e indígenas, que se enquadrem na portaria 849/2009 da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

São objetivos específicos da Política de Diversidade e Inclusão do IFPI:

I - Proporcionar formação de professores para os atendimentos educacionais especializados

e demais profissionais da educação para a inclusão;

II- Garantir processos seletivos com adaptações necessárias para o acesso de pessoas com deficiência;

III- Proporcionar a adaptação dos currículos de acordo com o estabelecido nas Leis nº 9.394/1996, 10.639/2003 e 11.645/2008, que preveem a inclusão obrigatória das temáticas relacionadas à História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em todas as modalidades e níveis de ensino, bem como parecer CNE/CP nº 08/2012 e com a Resolução nº 01/2012, que tratam da Educação para os Direitos Humanos;

IV-Assegurar a aquisição e elaboração de recursos didáticos dos discentes com necessidades educacionais específicas;

V- Desenvolver periodicamente ações que promovam a sensibilização, adaptações de acesso ao currículo por meio de modificações ou provisão de recursos especiais, materiais ou de comunicação, para melhoria de metodologias, ferramentas e técnicas utilizadas no processo de inclusão e diversidade;

VI- Garantir acompanhamento psicossocial e pedagógico realizado de modo articulado com os núcleos voltados às ações de diversidade e inclusão;

XV- Manter articulação com a Política de Assistência estudante – POLAE;

XVI- Manter articulação com o programa de acolhimento ao estudante ingressante – PRAEI;

XVII- Incentivar, tanto discentes como professores, a desenvolverem projetos na área de Tecnologia Assistiva.

b) Mobilidade Acadêmica

A mobilidade acadêmica é regulamentada pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 121/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 30 de março de 2022, que estabelece as normas e procedimentos para a mobilidade acadêmica de estudantes de cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.

A Mobilidade Acadêmica Interna refere-se à possibilidade de o estudante do IFPI, com situação de matrícula ativa, pleitear mudança de campus, para fins de prosseguimento do seu processo formativo, desde que tenha cursado, no mínimo dois semestres letivos no campus de origem.

A Mobilidade Acadêmica Interna poderá ocorrer por meio de: transferência interna e matrícula especial intercampi. A transferência interna de aluno entre seus *campi* deverá ser motivada por pelo menos um dos casos (ou outros correlatos ou análogos):

- I. Necessidade de mudança de domicílio de estudante trabalhador, de seus responsáveis legais ou cônjuge, mediante comprovação;
- II. Doença física ou psicológica comprovada por laudo médico, que requeira tratamento prolongado específico no local para onde a transferência é solicitada, referendado pelo setor médico do IFPI;
- III. Condição de vulnerabilidade psicossocial, mediante apresentação de parecer social emitido pelo setor de serviço social do campus no qual o estudante está matriculado;
- IV. Motivo de doença em pessoa da família que precise de auxílio durante tratamento prolongado, comprovado por laudo médico, referendado pelo setor médico do IFPI.

A mobilidade acadêmica na forma de matrícula especial intercampi é o vínculo temporário que o estudante do IFPI, com situação de matrícula ativa em curso de educação superior, estabelece com outro campus do IFPI, por um período de até um ano letivo, mantendo o vínculo no campus de origem, para cursar disciplinas que integram a matriz curricular do seu curso, mediante deferimento dos Colegiados dos cursos de origem e de destino, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim recomendar e em pelo menos um dos seguintes casos:

- I - Serviço militar obrigatório;
- II- Emprego efetivo comprovado;
- III - Acompanhamento de cônjuge, filhos, pais ou dependentes legais, em tratamento de saúde comprovadamente demorado;
- IV- Condição de vulnerabilidade psicossocial;
- V- Retenção em componente curricular cuja oferta pelo campus de origem não ocorrerá em período subsequente à retenção;
- VI- Integralização curricular.

São consideradas como atividades de Mobilidade Acadêmica aquelas de natureza acadêmica, científica, artísticas e/ou cultural, como cursos, estágios e pesquisas orientadas que visem à complementação e ao aprimoramento da formação do estudante de graduação.

A Mobilidade Acadêmica Internacional é aquela na qual o estudante realiza atividades de mobilidade estudantil em instituição de ensino estrangeira, mantendo o vínculo de matrícula na Instituição de origem durante o período de permanência na condição de “estudante em mobilidade”.

A mobilidade acadêmica poderá ocorrer por meio de:

- I - Adesão a Programas do Governo Federal; e
- II - Estabelecimento de Convênio interinstitucional.

A Mobilidade Acadêmica tem por finalidade:

I - Proporcionar o enriquecimento da formação acadêmico-profissional e humana, por meio da vivência de experiências educacionais em instituições de ensino nacionais e internacionais;

II - Promover a interação do estudante com diferentes culturas, ampliando a visão de mundo e o domínio de outro idioma;

III - Favorecer a construção da autonomia intelectual e do pensamento crítico do estudante, contribuindo para seu desenvolvimento humano e profissional;

IV - Estimular a cooperação técnico-científica e a troca de experiências acadêmicas entre estudantes, professores e instituições nacionais e internacionais;

V - Propiciar maior visibilidade nacional e internacional ao IFPI; e

VI - Contribuir para o processo de internacionalização do ensino de graduação no IFPI.

c) Acessibilidade

Para a inclusão de pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida, o Instituto procura atender a Lei no 10.098/2000 disponibilizando rampas nas entradas, portas largas, barras de apoio e pisos antiderrapantes, sanitários adaptados para cadeirantes, reserva de vagas em seus estacionamentos.

O IFPI promove e desenvolve ações com o intuito de ampliar as condições de acessibilidade para os alunos com necessidades específicas físicas e educacionais através do NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas.

Com o objetivo de permitir uma aproximação entre os falantes da Língua Portuguesa e as comunidades surdas, a disciplina de Língua Brasileira de Sinais está inserida no currículo seguindo as orientações do Decreto no 5.626/2005. A utilização da Libras se mostra necessária especialmente nos espaços educacionais, favorecendo ações de inclusão social e oferecendo possibilidades para a quebra de barreiras linguísticas entre surdos e ouvintes.

d) Profissionais Técnicos Especializados em Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais

São atribuições do Tradutor/Intérprete de Libras, no exercício de suas competências, no âmbito do IFPI:

I - Efetuar a comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;

- II – Traduzir e interpretar, em Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa, as atividades didático pedagógicas e culturais de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvida nos cursos técnicos de níveis fundamental, médio e no ensino superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares, em sala de aula e demais ambientes acadêmicos;
- III - Traduzir e interpretar materiais didáticos, artigos, livros, textos diversos, provas, exercícios, vídeos e outros, reproduzindo em Libras ou na modalidade oral da língua portuguesa o pensamento e intenção do emissor;
- IV - Atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos;
- V - Participar da produção de material técnico, didático-pedagógico ou de informática;
- VI - Apoiar a acessibilidade aos serviços e às atividades-fim do IFPI, atendendo ao disposto no Decreto 5.626/05, na Lei 13.146/15, na Resolução nº 07/2018/CONSUP/IFPI e aos demais preceitos vigentes e zelando pelo rigor técnico, pela ética profissional, o respeito à pessoa e à cultura da pessoa surda.

Identificando a necessidade de profissionais técnicos especializados em tradução e interpretação de Língua Brasileira de Sinais; Cuidador em Educação Especial; Revisor, Ledor e Transcritor em Braille e Atendimento Educacional Especializado, o IFPI promove a contratação desses profissionais, conforme condições, quantidades e exigências legais.

e) Mecanismos de Nivelamento

Em busca de um melhor aproveitamento e, também, reduzir a evasão e a retenção do discente no início da vida acadêmica será proposto um nivelamento dos conteúdos básicos, por meio da disciplina de Matemática Básica (módulo I). Acrescente-se que se encontra na fase de regulamentação a política de nivelamento dos cursos de graduação. Assim, está sendo normatizado um Programa de Acompanhamento do Estudante Ingressante nos cursos superiores- PRAEI-SUPER, que integrará as políticas de ensino com ações acadêmico-administrativas voltadas para a existência de nivelamento transversal a todos os cursos no âmbito do IFPI, com o objetivo de desenvolver e aprimorar habilidades e competências dos acadêmicos para o melhor desempenho no Ensino Superior, com vistas a garantir a permanência e o êxito.

2.17 GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A avaliação será contínua, com momentos específicos para discussão, englobando uma análise integrada dos diferentes aspectos, estruturas, relações, compromisso social,

atividades e finalidades da instituição e do respectivo curso, abrangendo uma perspectiva interna e externa:

-Avaliação Interna: ações decorrentes dos processos de avaliação, no âmbito do curso, considerando o relatório de autoavaliação institucional elaborado pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA), alinhadas com as metas estabelecidas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPI, a fim de promover o aperfeiçoamento de forma estratégica. Serão também instrumentos de avaliação interna o Colegiado do Curso e o Núcleo Docente Estruturante (NDE), caracterizados, respectivamente.

A autoavaliação ocorrerá com periodicidade estabelecida pelos colegiados dos cursos, com previsão no calendário acadêmico e fornecerá as bases para elaboração do (re)planejamento das ações acadêmico-administrativas no âmbito do curso, e consequentemente, para a tomada de decisão, conforme estabelecido na RESOLUÇÃO NORMATIVA 98/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 7 de dezembro de 2021, que atualiza o instrumento de autoavaliação institucional dos cursos de graduação, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências

-Avaliação Externa: A avaliação Externa abrangerá a visita *in loco*, realizada para autorização do curso, reconhecimento e renovação de reconhecimento, na qual são avaliadas as três dimensões do curso quanto à adequação ao projeto proposto: a organização didático-pedagógica; o corpo docente e técnico-administrativo e as instalações físicas. Além disso, a avaliação externa contempla resultados obtidos pelos alunos do curso no Enade e os demais dados apresentados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

Os resultados dessas avaliações sistemáticas indicarão a eficácia do presente Projeto Pedagógico de Curso, oportunizando a implementação de ações acadêmico- administrativas necessárias para a melhoria contínua do curso em questão.

2.18 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO APRENDIZAGEM

O processo de avaliação do ensino-aprendizagem constitui-se como uma ferramenta sistemática, essencial para a consolidação de habilidades e competências. Tal processo deve estar em consonância com projeto político-pedagógico, com os objetivos gerais e específicos do IFPI e com o perfil profissional do curso.

A avaliação deverá ter caráter formativo, processual e contínuo, pressupondo a contextualização dos conhecimentos e das atividades desenvolvidas, a fim de propiciar um diagnóstico preciso do processo de ensino e aprendizagem que possibilite ao professor analisar sua prática e ao estudante comprometer-se com seu desenvolvimento intelectual adquirindo autonomia. Ela aparecerá como subsídio para tomada de decisão, o que vai levar ao professor realizar novas abordagens sobre o desenvolvimento das competências adquiridas pelo aluno, constatando seu aproveitamento.

A avaliação da Aprendizagem é regulamentada pela organização didática do IFPI, RESOLUÇÃO NORMATIVA 143/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 25 de agosto de 2022. Altera a Resolução que normatiza a Organização Didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.

a) Avaliação da aprendizagem

A avaliação do processo ensino-aprendizagem deverá ter como parâmetros os princípios do projeto político-pedagógico, a função social, os objetivos gerais e específicos do IFPI e o perfil de conclusão de cada curso.

A avaliação é um processo contínuo e cumulativo do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais, conforme estabelece a Lei No 9.394/96.

A avaliação dos aspectos qualitativos compreende o diagnóstico, a orientação e reorientação do processo ensino-aprendizagem, visando ao aprofundamento dos conhecimentos, à aquisição e/ou ao desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes pelos alunos e à ressignificação do trabalho pedagógico.

A Sistemática de Avaliação do IFPI compreende avaliação diagnóstica, formativa e somativa.

A avaliação da aprendizagem dar-se-á por meio de um ou mais dos seguintes instrumentos:

- I - Prova escrita;
- II - Observação contínua;
- III - Elaboração de portfólio;
- IV - Trabalho individual e/ou coletivo;
- V - Resolução de exercícios;
- VI - Desenvolvimento e apresentação de projetos;
- VII - Seminário;
- VIII - Relatório;
- IX - Prova prática; e
- X - Prova oral.

A escolha do instrumento de avaliação da aprendizagem deverá estar em consonância com a especificidade da disciplina, os objetivos educacionais propostos e o conteúdo ministrado.

b) Sistema de Avaliação do Curso

A avaliação da aprendizagem nos Cursos Superiores de Graduação, ofertados na forma de módulo/disciplinas, será expressa em notas, numa escala de 0,0(zero) a 10,0 (dez), sendo admitida uma casa decimal.

Será considerado aprovado por média em cada disciplina o aluno que obtiver média

semestral igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência igual ou superior a 75% da carga horária da disciplina, sendo registrada, no Diário de Classe e Sistema de Controle Acadêmico, a situação de Aprovado.

Caso a nota semestral seja inferior a 4,0 (quatro), o discente será considerado reprovado, sendo feito o registro, no Diário de Classe e Controle Acadêmico, da condição de Reprovado por Nota.

Se a Média Semestral na disciplina for igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete), o discente que tiver ao menos 75% de frequência da carga horária da disciplina fará Exame Final; neste caso, a Média Final será calculada da seguinte forma:

$$MF = (MS + EF) / 2$$

Onde:

MF = Média Final;

MS = Média Semestral;

EF = Exame Final.

Para a aprovação, o resultado descrito anteriormente terá que ser igual ou superior a 6,0 (seis), sendo registrada, no Diário de Classe e no Sistema de Controle Acadêmico, a situação de Aprovado após Exame Final.

Caso a nota semestral, após o Exame Final, seja inferior a 6,0 (seis), o discente será considerado reprovado, sendo lançada, no Diário de Classe e no Controle Acadêmico, a situação de Reprovado por Nota.

c) Verificação de Aprendizagem em Chamada

É direito do aluno o acesso às várias formas de avaliação da aprendizagem, incluídas as de chamada, desde que as solicite à Coordenação de Curso/Área, via protocolo, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, considerando os dias úteis, após a realização da avaliação à qual não se fez presente, mediante a apresentação dos documentos justificativos abaixo especificados:

- I - Atestado médico comprovando a impossibilidade de participar das atividades escolares do dia;
- II - Declaração de corporação militar comprovando que, no horário da realização da 1ª chamada, estava em serviço;
- III - Declaração da Direção de Ensino do campus, comprovando que o estudante estava representando o IFPI em atividade artística, cultural ou esportiva;
- IV - Ordem judicial;
- V - Certidão de óbito de parentes de primeiro grau ou cônjuge;
- VI - Declarações de trabalho em papel timbrado com carimbo da empresa e assinatura do empregador; e
- VII - Outros que possam comprovar a solicitação.

Os casos omissos deverão ser analisados pelo Coordenador de Curso em conjunto com o professor da disciplina para análise da viabilidade do pedido.

A autorização para realização da verificação da aprendizagem, em chamada, dependerá da análise do requerimento, pela Coordenadoria de Curso, conjuntamente com o professor da disciplina, que disporão de 24 horas, após a notificação ao professor, para emitir parecer relativo ao objeto do requerimento.

Cabe ao professor da disciplina a elaboração e a aplicação da verificação da aprendizagem em chamada, no prazo máximo de 08 (oito) dias após o deferimento do pedido.

Se, por falta de comparecimento do aluno, em qualquer etapa de avaliação, decorrido o prazo de pedido de chamada, não for possível apurar o seu aproveitamento escolar, ser-lhe-á atribuído nota 0,0 (zero).

d) Revisão da Verificação da Aprendizagem

O aluno que discordar do(s) resultado(s) obtido(s) no(s) procedimento(s) avaliativo(s) poderá requerer revisão de provas. O requerimento, com fundamentação da discordância, deverá ser dirigido à Coordenação de Curso, até dois dias úteis, após o recebimento da avaliação.

Cabe à Coordenação de Curso, no prazo de 2 dias, dar ciência ao professor da disciplina para emitir parecer. Cabe ao professor da disciplina dar parecer no prazo de (3 dias) a partir da ciência dada pela Coordenação.

Caso o professor se negue a revisar a prova, cabe à Coordenação do Curso em reunião com o Colegiado de Curso e deliberar sobre a revisão, no prazo máximo de sete dias úteis.

2.19 ATIVIDADES DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Em princípio, é importante ressaltar que um dos princípios norteadores da prática educativa dos cursos de graduação no âmbito do Instituto Federal do Piauí consiste no estímulo à adoção da pesquisa como princípio pedagógico presente em um processo formativo voltado para um mundo permanentemente em transformação, integrando saberes cognitivos e socioemocionais, tanto para a produção do conhecimento, da cultura e da tecnologia, quanto para o desenvolvimento do trabalho e da intervenção que promova impacto social.

Ademais, o Instituto Federal do Piauí visa, entre outras finalidades: a) desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica e b) realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico. Nessa perspectiva é, pois, necessário enfatizar que as ações de fomento à pesquisa no âmbito da instituição procuram estabelecer um elo com as ações de Ensino, Extensão e Internacionalização com vistas a uma sociedade plural de forma articulada com os arranjos socioprodutivos locais e regionais.

Em consequência disso, compreende-se e defende-se a importância da iniciação científica como uma ação pedagógica que introduz os estudantes da graduação na pesquisa acadêmico-científica como forma de engajá-los e colocá-los em contato direto com a produção conhecimento a partir da compreensão que essa prática contribua para a formação intelectual, reflexiva, autônoma, crítica e criativa dos estudantes considerando as dimensões: ciência, tecnologia e inovação.

Diante de tudo isso, é importante acrescentar que a iniciação científica, partir da relação do estudante com a pesquisa científica possibilita a formação de cidadãos e de profissionais preparados para o mundo do trabalho, e por conseguinte, aptos para o exercício da profissão visando o desenvolvimento territorial, além de prepará-los também para a pós-graduação.

Deste modo, o Instituto Federal do Piauí tem programas de iniciação científica regulamentados pela Resolução nº 24/2019 que permitem colocar os estudantes de cursos

de graduação em contato direto com a atividade científica e de pesquisa. Nesse processo, espera-se proporcionar ao estudante bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa. Esses projetos são desenvolvidos através do:

a) **PIBIC** - Programa de Bolsa de Iniciação Científica - incentiva a participação de estudantes do Ensino Superior em projetos de pesquisa;

b) **PIBIC IT** - Programa de Bolsa de Iniciação Científica Inovação Tecnológica - incentiva a participação de estudantes do Ensino Médio Integrado em projetos de Inovação Tecnológica.

Nessa perspectiva é, pois, necessário enfatizar que além das iniciativas do incentivo à pesquisa e a inovação, o Instituto Federal do Piauí estimula, através de políticas institucionais, o incremento da publicação em periódicos e a participação de docentes e estudantes em eventos científicos.

2.20 COMITÊ DE ÉTICA DE PESQUISA

a) Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/IFPI) é um órgão colegiado, de caráter interdisciplinar, de natureza técnico-científica, consultiva, deliberativa e educativa, com autonomia de decisão no exercício de suas funções. Está constituído nos termos da Resolução nº 466 de 12/12/2012, da Norma Operacional Nº 001/2013 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde – CNS/MS e da Resolução CNS nº 370, de 08 de março de 2007.

A instalação do CEP é fundamental nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos, dentro de padrões éticos determinados pelas resoluções supra citadas. Tem o propósito de defender os interesses dos sujeitos envolvidos na pesquisa, garantindo sua integridade, dignidade e proteção.

São atribuições do CEP/IFPI de acordo com a Resolução (466/12), protocolar e avaliar os projetos de pesquisa envolvendo seres humanos (submetidos através da Plataforma Brasil), com base nos princípios da ética, impessoalidade, transparência, razoabilidade, proporcionalidade e eficiência, tem papel consultivo e educativo nas questões de ética, encaminha relatórios ao CONEP, acompanha o desenvolvimento de projetos, recebe

denúncias de abusos ou fatos adversos na pesquisa, em caso de irregularidades pode requerer apuração e sindicância e comunica à CONEP e representa a instituição (IFPI) em todas as suas instâncias, interna e externa.

b) Comitê de Ética no Uso de Animais

O Comitê de Ética no Uso de Animais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (CEUA/IFPI) é um órgão técnico-científico de caráter consultivo, deliberativo e educativo nas questões sobre a utilização de animais para pesquisa, ensino ou extensão.

O CEUA/IFPI está vinculado à Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPI) e tem por finalidade cumprir e fazer cumprir, no âmbito do IFPI e nos limites de suas atribuições, o disposto da Lei nº 11.794/2008, nas Resoluções Normativas do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA) e nas demais normas aplicáveis à utilização de animais para pesquisa, ensino e extensão.

Portanto, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão que envolvam o uso de animais das espécies classificadas como Filo Chordata, subfilo Vertebrata, exceto o homem, observada a legislação ambiental, deverão ser submetidas à aprovação prévia do CEUA/IFPI.

CAPITULO 3.0 - COORDENAÇÃO DO CURSO, CORPO DOCENTE E TUTORES

3.1- CORPO DOCENTE

Os professores aqui chamados de professores formadores que atuarão no curso deverão ser obrigatoriamente lotados IFPI, sendo todos selecionados por edital público conforme legislação vigente. As atividades de formação desenvolvidas pelos professores formadores serão remuneradas através de bolsas formação custeadas totalmente pela CAPES.

Caberá ao professor formador:

- Desenvolver as atividades docentes na capacitação de coordenadores, professores e tutores mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no plano de capacitação;
- Participar das atividades de docência das disciplinas curriculares do curso;

- Participar de grupo de trabalho para o desenvolvimento de metodologia na modalidade a distância;
- Participar e/ou atuar nas atividades de capacitação desenvolvidas na Instituição de Ensino;
- Coordenar as atividades acadêmicas dos tutores atuantes em disciplinas ou conteúdos sob sua coordenação;
- Desenvolver o sistema de avaliação de alunos, mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no plano de curso;
- Apresentar ao coordenador de curso, ao final da disciplina ofertada, relatório do desempenho dos estudantes e do desenvolvimento da disciplina;
- Desenvolver, em colaboração com o coordenador de curso, a metodologia de avaliação do aluno;
- Desenvolver pesquisa de acompanhamento das atividades de ensino desenvolvidas nos cursos na modalidade a distância;
- Elaborar relatórios semestrais sobre as atividades de ensino no âmbito de suas atribuições, para encaminhamento à DED/CAPES/MEC, ou quando solicitado.

3.2 -TUTORES

Os tutores de apoio serão obrigatoriamente selecionados por edital publico aberto conforme legislação vigente sendo suas atividades remuneradas por bolsas custeadas pela CAPES.

Caberá aos tutores :

- Mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e os cursistas;
- Acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do curso;
- Apoiar o professor da disciplina no desenvolvimento das atividades docentes;
- Estabelecer contato permanente com os alunos e mediar as atividades discentes;
- Colaborar com a coordenação do curso na avaliação dos estudantes;
- Participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela Instituição de Ensino;
- Elaborar relatórios mensais de acompanhamento dos alunos e encaminhar à coordenadoria de tutoria;
- Participar do processo de avaliação da disciplina sob orientação do professor responsável;

- Manter regularidade de acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e dar retorno às solicitações dos cursistas no prazo máximo de 24 horas;
- Apoiar operacionalmente a coordenação do curso nas atividades presenciais nos pólos, em especial na aplicação de avaliações .

3.3- COORDENAÇÃO DO CURSO

O Coordenador do curso deverá ter lotação efetiva no IFPI Campus Teresina Central e será obrigatoriamente selecionado por edital publico, conforme legislação vigente. As atividades de coordenação serão remuneradas por bolsas custeadas pela CAPES. Caberá ao coordenador do curso:

- Coordenar, acompanhar e avaliar as atividades acadêmicas do curso;
- Participar das atividades de capacitação e de atualização desenvolvidas na Instituição de Ensino;
- Participar dos grupos de trabalho para o desenvolvimento de metodologia, elaboração de materiais didáticos para a modalidade a distância e sistema de avaliação do aluno;
- Realizar o planejamento e o desenvolvimento das atividades de seleção e capacitação dos profissionais envolvidos no curso;
- Elaborar, em conjunto com o corpo docente do curso, o sistema de avaliação do aluno;
- Participar dos fóruns virtuais e presenciais da área de atuação;
- Realizar o planejamento e o desenvolvimento dos processos seletivos de alunos, em conjunto com o coordenador UAB;
- Acompanhar o registro acadêmico dos alunos matriculados no curso;
- Verificar “in loco” o bom andamento dos cursos;
- Acompanhar e supervisionar as atividades: dos tutores, dos professores, do coordenador de tutoria e dos coordenadores de polo;
- Informar para o coordenador UAB a relação mensal de bolsistas aptos e inaptos para recebimento.

3.4 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O NDE é o órgão consultivo, propositivo e de assessoria corresponsável pela elaboração, implementação e consolidação do Projeto Pedagógico do respectivo curso. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante: contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino

constantes do currículo; promover e incentivar o desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso; o NDE instituirá o colegiado do curso.

O Núcleo Docente Estruturante é constituído por no mínimo 5 professores efetivos pertencentes ao corpo docente do curso; o coordenador do curso atua no NDE, como seu presidente; todos os membros devem ter experiência docente na instituição; os membros do NDE são renovados parcialmente para permitir a continuidade no processo de acompanhamento do curso.

Compete ao Presidente do NDE: convocar e presidir as reuniões, com direito a voto consultivo, inclusive voto de qualidade; representar o NDE junto aos órgãos da instituição; encaminhar as deliberações do NDE aos órgãos competentes; designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo NDE; coordenar a integração do NDE com os demais órgãos Colegiados e setores da instituição; e indicar coordenadores para as atribuições de NDE.

As reuniões ordinárias do NDE são feitas por convocação de iniciativa do seu Presidente, 1 (uma) vez por bimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros. Geralmente a convocação dos seus membros é feita com antecedência de pelo menos 48 (quarenta e oito) horas antes da hora marcada para o início da sessão e, sempre que possível, com a pauta da reunião. Como o curso é a Distância e os membros fazem parte de diversos Campus, as reuniões do NDE dos cursos da UAB/IFPI, podem acontecer via web, na modalidade de: videoconferência, skype ou outros meios eletrônicos.

Os membros são indicados pela Coordenação de Curso e nomeados através de portaria instituída pela diretoria geral do IFPI - Campus Teresina Central, visto que o curso está vinculado a este referido Campus.

ANEXO 1 – BIBLIOGRAFIAS E EMENTAS

COMPONENTES CURRICULARES DA BASE COMUM- CONHEC. CIENTÍFICOS E PEDAGÓGICOS



EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA

Código: Carga Horária: 40h

Eixo: Pré-requisito:

EMENTA

A modalidade de Educação a Distância: histórico, características, definições e regulamentações. Fundamentos e paradigmas teóricos e metodológicos da Educação a Distância. Organização de sistemas de Educação a Distância: processo de comunicação, processo de tutoria, mediação pedagógica, avaliação, processo de gestão e produção de material didático. Educação a Distância e ambientes virtuais de ensino-aprendizagem.

Competências e Habilidades

- Compreender a importância da tecnologia, dos meios e das práticas inerentes ao processo de ensino e aprendizagem, através da educação a distância;
- Definir e caracterizar a Educação a Distância;
- Resgatar um aparato histórico do surgimento da EaD no mundo e no Brasil;
- Expor a regulamentação do ensino à distância no Brasil; Compreender os elementos da EaD;
- Descrever os ambientes virtuais de aprendizagens.

Referências Básicas

BARBOSA, R. M. (org.). Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2005.
BELLONI, M. L. Educação a distância. Campinas: Autores Associados, 2001.
CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
DURAN, D.; VIDAL, V. Tutoria - Aprendizagem entre iguais. Porto Alegre: Artmed, 2007. GUEVARA, A. J. de H.; ROSINI, A. M. (orgs.). Tecnologias emergentes: organizações e Educação. São Paulo: CENGAGE Learning, 2008.

Referências Complementares

MASETTO, M. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas (SP): Papyrus, 2000.
MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a Distância – uma visão integrada**. São Paulo: CENGAGE Learning, 2008.
NEGROPONTE, Nicholas. **A vida digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
PETERS, O. O. **Didática do ensino a distância**. São Leopoldo (RS): Vale do Rio dos Sinos, 2001.
PRETI, O. (org). **Educação a distância: construindo significados**. Cuiabá: NEAD/IE – UFMT: Brasília: Plano, 2000



FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

Código: Carga Horária: 40h

Eixo: Pré-requisito:

EMENTA

Filosofia e Filosofia da Educação; Pressupostos filosófico-antropológicos, epistemológicos e axiológicos que fundamentam as concepções de educação; Correntes e tendências da educação brasileira; Educação, alienação e ideologia; Educação e Pós-Modernidade; Filosofia e formação do educador: a construção de conhecimentos e sua inovação em diálogo constante entre diferentes visões de mundo.

Competências e Habilidades

- Compreender a filosofia da educação como reflexão crítica do fenômeno educacional;
- Articular os pressupostos filosóficos com a teoria da educação e a prática pedagógica na perspectiva de uma atuação ética, democrática e plural;
- Discutir a relação educação, sociedade e ideologia, refletindo sobre a relação saber-poder e as instâncias pedagógicas;
- Posicionar-se criticamente frente às diferentes forças, interesses e contradições presentes na ação educativa;
- Relacionar as transformações gnosiológicas e epistemológicas do conhecimento no contexto da educação;
- Valorizar a ética e a estética no desenvolvimento da prática docente;
- Identificar no fenômeno educativo aspectos para constituir uma postura investigativa, integrativa e propositiva na realidade escolar.

Referências Básicas

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. 14. Ed. São Paulo: Ática, 2011.
LUCKESI, Carlos Cipriano. **Filosofia da Educação**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.
WARBURTON, N. **Uma breve história da filosofia**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

Referências Complementares

ARANHA, M. L. De A. **Filosofia da educação**. 3. Ed. São Paulo: Moderna, 2006.
BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. 18. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986
FEARN, Nicholas. **Filosofia: novas respostas para antigas questões**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
FERRY, Luc. **Aprender a viver: filosofia para os novos tempos**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.
GHIRALDELLI Jr. Paulo. **História da Educação Brasileira**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.



SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Código: Carga Horária: 40h

Eixo: Pré-requisito:

EMENTA

Educação, Sociedade e Cultura. A educação como objeto de reflexão sociológica: a contribuição dos teóricos clássicos e contemporâneos; O trabalho na sociedade capitalista; A função social da escola; A educação e o multiculturalismo das sociedades contemporâneas; Questões da sociedade contemporânea: educação ambiental, educação do campo e outras.

Competências e Habilidades

- Estabelecer a relação entre educação, sociedade e cultura;
- Analisar conceitos, valores e finalidades que norteiam a educação na/e para a sociedade.
- Identificar diferentes forças e interesses presentes na sociedade diagnosticando contradições existentes adotando postura propositiva de mudanças;
- Refletir sobre a evolução das formas culturais do homem e suas relações com a formação de identidades socioculturais e com as diversidades étnicas e raciais.
- Discutir a relação dialética homem/mundo e a importância dos conhecimentos, costumes, atitudes, para a construção, sistematização e evolução de conhecimentos e valores do ser humano, considerando as problemáticas da sociedade contemporânea.

Referências Básicas

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. São Paulo: LTC, 2008

MEKSENAS, Paulo. **Sociologia da educação: uma introdução ao estudo da escola no processo de transformação social**. 14. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da educação**. 6. ed. São Paulo: Lamparina, 2011.

Referências Complementares

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém.: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia da Letras, 2008.

CANDAU, Vera Maria (Org.). **Sociedade, Educação e Culturas: questões e propostas**. Petrópolis: Vozes, 2002.

DURKHEIM, E. **Educação e Sociologia**. 4. ed. Trad. Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1955.

LEMONS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 6. ed. Porto Alegre: Sulina, 2013.

QUINTANEIRO, Tânia. **Um Toque de Clássicos: Durkheim, Marx e Weber**. Belo Horizonte: UFMG, 1995.



METODOLOGIA CIENTÍFICA

Código: Carga Horária: 60h

Eixo: Pré-requisito:

EMENTA

As diferentes formas de conhecimento. A Ciência e seus métodos. Metodologia de estudos. Trabalhos científicos e normas da ABNT. A leitura e a técnica de fichamento, resumo e resenha. Pesquisa enquanto princípio científico e educativo. Ética na pesquisa.

Competências e Habilidades

- Analisar as características que diferenciam ciência de outras formas de conhecimento;
- Produzir trabalhos científico-acadêmicos utilizando adequadamente as Normas da ABNT; I
- Identificar os diferentes métodos de pesquisa, bem como sua aplicação;
- Compreender os princípios da ética no desenvolvimento da pesquisa.

Referências Básicas

BARROS, Aidil Jesus da Silva e LEHFELD, Neide Aparecida. **Fundamentos de metodologia científica**. 3.ed. São Paulo: Pearson Education, 2008.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica: A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica: Guia para a Eficiência nos Estudos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Referências Complementares

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724 - **Trabalhos Acadêmicos - Apresentação**. Rio de Janeiro, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 1052 - **Citações em Documentos - Apresentação**. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022 - **Apresentação de Artigos em Publicações Periódicas**. Rio de Janeiro, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023- **Referências Bibliográficas - Elaboração**. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6028- **Informação e Documentação – Resumo- Apresentação**. Rio de Janeiro, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10719 - **Relatórios Técnico-científicos - Apresentação**. Rio de Janeiro, 1989.



POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Código: Carga Horária: 40 h

Eixo: Pré-requisito:

EMENTA

A evolução histórica da Educação escolar no Brasil: Política e Organização; Legislação educacional no Brasil na Constituição Federal de 1988 e na LDBEN (Lei nº 9394/96); Plano Nacional de Educação; O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) e suas garantias na escolarização; Diretrizes para a Educação Básica; Concepções e paradigmas curriculares para a Educação Nacional; Diretrizes e políticas pertinentes à educação ambiental, as relações étnico- raciais e outras garantias legais.

Competências e Habilidades

- Analisar a evolução histórica da Educação Escolar no Brasil no âmbito dos seus aspectos socioeconômicos, políticos, históricos e culturais, do período colonial ao estado democrático, evidenciando os embates em prol do acesso gratuito à escola pública;
- Conhecer as Resoluções, Diretrizes, Portarias e outros documentos legais que garantam os conhecimentos referentes às questões sócio ambientais, éticos, estéticos e relativos a diversidades étnico- raciais, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípio de equidade;
- Analisar a aplicação dos dispositivos legais da LDB e da legislação educacional complementar a respeito da Educação Básica, que regulamentam a organização administrativa, pedagógica e os recursos financeiros;
- Compreender a relevância do Plano Nacional de Educação no processo de continuidade e descontinuidade das políticas educacionais;
- Conhecer os direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, conforme o ECA.

Referências Básicas

DEMO, Pedro. **A nova LDB ranços e avanços**. 22. ed. Campinas: Papyrus, 2010.
LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.
SAVIANI, D. **Educação Brasileira: estrutura e sistema**. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

Referências Complementares

ELIAS, J. R. **Comentários ao estatuto da criança e do adolescente: lei 8.069, de julho de 1990**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
NISKIER, A. **História da Educação Brasileira**. Rio de Janeiro: Altadena, 2011.
ROMANELLI, O. **História da Educação no Brasil**. 34. ed. Rio de Janeiro, Vozes, 2009.
VEIGA, C. G., LOPES, El. M. T., FARIA FILHO, L. M. de (org.) **500 Anos de Educação no Brasil**. 4. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2010.



DIDÁTICA DA LÍNGUA E LITERATURA HISPÂNICA

Código:

Carga Horária: 60 h

Eixo:

Pré-requisito:

EMENTA

Educação, ensino e didática; Tendências Pedagógicas da prática escolar; Teorias de Currículo; Transposição didática; Processos de organização e gestão do trabalho docente; Elaboração de planejamento, avaliação de aprendizagem, produção de material didático e de instrumentos de avaliação de língua espanhola e literatura de língua espanhola.

Competências e Habilidades

- Compreender a função social do ensino e as concepções pedagógicas como referenciais para o desenvolvimento da prática pedagógica;
- Conhecer os processos de organização e gestão do trabalho docente como norteadores de uma ação intencional e sistemática;
- Identificar as concepções de currículo e suas implicações para o processo de ensino aprendizagem da língua e literatura espanhola;
- Entender a gestão do trabalho docente tendo o planejamento como norteador das experiências educativas em sintonia com a natureza das instituições educativas e com as demandas sociais;
- Elaborar e aplicar planos de ensino, observando seus elementos constitutivos;
- Analisar, numa perspectiva crítica, a relevância dos conteúdos de ensino no processo de aquisição do conhecimento;
- Refletir sobre estratégias diversificadas de avaliação de aprendizagem cumulativa e formativa em Ensino de Língua Estrangeira e propostas de intervenção pedagógica que potencialize o desenvolvimento de diferentes capacidades nos alunos, reorientando o trabalho docente.
- Analisar os erros e a interlíngua na aquisição de Língua como processo.

Referências Básicas

ARLAN, F. **Didáctica del Español como Lengua Extranjera**. Madrid: Cuadernos de Tiempo Libre, 1996.
LIBANEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2010.
LUCKESI, Carlos Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
MARTÍN, J.P, POZA, A. et al. **Lengua, Cultura y Literatura Aplicadas a la Enseñanza-aprendizaje de E/LE**. Recife: Bagaço, 2008.
SELBACH, Simone (Org.) **Ciências e Didática**. Coleção: Como bem ensinar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
VEIGA, Ilma Passos Alencastro (coord.). **Repensando a Didática**. 28. ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.

Referências Complementares

CANDAU, Vera Maria (Org.). **Rumo a uma nova Didática**. 16. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2005.
FREIRE, Paulo. **Letras Portugêsa autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
HAIDT, Regina C.C. **Curso de Didática Geral**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2006.
HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. 41. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.
PERRENOUD, PHILIPPE. **10 Novas Competências para Ensinar**. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Técnicas de ensino: por que não?** 16. ed. Campinas, SP: Papirus, 2006.



PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Código: Carga Horária: 60 h

Eixo: Pré-requisito:

EMENTA

A natureza da psicologia da educação como ciência aplicada; Concepções e tendências atuais; Caracterização do sujeito da educação nos seus aspectos cognitivos, afetivos e psicomotores. Relação entre educação, desenvolvimento e aprendizagem. Fracasso Escolar – diferentes perspectivas. Psicologia da aprendizagem – conceituação e caracterização. Motivação da aprendizagem. Teorias da aprendizagem e as escolas psicológicas (da infância à adultez). Temas contemporâneos da psicologia da educação de interesse do cotidiano escolar.

Competências e Habilidades

- Compreender, através do estudo da Psicologia, o sujeito da educação nos seus aspectos cognitivos, afetivos e psicomotores relacionando educação, desenvolvimento e aprendizagem;
- Discutir as concepções e tendências atuais da Psicologia da Educação;
- Identificar a problemática subjacente ao fracasso escolar em relação: - ao aluno – à escola;
- Relacionar as variáveis que interferem na motivação para aprender;
- Conhecer os princípios das teorias: comportamentalista, psicanalítica, humanista, cognitiva e sua aplicação no processo de ensino-aprendizagem, examinando o significado da relação entre a psicologia e a base epistemológica do trabalho docente;
- Discutir a função social do educador e a complexidade das relações existentes no processo de construção do conhecimento considerando as transformações que se processam durante os vários estágios da vida humana.

Referências Básicas

BOCK, Ana M. Bahia. **Psicologia e as Psicologias: uma introdução ao estudo da Psicologia**. São Paulo: Cortez, 2000.

BIAGGIO, Ângela M. Brasil. **Psicologia do desenvolvimento**. 2ª. ed. Petrópolis : Vozes, 2009.

FREIRE, Izabel Ribeiro. **Raízes da Psicologia**. 7ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

LUSTOSA, Ana Valéria Marques Fortes. **Psicologia da Educação**. Teresina-PI: EDUFPI/UAPI, 2010.

NUNES, Ana Ignez Belém Lima; SILVEIRA, Rosemary do Nascimento. **Psicologia da aprendizagem – processos, teorias e contextos**. Brasília: Liber Livro, 2011

Referências Complementares

BOCK, A. M. B; FURTADO, O, e TEIXEIRA, M. de L. T. **Psicologia sócio histórica**. São Paulo-SP: Cortez, 2001.

CARVALHO, Mª Vilani Cosme de (Org.). **Temas em Psicologia e Educação**. Belo Horizonte: Autêntica,

2006.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

VIGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SHAFFER, David. **Psicologia do desenvolvimento**. São Paulo: Thomson, 2005



EDUCAÇÃO ESPECIAL

Código:	Carga Horária: 40 h

Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

Trajetória da Educação Especial à Educação Inclusiva: modelos de atendimento e paradigmas: exclusão, segregação, integração e inclusão. Legislações e Políticas Públicas para a educação especial. O público alvo da educação especial: alunos com deficiência, alunos com transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação. Princípios e fundamentos teóricos da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva; Cenário regional e local da educação especial.

Competências e Habilidades

- Refletir sobre a trajetória histórica da educação especial à educação inclusiva, destacando os modelos de atendimento e seus paradigmas;
- Compreender os fundamentos legais e as políticas públicas que orientam a organização e funcionamento do ensino para a inclusão escolar;
- Reconhecer o público alvo da educação especial: alunos com deficiência, alunos com transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação;
- Situar os princípios e fundamentos teóricos da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva;
- Caracterizar a educação especial, organização curricular, terminalidade específica, metodologias de ensino e avaliação;
- Identificar os recursos da tecnologia assistiva, bem como de acessibilidade para uso competente tendo em vista o aprimoramento da prática pedagógica e a ampliação das possibilidades de acesso e permanência no ensino básico e superior;
- Desenvolver ações de pesquisa, avaliação, criação e aplicação que valorizem o trabalho coletivo, interdisciplinar com intencionalidade pedagógica, valorização e aperfeiçoamento do ensino do público alvo da educação especial;
- Conhecer as especificidades, necessidades e potencialidades da educação especial identificando as modalidades de atendimento da Educação Especial no Sistema Regular de Ensino.

Referências Básicas

ALVES, Carla Barbosa.[et. al.]. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar:**

Abordagem Bilíngue na Escolarização de Pessoas com Surdez. Brasília: Módulo 02: o enfoque da educação inclusiva. Brasília: 2005.

BRASIL, Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. Educar na Diversidade**.

BRASIL, Ministério de Educação. **Marcos Políticos Legais da Educação Especial na perspectiva da**

Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2010.

CAMPBELL, Selma Inês. **Múltiplas faces da Inclusão.** Rio de Janeiro: Wak, 2009.

MEC/ SEESP, [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

Referências Complementares

BELISÁRIO FILHO, José Ferreira; CUNHA, Patrícia. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Transtornos Globais do Desenvolvimento.** Brasília: MEC/ SEESP, [Fortaleza]:Universidade Federal do Ceará, 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. Marcos Políticos Legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2010.

CARVALHO, Rosita, Edler. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico.** 3ªed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

FERREIRA, E. C. GUIMARÃES, M. **Educação inclusiva.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GOMES, Adriana Lima Verde. [et. al.]. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: O Atendimento Especializado para Alunos com Deficiência Intelectual.** Brasília: MEC/ SEESP, [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.



EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Código:	Carga Horária: 40 h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

Diversidade geracional na Educação de Jovens e Adultos (EJA); Fundamentos históricos e legais da EJA; Pressupostos teórico-metodológicos da EJA; Inclusão Social e EJA; Organização e adaptação curricular; Metodologias de ensino e processo de avaliação em EJA; Políticas públicas para a EJA; A EJA no contexto regional e local.

Competências e Habilidades

- Observar as práticas pedagógicas em EJA, analisando em consonância com a diversidade geracional e as metodologias de ensino e processo de avaliação;
- Identificar a modalidade de educação para jovens e adultos – EJA – como uma política de inclusão social;
- Conhecer os fundamentos legais que regem o atual sistema nacional de Educação para Jovens e Adultos;
- Discutir princípios norteadores da EJA no Brasil, as influências externas, bem como as políticas públicas que a fomentam;
- Entender a abrangência e o contexto da realidade social, econômica e política, na qual se insere o complexo educacional voltado para a EJA;
- Investigamos sistemas estadual e municipal a abrangência e aplicabilidade das políticas públicas na operacionalização da EJA;
- Analisar as complexidades e especificidades da EJA de forma integral/inclusiva/contextualizada em ambientes formais, informais e prisionais.

Referências Básicas

- RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). **Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leitoras**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008.
- SCHEIBEL, Maria Fani e LEHENBAUER, Silvana (Orgs.). **Saberes e singularidades na educação de jovens e adultos**. Porto Alegre: Mediação, 2008.
- TIRIBA, Lia; CIAVATTA, Maria (Orgs.). **Trabalho e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Liber/UFF, 2011.

Referências Complementares

- BRASIL, **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**, Brasília-DF, 1996.
- BRZEZINSKI, Iria. **LDB dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares**. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2010.
- FERREIRA, M^a José de Rezende [et.all.]. **EJA e Educação Profissional: desafios da pesquisa e da formação no PROEJA**. Recife: Liber, 2012.
- GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José Eustáquio (Orgs.). **Educação de Jovens e Adultos: teorias, práticas e propostas**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MOURA, Tânia M^a de Melo. **Formação de professores para a Educação de Jovens e Adultos: dilemas atuais**. Porto Alegre: Autêntica, 2010.



LIBRAS

Código:	Carga Horária: 60 h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), caracterização, leis e decretos. Fundamentos dos aspectos políticos, sociais e linguísticos da Língua de Sinais e sua importância para a comunidade surda. Evolução histórica da educação de surdos. Cultura e identidade surda. Inclusão do aluno surdo na educação básica. Introdução aos aspectos linguísticos da LIBRAS: fonologia, morfologia e sintaxe. Vocabulário básico da LIBRAS. Tecnologias e surdez.

Competências e Habilidades

- Analisar os instrumentos legais que regulamentam a inclusão da pessoa com surdez no atual sistema de ensino público e privado;
- Refletir os fundamentos políticos, sociais e linguísticos da Língua de Sinais e sua importância para a afirmação cultural da comunidade surda;
- Conhecer a evolução histórica da educação de surdos ao longo dos séculos para contextualizar o ensino nos dias atuais;
- Reconhecer a Libras como língua, enfatizando os aspectos culturais e identitários da comunidade surda;
- Delinear a inclusão do aluno surdo no ambiente educacional para respeito às diferenças, reconhecimento e valorização da diversidade;
- Compreender os aspectos linguísticos introdutórios, seus processos de construção, disseminação e uso da Libras;

- Adquirir vocabulário básico da Libras para o estabelecimento de uma comunicação inicial com pessoas surdas;
- Expandir o uso da Libras legitimando-a como primeira língua da pessoa surda;
- Usar as tecnologias para aprimoramento da prática pedagógica e ampliação da formação cultural e cognoscitiva do estudante surdo;
- Desenvolver ações de pesquisa, avaliação, criação e uso de Tecnologias da Informação e Comunicação para a pessoa com surdez.

Referências Básicas

BRANDÃO, Flávia. **Dicionário Ilustrado de LIBRAS: Língua Brasileira de Sinais**. Global Editora, 2011.

FERNANDES, Eulalia. **Surdez e bilinguismo**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

Referências Complementares

BRASIL MEC/SEESP. **Educação Especial - Língua Brasileira de Sinais (Série Atualidades Pedagógicas)**. Caderno 3. Brasília/DF. 1997

KOJIMA, C. K.; SEGALA, S. R. **Revista Língua de Sinais**. A Imagem do Pensamento. Editora Escala – São Paulo/SP. N.º 02 e 04, 2001

MOURA, LODI & PEREIRA. **Língua de sinais e Educação do Surdo (Série neuropsicológica, v.3)**. São Paulo /SP – Editora TEC ART, 1993.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua Brasileira de Sinais: Estudos Linguísticos**, Florianópolis, SC: Artmed, 2004.

SOUZA, Regina Maria de; SILVESTRE, Nuria; ARANTES, Valeria Amorim. **Educação de surdos: pontos e contrapontos**. 2. ed. São Paulo: Summus, 2007.



LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS

Código:

Carga Horária: 40h

Eixo:

Pré-requisito:

Ementa:

Leitura, interação e produção de sentido: concepções de leitura, conhecimentos do leitor necessários na leitura e estratégias de leitura. Sequências tipológicas, gêneros textuais e domínios discursivos. A escrita na universidade: leitura e produção de gêneros acadêmicos. Mecanismos de textualização e de argumentação dos gêneros acadêmicos: resumo, resenha crítica, seminário, artigo científico. Créditos Práticos: Leitura, compreensão e interpretação de textos acadêmico-científicos e gêneros textuais em uma perspectiva interdisciplinar.

Competências e Habilidades

- Conhecer os mecanismos de textualização e de argumentação dos gêneros acadêmicos: resumo, resenha crítica, seminário, artigo científico. Conhecer e aplicar as normas em trabalhos acadêmicos.
- Utilizar os mecanismos de textualização e de argumentação dos gêneros acadêmicos: resumo, resenha crítica, seminário, artigo científico.

Referências Básicas

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2016.
KÖCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Maria Vanda. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.
KÖCHE, Vanilda Salton; BOFF, Odete Maria Benetto; PAVANI, Cinara Ferreira. **Prática textual**: atividades de leitura e escrita. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. MOTTA-ROTH, D.;
HENDGES, G. H. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

Referências Complementares

ANTUNES, I. **Análise de Textos**: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
CINTRA, Anna Maria Marques; PASSARELLI, Lília Ghiuro. **Leitura e produção de texto**. São Paulo: Blucher, 2011.
FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2016.
KLEIMANN, Angela. **Texto e leitor**: aspectos cognitivos da leitura. 15. ed. Campinas, SP: Pontes, 2013.
KÖCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Maria Vanda. **Ler e escrever**: estratégias de produção textual. 2. ed. - São Paulo: Contexto, 2011.
MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola, 2010.
MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
SILVEIRA MARTINS, Dileta; ZILBERKNOP, Lúbia S. **Português instrumental**: de acordo com as atuais normas da ABNT. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2010.



TEORIA LITERÁRIA

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
Evolução do conceito de literatura. Pontos de vista culturais e emanentista. Relações entre a literatura, a sociedade e as diversas formas do saber.. A linguagem literária, desvendando seus segredos e características que a tornam única. Gêneros literários, traçando seus contornos e peculiaridades. Mergulharemos na representação e na linguagem literária, desvendando seus mecanismos de construção de mundos e significados. O imaginário, o fictício e a ficção, explorando suas relações e funções na literatura. Funções da literatura, desde seu poder de entretenimento até sua capacidade de questionar e transformar a realidade. As diferentes correntes críticas da literatura, contextualizando-as em seus contextos sociais e históricos.	
Competências e Habilidades	
● Discutir as especificidades do discurso literário e suas relações com a sociedade; ● Refletir sobre o conceito de Literatura; ● Compreender, no texto literário, o processo de construção do universo ficcional; ● Refletir sobre a função social da Literatura; ● Reconhecer, nos textos, os principais mecanismos pelos quais o texto literário dialoga com outros textos e outros campos de produção cultural;	
Referências Básicas	
BONNICI, Thomas & ZOLIN, Lúcia Osana (orgs). Teoria literária : abordagens históricas e tendências contemporâneas. Segunda Edição. Maringá: UEM, 2005.	

COMPAGNON, Antoine. **O Demônio da Teoria:** literatura e senso comum. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

COSTA LIMA, Luis. **Teoria da literatura em suas fontes.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1998.

COMPAGNON, Antoine. **Literatura para quê?** Trad. Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

Referências Complementares

BARTHES, Roland. **Crítica E Verdade.** São Paulo. Perspectiva. 1970.

CRUZ E SOUZA. **Poesia Completa.** Florianópolis. Fundação Catarinense de Cultura.

MARX & ENGELS. **Sobre Literatura E Arte.** 2a edição. São Paulo. Global. 1980.

PLATAO. **Diálogos:** Livro X, A República. Porto Alegre. Globo. 1964.



LINGUÍSTICA APLICADA AO ENSINO DE E/LE

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
Definição de Linguística Aplicada (LA) e visão de seu objeto de estudo. Visão dos fundamentos da LA sobre o ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras. Diferentes pesquisas aplicadas e seus pressupostos teóricos.	
Competências e Habilidades	
● Introduzir os estudos da área de Linguística Aplicada com ênfase para questões fundamentais e subjacentes ao ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras. ● Possibilitar o aprofundamento de estudos teóricos no âmbito da Linguística Aplicada. ● Analisar, criticamente, as perspectivas de ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras e as questões subjacentes a elas, especialmente na escola pública. ● Avaliar materiais didáticos e criar planos de ensino de espanhol com base nos fundamentos teóricos estudados.	
Referências Básicas	
BOHN, Hilário Inácio. Tópicos de linguística aplicada: o ensino de línguas estrangeiras. Florianópolis, SC: UFSC, 1988	
CASTRO, Solange Teresinha Ricardo de. Pesquisas em linguística aplicada: novas contribuições. Taubaté, SP: Cabral, 2003	
LEIMAN, Angela (Org.). A formação do professor: perspectivas da linguística aplicada. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.	
MOITA LOPES, L.P. Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar. São Paulo: Parábola, 2008.	
SILVA, Kleber Aparecido da; ALVAREZ, Maria Luisa Ortiz. Perspectivas de investigação em linguística aplicada. São Paulo, SP: Pontes Livros, 2008.	
Referências Complementares	

Competências e Habilidades

Referências Básicas

Referências Complementares

CELANI, M. A. A. **Afinal, o que é Linguística Aplicada?** IN: CELANI, M.A.A.; PASCHOAL, M.S.Z. **Linguística Aplicada: da aplicação da Linguística à Linguística Transdisciplinar**. São Paulo: EDUC, 1992.

BURWELL, C. **The pedagogical potential of vídeo remix: critical conversations about culture, creativity and copyright**. In: Journal of Adolescent & Adult Literacy, nov 2013, p. 205-213.

FERREIRA, A. J. **Teoria racial crítica e letramento racial crítico: narrativas e contra narrativas de identidade racial de professores de línguas**.
In: Revista da ABPN, v. 6, n.14, jul-out, 2014, p. 236-263.

KUMARAVADIVELU, B. **Understanding language teaching: from method to post-method**. USA: Yale University, 2006.

MOITA LOPES, L. P. **Da aplicação de linguística à linguística aplicada indisciplinar**. IN: PEREIRA, R.C.M.; ROCA, P.M. **Linguística Aplicada: um caminho com diferentes acessos**. São Paulo: Contexto, 2009

ROCHA, C. H.; BASSO, E. A. **Ensinar e aprender língua estrangeira nas diferentes idades: reflexões para professores e formadores**.
São Paulo: Clara Luz, 2008

16.2 COMPONENTES CURRICULARES ESPECÍFICOS



PRÁTICA ORAL EM LÍNGUA ESPANHOLA I

Código:	Carga Horária: 30h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
Práticas introdutórias da expressão e compreensão orais em língua espanhola. Noções de Pragmática. A linguagem em uso: produção de textos orais. Elementos de Educação Linguística.	
Competências e Habilidades	
• Promover distintas situações comunicativas através de práticas contextualizadas, com o intuito de desenvolver as habilidades de compreensão e produção oral e escrita; • Compreender que a finalidade da análise estrutural da língua é dar suporte à comunicação; • Identificar e reconhecer como legítimas as diferentes variedades da Língua Espanhola. • Favorecer a reflexão e o debate sobre língua e cultura, identidade e alteridade, pensadas na relação língua materna x língua estrangeira; • Oferecer noções gerais sobre a estrutura gramatical da língua espanhola nos níveis fonológico, morfológico, sintático e pragmático discursivo; • Estudar as construções verbais do modo indicativo, priorizando o tempo Presente e as formas nominais do verbo; • Conhecer o léxico da língua espanhola em nível básico.	
Referências Básicas	

ANGULO RINCÓN, Lizandro. (2010): **Voseo, el Otro Castellano de América**, en Revista Historia de la Educación Latinoamericana No 14, Tunja, Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia, RUDECOLOMBIA, SHELA-HISULA, pp. 267 - 288. Disponible en: dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3296299.pdf

BON, Francisco Matte. **Gramática Comunicativa del Español**. Tomos I y II. Madrid: Edelsa, 1995.

FANJUL, Adrián. (Org.) **Gramática de Español Paso a Paso**. São Paulo: Santillana / Editora Moderna, 2005.

TORREGO, Leonardo Gómez. **Gramática Didáctica del Español**. Madrid: Ediciones SM, 2007.

Referências Complementares

MARTINS, Manoel Dias, PACHECO, Maria Cristina G.. **Temas de Gramática Contemporânea de La Lengua Española**. São Paulo: Nacional, 2005.

MILANI, Esther Maria. **Gramática de Espanhol para brasileiros**. 3ªed. São Paulo: Saraiva, 2006.

SEÑAS. **Diccionario para la Enseñanza de Español para Brasileños**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.



LÍNGUA ESPANHOLA I: História

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	

Ferramentas para estudos em diacronia. Panorama da História externa da Língua Espanhola. Estudo da História Interna. Relações econômicas, sócio-políticas, étnico-raciais. Aspectos da variação/ mudança linguística em língua espanhola: léxico, fonética, fonologia, morfossintaxe e semântica. Educação Linguística: O lugar da História da Língua no Ensino de E/LE.

Competências e Habilidades

- Estudar a língua espanhola em diacronia.
- Conhecer os mais representativos fenômenos de variação e mudança do espanhol e seus contextos;
- Construir um pensamento crítico-reflexivo a partir das relações língua-história-ensino.

Referências Básicas

CANO AGUILAR, R. **El Español a través de los tiempos**. Madrid: Arco Libros, 2008.

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. SP: Martins Fontes, 2005.

LAPESA, R. **Historia de la lengua española**. Madrid; Gredos, 1981.

PENNY, R. **Variación y cambio en español**. Madrid: Gredos, 2004.

TORRENS ÁLVAREZ, M.J. **Evolución e historia de la lengua española**. Madrid: Arco Libros, 2007.

Referências Complementares

ALONSO, Vicenta Cortés. **La escritura y lo escrito. Paleografía y diplomática de España y América en los siglos XVI y XVII**. Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1986.

CANO AGUILAR, R. **Historia de la lengua española**. Ariel: Barcelona, 2005.

FARACO, Carlos Alberto. **Lingüística Histórica**. SP: Párbola, 2005.

MENENDEZ PIDAL, R. **Orígenes del español: Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI**. Madrid: Gredos, 1986.

TERRERO, A. R. **Introducción a la paleografía y la diplomática general**. Madrid: editorial Síntesis, 1999.



LÍNGUA ESPANHOLA II: Fonética e Fonologia

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:

Ementa

Princípios de organização da língua oral. Análise segmental dos principais fenômenos de variação fonéticos e fonológicos do espanhol através da correlação sistemática entre fonema, som e letra de todo o sistema. Elementos de análise prosódica: ritmo e melodia da fala. Sistematização das dificuldades de pronúncia de falantes brasileiros na aprendizagem do espanhol. Dialeto hispanica. Educação Linguística: Fonética, fonologia e ensino de E/LE.

Competências e Habilidades

- Reconhecer e sistematizar os principais fenômenos de variação fonéticos e fonológicos do espanhol que caracterizam as diferentes comunidades linguísticas do mundo hispânico.
- Caracterizar os princípios de organização da língua oral bem como estabelecer relações entre o sistema escrito do espanhol e fenômenos fonológicos da língua;
- Prever e sistematizar as principais dificuldades vocálicas e consonânticas de um falante brasileiro na aprendizagem do espanhol;
- Relacionar teoria e prática dos conteúdos ministrados enfocando as aulas de Espanhol como língua estrangeira (E/LE).

Referências Básicas

CORTÉS MORENO, M. **Didáctica de la prosodia del español: la acentuación y la entonación**. Madrid: Edinumen, 2002.

FERNÁNDEZ, J. G. **Fonética para profesores de español: de la teoría a la práctica**. Madrid: Arco libros, 2007.

POCH-OLIVÉ, D. **Fonética para aprender español: pronunciación**. Madrid: Edinumen, 1999.

QUILIS, A. **Principios de fonología y fonética españolas**. Madrid: Arco libros, 2003.

Referências Complementares

BLANCHE-BENVENISTE, C. **Estudios lingüísticos sobre la relación entre oralidad y escritura**. Barcelona: Gedisa, 1998.

MORENO FERNÁNDEZ, F. **Qué español enseñar**. Madrid: Arco libros, 2002.

NAVARRO, A. H. **Aspectos de la entonación española: viejos y nuevos enfoques**. Madrid: Arco libros, 2006.



PRÁTICA ORAL EM LÍNGUA ESPANHOLA II

Código:	Carga Horária: 30h
Eixo:	Pré-requisito:

Ementa

Práticas de desenvolvimento da expressão e compreensão orais em língua espanhola. Noções de Pragmática. A linguagem em uso: produção de textos orais. Elementos de Educação Linguística.

Competências e Habilidades

● Promover distintas situações comunicativas através de práticas contextualizadas, com o intuito de desenvolver as habilidades de compreensão e produção oral. ● Dar ênfase no desenvolvimento das habilidades de compreensão e de produção oral; ● Expressar-se adequadamente pelo emprego de construções verbais e nominais em língua espanhola a nível básico pré-intermediário em situações da vida cotidiana; ● Expressar-se oralmente por textos de conteúdo básico e pré-intermediário; ● Propiciar o aprimoramento das habilidades de compreensão e de produção em língua espanhola. ● Desenvolver o conhecimento (inter)cultural dos países hispano-americanos, bem como a(s) cultura(s) nacional(is).
Referências Básicas BON, Francisco Matte. Gramática Comunicativa del Español . Tomos I y II. Madrid: Edelsa, 1995. Diccionario de la Lengua Española. RAE; Madrid: Espasa-Calpe, 1992. ROMERO, Ricardo; PACHECO, M. Cristina G; BARRIONUEVO, Víctor. Diccionario de la lengua española . São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 2005. 832 p. ISBN 8504009602. UNIVERSIDAD DE ALCALÁ DE HENARES. Departamento de Filología. Diccionario de español para extranjeros : para la enseñanza de la lengua española . 2. ed. Espanha: Larousse, 2000. 1248 p. ISBN 9788471538529 . UNIVERSIDAD DE ALCALÁ DE HENARES. Departamento de Filología.; BERLINER, Claudia; BRANDÃO, Eduardo; STAHEL, Mônica. Señas : diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños. 2. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2001. XXXII,1510 p. ISBN 8533613997.
Referências Complementares ASENSIO, Margarita Ostojka. Diccionario de bolsillo españolportugués portugués español . Madrid: Espasa-Calpe, 2001. 851 p. ISBN 9788423923014

LÍNGUA ESPANHOLA III: Ortografia e Pontuação	
Código:	Carga Horária: 40h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa Estudo do sistema ortográfico da língua espanhola e representação das normas que regem a sua escrita na atualidade. Principais dificuldades ortográficas do brasileiro, origem e evolução dos sistemas ortográficos e as reformas ortográficas. Etimologia das palavras, homônimos. Sinais e regras de pontuação e acentuação.	
Competências e Habilidades ● Conhecer as notas orientadoras para o uso das letras e, por conseguinte, a escrita correta das palavras; ● Acentuar gráfica e corretamente as palavras; ● Conhecer os homônimos e utilizá-los adequadamente em diferentes contextos; ● Praticar as destrezas da língua espanhola enfatizando a expressão escrita.	
Referências Básicas	

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Nueva Gramática de la Lengua Española**. Madrid: Espasa, 2010
 GÓMEZ TORREGO, L. **Gramática didáctica del español**. Madrid: SM, 2005
 REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, ASOCIACIÓN DE ACADEMIAS DE LA LENGUA ESPAÑOLA. **Ortografía básica de la lengua española**. Barcelona: Espasa Libros, D.L. 2012

Referências Complementares

ALARCOS LLORACH, E. **Gramática de la lengua española**. Madrid: RAE/Espasa-Calpe, 1994
 MATTE BON, F. **Gramática comunicativa del español**. Tomos I y II. M, Madrid: Edelsa, 1999
 ALONSO RAYA, R. **Gramática básica del estudiante de español**. Barcelona: difusión, 2010
 CHOZAS, D.; DORNELES, F. **Dificultades del español para brasileños**. Madrid: SM, 200
 HERNÁNDEZ, Guillermo. **Ortografía fácil**. Madrid, SGEL, 2010.
 LLORACH, Emilio Alarcos. **Gramática de la lengua española**. Real Academia Española. Madrid: Espasa-Calpe, 1999.
 MILANI, E. M. **Gramática de Espanhol para Brasileiros**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2006
 MOLINER, María. **Ortografía española**. Madrid, Gredos, 2012.
 TORREGO, Leonardo Gómez. **Ortografía práctica del español**. Madrid, Espasa Libros, 2008.
 VV.AA, Parramon. **Apuntes de Ortografía**. Badalona, 48 Parramon, 2012.



PRÁTICA ORAL EM LÍNGUA ESPANHOLA III

Código:

Carga Horária: 30h

Eixo:

Pré-requisito:

Ementa

Práticas de aperfeiçoamento do desenvolvimento da expressão e compreensão orais em língua espanhola. Noções de Pragmática. A linguagem coloquial em uso: produção de textos orais. Elementos de Educação Linguística.

Competências e Habilidades

- Promover distintas situações comunicativas através de práticas contextualizadas, com o intuito de desenvolver as habilidades de compreensão e produção oral;
- Compreender que a finalidade da análise estrutural da língua é dar suporte à comunicação;
- Identificar e reconhecer como legítimas as muitas variedades da Língua Espanhola.
- Dar ênfase ao desenvolvimento das habilidades de compreensão e de produção oral de gêneros textuais de tipo argumentativo;
- Expressar-se adequadamente pelo emprego do sistema linguístico da língua espanhola; com prioridade para os tempos do modo subjuntivo;
- Desenvolver uma consciência e educação intercultural no contexto latino-americano.
- Promover diferentes letramentos (linguístico, cultural, digital etc.)

Referências Básicas

BARALO, M. **La adquisición del español como lengua extranjera**. Madrid: Arco Libros, 2004.
 BARROS, Diana Luz Passos de. **Linguagem popular e oralidade: efeitos de sentido nos discursos**. En: BERGES, M. G.T. La comprensión auditiva. En: LOBATO, S. J. y FERNÁNDEZ, J.O. **La expresión oral – Persuasión: oratoria moderna, presentaciones orales efectivas, técnicas – estrategias, ejercicios**. Buenos Aires: Lumiere, 2005.

FERNÁNDEZ LOZANO, Pilar. **Modelos sobre la adquisición del lenguaje**. Didáctica, 8. 105-116, Servicio de Publicaciones UCM. Madrid, 1996

GARGALLO, I. S. (org.). **Vademécum para la formación de profesores**. Madrid: SGEL, 2004.

GÓMEZ, R. P. **La expresión oral**. En: LOBATO, S. J. y GARGALLO, I. S. (org.). **Vademécum para la formación de profesores**. Madrid: SGEL, 2004.

PRETI, Dino (Org). **Oralidade em textos escritos**. São Paulo: Humanitas, 2009.

Referências Complementares

LÓPEZ GARCÍA, Ángel. **Comprensión oral Del español**. Madrid: Arco Libros, 2002.

MORENO FERNÁNDEZ, Francisco. **Producción, expresión e interacción oral**. Madrid: Arco Libros, 2002.

PINILLA GÓMEZ, R. **El desarrollo de las estrategias de comunicación en los procesos de expresión oral: un recurso para los estudiantes de E/LE**. En: *El desarrollo de la expresión oral en el aula de español como lengua extranjera*. Revista Carabela, nº 47, Madrid: SGEL, 2000.

SANTOS GARGALLO, I. **Linguística aplicada a la enseñanza-aprendizaje del español como lengua extranjera**. Madrid: Arco Libros, 2004.



LITERATURA ESPANHOLA I

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	

Introdução ao estudo da literatura espanhola. A literatura medieval. A poesia narrativa na idade média. Literatura, cultura, didatismo, grupos étnicos e relações de poder; gêneros medievais e criação literária da lírica renascentista. O barroco: século de ouro espanhol. Conceptismo e culteranismo. O teatro espanhol: tradição e renovação.

Competências e Habilidades

- Estudar um panorama da literatura espanhola e de seus movimentos estéticos ao longo da história.
- Desenvolver nos alunos a capacidade de análise literária a partir dos textos literários mais representativos desta sociedade.

Referências Básicas

ALONSO, ÁLVARO (Org.). **Poesía de Cancionero**. 7ed. Madrid: Cátedra, 2008.

ANÓNIMO. Poema de Mío Cid. **Prosificación moderna Alfonso Reyes**. 6ed. Madrid: Jorge A. Mestas, 2010.

ARCIPRESTE DE HITA. **El libro del buen amor**. Barcelona: Bruguera, 1978.

BERCEO, Gonzalo de. **Milagros de Nuestra Señora**. 7ed. Madrid: Castalia, 1996.

CANAVAGGIO, Jean. **Historia de la Literatura Española I**. Edad Media. Barcelona: Ariel, 2008.

DIAZ-PLAJA, Guillermo. **Historia de la literatura española a través de la crítica y de los textos**. 4.ed. Buenos Aires: Editorial Ciordia, c1958. 602 p. Número de chamada: 860.9 D542GGGG

GONZÁLEZ, Mario M. **Leituras de Literatura Espanhola (da Idade Média ao séc. XVII)**. São Paulo: Letraviva/Fapesp, 2010.

MANUEL, Don Juan. **Libro del Conde Lucanor**. Ed. de F. G. Redondo. Madrid: Castalia, 2008.

MARAVALL, J. A. **La Edad Media**. In: *Estudios del pensamiento español*. Serie primera, Edad Media. Madrid: Ediciones Cultura Hispánica del ICI, 1983.

PORTILLA, Maria Paz Pizarro. **Literatura espanhola I** / Maria Paz Portilla. Rio de Janeiro: SESES, 2016.

PROENÇA FILHO, Domício. **Linguagem literária**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2009. 95 p.
JOHNSON, Richard; ESCOSTEGUY, Ana Carolina; SCHULMAN, Norma. **Que e, afinal, estudos culturais?** 3. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2006. 236 p.

Referências Complementares

MONTALVO, Garci Rodríguez de. **Amadís de Gaula**. 5. ed. Madrid: Cátedra, 2008.
PIDAL, Menéndez. **Flor nueva de romances viejos**. Madrid: Espasa-Calpe, 2003.
ROJAS, Fernando de. **La Celestina**. 17ed. Madrid: Cátedra, 2008.
VEGA, Garcilaso de la. **Poesías completas**. Madrid: Castalia, 2005.



COMPREENSÃO E EXPRESSÃO ESCRITA EM LÍNGUA ESPANHOLA

Código:

Carga Horária: 60h

Eixo:

Pré-requisito:

Ementa

Estudo dos diversos registros de comunicação escrita: resumos, relatórios, comentários de texto, correspondência. Produção escrita por parte dos alunos dos diversos registros de comunicação escrita trabalhados. Verbos de cambio. A opinião alheia e o discurso direto e indireto.. Construção de narrativas hipotéticas e os usos do subjuntivo. Estudo crítico da produção escrita em língua espanhola.

Competências e Habilidades

- Promover distintas situações de expressão escrita através de práticas contextualizadas, com o intuito de desenvolver as habilidades de compreensão e produção desta destreza.
- Aprofundar-se no estudo de teorias sobre leitura e escrita;
- Recuperar deficiências básicas na estruturação de frases e textos;
- Identificar as palavras chave e as ideias básicas de textos;
- Estruturar frases e parágrafos coesos e coerentes;
- Desenvolver a produção de textos a partir de leitura de diversos tipos de textos;
- Compreender e produzir diversos tipos de textos de distintos gêneros, nas esferas cotidiana, acadêmica e literária.

Referências Básicas

BON, Francisco Matte. **Gramática Comunicativa del Español**. Tomos I y II. Madrid: Edelsa, 1995.
CASSANY, Daniel (2004): "La expresión escrita" en Sánchez Lobato, J. Y Santos Gargallo, J. (dir.): **Vademécum para la formación de profesores: Enseñar Español como segunda lengua (L2) / lengua extranjera (LE)**, Madrid: SGEL, p. 917-942.
COSTA, E. G. **Diccionario de la Lengua Española**. RAE; Madrid: Espasa-Calpe, 1992.
MARTINS, Manoel Dias, PACHECO, Maria Cristina G.. **Temas de Gramática Contemporânea de La Lengua Española**. São Paulo: Nacional, 2005.

Referências Complementares

EGUILUZ PACHECO, Juan. **La evaluación de la expresión escrita**. In: Vademécum para la formación de profesores. Enseñar español como segunda lengua (L2)/ lengua extranjera (LE). Madrid: SGEL, 2004, p.1005-1024.
SEÑAS. **Diccionario para la Enseñanza de Español para Brasileños**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

TORREGO, Leonardo Gómez. **Gramática Didáctica del Español**. Madrid: Ediciones SM, 2007.



LÍNGUA ESPANHOLA IV: Aspectos Morfossintáticos I

Código:

Carga Horária: 60h

Eixo:

Pré-requisito:

Ementa

Descrição e análise dos componentes morfossintáticos da língua espanhola:: base conceitual. Estudo morfossintático das classes de palavra variáveis: el sustantivo, el adjetivo, el artículo, el pronombre y el verbo.

Competências e Habilidades

- Descrever os aspectos morfológicos e sintáticos do espanhol.
- Conhecer alguns conceitos básicos (tais como clase de palabras, gramática, morfología, sintaxis, semántica, lexicología, lexicografía, pragmática), etc;
- Conhecer os diversos conceitos de cada uma das classes de palavras variáveis (el sustantivo, el adjetivo, el artículo, el pronombre y el verbo), suas particularidades e uso;
- Identificar os pronomes complemento dentro de textos e reconhecer seu(s) referente(s);
- Conjuguar adequadamente os verbos em espanhol e utilizá-los na expressão e interação orais e escritas.
- Relacionar o conhecimento dos aspectos morfossintáticos com a capacidade de expressão e comunicação em língua espanhola.

Referências Básicas

BON, F. M. **Gramática comunicativa del español**. Tomos I y II. 2 ed. Madrid: Edelsa, 1995.
DÍAZ, P.; RODRÍGUEZ, M. L. **Las formas verbales**. Madrid: Edinumen, 2005.
GÓMEZ TORREGO, Leonardo. **Análisis morfológico. Teoría y práctica**. Madrid: SM, 2007.
FERNÁNDEZ DÍAZ, Rafael. **Prácticas de gramática española para hablantes de portugués – dificultades generales**. Cuadernos de prácticas de español/ LE. Madrid: Arco Libros, 1999.3.
MASIP, Vicente. **Gramática española para brasileños**. Tomo I: Morfosintaxis. Barcelona: Difusión, 1999.
REAL ACADEMIA ESPAÑOLA & ASOCIACIÓN DE ACADEMIAS DE LA LENGUA ESPAÑOLA. **Nueva gramática de la lengua española**. Ed. Espasa Libros, Madrid, 2009.
VARELA ORTEGA, Soledad. **Fundamentos de morfología**. Madrid: Síntesis, 1992.

Referências Complementares

ALARCOS, E. **Estudios de gramática funcional del español**. Madrid: Gredos, 1991.
LLORACH, Emilio Alarcos. **Gramática de la lengua española**. Real Academia Española. Madrid: Espasa-Calpe, 1999.3.
MATTE BON, Francisco. **Gramática comunicativa del español I**. (de la lengua a la idea). Madrid: Edelsa, 1998.4.

SECO, Manuel. **Gramática Esencial del Español**: Introducción al estudio de la lengua. Madrid: Espasa-Calpe, 1999.5.

SOLE COSTA, Jesús María. **Gramática de los verbos en español**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2003.

TORREGO, Leonardo Gomez. **Gramática didáctica del español**. Madrid: SMediciones, 2002.



PRÁTICA ORAL EM LÍNGUA ESPANHOLA IV

Código:

Carga Horária: 30h

Eixo:

Pré-requisito:

Ementa

Conceitos sobre a oralidade. Avaliação da expressão oral e da compreensão auditiva em língua espanhola. Prática e correção da oralidade em sala de aula. Expressões idiomáticas da língua espanhola.

Competências e Habilidades

- Desenvolver a competência comunicativa na capacidade do indivíduo de utilizar a língua de forma adequada e eficaz para diferentes fins;
- Promover uma reflexão sobre os erros gramaticais, consolidando o conhecimento das regras da língua espanhola e promovendo um uso correto das estruturas linguísticas;
- Incentivar o contato com as expressões idiomáticas em diferentes contextos.

Referências Básicas

BORDÓN MARTÍNEZ, Teresa. **La evaluación de la expresión oral y de la comprensión auditiva**. In: SANCHEZ LOBATO; SANTOS GARGALLO (Org.) **Vademécum para la formación de profesores. Enseñar español como segunda lengua (L2)/ lengua extranjera (LE)**. Madrid: SGEL, 2004, p.983-1004.

EDELSA, Edi 6. **Preparación Certificado Inicial, Básico y Superior de Español Lengua Extranjera**. Volúmenes I, II, III. Madrid: Edelsa, 1991.

GIL-TORESANO BERGES, Manuel. **La comprensión auditiva**. In: SANCHEZ LOBATO; SANTOS GARGALLO (Org.) **Vademécum para la formación de profesores. Enseñar español como segunda lengua (L2)/ lengua extranjera (LE)**. Madrid: SGEL, 2004, p.899-916.

Referências Complementares

GÓMEZ ASECIO, J.; SÁNCHEZ LOBATO, J. (Org.) **Forma. Formación de formadores. Interferencias, cruces y errores**. Madrid: SGEL, 2001.

PINILLA GÓMEZ, Raquel. **La expresión oral**. In: SANCHEZ LOBATO; SANTOS GARGALLO (Org.) **Vademécum para la formación de profesores. Enseñar español como segunda lengua (L2)/ lengua extranjera (LE)**. Madrid: SGEL, 2004, p.879-898.



METODOLOGIA DO ENSINO DA LÍNGUA ESPANHOLA	
Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
Estudos sobre os diferentes enfoques metodológicos para o ensino de espanhol, língua estrangeira. Distinção entre aquisição e aprendizagem e repercussões no ensino. Análise do conceito e das fases de interlíngua.	
Competências e Habilidades	
• Proporcionar o instrumental teórico e prático sobre os métodos e teorias do do Ensino-aprendizagem do Espanhol como Língua Estrangeira. • Compreender e usar a metalinguagem sobre metodologia de ensino de E/LE. • Analisar e reconhecer os diferentes métodos de ensino de E/LE. • Discutir sobre os diferentes métodos e a evolução da metodologia desde suas origens até nossos dias.	
Referências Básicas	
ALONSO, E. ¿Cómo ser profesor(a) y querer seguir siéndolo? – Principios y práctica de la enseñanza del español como segunda lengua; libro de referencia para profesores y futuros profesores. 5ª ed. Madrid: Edelsa, 2000. CESTEROS, S. P. Aprendizaje de segundas lenguas. Lingüística Aplicada a la enseñanza de idiomas. Universidad de Alicante: 2006. GARGALLO, I. S. Lingüística Aplicada a la enseñanza-aprendizaje del español como lengua extranjera. Arco Libros, Madrid, 2004 LARSEN-FREEMAN, D.; LONG, M.H. Introducción al estudio de la adquisición de segundas lenguas. Madrid: Gredos, 1994. LOBATO, J.; GARGALLO, S. Vademécum para la formación de profesores. Enseñar español como segunda lengua (L2)/ lengua extranjera (LE). Madrid: SGEL, 2004, pp. 369-389 NIETO, L. G. Teoría Lingüística y Enseñanza de la Lengua. Lingüística para profesores. Cátedra, Madrid, 2001 SÁNCHEZ PÉREZ, A. Los métodos en la enseñanza de idiomas. Evolución histórica y análisis didáctico. Madrid: SGEL, 1997.	
Referências Complementares	
BARALO, M. La adquisición del español como lengua extranjera. Madrid: Arco Libros, 1999. ERES FERNÁNDEZ, I. G. M. La producción de materiales didácticos de español lengua extranjera en Brasil. In: ABEH, Suplemento el hispanismo en Brasil (2000), 59-80. FILLOLA, A. M. Conceptos clave en didáctica de la lengua y la literatura. España: Horsori, 1998. GELABERT, M. J.; BUESO, I.; BENÍTEZ, P. Producción de materiales para la enseñanza de español. Madrid: Arco Libros, 2002. Kondo, C.M.; Fernández, C.; Higuera, M. Historia de la Metodología de Lenguas Extranjeras, Fundación Antonio de Nebrija, Madrid, 1997. LEFFA, Vilson J. Metodologia do ensino de línguas. In BOHN, H. I.; VANDRESEN, P. Tópicos em lingüística aplicada: O ensino de línguas estrangeiras. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1988. p. 211-236. PARQUETT, Márcia. Da abordagem estruturalista à comunicativa: um esboço histórico do ensino de Espanhol Língua Estrangeira no Brasil. In: TROUCHE e REIS (org.) Hispanismo 2000. Brasília: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte/ Associação Brasileira de Hispanistas, vol. 1, 2001, p. 186-194. PEREZ, A. S. Historia de la enseñanza del español como lengua extranjera. Madrid: SGEL, 1992 PRESTON, D.R. & RICHARD, Y. Adquisición de segundas lenguas: variación y contexto social. Madrid: Arco Libros, 2000. SÁNCHEZ PÉREZ, A. Historia de la Enseñanza del Español como Lengua Extranjera. Madrid: SGEL, 1992.	

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática**. São Paulo: Cortez, 2009.

WIDDOWSON, G. G. **O ensino de Línguas para a comunicação**. Campinas: Pontes, 2005



LITERATURA HISPANO-AMERICANA I

Código:

Carga Horária: 60h

Eixo:

Pré-requisito:

Ementa

Problemas em torno das definições identitárias no processo histórico e literário. As Civilizações pré-colombianas: a literatura pré-colombiana. Época colonial: crônicas historiográficas e as narrativas do descobrimento. O Barroco hispano-americano: poesia épica e lírica. O Romantismo Hispano-americano: poesia e a novela romântica. Civilização x Barbárie.

Competências e Habilidades

- Identificar e discutir os tópicos centrais da cultura da América Hispânica e suas manifestações artístico literárias em diferentes épocas;
- Analisar as obras literárias hispano-americanas mais representativas, dos pré-colombianos ao Romantismo;
- Refletir e analisar a função da literatura nos processos civilizatórios e na constituição do estado na América Latina.
- Comparar as diversas abordagens do fenômeno literário, identificando as transformações na historiografia literária hispano-americana;
- Utilizar adequadamente as técnicas básicas de pesquisa científica.

Referências Básicas

ANDERSON IMBERT, E. **Historia de la Literatura Hispanoamericana**. I – La Colonia. Cien años de república. 2. ed. 10. reimp. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

RAMA, Ángel; ROCCA, Pablo. **Literatura, cultura e sociedade na América Latina**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

CARILLA, Emilio. **Hispanoamérica y su expresión literaria**. Buenos Aires: Edit. Universitaria, 1982.

CHIAMPI, Irlemar. **Barroco e modernidade: ensaios sobre literatura latino-americana**. São Paulo: Perspectiva/ FAPESP, 1998.

CORNEJO POLAR, Antonio. **Para una teoría literaria hispanoamericana: a veinte años de un debate decisivo**. Revista de crítica literária latinoamericana. Lima-Hanover, XXV (50), 2do. semestre de 1999, p.9-12.

FERNÁNDEZ MORENO, César, (org.) **América Latina em sua literatura**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

RAMA, Ángel. **La ciudad letrada**. Montevideo: Arca, 1998.

ÍÑIGO MADRIGAL, Luis. (Coord.) **Historia de la Literatura Hispanoamericana**. Época Colonial. Vol. I. Madrid: Cátedra, 1998

JOZEF, Bella. **História da literatura hispano-americana**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2007.

JOZEF, Bella. **A máscara e o enigma**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2007.

JOZEF, Bella. **Romance hispano-americano**. São Paulo: Ática, 1986.

JOZEF, Bella. (Coord.) **Historia de la Literatura Hispanoamericana. Del Neoclasicismo al Modernismos**.

Vol. II. Madrid: Cátedra, 1999.

LEÓN–PORTILLA, Miguel. **Los antiguos mexicanos: a través de sus crónicas y cantares**. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

LEÓN–PORTILLA, Miguel. **Mitos de los Orígenes en Mesoamérica**. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

ROMANO, Ruggiero, **Os Mecanismos da Conquista Colonial: Os Conquistadores**. Editora: Perspectiva, São Paulo, 1972.

SANCHEZ, Luiz Alberto. **Nueva Historia de la Literatura Americana**. Ver ano

TODOROV, Tzvetan, **La Conquista de América: el problema del otro**. Siglo XXI, 1998.

-----, Nós e os outros. A reflexão francesa sobre a diversidade humana – I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

UREÑA, Pedro Henríquez. **Las Corrientes Literarias en la América Hispánica**.

Referências Complementares

DORLING, Kindersley. **Eyewitness Workbook Incas, Aztecs and Maya**. Tradução:

DORLING, Kindersley. **Libro de Actividades Witness Incas, Aztecas y Mayas**. Londres: DK, 2009.

FAURE, Henri. **A civilização inca**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

GALEANO, Eduardo. **Las venas abiertas de América Latina**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012.



LETRAMENTOS, PRODUÇÃO E ANÁLISE DE TEXTOS MULTIMODAIS EM ESPANHOL

Código:

Carga Horária: 60h

Eixo:

Pré-requisito:

Ementa

Estudo geral acerca do letramento e suas terminologias (letramento digital, letramento crítico, letramento multimodal, letramento visual, multiletramentos). Características e funcionamento dos multiletramentos estabelecendo relações entre si e refletindo suas implicações pedagógicas, em especial, no ensino da língua espanhola. Concepções de leitura, produção e análise de textos multimodais e multissemióticos em espanhol.

Competências e Habilidades

- Propiciar condições para a reflexão sobre os diversos letramentos e sua implicação no processo de ensino e aprendizagem;
- Observar diferentes letramentos em sua relação com o ensino e a aprendizagem de línguas;
- Observar os efeitos da produção e circulação de textos em meios digitais para as práticas pedagógicas;
- Utilizar as diferentes linguagens, levando em conta seus funcionamentos, para a compreensão e produção de textos e discursos em diversos campos de atuação social.
- Analisar e experimentar diversos processos de remediação de produções multissemióticas, multimídia;
- Utilizar diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais em processos de produção coletiva, colaborativa e projetos autorais em ambientes digitais.

Referências Básicas

ALONSO, K. M.; ARAGÓN, R.; SILVA, D. G. da; CHARCZUK, S. B. Aprender e ensinar em tempos de Cultura Digital. **Em Rede**, v. 1, n. 1, 2014, p. 152- 168.

BEZEMER, J.; KRESS, G. **Multimodality, learning and communication**: a social semiotic frame. London: Routledge, 2015 (Capítulo 1: Recognition)

COPE, B.; KALANTZIS, M. (Ed.). **Multiliteracies**: literacy learning and the design of social futures. London: Routledge, 2000.

KLEIMAN, Angela. **Texto e Leitor**: Aspectos Cognitivos da Leitura. 2. Ed. Campinas, Sp: Pontes, 1992. 82 P. (Coleção Linguagem/Ensino). Isbn 8571130272.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **o Texto e a Construção dos Sentidos - 10ª Edição**. Editora Contexto, 2011. 172. Isbn 9788572440684.

MARCUSCHI, Luiz Antonio; Xavier, Antonio Carlos (Org.). **Hipertexto e Gêneros Digitais**: Novas Formas de Construção de Sentido. 3. Ed. São Paulo, Sp: Cortez, 2016. 240 P. Isbn 9788524915567.

ROJO, Roxane Helena R. (Org.). **Escol@ Conectada**: os Multiletramentos e as Tics. São Paulo, Sp: Parábola, 2019. 215 P. (Estratégias de Ensino ; 40). Isbn 9788579340697.

ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo (Org.). **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012. (Estratégias de ensino; 29)

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de Leitura**. 6. Ed. Porto Alegre, Rs: Artmed, 1998. 194 P. (Biblioteca Artmed). Isbn 8573074094.

Referências Complementares

BAGNO, Marcos (Org.). **Norma Linguística**. 2. Ed. São Paulo, Sp: Loyola, 2011. 295 P. (Humanística). Isbn 978-85-15-02343-1.

CONDEMARÍN, Mabel. Redefinición de la literacidad y sus implicancias en el rol mediador del professor frente a la tecnologia digital. **Lectura y Vida**, Año 25, n. 2, p. 24-31, jun.2004.

COSCARELLI, C. V.; RIBEIRO, A. E. (Orgs.) **Letramento digital**: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. Belo Horizonte: Ceale/Autência, 2005.

DUDENEY, Gavin; Hockly, Nicky; Pegrum, Mark. **Letramentos Digitais**. São Paulo: Parábola, 2016.

KERSCH, Dorotea Frank; Coscarelli, Carla Viana; Cani, Josiane Brunetti (Org.). **Multiletramentos e Multimodalidade**: Ações Pedagógicas Aplicadas à Linguagem. Campinas, Sp: Pontes, 2016. 187 P. Isbn 9788571137448.

LIBERALI, F. C. Multiletramento engajado para a prática do bem viver. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, SC, v. 22, n. 1, p. 125-145, jan./abr. 2022.

ROJO, Roxane; BARBOSA, Jacqueline P. **Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

ROJO, R.; BARBOSA, J. P. (Org.). **Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos**. Série Estratégias de Ensino. Vol. 51. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

SEVERINO, Liliana (Coord.). **Los textos de la ciencia**: principales clases del discurso académico-científico. Córdoba: Comunicarte, 2005.

SOARES, M. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002

STREET, B. **Letramentos sociais**: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2014.

TAKAKI, N. H.; MONTE MÓR, W. (orgs.) **Construções de sentido e letramento digital crítico na área de línguas/linguagens**. Campinas: Pontes, 2017, 45-99.

VIEIRA, Iúta Lerche. Velhos, novos e multiletramentos: Introduzindo conceitos. **Linguagem em Foco**, [s. l.], v. 4, p. 81-92, 2012



LÍNGUA ESPANHOLA V: Aspectos Morfossintáticos II

Código:

Carga Horária: 60h

Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
Estudio morfosintáctico de las clases de palabras invariables: El adverbio, la preposición y la conjunción. La oración simple, la oración compuesta y la oración compleja. Oraciones coordinadas y subordinadas.	
Competências e Habilidades	
● Conhecer os principais <i>adverbios</i> da língua espanhola, aprender seus significados e funções, e saber quando e como utilizá-los discursivamente ● Identificar as <i>preposiciones</i> em espanhol, conhecer seu significado e usá-las adequadamente discursivamente. ● Conhecer as <i>conjunciones</i> da gramática espanhola, sua classificação e utilizá-las adequadamente. ● Distinguir os tipos de orações - simples, compostas e complexas da língua espanhola. ● Conhecer a estrutura sintática das orações compostas e complexas da língua espanhola; ● Munir-se das técnicas de análise sintática das orações compostas e complexas da língua espanhola. ● Classificar as orações segundo as suas características.	
Referências Básicas	
GILI GAYA. Curso superior de sintaxis española. 16 ed. Barcelona: Biblograf, 2003. HERNÁNDEZ, Guillermo. Análisis gramatical - teoría y práctica: ejercicios y actividades de autoaprendizaje. 1. ed.Madrid: SGEL, 2011. LOZANO JAÉN, Ginés; RUIZ, Pedro Guerrero .Cómo enseñar y aprender sintaxis:modelos, teorías y prácticas según el grado de dificultad. 5. ed. Madrid: Cátedra, 2017. 404 p. il. MORENO, Concha; ERES FERNANDEZ, Gretel. Gramática contrastiva del español para brasileños. Madrid: SGEL, 2007. SOLÉ COSTA, Jesús María. Gramática de los verbos en español. Florianópolis: Ed. UFSC, 2003. TORREGO, L. G. Análisis sintáctico: teoría y práctica. Madrid: SM, 2007 VARELA ORTEGA, Soledad. Fundamentos de morfología. Madrid: Síntesis, 1992.	
Referências Complementares	
ALCINA & BLECUA. Gramática española. 9. ed. Barcelona: Ariel, 1994. ÁLVAREZ, Celestino López; JIMÉNEZ, José Antonio Martínez; OLMO, Francisco Torrecilla. Cuadernos de gramática (2): sintaxis de la oración simple. Madrid: Akal Ediciones, 2011. ÁLVAREZ, Celestino López; JIMÉNEZ, José Antonio Martínez; OLMO, Francisco Torrecilla del. Cuadernos de gramática (3): coordinación y subordinación. Madrid: Akal Ediciones, 2011. DAPENA, J. A. El complemento circunstancial. Madrid: Arco 2002 GAYA, S. G. Curso superior de Sintaxis Española. 16.ed. Madrid : VOX, 2003 JAÉN, Ginés Lozano. Cómo enseñar y aprender sintaxis – Modelos, teorías y prácticas según el grado de dificultad. Madrid: Ediciones Cátedra, 2012. MATTE BOM. Gramática comunicativa del español: de la idea a la lengua. Madrid; Edelsa, 1995. MORENO, Concha; ERES FERNANDEZ, Gretel. Gramática contrastiva del español para brasileños. Madrid: SGEL, 2007. RIVAS, M. Z. Problemas de morfología española. New York: Peter Lang Publishing, 2003. ROJO, G. Aspectos básicos de sintaxis funcional. Málaga: Ágora, 1983. SAUTCHUK, Inez. Prática de morfossintaxe: como e por que aprender análise (morfo)sintática: Barueri, São Paulo: Manole, 2004. VAQUERO, M. de R. El español de América II: morfosintaxis y léxico (b). Madrid: Arco Libros, 1996.	



LITERATURA HISPANO-AMERICANA II

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:

Ementa

Modernidade, modernização e modernismo: a tradição como problema. Americanização e modernidade (1880-1940). O modernismo: prosa e poesia. A revolução mexicana. A narrativa da terra e a novela indigenista. A revolução e crise das formas: ruptura e experimentação na lírica pós-modernista. A vanguarda poética e a ensaística do início do século XX.

Competências e Habilidades

- Estudo da produção literária hispano-americana do Modernismo com enfoque em algumas das obras mais relevantes do período.
- Compreender as tensões entre experimentalismo e tradição no contexto da modernidade literária latino-americana.
- Desenvolver a competência de leitura de textos da literatura hispano-americana e a capacidade analítica no aluno para que possa caracterizar os posicionamentos estéticos e as particularidades dos discursos literários estudados.
- Caracterização das obras estudadas como manifestações culturais e ideológicas, veículos de valores e representações particulares do mundo.

Referências Básicas

GELADO, Viviana. **Poéticas da transgressão**: vanguarda e cultura popular nos anos 20 na América Latina. Rio de Janeiro: 7Letras; São Carlos: EdUFSCar/FAPESP, 2006.

RAMOS, Julio. **Desencontros da modernidade na América Latina**: literatura e política no século 19. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SCHWARTZ, Jorge. **Vanguardas latino-americanas**: polêmicas, manifestos e textos críticos. São Paulo: EDUSP, 2008.

Referências Complementares

PIZARRO, Ana, (Org.). **América Latina**: palavra, literatura e cultura. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1993-95. 3v.

RAMA, Ángel; ROCCA, Pablo. **Literatura, cultura e sociedade na América Latina**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. **Mário de Andrade - Borges**: um diálogo dos anos 20. São Paulo: Perspectiva, 1978.

VERANI, Hugo J. **Las vanguardias literarias en Hispanoamérica**: manifiestos, proclamas y otros escritos. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.



LITERATURA ESPANHOLA II

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:

Ementa	
El siglo de oro: conceito, definição, períodos; El siglo XVI: a renascença; o humanismo espanhol, a poesia lírica, a prosa mística, a narrativa picaresca; a plenitude literária; o barroco. A novela picaresca. A obra de Miguel de Cervantes. O neoclassicismo e a prosa didática. O romantismo e o pós-romantismo.	
Competências e Habilidades	
• Estudo da produção literária espanhola do chamado “Siglo de oro” com enfoque em algumas das obras mais relevantes do período. • Desenvolver a aquisição de conhecimentos lingüísticos, literários, históricos e culturais relacionados com os fenômenos artístico-estéticos estudados. • Desenvolver a competência de leitura de textos da literatura espanhola e a capacidade analítica no aluno para que possa caracterizar os posicionamentos estéticos e as particularidades dos discursos literários estudados. • Caracterização das obras estudadas como manifestações culturais e ideológicas, veículos de valores e representações particulares do mundo.	
Referências Básicas	
ANÓNIMO. La vida de Lazarillo de Tormes y de sus fortunas y adversidades. Disponível em: https://www.cervantesvirtual.com/obravisor/la-vida-de-lazarillo-de-tormes-y-de-sus-fortunas-y-adversidades--0/html/ BLECUA, Alberto. Lengua castellana y literatura: Literatura I. Grupo Promotor/ Santillana . Madrid: Torre Laguna 1998. HERNÁNDEZ, Guillermo Y SÁNCHEZ, José Luis. Lengua Castellana Y Literatura. Madrid: SGEL,1995. MANUEL, Don Juan. El Conde Lucanor. Disponível em: <https://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/el-conde-lucanor--0/html/> SAAVEDRA, Miguel de Cervantes. El ingenioso hidalgo don Quijote de la Mancha. Disponível en: <https://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/elingenioso-hidalgo-don-quijote-de-la-mancha-6/html/05f86699-4b53-4d9b-8ab8-b40ab63fb0b3_2.html> SHAW, Donald L. Historia de la literatura española 5: El siglo XIX. Barcelona: Ariel, 1996.	
Referências Complementares	
GONZÁLEZ, M. Mario. Leituras de Literatura Espanhola. São Paulo: Letraviva, 2010. GONZALEZ, M, Mario. A saga do anti herói: estudo sobre o romance picaresco espanhol e algumas de suas correspondências na literatura brasileira. São Paulo: Nova Alexandria, 1994 Obras: ROJAS, Fernando de. La Celestina. ANÓNIMO, Lazarillo de Tormes. BARCA, Calderón de la. La vida es sueño. CERVANTES, Miguel de. El ingenioso hidalgo Don Quijote de La Mancha. GÓNGORA Y ARGOTE, Luis de: Antologia poética. QUEVEDO, Francisco de. Antologia poética.	
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA PIAUI LÍNGUA ESPANHOLA VI: Aspectos Morfossintáticos III	
Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	

La Sintaxis: concepto y objeto de estudio. Las categorías sintácticas (Los grupos sintácticos y sus funciones; El determinante y el núcleo; Complementos y modificadores. Tipos de oración (Oraciones copulativas/atributivas; predicativas; activas/ pasivas/pasiva refleja; impersonales; reflexivas y recíprocas); Sujeto y predicado (y sus clasificaciones; el complemento y el sintagma preposicional y sus características); valores de la partícula SE; perífrasis verbales. Discurso directo e indirecto.

Competências e Habilidades

- Estabelecer relações entre a morfologia e a sintaxe da língua espanhola.
- Compreender o objeto de estudo da sintaxe da língua espanhola e a sua relação com outras disciplinas linguísticas.
- Distinguir os tipos de elementos sintáticos que compõem a oração da língua espanhola.
- Conhecer a estrutura sintática da língua espanhola.
- Munir-se das técnicas de análise sintática da língua espanhola.
- Compreender o sistema gramatical da língua espanhola e analisar científica e didaticamente a estrutura morfossintática da língua;
- Promover o aprimoramento da língua através das diversas práticas discursivas considerando as quatro habilidades (compreensão e produção oral e escrita);
- Análise orações simples, identificando sujeito ativo e passivo, predicado, objeto direto, objeto indireto e objeto circunstancial;
- Compreender as regras de colocação pronominal e a flexibilidade da ordem sintática em espanhol.

Referências Básicas

HALLEBEEK, J. **Morfología y sintaxis del español: introducción al análisis oracional**. Indiana: Playor, 1994.

HERNÁNDEZ, Guillermo. **Análisis gramatical - teoría y práctica**: ejercicios y actividades de autoaprendizaje. 1. ed. Madrid: SGEL, 2011.

LAPESA, R. **Morfosintaxis histórica del español**. Madrid: Gredos, 2000.

LAPESA, R. **Estudios de morfosintaxis histórica del español**. Madrid: Gredos, 1999.

LOZANO JAÉN, Ginés; RUIZ, Pedro Guerrero. **Cómo enseñar y aprender sintaxis**: modelos, teorías y prácticas según el grado de dificultad. 5. ed. Madrid: Cátedra, 2017. 404 p. il

MOZAS, A. B. **Ejercicios de sintaxis**: teoría y práctica: actividades de autoaprendizaje y autoevaluación. Edaf, 2008.

TORREGO, L. G. **Análisis sintáctico: teoría y práctica**. Madrid: SM, 2007

Referências Complementares

ALARCOS, E. L. **Gramática de la Lengua Española**. Madrid: Ed. Espasa Calpe, 1995.

ALARCOS LLORACH, E. **Gramática de la lengua española**. Madrid: Editorial Espasa Calpe, 1999.

ÁLVAREZ, Celestino López; JIMÉNEZ, José Antonio Martínez; OLMO, Francisco Torrecilla. **Cuadernos de gramática (2)**: sintaxis de la oración simple. Madrid: Akal Ediciones, 2011.

DAPENA, J. A. **El complemento circunstancial**. Madrid: Arco 2002.

GARCIA-MEDALL, J. **Aspectos de morfología derivativa del español**. Lugo: Tristam, 2002.

GAYA, S. G. **Curso superior de Sintaxis Española**. 16.ed. Madrid : VOX, 2003

JAÉN, Ginés Lozano. **Cómo enseñar y aprender sintaxis – Modelos, teorías y prácticas según el grado de dificultad**. Madrid: Ediciones Cátedra, 2012.

SAUTCHUK, I. **Práctica de morfossintaxe**. Manole, 2004.

LITERATURA ESPANHOLA III

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:

Ementa

O Realismo em Espanha: história e sociedade. O naturalismo: poesia, novela e o teatro de costumes. Modernismo e a crise de fim de século. Geração de 98. Os movimentos de vanguardas e a Geração de 27. O teatro inovador e outras tendências narrativas.

Competências e Habilidades

- Identificar as principais manifestações literárias da época
- Analisar as obras literárias mais representativas e relacioná-las com o contexto histórico e cultural em que se inserem.
- Reforçar a expressão oral e escrita através dos textos literários.

Referências Básicas

CLÍMAGO, Ortega. Adriana; ORTEGA, Silva. Raquel; Miheu, Isis. (Org.) **Ensino de Literaturas Hispânicas:** reflexões, propostas e relatos. Campina Grande: EDUEFCG, 2018.

DÍAZ-PLAJA, Guillermo. **Los métodos literarios a través de la imagen y el ejemplo.** Argentina: Ciordia & Rodriguez, 1955.

DÍAZ-PLAJA, Guillermo. **Historia de la literatura española a través de la crítica y de los textos ilustrada con gráficos y mapas.** Argentina: Buenos Aires. 4 ed. Editorial Ciordia, 1958.

GARCÍA-LOPEZ, José. **Historia de la literatura española.** Barcelona: España. 13ª. Ed. Editorial Vicens-Vives, 1968.

LECHINI, Gladys; BECERRA, Maria José; BUFFA, Diego. (Org.) **Los Estudios Afroamericanos y Africanos en América Latina, Presencia y Visiones del Otro.** 1ª. Ed. Córdoba. Ferreyra Editor: Centro de Estudios Avanzados: Programa de Estudios Africanos; Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2008.

Referências Complementares

RICO, Francisco. **Historia y Crítica de la Literatura Española:** Modernismo y 98.

NORA, Eugenio G. **La novela española contemporánea.** (1939-1967). 2ª. Ed. Tomo Terceiro. 1970.

ZAVALA M, Iris; RODRÍGUEZ-PUÉRTOLAS, Julio; BLANCO-AGUINAGA, Carlos. (org.) **Historia social de la literatura española (en lengua española).** Vol. I

LITERATURA HISPANO-AMERICANA III

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:

Ementa

A nova narrativa hispanoamericana. A lírica pós vanguardista. O conceito de Boom. O Boom na literatura nos anos 60 e 70. Superação da narrativa regionalista. Realismo mágico e o real maravilhoso. Literatura x ditadura na América Latina.

Competências e Habilidades

- Traçar um panorama dos principais autores hispano-americanos e suas respectivas obras literárias a partir de 1940;

- Apresentar e discutir os conceitos de literatura fantástica, boom, realismo mágico, real maravilhoso;
- Analisar textos literários (poesia e prosa) dos autores em questão.
- Desenvolver nos alunos a capacidade de análise literária a partir dos textos vistos em sala de aula.

Referências Básicas

ALLENDE, Isabel. **De amor y de sombra**. 15 ed. Barcelona: Plaza y Janés Editores, 2000.

BARRENECHEA, A. M. **Ensayo de una tipología de la literatura fantástica (A propósito de la literatura hispanoamericana)**. In: Revista hispanoamericana, vol. XXXVIII, nº 80, junio-septiembre, 1972, pp. 391-403.

BORGES, Jorge Luis. **Obras completas**. Buenos Aires: Emecé, 2009.

CARPENTIER, Alejo. **El reino de este mundo**. Madrid: Alianza, 2007.

CORTÁZAR, J. Rayuela. 2ªed. **Madrid; Paris, México; Buenos Aires; São Paulo; Rio de Janeiro; Lima**: ALLCA XX, 1996.

CUNHA, Roseli Barros. **Transculturação narrativa: seu percurso na obra crítica de Ángel Rama**. São Paulo: Humanitas, 2007.

FUENTES, Carlos. **Aura**. Madrid: Alianza, 1994.

Referências Complementares

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. **Los funerales de la Mamá Grande**. 3ed. Buenos Aires: Debolsillo, 2004.

MÁRQUEZ RODRÍGUEZ, A. **Alejo Carpentier: teorías del Barroco y de lo Real Maravilloso**. In: Nuevo texto crítico, vol. III, nº 5, Primer semestre, s/f.

RAMA, Ángel. **El boom en perspectiva. Más allá del boom. Literatura y mercado**. México: Marcha, 1981.

SHAW, D. L. **Nueva Narrativa hispanoamericana. Boom. Posboom. Posmodernismo**. 9ed. Madrid: Cátedra, 2008.

TODOROV, Tzvetan. **Introdução à literatura fantástica**. São Paulo: Perspectiva, 1975.



ANÁLISE E PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO DA LÍNGUA ESPANHOLA

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
Conceito de material didático e suas características. Construção, avaliação, planejamento, elaboração e aplicação de materiais pedagógicos visando à adequação às necessidades e aos interesses dos aprendizes de espanhol como língua estrangeira. Introdução ao estudo da sintaxe e da semântica visual na produção do material didático. Articulação teórico-metodológica dos materiais didático-pedagógicos. A utilização das produções multimídias na preparação de material didático. Utilização de materiais protegidos por direitos autorais.	
Competências e Habilidades	
• Promover a reflexão sobre a relação entre a semântica e a sintaxe visual na produção de material didático;	

- Desenvolver material didático utilizando tecnologia infográfica bidimensional e tridimensional;
- Pesquisar o desenvolvimento de material didático visual em ambiente virtual informático;
- Pesquisar e debater sobre a utilização didática de produção de multimídia e de produções visuais em diferentes suportes.

Referências Básicas

ANTUNES, Celso. **Novas maneiras de ensinar – Novas formas de aprender**. Petrópolis: Vozes, 2002.
 HAYDAT, Regina Célia Cazauz. **Curso de Didática Geral**. São Paulo: Ática, 2002
 TEZZA, Cristóvão. **Material Didático um depoimento** In: Educar Revista, pag. 35-42, nº 20, jul/dez; Curitiba/PR: Editora UFPR, 2002

Referências Complementares

BANDEIRA, Denise. **Materiais Didáticos**; Curitiba/PR: IESDE, 2009.

CHOPPIN, Alain. **CHOPPIN, Alain. História dos livros didáticos e das edições didáticas: sobre o estado da arte. In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, pag. 549-566, set/dez, 2004** In: Educação e Pesquisa, v.30, pag. 549-566, set/dez; São Paulo: USP, 2004.

FÁVERO, Osmar. **Materiais Didáticos para Educação de Jovens e Adultos** In: Cadernos Cedes, Campinas, vol. 27, nº 71, p. 39-62, jan/abr; Campinas: CEDES, 2007.

JUNIOR, Décio Gatti. **Estado e editoras privadas no Brasil: o papel e o perfil dos editores de livros didáticos (1970-1990)** In: Cadernos Cedes, Campinas, vol. 25, nº 67, p. 365-377, set/dez; Csmpinas: CEDES, 2005.

TEZZA, Cristóvão. **Material Didático um depoimento** In: Educar Revista, pag. 35-42, nº 20, jul/dez; Curitiba/PR: Editora UFPR, 2002.



LÍNGUA ESPANHOLA VII: Semântica e Lexicologia

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
Estudo das abordagens, dos modelos e das teorias explicativas dos processos de produção e recepção do significado, enfatizando as principais teorias semânticas e pragmáticas, tendências atuais, métodos e procedimentos de análise.	
Competências e Habilidades	
• Estudar profundamente a gramática espanhola, dando ênfase ao estudo das classes de palavras segundo a relação semântica que guardam entre si (sinônimos, antônimos, parônimos, homófonos ou homônimos, analógicas, heterógrafas); • Conhecer as mudanças quando alguém relata o que se diz ou disse; funções dos discursos direto e indireto no texto.	

Referências Básicas
BAYLON, C. H.; FABRE P. La semántica (con ejercicios prácticos y sus soluciones). Barcelona: Paidós, 1994 CORPAS PASTOR, Gloria. Diez años de investigación en fraseología, análisis sintáctico-semánticos, contrastivos y traductológicos. Madrid: Iberoamericana, 2003. VIDAL SCANDELL, M. Victoria. Apuntes de Semántica Léxica. Madrid. UNED: 2007 FERNÁNDEZ DÍAZ, Rafael. Prácticas de gramática española para hablantes de portugués – dificultades generales. Cuadernos de prácticas de español/ LE. Madrid: Arco Libros, 1999.
Referências Complementares
ALVAR EZQUERRA, Manuel. La enseñanza del léxico y el uso del diccionario. Madrid. Arco Libros , 2003. FREIRE, M. Teodora Rodríguez Monzú. Síntesis gramatical de la lengua española: una gramática contrastiva español – portugués. São Paulo: Enterprise, 1999. GURILLO, L. R. Ejercicios de fraseología. Madrid: Arco Libros, 200 MORALES, Humberto López. La globalización del léxico hispánico. Madrid. Esparsa:2006. SÁNCHEZ, Lobato; Santos Gargallo (org.), Vademécum para la formación de profesores –Enseñar español como segunda lengua (L2) lengua extranjera (LE). Madrid: SGEL, 2004. REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. Ortografía de la Lengua Española. Buenos Aires: Espasa, 2011.

LITERATURA CONTEMPORÂNEA DA LÍNGUA ESPANHOLA	
Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
A literatura moderna e pós moderna dos países de língua espanhola. A literatura espanhola posterior a guerra civil: realismo existencial e experimental; a novela do exílio; o ensaio da democracia e o neorealismo no teatro e cinema. Na literatura hispanoamericana: narrativa histórica, testimonial, autobiográfica e de cultura de massas. O boom da literatura feminina.	
Competências e Habilidades	
● Propiciar ao aluno a análise de textos literários, espanhóis e hispano-americanos atuais, à luz das transformações conceituais e estruturais que têm sido produzidas a partir do século XX. ● Compreender a importância do teatro e do cinema espanhol para o desenvolvimento da literatura de língua espanhola. ● Analisar comparativamente questões como Memória, Identidade e Nação no contexto das obras estudadas; ● Estudar algumas das obras narrativas mais importantes do período.	

Referências Básicas

AUERBACH, Erich. **Mimesis**: a representação da realidade na literatura ocidental. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. 507 p.

ADES, Dawn. **Arte na América Latina**: a era moderna, 1820-1980. Tradução Maria Thereza de Rezende Costa. São Paulo: Cosac & Naify, 1997. 365 p.

GARCÍA LÓPEZ, J. **Historia de la literatura española**. 20. ed. Barcelona: Vicens Vives, 1997.

PEDRAZA JIMÉNEZ, F. B.; RODRÍGUEZ CÁCERES, M. **Las épocas de la literatura española**. 3 ed. Barcelona: Ariel, 2007.

SERRA MARTINEZ, E. **Introducción a la literatura española contemporánea a través del comentario de textos**. 2.ed. Madrid: Edinumen, 1986.

SZONDI, Peter. **Teoria do drama moderno (1880-1950)**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. 185 p. 197

Referências Complementares

ALVAR, C.; MAINER, J. C. **Breve historia de la literatura española**. Madrid: Alianza Editorial, 2014.

BROWN, G. G.; **Historia de la literatura española**: el siglo XX (del 98 a la Guerra Civil). 18. ed. Barcelona: Ariel, 2002.

MAZZEI, A. **Historia de la literatura española a través de la crítica y de los textos**. 5. ed. Bueno Aires: Ciordia, 1960.

SANZ VILLANUEVA, S. **Historia de la literatura española**: el siglo XX. 5. ed. Barcelona: Ariel, 1994.

VALVERDE, J. M. **Breve historia de la literatura española**. Madrid: Guadarrama, 1969.



LITERATURA E CULTURA AFRO-HISPANO-AMERICANA E INDÍGENA

Código:

Carga Horária: 60h

Eixo:

Pré-requisito:

Ementa

Compreender os processos de construção identitária dos povos afro hispano americano e indigenista a partir de questões culturais, políticas, sociais. O criolismo e suas implicações na constituição de territórios, refletindo sobre a diversidade cultural apresentadas em diversos contextos.

Competências e Habilidades

- Identificar e problematização das relações culturais étnico-raciais;
- Refletir sobre as produções e práticas culturais, literárias, linguísticas, corporais, artísticas e religiosas;
- Conhecer a poesia negra
- Estudar envolvendo as produções culturais de matriz africana e dos povos indígenas;
- Compreender o conceito de interculturalidade e de Multiculturalismo.

Referências Básicas

BERND, Zilá. **Negritude e literatura na América Latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

CARAZAS, Milagros Salcedo. **Apuntes sobre el español afroperuano y los afronegrismos, a propósito de Biblia de guarango de Gregorio Martínez**. Revista D'Palenque, Lima, v. 3, 2018.

DE LA FUENTE, Alejandro (et al). **Estudos afro-latino-americano: uma introdução. 1ª edição**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLSCSO, 2018.

DUNCAN, Quince. **El Afrorealismo**: Una dimensión nueva de la literatura latinoamericana. Revista Virtual Istmo (julho, 2005), em <https://www.encaribe.org/Files/Personalidades/quince-duncan>.

HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Organização de Liv Sovik. Tradução de Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: UNESCO/ BR, 2003. 434 p.

MARCON, Telmo. **Multiculturalismo, intercultural e políticas educacionais**. REP - Revista Espaço Pedagógico, v. 16, n. 2, Passo Fundo, p. 48-61, jul./dez. 2009.

MIRANDA ROBLES, Franklin. **Hacia una narrativa afroecuatoriana. Cimarronaje cultural en América Latina**. Quito: ABYA YALA/ Casa de la Cultura Ecuatoriana Núcleo Esmeraldas, 2005. 198 p.

OLIVELLA, Manuel Zapata. **Un legado intercultural Perspectiva intelectual, literaria y política de un afrocolombiano cosmopolita**. Editorial Linotipia Bolívar. Bogotá D. C., Colombia, 2016.

QUEIROZ, Amarino Oliveira. **América hispânica, América portuguesa, afrolatinoamérica: aproximaciones culturales por poesía**. Revista D'Palenque, Lima, v.3, 2018, 75-83.

Referências Complementares

BONNICI, Thomas. **Teoria e crítica pós-colonialistas**. In: Thomas Bonnici e Lúcia Osana Zolin (orgs.). Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas. Maringá: Eduem, 2000.

CUNHA, Débora Alfaia da. **Culturas africanas e povos indígenas**: Brincadeiras africanas para a educação cultural. Castanhal, PA: edição do autor, 2016. 118 p. Disponível em: . Acesso em: 10 jul. 2019.



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I (TCC I)

Código:	Carga Horária: 60 h
Eixo:	Pré-requisito:
EMENTA	
Pesquisa em ensino na licenciatura de Letras Espanhol e Literatura Hispânica. Aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa. Métodos quantitativos e qualitativos. Definição e delimitação da pesquisa. Orientações para elaboração e execução do projeto de TCC.	
Competências e Habilidades	
Redigir e qualificar um projeto de pesquisa científica atendendo aos padrões da metodologia científica e a normatização da ABNT, o manual de elaboração de monografia do IFPI, e as normas constantes no regulamento do núcleo de trabalho de conclusão de curso.	
Referências Básicas	

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JUNIOR, Celso Ferrarezi. **Guia do Trabalho Científico: do projeto à redação final – Monografia, Dissertação e Tese**. São Paulo: Contexto, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica: Guia para a Eficiência nos Estudos**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 2009.

Referências Complementares

ANDRADE, M. M. De. **Redação Científica: elaboração do TCC passo a passo**. São Paulo: Factash, 2007.

DEMO, Pedro. **Introdução à Metodologia da Ciência**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KAHLMEYER-MERTENS, Roberto S. Et. Al. **Como elaborar projetos de pesquisa: linguagem e método**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica: A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas**. 11. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2002.



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II (TCC II)

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

Desenvolvimento da pesquisa. Coleta, sistematização, análise e crítica dos dados. Orientações para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Estruturação, redação e normatização do TCC. Elaboração do TCC. Apresentação do TCC.

Competências e Habilidades

- Desenvolver uma pesquisa com vistas ao desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso;
- Coletar, sistematizar e analisar os dados obtidos na pesquisa;
- Redigir o TCC atendendo aos padrões da metodologia científica e a normatização da ABNT, o manual de elaboração de monografia do IFPI, e as normas constantes no regulamento do núcleo de trabalho de conclusão de curso;
- Apresentar o TCC como requisito parcial para obtenção do diploma.

Referências Básicas

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JUNIOR, Celso Ferrarezi. **Guia do Trabalho Científico: do projeto à redação final - Monografia, Dissertação e Tese**. São Paulo: Contexto, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica: Guia para a Eficiência nos Estudos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 2009.

Referências Complementares

ANDRADE, M. M. de. **Redação Científica: elaboração do TCC passo a passo**. São Paulo: Factash, 2007.

DEMO, Pedro. **Introdução à Metodologia da Ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KAHLMAYER-MERTENS, Roberto S. et. al. **Como elaborar projetos de pesquisa: linguagem e método**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica: A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2002.

16.3 PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR



PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC) I: temas transversais - parâmetros curriculares nacionais- projeto de ensino

Código:	Carga Horária:40 h
Eixo:	Pré-requisito:
EMENTA	
Analisar Parâmetros Curriculares Nacionais relativo aos Temas Transversais e suas contribuições no ensino de língua estrangeira, a saber: Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo e como elaborar aulas de E/LE envolvendo estas temáticas sociais cotidianas.	
Referências Básicas	

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

SÁNCHEZ, Aquilino. Cumbre - Nivel Elemental - **Guia Didáctica**. Madrid: Sgel, 1995

SÁNCHEZ, Aquilino. Cumbre - Nivel Medio - **Guia Didáctica**. Madrid: Sgel, 1996

SÁNCHEZ, Aquilino. Cumbre - Nivel Superior - **Guia Didáctica**. Madrid: Sgel, 1996

In: COSTA, E. G. M e BARROS, C. S. **Coleção explorando o ensino**. Brasília: Ministério da Educação, 2010, p. 191- 220.

Referências Complementares

SANTOS, Ana Cristina dos. **Enseñanza del español instrumental para la lectura**: elaboración de material didáctico. Actas del VIII Seminario de Dificultades Específicas de la Enseñanza del Español a Lusohablantes. São Paulo, 28 de octubre de 2000. Págs. 125-135.



PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC) II: Oficina de leitura e Literatura

Código:	Carga Horária: 40 h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

Leitura, escrita e reescrita de textos literários e não literários. Formação do leitor no espaço escolar. Ensino em contextos multiculturais.

Referências Básicas

CAVALCANTI, Marilda C.; BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Transculturalidade, linguagem e educação**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007. 252 p.

RAMA, Angel. **Literatura e Cultura na América Latina**. Tradução de Santos, Rachel la Corte e Gasparotto, Elza. São Paulo: Edusp, 2001. (Col. Ensaios latino-americanos).

Referências Complementares

CEREJA, William Roberto. **Ensino de literatura**: uma proposta dialógica para o trabalho com literatura. São Paulo: Atual, 2005. 207 p



PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC) III

Código:	Carga Horária: 40h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

Práticas de Ensino como instrumento de integração do estudante com a realidade do exercício da prática docente que possibilitam a sua interlocução com as temáticas de estudo no módulo/semestre; identificação e análise de perspectivas e experiências dos licenciandos sobre ensinar e ser um profissional docente; observação, análise e intervenção em contextos educacionais; iniciação profissional junto às escolas ou outros ambientes educacionais; Interdisciplinaridade entendida como concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas objetivam proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento. Estudos sobre as diferentes formas de aprender; atuação da gestão escolar diante dos alunos que apresentam dificuldades no processo de aprendizagem; a gestão como articuladora de ações interventivas de apoio à aprendizagem. Articulação multidisciplinar. Registro do portfólio.

Referências Básicas

- FERREIRA, N. S. C. **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2006.
- PATTO, M. H. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. 458p.
- PLACCO, Vera Maria; ALMEIDA, Laurinda (orgs.). **O Coordenador Pedagógico e os desafios da educação**; São Paulo: Loyola, 2008.

Referências Complementares

- LÜCK, H. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. – Curitiba: Editora Positivo, 2009.
- NÓVOA, Antônio (org.). **As organizações escolares em análise** Instituto de Inovação Educacional; Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992
- SOUZA, S. A.; YANNOULAS, S, C. Equipes multidisciplinares nas escolas de educação básica: velhos e novos desafios. In: FRANCISCHINI, R.; VIANA, M. N. (Org.). **Psicologia escolar: que fazer é esse?** Brasília: Conselho Federal de Psicologia, set. 2016, p. 74-78. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/08/CFP_Livro_PsinaEd_web.pdf>. Acesso em: nov. 2022.
- VILLAS BOAS, B. M. F. **Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico**. Campinas: Papirus, 2004.



PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC) IV: Oficina de texto literário e textos da mídia nas aulas de línguas

Código:	Carga Horária: 40h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

Componente curricular obrigatório que integraliza as atividades acadêmicas da formação docente, e consiste no conjunto de atividades que inter-relacionam o conteúdo próprio das disciplinas de Letras-Espanhol e Literatura Hispânica com práticas planejadas e executadas pelo licenciando, sob a orientação do docente responsável pelas atividades que correspondem ao componente curricular. A Prática Docente. O planejamento. Elaboração do planejamento. Conteúdos. Plano de Aula. Tipos de aula. Recursos de aula. Avaliação. Para PCC IV correspondem Oficinas de texto literário e textos da mídia nas aulas de língua, com análise e produção de diferentes gêneros discursivos orais e escritos e com ênfase

na relação entre língua e cultura.

Referências Básicas

ANTUNES, Celso. Como desenvolver as competências em sala de aula. Petrópolis: Vozes, 2012

CANDAU, Vera M. **Da Didática fundamental ao fundamental da didática**. In: ANDRÉ, Marli e OLIVEIRA, 1997.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. São Paulo: Cortez, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. 4a ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINS, Pura Lúcia Olivier. **A didática e as contradições da prática**. São Paulo: Papirus, 2001.

MIZUKAMI, Maria da Graça N. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1986

NÓVOA, Antonio (org.). **Os professores e a sua formação**. 2 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

PERRENOUD, Philippe. **Novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

SCHÖN, Donald A. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

Referências Complementares

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Nº 9.131, de 24 de novembro de 1995**. Lei que cria o Conselho Nacional de Educação dentro do MEC, abordando a missão, as atribuições e as normas da Educação Básica e do Ensino Superior através de resoluções/diretrizes.

_____. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP 1 de 18 de fevereiro de 2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Diário Oficial da União, 09 de abril de 2002. Brasília, DF.

_____. Parecer nº 009/CNE/CP/2001, de 08 de maio de 2001, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura, de graduação plena;

_____. Parecer nº 021/CNE/CP/2001, de 06 de agosto de 2001, que trata da duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena; graduação plena;

_____. Parecer nº 027/CNE/CP/2001, de 02 de outubro de 2001, que dá nova redação ao item 3.6, alínea c, do Parecer nº 009/CNE/CP/2001, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura, de graduação plena;

COIMBRA, Camila Lima. **A pesquisa e a prática pedagógica como um componente curricular do curso de pedagogia: uma possibilidade de articulação entre a teoria e a prática**. Pontifica Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.



PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC) V: Elaboração de material didático para atividades de compreensão escrita e oral

Código: Carga Horária: 40h

Eixo: Pré-requisito:

EMENTA

Conceito de Material Didático e Livro Didático. O uso de Materiais Didáticos no decorrer da História da Educação. Características de Materiais Didáticos. O Material Didático e a formação do professor. O Livro Didático de Espanhol como Língua Estrangeira: história, políticas e usos.

Referências Básicas

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**. São Paulo: Avercamp, 2006. Araraquara: Junqueira & Marin, 2008.

BARROS, Cristiano Silva & COSTA, Elzimar Goettenauer de Marins (orgs). **Se hace camino al andar: reflexões em torno do ensino de espanhol na escola**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2012.

BARROS, Cristiano Silva & COSTA, Elzimar Goettenauer de Marins e **Elaboração de materiais didáticos para o ensino de espanhol**. In: BRASIL, Ministério da Educação. Coleção Explorando o Ensino. V. 16. Espanhol: ensino médio.

BAPTISTA, L. M. T. R. Traçando caminhos: letramento, letramento crítico e ensino de espanhol. In: COSTA, E. G. M e BARROS, C. S. **Coleção explorando o ensino**. Brasília: Ministério da Educação, 2010, p. 119-136.

DIAS, Reinildes; CRISTÓVÃO, Vera Lúcia Lopes. **O livro didático de língua estrangeira: múltiplas perspectivas**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.

ERES FERNÁNDEZ, I. G. M. La producción de materiales didácticos de español lengua extranjera en Brasil. In: ABEH, **Suplemento el hispanismo en Brasil** (2000), 59-80.

LERNER, Delia. Leer y escribir en la escuela: lo real, lo posible y lo necesario. México: Fondo de Cultura Moderna. 2008. p. 39-58.

Referências Complementares

– MEC/SEF. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira**. Brasília: MEC, Secretaria de Ensino Fundamental, 1998. _____. Orientações curriculares para o ensino médio.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 50ª. ed. São Paulo: Editora Cortez. 2009.

GERALDI, João W. **Linguagem e ensino**. Mercado de Letras, Campinas, 2006, p. 27-77.

SANTOS, Ana Cristina dos. **Enseñanza del español instrumental para la lectura: elaboración de material didáctico**. Actas del VIII Seminario de Dificultades Específicas de la Enseñanza del Español a Lusohablantes. São Paulo, 28 de octubre de 2000. Págs. 125-135.



FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DE COMPONENTE CURRICULAR EXTENSÃO NO ENSINO SUPERIOR

Código: Carga Horária: 40 h

Eixo: Pré-requisito:

EMENTA

Conceitos e princípios da extensão universitária; base legal da extensão e da curricularização; diretrizes para as ações de extensão universitária; a extensão universitária e as políticas públicas; articulação da extensão universitária com os movimentos sociais e com os setores produtivos; impacto e transformação social da extensão universitária; aprendizagem baseada em projetos; etapas para a elaboração de atividades e projetos de extensão universitária.

Referências Básicas

BRASIL, **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 -2024 e dá outras providências. Brasília/DF. 2018.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **NOTA TÉCNICA 6/2022** - PROEN/REI/IFPI Orientação para implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI: 2022.

LISBÔA FILHO, F. F. **Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional**. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.

SILVA, O. da. **O que é extensão universitária. Integração: ensino, pesquisa e extensão**, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 148-9, maio 1997.

Referências Complementares

LISBÔA FILHO, F. F. **Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional**. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.

RAYS, O. A. Ensino-Pesquisa-Extensão: notas para pensar a indissociabilidade. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, p. 71-85, mar. 2012. ISSN 1984-686X. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5034>>. Acesso em: out.de 2022.

SANTOS, J. H.; ROCHA, B. F.; PASSAGLIO, K. T. Extensão universitária e formação no ensino superior. **Revista Brasileira De Extensão Universitária**, v. 7, n. 1, p. 23-28, 28 maio 2016. <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/3087> Acesso em: out. de 2012.

SEVERINO, A. J. Ensino e pesquisa na docência universitária: caminhos para a integração. Universidade de São Paulo - Faculdade de Educação, FEUSP. **Cadernos de Letras PortuguêsUniversitária** n.3 p.1-40 2008. Disponível em: http://www.prpg.usp.br/attachments/article/640/Caderno_3_PAE.pdf> Acesso em: out. 2022.



Código:	Carga Horária: 40 h
Eixo:	Pré-requisito:
EMENTA	
Participação diagnóstica e planejamento; ações de extensão na comunidade; debater e definir junto à comunidade as demandas a serem transformadas; construção de um plano de ação (projeto ou programa) em conjunto com a comunidade nas áreas do projeto e/ou programa institucional definido pelo(s) docente(s) responsável(is) pelo componente curricular com a anuência da coordenação do curso. Encaminhamentos para a definição do tema do componente curricular Projeto de Extensão I .	
Referências Básicas	
BRASIL, RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018 . Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 -2024 e dá outras providências. Brasília/DF. 2018. CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). NOTA TÉCNICA 6/2022 - PROEN/REI/IFPI Orientação para implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI: 2022. SILVA, O. da. O que é extensão universitária. Integração: ensino, pesquisa e extensão , São Paulo, v. 3, n. 9, p. 148-9, maio 1997.	
Referências Complementares	
LISBÔA FILHO, F. F. Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional . Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022. RAYS, O. A. Ensino-Pesquisa-Extensão: notas para pensar a indissociabilidade. Revista Educação Especial , Santa Maria, p. 71-85, mar. 2012. ISSN 1984-686X. Disponível em: < https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5034 >. Acesso em: out.de 2022. SANTOS, J. H.; ROCHA, B. F.; PASSAGLIO, K. T. Extensão universitária e formação no ensino superior. Revista Brasileira De Extensão Universitária , v. 7, n. 1, p. 23-28, 28 maio 2016. https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/3087 Acesso em: out. de 2012. SEVERINO, A. J. Ensino e pesquisa na docência universitária: caminhos para a integração. Universidade de São Paulo - Faculdade de Educação, FEUSP. Cadernos de Letras PortuguêsUniversitária n.3 p.1-40 2008. Disponível em: < http://www.prpg.usp.br/attachments/article/640/Caderno_3_PAE.pdf > Acesso em: out. 2022.	



PROJETO DE EXTENSÃO I: (Cultura Espanhola)

Código:	Carga Horária:40 h
Eixo:	Pré-requisito:
EMENTA	
E etapa de execução do projeto de extensão definido coletivamente conforme demanda levantada pela turma juntamente com o professor e em anuência com a coordenação do curso, em um ou mais de um formato previsto como atividade extensionista (I – programas; II – projetos; III – cursos e oficinas; IV – eventos; e V – prestação de serviços) descritos no Art. 14 da Resolução CNE/CP 07/2018). Desenvolver um projeto cultural sobre a Cultura da Espanha.	

Referências Básicas

BRASIL, **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 -2024 e dá outras providências. Brasília/DF. 2018.

LISBÔA FILHO, F. F. **Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional**. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **NOTA TÉCNICA 6/2022** – PROEN/REI/IFPI Orientação para implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI: 2022.

SILVA, O. **O que é extensão universitária**. Integração: ensino, pesquisa e extensão, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 148-9, maio 1997.

Referências Complementares

A ser definido conforme deliberação feita no pelo professor responsável pelo componente curricular em anuência com a coordenação do curso, e de acordo com os encaminhamentos indicados no componente curricular **Planejamento Extensionista**.



PROJETO DE EXTENSÃO II: (Cultura Hispano-americana)

Código:	Carga Horária:40 h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

E etapa de execução do projeto de extensão definido coletivamente conforme demanda levantada pela turma juntamente com o professor e em anuência com a coordenação do curso, em um ou mais de um formato previsto como atividade extensionista (I – programas; II – projetos; III – cursos e oficinas; IV – eventos; e V – prestação de serviços) descritos no Art. 14 da Resolução CNE/CP 07/2018). Desenvolver um projeto cultural sobre a Cultura Hispano-americana.

Referências Básicas

BRASIL, **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 -2024 e dá outras providências. Brasília/DF. 2018.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **NOTA TÉCNICA 6/2022** – PROEN/REI/IFPI Orientação para implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI: 2022.

LISBÔA FILHO, F. F. **Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional**. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.

SILVA, O. **O que é extensão universitária**. Integração: ensino, pesquisa e extensão, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 148-9, maio 1997.

Referências Complementares

A ser definido conforme deliberação feita no pelo professor responsável pelo componente curricular em anuência com a coordenação do curso, e de acordo com os encaminhamentos indicados no componente curricular **Projeto de Extensão I**



PROJETO DE EXTENSÃO III

Código:	Carga Horária: 40h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

E etapa de execução do projeto de extensão definido coletivamente conforme demanda levantada pela turma e em anuência com a coordenação do curso, em um ou mais de um formato previsto como atividade extensionista (I - programas; II - projetos; III - cursos e oficinas; IV - eventos; e V - prestação de serviços) descritos no Art. 14 da Resolução CNE/CP 07/2018).

Referências Básicas

BRASIL, **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 -2024 e dá outras providências. Brasília/DF. 2018.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **NOTA TÉCNICA 6/2022** - PROEN/REI/IFPI Orientação para implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI: 2022.

LISBÔA FILHO, F. F. **Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional**. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.

SILVA, O. **O que é extensão universitária**. Integração: ensino, pesquisa e extensão, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 148-9, maio 1997.

Referências Complementares

A ser definido conforme deliberação feita no pelo professor responsável pelo componente curricular em anuência com a coordenação do curso, e de acordo com os encaminhamentos indicados no componente curricular **Projeto de Extensão III**.



PROJETO DE EXTENSÃO IV

Código:	Carga Horária: 40 h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

E etapa de execução do projeto de extensão definido coletivamente conforme demanda levantada pela turma e em anuência com a coordenação do curso, em um ou mais de um formato previsto como atividade extensionista (I - programas; II - projetos; III - cursos e oficinas; IV - eventos; e V - prestação de serviços) descritos no Art. 14 da Resolução CNE/CP 07/2018).

Referências Básicas

BRASIL, **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 -2024 e dá outras providências. Brasília/DF. 2018.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **NOTA TÉCNICA 6/2022** - PROEN/REI/IFPI Orientação para implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI: 2022.

LISBÔA FILHO, F. F. **Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional**. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.

SILVA, O. **O que é extensão universitária**. Integração: ensino, pesquisa e extensão, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 148-9, maio 1997.

Referências Complementares

A ser definido conforme deliberação feita no pelo professor responsável pelo componente curricular em anuência com a coordenação do curso, e de acordo com os encaminhamentos indicados no componente curricular **Projeto de Extensão IV**.



PROJETO DE EXTENSÃO V: (Seminário de TCC I)

Código:	Carga Horária:40 h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

E etapa de execução do projeto de extensão definido coletivamente conforme demanda levantada pela turma e em anuência com a coordenação do curso, em um ou mais de um formato previsto como atividade extensionista (I - programas; II - projetos; III - cursos e oficinas; IV - eventos; e V - prestação de serviços) descritos no Art. 14 da Resolução CNE/CP 07/2018). Aprimoramento e conclusão do projeto de TCC com seminário de apresentação dos projetos.

Referências Básicas

BRASIL, **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 -2024 e dá outras providências. Brasília/DF. 2018. CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **NOTA TÉCNICA 6/2022** - PROEN/REI/IFPI Orientação para implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI: 2022. LISBÔA FILHO, F. F. **Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional**. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022. SILVA, O. **O que é extensão universitária**. Integração: ensino, pesquisa e extensão, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 148-9, maio 1997.

Referências Complementares

A ser definido conforme deliberação feita no pelo professor responsável pelo componente curricular em anuência com a coordenação do curso, e de acordo com os encaminhamentos indicados no componente curricular **Projeto de Extensão**.



PROJETO DE EXTENSÃO VI: (Seminário de TCC II)

Código:	Carga Horária:40 h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

E etapa de execução do projeto de extensão definido coletivamente conforme demanda levantada pela turma e em anuência com a coordenação do curso, em um ou mais de um formato previsto como atividade extensionista (I - programas; II - projetos; III - cursos e oficinas; IV - eventos; e V - prestação de serviços) descritos no Art. 14 da Resolução CNE/CP 07/2018). Aprimoramento e conclusão do trabalho de conclusão e seminário de apresentação.

Referências Básicas

BRASIL, **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 -2024 e dá outras providências. Brasília/DF. 2018. CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **NOTA TÉCNICA 6/2022** - PROEN/REI/IFPI Orientação para implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI: 2022. LISBÔA FILHO, F. F. **Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional**. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022. SILVA, O. **O que é extensão universitária**. Integração: ensino, pesquisa e extensão, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 148-9, maio 1997.

Referências Complementares

A ser definido conforme deliberação feita no pelo professor responsável pelo componente curricular em anuência com a coordenação do curso, e de acordo com os encaminhamentos indicados no componente curricular **Projeto de Extensão V**.

17.5 ESTÁGIO SUPERVISIONADO



ESTÁGIO SUPERVISIONADO I: Observação e coparticipação - Anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)

Código:	Carga Horária: 100h
Eixo:	Pré-requisito:
EMENTA	
Reflexão sobre a legislação referente ao ensino de língua estrangeira. Vivência no ensino de espanhol como língua estrangeira nos anos finais do Ensino Fundamental. Observação e regência de aulas. Planejamento, execução e avaliação de aulas de espanhol.	
Competências e Habilidades	
• Consolidar e articular os conhecimentos desenvolvidos durante o curso por meio das atividades formativas de natureza teórica e/ou prática. • Aprofundar as reflexões tanto sobre o processo de ensino e aprendizagem quanto sobre as relações e implicações pedagógico-administrativas do ambiente escolar. • Compreender o estágio como campo de conhecimento. • Realizar revisão teórica em subsídio para a prática docente. • Caracterizar e observar a escola campo de estágio.	
Referências Básicas	

ARÉVALO, AMARAL, PALEVI e GÓMES. **Prática de ensino e estágio supervisionado de espanhol I**. Rio de Janeiro: SESES, 2016.

BRASIL. Secretária de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais do ensino**. Ver em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>
<http://portal.mec.gov.br/par/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12657-parametros-curriculares-nacionais-5o-a-8o-series>

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 6. ed. Campinas - SP: Autores Associados, 2003. 130 p

HAYDT, Regina Celia Cazaux. **Curso de didática geral**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2006. 327 p.

MARTINEZ, Pierre. Didática de línguas estrangeiras. Parábola, 2012.

PIMENTA, Selma Garrido. **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2002. 224 p

POTTER, Louise. **Guia para o ensino de língua estrangeira: orientações sobre a arte de ensinar idiomas**. São Paulo: 2012.

Referências Complementares

BORBA, Marcelo de Carvalho. **Educação a distância online**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 157 p.

CASTRO, Amelia Domingues de; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (Org). **Ensinar a ensinar: didática para escola fundamental e média**. 2014. Cengage Learning, São Paulo: 195 p.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. Campinas ,SP: Autores Associados, 2005. fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2001.

DIAZ BORDENAVE, Juan E.; PEREIRA, Adair Martins. Estratégias de ensino-aprendizagem. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 312 p.

MIZUKAMI, Maria da Graca Nicoletti. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 2007. 119 p. ISBN 978-85-12-30350-5.

MOAR, Antonio. **Aprenda a perguntar: como obter a resposta certa utilizando a arte de perguntar**. Niterói, RJ: Impetus, 2015. 86p. ISBN 978-85-7626-823-9.

NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. **Pedagogia dos projetos: etapas, papéis e atores**. 4. ed. 5. reimp. São Paulo: Erica, 2011. 102p

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Técnicas de ensino: porque não?** 12. ed. Campinas: Papirus, 2001. 149 p.



ESTÁGIO SUPERVISIONADO II: – Regência Anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)

Código:	Carga Horária teórica: 100h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

Discussão fundamentada e contextualizada de situações de ensino e aprendizagem do ensino da Língua Espanhola como LE no Ensino Fundamental. Envolvimento do estagiário no trabalho pedagógico da escola/instituição, oportunizando a análise do seu fazer pedagógico, bem como o exercício da função docente. Elaboração de Unidades Didáticas. Planos de aula e materiais didáticos. Regência em escolas de Ensino Fundamental. Relato de experiências. Registro formal de todo o processo (elaboração do Relatório das atividades realizadas). Avaliação da experiência e exposição de trabalhos produzidos.

Competências e Habilidades
● Demonstrar capacidade de observar e analisar criticamente o ambiente escolar, a prática pedagógica dos professores e o processo de aprendizagem dos alunos; ● Refletir sobre a própria prática e a dos demais profissionais da escola, buscando aprimorar suas habilidades e conhecimentos; ● Compreender e aplicar diferentes métodos e técnicas de ensino, adequados à faixa etária e às necessidades dos alunos.
Referências Básicas
MARTINEZ, Pierre. Didática de línguas estrangeiras. Parábola, 2012. 109 p. POTTER, Louise. Guia para o ensino de língua estrangeira: orientações sobre a arte de ensinar idiomas. São Paulo: 2012.
Referências Complementares
BURIOLLA, Marta A. Feiten. O Estágio supervisionado. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 182 p. ISBN 9788524914003. DIAZ BORDENAVE, Juan E.; PEREIRA, Adair Martins. Estratégias de ensino-aprendizagem. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 312 p. PICONEZ, Stela C. Bertholo (Coord.). Prática de ensino e o estágio supervisionado. 17. ed. Campinas: Papirus, 2009. 139 p.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO III: Observação e coparticipação - Ensino Médio	
Código:	Carga Horária teórica: 60h Carga Horária prática: 90h
Eixo:	Pré-requisito:
EMENTA	
O Ensino das habilidades da língua espanhola e suas implicações no ensino médio. As crenças sobre o ensino de espanhol como língua instrumental ou segunda língua e as suas influências na atuação do professor em sala de aula. Habilidades desenvolvidas e procedimentos metodológicos necessários ao ensino médio. Observação e regência de aulas. Avaliação das observações das aulas de espanhol como língua estrangeira com foco na didática do professor regente da turma de observação do estagiário.	
Competências e Habilidades	
● Proporcionar ao aluno base teórico-prática indispensável para a compreensão das questões básicas ligadas ao Ensino e aprendizagem do espanhol neste segmento e, conseqüentemente, desenvolver a consciência lingüístico-pedagógica do aluno. ● Ampliar a integração instituição de ensino, unidades concedentes e alunos estagiários visando gerar benefícios e ganhos de eficiência entre os participantes, motivando o desenvolvimento dos estágios curriculares.	

Referências Básicas
BURIOLLA, Marta A. Feiten. O Estágio supervisionado. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 182 p. ISBN 9788524914003. DIAZ BORDENAVE, Juan E.; PEREIRA, Adair Martins. Estratégias de ensino-aprendizagem. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 312 p. MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 2007. 119 p. ISBN 978-85-12-30350-5. PICONEZ, Stela C. Bertholo (Coord.). Prática de ensino e o estágio supervisionado. 17. ed. Campinas: Papirus, 2009. 139 p. SCHÖN, Donald A. Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: ARTMED, 2007. 256 p.
Referências Complementares
MARTINEZ, Pierre. Didática de línguas estrangeiras. Parábola, 2012. 109 p. POTTER, Louise. Guia para o ensino de língua estrangeira: orientações sobre a arte de ensinar idiomas. São Paulo: 2012.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV: Regência Ensino Médio	
Código:	Carga Horária teórica: 60h
	Carga Horária prática: 90h
Eixo:	Pré-requisito:
EMENTA	
Planejamento e execução de atividades de aulas de espanhol como língua estrangeira de acordo com as metodologias e abordagens envolvidas e no material didático escolhido para o ensino da Língua Espanhola. Estágio e aquisição de experiência e prática no ensino de espanhol como língua estrangeira.	
Competências e Habilidades	
● Desenvolver habilidades discursivas em aulas de língua espanhola; ● Trabalhar com os diferentes métodos, abordagens e materiais didáticos de ensino de espanhol como língua estrangeira; ● Produzir atividades de acordo com as habilidades linguísticas e as abordagens de ensino de LE pretendidas; ● Contrastar o ensino de espanhol para fins específicos profissionais com o ensino de espanhol instrumental para leitura.	
Referências Básicas	

ARÉVALO, Amaral Palevi Gómez. **Prática de ensino e estágio supervisionado de espanhol III**. Rio de Janeiro : SESES, 2017.

CARABELA, **Monográfico**: Las actividades lúdicas en la enseñanza de E/LE. Madrid: Sgel, 1997.

MARTINEZ, Pierre. **Didática de línguas estrangeiras**. Parábola, 2012. 109 p.

POTTER, Louise. **Guia para o ensino de língua estrangeira**: orientações sobre a arte de ensinar idiomas. São Paulo: 2012. 153 ISBN 978-85-7844-108-1.

Referências Complementares

LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos (Org.). **Educação à distância**: o estado da arte. São Paulo: Prentice-Hall, 2009. 461 p.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino**: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 2007. 119 p. ISBN 978-85-12-30350-5.

PETERS, Otto. **A educação à distância em transição**: tendências e desafios. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2004. 400 p. ISBN 978-857-431-047-1.

PICONEZ, Stela C. Bertholo (Coord.). **Prática de ensino e o estágio supervisionado**. 17. ed. Campinas: Papirus, 2009. 139 p.



NEUROCIÊNCIA E LINGUAGEM

Código:	Carga Horária teórica: 60h
	Carga Horária prática: 90h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

Linguagem e Neurociência. Cérebro e linguagem. Memória e aprendizagem. Aspectos cognitivos para a aquisição e o aprendizado da leitura e da escrita da língua espanhola aplicada às neurodivergências.

Competências e Habilidades

Referências Básicas

CONSENZA, R. M.; GUERRA, L. B. Neurociência e educação: como o cérebro aprende. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DEHAENE, Stanislas. Os neurônios da leitura: como a ciência explica a nossa capacidade de ler. Porto Alegre: Penso, 2012.

IZQUIERDO, I. Os tipos e as formas de memória. In: IZQUIERDO, I. Memória. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 19-33.

SIMÕES, Estela Mari Santos; NOGARO, Arnaldo. Neurociência cognitiva para educadores: aprendizagem e prática docente para o século XXI. Curitiba: CRV, 2016.

Referências Complementares

AGUILLAR, Renata. Neurociência aplicada à educação: caminhos para facilitar a aprendizagem na sala de aula. São Paulo: Edicon, 2018.

KREBS, Claudia; WEIBERG, Joanne; AKESSON, Elizabeth. Neurociências: ilustrada. Tradução Maiza Ritomy Ide e Maria Cristina Gularte Monteiro. Porto Alegre: Artmed, 2013.

LIMA, Elvira Souza. Neurociência e leitura. 2. ed. São Paulo: Interalia, 2009 (Coleção Cotidiano na Sala de Aula).

LIMA, Elvira Souza. Neurociência e escrita. 2. ed. São Paulo: Interalia, 2016 (Coleção Cotidiano na Sala de Aula).

NETTO, T. M.; et al. Sistemas de memória: relação entre memória de trabalho e linguagem sob uma abordagem neuropsicolinguística. Revista Neuropsicologia Latinoamericana, volume 3, número 3. 2011. P. 34- 39.

PANTANO, Telma; ZORZI, Jaime L. Neurociência aplicada à aprendizagem. São José dos Campos: Pulso, 2009.

RODRIGUES, E. dos S. O papel de mecanismos de controle executivo no processo linguístico: diferença de desempenho entre crianças e adultos em tarefas experimentais. Revista Linguística. Volume 7, número 2, dezembro de 2011.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília/DF: 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília/DF: 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Decreto no 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília/DF: 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Decreto no 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis no 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília/DF: 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Decreto no 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília/DF: 2011. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021.**

BRASIL. Lei 10.436/02, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília/DF: 2002.** Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei10436.pdf> >. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília/DF: 2008.** Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm >. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília/DF: 2014.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm >. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Brasília/DF: 2004.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Lei no 11.645, de 10 de março de 2008. **Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília/DF: 2008.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Lei no 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília/DF: 2008.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília/DF: 1990.** Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm >. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF: 1996.** Disponível em: <

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília/DF: 1999.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 05 dez.2022.

BRASIL. Parecer CNE/CES 1.304/2001. **Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Física, Bacharelado e Licenciatura. Brasília/DF: 2001.** Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES1304.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Portaria no 1.224, de 18 de dezembro de 2013. **Institui normas sobre a manutenção e guarda do Acervo Acadêmico das Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao sistema federal de ensino. Brasília/DF: 2013.** Disponível em: <<https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/portarias-federais/portaria-mec-no-1-224-de-18-de-dezembro-de-2013>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 7 de 18 de dezembro de 2018. **Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.** Brasília/DF: 2018. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf>

BRASIL. Resolução CNE/CP no 2, de 20 de dezembro de 2019. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).** Brasília/DF: 2019. Disponível em: <<https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2982/resolucao-cne-cp-n-2>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Resolução no 1, de 17 de junho de 2004. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana.** Brasília/DF: 2004. Disponível em: <<http://www.prograd.ufu.br/legislacoes/resolucao-cnecp-no-1-de-17-de-junho-de-2004>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Resolução no 1, de 30 de maio de 2012. **Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.** Brasília/DF: 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 143/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 25 de agosto de 2022. **Altera a Resolução que normatiza a Organização Didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.** Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/16QP6xn6vBw1DjoewuhuG3grbNbf6NFT9>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). Resolução Normativa nº 131/2022, de 25 de abril de 2022. **Estabelece as Diretrizes para a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).** Disponível em: <https://sites.google.com/ifpi.edu.br/ifpi-resolucoes-do-consup/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). Resolução nº 039/2013. **Dispõe sobre as Normas e Procedimentos para a Mobilidade Acadêmica, Nacional e Internacional, de estudantes de Cursos de Graduação do IFPI e dá outras providências.** Teresina/PI: 2013. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1DCCpldpQByi8HST7gbJtNf32fcRwtCGV>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 95/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 22 de novembro de 2021. **Atualiza e consolida o Regulamento do Programa de Acompanhamento ao Egresso (PAE), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI: 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 22/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI de 6 de abril de 2021. **Aprova o Regulamento do desenvolvimento das Atividades Teórico-práticas de Aprofundamento (ATPAs) em áreas específicas de interesse dos estudantes dos cursos de licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI: 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 113/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 29 de março de 2022. **Consolida e atualiza o registro e a inclusão das atividades de extensão – Práticas Curriculares em Comunidade e em Sociedade (PCCS), nos currículos dos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI: 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/16QP6xn6vBw1DjoewuhuG3grbNbf6NFT9>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 46/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI de 16 de junho de 2021. **Consolida e atualiza as resoluções que dispõem sobre o Regulamento dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI: 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 125/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 6 de abril de 2022. **Atualiza o Regulamento de participação dos servidores e discentes em Visitas Técnicas e Participação em Eventos de natureza acadêmica, científica, tecnológica, desportiva, artística e cultural do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI: 2022. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/16QP6xn6vBw1DjoewuhuG3grbNbf6NFT9>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 26/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 6 de abril de 2021. **Aprova a consolidação das resoluções editadas pelo Conselho Superior que dispõem sobre o Regimento dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) dos cursos de graduação do IFPI, e dá outras providências. Teresina/PI: 2021.** Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **RESOLUÇÃO NORMATIVA 53/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23 de julho de 2021.** Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

RESOLUÇÃO NORMATIVA 56/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 2 de agosto de 2021: **Atualiza a Política de Diversidade e Inclusão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.** Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 50/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 16 de junho de 2021. **Atualiza o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. Teresina/PI: 2021.** Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 56/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 2 de agosto de 2021. **Atualiza a Política de Diversidade e Inclusão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. Teresina/PI: 2021.** Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 55/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23 de julho de 2021. **Atualiza e consolida as Resoluções que normatizam a Instituição e o Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. Teresina/PI: 2021.** Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 35/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 19 de maio de 2021. **Aprova a consolidação e atualização da Política de Assistência Estudantil (POLAE), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI: 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 53/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23 de julho de 2021. **Atualiza e consolida as Resoluções que normatizam a Instituição e o Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI: 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 112/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 28 de março de 2022. **Atualiza e consolida as resoluções que normatizam a distribuição de carga horária docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI : 2022. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/16QP6xn6vBw1DjoewuhuG3grbNbf6NFT9>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 99/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 7 de dezembro de 2021. **Atualiza os procedimentos para abreviação dos Cursos de Graduação, para alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) com extraordinário aproveitamento nos estudos, e dá outras providências.** Teresina/PI: 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2020-2024.** Teresina/PI: 2020. Disponível em: <https://www.ifpi.edu.br/pdi/pdi-2020-2024/documentos/pdi-2020-2024-_anexo-resolucao-009_2020-consup.pdf/view>. Acesso em: 05 dez. 2022



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

RESOLUÇÃO 48/2024 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 13 de junho de 2024.

Aprova a criação do Curso de Licenciatura Letras Inglês, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução Normativa nº 59, de 20 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2021, e considerando o processo nº 23172.001597/2024-19,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, **ad referendum**, a criação do Curso de Licenciatura em Letras Inglês, na modalidade Educação a Distância (EaD), no IFPI, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entrar em vigor na data de sua publicação.

PAULO BORGES DA CUNHA

Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

■ Paulo Borges da Cunha, REITOR(A) - CD1 - REI-IFPI, em 13/06/2024 15:29:05.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 12/06/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 269402

Código de Autenticação: 1e7b920042





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino
Diretoria de Educação a Distância

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em
Letras/ Inglês
Modalidade a Distância

Teresina-PI, maio de 2024.

REITOR

Paulo Borges da Cunha

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Odimógenes Soares Lopes

DIRETORA DE ENSINO SUPERIOR

Márcio Aurélio Carvalho de Moraes

DIRETOR GERAL CAMPUS TERESINA CENTRAL

Paulo de Tarso Vilarinho Castelo Branco

DIRETOR DE ENSINO - CAMPUS TERESINA CENTRAL

Franciéric Alves de Araujo

DIRETOR DE ENSINO A DISTÂNCIA DO IFPI

Raimundo Nonato Meneses Sobreira

**COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PPC DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRA INGLÊS E
LITERATURA INGLESA, MODALIDADE EAD, DO IFPI DOCUMENTO 1012/2024 – GAB/REI/IFPI,
de 25 de março de 2024**

Israel Alves Correa Noletto - *Campus* Campo Maior

Nilson Maceêdo Mendes Júnior – *Campus* Campo Maior

Rivanda Marta Araújo de Medeiros - *Campus* Teresina Zona Sul

Vinícius Dias de Carvalho – *Campus* Paulistana

Giselle Andrade Pereira - *Campus* São João do Piauí

Darkyana Francisca Ibiapina - *Campus* Campo Maior

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
CAPÍTULO 1 - PERFIL INSTITUCIONAL	7
1.1 BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	7
1.1 MISSÃO, VISÃO E VALORES	13
1.2 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA	13
1.3 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	14
1.4 ÁREA DE ATUAÇÃO	14
1.5 JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSOS E DEMANDAS SOCIAIS	17
1.6 FORMAS DE ACESSO AO CURSO	20
CAPÍTULO 2- ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	22
2.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	22
2.2 OBJETIVOS DO CURSO	24
2.3 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	25
2.4 ORGANIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DAS DISCIPLINAS	32
2.5 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO	34
2.6 ATIVIDADES COMPLEMENTARES (AC)	36
2.7 ESTRUTURA E CONTEÚDOS CURRICULARES	37
2.8 METODOLOGIA	48
2.10 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	55
2.11. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	55
Concepção, objetivos e carga horária	55
Estrutura e funcionamento do estágio	56
Avaliação do estágio supervisionado	57
2.12. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	59
2.14 TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	62
2.15 TEMAS TRANSVERSAIS OBRIGATÓRIOS	63
2.16 APOIO AO DISCENTE	65
a) Política de diversidade e inclusão do IFPI	66
b) Mobilidade Acadêmica	67

c) Acessibilidade	69
e) Profissionais Técnicos Especializados em Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais-Libras	69
f) Mecanismos de Nivelamento	70
2.17 <i>GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA</i>	70
2.18 <i>PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO APRENDIZAGEM</i>	72
a) Avaliação da aprendizagem	73
b) Sistema de Avaliação do Curso	73
c) Verificação de Aprendizagem em Chamada	74
d) Revisão da Verificação da Aprendizagem	75
2.19 <i>ATIVIDADES DE PESQUISA E INOVAÇÃO</i>	76
2.20 <i>COMITÊ DE ÉTICA DE PESQUISA</i>	77
a) Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos	77
b) Comitê de Ética no Uso de Animais	78
CAPÍTULO 3.0 - COORDENAÇÃO DO CURSO, CORPO DOCENTE E TUTORES	78
3.1- <i>CORPO DOCENTE</i>	78
3.2 - <i>TUTORES</i>	79
3.3- <i>COORDENAÇÃO DO CURSO</i>	80
3.4- <i>NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE</i>	74
REFERÊNCIAS	Error! Indicador Não Definido .
ANEXO 1 – BIBLIOGRAFIAS E EMENTAS	82

APRESENTAÇÃO

No âmbito do Instituto Federal do Piauí (IFPI), o instrumento orientador das ações curriculares é denominado de Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Trata-se, pois, de um conjunto de intencionalidades pedagógicas que tem como propósito a explicitação dos principais parâmetros para a ação educativa e o processo formativo, além de apresentar-se em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e a legislação vigente.

O projeto pedagógico do curso constitui-se num instrumento de gestão em prol da formação cidadã, e como tal encontra-se explicitado em suas dimensões política, didático-pedagógica e administrativa. A organização curricular fundamenta-se no compromisso ético do IFPI em relação à concretização do perfil do egresso, que é definido pela explicitação dos conhecimentos e saberes que compõem a correspondente formação.

Nesse sentido, o presente documento apresenta o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras/Inglês, na modalidade a distância do Instituto Federal do Piauí. O PPC aqui construído é fruto de um processo de reflexão, discussão coletiva, democrática, que contou com a participação dos professores e da comunidade acadêmica, numa afirmação de identidade e legitimidade institucional.

A proposta aqui apresentada vem responder às necessidades de formação profissional de professores na área de Letras/Inglês para atuarem na Educação Básica e atender às exigências das atuais transformações científicas e tecnológicas, no contexto Universidade Aberta-UAB, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, que tem como objeto a seleção de propostas de Instituições de Ensino Superior (IES) para a oferta de vagas para a formação de professores em Cursos de Licenciatura, no âmbito UAB, para a atuação nas redes públicas de educação básica e/ou nas redes comunitárias de formação por alternância.

Considerando que a UAB tem como objetivos, entre outros: oferecer a oportunidade de acesso à formação específica de nível superior, conforme a área de atuação; fomentar a implementação de projetos pedagógicos para a formação de professores que contemplem as especificidades do público-alvo, com formas diferenciadas de organização dos conhecimentos tempos e espaços; e estimular a aproximação entre a educação superior e a educação básica, tendo as comunidades e as escolas como espaços privilegiados de formação e de pesquisa, este documento foi construído nos termos das DCN para a

Formação de Professores, definidas pelo Conselho Nacional de Educação-CNE, órgão normativo do Ministério da Educação-MEC.

Nos termos das Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores (Resolução CNE/CP n. 2, de dezembro de 2019) , o presente PPC apresenta a organização das práticas institucionais e pedagógicas e constitui-se em um instrumento de proposições e orientações que permitirá a uniformidade das ações acadêmicas do Curso de Licenciatura em Letras/Inglês, na modalidade a distância do IFPI, contemplando os processos de ensino, pesquisa e extensão. Em sua apresentação e organização este documento, atende as demandas internas do IFPI que regulamentam e normatizam matérias acerca do funcionamento dos cursos de licenciaturas vigentes.

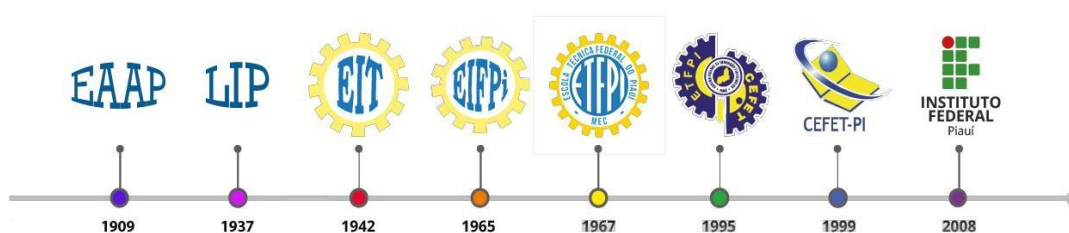
CAPÍTULO 1 - PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino.

O Instituto Federal do Piauí – IFPI possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

O IFPI possui 114 (cento e catorze) anos, tendo origem na Escola de Aprendizes Artífices do Piauí em 1909, transformada em Liceu Industrial do Piauí em 1937, Escola Industrial de Teresina em 1942, Escola Industrial Federal do Piauí em 1965, Escola Técnica Federal do Piauí em 1967 e Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí em 1998, conforme a linhahistórica a seguir.



a) Escola de Aprendizes Artífices do Piauí

Em 1909, vinte anos após o advento da República e vinte e um anos após a Abolição da Escravatura, com um regime de governo ainda não totalmente consolidado e uma sociedade ainda escravocrata, vivíamos um caos social decorrente da libertação dos escravos. Tal fato, na prática, trouxe uma liberdade sem pão, sem moradia, sem reforma agrária e sem emprego. As grandes cidades brasileiras enchiam-se, cada vez mais, de ex-escravos, miseráveis a mendigar o pão de cada dia, crianças famintas, velhos doentes, adultos desempregados e adolescentes empurrados para a prostituição, o ócio e o crime.

Pensando em minimizar esse cenário de horror e numa possível industrialização do Brasil, até então um país eminentemente agropastoril e extrativista, Nilo Procópio Peçanha, Vice-Presidente alçado ao posto de Presidente do Brasil, em 14 de junho de 1909, após a morte do titular Afonso Pena, decretou a criação de uma Rede Nacional de Escolas Profissionais.

O Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, criou uma Escola de Aprendizes Artífices em cada uma das capitais de Estado que se destinava, como diz na sua introdução, “não só a habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalhos profícuos, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime”. Por meio deste Decreto, na época conhecido pelo apelido de “Lei Nilo Peçanha”, Teresina, capital do Estado do Piauí, ganhou uma Escola Federal com o nome de Escola de Aprendizes Artífices do Piauí (EAAPI).

A denominação da EAAPI surgiu em 1937, na vigência do Estado Novo. As perspectivas de avanços na área da indústria foram, naquele momento, o grande propulsor para a transformação da escola primária em secundária, denominada, a partir de então, Liceu Industrial. No caso em pauta, Liceu Industrial do Piauí (LIP). O termo “industrial” adveio da intenção governamental de industrializar o país, usando a Rede de Escolas Profissionais como meio de formar operários especialmente para servir ao parque industrial brasileiro, nesse momento já inserido como meta de governo.

Adaptando-se aos novos tempos, o Liceu Industrial do Piauí teve construída e inaugurada, em 1938, a sua sede própria pelo Governo Federal em terreno cedido pela Prefeitura Municipal de Teresina, na Praça Monsenhor Lopes, hoje Praça da Liberdade, nº 1597, onde funciona atualmente o Campus Teresina Central.

A sede própria da Escola, que ocupava parte de uma quadra do centro da capital, foi inaugurada com 6 modernas salas de aula e instalações para oficinas de marcenaria, mecânica de máquinas, serralheria e solda, modelação, fundição e alfaiataria. Sendo Teresina uma capital ainda pouco industrializada, os ex-alunos do Liceu Industrial do Piauí migravam para o Sudeste do país, onde tinham emprego garantido com salários condignos, devido a sua alta competência técnica.

b) Escola Industrial de Teresina

Esse nome provém da Lei Orgânica do Ensino Industrial, de 1942, que dividiu as escolas da Rede em Industriais e Técnicas. As Escolas Industriais ficam geralmente nos Estados menos industrializados e formaram operários conservando o ensino propedêutico do antigo ginásio. Legalmente, esse curso era chamado de Ginásio Industrial.

As Escolas Industriais continuariam formando operários para a indústria, e as Técnicas formavam operários e também técnicos. Os operários formados tinham nível ginásial (1º ciclo) e os técnicos, nível médio (2º ciclo).

A Escola Industrial de Teresina (EIT) atuava no ramo da indústria metal-mecânica. Sua estrutura física foi ampliada com a construção de mais salas de aula, oficinas escolares e área específica para educação física.

A Escola Industrial de Teresina (EIT) atuava no ramo da indústria metal-mecânica. Sua estrutura física foi ampliada com a construção de mais salas de aula, oficinas escolares e área específica para educação física.

c) Escola Industrial Federal do Piauí

No ano de 1965, pela primeira vez, apareceu, na Rede, a denominação Escola Federal, embora, desde a sua criação, pertencesse ao Governo Federal. Noutra formulação: pela primeira vez, o termo “federal” entrou na composição do nome das Escolas da Rede. Essa mudança também permitiu que a Instituição pudesse fundar cursos técnicos industriais, a exemplo das escolas que já eram “técnicas”.

d) Escola Técnica Federal do Piauí

A promoção de Escola Industrial para Escola Técnica Federal do Piauí (ETFPI), em 1967, foi uma consequência da criação dos primeiros cursos técnicos (Agrimensura, Edificações e Eletromecânica) e do reconhecimento desses cursos pelo Ministério da Educação.

Nesse período, houve uma grande ampliação da estrutura geral da Escola. Os cursos técnicos, que eram noturnos, passaram a ser também diurnos. O Ginásio Industrial foi se extinguindo gradativamente, a partir de 1967, uma série a cada ano.

Grandes modificações aconteceram no ensino. Além dos cursos técnicos industriais, com suas variadas opções, vieram também os cursos técnicos da área de serviços, como os de Contabilidade, Administração, Secretariado e Estatística. Nessa mesma época, foi permitida, preferencialmente nos cursos da área terciária, a matrícula para mulheres, depois estendida a todos os demais cursos. O número de alunos quadruplicou em 2 anos e o de professores acompanhou proporcionalmente o mesmo crescimento.

A modernização da Escola começou em meados da década de 1980 com o advento da informatização, que chegou primeiro à administração e, posteriormente, ao ensino, criando-se grandes laboratórios para cursos de informática, destinados a alunos, professores, servidores técnico-administrativos e à comunidade fora da Escola. O ponto alto desse período foi a interiorização do ensino com o planejamento, a construção e a consolidação da Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) de Floriano, processo iniciado em 1986 e concluído em 1994.

Em 1994, foi autorizada a transformação da ETFPI em Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI), pela Lei 8.948/94, efetivada em 22 de março de 1999.

e) Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí

O biênio 1997-1998 foi dedicado ao processo de transição de ETFPI para CEFET-PI, conhecido como CEFETIZAÇÃO, que veio mais uma vez mudar a denominação da Escola. Em 1999, ocorreu o primeiro Vestibular do CEFET-PI, com a oferta do curso superior de Tecnologia em Informática. Outros fatos de destaque que aconteceram, a partir dessa fase da história cefetiana, foram: a continuidade da qualificação dos servidores (1994); a promoção da XXIII Reunião Nacional de Diretores de ETFs, CEFETs e EAFs (1995); a construção do novo auditório da Instituição (1997); a construção do ginásio poliesportivo coberto (1997); a reforma do Prédio “B”, com início em 1999; a abertura do primeiro curso superior da área de saúde, Tecnologia em Radiologia (2001); a implantação dos cursos de Licenciatura em Biologia, Física, Matemática e Química (2002).

Para dar continuidade à formação de profissionais, em 2004, foi estabelecido o primeiro Mestrado Interinstitucional (Minter), Engenharia de Produção, e a oferta de cursos de especialização em Banco de Dados e Gestão Ambiental. Em 2005, foi ofertado o primeiro Doutorado Interinstitucional (DINTER), Engenharia de Materiais. A partir de 2005, o CEFET-PI, atento à política do Ministério da Educação (MEC), buscou uma melhor qualificação profissional da comunidade do Piauí e região, com a implantação, desde 2006, do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio nas áreas de Gestão, Construção Civil, Informática, Indústrias e Meio Ambiente. Em 2007, aconteceu a inauguração das UNEDs de Picos, Parnaíba e Marcílio Rangel (atualmente conhecida como Teresina Zona Sul).

f) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

O Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI) sofreu, em 2008, uma reorganização em sua estrutura adquirindo o status de Instituto Federal, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro desse ano, criou a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica.

Ao se transformar em IFPI, a Instituição adquiriu autonomia para criar e extinguir cursos, bem como para registrar diplomas dos cursos por ela oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, o Instituto Federal do Piauí foi equiparado às universidades federais.

Em 2010, iniciou-se o processo de expansão do IFPI com a inauguração dos seguintes campi: Angical, Corrente, Piripiri, Paulistana, São Raimundo Nonato e Uruçuí. Em 2012, foram inaugurados campi em Pedro II, Oeiras e São João; e, em 2014, houve a inauguração dos campi de Campo Maior, Valença e Cocal.

Nesse período, foi criado também o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), reforçando o desenvolvimento e a interiorização da educação profissional. Em 2014, foram publicadas as portarias de criação dos Campi Avançados Dirceu Arcoverde e Pio IX. Nesse mesmo ano, foi realizado o I Fórum das Licenciaturas, realizado em Parnaíba.

Em 2015, a sede da Reitoria foi inaugurada, constituindo-se na unidade organizacional executiva central, responsável pela administração e supervisão de todas as atividades do Instituto Federal do Piauí.

O IFPI possui, no momento, 63 (sessenta e três) cursos superiores presenciais, 4 cursos superiores a distância, 5 mestrados e 17 cursos de especialização em funcionamento. Os bacharelados apresentam 2046 matrículas e correspondem a 6,11% das matrículas. As licenciaturas apresentam 5642 matrículas e correspondem a 16,86 % das matrículas da instituição, As tecnologias apresentam 2922 matrículas e correspondem a 8,43% das matrículas. Uma média de 78,72% dos alunos do ensino superior são provenientes da escola pública e 65% têm renda familiar per capita inferior a 1 salário mínimo.

Na dimensão Extensão, o IFPI trabalha com diversas áreas temáticas, dentre elas: Educação, Formação de Professores, Cultura, Saúde, Meio Ambiente, Tecnologia e Produção, Comunicação, Empreendedorismo Inovador, Trabalho, Inovação, Música, Economia Solidária e Criativa, Direitos Humanos e Justiça, Inclusão e Tecnologias Assistivas e Gestão Pública.

Na pesquisa, o IFPI se destaca nas áreas: Administração, Agronomia, Antropologia, Artes, Botânica, Ciência da Computação, Ciência da Informação, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Ciências Ambientais, Direito, Ecologia, Educação, Educação Física, Engenharia Agrícola, Engenharia Biomédica, Engenharia de Energia, Engenharia de Materiais e Metalúrgica, Engenharia de Produção, Engenharia Química, Física, Geografia, História, Letras, Linguística, Matemática, Microbiologia, Nutrição, Planejamento Urbano e Regional, Química, Robótica, Mecatrônica e Automação, Sociologia, Teologia e Zootecnia.

1.1 MISSÃO, VISÃO E VALORES

A partir de suas finalidades, o IFPI tem a missão de: "Promover uma educação de excelência, direcionada às demandas sociais". A visão de uma instituição reflete as aspirações e o desejo coletivo a ser alcançado, no espaço de tempo, a médio e longo prazo, buscando dar identidade. A partir de 2020, a visão de futuro do IFPI é: Consolidar-se como centro de excelência em Educação Profissional, Científica e Tecnológica, mantendo-se entre as melhores instituições de ensino do País.

Por sua vez, os valores organizacionais são princípios ou crenças desejáveis, estruturados hierarquicamente, que orientam a vida da organização e estão a serviço de interesses coletivos. Os valores do IFPI são: Ética, Respeito, Solidariedade, Diálogo, Participação, Transparência, Equidade e Responsabilidade.

1.2 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

Sigla: IFPI

CNPJ: 10.806.496/0001-49

Natureza Jurídica: Autarquia federal

End.: Avenida Presidente Jânio Quadros, 330/ Santa Isabel, Teresina - PI, 64.053-390

Fone: (86) 3131- 1443

Representante legal: Paulo Borges da Cunha

Ato legal: Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008

Página Institucional: www.ifpi.edu.br

1.3 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO: Licenciatura em Letras/Inglês na modalidade a distância -EaD

PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO: 04 (quatro) anos

TÍTULO ACADÊMICO: Licenciado em Letras/Inglês

REGIME LETIVO: Semestral

VAGAS AUTORIZADAS: 40 (quarenta) vagas

FORMA DE ACESSO: Processo seletivo conforme resoluções vigentes

CARGA HORÁRIA: 3.300 h

1.4 ÁREA DE ATUAÇÃO

Atuar no sentido do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania, sem perder a dimensão do universal, constitui um preceito que fundamenta a ação do Instituto Federal do Piauí.

Ao ver-se como lugar de diálogo, o IFPI amplia seu campo de atuação ao espaço do território geográfico no qual se insere e que passa a ser o campo de negociação entre o local e o global, de construção de uma rede de solidariedade intercultural.

O IFPI atua a favor dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, qualquer que seja a esfera delimitada, a relação dialógica e democrática de seu fazer pedagógico possibilitará ganhos sociais expressivos e a superação de contradições existentes.

A estrutura multicampi e a clara definição do território de abrangência das ações do Instituto Federal do Piauí afirmam, na missão desta Instituição, o compromisso de intervenção em sua região, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável, com inclusão social.

Na busca de sintonia com as potencialidades de desenvolvimento regional, os cursos ofertados no âmbito do IFPI são definidos em atendimento às demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho local e da região. Convém salientar que o IFPI busca conciliar as demandas identificadas com a sua vocação e capacidade de oferta de cursos, em relação às reais condições de viabilização da proposta pedagógica: infraestrutura física, corpo docente e técnico, acervo bibliográfico, instalações e equipamentos.

Assim é que o Instituto Federal do Piauí constitui espaço fundamental na construção dos caminhos visando ao desenvolvimento local e regional dos territórios nos quais os seus campi estão inseridos. Na proposta pedagógica do Instituto Federal do Piauí, agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho (numa perspectiva histórica e no sentido ontológico) e discutir os princípios das tecnologias a ele concernentes dão luz a elementos essenciais para a definição de um propósito específico para a estrutura curricular da educação profissional e tecnológica. O que se propõe é uma formação contextualizada, imersa em conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos.

A Instituição visa, portanto, contribuir com o desenvolvimento dos arranjos produtivos econômicos, sociais e culturais de cada território em que os campi do IFPI estão organicamente inseridos. A oferta de cursos nos diversos níveis/formas da educação profissional e superior, estão inseridos nos seguintes territórios de desenvolvimento:

- a) Planícies Litorâneas – Campus Parnaíba e Campus Cocal;
- b) Cocais - Campus Piripiri e Campus Pedro II;
- c) Carnaubais – Campus Campo Maior;
- d) Entre Rios – Campus Teresina-Central, Campus Teresina Zona Sul, Campus Angical do Piauí, Campus Avançado do Dirceu e Campus Avançado de José de Freitas;
- e) Serra da Capivara – Campus São Raimundo Nonato e Campus São João do Piauí;
- f) Vale dos Rios Piauí e Itaueiras – Campus Floriano;
- g) Tabuleiros do Alto Parnaíba – Campus Uruçuí;
- h) Vale do Sambito – Campus Valença do Piauí;
- i) Vale do Rio Guaribas - Campus Picos e Campus Avançado Pio IX;
- j) Chapada Vale do Rio Itaim – Campus Paulistana;
- k) Vale do Rio Canindé – Campus Oeiras;
- l) Chapada das Mangabeiras – Campus Corrente.

A presença de um campus nesses Territórios, além de promover a interiorização e abrangência da área de atuação do IFPI visa, sobretudo, à promoção do desenvolvimento socioeconômico regional, impulsionado pelo avanço da escolaridade e o acesso aos níveis mais elevados do saber dos seus cidadãos, bem como à identificação da vocação produtiva, ao respeito e à preservação da cultura local e ambiental e, por conseguinte, à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Nesse sentido, a oferta dos cursos, bem como seu turno de funcionamento, tem sido orientada pela identificação dos arranjos produtivos locais, culturais e socioeducacionais em cujos Territórios os campi estão inseridos. Para tanto, a articulação entre trabalho, ciência e cultura, na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares do IFPI, movido pelo desafio de viabilizar um ensino público, gratuito, democrático e de excelência direcionado às demandas sociais.

Como princípio em sua proposta político-pedagógica, o Instituto Federal do Piauí atua na oferta de educação básica, principalmente em cursos de ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio; ensino técnico em geral; graduações tecnológicas, licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, bem como em programas de pósgraduação *lato e stricto sensu*, sem deixar de assegurar a formação inicial e continuada de trabalhadores.

Nesse contexto, a transversalidade e a verticalização constituem aspectos que contribuem para a singularidade do desenho curricular nas ofertas educativas do Instituto Federal do Piauí, visto que a designação “instituição de educação superior, básica e profissional” lhe confere uma natureza singular, na medida em que não é comum, no sistema educacional brasileiro atribuir a uma única instituição a atuação em mais de um nível de ensino.

A área de atuação do IFPI compreende uma proposta pedagógica fundada na compreensão do trabalho como atividade criativa fundamental da vida humana e em sua forma histórica, como forma de produção. Assim sendo, o que está posto para o Instituto Federal do Piauí é a formação para o exercício profissional tanto para os trabalhadores que necessitam de formação em nível superior para a realização de suas atividades profissionais, quanto para os que precisam da formação em nível médio técnico, e também para aqueles que atuam em qualificações profissionais mais especializadas; ao mesmo tempo, as atividades de pesquisa e extensão estão diretamente relacionadas ao mundo do trabalho.

No tocante à formação de professores para educação básica, há de se notar que os cursos de licenciatura, em sua proposta curricular, contemplam a inovação na abordagem das metodologias e práticas pedagógicas, com o objetivo de contribuir para a superação da cisão entre ciência-tecnologia-cultura-trabalho e teoria-prática em um tratamento pedagógico para romper com a fragmentação do conhecimento.

Assim, é da natureza do Instituto Federal do Piauí validar a verticalização do ensino e balizar suas políticas de atuação pela oferta de diferentes níveis e modalidades da educação profissional e tecnológica, básica e superior, a partir de um projeto pedagógico singular.

A realidade brasileira no que tange à necessidade de professores integra uma série de pontos quando se trata da formação de profissionais da educação, tais como: a formação em serviço ou continuada, carreira e valorização docente, dentre outros. A frágil representação construída da dignidade profissional precisa estar fortalecida. À exigência primordial da excelência na formação, que precisa ser compatível também com a atual complexidade do mundo, somam-se outras exigências. O IFPI reúne uma série de condições na oferta de cursos de formação de professores para a educação básica, pela excelência na formação docente em atenção às demandas da sociedade comprovada através de políticas internas na qualificação do corpo docente e administrativo através da formação continuada, assim como na formação inicial de professores para a educação básica.

1.5 JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO E DEMANDAS SOCIAIS

Os contextos sociais da contemporaneidade nos alertam sobre as transformações em que o mundo vem passando e pela velocidade em que estes processos acontecem. O homem vive em tempos cada vez mais acelerados, onde sua produção, seus objetivos e anseios de vida são moldados por necessidades inerentes a esses novos arranjos.

Um aspecto positivo sobre esse novo modo de ser diz respeito ao avanço na produção de novos conhecimento; e como negativo podemos citar a fragilidade em que esses processos se assentam. Diante disso, a educação enquanto construção social, materializa-se por meio de modelos formativos que devem responder às demandas sociais e, mais ainda, contribuir para o melhoria da sociedade.

O papel do professor, diante dessa realidade torna-se central ao assumir a tarefa da educação. É necessário, enquanto profissional humano, social e político, que o professor eleve sua atuação para além do fazer técnico do ensinar e aprender, a partir de um

posicionamento crítico e transformador (GADOTTI, 1998). Nesse sentido, a própria formação docente também entra em pauta, na medida em que se define os saberes que são mobilizados com objetivos de possibilitar o exercício da atividade profissional.

A apreensão dos saberes necessários à atuação profissional docente ocorre através do processo de formação e do exercício profissional, conforme um conjunto de fatores interrelacionados, como o tempo histórico, as orientações e diretrizes dos órgãos normativos, o contexto sociopolítico e as experiências, valores e concepções individuais de cada sujeito.

Diante do exposto, os cursos de formação docente se destacam pela relevância na educação brasileira, devendo portanto, ser objeto da máxima atenção e observância da qualidade dos processos formativos.

O início do processo de escolarização é uma etapa fundamental da formação humana, embora historicamente, esse campo de atuação tenha sido negligenciado, considerando os critérios e orientações que indicavam a pouca exigência de qualificação dos profissionais que por muito tempo atuaram nessa etapa escolar. Atualmente, as concepções que embasam os fundamentos da educação e a própria realidade da educação brasileira orientam para uma formação mais qualificada.

Ao observar o contexto social atual percebemos o quão rápido a sociedade está evoluindo. As formas de comunicação são diversas e cada vez mais tecnológicas aproximando pessoas e permitindo fácil acesso às informações de qualquer lugar, o que permite que pessoas de diferentes países estejam em comunicação constante entre si. Se a tecnologia permite essa aproximação entre povos é importante que se tenha conhecimento de um maior número de idiomas facilitando, assim, o acesso à informação.

Além disso, o Brasil estabelece fortes relações comerciais, sociais e políticas com os países fronteiriços, possuindo estes, em grande maioria, a língua inglesa como idioma oficial. Esses, já são motivos pertinentes que justificam o estudo do idioma inglês por parte dos brasileiros. Incentivar e oportunizar o acesso ao idioma é sinônimo de manter o estudante em uma sociedade contemporânea que visa ao seu crescimento e aproveitamento de oportunidades sociais, trabalhistas, políticas, econômicas, acadêmicas e até mesmo culturais como, já dito antes por Sedycias (2005, p. 36) que quem “decidir ignorá-la não poderá fazê-lo sem correr o risco de perder muitas oportunidades de cunho comercial, econômico, cultural, acadêmico ou pessoal”.

A falta de oportunidades que alguns estudantes brasileiros encontram em realizar

cursos de nível superior ou até cursos especializados em alguma área de conhecimento específico os leva a explorar outros países circunvizinhos para aprimoramento acadêmico ou mesmo para obtenção de diploma a nível superior. Esses estudantes por vezes vão despreparados para fazer parte de um país com cultura e idioma diferentes do seu país de origem e esse curso de Licenciatura em Letras/Inglês é uma possibilidade de diminuir essas diferenças, para aqueles que se interessem em ir estudar ou visitar os países de língua inglesa.

Proporcionar o estudo dessa língua aos estudantes brasileiros pode oferecer-lhes naturalidade e, em consequência disso, facilidade, construindo uma visão de mundo mais ampla e valorosa. O formado em Licenciatura em Letras/Inglês não se limita ao campo do “ensinar”, mas também contribui com a construção social que se materializa por meio de modelos formativos que devem responder às demandas sociais e, mais ainda, favorecer a melhoria da sociedade em seus diferentes âmbitos. Esse licenciado tem uma ampla área de atuação. Além da sala de aula, atuando como professor, ele pode atuar no mercado editorial, cuidando do processo de seleção e tradução de originais (texto falado e escrito), assim como pode criar e revisar materiais didáticos.

Diante das exigências por melhoria na formação educacional, da aquisição de novos conhecimentos que impõe o contexto social da contemporaneidade pela acelerada transformação do mundo, é que o IFPI, atento às questões da educação e da preparação para o trabalho busca a partir da expansão e oferta de cursos com ensino de qualidade em diferentes modalidades de ensino, diminuir os desafios e dificuldades que se apresentam nas realidades locais dos polos em que tem atuação.

Este curso, portanto, satisfaz as novas demandas de formação dos estudantes e de acesso a informações de qualidade, surgidas das novas dinâmicas de trabalho em um ambiente em constante movimento. Ao mesmo tempo, sua oferta na modalidade a distância atende a uma necessidade atual de acesso ao ensino superior de excelência, de maneira flexível e inclusiva, considerando as diversas realidades regionais e as características individuais dos alunos. Além disso, introduz um novo panorama de ensino e aprendizagem no qual se observa a inovação das práticas pedagógicas, a reestruturação da abordagem metodológica e uma transformação no papel do docente, uma vez que todos - professores-tutores e alunos - participam ativamente do processo de ensino e aprendizagem em uma construção coletiva.

Para tanto, o Curso de Licenciatura em Letras/Inglês no IFPI, na modalidade a

distância, representa um avanço histórico social para muitas comunidades do Piauí, com o acesso ao conhecimento e da melhor formação profissional do ser humano, de tal modo que capacita o aluno a adquirir habilidades necessárias para acompanhar a velocidade das informações e inovações para a qualificação para o trabalho, novas propostas de melhoria para educação básica, especialmente na atuação junto ao público alvo do Ensino Fundamental e Médio das escolas públicas e privadas das localidades em que o IFPI possa ofertar o curso, proporcionando um ensino mais eficiente e eficaz da língua inglesa. Ademais, oferece uma graduação de qualidade com uma grade curricular que abarca as habilidades e as competências que o estudante terá de dominar para se tornar um profissional bem qualificado ao final do curso.

Nessa perspectiva, o modelo de formação proposto busca reforçar e consolidar a profissionalização do professor de Língua inglesa com uma abordagem formativa coesa e fundamentada numa práxis transformadora. Assim, o Curso de Licenciatura em Letras/Inglês ofertado pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI, em consonância com o Decreto nº 5.622/2005, que regulamenta a Educação a Distância, contará com infraestrutura técnica, material e humana qualificada e capaz de retornar para a sociedade, profissionais com uma sólida formação acadêmica com domínio do conhecimento profissional que embasaram práticas profissionais profícuas e resultarão em um engajamento profissional comprometido com a qualidade da educação.

Ressaltamos que, tal abordagem, coaduna com os princípios e valores do IFPI, que, enquanto instituição ofertante de educação básica, técnico profissionalizante, ensino superior, cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* e outras modalidades de ensino, destaca-se pela observância dos critérios para a garantia de uma educação de excelência e inclusiva.

Deste modo, consideramos coerente promover à comunidade piauiense e circunvizinha o Curso de Licenciatura em Letras/Inglês com um repertório de saberes e práticas que os habilitem a exercer a profissão docente na escola e em todos os ambientes em que se fazem presentes às práticas educativas, podendo também atuar em áreas afins que exijam o conhecimento na língua inglesa.

1.6 FORMAS DE ACESSO AO CURSO

As vagas são distribuídas considerando-se o percentual de 50% para ampla

concorrência e 50% para as vagas reservadas de acordo com a Lei nº 12.711/2012, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas) - alterada pela Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023, distribuídas conforme o percentual do IBGE para:

- Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo, que tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos autodeclarados quilombolas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo, que tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos com deficiência, independente de etnia, que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos, independente de etnia, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo, que tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos autodeclarados quilombolas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos com deficiência que, independentemente de etnia e independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos, independente de etnia e independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas, conforme o caso.

Além da política de cotas, o IFPI adota como ação afirmativa própria uma reserva de vagas de 5% para estudantes com deficiência (PcD) que não é egresso da escola pública, conforme Resolução Normativa nº 195/2024 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 18 de janeiro de 2024, que atualiza a Política de Cotas e os procedimentos de heteroidentificação, no âmbito do IFPI.

CAPÍTULO 2: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

As políticas institucionais do IFPI para os cursos de Licenciatura são baseadas na integração da pesquisa, ensino e extensão, em conformidade com os princípios pedagógicos definidos no projeto político pedagógico institucional, bem como, as diretrizes provenientes do MEC, proporcionando assim ao profissional proposto, a percepção do contexto social no qual está inserido e a capacidade de intervenção frente às demandas apresentadas por este no domínio local e regional (PDI 2020-2024).

Diante deste cenário, e atendendo ao disposto na Lei 11.892/2008 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), são políticas institucionais para os cursos de licenciatura, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPI:

- a) Implementar anualmente, por campus, a oferta regular das vagas de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática, nos termos da Lei no 11.892/2008;
- b) Implementar semestralmente a oferta regular de vagas de cursos de Formação Inicial e Continuada;
- c) Implementar ações que garantam a igualdade de condições de acesso, permanência e êxito nos cursos da Instituição.
- d) Possibilitar aos alunos o acesso à ações acadêmicas que favoreçam a superação da dicotomia entre teoria e prática: atividades práticas inseridas nos componentes curriculares durante todo o curso, iniciação científica e tecnológica, pesquisa, tutorias de aprendizagem, mobilidade acadêmica, eventos técnico-científicos, aulas externas e visitas técnicas a empresas e demais organizações do mundo do trabalho.

Possuindo como marco a concepção da educação como instrumento de transformação e de enriquecimento do conhecimento, capaz de modificar a vida social e atribuir maior sentido e alcance ao conjunto da experiência humana, tais políticas têm como objetivo oferecer aos alunos de licenciatura um referencial teórico-prático que colabore na aquisição de competências cognitivas, habilidades e atitudes e que promovam o seu pleno desenvolvimento como pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Desse modo, em conformidade com o PDI do IFPI, são tomadas como base as seguintes diretrizes:

- A necessidade de atuar no ensino, na pesquisa e na extensão, compreendendo as especificidades dessas dimensões e as inter-relações que caracterizam sua indissociabilidade;
- A compreensão de que o conhecimento deve ser tratado em sua plenitude, nas diferentes dimensões da vida humana, integrando ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos, nas propostas pedagógicas dos cursos de licenciaturas;
- O reconhecimento da precedência da formação humana e cidadã, sem a qual a qualificação para o exercício profissional não promove transformações significativas para o trabalhador e para o desenvolvimento social;
- A organização de itinerários formativos que permitam o diálogo entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica (formação inicial e continuada, técnica de nível médio e de graduação e pós-graduação tecnológica), ampliando as possibilidades de formação vertical (elevação de escolaridade) e horizontal (formação continuada);
- A sintonia dos currículos com as demandas sociais, econômicas e culturais locais, permeando-os das questões de diversidade cultural e de preservação ambiental, pautada na ética da responsabilidade e do cuidado;
- O reconhecimento do trabalho como experiência humana primeira, organizadora do processo;
- Educação como instrumento de transformação e de enriquecimento do conhecimento, capaz de modificar a vida social e atribuir maior sentido e alcance ao conjunto da experiência humana, de modo a alterar positivamente a realidade brasileira e do Piauí.

Com o intuito de garantir a permanência e êxito dos discentes nos cursos de Licenciatura, o IFPI tem como política o desenvolvimento de ações contínuas, que integram os eixos ensino, pesquisa e extensão por meio de programas e projetos subsidiados pela Política de Assistência Estudantil (POLAE), e por políticas externas através de agências de fomento.

Entres as ações contempladas pela POLAE destacam-se:

- oferta de atividades de nivelamento, que proporcionem um melhor aproveitamento do processo de ensino aprendizagem do aluno ingressante;
- o acompanhamento de alunos pelas equipes pedagógicas e multiprofissionais do IFPI, como psicólogos, médicos, odontólogos, nutricionistas, assistentes sociais, entre outros profissionais;
- oportunidades de estágio, monitoria, iniciação científica, atividades extensionistas e

iniciação à docência.

Entre as ações contempladas por programas de fomento externo incluem-se:

- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-AF-CNPq);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID);
- Residência Pedagógica (RP).

2.2 OBJETIVOS DO CURSO

Objetivo Geral

Formar profissionais qualificados no Curso Superior de Licenciatura em Letras/Inglês, na modalidade de educação a distância (EAD), capazes de atuar na docência na educação básica: anos finais do Ensino fundamental (6º ao 9º ano) e ensino médio em ambientes escolares e não escolares, nos quais os conhecimentos pedagógicos e específicos de cultura, literatura e de língua inglesa se façam necessários.

Objetivos Específicos

- Proporcionar o domínio da língua inglesa em vários contextos e da metodologia de ensino própria do idioma;
- Promover o conhecimento das políticas nacionais, bem como discussões teóricas com vistas à educação inclusiva, a diversidade e a cidadania;
- Proporcionar percursos formativos fundamentados em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética;
- Estimular a reflexão sobre a prática pedagógica cotidiana do educando, possibilitando-lhe a reconstrução do processo de análise da prática docente, tendo como instrumental os fundamentos da perspectiva de intervenção.
- Possibilitar aos educandos o domínio crítico do uso das novas tecnologias disponíveis na sociedade e, especialmente, nas escolas.
- Promover a aprendizagem voltada para o respeito à diversidade, levando-se em conta as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual;
- Proporcionar reflexões críticas sobre a atuação profissional no ensino, na gestão

de processos educativos e na organização e gestão da Educação Básica;

- Apresentar a instituição educativa como organização complexa na função de promover a educação para e na cidadania;
- Propor alternativas de avaliação da aprendizagem como um processo contínuo, considerando o discente como sujeito ativo, cognitivo, efetivo e social;
- Articular teoria e prática para ampliação da visão, das habilidades e dos conhecimentos necessários à atuação profissional docente de língua inglesa;
- Relacionar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico metodológicas do ensino de língua inglesa e suas literaturas para o desenvolvimento da aprendizagem.

2.3 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

Competências e Habilidades

Os egressos de cursos de licenciatura devem ser agentes sociais, capazes de planejar as ações, de gerir a atuação profissional e de intervir na estrutura social a partir de uma análise crítica da realidade socioeconômica na qual se insere, e que subsidiado pelos conhecimentos pedagógicos esteja apto a atuar na educação básica e suas modalidades atento aos avanços da ciência e da tecnologia.

Estas e outras características são apresentadas na Resolução CNE/CP nº 2/2019, como competências gerais docentes:

1. Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.
2. Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas.
3. Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal, corporal, visual, sonora e digital – para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo

sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar.
6. informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.
7. Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
8. Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
9. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes.
10. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.
11. Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

As competências específicas apresentadas na Resolução CNE/CP nº 2/2019 estão distribuídas em três dimensões fundamentais: conhecimento profissional, prática profissional, e engajamento profissional. Estas competências específicas devem se integrar de modo interdependente e sem hierarquia na ação docente, e seu desenvolvimento deve ser possibilitado ao aluno de licenciatura.

São competências específicas da dimensão do conhecimento profissional: dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los; demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem; reconhecer os contextos de vida dos estudantes; e conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.

São competências específicas da dimensão da prática profissional: planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens; criar e saber gerir os ambientes de aprendizagem; avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino; e conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, as competências e as habilidades.

São competências específicas da dimensão do engajamento profissional: comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional; comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender; participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos; e engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade, visando melhorar o ambiente escolar.

O perfil descrito acima é reforçado na Resolução 02 de 20 de dezembro de 2019 (BNCC Formação), em seu artigo 4º, a qual estabelece três competências básicas a serem desenvolvidas em todos os cursos de licenciatura:

As competências específicas se referem a três dimensões fundamentais, as quais, de modo interdependente e sem hierarquia, se integram e se complementam na ação docente. São elas: I - conhecimento profissional; II - prática profissional; e III - engajamento profissional. (BRASIL, 2019).

Desse modo, se pretende garantir que a formação inicial dos estudantes esteja alicerçada num conjunto de saberes comuns e alinhado que reflitam a apropriação dos conhecimentos necessário ao exercício docente, numa prestativa de desenvolvimento profissional contínuo; da percepção da escola como lugar privilegiado de formação contínua; de que os processos educativos ocorrem em tempos e espaços variados, típicos e atípicos; de que a atividade docente deve ser uma ação intencional, planejada; e de que a realidade social contemporânea, mais do que nunca, exige profissionais capazes de considerar a diversificação, flexibilização e adaptação em suas práticas pedagógicas.

A Resolução 02 de 20 de dezembro de 2019, destaca ainda em seu artigo 4º, o conjunto de habilidades relacionadas às três competências básicas para os cursos de formação de professores, a saber:

§ 1º As competências específicas da dimensão do conhecimento profissional são as seguintes: I - dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los; II - demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem; III - reconhecer os contextos de vida dos estudantes; e IV - conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais. **§ 2º As competências específicas da dimensão da prática profissional compõem-se pelas seguintes ações:** I - planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens; II - criar e saber gerir os ambientes de aprendizagem; III - avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino; e IV - conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, as competências e as habilidades. **§ 3º As competências específicas da dimensão do engajamento profissional podem ser assim discriminadas:** I - comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional; II - comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender; III - participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos; e IV - engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade, visando melhorar o ambiente escolar.

A organização curricular dos cursos destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, em consonância com as aprendizagens prescritas na BNCC da Educação Básica, tem como princípios norteadores:

I - compromisso com a igualdade e a equidade educacional, como princípios fundantes da BNCC;

II - reconhecimento de que a formação de professores exige um conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes, que estão inerentemente alicerçados na prática, a qual precisa ir muito além do momento de estágio obrigatório, devendo estar presente, desde o início do curso, tanto nos conteúdos educacionais e pedagógicos quanto nos específicos da área do conhecimento a ser ministrado;

III - respeito pelo direito de aprender dos licenciandos e compromisso com a sua aprendizagem como valor em si mesmo e como forma de propiciar experiências de aprendizagem exemplares que o professor em formação poderá vivenciar com seus próprios estudantes no futuro;

IV - reconhecimento do direito de aprender dos ingressantes, ampliando as oportunidades de desenvolver conhecimentos, habilidades, valores e atitudes indispensáveis para o bom desempenho no curso e para o futuro exercício da docência;

V - atribuição de valor social à escola e à profissão docente de modo contínuo, consistente e coerente com todas as experiências de aprendizagem dos professores em formação;

VI - fortalecimento da responsabilidade, do protagonismo e da autonomia dos licenciandos com o seu próprio desenvolvimento profissional;

VII - integração entre a teoria e a prática, tanto no que se refere aos conhecimentos pedagógicos e didáticos, quanto aos conhecimentos específicos da área do conhecimento ou do componente curricular a ser ministrado;

VIII - centralidade da prática por meio de estágios que enfoquem o planejamento, a regência e a avaliação de aula, sob a mentoria de professores ou coordenadores experientes da escola campo do estágio, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

IX - reconhecimento e respeito às instituições de Educação Básica como parceiras imprescindíveis à formação de professores, em especial as das redes públicas de ensino;

X - engajamento de toda a equipe docente do curso no planejamento e no acompanhamento das atividades de estágio obrigatório;

XI - estabelecimento de parcerias formalizadas entre as escolas, as redes ou os sistemas de ensino e as instituições locais para o planejamento, a execução e a avaliação conjunta das atividades práticas previstas na formação do licenciando;

XII - aproveitamento dos tempos e espaços da prática nas áreas do conhecimento, nos componentes ou nos campos de experiência, para efetivar o compromisso com as metodologias inovadoras e os projetos interdisciplinares, flexibilização curricular, construção de itinerários formativos, projeto de vida dos estudantes, dentre outros;

XIII - avaliação da qualidade dos cursos de formação de professores por meio de instrumentos específicos que considerem a matriz de

competências deste Parecer e os dados objetivos das avaliações educacionais, além de pesquisas científicas que demonstrem evidências de melhoria na qualidade da formação; e

XIV - adoção de uma perspectiva intercultural de valorização da história, da cultura e das artes nacionais, bem como das contribuições das etnias que constituem a nacionalidade brasileira.

Portanto, o curso de Licenciatura em Letras/ Inglês ofertado pelo Instituto de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) considera que a profissão docente implica em aprendizagem e desenvolvimento profissionais contínuos e de que a escola, especialmente a pública, é o centro dos diversos processos formativos que promove a democratização do conhecimento e a transmissão do patrimônio cultural humano.

Aliado aos conhecimentos descritos acima, destacamos o contexto descrito na justificativa deste curso, apontando para um perfil profissional que facilita a aprendizagem. Com isso, o professor deve ter a habilidade de mediar, facilitar o processo de aquisição do conhecimento do estudante, muito mais do que apenas transmitir os conhecimentos da língua inglesa, mas sim criar oportunidades que o permitam construir seu caminho diante do conhecimento, proporcionando à criação de experiências de ensino que favoreçam a consolidação do conhecimento por meio de uma aprendizagem significativa, expandindo seu repertório e ressignificando o que ele já sabe.

Articulação do Perfil com as Necessidades Locais e Regionais

O curso de de Licenciatura em Letras/Inglês tem como uma de suas finalidades atuar em favor do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania, a partir de uma relação próxima e dialógica do curso e da Instituição com as realidades local e regional.

Desse modo, o curso deve proporcionar uma formação que possibilite ao indivíduo o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de seu contato com a realidade através da prática (PDI 2020 – 2024).

Nesse sentido, a prática profissional, a extensão curricularização das atividades de

extensão, e o estágio supervisionado obrigatório são ações que, previstas no currículo, permitem ao aluno de licenciatura entrar em contato com a realidade socioeconômica cultural local e regional de forma crítica e dialógica, identificando suas possíveis demandas e propondo soluções a essas demandas.

De acordo com dados divulgados pelo INEP em setembro de 2022, há evidências do desinteresse de alunos pela formação docente. Além da alta taxa de evasão e do baixo crescimento da entrada de alunos, é muito preocupante o número estagnado ou reduzido de egressos em cursos específicos de formação de professores. Ocorre ainda um maior desinteresse nos cursos de licenciatura acentuado entre os mais jovens, o que pode, em breve, atenuar o déficit de professores e a relação numérica discente por docente. Ao comparar os anos de 2016 e 2021, o número de docentes na educação básica diminuiu, cenário que mostra um quadro de aumento de alunos por professor e, consequentemente, um aumento da faixa etária dos docentes. No Piauí, especificamente, o número de docentes reduziu mais de 8% nesse período, aumentando em 0,3% a relação entre alunos por professor. Esse aumento só não foi maior, devido também à redução do número de matrículas.

Os dados do Censo Escolar, referentes à matrícula dos estudantes público-alvo da educação básica no ano de 2022 indicam crescimento em relação aos anos anteriores, em todos os níveis e modalidades de ensino regular. Em relação à formação dos professores, os dados informados no Censo Escolar pelas instituições de ensino da educação básica, indicam que dos 224 (duzentos e vinte e quatro) municípios do Estado do Piauí, apenas 57 (cinquenta e sete) possuem docentes com formação na área.

A oferta da Licenciatura em Letras/Inglês, modalidade EAD, pelo IFPI tem a perspectiva de contribuir com a formação de docentes para o trabalho com os estudantes da educação básica.

2.4 ORGANIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DAS DISCIPLINAS

São princípios norteadores da organização curricular dos cursos de licenciatura do IFPI destinados à Formação de Professores para a Educação Básica:

- I. Reconhecimento de que a formação de professores exige um conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes, que estão inerentemente alicerçados na prática, a qual precisa ir muito além do momento de estágio obrigatório, devendo estar presente, desde o início do curso, tanto nos conteúdos educacionais e pedagógicos quanto nos específicos da área do conhecimento a ser ministrado;
- II. Atribuição de valor social à escola e à profissão docente de modo contínuo, consistente e coerente com todas as experiências de aprendizagem dos professores em formação;
- III. Integração entre a teoria e a prática, tanto no que se refere aos conhecimentos pedagógicos e didáticos, quanto aos conhecimentos específicos da área do conhecimento ou do componente curricular a ser ministrado;
- IV. Centralidade da prática por meio de estágios que enfoquem o planejamento, a regência e a avaliação de aula, sob a mentoria de professores ou coordenadores experientes da escola campo do estágio.
- V. Estabelecimento de parcerias formalizadas entre as escolas, as redes ou os sistemas de ensino e as instituições locais para o planejamento, a execução e a avaliação conjunta das atividades práticas previstas na formação do licenciando;
- VI. Aproveitamento dos tempos e espaços da prática nas áreas do conhecimento, nos componentes ou nos campos de experiência, para efetivar o compromisso com as metodologias inovadoras e os projetos interdisciplinares, flexibilização curricular, construção de itinerários formativos, projeto de vida dos estudantes, dentre outros;
- VII. Adoção de uma perspectiva intercultural de valorização da história, da cultura e das artes nacionais, bem como das contribuições das etnias que constituem a nacionalidade brasileira.

Os cursos de licenciatura do IFPI destinados à Formação de Professores para a Educação Básica e suas modalidades têm como fundamentos pedagógicos:

- I. O desenvolvimento de competência de leitura e produção de textos em Língua Portuguesa e domínio da norma culta;

- II. O compromisso com as metodologias inovadoras e com outras dinâmicas formativas, que propiciem ao futuro professor aprendizagens significativas e contextualizadas em uma abordagem didático-metodológica alinhada com a BNCC, visando ao desenvolvimento da autonomia, da capacidade de resolução de problemas, dos processos investigativos e criativos, do exercício do trabalho coletivo e interdisciplinar, da análise dos desafios da vida cotidiana e em sociedade e das possibilidades de suas soluções práticas;
- III. A conexão entre o ensino e a pesquisa com centralidade no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que ensinar requer, tanto dispor de conhecimentos e mobilizá-los para a ação, como compreender o processo de construção do conhecimento;
- IV. O emprego pedagógico das inovações e linguagens digitais como recurso para o desenvolvimento, pelos professores em formação, de competências sintonizadas com as previstas na BNCC e com o mundo contemporâneo;
- V. A avaliação como parte integrante do processo da formação, que possibilite o diagnóstico de lacunas e a aferição dos resultados alcançados, consideradas as competências a serem constituídas e a identificação das mudanças de percurso que se fizerem necessárias;
- VI. A apropriação de conhecimentos relativos à gestão educacional no que se refere ao trabalho cotidiano necessário à prática docente, às relações com os pares e à vida profissional no contexto escolar;
- VII. O reconhecimento da escola de Educação Básica como lugar privilegiado da formação inicial do professor, da sua prática e da sua pesquisa;
- VIII. O compromisso com a educação integral dos professores em formação, visando à constituição de conhecimentos, de competências, de habilidades, de valores e de formas de conduta que respeitem e valorizem a diversidade, os direitos humanos, a democracia e a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas; e
- IX. As decisões pedagógicas com base em evidências.

Atendendo os princípios norteadores e fundamentos pedagógicos descritos anteriormente, o Curso de Licenciatura em Letras/ Inglês do IFPI possui uma carga horária total de 3.300 (três mil e trezentas) horas, destinada à apreensão dos conhecimentos teóricos e práticos da docência, e de sua área específica de conhecimento, bem como às atividades de extensão curricularizadas. A carga horária mencionada está organizada em 8 (oito) módulos semestrais, cujos componentes curriculares independentemente da sua estruturação em parte teórica e prática, possuem carga horária múltipla de 20 (vinte) horas.

2.5 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Com a intenção de promover a interação transformadora entre instituições de ensino superior e outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa, a Resolução CNE/CES 7/2018 prevê em seu artigo 4º que as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos.

A referida normativa apresenta as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regimenta o que está disposto no Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014, para o decênio 2014-2024 que, em sua meta 12, estratégia 12.7, prevê assegurar a destinação de, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

O IFPI regulamentou internamente a matéria, por meio da Resolução Normativa 131/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 25 de abril de 2022, que estabelece as Diretrizes para a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

A extensão é um processo educativo e formativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre as instituições e a sociedade, levando em consideração a territorialidade. É entendida como prática acadêmica que interliga os Institutos Federais nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da população, como forma de consolidar a formação de um profissional cidadão e se credenciar junto à sociedade como espaço privilegiado de produção e difusão do conhecimento na busca da superação das desigualdades sociais.

No IFPI a extensão é concebida como uma práxis que possibilita o acesso aos saberes produzidos e às experiências acadêmicas, oportunizando, dessa forma, o usufruto direto e indireto desses saberes e experiências, por parte de diversos segmentos sociais, de modo a beneficiar a consolidação e o fortalecimento dos arranjos socioprodutivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural.

São objetivos da curricularização da extensão no âmbito do IFPI:

- I. Garantir o percentual mínimo de 10% (dez por cento) da carga horária obrigatória de todos os cursos de graduação em atividades curriculares de extensão;
- II. Incentivar o desenvolvimento de atividades curriculares de extensão nos demais cursos ofertados, ressignificando-os;
- III. Fomentar o desenvolvimento pessoal e profissional por meio do protagonismo dos estudantes;
- IV. Promover interação dialógica com a comunidade e os contextos locais, por meio dos cursos ofertados pela RFEPCT, ressignificando-os;
- V. Promover a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão;
- VI. Garantir, prioritariamente, a organicidade da curricularização da extensão, isto é, as atividades de extensão desenvolvidas nos componentes curriculares, como proposta prevista no PPC dos cursos de graduação do IFPI;
- VII. Ampliar os impactos social e acadêmico dos cursos de graduação;
- VIII. Buscar formação e atuação transdisciplinar e interprofissional; e
- IX. Garantir atividades de extensão de forma orgânica, permanente e articulada.

São modalidades de atividades de extensão curricularizadas:

- I. Programas;
- II. Projetos;
- III. Cursos e oficinas;
- IV. Eventos; e
- V. Prestação de serviços.

Não são consideradas atividades curriculares de extensão, para fins de creditação curricular:

- I. Estágios curriculares;
- II. Projeto integrador como componente curricular (quando constar no currículo);
- III. Aulas de campo, visitas técnicas, científicas ou culturais;
- IV. Atividades práticas do curso;
- V. Atividades complementares;
- VI. Iniciação científica;
- VII. Iniciação à docência;
- VIII. Monitorias e tutorias.

No IFPI a curricularização da extensão estará presente no currículo das Licenciaturas no formato de componentes curriculares específicos de extensão, de acordo com o definido na Resolução Normativa 131/2022 - CONSUP/IFPI, de 25 de abril de 2022, e na NOTA TÉCNICA 6/2022 - PROEN/REI/IFPI, de 9 de setembro de 2022, ou documentação vigente análoga mais recente. Os critérios de avaliação destes componentes curriculares são determinados pela Organização Didática vigente.

2.6 ATIVIDADES COMPLEMENTARES (AC)

As Atividades Complementares constituem experiências educativas que visam à ampliação do universo cultural dos alunos e ao desenvolvimento da sua capacidade de produzir significados e interpretações sobre as questões sociais, de modo a potencializar a qualidade da ação educativa.

São consideradas como Atividades Complementares as experiências adquiridas pelos alunos, durante o curso, em espaços educacionais diversos, nas diferentes tecnologias, no espaço da produção, no campo científico e no campo da vivência social. Tais atividades devem considerar sua diversidade, formas de aproveitamento alinhadas ao perfil do egresso e competências estabelecidas nas diretrizes nacionais.

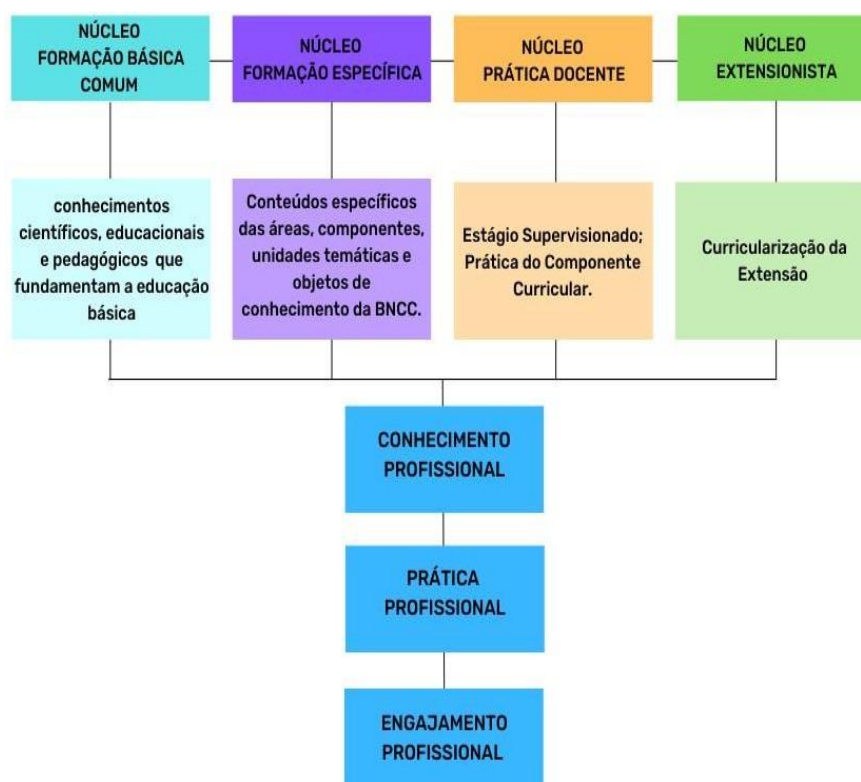
São exemplos de Atividades Complementares: projetos de pesquisa, monitoria, iniciação científica, projetos de extensão, módulos temáticos, seminários, simpósios, congressos, conferências e até disciplinas oferecidas por outras instituições de ensino, entre outras.

Nos cursos de Licenciatura do IFPI, a carga horária destinada às Atividades Complementares será de no máximo 100 (cem) horas e deverá ser cumprida pelos estudantes ao longo do percurso formativo. A validação, computação e registro das horas serão efetuados mediante comprovação por parte do aluno com base em certificados ou declarações, em conformidade com normativas específicas da instituição para esta finalidade. A documentação comprobatória será analisada pelo colegiado do curso.

2.7 ESTRUTURA E CONTEÚDOS CURRICULARES

A estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Letras/Inglês, em consonância com a Resolução Nº 2 do CNE/CP de 20 de dezembro de 2019, com a LDB nº 9.394/96 e com as DCN para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a educação básica e suas modalidades, está organizada em três dimensões fundamentais (conhecimento profissional, prática profissional e engajamento profissional) que comportam as componentes curriculares do curso. O desenho curricular do curso de Licenciatura em Letras/Inglês, aqui proposto, toma como base a legislação mencionada e integra seus componentes curriculares em 4 (quatro) núcleos, dispostos conforme o organograma e quadro mostrados a seguir.

Figura 01 - Diagrama para a estrutura e organização curricular do Curso de Licenciatura em Letras/Inglês na modalidade EaD do IFPI.



Quadro 01 - Distribuição das componentes curriculares do Curso de Licenciatura em Letras/ Inglês na modalidade EaD do IFPI por semestre.

MÓDULO	DISCIPLINA	CÓDIGO	CHT	CHP	CH	PRÉ-REQ
I	Educação aberta e a distância	BAS1	40	0	40	SP
I	Língua Inglesa I	ESP1	40	0	40	SP
I	Leitura e produção de textual	BAS2	40	0	40	SP
I	História da Língua Inglesa	ESP2	40	0	40	SP
I	Introdução à Linguística	ESP3	60	0	40	SP
I	Filosofia da Educação	BAS3	40	0	40	SP
I	Sociologia da educação	BAS4	40	0	40	SP
I	Metodologia Científica	BAS5	40	0	40	SP
I	Profissionalização docente	BAS6	40	0	40	SP
I	Fundamentos e metodologia da extensão no ensino superior	EXT1	40	0	40	SP
Subtotal		-	420	0	400	-
II	Língua Inglesa II	ESP4	40	0	40	ESP1
II	Fonética e Fonologia da Língua Inglesa	ESP5	40	0	40	SP
II	Linguística Aplicada ao ensino da Língua Inglesa	ESP6	60	0	60	SP
II	Política e organização da Educação Brasileira	BAS7	40	0	40	SP
II	Diversidade e Educação	BAS8	40	0	40	SP
II	Planejamento Extensionista	EXT2	40	0	40	EXT1
Subtotal		-	260	0	300	-
III	Língua Inglesa III	ESP7	40	0	40	ESP3
III	Teoria e Crítica Literária	ESP8	60	0	60	SP
III	Ortografia e pontuação da Língua Inglesa	ESP9	60	0	60	SP
III	Ciclo Extensionista 1-A	EXT3	60	0	40	SP
III	Psicologia da educação	BAS9	60	20	80	SP
III	Gestão e Organização Escolar	BAS10	60	20	80	SP
III	Tecnologias na Educação	BAS11	40	0	40	SP
Subtotal		-	380	40	400	-
IV	Língua Inglesa IV	ESP10	40	0	40	ESP6
IV	Morfossintaxe da Língua Inglesa I	ESP11	60	0	60	ESP3

IV	Metodologia de Ensino da Língua Inglesa	ESP12	60	0	60	ESP3
IV	Literatura de língua inglesa I (britânica e irlandesa)	ESP13	60	0	60	SP
IV	Variação linguística e World Englishes	ESP14	40	0	40	ESP3
IV	Educação Especial e Inclusiva	BAS12	60	20	80	
IV	Ciclo Extensionista 1-B	EXT4	60	0	60	
Subtotal		-	380	20	400	-
V	Língua Inglesa V	ESP15	40	0	40	ESP10
V	Morfossintaxe da Língua Inglesa II	ESP16	40	0	40	ESP11
V	Libras	BAS13	40	20	60	BAS12
V	Literatura Inglesa II (norte-americana e canadense)	ESP17	40	0	40	ESP13
V	Ciclo Extensionista 2-A	EXT5	40	0	40	
V	Estágio Supervisionado I	PRAT1	0	100	100	
V	Didática	BAS14	60	0	60	
Subtotal		-	260	120	380	-
VI	Língua Inglesa VI	ESP18	40		40	ESP15
VI	Morfossintaxe da Língua Inglesa III	ESP19	40	20	60	ESP16
VI	Literatura Inglesa III (africana, caribenha e indiana)	ESP20	40	0	40	ESP17
VI	Letramentos e Ensino da Língua Inglesa	ESP21	40	0	40	ESP3
VI	Análise e produção de material didático da Língua Inglesa	ESP22	40	80	120	ESP3
VI	Tradução e Versão	ESP23	60	20	80	SP
VI	Ciclo Extensionista 2-B	EXT6	60	0	60	EXT5
VI	Estágio Supervisionado II	PRAT2	0	100	100	PRAT1
Subtotal		-	320	220	540	-
VII	Língua Inglesa VII	ESP24	60	40	100	ESP18
VII	Semântica e Lexicologia da Língua Inglesa	ESP25	40	20	60	ESP3
VII	Literatura contemporânea de Língua Inglesa (ficção especulativa)	ESP26	40	20	60	ESP17
VII	Educação das Relações Étnico-raciais afrodiáspora	BAS15	40	0	40	SP
VII	Trabalho de Conclusão de Curso I	ESP27	40	0	40	SP
VII	Estágio Supervisionado III	PRAT3	0	100	100	G3.E.02

Subtotal		-	220	180	400	-
VIII	Língua Inglesa VIII	ESP28	40	20	60	ESP24
VII	Estilística Literária da Língua Inglesa	ESP29	40	20	60	ESP3/G24
VIII	Inglês para fins Específicos	ESP30	40	20	60	SP
VIII	Educação de Jovens e Adultos	BAS16	40	20	60	SP
VIII	Trabalho de Conclusão de Curso II	ESP31	0	40	40	ESP27
VIII	Estágio Supervisionado IV	PRAT4	0	100	100	PRAT3
Subtotal		-	160	220	380	-
TOTAL		-	2400	800	3200	-
Atividades complementares		-		-	100	-
Total Geral		-	-	-	3300	-

Fonte: Comissão de elaboração do PPC

Quadro 2: Componentes Curriculares

EIXO	DIMENSÃO	COMPONENTE CURRICULAR		T	P	CT
Grupo I	Base comum	Educação aberta e a distância	BAS1	40	0	40
		Leitura e produção de textual	BAS2	40	0	40
		Filosofia da Educação	BAS3	40	0	40
		Sociologia da educação	BAS4	40	0	40
		Metodologia Científica	BAS5	40	0	40
		Profissionalização docente	BAS6	40	0	40
		Política e organização da Educação Brasileira	BAS7	40	0	40
		Diversidade e Educação	BAS8	40	0	40
		Psicologia da educação	BAS9	60	20	80
		Gestão e Organização Escolar	BAS10	60	20	80
		Tecnologias na Educação	BAS11	40	0	40
		Educação Especial e Inclusiva	BAS12	60	20	80
		Libras	BAS13	60	20	
		Didática	BAS14	40		
		Educação das Relações Étnico-raciais afrodiáspora	BAS15	40	0	40
		Educação de Jovens e Adultos	BAS16	40	20	60
			SUB TOTAL	720		
Grupo II	Disciplinas específicas	Língua Inglesa I	ESP1	40	0	40
		História da Língua Inglesa	ESP2	40	0	40
		Introdução à Linguística	ESP3	60	0	40
		Língua Inglesa II	ESP4	40	0	40

Fonética e Fonologia da Língua Inglesa	ESP5	40	0	40
Linguística Aplicada ao ensino da Língua Inglesa	ESP6	60	0	60
Língua Inglesa III	ESP7	40	0	
Teoria e Crítica Literária	ESP8	60	0	
Ortografia e pontuação da Língua Inglesa	ESP9	60	0	60
Língua Inglesa IV	ESP10	40	0	40
Morfossintaxe da Língua Inglesa I	ESP11	60	0	60
Metodologia de Ensino da Língua Inglesa	ESP12	60	0	60
Literatura de língua inglesa I (britânica e irlandesa)	ESP13	40	0	60
Variação linguística e World Englishes	ESP14	40	0	40
Língua Inglesa V	ESP15	40	0	40
Morfossintaxe da Língua Inglesa II	ESP16	40	0	40
Literatura Inglesa II (norte-americana e canadense)	ESP17	40	0	40
Língua Inglesa VI	ESP18	40		
Morfossintaxe da Língua Inglesa III	ESP19	40	20	60
Literatura Inglesa III (africana, caribenha e indiana)	ESP20	40	0	40
Letramentos e Ensino da Língua Inglesa	ESP21	40	0	40
Análise e produção de material didático da Língua Inglesa	ESP22	40	80	120
Tradução e Versão	ESP23	60	20	80
Língua Inglesa VII	ESP24	60	40	100
Semântica e Lexicologia da Língua Inglesa	ESP25	40	20	60
Literatura contemporânea de Língua Inglesa (ficção especulativa)	ESP26	40	20	60
Trabalho de Conclusão de Curso I	ESP27	40	0	40
Língua Inglesa VIII	ESP28	40	20	60

		Estilística Literária da Língua Inglesa	ESP29	40	20	60
		Inglês para fins Específicos	ESP30	40	20	60
		Trabalho de Conclusão de Curso II	ESP31	0	40	40
				1360	400	
Grupo III	Prática Pedagógica	PRAT1	Estágio Supervisionado I	100		
		PRAT2	Estágio Supervisionado II	100		
		PRAT3	Estágio Supervisionado II	100		
		PRAT4	Estágio Supervisionado IV	100		
		PCC	Temas diversos	400		
			SUBTOTAL	800		
Grupo IV	Curricularização da Extensão	EXT1	Fundamentos e Metodologia de Extensão no Ensino superior	40		
		EXT2	Planejamento Extensionista	40		
		EXT3	Ciclo Extensionista 1-A	60		
		EXT4	Ciclo Extensionista 1-B	60		
		EXT5	Ciclo Extensionista 2-A	60		
		EXT6	Ciclo Extensionista 2-B	60		
			SUB TOTAL	320		

Fonte: Comissão de elaboração do PPC

No Núcleo da Formação Básica Comum, são tratadas as seguintes temáticas:

I. Currículos e seus marcos legais

a) LDB, devendo ser destacado o art. 26-A;

b) Diretrizes Curriculares Nacionais;

c) BNCC: introdução, fundamentos e estrutura;

d) currículos estaduais, municipais e/ou da escola em que trabalha.

II. Didática e seus fundamentos:

a) compreensão da natureza do conhecimento e reconhecimento da importância de sua contextualização na realidade da escola e dos estudantes;

b) visão ampla do processo formativo e socioemocional como relevante para o desenvolvimento, nos estudantes, das competências e habilidades para sua vida;

c) manejo dos ritmos, espaços e tempos para dinamizar o trabalho de sala de aula e motivar os estudantes;

d) elaboração e aplicação dos procedimentos de avaliação de forma que subsidiem e garantam efetivamente os processos progressivos de aprendizagem e de recuperação contínua dos estudantes;

e) realização de trabalho e projetos que favoreçam as atividades de aprendizagem colaborativa;

f) e compreensão básica dos fenômenos digitais e do pensamento computacional, bem como de suas implicações nos processos de ensino-aprendizagem na contemporaneidade.

III. Metodologias, práticas de ensino ou didáticas específicas dos conteúdos a serem ensinados, devendo ser considerado o desenvolvimento dos estudantes, que possibilitem o domínio pedagógico do conteúdo, bem como a gestão e o planejamento do processo de ensino e de aprendizagem;

IV. Gestão escolar com especial ênfase nas questões relativas ao projeto pedagógico da escola, ao regimento escolar, aos planos de trabalho anual, aos colegiados, aos auxiliares da escola e às famílias dos estudantes;

V. Marcos legais, conhecimentos e conceitos básicos da educação especial, das propostas e projetos para o atendimento dos estudantes com deficiência e necessidades

especiais;

VI. Interpretação e utilização, na prática docente, dos indicadores e das informações presentes nas avaliações do desempenho escolar, realizadas pelo mec e pelas secretarias de educação;

VII. Desenvolvimento acadêmico e profissional próprio, por meio do comprometimento com a escola e participação em processos formativos de melhoria das relações interpessoais para o aperfeiçoamento integral de todos os envolvidos no trabalho escolar;

VIII. Conhecimento da cultura da escola, o que pode facilitar a mediação dos conflitos;

IX. Compreensão dos fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos; das ideias e das práticas pedagógicas; da concepção da escola como instituição e de seu papel na sociedade; e da concepção do papel social do professor;

X. Conhecimento das grandes vertentes teóricas que explicam os processos de desenvolvimento e de aprendizagem para melhor compreender as dimensões cognitivas, sociais, afetivas e físicas, suas implicações na vida das crianças e adolescentes e de suas interações com seu meio sociocultural;

XI. Conhecimento sobre como as pessoas aprendem, compreensão e aplicação desse conhecimento para melhorar a prática docente;

XII. Entendimento sobre o sistema educacional brasileiro, sua evolução histórica e suas políticas, para fundamentar a análise da educação escolar no país, bem como possibilitar ao futuro professor compreender o contexto no qual exercerá sua prática;

XIII. Compreensão dos contextos socioculturais dos estudantes e dos seus territórios educativos.

O núcleo de formação específica destinado à aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da bncc, e para o domínio pedagógico desses conteúdos. O núcleo de formação específica contempla ainda as seguintes temáticas:

I. Compreensão do conhecimento pedagógico do conteúdo proposto para o curso e da vivência dos estudantes com esse conteúdo;

II. Vivência, aprendizagem e utilização da linguagem digital em situações de ensino e de aprendizagem na educação especial inclusiva;

III. Resolução de problemas, engajamento em processos investigativos de

aprendizagem, atividades de mediação e intervenção na realidade, realização de projetos e trabalhos coletivos, e adoção de outras estratégias que propiciem o contato prático com o mundo da educação e da escola;

IV. Articulação entre as atividades práticas realizadas na escola e na sala de aula com as que serão efetivadas durante o estágio supervisionado;

V. Vivência e aprendizagem de metodologias e estratégias que desenvolvam, nos estudantes, a criatividade e a inovação, devendo ser considerada a diversidade como recurso enriquecedor da aprendizagem;

VI. Alfabetização, domínio de seus fundamentos e domínio pedagógico dos processos e das aprendizagens envolvidas, com centralidade nos resultados quanto à fluência em leitura, à compreensão de textos e à produção de escrita das crianças, dos jovens e dos adultos;

VII. Articulação entre os conteúdos das áreas e os componentes da bnc-formação com os fundamentos políticos referentes à equidade, à igualdade e à compreensão do compromisso do professor com o conteúdo a ser aprendido;

VIII. Engajamento com sua formação e seu desenvolvimento profissional, participação e comprometimento com a escola, com as relações interpessoais, sociais e emocionais.

O Núcleo de Prática Pedagógica possui carga horária de 800 (oitocentas) horas destinadas exclusivamente à prática pedagógica docente. Essa carga horária está intrinsecamente articulada, desde o primeiro ano do curso, através da prática prevista nos componentes curriculares e do estágio supervisionado, ocorrendo ao longo do processo formativo e durante toda a duração do curso, desde o início até sua integralização.

A carga horária do Núcleo de Prática Pedagógica está dividida da seguinte forma: 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola; e 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Núcleos de Formação Básica Comum e Formação Específica, distribuídos ao longo do curso, desde o seu início, conforme previsto nos programas de disciplina.

O processo instaurador do estágio supervisionado deve ser efetivado mediante o prévio ajuste formal entre o IFPI e a instituição associada ou conveniada, com preferência para as escolas e as instituições públicas, nos termos das normativas internas e externas que regulamentam a matéria. A carga horária do estágio supervisionado é dividida em quatro componentes curriculares de 100 (cem) horas cada, dispostas de acordo com a

Resolução Normativa 93/2021 CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 18 de novembro de 2021, ou sua substitutiva.

O quantitativo de horas destinado para a realização da prática pedagógica do componente curricular deve adicionado à carga horária do componente curricular, no campo “carga horária prática” do respectivo programa de disciplina. De acordo com a Nota Técnica nº 4/2022 PROEN/REI/IFPI, de 15 de julho de 2022, das 400 (quatrocentas) horas do Núcleo de Prática Pedagógica, 80 horas são obrigatoriamente destinadas para os componentes curriculares de instrumentação para o ensino fundamental (40 horas), e Instrumentação para o Ensino Médio (40 horas) na área específica do curso, de modo a proporcionar experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Todas as vivências e aprendizagens da prática pedagógica do componente curricular devem ser registradas no portfólio do estudante, o que permite que o estudante vivencie reflexivamente o seu próprio percurso formativo.

O Núcleo de Prática Extensionista possui carga horária de 320 (trezentas e vinte) horas que são destinadas às atividades de extensão curricularizadas, em conformidade com a Resolução Normativa nº 131 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 25 de abril de 2022, em atendimento ao disposto na meta 12.7 do Plano Nacional de Educação, Lei 13.005/2014, que determina que o mínimo de 10% (dez por cento) da carga horária curricular obrigatória dos cursos de graduação deve ser integralizado por meio de atividades de extensão. Essa carga horária consta no currículo no formato de componentes curriculares específicos de extensão e contemplam temas relacionados à fundamentação, planejamento e execução de projetos e/ou programas de extensão.

Os conteúdos curriculares (ementas) e as bibliografias (básica e complementar) de cada componente estão descritos no Anexo I deste documento.

2.8 METODOLOGIA

Para o cumprimento dos itens que compõem o perfil do profissional que a Instituição deseja formar são observados os preceitos legais sobre a formação docente e são levadas em consideração as características específicas dos discentes, seus interesses, condições de vida e de trabalho, além de observar os seus conhecimentos prévios, orientando-os na (re)construção dos conhecimentos escolares, bem como na especificidade do curso. Em razão disso, faz-se necessária à adoção de procedimentos

didático-pedagógicos que possam auxiliá-los nas suas construções intelectuais e procedimentais.

De acordo com o PDI do IFPI, os princípios fundamentais que orientam as atividades pedagógicas dos cursos de licenciatura no âmbito do IFPI são:

- indissociabilidade: desenvolvimento de atividades de ensino, de extensão e de pesquisa integradas às atividades formais pertinentes ao conteúdo curricular. Isso significa que toda atividade de extensão e de pesquisa deve ser desenvolvida como parte das atividades curriculares previstas nos cursos, tendo sua carga horária e avaliação computadas nos componentes curriculares envolvidos;

- interdisciplinaridade: integração de conteúdos no desenvolvimento de estudo de um determinado tema ou eixo conceitual, tendo sua carga horária e avaliação computadas nos componentes curriculares envolvidos;

- formação integrada à realidade social: aliada à sólida formação teórica. O IFPI se obriga à formação do cidadão, integrando os conteúdos à realidade social vigente, ressaltando as políticas de inclusão, a igualdade de acesso e o respeito às diferenças econômico-sociais e àqueles referentes às pessoas com deficiência (PCD), tomando essas diferenças como parte das características que dão unidade a seu trabalho;

- articulação teoria-prática: superação da dicotomia teoria prática, realizada, prioritariamente, nas atividades curriculares e de extensão.

A partir desses princípios, cabe ao professor decidir sobre os procedimentos didático- metodológicos mais adequados a serem adotados em sua prática docente, na perspectiva de atender à proposta pedagógica do curso, buscando a eficácia do processo ensino aprendizagem e tendo clareza sobre a importância e viabilidade destes recursos como exemplos a serem seguidos pelos futuros professores.

Os componentes curriculares do curso de Licenciatura em Letras/Inglês são construídos de forma a articular o desenvolvimento da formação do licenciado através da união de áreas específicas do conhecimento com uma sólida formação na área pedagógica e também uma grande participação em sala de aula, propiciando assim que o futuro professor esteja preparado para exercer a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio em que a ação educativa se faça necessária.

A presença de componentes curriculares da base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da Base Nacional

Curricular Comum-BNCC, asseguram que a formação do Licenciado em Letras/Inglês do Instituto Federal do Piauí aconteça de forma a articular os diferentes saberes necessários à formação por meio das práticas pedagógicas.

Neste sentido, a Prática Pedagógica deve estar intrinsecamente articulada, desde o primeiro ano do curso, com os estudos e com a prática previsto no componentes curriculares. As ementas destas disciplinas, assim como a sequência conceitual adotada, permitem além da articulação e a interlocução entre as disciplinas dos diferentes núcleos, a interdisciplinaridade.

O desenvolvimento das práticas se dará por meio da articulação dos temas afins das disciplinas do módulo e uma abordagem com ênfase na educação inclusiva a ser trabalhada através de diferentes estratégias didáticas que viabilizem o desenvolvimento de competências e habilidades teórico-práticas. As estratégias a serem desenvolvidas envolvem a participação em pesquisas educacionais e de realidades locais, elaboração de material didático, intervenções diretas com os alunos, famílias e professores. Entre outras A definição dessas atividades é efetuada conjuntamente por estudantes e professores dos diversos componentes curriculares, a partir de sugestões das partes envolvidas. As reflexões acerca da educação inclusiva, acessibilidade, dificuldades de aprendizagem, necessidades educacionais específicas, tecnologia assistiva, direitos humanos, entre outras, poderão perpassar em todos os módulos, reforçando a conscientização e formação para a valorização das diferenças.

A estrutura de tutoria, bem como as relações numéricas tutor/estudante, número de professores/hora disponíveis para o desenvolvimento da aprendizagem obedecerão aos critérios de suficiência e adequação, de acordo com o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do MEC e com a legislação da UAB/CAPES.

Estão previstas as atividades presenciais abaixo listadas, que poderão ser acrescidas de outras que se façam necessárias, de acordo com as características de cada componente curricular: (a) apresentação das ferramentas de informática com as quais os professores e estudantes irão interagir e trabalhar no decorrer do Curso; (b) encontros presenciais a serem realizadas no decorrer dos semestres do Curso, no mínimo (2) a cada mês por disciplina. Haverá, no mínimo, um (1) encontro presencial para fins avaliativos, para cada uma das disciplinas seguindo a orientação do Decreto nº 9.057/2017:

Art. 4º As atividades presenciais, como tutorias, avaliações, estágios, práticas profissionais e de laboratório e defesa de trabalhos, previstas nos projetos pedagógicos ou de desenvolvimento da instituição de ensino e do curso, serão realizadas na sede da instituição de ensino, nos polos de

educação a distância ou em ambiente profissional, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais. Os momentos presenciais serão acompanhados preferencialmente pelo tutor presencial do respectivo curso sem a obrigatoriedade da presença física do professor da disciplina (BRASIL, 2017).

Com relação à acessibilidade de pessoas com necessidades especiais, em cumprimento aos Decretos nº 5.296/04 e nº 5.626/05, complementados pelas normas da ABNT que propõem o acesso e permanência dos alunos com deficiência na graduação e pós-graduação, este Curso, juntamente com a Coordenação do Polo e a Coordenação UAB/IFPI viabilizará:

- Acessibilidade à comunicação de alunos com deficiência nas atividades acadêmicas;
- Equipamentos e materiais didáticos específicos aos alunos com deficiência;
- Adaptação de mobiliários e ambientes físicos da instituição;
- Capacitação de professores e técnicos para atuarem com alunos deficientes;
- Curso de LIBRAS ao pessoal especializado que atuará com os alunos surdos; - tradutor intérprete de LIBRAS para alunos surdos;
- Outras providências que se fizerem necessárias aos alunos com deficiências.

2.9 AMBIENTE VIRTUAL DE ENSINO-APRENDIZAGEM – (PLATAFORMA MOODLE)

O curso será desenvolvido na modalidade a distância com encontros e atividades presenciais seguindo as exigências do Decreto nº 9.057/2017. Atendendo à indicação do MEC, o IFPI recomenda a utilização de software livre para os cursos a distância. Contará com uma equipe multidisciplinar para desenvolver os serviços básicos de produção, editoração, publicação de materiais impressos; produção e disponibilização de materiais online; transmissão de videoconferências, docência, tutoria, secretaria, coordenação de polos, gestão de infraestrutura física e de ambiente on-line. A organização desta equipe atende aos padrões básicos definidos pela instituição.

O curso será disponibilizado em um Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (Plataforma Moodle) que permita a associação de uma variada gama de ferramentas (recursos educacionais e atividades de estudo), baseada na construção social do conhecimento, mediado pelas interações em rede.

A organização didático-metodológica será elaborada pelo docente, em

consonância com as premissas deste PPC e de acordo com os objetivos de cada disciplina, frente às necessidades do grupo de estudantes.

O Curso trabalhará com as possibilidades oferecidas pela comunicação síncrona e assíncrona. A comunicação assíncrona se refere à interação que ocorrerá entre os alunos e entre os alunos e professores, mediado por um AVEA (Plataforma Moodle) e de forma temporal diferente. Neste tipo de comunicação existe a vantagem da elasticidade temporal, uma vez que, o aluno pode gerir o seu tempo, desde que seja respeitado o cronograma do curso. Essa interação pode se utilizar de recursos como correio eletrônico, fórum, dentre outros, que permitam a interação em momentos diferentes.

A comunicação síncrona refere-se à interação em tempo real, ou seja, a comunicação entre os alunos, e entre alunos e professor é realizada através da utilização de recursos tecnológicos síncronos, tais como os bate-papos, a videoconferência ou webconferência, os quais ocorrem em um mesmo tempo temporal a ser previamente disposto no Plano de Disciplina.

Assim, haverá no Curso de Licenciatura em Letras/Inglês, na modalidade EaD, a utilização conjunta destas duas formas de comunicação e que será disponibilizada em ambiente virtual (Plataforma Moodle) permitindo aos alunos, professores e tutores: comentar as aulas, discutir temas relacionados às disciplinas em andamento nos fóruns, enviar sua atividade ao professor, compartilhar trabalhos e experiências realizadas pela turma, acessar ementas e material do curso em um único espaço.

Poderão ainda ser previstos no curso mecanismos de colaboração e aprendizagem em grupo como fóruns especializados por área do conhecimento.

Para a produção das vídeoaulas e videoconferências o curso poderá contar com a estrutura dos estúdios de TV já existentes nos *campi* do IFPI, bem como o apoio dos Polos UAB.

Nesse contexto, o AVEA a ser utilizado deve oferecer oportunidades de interação síncronas e assíncronas, cabendo ao docente organizar didático-metodologicamente as unidades temáticas do programa da disciplina. Para um melhor aproveitamento das metodologias de EaD, explicita-se as mídias que serão produzidas/reproduzidas no material didático, considerando as diferentes especificidades tecnológicas propostas pelos Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância (BRASIL, 2007), bem como os princípios orientadores sobre as questões de acessibilidade para a web no Brasil, disponíveis em <<http://www.acessobrasil.org.br/index.php?itemid=44>>. Além disso, explicitamos que

toda a produção de material didático do curso será disponibilizada nas bibliotecas dos polos de EaD onde o curso será ofertado, sob a forma de mídia ou impresso (em casos específicos), bem como em repositórios de Recursos Educacionais Abertos.

O Material Didático, tanto do ponto de vista da abordagem do conteúdo, quanto da forma, deve estar concebido de acordo com os princípios epistemológicos, metodológicos e políticos explicitados no PPC e na BNC- Formação- Base Nacional Comum para a Formação de Professores da Educação Básica, de modo a facilitar a construção do conhecimento e mediar a interlocução entre estudante e professor, devendo passar por rigoroso processo de avaliação prévia (pré-testagem), com o objetivo de identificar necessidades de ajustes, visando ao seu aperfeiçoamento. O material didático deve desenvolver habilidades e competências específicas, recorrendo a um conjunto de mídias compatíveis com a proposta e com o contexto socioeconômico do público-alvo.

As tecnologias de informação e comunicação (TIC) permitirão que o público alvo tenha acesso às linguagens e mídias compatíveis com o projeto e com o contexto socioeconômico dos mesmos. No AVEA a ser utilizado deve contar as seguintes ferramentas e recursos: fórum de discussão, portfólio, chat ou bate-papo, biblioteca, agenda, dentre outros, que permitam a interação entre todo o grupo envolvido.

ATIVIDADES DE ESTUDO NO AVEA :

São elas:

Fórum de Discussão: esta ferramenta propiciará a interatividade entre educando, tutores e professores, oferecendo maiores condições aos participantes para se conhecerem, trocarem experiências e debaterem temas pertinentes. Nesse espaço, os educandos poderão elaborar e expor suas ideias e opiniões, possibilitando as intervenções dos professores e dos próprios colegas, com o intuito de instigar a reflexão e aprimoramento do trabalho em desenvolvimento, visando à formalização de conceitos, bem como a construção do conhecimento.

Blog (diário): poderá ser utilizado individualmente ou em grupo, propiciando um espaço importante para a socialização das atividades ou projetos desenvolvidos ao longo do processo de formação. Assim, a aprendizagem estará centrada na

possibilidade do educando poder receber o feedback sobre aquilo que está produzindo e/ou construindo.

Chat ou Bate-Papo: possibilitará oportunidades de interação em tempo real entre os participantes, tornando se criativo e construído coletivamente, podendo gerar ideias e temas para serem estudados e aprofundados. No decorrer do Curso, pretende-se realizar reuniões virtuais, por meio desta ferramenta, com o intuito de diagnosticar as dificuldades e inquietações durante o desenvolvimento das atividades. Nesse sentido, além de esclarecer as dúvidas sincronicamente, caberá aos professores levar aos acadêmicos as diferentes formas de reflexão, contribuindo para a prática pedagógica do educando.

Biblioteca: local onde estarão disponíveis bibliografias, textos complementares, periódicos disponibilizados pelo IFPI, artigos e atividades, além de indicações de sites que tratam das diferentes temáticas abordadas pelas disciplinas ofertadas no Curso.

Agenda: todas as atividades propostas serão disponibilizadas nesta seção do ambiente. Esse recurso contribui para que o educando possa se manter envolvido com as atividades que serão realizadas durante todo o processo de formação. Dessa forma, será possível a realização das atividades em momentos agendados ou de livre escolha dos participantes. Nos momentos agendados, todos os participantes estarão trabalhando virtualmente em dias e horários pré- estabelecidos. Nos momentos de livre escolha os participantes organizarão o desenvolvimento das atividades de acordo com suas possibilidades. Os professores e tutores deverão acompanhar o desenvolvimento das atividades, disponibilizando as orientações necessárias e oferecendo apoio aos participantes. O uso do AVEA poderá ser complementado por atividades/encontros presenciais em laboratórios e nos demais polos nos quais o Curso ocorrer, de acordo com a organização e planejamento do professor do componente curricular. A comunicação entre educandos, tutores e professores ocorrerá especialmente por meio do AVEA, como explicitado anteriormente. Tendo em vista que o IFPI dispõem de estúdios de TV, as ferramentas de videoconferência dos Polos também poderão ser utilizadas, explorando todo o seu potencial. Nessas estão incluídas as possibilidades de transmissão e/ou gravação de aulas e conferências por professores do corpo docente e de convidados especiais; de realização de reuniões síncronas a distância entre os tutores e estudantes, entre tutores e professores e entre os estudantes; bem como de interação entre os polos para troca de experiências.

Laboratório virtual de prática de ensino: Neste tópico serão desenvolvidas

atividades que contemplem o desenvolvimento da técnica e transposição didática. A elaboração das vídeoaulas pelos alunos ocorrerá na disciplina de Tecnologias na Educação, as quais serão incorporados sucessivamente a um acervo contínuo e individual em que se consiga aferir o crescimento da habilidade e da técnica ao longo do desenvolvimento do curso.

2.10 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Em consonância com a concepção de avaliação preconizada na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei no 9394/96, a avaliação da aprendizagem no Curso de Licenciatura em Letras/ Português possui um caráter formativo, contínuo e cumulativo.

Nessa perspectiva, a Organização Didática do IFPI, definida pela Resolução 143/2022 CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI de 25 de agosto de 2022, em seus artigos 57, 58 e 59, dispõe que no processo avaliativo devem prevalecer os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, bem como o desempenho do aluno ao longo do período sobre os resultados de testes finais. No mesmo trecho determina que, além da verificação da acumulação de conhecimentos, o processo avaliativo visa também diagnosticar, orientar e reorientar a aquisição e o desenvolvimento de habilidades e atitudes pelos alunos, bem como a ressignificação do trabalho pedagógico.

Portanto, a sistemática de avaliação da aprendizagem adotada pelo IFPI considera as três funções da avaliação: diagnóstica, formativa e somativa. Nesse sentido, a avaliação da aprendizagem acontecerá de forma dinâmica e processual e, para isso, deverão ser utilizadas atividades e instrumentos diversificados, tais como: observações contínuas e sistemáticas, trabalhos individuais e em grupos, elaboração e desenvolvimento de projetos de pesquisa e de intervenção na realidade escolar, seminários, provas escritas, relatórios, dentre outros.

A função somativa da avaliação, relacionada à definição de notas e conceitos está descrita no Capítulo XII, seção VII da referida Organização Didática. Em caso de atualização na Organização Didática deve ser considerado o documento mais recente em vigor.

2.11. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

- Concepção, objetivos e carga horária

O estágio supervisionado é o momento de integração entre teoria e prática durante o curso de formação de professor, além de ser um componente obrigatório da organização curricular das Licenciaturas, conforme artigo 61 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei no. 9.394/96, atualizado pela Lei no. 12.014/09. A legislação brasileira vigente que caracteriza e define o estágio curricular é pautada na Lei nº 11.788/08, regulamentado pela Resolução No 093/2021 CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 18 de novembro de 2021.

No estágio, o professor construirá suas competências e identidade profissional a partir das relações entre sua pessoa e profissão, relacionando prática-teoria-prática para desenvolver autonomia, responsabilidade, decisão, e refletir a prática docente mediante a vivência de situações didáticas de observação-reflexão-ação.

O estágio supervisionado tem por objetivo propiciar aos discentes a complementação do processo de ensino-aprendizagem, em termos de atividades práticas, aperfeiçoamentos educacionais, artísticos, culturais, científicos e de relacionamento humano em diferentes campos de intervenção, orientadas, acompanhadas e supervisionadas pelos profissionais responsáveis pelo estágio. O estágio é uma etapa obrigatória dos cursos de Formação de Professores de acordo com as Resoluções CNE/CP nº 02/2019, de 20 de dezembro de 2019.

A prática docente, por meio do Estágio Supervisionado Obrigatório, acontece a partir da metade do curso, e constitui-se de 400 horas desenvolvidas através de componentes curriculares específicos, abrangendo os processos de observação, regência e socialização das experiências.

- Estrutura e funcionamento do estágio

O Estágio Supervisionado Obrigatório nos cursos de Licenciatura do IFPI ocorre em contexto escolar, espaços de formação ou instituições de Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, e suas modalidades, desde que as atividades desenvolvidas estejam articuladas às ementas de cada etapa do estágio. No curso de Licenciatura em Letras/Inglês, o Estágio poderá ser desenvolvido em todas as etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e do Ensino Médio).

Nessa perspectiva as atividades referentes ao estágio são devidamente orientadas, acompanhadas e supervisionadas pelos seguintes profissionais: Professor Orientador do IFPI, responsável pelo componente curricular de estágio - Área específica ou pedagógica; Professor Supervisor do IFPI - Área específica e/ou pedagógica e Professor Titular da Escola

Campo, em conformidade com o artigo 5º da referida resolução.

As atividades de estágio se caracterizam pelas situações efetivas do processo de ensino-aprendizagem nas áreas onde ocorrem a oferta nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio de acordo com cada etapa.

O Estágio Supervisionado Obrigatório está organizado conforme a matriz curricular para o curso de licenciatura da seguinte forma:

- Estágio Supervisionado I – 100 horas - 5º semestre;
- Estágio Supervisionado II – 100 horas – 6º semestre;
- Estágio Supervisionado III – 100 horas – 7º semestre
- Estágio Supervisionado IV – 100 horas – 8º semestre

O Estágio Supervisionado Obrigatório requer, no mínimo:

- I. Um discente regularmente matriculado no curso de Licenciatura do Campus e com frequência efetiva;
- II. Diretoria de Extensão ou Coordenação de Extensão e Serviço de Integração Empresa-Escola (SIE-E);
- III. Um professor do componente curricular de estágio supervisionado pertencente ao quadro de docentes do Campus, licenciado, ou com formação ou complementação pedagógica, ou pós-graduação;
- IV. Uma unidade concedente, onde o estágio supervisionado obrigatório será realizado, denominada Escola Campo de Estágio;
- V. Um professor regente da escola campo de estágio, com formação na área de conhecimento ou área afim do curso do estagiário;
- VI. Celebração de termo de compromisso entre o discente, escola campo de estágio e o IFPI;
- VII. Compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

É válido ressaltar que, ao final de cada componente curricular, ocorre socialização das práticas pedagógicas e das vivências no estágio supervisionado.

- Avaliação do estágio supervisionado

O desenvolvimento do Estágio Supervisionado deverá se basear no seguinte direcionamento metodológico:

- I. Conhecimento do contexto escolar;
- II. Reflexão sobre a realidade escolar;

- III. Planejamento;
- IV. Coparticipação;
- V. Regência de sala de aula;
- VI. Socialização;
- VII. Avaliação.

O acompanhamento de estágio será realizado pelos Professores Supervisores/Orientadores de Estágio através de:

- Reuniões periódicas com professor titular da escola campo de estágio e estagiário durante o período de estágio;
- Avaliação coerente dos partícipes do Estágio Supervisionado que deverá ocorrer, no mínimo, em 02 (duas) aulas durante a regência, com a presença do professor supervisor na escola campo.
- Análise de relatos e outros registros parciais elaborados pelo estagiário.

A avaliação do estágio supervisionado assumirá caráter formativo durante o seu desenvolvimento e ao seu final. Para analisar o desempenho do discente estagiário será feita de forma coletiva uma socialização da experiência do estágio, levando-se em conta os seguintes itens:

- a) Ficha de Avaliação do Estágio Curricular Supervisionado assinada pelos professores envolvidos no processo formativo;
- b)** Avaliação dos Instrumentais entregues pelo discente/estagiário: Diário de Bordo, Relato de Experiência, Relatório Reflexivo e Memorial de Formação.

O instrumento de avaliação de formação profissional de cada etapa do Estágio Curricular Supervisionado será avaliado pelo: Professor Orientador com base nos seguintes aspectos:

- a) relevância acadêmico-científica na produção e apresentação, conforme normas estabelecidas no Manual de Estágio e na ABNT;
- b) capacidade criativa e inovadora demonstrada nas atividades desenvolvidas durante o estágio, e descritas no instrumento de avaliação de formação profissional de cada etapa.

A expedição do diploma de conclusão do curso está condicionada:

- a) ao reconhecimento do estágio realizado pela Coordenação de Estágio e\ou

Coordenação de Extensão;

- b) a apresentação pelo discente/estagiário e aprovação pelo professor orientador do instrumento de avaliação de formação profissional de cada etapa do estágio supervisionado.

2.12. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O Estágio Supervisionado é precedido da celebração do Termo de Compromisso firmado entre o IFPI, o discente/estagiário e a Parte Concedente (Escola Campo de Estágio); do Termo de Convênio de Estágio, quando necessário, e demais documentos pertinentes, listados a seguir: Carta de Apresentação, Termo de Aceite, Termo de Compromisso e Fichade Supervisão de Estágio.

O estágio acontece em contexto escolar, espaços de formação ou instituições vinculadas à esfera de ensino (escolas públicas e privadas que oferecem curso de educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e do Ensino Médio), incluindo as escolas que atendem às diversas modalidades. A parceria entre a IES e a escola campo para a realização de estágio dar-se-á mediante convênio entre as partes.

Das instituições vinculadas à esfera do ensino e outros espaços de formação e de suas atribuições, conforme a RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 93/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2021, descreve os espaços de estágio, conforme abaixo:

Art. 16. Constituem-se Escolas Campo de Estágio, espaços de formação ou instituições vinculadas à esfera do ensino de Educação Básica, preferencialmente públicas, de ensino regular na educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e do Ensino Médio), , nasdiversas modalidades.

§ 1º O estágio supervisionado obrigatório pode ser executado, esporadicamente, também em estabelecimentos da rede privada que, de fato, permitam a formação docente/profissional, ou seja, que autorizem o estudante ao exercício do magistério e atuação nas diversas modalidades.

§ 2º O Estágio Supervisionado poderá ser realizado no próprio Instituto Federal do Piauí (IFPI), desde que o desenvolvimento das atividades permita ampliar os conhecimentos teórico-práticos dos discentes, considerando as especificidades da área de formação e a tramitação institucional.

3º O estágio supervisionado pode ser realizado em espaços não formais, tais como:

associações, sindicatos, ONGs, instituições religiosas, instituições filantrópicas, entre outras, que desenvolvam atividades que contribuam para a formação docente/profissional, ou seja, que preparem o estudante ao exercício do magistério e atuação nas diversas modalidades.

O Estágio Supervisionado poderá ser desenvolvido em forma de Projeto de Ensino ou de Intervenção, atividades de extensão (exceto atividades curriculares de extensão, nos moldes da Resolução Normativa Nº 131/2022), em programas de Residência Pedagógica, de monitorias e de iniciação científica desde que atenda aos objetivos dos componentes curriculares do Estágio Supervisionado I e II com critérios a serem definidos pelo Colegiado do Curso.

Ainda de acordo com a Resolução 093/2021, o Estágio Supervisionado Obrigatório poderá também ser desenvolvido, parcialmente, em instituições de ensino superior de outros estados ou países, caso o aluno esteja participando de algum programa de mobilidade acadêmica que preveja período de estágio. Nesse caso, deve contemplar atividades articuladas às ementas de cada etapa do Estágio.

As normas apresentadas vêm ao encontro das necessidades relacionadas à Formação Docente, com base nos conhecimentos teórico-práticos adquiridos durante o percurso formativo do licenciando.

2.13. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA

O Estágio Supervisionado é um importante componente curricular que permite aos licenciandos uma interlocução entre teorias estudadas e refletidas no percurso de formação com a prática nas escolas campo de estágio. O Estágio Supervisionado, nos cursos de Licenciatura do IFPI, é um ato educativo escolar, realizado em colaboração com o sistema formal de ensino, avaliado conjuntamente pela instituição formadora, IFPI, e a escola campo de estágio. As atividades de estágio se caracterizam pelas situações efetivas do processo ensino-aprendizagem nas áreas onde ocorre a oferta nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio de acordo com cada etapa.

O Estágio Supervisionado deverá ser uma atividade intrinsecamente articulada com a prática e com as atividades de trabalho acadêmico, colaborando para a formação da identidade do professor como educador e para o desenvolvimento de competências exigidas na prática profissional, especialmente quanto ao planejamento, organização, execução e avaliação do aprendizado.

As finalidades do Estágio Supervisionado preveem a complementação do processo ensino-aprendizagem instituído no decorrer do curso através de atividades práticas em diferentes campos, vivenciar situações concretas, estabelecer relações entre teoria-prática, aprimoramento da prática profissional, efetivar decisões para melhorar a educação básica.

O Estágio Supervisionado é estruturado em alternâncias onde as sucessivas idas ao campo serão preparadas, exploradas, refletidas e socializadas em momentos privilegiados da formação. Este tem por objetivo propiciar aos discentes a complementação do processo de ensino e aprendizagem, em termos de atividades práticas, aperfeiçoamentos educacionais, artísticos, culturais, científicos e de relacionamento humano em diferentes campos de intervenção, orientadas, acompanhadas e supervisionadas pelos profissionais responsáveis pelo estágio.

A regência no ambiente de aprendizagem profissional permitirá aos professores formadores e aos professores em processo de formação delinearem, com mais segurança, sua identidade profissional e seu compromisso ético, mediante a avaliação processual das competências compatíveis com uma formação pautada na proposta das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de licenciatura) e para a formação continuada.

Durante os estágios, serão construídas competências e habilidades a partir das reflexões realizadas, relacionando prática-teoria-prática para desenvolver autonomia didático pedagógica. As atividades que serão articuladas entre o IFPI e as escolas campo de estágios se desenvolvem de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos de acordo com os programas dos componentes curriculares Estágio Supervisionado I, II, III e IV.

2.14 TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

De acordo com a Resolução Normativa 046/2021 CONSUP, de 16 de junho de 2021, o TCC consiste em uma pesquisa acadêmico-científica onde o(s) tema(s) abordado(s) contribua(m) para o desenvolvimento das competências e habilidades requeridas para o(a) licenciando(a), em consonância com as diretrizes curriculares.

O TCC será elaborado individualmente, deve abordar temas relacionados às linhas de pesquisa pertinentes ao curso, e desenvolvido nos 4º e 5º módulos do curso, nos componentes curriculares TCC I e TCC II, respectivamente. O trabalho produzido poderá ser apresentado em formato de monografia ou artigo, observando o disposto na resolução normativa citada acima.

No curso de licenciatura em Letras/Português, o TCC preferencialmente, consistirá:

- a) Na reflexão das situações-problema enfrentadas no cotidiano real de sala de aula e/ou contexto social; ou
- b) Numa pesquisa-intervenção dentre as abordagens teórico-práticas desenvolvidas no decorrer do curso e com foco na área de ensino; ou
- c) No desenvolvimento de um produto educacional aplicável em condições reais de sala de aula ou outros espaços de ensino.

São exemplos de produtos educacionais:

a) Material didático/instrucional, tais como propostas de ensino, envolvendo sugestões de experimentos e outras atividades práticas, sequências didáticas, propostas de intervenção, roteiros de oficinas; material textual, como manuais, guias, textos de apoio, artigos em revistas técnicas ou de divulgação, livros didáticos e paradidáticos, histórias em quadrinhos e similares, dicionários; mídias educacionais, como vídeos, simulações, animações, videoaulas, experimentos virtuais e áudios; objetos de aprendizagem; ambientes de aprendizagem; páginas de internet e blogs; jogos educacionais de mesa ou virtuais, e afins; entre outros;

b) *Software*/Aplicativo: aplicativos de modelagem, aplicativos de aquisição e análise de dados, plataformas virtuais e similares, programas de computador, entre outros.

Os demais critérios relacionados à orientação e avaliação do TCC estão dispostos na Resolução Normativa 046/2021 CONSUP, de 16 de junho de 2021, ou resolução substitutiva.

2.15 TEMAS TRANSVERSAIS OBRIGATÓRIOS

Os temas transversais estão voltados para a compreensão e para a construção da realidade social, dos direitos e responsabilidades relacionados com a vida pessoal e coletiva, e com a afirmação do princípio da participação política, numa perspectiva de formação cidadã.

Os temas transversais obrigatórios estão contemplados no PPC da seguinte forma:

a) Educação das relações ético-raciais

A Educação das Relações Étnico-raciais no currículo do curso (Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004) – integra a matriz do curso por meio da disciplina Educação das Relações Étnicas Raciais afro-diaspóricas e Indígenas, com carga horária de 40 horas teórica e 20 horas práticas, compondo o grupo que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais, conforme descrito no artigo 12 da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019.

Tal componente curricular contempla a propositura de conteúdo curricular de abrangência das dimensões históricas, sociais e antropológicas inerentes à realidade brasileira, que possam ressignificar o processo de aprendizagem dos estudantes, sobretudo da população negra, por meio do reconhecimento identitário e da valorização sociocultural, favorecendo a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e

valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial - descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada.

b) Educação dos direitos humanos

A Educação dos Direitos Humanos (Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/2012) consta no currículo do curso por meio da inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior podendo ocorrer nas seguintes formas: pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente; como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar; e, de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade. As disciplinas de **Educação das Relações Étnicas Raciais afro-diaspóricas** (módulo VII) e **Educação Especial** (módulo V) contemplam a legislação.

b) Educação ambiental

Os conhecimentos concernentes à Educação Ambiental previstos na Resolução CNE/CP nº 2/2012 dar-se-á pela transversalidade, mediante atividades e ações de sustentabilidade socioambiental na instituição educacional e na comunidade, com foco na prevenção de riscos, na proteção e preservação do meio ambiente e da saúde humana e na construção de sociedades sustentáveis.

c) Educação no trânsito e demais temas previstos em lei/decreto

A Educação no Trânsito no currículo (Lei nº 9.503/1997) está contemplada no currículo por meio do planejamento de ações coordenadas entre o IFPI e os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e de Educação, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas respectivas áreas de atuação.

Considerando que o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), anualmente, estabelece o tema e o cronograma mensal das campanhas educativas a serem seguidas por todos os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, com o propósito de orientar todas as ações

com o mesmo objetivo, nas mesmas áreas e com o mesmo foco, incluindo as Instituições de ensino, o IFPI deverá seguir as campanhas educativas orientadas pelo CONTRAN para assinalar a Educação no Trânsito no currículo, conforme planejado no calendário de eventos do campus.

d) Eventos institucionais que tratam sobre os temas transversais obrigatórios

Para o cumprimento das atividades e eventos que concretizarão os Temas Transversais Obrigatórios, o IFPI dispõe de um calendário de eventos com o planejamento para a realização de atividades, eventos, ações e projetos que possam favorecer a transversalidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a significação dos Temas Transversais descritos, bem como dos seguintes temas preconizados nas legislações e orientações do MEC: Direitos da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990); Educação Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.947/2009); Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Lei nº 10.741/2003); Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher (Lei nº 14.164/2021); e Dia Nacional da Consciência Negra (Lei nº 12.519/2011).

As atividades e ações previstas poderão ocorrer na forma de Oficinas, Seminários; Jornadas, Simpósios, Semanas de estudo; Semanas Comemorativas, Organização de feiras e eventos, com o cadastro no Módulo Eventos do SUAP e o devido registro fotográfico/vídeo.

e) Núcleos institucionais temáticos

- Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), regulamentado pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 52/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23 de julho de 2021.
- Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), regulamentado pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 53/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23 de julho de 2021.

Neste PPC, a disciplina de Educação das Relações Étnicas Raciais afro-diaspóricas e indígenas (60 horas, sendo 20 horas práticas) contempla o tema transversal de Educação das Relações Étnicas Raciais, na totalidade de sua ementa. Juntamente com a disciplina de Educação Especial (80 Horas), atendem ao disposto com relação ao tema Educação dos Direitos Humanos.

2.16 APOIO AO DISCENTE

Os Licenciandos do curso terão 1 (uma) cota mensal de 700 (setecentos) reais, durante a vigência do curso, para cada estudante indígena, pardo, preto, quilombola e das populações do campo, assim como pessoa surda ou pertencente ao público-alvo da

educação especial, regularmente matriculado em curso do PARFOR EQUIDADE, conforme edital da Capes Nº 23/2023.

Os Programas Universais visam incentivar a formação acadêmica, a produção do conhecimento, o desenvolvimento técnico-científico, a formação cultural e ética, sendo envolvidas ações de ensino, pesquisa e extensão. Estão organizados em três categorias:

a) Política de diversidade e inclusão do IFPI

A Política de Diversidade e Inclusão do IFPI, aprovada pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 56/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 02/08/2021, orienta um espaço de concretização de ações inclusivas mediante princípios, diretrizes e objetivos que ampliam e fortalecem o atendimento e acompanhamento a comunidade acadêmica inserida no contexto da diversidade cultural, étnico-racial, de gênero e necessidades específicas, garantindo assim o acesso, permanência e êxito ao discente.

O objetivo é promover inclusão no IFPI, mediante ações, com vistas à construção de uma instituição inclusiva, permeada por valores democráticos e pelo respeito à diferença e à diversidade.

Esta política propõe medidas intermediadas pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), regulamentada pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 55/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23/07/2021, e Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), regulamentado pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 53/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23/07/2021.

São considerados público-alvo do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas- NAPNE: Discentes com deficiência- aqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, auditiva, visual, mental, intelectual ou sensorial, discentes com transtornos globais do desenvolvimento, com altas habilidades/superdotação e ainda os transtornos funcionais específicos como: dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade.

São considerados público-alvo do Núcleo de Estudos e Pesquisa Afro-brasileiras e Indígenas-NEABI: Negros, que se autodeclararem de cor preta ou parda, conforme classificação adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e indígenas, que se enquadrem na portaria 849/2009 da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

São objetivos específicos da Política de Diversidade e Inclusão do IFPI:

I - Proporcionar formação de professores para os atendimentos educacionais especializados

e demais profissionais da educação para a inclusão;

II- Garantir processos seletivos com adaptações necessárias para o acesso de pessoas com deficiência;

III- Proporcionar a adaptação dos currículos de acordo com o estabelecido nas Leis nº 9.394/1996, 10.639/2003 e 11.645/2008, que preveem a inclusão obrigatória das temáticas relacionadas à História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em todas as modalidades e níveis de ensino, bem como parecer CNE/CP nº 08/2012 e com a Resolução nº 01/2012, que tratam da Educação para os Direitos Humanos;

IV-Assegurar a aquisição e elaboração de recursos didáticos dos discentes com necessidades educacionais específicas;

V- Desenvolver periodicamente ações que promovam a sensibilização, adaptações de acesso ao currículo por meio de modificações ou provisão de recursos especiais, materiais ou de comunicação, para melhoria de metodologias, ferramentas e técnicas utilizadas no processo de inclusão e diversidade;

VI- Garantir acompanhamento psicossocial e pedagógico realizado de modo articulado com os núcleos voltados às ações de diversidade e inclusão;

XV- Manter articulação com a Política de Assistência estudante – POLAE;

XVI- Manter articulação com o programa de acolhimento ao estudante ingressante – PRAEI;

XVII- Incentivar, tanto discentes como professores, a desenvolverem projetos na área de Tecnologia Assistiva.

b) Mobilidade Acadêmica

A mobilidade acadêmica é regulamentada pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 121/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 30 de março de 2022, que estabelece as normas e procedimentos para a mobilidade acadêmica de estudantes de cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.

A Mobilidade Acadêmica Interna refere-se à possibilidade de o estudante do IFPI, com situação de matrícula ativa, pleitear mudança de campus, para fins de prosseguimento do seu processo formativo, desde que tenha cursado, no mínimo dois semestres letivos no campus de origem.

A Mobilidade Acadêmica Interna poderá ocorrer por meio de: transferência interna e matrícula especial intercampi. A transferência interna de aluno entre seus *campi* deverá ser motivada por pelo menos um dos casos (ou outros correlatos ou análogos):

- I. Necessidade de mudança de domicílio de estudante trabalhador, de seus responsáveis legais ou cônjuge, mediante comprovação;
- II. Doença física ou psicológica comprovada por laudo médico, que requeira tratamento prolongado específico no local para onde a transferência é solicitada, referendado pelo setor médico do IFPI;
- III. Condição de vulnerabilidade psicossocial, mediante apresentação de parecer social emitido pelo setor de serviço social do campus no qual o estudante está matriculado;
- IV. Motivo de doença em pessoa da família que precise de auxílio durante tratamento prolongado, comprovado por laudo médico, referendado pelo setor médico do IFPI.

A mobilidade acadêmica na forma de matrícula especial intercampi é o vínculo temporário que o estudante do IFPI, com situação de matrícula ativa em curso de educação superior, estabelece com outro campus do IFPI, por um período de até um ano letivo, mantendo o vínculo no campus de origem, para cursar disciplinas que integram a matriz curricular do seu curso, mediante deferimento dos Colegiados dos cursos de origem e de destino, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim recomendar e em pelo menos um dos seguintes casos:

- I - Serviço militar obrigatório;
- II- Emprego efetivo comprovado;
- III - Acompanhamento de cônjuge, filhos, pais ou dependentes legais, em tratamento de saúde comprovadamente demorado;
- IV- Condição de vulnerabilidade psicossocial;
- V- Retenção em componente curricular cuja oferta pelo campus de origem não ocorrerá em período subsequente à retenção;
- VI- Integralização curricular.

São consideradas como atividades de Mobilidade Acadêmica aquelas de natureza acadêmica, científica, artísticas e/ou cultural, como cursos, estágios e pesquisas orientadas que visem à complementação e ao aprimoramento da formação do estudante de graduação.

A Mobilidade Acadêmica Internacional é aquela na qual o estudante realiza atividades de mobilidade estudantil em instituição de ensino estrangeira, mantendo o vínculo de matrícula na Instituição de origem durante o período de permanência na condição de “estudante em mobilidade”.

A mobilidade acadêmica poderá ocorrer por meio de:

- I - Adesão a Programas do Governo Federal; e
- II - Estabelecimento de Convênio interinstitucional.

A Mobilidade Acadêmica tem por finalidade:

- I - Proporcionar o enriquecimento da formação acadêmico-profissional e humana, por meio da vivência de experiências educacionais em instituições de ensino nacionais e internacionais;
- II - Promover a interação do estudante com diferentes culturas, ampliando a visão de mundo e o domínio de outro idioma;
- III - Favorecer a construção da autonomia intelectual e do pensamento crítico do estudante, contribuindo para seu desenvolvimento humano e profissional;
- IV - Estimular a cooperação técnico-científica e a troca de experiências acadêmicas entre estudantes, professores e instituições nacionais e internacionais;
- V - Propiciar maior visibilidade nacional e internacional ao IFPI; e
- VI - Contribuir para o processo de internacionalização do ensino de graduação no IFPI.

c) Acessibilidade

Para a inclusão de pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida, o Instituto procura atender a Lei no 10.098/2000 disponibilizando rampas nas entradas, portas largas, barras de apoio e pisos antiderrapantes, sanitários adaptados para cadeirantes, reserva de vagas em seus estacionamentos.

O IFPI promove e desenvolve ações com o intuito de ampliar as condições de acessibilidade para os alunos com necessidades específicas físicas e educacionais através do NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas.

Com o objetivo de permitir uma aproximação entre os falantes da Língua Portuguesa e as comunidades surdas, a disciplina de Língua Brasileira de Sinais está inserida no currículo seguindo as orientações do Decreto no 5.626/2005. A utilização da Libras se mostra necessária especialmente nos espaços educacionais, favorecendo ações de inclusão social e oferecendo possibilidades para a quebra de barreiras linguísticas entre surdos e ouvintes.

d) Profissionais Técnicos Especializados em Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais

São atribuições do Tradutor/Intérprete de Libras, no exercício de suas competências, no âmbito do IFPI:

- I - Efetuar a comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;

- II – Traduzir e interpretar, em Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa, as atividades didático pedagógicas e culturais de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvida nos cursos técnicos de níveis fundamental, médio e no ensino superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares, em sala de aula e demais ambientes acadêmicos;
- III - Traduzir e interpretar materiais didáticos, artigos, livros, textos diversos, provas, exercícios, vídeos e outros, reproduzindo em Libras ou na modalidade oral da língua portuguesa o pensamento e intenção do emissor;
- IV - Atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos;
- V - Participar da produção de material técnico, didático-pedagógico ou de informática;
- VI - Apoiar a acessibilidade aos serviços e às atividades-fim do IFPI, atendendo ao disposto no Decreto 5.626/05, na Lei 13.146/15, na Resolução nº 07/2018/CONSUP/IFPI e aos demais preceitos vigentes e zelando pelo rigor técnico, pela ética profissional, o respeito à pessoa e à cultura da pessoa surda.

Identificando a necessidade de profissionais técnicos especializados em tradução e interpretação de Língua Brasileira de Sinais; Cuidador em Educação Especial; Revisor, Ledor e Transcritor em Braille e Atendimento Educacional Especializado, o IFPI promove a contratação desses profissionais, conforme condições, quantidades e exigências legais.

e) Mecanismos de Nivelamento

Em busca de um melhor aproveitamento e, também, reduzir a evasão e a retenção do discente no início da vida acadêmica será proposto um nivelamento dos conteúdos básicos, por meio da disciplina de Matemática Básica (módulo I). Acrescente-se que se encontra na fase de regulamentação a política de nivelamento dos cursos de graduação. Assim, está sendo normatizado um Programa de Acompanhamento do Estudante Ingressante nos cursos superiores- PRAEI-SUPER, que integrará as políticas de ensino com ações acadêmico-administrativas voltadas para a existência de nivelamento transversal a todos os cursos no âmbito do IFPI, com o objetivo de desenvolver e aprimorar habilidades e competências dos acadêmicos para o melhor desempenho no Ensino Superior, com vistas a garantir a permanência e o êxito.

2.17 GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A avaliação será contínua, com momentos específicos para discussão, englobando uma análise integrada dos diferentes aspectos, estruturas, relações, compromisso social,

atividades e finalidades da instituição e do respectivo curso, abrangendo uma perspectiva interna e externa:

-Avaliação Interna: ações decorrentes dos processos de avaliação, no âmbito do curso, considerando o relatório de autoavaliação institucional elaborado pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA), alinhadas com as metas estabelecidas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPI, a fim de promover o aperfeiçoamento de forma estratégica. Serão também instrumentos de avaliação interna o Colegiado do Curso e o Núcleo Docente Estruturante (NDE), caracterizados, respectivamente.

A autoavaliação ocorrerá com periodicidade estabelecida pelos colegiados dos cursos, com previsão no calendário acadêmico e fornecerá as bases para elaboração do (re)planejamento das ações acadêmico-administrativas no âmbito do curso, e consequentemente, para a tomada de decisão, conforme estabelecido na RESOLUÇÃO NORMATIVA 98/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 7 de dezembro de 2021, que atualiza o instrumento de autoavaliação institucional dos cursos de graduação, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências

-Avaliação Externa: A avaliação Externa abrangerá a visita *in loco*, realizada para autorização do curso, reconhecimento e renovação de reconhecimento, na qual são avaliadas as três dimensões do curso quanto à adequação ao projeto proposto: a organização didático-pedagógica; o corpo docente e técnico-administrativo e as instalações físicas. Além disso, a avaliação externa contempla resultados obtidos pelos alunos do curso no Enade e os demais dados apresentados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

Os resultados dessas avaliações sistemáticas indicarão a eficácia do presente Projeto Pedagógico de Curso, oportunizando a implementação de ações acadêmico- administrativas necessárias para a melhoria contínua do curso em questão.

2.18 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO APRENDIZAGEM

O processo de avaliação do ensino-aprendizagem constitui-se como uma ferramenta sistemática, essencial para a consolidação de habilidades e competências. Tal processo deve estar em consonância com projeto político-pedagógico, com os objetivos gerais e específicos do IFPI e com o perfil profissional do curso.

A avaliação deverá ter caráter formativo, processual e contínuo, pressupondo a contextualização dos conhecimentos e das atividades desenvolvidas, a fim de propiciar um diagnóstico preciso do processo de ensino e aprendizagem que possibilite ao professor analisar sua prática e ao estudante comprometer-se com seu desenvolvimento intelectual adquirindo autonomia. Ela aparecerá como subsídio para tomada de decisão, o que vai levar ao professor realizar novas abordagens sobre o desenvolvimento das competências adquiridas pelo aluno, constatando seu aproveitamento.

A avaliação da Aprendizagem é regulamentada pela organização didática do IFPI, RESOLUÇÃO NORMATIVA 143/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 25 de agosto de 2022. Altera a Resolução que normatiza a Organização Didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.

a) Avaliação da aprendizagem

A avaliação do processo ensino-aprendizagem deverá ter como parâmetros os princípios do projeto político-pedagógico, a função social, os objetivos gerais e específicos do IFPI e o perfil de conclusão de cada curso.

A avaliação é um processo contínuo e cumulativo do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais, conforme estabelece a Lei No 9.394/96.

A avaliação dos aspectos qualitativos compreende o diagnóstico, a orientação e reorientação do processo ensino-aprendizagem, visando ao aprofundamento dos conhecimentos, à aquisição e/ou ao desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes pelos alunos e à ressignificação do trabalho pedagógico.

A Sistemática de Avaliação do IFPI compreende avaliação diagnóstica, formativa e somativa.

A avaliação da aprendizagem dar-se-á por meio de um ou mais dos seguintes instrumentos:

- I - Prova escrita;
- II - Observação contínua;
- III - Elaboração de portfólio;
- IV - Trabalho individual e/ou coletivo;
- V - Resolução de exercícios;
- VI - Desenvolvimento e apresentação de projetos;
- VII - Seminário;
- VIII - Relatório;
- IX - Prova prática; e
- X - Prova oral.

A escolha do instrumento de avaliação da aprendizagem deverá estar em consonância com a especificidade da disciplina, os objetivos educacionais propostos e o conteúdo ministrado.

b) Sistema de Avaliação do Curso

A avaliação da aprendizagem nos Cursos Superiores de Graduação, ofertados na forma de módulo/disciplinas, será expressa em notas, numa escala de 0,0(zero) a 10,0 (dez), sendo admitida uma casa decimal.

Será considerado aprovado por média em cada disciplina o aluno que obtiver média

semestral igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência igual ou superior a 75% da carga horária da disciplina, sendo registrada, no Diário de Classe e Sistema de Controle Acadêmico, a situação de Aprovado.

Caso a nota semestral seja inferior a 4,0 (quatro), o discente será considerado reprovado, sendo feito o registro, no Diário de Classe e Controle Acadêmico, da condição de Reprovado por Nota.

Se a Média Semestral na disciplina for igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete), o discente que tiver ao menos 75% de frequência da carga horária da disciplina fará Exame Final; neste caso, a Média Final será calculada da seguinte forma:

$$MF = (MS + EF) / 2$$

Onde:

MF = Média Final;

MS = Média Semestral;

EF = Exame Final.

Para a aprovação, o resultado descrito anteriormente terá que ser igual ou superior a 6,0 (seis), sendo registrada, no Diário de Classe e no Sistema de Controle Acadêmico, a situação de Aprovado após Exame Final.

Caso a nota semestral, após o Exame Final, seja inferior a 6,0 (seis), o discente será considerado reprovado, sendo lançada, no Diário de Classe e no Controle Acadêmico, a situação de Reprovado por Nota.

c) Verificação de Aprendizagem em Chamada

É direito do aluno o acesso às várias formas de avaliação da aprendizagem, incluídas as de chamada, desde que as solicite à Coordenação de Curso/Área, via protocolo, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, considerando os dias úteis, após a realização da avaliação à qual não se fez presente, mediante a apresentação dos documentos justificativos abaixo especificados:

- I - Atestado médico comprovando a impossibilidade de participar das atividades escolares do dia;
- II - Declaração de corporação militar comprovando que, no horário da realização da 1ª chamada, estava em serviço;
- III - Declaração da Direção de Ensino do campus, comprovando que o estudante estava representando o IFPI em atividade artística, cultural ou esportiva;
- IV - Ordem judicial;
- V - Certidão de óbito de parentes de primeiro grau ou cônjuge;
- VI - Declarações de trabalho em papel timbrado com carimbo da empresa e assinatura do empregador; e
- VII - Outros que possam comprovar a solicitação.

Os casos omissos deverão ser analisados pelo Coordenador de Curso em conjunto com o professor da disciplina para análise da viabilidade do pedido.

A autorização para realização da verificação da aprendizagem, em chamada, dependerá da análise do requerimento, pela Coordenadoria de Curso, conjuntamente com o professor da disciplina, que disporão de 24 horas, após a notificação ao professor, para emitir parecer relativo ao objeto do requerimento.

Cabe ao professor da disciplina a elaboração e a aplicação da verificação da aprendizagem em chamada, no prazo máximo de 08 (oito) dias após o deferimento do pedido.

Se, por falta de comparecimento do aluno, em qualquer etapa de avaliação, decorrido o prazo de pedido de chamada, não for possível apurar o seu aproveitamento escolar, ser-lhe-á atribuído nota 0,0 (zero).

d) Revisão da Verificação da Aprendizagem

O aluno que discordar do(s) resultado(s) obtido(s) no(s) procedimento(s) avaliativo(s) poderá requerer revisão de provas. O requerimento, com fundamentação da discordância, deverá ser dirigido à Coordenação de Curso, até dois dias úteis, após o recebimento da avaliação.

Cabe à Coordenação de Curso, no prazo de 2 dias, dar ciência ao professor da disciplina para emitir parecer. Cabe ao professor da disciplina dar parecer no prazo de (3 dias) a partir da ciência dada pela Coordenação.

Caso o professor se negue a revisar a prova, cabe à Coordenação do Curso em reunião com o Colegiado de Curso e deliberar sobre a revisão, no prazo máximo de sete dias úteis.

2.19 ATIVIDADES DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Em princípio, é importante ressaltar que um dos princípios norteadores da prática educativa dos cursos de graduação no âmbito do Instituto Federal do Piauí consiste no estímulo à adoção da pesquisa como princípio pedagógico presente em um processo formativo voltado para um mundo permanentemente em transformação, integrando saberes cognitivos e socioemocionais, tanto para a produção do conhecimento, da cultura e da tecnologia, quanto para o desenvolvimento do trabalho e da intervenção que promova impacto social.

Ademais, o Instituto Federal do Piauí visa, entre outras finalidades: a) desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica e b) realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico. Nessa perspectiva é, pois, necessário enfatizar que as ações de fomento à pesquisa no âmbito da instituição procuram estabelecer um elo com as ações de Ensino, Extensão e Internacionalização com vistas a uma sociedade plural de forma articulada com os arranjos socioprodutivos locais e regionais.

Em consequência disso, compreende-se e defende-se a importância da iniciação científica como uma ação pedagógica que introduz os estudantes da graduação na pesquisa acadêmico-científica como forma de engajá-los e colocá-los em contato direto com a produção conhecimento a partir da compreensão que essa prática contribua para a formação intelectual, reflexiva, autônoma, crítica e criativa dos estudantes considerando as dimensões: ciência, tecnologia e inovação.

Diante de tudo isso, é importante acrescentar que a iniciação científica, partir da relação do estudante com a pesquisa científica possibilita a formação de cidadãos e de profissionais preparados para o mundo do trabalho, e por conseguinte, aptos para o exercício da profissão visando o desenvolvimento territorial, além de prepará-los também para a pós-graduação.

Deste modo, o Instituto Federal do Piauí tem programas de iniciação científica regulamentados pela Resolução nº 24/2019 que permitem colocar os estudantes de cursos

de graduação em contato direto com a atividade científica e de pesquisa. Nesse processo, espera-se proporcionar ao estudante bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa. Esses projetos são desenvolvidos através do:

a) **PIBIC** - Programa de Bolsa de Iniciação Científica - incentiva a participação de estudantes do Ensino Superior em projetos de pesquisa;

b) **PIBIC IT** - Programa de Bolsa de Iniciação Científica Inovação Tecnológica - incentiva a participação de estudantes do Ensino Médio Integrado em projetos de Inovação Tecnológica.

Nessa perspectiva é, pois, necessário enfatizar que além das iniciativas do incentivo à pesquisa e a inovação, o Instituto Federal do Piauí estimula, através de políticas institucionais, o incremento da publicação em periódicos e a participação de docentes e estudantes em eventos científicos.

2.20 COMITÊ DE ÉTICA DE PESQUISA

a) Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/IFPI) é um órgão colegiado, de caráter interdisciplinar, de natureza técnico-científica, consultiva, deliberativa e educativa, com autonomia de decisão no exercício de suas funções. Está constituído nos termos da Resolução nº 466 de 12/12/2012, da Norma Operacional Nº 001/2013 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde – CNS/MS e da Resolução CNS nº 370, de 08 de março de 2007.

A instalação do CEP é fundamental nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos, dentro de padrões éticos determinados pelas resoluções supra citadas. Tem o propósito de defender os interesses dos sujeitos envolvidos na pesquisa, garantindo sua integridade, dignidade e proteção.

São atribuições do CEP/IFPI de acordo com a Resolução (466/12), protocolar e avaliar os projetos de pesquisa envolvendo seres humanos (submetidos através da Plataforma Brasil), com base nos princípios da ética, impessoalidade, transparência, razoabilidade, proporcionalidade e eficiência, tem papel consultivo e educativo nas questões de ética, encaminha relatórios ao CONEP, acompanha o desenvolvimento de projetos, recebe

denúncias de abusos ou fatos adversos na pesquisa, em caso de irregularidades pode requerer apuração e sindicância e comunica à CONEP e representa a instituição (IFPI) em todas as suas instâncias, interna e externa.

b) Comitê de Ética no Uso de Animais

O Comitê de Ética no Uso de Animais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (CEUA/IFPI) é um órgão técnico-científico de caráter consultivo, deliberativo e educativo nas questões sobre a utilização de animais para pesquisa, ensino ou extensão.

O CEUA/IFPI está vinculado à Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPI) e tem por finalidade cumprir e fazer cumprir, no âmbito do IFPI e nos limites de suas atribuições, o disposto da Lei nº 11.794/2008, nas Resoluções Normativas do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA) e nas demais normas aplicáveis à utilização de animais para pesquisa, ensino e extensão.

Portanto, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão que envolvam o uso de animais das espécies classificadas como Filo Chordata, subfilo Vertebrata, exceto o homem, observada a legislação ambiental, deverão ser submetidas à aprovação prévia do CEUA/IFPI.

CAPITULO 3.0 - COORDENAÇÃO DO CURSO, CORPO DOCENTE E TUTORES

3.1- CORPO DOCENTE

Os professores aqui chamados de professores formadores que atuarão no curso deverão ser obrigatoriamente lotados IFPI, sendo todos selecionados por edital público conforme legislação vigente. As atividades de formação desenvolvidas pelos professores formadores serão remuneradas através de bolsas formação custeadas totalmente pela CAPES.

Caberá ao professor formador:

- Desenvolver as atividades docentes na capacitação de coordenadores, professores e tutores mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no plano de capacitação;
- Participar das atividades de docência das disciplinas curriculares do curso;

- Participar de grupo de trabalho para o desenvolvimento de metodologia na modalidade a distância;
- Participar e/ou atuar nas atividades de capacitação desenvolvidas na Instituição de Ensino;
- Coordenar as atividades acadêmicas dos tutores atuantes em disciplinas ou conteúdos sob sua coordenação;
- Desenvolver o sistema de avaliação de alunos, mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no plano de curso;
- Apresentar ao coordenador de curso, ao final da disciplina ofertada, relatório do desempenho dos estudantes e do desenvolvimento da disciplina;
- Desenvolver, em colaboração com o coordenador de curso, a metodologia de avaliação do aluno;
- Desenvolver pesquisa de acompanhamento das atividades de ensino desenvolvidas nos cursos na modalidade a distância;
- Elaborar relatórios semestrais sobre as atividades de ensino no âmbito de suas atribuições, para encaminhamento à DED/CAPES/MEC, ou quando solicitado.

3.2 -TUTORES

Os tutores de apoio serão obrigatoriamente selecionados por edital publico aberto conforme legislação vigente sendo suas atividades remuneradas por bolsas custeadas pela CAPES.

Caberá aos tutores :

- Mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e os cursistas;
- Acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do curso;
- Apoiar o professor da disciplina no desenvolvimento das atividades docentes;
- Estabelecer contato permanente com os alunos e mediar as atividades discentes;
- Colaborar com a coordenação do curso na avaliação dos estudantes;
- Participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela Instituição de Ensino;
- Elaborar relatórios mensais de acompanhamento dos alunos e encaminhar à coordenadoria de tutoria;
- Participar do processo de avaliação da disciplina sob orientação do professor responsável;

- Manter regularidade de acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e dar retorno às solicitações dos cursistas no prazo máximo de 24 horas;
- Apoiar operacionalmente a coordenação do curso nas atividades presenciais nos pólos, em especial na aplicação de avaliações .

3.3- COORDENAÇÃO DO CURSO

O Coordenador do curso deverá ter lotação efetiva no IFPI Campus Teresina Central e será obrigatoriamente selecionado por edital publico, conforme legislação vigente. As atividades de coordenação serão remuneradas por bolsas custeadas pela CAPES. Caberá ao coordenador do curso:

- Coordenar, acompanhar e avaliar as atividades acadêmicas do curso;
- Participar das atividades de capacitação e de atualização desenvolvidas na Instituição de Ensino;
- Participar dos grupos de trabalho para o desenvolvimento de metodologia, elaboração de materiais didáticos para a modalidade a distância e sistema de avaliação do aluno;
- Realizar o planejamento e o desenvolvimento das atividades de seleção e capacitação dos profissionais envolvidos no curso;
- Elaborar, em conjunto com o corpo docente do curso, o sistema de avaliação do aluno;
- Participar dos fóruns virtuais e presenciais da área de atuação;
- Realizar o planejamento e o desenvolvimento dos processos seletivos de alunos, em conjunto com o coordenador UAB;
- Acompanhar o registro acadêmico dos alunos matriculados no curso;
- Verificar “in loco” o bom andamento dos cursos;
- Acompanhar e supervisionar as atividades: dos tutores, dos professores, do coordenador de tutoria e dos coordenadores de polo;
- Informar para o coordenador UAB a relação mensal de bolsistas aptos e inaptos para recebimento.

3.4 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O NDE é o órgão consultivo, propositivo e de assessoria corresponsável pela elaboração, implementação e consolidação do Projeto Pedagógico do respectivo curso. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante: contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino

constantes do currículo; promover e incentivar o desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso; o NDE instituirá o colegiado do curso.

O Núcleo Docente Estruturante é constituído por no mínimo 5 professores efetivos pertencentes ao corpo docente do curso; o coordenador do curso atua no NDE, como seu presidente; todos os membros devem ter experiência docente na instituição; os membros do NDE são renovados parcialmente para permitir a continuidade no processo de acompanhamento do curso.

Compete ao Presidente do NDE: convocar e presidir as reuniões, com direito a voto consultivo, inclusive voto de qualidade; representar o NDE junto aos órgãos da instituição; encaminhar as deliberações do NDE aos órgãos competentes; designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo NDE; coordenar a integração do NDE com os demais órgãos Colegiados e setores da instituição; e indicar coordenadores para as atribuições de NDE.

As reuniões ordinárias do NDE são feitas por convocação de iniciativa do seu Presidente, 1 (uma) vez por bimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros. Geralmente a convocação dos seus membros é feita com antecedência de pelo menos 48 (quarenta e oito) horas antes da hora marcada para o início da sessão e, sempre que possível, com a pauta da reunião. Como o curso é a Distância e os membros fazem parte de diversos Campus, as reuniões do NDE dos cursos da UAB/IFPI, podem acontecer via web, na modalidade de: videoconferência, skype ou outros meios eletrônicos.

Os membros são indicados pela Coordenação de Curso e nomeados através de portaria instituída pela diretoria geral do IFPI - Campus Teresina Central, visto que o curso está vinculado a este referido Campus.

ANEXO 1 – BIBLIOGRAFIAS E EMENTAS



EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA

Código:	Carga Horária: 40h
Eixo:	Pré-requisito:
EMENTA	
A modalidade de Educação a Distância: histórico, características, definições e regulamentações. Fundamentos e paradigmas teóricos e metodológicos da Educação a Distância. Organização de sistemas de Educação a Distância: processo de comunicação, processo de tutoria, mediação pedagógica, avaliação, processo de gestão e produção de material didático. Educação a Distância e ambientes virtuais de ensino-aprendizagem	
Competências e Habilidades	
● Compreender a importância da tecnologia, dos meios e das práticas inerentes ao processo de ensino e aprendizagem, através da educação a distância; ● Definir e caracterizar a Educação a Distância; ● Resgatar um aparato histórico do surgimento da EaD no mundo e no Brasil; ● Expor a regulamentação do ensino à distância no Brasil; Compreender os elementos da EaD; ● Descrever os ambientes virtuais de aprendizagens	
Referências Básicas	
BARBOSA, R. M. (org.). Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2005. BELLONI, M. L. Educação a distância. Campinas: Autores Associados, 2001. CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2003. DURAN, D.; VIDAL, V. Tutoria - Aprendizagem entre iguais. Porto Alegre: Artmed, 2007. GUEVARA, A. J. de H.; ROSINI, A. M. (orgs.). Tecnologias emergentes: organizações e Educação. São Paulo: CENAGAGE Learning, 2008.	
Referências Complementares	
MASETTO, M. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas (SP): Papirus, 2000. MOORE, M.; KEARSLEY, G. Educação a Distância – uma visão integrada. São Paulo: CENGAGE Learning, 2008. NEGROPONTE, Nicholas. A vida digital. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. PETERS, O. O. Didático do ensino a distância. São Leopoldo (RS): Vale do Rio dos Sinos, 2001. PRETI, O. (org). Educação a distância: construindo significados. Cuiabá: NEAD/IE – UFMT: Brasília: Plano, 2000	

FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

Código:	Carga Horária: 40h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

Filosofia e Filosofia da Educação; Pressupostos filosófico-antropológicos, epistemológicos e axiológicos que fundamentam as concepções de educação; Correntes e tendências da educação brasileira; Educação, alienação e ideologia; Educação e Pós-Modernidade; Filosofia e formação do educador: a construção de conhecimentos e sua inovação em diálogo constante entre diferentes visões de mundo

Competências e Habilidades

- Compreender a filosofia da educação como reflexão crítica do fenômeno educacional;
- Articular os pressupostos filosóficos com a teoria da educação e a prática pedagógica na perspectiva de uma atuação ética, democrática e plural;
- Discutir a relação educação, sociedade e ideologia, refletindo sobre a relação saber-poder e as instâncias pedagógicas;
- Posicionar-se criticamente frente às diferentes forças, interesses e contradições presentes na ação educativa;
- Relacionar as transformações gnosiológicas e epistemológicas do conhecimento no contexto da educação;
- Valorizar a ética e a estética no desenvolvimento da prática docente;
- Identificar no fenômeno educativo aspectos para constituir uma postura investigativa, integrativa e propositiva na realidade escolar.

Referências Básicas

LUCKESI, Carlos Cipriano. Filosofia da Educação. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.
WARBURTON, N. Uma breve história da filosofia. Porto Alegre: L&PM, 2012.
CHAUÍ, M. Convite à filosofia. 14. Ed. São Paulo: Ática, 2011.

Referências Complementares

ARANHA, M. L. De A. Filosofia da educação. 3. Ed. São Paulo: Moderna, 2006.
FERRY, Luc. Aprender a viver: filosofia para os novos tempos. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.
FEARN, Nicholas. Filosofia: novas respostas para antigas questões. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
GHIRALDELLI Jr. Paulo. História da Educação Brasileira. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.
BRANDÃO, C. R. O que é educação. 18. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Código:

Carga Horária: 40h

Eixo:

Pré-requisito:

EMENTA

Educação, Sociedade e Cultura. A educação como objeto de reflexão sociológica: a contribuição dos teóricos clássicos e contemporâneos; O trabalho na sociedade capitalista; A função social da escola; A educação e o multiculturalismo das sociedades contemporâneas; Questões da sociedade contemporânea: educação ambiental, educação do campo e outras.

Competências e Habilidades

- Estabelecer a relação entre educação, sociedade e cultura;
- Analisar conceitos, valores e finalidades que norteiam a educação na/e para a sociedade.
- Identificar diferentes forças e interesses presentes na sociedade diagnosticando contradições existentes adotando postura propositiva de mudanças;
- Refletir sobre a evolução das formas culturais do homem e suas relações com a formação de identidades socioculturais e com as diversidades étnicas e raciais.
- Discutir a relação dialética homem/mundo e a importância dos conhecimentos, costumes, atitudes, para a construção, sistematização e evolução de conhecimentos e valores do ser humano, considerando as problemáticas da sociedade contemporânea.

Referências Básicas

BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. Educação e cidadania: quem educa o cidadão? 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

RODRIGUES, Alberto Tosi. Sociologia da educação. 6. ed. São Paulo: Lamparina, 2011.

MEKSENAS, Paulo. Sociologia da educação: uma introdução ao estudo da escola no processo de transformação social. 14. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

Referências Complementares

CANDAU, Vera Maria (Org.). Sociedade, Educação e Culturas: questões e propostas. Petrópolis: Vozes, 2002.

DURKHEIM, E. Educação e Sociologia. 4. ed. Trad. Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1955.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

LE MOS, André. Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 6. ed. Porto Alegre: Sulina, 2013.

QUINTANEIRO, Tânia. Um Toque de Clássicos: Durkheim, Marx e Weber. Belo Horizonte: UFMG, 1995.

METODOLOGIA CIENTÍFICA

Código:	Carga Horária: 40h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

As diferentes formas de conhecimento. A Ciência e seus métodos. Metodologia de estudos. Trabalhos científicos, normas da ABNT e, manual de estilo APA. Pesquisa enquanto princípio científico e educativo. Ética na pesquisa

Competências e Habilidades

- Analisar as características que diferenciam ciência de outras formas de conhecimento;
- Produzir trabalhos científico-acadêmicos utilizando adequadamente as Normas da ABNT; I
- identificar os diferentes métodos de pesquisa, bem como sua aplicação;
- Compreender os princípios da ética no desenvolvimento da pesquisa.

Referências Básicas

DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
RUIZ, João Álvaro. Metodologia Científica: Guia para a Eficiência nos Estudos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Referências Complementares

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724 - Trabalhos Acadêmicos - Apresentação. Rio de Janeiro, 2011.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 1052 - Citações em Documentos - Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022 - Apresentação de Artigos em Publicações Periódicas. Rio de Janeiro, 2003.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023- Referências Bibliográficas - Elaboração. Rio de Janeiro, 2005.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6028- Informação e Documentação – Resumo- Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10719 - Relatórios Técnico-científicos - Apresentação. Rio de Janeiro, 1989.



EDUCAÇÃO, MÍDIAS E TECNOLOGIAS

Código:

Carga Horária: 40 h

Eixo:

Pré-requisito:

EMENTA

Surgimento de sistemas educacionais. História da educação e da Letras inglesa como prática social. Práticas pedagógicas e a construção do pensamento educacional da Antiguidade ao século XXI. Tendências da Letras inglesa da educação atual. História da educação brasileira (colônia, império e república no Brasil): aspectos sócio-político-econômico-culturais.

A sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem. Pedagogias do século XXI. Evolução das TIC's na educação; Educação e cibercultura; Virtualização e construção do conhecimento; Impactos da Internet na educação escolar e na formação continuada do professor. A Internet como instrumento didático; Educação a Distância-EaD; Ambientes Virtuais de Aprendizagem-AVA. Metodologias ativas. Análise crítica das tecnologias de informação e comunicação e suas implicações teóricas e práticas na educação e formação humana. Consumo e ética no uso das Tecnologias.

Competências e Habilidades

- Analisar os fundamentos da educação geral e da educação brasileira, levando em consideração as fases da história da educação, o surgimento de sistemas educacionais, a construção do pensamento educacional e as práticas pedagógicas.
- Analisar os principais ideais educativos que influenciaram a educação atual, em seus aspectos sócio-político-econômico-culturais.
- Compreender as Tecnologias da Informação e da Comunicação e suas relações com o processo de ensino e aprendizagem;
- Conhecer os fundamentos legais e pedagógicos da EaD;
- Promover atitudes favoráveis diante do uso de tecnologias na educação como elementos estruturantes de diferentes possibilidades de práticas educativas.

Referências Básicas

ARANHA, M. L. A.. **História da educação e da pedagogia**: geral e Brasil. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006. 384p.

CAMBI, F. **História da pedagogia**. São Paulo, SP: UNESP, 1999. 701p.

FREIRE, W. et al. **Tecnologia e Educação: as mídias na prática docente**. Rio de Janeiro: Wak, 2008.

KENSKI, V. M.. **Educação e tecnologias**: o novo ritmo da informação. 8. Ed. Campinas (SP): Papirus, 2011

MÉSZÁROS, I.. **A educação para além do capital**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

TAJRA, S. F.. **Informática na educação**: novas ferramentas pedagógicas para o professor da atualidade. 3. ed. São Paulo: Érica, 2001.

Referências Complementares

EBY, F. **História da educação moderna**: teoria, organização e práticas educacionais. 2.ed. Rio de Janeiro, RJ: Globo, 1976. 633p.

FERRETI, C. J. (Org.). **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: Um Debate Multidisciplinar**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

GADOTTI, M.. **História das ideias pedagógicas**. 6. ed. São Paulo, SP: Ática, 1993. 319p

KENSKI, V.M. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 8.ed. Campinas: Papirus, 2010

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. 2. ed. Rio de Janeiro: ed. 34, 2010.

MARROU, H. I. **História da educação na Antiguidade**. São Paulo, SP: EPU, 1975. 639p.

MANACORDA, M.A. **História da Educação**: da Antiguidade aos nossos dias. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NORTON, P. **Introdução à informática**. São Paulo: Pearson Makon Books, 2010

SAVIANI, D.; LOMBARDI, J.C.; SANFELICE, J.L. (Org.) **História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual**. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

PAIS, L. C.. **Educação Escolar e as Tecnologias da Informática**. Autêntica, 2002.



DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO

Código: Carga Horária: 40h

Eixo: Pré-requisito:

EMENTA

Cidadania, Direitos Humanos e direito à diversidade nas políticas públicas educacionais: negros, indígenas, quilombolas, povos do campo, gênero, diversidade religiosa e sexual. Direitos humanos e currículo escolar. Educação para as relações étnico-raciais. Conceitos de raça e etnia, mestiçagem, racismo e racialismo, preconceito e discriminação. Configurações dos conceitos de raça, etnia e cor no Brasil: entre as abordagens acadêmicas e sociais. Cultura afro-brasileira e indígena. Políticas de ações afirmativas e discriminação positiva: a questão das cotas

Competências e Habilidades

- Compreender a diversidade na sociedade numa perspectiva pluriétnica, pluricultural e multidisciplinar;
- Compreender conceitos de raça e etnia, mestiçagem, racismo e racialismo, preconceito e discriminação no contexto social e educacional;
- Conhecer políticas de ações afirmativas no contexto educacional e social brasileiro;
- Investigar as diferenças de raça e gênero, quilombolas, indígenas e as religiosidades de matrizes africanas e indígenas por suas singularidades e aspectos geopolíticas;
- Identificar no currículo a inclusão da diversidade cultural como forma de redução das desigualdades sociais, regionais e locais;

Referências Básicas

FÁVERO, O.; IRELAND, T.D. **Educação como exercício de diversidade**. Brasília: Unesco, 2007.

LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **Direitos humanos e as práticas de racismo**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. 1 recurso online (287p.) (Temas de interesse do Legislativo; 19). Disponível em:

http://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/13516/direitos_humanos_santos.pdf?sequence=2. Acesso em: out. 2022.

Referências Complementares

BRASIL. MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** temas transversais - pluralidade cultural e orientação sexual. Brasília, MEC/SEF, v.2, 2.ed. 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>. Acesso em: out. 2022.

Brasil. [Estatuto da igualdade racial (2010)]. **Estatuto da igualdade racial: Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, e legislação correlata.** 4. ed., 1. reimpr. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série Legislação; n. 171).

SILVA JÚNIOR, Hédio; BENTO, Maria Aparecida Silva; CARVALHO, Silvia Pereira de (Org.) **Educação infantil e práticas promotoras de igualdade racial.** São Paulo: CEERT: Instituto Avisa lá - Formação Continuada de Educadores, 52p. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11284-revistadeeducacaoinfantil-2012&category_slug=agosto-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: out. 2022.

MICHALISZYN, Mário S. **Relações étnico-raciais para o ensino da identidade e da diversidade cultural brasileira.** Curitiba: Intersaberes, 2014.

JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade sexual na educação:** problematizações sobre a homofobia nas escolas. 1.ed. Brasília: Ministério da Educação, 2009. 455 p. (Educação para todos; 32).



POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Código:	Carga Horária:60 h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

A evolução histórica da Educação escolar no Brasil: Política e Organização; Legislação educacional no Brasil na Constituição Federal de 1988 e na LDBEN (Lei nº 9394/96); Plano Nacional de Educação; O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) e suas garantias na escolarização; Diretrizes para a Educação Básica; Concepções e paradigmas curriculares para a Educação Nacional; Diretrizes e políticas pertinentes à educação ambiental, as relações étnico- raciais e outras garantias legais.

Competências e Habilidades

- Analisar a evolução histórica da Educação Escolar no Brasil no âmbito dos seus aspectos socioeconômicos, políticos, históricos e culturais, do período colonial ao estado democrático, evidenciando os embates em prol do acesso gratuito à escola pública;
- Conhecer as Resoluções, Diretrizes, Portarias e outros documentos legais que garantam os conhecimentos referentes às questões sócio ambientais, éticos, estéticos e relativos a diversidades étnico- raciais, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípio de equidade;
- Analisar a aplicação dos dispositivos legais da LDB e da legislação educacional complementar a respeito da Educação Básica, que regulamentam a organização administrativa, pedagógica e os recursos financeiros;
- Compreender a relevância do Plano Nacional de Educação no processo de continuidade e descontinuidade das políticas educacionais;
- Conhecer os direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, conforme o ECA.

Referências Básicas

SAVIANI, D. **Educação Brasileira: estrutura e sistema**. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

DEMO, Pedro. **A nova LDB ranços e avanços**. 22. ed. Campinas: Papirus, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

Referências Complementares

ELIAS, J. R. **Comentários ao estatuto da criança e do adolescente: lei 8.069, de julho de 1990**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

NISKIER, A. **História da Educação Brasileira**. Rio de Janeiro: Altadena, 2011.

ROMANELLI, O. **História da Educação no Brasil**. 34. ed. Rio de Janeiro, Vozes, 2009.

VEIGA, C. G., LOPES, El. M. T., FARIA FILHO, L. M. de (org.) **500 Anos de Educação no Brasil**. 4. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2010.



DIDÁTICA DA LÍNGUA E LITERATURA INGLESA

Código:

Carga Horária: 60 h

Eixo:

Pré-requisito:

EMENTA

Educação, ensino e didática; Tendências Pedagógicas da prática escolar; Teorias de Currículo; Transposição didática; Processos de organização e gestão do trabalho docente; Planejamento de Ensino; Avaliação da aprendizagem.

Competências e Habilidades

- Compreender a função social do ensino e as concepções pedagógicas como referenciais para o desenvolvimento da prática pedagógica;
- Conhecer os processos de organização e gestão do trabalho docente como norteadores de uma ação intencional e sistemática;
- Identificar as concepções de currículo e suas implicações para o processo de ensino aprendizagem da língua e literatura inglesa;
- Entender a gestão do trabalho docente tendo o planejamento como norteador das experiências educativas em sintonia com a natureza das instituições educativas e com as demandas sociais;
- Elaborar e aplicar planos de ensino, observando seus elementos constitutivos;
- Analisar, numa perspectiva crítica, a relevância dos conteúdos de ensino no processo de aquisição do conhecimento;
- Refletir sobre estratégias diversificadas de avaliação de aprendizagem e propostas de intervenção pedagógica que potencialize o desenvolvimento de diferentes capacidades nos alunos, reorientando o trabalho docente.

Referências Básicas

LIBANEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2010.

LUCKESI, Carlos Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SELBACH, Simone (Org.) **Ciências e Didática**. Coleção: Como bem ensinar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (coord.). **Repensando a Didática**. 28. ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.

Referências Complementares

CANDAU, Vera Maria (Org.). **Rumo a uma nova Didática**. 16. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2005.

FREIRE, Paulo. **Letras Portugêsa autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. 41. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Técnicas de ensino: por que não?** 16. ed. Campinas, SP: Papirus, 2006.

PERRENOUD, PHILIPPE. **10 Novas Competências para Ensinar**. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

HAIDT, Regina C.C. **Curso de Didática Geral**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2006.



PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Código:	Carga Horária: 60 h
Eixo:	Pré-requisito:
EMENTA	
A natureza da psicologia da educação como ciência aplicada; Concepções e tendências atuais;	

Caracterização do sujeito da educação nos seus aspectos cognitivos, afetivos e psicomotores. Relação entre educação, desenvolvimento e aprendizagem. Fracasso Escolar – diferentes perspectivas. Psicologia da aprendizagem – conceituação e caracterização. Motivação da aprendizagem. Teorias da aprendizagem e as escolas psicológicas (da infância à fase adulta). Temas contemporâneos da psicologia da educação de interesse do cotidiano escolar.

Competências e Habilidades

- Compreender, através do estudo da Psicologia, o sujeito da educação nos seus aspectos cognitivos, afetivos e psicomotores relacionando educação, desenvolvimento e aprendizagem;
- Discutir as concepções e tendências atuais da Psicologia da Educação;
- Identificar a problemática subjacente ao fracasso escolar em relação: - ao aluno – à escola;
- Relacionar as variáveis que interferem na motivação para aprender;
- Conhecer os princípios das teorias: comportamentalista, psicanalítica, humanista, cognitiva e sua aplicação no processo de ensino-aprendizagem, examinando o significado da relação entre a psicologia e a base epistemológica do trabalho docente;
- Discutir a função social do educador e a complexidade das relações existentes no processo de construção do conhecimento considerando as transformações que se processam durante os vários estágios da vida humana.

Referências Básicas

BOCK, Ana M. Bahia. **Psicologia e as Psicologias: uma introdução ao estudo da Psicologia**. São Paulo: Cortez, 2000.

BIAGGIO, Ângela M. Brasil. **Psicologia do desenvolvimento**. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

FREIRE, Izabel Ribeiro. **Raízes da Psicologia**. 7ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

LUSTOSA, Ana Valéria Marques Fortes. **Psicologia da Educação**. Teresina-PI: EDUFPI/UAPI, 2010.

NUNES, Ana Ignez Belém Lima; SILVEIRA, Rosemary do Nascimento. **Psicologia da aprendizagem – processos, teorias e contextos**. Brasília: Liber Livro, 2011

Referências Complementares

BOCK, A. M. B; FURTADO, O, e TEIXEIRA, M. de L. T. **Psicologia sócio histórica**. São Paulo-SP: Cortez, 2001.

CARVALHO, Mª Vilani Cosme de (Org.). **Temas em Psicologia e Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

VIGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SHAFFER, David. **Psicologia do desenvolvimento**. São Paulo: Thomson, 2005

EDUCAÇÃO ESPECIAL E EJA

Código:	Carga Horária: 60 h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

Trajetória da Educação Especial à Educação Inclusiva: modelos de atendimento e paradigmas: exclusão, segregação, integração e inclusão. Legislações e Políticas Públicas para a educação especial. O público-alvo da educação especial: alunos com deficiência, alunos com transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação. Princípios e fundamentos teóricos da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva; Cenário regional e local da educação especial. Diversidade geracional na Educação de Jovens e Adultos (EJA); Fundamentos históricos e legais da EJA; Pressupostos teórico-metodológicos da EJA; Inclusão Social e EJA; Organização e adaptação curricular; Metodologias de ensino e processo de avaliação em EJA; Políticas públicas para a EJA; A EJA no contexto regional e local.

Competências e Habilidades

- Refletir sobre a trajetória histórica da educação especial à educação inclusiva, destacando os modelos de atendimento e seus paradigmas;
- Compreender os fundamentos legais e as políticas públicas que orientam a organização e funcionamento do ensino para a inclusão escolar;
- Reconhecer o público alvo da educação especial: alunos com deficiência, alunos com transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação;
- Situar os princípios e fundamentos teóricos da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva;
- Caracterizar a educação especial, organização curricular, terminalidade específica, metodologias de ensino e avaliação;
- Identificar os recursos da tecnologia assistiva, bem como de acessibilidade para uso competente tendo em vista o aprimoramento da prática pedagógica e a ampliação das possibilidades de acesso e permanência no ensino básico e superior;
- Desenvolver ações de pesquisa, avaliação, criação e aplicação que valorizem o trabalho coletivo, interdisciplinar com intencionalidade pedagógica, valorização e aperfeiçoamento do ensino do público-alvo da educação especial;
- Conhecer as especificidades, necessidades e potencialidades da educação especial identificando as modalidades de atendimento da Educação Especial no Sistema Regular de Ensino.
- Observar as práticas pedagógicas em EJA, analisando em consonância com a diversidade geracional e as metodologias de ensino e processo de avaliação;
- Identificar a modalidade de educação para jovens e adultos – EJA – como uma política de inclusão social;
- Conhecer os fundamentos legais que regem o atual sistema nacional de Educação para Jovens e Adultos;
- Discutir princípios norteadores da EJA no Brasil, as influências externas, bem como as políticas públicas que a fomentam;
- Entender a abrangência e o contexto da realidade social, econômica e política, na qual se insere o complexo educacional voltado para a EJA;

- Investigar os sistemas estadual e municipal a abrangência e aplicabilidade das políticas públicas na operacionalização da EJA;
- Analisar as complexidades e especificidades da EJA de forma integral/inclusiva/contextualizada em ambientes formais, informais e prisionais.

Referências Básicas

ALVES, Carla Barbosa.[et. al.]. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Abordagem Bilíngue na Escolarização de Pessoas com Surdez**. Brasília: MEC/ SEESP, [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

BRASIL, Ministério de Educação. **Secretaria de Educação Especial. Educar na Diversidade**. Módulo 02: o enfoque da educação inclusiva. Brasília: 2005.

BRASIL, Ministério de Educação. **Marcos Políticos Legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2010.

CAMPBELL, Selma Inês. **Múltiplas faces da Inclusão**. Rio de Janeiro: Wak, 2009.

RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). **Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leitoras**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008.

SCHEIBEL, Maria Fani e LEHENBAUER, Silvana (Orgs.). **Saberes e singularidades na educação de jovens e adultos**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

TIRIBA, Lia; CIAVATTA, Maria (Orgs.). **Trabalho e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Liber/UFF, 2011.

Referências Complementares

BELISÁRIO FILHO, José Ferreira; CUNHA, Patrícia. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Transtornos Globais do Desenvolvimento**. Brasília: MEC/ SEESP, [Fortaleza]:Universidade Federal do Ceará, 2010.

BRASIL, Ministério de Educação. Marcos Políticos Legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2010.

BRASIL, **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**, Brasília-DF, 1996.

BRZEZINSKI, Iria. **LDB dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares**. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2010.

CARVALHO, RositaEdler. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. 3ªed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

FERREIRA, E. C. GUIMARÃES, M. **Educação inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FERREIRA, Mª José de Rezende [et.all.]. **EJA e Educação Profissional: desafios da pesquisa e da formação no PROEJA**. Recife: Liber, 2012.

GOMES, Adriana Lima Verde. [et. al.]. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: O Atendimento Especializado para Alunos com Deficiência Intelectual**. Brasília: MEC/ SEESP, [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José Eustáquio (Orgs.). **Educação de Jovens e Adultos: teorias, práticas e propostas**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOURA, Tânia Mª de Melo. **Formação de professores para a Educação de Jovens e Adultos: dilemas atuais**. Porto Alegre: Autêntica, 2010.

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS

Código:	Carga Horária: 60 h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), caracterização, leis e decretos. Fundamentos dos aspectos políticos, sociais e linguísticos da Língua de Sinais e sua importância para a comunidade surda. Evolução histórica da educação de surdos. Cultura e identidade surda. Inclusão do aluno surdo na educação básica. Introdução aos aspectos linguísticos da LIBRAS: fonologia, morfologia e sintaxe. Vocabulário básico da LIBRAS. Tecnologias e surdez.

Competências e Habilidades

- Analisar os instrumentos legais que regulamentam a inclusão da pessoa com surdez no atual sistema de ensino público e privado;
- Refletir os fundamentos políticos, sociais e linguísticos da Língua de Sinais e sua importância para a afirmação cultural da comunidade surda;
- Conhecer a evolução histórica da educação de surdos ao longo dos séculos para contextualizar o ensino nos dias atuais;
- Reconhecer a Libras como língua, enfatizando os aspectos culturais e identitários da comunidade surda;
- Delinear a inclusão do aluno surdo no ambiente educacional para respeito às diferenças, reconhecimento e valorização da diversidade;
- Compreender os aspectos linguísticos introdutórios, seus processos de construção, disseminação e uso da Libras;
- Adquirir vocabulário básico da Libras para o estabelecimento de uma comunicação inicial com pessoas surdas;
- Expandir o uso da Libras legitimando-a como primeira língua da pessoa surda;
- Usar as tecnologias para aprimoramento da prática pedagógica e ampliação da formação cultural e cognoscitiva do estudante surdo;
- Desenvolver ações de pesquisa, avaliação, criação e uso de Tecnologias da Informação e Comunicação para a pessoa com surdez.

Referências Básicas

BRANDÃO, Flávia. **Dicionário Ilustrado de LIBRAS: Língua Brasileira de Sinais**. Global Editora, 2011.

FERNANDES, Eulalia. **Surdez e bilinguismo**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

Referências Complementares

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua Brasileira de Sinais: Estudos Linguísticos**, Florianópolis, SC: Artmed, 2004.

SOUZA, Regina Maria de; SILVESTRE, Nuria; ARANTES, Valeria Amorim. **Educação de surdos: pontos e contrapontos**. 2. ed. São Paulo: Summus, 2007.

BRASIL MEC/SEESP. Educação Especial - Língua Brasileira de Sinais (Série

Atualidades Pedagógicas). Caderno 3. Brasília/DF. 1997
 KOJIMA, C. K.; SEGALA, S. R. Revista Língua de Sinais. A Imagem do Pensamento. Editora Escala – São Paulo/SP. N.º 02 e 04, 2001
 MOURA, LODI & PEREIRA. Língua de sinais e Educação do Surdo (Série neuropsicológica, v.3). São Paulo /SP – Editora TEC ART, 1993.



LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa:	
Leitura, interação e produção de sentido: concepções de leitura, conhecimentos do leitor necessários na leitura e estratégias de leitura. Sequências tipológicas, gêneros textuais e domínios discursivos. A escrita na universidade: leitura e produção de gêneros acadêmicos. Mecanismos de textualização e de argumentação dos gêneros acadêmicos: resumo, resenha crítica, seminário, artigo científico. Créditos Práticos: Leitura, compreensão e interpretação de textos acadêmico-científicos e gêneros textuais em uma perspectiva interdisciplinar	
Competências e Habilidades	
• Conhecer os mecanismos de textualização e de argumentação dos gêneros acadêmicos: resumo, resenha crítica, seminário, artigo científico. Conhecer e aplicar as normas em trabalhos acadêmicos. • Utilizar os mecanismos de textualização e de argumentação dos gêneros acadêmicos: resumo, resenha crítica, seminário, artigo científico.	
Referências Básicas	
KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Escrever e argumentar. São Paulo: Contexto, 2016. KÖCHE, Vanilda Salton; BOFF, Odete Maria Benetto; PAVANI, Cinara Ferreira. Prática textual: atividades de leitura e escrita. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. MOTTA-ROTH, D.; KÖCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Maria Vanda. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006. HENDGES, G. H. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.	
Referências Complementares	
CINTRA, Anna Maria Marques; PASSARELLI, Lília Ghiuro. Leitura e produção de texto. São Paulo: Blucher, 2011. KLEIMANN, Angela. Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura. 15. ed. Campinas, SP: Pontes, 2013. KÖCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Maria Vanda. Ler e escrever: estratégias de produção	

textual. 2. ed. - São Paulo: Contexto, 2011.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola, 2010.

ANTUNES, I. **Análise de Textos**: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2016.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

SILVEIRA MARTINS, Dileta; ZILBERKNOP, Lúbia S. **Português instrumental**: de acordo com as atuais normas da ABNT. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

16.2 COMPONENTES CURRICULARES ESPECÍFICOS

 PRÁTICA ORAL EM LÍNGUA INGLESA I	
Código:	Carga Horária: 40h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
Práticas introdutórias da expressão e compreensão orais em língua inglesa. Noções de Pragmática. A linguagem em uso: produção de textos orais. Elementos de Educação Linguística.	
Competências e Habilidades	
● Promover distintas situações comunicativas através de práticas contextualizadas, com o intuito de desenvolver as habilidades de compreensão e produção oral e escrita; ● Compreender que a finalidade da análise estrutural da língua é dar suporte à comunicação; ● Identificar e reconhecer como legítimas as diferentes variedades da Língua Inglesa. ● Favorecer a reflexão e o debate sobre língua e cultura, identidade e alteridade, pensadas na relação língua materna x língua estrangeira; ● Oferecer noções gerais sobre a estrutura gramatical da língua inglesa nos níveis fonológico, morfológico, sintático e pragmático discursivo; ● Estudar as construções verbais do modo indicativo, priorizando o tempo Presente e as formas nominais do verbo; ● Conhecer o léxico da língua inglesa em nível básico.	
Referências Básicas	

ANGULO RINCÓN, Lizandro. (2010): **Voseo, el Otro Castellano de América**, en Revista Historia de la Educación Latinoamericana No 14, Tunja, Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia, RUDECOLOMBIA, SHELA-HISULA, pp. 267 - 288. Disponible en: dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3296299.pdf

BON, Francisco Matte. **Gramática Comunicativa del Español**. Tomos I y II. Madrid: Edelsa, 1995.

FANJUL, Adrián. (Org.) **Gramática de Español Paso a Paso**. São Paulo: Santillana / Editora Moderna, 2005.

TORREGO, Leonardo Gómez. **Gramática Didáctica del Español**. Madrid: Ediciones SM, 2007.

Referências Complementares

MARTINS, Manoel Dias, PACHECO, Maria Cristina G.. **Temas de Gramática Contemporânea de La Lengua Española**. São Paulo: Nacional, 2005.

MILANI, Esther Maria. **Gramática de Inglês para brasileiros**. 3ªed. São Paulo: Saraiva, 2006.

Señas. Diccionario para la Enseñanza de Español para Brasileños. São Paulo: Martins Fontes, 2000.



LÍNGUA INGLESA I

Código:	Carga Horária: 60h

Eixo:	Pré-requisito:

Ementa

Ferramentas para estudos em diacronia. Panorama da História externa da Língua inglesa. Estudo da História Interna. Relações econômicas, sócio-políticas, étnico-raciais. Aspectos da variação/ mudança linguística em língua inglesa: léxico, fonética, fonologia, morfossintaxe e semântica. Educação Linguística: O lugar da História da Língua no Ensino de E/LE.

Competências e Habilidades

- Estudar a língua inglesa em diacronia.
- Conhecer os mais representativos fenômenos de variação e mudança do inglês e seus contextos;
- Construir um pensamento crítico-reflexivo a partir das relações língua-história-ensino.

Referências Básicas

CANO AGUILAR, R. **El Español a través de los tiempos**. Madrid: Arco Libros, 2008.

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. SP: Martins Fontes, 2005.

LAPESA, R. **Historia de la lengua española**. Madrid; Gredos, 1981.

PENNY, R. **Variación y cambio en español**. Madrid: Gredos, 2004.

TORRENS ÁLVAREZ, M.J. **Evolución e historia de la lengua española**. Madrid: Arco Libros, 2007.

Referências Complementares

ALONSO, Vicenta Cortés. **La escritura y lo escrito. Paleografía y diplomática de España y América en los siglos XVI y XVII**. Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1986.

CANO AGUILAR, R. **Historia de la lengua española**. Ariel: Barcelona, 2005.

FARACO, Carlos Alberto. **Lingüística Histórica**. SP: Párbola, 2005.

MENENDEZ PIDAL, R. **Orígenes del español: Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI**. Madrid: Gredos, 1986.

TERRERO, A. R. **Introducción a la paleografía y la diplomática general**. Madrid: editorial Síntesis, 1999.



LÍNGUA INGLESA II

Código:	Carga Horária: 60h

Eixo:	Pré-requisito:

Ementa

Princípios de organização da língua oral. Análise segmental dos principais fenômenos de variação fonéticos e fonológicos do inglês através da correlação sistemática entre fonema, som e letra de todo o sistema. Elementos de análise prosódica: ritmo e melodia da fala. Sistematização das dificuldades de pronúncia de falantes brasileiros na aprendizagem do inglês. Dialetoologia inglesa. Educação Linguística: Fonética, fonologia e ensino de E/LE.

Competências e Habilidades

- Reconhecer e sistematizar os principais fenômenos de variação fonéticos e fonológicos do inglês que caracterizam as diferentes comunidades linguísticas do mundo hispânico.
- Caracterizar os princípios de organização da língua oral bem como estabelecer relações entre o sistema escrito do inglês e fenômenos fonológicos da língua;
- Prever e sistematizar as principais dificuldades vocálicas e consonânticas de um

falante brasileiro na aprendizagem do inglês; Relacionar teoria e prática dos conteúdos ministrados enfocando as aulas de Inglês como língua estrangeira (E/LE).
Referências Básicas CORTÉS MORENO, M. Didáctica de la prosodia del español: la acentuación y la entonación. Madrid: Edinumen, 2002. FERNÁNDEZ, J. G. Fonética para profesores de español: de la teoría a la práctica. Madrid: Arco libros, 2007. POCH-OLIVÉ, D. Fonética para aprender español: pronunciación. Madrid: Edinumen, 1999. QUILIS, A. Principios de fonología y fonética españolas. Madrid: Arco libros, 2003.
Referências Complementares BLANCHE-BENVENISTE, C. Estudios lingüísticos sobre la relación entre oralidad y escritura. Barcelona: Gedisa, 1998. MORENO FERNÁNDEZ, F. Qué español enseñar. Madrid: Arco libros, 2002. NAVARRO, A. H. Aspectos de la entonación española: viejos y nuevos enfoques. Madrid: Arco libros, 2006.

 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA PIAUÍ	
PRÁTICA ORAL EM LÍNGUA INGLESA II	
Código:	Carga Horária: 30h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
Práticas de desenvolvimento da expressão e compreensão orais em língua inglesa. Noções de Pragmática. A linguagem em uso: produção de textos orais. Elementos de Educação Linguística.	
Competências e Habilidades	
- Promover distintas situações comunicativas através de práticas contextualizadas, com o intuito de desenvolver as habilidades de compreensão e produção oral. - Dar ênfase no desenvolvimento das habilidades de compreensão e de produção oral; - Expressar-se adequadamente pelo emprego de construções verbais e nominais em língua inglesa a nível básico pré-intermediário em situações da vida cotidiana; - Expressar-se oralmente por textos de conteúdo básico e pré-intermediário;	

- Propiciar o aprimoramento das habilidades de compreensão e de produção em língua inglesa.
- Desenvolver o conhecimento (inter)cultural dos países hispano-americanos, bem como a(s) cultura(s) nacional(is).

Referências Básicas

BON, Francisco Matte. **Gramática Comunicativa del Español**. Tomos I y II. Madrid: Edelsa, 1995.

Diccionario de la Lengua Española. RAE; Madrid: Espasa-Calpe, 1992.

UNIVERSIDAD DE ALCALÁ DE HENARES. Departamento de Filología.; BERLINER, Claudia; BRANDÃO, Eduardo; STAHEL, Mônica. Señas: diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños. 2. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2001. XXXII,1510 p. ISBN 8533613997.

ROMERO, Ricardo; PACHECO, M. Cristina G; BARRIONUEVO, Víctor. Diccionario de la lengua española. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 2005. 832 p. ISBN 8504009602.

UNIVERSIDAD DE ALCALÁ DE HENARES. Departamento de Filología. Diccionario de español para extranjeros: para la enseñanza de la lengua española . 2. ed. Espanha: Larousse, 2000. 1248 p. ISBN 9788471538529 .

Referências Complementares

ASENSIO, Margarita Ostojka. Diccionario de bolsillo españolportugués portuguêsespanho. Madrid: Espasa-Calpe, 2001. 851 p. ISBN 9788423923014



PRÁTICA DO ENSINO DE LÍNGUAS E LITERATURA

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:

Ementa

A *Poética* de Aristóteles: conceitos básicos. Literatura: conceito, funções e influência. Teoria da Literatura: origem, conceito, objeto e métodos de estudo. Gêneros literários: conceituação historiográfica. Estudo da Tragédia, Comédia e Epopeia. As formas narrativas: Romance, Novela, Conto e seus elementos estruturadores. A poesia lírica. Versificação: métrica, ritmo, rima e estrofe. Periodização literária: o tempo e o espaço, autores e obras importantes.

Competências e Habilidades

- Analisar os conceitos sobre a literatura e suas implicações no ensino;
- Reconhecer os aspectos constituintes da Teoria da Literatura;
- Relacionar texto literário e outras linguagens.

Referências Básicas

AMORA, Antônio Soares. *Introdução à teoria literária*. São Paulo: Cultrix, 1973. BOSI, Alfredo. *Reflexões sobre a arte*. São Paulo: Ática, 1995.

ARISTÓTELES. *Arte Poética*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (org.). *Teoria literária: abordagens históricas e*

tendências contemporâneas. 2 ed. Maringá: Eduem, 2005.

Referências Complementares

BRAIT, Beth. *A personagem*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2004.

CADEMARTORI, Lígia. *Períodos literários*. São Paulo: Ática, série Princípios, 1995.

CARA, Salete de Almeida. *A poesia lírica*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1986.

COSTA, Lígia Militz da. *A poética de Aristóteles: mimese e verossimilhança*. São Paulo: Ática, 1992.

CULLER, Jonathan. *Teoria literária: uma introdução*. São Paulo: Beca, 1999.

D'ONOFRIO, Salvatore. *Teoria do texto: prolegômenos e teoria da narrativa*. V.1. 2 ed. São Paulo: Ática, 2002.

_____. *Teoria do texto: teoria da lírica e do drama*. V. 2. São Paulo: Ática, 2001.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

GANCHÓ, Cândida Vilares. *Como analisar narrativas*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2001.

GOLDSTEIN, Norma. *Versos, sons, ritmos*. 13. ed. São Paulo: Ática, 2000.

GOTLIB, Nádia Batella. *Teoria do conto*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1990.

KOTHE, Flávio. *O herói*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

LAJOLO, Marisa. *O que é Literatura*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MESQUITA, Samira Nahid de. *O enredo*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003.

PIRES, Orlando. *Manual de teoria e técnica literária*. Rio de Janeiro: Presença, 1985.

PROENÇA FILHO, Domício. *Estilos de Época na literatura*. São Paulo: Ática, 1983.

SAMUEL, Rogel. (org.). *Manual de teoria literária*, Petrópolis: Vozes, 1985.

SILVA, Vitor Manuel de Aguiar e. *Teoria da literatura*. 8. ed. Coimbra: Almedina, 1994.

SOARES, Angélica. *Gêneros literários*. São Paulo: Ática, 1989.

STAIGNER, Emil. *Conceitos fundamentais da poética*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.



TEORIA LITERÁRIA

Código:

Carga Horária: 60h

Eixo:

Pré-requisito:

Ementa

Evolução do conceito de literatura. Pontos de vista culturais e emanentista. Relações entre a literatura, a sociedade e as diversas formas do saber.. A linguagem literária, desvendando seus segredos e características que a tornam única. Gêneros literários, traçando seus contornos e peculiaridades. Mergulharemos na representação e na linguagem literária, desvendando seus mecanismos de construção de mundos e significados. O imaginário, o fictício e a ficção, explorando suas relações e funções na literatura. Funções da literatura, desde seu poder de entretenimento até sua capacidade de questionar e transformar a realidade. As diferentes correntes críticas da literatura, contextualizando-as em seus contextos sociais e históricos.

Competências e Habilidades

- Discutir as especificidades do discurso literário e suas relações com a sociedade;

- Refletir sobre o conceito de Literatura;
- Compreender, no texto literário, o processo de construção do universo ficcional;
Refletir sobre a função social da Literatura;
- Reconhecer, nos textos, os principais mecanismos pelos quais o texto literário dialoga com outros textos e outros campos de produção cultural;

Referências Básicas

BONNICI, Thomas & ZOLIN, Lúcia Osana (orgs). Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas. Segunda Edição. Maringá: UEM, 2005.
COMPAGNON, Antoine. O Demônio da Teoria: literatura e senso comum. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
COSTA LIMA, Luis. Teoria da literatura em suas fontes. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1998.
EAGLETON, Terry. Literary Theory: An Introduction. University of Minnesota Press, 2008.

Referências Complementares

BARTHES, Roland. CRÍTICA E VERDADE. São Paulo. Perspectiva. 1970.
CRUZ E SOUZA. POESIA COMPLETA. Florianópolis. Fundação Catarinense de Cultura.
MARX & ENGELS. SOBRE LITERATURA E ARTE. 2ª edição. São Paulo. Global. 1980.
PLATÃO. DIALOGOS: LIVRO X, A REPÚBLICA. Porto Alegre. Globo. 1964.



FUNDAMENTOS CULTURAIS DA LITERATURA EM LÍNGUA INGLESA

Código:

Carga Horária: 30h

Eixo:

Pré-requisito:

Ementa

O lugar da aquisição da linguagem na Psicolinguística. Teorias de aquisição da linguagem. Compreensão de distúrbios de linguagem nas crianças. Estudo dos processos envolvidos no desenvolvimento da fala e da escrita. Discussões sobre questões relacionadas aos processos de aprendizagem da escrita. Contribuições da área para o ensino de língua materna.

Competências e Habilidades

- Compreender o desenvolvimento da Linguagem oral e escrita do sujeito como um processo bio-psico-sociocultural que acontece nas inter-relações cotidianas e com os objetos, por meio das diferentes linguagens verbais e não verbais, a fim de instrumentalizar-se para identificar e orientar os alunos em casos de variações e dificuldades na aprendizagem, visando a formação de leitores críticos, éticos e produtores de conhecimentos.

Referências Básicas

DEL RE, Alessandra. **Aquisição de linguagem:** uma abordagem psicolinguística. São Paulo: Contexto, 2006.

DE LEMOS, M. T. G. **A língua que me falta**. Uma análise dos estudos em aquisição da linguagem. Mercado de Letras. São Paulo. 2002.

SILVA, C. L. da C. **A criança na linguagem**: enunciação e aquisição. Campinas: Pontes, 2009.

Referências Complementares

ABAURRE, Maria Bernadete Marques; FIAD, Raquel Salek; MAYRINK-SABINSON, Maria Laura Trindade. **Cenas de Aquisição da Escrita**: o sujeito e o trabalho com o texto. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1997.

BORTONE, Marcia Elizabeth; MARTINS, Cátia. **A Construção da leitura e da escrita**. São Paulo: Parábola, 2013.

GERALDI, João Wanderley. CITELLI, B. (coordenadores). **Aprender e ensinar com textos de alunos**. 7ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). **Manual de linguística**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

MELO, L. E. **Principais teorias/abordagens da aquisição de linguagem**. In: MELO, L. E. (org.). Tópicos de psicolinguística aplicada. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2005.



LINGÜÍSTICA APLICADA AO ENSINO DE ELE

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
Definição de Linguística Aplicada (LA) e visão de seu objeto de estudo. Visão dos fundamentos da LA sobre o ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras. Diferentes pesquisas aplicadas e seus pressupostos teóricos.	
Competências e Habilidades	
• Introduzir os estudos da área de Linguística Aplicada com ênfase para questões fundamentais e subjacentes ao ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras. • Possibilitar o aprofundamento de estudos teóricos no âmbito da Linguística Aplicada. • Analisar, criticamente, as perspectivas de ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras e as questões subjacentes a elas, especialmente na escola pública. • Avaliar materiais didáticos e criar planos de ensino de inglês com base nos fundamentos teóricos estudados.	
Referências Básicas	
BOHN, Hilario Inacio. Tópicos de linguística aplicada: o ensino de línguas estrangeiras. Florianópolis, SC: UFSC, 1988 CASTRO, Solange Teresinha Ricardo de. Pesquisas em linguística aplicada: novas contribuições. Taubaté, SP: Cabral, 2003 LEIMAN, Angela (Org.). A formação do professor: perspectivas da lingüística aplicada. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001. MOITA LOPES, L.P. Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar. São Paulo: Parábola, 2008. SILVA, Kleber Aparecido da; ALVAREZ, Maria Luisa Ortiz. Perspectivas de investigação em lingüística aplicada. São Paulo, SP:	

Pontes Livros, 2008.

Referências Complementares

CELANI, M. A. A. Afinal, o que é Linguística Aplicada? IN: CELANI, M.A.A.; PASCHOAL, M.S.Z. Linguística Aplicada: da aplicação da Linguística à Linguística Transdisciplinar. São Paulo: EDUC, 1992.

BURWELL, C. The pedagogical potential of vídeo remix: critical conversations about culture, creativity and copyright. In: Journal of Adolescent & Adult Literacy, nov 2013, p. 205-213.

FERREIRA, A. J. Teoria racial crítica e letramento racial crítico: narrativas e contranarrativas de identidade racial de professores de línguas. In: Revista da ABPN, v. 6, n.14, jul-out, 2014, p. 236-263.

KUMARAVADIVELU, B. Understanding language teaching: from method to post-method. USA: Yale University, 2006.

MOITA LOPES, L. P. Da aplicação de linguística à linguística aplicada indisciplinar. IN: PEREIRA, R.C.M.; ROCA, P.M. Linguística Aplicada: um caminho com diferentes acessos. São Paulo: Contexto, 2009

ROCHA, C. H.; BASSO, E. A. Ensinar e aprender língua estrangeira nas diferentes idades: reflexões para professores e formadores. São Paulo: Clara Luz, 2008



LÍNGUA INGLESA III

Código:

Carga Horária: 60h

Eixo:

Pré-requisito:

Ementa

Abordagem panorâmica da evolução dos estudos linguísticos: do sistema para o uso. A origem da Linguística Textual, incluindo as causas do surgimento das gramáticas textuais, bem como seus diferentes momentos na passagem da teoria da frase à teoria de texto. Definições gerais de linguística textual: situação atual e perspectivas futuras. Estudo dos elementos da textualidade e sua aplicabilidade. Referenciação e discurso. Conceito e análise de tipos textuais e de gêneros textuais. Gêneros textuais no ensino de língua.

Competências e Habilidades

- Reconhecer os fundamentos da Linguística Textual e suas principais contribuições para os estudos da linguagem.
- Compreender as noções de texto e discurso e suas implicações para a análise e produção de textos.
- Reconhecer os fatores de textualidade e seu funcionamento em prol da produção de sentido.
- Perceber o caráter fundador do sentido nos processos de manutenção de tópicos e subtópicos.

Referências Básicas

COSTA, Alessandra Castilho da *et al.* **Linguística textual e ensino**. São Paulo: Contexto, 2017.
 KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Introdução à linguística textual**: trajetórias e grandes temas. 2a. ed. Contexto, 2009.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

Referências Complementares

BORTONE, Marcia Elizabeth; MARTINS, Cátia Regina Braga. **A construção da leitura e da escrita**: do 6o ao 9o ano do ensino fundamental. São Paulo: Parábola, 2008.

CAVALCANTE, Monica Magalhães *et al.* (Org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

CHIAPPINI, Ligia; BRANDÃO, Helena; MICHELETTI, Guaraciaba (Coordenadora). **Aprender e ensinar com textos didáticos e paradidáticos**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FÁVERO, Leonor. L.; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Linguística textual**: introdução. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

RIBEIRO, Ana Elisa. **Multimodalidade, textos e tecnologias**: provocações para a sala de aula. São Paulo: Parábola, 2021.



PRÁTICA ORAL EM LÍNGUA INGLESA III

Código:

Carga Horária: 30h

Eixo:

Pré-requisito:

Ementa

Práticas de aperfeiçoamento do desenvolvimento da expressão e compreensão orais em língua inglesa. Noções de Pragmática. A linguagem coloquial em uso: produção de textos orais. Elementos de Educação Linguística.

Competências e Habilidades

- Promover distintas situações comunicativas através de práticas contextualizadas, com o intuito de desenvolver as habilidades de compreensão e produção oral;
- Compreender que a finalidade da análise estrutural da língua é dar suporte à comunicação;
- Identificar e reconhecer como legítimas as muitas variedades da Língua Inglesa.
- Dar ênfase ao desenvolvimento das habilidades de compreensão e de produção oral de gêneros textuais de tipo argumentativo;
- Expressar-se adequadamente pelo emprego do sistema linguístico da língua inglesa; com prioridade para os tempos do modo subjuntivo;
- Desenvolver uma consciência e educação intercultural no contexto latino-americano.

- Promover diferentes letramentos (linguístico, cultural, digital etc.)

Referências Básicas

BARALO, M. **La adquisición del español como lengua extranjera**. Madrid: Arco Libros, 2004.

BARROS, Diana Luz Passos de. **Linguagem popular e oralidade: efeitos de sentido nos discursos**. En:

PRETI, Dino (Org). **Oralidade em textos escritos**. São Paulo: Humanitas, 2009.

BERGES, M. G.T. **La comprensión auditiva**. En: LOBATO, S. J. y GARGALLO, I. S. (org.). **Vademécum para la formación de profesores**. Madrid: SGEL, 2004.

FERNÁNDEZ, J.O. **La expresión oral – Persuasión: oratoria moderna, presentaciones orales efectivas, técnicas – estrategias, ejercicios**. Buenos Aires: Lumiere, 2005.

FERNÁNDEZ LOZANO, Pilar. Modelos sobre la adquisición del lenguaje. *Didáctica*, 8. 105-116, Servicio de Publicaciones UCM. Madrid, 1996

GÓMEZ, R. P. **La expresión oral**. En: LOBATO, S. J. y GARGALLO, I. S. (org.). **Vademécum para la formación de profesores**. Madrid: SGEL, 2004.

Referências Complementares

LÓPEZ GARCÍA, Ángel. **Comprensión oral Del español**. Madrid: Arco Libros, 2002.

MORENO FERNÁNDEZ, Francisco. **Producción, expresión e interacción oral**. Madrid: Arco Libros, 2002.

PINILLA GÓMEZ, R. **El desarrollo de las estrategias de comunicación en los procesos de expresión oral: un recurso para los estudiantes de E/LE**. En: *El desarrollo de la expresión oral en el aula de español como lengua extranjera*. Revista Carabela, nº 47, Madrid: SGEL, 2000.

SANTOS GARGALLO, I. **Linguística aplicada a la enseñanza-aprendizaje del español como lengua extranjera**. Madrid: Arco Libros, 2004.



LITERATURA INGLESA I

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	

Introdução ao estudo da literatura inglesa. A literatura medieval. A poesia narrativa na idade média. Literatura, cultura, didatismo, grupos étnicos e relações de poder; gêneros medievais e criação literária da lírica renascentista. O barroco: século de ouro inglês. Conceptismo e culteranismo. O teatro inglês: tradição e renovação. A novela picaresca. A obra de Miguel de Cervantes. O neoclasicismo e a prosa didática. O romantismo e o pós-romantismo. O realismo inglês: história e sociedade.

Competências e Habilidades
- Estudar um panorama da literatura inglesa e de seus movimentos estéticos ao longo da história. - Desenvolver nos alunos a capacidade de análise literária a partir dos textos literários mais representativos desta sociedade.
Referências Básicas
ALONSO, ÁLVARO (Org.). Poesía de Cancionero. 7ed. Madrid: Cátedra, 2008. ANÓNIMO. Poema de Mío Cid. Prosificación moderna Alfonso Reyes. 6ed. Madrid: Jorge A. Mestas, 2010. ARCIPRESTE DE HITA. El libro del buen amor. Barcelona: Bruguera, 1978. BERCEO, Gonzalo de. Milagros de Nuestra Señora. 7ed. Madrid: Castalia, 1996. CANAVAGGIO, Jean. Historia de la Literatura Española I. Edad Media. Barcelona: Ariel, 2008. DIAZ-PLAJA, Guillermo. Historia de la literatura española a través de la crítica y de los textos. 4.ed. Buenos Aires: Editorial Ciordia, c1958. 602 p. Número de chamada: 860.9 D542GGGG GONZÁLEZ, Mario M. Leituras de Literatura Inglesa (da Idade Média ao séc. XVII). São Paulo: Letraviva/Fapesp, 2010. MANUEL, Don Juan. Libro del Conde Lucanor. Ed. de F. G. Redondo. Madrid: Castalia, 2008. MARAVALL, J. A. La Edad Media. In: Estudios del pensamiento español. Serie primera, Edad Media. Madrid: Ediciones Cultura Hispánica del ICI, 1983. PROENÇA FILHO, Domício. Linguagem literária. 8. ed. São Paulo: Ática, 2009. 95 p. JOHNSON, Richard; ESCOSTEGUY, Ana Carolina; SCHULMAN, Norma. Que e, afinal, estudos culturais? 3. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2006. 236 p. PORTILLA, Maria Paz Pizarro. Literatura inglesa I / Maria Paz Portilla. Rio de Janeiro: SESES, 2016.
Referências Complementares
MONTALVO, Garci Rodríguez de. Amadís de Gaula. 5. ed. Madrid: Cátedra, 2008. PIDAL, Menéndez. Flor nueva de romances viejos. Madrid: Espasa-Calpe, 2003. ROJAS, Fernando de. La Celestina. 17ed. Madrid: Cátedra, 2008. VEGA, Garcilaso de la. Poesías completas. Madrid: Castalia, 2005.



COMPREENSÃO EXPRESSÃO ESCRITA EM LÍNGUA INGLESA

Código:	Carga Horária: 30h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
Estudo dos diversos registros de comunicação escrita: resumos, relatórios, comentários de texto, correspondência. Produção escrita por parte dos alunos dos diversos registros de comunicação escrita trabalhados.	
Competências e Habilidades	
Promover distintas situações de expressão escrita através de práticas	

contextualizadas, com o intuito de desenvolver as habilidades de compreensão e produção desta destreza. • Aprofundar-se no estudo de teorias sobre leitura e escrita; • Recuperar deficiências básicas na estruturação de frases e textos; • Identificar as palavras chave e as ideias básicas de textos; • Estruturar frases e parágrafos coesos e coerentes; • Desenvolver a produção de textos a partir de leitura de diversos tipos de textos; • Compreender e produzir diversos tipos de textos de distintos gêneros, nas esferas cotidiana, acadêmica e literária.
Referências Básicas BON, Francisco Matte. Gramática Comunicativa del Español. Tomos I y II. Madrid: Edelsa, 1995. CASSANY, Daniel (2004): “La expresión escrita” en Sánchez Lobato, J. Y Santos Gargallo, J. (dir.): Vademécum para la formación de profesores: Enseñar Español como segunda lengua (L2)/ lengua extranjera (LE) , Madrid: SGEL, p. 917-942. COSTA, E. G. Diccionario de la Lengua Española. RAE; Madrid: Espasa-Calpe, 1992. MARTINS, Manoel Dias, PACHECO, Maria Cristina G.. Temas de Gramática Contemporânea de La Lengua Española. São Paulo: Nacional, 2005.
Referências Complementares Señas. Dicionario para la Enseñanza de Español para Brasileños. São Paulo: Martins Fontes, 2000. TORREGO, Leonardo Gómez. Gramática Didáctica del Español. Madrid: Ediciones SM, 2007.

 LÍNGUA INGLESA IV	
Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
Conceitos básicos de análise fonética e fonológica. O sistema fonológico do português brasileiro. Análise fonológica. Regras e processos fonológicos do português brasileiro. Fonética, Fonologia e ensino.	
Competências e Habilidades	
• Compreender os mecanismos de produção da fala e o sistema fonológico do português brasileiro, articulando-os à prática do professor de Português na Educação Básica. • Estudar o aparelho fonador humano.	

• Identificar os segmentos consonantais e vocálicos do português brasileiro. • Conhecer a transcrição fonética do português brasileiro. • Identificar os principais conceitos da fonologia do português brasileiro. Articular os conceitos de Fonética e Fonologia na prática do professor de Português na Educação Básica.
Referências Básicas
BIZELLO, Aline; OLIVEIRA, Julio Cesar Cavalcanti de. Fonética e fonologia da língua portuguesa. Porto Alegre: SAGAH, 2019. CALLOU, D. e LEITE, Y. Iniciação à fonética e fonologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. ROBERTO, Tânia Mikaela Garcia. Fonologia, fonética e ensino: guia introdutório. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.
Referências Complementares
BISOL, Leda (Org.). Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro. 3. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. BISOL, Leda (Org.). Fonologia e variação: recortes do português brasileiro. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. CRISTÓFARO SILVA, Cristóforo. Exercícios de fonética e fonologia. São Paulo: Contexto, 2003. FIORIN, José Luiz. Introdução à Linguística. São Paulo: Contexto, 2005. v. 2. MORI, Angel Corbera. Fonologia. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). Introdução à linguística: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001. v. 1

 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA PIAUÍ	
PRÁTICA ORAL EM LÍNGUA INGLESA IV	
Código:	Carga Horária: 40h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
Breve panorama histórico da Linguística Aplicada. A Linguística Aplicada no Brasil. Conceituação de Linguística Aplicada. Visão contemporânea da Linguística Aplicada. Aquisição/Aprendizagem e ensino de línguas. Reflexões sobre o ensino-aprendizagem de língua materna na perspectiva da Linguística Aplicada. Crédito Prático: Elaboração de proposta metodológica sobre o ensino-aprendizagem de língua materna na perspectiva da linguística aplicada.	
Competências e Habilidades	
• Reconhecer o percurso teórico-metodológico da Linguística Aplicada; • Relacionar conceitos do escopo da Linguística ao ensino de língua materna; • Elaborar proposta metodológica sobre o ensino-aprendizagem de língua materna na perspectiva da linguística aplicada.	

Referências Básicas
FORTKAMP, M. B. M.; TOMITCH, L. M. B. (Orgs.). Aspectos da linguística aplicada. Florianópolis: Insular, 2000. MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). Por uma linguística aplicada indisciplinar. 2. ed. - São Paulo: Parábola, 2008. SIGNORIN, Inez; CAVALCANTI, Marilda C. (Orgs.). Linguística aplicada e transdisciplinaridade. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.
Referências Complementares
FIGUEIREDO, Francisco José Quaresma de; SIMÕES, Darcilia (Orgs.) Linguística aplicada, prática de ensino e aprendizagem de línguas. Campinas: Pontes, 2017. FINGER, Ingrid; QUADROS, Ronice Muller. Teorias de aquisição da linguagem. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008. GERHARDT, Ana Flávia Lopes Magela (Org.). Ensino-aprendizagem na perspectiva da linguística aplicada. Campinas: Pontes, 2013. GONÇALVES, Adair Vieira; SILVA, Wagner Rodrigues da; GÓIS, Marcos Lúcio de Sousa (Orgs.). Visibilizar a linguística aplicada: abordagens teóricas e metodológicas. Campinas: Pontes, 2014. PEREIRA, Regina Celi; ROCA, Maria Del Pilar (Orgs.). Linguística aplicada: um caminho com diferentes acessos. São Paulo: Contexto, 2009.

	
METODOLOGIA DO ENSINO DA LÍNGUA INGLESA	
Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
Origem, definição e evolução da Didática de Língua Estrangeira. Estudos sobre os diferentes enfoques metodológicos para o ensino de inglês, língua estrangeira. O papel do material didático. Prática: elaboração de material didático para o nível fundamental e prática simulada de ensino, conforme um determinado enfoque.	
Competências e Habilidades	
• Estabelecer a integração entre os conteúdos pedagógicos e os específicos (língua inglesa), assim como entre as teorias pertinentes à aprendizagem, ao ensino e à produção de conhecimento e as práticas desenvolvidas em sala de aula. • Oferecer aos licenciandos uma reflexão sobre as concepções a respeito da língua, bem como sobre o modo através do qual elas influenciam a prática docente; • Refletir sobre os conceitos vigentes na didática de línguas; • Conhecer os métodos para o ensino-aprendizagem de inglês como língua estrangeira (ELE);	

- Propiciar discussões sobre a legislação em vigor referente ao ensino de línguas estrangeiras no Ensino Fundamental;
- Capacitar os alunos para concepção, produção e atualização de materiais didáticos de E/LE para o ensino fundamental;

Referências Básicas

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira. Brasília, MEC/SEF, 1998.
LEI DE DIRETRIZES E BASES (LDB), N. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Brasília, Ministério da Educação.

Referências Complementares

Actas del VIII Seminario de dificultades de la enseñanza del Español a Lusohablantes: Elaboración de materiales para la clase de español. São Paulo: 2000.
ALMEIDA FILHO, J.C.P. Dimensões comunicativas no ensino de línguas. Campinas, Pontes, 1993.
ALONSO, E. ¿Cómo ser profesor/a y querer seguir siéndolo? Madrid: Edelsa, 1994.
BARALO, M. La adquisición del español como lengua extranjera. Madrid: Arco Libros, 1999.
ERES FERNÁNDEZ, I. G. M. La producción de materiales didácticos de español lengua extranjera en Brasil. In: ABEH, Suplemento el hispanismo en Brasil (2000), 59-80.
GELABERT, M. J.; BUESO, I.; BENÍTEZ, P. Producción de materiales para la enseñanza de español. Madrid: Arco Libros, 2002.
LEFFA, Vilson J. Metodologia do ensino de línguas. In BOHN, H. I.; VANDRESEN, P. Tópicos em lingüística aplicada: O ensino de línguas estrangeiras. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1988. p. 211-236.
PARAQUETT, Márcia. Da abordagem estruturalista à comunicativa: um esboço histórico do ensino de Inglês Língua Estrangeira no Brasil. In: TROUCHE e REIS (org.) Hispanismo 2000. Brasília: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte/ Associação Brasileira de Hispanistas, vol. 1, 2001, p. 186-194.
PARAQUETT, Márcia. Multiculturalismo y aprendizaje de lenguas extranjeras. In: Actas del II Simposio Didáctica de E/LE José Carlos Lisboa. Rio de Janeiro: Instituto Cervantes, 2005
PRESTON, D.R. & RICHARD, Y. Adquisición de segundas lenguas: variación y contexto social. Madrid: Arco Libros, 2000.
SÁNCHEZ PÉREZ, A. Historia de la Enseñanza del Español como Lengua Extranjera. Madrid: SGEL, 1992.
------. Los métodos en la enseñanza de idiomas. Evolución histórica y análisis didáctico. Madrid: SGEL, 1997.
SANTANA, Givaldo e alii. Questões de línguas estrangeiras: línguas estrangeiras em questão. Aracaju: Editora UFS, 2005.
SANTOS GARGALLO, I. Lingüística aplicada a la enseñanza aprendizaje del español. Madrid: Arco libros, 2003.



LITERATURA HISPANO-AMERICANA I

Código:

Carga Horária: 60h

Eixo:

Pré-requisito:

Ementa
Problemas em torno às definições identitárias no processo histórico e literário. as Civilizações pré-colombianas: a literatura pré-inglesa. Época colonial: crônicas historiográficas e as narrativas do descobrimento. O Barroco hispano-americano. O Romantismo Hispano-americano.
Competências e Habilidades
● Identificar e discutir os tópicos centrais da cultura da América Inglesa e suas manifestações artístico literárias em diferentes épocas; ● Analisar as obras literárias hispano-americanas mais representativas, dos pré-colombianos ao Romantismo; ● Refletir e analisar a função da literatura nos processos civilizatórios e na constituição do estado na América Latina. ● Comparar as diversas abordagens do fenômeno literário, identificando as transformações na historiografia literária hispano-americana; ● Utilizar adequadamente as técnicas básicas de pesquisa científica.
Referências Básicas
ANDERSON IMBERT, E. Historia de la Literatura Hispanoamericana. I – La Colonia. Cien años de república. 2. ed. 10. reimp. México: Fondo de Cultura Económica, 1986. RAMA, Ángel; ROCCA, Pablo. Literatura, cultura e sociedade na América Latina. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. CARILLA, Emilio. Hispanoamérica y su expresión literaria. Buenos Aires:Edit. Universitaria, 1986. CHIAMPI, Irlemar. Barroco e modernidade: ensaios sobre literatura latino-americana. São Paulo: Perspectiva/ FAPESP, 1998. CORNEJO POLAR, Antonio. Para una teoría literaria hispanoamericana: a veinte años de un debate decisivo. Revista de crítica literária latinoamericana. Lima-Hanover, XXV (50), 2do. semestre de 1999, p.9-12. FERNÁNDEZ MORENO, César, (org.) América Latina em sua literatura. São Paulo: Perspectiva, 1972. RAMA, Ángel. La ciudad letrada. Montevideu: Arca, 1998. ÍÑIGO MADRIGAL, Luis. (Coord.) Historia de la Literatura Hispanoamericana. Época Colonial.Vol. I. Madrid:Cátedra, 1998 JOZEF, Bella. História da literatura hispano-americana. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2007. ----- . A máscara e o enigma. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2007. ----- . Romance hispano-americano. São Paulo: Ática, 1986. -----.(Coord.) Historia de la Literatura Hispanoamericana. Del Neoclasicismo al Modernismos. Vol. II. Madrid: Cátedra, 1999. LEÓN–PORTILLA, Miguel. Los antiguos mexicanos: a traves de sus crónicas y cantares. México: Fondo de Cultura Económica, 2006. ----- .Mitos de los Orígenes en Mesoamérica. México: Fondo de Cultura Económica, 2006. ROMANO, Ruggiero, Os Mecanismos da Conquista Colonial: Os Conquistadores. Editora: Perspectiva, São Paulo, 1972. SANCHEZ, Luiz Alberto. Nueva Historia de la Literatura Americana. Ver ano TODOROV, Tzvetan, La Conquista de América: el problema del otro. Siglo XXI,1998.

-----. Nós e os outros. A reflexão francesa sobre a diversidade humana – I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

UREÑA, Pedro Henríquez. Las Corrientes Literarias en la América Hispánica.

Referências Complementares

DORLING, Kindersley. Eyewitness Workbook Incas, Aztecs and Maya. Tradução: DORLING, Kindersley. Libro de Actividades Witness Incas, Aztecas y Mayas. Londres: DK, 2009.

FAURE, Henri. A civilização inca. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

GALEANO, Eduardo. Las venas abiertas de América Latina. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012.



PROCESSOS DE LEITURA, PRODUÇÃO E ANÁLISE DE TEXTOS MULTIMODAIS

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
A escrita como prática social, considerando-se a oralidade e as interações sociais no ambiente escolar. Oralidade, fala e o processo de aprendizagem da escrita. Oralidade e letramento no ensino de produção oral e escrita de textos de diferentes gêneros previstos nos PCN.	
Competências e Habilidades	
● Reconhecer a escrita como prática social; ● Relacionar letramento e oralidade; ● Reconhecer o papel da oralidade produção escrita;	
Referências Básicas	
MARCUSCHI, L. A. Da fala para a escrita: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001	
MARCUSCHI, L. A. Oralidade e ensino de língua: uma questão pouco “falada”. In: DIONÍSIO, A. P.; BEZERRA, M. A. O livro didático de Português: múltiplos olhares. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.	
SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. (Org.). Gêneros orais e escritos na escola. Campinas: Mercado de Letras, 2004. Cap. 1 e 2.	
TFOUNI, L. V.; ASSOLINI, F. E. P.; PEREIRA, A. C. Letramento: é possível uma escrita despida de oralidade? Revista Pro-Posições, Campinas, v. 30, 2019.	
Referências Complementares	
BENTES, A. C. Linguagem oral no espaço escolar: rediscutindo o lugar das práticas e dos gêneros orais na escola. Língua Portuguesa: ensino fundamental / Coordenação, Egon de Oliveira Rangel e Roxane Helena Rodrigues Rojo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.	
CHARTIER, Anne-Marie. Práticas de leitura e escrita. Belo Horizonte: Ceale, Autêntica, 2007.	
GERALDI, J. W. Culturas orais em sociedades letradas. Educação & Sociedade, ano XXI, dezembro, 2000.	

Ementa

Competências e Habilidades

Referências Básicas

Referências Complementares

KLEIMAN, Angela. B. (org.). Os significados do letramento. Campinas: Mercado de Letras, 2004. MORTATTI, Maria do R. L. Educação e Letramento. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2004. ONG, W. Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra. São Paulo: Papyrus, 1998.



LÍNGUA INGLESA V

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
Formação da Literatura portuguesa em comparação com outras literaturas ocidentais. Cantigas trovadorescas. Humanismo: teatro de Gil Vicente. Classicismo: a épica e a lírica de Luís de Camões. Poesia Barroca: apresentação de Antônio Vieira. Pré-Romantismo. Poética Romântica. Realismo/Naturalismo/Parnasianismo.	
Competências e Habilidades	
• Compreender o processo de formação literária a partir do contexto lusófono; • Reconhecer diferentes autores, textos literários e/ou outras manifestações culturais; • Analisar textos literários (poesia e prosa) da cultura portuguesa; • Reconhecer a relação entre as manifestações literárias lusófonas e brasileira para a construção da identidade nacional.	
Referências Básicas	
ALVES, T. <i>D'além-mar: estudos de Literatura Portuguesa</i>. Rio de Janeiro: Oficina Editores, 2008. CIDADE, Hernani. <i>A Poesia Lírica Cultista e Conceptista</i>. Lisboa: Serra Nova, 1968. CUNHA, Maria H. Ribeiro da. E PIVA, Luiz. <i>Lirismo e Epopeia em Luís de Camões</i>. São Paulo: Cultrix/ EDUSP, 1980. FIGUEIREDO, Fidelino. <i>História Literária de Portugal: séculos XII-XX</i>. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1960. MOISÉS, M. <i>A literatura portuguesa através dos textos</i>. 36. ed. São Paulo: Cultrix, 2009.	
Referências Complementares	
ABDALA Jr. Benjamin. <i>Literatura, História e política</i>. São Paulo: Ática, 1989 (Ensaio) RODRIGUES, Medina. <i>Literatura Portuguesa</i>. São Paulo: Ática, 1998. SARAIVA, A. J.; LOPES, Ó. <i>História da literatura portuguesa</i>. 17. ed. Portugal: Porto Editora, 2010. SPINA, Segismundo. <i>A Lírica Trovadoresca</i>. São Paulo, 1996 (Coleção Texto e Arte, 1) SPINA, Segismundo. <i>Literatura Portuguesa: Era Medieval</i>. São Paulo: Difel, 1986. VECCHI, C. A. et al. <i>A literatura portuguesa em perspectiva: Romantismo e Realismo</i>, v. 3. São Paulo: Editora Atlas, 1994. VIEIRA, Antonio. <i>Sermões-problemas sociais e políticos do Brasil</i>. (org. Antonio Soares Amora). São Paulo: Cultrix, 2000.	



LITERATURA HISPANO-AMERICANA II

Código:	Carga Horária: 60h

Eixo:	Pré-requisito:

Ementa

Modernidade, modernização e modernismo: a tradição como problema. Americanização e modernidade (1880-1940). O modernismo: prosa e poesia; narrativa regionalista e revolução e crise das formas: ruptura e experimentação. Revolução mexicana; a vanguarda: poesia e prosa; a ensaística e a poesia contemporânea.

Competências e Habilidades

- Estudo da produção literária hispano-americana do Modernismo com enfoque em algumas das obras mais relevantes do período.
- Compreender as tensões entre experimentalismo e tradição no contexto da modernidade literária latino-americana.
- Desenvolver a competência de leitura de textos da literatura hispano-americana e a capacidade analítica no aluno para que possa caracterizar os posicionamentos estéticos e as particularidades dos discursos literários estudados.
- Caracterização das obras estudadas como manifestações culturais e ideológicas, veículos de valores e representações particulares do mundo.

Referências Básicas

GELADO, Viviana. Poéticas da transgressão: vanguarda e cultura popular nos anos 20 na América Latina. Rio de Janeiro: 7Letras; São Carlos: EdUFSCar/FAPESP, 2006.

RAMOS, Julio. Desencontros da modernidade na América Latina: literatura e política no século 19. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SCHWARTZ, Jorge. Vanguardas latino-americanas: polêmicas, manifestos e textos críticos. São Paulo: EDUSP, 2008.

Referências Complementares

PIZARRO, Ana, (Org.). América Latina: palavra, literatura e cultura. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1993-95. 3v.

RAMA, Ángel; ROCCA, Pablo. Literatura, cultura e sociedade na América Latina. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. Mário de Andrade - Borges: um diálogo dos anos 20. São Paulo: Perspectiva, 1978.

VERANI, Hugo J. Las vanguardias literarias en Hispanoamérica: manifiestos, proclamas y otros escritos. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.



LITERATURA INGLESA II

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
El siglo de oro: conceito, definição, períodos; El siglo XVI: a renascença; o humanismo inglês, a poesia lírica, a prosa mística, a narrativa picaresca; a plenitude literária; o barroco.	
Competências e Habilidades	
• Estudo da produção literária inglesa do chamado “Siglo de oro” com enfoque em algumas das obras mais relevantes do período. • Desenvolver a aquisição de conhecimentos lingüísticos, literários, históricos e culturais relacionados com os fenômenos artístico-estéticos estudados. • Desenvolver a competência de leitura de textos da literatura inglesa e a capacidade analítica no aluno para que possa caracterizar os posicionamentos estéticos e as particularidades dos discursos literários estudados. • Caracterização das obras estudadas como manifestações culturais e ideológicas, veículos de valores e representações particulares do mundo.	
Referências Básicas	
ROJAS, Fernando de. La Celestina. ANÓNIMO, Lazarillo de Tormes. BARCA, Calderón de la. La vida es sueño. CERVANTES, Miguel de. El ingenioso hidalgo Don Quijote de La Mancha. GÓNGORA Y ARGOTE, Luis de: Antologia poética. QUEVEDO, Francisco de. Antologia poética.	
Referências Complementares	
VEGA, Lope de. Fuente Ovejuna GONZÁLEZ, M. Mario. Leituras de Literatura Inglesa. São Paulo: Letraviva, 2010.	



LÍNGUA INGLESA VI

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
Autores e obras do Romantismo ao Parnasianismo/Simbolismo	
Competências e Habilidades	
• Analisar textos literários (poesia e prosa) da literatura brasileira, no período do Romantismo ao Simbolismo, sec. XVIII e XIX;	

- Relacionar manifestações literárias do séc. XVIII e XIX, no Brasil, para a construção da identidade nacional.

Referências Básicas

BOSI, A. *História concisa da literatura brasileira*. 48. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.
 CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 16. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul; São Paulo: FAPESP, 2017.
 COUTINHO, A. (Org.). *A literatura no Brasil*. São Paulo: Global Editora, 2003. v. 1 e 2.

Referências Complementares

D'ONOFRIO, Salvatore. *Literatura ocidental: autores e obras fundamentais*. 2. ed. São Paulo: Ática. 2000.
 FILHO, Domício Proença. *Estilos de época na literatura*. São Paulo: Ática, 1983.
 MOISÉS, Massaud. *História da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1997.
 MOISÉS, Massaud. *A literatura brasileira através dos textos*. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.
 RONCARI, L. *Literatura Brasileira*. São Paulo: EDUSP, 1995.



LITERATURA INGLESA III

Código:

Carga Horária: 60h

Eixo:

Pré-requisito:

Ementa

Do Realismo à época contemporânea: Realismo e Naturalismo. Geração de 98 e o Modernismo. As Vanguardas e a Geração de 27.

Competências e Habilidades

- Identificar as principais manifestações literárias da época
- Analisar as obras literárias mais representativas e relacioná-las com o contexto histórico e cultural em que se inserem.
- Reforçar a expressão oral e escrita através dos textos literários.

Referências Básicas

CLÍMAGO, Ortega. Adriana; ORTEGA, Silva. Raquel; Miheu, Isis. (Org.) *Ensino de Literaturas Inglesas: reflexões, propostas e relatos*. Campina Grande: EDUFPG, 2018.
 DÍAZ-PLAJA, Guillermo. *Los métodos literarios a través de la imagen y el ejemplo*. Argentina: Ciordia & Rodriguez, 1955.
 _____. *Historia de la literatura española a través de la crítica y de los textos ilustrada con gráficos y mapas*. Argentina: Buenos Aires. 4 ed. Editorial Ciordia, 1958.
 _____. *Modernismo frente a noventa y ocho*. Espasa – Calpe, S.A.
 GARCÍA-LOPEZ, José. *Historia de la literatura española*. Barcelona: España. 13ª. Ed. Editorial Vicens-Vives, 1968.
 LECHINI, Gladys; BECERRA, Maria José; BUFFA, Diego. (Org.) *Los Estudios Afroamericanos y Africanos en América Latina, Presencia y Visiones del Otro*. 1ª. Ed. Córdoba. Ferreyra Editor: Centro de Estudios Avanzados: Programa de Estudios Africanos; Buenos Aires: Consejo

Latinoamericano
de Ciências Sociais, 2008.

Referências Complementares

RICO, Francisco. Historia y Crítica de la Literatura Española: Modernismo y 98.
NORA, Eugenio G. La novela española contemporánea. (1939-1967). 2ª. Ed. Tomo
Terceiro. 1970.
ZAVALA M, Iris; RODRÍGUEZ-PUÉRTOLAS, Julio; BLANCO-AGUINAGA, Carlos. (org.) Historia
social de la literatura española (en lengua española). Vol. I



LITERATURA HISPANO-AMERICANA III

Código:

Carga Horária: 60h

Eixo:

Pré-requisito:

Ementa

A narrativa contemporânea a partir de 1940. Conceito de boom e superação da narrativa regionalista, realismo mágico e real maravilhoso, renovação da narrativa mexicana, o boom da narrativa feminina hispano-americana.

Competências e Habilidades

- Traçar um panorama dos principais autores hispano-americanos e suas respectivas obras literárias a partir de 1940;
- Apresentar e discutir os conceitos de literatura fantástica, boom, realismo mágico, real maravilhoso;
- Analisar textos literários (poesia e prosa) dos autores em questão.
- Desenvolver nos alunos a capacidade de análise literária a partir dos textos vistos em sala de aula.

Referências Básicas

ALLENDE, Isabel. De amor y de sombra. 15ed. Barcelona: Plaza y Janés Editores, 2000.
BARRENECHEA, A. M. Ensayo de una tipología de la literatura fantástica (A propósito de la literatura hispanoamericana). In: Revista hispanoamericana, vol. XXXVIII, nº 80, junio-septiembre, 1972, pp. 391-403.
BORGES, Jorge Luis. Obras completas. Buenos Aires: Emecé, 2009.
CARPENTIER, Alejo. El reino de este mundo. Madrid: Alianza, 2007.
CORTÁZAR, J. Rayuela. 2ªed. Madrid; Paris, México; Buenos Aires; São Paulo; Rio de Janeiro; Lima: ALLCA XX, 1996.
CUNHA, Roseli Barros. Transculturação narrativa: seu percurso na obra crítica de Ángel Rama. São Paulo: Humanitas, 2007.
FUENTES, Carlos. Aura. Madrid: Alianza, 1994.

Referências Complementares

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. Los funerales de la Mamá Grande. 3ed. Buenos Aires:

Debolsillo, 2004.

MÁRQUEZ RODRÍGUEZ, A. Alejo Carpentier: teorías del Barroco y de lo Real Maravilloso. In: Nuevo texto crítico, vol. III, nº 5, Primer semestre, s/f.

RAMA, Ángel. El boom en perspectiva. Más allá del boom. Literatura y mercado. México: Marcha, 1981.

SHAW, D. L. Nueva Narrativa hispanoamericana. Boom. Posboom. Posmodernismo. 9ed. Madrid: Cátedra, 2008.

TODOROV, Tzvetan. Introdução à literatura fantástica. São Paulo: Perspectiva, 1975.



LETRAMENTOS E ENSINO DA LÍNGUA INGLESA

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
Letramento em língua inglesa a partir da leitura e produção de variados gêneros textuais, orais e escritos, priorizando aqueles que permitem a inserção do sujeito em diferentes esferas sociais.	
Competências e Habilidades	
● Desenvolver o letramento a partir da interação com uma variedade de gêneros textuais. ● Reconhecer os elementos característicos de determinados gêneros textuais; ● Empregar estratégias de leitura conforme os gêneros analisados; ● Desenvolver competências e habilidades lingüísticas para a leitura e a produção de diferentes gêneros textuais; ● Sensibilizar o aluno para as questões étnico-raciais e de educação ambiental	
Referências Básicas	
BOGGINO, N. Cómo elaborar mapas conceptuales. Rosario: Homo Sapiens, 2006. EMBÓN, M. P.; REYNOSO, M. Práctica de lectura y escritura académicas. Córdoba: Comunic-arte, 2010. NOGUEIRA, S. (coord). La lectura y la escritura em el inicio de los estudios superiores: prácticas de taller sobre discursos académico, político y parlamentario. Buenos Aires: Biblos, 2007. NOGUEIRA, S. (coord). Estrategias de lectura y escritura académicas: estudio y ejercitación de la enunciación, la textualidad, la explicación y la argumentación. Buenos Aires: Biblos, 2010. PADILLA DE ZERDÁN, C.; DOUGLAS, S.; LÓPEZ, E. Yo expongo: taller de prácticas de comprensión y producción de textos expositivos. Córdoba: Comunic-arte, 2010. PERONA, A. El aprendizaje del guión audiovisual. Córdoba: Brujas, 2010.	
Referências Complementares	
MUTH, K. D. (Comp.). El texto narrativo: estrategias para su comprensión. Buenos Aires: Aique, 1991. PIÑEIRO, M. del R. N. Introducción al discurso narrativo fílmico. Madri: Arco Libros, 2003. RESSIA, G. 100 ideas para la práctica de la ciudadanía: recursos para el aula. Buenos Aires: Troquel, 2008. RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. Departamento Pedagógico. Referencias Curriculares do Estado do Rio Grande do Sul: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Secretaria de Estado da Educação. Porto Alegre: SE/DP, 2009, v. 1. SEVERINO, Liliana (Coord.). Los textos de la ciencia: principales clases del discurso académico-científico. Córdoba: Comunic-arte, 2005.	



ANÁLISE E PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO DA LÍNGUA INGLESA

Código:

Carga Horária: 60h

Eixo:

Pré-requisito:

Ementa

Conceito de material didático e suas características. O lúdico no fazer pedagógico. Construção e aplicabilidade de materiais didáticos. Introdução ao estudo da sintaxe e da semântica visual na produção do material didático. Articulação teórico-metodológica dos materiais didático-pedagógicos (mapas, maquetes, atlas escolas, gráficos, tabelas, painéis, transparências, jogos, textos, etc.). Produção de desenhos em programas gráficos bidimensionais e tridimensionais. A utilização das produções multimídias na preparação de material didático. Utilização de materiais protegidos por direitos autorais

Competências e Habilidades

- Promover a reflexão sobre a relação entre a semântica e a sintaxe visual na produção de material didático;
- Desenvolver material didático utilizando tecnologia infográfica bidimensional e tridimensional;
- Pesquisar o desenvolvimento de material didático visual em ambiente virtual informático;
- Pesquisar a utilização didática de produções de multimídias;
- Pesquisar a utilização didática de produções visuais em diferentes suportes.

Referências Básicas

ANTUNES, Celso. Novas maneiras de ensinar – Novas formas de aprender. Petrópolis: Vozes, 2002. HAYDAT, Regina Célia Cazauz. Curso de Didática Geral. São Paulo: Ática, 2002. TEZZA, Cristóvão. Material Didático um depoimento In: Educar Revista, pag. 35-42, nº 20, jul/dez; Curitiba/PR: Editora UFPR, 2002

Referências Complementares

BANDEIRA, Denise. **Materiais Didáticos**; Curitiba/PR: IESDE, 2009.

CHOPPIN, Alain. **CHOPPIN, Alain. História dos livros didáticos e das edições didáticas: sobre o estado da arte.** In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, pag. 549-566, set/dez, 2004 In: Educação e Pesquisa, v.30, pag. 549-566, set/dez; São Paulo: USP, 2004.

FÁVERO, Osmar. **Materiais Didáticos para Educação de Jovens e Adultos** In: Cadernos Cedes, Campinas, vol. 27, nº 71, p. 39-62, jan/abr; Campinas: CEDES, 2007.

JUNIOR, Décio Gatti. **Estado e editoras privadas no Brasil: o papel e o perfil dos editores**

de livros didáticos (1970-1990) In: Cadernos Cedes, Campinas, vol. 25, nº 67, p. 365-377, set/dez; Csmpinas: CEDES, 2005.

TEZZA, Cristóvão. **Material Didático um depoimento** In: Educar Revista, pag. 35-42, nº 20, jul/dez; Curitiba/PR: Editora UFPR, 2002.



LÍNGUA INGLESA VII

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
Discussão sobre a questão da literatura de autoria feminina e seus pressupostos teóricos; estudo em extensão e profundidade crítica de uma ou mais autoras basilares para o desenvolvimento da Literatura de autoria feminina. A literatura produzida por mulheres.	
Competências e Habilidades	
● Reconhecer a representação feminina na literatura; ● Analisar obras literárias de autoria feminina; ● Reconhecer aspectos socioculturais e de empoderamento feminino na literatura.	
Referências Básicas	
BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo. (Trad.) Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980 BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1979. BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Tradução Maria Helena Kühner. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.	
Referências Complementares	
LAURENTIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. (Org.) Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242. LOBO, L. Literatura de autoria feminina na América Latina. Rev. Mulher e Literatura, Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: < https://filipe.tripod.com/LLobo.html > Acesso em: 05 nov, 2023. PERROT, Michelle. As mulheres ou os silêncios da história. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005. WOOLF, Virginia. <i>Um teto todo seu</i> . Tradução de Vera Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. XAVIER, E, Para além do cânone. In: RAMALHO, C. (Org.) <i>Literatura e feminismo: propostas teóricas e reflexões críticas</i> . Rio de Janeiro: Elo, 1999, p. 15-22.	



LITERATURA CONTEMPORÂNEA DA LÍNGUA INGLESA

Código:	Carga Horária: 40h
Eixo:	Pré-requisito:

Ementa

Estudo das manifestações literárias do pós-guerra e do período posterior à ditadura franquista

Competências e Habilidades

- Estudar o contexto histórico, político e cultural do pós-guerra civil e da pós-ditadura na Espanha;
- Compreender e discutir o período literário denominado Literatura del Exilio;
- Analisar o contexto histórico da pós-ditadura franquista;
- Analisar comparativamente questões como Memória, Identidade e Nação no contexto do exílio e no período democrático;
- Estudar algumas das obras narrativas mais importantes do período.

Referências Básicas

SERRA MARTINEZ, E. Introducción a la literatura española contemporánea a través del comentario de textos. 2.ed. Madrid: Edinumen, 1986.
GARCÍA LÓPEZ, J. Historia de la literatura española. 20. ed. Barcelona: Vicens Vives, 1997.
PEDRAZA JIMÉNEZ, F. B.; RODRÍGUEZ CÁCERES, M. Las épocas de la literatura española. 3 ed. Barcelona: Ariel, 2007.

Referências Complementares

ALVAR, C.; MAINER, J. C. Breve historia de la literatura española. Madrid: Alianza Editorial, 2014.
BROWN, G. G.; Historia de la literatura española: el siglo XX (del 98 a la Guerra Civil). 18. ed. Barcelona: Ariel, 2002.
MAZZEI, A. Historia de la literatura española a través de la crítica y de los textos. 5. ed. Buenos Aires: Ciordia, 1960.
SANZ VILLANUEVA, S. Historia de la literatura española: el siglo XX. 5. ed. Barcelona: Ariel, 1994.
VALVERDE, J. M. Breve historia de la literatura española. Madrid: Guadarrama, 1969.



TRADUÇÃO E VERSÃO

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:

Ementa

Introdução e aprofundamento das análises comparativas de traduções do inglês ao

português e do português ao inglês. Práticas de tradução e versão.
Competências e Habilidades
● Aplicar os estudos funcionais da linguagem às atividades de tradução. ● Apresentar a tradução pedagógica interpretativa aplicada à aprendizagem de línguas; ● Introduzir e dar sequência às discussões sobre as teorias de tradução; ● Discutir e analisar os modelos e processos de tradução; ● Exercitar os vários tipos de tradução.
Referências Básicas
BARBOSA, H. G. Procedimentos teóricos da tradução. Campinas: Pontes, 1990. NEWMARK, P. Manual de Traducción. Madrid: Cátedra, 1995.
Referências Complementares
ALBIR, A. H. Enseñar a traducir. Madrid: Edelsa, 1999. ALVES, F. et al. Traduzir com autonomia. Estratégias para o tradutor em formação. São Paulo: Contexto, 2000. ARROJO, R. Oficina de tradução. São Paulo: Ática, 1986. COUTHARD, M. Tradução: Teoria e Prática. Florianópolis: Ed. UFSC, 1992. CUESTA, L. A. de la. Lecciones preliminares de traductología. Miami: Ed. Guayacán, 1987. EQUÍLUZ, F. et al. (Ed.). Transvases culturales: literatura, cine, traducción. Vitoria: Univ. del País Vasco, 1994. HATIM, B.; MASON, I. Teoría de la traducción. Barcelona: Ariel, 1995. MARTÍN, R. M. Lingüística para traducir. Barcelona: Teide, 1995. PEÑA, S.; HERNÁNDEZ GUERRERO, M. J. Traductología. Málaga: Univ. de Málaga, 1994. VEGA, M. A. Textos clásicos de teoría da traducción. Madrid: Cátedra, 1994. YEBRA, V. G. En torno a la traducción. Madrid, Gredos, 1989. YEBRA, V. G. Teoría y práctica de la traducción, 2 tomos. Madrid: Gredos, 1989. YEBRA, V. G. Traducción: historia y teoría. Madrid: Gredos, 1994. ZARO, J. J.; TRUMAN, M. Manual de traducción. Madrid: SGEL, 1999.

 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA PIAUÍ	
ENSINO DE INGLÊS PARA FINS ESPECÍFICOS	
Código:	Carga Horária: 40h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
Discussão sobre a questão da literatura de autoria feminina e seus pressupostos teóricos; estudo em extensão e profundidade crítica de uma ou mais autoras basilares para o desenvolvimento da Literatura de autoria feminina. A literatura produzida por mulheres.	
Competências e Habilidades	
● Reconhecer a representação feminina na literatura; ● Analisar obras literárias de autoria feminina; ● Reconhecer aspectos socioculturais e de empoderamento feminino na literatura.	
Referências Básicas	
BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo. (Trad.) Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980 BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1979. BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Tradução Maria Helena Kühner. 3. ed. Rio de	

Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Referências Complementares

LAURENTIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. (Org.) Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

LOBO, L. Literatura de autoria feminina na América Latina. Rev. Mulher e Literatura, Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <<https://lilipe.tripod.com/LLobo.html>> Acesso em: 05 nov, 2023.

PERROT, Michelle. As mulheres ou os silêncios da história. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Tradução de Vera Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

XAVIER, E, Para além do cânone. In: RAMALHO, C. (Org.) *Literatura e feminismo*: propostas teóricas e reflexões críticas. Rio de Janeiro: Elo, 1999, p. 15-22.



LITERATURA E CULTURA AFRO-HISPANO-AMERICANA E INDÍGENA

Código:

Carga Horária: 60h

Eixo:

Pré-requisito:

Ementa

Discussão sobre a questão da literatura de autoria feminina e seus pressupostos teóricos; estudo em extensão e profundidade crítica de uma ou mais autoras basilares para o desenvolvimento da Literatura de autoria feminina. A literatura produzida por mulheres.

Competências e Habilidades

- Reconhecer a representação feminina na literatura;
- Analisar obras literárias de autoria feminina;
- Reconhecer aspectos socioculturais e de empoderamento feminino na literatura.

Referências Básicas

BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo. (Trad.) Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980

BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1979.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Tradução Maria Helena Kühner. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Referências Complementares

LAURENTIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. (Org.) Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

LOBO, L. Literatura de autoria feminina na América Latina. Rev. Mulher e Literatura, Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <<https://lilipe.tripod.com/LLobo.html>> Acesso em: 05 nov, 2023.

PERROT, Michelle. As mulheres ou os silêncios da história. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Tradução de Vera Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

XAVIER, E, Para além do cânone. In: RAMALHO, C. (Org.) *Literatura e feminismo: propostas teóricas e reflexões críticas*. Rio de Janeiro: Elo, 1999, p. 15-22.



ENSINO E APRENDIZAGEM DO INGLÊS COMO ELE

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
Discussão sobre a questão da literatura de autoria feminina e seus pressupostos teóricos; estudo em extensão e profundidade crítica de uma ou mais autoras basilares para o desenvolvimento da Literatura de autoria feminina. A literatura produzida por mulheres.	
Competências e Habilidades	
● Reconhecer a representação feminina na literatura; ● Analisar obras literárias de autoria feminina; ● Reconhecer aspectos socioculturais e de empoderamento feminino na literatura.	
Referências Básicas	
BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo. (Trad.) Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980 BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1979. BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Tradução Maria Helena Kühner. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.	
Referências Complementares	
LAURENTIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. (Org.) Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242. LOBO, L. Literatura de autoria feminina na América Latina. Rev. Mulher e Literatura, Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: < https://lfile.tripod.com/LLobo.html > Acesso em: 05 nov, 2023. PERROT, Michelle. As mulheres ou os silêncios da história. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005. WOOLF, Virginia. <i>Um teto todo seu</i> . Tradução de Vera Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. XAVIER, E, Para além do cânone. In: RAMALHO, C. (Org.) <i>Literatura e feminismo: propostas teóricas e reflexões críticas</i> . Rio de Janeiro: Elo, 1999, p. 15-22.	



PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC) I

Código:	Carga Horária:40 h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

Práticas de Ensino como instrumento de integração do estudante com a realidade do exercício da prática docente que possibilitam a sua interlocução com as temáticas de estudo no módulo/semestre; identificação e análise de perspectivas e experiências dos licenciandos sobre ensinar e ser um profissional docente; observação, análise e intervenção em contextos educacionais; iniciação profissional junto às escolas ou outros ambientes educacionais; Interdisciplinaridade entendida como concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas objetivam proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento. Estudos sobre Os princípios que filosóficos e sociológicos que fundamentam a concepção de educação como direito de todos e o papel docente no processo de consolidação desse direito. O registro através do uso do portfólio.

Referências Básicas

FAZENDA, I.C.A. **Interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. 18.ed. Campinas: Papirus, 2011.

FREIRE, P. **Letras Portugêses da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 43.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

ZABALZA, M. A. **Diários de Aula: um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Referências Complementares

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: jul. 2020.

CUNHA, M. I. **O bom professor e sua prática**. 4.ed. Campinas: Papirus, 1994.

PERRENOUD, P. **10 novas competências para ensinar**: convite à viagem. Porto Alegre: Artmed, 2000. 192 p.

SAVIANI, D. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 18.ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

ZABALA, A.. **A Prática Educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

VILLAS BOAS, B. M. F. **Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico**. Campinas: Papirus, 2004.

PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC) II

Código:	Carga Horária: 40 h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

Práticas de Ensino como instrumento de integração do estudante com a realidade do exercício da prática docente que possibilitam a sua interlocução com as temáticas de estudo no módulo/semestre; identificação e análise de perspectivas e experiências dos licenciandos sobre ensinar e ser um profissional docente; observação, análise e intervenção em contextos educacionais; iniciação profissional junto às escolas ou outros ambientes educacionais; Interdisciplinaridade entendida como concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas objetivam proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento. Estudos sobre as políticas públicas para educação voltadas para a garantia de acesso, permanência e desenvolvimento de sujeitos historicamente excluídos e impactos reais na realidade local. Registro em portfólio.

Referências Básicas

DEMO, P. **A nova LDB ranços e avanços**. 22. ed. Campinas: Papirus, 2010.
LIBÂNEO, J. C; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.
LÜDKE, M. **Pesquisas em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.

Referências Complementares

ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. São Paulo. Papirus, 1995.
BRANDÃO, C. R. (org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
REYES, C R.; MONTEIRO, H. M. (Orgs.). **Um olhar crítico-reflexivo diante da realidade educacional**. São Carlos: EdUFSCar, 2010.82p. Disponível em http://livresaber.sead.ufscar.br:8080/jspui/bitstream/123456789/2754/1/Pe_Reyes_OlharCritico.pdf Acesso em nov. 2022.
SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 8. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1985.
GADOTTI, M. **Letras Portugêsd da práxis**. São Paulo: Cortez, 1995.
VILLAS BOAS, B. M. F. **Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico**. Campinas: Papirus, 2004.

PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC) III

Código:	Carga Horária: 40h

Eixo:	Pré-requisito:
EMENTA	
Práticas de Ensino como instrumento de integração do estudante com a realidade do exercício da prática docente que possibilitam a sua interlocução com as temáticas de estudo no módulo/semestre; identificação e análise de perspectivas e experiências dos licenciandos sobre ensinar e ser um profissional docente; observação, análise e intervenção em contextos educacionais; iniciação profissional junto às escolas ou outros ambientes educacionais; Interdisciplinaridade entendida como concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas objetivam proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento. Estudos sobre as diferentes formas de aprender; atuação da gestão escolar diante dos alunos que apresentam dificuldades no processo de aprendizagem; a gestão como articuladora de ações interventivas de apoio à aprendizagem. Articulação multidisciplinar. Registro em do portfólio.	
Referências Básicas	
FERREIRA, N. S. C. Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2006. PLACCO, Vera Maria; ALMEIDA, Laurinda (orgs.). O Coordenador Pedagógico e os desafios da educação; São Paulo: Loyola, 2008. PATTO, M. H. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. 458p.	
Referências Complementares	
LÜCK, H. Dimensões de gestão escolar e suas competências. – Curitiba: Editora Positivo, 2009. NÓVOA, Antônio (org.). As organizações escolares em análise Instituto de Inovação Educacional; Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992 SOUZA, S. A.; YANNOULAS, S. C. Equipes multidisciplinares nas escolas de educação básica: velhos e novos desafios. In: FRANCISCHINI, R.; VIANA, M. N. (Org.). Psicologia escolar: que fazer é esse? Brasília: Conselho Federal de Psicologia, set. 2016, p. 74-78. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/08/CFP_Livro_PsinaEd_web.pdf>. Acesso em: nov. 2022. VILLAS BOAS, B. M. F. Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico. Campinas: Papirus, 2004.	

	
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC) IV	
Código:	Carga Horária: 40h
Eixo:	Pré-requisito:
EMENTA	
Práticas de Ensino como instrumento de integração do estudante com a realidade do exercício da prática docente que possibilitam a sua interlocução com as temáticas de estudo no	

módulo/semestre; identificação e análise de perspectivas e experiências dos licenciandos sobre ensinar e ser um profissional docente; observação, análise e intervenção em contextos educacionais; iniciação profissional junto às escolas ou outros ambientes educacionais; Interdisciplinaridade entendida como concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas objetivam proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento. Estudos sobre as práticas de letramento desenvolvidas na escola; abordagens metodológicas que oportunizem a aprendizagem da leitura e escrita de alunos que não desenvolveram estas habilidades na idade certa; construção de recursos pedagógicos; intervenção e análise dos resultados. Registro em do portfólio.

Referências Básicas

- BAMBERGER, R. **Como incentivar o hábito de leitura**. 7. ed. São Paulo, SP: Ática, 2010. 109p.
- CARVALHO, M. **Alfabetizar e letrar**: um diálogo entre a teoria e a prática. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- FERREIRO, E. **Reflexões sobre alfabetização**. 26.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Referências Complementares

- LERNER, D. **Ler e escrever na escola**: o real, o possível e o necessário. Porto Alegre, RS: Artmed, 2002. 120p.
- SILVA, E.T.. **O ato de ler**: fundamentos psicológicos para uma nova Letras Português da leitura. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- SOARES, M.B. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- FIGUEIREDO, R. V. **Escola, Diferença e Inclusão**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.
- CORTEZ, R. V.; FARIA M. A. Distúrbios de aprendizagem e os desafios da educação escolar. **Revista eletrônica saberes da educação**. Vol. 02, nº 1, 2011. Disponível em: < www.docs.uninove.br/>. Acesso em out. 2022.
- VILLAS BOAS, B. M. F. **Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico**. Campinas: Papirus, 2004.



PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC) V

Código:	Carga Horária: 40h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

Práticas de Ensino como instrumento de integração do estudante com a realidade do exercício da prática docente que possibilitam a sua interlocução com as temáticas de estudo no módulo/semestre; identificação e análise de perspectivas e experiências dos licenciandos sobre ensinar e ser um profissional docente; observação, análise e intervenção em contextos educacionais; iniciação profissional junto às escolas ou outros ambientes educacionais; Interdisciplinaridade entendida como concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas objetivam proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que

integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento. Estudos sobre as práticas de ensino de língua materna desenvolvidas na escola; abordagens metodológicas que oportunizem a desenvolvimento e aprendizagem das competências lógico-matemática abordagens interventivas de identificação e práticas pedagógicas para o desenvolvimento de habilidades; construção de recursos pedagógicos; intervenção e análise dos resultados. Registro em do portfólio.

Referências Básicas

Referências Complementares



PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC) VI

Código:	Carga Horária: 40h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

Práticas de Ensino como instrumento de integração do estudante com a realidade do exercício da prática docente que possibilitam a sua interlocução com as temáticas de estudo no módulo/semestre; identificação e análise de perspectivas e experiências dos licenciandos sobre ensinar e ser um profissional docente; observação, análise e intervenção em contextos educacionais; iniciação profissional junto às escolas ou outros ambientes educacionais; Interdisciplinaridade entendida como concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas objetivam proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento. Estudos sobre o currículo escolar e as práticas de adaptações, flexibilizações em função de responder às características de todos os alunos; identificação das práticas realizadas na escola; intervenção e análise dos resultados. Registro em do portfólio.

Referências Básicas

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: out. 2022.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 325 p.

Referências Complementares

ARROYO, M. G. **Currículo, território de disputa**. 5. Ed. – Petrópolis, RJ: vozes, 2013.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Adaptações Curriculares/ Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC/ SEF/SEESP, 1998.

CAPELLINI, V.L.M.F; FONSECA, K.A; LOPES JUNIOR, J. Flexibilização e adaptação curricular no processo de inclusão escolar. In: VALE, T.G.M.; MAIA, A.C.B. (org.). **Aprendizagem e**

comportamento humano (online). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/ybbg4/02>. Acesso em: nov. 2022.

GLAT, R.; BLANCO, L.M.V. Educação especial no contexto de uma Educação Inclusiva. In: GLAT, Rosana (org.). **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, p. 15-35, 2007.

SILVA, T. T. ; MOREIRA, A. F. **Currículo, cultura e sociedade**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

VILLAS BOAS, B. M. F. **Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico**. Campinas: Papirus, 2004.



PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC) VII

Código:	Carga Horária: 40 h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

Práticas de Ensino como instrumento de integração do estudante com a realidade do exercício da prática docente que possibilitam a sua interlocução com as temáticas de estudo no módulo/semestre; identificação e análise de perspectivas e experiências dos licenciandos sobre ensinar e ser um profissional docente; observação, análise e intervenção em contextos educacionais; iniciação profissional junto às escolas ou outros ambientes educacionais; Interdisciplinaridade entendida como concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas objetivam proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento. Estudos sobre a metodologia de experimentação como estratégia facilitadora do ensino e da aprendizagem numa abordagem inclusiva; identificação das práticas realizadas na escola; intervenção e análise dos resultados. Registro em portfólio.

Referências Básicas

CARVALHO, A. M. P. **Ensino de ciências por investigação**: condições para implementação em sala de aula. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

GERARDI, L.H.de O.; CARVALHO, P.de. **Geografia**: ações e reflexões. Rio Claro: Ed. UNESP, 2006. 440 p. Disponível em: http://www.rc.unesp.br/igce/newpos/new_geo/dowgeografia.php. Acesso em: out. 2022.

HERMES, S. T. **Metodologia do ensino de Ciências Naturais** [recurso eletrônico]. 1. ed. – Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2019. Disponível em: <
https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/358/2019/07/MD_Ciencias-Naturais-1.pdf> Acesso em: out. 2022

Referências Complementares

BRASIL. Resolução CONAMA n. 2, de 15 de junho de 2012. **Diretrizes curriculares nacionais de educação ambiental**. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em out. 2022.

MARIN, A. A. e KASPER, K. M. **A natureza e o lugar habitado como âmbitos da experiência estética**: novos entendimentos da relação ser humano – ambiente. Educação em Revista, Belo

Horizonte, v.25, n.02, p.267-282, ago. 2009.

MELLO, S. S. e TRAJBER, R. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola.** Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao3.pdf>. Acesso em out.2022.

MOREIRA, M. A.; MASINI, E. F. S. **Aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel.** 3ª reimpressão. São Paulo: Centauro, 2011.

VILLAS BOAS, B. M. F. **Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico.** Campinas: Papirus, 2004.



PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC) VIII

Código:	Carga Horária: 40 h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

Práticas de Ensino como instrumento de integração do estudante com a realidade do exercício da prática docente que possibilitam a sua interlocução com as temáticas de estudo no módulo/semestre; identificação e análise de perspectivas e experiências dos licenciandos sobre ensinar e ser um profissional docente; observação, análise e intervenção em contextos educacionais; iniciação profissional junto às escolas ou outros ambientes educacionais; Interdisciplinaridade entendida como concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas objetivam proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento. Estudos sobre a Arte educação e as contribuições para a inclusão escolar; identificação das práticas realizadas na escola; intervenção e análise dos resultados. Registro em portfólio.

Referências Básicas

BARBOSA, A. M. **Arte-educação no Brasil.** Editora Perspectiva, 7.ed. 2019. 136p.
FERRAZ, M. H.C.T.; FUSARI, M. F. R. **Metodologia do ensino de arte: fundamentos e proposições.** 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2018. 222 p.
IAVELBERG, R. **Para gostar de aprender arte: sala de aula e formação de professores.** Porto Alegre, RS: Artmed, 2008. 126p.

Referências Complementares

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: out. 2022.
MOREIRA, M. A.; MASINI, E. F. S. **Aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel.** 3ª reimpressão. São Paulo: Centauro, 2011.
WEBER, M. L. T. **A Importância da Arte na Educação Especial.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 2, Vol. 13. pp 261-267, janeiro de 2017.

VILLAS BOAS, B. M. F. **Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico**. Campinas: Papirus, 2004.

16.4 PROJETO DE EXTENSÃO/CURRICULARIZAÇÃO



FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DE COMPONENTE CURRICULAR EXTENSÃO NO ENSINO SUPERIOR

Código: Carga Horária: 40 h

Eixo: Pré-requisito:

EMENTA

Conceitos e princípios da extensão universitária; base legal da extensão e da curricularização; diretrizes para as ações de extensão universitária; a extensão universitária e as políticas públicas; articulação da extensão universitária com os movimentos sociais e com os setores produtivos; impacto e transformação social da extensão universitária; aprendizagem baseada em projetos; etapas para a elaboração de atividades e projetos de extensão universitária.

Referências Básicas

BRASIL, **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 - 2024 e dá outras providências. Brasília/DF. 2018.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **NOTA TÉCNICA 6/2022** - PROEN/REI/IFPI Orientação para implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI: 2022.

LISBÔA FILHO, F. F. Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.

SILVA, O. da. O que é extensão universitária. Integração: ensino, pesquisa e extensão, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 148-9, maio 1997.

Referências Complementares

RAYS, O. A. Ensino-Pesquisa-Extensão: notas para pensar a indissociabilidade. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, p. 71-85, mar. 2012. ISSN 1984-686X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5034>>. Acesso em: out.de 2022.

SANTOS, J. H.; ROCHA, B. F.; PASSAGLIO, K. T. Extensão universitária e formação no ensino superior. **Revista Brasileira De Extensão Universitária**, v. 7, n. 1, p. 23-28, 28 maio 2016. <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/3087> Acesso em: out. de 2012.

SEVERINO, A. J. Ensino e pesquisa na docência universitária: caminhos para a integração.

Universidade de São Paulo - Faculdade de Educação, FEUSP. **Cadernos de Letras**

Português Universitária n.3 p.1-40 2008. Disponível em:

<http://www.prpg.usp.br/attachments/article/640/Caderno_3_PAE.pdf> Acesso em: out. 2022.

LISBÔA FILHO, F. F. Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.



PLANEJAMENTO EXTENSIONISTA

Código:	Carga Horária: 40 h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

Participação diagnóstica e planejamento; ações de extensão na comunidade; debater e definir junto à comunidade as demandas a serem transformadas; construção de um plano de ação (projeto ou programa) em conjunto com a comunidade nas áreas do projeto e/ou programa institucional definido pelo(s) docente(s) responsável(is) pelo componente curricular com a anuência da coordenação do curso. Encaminhamentos para a definição do tema do componente curricular **Projeto de Extensão I**.

Referências Básicas

BRASIL, **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 - 2024 e dá outras providências. Brasília/DF. 2018.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **NOTA TÉCNICA 6/2022** - PROEN/REI/IFPI Orientação para implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI: 2022.

SILVA, O. da. O que é extensão universitária. Integração: ensino, pesquisa e extensão, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 148-9, maio 1997.

Referências Complementares

RAYS, O. A. Ensino-Pesquisa-Extensão: notas para pensar a indissociabilidade. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, p. 71-85, mar. 2012. ISSN 1984-686X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5034>>. Acesso em: out.de 2022.

SANTOS, J. H.; ROCHA, B. F.; PASSAGLIO, K. T. Extensão universitária e formação no ensino superior. **Revista Brasileira De Extensão Universitária**, v. 7, n. 1, p. 23-28, 28 maio 2016. <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/3087> Acesso em: out. de 2012.

SEVERINO, A. J. Ensino e pesquisa na docência universitária: caminhos para a integração.

Universidade de São Paulo - Faculdade de Educação, FEUSP. **Cadernos de Letras**

Português Universitária n.3 p.1-40 2008. Disponível em:

<http://www.prpg.usp.br/attachments/article/640/Caderno_3_PAE.pdf> Acesso em: out. 2022.

LISBÔA FILHO, F. F. Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.



PROJETO DE EXTENSÃO I: (título do projeto)

Código:	Carga Horária:40 h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

E etapa de execução do projeto de extensão definido coletivamente conforme demanda levantada pela turma e em anuência com a a coordenação do curso, em um ou mais de um formato previsto como atividade extensionista (I – programas; II – projetos; III – cursos e oficinas; IV – eventos; e V – prestação de serviços) descritos no Art. 14 da Resolução CNE/CP 07/2018). Estratégias de consolidação e socialização dos resultados. Avaliação das atividades de extensão. Encaminhamentos para a definição do tema Projeto de Extensão II.

Referências Básicas

BRASIL, **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 -2024 e dá outras providências. Brasília/DF. 2018.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **NOTA TÉCNICA 6/2022** – PROEN/REI/IFPI Orientação para implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI: 2022.

LISBÔA FILHO, F. F. **Extensão universitária**: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.

SILVA, O. **O que é extensão universitária**. Integração: ensino, pesquisa e extensão, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 148-9, maio 1997.

Referências Complementares

A ser definido conforme deliberação feita no pelo professor responsável pelo componente curricular em anuência com a coordenação do curso, e de acordo com os encaminhamentos indicados no componente curricular **Planejamento Extensionista**.



PROJETO DE EXTENSÃO II: (título do projeto)

Código:	Carga Horária:40 h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

E etapa de execução do projeto de extensão definido coletivamente conforme demanda levantada pela turma e em anuência com a a coordenação do curso, em um ou mais de um formato previsto como atividade extensionista (I – programas; II – projetos; III – cursos e oficinas; IV – eventos; e V – prestação de serviços) descritos no Art. 14 da Resolução CNE/CP 07/2018). Estratégias de consolidação e socialização dos resultados Avaliação das atividades de extensão. Encaminhamentos para a definição do tema Projeto de Extensão I.

Referências Básicas

BRASIL, **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 -2024 e dá outras providências. Brasília/DF. 2018.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **NOTA TÉCNICA 6/2022** – PROEN/REI/IFPI Orientação para implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI: 2022.

LISBÔA FILHO, F. F. **Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional**. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.

SILVA, O. **O que é extensão universitária**. Integração: ensino, pesquisa e extensão, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 148-9, maio 1997.

Referências Complementares

A ser definido conforme deliberação feita no pelo professor responsável pelo componente curricular em anuência com a coordenação do curso, e de acordo com os encaminhamentos indicados no componente curricular **Projeto de Extensão I**



PROJETO DE EXTENSÃO III: (título do projeto)

Código:	Carga Horária: 40h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

E etapa de execução do projeto de extensão definido coletivamente conforme demanda

levantada pela turma e em anuência com a coordenação do curso, em um ou mais de um formato previsto como atividade extensionista (I - programas; II - projetos; III - cursos e oficinas; IV - eventos; e V - prestação de serviços) descritos no Art. 14 da Resolução CNE/CP 07/2018). Estratégias de consolidação e socialização dos resultados Avaliação das atividades de extensão. Encaminhamentos para a definição do tema Projeto de Extensão IV.

Referências Básicas

BRASIL, **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 -2024 e dá outras providências. Brasília/DF. 2018.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **NOTA TÉCNICA 6/2022** - PROEN/REI/IFPI Orientação para implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI: 2022.

LISBÔA FILHO, F. F. **Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional**. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.

SILVA, O. **O que é extensão universitária**. Integração: ensino, pesquisa e extensão, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 148-9, maio 1997.

Referências Complementares

A ser definido conforme deliberação feita no pelo professor responsável pelo componente curricular em anuência com a coordenação do curso, e de acordo com os encaminhamentos indicados no componente curricular **Projeto de Extensão II**.



PROJETO DE EXTENSÃO IV: (título do projeto)

Código:	Carga Horária:40 h

Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

E etapa de execução do projeto de extensão definido coletivamente conforme demanda levantada pela turma e em anuência com a a coordenação do curso, em um ou mais de um formato previsto como atividade extensionista (I - programas; II - projetos; III - cursos e oficinas; IV - eventos; e V - prestação de serviços) descritos no Art. 14 da Resolução CNE/CP 07/2018). Estratégias de consolidação e socialização dos resultados Avaliação das atividades de extensão. Encaminhamentos para a definição do tema **Projeto de Extensão V**.

Referências Básicas

BRASIL, **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº

13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 -2024 e dá outras providências. Brasília/DF. 2018.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **NOTA TÉCNICA 6/2022** - PROEN/REI/IFPI Orientação para implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI: 2022.

LISBÔA FILHO, F. F. **Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional**. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.

SILVA, O. **O que é extensão universitária**. Integração: ensino, pesquisa e extensão, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 148-9, maio 1997.

Referências Complementares

A ser definido conforme deliberação feita no pelo professor responsável pelo componente curricular em anuência com a coordenação do curso, e de acordo com os encaminhamentos indicados no componente curricular **Projeto de Extensão III**.



PROJETO DE EXTENSÃO V: (título do projeto)

Código:	Carga Horária:40 h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

E etapa de execução do projeto de extensão definido coletivamente conforme demanda levantada pela turma e em anuência com a a coordenação do curso, em um ou mais de um formato previsto como atividade extensionista (I - programas; II - projetos; III - cursos e oficinas; IV - eventos; e V - prestação de serviços) descritos no Art. 14 da Resolução CNE/CP 07/2018). Estratégias de consolidação e socialização dos resultados Avaliação das atividades de extensão. Encaminhamentos para a definição do tema do componente curricular Projeto de Extensão VI.

Referências Básicas

BRASIL, **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 -2024 e dá outras providências. Brasília/DF. 2018.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **NOTA TÉCNICA 6/2022** - PROEN/REI/IFPI Orientação para implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI: 2022.

LISBÔA FILHO, F. F. **Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional**. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.

SILVA, O. **O que é extensão universitária**. Integração: ensino, pesquisa e extensão, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 148-9, maio 1997.

Referências Complementares

A ser definido conforme deliberação feita no pelo professor responsável pelo componente curricular em anuência com a coordenação do curso, e de acordo com os encaminhamentos indicados no componente curricular **Projeto de Extensão**.



PROJETO DE EXTENSÃO VI: (título do projeto)

Código:	Carga Horária:40 h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

E etapa de execução do projeto de extensão definido coletivamente conforme demanda levantada pela turma e em anuência com a coordenação do curso, em um ou mais de um formato previsto como atividade extensionista (I - programas; II - projetos; III - cursos e oficinas; IV - eventos; e V - prestação de serviços) descritos no Art. 14 da Resolução CNE/CP 07/2018). Estratégias de consolidação e socialização dos resultados. Avaliação das atividades de extensão.

Referências Básicas

BRASIL, **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 -2024 e dá outras providências. Brasília/DF. 2018.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **NOTA TÉCNICA 6/2022** - PROEN/REI/IFPI Orientação para implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI: 2022.

LISBÔA FILHO, F. F. **Extensão universitária**: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.

SILVA, O. **O que é extensão universitária**. Integração: ensino, pesquisa e extensão, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 148-9, maio 1997.

Referências Complementares

A ser definido conforme deliberação feita no pelo professor responsável pelo componente curricular em anuência com a coordenação do curso, e de acordo com os encaminhamentos indicados no componente curricular **Projeto de Extensão V**.

17.5 ESTÁGIO SUPERVISIONADO



ESTÁGIO SUPERVISIONADO I

Código:	Carga Horária teórica: 60h
	Carga Horária prática: 90h
Eixo:	Pré-requisito:
EMENTA	
Competências e Habilidades	
Referências Básicas	
Referências Complementares	



ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

Código:	Carga Horária teórica: 60h
	Carga Horária prática: 90h
Eixo:	Pré-requisito:
EMENTA	
Competências e Habilidades	
Referências Básicas	
Referências Complementares	



ESTÁGIO SUPERVISIONADO III

Código:	Carga Horária teórica: 60h
	Carga Horária prática: 90h
Eixo:	Pré-requisito:
EMENTA	
Competências e Habilidades	
Referências Básicas	
Referências Complementares	



ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV

Código:	Carga Horária teórica: 60h
	Carga Horária prática: 90h
Eixo:	Pré-requisito:
EMENTA	
Competências e Habilidades	

Referências Básicas
Referências Complementares

16.5 TCC

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I (TCC I)	
Código:	Carga Horária: 60 h
Eixo:	Pré-requisito:
EMENTA	
Pesquisa em ensino na licenciatura de Letras Português. Aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa. Métodos quantitativos e qualitativos. Definição e delimitação da pesquisa. Orientações para elaboração e execução do projeto de TCC.	
Competências e Habilidades	
Redigir e qualificar um projeto de pesquisa científica atendendo aos padrões da metodologia científica e a normatização da ABNT, o manual de elaboração de monografia do IFPI, e as normas constantes no regulamento do núcleo de trabalho de conclusão de curso.	
Referências Básicas	
GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010. JUNIOR, Celso Ferrarezi. Guia do Trabalho Científico: do projeto à redação final – Monografia, Dissertação e Tese. São Paulo: Contexto, 2011. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010. RUIZ, João Álvaro. Metodologia Científica: Guia para a Eficiência nos Estudos. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2010. TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 2009.	

Referências Complementares
ANDRADE, M. M. De. Redação Científica: elaboração do TCC passo a passo. São Paulo: Factash, 2007. DEMO, Pedro. Introdução à Metodologia da Ciência. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2009. KAHLMAYER-MERTENS, Roberto S. Et. Al. Como elaborar projetos de pesquisa: linguagem e método. Rio de Janeiro: FGV, 2007. MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas. 11. Ed. São Paulo: Atlas, 2009. SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 2002.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II (TCC II)	
Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
EMENTA	
Desenvolvimento da pesquisa. Coleta, sistematização, análise e crítica dos dados. Orientações para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Estruturação, redação e normatização do TCC. Elaboração do TCC. Apresentação do TCC.	
Competências e Habilidades	
• Desenvolver uma pesquisa com vistas ao desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso; • Coletar, sistematizar e analisar os dados obtidos na pesquisa; • Redigir o TCC atendendo aos padrões da metodologia científica e a normatização da ABNT, o manual de elaboração de monografia do IFPI, e as normas constantes no regulamento do núcleo de trabalho de conclusão de curso; • Apresentar o TCC como requisito parcial para obtenção do diploma.	
Referências Básicas	
GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. JUNIOR, Celso Ferrarezi. Guia do Trabalho Científico: do projeto à redação final - Monografia, Dissertação e Tese. São Paulo: Contexto, 2011. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. RUIZ, João Álvaro. Metodologia Científica: Guia para a Eficiência nos Estudos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 2009.	

Referências Complementares

- ANDRADE, M. M. de. **Redação Científica: elaboração do TCC passo a passo**. São Paulo: Factash, 2007.
- DEMO, Pedro. **Introdução à Metodologia da Ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- KAHLMAYER-MERTENS, Roberto S. et. al. **Como elaborar projetos de pesquisa: linguagem e método**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica: A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2002.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília/DF: 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Brasília/DF: 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Decreto no 4.281, de 25 de junho de 2002. **Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Brasília/DF: 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Decreto no 5.296 de 2 de dezembro de 2004. **Regulamenta as Leis no 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. Brasília/DF: 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Decreto no 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Brasília/DF: 2011. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021**.

BRASIL. Lei 10.436/02, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências**. Brasília/DF: 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei10436.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília/DF: 2008.** Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília/DF: 2014.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm >. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Brasília/DF: 2004.** Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Lei no 11.645, de 10 de março de 2008. **Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília/DF: 2008.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Lei no 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília/DF: 2008.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília/DF: 1990.** Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF: 1996.** Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília/DF: 1999.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Parecer CNE/CES 1.304/2001. **Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Física, Bacharelado e Licenciatura.** Brasília/DF: 2001. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES1304.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Portaria no 1.224, de 18 de dezembro de 2013. **Institui normas sobre a manutenção e guarda do Acervo Acadêmico das Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao sistema federal de ensino.** Brasília/DF: 2013. Disponível em: <<https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/portarias-federais/portaria-mec-no-1-224-de-18-de-dezembro-de-2013>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 7 de 18 de dezembro de 2018. **Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.** Brasília/DF: 2018. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf>

BRASIL. Resolução CNE/CP no 2, de 20 de dezembro de 2019. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).** Brasília/DF: 2019. Disponível em: <<https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2982/resolucao-cne-cp-n-2>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Resolução no 1, de 17 de junho de 2004. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana.** Brasília/DF: 2004. Disponível em: <<http://www.prograd.ufu.br/legislacoes/resolucao-cnecp-no-1-de-17-de-junho-de-2004>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Resolução no 1, de 30 de maio de 2012. **Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.** Brasília/DF: 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 143/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 25 de agosto de 2022. **Altera a Resolução que normatiza a Organização Didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.** Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/16QP6xn6vBw1DjoewuhuG3grbNbf6NFT9>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). Resolução Normativa nº 131/2022, de 25 de abril de 2022. **Estabelece as Diretrizes para a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).** Disponível em: <https://sites.google.com/ifpi.edu.br/ifpi-resolucoes-do-consup/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). Resolução nº 039/2013. **Dispõe sobre as Normas e Procedimentos para a Mobilidade Acadêmica, Nacional e Internacional, de estudantes de Cursos de Graduação do IFPI e dá outras providências.** Teresina/PI: 2013. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1DCCpldpQByi8HST7gbJtNf32fcRwtCGV>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 95/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 22 de novembro de 2021. **Atualiza e consolida o Regulamento do Programa de Acompanhamento ao Egresso (PAE), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do PiauÍ (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI: 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 22/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI de 6 de abril de 2021. **Aprova o Regulamento do desenvolvimento das Atividades Teórico-práticas de Aprofundamento (ATPAs) em áreas específicas de interesse dos estudantes dos cursos de licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do PiauÍ (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI: 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 113/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 29 de março de 2022. **Consolida e atualiza o registro e a inclusão das atividades de extensão – Práticas Curriculares em Comunidade e em Sociedade (PCCS), nos currículos dos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do PiauÍ (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI: 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/16QP6xn6vBw1DjoewuhuG3grbNbf6NFT9>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 46/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI de 16 de junho de 2021. **Consolida e atualiza as resoluções que dispõem sobre o Regulamento dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do PiauÍ (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI: 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 125/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 6 de abril de 2022. **Atualiza o Regulamento de participação dos servidores e discentes em Visitas Técnicas e Participação em Eventos de natureza acadêmica, científica, tecnológica, desportiva, artística e cultural do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do PiauÍ (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI: 2022. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/16QP6xn6vBw1DjoewuhuG3grbNbf6NFT9>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 26/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 6 de abril de 2021. **Aprova a consolidação das resoluções editadas pelo Conselho Superior que dispõem sobre o Regimento dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) dos cursos de graduação do IFPI, e dá outras providências. Teresina/PI: 2021.** Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **RESOLUÇÃO NORMATIVA 53/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23 de julho de 2021.** Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

RESOLUÇÃO NORMATIVA 56/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 2 de agosto de 2021: **Atualiza a Política de Diversidade e Inclusão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.** Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 50/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 16 de junho de 2021. **Atualiza o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. Teresina/PI: 2021.** Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 56/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 2 de agosto de 2021. **Atualiza a Política de Diversidade e Inclusão do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. Teresina/PI: 2021.** Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 55/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23 de julho de 2021. **Atualiza e consolida as Resoluções que normatizam a Instituição e o Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. Teresina/PI: 2021.** Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 35/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 19 de maio de 2021. **Aprova a consolidação e atualização da Política de Assistência Estudantil (POLAE), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do PiauÍ (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI: 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 53/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23 de julho de 2021. **Atualiza e consolida as Resoluções que normatizam a Instituição e o Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do PiauÍ (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI: 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 112/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 28 de março de 2022. **Atualiza e consolida as resoluções que normatizam a distribuição de carga horária docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do PiauÍ (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI : 2022. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/16QP6xn6vBw1DjoewuhuG3grbNbf6NFT9>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 99/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 7 de dezembro de 2021. **Atualiza os procedimentos para abreviação dos Cursos de Graduação, para alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do PiauÍ (IFPI) com extraordinário aproveitamento nos estudos, e dá outras providências.** Teresina/PI: 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2020-2024.** Teresina/PI: 2020. Disponível em: <https://www.ifpi.edu.br/pdi/pdi-2020-2024/documentos/pdi-2020-2024-_anexo-resolucao-009_2020-consup.pdf/view>. Acesso em: 05 dez. 2022



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

RESOLUÇÃO 49/2024 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 13 de junho de 2024.

Aprova a criação do Curso Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução Normativa nº 59, de 20 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2021, e considerando o processo nº 23172.001597/2024-19,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, **ad referendum**, a criação do Curso Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos, na modalidade Educação a Distância (EaD), no IFPI, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entrar em vigor na data de sua publicação.

PAULO BORGES DA CUNHA

Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

■ Paulo Borges da Cunha, REITOR(A) - CD1 - REI-IFPI, em 13/06/2024 15:29:33.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 12/06/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 269401

Código de Autenticação: 7d137872af





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino
Diretoria de Educação a Distância

Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos Modalidade a Distância

Teresina- PI, maio de 2024.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
CAPÍTULO 1 - PERFIL INSTITUCIONAL	4
1.1 BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	4
1.2 MISSÃO, VISÃO E VALORES	10
1.3 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA	11
1.4 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA MANTIDA	11
1.5 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	11
1.6 ÁREA DE ATUAÇÃO	12
1.7 JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO	15
1.8 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO	17
Ingresso de Portador de Curso Superior e Transferência Externa	19
Chamadas Públicas	19
CAPÍTULO 02: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA E CERTIFICAÇÃO	19
2.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	19
2.1.1 Políticas de Ensino	19
2.1.2 Políticas de Extensão	22
2.1.3 Políticas de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação	24
2.2 OBJETIVOS DO CURSO	25
2.2.1 Objetivo Geral	25
2.2.2 Objetivos Específicos	26
2.3 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	26
2.3.1 Competências e Habilidades	28
2.3.2 Articulação do Perfil com as Necessidades Locais e Regionais	29
2.4 ORGANIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DAS DISCIPLINAS	30
2.5 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO	32
2.6 ESTRUTURA CURRICULAR	34
2.7 CONTEÚDOS CURRICULARES	35
2.8 METODOLOGIA	69
2.9 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	74

2.10 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO DE EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	78
2.11 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	79
2.12 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	80
2.13 TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	83
2.14 TEMAS TRANSVERSAIS OBRIGATÓRIOS	83
2.15 APOIO AO DISCENTE	86
Políticas de Assistência Estudantil	86
Mecanismos de Nivelamento	90
Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social	92
POLÍTICA DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO DO IFPI	93
Mobilidade Acadêmica	95
Acessibilidade	97
Profissionais Técnicos Especializados em Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais	97
2.16 GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA	98
2.17 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO APRENDIZAGEM	100
Avaliação da aprendizagem	Error! Indicador Não Definido .
Sistema de Avaliação do Curso	100
Verificação de Aprendizagem em Segunda Chamada	101
2.18 COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS	103
2.19 ATIVIDADES DE PESQUISA E INOVAÇÃO	104
2.20 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA	105
2.21 CERTIFICADOS E DIPLOMAS A SEREM EMITIDOS	107
CAPÍTULO 3: CORPO DOCENTE E TUTORIAL	107
3.1 DOCENTES	110
3.2 TUTORES.....	111
3.3 COORDENAÇÃO DO CURSO: ATUAÇÃO.....	111
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE	109
3.4 COLEGIADO DE CURSO: ATUAÇÃO	110
REFERÊNCIAS	112

APRESENTAÇÃO

No âmbito do Instituto Federal do Piauí, o instrumento orientador das ações curriculares é denominado de Projeto Pedagógico do Curso - PPC. Trata-se, pois, de um conjunto de intencionalidades pedagógicas que tem como propósito a explicitação dos principais parâmetros para a ação educativa e o processo formativo, além de apresentar-se em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), com o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia - CNCST (documento que elenca as denominações e respectivos descritores dos Cursos Superiores de Tecnologia, com vistas a instituir um referencial sobre os referidos cursos capaz de balizar os processos administrativos de regulação e as políticas e procedimentos de avaliação desses cursos) e com a legislação vigente.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) constitui-se num instrumento de gestão em prol da formação profissional e tecnológica, e como tal encontra-se explicitado em suas dimensões didático-pedagógica e administrativa. A organização curricular fundamenta-se no compromisso ético do IFPI em relação à concretização do perfil do egresso, que é definido pela explicitação dos conhecimentos e saberes que compõem a correspondente formação.

Nesse sentido, o presente documento apresenta o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos do Instituto Federal do Piauí. O PPC aqui construído é fruto de um processo de reflexão, discussão coletiva, democrática, que contou com a participação dos professores e da comunidade acadêmica, numa afirmação de identidade e legitimidade.

A proposta aqui apresentada vem responder às necessidades de formação profissional e tecnológica no eixo de Gestão e Negócios para atender às exigências requeridas pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais.

Este documento foi construído nos termos das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica e demais regulamentações definidas pelo Conselho Nacional de Educação, órgão normativo do Ministério da Educação.

O presente Projeto Pedagógico de Curso apresenta, portanto, a organização das práticas pedagógicas e constitui-se em um instrumento de ação acadêmica que permitirá a uniformidade das ações acadêmicas do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos do IFPI, contemplando os processos de ensino, pesquisa e extensão.

Este documento será revisado pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso, que promoverá a atualização do quadro de professores e técnicos administrativos ligados ao curso, bem como de outros itens importantes, tais como as normativas internas que regulamentam matérias acerca do funcionamento do curso.

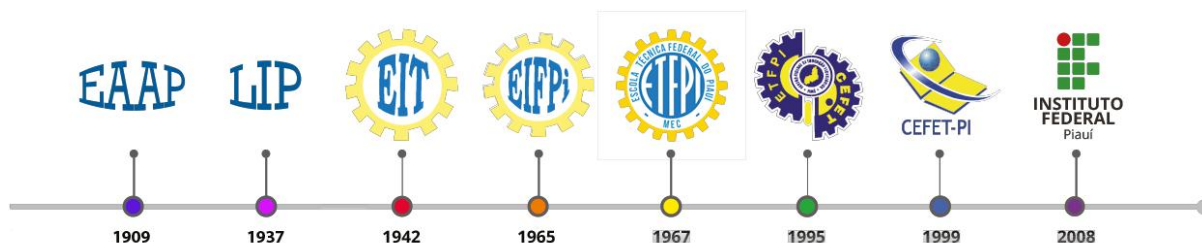
CAPÍTULO 1 - PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino.

O Instituto Federal do Piauí – IFPI possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

O IFPI possui 113 (cento e treze) anos, tendo origem na Escola de Aprendizes Artífices do Piauí em 1909, transformada em Liceu Industrial do Piauí em 1937, Escola Industrial de Teresina em 1942, Escola Industrial Federal do Piauí em 1965, Escola Técnica Federal do Piauí em 1967 e Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí em 1998, conforme a linha histórica a seguir.



Escola de Aprendizes Artífices do Piauí

Em 1909, vinte anos após o advento da República e vinte e um anos após a Abolição da Escravatura, com um regime de governo ainda não totalmente consolidado e uma sociedade ainda escravocrata, vivíamos um caos social decorrente da libertação dos escravos. Tal fato, na prática, trouxe uma liberdade sem pão, sem moradia, sem reforma agrária e sem emprego. As grandes cidades brasileiras enchiam-se, cada vez mais, de ex-escravos, miseráveis a mendigar o pão de cada dia, crianças famintas, velhos doentes, adultos desempregados e adolescentes empurrados para a prostituição, o ócio e o crime.

Pensando em minimizar esse cenário de horror e numa possível industrialização do Brasil, até então um país eminentemente agropastoril e extrativista, Nilo Procópio Peçanha, Vice-Presidente alçado ao posto de Presidente do Brasil, em 14 de junho de 1909, após a morte do titular Afonso Pena, decretou a criação de uma Rede Nacional de Escolas Profissionais.

O Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, criou uma Escola de Aprendizes Artífices em cada uma das capitais de Estado que se destinava, como diz na sua introdução, “não só a habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalhos profícuos, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime”. Por meio deste Decreto, na época conhecido pelo apelido de “Lei Nilo Peçanha”, Teresina, capital do Estado do Piauí, ganhou uma Escola Federal com o nome de Escola de Aprendizes Artífices do Piauí(ESAPI).

Liceu Industrial do Piauí

A segunda denominação da ESAPI surgiu em 1937, na vigência do Estado Novo. As perspectivas de avanços na área da indústria foram, naquele momento, o grande propulsor para a transformação da escola primária em secundária, denominada, a partir de então, Liceu Industrial. No caso em pauta, Liceu Industrial do Piauí (LIP). O termo “industrial” adveio da intenção governamental de industrializar o país, usando a Rede de Escolas Profissionais como meio de formar operários especialmente para servir ao parque industrial brasileiro, nesse momento já inserido como meta de governo.

Adaptando-se aos novos tempos, o Liceu Industrial do Piauí teve construída e inaugurada, em 1938, a sua sede própria pelo Governo Federal em terreno cedido pela Prefeitura Municipal de Teresina, na Praça Monsenhor Lopes, hoje Praça da Liberdade, nº 1597, onde funciona atualmente o Campus Teresina Central.

A sede própria da Escola, que ocupava parte de uma quadra do centro da capital, foi inaugurada com 6 (seis) modernas salas de aula e instalações para oficinas de marcenaria, mecânica de máquinas, serralheria e solda, modelação, fundição e alfaiataria. Sendo Teresina uma capital ainda pouco industrializada, os ex-alunos do Liceu Industrial do Piauí migravam para o Sudeste do país, onde tinham emprego garantido com salários condignos, devido a sua alta competência técnica.

Escola Industrial de Teresina

Esse nome provém da Lei Orgânica do Ensino Industrial, de 1942, que dividiu as escolas da Rede em Industriais e Técnicas. As Escolas Industriais ficaram geralmente nos Estados menos industrializados e formaram operários conservando o ensino propedêutico do antigo ginásio. Legalmente, esse curso era chamado de Ginásio Industrial.

As Escolas Industriais continuariam formando operários para a indústria, e as Técnicas formavam operários e também técnicos. Os operários formados tinham nível ginásial (1º ciclo) e os técnicos, nível médio (2º ciclo).

A Escola Industrial de Teresina (EIT) atuava no ramo da indústria metal-mecânica. Sua estrutura física foi ampliada com a construção de mais salas de aula, oficinas escolares e área específica para educação física.

Escola Industrial Federal do Piauí

No ano de 1965, pela primeira vez, apareceu, na Rede, a denominação Escola Federal, embora, desde a sua criação, pertencesse ao Governo Federal. Noutra formulação: pela primeira vez, o termo “federal” entrou na composição do nome das Escolas da Rede. Essa mudança também permitiu que a Instituição pudesse fundar cursos técnicos industriais, a exemplo das escolas que já eram “técnicas”.

Escola Técnica Federal do Piauí

A promoção de Escola Industrial para Escola Técnica Federal do Piauí (ETFPI), em 1967, foi uma consequência da criação dos primeiros cursos técnicos (Agrimensura, Edificações e Eletromecânica) e do reconhecimento desses cursos pelo Ministério da Educação.

Nesse período, houve uma grande ampliação da estrutura geral da Escola. Os cursos técnicos, que eram noturnos, passaram a ser também diurnos. O Ginásio Industrial foi se extinguindo gradativamente, a partir de 1967, uma série a cada ano.

Grandes modificações aconteceram no ensino. Além dos cursos técnicos industriais, com suas variedade de opções, vieram também os cursos técnicos da área de serviços, como os de Contabilidade, Administração, Secretariado e Estatística. Nessa mesma época, foi permitida, preferencialmente nos cursos da área terciária, a matrícula para mulheres, depois estendida a todos os demais cursos. O número de alunos quadruplicou em 2 anos e o de professores acompanhou proporcionalmente o mesmo crescimento.

A modernização da Escola começou em meados da década de 1980 com o advento da informatização, que chegou primeiro à administração e, posteriormente, ao ensino, criando-se grandes laboratórios para cursos de informática, destinados a alunos, professores, servidores técnico-administrativos e à comunidade fora da Escola. O ponto alto desse período foi a interiorização do ensino com o planejamento, a construção e a

consolidação da Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) de Floriano, processo iniciado em 1986 e concluído em 1994.

Em 1994, foi autorizada a transformação da ETFPI em Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI), pela Lei 8.948/94, efetivada em 22 de março de 1999.

Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí

O biênio 1997-1998 foi dedicado ao processo de transição de ETFPI para CEFET-PI, conhecido como CEFETIZAÇÃO, que veio mais uma vez mudar a denominação da Escola.

Em 1999, ocorreu o primeiro Vestibular do CEFET-PI, com a oferta do curso superior de Tecnologia em Informática. Outros fatos de destaque que aconteceram, a partir dessa fase da história cefetiana, foram: a continuidade da qualificação dos servidores (1994); a promoção da XXIII Reunião Nacional de Diretores de ETFs, CEFETs e EAFs (1995); a construção do novo auditório da Instituição (1997); a construção do ginásio poliesportivo coberto (1997); a reforma do Prédio “B”, com início em 1999; a abertura do primeiro curso superior da área de saúde, Tecnologia em Radiologia (2001); a implantação dos cursos de Licenciatura em Biologia, Física, Matemática e Química (2002).

Para dar continuidade à formação de profissionais, em 2004, foi estabelecido o primeiro Mestrado Interinstitucional (Minter), Engenharia de Produção, e a oferta de cursos de especialização em Banco de Dados e Gestão Ambiental. Em 2005, foi ofertado o primeiro Doutorado Interinstitucional (DINTER), Engenharia de Materiais. A partir de 2005, o CEFET-PI, atento à política do Ministério da Educação (MEC), buscou uma melhor qualificação profissional da comunidade do Piauí e região, com a implantação, desde 2006, do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio nas áreas de Gestão, Construção Civil, Informática, Indústrias e Meio Ambiente.

Em 2007, aconteceu a inauguração das UNEDs de Picos, Parnaíba e Marcílio Rangel (atualmente conhecida como Teresina Zona Sul).

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

O Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI) sofreu, em 2008, uma reorganização em sua estrutura adquirindo o status de Instituto Federal, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro desse ano, criou a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica.

Ao se transformar em IFPI, a Instituição adquiriu autonomia para criar e extinguir cursos, bem como para registrar diplomas dos cursos por ela oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, o Instituto Federal do Piauí foi equiparado às universidades federais.

Em 2010, iniciou-se o processo de expansão do IFPI com a inauguração dos seguintes campi: Angical, Corrente, Piripiri, Paulistana, São Raimundo Nonato e Uruçuí. Em 2012, foram inaugurados campi em Pedro II, Oeiras e São João; e, em 2014, houve a inauguração dos campi de Campo Maior, Valença e Cocal.

Nesse período, foi criado também o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), reforçando o desenvolvimento e a interiorização da educação profissional. Em 2014, foram publicadas as portarias de criação dos Campi Avançados Dirceu Arcoverde e Pio IX. Nesse mesmo ano, foi realizado o I Fórum das Licenciaturas, realizado em Parnaíba.

Em 2015, a sede da Reitoria foi inaugurada, constituindo-se na unidade organizacional executiva central, responsável pela administração e supervisão de todas as atividades do Instituto Federal do Piauí.

Atualmente, o IFPI conta um total de 20 Campi, distribuídos em 17 cidades, em todos os territórios de desenvolvimento do estado do Piauí. Desse total, 17 Campi ofertam ensino superior. São eles: Campus Angical, Campus Campo Maior, Campus Cocal, Campus Corrente, Campus Floriano, Campus Oeiras, Campus Parnaíba, Campus Paulistana, Campus Pedro II, Campus Picos, Campus Piripiri, Campus São João do Piauí, Campus São Raimundo Nonato, Campus Teresina Central, Campus Teresina Zona Sul, Campus Uruçuí e Campus Valença.

O IFPI possui, no momento, 63 (sessenta e três) cursos superiores presenciais, 4 cursos superiores a distância, 5 mestrados e 17 cursos de especialização em funcionamento. Os bacharelados apresentam 2046 matrículas e correspondem a 6,11% das matrículas. As licenciaturas apresentam 5642 matrículas e correspondem a 16,86 % das matrículas da instituição, As tecnologias apresentam 2922 matrículas e correspondem a 8,43% das matrículas. Uma média de 78,72% dos alunos do ensino superior são provenientes da escola pública e 65% têm renda familiar per capita inferior a 1 salário mínimo.

Na dimensão Extensão, o IFPI trabalha com diversas áreas temáticas, dentre elas: Educação, Formação de Professores, Cultura, Saúde, Meio Ambiente, Tecnologia e Produção, Comunicação, Empreendedorismo Inovador, Trabalho, Inovação, Música, Economia Solidária e Criativa, Direitos Humanos e Justiça, Inclusão e Tecnologias Assistivas e Gestão Pública.

Na pesquisa, o IFPI se destaca nas áreas: Administração, Agronomia, Antropologia, Artes, Botânica, Ciência da Computação, Ciência da Informação, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Ciências Ambientais, Direito, Ecologia, Educação, Educação Física, Engenharia Agrícola, Engenharia Biomédica, Engenharia de Energia, Engenharia de Materiais e Metalúrgica, Engenharia de Produção, Engenharia Química, Física, Geografia, História, Letras, Lingüística, Matemática, Microbiologia, Nutrição, Planejamento Urbano e Regional, Química, Robótica, Mecatrônica e Automação, Sociologia, Teologia e Zootecnia.

1.2 MISSÃO, VISÃO E VALORES

A partir de suas finalidades, o IFPI tem a missão de: "Promover uma educação de excelência, direcionada às demandas sociais".

A visão de uma instituição reflete as aspirações e o desejo coletivo a ser alcançado, no espaço de tempo, a médio e longo prazo, buscando dar identidade. A partir de 2020, a visão de futuro do IFPI é: Consolidar-se como centro de excelência em Educação Profissional, Científica e Tecnológica, mantendo-se entre as melhores instituições de ensino do País.

Por sua vez, os valores organizacionais são princípios ou crenças desejáveis, estruturados hierarquicamente, que orientam a vida da organização e estão a serviço de

interesses coletivos. Os valores do IFPI são: Ética, Respeito, Solidariedade, Diálogo, Participação, Transparência, Equidade e Responsabilidade.

1.3 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

Sigla: IFPI

CNPJ: 10.806.496/0001-49

Natureza Jurídica: Autarquia federal

End.: Avenida Presidente Jânio Quadros, 330/ Santa Isabel, Teresina - PI , 64.053-390

Fone: (86) 3131- 1443

Representante legal: Paulo Borges da Cunha

Ato legal: Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008

Página Institucional: www.ifpi.edu.br

1.4 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA MANTIDA

Nome da Mantida: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

Código: 1820

Sigla: IFPI

CNPJ: 10.806.496/0001-49

End.: Avenida Presidente Jânio Quadros, 330/ Santa Isabel, Teresina - PI, 64.053-390

Fone: (86) 3131- 1443

Reitor: Paulo Borges da Cunha

Credenciamento: Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008

Recredenciamento: PORTARIA No 1.479, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016, retificada em 13 de julho de 2017.

Página Institucional: www.ifpi.edu.br

1.5 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação do curso: Curso Superior de Tecnologia em Recursos Humanos

Modalidade de oferta: a Distância

Período de integralização do curso: 02 (dois) anos

Título acadêmico: Tecnólogo em Recursos Humanos

Regime letivo: Semestral

Vagas autorizadas: 40 (quarenta) vagas

Forma de acesso: Processo seletivo conforme resoluções vigentes

Carga horária total: 1.720h

1.5 ÁREA DE ATUAÇÃO

Atuar no sentido do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania, sem perder a dimensão do universal, constitui um preceito que fundamenta a ação do Instituto Federal do Piauí.

Ao ver-se como lugar de diálogo, o IFPI amplia seu campo de atuação ao espaço do território geográfico no qual se insere e que passa a ser o campo de negociação entre o local e o global, de construção de uma rede de solidariedade intercultural.

O IFPI atua a favor dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, qualquer que seja a esfera delimitada, a relação dialógica e democrática de seu fazer pedagógico possibilitará ganhos sociais expressivos e a superação de contradições existentes.

A estrutura multicampi e a clara definição do território de abrangência das ações do Instituto Federal do Piauí afirmam, na missão desta Instituição, o compromisso de intervenção em sua região, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável, com inclusão social.

Na busca de sintonia com as potencialidades de desenvolvimento regional, os cursos ofertados no âmbito do IFPI são definidos em atendimento às demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho local e da região. Convém salientar que o IFPI busca conciliar as demandas identificadas com a sua vocação e capacidade de oferta de cursos, em relação às reais condições de viabilização da proposta pedagógica: infraestrutura física, corpo docente e técnico, acervo bibliográfico, instalações e equipamentos.

Assim é que o Instituto Federal do Piauí constitui espaço fundamental na construção dos caminhos visando ao desenvolvimento local e regional dos territórios nos quais os seus campi estão inseridos. Na proposta pedagógica do Instituto Federal do Piauí, agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho (numa perspectiva histórica e no sentido ontológico) e discutir os princípios das tecnologias a ele concernentes dão luz a elementos essenciais para a definição de um propósito específico para a estrutura curricular da educação profissional e tecnológica. O que se propõe é uma formação contextualizada,

imersa em conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos.

A Instituição visa, portanto, contribuir com o desenvolvimento dos arranjos produtivos econômicos, sociais e culturais de cada território em que os campi do IFPI estão organicamente inseridos.

O IFPI oferta cursos nos diversos níveis/formas da educação profissional e superior, nos seguintes territórios de desenvolvimento:

- a) Planícies Litorâneas – Campus Parnaíba e Campus Cocal;
- b) Cocais - Campus Piripiri e Campus Pedro II;
- c) Carnaubais – Campus Campo Maior;
- d) Entre Rios – Campus Teresina-Central, Campus Teresina Zona Sul, Campus Angical do Piauí, Campus Avançado do Dirceu e Campus Avançado de José de Freitas;
- e) Serra da Capivara – Campus São Raimundo Nonato e Campus São João do Piauí;
- f) Vale dos Rios Piauí e Itaueiras – Campus Floriano;
- g) Tabuleiros do Alto Parnaíba – Campus Uruçuí;
- h) Vale do Sambito – Campus Valença do Piauí;
- i) Vale do Rio Guaribas – Campus Picos e Campus Avançado Pio IX;
- j) Chapada Vale do Rio Itaim – Campus Paulistana;
- k) Vale do Rio Canindé – Campus Oeiras;
- l) Chapada das Mangabeiras – Campus Corrente.

A presença de um campus nesses Territórios, além de promover a interiorização e abrangência da área de atuação do IFPI visa, sobretudo, à promoção do desenvolvimento socioeconômico regional, impulsionado pelo avanço da escolaridade e o acesso aos níveis

mais elevados do saber dos seus cidadãos, bem como à identificação da vocação produtiva, ao respeito e à preservação da cultura local e ambiental e, por conseguinte, à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Nesse sentido, a oferta dos cursos, bem como seu turno de funcionamento, tem sido orientada pela identificação dos arranjos produtivos locais, culturais e socioeducacionais em cujos Territórios os campi estão inseridos.

Para tanto, a articulação entre trabalho, ciência e cultura, na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares do IFPI, movido pelo desafio de viabilizar um ensino público, gratuito, democrático e de excelência direcionado às demandas sociais.

Como princípio em sua proposta político-pedagógica, o Instituto Federal do Piauí atua na oferta de educação básica, principalmente em cursos de ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio; ensino técnico em geral; graduações tecnológicas, licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, bem como em programas de pósgraduação *lato e stricto sensu*, sem deixar de assegurar a formação inicial e continuada de trabalhadores.

Nesse contexto, a transversalidade e a verticalização constituem aspectos que contribuem para a singularidade do desenho curricular nas ofertas educativas do Instituto Federal do Piauí, visto que a designação “instituição de educação superior, básica e profissional” confere-lhe uma natureza singular, na medida em que não é comum, no sistema educacional brasileiro atribuir a uma única instituição a atuação em mais de um nível de ensino.

Assim, a oferta da educação profissional e tecnológica, desde a formação inicial e continuada às graduações tecnológicas – denominação dada pela Lei nº 9.394/96, alterada pela Lei nº 11.741/08 –, ainda que prevaleça, não reduz a importância nem se contrapõe às obrigações dessa instituição com a educação básica e superior.

A área de atuação do IFPI compreende uma proposta pedagógica fundada na compreensão do trabalho como atividade criativa fundamental da vida humana e em sua

forma histórica, como forma de produção. Assim sendo, o que está posto para o Instituto Federal do Piauí é a formação para o exercício profissional tanto para os trabalhadores que necessitam de formação em nível superior para a realização de suas atividades profissionais, quanto para os que precisam da formação em nível médio técnico, e também para aqueles que atuam em qualificações profissionais mais especializadas; ao mesmo tempo, as atividades de pesquisa e extensão estão diretamente relacionadas ao mundo do trabalho.

No tocante à formação de tecnólogos, em sua proposta curricular, contemplam a inovação na abordagem das metodologias e práticas pedagógicas, com o objetivo de contribuir para a superação da cisão entre ciência-tecnologia-cultura-trabalho e teoria-prática num o tratamento pedagógico para romper com a fragmentação do conhecimento.

Assim, é da natureza do Instituto Federal do Piauí validar a verticalização do ensino e balizar suas políticas de atuação pela oferta de diferentes níveis e modalidades da educação profissional e tecnológica, básica e superior, a partir de um projeto pedagógico singular.

1.6 JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO

Os últimos anos foram caracterizados por mudanças intensas ocorridas nos diversos campos do conhecimento. A tecnologia evoluiu consideravelmente. Os métodos, processos e técnicas de gestão traduzem-se em uma outra realidade para as organizações. Na era da informação e do conhecimento, o mundo globalizado impõe uma nova dinâmica às sociedades industrializadas ou não. A velocidade e a intensidade dessas mudanças modificam as culturas regionais e tornam obsoletos os paradigmas tradicionais. Tudo, rapidamente, vira passado.

O Brasil, na atualidade, está diante de um grande desafio na busca de soluções para essa situação e precisa, entre outras providências, criar condições para fortalecer suas empresas, haja vista que pesquisas, realizadas por segmentos empresariais representativos, mostram que grande parte das nossas organizações têm um perfil tipicamente familiar, enquanto a concorrência das empresas transnacionais é cada vez mais acirrada – estas possuem capital, tecnologia de ponta e processos de gestão avançados. Assim, qualquer alternativa que vise à superação dessa problemática

precisa passar por um amplo processo de profissionalização das empresas locais, sob pena da extinção de um modelo que é responsável pela geração de 80% do Produto Interno Bruto/PIB do País e pela absorção de grande parte da mão-de-obra formalmente ocupada.

No Piauí, de acordo com sondagens realizadas no Sebrae/PI, Senac/PI e FIEPI, é enorme a falência das empresas locais, particularmente com a entrada da concorrência externa beneficiada pela isenção fiscal, a alta carga tributária, a falta de um estudo de mercado e de um planejamento criterioso. Acrescenta-se, ainda, a deficiência da qualificação da mão-de-obra como uma das mais visíveis, notadamente daqueles profissionais voltados para a gestão das organizações e dos seus órgãos internos. O comércio varejista, o setor educacional, a indústria de alimentos, a indústria de bebidas, o setor de saúde, o setor imobiliário, dentre outros, necessitam de pessoas capacitadas para conduzir empresas e empreender negócios, atuando com competência, tomando decisões ousadas e agindo, sobretudo, com uma visão de futuro.

O Instituto Federal do Piauí (IFPI), as Universidades e as Instituições de Educação Profissional diante da problemática posta, assumem um papel relevante como instituições qualificadoras de mão-de-obra para todos os segmentos sociais e econômicos, dentre os quais, destacam-se as empresas como fontes geradoras de bens e serviços, e agentes capazes de gerar empregos e renda – especialmente, numa região com complexidades econômicas, mas com um grande potencial como a do Estado do Piauí.

A Gestão de Recursos Humanos, no contexto ora descrito, num primeiro plano, apresenta-se como algo relevante ao desenvolvimento da sociedade em geral, e, em segundo, como um instrumento de fundamental importância para as organizações, principalmente nos setores de recursos humanos, tornando-as mais competitivas e ajustadas a um mercado volátil.

No Piauí, até o presente momento, a formação de profissionais em nível superior, voltada para a Gestão de Recursos Humanos é incompatível com a demanda. O curso de bacharelado nas instituições públicas – Universidade Federal e Universidade Estadual –, por serem mais antigos, são concebidos para uma abordagem genérica da Ciência da Administração. Sendo assim, não há, no Estado, cursos presenciais, em nível de graduação, com menor duração, que tenham, como finalidade maior, a

instrumentalização de profissionais habilitados para exercer as atividades práticas da condução de Recursos Humanos em organizações. Nesse contexto, o Curso de Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos, oferecido pelo IFPI, desde o segundo semestre do ano de 2002, sem dúvida, responde às expectativas do mercado, oportunizando uma considerável contribuição na qualificação de mão-de-obra especializada, destinada ao fortalecimento do setor de Recursos Humanos das organizações.

Tendo em vista uma formação de qualidade do futuro Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos, o curso está estruturado de forma a possibilitar formação abrangente requerida pelo mundo do trabalho. Sendo assim, o futuro tecnólogo deverá ter a oportunidade, durante seu processo de formação, de vivenciar experiências inerentes a sua prática profissional, através do contato com docentes, palestrantes e diversificadas fontes bibliográficas. Deverá, igualmente, participar de atividades de planejamento em gestão, com formulação de problemas e busca de soluções, avaliando situações da área empresarial pública e privada.

Em 2022, considerando as mudanças ocorridas e, tendo em vista, a dinamicidade do currículo, que se constitui em um verdadeiro processo de constante (re) construção do conhecimento, apresenta-se, neste documento, o novo plano do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos oferecido pelo IFPI, com o fim de aperfeiçoá-lo.

1.7 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO

As vagas são distribuídas considerando o percentual de 50% para ampla concorrência e 50% para as vagas reservadas de acordo com a Lei nº 12.711/2012, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas) - alterada pela Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023, distribuídas conforme o percentual do IBGE para:

- Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo, que tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos autodeclarados quilombolas, com renda familiar bruta

per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo, que tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou médio em escolas públicas, conforme o caso.

- Candidatos com deficiência, independente de etnia, que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos, independente de etnia, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo, que tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos autodeclarados quilombolas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos com deficiência que, independentemente de etnia e independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos, independente de etnia e independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas, conforme o caso.

Além da política de cotas, o IFPI adota como ação afirmativa própria uma reserva de vagas de 5% para estudantes com deficiência (PcD) que não é egresso da escola pública, conforme Resolução Normativa CONSUP/IFPI nº 195/2024, de 18 de janeiro de 2024, que atualiza a Política de Cotas e os procedimentos de heteroidentificação, no âmbito do IFPI.

Ingresso de Portador de Curso Superior e Transferência Externa

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí aceita, para o mesmo curso ou cursos afins ou correlatos, a transferência de alunos de outras Instituições de Ensino Superior, bem como para o ingresso de portadores de diploma de graduação, para preenchimento de vagas remanescentes existentes oriundas de cancelamentos de matrícula, por meio de edital de seleção pública.

Chamadas Públicas

Caso não ocorra o preenchimento de todas as vagas ofertadas no processo seletivo, será realizado processo de Chamada Pública, com a seleção de candidatos para provimento das vagas remanescentes com base na maior nota obtida pelo candidato na Prova de Redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em um dos últimos quatro anos Médio, conforme dispõe o Art. 51 da Lei nº. 9394/96, respeitando-se a quantidade de vagas oferecidas em cada processo seletivo e as cotas previstas na Lei nº 12.711/2012, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas) - alterada pela Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016.

CAPÍTULO 02: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA E CERTIFICAÇÃO

2.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

2.1.1 Políticas de Ensino

A Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) é a unidade organizacional subordinada à Reitoria, responsável por planejar, organizar, estabelecer, monitorar e avaliar as políticas e diretrizes de ensino para o IFPI, integradas à pesquisa e à extensão. Assim, compete à PROEN, representada no campus Teresina Central pela Diretoria de Ensino do campus Teresina Central, implementar ações e políticas de ensino para todos os níveis, formas e modalidades de atuação em educação profissional, tecnológica e de graduação, em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação - MEC e com os princípios pedagógicos definidos no projeto pedagógico institucional.

O IFPI campus Teresina Central tem como instrumento norteador para desenvolver as políticas de ensino, o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2020/2024, as diretrizes nacionais para a Educação Superior, o catálogo Nacional dos Cursos Tecnológicos e normativas da PROEN. Destaca-se que a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 207, estabelece a chamada indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

*“As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de **indissociabilidade** entre ensino, pesquisa e extensão.” (grifo nosso)*

Conforme a Constituição (1988), esses três pilares são *inseparáveis* e essenciais para a construção de uma Instituição de Ensino de qualidade e que atenda às necessidades dos alunos e também da sociedade. Assim, o curso Superior de Tecnologia em Gestão e Recursos Humanos do campus Teresina Central segue a orientação proposta no PDI.

A política de educação superior do IFPI - campus Teresina Central respalda-se na perspectiva inclusiva e no compromisso com a democratização do acesso ao ensino superior, com a permanência, êxito e qualidade. Em consequência, a oferta de cursos superiores visa ao atendimento das necessidades presentes na sociedade brasileira e ao desenvolvimento socioeconômico do Piauí. Dessa forma, o IFPI concebe a educação superior na ótica de uma formação humana e de desenvolvimento profissional e social, o que significa potencializar a existência de espaços educativos nos quais os valores técnicos, éticos e políticos do profissional, possam ser exercidos de forma crítica e consciente. Significa ainda reconhecer que os egressos do curso Superior de Tecnologia em *Gestão de Recursos Humanos* devem ser agentes sociais, capazes de planejar as ações, de gerir a atuação profissional e de intervir na estrutura social. Para tanto, o IFPI propõe ações acadêmicas que devem compor um conjunto significativo de atividades curriculares e extracurriculares à disposição dos estudantes, dentre elas: prática durante todo o curso, iniciação científica e tecnológica, pesquisa, tutorias de aprendizagem, mobilidade acadêmica, eventos técnico-científicos, aulas externas e visitas técnicas a empresas e demais organizações do mundo do trabalho. Todas essas vivências são compreendidas como atividades que favorecem a superação da dicotomia entre teoria e prática e possibilitam o estabelecimento de diálogos entre as diferentes áreas de conhecimento.

O ensino superior de oferta pública e gratuita assenta-se na integração do ensino, pesquisa e extensão por meio de mecanismos que articulam saberes acadêmicos e populares visando à produção de conhecimentos para a intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico.

A educação superior ministrada no curso Superior de Tecnologia em *Gestão de Recursos Humanos*, nos termos do Artigo 43 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tem por finalidade:

I. estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II. formar diplomados no curso superior de Tecnologia em *Gestão de Recursos Humanos*, aptos para a inserção em setores profissionais, para participar do desenvolvimento da sociedade brasileira, e para colaborar na sua formação contínua;

III. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV. promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V. suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI. estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII. promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

Para tanto, torna-se fundamental ter estruturas curriculares flexíveis, que ultrapassem os domínios dos componentes curriculares, valorizem a relação teórico-prática, reconheçam a interdisciplinaridade como elemento fundante da construção do saber e

adotem metodologias de ensino integradoras. Somadas às políticas de ensino supracitadas, será implantada ações que possibilitem a inclusão dos alunos com deficiência, como forma de viabilizar a construção de um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que prega igualdade e diferença como valores indissociáveis. A Política de Inclusão do IFPI objetiva promover adaptações de acesso ao currículo para os alunos com deficiência por meio da eliminação de barreiras metodológicas. As ações agrupadas neste objetivo visam aprimorar o processo de ensino e fornecer suporte aos alunos com deficiências, altas habilidades ou com mobilidade reduzida durante os seus processos formativos.

2.1.2 Políticas de Extensão

A extensão universitária é um dos pilares constitucionais que visa construir uma formação universitária de qualidade interligando a educação às diversas esferas da sociedade, contribuindo para a formação dos alunos e da sociedade. Assim,

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a Universidade e outros setores da sociedade. (FORPROEX, 1987)

A Resolução Normativa 131/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 25 de abril de 2022 e o PDI, servirão de orientação para a construção das atividades voltadas à extensão no curso Superior de Tecnologia em *Gestão de Recursos Humanos* e visam à promoção e à interação transformadora entre a Instituição e a comunidade, integrando os saberes e buscando o desenvolvimento social. As atividades de extensão pressupõem ação conjunta com a comunidade, tornando disponível a esta última o conhecimento acumulado e produzido pelos múltiplos potenciais desenvolvidos na Instituição. Esta ação produz um novo conhecimento a ser trabalhado e articulado com o ensino. A defesa pela definição de uma política de extensão no curso Superior de Tecnologia do campus está balizada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 9.394/1996, artigo 43, inciso VII, que estabelece à Educação Superior, dentre outras finalidades, “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”, e na Lei nº

11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, estabelecendo, no Art. 7º, dentre os seus objetivos:

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

De acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE, 2001), A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade.

Com a atualização do Plano Nacional de Educação (2014), as metas da Extensão passam a ocupar um espaço de referência no contexto curricular, pois ela objetiva: Assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social. A Extensão no Curso Superior em Tecnologia em *Gestão de Recursos Humanos* é entendida como prática que integra as atividades de ensino e de pesquisa, em resposta às demandas da população da região de seu entorno. Portanto, o curso segue a Resolução CONSUP/IFPI nº 065/2019 IFPI, de 23 de outubro de 2019, que regulamenta as Ações de Extensão no IFPI em conformidade com o disposto no Art. 8º da Resolução CNE/CES no 07/2018, quanto às atividades extensionistas: programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços.

O IFPI campus Teresina Central, desenvolve com o apoio do Programa Institucional de Apoio à Extensão (ProAEx) subprogramas que oportunizam a práxis extensionista em todos os eixos e áreas de atuação da Extensão, bem como Programas e Projetos. Instituído pela Resolução CONSUP nº 034/2014, desenvolve os Subprogramas Bolsa de Extensão (PIBEX), Cursos de Extensão, Bolsas para participação em Eventos de Extensão, Jogos

Intercampi, Subprograma de Apoio à Promoção de Eventos Institucionais, Apoio a publicações no âmbito da Extensão, Subprograma Institucional de Pré-Incubação de Empreendimentos Inovadores e Projetos Empresas Juniores, Estágios Institucionais, Núcleo de Ensino de Línguas Estrangeiras, Subprograma de Incentivo à Promoção de Eventos Artístico-Culturais (Edital Arte e Cultura), Subprograma Extensão Itinerante, Subprograma IFPI em Ação Social, Subprograma Bolsa Atleta; Subprograma de Inclusão e Diversidade, Subprograma de Cooperação e Convênios e Subprograma Economia Solidária e Criativa.

Aliado ao ProAEX, a Extensão no IFPI, campus Teresina Central, vem assegurar ao educando, em suas múltiplas modalidades de ensino, a assistência estudantil a fim de contribuir para seu êxito acadêmico e sua permanência na Instituição, bem como sua inserção no mercado de trabalho, tanto através de estágios ou por meio do programa jovem aprendiz, como possibilitando ao aluno egresso a participação em projetos e programas sociais ou acadêmicos e a troca de experiências. Também assegura o fortalecimento das Áreas-Eixo através dos Núcleos de Estudos em Extensão instituídos de forma democrática e com a participação de toda a comunidade acadêmica para execução de suas ações nos campi, a exemplo do (NEABI), Núcleo de Empreendedorismo Inovador (NEPI) e Núcleo de Línguas Estrangeiras (NELE), todos voltados para a comunidade externa e como apoio ao Ensino. Além disso, o IFPI promove campanhas de cunho social voltadas para comunidades carentes, feiras e eventos de inovação tecnológica, visando ao desenvolvimento das cadeias produtivas locais e regionais de nosso Estado. Dessa forma, a Política de Extensão no IFPI está coerente com o Plano Nacional de Extensão (PNE, 2001) que estabelece, como princípio: para a formação do profissional cidadão, é imprescindível sua efetiva interação com a sociedade, seja para se situar historicamente, para se identificar culturalmente e/ou para referenciar sua formação técnica com os problemas que um dia terá de enfrentar (PNE, 2001).

2.1.3 Políticas de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

O curso Superior de Tecnologia em *Gestão de Recursos Humanos* junto à Diretoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação do campus Teresina Central e a Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação do IFPI, PROPI, procura estabelecer um elo com as ações de Ensino e

Extensão com vistas a uma sociedade plural de forma articulada com os arranjos produtivos locais. A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, LDB 9.394, de 1996, entende que o incentivo à pesquisa e a investigação científica é uma forma de o educando entender a si próprio e o meio em que vive por meio da ciência, tecnologia, e da criação e difusão cultural. Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPI, PDI, são estratégias a serem executadas no curso:

- a) planejar as atividades de pesquisa, pós-graduação e inovação em consonância com a realidade social do campus;
- b) estimular a criação e manutenção de cursos de pós-graduação nos níveis lato sensu e stricto sensu no eixo tecnológico do curso;
- c) promover a realização de projetos de pesquisa com a finalidade de atendimento da demanda Regional;
- d) definir ações para captação de recursos para promoção de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação com vistas à proteção do conhecimento gerado e sua transferência de tecnologia;
- e) estimular a publicação em periódicos e a participação dos docentes e discentes.

Finalmente, o curso buscará a realização de trabalhos em conjunto com discentes de outros cursos na realização de projetos de pesquisa de forma conjunta, possibilitando assim o intercâmbio de conhecimentos com áreas correlatas ao curso de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos.

2.2 OBJETIVOS DO CURSO

2.2.1 Objetivo Geral

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos tem por objetivo geral formar profissionais com visão estratégica em recursos humanos, capazes de produzir e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na transformação das empresas, no aprimoramento de suas habilidades pessoais em comunicação, liderança e planejamento, capazes de gerir, planejar, organizar, executar e avaliar programas no campo da gestão de pessoas e talentos, através da aplicação de técnicas gerenciais eficientes e eficazes.

2.2.2 Objetivos Específicos

- Preparar profissionais em recursos humanos que possam analisar o posicionamento da organização no contexto político, social e econômico em que esteja inserida;
- Formar profissionais aptos em atuar na área de Recursos Humanos de instituições públicas ou privadas, especificamente no planejamento e gerenciamento dos subsistemas de gestão de pessoas, tais como recrutamento e seleção, cargos e salários, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho, rotinas de pessoal, benefícios, gestão de carreiras e sistema de informação de recursos humanos.
- Capacitar gestores de recursos humanos que tenham habilidades de comunicação inter e intrapessoal;
- Aprimorar, nos futuros gestores de recursos humanos, a capacidade de liderança em relação aos grupos de interesse da organização;
- Desenvolver uma mentalidade voltada à cultura do planejamento e organização de recursos humanos, em função dos objetivos da organização;
- Conhecer e aplicar técnicas gerenciais modernas, capazes de alavancar o desenvolvimento dos recursos humanos das organizações.
- Propiciar o desenvolvimento de uma responsabilidade ética e social.
- Formar profissionais para desenvolver o espírito empreendedor;
- Possibilitar a vivência e o reconhecimento da importância da Pesquisa e Extensão para a formação dos alunos.
- Educar os futuros gestores a reconhecer a pluralidade étnico-racial e cultural da sociedade brasileira e disseminar a cultura da inclusão e diversidade nas organizações.

2.3 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O egresso deverá possuir conhecimento de todas as atividades relacionadas à função de gestão de recursos humanos, tais como: recrutamento e seleção; gestão de competências, elaboração de planos de cargos e salários e benefícios; treinamento, desenvolvimento e educação, administração de rotinas de pessoal; avaliação de clima e

cultura organizacional; gestão de desempenho e de carreira; saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho, a inclusão e a gestão da diversidade, atuando embasado em competências técnicas, comportamentais e humanas, não se sustentando na replicação de técnicas como um fim em si mesmo.

A atuação será calcada no reconhecimento de objetivos das pessoas e das organizações, por meio do questionamento constante de práticas, adaptando-as e modificando-as quando necessário, para melhoria do desempenho individual, grupal e organizacional.

Ao término do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos o egresso possuirá perfil profissional para:

- Planejar e gerenciar sistemas de gestão de pessoas, tais como recrutamento e seleção, cargos e salários, treinamento e desenvolvimento, rotinas de pessoal e benefícios;
- Desenvolver Planos de Carreira;
- Promover o desenvolvimento de competências relacionadas ao comportamento individual (motivação), de grupo (negociação, liderança, poder e conflitos) e organizacional (cultura, clima, estrutura e tecnologias) e planejamento de Programas de Qualidade de Vida no Trabalho – QDV;
- Especificar e gerenciar sistemas de avaliação de desempenho dos colaboradores da organização.
- Realizar diagnóstico organizacional e propor estratégias de desenvolvimento organizacional.

Neste contexto, o papel do tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos é de suma relevância na sociedade atual, pois ele é o responsável pelo desempenho de uma ou mais pessoas dentro da organização, bem como pela tomada de decisões. Deve apresentar um perfil empreendedor, oportunizar mudanças e por fim propor soluções que melhorem o desempenho e as potencialidades das pessoas de sua organização por meio das técnicas e ferramentas de gestão. Sendo assim, o gestor contemporâneo obtém resultados através de sua gerência na organização e das pessoas que nela trabalham.

2.3.1 Competências e Habilidades

Para atuação como Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos, são fundamentais:

- ✧ Conhecimentos sobre os subsistemas de gestão de pessoas, comportamento e clima organizacional, legislação trabalhista e previdenciária, cargos e salários;
- ✧ Capacidade de gestão em saúde e segurança, qualidade de vida no trabalho e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), gestão de desempenho e gestão por competências.
- ✧ Capacidade de assegurar a sustentabilidade, atendimento às normas técnicas. Liderança de equipes, habilidade de gerir conflitos e solucionar problemas técnicos.

O tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos desenvolve atividades relacionadas ao planejamento, execução, controle e avaliação dos processos gerenciais da gestão de pessoas em diferentes tipos de organizações públicas e/ou privadas, sociedade civil, sem fins lucrativos, entre outras.

Competências

- ✧ Ser capaz de identificar entre os subsistemas existentes a correta aplicabilidade na organização que atua;
- ✧ Ser capaz de identificar as principais ferramentas de Gestão de Pessoas utilizadas na Organização Contemporânea;
- ✧ Conhecer as técnicas no processo de Recrutamento;
- ✧ Conhecer as principais ferramentas para o Processo de Seleção;
- ✧ Perceber os aspectos não visíveis da construção da Cultura: hierarquia, jeito de ser, modo de trabalho, comunicação, tarefas, desempenho, controle;
- ✧ Conhecer os principais conceitos da Política de Treinamento e desenvolvimento de Pessoas;
- ✧ Conhecer os conceitos essenciais para a estruturação da Política de Modelagem de Cargos;
- ✧ Conhecer os principais Sistemas de Remuneração;
- ✧ Conhecer as práticas de Recompensas Organizacionais;
- ✧ Conhecer os principais conceitos e técnicas para a Qualidade de Vida e segurança no

Trabalho;

- ✧ Compreender a Consolidação das leis Trabalhistas, no que tange aos aspectos dos processos e rotinas;
- ✧ Ser capaz de estruturar um planejamento de provisionar, manter, desenvolver e monitorar pessoas junto a uma organização.

Habilidades

- ✧ Capacidade de reconhecer entre as ferramentas disponíveis da gestão de pessoas a aplicabilidade da provisão, manutenção, desenvolvimento e monitoramento de pessoas;
- ✧ Ser capaz de identificar a cultura organizacional e diagnosticar o clima de uma organização, bem como construir de plano de ação para melhorias no Clima e Comunicação Organizacional;
- ✧ Ser capaz de olhar e refletir sobre a organização como um espaço social, considerando as pessoas como seres biopsicossociais promovendo a harmonia entre todos os elementos da qualidade de vida;
- ✧ Elaborar relatórios setoriais de consolidação da avaliação de desempenho, visando processos de melhoria contínua;
- ✧ Ser capaz de aplicar a gestão por competência com base na cultura organizacional entendendo as dimensões e aplicações da gestão por competência de acordo com a realidade da organização;
- ✧ Discutir o processo de construção de soft skills promovidas por uma nova demanda de mundo;
- ✧ Desenvolver no aluno atualização dos conceitos sobre as principais políticas de RH;
- ✧ Desenvolver as políticas básicas de RH no que tange os principais conceitos de cargos, tarefas e atribuições;
- ✧ Aplicar a legislação vigente, seus processos e rotinas trabalhistas.

2.3.2 Articulação do Perfil com as Necessidades Locais e Regionais

O **Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos** tem por finalidade preparar profissionais no campo da gestão capazes a assumir cargos de liderança, pronto a

vencer desafios impostos pela exacerbada concorrência dos mercados da atualidade, ser proativo na busca de resultados e dinâmico na gestão de pessoas e na gestão burocrática do setor, ou seja, é preciso um olhar estratégico, voltado para as necessidades do colaborador, mas que também verifique e aja sob as necessidades da empresa, de forma que organização e colaboradores caminhem na mesma direção seguindo a missão organizacional.

É preciso, pois, que esse profissional, ciente da importância de uma visão interdisciplinar, esteja voltado a atividades estratégicas que vislumbrem o conhecimento da economia global, do mercado de trabalho, das tendências de sua profissão, comportamento de massa, acontecimentos atuais, políticos, sociais e econômicos com comprometimento ético, proativo e, fundamentalmente, autonomia intelectual embasada na pesquisa e solução de problemas.

Um gestor em Recursos Humanos pode contribuir para o desenvolvimento regional, em que cidadãos éticos são capazes de gerar soluções criativas, fomentando a pesquisa e o desenvolvimento, inter-relacionando-se com as organizações e com a comunidade, promovendo o crescimento e a melhoria da qualidade de vida objetivando aplicar as estratégias da gestão de recursos humanos como diferencial competitivo, aperfeiçoando o funcionamento social, econômico e político; através de críticas inovadoras, por meio de informações e questionamentos profissionais e pessoais, tendências e novas formas de abordagem que servirá como facilitador no seu processo decisório.

2.4 ORGANIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DAS DISCIPLINAS

O curso está organizado em regime semestral com duração mínima de 4 (quatro) módulos semestrais, na proporção de um módulo para cada período letivo, sendo cada um deles integralizado por componentes curriculares e atividades complementares. O tempo máximo para integralização do curso é de 8 (oito) semestres.

Os componentes curriculares do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, na modalidade a distância estão organizados de forma a atender os requisitos legais citados anteriormente no perfil do egresso e serão desenvolvidos através de aulas teóricas e/ou práticas, atividades de extensão e atividades complementares. Distribuem-se em 04 (quatro) Módulos semestrais, perfazendo, no total, uma carga horária

máxima de **1.720** (hum mil esetecentas e vinte) horas, assim distribuídas:

a) Disciplinas Regulares (1.440 horas): apresentadas numa sequência recomendada, considerando os pré-requisitos de conhecimento. Foram construídas a partir dos referenciais curriculares de formação geral e específica para a área de Gestão de Recursos Humanos, do perfil profissional pretendido para o egresso do curso e nas descrições constantes do eixo tecnológico de “Gestão e Negócios”, do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.

b) Disciplina Optativa (40 horas): Também de caráter obrigatório, integra o currículo do curso e consiste em disciplinas, numa perspectiva de flexibilização curricular, são ofertadas com o objetivo de complementar, aprofundar ou atualizar conhecimentos dos estudantes visando à ampliação da formação profissional e atendimento às demandas emergentes e inovadoras do mundo do trabalho contemporâneo. O rol de disciplinas oferecido para o curso contempla seis opções, que serão ofertadas de acordo com a disponibilidade do departamento no período, das quais o(a) discente optará por uma, conforme sua preferência, para compor a carga horária mínima do curso. O componente curricular optativo é parte integrante da matriz curricular e contabilizada para integralização do curso, sendo implementado no histórico escolar do aluno quando cursado com êxito.

c) Disciplinas de extensão (160 horas): É entendido como fundamental na formação do discente e viabiliza a permanente ligação do curso com o meio produtivo e as necessidades da comunidade. Possui caráter obrigatório e se dará por meio de quatro disciplinas obrigatórias, sendo duas de teoria e planejamento e duas de execução de projetos de extensão que tenham relação com a comunidade externa do IFPI.

d) Atividades Complementares – AC (80 horas): As AC constituem-se de experiências educativas que visam à ampliação do universo cultural dos alunos e ao desenvolvimento da sua capacidade de produzir significados e interpretações sobre as questões sociais, de modo a potencializar a qualidade da ação educativa. São consideradas como Atividades Complementares as experiências adquiridas pelos alunos durante o curso, em espaços educacionais diversos, nas diferentes tecnologias, no espaço da produção, no campo científico e no campo da vivência social. As AC no Curso de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos correspondem a 5% da carga-horária mínima obrigatória e somam-se a ela para a composição da carga-horária total do curso.

2.5 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Com a intenção de promover a interação transformadora entre instituições de ensino superior e outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa, a Resolução CNE/CES 7/2018 prevê em seu artigo 4º que as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos.

A referida normativa apresenta as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regimenta o que está disposto no Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014, para o decênio 2014-2024 que, em sua meta 12, estratégia 12.7, prevê assegurar a destinação de, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

O IFPI regulamentou internamente a matéria, por meio da Resolução Normativa 131/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 25 de abril de 2022, que estabelece as Diretrizes para a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

A extensão é um processo educativo e formativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre as instituições e a sociedade, levando em consideração a territorialidade. É entendida como prática acadêmica que interliga os Institutos Federais nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da população, como forma de consolidar a formação de um profissional cidadão e se credenciar junto à sociedade como espaço privilegiado de produção e difusão do conhecimento na busca da superação das desigualdades sociais.

No IFPI a extensão é concebida como uma práxis que possibilita o acesso aos saberes produzidos e às experiências acadêmicas, oportunizando, dessa forma, o usufruto direto e indireto desses saberes e experiências, por parte de diversos segmentos sociais, de modo beneficiar a consolidação e o fortalecimento dos arranjos socioprodutivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural.

São objetivos da curricularização da extensão no âmbito do IFPI:
garantir o percentual mínimo de 10% (dez por cento) da carga horária obrigatória de todos os cursos de graduação em atividades curriculares de extensão;

- ✧ incentivar o desenvolvimento de atividades curriculares de extensão nos demais cursos ofertados, ressignificando-os;
- ✧ fomentar o desenvolvimento pessoal e profissional por meio do protagonismo dos estudantes;
- ✧ promover interação dialógica com a comunidade e os contextos locais, por meio dos cursos ofertados pela RFEPECT, ressignificando-os;
- ✧ promover a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão;
- ✧ garantir, prioritariamente, a organicidade da curricularização da extensão, isto é, as atividades de extensão desenvolvidas nos componentes curriculares, como proposta prevista no PPC dos cursos de graduação do IFPI;
- ✧ ampliar os impactos social e acadêmico dos cursos de graduação;
buscar formação e atuação transdisciplinar e interprofissional; e
- ✧ garantir atividades de extensão de forma orgânica, permanente e articulada.

São modalidades de atividades de extensão curricularizadas:

1. programas;
2. projetos;
3. cursos e oficinas;
4. eventos; e
5. prestação de serviços.

Não são consideradas atividades curriculares de extensão, para fins de creditação curricular:

1. estágios curriculares;
2. projeto integrador como componente curricular (quando constar no currículo);
3. aulas de campo, visitas técnicas, científicas ou culturais;
4. atividades práticas do curso;
5. atividades complementares;
6. iniciação científica;
7. iniciação à docência;
8. monitorias e tutorias.

No IFPI a curricularização da extensão estará presente no currículo dos cursos de graduação no formato de componentes curriculares específicos de extensão, de acordo

com o definido na Resolução Normativa 131/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 25 de abril de 2022, e na NOTA TÉCNICA 6/2022 - PROEN/REI/IFPI, de 9 de setembro de 2022. Os critérios de avaliação destes componentes curriculares são determinados pela Organização Didática vigente.

2.6 ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular do Curso de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos na modalidade EaD encontra-se organizada, conforme a Matriz Curricular a seguir.

Quadro 01 - Matriz Curricular do Curso de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos na modalidade a distância por semestre.

Nº	MÓDULO I – DISCIPLINAS	Pré-requisito	C/H Sem.	C/H Extensão	C/H Ensino
00	Educação aberta e a Distância	-	01	-	40
01	Teorias e Fundamentos da Administração	-	03	-	60
03	Direito Público e Privado	-	02	-	40
04	Gestão de Recursos Humanos	-	03	-	60
05	Legislação Trabalhista	-	03	-	60
06	Psicologia Organizacional e do Trabalho	-	03	-	60
07	Economia do Trabalho	-	02	-	40
08	Sociologia do Trabalho	-	02	-	40
09	Fundamentos e Metodologia de Extensão no Ensino Superior	-	02	40	-
Subtotal de Extensão					40
Subtotal de Ensino					400
Atividades Complementares					20
CARGA HORÁRIA TOTAL DO MÓDULO					460
Nº	MÓDULO II – DISCIPLINAS	Pré-requisito	C/H Sem.	C/H Extensão	C/H Total
09	Gestão de Cargos e Salários	-	03	-	60
10	Recrutamento, Seleção e Integração	-	03	-	60
11	Direitos Sociais e Legislação Previdenciária	-	03	-	60
12	Organização, sistemas e métodos	-	02	-	40
13	Comunicação Organizacional	-	02	-	40
14	Comportamento Organizacional	-	03	-	60
15	Gestão Financeira em Recursos Humanos	-	02	-	40
16	Planejamento Extensionista	-	02	40	-
Subtotal de Extensão					40
Subtotal de Ensino					360
Atividades Complementares					20
CARGA HORÁRIA TOTAL DO MÓDULO					420

Nº	MÓDULO III - DISCIPLINAS	Pré-requisito	C/H Sem.	C/H Extensão	C/H Total
17	Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho	-	03	-	60
18	Rotinas e Cálculo Trabalhista	04	03	-	60
19	Treinamento, Desenvolvimento e Educação corporativa	-	03	-	60
20	Planejamento de Carreiras e Avaliação de Desempenho	-	03	-	60
21	Gestão de Benefícios Corporativos	-	02	-	40
22	Gestão de Conflitos e Técnicas de Negociação	-	02	-	40
23	Sistema de Informações Gerenciais	-	02	-	40
24	Extensão Curricular 1	16	02	40	-
Subtotal de Extensão					40
Subtotal de Ensino					360
Atividades Complementares					20
CARGA HORÁRIA TOTAL DO MÓDULO					420
Certificação parcial módulo III: Analista de Recursos Humanos, código da CBO 2524-05.					
Nº	MÓDULO IV - DISCIPLINAS	Pré-requisito	C/H Sem.	C/H Extensão	C/H Total
25	Assessoria e Consultoria	-	03	-	60
26	Planejamento Estratégico em RH	-	03	-	60
27	Empreendedorismo	-	03	-	60
28	Desafios e Tendências em RH	-	03	-	60
29	Auditoria em Gestão de Recursos Humanos	-	02	-	40
30	Relações Étnico-Raciais	-	02	-	40
31	Optativa	-	02	-	40
32	Extensão Curricular 2	16	02	40	-
Subtotal de Extensão					40
Subtotal de Ensino					360
Atividades Complementares					20
CARGA HORÁRIA TOTAL DO MÓDULO					420
CARGA HORÁRIA TOTAL					1.720

Fonte: comissão de elaboração do PPC.

2.7 CONTEÚDOS CURRICULARES

Apresenta-se a seguir o conjunto de disciplinas e suas respectivas ementas que compõem a Matriz Curricular do Curso superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, na modalidade a distância, bem como suas ementas, bibliografia básica e complementar.

Curso	Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	
Unidade curricular	Educação aberta e a Distância	Código: 00
Módulo: I	Carga horária: 40h	Pré-requisito: Não possui
Ementa		
A modalidade de Educação a Distância: histórico, características, definições e regulamentações. Fundamentos e paradigmas teóricos e metodológicos da Educação a Distância. Organização de sistemas de Educação a Distância: processo de comunicação, processo de tutoria, mediação pedagógica, avaliação, processo de gestão e produção de material didático. Educação a Distância e ambientes virtuais de ensino-aprendizagem.		
Bibliografia básica		
[1] BARBOSA, R. M. (org.). Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed [2] BELLONI, M. L. Educação a distância. Campinas: Autores Associados. [3] CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2003. [4] DURAN, D.; VIDAL, V. Tutoria - Aprendizagem entre iguais. Porto Alegre: Artmed, [5] GUEVARA, A. J. de H.; ROSINI, A. M. (orgs.). Tecnologias emergentes: organizações e Educação. São Paulo: CENAGAGE Learning, 2008.		
Bibliografia complementar		
[1] MASETTO, M. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas (SP): Papirus, 2000. 2. MOORE, M.; KEARSLEY, G. Educação a Distância – uma visão integrada. São Paulo: CENAGAGE Learning, 2008. [2] NEGROPONTE, Nicholas. A vida digital. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. [3] PETERS, O. O. Didático do ensino a distância. São Leopoldo (RS): Vale do Rio dos Sinos, 2001. [4] PRETI, O. (org). Educação a distância: construindo significados. Cuiabá: NEAD/IE – UFMT: Brasília: Plano, 2000.		

Curso	Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	
Unidade curricular	Teorias e Fundamentos da Administração	Código: 01
Módulo: I	Carga horária: 60h	Pré-requisito: Não possui
Ementa		
As transformações no mundo e nas organizações e a importância da Administração. A relação entre níveis organizacionais, processo decisório e responsabilidades. O papel do Administrador. O estudo da evolução do pensamento administrativo, enquanto ciência administrativa - Teorias Clássicas da Administração: Administração Científica e Teoria Clássica; Teoria da Burocracia; Escola das Relações Humanas e Comportamental; Teoria Estruturalista; Teoria Neoclássica e Perspectivas contemporâneas da Administração, com ênfase nas funções administrativas: planejamento, organização, direção e controle; Teoria dos Sistemas; Teoria da Contingência, Desenvolvimento Organizacional e Administração por Objetivos.		

Bibliografia básica	
CHIAVENATO, Idalberto. Princípios da administração : o essencial em teoria geral da administração. Rio de Janeiro: Campus, 2006.	
CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração . 7. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2003.	
MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à administração . 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2007	
Bibliografia complementar	
BATEMAN, Thomas S.; SNELL, Scott A. Administração - Novo Cenário Competitivo - 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.	
OLIVEIRA, Djalma de Pinho R. de. História da Administração : como entender as origens, as aplicações e as evoluções da administração. São Paulo: Atlas, 2012.	
MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Teoria geral da administração : da escola científica à competitividade na economia globalizada. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.	
MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Fundamentos de Administração : manual compacto para as disciplinas TGA e introdução à administração, 2ª edição. Atlas, 2012.	
ROBBINS, S. P.; DECENXO, D. A. Fundamentos de administração : conceitos essenciais e aplicações. 4. ed. São Paulo: Pearson Education, 2004.	
MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Isabella Freitas Gouveia de. Teoria geral da administração . 3. ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2006.	

Curso	Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	
Unidade curricular	Direito Público e Privado	Código: 02
Módulo: I	Carga horária: 40h	Pré-requisito: Não possui
Ementa		
Noções gerais do Direito. Direito Privado: das pessoas; dos bens; dos negócios jurídicos; das obrigações – contrato e responsabilidade civil; Direito das coisas – direitos reais sobre as coisas alheias: de garantia e de gozo. Direito Público: a Constituição; o Estado; os Direitos e Garantias Fundamentais; a Ordem Econômica, Financeira e Social. Educação em direitos humanos: conceito de direitos humanos; dignidade da pessoa humana.		
Bibliografia básica		

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro** – direito das coisas. São Paulo: Saraiva, v.4.

DOWER, Nelson Godoy Bassil. **Instituições de direito público e privado**. São Paulo: Saraiva.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Introdução ao estudo do direito**. São Paulo: Atlas.

Bibliografia complementar

BRASIL. **Código de Processo Civil** (2015). Brasília: DF. Senado Federal: Centro Gráfico, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: DF. Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

DE FARIAS, Cristiano Chaves; ROSENVALD, Nelson; BRAGA NETTO, Felipe. **Manual de Direito Civil**: volume único, Rio de Janeiro: Jus Podivm.

FERNANDES, Alexandre Cortez. **Direito civil**: introdução, pessoas e bens. Caxias do Sul: Educs, 2012.

FERNANDES, Alexandre Cortez. **Direito civil**: direitos reais. Caxias do Sul: Educs, 2011.

GOMES, Eduardo Biacchi; MONTENEGRO, Juliana Ferreira. **Introdução aos estudos de direito internacional**. Curitiba: InterSaberes, 2016.

FÜHRER, Maximilianus C. A.; MILARÉ, Edis. **Manual de direito público e privado**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

Curso	Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	
Unidade curricular	Gestão de Recursos Humanos	Código: 03
Módulo: I	Carga horária: 60h	Pré-requisito: Não possui
Ementa		
A empresa como sistema. O sistema de recursos humanos. Evolução Histórica da Administração de Recursos Humanos. Objetivo dos recursos humanos. Abordagens da Administração de Recursos Humanos. Gestão Estratégica de Pessoas. Gestão Internacional de Recursos Humanos. Perfil atual do profissional de RH.		
Bibliografia básica		
BOHLANDER, George; SNELL, Scott. Administração de recursos humanos . 14 ed. São Paulo: Cengage, 2013.		
DAVEL, E.; VERGARA, S. C. (Orgs.). Gestão com pessoas e subjetividade . São Paulo: Atlas, 2014.		
IVANCEVICH, John M. Gestão de Recursos Humanos . 10. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.		
Bibliografia complementar		
Demo, G. Políticas de gestão de pessoas nas organizações : estado da arte, produção nacional, agenda de pesquisa, medidas e estudos relacionais. São Paulo: Atlas, 2012.		
Dutra, J. S. Gestão De Pessoas : modelo, processos, tendências e perspectivas. São Paulo: Atlas, 2016.		

Dutra, J. S. **Gestão de pessoas**: realidade atual e desafios futuros. São Paulo: Atlas, 2017.

Hanashiro, D.; Teixeira, M. L. **Gestão do Fator Humano**: uma visão baseada na era digital. São Paulo: Saraiva Uni, 2020.

Paiva, K. C. M. **Gestão de recursos humanos**: teorias e reflexões. Curitiba: Intersaberes, 2019.

Curso	Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	
Unidade curricular	Legislação Trabalhista	Código: 04
Módulo: I	Carga horária: 60h	Pré-requisito: Não possui
Ementa		
Noção propedêutica e evolução histórica do Direito do Trabalho. Direitos Humanos e Direitos Fundamentais nas relações de trabalho. Princípios e fontes do Direito do Trabalho. Relação de Trabalho. Do Contrato Individual do Trabalho - Características do contrato de trabalho. Elementos do contrato de trabalho. Classificação dos contratos de trabalho. Duração do trabalho. Remuneração. Término do contrato de trabalho. Do Direito Coletivo do Trabalho com os parâmetros estruturais quanto à organização sindical brasileira e negociação coletiva – convenção e acordo coletivo - no Estado Democrático de Direito. Os conflitos coletivos de trabalho e mecanismos para sua solução. Greve. Condutas antissindiais.		
Bibliografia básica		
CAIRO Jr., José. Curso de Direito do Trabalho . 13.ed. rev., ampl. e atual. Salvador: Ed. Juspodivm, 2021.		
MARTINEZ, Luciano. Curso de Direito do Trabalho - Relações Individuais, Sindicais E Coletivas Do Trabalho - 10a Edição. 2019. 2022.		
MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do Trabalho . 36. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.		
Bibliografia complementar		
BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e normas correlatas. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. 187 p.		
LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito do Trabalho . 14a ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022. 1.032 p. (Epub)		
MENDES, Francisco de Assis das Neves. Relações trabalhistas e sindicais : teorias, estratégias e cases (livro eletrônico). São Paulo, SP: Literare Books Internacional, 2022.		
OLIVER, Roger R. Direito do trabalho resumido . 2021. 147 p.		
VADE MECUM, JusPodivm:2019. Salvador: JusPodivm, 6.ed.,2019. 2.480 p.		

Curso	Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	
Unidade curricular	Psicologia Organizacional e do Trabalho	Código: 05
Módulo: I	Carga horária: 60 h	Pré-requisito: Não possui
Ementa		
Análise das principais abordagens e teorias psicológicas aplicadas ao trabalho. A importância das relações humanas para a melhoria da produtividade. Comunicação interpessoal e organizacional. A motivação humana no trabalho. Comportamento grupal e intergrupal. Liderança. Transtornos Mentais no Trabalho. Fundamentos de avaliação e testes psicológicos no recrutamento e seleção. Demissão ou Desligamento Humanizado. Tópicos Emergentes.		
Bibliografia básica		
FIORELLI, J. O. Psicologia para administradores: integrando teoria e prática . 9ª ed.; São Paulo: Atlas, 2014. GIBSON, J. L. Organizações: comportamentos, estrutura e processos . 12ª ed.; São Paulo: McGraw-Hill, 2006. NEWSTROM, J. W. Comportamento organizacional: o comportamento humano no trabalho . 12. ed.; São Paulo: McGraw-Hill, 2008.		
Bibliografia complementar		
PUENTE-PALACIOS, K.; PEIXOTO, A. L. A. Ferramentas de diagnóstico para organizações e trabalho: um olhar a partir da psicologia . Porto Alegre: Artmed, 2015. RIBEIRO, M. A. Psicologia e Gestão de Pessoas: reflexões críticas e temas afins (ética, competência e carreira) . São Paulo: Vetor, 2009. ROBBINS, S. P.; JUDGE, T. A.; SOBRAL, F. Comportamento organizacional. Teoria e prática no contexto brasileiro . 14ª ed.; São Paulo: Pearson, 2010. ROTHMANN, I. Fundamentos de psicologia organizacional e do trabalho . 2ª ed.; São Paulo: Elsevier, 2017. SPECTOR, P. E. Psicologia nas organizações . São Paulo. Saraiva, 2010.		

Curso	Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	
Unidade curricular	Economia do Trabalho	Código: 06
Módulo: I	Carga horária: 40 h	Pré-requisito: Não possui
Ementa		
População e Força de Trabalho: PIA, PEA e PNEA; Indicadores do Mercado de Trabalho: índices de emprego, desemprego, produtividade e rotatividade. Salário nominal e salário real; Conceitos de desemprego: involuntário, tecnológico, friccional, desalento e sazonal; Subemprego: conceito, causas e seus efeitos; Fontes de Informações do Mercado de Trabalho: IBGE e DIEESE; Funcionamento do Mercado de Trabalho: demanda e oferta de mão de obra; Determinação do salário de equilíbrio; Condições para maximização do lucro.		

Bibliografia básica
EHRENBERG, R. G, SMITH, R. S. A moderna economia do trabalho . São Paulo: Makron Books, 2000.
MANKIW, N. Gregory. Princípios de Microeconomia . 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antônio (org.) Manual de economia - equipe dos professores da USP, 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
Bibliografia complementar
BORJAS, George. Economia do Trabalho. Tradução: TAYLOR, R. B., 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.
IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. < https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=destaques >.
IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Mensal de Emprego. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. < https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9180-pesquisa-mensal-de-emprego.html?t=destaques >.
IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. < https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?t=destaques >.
MANKIW, N. Gregory. Macroeconomia. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.
ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 922 p.

Curso	Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	
Unidade curricular	Sociologia do Trabalho	Código: 07
Módulo: I	Carga horária: 40 h	Pré-requisito: Não possui
Ementa		
Introdução à Sociologia do Trabalho: culturas, identidades, etnicidade e socialização. A Sociologia e a centralidade da categoria trabalho. Paradigmas do trabalho a partir da Revolução Industrial. Da acumulação fordista à acumulação flexível. A reordenação produtiva global. Redes empresariais, subcontratação e terceirização. Classe, movimento operário e sindicalismo. Tensões étnicas no mundo do trabalho. Outros olhares sobre o trabalho: a socioantropologia e a nova sociologia econômica.		
Bibliografia básica		
ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho . São Paulo: Ed. Cortez/Ed. Unicamp, 1995.		
ARRAIS NETO, E. Mundo do Trabalho : debates contemporâneos. Enéas Arrais Neto; et al. Fortaleza: Editora UFC, 2004.		
BRAVERMAN, H. Trabalho e capital monopolista . A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro:		

Ed. Guanabara, 1987
Bibliografia complementar
CARMO, Paulo Sérgio. História e ética do trabalho no Brasil . São Paulo: Ed. Moderna, 1998.
IANNI, Octavio. A Sociedade Global . Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1992.
MAGNOLI, Demétrio. Globalização – Estado Nacional e Espaço Mundial . São Paulo: Moderna, 1997.
MATTOSO, Jorge. O Brasil Desempregado . São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
MARX, Karl. O papel do trabalho na transformação do macaco em homem. São Paulo: Alfa-ômega. Vol. 2, 1987

Curso	Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	
Unidade curricular	Fundamentos e Metodologia de Extensão no Ensino Superior	Código: 08
Módulo: I	Carga horária: 40h	Pré-requisito: Não possui
Ementa		
Conceitos e princípios da extensão universitária; Base legal da extensão e da curricularização; Diretrizes para as ações de extensão universitária; A extensão universitária e as políticas públicas; Articulação da extensão universitária com os movimentos sociais e com os setores produtivos; Impacto e transformação social da extensão universitária; aprendizagem baseada em projetos; Etapas para a elaboração de atividades e projetos de extensão universitária.		
Habilidades e Competências		
· Compreender os principais conceitos da extensão no ensino superior e seus fundamentos metodológicos; · Promover reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa; · Estimular o debate crítico das finalidades dos projetos e/ou programas e atividades acadêmicas voltadas à educação, ambiente e saúde; · Contribuir no enfrentamento de demandas apresentadas pela comunidade na qual o IFPI está inserido, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural; · Favorecer a construção de novos saberes e perceber sua responsabilidade junto ao desenvolvimento socioambiental; · Diagnosticar possíveis áreas para intervenção extensionista.		
Bibliografia básica		

Plano Nacional de Educação – PNEU (2014-2024), aprovado pela Lei Nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

Resolução Normativa nº 131/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, DE 25 DE ABRIL DE 2022. Estabelece as Diretrizes para a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI)

Bibliografia complementar

Lisbôa Filho, Flavi Ferreira Extensão universitária [recurso eletrônico]: gestão, comunicação e desenvolvimento regional / Flavi Ferreira Lisbôa Filho. – Santa Maria, RS: FACOS- UFSM, 2022.

Política de curricularização da extensão na UNIFESP [recurso eletrônico] : caminhos, desafios e construções / organização Simone Nacaguma, Sergio Stoco, Raiane P. S. Assumpção. - 1. ed. - São Paulo: Alameda, 2021.

Caminhos para curricularização da extensão: Ações no Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC / Tomé de Pádua Frutuoso, Douglas Paulesky Juliani – Curitiba: CRV, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Computação - Complemento da BNCC (2022).

BELL, Tim, WITTEN, Ian H. e FELLOWS, Mike. Computer Science Unplugged – Ensinando Ciência da Computação sem o Uso do Computador. Disponível em: CS Unplugged.

Committee for the Workshops on Computational Thinking. Report of a Workshop on the Pedagogical Aspects of Computational Thinking. National Research Council. Washington, DC, 2011. Disponível em <Report of a Workshop on the Pedagogical Aspects of Computational Thinking | The National Academies Press>

Curso	Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	
Unidade curricular	Gestão de Cargos e Salários	Código: 09
Módulo: II	Carga horária: 60h	Pré-requisito: Não possui
Ementa		
Administração de Cargos e Salários no contexto da Administração de Recursos Humanos. Política Salarial. Descrição, análise, avaliação e classificação de cargos. A estrutura de cargos. A pesquisa salarial e a estrutura de salários. Remuneração Tradicional ou Fixa e Remuneração Variável. Remuneração por Habilidades e por Competências. A remuneração estratégica. Novas formas de remuneração. Tendências de gestão salarial.		
Bibliografia básica		
BOHLANDER, George; SNELL, Scott. Administração de Recursos Humanos . São Paulo: Thomson Learning, 2010.		
BERGAMINI, Cecília Whitaker; BERALDO, Deobel Garcia Ramos. Avaliação de desempenho humano na empresa . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.		
IVANCEVICH, John M. Gestão de Recursos Humanos . 10. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.		
Bibliografia complementar		

CHIAVENATO, Idalberto. **Remuneração, Benefícios e Relações de Trabalho**. 7ª Ed. São Paulo: Manole, 2015.

FRANÇA, Ana Cristina Limongi. **Práticas de recursos humanos - PRH: conceitos, ferramentas e procedimentos**. São Paulo: Atlas, 2010.

LACOMBE, Francisco J. M. **Recursos Humanos: Princípios e Tendências**. São Paulo: Saraiva, 2005.

MARRAS, Jean Pierre. **Administração da Remuneração**. 2ª ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

PONTES, Benedito R. **Administração de Cargos e Salários**. 14 ed. São Paulo: LtR, 2010.

Curso	Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	
Unidade curricular	Recrutamento, Seleção e Integração	Código: 10
Módulo: II	Carga horária: 60h	Pré-requisito: Não possui
Ementa		
Recrutamento, seleção e integração de pessoal no contexto da Gestão de Recursos Humanos, nas organizações privadas e públicas. Mercado de trabalho e de recursos humanos, importância da captação de pessoal frente aos resultados organizacionais; a rotatividade; absenteísmo; e a entrevista de desligamento. Políticas e práticas de recrutamento e seleção de pessoal: Análise das técnicas, contexto, metodologias, competências e tendências do recrutamento, da seleção e da integração, avaliação e validação. Compreensão destas práticas para uma gestão estratégica de pessoas.		
Bibliografia básica		
FRANÇA, Ana Cristina Limongi. Práticas de recursos humanos - PRH: conceitos, ferramentas e procedimentos . São Paulo: Atlas, 2007.		
IVANCEVICH, John M. Gestão de Recursos Humanos . 10 ed. São Paulo: McGraw Hill, 2008.		
BOHLANDER, George; SNELL, Scott. Administração de recursos humanos . 14 ed. São Paulo: Thomson Learning, 2010.		
Bibliografia complementar		
ALMEIDA, Walnice Maria da Costa de. Captação e seleção de talentos: com foco em competência . 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.		
BERGUE, Sandro Trescastro. Gestão de pessoas em organizações públicas . 3. ed., rev. e atual. Caxias do Sul: Educ, 2010. 599 p. ISBN 9788570615800		
CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração: edição compacta . 3 ed. rev. e atual. São Paulo: McGraw-Hill, 2004.		
DUTRA, Joel Souza (Org.). Gestão por competências: um modelo avançado para o gerenciamento de pessoas . 7. ed. São Paulo: Gente, 2009. 130 p. ISBN 857312346X.		

Curso	Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	
Unidade curricular	Direitos Sociais e Legislação Previdenciária	Código: 11
Módulo: II	Carga horária: 60h	Pré-requisito: Não possui
Ementa		
Noção propedêutica e evolução histórica. Da Seguridade Social na Constituição Federal Brasileira e Dignidade da pessoa humana. Dos direitos que compreendem a Seguridade Social - saúde, assistência social e previdência social. Da previdência social - regimes, objetivos, princípios. Do Regime Geral da Previdência Social - beneficiários, filiação, período de carência e período de manutenção da qualidade de segurado. Prestações do Regime Geral da Previdência Social.		
Bibliografia básica		
KERTZMAN, Ivan. Entendendo a reforma da previdência . Salvador: Editora JusPodivm, 2020. SANTOS, Marisa Ferreira dos. Direito previdenciário esquematizado . 9a .ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2019. GARCIA, Gustavo Felipe Barbosa. Manual de Direito Previdenciário . 6a ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2022.		
Bibliografia complementar		
CANELLA, Sérgio Eduardo (org.). Direito Previdenciário : atualidades e tendências/organizadores Renata S. Brandão Canella, Sérgio Eduardo Canella. - Londrina, PR:Thoth, 2019.305 p.		
CUSCIANO, Dalton Tria. A Trajetória Normativa da Seguridade Social no Brasil . Belo Horizonte. Editora Dialética. 2021. E-book. 166 p.		
Legislação Previdenciária 2022 - Lei 8.212/91 e lei 8.213/91: Leis de Custeio e de Benefícios da Previdência Social. Wohnrecht, 2022. 183 p.		
MELO, Luiz F. Vade Mecum Previdenciário (incluindo IN128/2022 e Portarias): principais normas previdenciárias organizadas por tópicos que facilitam o estudo e rápida consulta. 3400 p.		
VADE MECUM, JusPodivm: 2019. Salvador: JusPodivm, 6.ed.,2019. 2.480 p.		

Curso	Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	
Unidade curricular	Organização, Sistemas e Métodos	Código: 12
Módulo: II	Carga horária: 40h	Pré-requisito: Não possui
Ementa		
Contextualização da área de Organização, Sistemas e Métodos nas organizações. Relação entre o profissional de Tecnologia em Gestão em Recursos Humanos e o Analista de Processos. Abordagem Sistêmica das organizações. Uma Abordagem à Estrutura Organizacional. Departamentalização. Abordagem das representações gráficas de Organização e Controle. Formulários. Manualização. Arranjo físico. Novas estruturas organizacionais: empresas virtuais.		
Bibliografia básica		

BULGACOV, Sérgio (org.). **Manual de gestão empresarial**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 1999. 463 p.

CURY, Antonio. **Organização & métodos**: uma visão holística. 8. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2005. 600 p. ISBN 85-224- 4058-1.

FARIA, A. Nogueira de. **Organização de empresas**: racionalização, estruturação e sistemas. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1989. xxii, 282 p.

HEMÉRITAS, Adhemar Batista. **Organização e normas**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1998. 217 p.

ROCHA, Luiz Oswaldo Leal da. **Organização e métodos**: uma abordagem prática . 6. ed. São Paulo: Atlas, 1989. 286 p.

Bibliografia complementar

ADIZES, I. **Gerenciando os ciclos de vida das organizações**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

ANDREOLI, Taís Pasquotto. ANDREOLI, Fernando Rossini. **Organização, Sistemas e Métodos**. Curitiba: InterSaberes, 2015.

CRUZ, Tadeu. **Sistemas, Organização e Métodos**: Estudo integrado das novas tecnologias de informação à gerência do conteúdo e do conhecimento. 3 ed. , rev., ampl. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

CURY, Antonio. **Organização & métodos**: uma visão holística. 8 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2005.

DAFT, R. **Organizações**: teoria e projetos. São Paulo: Pioneira, 2002.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Administração de Processos**: conceitos, metodologias e práticas. São Paulo: Atlas, 2006.

MINTZBERG, Henry. **Criando Organizações Eficazes** - Estrutura em Cinco Configurações. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Curso	Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	
Unidade curricular	Comunicação Organizacional	Código: 13
Módulo: II	Carga horária: 40h	Pré-requisito: Não possui
Ementa		
Conceitos, estruturação e funções da comunicação empresarial. Modelos de Comunicação: Mercadológica, Institucional e Social. Mídia Sociais e Sistemas de comunicação como ferramentas estratégicas empresarial. Público estratégico da empresa. Comunicação interna (Endomarketing). O campo da Comunicação com o público interno/externo: instrumentos, objetivos, ações, critérios para escolha. Gestão de marca e o uso dos meios de comunicação como estratégia de gestão. Imagem como patrimônio da empresa. Responsabilidade social empresarial. Planejamento de comunicação empresarial. Modelo de Plano de Comunicação Simplificado. Habilidades de Comunicação.		
Bibliografia básica		

FERREIRA, Mauro. **Redação comercial e administrativa**: gramática aplicada, modelos, atividades práticas. São Paulo: FTD, 1996. 296 p.

FERREIRA, Reinaldo Mathias. **Correspondência comercial e oficial**: com técnicas de redação. 14. ed. São Paulo: Ática, 2005. 238 p.

GRION, Laurinda; PAZ, Sebastião. **Manual prático para secretárias, comissários e modelos**. 2. ed. São Paulo: Erica, 2000. 182 p.

GUIMARÃES, Marcio Eustáquio. **O livro azul da secretária moderna**. 16. ed. São Paulo: Érica, 1999. 278 p.

PINHEIRO, Duda; GULLO, José. **Comunicação integrada de marketing**: gestão dos elementos de comunicação : suporte às estratégias de marketing e de negócios da empresa . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 300 p.

Bibliografia complementar

CAHEN, Roger. **Comunicação empresarial**. São Paulo: Best Seller, 2005.

FARINA, Modesto; PEREZ, Clotilde; BASTOS, Dorinho. **Psicodinâmica das cores em comunicação**. 5. ed. rev. ampl. São Paulo: Edgard Blücher, 2006.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. 5. ed. rev. São Paulo: Summus, 2003.

NASSAR, P. **Tudo é comunicação**. São Paulo: Lazuli, 2002. ROBERTS, K. Lovemarks: o futuro além das marcas. São Paulo: Makron Books, 2005.

NEVES, Roberto de Castro. **Comunicação empresarial integrada**: como gerenciar: imagem, questões públicas, comunicação simbólica, crises empresariais. 2 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

PIMENTA, Maria Alzira. **Comunicação empresarial**. Campinas: Alínea, 2002.

TOMASI, Carolina; MEDEIROS, João Bosco. **Comunicação empresarial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TORQUATO, Gaudêncio. **Cultura, poder, comunicação e imagem: fundamentos da nova empresa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. .

Curso	Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	
Unidade curricular	Comportamento Organizacional	Código: 14
Módulo: II	Carga horária: 60h	Pré-requisito: Não possui
Ementa		
Comportamento organizacional: conceitos e aplicações. Valores, atitudes e satisfação com o trabalho. Decisões individuais. Motivação no trabalho. Comportamento individual no grupo de trabalho. Comunicação no ambiente de trabalho. Liderança e poder, a liderança frente aos processos de mudanças. Relações de poder . Cultura organizacional e clima organizacional. Fundamentos éticos e morais, ética como prescrição de conduta profissional, códigos internos de conduta das organizações.		

Bibliografia básica	
CHIAVENATO, Idalberto. Recursos humanos: o capital humano das organizações. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Elsevier, 2009. xv, 506 p. FRANÇA, Ana Cristina Limongi. Práticas de recursos humanos - PRH: conceitos, ferramentas e procedimentos. São Paulo: Atlas, 2007. 267p. SOTO, Eduardo. Comportamento organizacional: o impacto das emoções. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002. xxii, 312 p. SROUR, Robert Henry. Poder, cultura e ética nas organizações. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. xviii, 288 p. ISBN 978- 85-352-5717-5. TORQUATO, Gaudêncio. Cultura, poder, comunicação e imagem: fundamentos da nova empresa. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. xiii, 278 p. (Biblioteca Pioneira de Administração e Negócios.).	
Bibliografia complementar	
BARBOSA. L. Cultura e diferença nas organizações. São Paulo: Atlas, 2009; CHIAVENATO, I. Recursos humanos: o capital humano nas organizações. 10 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2015; COBRA, M. & PEREZ, F. C. Cultura organizacional e gestão estratégica: a cultura como recurso estratégico. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2017; FERREIRA, P. I. Clima organizacional e qualidade de vida no trabalho. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2015; FLEURY, M. T. L. & FISCHER, R. M. Cultura e poder nas organizações. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2015; RIFKIN, J. O Fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global do trabalho. São Paulo: Makron Books, 1995; ROBBINS, S. et all. Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro. 14. ed. São Paulo: PEARSON, 2015.	

Curso	Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	
Unidade curricular	Gestão Financeira em Recursos Humanos	Código: 15
Módulo: II	Carga horária: 40h	Pré-requisito: Não possui
Ementa		
O papel e o ambiente da Administração Financeira. Sistema Financeiro Nacional. Finanças comportamentais. Análise das Demonstrações Financeiras. Valor do dinheiro no tempo. Tendências da área financeira.		
Bibliografia básica		

ASSAF NETO, Alexandre. Finanças corporativas e valor . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
GITMAN, Lawrence Jeffrey. Princípios de Administração Financeira , 12ª ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2010.
DAMODARAN, Aswath. Finanças Corporativas: teoria e prática . 2ª ed. São Paulo: Bookman.
Bibliografia complementar
GROPPELLI, A.A. e Nikbakht, Ehsan. Administração Financeira , 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
JUND, Sérgio. AFO - Administração Financeira e Orçamentária . 4ª ed. São Paulo: Campus, 2007
KAHNEMAN, Daniel. Rápido e Devagar: duas formas de pensar . - Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
LOBÃO, Júlio. Finanças Comportamentais: quando a economia encontra a psicologia . 1ª ed. Portugal: Editora Actual, 2012.
ROOS, S.A., Westerfield, R.W, Jaffe, F.J. Administração Financeira . São Paulo: Atlas, 2005.

Curso	Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	
Unidade curricular	Planejamento Extensionista	Código: 16
Módulo: II	Carga horária: 40h	Pré-requisito: Não possui
Ementa		
Participação diagnóstica e planejamento ações de extensão na comunidade; Debater e definir junto à comunidade as demandas a serem transformadas; Construção de um plano de ação (projeto ou programa) em conjunto com a comunidade nas áreas do Projeto e/ou Programa Institucional definido pelo(s) docente(s) responsável pelo componente curricular com anuência da coordenação do curso.		
Habilidades e Competências		
· Propor ao discente uma investigação detalhada da realidade da comunidade escolhida, de modo a identificar possíveis demandas; · Promover o diálogo entre discentes, docentes e a comunidade, a respeito das demandas identificadas, de modo a definir quais sofrerão intervenção; · Planejar as atividades a serem desenvolvidas.		
Bibliografia básica		
Plano Nacional de Educação – PNEU (2014-2024), aprovado pela Lei Nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Resolução Normativa nº 131/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, DE 25 DE ABRIL DE 2022. Estabelece as Diretrizes para a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).		

Bibliografia complementar	
Lisbôa Filho, Flavi Ferreira Extensão universitária [recurso eletrônico]: gestão, comunicação e desenvolvimento regional / Flavi Ferreira Lisbôa Filho. – Santa Maria, RS: FACOS- UFSM, 2022. Política de curricularização da extensão na UNIFESP [recurso eletrônico] : caminhos, desafios e construções / organização Simone Nacaguma, Sergio Stoco, Raiane P. S. Assumpção. - 1. ed. - São Paulo: Alameda, 2021. Caminhos para curricularização da extensão: Ações no Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC / Tomé de Pádua Frutuoso, Douglas Paulesky Juliani – Curitiba: CRV, 2020. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Computação - Complemento da BNCC (2022). BELL, Tim, WITTEN, Ian H. e FELLOWS, Mike. Computer Science Unplugged – Ensinando Ciência da Computação sem o Uso do Computador. Disponível em: CS Unplugged. Committee for the Workshops on Computational Thinking. Report of a Workshop on the Pedagogical Aspects of Computational Thinking. National Research Council. Washington, DC, 2011. Disponível em <Report of a Workshop on the Pedagogical Aspects of Computational Thinking The National Academies Press>	

Curso	Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	
Unidade curricular	Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho	Código: 17
Módulo:III	Carga horária: 60h	Pré-requisito: Não possui
Ementa		
O trabalho e os processos de saúde/adoecimento; investigação do nexo entre a doença e o trabalho; legislação pertinente (Normas Regulamentadoras), programas de prevenção: CIPA; SESMT, PCMSO e PPRA. Riscos ambientais: físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e acidentes. Introdução à ergonomia; estratégias de prevenção e controle de acidentes e doenças profissionais. Saúde mental e trabalho. Programas de Qualidade de Vida no Trabalho. Papel funcional dos setores de RH e a segurança do trabalho.		
Bibliografia básica		
CARDELLA, Benedito. Segurança no trabalho e prevenção de acidentes: uma abordagem holística: segurança integrada à missão organizacional com produtividade, qualidade, preservação ambiental e desenvolvimento de pessoas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016. CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 1999. LIMONGI-FRANÇA, A. C. Indicadores empresariais de qualidade de vida no trabalho. In Sampaio, Jäder R. (org.) <i>Qualidade de vida no trabalho e psicologia social</i>. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.		
Bibliografia complementar		

MARRAS, Jean Pierre. **Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MENDONÇA, Helenides (Org). **Saúde e bem-estar no trabalho: dimensões individuais e culturais**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

PEREIRA, Ana Maria Teresa Benevides. **Burnout: quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador**. 4. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

SALIBA, Tuffi Messias; PAGANO, Sofia C. Reis Saliba. **Legislação de segurança, acidente do trabalho e saúde do trabalhador**. 7. ed. São Paulo: LTr, 2010.

SAMPAIO, J. R. (Org). **Qualidade de vida no trabalho e psicologia social**. 2a ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

Curso	Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	
Unidade curricular	Rotinas e Cálculo Trabalhista	Código: 18
Módulo: III	Carga horária: 60h	Pré-requisito: 04
Ementa		
Relação entre o Capital e o Trabalho; Contratação; Documentos e Registros; Salário, Remuneração e Adicionais; Duração do Trabalho; Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; Folha de Pagamento; 13º Salário; Férias; Rescisão do Contrato de Trabalho; Obrigações		
Bibliografia básica		
CALVO, Adriana. Manual de Direito do Trabalho . São Paulo: Saraiva, 2013. 520 p. ISBN 978-85-02-17599-0.		
COSTA, Rosânia de Lima. Rotinas trabalhistas: departamento pessoal modelo de A a Z . 3. ed. São Paulo: Cenofisco, 2011. 468 p. ISBN 978-85-7569-051-2.		
DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho . 8. ed. São Paulo: LTr, 2009. 1344 p. ISBN 978-85-361-1273-2.		
LEITE, Carlos Henrique Bezerra. CLT organizada . São Paulo: Saraiva, 2015. 907 p. ISBN 978-85-361-8290-2.		
Bibliografia complementar		
GRAVATÁ, Isabelli et al. (org.). CLT organizada . 7. ed. São Paulo: LTr, 2015. 1342 p. ISBN 978-85-361-8290-2.		
IHERING, Rudolf von. A luta pelo direito . Rio de Janeiro: Martin Claret: 2002. 93 p. (Coleção a Obra-Prima de cada autor ; v. 47). ISBN 85-7232-424-0.		
OLIVEIRA, Aristeu de. Manual de prática trabalhista . 45.ed. São Paulo: Atlas, 2011. xxiii, 867 p. ISBN 9788522462827		
PINTO, Raymundo Antonio Carneiro. Súmulas do TST comentadas . 10.ed. São Paulo: LTr, 2008. 447 p. ISBN 978-85-361-1143-8.		

Curso	Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	
Unidade curricular	Treinamento, Desenvolvimento e Educação corporativa	Código: 19
Módulo: III	Carga horária: 60h	Pré-requisito: Não possui
Ementa		
Concepções e princípios da aprendizagem. Aprendizagem humana nas organizações. Relação da aprendizagem e o desempenho humano. Conceituação de treinamento, desenvolvimento e educação corporativa. Gerenciamento de necessidades de treinamento e desenvolvimento. Treinamento: Metodologia, Etapas, Técnicas e análise do treinamento. Desenvolvimento: metodologia, técnicas e análise dos resultados. Treinamento e Desenvolvimento como variável para melhores desempenho das empresas. Educação corporativa. Novas tecnologias e Educação a Distância. Elaboração, execução e avaliação de programas de treinamento e desenvolvimento. Gestão do Conhecimento.		
Bibliografia básica		
BERGAMINI, Cecília Whitaker; BERALDO, Deobel Garcia Ramos. Avaliação de desempenho humano na empresa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011. CARVALHO, Antonio Vieira de. Treinamento: princípios, métodos e técnicas. São Paulo: Pioneira, 2001. IVANCEVICH, John M. Gestão de recursos humanos. 10. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.		
Bibliografia complementar		
ALMEIDA, Walnice Maria da Costa de. Captação e seleção de talentos: com foco em competência . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. FRANCISCO FILHO, Egildo. Estudo de casos: para seleção e treinamento de recursos humanos. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006. FRANÇA, Ana Cristina Limongi. Práticas de recursos humanos - PRH: conceitos, ferramentas e procedimentos. São Paulo: Atlas, 2010. TEIXEIRA, Gilnei Mourão et al. Gestão Estratégica de Pessoas. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.		

Curso	Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	
Unidade curricular	Planejamento de Carreiras e Avaliação de Desempenho	Código: 20
Módulo: III	Carga horária: 60h	Pré-requisito: Não possui
Ementa		
A Administração de Carreiras. Ferramentas utilizadas no diagnóstico e autoavaliação. O papel das empresas e das pessoas no planejamento de carreiras. Tendências e transição de carreiras. Modelos de avaliação de desempenho. Avaliação das necessidades de informações e conhecimento. Processos de avaliação de desempenho. Discussão de métricas e indicadores de desempenho. Plano de avaliação de desempenho. Implementação de plano de avaliação de desempenho. Avaliação da implementação do plano de		

desempenho.
Bibliografia básica
BERGAMINI, Cecília Whitaker; BERALDO, Deobel Garcia Ramos. Avaliação de desempenho humano na empresa . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
CHIAVENATO, Idalberto. Desempenho Humano nas Empresas : como desenhar cargos e avaliar o desempenho para alcançar resultados. 6 ed. Manole, São Paulo, 2009.
DUTRA, Joel Souza. Administração de carreiras : uma proposta para repensar a gestão de pessoas. Editora Atlas, São Paulo, 2009.
Bibliografia complementar
BOHLANDER, George. SCOTT, Snell. SHERMAN, Arthur. Administração de Recursos Humanos . São Paulo: Cengage Learning, 2005.
BOHLANDER, George. SCOTT, Snell. Administração de Recursos Humanos . São Paulo: Cengage Learning, 2010.
DUTRA, Joel Souza. Gestão por competências : um modelo avançado para o gerenciamento de pessoas. São Paulo: Gente, 2001.
FLEURY, Maria Teresa Leme. A gestão da competência e a estratégia organizacional . In: FLEURY, Maria Teresa Leme (Coord.). As pessoas na organização. São Paulo: Gente, 2002
LUCENA, Maria Diva da Salete. Avaliação de desempenho . São Paulo: Atlas, 1995.

Curso	Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	
Unidade curricular	Gestão de Benefícios Corporativos	Código: 21
Módulo: III	Carga horária: 40h	Pré-requisito: Não possui
Ementa		
Benefícios sociais: conceitos e classificação. Benefícios corporativos: conceitos e importância. Objetivos das empresas com implementação dos benefícios corporativos. Benefícios corporativos como estratégia empresarial. Fatores intervenientes na concessão de benefícios corporativos. Modelos de gestão de benefícios corporativos. Dificuldades na implantação do programa de benefícios corporativos. Etapas para implantação do programa de benefícios corporativos. Benefícios corporativos para executivos. Benefícios corporativos: tendências.		
Bibliografia básica		
CHIAVENATO, Idalberto. Remuneração, benefícios e relações de trabalho – como reter talentos na organização . 7. ed. Barueri – Manole, 2015.		
LUZ, Ricardo. Gestão de Benefícios – a experiência brasileira . Rio de Janeiro - RJ: Qualitymark Editora, 2011.		
RIBEIRO, Antônio de Lima. Gestão de Benefícios . São Paulo – SP. Saraiva, 2015		
Bibliografia complementar		

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4. ed. Barueri, SP: Manole, 2014;

CHIAVENATO, I. **Recursos humanos: o capital humano das organizações**. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015;

DESSLER, G. **Administração de recursos humanos**. 3. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014;

VERGARA, S. C. **Gestão de pessoas**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

Curso	Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	
Unidade curricular	Gestão de Conflitos e Técnicas de Negociação	Código: 22
Módulo: III	Carga horária: 40h	Pré-requisito: Não possui
Ementa		
Conceito e importância da administração de conflitos. Desenvolvimento de habilidades para a resolução eficaz de conflitos. O estilo de cada pessoa na administração de conflitos. Aspectos conceituais da negociação: modelos, estrutura e processo. Aspectos práticos: etapas do processo, movimentos de negociação, informações e táticas, planejamento e avaliação das negociações. Argumentos e persuasão. Negociação e administração de recursos humanos. Negociação e modelo organizacional. Negociação sindical. A ética na negociação.		
Bibliografia básica		
AYCHOUM, Merhi. Negociação – Conceitos e Técnicas. São Paulo: Brasport, 2016. FISCHER, U., URY, W., PATTON, B. Como chegar ao SIM: negociação de acordos sem concessões. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2005. MARTINELLI, Dante P.; Almeida, Ana Paula de. Negociação e Solução de Conflitos. 1ed. São Paulo: Atlas, 1998.		
Bibliografia complementar		
GOMES, Alessandra. Gestão de Negociação. São Paulo: Saraiva, 2014. LANGDON, Ken. Você sabe Conduzir uma Negociação? 1ed. São Paulo: Editora Senac. MATOS, Francisco Gomes de. Negociação e Conflito. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2014. VASQUES, Enzo Fiorelli. Técnicas de Negociação e Apresentação. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014. WACHOWICZ, Marta Cristina. Conflitos e Negociação nas Empresas. Editora Intersaberes, 2004.		

Curso	Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	
Unidade curricular	Sistema de Informações Gerenciais	Código: 23

Módulo: III	Carga horária:40 h	Pré-requisito: Não possui
Ementa		
As organizações na Era da Informação. Sistema de informação e sistemas de informação gerencial. Sistemas de Informação como suporte à tomada de decisão organizacional. Segurança em sistemas de informação. Negócios Eletrônicos e tecnologias atuais de informação. Metodologia para planejamento, implementação e controle de sistemas de informação. Banco de dados e utilização pelo setor de recursos humanos. O profissional do SIG.		
Bibliografia básica		
CURY, A. Organização e métodos: uma visão holística. São Paulo: Atlas S.A, 2012. GORDON, Steven R. GORDON, Judith, R. Sistemas de Informação: uma abordagem gerencial. 3.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011. LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane Price. Sistemas de informação gerenciais: administrando a empresa digital. 5. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2004. 562 p. ISBN 85-87918-39-7. 4		
Bibliografia complementar		
LAUDON, Kenneth C; LAUDON, Jane P. Sistemas de informação: com internet . 4. ed. -. Rio de Janeiro: LTC, 1998. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas de Informações Gerenciais: Estratégicas Táticas Operacionais. 12ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008. OLIVEIRA, Jayr Figueiredo de. Sistemas de informação: um enfoque gerencial inserido no contexto empresarial e tecnológico. 3. ed. São Paulo: Érica, 2000. PEREIRA, Maria José Lara de Bretãs; FONSECA, João Gabriel Marques. Faces da Decisão: as mudanças de paradigmas e o poder da decisão. São Paulo: Makron Books, 1997. REZENDE, Denis Alcides; ABREU, Aline França de. Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informação empresariais: o papel estratégico da informação e dos sistemas de informação nas empresas. São Paulo: Atlas, 2000.		

Curso	Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	
Unidade curricular	Extensão Curricular 1	Código: 24
Módulo: III	Carga horária: 40h	Pré-requisito: 16
Ementa		
Disciplina destinada à implantação e execução das ações de extensão pelos discentes, nas áreas do Projeto e/ou Programa Institucional, definido pelo docente responsável pela disciplina com aval da coordenação do curso.		
Habilidades e Competências		

· Promover o desenvolvimento das ações de extensão definidas em planejamento prévio no Projeto e/ou Programa Institucional definido pelo docente responsável pela disciplina; · Realizar o acompanhamento das ações extensionistas definidas no planejamento, verificando se os objetivos estabelecidos estão sendo alcançados; · Adquirir informações relacionadas à execução e efetividade das ações extensionistas; · Verificar se os objetivos definidos no planejamento foram alcançados; · Reunir e relatar os resultados obtidos no período, e propor possíveis melhorias às ações extensionistas.	
Bibliografia básica	
Plano Nacional de Educação – PNEU (2014-2024), aprovado pela Lei Nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Resolução Normativa nº 131/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, DE 25 DE ABRIL DE 2022. Estabelece as Diretrizes para a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).	
Bibliografia complementar	
Lisbôa Filho, Flavi Ferreira Extensão universitária [recurso eletrônico]: gestão, comunicação e desenvolvimento regional / Flavi Ferreira Lisbôa Filho. – Santa Maria, RS: FACOS- UFSM, 2022. Política de curricularização da extensão na UNIFESP [recurso eletrônico] : caminhos, desafios e construções / organização Simone Nacaguma, Sergio Stoco, Raiane P. S. Assumpção. - 1. ed. - São Paulo: Alameda, 2021. Caminhos para curricularização da extensão: Ações no Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC / Tomé de Pádua Frutuoso, Douglas Paulesky Juliani – Curitiba: CRV, 2020. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Computação - Complemento da BNCC (2022). BELL, Tim, WITTEN, Ian H. e FELLOWS, Mike. Computer Science Unplugged – Ensinando Ciência da Computação sem o Uso do Computador. Disponível em: CS Unplugged. Committee for the Workshops on Computational Thinking. Report of a Workshop on the Pedagogical Aspects of Computational Thinking. National Research Council. Washington, DC, 2011. Disponível em <Report of a Workshop on the Pedagogical Aspects of Computational Thinking The National Academies Press>	

Curso	Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	
Unidade curricular	Assessoria e Consultoria	Código: 25
Módulo: IV	Carga horária: 60 h	Pré-requisito: Não possui
Ementa		
Definição de Assessoria e Consultoria e principais tipos. Características do Assessor e do Consultor. Consolidação do profissional como Assessor e/ou Consultor. Contratação de serviços de Assessoria e Consultoria. Administração e manutenção dos serviços de Assessoria e Consultoria. Perspectivas da		

Assessoria e da Consultoria, como forma de adequação ao perfil profissional exigido pelo mercado de trabalho. Gestão de Projetos.

Bibliografia básica

ACUFF, Frank L. **Como negociar qualquer coisa com qualquer pessoa em qualquer lugar do mundo**. São Paulo: SENAC, 1998. 355 p.

AGOSTINHO, Marcia Esteves. **Complexidade e organizações**: em busca da gestão autônoma. São Paulo: Atlas, 2003. 142 p.

BARROS, Ageu. **Gestão estratégica nas pequenas e médias empresas**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2005. xi, 152 p.

CASAROTTO FILHO, Nelson. **Projeto de negócio**: estratégias e estudos de viabilidade. São Paulo: Atlas, 2002. 301 p.

ZUGMAN, Fábio. **Administração para profissionais liberais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 211 p.

Bibliografia complementar

CUNHA, J. L. L. **Consultoria organizacional**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Manual de consultoria empresarial**: conceitos, metodologia, práticas / Djalma de Pinho Rebouças de Oliveira. 10. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011.

ORLICKAS, Elizenda. **Consultoria interna de recursos humanos**: conceitos, cases e estratégias. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1999. 124 p.

SOUZA, O.G. de. Org. **Consultoria empresarial**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016.

MARRAS, J. P. **Administração de recursos humanos**: do operacional ao estratégico. São Paulo: Futura, 2000.

MOURA, Dácio Guimarães; BARBOSA, Eduardo Fernandes. **Trabalhando com projetos**: planejamento e gestão de projetos educacionais. 3.ed. ampl. Petrópolis: Vozes, 2007. 246 p.

ROBBINS, S. P. **Comportamento organizacional**. São Paulo: Pearson, 2005. OLIVEIRA, D. P. R. **Manual de Consultoria Empresarial**. São Paulo: Atlas, 2014.

Curso	Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	
Unidade curricular	Planejamento Estratégico em RH	Código: 26
Módulo: IV	Carga horária: 60h	Pré-requisito: Não possui
Ementa		

Planejamento Estratégico: conceitos, evolução, tipos e metodologias de elaboração; Cadeia de valor; Conceitos e inter-relação dos elementos organizacionais: estratégia, missão, visão, valores, objetivos e liderança; Análise ambiental interna e externa à organização: estrutura, recursos, funções, processos, desempenho, controle, competitividade, pontos fortes e fracos; Processos de tomada de decisão. Tipologias de estratégias genéricas e decisões de posicionamento competitivo.

Bibliografia básica

BULGACOV, Sergio; SOUZA, Queila Regina; PROHMANN, José Ivan de Paula. **Administração estratégica: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2007. 187 p.

MONTGOMERY, Cynthia A.; PORTER, Michael E. (org). **Estratégia: a busca da vantagem competitiva**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998. 501 p.

SERTEK, Paulo; GUINDANI, Roberto Ari; MARTINS, Tomás Sparano. **Administração e planejamento estratégico**. 3. ed. rev. atual. e ampl. Curitiba: IBPEX, 2011. 272 p. (Administração estratégica).

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos; KLOECKNER, Gilberto. **Avaliação de empresas: foco na gestão de valor da empresa : teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2006. vii, 235p.

WRIGHT, Peter. **Administração estratégica: conceitos**. São Paulo: Atlas, 2010. 433 p.

Bibliografia complementar

BULGACOV, Sergio; SOUZA, Queila Regina; PROHMANN, José Ivan de Paula. **Administração estratégica: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2007.

CASAROTTO FILHO, Nelson. **Projeto de negócio: estratégias e estudos de viabilidade**. São Paulo: Atlas, 2002.

NOGUEIRA, C.S. **Planejamento Estratégico**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Estratégia empresarial: uma abordagem empreendedora**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 1991.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Administração estratégica na prática: a competitividade para administrar o futuro das empresas**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PEREIRA, Maurício Fernandes. **Planejamento Estratégico: teorias, modelos e processos**. São Paulo: Atlas, 2010.

ROCHA, A. G. F. R. **Planejamento e gestão estratégica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

Curso	Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	
Unidade curricular	Empreendedorismo	Código: 27
Módulo: IV	Carga horária: 60h	Pré-requisito: Não possui
Ementa		

Empreendedorismo e Empreendedor. Primeiros estudos sobre o Empreendedorismo. O Empreendedorismo ontem e hoje: educação empreendedora. Características Empreendedoras. Comportamentos Empreendedores. Processo Empreendedor. Intraempreendedorismo e sua importância na Gestão de Pessoas. Oportunidades e Inovação. Modelo de Negócio: ferramentas.

Bibliografia básica

CHÉR, R. **Empreendedorismo na Veia** – Um aprendizado Constante. 2ª edição revista e atualizada, Editora Campus 2013.

LOPES, Rose Mary (org.). **Educação empreendedora: conceitos, modelos e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: Sebrae, 2010.

OSTERWALDER, A. **Inovação em Modelos de Negócios** – Business Model Generation, Alta Books editora, 2011.

PINCHOT III, G. **Intrapreneuring** – Por que você não precisa deixar sua empresa para tornar-se um empreendedor. São Paulo: Editora Harbra Ltda, 1989.

SILVA, Eduardo Sá e MONTEIRO, Fátima. **Empreendedorismo e Plano de Negócio**. 2ª edição Revista e Atualizada, Vida Econômica 2014.

Bibliografia complementar

BARLACH, L. (2014). **Comportamento empreendedor: Um estudo empírico baseado no referencial de McClelland**. Revista de Carreiras e Pessoas, 4(3), 272-281.

DRUCKER, Peter F. **Inovação e Espírito Empreendedor: práticas e princípios**. São Paulo: Pioneira, 1998.

FILION, Louis Jacques; DOLABELA, Fernando e colaboradores. **Boa ideia! E agora? Plano de Negócio, o caminho seguro para criar e gerenciar sua empresa**. São Paulo: Editora de Cultura: 2000.

UFF. **Cadernos de Gestão e Empreendedorismo**. ISSN: 2318-923. Edição Atual, v.10, n.2, 2022.

VALÉRIO NETTO, A. **Empreendedor sangue nos olhos**. São Paulo – SP, Editora Livrobites, v.1, p.248, 2016.

Curso	Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	
Unidade curricular	Desafios e Tendências em RH	Código: 28
Módulo: IV	Carga horária: 60 h	Pré-requisito: Não possui
Ementa		
Novos conceitos da Gestão de Pessoas. Exigências do mercado atual. Novo perfil do profissional de Recursos Humanos. Era produtiva e financeira. O papel da gestão de pessoas em processos de mudanças. Desafios e perspectivas contemporâneos da gestão de pessoas. As perspectivas de atuação em Gestão de Pessoas.		
Bibliografia básica		

ROCHA PINTO, S. R. de. Dimensões funcionais da gestão de pessoas . 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
TEIXEIRA, G. M; et al. Gestão estratégica de pessoas . 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
VERGARA, Sylvia Constant. Gestão de Pessoas . Editora Atlas, 2014.
Bibliografia complementar
ARAÚJO, Luis César G.; GARCIA, Adriana Amadeu. Gestão de pessoas: estratégias e integração organizacional . 2 ed. Editora Atlas, 2009.
CARVALHO, A. V. de; NASCIMENTO, L. P. do; SERAFIM, O. C. G. Administração de recursos humanos . 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
GIL, A. C. Gestão de pessoas: um enfoque nos papéis profissionais . São Paulo: Atlas, 2011.
DUTRA, J. S. Gestão de pessoas: modelos, processos, tendências e perspectivas . São Paulo: Atlas, 2002.
MARRAS, J. P. Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico . 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Curso	Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	
Unidade curricular	Auditoria em Gestão de Recursos Humanos	Código: 29
Módulo: IV	Carga horária:40 h	Pré-requisito: Não possui
Ementa		
Conceito, âmbito e objetivo da auditoria em Recursos Humanos. Consultoria interna e externa. Diferença entre auditoria e perícia. Fontes de informações em Recursos Humanos. Programa de auditoria para os diferentes subsistemas de Recursos Humanos. Controles internos como fatores preventivos na gestão de pessoas.		
Bibliografia básica		
ASSIS, Marcelino Tadeu de. Indicadores de gestão de recursos humanos: usando indicadores demográficos, financeiros e de processos na gestão do capital humano . Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005. xiv, 185p. ISBN 978-85-7303-712-8		
BERGAMINI, Cecília Whitaker; BERALDO, Deobel Garcia Ramos. Avaliação de desempenho humano na empresa . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 290 p. ISBN 978-85-224-0370-7		
BOWDITCH, James L; BUONO, Anthony F. Elementos de comportamento organizacional . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. 305 p. (Biblioteca Pioneira de administração e negócios). ISBN 85-221-0142-6.		
FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. Auditoria contábil . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992. 504 p. ISBN 85-224-0744-4		
Bibliografia complementar		

ALBERTO, Valder Luiz Palombo. **Perícia contábil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000. 220 p.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria**: um curso moderno e completo. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1996. 417 p. ISBN 85-224-1500-5

IMONIANA, Joshua Onome. **Auditoria de sistemas de informação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 207 p. ISBN 978-85-224-5002-2

OLIVO, Ana Maria; BOSCHILIA, Luiz. **Contabilidade geral e gerencial**: conceitos introdutórios para os cursos superiores de tecnologia. Florianópolis: Publicação do IFSC, 2012. 103 p. ISBN 978-85-911607-0-9

SILVA JÚNIOR, José Barbosa da (Coord.). **Auditoria em ambiente de Internet**. São Paulo: Atlas, 2001. 178 p. (Seminários CRC-P/Ibracon) ISBN 85-224-3031-4

Curso	Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	
Unidade curricular	Relações Étnico-Raciais	Código: 30
Módulo: IV	Carga horária:40 h	Pré-requisito: Não possui
Ementa		
Preconceitos e escravidão na história. Raça e racismos na história. Raça (biológica e sociológica), racismo científico e etnia. Colonialismo na formação do Estado brasileiro, das sociedades locais e suas heranças. Racismo como necropolítica e a necropolítica do racismo estrutural. Diversidade das sedições dos movimentos indígenas, negros e ciganos. Relações étnico-raciais e racismo: legislações, políticas públicas, epistemologias e produção intelectual, artística e cultural. Conceitos e constructos antirracistas. Tópicos regionais das relações étnico-raciais.		
Habilidades e Competências		
Competências: · Capacidade para perceber que a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) deve fazer parte de qualquer projeto civilizatório que se intitule humanista, não sendo, portanto, objeto de interesse apenas das etnias politicamente marginalizadas, mas de toda a sociedade; · Capacidade para reconhecer o caráter educador dos movimentos étnico-raciais, no seu sentido amplo, e a importância das suas ações na construção de práticas voltadas à transformação da sociedade brasileira; · Capacidade para conectar conceitos e constructos antirracistas com a realidade socioeconômica, política e cultural nos âmbitos nacional e local		
Habilidades: · Reconhecer a pluralidade étnico-racial e cultural da sociedade brasileira e os processos de exclusão que criaram minorias na perspectiva da representatividade política e econômica; · Apontar os entraves que podem atuar sobre a efetivação da ERER nas diversas dimensões da educação		

formal, bem como a importância da superação dessa realidade para a reconstrução de um novo projeto civilizatório; · Compreender os movimentos sociais como possibilidades de transformação social; · Discutir o racismo na dinâmica histórica que estruturou as relações de poder da sociedade brasileira; · Compreender a função instrumental das políticas antirracistas (marcos jurídicos, políticas reparatórias, culturais...), sobretudo em relação à garantia dos direitos dos povos ancestrais e identitários; · Apontar os avanços ainda necessários para reconstruir as atuais relações étnico-raciais do Brasil em bases antirracistas; · Identificar as principais reações, conquistas e produções culturais promovidas individualmente ou coletivamente por representantes dos movimentos antirracistas, destacando aquelas ocorridas no âmbito regional;		
Bibliografia básica		
BERGAMASCHI, Maria Aparecida; DALLA ZEN, Maria Isabel Habckost; XAVIER, Maria Luisa Merino de Freitas (Org.). Povos indígenas & educação. 2. ed. Porto Alegre:Mediação, 2012. 199 p. ISBN 978-85-7706-030-6. FONSECA, Marcus Vinícius; SILVA, Carolina Mostaro Neves da; FERNANDES, Alexsandra Borges (Org.). Relações étnico-raciais e educação no Brasil. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011. 215 p. (Pensar a educação, pensar o Brasil. Seminários). BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana/Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, SECADI, 2013 - 104 P. Disponível em: https://editalequidaderacial.ceert.org.br/pdf/plano.pdf		
Bibliografia complementar		
RUFINO, Luis. Pedagogia das Encruzilhadas - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Periferia, vol. 10, núm. 1, pp. 71-88, 2018. ALMEIDA, Sílvia Luiz de. Racismo Estrutural. São Paulo: Ed. Jandaíra - Coleção. Feminismo Plurais (Selo Sueli Carneiro), 2019. ALVES, Michele Lopes da S.; EITERER, C. L. . Corporeidade e identidade racial de professoras negras: o ser e o saber na produção da pedagogia antirracistas nas escolas. In: SILVESTRE, Luciana P. F.. (Org.). Estética Política aplicada nas Ciências Sociais Aplicadas. 01ed. Ponta Grossa: Atena, 2020, v. 01, p. 215-228. BRASIL. Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 236 p. (Coleção Educação para todos) GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra a formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. In. Educ. e Pesquisa, SP; v.29, nº1, 2003 - p. 167-182.		

Curso	Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	
Unidade curricular	Extensão Curricular 2	Código: 31
Módulo: IV	Carga horária: 40h	Pré-requisito: 16
Ementa		

Implantação e desenvolvimento das ações extensionistas definidas no planejamento, com a participação direta dos alunos; Coleta de dados das ações implantadas; Apresentação de resultados finais, obtidos através da execução das ações extensionistas. Definida de acordo com o projeto ou programa - na disciplina Planejamento Extensionista. Disciplina destinada à implantação e execução das ações de extensão pelos discentes, nas áreas do Projeto e/ou Programa Institucional, definido pelo docente responsável pela disciplina com aval da coordenação do curso.

Habilidades e Competências

- Promover o desenvolvimento das ações de extensão definidas em planejamento prévio no Projeto e/ou Programa Institucional definido pelo docente responsável pela disciplina;
 - Realizar o acompanhamento das ações extensionistas definidas no planejamento, verificando se os objetivos estabelecidos estão sendo alcançados;
 - Adquirir informações relacionadas à execução e efetividade das ações extensionistas;
 - Verificar se os objetivos definidos no planejamento foram alcançados;
- Reunir e relatar os resultados obtidos no período, e propor possíveis melhorias às ações extensionistas.

Bibliografia básica

Plano Nacional de Educação – PNEU (2014-2024), aprovado pela Lei Nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.
Resolução Normativa nº 131/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, DE 25 DE ABRIL DE 2022. Estabelece as Diretrizes para a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

Bibliografia complementar

Lisbôa Filho, Flavi Ferreira Extensão universitária [recurso eletrônico]: gestão, comunicação e desenvolvimento regional / Flavi Ferreira Lisbôa Filho. – Santa Maria, RS: FACOS- UFSM, 2022.
Política de curricularização da extensão na UNIFESP [recurso eletrônico] : caminhos, desafios e construções / organização Simone Nacaguma, Sergio Stoco, Raiane P. S. Assumpção. - 1. ed. - São Paulo: Alameda, 2021.
Caminhos para curricularização da extensão: Ações no Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC / Tomé de Pádua Frutuoso, Douglas Paulesky Juliani – Curitiba: CRV, 2020.
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Computação - Complemento da BNCC (2022).
BELL, Tim, WITTEN, Ian H. e FELLOWS, Mike. Computer Science Unplugged – Ensinando Ciência da Computação sem o Uso do Computador. Disponível em: CS Unplugged.
Committee for the Workshops on Computational Thinking. Report of a Workshop on the Pedagogical Aspects of Computational Thinking. National Research Council. Washington, DC, 2011. Disponível em <Report of a Workshop on the Pedagogical Aspects of Computational Thinking | The National Academies Press>

DISCIPLINAS OPTATIVAS

Curso	Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	
Unidade curricular	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	Código: OPT 1
Módulo: IV	Carga horária: 40h	Pré-requisito: Não possui
Ementa		
Conceituação da Língua Brasileira de Sinais(LIBRAS); Aspectos da Língua de Sinais e sua importância: cultura e história; Identidade surda; Legislação específica; Introdução aos aspectos linguísticos da Libras: fonologia, morfologia e sintaxe; Uso da Língua de Sinais de modo a vivenciar situações comunicativas específicas com ênfase nas vivências linguísticas do mundo laboral; Interações sinalizadas no ambiente de trabalho: atividades práticas para a aprendizagem da Língua de Sinais relacionados às interações para o uso cotidiano; Tecnologias e surdez.		
Habilidades e Competências		
· Adquirir os conhecimentos sobre a surdez e a Língua de Sinais para o estabelecimento de comunicação básica com pessoas surdas especialmente em seu contexto de atuação profissional; · Reconhecer a Libras como a língua da comunidade surda do Brasil e suas regulamentações; · Refletir os fundamentos políticos, sociais e linguísticos da Língua de Sinais e sua importância para a afirmação cultural da comunidade surda; · Entender o surdo, sua cultura e identidade, proporcionando um aprendizado básico da Libras como forma de expressão; · Conhecer os conceitos de surdez e suas particularidades; · Compreender as dificuldades que o surdo enfrenta em um mundo ouvinte; · Identificar a Libras como uma língua natural dotada de um sistema linguístico completo e bem estruturada; · Adquirir vocabulário básico da Libras para o estabelecimento de uma comunicação inicial no seu ambiente de trabalho com pessoas surdas; · Usar as tecnologias como facilitadoras da comunicação com a pessoa surda; · Favorecer a inclusão da pessoa surda no contexto social.		
Bibliografia básica		
QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. 221 p. ISBN 978-85-363-0308-6. GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceito em torno da Língua Brasileira de Sinais. São Paulo: Parábola, 2009. BRASIL. Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a regulamentação da lei 10.436/2002: Brasília: DF.2002.		
Bibliografia complementar		

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte; MAURICIO, Aline Cristina. **Novo Deit-Libras - Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira**: volume 2. 2. ed. ed. São Paulo: EDUSP, 2012. v. 2 (I - Z), 1421-2759 . p

BRASIL. Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS: Brasília: DF. 2002.

QUADROS, Ronice Müller de; PERLIN, Gladis. **Estudos Surdos 2**. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2007

SÍLVIA, Andreis-Witkoski. **Introdução à Libras**: língua, história e cultura. -- Curitiba: Ed. UTFPR, 2015. 198 p. <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1598/2/libras.pdf>

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha et al. **Libras**: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. xv,127 p.

Curso	Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	
Unidade curricular	Ética e Responsabilidade Socioambiental	Código: OPT 2
Módulo: IV	Carga horária: 40h	Pré-requisito: Não possui
Ementa		
Noções de ética e moral em contextos históricos, sociedades, culturas e tempos diversos. Ética no contexto da democracia. Ética no interior das organizações e da administração pública. Códigos de condutas. Ética profissional. Relação entre ética e responsabilidade social. As responsabilidades individuais, coletivas e cidadãos. Responsabilidade social suas origens, concepções e abordagens. Diferenças entre filantropia e responsabilidade social. Educação Ambiental. Sustentabilidade em mundo globalizado frente às questões socioeconômicas no contexto contemporâneo.		
Bibliografia básica		
ASHLEY, Patrícia Almeida. (Coord.). Ética e responsabilidade social nos negócios . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.		
BOFF, Leonardo. Ética e Moral : a busca dos fundamentos. 9 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.		
ASHLEY, P. A (org). Ética e Responsabilidade Social dos Negócios .São Paulo: Saraiva, 2003.		
Bibliografia complementar		
BAUMAN, Zygmunt. Danos Colaterais : desigualdades sociais numa era globalizada. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.		
CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia : o discurso competente e outras falas. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2011.		
SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão . 7 ed. São Paulo: EdUSP, 2014.		

Curso	Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	
Unidade curricular	Gestão da Inovação	Código: OPT 3
Módulo: IV	Carga horária: 40h	Pré-requisito: Não possui
Ementa		
Conceitos e tipos de inovação. Inovação e competitividade. A interdependência entre ciência, tecnologia e inovação. Modelos de inovação. Processos de gestão da inovação na prática. Principais práticas de apoio à gestão da inovação: análise de mercado, prospecção tecnológica, Benchmarking, gestão das mudanças. Gestão da inovação na empresa: diagnóstico e implantação. Aspectos legais da inovação. Inovação e propriedade intelectual.		
Bibliografia básica		
Carvalho, Hélio Gomes de. Gestão da inovação / Hélio Gomes de Carvalho, Dácio Roberto dos Reis, Márcia Beatriz Cavalcante. — Curitiba: Aymará, 2011. CHRISTENSEN, Clayton M. O Dilema da inovação. São Paulo: Makron Books, 2001. Jungmann, Diana de Mello. Inovação e propriedade intelectual: guia para o docente / Diana de Mello Jungmann, Esther Aquemi Bonetti. — Brasília: SENAI, 2010.		
Bibliografia complementar		
Propriedade intelectual e interdependência entre Ciência, Tecnologia e Inovação. Suzana Russo Leitão, Zulmira Virgínia de Carvalho, Cristiane Toniolo Dias (Organizadores). Aracaju: Backup Books Editora, 2021. Rede NIT NE – Textos de referência em inovação tecnológica e empreendedorismo/Suzana Leitão Russo; Técia Vieira Carvalho; André Luiza Carneiro de Araújo; Gesil Sampaio Amarante Segundo; Cristina Maria Quintela (Organizadores). – Aracaju: Associação Acadêmica de Propriedade Intelectual, 2017. OCDE – MANUAL DE OSLO – Proposta de diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação tecnológica. (2005). Disponível em: http://download.finep.gov.br/imprensa/manual_de_oslo.pdf.		

Curso	Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	
Unidade curricular	Métodos e Técnicas de Pesquisa Científica	Código: OPT 4
Módulo: IV	Carga horária: 40h	Pré-requisito: Não possui
Ementa		
Pesquisa: definição, tipos. Operações preliminares. Planos de pesquisa. Pesquisa em Recursos Humanos. Hipóteses. Coleta, Análise, Interpretação e Apresentação de dados. Apresentação dos Resultados.		
Bibliografia básica		

FIGUEIREDO, N. M. A. de. **Método e metodologia na pesquisa científica**. 3. ed. São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2009.

RAMPAZZO, L. **Metodologia científica**: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. São Paulo: Loyola, 2010.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

Bibliografia complementar

CASTRO, C. de M. **A prática da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, J. L. de. **Texto acadêmico**: técnicas de redação e de pesquisa científica. Petrópolis: Vozes, 2009.

PRODANOV, Cleber C; FREITAS, Ernani C. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. TACHIZAWA, T.; MENDES, G. **Como fazer monografia na prática**. 11. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

Curso	Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	
Unidade curricular	Estatística Aplicada à Gestão	Código: OPT 5
Módulo: IV	Carga horária: 40h	Pré-requisito: Não possui
Ementa		
Medidas de tendência central, posição e dispersão. Representação tabular e gráfica de dados. Análise e comparação de dados longitudinais e transversais de dados. Medidas de associação. Modelo de regressão linear simples.		
Bibliografia básica		
FREUND, John E; SIMON, Gary A. Estatística aplicada : economia, administração e contabilidade. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000. 404 p. ISBN 85-7307-531-7.		
LARSON, Ron; FARBER, Betsy. Estatística aplicada . 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004. xv, 476 p. ISBN 85-87918-59-1.		
MORETTIN, Pedro Alberto; BUSSAB, Wilton O. Estatística básica . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. 526 p. ISBN 85-02-03497-9.		
Bibliografia complementar		

COSTA NETO, Pedro Luiz de Oliveira. **Estatística**. 2. ed., rev. e atual. São Paulo: Edgard Blucher, 2002. xi, 266 p. ISBN 85-212-0300-4.

DOWNING, Douglas. **Estatística aplicada**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. 351 p. ISBN 978-85-02-03628-4

FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Curso de estatística**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1996. 320p. ISBN 978-85-224-1471-0.

SILVA, Nelson Peres da. **Estatística auto-explicativa**. São Paulo: Érica, 1998. 162 p. ISBN 85-7194-526-8.

TOLEDO, Geraldo Luciano; OVALLE, Ivo Izidoro. **Estatística básica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985. 459 p. ISBN 85-224-1791-1

Curso	Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	
Unidade curricular	Economia Feminista	Código: OPT 6
Módulo: IV	Carga horária: 40h	Pré-requisito: Não possui
Ementa		
A construção da Economia Feminista: crítica ao homo economicus. A ausência da mulher na história do pensamento econômico e na história econômica. A divisão sexual do trabalho: o papel da mulher na economia; a divisão sexual do trabalho no capitalismo e o trabalho invisível. A interseccionalidade e teoria decolonial feminista. Políticas econômicas e pobreza feminina: tributos, previdência, habitação, transporte e comércio exterior.		
Bibliografia básica		
CADERNO DE FORMAÇÃO. Caderno n.3: as mulheres e o mercado de trabalho. Campinas: CESIT, 2017. FERNANDEZ, B. P. M. Teto de vidro, piso pegajoso e desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro à luz da economia feminista: por que as iniquidades persistem?. Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais, n.26, 2019. p.79-104. HIRATA, H. Divisão internacional do trabalho, precarização e desigualdades interseccionais. Revista da ABET, v. 17, n. 1, jan./jun. 2018. MARÇAL, K. O lado invisível da economia: uma visão feminista. São Paulo: Alaúde Editorial, 2017. TEIXEIRA, M. O. A crise econômica e as políticas de austeridade: efeitos sobre as mulheres. In: ROSSI, P. et al. (ed.). Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil. Cap. 13, 2018.		
Bibliografia complementar		

BOHN, L.; DA SILVA CATELA, E. Y. Há economia feminista na Ciência Econômica brasileira? Avaliação da produção científica na área entre 1990-2015. In: XX Encontro de Economia da Região Sul (**Anais...**). Porto Alegre, 2017.

FERNANDEZ, B. P. M. Economia feminista: metodologias, problemas de pesquisa e propostas teóricas em prol da igualdade de gêneros. **Revista de Economia Política**, v. 38, n. 3 (152), p. 559-583, jul./set. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rep/v38n3/1809-4538-rep-38-03-559.pdf>>.

FRASER, N. Feminismo, capitalismo e a astúcia da história. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, v. 14, n. 2, 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/4505>>.

GRECCO, F. S. O viés androcêntrico da ciência econômica e as críticas feministas ao homo economicus. **Temáticas**, Campinas, v. 26, n. 52, p. 105-134, ago./dez. 2018. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/tematicas/article/download/3354/2662>>.

HIRATA, H. A Precarização e a Divisão precarização e a Divisão Internacional e Sexual Internacional e Sexual Internacional e Sexual do Trabalho. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, jan./jun. 2009, p. 24-41. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n21/03.pdf>>.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>>.

MACHADO, D.; COSTA, M. L.; DUTRA, D. Outras epistemologias para os estudos de gênero: feminismos, interseccionalidade e divisão sexual do trabalho em debate a partir da América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, 2018, v.12, n.3, p. 229-248.

MELO, H. P. D. **O trabalho industrial feminino**. IPEA, 2000.

MELO, H. P. D.; BANDEIRA, L. **A pobreza e as políticas de gênero no Brasil**. CEPAL, 2005.

MELO, H. P.; CASTILHO, M. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz. **Revista de Economia Contemporânea**, 2009, v. 13, n. 1, p. 135-158.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

SCHOLZ, R. O valor é o homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. **Revista Novos Estudos – CEBRAP**, n. 45, jul. 1996, pp. 15-36. Disponível em: < <http://www.obeco-online.org/rst1.htm>>.

2.8 METODOLOGIA

A estrutura de tutoria, bem como as relações numéricas tutor/estudante, número de professores/hora disponíveis para o desenvolvimento da aprendizagem obedecerão aos critérios de suficiência e adequação, de acordo com o Instrumento de Avaliação de Cursos

de Graduação do MEC e com a legislação da UAB/CAPES. Estão previstas as atividades presenciais que se façam necessárias, de acordo com as características de cada componente curricular: (a) apresentação das ferramentas de informática com as quais os professores e estudantes irão interagir e trabalhar no decorrer do Curso; (b) encontros presenciais a serem realizadas no decorrer dos semestres do Curso, no mínimo (2) a cada mês por disciplina. Haverá, no mínimo, um (1) encontro presencial para fins avaliativos, para cada uma das disciplinas seguindo a orientação do Decreto nº 9.057/2017:

Art. 4º As atividades presenciais, como tutorias, avaliações, estágios, práticas profissionais e de laboratório e defesa de trabalhos, previstas nos projetos pedagógicos ou de desenvolvimento da instituição de ensino e do curso, serão realizadas na sede da instituição de ensino, nos polos de educação a distância ou em ambiente profissional, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais. Os momentos presenciais serão acompanhados preferencialmente pelo tutor presencial do respectivo curso sem a obrigatoriedade da presença física do professor da disciplina (BRASIL, 2017).

Com relação à acessibilidade de pessoas com necessidades especiais, em cumprimento aos Decretos nº 5.296/04 e nº 5.626/05, complementados pelas normas da ABNT que propõem o acesso e permanência dos alunos com deficiência na graduação e pós-graduação, este Curso, juntamente com a Coordenação do Polo e a Coordenação UAB/IFPI viabilizará:

- Acessibilidade à comunicação de alunos com deficiência nas atividades acadêmicas;
- Equipamentos e materiais didáticos específicos aos alunos com deficiência;
- Adaptação de mobiliários e ambientes físicos da instituição;
- Capacitação de professores e técnicos para atuarem com alunos deficientes;
- Curso de LIBRAS ao pessoal especializado que atuará com os alunos surdos; - tradutor intérprete de LIBRAS para alunos surdos;
- Outras providências que se fizerem necessárias aos alunos com deficiências.

2.9 AMBIENTE VIRTUAL DE ENSINO-APRENDIZAGEM – (PLATAFORMA MOODLE)

O curso será desenvolvido na modalidade a distância com encontros e atividades presenciais seguindo as exigências do Decreto nº 9.057/2017. Atendendo à indicação do

MEC, o IFPI recomenda a utilização de software livre para os cursos a distância. Contará com uma equipe multidisciplinar para desenvolver os serviços básicos de produção, editoração, publicação de materiais impressos; produção e disponibilização de materiais online; transmissão de videoconferências, docência, tutoria, secretaria, coordenação de polos, gestão de infraestrutura física e de ambiente on-line. A organização desta equipe atende aos padrões básicos definidos pela instituição. O curso será disponibilizado em um Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (Plataforma Moodle) que permita a associação de uma variada gama de ferramentas (recursos educacionais e atividades de estudo), baseada na construção social do conhecimento, mediado pelas interações em rede.

A organização didático-metodológica será elaborada pelo docente, em consonância com as premissas deste PPC e de acordo com os objetivos de cada disciplina, frente às necessidades do grupo de estudantes.

O Curso trabalhará com as possibilidades oferecidas pela comunicação síncrona e assíncrona. A comunicação assíncrona se refere à interação que ocorrerá entre os alunos e entre os alunos e professores, mediado por um AVEA (Plataforma Moodle) e de forma temporal diferente. Neste tipo de comunicação existe a vantagem da elasticidade temporal, uma vez que, o aluno pode gerir o seu tempo, desde que seja respeitado o cronograma do curso. Essa interação pode se utilizar de recursos como correio eletrônico, fórum, dentre outros, que permitam a interação em momentos diferentes.

A comunicação síncrona refere-se à interação em tempo real, ou seja, a comunicação entre os alunos, e entre alunos e professor é realizada através da utilização de recursos tecnológicos síncronos, tais como os bate-papos, a videoconferência ou webconferência, os quais ocorrem em um mesmo tempo temporal a ser previamente disposto no Plano de Disciplina.

Assim, haverá no Curso a utilização conjunta destas duas formas de comunicação e que será disponibilizada em ambiente virtual (Plataforma Moodle) permitindo aos alunos, professores e tutores: comentar as aulas, discutir temas relacionados às disciplinas em andamento nos fóruns, enviar sua atividade ao professor, compartilhar trabalhos e experiências realizadas pela turma, acessar ementas e material do curso em um único espaço. Poderão ainda ser previstos no curso mecanismos de colaboração e aprendizagem em grupo como fóruns especializados por área do conhecimento.

Para a produção das vídeoaulas e videoconferências o curso poderá contar com a estrutura dos estúdios de TV já existentes nos *campi* do IFPI, bem como o apoio dos Polos UAB.

Nesse contexto, o AVEA a ser utilizado deve oferecer oportunidades de interação síncronas e assíncronas, cabendo ao docente organizar didático- metodologicamente as unidades temáticas do programa da disciplina. Para um melhor aproveitamento das metodologias de EaD, explicita-se as mídias que serão produzidas/reproduzidas no material didático, considerando as diferentes especificidades tecnológicas propostas pelos Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância (BRASIL, 2007), bem como os princípios orientadores sobre as questões de acessibilidade para a web no Brasil, disponíveis em <<http://www.acessoBrasil.org.br/index.php?itemid=44>> .

Além disso, toda a produção de material didático do curso será disponibilizada nas bibliotecas dos polos de EaD onde o curso será ofertado, sob a forma de mídia ou impresso (em casos específicos), bem como em repositórios de Recursos Educacionais Abertos.

O Material Didático, tanto do ponto de vista da abordagem do conteúdo, quanto da forma, será produzido de modo a facilitar a construção do conhecimento e mediar a interlocução entre estudante e professor, devendo passar por rigoroso processo de avaliação prévia (pré-testagem), com o objetivo de identificar necessidades de ajustes, visando ao seu aperfeiçoamento.

O material didático deve desenvolver habilidades e competências específicas, recorrendo a um conjunto de mídias compatíveis com a proposta e com o contexto socioeconômico do público-alvo. As tecnologias de informação e comunicação (TIC) permitirão que o público alvo tenha acesso às linguagens e mídias compatíveis com o projeto e com o contexto socioeconômico dos mesmos.

No AVEA a ser utilizado deve contar as seguintes ferramentas e recursos: fórum de discussão, portfólio, chat ou bate-papo, biblioteca, agenda, dentre outros, que permitam a interação entre todo o grupo envolvido.

ATIVIDADES DE ESTUDO NO AVEA :

São elas:

Fórum de Discussão: esta ferramenta propiciará a interatividade entre educando, tutores e professores, oferecendo maiores condições aos participantes para se conhecerem, trocarem experiências e debaterem temas pertinentes. Nesse espaço, os educandos poderão elaborar e expor suas ideias e opiniões, possibilitando as intervenções dos professores e dos próprios colegas, com o intuito de instigar a reflexão e aprimoramento do trabalho em desenvolvimento, visando à formalização de conceitos, bem como a construção do conhecimento.

Blog (diário): poderá ser utilizado individualmente ou em grupo, propiciando um espaço importante para a socialização das atividades ou projetos desenvolvidos ao longo do processo de formação. Assim, a aprendizagem estará centrada na possibilidade do educando poder receber o feedback sobre aquilo que está produzindo e/ou construindo.

Chat ou Bate-Papo: possibilitará oportunidades de interação em tempo real entre os participantes, tornando-se criativo e construído coletivamente, podendo gerar ideias e temas para serem estudados e aprofundados. No decorrer do Curso, pretende-se realizar reuniões virtuais, por meio desta ferramenta, com o intuito de diagnosticar as dificuldades e inquietações durante o desenvolvimento das atividades. Nesse sentido, além de esclarecer dúvidas sincronicamente, caberá aos professores levar aos acadêmicos as diferentes formas de reflexão, contribuindo para a prática pedagógica do educando.

Biblioteca: local onde estarão disponíveis bibliografias, textos complementares, periódicos disponibilizados pelo IFPI, artigos e atividades, além de indicações de sites que tratam das diferentes temáticas abordadas pelas disciplinas ofertadas no Curso.

Agenda: todas as atividades propostas serão disponibilizadas nesta seção do ambiente. Esse recurso contribui para que o educando possa se manter envolvido com as atividades que serão realizadas durante todo o processo de formação. Dessa forma, será possível a realização das atividades em momentos agendados ou de livre escolha dos participantes. Nos momentos agendados, todos os participantes estarão trabalhando virtualmente em dias e horários pré-estabelecidos. Nos momentos de livre escolha os participantes organizarão o desenvolvimento das atividades de acordo com suas possibilidades. Os

professores e tutores deverão acompanhar o desenvolvimento das atividades, disponibilizando as orientações necessárias e oferecendo apoio aos participantes.

O uso do AVEA poderá ser complementado por atividades/encontros presenciais em laboratórios e nos demais polos nos quais o Curso ocorrer, de acordo com a organização e planejamento do professor do componente curricular. A comunicação entre educandos, tutores e professores ocorrerá especialmente por meio do AVEA, como explicitado anteriormente. Tendo em vista que o IFPI dispõe de estúdios de TV, as ferramentas de videoconferência dos Polos também poderão ser utilizadas, explorando todo o seu potencial. Nessas estão incluídas as possibilidades de transmissão e/ou gravação de aulas e conferências por professores do corpo docente e de convidados especiais; de realização de reuniões síncronas a distância entre os tutores e estudantes, entre tutores e professores e entre os estudantes; bem como de interação entre os polos para troca de experiências.

Laboratório virtual de prática de ensino: Neste tópico serão desenvolvidas atividades que contemplem o desenvolvimento da técnica e transposição didática. A elaboração das vídeoaulas pelos alunos ocorrerá na disciplina de Tecnologias na Educação, as quais serão incorporados sucessivamente a um acervo contínuo e individual em que se consiga aferir o crescimento da habilidade e da técnica ao longo do desenvolvimento do curso.

2.9 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem no curso superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos é regulada pela Resolução 143/2022 CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, e visa à progressão do estudante para o alcance do perfil profissional de conclusão, sendo contínua e cumulativa, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os resultados ao longo do processo sobre as notas em eventuais provas finais.

Desenvolvida ao longo de todo o processo, a avaliação da aprendizagem (diagnóstica, formativa e somativa) é o meio pelo qual o docente interpreta os resultados de toda ação pedagógica, com a finalidade de acompanhar o processo de aprendizagem do educando e atribuir-lhe uma nota ou conceito.

Para tanto, torna-se necessário destacarmos os seguintes aspectos a serem considerados pelo docente durante esse processo:

- Adoção de procedimentos de avaliação contínua e cumulativa;
- Prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- Uso de tarefas contextualizadas;
- Manutenção de diálogo permanente com o discente;
- Definição de conhecimentos significativos;
- Divulgação dos critérios a serem adotados na avaliação;
- Exigência dos mesmos critérios de avaliação para todos os discentes;
- Aplicação de atividades de recuperação paralelas aos discentes com dificuldades de aprendizagem;
- Valorizações das aptidões dos discentes, dos seus conhecimentos prévios e do domínio atual dos conhecimentos que contribuam de forma significativa para a construção do perfil do profissional que será formado.

Consideramos avaliação diagnóstica aquela desenvolvida antes do início do curso, para que se tenha o perfil de entrada dos discentes; a formativa, por sua vez, avalia o processo e enfatiza a coleta de dados para conferir em que medida as competências profissionais estão sendo desenvolvidas; e a somativa avalia o processo de aprendizagem vivido pelos discentes ao longo de uma proposta de trabalho disciplinar, interdisciplinar ou modular, permitindo mensurar se os objetivos propostos foram atingidos.

A avaliação da aprendizagem visa constatar a capacidade do discente em resolver situações-problema da realidade, mobilizando as competências desenvolvidas durante o seu processo formativo. E o rendimento do discente será avaliado em função do seu aproveitamento, observando-se os aspectos cognitivos, afetivos e psicomotores.

Resolução 143/2022 CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, em seu artigo 59, descreve alguns instrumentos avaliativos a serem utilizados para a avaliação do conhecimento adquirido pelo discente, tais como: “observação contínua, elaboração de portfólio, trabalhos individuais e/ou coletivos, provas escritas, resolução de exercícios, desenvolvimento e apresentação de projetos, seminários, relatórios, provas práticas e provas orais”.

Outros instrumentos avaliativos podem ser acrescentados pelo(a) docente, desde que apontem uma reflexão sobre o tema em estudo, como problematização e discussão de

recortes de jornal, letras de músicas, figuras ou gráficos e simulação de postura profissional em sala de aula podem ser utilizadas como forma de desenvolvimento global do educando.

O processo ensino-aprendizagem não deve ter como meta apenas a formação do perfil profissional e o saber estritamente técnico, mas a formação do indivíduo como um ser social. Deve considerar a diversidade dos educandos e os seus saberes prévios, observando as peculiaridades de cada um. Portanto, mais do que avaliar o domínio de conteúdos, é fundamental avaliar se o estudante conseguiu uma mudança interna de conceitos.

Critérios de avaliação

O desempenho quantitativo do discente será aferido com base no rendimento escolar e na frequência a todas as atividades curriculares, sendo-lhe atribuídas notas em uma escala de 0 a 10 pontos, sendo admitida uma casa decimal.

- Será aprovado por média, o discente que obtiver média semestral igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária da disciplina, sendo registrado no diário de classe e no controle acadêmico a situação de *Aprovado*.
- Será reprovado o discente que obtiver média semestral menor que 4,0 (quatro) ou frequência inferior a 75% da carga horária da disciplina, sendo registrado no diário de classe e no controle acadêmico a situação de *Reprovado por nota* e *Reprovado por falta*, respectivamente.
- Fará exame final o discente que obtiver média semestral igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete). Neste caso, a média final para aprovação deve ser igual ou superior a 6,0 (seis), sendo registrado no diário de classe e no controle acadêmico a situação de *Aprovado após Exame Final*.

Nessa situação a média final será calculada da seguinte forma:

$$MF = \frac{MS + EF}{2} \geq 6,0(\text{seis})$$

Onde:

MF – Média Final;

MS – Média Semestral;

EF – Exame Final.

- Caso a nota semestral, após o Exame Final, seja inferior a 6,0 (seis), o discente será considerado reprovado, sendo registrado no diário de classe e no controle acadêmico a situação *Reprovado por Nota*.

Verificação de Aprendizagem em Segunda Chamada

De acordo com a Resolução 143/2022 CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, Art. 107, “É direito do aluno o acesso às várias formas de avaliação da aprendizagem, incluídas as de segunda chamada, desde que as solicite à Coordenação de Curso/Área, via protocolo, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, considerando os dias úteis, após a realização da avaliação à qual não se fez presente, mediante a apresentação dos documentos justificativos abaixo especificados:

I - atestado médico comprovando a impossibilidade de participar das atividades escolares do dia;

II - declaração de corporação militar comprovando que, no horário da realização da 1ª chamada, estava em serviço;

III - declaração da Direção de Ensino do campus, comprovando que o estudante estava representando o IFPI em atividade artística, cultural ou esportiva;

IV - ordem judicial;

V - certidão de óbito de parentes de primeiro grau ou cônjuge;

VI - declarações de trabalho em papel timbrado com carimbo da empresa e assinatura do empregador; e

VII - outros que possam comprovar a solicitação”.

Caberá à coordenação do curso receber a solicitação do estudante, verificar se está de acordo com os critérios supracitados e emitir parecer, em parceria com o docente da disciplina, sobre o deferimento ou indeferimento da solicitação. Em caso de deferimento, o docente deverá agendar a avaliação de segunda chamada, em até 08 dias úteis, e comunicar ao estudante requerente da nova data, local e horário. Em caso de indeferimento, caberá à coordenação do curso dar ciência ao estudante requerente, explicitando o motivo do indeferimento.

2.10 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO DE EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

A Legislação da Educação Profissional e tecnológica confere direitos de aproveitamento de estudos aos portadores de conhecimentos e experiências anteriores, pode promover o aproveitamento de estudos, de conhecimentos e de experiências anteriores, inclusive no trabalho, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação profissional ou habilitação profissional, expressos no artigo art. 41 da LDB 9.394/96 e nos art. 46 da Resolução 01/2021- CNE/CP.

Os conhecimentos e experiências adquiridos fora do IFPI, inclusive no âmbito não formal, podem ser aproveitados mediante a avaliação com vistas à certificação desses conhecimentos que coincidam com componentes curriculares integrantes do Curso Superior de Tecnologia em Secretariado.

De acordo com as da Resolução 01/2021- CNE/CP, artigo 46, o processo de aproveitamento dos conhecimentos dar-se-á da seguinte forma:

- I - em qualificações profissionais técnicas e unidades curriculares, etapas ou módulos de cursos técnicos ou de Educação Profissional e Tecnológica de Graduação regularmente concluídos em outros cursos;
- II - em cursos destinados à qualificação profissional, incluída a formação inicial, mediante avaliação, reconhecimento e certificação do estudante, para fins de prosseguimento ou conclusão de estudos;
- III - em outros cursos e programas de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios formais, não formais ou informais, ou até mesmo em outros cursos superiores de graduação, sempre mediante avaliação do estudante; e
- IV - por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional de pessoas.

A Resolução CNE/CP 01/2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, em seu artigo 47 orienta que “Os saberes adquiridos na Educação Profissional e Tecnológica e no trabalho podem ser reconhecidos mediante processo formal de avaliação e reconhecimento de saberes e competências profissionais - Certificação Profissional para fins de exercício profissional e de

prosseguimento ou conclusão de estudos, em consonância com o art. 41 da Lei nº 9.394/1996.”

O aproveitamento de conhecimentos formais será realizado através de análise do histórico escolar do aluno e plano de curso da disciplina no qual será observada a compatibilidade de carga horária e conteúdos. Quanto aos conhecimentos não- formais, será realizada uma avaliação teórico-prática elaborada por uma banca examinadora constituída para este fim.

2.11 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

De acordo com a Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, o “estágio é um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa a preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional(...)”. A regulamentação de estágio do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, orienta-se pela Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008 e internamente pela Resolução CONSUP nº 018/2014 que aprova o Regulamento de Estágio dos Cursos de Tecnologia e Bacharelado do IFPI.

A prática de estágio curricular, orientado pela Lei 11.788/2008, pode ser obrigatório ou não, onde, no Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, esta prática profissional não será obrigatória.

A não exigência desta prática profissional, estágio, ainda que não obrigatório, poderá ser realizado pelo discente, tendo suas horas integralizadas como atividades complementares. Sua prática será orientada por legislação específica regulamentadora, devendo para tanto, cumprir os passos abaixo para sua formalização:

I – Celebração de termo de compromisso entre educando, a parte concedente do estágio e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí- IFPI;

II – Haver compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas desenvolvidas no Curso de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, previstas no termo de compromisso;

A orientação do estágio do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, é feita em forma de assessoria dada ao aluno no decorrer de sua prática profissional, por docente orientador/supervisor e por profissional do campo de estágio de forma a proporcionar ao estagiário o pleno desempenho de ações, princípios e valores inerentes à realidade da sua profissão.

Poderão ser orientadores/supervisores do estágio, os docentes atuantes no Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, bem como docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, respeitadas suas áreas de formação, e a experiência no campo de trabalho em que se realizam os estágios.

Em optando pela prática de estágio o aluno deverá entregar, ao final do mesmo, (01) uma cópia para a Coordenação de Estágio e (01) uma cópia para a Coordenação de seu respectivo Curso, dos seguintes documentos:

- Termo de Compromisso;
- Plano de Atividades Estágio;
- Termo de Realização de Estágio;
- Ficha de Avaliação do Orientador.

2.12 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Além das atividades de ensino, pesquisa e extensão presentes das disciplinas, que compõem a carga horária mínima do curso de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, o processo formativo do(a) Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos contará com 80 (oitenta) horas de Atividades Complementares (ACs).

São consideradas como ACs as experiências adquiridas pelos estudantes durante o curso, em espaços educacionais diversos, nas diferentes tecnologias, no espaço da produção, no campo científico e no campo da vivência social. As ACs deverão ser estimuladas como estratégia didática para garantir a interação teoria-prática, fundamental para o processo formativo eficaz e efetivo.

As ACs visam oportunizar aos estudantes experiências educativas capazes de ampliar a visão de mundo, enriquecer a cultura e desenvolver a capacidade de compreensão da realidade, contribuindo para uma formação mais plural e qualitativa dos discentes. As ACs

válidas para o curso de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos devem estar alinhadas com o perfil do egresso, de modo a contribuir para o desenvolvimento das habilidades e competências do(a) Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos.

As Atividades Complementares, a serem efetivadas pelos estudantes do curso de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, estão classificadas nos segmentos de ensino, pesquisa e diversos. Para atender aos requisitos de cumprimento das ACs, os estudantes deverão realizar ações que contemplem, pelo menos, dois dos três segmentos descritos a seguir:

I - atividades de ensino e formação profissional;

II - atividades de pesquisa; e

III - atividades diversas (esportivas, culturais, filantrópicas, visitas técnicas).

No quadro a seguir, estão descritas as atividades por segmento, com suas respectivas pontuações, válidas para fins de integralização das 80 horas de Atividades Complementares.

Quadro 02 - Atividades Complementares

Segmento	Atividade	Horas válidas por atividade	QTDE máxima de atividades	Máxima de horas válidas
Ensino e Formação Profissional	Disciplinas de outra graduação cursadas no mesmo período do curso vigente no IFPI	20h/disciplina	3	60
	Participação em Projetos de Ensino, ofertado pelo IFPI, durante o período do curso vigente.	05h/projeto	2	10
	Conclusão de minicursos de capacitação profissional, em áreas correlatas ao curso, de no mínimo 10 horas.	05h/minicurso	2	10
	Cursos de informática, idiomas, comunicação e expressão	15h/curso	3	45
	Participação em Programa Institucional de Monitoria Acadêmica.	10h/ano	1	10
	Realização de estágio não	15h/ano	2	30

Segmento	Atividade	Horas válidas por atividade	QTDE máxima de atividades	Máxima de horas válidas
	obrigatório, durante a graduação vigente.			
	Participação em representação estudantil e órgãos colegiados.	10h/ano	1	10
Pesquisa	Participação efetiva em projetos de pesquisa, devidamente cadastrados na Pró-reitora de Pesquisa e Inovação do IFPI, orientados pelos professores do curso.	15h/projeto	2	30
	Participação em grupo de pesquisa, com supervisão de professor do curso.	10h/ano	2	20
	Participação em eventos científicos.	05h/evento	4	20
	Apresentação de trabalhos em eventos científicos.	10h/trabalho	2	20
	Publicação de artigos em periódicos com ISSN ou livros com ISBN.	15h/publicação	2	30
Diversas (esportivas, culturais, filantrópicas, visitas técnicas)	Participação voluntária na organização de eventos esportivos e/ou culturais.	10h/evento	2	20
	Participação voluntária na organização de ações filantrópicas desenvolvidas no âmbito do IFPI.	10h/ação	2	20
	Participação em visitas técnicas vinculadas a disciplinas do curso.	05h/visita	2	10
	Participação, como ouvinte, em eventos (palestras, seminários, mesa redonda, etc.) durante o período do curso vigente.	05h/evento	4	20

Fonte: comissão de elaboração do PPC

Para cumprir as 80 horas de Atividades Complementares, os estudantes precisarão apresentar documentos comprobatórios, para a coordenação do curso, por meio do SUAP-Edu. A avaliação e validação dos documentos comprobatórios apresentados ficará a cargo

da coordenação do curso, que poderá solicitar a análise do Colegiado do Curso para analisar casos complexos.

2.13 TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Atividade não obrigatória no Projeto Pedagógico do Curso, com base na Resolução CNE/CP nº 3/2002 e no PARECER CNE/CES Nº 239/2008.

2.14 TEMAS TRANSVERSAIS OBRIGATÓRIOS

Os temas transversais estão voltados para a compreensão e para a construção da realidade social, dos direitos e responsabilidades relacionados com a vida pessoal e coletiva, e com a afirmação do princípio da participação política, numa perspectiva de formação cidadã.

Os temas transversais obrigatórios estão contemplados no PPC da seguinte forma:

EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A Educação das Relações Étnico-raciais no currículo do curso (Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004) – integra a matriz do curso por meio da disciplina Relações Étnico-Raciais, com carga horária de 40 horas, compondo o grupo que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais, conforme descrito no artigo 12 da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019.

Tal componente curricular contempla a propositura de conteúdo curricular de abrangência das dimensões históricas, sociais e antropológicas inerentes à realidade brasileira, que possam ressignificar o processo de aprendizagem dos estudantes, sobretudo da população negra, por meio do reconhecimento identitário e da valorização sociocultural, favorecendo a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial - descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para

interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada.

EDUCAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

A Educação dos Direitos Humanos (Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/2012) consta no currículo do curso por meio da inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior podendo ocorrer nas seguintes formas: pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente; como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar; e, de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade.

No curso de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos o tema será tratado dentro das disciplinas de Direito Público e Privado do módulo I e Direitos Sociais e Legislação Previdenciária no módulo II e pela transversalidade por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente, dentro de ações propostas nas atividades de curricularização da extensão. Bem como, através da parceria com o Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar em Conflitualidade, Violência de Gênero e Direitos Humanos (NUPICOVDH) que tem por finalidade desenvolver ações, proposições e reflexão crítica na área de sua atuação, participando de forma colaborativa no desenvolvimento das dimensões ensino, pesquisa e extensão nas temáticas relacionadas aos Direitos Humanos, Cultura de Paz, Acesso à Justiça, Democracia, Diversidade Sexual, Gênero e seus atravessamentos.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Os conhecimentos concernentes à Educação Ambiental previstos na Resolução CNE/CP nº 2/2012 dar-se-á pela transversalidade, mediante atividades e ações de sustentabilidade socioambiental na instituição educacional e na comunidade, com foco na prevenção de riscos, na proteção e preservação do meio ambiente e da saúde humana e na construção de sociedades sustentáveis. No curso de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, a integração dessa temática se dá por meio de atividades curriculares da

disciplina Optativa Ética e Responsabilidade Socioambiental, bem como de atividades extracurriculares, como palestras, seminários, etc.

EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO E DEMAIS TEMAS PREVISTOS EM LEI/DECRETO

A Educação no Trânsito no currículo (Lei nº 9.503/1997) está contemplada no currículo por meio do planejamento de ações coordenadas entre o IFPI e os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e de Educação, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas respectivas áreas de atuação.

Considerando que o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), anualmente, estabelece o tema e o cronograma mensal das campanhas educativas a serem seguidas por todos os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, com o propósito de orientar todas as ações com o mesmo objetivo, nas mesmas áreas e com o mesmo foco, incluindo as Instituições de ensino, o IFPI deverá seguir as campanhas educativas orientadas pelo CONTRAN para assinalar a Educação no Trânsito no currículo, conforme planejado no calendário de eventos do campus.

EVENTOS INSTITUCIONAIS QUE TRATAM SOBRE OS TEMAS TRANSVERSAIS OBRIGATÓRIOS

Para o cumprimento das atividades e eventos que concretizarão os Temas Transversais Obrigatórios, o campus Teresina Central dispõe de um calendário de eventos com o planejamento para a realização de atividades, eventos, ações e projetos que possam favorecer a transversalidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a significação dos Temas Transversais descritos, bem como dos seguintes temas preconizados nas legislações e orientações do MEC: Direitos da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990); Educação Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.947/2009); Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Lei nº 10.741/2003); Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher (Lei nº 14.164/2021); e Dia Nacional da Consciência Negra (Lei nº 12.519/2011).

As atividades e ações previstas poderão ocorrer na forma de Oficinas, Seminários, Jornadas, Simpósios, Semanas de estudo; Semanas Comemorativas, Organização de feiras e eventos, com o cadastro no Módulo Eventos do SUAP e o devido registro fotográfico/vídeo.

NÚCLEOS INSTITUCIONAIS TEMÁTICOS

- ✧ Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), regulamentado pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 52/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI , de 23 de julho de 2021.
- ✧ Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), regulamentado pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 53/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI , de 23 de julho de 2021.

2.15 APOIO AO DISCENTE

Políticas de Assistência Estudantil

A Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - POLAE – regulamentada pela Resolução CONSUP nº 035/2021 - é um conjunto de princípios e diretrizes que norteia a implantação de programas que visam garantir o acesso, a permanência e o êxito acadêmico na perspectiva da inclusão social, formação ampliada, produção do conhecimento e melhoria do desempenho acadêmico.

A POLAE obedecerá aos seguintes princípios:

- I. gratuidade do ensino;
- II. garantia de igualdade de condições para o acesso, permanência e conclusão do curso no IFPI;
- III. formação ampliada na promoção do desenvolvimento integral dos estudantes;
- IV. garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil;
- V. defesa em favor da justiça social, respeito à diversidade e eliminação de todas as formas de preconceitos e/ou discriminação por questões de classe social, gênero, etnia/cor, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição mental, física e psicológica.
- VI. promoção da inclusão social pela educação;
- VII. divulgação ampla dos serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão;
- VIII. orientação humanística para o exercício pleno da cidadania.
- IX. participação política dos estudantes a quem se destina esta Política, na perspectiva de cidadania.

Ainda em consonância com os princípios acima relacionados têm por objetivos:

- I. assegurar aos estudantes igualdade de oportunidade no exercício das atividades acadêmicas;
- II. promover condições para o acesso, a permanência e a conclusão do curso pelos estudantes do IFPI, na perspectiva da inclusão social e democratização do ensino, conforme preconizam os artigos: 206 da CF; 3º da LDB (Lei nº 9.394/96); Lei 8069/90 (ECA); Lei 12852/13 – Estatuto da Juventude e Decreto 7234/10 – PNAES;
- III. proporcionar ao estudante com necessidades educacionais específicas as condições básicas para o seu desenvolvimento acadêmico;
- IV. contribuir para a melhoria do processo ensino aprendizagem, com vistas à redução da evasão escolar;
- V. contribuir para redução dos efeitos das desigualdades socioeconômicas e culturais;
- VI. Identificar anualmente o perfil socioeconômico dos alunos do IFPI;
- VII. fomentar o protagonismo dos estudantes, assegurando sua representação no acompanhamento e avaliação das ações da Política de Assistência Estudantil;
- VIII. propor um sistema de avaliação dos Programas e Projetos de Assistência Estudantil; e
- IX. implantar um sistema de informação de coleta de dados socioeconômicos dos estudantes do IFPI.

O público alvo da POLAE são os estudantes regularmente matriculados nos cursos do Ensino Médio Integrado, Ensino Técnico Concomitante/subsequente e estudantes de graduação.

Programas Universais

Os Programas Universais visam incentivar a formação acadêmica, a produção do conhecimento, o desenvolvimento técnico-científico, a formação cultural e ética, sendo envolvidas ações de ensino, pesquisa e extensão. Estão organizados em três categorias:

I - Atendimento ao Estudante: Oferta de ações e serviços de acompanhamento biopsicossocial no processo de ensino, incentivo à cultura e ao esporte, além de provimento de alimentação básica aos estudantes.

- a) Alimentação estudantil;
- b) Assistência à Saúde do Estudante;
- c) Acompanhamento e Suporte ao Ensino;
- d) Incentivo à Participação Político Acadêmica.

II- Desenvolvimento Técnico Científico: Fomento ao desenvolvimento técnico-científico dos estudantes por meio de benefícios pecuniários que estimulem a produção do conhecimento bem como incentivo financeiro à participação em eventos acadêmicos. Sendo que serão envolvidas as áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão no intuito de contribuir com a formação cultural, científica e ética do estudante.

Os estudantes participantes desta categoria, deverão submeter-se a processo de seleção através de Editais específicos, sob a responsabilidade dos setores competentes, exceto Projetos de Visitas Técnicas que serão analisados pelos próprios projetos.

São Programas/Projetos de Desenvolvimento Técnico Científico:

- a) Programa de Acolhimento ao Estudante Ingressante - PRAEI
- b) Projetos de Monitoria
- c) Projetos de Iniciação Científica: PIBIC e PIBIC Jr
- d) Projetos de Extensão,
- e) Projetos de Visitas Técnicas.

III- Necessidades Educacionais Especiais: Apoio às atividades de inclusão social a estudantes com Necessidades Educacionais Especiais, que apresentam deficiência física ou mental, permanente ou momentânea e que necessitam de ações específicas e adequadas que possam facilitar as suas dificuldades frente ao processo de ensino-aprendizagem, bem como garantir condições necessárias para o acompanhamento das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Alimentação Estudantil

Tem como objetivo oportunizar aos estudantes o atendimento às necessidades básicas de alimentação, de forma gratuita, através da utilização do Restaurante Estudantil. Para tanto, propõe:

I - garantir o fornecimento de uma alimentação equilibrada/balanceada e saudável para a comunidade estudantil, por meio dos restaurantes institucionais, com a supervisão de um Nutricionista, contribuindo para permanência dos estudantes nos campi; e

II - promover a saúde alimentar dos estudantes e o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis.

Assistência à Saúde do Estudante:

Tem como foco central a promoção e a prevenção da saúde, na perspectiva da educação em saúde por meio da adoção de hábitos de vida saudáveis, colaborando com o bem-estar físico, psíquico e social dos estudantes.

Para tanto, propõe:

I - fomentar o protagonismo estudantil na prevenção e promoção da saúde;

II- ofertar assistência médica, odontológica e psicológica para atendimento básico dos alunos regularmente matriculados;

III- realizar os encaminhamentos necessários à Rede de Saúde Pública ou Privada;

IV– incentivar a cultura de paz, prevenindo as diferentes expressões de violência;

V – prevenir o uso e/ou abuso de álcool e outras drogas;

VI – abordar questões relativas à sexualidade e à prevenção das DSTs/HIV/AIDS;

VII – inserir no cotidiano educacional questões relativas à saúde mental; e

VIII - identificar e investigar as condições de saúde dos estudantes.

Monitoria

Ainda em consonância com a RESOLUÇÃO NORMATIVA 94/2021 CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 18 de novembro de 2021, a monitoria é entendida como instrumento para a melhoria do ensino dos cursos técnicos e de graduação, por meio do estabelecimento de novas práticas e experiências pedagógicas que visem fortalecer a articulação entre teoria e prática e a integração curricular em seus diferentes aspectos, tendo como finalidade a cooperação mútua entre discentes e docentes e a vivência com o professor e com as suas atividades técnico-didáticas.

O sistema de monitoria está classificado em dois tipos:

I – monitoria voluntária não remunerada – refere-se à atividade de monitoria cuja participação do estudante ocorre de forma volitiva, sem recebimento de bolsa; e

II – monitoria remunerada por bolsa - refere-se à atividade de monitoria cuja participação do estudante está condicionada ao recebimento de remuneração por meio de bolsa.

O Programa de Monitoria de Ensino tem os seguintes objetivos:

I - estimular a participação de estudantes dos Cursos Técnicos e de Graduação no processo educacional nas atividades relativas ao ensino e à vida acadêmica do IFPI;

II - oferecer atividades de reforço escolar ao estudante com baixo desempenho acadêmico, com a finalidade de superar problemas de retenção escolar, evasão e falta de motivação;

III – possibilitar o compartilhamento de conhecimentos por meio da interação entre estudantes;

IV – favorecer a cooperação entre professores e estudantes, visando à melhoria da qualidade do ensino; e

V– estimular a cooperação entre estudantes, como forma de promover a parceria entre colegas e incentivo aos estudos.

Mecanismos de Nivelamento

Em busca de um melhor aproveitamento e visando reduzir a evasão e a retenção do discente no início da vida acadêmica, serão propostas pelos docentes análises em relação ao nivelamento do conhecimento discente em relação aos conteúdos básicos. Assim, está sendo normatizado um Programa de Acompanhamento do Estudante Ingressante nos cursos superiores- PRAEI-SUPER, que integrará as políticas de ensino com ações acadêmico-administrativas voltadas para a existência de nivelamento transversal a todos os cursos no âmbito do IFPI, com o objetivo de desenvolver e aprimorar habilidades e competências dos acadêmicos para o melhor desempenho no Ensino Superior, com vistas a garantir a permanência e o êxito.

Programas Institucionais de Iniciação Científica

Os Projetos de Iniciação Científica, visam colocar os estudantes de cursos técnicos e de graduação em contato direto com a atividade científica e de pesquisa.

Nesse processo, espera-se proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa.

São Programas de Iniciação Científica:

I- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC- é um programa vinculado à área estratégica de pesquisa, cuja finalidade é incentivar a participação de estudantes em projetos de pesquisa. Participam alunos do Ensino Superior.

II - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior – PIBIC JR é um programa vinculado à área estratégica de pesquisa, cuja finalidade é incentivar a participação de estudantes em projetos de pesquisa. Participam alunos do Ensino Médio Integrado.

Os estudantes são selecionados por meio de Editais ou processos seletivos sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Pesquisa.

Programas Institucionais de Extensão

Os Projetos de Extensão objetivam contribuir para a formação acadêmica, profissional e cidadã do estudante, viabilizando a participação efetiva de estudantes em Projetos de Extensão que venham intervir para o benefício da comunidade externa do IFPI bem como para o crescimento acadêmico do estudante.

Os estudantes que quiserem participar dos Projetos de Extensão também dependerão de Editais ou processos seletivos sob a responsabilidade da Coordenação de Extensão.

Ademais, os discentes desenvolvem projetos de extensão através da realização de projetos, programas de extensão, cursos e oficinas de extensão, eventos de extensão e/ou prestação de serviços à comunidade, nos termos das normativas internas que regulamentam a matéria.

Visitas Técnicas

Os Projetos de Visitas Técnicas são projetos que apresentam uma relação entre o ensino e o conhecimento prático a partir de experiência em outras instituições e/ou lugares atendendo às necessidades dos respectivos cursos, proporcionando a troca de experiência e enriquecimento curricular. Trata-se de ajuda de custo, (bolsa deslocamento) aos estudantes a fim de subsidiar a participação dos mesmos em tais visitas. Estes são propostos pelos docentes que são responsáveis pelo acompanhamento dos alunos durante as visitas.

Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social

O Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social é direcionado ao estudante que se encontra em situação de vulnerabilidade social. Para tentar minimizar a desigualdade de oportunidades, este programa visa contribuir para melhoria do desempenho acadêmico e consequentemente prevenir situações de retenção e evasão decorrentes de problemas financeiros e agravantes sociais.

Para ingressar no Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social o estudante deve obedecer alguns critérios:

- I- estar regularmente matriculado;
- II - possuir renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio;
- III - apresentar condições de vulnerabilidade social;
- IV - estar na iminência de evasão escolar em razão das condições socioeconômicas.

O benefício é assegurado àqueles estudantes que dele necessitam, selecionados através de edital regulamentado pela POLAE e executado pela Comissão de Assistência Estudantil.

Os benefícios estão organizados da seguinte forma:

Benefício Permanente: trata-se do benefício oferecido ao estudante durante o percurso acadêmico, conforme Edital de seleção, sendo reavaliado anualmente em análise socioeconômica e frequência escolar.

Benefício Eventual: Oferecido ao estudante que vivencia situação temporária de vulnerabilidade socioeconômica. O benefício busca suprir necessidades temporárias de

materiais de apoio ao desenvolvimento das atividades educacionais, tais como: fardamento escolar, óculos, aparelho auditivo, entre outros.

Benefício Atleta: Corresponde ao repasse financeiro ao estudante atleta, como incentivo a participação do mesmo em atividades desportivas de representação do IFPI, oportunizando a sua socialização e fomentando as suas potencialidades.

Benefício Cultura: Corresponde ao repasse financeiro ao estudante, como incentivo a participação do mesmo em atividades culturais de representação do IFPI, oportunizando a sua socialização e fomentando as suas potencialidades.

Benefício Moradia Estudantil: Trata-se de recursos financeiros para assegurar o funcionamento e a manutenção de moradia ou alojamento estudantil nos campi que já dispõe desse serviço ou para aqueles que, dependendo da disponibilidade de recurso financeiro, estrutura física e recursos humanos, comprovar tal necessidade junto à Reitoria.

POLÍTICA DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO DO IFPI

A Política de Diversidade e Inclusão do IFPI, orienta um espaço de concretização de ações inclusivas mediante princípios, diretrizes e objetivos que ampliam e fortalecem o atendimento e acompanhamento a comunidade acadêmica inserida no contexto da diversidade cultural, étnico-racial, de gênero e necessidades específicas, garantindo assim o acesso, permanência e êxito ao discente.

O objetivo é promover inclusão no IFPI, mediante ações, com vistas à construção de uma instituição inclusiva, permeada por valores democráticos e pelo respeito à diferença e à diversidade.

Esta política propõe medidas intermediadas pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas- **NAPNE**- RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 47/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 16 de junho de 2021 e Núcleo de Estudos e Pesquisa Afro-brasileiras e Indígenas-**NEABI** -RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 56 /21 CONSUP/IFPI.

São considerados público-alvo do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas- **NAPNE**: Discentes com deficiência- aqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, auditiva, visual, mental, intelectual ou sensorial, discentes com transtornos globais do desenvolvimento, com altas

habilidades/superdotação e ainda os transtornos funcionais específicos como: dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade.

São considerados público-alvo do Núcleo de Estudos e Pesquisa Afro-brasileiras e Indígenas-NEABI: Negros, que se autodeclararem de cor preta ou parda, conforme classificação adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Indígenas, que se enquadrem na portaria 849/2009 da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

São objetivos específicos da Política de Diversidade e Inclusão do IFPI:

- I- Promover o respeito à diversidade por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão;
- II- Proporcionar formação de professores para os atendimentos educacionais especializados e demais profissionais da educação para a inclusão;
- III- Garantir processos seletivos com adaptações necessárias para o acesso de pessoas com deficiência;
- IV- Proporcionar a adaptação dos currículos de acordo com o estabelecido nas Leis nº 9.394/1996, 10.639/2003 e 11.645/2008, que preveem a inclusão obrigatória das temáticas relacionadas à História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em todas as modalidades e níveis de ensino, bem como parecer CNE/CP nº 08/2012 e com a Resolução nº 01/2012, que tratam da Educação para os Direitos Humanos;
- V- Assegurar a aquisição e elaboração de recursos didáticos dos discentes com necessidades educacionais específicas;
- VI- Desenvolver periodicamente ações que promovam a sensibilização, adaptações de acesso ao currículo por meio de modificações ou provisão de recursos especiais, materiais ou de comunicação, para melhoria de metodologias, ferramentas e técnicas utilizadas no processo de inclusão e diversidade;
- VII-Garantir acompanhamento psicossocial e pedagógico realizado de modo articulado com os núcleos voltados às ações de diversidade e inclusão;
- XV- Manter articulação com a Política de Assistência estudante – POLAE;

XVI- Manter articulação com o programa de acolhimento ao estudante ingressante – PRAEI;

XVII- Incentivar, tanto discentes como professores, a desenvolverem projetos na área de Tecnologia Assistiva.

Mobilidade Acadêmica

A mobilidade acadêmica é regulamentada pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 121/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 30 de março de 2022, que estabelece as normas e procedimentos para a mobilidade acadêmica de estudantes de cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.

A Mobilidade Acadêmica Interna refere-se à possibilidade de o estudante do IFPI, com situação de matrícula ativa, pleitear mudança de campus, para fins de prosseguimento do seu processo formativo, desde que tenha cursado, no mínimo, dois semestres letivos no campus de origem.

A Mobilidade Acadêmica Interna poderá ocorrer por meio de: transferência interna e matrícula especial intercampi.

A transferência interna de aluno entre seus *campi* deverá ser motivada por pelo menos um dos casos (ou outros correlatos ou análogos):

1. necessidade de mudança de domicílio de estudante trabalhador, de seu responsáveis legais ou cônjuge, mediante comprovação;
2. doença física ou psicológica comprovada por laudo médico, que requeira tratamento prolongado específico no local para onde a transferência é solicitada, referendado pelo setor médico do IFPI;
3. condição de vulnerabilidade psicossocial, mediante apresentação de Parecer Social emitido pelo Setor de Serviço Social do Campus no qual o estudante está matriculado;
4. motivo de doença em pessoa da família que precise de auxílio durante tratamento prolongado, comprovado por laudo médico, referendado pelo setor médico do IFPI.

A mobilidade acadêmica na forma de matrícula especial intercampi é o vínculo temporário que o estudante do IFPI, com situação de matrícula ativa em curso de educação

superior, estabelece com outro campus do IFPI, por um período de até um ano letivo, mantendo o vínculo no campus de origem, para cursar disciplinas que integram a matriz curricular do seu curso, mediante deferimento dos Colegiados dos cursos de origem e de destino, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim recomendar e em pelo menos um dos seguintes casos:

I - serviço militar obrigatório;

II- emprego efetivo comprovado;

III - acompanhamento de cônjuge, filhos, pais ou dependentes legais, em tratamento de saúde comprovadamente demorado;

IV- condição de vulnerabilidade psicossocial;

V -retenção em componente curricular cuja oferta pelo campus de origem não ocorrerá em período subsequente à retenção;

VI -integralização curricular.

São consideradas como atividades de Mobilidade Acadêmica aquelas de natureza acadêmica, científica, artística e/ou cultural, como cursos, estágios e pesquisas orientadas que visem à complementação e ao aprimoramento da formação do estudante de graduação.

A Mobilidade Acadêmica Internacional é aquela na qual o estudante realiza atividades de mobilidade estudantil em instituição de ensino estrangeira, mantendo o vínculo de matrícula na Instituição de origem durante o período de permanência na condição de “estudante em mobilidade”.

A mobilidade acadêmica poderá ocorrer por meio de:

I - adesão a Programas do Governo Federal; e

II - estabelecimento de Convênio interinstitucional.

A Mobilidade Acadêmica tem por finalidade:

I - proporcionar o enriquecimento da formação acadêmico-profissional e humana, por meio da vivência de experiências educacionais em instituições de ensino nacionais e internacionais;

II - promover a interação do estudante com diferentes culturas, ampliando a visão de mundo e o domínio de outro idioma;

III - favorecer a construção da autonomia intelectual e do pensamento crítico do estudante, contribuindo para seu desenvolvimento humano e profissional;

IV - estimular a cooperação técnico-científica e a troca de experiências acadêmicas entre estudantes, professores e instituições nacionais e internacionais;

V - propiciar maior visibilidade nacional e internacional ao IFPI; e

VI - contribuir para o processo de internacionalização do ensino de graduação no IFPI.

Acessibilidade

Para a inclusão de pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida, o Instituto procura atender a Lei no 10.098/2000 disponibilizando rampas nas entradas, portas largas, barras de apoio e pisos antiderrapantes, sanitários adaptados para cadeirantes, reserva de vagas em seus estacionamentos.

O IFPI promove e desenvolve ações com o intuito de ampliar as condições de acessibilidade para os alunos com necessidades específicas físicas e educacionais através do NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas.

Com o objetivo de permitir uma aproximação entre os falantes da Língua Portuguesa e as comunidades surdas, a disciplina de Língua Brasileira de Sinais está inserida no currículo seguindo as orientações do Decreto no 5.626/2005. A utilização da Libras se mostra necessária especialmente nos espaços educacionais, favorecendo ações de inclusão social e oferecendo possibilidades para a quebra de barreiras linguísticas entre surdos e ouvintes.

Profissionais Técnicos Especializados em Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais

São atribuições do Tradutor/Intérprete de Libras, no exercício de suas competências, no âmbito do IFPI:

I - Efetuar a comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;

II – Traduzir e interpretar, em Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa, as atividades didático pedagógicas e culturais de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvida nos cursos técnicos de níveis fundamental, médio e no ensino superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares, em sala de aula e demais ambientes acadêmicos;

III - Traduzir e interpretar materiais didáticos, artigos, livros, textos diversos, provas, exercícios, vídeos e outros, reproduzindo em Libras ou na modalidade oral da língua portuguesa o pensamento e intenção do emissor;

IV - Atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos;

V - Participar da produção de material técnico, didático-pedagógico ou de informática;

VI - Apoiar a acessibilidade aos serviços e às atividades-fim do IFPI, atendendo ao disposto no Decreto 5.626/05, na Lei 13.146/15, na Resolução nº 07/2018/CONSUP/IFPI e aos demais preceitos vigentes e zelando pelo rigor técnico, pela ética profissional, o respeito à pessoa e à cultura da pessoa surda.

Identificando a necessidade de profissionais técnicos especializados em tradução e interpretação de Língua Brasileira de Sinais; Cuidador em Educação Especial; Revisor, Ledor e Transcritor em Braille e Atendimento Educacional Especializado, o IFPI promove a contratação desses profissionais, conforme condições, quantidades e exigências legais.

2.16 GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A avaliação será contínua, com momentos específicos para discussão, englobando uma análise integrada dos diferentes aspectos, estruturas, relações, compromisso social,

atividades e finalidades da instituição e do respectivo curso, abrangendo uma perspectiva interna e externa:

- a) **Avaliação Interna:** ações decorrentes dos processos de avaliação, no âmbito do curso, considerando o relatório de autoavaliação institucional elaborado pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA), alinhadas com as metas estabelecidas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPI, a fim de promover o aperfeiçoamento de forma estratégica. Serão também instrumentos de avaliação interna o Colegiado do Curso e o Núcleo Docente Estruturante (NDE), caracterizados, respectivamente.

A autoavaliação ocorrerá com periodicidade estabelecida pelos colegiados dos cursos, com previsão no calendário acadêmico e fornecerá as bases para elaboração do (re)planejamento das ações acadêmico-administrativas no âmbito do curso, e consequentemente, para a tomada de decisão, conforme estabelecido na RESOLUÇÃO NORMATIVA 98/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 7 de dezembro de 2021, que atualiza o instrumento de autoavaliação institucional dos cursos de graduação, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.

- b) **Avaliação Externa:** A avaliação Externa abrangerá a visita in loco, realizada para autorização do curso, reconhecimento e renovação de reconhecimento, na qual são avaliadas as três dimensões do curso quanto à adequação ao projeto proposto: a organização didático-pedagógica, o corpo docente e técnico-administrativo e as instalações físicas. Além disso, a avaliação externa contempla resultados obtidos pelos alunos do curso no Enade e os demais dados apresentados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

Os resultados dessas avaliações sistemáticas indicarão a eficácia do presente Projeto Pedagógico de Curso, oportunizando a implementação de ações acadêmico-administrativas necessárias para a melhoria contínua do curso em questão.

2.17 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO APRENDIZAGEM

O processo de avaliação do ensino-aprendizagem constitui-se como uma ferramenta sistemática, essencial para a consolidação de habilidades e competências. Tal processo deve estar em consonância com projeto político-pedagógico, com os objetivos gerais e específicos do IFPI e com o perfil profissional do curso.

A avaliação deverá ter caráter formativo, processual e contínuo, pressupondo a contextualização dos conhecimentos e das atividades desenvolvidas, a fim de propiciar um diagnóstico preciso do processo de ensino e aprendizagem que possibilite ao professor analisar sua prática e ao estudante comprometer-se com seu desenvolvimento intelectual adquirindo autonomia. Ela aparecerá como subsídio para tomada de decisão, o que vai levar ao professor realizar novas abordagens sobre o desenvolvimento das competências adquiridas pelo aluno, constatando seu aproveitamento.

A avaliação da Aprendizagem é regulamentada pela organização didática do IFPI, RESOLUÇÃO NORMATIVA 143/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 25 de agosto de 2022. Altera a Resolução que normatiza a Organização Didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.

A escolha do instrumento de avaliação da aprendizagem deverá estar em consonância com a especificidade da disciplina, os objetivos educacionais propostos e o conteúdo ministrado.

Sistema de Avaliação do Curso

A avaliação da aprendizagem nos Cursos Superiores de Graduação, ofertados na forma de módulo/disciplinas, será expressa em notas, numa escala de 0,0(zero) a 10,0 (dez), sendo admitida uma casa decimal.

Será considerado aprovado por média em cada disciplina o aluno que obtiver média semestral igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência igual ou superior a 75% da carga horária da disciplina, sendo registrada, no Diário de Classe e Sistema de Controle Acadêmico, a situação de Aprovado.

Caso a nota semestral seja inferior a 4,0 (quatro), o discente será considerado reprovado, sendo feito o registro, no Diário de Classe e Controle Acadêmico, da condição de Reprovado por Nota.

Se a Média Semestral na disciplina for igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete), o discente que tiver ao menos 75% de frequência da carga horária da disciplina fará Exame Final; neste caso, a Média Final será calculada da seguinte forma:

$$MF = (MS + EF)/2$$

Onde:

MF = Média Final;

MS = Média Semestral;

EF = Exame Final.

Para a aprovação, o resultado descrito anteriormente terá que ser igual ou superior a 6,0 (seis), sendo registrada, no Diário de Classe e no Sistema de Controle Acadêmico, a situação de Aprovado após Exame Final.

Caso a nota semestral, após o Exame Final, seja inferior a 6,0 (seis), o discente será considerado reprovado, sendo lançada, no Diário de Classe e no Controle Acadêmico, a situação de Reprovado por Nota.

Verificação de Aprendizagem em Segunda Chamada

É direito do aluno o acesso às várias formas de avaliação da aprendizagem, incluídas as de segunda chamada, desde que as solicite à Coordenação de Curso/Área, via protocolo, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, considerando os dias úteis, após a realização da avaliação à qual não se fez presente, mediante a apresentação dos documentos justificativos abaixo especificados:

I - atestado médico comprovando a impossibilidade de participar das atividades escolares do dia;

II - declaração de corporação militar comprovando que, no horário da realização da 1ª chamada, estava em serviço;

III - declaração da Direção de Ensino do campus, comprovando que o estudante estava representando o IFPI em atividade artística, cultural ou esportiva;

IV - ordem judicial;

V - certidão de óbito de parentes de primeiro grau ou cônjuge;

VI - declarações de trabalho em papel timbrado com carimbo da empresa e assinatura do empregador; e

VII - outros que possam comprovar a solicitação.

Os casos omissos deverão ser analisados pelo Coordenador de Curso em conjunto com o professor da disciplina para análise da viabilidade do pedido.

A autorização para realização da verificação da aprendizagem, em segunda chamada, dependerá da análise do requerimento, pela Coordenação de Curso, conjuntamente com o professor da disciplina, que disporão de 24 horas, após a notificação ao professor, para emitir parecer relativo ao objeto do requerimento.

Cabe ao professor da disciplina a elaboração e a aplicação da verificação da aprendizagem em segunda chamada, no prazo máximo de 08 (oito) dias após o deferimento do pedido.

Se, por falta de comparecimento do aluno, em qualquer etapa de avaliação, decorrido o prazo de pedido de segunda chamada, não for possível apurar o seu aproveitamento escolar, será-lhe-á atribuída nota 0,0 (zero).

Revisão da Verificação da Aprendizagem

O aluno que discordar do(s) resultado(s) obtido(s) no(s) procedimento(s) avaliativo(s) poderá requerer revisão de provas. O requerimento, com fundamentação da discordância, deverá ser dirigido à Coordenação de Curso, até dois dias úteis, após o recebimento da avaliação.

Cabe à Coordenação de Curso, no prazo de 2 dias, dar ciência ao professor da disciplina para emitir parecer. Cabe ao professor da disciplina dar parecer no prazo de (3 dias) a partir da ciência dada pela Coordenação.

Caso o professor se negue a revisar a prova, cabe à Coordenação do Curso em reunião com o Colegiado de Curso e deliberar sobre a revisão, no prazo máximo de sete dias úteis.

2.18 COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

Os componentes curriculares optativos são aqueles ofertados com o objetivo de complementar, aprofundar ou atualizar conhecimentos dos estudantes de licenciatura visando à ampliação da formação profissional e atendimento às demandas emergentes e inovadoras do mundo do trabalho contemporâneo, numa perspectiva de flexibilização curricular, sem a exigência de pré-requisitos para serem cursados.

Tais componentes são de livre escolha do estudante de um rol oferecido para o curso, que complementam a formação profissional, numa determinada área ou subárea de conhecimento, que permitem ao estudante iniciar-se numa diversificação do curso.

Como parte integrante da matriz curricular, quando cursado, o componente optativo será implementado no histórico escolar do aluno, com a obrigatoriedade, por parte do estudante, de ter cumprido a carga horária total e as atividades propostas com assiduidade e aproveitamento. Caso o estudante seja reprovado em um componente curricular optativo, este não constará no histórico escolar do aluno.

Os acadêmicos do curso superior de tecnologia em Gestão de Recursos Humanos deverão cursar 40 horas de disciplina optativa dentro do rol abaixo.

Quadro 3 - Componentes curriculares optativos do Curso de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos na modalidade a distância.

DISCIPLINAS OPTATIVAS	C. H.
Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	40
Ética e Responsabilidade Socioambiental	40
Gestão da Inovação	40
Métodos e Técnicas de Pesquisa Científica	40
Estatística aplicada à Gestão	40
Economia Feminista	40

Fonte: comissão de elaboração do PPC

2.19 ATIVIDADES DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Em princípio, é importante ressaltar que um dos princípios norteadores da prática educativa dos cursos de graduação no âmbito do Instituto Federal do Piauí consiste no estímulo à adoção da pesquisa como princípio pedagógico presente em um processo formativo voltado para um mundo permanentemente em transformação, integrando saberes cognitivos e socioemocionais, tanto para a produção do conhecimento, da cultura e da tecnologia, quanto para o desenvolvimento do trabalho e da intervenção que promova impacto social.

Ademais, o Instituto Federal do Piauí visa, entre outras finalidades: a) desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica e b) realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico. Nessa perspectiva é, pois, necessário enfatizar que as ações de fomento à pesquisa no âmbito da instituição procuram estabelecer um elo com as ações de Ensino, Extensão e Internacionalização com vistas a uma sociedade plural de forma articulada com os arranjos socioprodutivos locais e regionais.

Em consequência disso, compreende-se e defende-se a importância da iniciação científica como uma ação pedagógica que introduz os estudantes da graduação na pesquisa acadêmico-científica como forma de engajar-los e colocá-los em contato direto com a produção conhecimento a partir da compreensão que essa prática contribua para a formação intelectual, reflexiva, autônoma, crítica e criativa dos estudantes considerando as dimensões: ciência, tecnologia e inovação.

Diante de tudo isso, é importante acrescentar que a iniciação científica, partir da relação do estudante com a pesquisa científica possibilita a formação de cidadãos e de profissionais preparados para o mundo do trabalho, e por conseguinte, aptos para o exercício da profissão visando o desenvolvimento territorial, além de prepará-los também para a pós-graduação.

Deste modo, o Instituto Federal do Piauí tem programas de iniciação científica regulamentados pela Resolução nº 24/2019 que permitem colocar os estudantes de cursos de graduação em contato direto com a atividade científica e de pesquisa. Nesse processo, espera-se proporcionar ao estudante bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa. Esses projetos são desenvolvidos através do:

a) PIBIC - Programa de Bolsa de Iniciação Científica - incentiva a participação de estudantes do Ensino Superior em projetos de pesquisa;

b) PIBIC IT - Programa de Bolsa de Iniciação Científica Inovação Tecnológica - incentiva a participação de estudantes do Ensino Médio Integrado em projetos de Inovação Tecnológica.

Nessa perspectiva é, pois, necessário enfatizar que além das iniciativas do incentivo à pesquisa e a inovação, o Instituto Federal do Piauí estimula, através de políticas institucionais, o incremento da publicação em periódicos e a participação de docentes e estudantes em eventos científicos.

No curso de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, as atividades de pesquisa deverão ser amplamente estimuladas, com práticas alinhadas ao ensino e a extensão.

2.20 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/IFPI) é um órgão colegiado, de caráter interdisciplinar, de natureza técnico-científica, consultiva, deliberativa e educativa, com autonomia de decisão no exercício de suas funções. Está constituído nos termos da Resolução nº 466 de 12/12/2012, da Norma Operacional Nº 001/2013 do

Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde – CNS/MS e da Resolução CNS nº 370, de 08 de março de 2007.

A instalação do CEP é fundamental nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos, dentro de padrões éticos determinados pelas resoluções supra citadas. Tem o propósito de defender os interesses dos sujeitos envolvidos na pesquisa, garantindo sua integridade, dignidade e proteção.

São atribuições do CEP/IFPI de acordo com a Resolução (466/12), protocolar e avaliar os projetos de pesquisa envolvendo seres humanos (submetidos através da Plataforma Brasil), com base nos princípios da ética, impessoalidade, transparência, razoabilidade, proporcionalidade e eficiência, tem papel consultivo e educativo nas questões de ética, encaminha relatórios ao CONEP, acompanha o desenvolvimento de projetos, recebe denúncias de abusos ou fatos adversos na pesquisa, em caso de irregularidades pode requerer apuração e sindicância e comunica à CONEP e representa a instituição (IFPI) em todas as suas instâncias, interna e externa.

Comitê de Ética no Uso de Animais

O Comitê de Ética no Uso de Animais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (CEUA/IFPI) é um órgão técnico-científico de caráter consultivo, deliberativo e educativo nas questões sobre a utilização de animais para pesquisa, ensino ou extensão.

O CEUA/IFPI está vinculado à Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPI) e tem por finalidade cumprir e fazer cumprir, no âmbito do IFPI e nos limites de suas atribuições, o disposto da Lei nº 11.794/2008, nas Resoluções Normativas do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA) e nas demais normas aplicáveis à utilização de animais para pesquisa, ensino e extensão.

Portanto, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão que envolvam o uso de animais das espécies classificadas como Filo Chordata, subfilo Vertebrata, exceto o homem, observada a legislação ambiental, deverão ser submetidas à aprovação prévia do CEUA/IFPI.

2.21 CERTIFICADOS E DIPLOMAS A SEREM EMITIDOS

Será emitido diploma de Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos, do eixo de Gestão e Negócios aos alunos que cursarem e forem aprovados em todas as unidades curriculares obrigatórias do curso, integralizando a carga horária total do curso, expedido pelo IFPI, com validade em todo território nacional, conforme a Lei N° 9.394/1996 e Lei N° 11.892/2008. O diploma será acompanhado de histórico escolar no qual deverá constar todas as atividades obrigatórias cumpridas.

CAPÍTULO 3: CORPO DOCENTE E TUTORIAL

3.1 CORPO DOCENTE

Os professores aqui chamados de professores formadores que atuarão no curso deverão ser obrigatoriamente lotados IFPI, sendo todos selecionados por edital público conforme legislação vigente. As atividades de formação desenvolvidas pelos professores formadores serão remuneradas através de bolsas formação custeadas totalmente pela CAPES.

Caberá ao professor formador:

- Desenvolver as atividades docentes na capacitação de coordenadores, professores e tutores mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no plano de capacitação;
- Participar das atividades de docência das disciplinas curriculares do curso;
- Participar de grupo de trabalho para o desenvolvimento de metodologia na modalidade a distância;
- Participar e/ou atuar nas atividades de capacitação desenvolvidas na Instituição de Ensino;
- Coordenar as atividades acadêmicas dos tutores atuantes em disciplinas ou conteúdos sob sua coordenação;
- Desenvolver o sistema de avaliação de alunos, mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no plano de curso;
- Apresentar ao coordenador de curso, ao final da disciplina ofertada, relatório do desempenho dos estudantes e do desenvolvimento da disciplina;

- Desenvolver, em colaboração com o coordenador de curso, a metodologia de avaliação do aluno;
- Desenvolver pesquisa de acompanhamento das atividades de ensino desenvolvidas nos cursos na modalidade a distância;
- Elaborar relatórios semestrais sobre as atividades de ensino no âmbito de suas atribuições, para encaminhamento à DED/CAPES/ MEC, ou quando solicitado.

3.2 TUTORES

Os tutores de apoio serão obrigatoriamente selecionados por edital publico aberto conforme legislação vigente sendo suas atividades remuneradas por bolsas custeadas pela CAPES.

Caberá aos tutores :

- Mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e os cursistas;
- Acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do curso;
- Apoiar o professor da disciplina no desenvolvimento das atividades docentes;
- Estabelecer contato permanente com os alunos e mediar as atividades discentes;
- Colaborar com a coordenação do curso na avaliação dos estudantes;
- Participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela Instituição de Ensino;
- Elaborar relatórios mensais de acompanhamento dos alunos e encaminhar à coordenadoria de tutoria;
- Participar do processo de avaliação da disciplina sob orientação do professor responsável;
- Manter regularidade de acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e dar retorno às solicitações dos cursistas no prazo máximo de 24 horas;
- Apoiar operacionalmente a coordenação do curso nas atividades presenciais nos pólos, em especial na aplicação de avaliações.

3.3 COORDENAÇÃO DO CURSO

O Coordenador do curso deverá ter lotação efetiva no IFPI Campus Teresina Central e será obrigatoriamente selecionado por edital publico, conforme legislação vigente. As atividades de coordenação serão remuneradas por bolsas custeadas pela CAPES.

Caberá ao coordenador do curso:

- Coordenar, acompanhar e avaliar as atividades acadêmicas do curso;
- Participar das atividades de capacitação e de atualização desenvolvidas na Instituição de Ensino;
- Participar dos grupos de trabalho para o desenvolvimento de metodologia, elaboração de materiais didáticos para a modalidade a distância e sistema de avaliação do aluno;
- Realizar o planejamento e o desenvolvimento das atividades de seleção e capacitação dos profissionais envolvidos no curso;
- Elaborar, em conjunto com o corpo docente do curso, o sistema de avaliação do aluno;
- Participar dos fóruns virtuais e presenciais da área de atuação;
- Realizar o planejamento e o desenvolvimento dos processos seletivos de alunos, em conjunto com o coordenador UAB;
- Acompanhar o registro acadêmico dos alunos matriculados no curso;
- Verificar “in loco” o bom andamento dos cursos;
- Acompanhar e supervisionar as atividades: dos tutores, dos professores, do coordenador de tutoria e dos coordenadores de polo;
- Informar para o coordenador UAB a relação mensal de bolsistas aptos e inaptos para recebimento.

3.4 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

No IFPI, os Núcleos Docentes Estruturantes de cursos superiores são regulados pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 13/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 04 de março de 2021. O Núcleo Docente Estruturante do curso de Tecnologia em Secretariado constitui, criado pela 3.269, de 21 de novembro de 2017, emitida pelo Diretor Geral do Campus Teresina Central, compõe o segmento da estrutura de gestão acadêmica do curso, com atribuições consultivas, propositivas e de assessoria sobre matéria de natureza acadêmica, corresponsável pela elaboração, implementação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso.

Como estabelece a Resolução supracitada, o NDE é constituído pelo(a) Coordenador(a) do Curso, como seu(sua) presidente nato(a), e por docentes efetivos atuantes no curso de graduação, indicados pelo Colegiado do Curso, com aprovação da Diretoria de Ensino e homologação da Diretoria-Geral do Campus. Reúne-se bimestralmente

conforme um calendário anual ou por convocação da Diretoria de Ensino, da Presidência do NDE ou pela maioria simples dos membros.

São atribuições do NDE do curso de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos:

I - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

II - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

III - propor medidas de caráter didático, científico e administrativo, visando à melhoria qualitativa do curso, baseando-se nas

avaliações internas (semestrais) e externas do curso;

IV - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de

exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas relativas à área de conhecimento do curso;

V - contribuir para o aprimoramento do Projeto Pedagógico do Curso – PPC, encaminhando propostas de reestruturação curricular ao Colegiado do Curso para aprovação;

VI - recomendar a aquisição de títulos bibliográficos e outros materiais pedagógicos necessários à manutenção das boas práticas pedagógicas do curso;

VII - analisar as bibliografias básica e complementar relacionadas nos Planos de Curso das disciplinas, considerando a natureza das disciplinas e o acervo existente na biblioteca de seu campus;

VIII - propor cronograma das atividades do curso;

IX - sugerir providências de ordem didática, científica e administrativa que entenda necessárias ao desenvolvimento do curso; e

X - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais dos respectivos cursos de graduação.

3.5 COLEGIADO DE CURSO: ATUAÇÃO

No IFPI, os Colegiados de cursos superiores são regulados pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 24/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 06 de abril de 2021. Criado pela Portaria 2.324 de 18/11/2013 e reestruturado pela Portaria 2.224 de 13/09/2017, emitida

pela Reitoria do IFPI, o Colegiado do Curso de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos é um órgão consultivo e deliberativo, encarregado da coordenação didática, da elaboração, execução e acompanhamento da política de ensino do respectivo curso.

Constituem atribuições do Colegiado do Curso de Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, conforme Regimento Interno:

I - propor planos de metas para o curso;

II - acompanhar e avaliar os planos e atividades da coordenação de curso, garantindo a qualidade do curso;

III - conduzir os trabalhos de reestruturação curricular do curso, para aprovação nos colegiados superiores, sempre que necessário;

IV - estabelecer formas de acompanhamento e avaliação do curso;

V - proceder ao acompanhamento e avaliação do curso, envolvendo os diversos segmentos inseridos no processo;

VI - dar parecer sobre a participação de docentes em eventos técnico-científicos, considerando a relevância para o curso;

VII - elaborar proposta do calendário anual do curso;

VIII - apreciar convênios, no âmbito acadêmico, referentes ao curso;

IX - apreciar propostas relativas a taxas, contribuições e emolumentos a serem cobrados pelo curso;

X - deliberar, conclusivamente, sobre a alocação de recursos destinados ao curso, inclusive em sua fase de planejamento;

XI - opinar, em primeira instância, nas questões referentes à matrícula, à dispensa de disciplina, à transferência interna e externa e à obtenção de novo título, bem como às representações e aos recursos apresentados por docentes e discentes;

XII - analisar os casos de infração disciplinar e, quando necessário, encaminhar ao órgão competente;

XIII - propor e/ou avaliar as atividades extracurriculares do curso;

XIV - exercer a fiscalização e o controle do cumprimento de suas decisões; e

XV - solucionar os casos omissos neste regulamento e as dúvidas que porventura surjam na sua aplicação.

O Colegiado do curso de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos é composto pelo coordenador do curso, como presidente, dois representantes dos docentes efetivos da

área de conhecimento específico do curso, três representantes dos docentes efetivos das demais disciplinas do curso, um assessor pedagógico, indicado pela coordenação pedagógica do Campus, e um representante dos discentes do curso, indicado por seus pares.

O Colegiado reunir-se-á mensalmente ou extraordinariamente, quando convocado por seu presidente ou a requerimento de, pelo menos, 1/3 (um terço) dos membros, obedecendo à ordem do dia na qual serão examinados, debatidos e votados os assuntos em pauta. As reuniões só ocorrem com a presença mínima de 2/3 (dois terços) dos membros e as deliberações exigem maioria simples dos votos.

REFERÊNCIAS

Associação Nacional dos Tecnólogos - ANT. **Cartilha do Tecnólogo**: o caráter e a identidade da profissão. Brasília: Confea, 2010.

BRASIL. Lei no 9.394/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF, 1996.

_____. Lei no 9.795/1999. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília/DF, 1999.

_____. Lei no 10.098/2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Brasília/DF, 2000.

_____. Lei no 10.861/2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Brasília/DF, 2004.

_____. Lei no 5.526/2005. Regulamenta sobre a Língua Brasileira de Sinais. Brasília/DF, 2005.

_____. Lei no 11.788/2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília/DF, 2008.

_____. Lei no 11.892/2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília/DF, 2008.

_____. Lei no 12.711/2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília/DF,

2012.

_____. Lei no 12.764/2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília/DF, 2012.

_____. Lei no 13.005/2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília/DF, 2014.

_____. Decreto no 4.281/2002. Regulamenta a Lei n o 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília/DF, 2002.

_____. Decreto no 5.154/2004. Regulamenta o § 2o do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei no. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. Brasília/DF, 2004.

_____. Decreto no 5.626/2005. Regulamenta a Lei n o 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n o 10.098. Brasília/DF, 2005.

_____. Decreto no 7.234/2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília/DF, 2010.

_____. Decreto no 7.824/2012. Regulamenta a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília/DF, 2012.

_____. Parecer CNE/CES no 436/2001. Traça orientações sobre os Cursos Superiores de Tecnologia e formação de tecnólogo. Brasília/DF, 2001.

_____. Parecer CNE/CP no 29/2002. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais no Nível de Tecnólogo. Brasília/DF, 2002.

_____. Parecer CNE/CES no 239/2008. Traça orientações sobre as atividades complementares nos cursos superiores de tecnologia. Brasília/DF, 2008.

_____. Portaria MEC no 10/2006. Cria e aprova o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. Brasília/DF, 2006.

_____. Portaria MEC nº 18/2012. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto no 7.824, de 11 de outubro de 2012. Brasília/DF, 2012.

_____. Portaria MEC no 1.291/2013. Estabelece diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e define parâmetros e normas para a sua expansão. Brasília/DF, 2012.

_____. Resolução CNE/CP no 03/2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais

para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Brasília/DF, 2002.

_____. Resolução CONAES no 01/2010. Normatiza o núcleo docente estruturante e dá outras providências. Brasília/DF, 2010.

_____. Resolução CNE/CP no 01/2012. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação em Direitos Humanos. Brasília/DF, 2012.

_____. Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia – 3ª edição. Ministério da Educação. Brasília/DF, 2016.

CÂMARA, G.; DAVIS, C.; MONTEIRO, A.M. **Introdução à Ciência da Geoinformação**. São José dos Campos: INPE. 2004. 345 p. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/>.

Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA. **Resolução nº 313, de 26/09/1986** – dispõe sobre o exercício profissional dos Tecnólogos das áreas submetidas à regulamentação e fiscalização do CONFEA.

_____. Decisão Plenária CONFEA nº PL-1570/2004 quanto a duração e integralização dos cursos de graduação das profissões, cujos profissionais são registrados e fiscalizados pelo Sistema CONFEA/CREA. - Área dos tecnólogos. Disponível em: <http://normativos.confea.org.br/ementas/visualiza.asp?idEmenta=20990&idTiposEmentas=&Numero=&AnoIni=&AnoFim=&PalavraChave=&buscarem=&vigente=>. Acesso em: 04/12/2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. Resolução CONSUP no 040/2010. Institui a Organização Didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI, 2010.

_____. Resolução CONSUP no 008/2010. Estabelece a criação do Programa Institucional de Iniciação Científica - PIBIC e Programa Institucional de Iniciação Científica Júnior – PIBICjr do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI, 2010.

_____. Resolução CONSUP no 042/2012. Institui o Regulamento para os trabalhos de conclusão de cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI, 2012.

_____. Resolução CONSUP no 034/2013. Aprova o programa institucional de Apoio à Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI, 2013.

_____. Resolução CONSUP no 014/2014. Aprova a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI, 2014.

_____. Resolução CONSUP no 035/2014. Regulamenta o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI, 2014.

____. Resolução CONSUP no 042/2014. Estabelece normas e procedimentos referentes à criação de cursos, alteração/reformulação curricular, suspensão temporária e extinção para os cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI, 2014.

____. Resolução CONSUP no 064/2014. Aprova a abreviação dos Cursos de Graduação do IFPI para alunos com extraordinário aproveitamento nos estudos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI, 2014.

____. Resolução CONSUP no 143/2022. Altera a Resolução que normatiza a Organização Didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. Teresina/PI, 2022.

____. Plano de Desenvolvimento Institucional 2020 – 2025. Disponível em: <http://libra.ifpi.edu.br/acesso-a-informacao/institucional/plano-de-desenvolvimento-institucional>.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

RESOLUÇÃO 50/2024 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 13 de junho de 2024.

Aprova a criação do Curso de Licenciatura Letras Libras, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução Normativa nº 59, de 20 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2021, e considerando o processo nº 23172.001597/2024 - 19,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, **ad referendum**, a criação do Curso de Licenciatura em Letras Libras, na modalidade Educação a Distância (EaD), no IFPI, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entrar em vigor na data de sua publicação.

PAULO BORGES DA CUNHA

Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

■ Paulo Borges da Cunha, REITOR(A) - CD1 - REI-IFPI, em 13/06/2024 15:29:59.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 12/06/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 269400

Código de Autenticação: 49e76a6e47





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino
Diretoria de Educação a Distância

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Letras- Língua Brasileira de Sinais (Libras)- Modalidade a Distância

Teresina-PI, maio de 2024.

REITOR

Paulo Borges da Cunha

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Odimógenes Soares Lopes

DIRETORA DE ENSINO SUPERIOR

Márcio Aurélio Carvalho de Moraes

DIRETOR GERAL CAMPUS TERESINA CENTRAL

Paulo de Tarso Vilarinho Castelo Branco

DIRETOR DE ENSINO - CAMPUS TERESINA CENTRAL

Franciéric Alves de Araujo

DIRETOR DE ENSINO A DISTÂNCIA DO IFPI

Raimundo Nonato Meneses Sobreira

**COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PPC DO CURSO DE LICENCIATURA LETRAS/LIBRAS,
MODALIDADE EAD, DO IFPI DOCUMENTO 202298/2023 – GDG/DG-TERCENT/CATCE/IFPI,**

de 25 de setembro de 2023

Antonia Ravache Oliveira Silva- *Campus* Teresina Central

Elayne Cristina Rocha Dias- *Campus* Pedro II

Iriane do Nascimento Rosa- *Campus* Parnaíba

Marilene dos Reis Barbosa Vasconcelos- *Campus* Cocal

Rosuíla dos Santos Silva- *Campus* São João do Piauí

Solidalva de Sousa- *Campus* Oeiras

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
CAPÍTULO 1 - PERFIL INSTITUCIONAL	7
1.1 BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	7
1.1 MISSÃO, VISÃO E VALORES	13
1.2 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA	13
1.3 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	14
1.4 ÁREA DE ATUAÇÃO	14
1.5 JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSOS E DEMANDAS SOCIAIS	17
1.6 FORMAS DE ACESSO AO CURSO	22
CAPÍTULO 2- ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	23
2.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	23
2.2 OBJETIVOS DO CURSO	25
2.3 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	27
2.4 ORGANIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DAS DISCIPLINAS	Error! Indicador Não Definido .
2.5 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO	Error! Indicador Não Definido .
2.6 ATIVIDADES COMPLEMENTARES (AC)	37
2.7 ESTRUTURA E CONTEÚDOS CURRICULARES	38
2.8 METODOLOGIA	1
2.10 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	1
2.11. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	1
Concepção, objetivos e carga horária	1
Estrutura e funcionamento do estágio	1
Avaliação do estágio supervisionado	1
2.12. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1
2.14 TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	Error! Indicador Não Definido .
2.15 TEMAS TRANSVERSAIS OBRIGATÓRIOS	Error! Indicador Não Definido .
2.16 APOIO AO DISCENTE	1

a) Política de diversidade e inclusão do IFPI	1
b) Mobilidade Acadêmica	1
c) Acessibilidade	1
e) Profissionais Técnicos Especializados em Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais-Libras	1
f) Mecanismos de Nivelamento	1
2.17 GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA	1
2.18 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO APRENDIZAGEM	Error! Indicador Não Definido .
a) Avaliação da aprendizagem	Error! Indicador Não Definido .
b) Sistema de Avaliação do Curso	Error! Indicador Não Definido .
c) Verificação de Aprendizagem em Chamada	Error! Indicador Não Definido .
d) Revisão da Verificação da Aprendizagem	Error! Indicador Não Definido .
2.19 ATIVIDADES DE PESQUISA E INOVAÇÃO	Error! Indicador Não Definido .
2.20 COMITÊ DE ÉTICA DE PESQUISA	Error! Indicador Não Definido .
a) Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos	Error! Indicador Não Definido .
b) Comitê de Ética no Uso de Animais	Error! Indicador Não Definido .
CAPITULO 3.0 - COORDENAÇÃO DO CURSO, CORPO DOCENTE E TUTORES	Error! Indicador Não Definido .
3.1- CORPO DOCENTE	Error! Indicador Não Definido .
3.2 -TUTORES	Error! Indicador Não Definido .
3.3- COORDENAÇÃO DO CURSO	Error! Indicador Não Definido .
3.4 - NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE.....	74
REFERÊNCIAS	Error! Indicador Não Definido .
ANEXO 1 – BIBLIOGRAFIAS E EMENTAS	1

APRESENTAÇÃO

No âmbito do Instituto Federal do Piauí (IFPI), o instrumento orientador das ações curriculares é denominado de Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Trata-se, pois, de um conjunto de intencionalidades pedagógicas que tem como propósito a explicitação dos principais parâmetros para a ação educativa e o processo formativo, além de apresentar-se em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e a legislação vigente.

O projeto pedagógico do curso constitui-se num instrumento de gestão em prol da formação cidadã, e como tal encontra-se explicitado em suas dimensões política, didático-pedagógica e administrativa. A organização curricular fundamenta-se no compromisso ético do IFPI em relação à concretização do perfil do egresso, que é definido pela explicitação dos conhecimentos e saberes que compõem a correspondente formação.

Nesse sentido, o presente documento apresenta o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras /LIBRAS na modalidade a distância do Instituto Federal do Piauí. O PPC aqui construído é fruto de um processo de reflexão, discussão coletiva, democrática, que contou com a participação dos professores e da comunidade acadêmica, numa afirmação de identidade e legitimidade institucional.

A proposta aqui apresentada vem responder às necessidades de formação profissional de professores na área de Língua Portuguesa para atuarem na Educação Básica e atender às exigências das atuais transformações científicas e tecnológicas, no contexto Universidade Aberta-UAB, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, que tem como objeto a seleção de propostas de Instituições de Ensino Superior (IES) para a oferta de vagas para a formação de professores em Cursos de Licenciatura, no âmbito UAB, para a atuação nas redes públicas de educação básica e/ou nas redes comunitárias de formação por alternância.

Considerando que a UAB tem como objetivos, entre outros: oferecer a oportunidade de acesso à formação específica de nível superior, conforme a área de atuação; fomentar a implementação de projetos pedagógicos para a formação de professores que contemplem as especificidades do público-alvo, com formas diferenciadas de organização dos conhecimentos tempos e espaços; e estimular a aproximação entre a educação superior e a educação básica, tendo as comunidades e as escolas como espaços privilegiados de formação e de pesquisa, este documento foi construído nos termos das DCN para a

Formação de Professores, definidas pelo Conselho Nacional de Educação-CNE, órgão normativo do Ministério da Educação-MEC.

Nos termos das Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores (Resolução CNE/CP n. 2, de dezembro de 2019) , o presente PPC apresenta a organização das práticas institucionais e pedagógicas e constitui-se em um instrumento de proposições e orientações que permitirá a uniformidade das ações acadêmicas do Curso de Licenciatura em Letras /LIBRAS na modalidade a distância do IFPI, contemplando os processos de ensino, pesquisa e extensão. Em sua apresentação e organização este documento, atende as demandas internas do IFPI que regulamentam e normatizam matérias acerca do funcionamento dos cursos de licenciaturas vigentes.

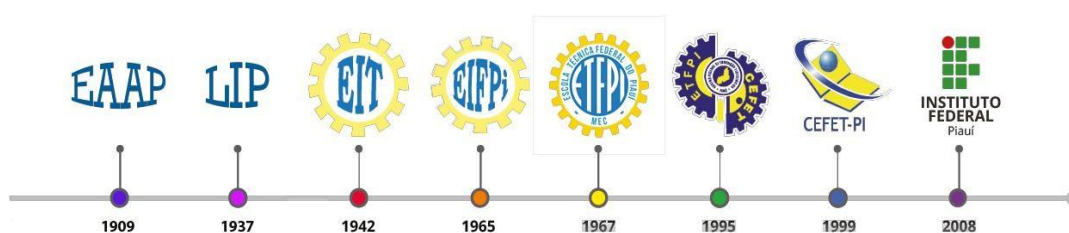
CAPÍTULO 1 - PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino.

O Instituto Federal do Piauí – IFPI possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

O IFPI possui 114 (cento e catorze) anos, tendo origem na Escola de Aprendizes Artífices do Piauí em 1909, transformada em Liceu Industrial do Piauí em 1937, Escola Industrial de Teresina em 1942, Escola Industrial Federal do Piauí em 1965, Escola Técnica Federal do Piauí em 1967 e Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí em 1998, conforme a linhahistórica a seguir.



a) Escola de Aprendizes Artífices do Piauí

Em 1909, vinte anos após o advento da República e vinte e um anos após a Abolição da Escravatura, com um regime de governo ainda não totalmente consolidado e uma sociedade ainda escravocrata, vivíamos um caos social decorrente da libertação dos escravos. Tal fato, na prática, trouxe uma liberdade sem pão, sem moradia, sem reforma agrária e sem emprego. As grandes cidades brasileiras enchiam-se, cada vez mais, de ex-escravos, miseráveis a mendigar o pão de cada dia, crianças famintas, velhos doentes, adultos desempregados e adolescentes empurrados para a prostituição, o ócio e o crime.

Pensando em minimizar esse cenário de horror e numa possível industrialização do Brasil, até então um país eminentemente agropastoril e extrativista, Nilo Procópio Peçanha, Vice-Presidente alçado ao posto de Presidente do Brasil, em 14 de junho de 1909, após a morte do titular Afonso Pena, decretou a criação de uma Rede Nacional de Escolas Profissionais.

O Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, criou uma Escola de Aprendizes Artífices em cada uma das capitais de Estado que se destinava, como diz na sua introdução, “não só a habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalhos profícuos, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime”. Por meio deste Decreto, na época conhecido pelo apelido de “Lei Nilo Peçanha”, Teresina, capital do Estado do Piauí, ganhou uma Escola Federal com o nome de Escola de Aprendizes Artífices do Piauí (EAAPI).

A denominação da EAAPI surgiu em 1937, na vigência do Estado Novo. As perspectivas de avanços na área da indústria foram, naquele momento, o grande propulsor para a transformação da escola primária em secundária, denominada, a partir de então, Liceu Industrial. No caso em pauta, Liceu Industrial do Piauí (LIP). O termo “industrial” adveio da intenção governamental de industrializar o país, usando a Rede de Escolas Profissionais como meio de formar operários especialmente para servir ao parque industrial brasileiro, nesse momento já inserido como meta de governo.

Adaptando-se aos novos tempos, o Liceu Industrial do Piauí teve construída e inaugurada, em 1938, a sua sede própria pelo Governo Federal em terreno cedido pela Prefeitura Municipal de Teresina, na Praça Monsenhor Lopes, hoje Praça da Liberdade, nº 1597, onde funciona atualmente o Campus Teresina Central.

A sede própria da Escola, que ocupava parte de uma quadra do centro da capital, foi inaugurada com 6 modernas salas de aula e instalações para oficinas de marcenaria, mecânica de máquinas, serralheria e solda, modelação, fundição e alfaiataria. Sendo Teresina uma capital ainda pouco industrializada, os ex-alunos do Liceu Industrial do Piauí migravam para o Sudeste do país, onde tinham emprego garantido com salários condignos, devido a sua alta competência técnica.

b) Escola Industrial de Teresina

Esse nome provém da Lei Orgânica do Ensino Industrial, de 1942, que dividiu as escolas da Rede em Industriais e Técnicas. As Escolas Industriais ficam geralmente nos Estados menos industrializados e formaram operários conservando o ensino propedêutico do antigo ginásio. Legalmente, esse curso era chamado de Ginásio Industrial.

As Escolas Industriais continuariam formando operários para a indústria, e as Técnicas formavam operários e também técnicos. Os operários formados tinham nível ginásial (1º ciclo) e os técnicos, nível médio (2º ciclo).

A Escola Industrial de Teresina (EIT) atuava no ramo da indústria metal-mecânica. Sua estrutura física foi ampliada com a construção de mais salas de aula, oficinas escolares e área específica para educação física.

A Escola Industrial de Teresina (EIT) atuava no ramo da indústria metal-mecânica. Sua estrutura física foi ampliada com a construção de mais salas de aula, oficinas escolares e área específica para educação física.

c) Escola Industrial Federal do Piauí

No ano de 1965, pela primeira vez, apareceu, na Rede, a denominação Escola Federal, embora, desde a sua criação, pertencesse ao Governo Federal. Noutra formulação: pela primeira vez, o termo “federal” entrou na composição do nome das Escolas da Rede. Essa mudança também permitiu que a Instituição pudesse fundar cursos técnicos industriais, a exemplo das escolas que já eram “técnicas”.

d) Escola Técnica Federal do Piauí

A promoção de Escola Industrial para Escola Técnica Federal do Piauí (ETFPI), em 1967, foi uma consequência da criação dos primeiros cursos técnicos (Agrimensura, Edificações e Eletromecânica) e do reconhecimento desses cursos pelo Ministério da Educação.

Nesse período, houve uma grande ampliação da estrutura geral da Escola. Os cursos técnicos, que eram noturnos, passaram a ser também diurnos. O Ginásio Industrial foi se extinguindo gradativamente, a partir de 1967, uma série a cada ano.

Grandes modificações aconteceram no ensino. Além dos cursos técnicos industriais, com suas variadas opções, vieram também os cursos técnicos da área de serviços, como os de Contabilidade, Administração, Secretariado e Estatística. Nessa mesma época, foi permitida, preferencialmente nos cursos da área terciária, a matrícula para mulheres, depois estendida a todos os demais cursos. O número de alunos quadruplicou em 2 anos e o de professores acompanhou proporcionalmente o mesmo crescimento.

A modernização da Escola começou em meados da década de 1980 com o advento da informatização, que chegou primeiro à administração e, posteriormente, ao ensino, criando-se grandes laboratórios para cursos de informática, destinados a alunos, professores, servidores técnico-administrativos e à comunidade fora da Escola. O ponto alto desse período foi a interiorização do ensino com o planejamento, a construção e a consolidação da Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) de Floriano, processo iniciado em 1986 e concluído em 1994.

Em 1994, foi autorizada a transformação da ETFPI em Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI), pela Lei 8.948/94, efetivada em 22 de março de 1999.

e) Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí

O biênio 1997-1998 foi dedicado ao processo de transição de ETFPI para CEFET-PI, conhecido como CEFETIZAÇÃO, que veio mais uma vez mudar a denominação da Escola. Em 1999, ocorreu o primeiro Vestibular do CEFET-PI, com a oferta do curso superior de Tecnologia em Informática. Outros fatos de destaque que aconteceram, a partir dessa fase da história cefetiana, foram: a continuidade da qualificação dos servidores (1994); a promoção da XXIII Reunião Nacional de Diretores de ETFs, CEFETs e EAFs (1995); a construção do novo auditório da Instituição (1997); a construção do ginásio poliesportivo coberto (1997); a reforma do Prédio “B”, com início em 1999; a abertura do primeiro curso superior da área de saúde, Tecnologia em Radiologia (2001); a implantação dos cursos de Licenciatura em Biologia, Física, Matemática e Química (2002).

Para dar continuidade à formação de profissionais, em 2004, foi estabelecido o primeiro Mestrado Interinstitucional (Minter), Engenharia de Produção, e a oferta de cursos de especialização em Banco de Dados e Gestão Ambiental. Em 2005, foi ofertado o primeiro Doutorado Interinstitucional (DINTER), Engenharia de Materiais. A partir de 2005, o CEFET-PI, atento à política do Ministério da Educação (MEC), buscou uma melhor qualificação profissional da comunidade do Piauí e região, com a implantação, desde 2006, do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio nas áreas de Gestão, Construção Civil, Informática, Indústrias e Meio Ambiente. Em 2007, aconteceu a inauguração das UNEDs de Picos, Parnaíba e Marcílio Rangel (atualmente conhecida como Teresina Zona Sul).

f) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

O Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI) sofreu, em 2008, uma reorganização em sua estrutura adquirindo o status de Instituto Federal, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro desse ano, criou a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica.

Ao se transformar em IFPI, a Instituição adquiriu autonomia para criar e extinguir cursos, bem como para registrar diplomas dos cursos por ela oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, o Instituto Federal do Piauí foi equiparado às universidades federais.

Em 2010, iniciou-se o processo de expansão do IFPI com a inauguração dos seguintes campi: Angical, Corrente, Piripiri, Paulistana, São Raimundo Nonato e Uruçuí. Em 2012, foram inaugurados campi em Pedro II, Oeiras e São João; e, em 2014, houve a inauguração dos campi de Campo Maior, Valença e Cocal.

Nesse período, foi criado também o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), reforçando o desenvolvimento e a interiorização da educação profissional. Em 2014, foram publicadas as portarias de criação dos Campi Avançados Dirceu Arcoverde e Pio IX. Nesse mesmo ano, foi realizado o I Fórum das Licenciaturas, realizado em Parnaíba.

Em 2015, a sede da Reitoria foi inaugurada, constituindo-se na unidade organizacional executiva central, responsável pela administração e supervisão de todas as atividades do Instituto Federal do Piauí.

O IFPI possui, no momento, 63 (sessenta e três) cursos superiores presenciais, 4 cursos superiores a distância, 5 mestrados e 17 cursos de especialização em funcionamento. Os bacharelados apresentam 2046 matrículas e correspondem a 6,11% das matrículas. As licenciaturas apresentam 5642 matrículas e correspondem a 16,86 % das matrículas da instituição, As tecnologias apresentam 2922 matrículas e correspondem a 8,43% das matrículas. Uma média de 78,72% dos alunos do ensino superior são provenientes da escola pública e 65% têm renda familiar per capita inferior a 1 salário mínimo.

Na dimensão Extensão, o IFPI trabalha com diversas áreas temáticas, dentre elas: Educação, Formação de Professores, Cultura, Saúde, Meio Ambiente, Tecnologia e Produção, Comunicação, Empreendedorismo Inovador, Trabalho, Inovação, Música, Economia Solidária e Criativa, Direitos Humanos e Justiça, Inclusão e Tecnologias Assistivas e Gestão Pública.

Na pesquisa, o IFPI se destaca nas áreas: Administração, Agronomia, Antropologia, Artes, Botânica, Ciência da Computação, Ciência da Informação, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Ciências Ambientais, Direito, Ecologia, Educação, Educação Física, Engenharia Agrícola, Engenharia Biomédica, Engenharia de Energia, Engenharia de Materiais e Metalúrgica, Engenharia de Produção, Engenharia Química, Física, Geografia, História, Letras, Linguística, Matemática, Microbiologia, Nutrição, Planejamento Urbano e Regional, Química, Robótica, Mecatrônica e Automação, Sociologia, Teologia e Zootecnia.

1.1 MISSÃO, VISÃO E VALORES

A partir de suas finalidades, o IFPI tem a missão de: "Promover uma educação de excelência, direcionada às demandas sociais". A visão de uma instituição reflete as aspirações e o desejo coletivo a ser alcançado, no espaço de tempo, a médio e longo prazo, buscando dar identidade. A partir de 2020, a visão de futuro do IFPI é: Consolidar-se como centro de excelência em Educação Profissional, Científica e Tecnológica, mantendo-se entre as melhores instituições de ensino do País.

Por sua vez, os valores organizacionais são princípios ou crenças desejáveis, estruturados hierarquicamente, que orientam a vida da organização e estão a serviço de interesses coletivos. Os valores do IFPI são: Ética, Respeito, Solidariedade, Diálogo, Participação, Transparência, Equidade e Responsabilidade.

1.2 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

Sigla: IFPI

CNPJ: 10.806.496/0001-49

Natureza Jurídica: Autarquia federal

End.: Avenida Presidente Jânio Quadros, 330/ Santa Isabel, Teresina - PI, 64.053-390

Fone: (86) 3131- 1443

Representante legal: Paulo Borges da Cunha

Ato legal: Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008

Página Institucional: www.ifpi.edu.br

1.3 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO: Licenciatura em Letras /LIBRAS na modalidade a distância- EaD

PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO: 04 (quatro) anos

TÍTULO ACADÊMICO: Licenciado em Letras /LIBRAS

REGIME LETIVO: Semestral

VAGAS AUTORIZADAS: 40 (quarenta) vagas

FORMA DE ACESSO: Processo seletivo conforme resoluções vigentes

CARGA HORÁRIA: 3.300 h

1.4 ÁREA DE ATUAÇÃO

Atuar no sentido do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania, sem perder a dimensão do universal, constitui um preceito que fundamenta a ação do Instituto Federal do Piauí.

Ao ver-se como lugar de diálogo, o IFPI amplia seu campo de atuação ao espaço do território geográfico no qual se insere e que passa a ser o campo de negociação entre o local e o global, de construção de uma rede de solidariedade intercultural.

O IFPI atua a favor dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, qualquer que seja a esfera delimitada, a relação dialógica e democrática de seu fazer pedagógico possibilitará ganhos sociais expressivos e a superação de contradições existentes.

A estrutura multicampi e a clara definição do território de abrangência das ações do Instituto Federal do Piauí afirmam, na missão desta Instituição, o compromisso de intervenção em sua região, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável, com inclusão social.

Na busca de sintonia com as potencialidades de desenvolvimento regional, os cursos ofertados no âmbito do IFPI são definidos em atendimento às demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho local e da região. Convém salientar que o IFPI busca conciliar as demandas identificadas com a sua vocação e capacidade de oferta de cursos, em relação às reais condições de viabilização da proposta pedagógica: infraestrutura física, corpo docente e técnico, acervo bibliográfico, instalações e equipamentos.

Assim é que o Instituto Federal do Piauí constitui espaço fundamental na construção dos caminhos visando ao desenvolvimento local e regional dos territórios nos quais os seus campi estão inseridos. Na proposta pedagógica do Instituto Federal do Piauí, agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho (numa perspectiva histórica e no sentido ontológico) e discutir os princípios das tecnologias a ele concernentes dão luz a elementos essenciais para a definição de um propósito específico para a estrutura curricular da educação profissional e tecnológica. O que se propõe é uma formação contextualizada, imersa em conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos.

A Instituição visa, portanto, contribuir com o desenvolvimento dos arranjos produtivos econômicos, sociais e culturais de cada território em que os campi do IFPI estão organicamente inseridos. A oferta de cursos nos diversos níveis/formas da educação profissional e superior, estão inseridos nos seguintes territórios de desenvolvimento:

- a) Planícies Litorâneas – Campus Parnaíba e Campus Cocal;
- b) Cocais - Campus Piripiri e Campus Pedro II;
- c) Carnaubais – Campus Campo Maior;
- d) Entre Rios – Campus Teresina-Central, Campus Teresina Zona Sul, Campus Angical do Piauí, Campus Avançado do Dirceu e Campus Avançado de José de Freitas;
- e) Serra da Capivara – Campus São Raimundo Nonato e Campus São João do Piauí;
- f) Vale dos Rios Piauí e Itaueiras – Campus Floriano;
- g) Tabuleiros do Alto Parnaíba – Campus Uruçuí;
- h) Vale do Sambito – Campus Valença do Piauí;
- i) Vale do Rio Guaribas - Campus Picos e Campus Avançado Pio IX;
- j) Chapada Vale do Rio Itaim – Campus Paulistana;
- k) Vale do Rio Canindé – Campus Oeiras;
- l) Chapada das Mangabeiras – Campus Corrente.

A presença de um campus nesses Territórios, além de promover a interiorização e abrangência da área de atuação do IFPI visa, sobretudo, à promoção do desenvolvimento socioeconômico regional, impulsionado pelo avanço da escolaridade e o acesso aos níveis mais elevados do saber dos seus cidadãos, bem como à identificação da vocação produtiva, ao respeito e à preservação da cultura local e ambiental e, por conseguinte, à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Nesse sentido, a oferta dos cursos, bem como seu turno de funcionamento, tem sido orientada pela identificação dos arranjos produtivos locais, culturais e socioeducacionais em cujos Territórios os campi estão inseridos. Para tanto, a articulação entre trabalho, ciência e cultura, na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares do IFPI, movido pelo desafio de viabilizar um ensino público, gratuito, democrático e de excelência direcionado às demandas sociais.

Como princípio em sua proposta político-pedagógica, o Instituto Federal do Piauí atua na oferta de educação básica, principalmente em cursos de ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio; ensino técnico em geral; graduações tecnológicas, licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, bem como em programas de pósgraduação *lato e stricto sensu*, sem deixar de assegurar a formação inicial e continuada de trabalhadores.

Nesse contexto, a transversalidade e a verticalização constituem aspectos que contribuem para a singularidade do desenho curricular nas ofertas educativas do Instituto Federal do Piauí, visto que a designação “instituição de educação superior, básica e profissional” lhe confere uma natureza singular, na medida em que não é comum, no sistema educacional brasileiro atribuir a uma única instituição a atuação em mais de um nível de ensino.

A área de atuação do IFPI compreende uma proposta pedagógica fundada na compreensão do trabalho como atividade criativa fundamental da vida humana e em sua forma histórica, como forma de produção. Assim sendo, o que está posto para o Instituto Federal do Piauí é a formação para o exercício profissional tanto para os trabalhadores que necessitam de formação em nível superior para a realização de suas atividades profissionais, quanto para os que precisam da formação em nível médio técnico, e também para aqueles que atuam em qualificações profissionais mais especializadas; ao mesmo tempo, as atividades de pesquisa e extensão estão diretamente relacionadas ao mundo do trabalho.

No tocante à formação de professores para educação básica, há de se notar que os cursos de licenciatura, em sua proposta curricular, contemplam a inovação na abordagem das metodologias e práticas pedagógicas, com o objetivo de contribuir para a superação da cisão entre ciência-tecnologia-cultura-trabalho e teoria-prática em um tratamento pedagógico para romper com a fragmentação do conhecimento.

Assim, é da natureza do Instituto Federal do Piauí validar a verticalização do ensino e balizar suas políticas de atuação pela oferta de diferentes níveis e modalidades da educação profissional e tecnológica, básica e superior, a partir de um projeto pedagógico singular.

A realidade brasileira no que tange à necessidade de professores integra uma série de pontos quando se trata da formação de profissionais da educação, tais como: a formação em serviço ou continuada, carreira e valorização docente, dentre outros. A frágil representação construída da dignidade profissional precisa estar fortalecida. À exigência primordial da excelência na formação, que precisa ser compatível também com a atual complexidade do mundo, somam-se outras exigências. O IFPI reúne uma série de condições na oferta de cursos de formação de professores para a educação básica, pela excelência na formação docente em atenção às demandas da sociedade comprovada através de políticas internas na qualificação do corpo docente e administrativo através da formação continuada, assim como na formação inicial de professores para a educação básica.

1.5 JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO E DEMANDAS SOCIAIS

Os contextos sociais da contemporaneidade nos alertam sobre as transformações em que o mundo vem passando e pela velocidade em que estes processos acontecem. O homem vive em tempos cada vez mais acelerados, onde sua produção, seus objetivos e anseios de vida são moldados por necessidades inerentes a esses novos arranjos.

Um aspecto positivo sobre esse novo modo de ser diz respeito ao avanço na produção de novos conhecimento; e como negativo podemos citar a fragilidade em que esses processos se assentam. Diante disso, a educação enquanto construção social, materializa-se por meio de modelos formativos que devem responder às demandas sociais e, mais ainda, contribuir para o melhoria da sociedade.

O papel do professor, diante dessa realidade torna-se central ao assumir a tarefa da educação. É necessário, enquanto profissional humano, social e político, que o professor eleve sua atuação para além do fazer técnico do ensinar e aprender, a partir de um

posicionamento crítico e transformador (GADOTTI, 1998). Nesse sentido, a própria formação docente também entra em pauta, na medida em que se define os saberes que são mobilizados com objetivos de possibilitar o exercício da atividade profissional.

A apreensão dos saberes necessários à atuação profissional docente ocorre através do processo de formação e do exercício profissional, conforme um conjunto de fatores interrelacionados, como o tempo histórico, as orientações e diretrizes dos órgãos normativos, o contexto sociopolítico e as experiências, valores e concepções individuais de cada sujeito.

Diante do exposto, os cursos de formação docente se destacam pela relevância na educação brasileira, devendo portanto, ser objeto da máxima atenção e observância da qualidade dos processos formativos.

Na última década, a educação bilíngue para surdos foi incorporada na agenda das políticas públicas brasileiras e assegurada, desde o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como língua das comunidades surdas brasileiras. Esse fato ocorreu em abril de 2002 pela Lei Federal 10.436, a Lei de Libras, que reconhece os surdos como um grupo cultural que utiliza uma língua própria, a libras, minoritária, em relação à língua oficial e majoritária do país – a língua portuguesa.

O Decreto nº 5.626/2005 que regulamenta a Lei de Libras traça importantes diretrizes acerca dos direitos linguísticos da comunidade surda, em todas as instâncias e segmentos sociais. Decorrente do fato legal, da pressão dos movimentos sociais e das contribuições de pesquisas nas áreas da linguística e educação, tem havido uma mudança nas diretrizes na formação de profissionais da educação, de modo a incorporar esses novos conhecimentos e tendências nos currículos de cursos para a formação de professores.

O Curso de Licenciatura em Letras /LIBRAS objetiva atender às diretrizes legais relativas às demandas decorrentes dos direitos linguísticos de estudantes surdos, na educação básica e superior. Precisamente, assegura-se aos estudantes a educação bilíngue, na qual a Libras figura como a primeira e principal língua de interação e instrução.

O início do processo de escolarização é uma etapa fundamental da formação humana, embora historicamente, esse campo de atuação tenha sido negligenciado, considerando os critérios e orientações que indicavam a pouca exigência de qualificação dos profissionais que por muito tempo atuaram nessa etapa escolar. Atualmente, as concepções que embasam os fundamentos da educação e a própria realidade da educação brasileira orientam para uma formação mais qualificada.

O curso de Licenciatura em Letras /LIBRAS visa atender às diversas demandas

existentes na esfera social, principalmente no uso da Libras (Lei nº 10.436/2002), formando profissionais habilitados para o ensino de língua brasileira de sinais - LIBRAS como primeira e segunda língua, respectivamente para surdos e ouvintes, nos anos finais do ensino fundamental, e no ensino médio e também atuarem como professores em diferentes contextos sociais e educacionais (Lei 13.146/2015) que institui a lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência), corroborando com a acessibilidade de surdos e ouvintes.

O profissional da Letras /LIBRAS deverá ter domínio da Língua Brasileira de Sinais, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais, além de ter consciência das variedades linguísticas e culturais. Deverá ser capaz de refletir teoricamente sobre a linguagem, de fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente. O profissional deve, ainda, ter a capacidade de reflexão crítica sobre temas e questões relativas aos conhecimentos linguísticos, ou seja, compreender que a língua possui significação social

Outrossim, as tarefas inerentes ao professor abrangem a participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, o planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação; planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares, assim como produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares.

Considerando o contexto acima exposto, o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) que tem como objetivo, entre outros, ofertar em nível de educação superior, cursos de licenciaturas, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, propõe-se, através da EAD, a ofertar o curso de Licenciatura em Letras/ LIBRAS, de modo a contribuir com qualificação profissional e responder às necessidades das demandas dos polos em que haverá a oferta do curso, os quais não têm a oferta do curso por nenhuma outra instituição pública de ensino superior. Com isso, acredita-se que o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) será capaz de contribuir com o desenvolvimento e formação de novos profissionais que atuem nos processos de ensino e aprendizagem em ambientes escolares e não escolares, tanto nas cidades em que o curso for ofertado quanto em suas adjacências.

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), atento às questões que envolvem a educação básica e os desafios e dificuldades que se apresentam

nas realidades locais dos polos em que tem atuação, identifica as demandas formativas na educação. Dentre elas, uma merece destaque: o avanço do processo de inclusão de crianças que outrora eram excluídas das redes de ensino regular, as quais gradativamente estão acessando a escola comum.

No Brasil, ainda que seja possível notar essa modificação, ainda existem obstáculos para o alcance deste direito em toda a sua plenitude. Os índices oficiais mostram que, em 10 anos após a LDB/96, houve um aumento de 640% no número de matrículas em salas regulares de alunos com deficiência (BRASIL, 2010). Este dado não deve ser analisado apenas de forma quantitativa, pois, mesmo parecendo um avanço considerável, ainda está abaixo das matrículas de alunos sem deficiência e, como sabemos, existem fatores decisivos que diferenciam o acesso, a permanência e, principalmente, o desenvolvimento do alunado da educação especial na escola.

Atualmente, segundo o Censo Escolar, em 2020, o Brasil tinha 1,3 milhão de crianças e jovens com deficiência na Educação Básica. Desses, 13,5% estavam em salas ou escolas exclusivas (salas ou escolas especiais), e 86,5% estudavam nas mesmas turmas dos demais alunos. Esse marco é fundamental se compararmos aos dados de 2005, que apontavam um cenário inverso. Das 492.908 pessoas com deficiência matriculadas, a maioria (77%) permanecia em espaços exclusivos para alunos com necessidades educativas especiais e apenas 23% eram incluídas nas salas e escolas regulares (BRASIL, 2020).

Desse modo, a inclusão propõe um novo olhar sobre o processo educativo e sobre a escola, pois concebe as diferenças como especificidades intelectuais, físicas, sociais, culturais e comunicativas e não mais como aspectos negativos dos sujeitos. Percebemos, contudo, que a escola ainda sente dificuldades em oferecer um ensino que alcance as diferenças presentes em seu espaço, uma vez que romper com os laços de normalização que imperaram por tanto tempo não constitui tarefa fácil.

As tentativas de pôr em prática um modelo de escola inclusiva ainda enfrentam barreiras de ordem teórica, filosófica e estrutural, mas consideramos que este é o percurso natural da mudança. Entretanto, as pessoas privadas do convívio social no espaço educacional, seja por condição socioeconômica, étnica ou em virtude de alguma deficiência, têm comprometida a sua própria constituição enquanto sujeito social, histórico e cultural. A questão é que não se pode mais ignorar o que é fato: a sociedade é composta por pessoas diferentes e não se pode continuar a ofertar uma educação que não leve isso em consideração.

Todavia, é importante destacar que mesmo com as imposições do modelo

conservador de ensino, a escola brasileira tem avançado rumo a inclusão, pois o número crescente de alunos, outrora marginalizados - e neste grupo estão, principalmente, as pessoas com deficiência - tem aumentado nas escolas regulares. A presença destes no ensino comum é um chamado à reflexão: a escola que temos responde às necessidades da demanda social? (MANTOAN, 2010).

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) compreende que a garantia da inclusão está sob a dependência de um conjunto de fatores macro e micro estruturais, como engajamento social, garantias de direitos, políticas públicas, articulação intersetorial, adesão das famílias, escola e professores capacitados e outros. No que diz respeito especificamente ao professor, a capacidade interagir positivamente e ampliar as relações sociais a partir das diferenças nas salas de aula já configura uma predisposição para atendê-las, eficazmente.

No entanto, professores e demais membros da equipe escolar necessitam contar com um repertório de conhecimentos específicos, enfoques pedagógicos, métodos, materiais didáticos adequados e tempo suficiente para dispensar atenção ao exercício da docência. Nessa perspectiva o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), compreende que, diante do cenário atual, ainda na formação inicial, faz-se necessário um enfoque mais aprofundado sobre as questões que envolvem as demandas da escola em que os futuros professores irão atuar.

Não se trata aqui de direcionar uma habilitação específica, dentro do curso de Licenciatura em Letras Libras, uma vez que a Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a língua brasileira de sinais - libras, e o art. 18 da lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 orienta que a formação inicial destina-se ao exercício da docência na Educação Básica: nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio, na educação superior e em cursos de Educação Profissional nas mais diversas áreas,

A intenção é fortalecer, dentro da habilitação prevista nesta Resolução, os conhecimentos inerentes ao exercício docente em contextos onde estarão presentes sujeitos que não figuravam o ensino regular, dentre estes, pessoas com deficiência que recebiam serviços educacionais apenas no âmbito da educação especial.

Destaca-se que com a universalização do acesso à escola o desafio da efetiva incorporação dos direitos dos grupos historicamente excluídos, a formação do professor deve contemplar conhecimentos que sejam desencadeadores de novas atitudes, para que este possa desempenhar, responsável e satisfatoriamente, seu papel de agente

transformador de educação. Ainda nos componente curriculares das páticas pedagógicas, essa abordagem estará presente, seja nos estágios obrigatórios, seja nas práticas como componente curricular, orientados nas ementas das disciplinas e em manuais específicos.

Nessa perspectiva, o modelo de formação proposta busca reforçar e consolidar a profissionalização do professor de Libras com uma abordagem formativa coesa e fundamentada numa práxis transformadora. Assim, o Curso de Licenciatura em Letras/ LIBRAS ofertado pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), em consonância com o Decreto nº 5.622/2005, que regulamenta a Educação a Distância, contará com infraestrutura técnica, material e humana qualificada e capaz de retornar para a sociedade, profissionais com uma sólida formação acadêmica com domínio do conhecimento profissional que embasaram práticas profissionais profícuas e resultarão em um engajamento profissional comprometido com a qualidade da educação.

Vale ressaltar que a abordagem coaduna com os próprios princípios e valores do IFPI, que enquanto instituição ofertante de educação básica, técnico profissionalizante, ensino superior cursos de pós graduação *latu sensu* e *stricto sensu* e outras modalidades de ensino, destaca-se pela observância dos critérios para a garantia de uma educação inclusiva.

Deste modo, nada mais coerente do que promover aos seus alunos nos cursos de formação de professores e, em especial destaque, o de Letras /LIBRAS, um repertório de saberes e práticas que os habilitem a exercer a profissão docente no ambiente tão diverso que é hoje a escola e em todos os ambientes em que se fazem presentes as práticas educativas.

1.6 FORMAS DE ACESSO AO CURSO

As vagas são distribuídas considerando-se o percentual de 50% para ampla concorrência e 50% para as vagas reservadas de acordo com a Lei nº 12.711/2012, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas) - alterada pela Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023, distribuídas conforme o percentual do IBGE para:

- Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo, que tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos autodeclarados quilombolas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo, que tenham cursado integralmente o ensino fundamental

ou médio em escolas públicas, conforme o caso.

- Candidatos com deficiência, independente de etnia, que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos, independente de etnia, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo, que tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos autodeclarados quilombolas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos com deficiência que, independentemente de etnia e independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos, independente de etnia e independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas, conforme o caso.

Além da política de cotas, o IFPI adota como ação afirmativa própria uma reserva de vagas de 5% para estudantes com deficiência (PcD) que não é egresso da escola pública, conforme Resolução Normativa nº 195/2024 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 18 de janeiro de 2024, que atualiza a Política de Cotas e os procedimentos de heteroidentificação, no âmbito do IFPI.

CAPÍTULO 2: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

As políticas institucionais do IFPI para os cursos de Licenciatura são baseadas na integração da pesquisa, ensino e extensão, em conformidade com os princípios pedagógicos definidos no projeto político pedagógico institucional, bem como, as diretrizes provenientes do MEC, proporcionando assim ao profissional proposto, a percepção do contexto social no qual está inserido e a capacidade de intervenção frente às demandas apresentadas por este no domínio local e regional (PDI 2020-2024).

Diante deste cenário, e atendendo ao disposto na Lei 11.892/2008 que institui a Rede

Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT), são políticas institucionais para os cursos de licenciatura, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPI:

- a) Implementar anualmente, por campus, a oferta regular das vagas de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática, nos termos da Lei no 11.892/2008;
- b) Implementar semestralmente a oferta regular de vagas de cursos de Formação Inicial e Continuada;
- c) Implementar ações que garantam a igualdade de condições de acesso, permanência e êxito nos cursos da Instituição.
- d) Possibilitar aos alunos o acesso à ações acadêmicas que favoreçam a superação da dicotomia entre teoria e prática: atividades práticas inseridas nos componentes curriculares durante todo o curso, iniciação científica e tecnológica, pesquisa, tutorias de aprendizagem, mobilidade acadêmica, eventos técnico-científicos, aulas externas e visitas técnicas a empresas e demais organizações do mundo do trabalho.

Possuindo como marco a concepção da educação como instrumento de transformação e de enriquecimento do conhecimento, capaz de modificar a vida social e atribuir maior sentido e alcance ao conjunto da experiência humana, tais políticas têm como objetivo oferecer aos alunos de licenciatura um referencial teórico-prático que colabore na aquisição de competências cognitivas, habilidades e atitudes e que promovam o seu pleno desenvolvimento como pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Desse modo, em conformidade com o PDI do IFPI, são tomadas como base as seguintes diretrizes:

- A necessidade de atuar no ensino, na pesquisa e na extensão, compreendendo as especificidades dessas dimensões e as inter-relações que caracterizam sua indissociabilidade;
- A compreensão de que o conhecimento deve ser tratado em sua plenitude, nas diferentes dimensões da vida humana, integrando ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos, nas propostas pedagógicas dos cursos de licenciaturas;
- O reconhecimento da precedência da formação humana e cidadã, sem a qual a qualificação para o exercício profissional não promove transformações significativas para o trabalhador e para o desenvolvimento social;

- A organização de itinerários formativos que permitam o diálogo entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica (formação inicial e continuada, técnica de nível médio e de graduação e pós-graduação tecnológica), ampliando as possibilidades de formação vertical (elevação de escolaridade) e horizontal (formação continuada);
- A sintonia dos currículos com as demandas sociais, econômicas e culturais locais, permeando-os das questões de diversidade cultural e de preservação ambiental, pautada na ética da responsabilidade e do cuidado;
- O reconhecimento do trabalho como experiência humana primeira, organizadora do processo;
- Educação como instrumento de transformação e de enriquecimento do conhecimento, capaz de modificar a vida social e atribuir maior sentido e alcance ao conjunto da experiência humana, de modo a alterar positivamente a realidade brasileira e do Piauí.

Com o intuito de garantir a permanência e êxito dos discentes nos cursos de Licenciatura, o IFPI tem como política o desenvolvimento de ações contínuas, que integram os eixos ensino, pesquisa e extensão por meio de programas e projetos subsidiados pela Política de Assistência Estudantil (POLAE), e por políticas externas através de agências de fomento.

Entres as ações contempladas pela POLAE destacam-se:

- oferta de atividades de nivelamento, que proporcionem um melhor aproveitamento do processo de ensino aprendizagem do aluno ingressante;
- o acompanhamento de alunos pelas equipes pedagógicas e multiprofissionais do IFPI, como psicólogos, médicos, odontólogos, nutricionistas, assistentes sociais, entre outros profissionais;
- oportunidades de estágio, monitoria, iniciação científica, atividades extensionistas e iniciação à docência.

Entres as ações contempladas por programas de fomento externo incluem-se:

- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-AF-CNPq);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID);
- Residência Pedagógica (RP).

2.2 OBJETIVOS DO CURSO

Objetivo Geral

Formar profissionais qualificados no Curso Superior de Licenciatura em Letras/ LIBRAS, na modalidade de educação a distância (EAD), capazes de atuar na docência de Libras como primeira e segunda língua, respectivamente para surdos e ouvintes dos anos iniciais da educação básica: anos finais do Ensino fundamental (6º ao 9º ano) e ensino médio em ambientes escolares e não escolares, nos quais os conhecimentos pedagógicos e específicos de literatura e de língua brasileira de sinais- LIBRAS se façam necessários.

Objetivos Específicos

- a. Contribuir para definição e implementação de uma política de desenvolvimento pessoal e profissional dos professores de LIBRAS no Ensino Fundamental e no Médio.
- b. Promover e difundir conhecimentos nas áreas de língua, literatura e cultura, fomentando a capacitação do futuro professor enquanto profissional competente, crítico e participativo.
- c. Proporcionar as condições teórico-prático-reflexivas para que o professor de LIBRAS compreenda sua práxis, buscando reconstruí-la continuamente, visando à melhoria da qualidade da educação e do ensino.
- d. Desenvolver estudos e pesquisas sobre a prática pedagógica vivenciada na escola, visando à compreensão e reflexão sobre o cotidiano escolar, priorizando a educação básica no contexto da escola pública.
- e. Resgatar a relação técnico-ético-política subjacente à prática docente, considerando potencialidades e limitações da ação pedagógica desenvolvida nas Escolas Públicas.
- f. Garantir, no processo de formação, a transversalidade na abordagem teórico-metodológica da ação docente.
- g. Instigar e promover o espírito empreendedor e competitivo no ambiente escolar com vistas a criar uma cultura de livre iniciativa.

- h. Cultivar o interesse pela interdisciplinaridade e pelas novas tecnologias com vistas a criar uma cultura tecnológica no estado progressivamente.

2.3 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

Competências e Habilidades

Os egressos de cursos de licenciatura devem ser agentes sociais, capazes de planejar as ações, de gerir a atuação profissional e de intervir na estrutura social a partir de uma análise crítica da realidade socioeconômica na qual se insere, e que subsidiado pelos conhecimentos pedagógicos esteja apto a atuar na educação básica e suas modalidades atento aos avanços da ciência e da tecnologia.

Estas e outras características são apresentadas na Resolução CNE/CP nº 2/2019, como competências gerais docentes:

1. Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.
2. Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas.
3. Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal, corporal, visual, sonora e digital – para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar.
6. informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.
7. Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua

área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

8. Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
9. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes.
10. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.
11. Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

As competências específicas apresentadas na Resolução CNE/CP nº 2/2019 estão distribuídas em três dimensões fundamentais: conhecimento profissional, prática profissional, e engajamento profissional. Estas competências específicas devem se integrar de modo interdependente e sem hierarquia na ação docente, e seu desenvolvimento deve ser possibilitado ao aluno de licenciatura.

São competências específicas da dimensão do conhecimento profissional: dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los; demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem; reconhecer os contextos de vida dos estudantes; e conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.

São competências específicas da dimensão da prática profissional: planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens; criar e saber gerir os ambientes de aprendizagem; avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino; e

conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, as competências e as habilidades.

São competências específicas da dimensão do engajamento profissional: comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional; comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender; participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos; e engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade, visando melhorar o ambiente escolar.

O aluno graduado em Letras-LIBRAS será apto a exercer a docência nas séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, conforme está previsto no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, capítulo III, Art. 4º, gerido nas concepções atuais da educação e dos Estudos Surdos. Assim, considerando as habilidades e competências a serem desenvolvidas durante a formação do professor LIBRAS, de acordo com as contingências sociais e acadêmico-científicas da área de Letras e com as Diretrizes Curriculares Nacionais, presume-se o seguinte perfil desse profissional:

- Conhecimento e domínio das habilidades linguísticas de compreensão (escrita e sinalizada) e expressão (escrita e sinalizada) em situações de comunicação diversas;
- Competência no que diz respeito à seleção e elaboração de materiais de ensino-aprendizagem de Letras;
- Competência no que diz respeito à seleção e elaboração de materiais de ensino-aprendizagem de LIBRAS como L1 e como L2, levando em conta a diversidade da demanda interessada;
- Domínio das metodologias de ensino-aprendizagem concentradas para o ensino de LIBRAS como L1 e L2;
- Aptidão para atuar em escolas e centros das redes pública e/ou privada conforme as exigências pedagógicas atuais;
- Capacidade de trabalhar, sem preconceitos, com a pluralidade de expressão linguística, literária e cultural;
- Formação humanística, teórica e prática;
- Posicionamento investigativo importante para o processo continuado de construção do saber na área;

- Habilidade de pautar-se em valores da educação multicultural que permitam a comunicação internacional e o respeito entre as diferentes culturas;
- Postura ética, autonomia intelectual, responsabilidade social, espírito crítico e consciência do seu papel de formador;
- Domínio dos diferentes usos da língua de sinais em estudo e sua gramática;
- Aptidão crítica de um repertório representativo de literatura da língua em estudo;
- Disposição para analisar, descrever e explicar, a estrutura e o funcionamento da língua de sinais, discursivamente, a partir de pontos de vista teóricos fundamentados;
- Habilidade de analisar criticamente as diferentes teorias que fundamentam a investigação sobre língua e literatura;
- Capacidade de formar leitores e produtores proficientes de textos de diferentes gêneros e para diferentes propósitos;
- Conhecimento seguro e profundo da língua brasileira de sinais, em termos de estrutura, funcionamento e manifestações culturais;
- Capacidade de atuar em equipe interdisciplinar e multiprofissional;
- Posicionamento crítico acerca de novas tecnologias e conceitos científicos;
- Conhecimento dos métodos e técnicas pedagógicas que possibilitem a adaptação dos conteúdos para os diversos níveis de ensino;
- Capacidade de empreender processos de investigação que permitam o aprimoramento do planejamento e da prática pedagógica;
- Aptidão para refletir teoricamente sobre a aquisição de linguagem.

De acordo com os objetivos propostos para o Curso, o docente formado em Letras - LIBRAS deve ter domínio do uso da língua objeto de seus estudos, em termos de suas características culturais, estruturais e funcionais, mantendo-se atento às variedades linguísticas e culturais.

O licenciado em Letras - LIBRAS deve ter uma base específica de conteúdos consolidada e estar apto a operar interdisciplinarmente como facilitador de conhecimentos, em áreas afins, exibindo a capacidade de resolver problemas, tomar decisões, trabalhar em equipe e comunicar-se dentro da multi-interdisciplinaridade dos diversos saberes que compõem a formação universitária em Letras. Sendo assim, o profissional deve ser capaz de se

aprofundar na reflexão teórica e crítica sobre temas e questões relativas aos conhecimentos linguísticos e literários, beneficiando-se de novas tecnologias para ampliar seu senso investigativo e crítico, investindo continuamente em seu desenvolvimento profissional de forma autônoma e em sua prática pedagógica.

Conforme as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras¹, o graduado em Letras deverá ser identificado por múltiplas competências e habilidades adquiridas durante sua formação acadêmica convencional, teórica e prática, ou fora dela.

Espera-se que, a partir dessa formação acadêmica, os graduados se tornem profissionais que, além da base específica consolidada, estejam aptos a atuar, interdisciplinarmente, em áreas afins. Deverão ter, também, a capacidade de resolver problemas, tomar decisões, trabalhar em equipe e comunicar-se dentro da multidisciplinaridade dos diversos saberes que compõem a formação universitária em Letras. Os profissionais de Letras deverão, ainda, estar comprometidos com a ética, com a responsabilidade social e educacional, e com as consequências de sua atuação no mundo do trabalho. Finalmente, deverão ampliar o senso crítico necessário para compreender a importância da busca da educação continuada e do desenvolvimento profissional.

Desta forma, desses profissionais, espera-se também a capacidade de (re)construir seu projeto pessoal e profissional a partir da compreensão da realidade histórica e de sua identidade profissional, distinguindo-se e posicionando-se diante das políticas que direcionam as práticas educativas na sociedade. Sabemos que esse processo de (re)construção pode e deverá se desenvolver no decorrer do curso, mas não necessariamente se inicia nesse momento nem, tampouco, nele se encerra, pois é essencial que se estenda por meio da formação continuada.

¹ BRASIL. 2001. **Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras**. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em <www.mec.gov.br/cne/pdf/CES182002.pdf>. Acesso em set. de 2008.

Articulação do Perfil com as Necessidades Locais e Regionais

O curso de licenciatura em Letras / LIBRAS tem como uma de suas finalidades atuar em favor do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania, a partir de uma relação próxima e dialógica do curso e da Instituição com as realidades local e regional.

Desse modo, o curso deve proporcionar uma formação que possibilite ao indivíduo o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de seu contato com a realidade através da prática (PDI 2020 – 2024).

Nesse sentido, a prática profissional, a extensão curricularização das atividades de extensão, e o estágio supervisionado obrigatório são ações que, previstas no currículo, permitem ao aluno de licenciatura entrar em contato com a realidade socioeconômica cultural local e regional de forma crítica e dialógica, identificando suas possíveis demandas e propondo soluções a essas demandas.

De acordo com dados divulgados pelo INEP em setembro de 2022, há evidências do desinteresse de alunos pela formação docente. Além da alta taxa de evasão e do baixo crescimento da entrada de alunos, é muito preocupante o número estagnado ou reduzido de egressos em cursos específicos de formação de professores. Ocorre ainda um maior desinteresse nos cursos de licenciatura acentuado entre os mais jovens, o que pode, em breve, atenuar o déficit de professores e a relação numérica discente por docente. Ao comparar os anos de 2016 e 2021, o número de docentes na educação básica diminuiu, cenário que mostra um quadro de aumento de alunos por professor e, consequentemente, um aumento da faixa etária dos docentes. No Piauí, especificamente, o número de docentes reduziu mais de 8% nesse período, aumentando em 0,3% a relação entre alunos por professor. Esse aumento só não foi maior, devido também à redução do número de matrículas.

Os dados do Censo Escolar, referentes à matrícula dos estudantes público-alvo da educação básica no ano de 2022 indicam crescimento em relação aos anos anteriores, em todos os níveis e modalidades de ensino regular. Em relação à formação dos professores, os dados informados no Censo Escolar pelas instituições de ensino da educação básica, indicam que dos 224 (duzentos e vinte e quatro) municípios do Estado do Piauí, apenas 57 (cinquenta e sete) possuem docentes com formação na área.

A oferta da licenciatura em Letras/LIBRAS, modalidade EAD, pelo IFPI tem a

perspectiva de contribuir com a formação de docentes para o trabalho com os estudantes da educação básica.

2.4 ORGANIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DAS DISCIPLINAS

São princípios norteadores da organização curricular dos cursos de licenciatura do IFPI destinados à Formação de Professores para a Educação Básica:

- I. Reconhecimento de que a formação de professores exige um conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes, que estão inerentemente alicerçados na prática, a qual precisa ir muito além do momento de estágio obrigatório, devendo estar presente, desde o início do curso, tanto nos conteúdos educacionais e pedagógicos quanto nos específicos da área do conhecimento a ser ministrado;
- II. Atribuição de valor social à escola e à profissão docente de modo contínuo, consistente e coerente com todas as experiências de aprendizagem dos professores em formação;
- III. Integração entre a teoria e a prática, tanto no que se refere aos conhecimentos pedagógicos e didáticos, quanto aos conhecimentos específicos da área do conhecimento ou do componente curricular a ser ministrado;
- IV. Centralidade da prática por meio de estágios que enfoquem o planejamento, a regência e a avaliação de aula, sob a mentoria de professores ou coordenadores experientes da escola campo do estágio.
- V. Estabelecimento de parcerias formalizadas entre as escolas, as redes ou os sistemas de ensino e as instituições locais para o planejamento, a execução e a avaliação conjunta das atividades práticas previstas na formação do licenciando;
- VI. Aproveitamento dos tempos e espaços da prática nas áreas do conhecimento, nos componentes ou nos campos de experiência, para efetivar o compromisso com as metodologias inovadoras e os projetos interdisciplinares, flexibilização curricular, construção de itinerários formativos, projeto de vida dos estudantes, dentre outros;
- VII. Adoção de uma perspectiva intercultural de valorização da história, da cultura e das artes nacionais, bem como das contribuições das etnias que constituem a nacionalidade brasileira.

Os cursos de licenciatura do IFPI destinados à Formação de Professores para a Educação Básica e suas modalidades têm como fundamentos pedagógicos:

- I. O desenvolvimento de competência de leitura e produção de textos em Língua Portuguesa e domínio da norma culta;

- II. O compromisso com as metodologias inovadoras e com outras dinâmicas formativas, que propiciem ao futuro professor aprendizagens significativas e contextualizadas em uma abordagem didático-metodológica alinhada com a BNCC, visando ao desenvolvimento da autonomia, da capacidade de resolução de problemas, dos processos investigativos e criativos, do exercício do trabalho coletivo e interdisciplinar, da análise dos desafios da vida cotidiana e em sociedade e das possibilidades de suas soluções práticas;
- III. A conexão entre o ensino e a pesquisa com centralidade no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que ensinar requer, tanto dispor de conhecimentos e mobilizá-los para a ação, como compreender o processo de construção do conhecimento;
- IV. O emprego pedagógico das inovações e linguagens digitais como recurso para o desenvolvimento, pelos professores em formação, de competências sintonizadas com as previstas na BNCC e com o mundo contemporâneo;
- V. A avaliação como parte integrante do processo da formação, que possibilite o diagnóstico de lacunas e a aferição dos resultados alcançados, consideradas as competências a serem constituídas e a identificação das mudanças de percurso que se fizerem necessárias;
- VI. A apropriação de conhecimentos relativos à gestão educacional no que se refere ao trabalho cotidiano necessário à prática docente, às relações com os pares e à vida profissional no contexto escolar;
- VII. O reconhecimento da escola de Educação Básica como lugar privilegiado da formação inicial do professor, da sua prática e da sua pesquisa;
- VIII. O compromisso com a educação integral dos professores em formação, visando à constituição de conhecimentos, de competências, de habilidades, de valores e de formas de conduta que respeitem e valorizem a diversidade, os direitos humanos, a democracia e a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas; e
- IX. As decisões pedagógicas com base em evidências.

Atendendo os princípios norteadores e fundamentos pedagógicos descritos anteriormente, o Curso de Licenciatura em Letras/ LIBRAS do IFPI possui uma carga horária total de 3.300 (três mil e trezentas) horas, destinada à apreensão dos conhecimentos teóricos e práticos da docência, e de sua área específica de conhecimento, bem como às atividades de extensão curricularizadas. A carga horária mencionada está organizada em 8 (oito) módulos semestrais.

2.5 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Com a intenção de promover a interação transformadora entre instituições de ensino superior e outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa, a Resolução CNE/CES 7/2018 prevê em seu artigo 4º que as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos.

A referida normativa apresenta as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regimenta o que está disposto no Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014, para o decênio 2014-2024 que, em sua meta 12, estratégia 12.7, prevê assegurar a destinação de, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

O IFPI regulamentou internamente a matéria, por meio da Resolução Normativa 131/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 25 de abril de 2022, que estabelece as Diretrizes para a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

A extensão é um processo educativo e formativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre as instituições e a sociedade, levando em consideração a territorialidade. É entendida como prática acadêmica que interliga os Institutos Federais nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da população, como forma de consolidar a formação de um profissional cidadão e se credenciar junto à sociedade como espaço privilegiado de produção e difusão do conhecimento na busca da superação das desigualdades sociais.

No IFPI a extensão é concebida como uma práxis que possibilita o acesso aos saberes produzidos e às experiências acadêmicas, oportunizando, dessa forma, o usufruto direto e indireto desses saberes e experiências, por parte de diversos segmentos sociais, de modo a beneficiar a consolidação e o fortalecimento dos arranjos socioprodutivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural.

São objetivos da curricularização da extensão no âmbito do IFPI:

- I. Garantir o percentual mínimo de 10% (dez por cento) da carga horária obrigatória de todos os cursos de graduação em atividades curriculares de extensão;
- II. Incentivar o desenvolvimento de atividades curriculares de extensão nos demais cursos ofertados, ressignificando-os;
- III. Fomentar o desenvolvimento pessoal e profissional por meio do protagonismo dos estudantes;
- IV. Promover interação dialógica com a comunidade e os contextos locais, por meio dos cursos ofertados pela RFEPCT, ressignificando-os;
- V. Promover a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão;
- VI. Garantir, prioritariamente, a organicidade da curricularização da extensão, isto é, as atividades de extensão desenvolvidas nos componentes curriculares, como proposta prevista no PPC dos cursos de graduação do IFPI;
- VII. Ampliar os impactos social e acadêmico dos cursos de graduação;
- VIII. Buscar formação e atuação transdisciplinar e interprofissional; e
- IX. Garantir atividades de extensão de forma orgânica, permanente e articulada.

São modalidades de atividades de extensão curricularizadas:

- I. Programas;
- II. Projetos;
- III. Cursos e oficinas;
- IV. Eventos; e
- V. Prestação de serviços.

Não são consideradas atividades curriculares de extensão, para fins de creditação curricular:

- I. Estágios curriculares;
- II. Projeto integrador como componente curricular (quando constar no currículo);
- III. Aulas de campo, visitas técnicas, científicas ou culturais;
- IV. Atividades práticas do curso;
- V. Atividades complementares;
- VI. Iniciação científica;
- VII. Iniciação à docência;
- VIII. Monitorias e tutorias.

No IFPI a curricularização da extensão estará presente no currículo das Licenciaturas no formato de componentes curriculares específicos de extensão, de acordo com o definido na Resolução Normativa 131/2022 - CONSUP/IFPI, de 25 de abril de 2022, e na NOTA TÉCNICA 6/2022 - PROEN/REI/IFPI, de 9 de setembro de 2022, ou documentação vigente análoga mais recente. Os critérios de avaliação destes componentes curriculares são determinados pela Organização Didática vigente.

2.6 ATIVIDADES COMPLEMENTARES (AC)

As Atividades Complementares constituem experiências educativas que visam à ampliação do universo cultural dos alunos e ao desenvolvimento da sua capacidade de produzir significados e interpretações sobre as questões sociais, de modo a potencializar a qualidade da ação educativa.

São consideradas como Atividades Complementares as experiências adquiridas pelos alunos, durante o curso, em espaços educacionais diversos, nas diferentes tecnologias, no espaço da produção, no campo científico e no campo da vivência social. Tais atividades devem considerar sua diversidade, formas de aproveitamento alinhadas ao perfil do egresso e competências estabelecidas nas diretrizes nacionais.

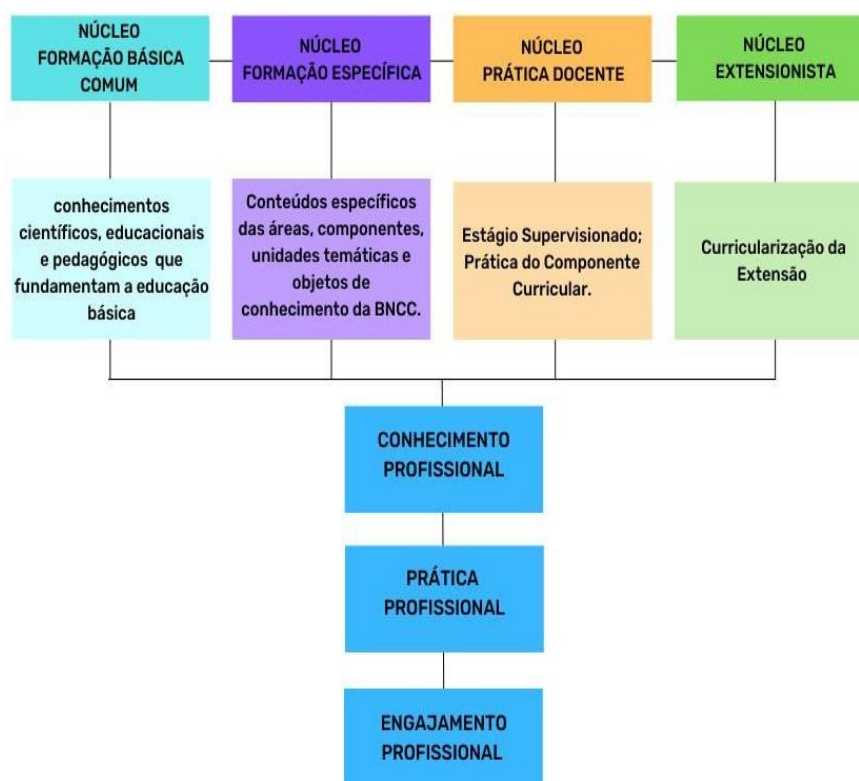
São exemplos de Atividades Complementares: projetos de pesquisa, monitoria, iniciação científica, projetos de extensão, módulos temáticos, seminários, simpósios, congressos, conferências e até disciplinas oferecidas por outras instituições de ensino, entre outras.

Nos cursos de Licenciatura do IFPI, a carga horária destinada às Atividades Complementares será de no máximo 100 (cem) horas e deverá ser cumprida pelos estudantes ao longo do percurso formativo. A validação, computação e registro das horas serão efetuados mediante comprovação por parte do aluno com base em certificados ou declarações, em conformidade com normativas específicas da instituição para esta finalidade. A documentação comprobatória será analisada pelo colegiado do curso.

2.7 ESTRUTURA E CONTEÚDOS CURRICULARES

A estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Letras/LIBRAS, em consonância com a Resolução Nº 2 do CNE/CP de 20 de dezembro de 2019, com a LDB nº 9.394/96 e com as DCN para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a educação básica e suas modalidades, está organizada em três dimensões fundamentais (conhecimento profissional, prática profissional e engajamento profissional) que comportam as componentes curriculares do curso. O desenho curricular do curso de Licenciatura em Letras/LIBRAS, aqui proposto, toma como base a legislação mencionada e integra seus componentes curriculares em 4 (quatro) núcleos, dispostos conforme mostrados a seguir.

Figura 01 - Diagrama para a estrutura e organização curricular do Curso de Licenciatura em Letras/LIBRASna modalidade EaD do IFPI.



Quadro 01 - Matriz Curricular do Curso de Licenciatura Letras/LIBRAS na modalidade EaD do IFPI por semestre.

MÓDULO	DISCIPLINA	CÓDIGO	CHT	CHP	CH	PRÉ-REQ
I	Educação Aberta e a distância	BAS1	40	0	40	SP
I	Profissionalização docente	BAS2	40	0	40	SP
I	Educação Especial e Inclusiva	BAS3	60	20	80	SP
I	Ingles Instrumental	BAS4	40	0	40	SP
I	Linguística I	ESP1	40	20	60	SP
I	Leitura e Produção de Texto I	ESP2	40	0	40	SP
I	Língua Brasileira de Sinais I	ESP3	60	20	80	SP
I	Fundamentos e Metodologia de Extensão no Ensino Superior	EXT1	40	0	40	SP
Subtotal		-	360	60	420	-
II	Metodologia Cientifica	BAS5	40	0	40	
II	Filosofia da Educação	BAS6	40	0	40	
II	Sociologia da Educação	BAS7	40	0	40	SP
II	Didática	BAS8	60	0	60	SP
II	Leitura e Produção Textual II	ESP4	40	0	40	ESP2
II	Língua Brasileira de Sinais II	ESP5	60	20	80	ESP3
II	Linguística II	ESP6	40	20	60	ESP1
II	Escrita de Sinais I	ESP7	40	0	40	ESP3
II	Planejamento Extensionista	EXT2	40	0	40	EXT1
Subtotal		-	400	40	440	-
III	Psicologia da Educação	BAS9	60	20	80	SP
III	Política e Organização da Educação Brasileira	BAS10	40	0	60	SP
III	Língua Brasileira de Sinais III	ESP 8	60	20	80	ESP6
III	Fonética e Fonologia da LIBRAS	ESP 9	40	20	60	ESP1
III	Teoria da Aquisição da Linguagem	ESP 10	40	0	40	ESP1
III	Escrita de Sinais II	ESP 11	60	0	60	ESP8

III	Ciclo Extensionista 1-A	EXT3	60	0	60	EXT2
Subtotal		-	360	60	420	-
IV	Tecnologia Aplicadas ao Ensino	BAS11	40	0	40	
IV	Gestão e Organização Escolar	BAS12	60	20	80	BAS8
IV	Língua Brasileira de Sinais IV	ESP12	60	20	80	ESP10
IV	Introdução aos Estudos da Literatura	ESP13	40	0	40	
IV	Morfologia e Sintaxe da LIBRAS I	ESP14	60	0	60	ESP11
IV	Educação Bilíngue	ESP15	40	0	40	ESP12
IV	Estudos Surdos I	ESP16	40	20	60	ESP10
IV	Ciclo Extensionista 1-B	EXT4	60	0	60	EXT3
Subtotal		-	400	60	460	-
V	Morfologia e Sintaxe da LIBRAS II	ESP17	40	20	60	ESP16
V	Literatura em Língua Portuguesa	ESP18	40	0	40	ESP15
V	Linguística Aplicada I	ESP19	40	20	60	ESP7
V	Instrumentação para o Ensino de Libras I	ESP20	40	20	60	
V	Introdução aos Estudos da Tradução	ESP21	60	20	80	ESP14
V	Ciclo Extensionista 2-A	EXT5	60	0	60	EXT4
V	Estágio Supervisionado I	PRA1	0	100	100	
Subtotal		-	280	180	460	-
VI	Tradução e Interpretação da Língua de Sinais I	ESP22	60	20	80	ESP25
VI	Literatura Surda I	ESP23	40	20	60	ESP15
VI	Semântica e Pragmática da LIBRAS I	ESP24	60	0	60	ESP21
VI	Instrumentação para o Ensino de Libras II	ESP25	40	20	60	ESP24
VI	Ciclo Extensionista 2-B	EXT6	60	0	60	EXT5
VI	Estágio Supervisionado II	PRA2	0	100	100	PRA1
Subtotal		-	260	160	420	-
VII	Avaliação da Aprendizagem	BAS13	40	0	40	BAS 6
VII	Educação profissional e tecnológica	BAS14	40	0	40	SP

VII	Semântica e Pragmática da Libras II	ESP26	60	0	60	ESP28
VII	Trabalho de Conclusão de Curso I	ESP27	40	20	60	
VII	Estágio Supervisionado III	PRA3	0	100	100	PRA2
Subtotal		-	180	120	300	-
VIII	Educação das Relações Étnico-raciais afrodiáspora	BAS15	40	0	40	
VIII	Educação de jovens e adultos	BAS16	40	0	40	
VIII	Sociolinguística	ESP28	40	20	60	ESP30
VIII	Trabalho de Conclusão de Curso II	ESP29	40	0	40	ESP
VIII	Estágio Supervisionado IV	PRA4	0	100	100	PRA3
Subtotal		-	160	120	280	-
TOTAL			2400	800	3200	-
Atividades complementares		-	-		100	-
Total Geral		-	-	-	3300	-

Fonte: Comissão de elaboração do PPC

Quadro 2: Componentes Curriculares

EIXO	DIMENSÃO	COMPONENTE CURRICULAR		T	P	CT
Grupo I	Base comum	BAS1	Educação Aberta e a distância	40	0	40
		BAS2	Profissionalização docente	40	0	0
		BAS3	Educação Especial e Inclusiva	60	20	80
		BAS4	Ingles Instrumental	40	0	40
		BAS5	Metodologia Cientifica	40	0	40
		BAS6	Filosofia da Educação	40	0	40
		BAS7	Sociologia da Educação	40	0	40
		BAS8	Didática	60	0	60
		BAS9	Psicologia da Educação	60	20	80
		BAS10	Política e Organização da Educação Brasileira	40	0	40

		BAS11	Tecnologia Aplicadas ao Ensino	40	0	40
		BAS12	Gestão e Organização Escolar	60	20	80
		BAS13	Avaliação da Aprendizagem	40	0	40
		BAS14	Educação profissional e tecnológica	40	0	40
		BAS15	Educação das Relações Étnico-raciais afrodiáspora	40	0	40
		BAS16	Educação de jovens e adultos	40	0	40
			SUB TOTAL	720		
Grupo II	Disciplinas específicas	ESP1	Linguística I	40	20	60
		ESP2	Leitura e Produção de Texto I	40	0	40
		ESP3	Língua Brasileira de Sinais I	60	20	80
		ESP4	Leitura e Produção Textual II	40	0	40
		ESP5	Língua Brasileira de Sinais II	60	20	80
		ESP6	Linguística II	40	20	60
		ESP7	Escrita de Sinais I	40	0	40
		ESP8	Língua Brasileira de Sinais III	60	20	80
		ESP9	Fonética e Fonologia da LIBRAS	40	20	60
		ESP10	Teoria da Aquisição da Linguagem	40	0	40
		ESP11	Escrita de Sinais II	60	0	60
		ESP12	Língua Brasileira de Sinais IV	60	20	80
		ESP13	Introdução aos Estudos da Literatura	40	0	40
		ESP14	Morfologia e Sintaxe da LIBRAS I	60	0	60
		ESP15	Educação Bilíngue	40	0	40
		ESP16	Estudos Surdos I	40	20	60
		ESP17	Morfologia e Sintaxe da LIBRAS II	40	20	60

		ESP18	Literatura em Língua Portuguesa	40	0	40
		ESP19	Linguística Apicada I	40	20	60
		ESP20	Instrumentação para o Ensino de Libras I	40	20	60
		ESP21	Introdução aos Estudos da Tradução	60	20	80
		ESP22	Tradução e Interpretação da Língua de Sinais I	60	20	80
		ESP23	Literatura Surda I	40	20	60
		ESP24	Semântica e Pragmática da LIBRAS I	60	0	60
		ESP25	Instrumentação para o Ensino de Libras II	40	20	60
		ESP26	Semântica e Pragmática da Libras II	60	0	60
		ESP27	Trabalho de Conclusão de Curso I	40	20	
		ESP28	Sociolinguística	40	20	60
		ESP28	Trabalho de Conclusão de Curso II	40	0	40
			SUBTOTAL	1360	400	
Grupo III	Prática Pedagógica	PRAT1	Estágio Supervisionado I	100		
		PRAT2	Estágio Supervisionado II	100		
		PRAT3	Estágio Supervisionado II	100		
		PRAT4	Estágio Supervisionado IV	100		
		PCC	Temas diversos	400		
			SUBTOTAL	800		
Grupo IV	Curricularização da Extensão	EXT1	Fundamentos e Metodologia de Extensão no Ensino superior	40		
		EXT2	Planejamento Extensionista	40		
		EXT3	Ciclo Extensionista 1-A	60		
		EXT4	Ciclo Extensionista 1-B	60		
		EXT5	Ciclo Extensionista 2-A	60		
		EXT6	Ciclo Extensionista 2-B	60		
			SUB TOTAL	320		

Fonte: Comissão de elaboração do PPC

No Núcleo da Formação Básica Comum, são tratadas as seguintes temáticas:

I. Currículos e seus marcos legais

a) LDB, devendo ser destacado o art. 26-A;

b) Diretrizes Curriculares Nacionais;

c) BNCC: introdução, fundamentos e estrutura;

d) currículos estaduais, municipais e/ou da escola em que trabalha.

II. Didática e seus fundamentos:

a) compreensão da natureza do conhecimento e reconhecimento da importância de sua contextualização na realidade da escola e dos estudantes;

b) visão ampla do processo formativo e socioemocional como relevante para o desenvolvimento, nos estudantes, das competências e habilidades para sua vida;

c) manejo dos ritmos, espaços e tempos para dinamizar o trabalho de sala de aula e motivar os estudantes;

d) elaboração e aplicação dos procedimentos de avaliação de forma que subsidiem e garantam efetivamente os processos progressivos de aprendizagem e de recuperação contínua dos estudantes;

e) realização de trabalho e projetos que favoreçam as atividades de aprendizagem colaborativa;

f) e compreensão básica dos fenômenos digitais e do pensamento computacional, bem como de suas implicações nos processos de ensino-aprendizagem na contemporaneidade.

III. Metodologias, práticas de ensino ou didáticas específicas dos conteúdos a serem ensinados, devendo ser considerado o desenvolvimento dos estudantes, que possibilitem o domínio pedagógico do conteúdo, bem como a gestão e o planejamento do processo de ensino e de aprendizagem;

IV. Gestão escolar com especial ênfase nas questões relativas ao projeto pedagógico da escola, ao regimento escolar, aos planos de trabalho anual, aos colegiados, aos auxiliares da escola e às famílias dos estudantes;

V. Marcos legais, conhecimentos e conceitos básicos da educação especial, das

propostas e projetos para o atendimento dos estudantes com deficiência e necessidades especiais;

VI. Interpretação e utilização, na prática docente, dos indicadores e das informações presentes nas avaliações do desempenho escolar, realizadas pelo mec e pelas secretarias de educação;

VII. Desenvolvimento acadêmico e profissional próprio, por meio do comprometimento com a escola e participação em processos formativos de melhoria das relações interpessoais para o aperfeiçoamento integral de todos os envolvidos no trabalho escolar;

VIII. Conhecimento da cultura da escola, o que pode facilitar a mediação dos conflitos;

IX. Compreensão dos fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos; das ideias e das práticas pedagógicas; da concepção da escola como instituição e de seu papel na sociedade; e da concepção do papel social do professor;

X. Conhecimento das grandes vertentes teóricas que explicam os processos de desenvolvimento e de aprendizagem para melhor compreender as dimensões cognitivas, sociais, afetivas e físicas, suas implicações na vida das crianças e adolescentes e de suas interações com seu meio sociocultural;

XI. Conhecimento sobre como as pessoas aprendem, compreensão e aplicação desse conhecimento para melhorar a prática docente;

XII. Entendimento sobre o sistema educacional brasileiro, sua evolução histórica e suas políticas, para fundamentar a análise da educação escolar no país, bem como possibilitar ao futuro professor compreender o contexto no qual exercerá sua prática;

XIII. Compreensão dos contextos socioculturais dos estudantes e dos seus territórios educativos.

O núcleo de formação específica destinado à aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da bncc, e para o domínio pedagógico desses conteúdo. O núcleo de formação específica contempla ainda as seguintes temáticas:

I. Compreensão do conhecimento pedagógico do conteúdo proposto para o curso e da vivência dos estudantes com esse conteúdo;

II. Vivência, aprendizagem e utilização da linguagem digital em situações de ensino e de aprendizagem na educação especial inclusiva;

III. Resolução de problemas, engajamento em processos investigativos de aprendizagem, atividades de mediação e intervenção na realidade, realização de projetos e trabalhos coletivos, e adoção de outras estratégias que propiciem o contato prático com o mundo da educação e da escola;

IV. Articulação entre as atividades práticas realizadas na escola e na sala de aula com as que serão efetivadas durante o estágio supervisionado;

V. Vivência e aprendizagem de metodologias e estratégias que desenvolvam, nos estudantes, a criatividade e a inovação, devendo ser considerada a diversidade como recurso enriquecedor da aprendizagem;

VI. Alfabetização, domínio de seus fundamentos e domínio pedagógico dos processos e das aprendizagens envolvidas, com centralidade nos resultados quanto à fluência em leitura, à compreensão de textos e à produção de escrita das crianças, dos jovens e dos adultos;

VII. Articulação entre os conteúdos das áreas e os componentes da bnc-formação com os fundamentos políticos referentes à equidade, à igualdade e à compreensão do compromisso do professor com o conteúdo a ser aprendido;

VIII. Engajamento com sua formação e seu desenvolvimento profissional, participação e comprometimento com a escola, com as relações interpessoais, sociais e emocionais.

O Núcleo de Prática Pedagógica possui carga horária de 800 (oitocentas) horas destinadas exclusivamente à prática pedagógica docente. Essa carga horária está intrinsecamente articulada, desde o primeiro ano do curso, através da prática prevista nos componentes curriculares e do estágio supervisionado, ocorrendo ao longo do processo formativo e durante toda a duração do curso, desde o início até sua integralização.

A carga horária do Núcleo de Prática Pedagógica está dividida da seguinte forma: 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola; e 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Núcleos de Formação Básica Comum e Formação Específica, distribuídos ao longo do curso, desde o seu início, conforme previsto nos programas de disciplina.

O processo instaurador do estágio supervisionado deve ser efetivado mediante o prévio ajuste formal entre o IFPI e a instituição associada ou conveniada, com preferência para as escolas e as instituições públicas, nos termos das normativas internas e externas que regulamentam a matéria. A carga horária do estágio supervisionado é dividida em

quatro componentes curriculares de 100 (cem) horas cada, dispostas de acordo com a Resolução Normativa 93/2021 CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 18 de novembro de 2021, ou sua substitutiva.

O quantitativo de horas destinado para a realização da prática pedagógica do componente curricular deve adicionado à carga horária do componente curricular, no campo “carga horária prática” do respectivo programa de disciplina. De acordo com a Nota Técnica nº 4/2022 PROEN/REI/IFPI, de 15 de julho de 2022, das 400 (quatrocentas) horas do Núcleo de Prática Pedagógica, 80 horas são obrigatoriamente destinadas para os componentes curriculares de instrumentação para o ensino fundamental (40 horas), e Instrumentação para o Ensino Médio (40 horas) na área específica do curso, de modo a proporcionar experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Todas as vivências e aprendizagens da prática pedagógica do componente curricular devem ser registradas no portfólio do estudante, o que permite que o estudante vivencie reflexivamente o seu próprio percurso formativo.

O Núcleo de Prática Extensionista possui carga horária de 320 (trezentas e vinte) horas que são destinadas às atividades de extensão curricularizadas, em conformidade com a Resolução Normativa nº 131 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 25 de abril de 2022, em atendimento ao disposto na meta 12.7 do Plano Nacional de Educação, Lei 13.005/2014, que determina que o mínimo de 10% (dez por cento) da carga horária curricular obrigatória dos cursos de graduação deve ser integralizado por meio de atividades de extensão. Essa carga horária consta no currículo no formato de componentes curriculares específicos de extensão e contemplam temas relacionados à fundamentação, planejamento e execução de projetos e/ou programas de extensão.

Os conteúdos curriculares (ementas) e as bibliografias (básica e complementar) de cada componente estão descritos no Anexo I deste documento.

2.8 METODOLOGIA

Para o cumprimento dos itens que compõem o perfil do profissional que a Instituição deseja formar são observados os preceitos legais sobre a formação docente e são levadas em consideração as características específicas dos discentes, seus interesses, condições de vida e de trabalho, além de observar os seus conhecimentos prévios, orientando-os na (re)construção dos conhecimentos escolares, bem como na

especificidade do curso. Em razão disso, faz-se necessária à adoção de procedimentos didático-pedagógicos que possam auxiliá-los nas suas construções intelectuais e procedimentais.

De acordo com o PDI do IFPI, os princípios fundamentais que orientam as atividades pedagógicas dos cursos de licenciatura no âmbito do IFPI são:

- indissociabilidade: desenvolvimento de atividades de ensino, de extensão e de pesquisa integradas às atividades formais pertinentes ao conteúdo curricular. Isso significa que toda atividade de extensão e de pesquisa deve ser desenvolvida como parte das atividades curriculares previstas nos cursos, tendo sua carga horária e avaliação computadas nos componentes curriculares envolvidos;

- interdisciplinaridade: integração de conteúdos no desenvolvimento de estudo de um determinado tema ou eixo conceitual, tendo sua carga horária e avaliação computadas nos componentes curriculares envolvidos;

- formação integrada à realidade social: aliada à sólida formação teórica. O IFPI se obriga à formação do cidadão, integrando os conteúdos à realidade social vigente, ressaltando as políticas de inclusão, a igualdade de acesso e o respeito às diferenças econômico-sociais e àqueles referentes às pessoas com deficiência (PCD), tomando essas diferenças como parte das características que dão unidade a seu trabalho;

- articulação teoria-prática: superação da dicotomia teoria prática, realizada, prioritariamente, nas atividades curriculares e de extensão.

A partir desses princípios, cabe ao professor decidir sobre os procedimentos didático- metodológicos mais adequados a serem adotados em sua prática docente, na perspectiva de atender à proposta pedagógica do curso, buscando a eficácia do processo ensino aprendizagem e tendo clareza sobre a importância e viabilidade destes recursos como exemplos a serem seguidos pelos futuros professores.

Os componentes curriculares do curso de Licenciatura em Letras/LIBRAS são construídos de forma a articular o desenvolvimento da formação do licenciado através da união de áreas específicas do conhecimento com uma sólida formação na área pedagógica e também uma grande participação em sala de aula, propiciando assim que o futuro professor esteja preparado para exercer a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio em que a ação educativa se faça necessária.

A presença de componentes curriculares da base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e dos conteúdos específicos das

áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da Base Nacional Curricular Comum-BNCC, asseguram que a formação do Licenciado em Letras LIBRAS do Instituto Federal do Piauí aconteça de forma a articular os diferentes saberes necessários à formação por meio das práticas pedagógicas.

Neste sentido, a Prática Pedagógica deve estar intrinsecamente articulada, desde o primeiro ano do curso, com os estudos e com a prática previsto no componentes curriculares. As ementas destas disciplinas, assim como a sequência conceitual adotada, permitem além da articulação e a interlocução entre as disciplinas dos diferentes núcleos, a interdisciplinaridade.

O desenvolvimento das práticas se dará por meio da articulação dos temas afins das disciplinas do módulo e uma abordagem com ênfase na educação inclusiva a ser trabalhada através de diferentes estratégias didáticas que viabilizem o desenvolvimento de competências e habilidades teórico-práticas. As estratégias a serem desenvolvidas envolvem a participação em pesquisas educacionais e de realidades locais, elaboração de material didático, intervenções diretas com os alunos, famílias e professores. Entre outras A definição dessas atividades é efetuada conjuntamente por estudantes e professores dos diversos componentes curriculares, a partir de sugestões das partes envolvidas. As reflexões acerca da educação inclusiva, acessibilidade, dificuldades de aprendizagem, necessidades educacionais específicas, tecnologia assistiva, direitos humanos, entre outras, poderão perpassar em todos os módulos, reforçando a conscientização e formação para a valorização das diferenças.

A estrutura de tutoria, bem como as relações numéricas tutor/estudante, número de professores/hora disponíveis para o desenvolvimento da aprendizagem obedecerão aos critérios de suficiência e adequação, de acordo com o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do MEC e com a legislação da UAB/CAPES.

Estão previstas as atividades presenciais abaixo listadas, que poderão ser acrescidas de outras que se façam necessárias, de acordo com as características de cada componente curricular: (a) apresentação das ferramentas de informática com as quais os professores e estudantes irão interagir e trabalhar no decorrer do Curso; (b) encontros presenciais a serem realizadas no decorrer dos semestres do Curso, no mínimo (2) a cada mês por disciplina. Haverá, no mínimo, um (1) encontro presencial para fins avaliativos, para cada uma das disciplinas seguindo a orientação do Decreto nº 9.057/2017:

Art. 4º As atividades presenciais, como tutorias, avaliações, estágios, práticas

profissionais e de laboratório e defesa de trabalhos, previstas nos projetos pedagógicos ou de desenvolvimento da instituição de ensino e do curso, serão realizadas na sede da instituição de ensino, nos polos de educação a distância ou em ambiente profissional, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais. Os momentos presenciais serão acompanhados preferencialmente pelo tutor presencial do respectivo curso sem a obrigatoriedade da presença física do professor da disciplina (BRASIL, 2017).

Com relação à acessibilidade de pessoas com necessidades especiais, em cumprimento aos Decretos nº 5.296/04 e nº 5.626/05, complementados pelas normas da ABNT que propõem o acesso e permanência dos alunos com deficiência na graduação e pós-graduação, este Curso, juntamente com a Coordenação do Polo e a Coordenação UAB/IFPI viabilizará:

- Acessibilidade à comunicação de alunos com deficiência nas atividades acadêmicas;
- Equipamentos e materiais didáticos específicos aos alunos com deficiência;
- Adaptação de mobiliários e ambientes físicos da instituição;
- Capacitação de professores e técnicos para atuarem com alunos deficientes;
- Curso de LIBRAS ao pessoal especializado que atuará com os alunos surdos; - tradutor intérprete de LIBRAS para alunos surdos;
- Outras providências que se fizerem necessárias aos alunos com deficiências.

2.9 AMBIENTE VIRTUAL DE ENSINO-APRENDIZAGEM – (PLATAFORMA MOODLE)

O curso será desenvolvido na modalidade a distância com encontros e atividades presenciais seguindo as exigências do Decreto nº 9.057/2017. Atendendo à indicação do MEC, o IFPI recomenda a utilização de software livre para os cursos a distância. Contará com uma equipe multidisciplinar para desenvolver os serviços básicos de produção, editoração, publicação de materiais impressos; produção e disponibilização de materiais online; transmissão de videoconferências, docência, tutoria, secretaria, coordenação de polos, gestão de infraestrutura física e de ambiente on-line. A organização desta equipe atende aos padrões básicos definidos pela instituição.

O curso será disponibilizado em um Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (Plataforma Moodle) que permita a associação de uma variada gama de ferramentas (recursos educacionais e atividades de estudo), baseada na construção social do

conhecimento, mediado pelas interações em rede.

A organização didático-metodológica será elaborada pelo docente, em consonância com as premissas deste PPC e de acordo com os objetivos de cada disciplina, frente às necessidades do grupo de estudantes.

O Curso trabalhará com as possibilidades oferecidas pela comunicação síncrona e assíncrona. A comunicação assíncrona se refere à interação que ocorrerá entre os alunos e entre os alunos e professores, mediado por um AVEA (Plataforma Moodle) e de forma temporal diferente. Neste tipo de comunicação existe a vantagem da elasticidade temporal, uma vez que, o aluno pode gerir o seu tempo, desde que seja respeitado o cronograma do curso. Essa interação pode se utilizar de recursos como correio eletrônico, fórum, dentre outros, que permitam a interação em momentos diferentes.

A comunicação síncrona refere-se à interação em tempo real, ou seja, a comunicação entre os alunos, e entre alunos e professor é realizada através da utilização de recursos tecnológicos síncronos, tais como os bate-papos, a videoconferência ou webconferência, os quais ocorrem em um mesmo tempo temporal a ser previamente disposto no Plano de Disciplina.

Assim, haverá no Curso de Licenciatura em Letras/ LIBRAS, modalidade EaD, a utilização conjunta destas duas formas de comunicação e que será disponibilizada em ambiente virtual (Plataforma Moodle) permitindo aos alunos, professores e tutores: comentar as aulas, discutir temas relacionados às disciplinas em andamento nos fóruns, enviar sua atividade ao professor, compartilhar trabalhos e experiências realizadas pela turma, acessar ementas e material do curso em um único espaço.

Poderão ainda ser previstos no curso mecanismos de colaboração e aprendizagem em grupo como fóruns especializados por área do conhecimento.

Para a produção das vídeoaulas e videoconferências o curso poderá contar com a estrutura dos estúdios de TV já existentes nos *campi* do IFPI, bem como o apoio dos Polos UAB.

Nesse contexto, o AVEA a ser utilizado deve oferecer oportunidades de interação síncronas e assíncronas, cabendo ao docente organizar didático-metodologicamente as unidades temáticas do programa da disciplina. Para um melhor aproveitamento das metodologias de EaD, explicita-se as mídias que serão produzidas/reproduzidas no material didático, considerando as diferentes especificidades tecnológicas propostas pelos Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância (BRASIL, 2007), bem como os princípios orientadores sobre as questões de

acessibilidade para a web no Brasil, disponíveis em <<http://www.acessobrasil.org.br/index.php?itemid=44>>. Além disso, explicitamos que toda a produção de material didático do curso será disponibilizada nas bibliotecas dos polos de EaD onde o curso será ofertado, sob a forma de mídia ou impresso (em casos específicos), bem como em repositórios de Recursos Educacionais Abertos.

O Material Didático, tanto do ponto de vista da abordagem do conteúdo, quanto da forma, deve estar concebido de acordo com os princípios epistemológicos, metodológicos e políticos explicitados no PPC e na BNC- Formação- Base Nacional Comum para a Formação de Professores da Educação Básica, de modo a facilitar a construção do conhecimento e mediar a interlocução entre estudante e professor, devendo passar por rigoroso processo de avaliação prévia (pré-testagem), com o objetivo de identificar necessidades de ajustes, visando ao seu aperfeiçoamento. O material didático deve desenvolver habilidades e competências específicas, recorrendo a um conjunto de mídias compatíveis com a proposta e com o contexto socioeconômico do público-alvo.

As tecnologias de informação e comunicação (TIC) permitirão que o público alvo tenha acesso às linguagens e mídias compatíveis com o projeto e com o contexto socioeconômico dos mesmos. No AVEA a ser utilizado deve contar as seguintes ferramentas e recursos: fórum de discussão, portfólio, chat ou bate-papo, biblioteca, agenda, dentre outros, que permitam a interação entre todo o grupo envolvido.

ATIVIDADES DE ESTUDO NO AVEA :

São elas:

Fórum de Discussão: esta ferramenta propiciará a interatividade entre educando, tutores e professores, oferecendo maiores condições aos participantes para se conhecerem, trocarem experiências e debaterem temas pertinentes. Nesse espaço, os educandos poderão elaborar e expor suas ideias e opiniões, possibilitando as intervenções dos professores e dos próprios colegas, com o intuito de instigar a reflexão e aprimoramento do trabalho em desenvolvimento, visando à formalização de conceitos, bem como a construção do conhecimento.

Blog (diário): poderá ser utilizado individualmente ou em grupo, propiciando

um espaço importante para a socialização das atividades ou projetos desenvolvidos ao longo do processo de formação. Assim, a aprendizagem estará centrada na possibilidade do educando poder receber o feedback sobre aquilo que está produzindo e/ou construindo.

Chat ou Bate-Papo: possibilitará oportunidades de interação em tempo real entre os participantes, tornando-se criativo e construído coletivamente, podendo gerar ideias e temas para serem estudados e aprofundados. No decorrer do Curso, pretende-se realizar reuniões virtuais, por meio desta ferramenta, com o intuito de diagnosticar as dificuldades e inquietações durante o desenvolvimento das atividades. Nesse sentido, além de esclarecer as dúvidas sincronicamente, caberá aos professores levar aos acadêmicos as diferentes formas de reflexão, contribuindo para a prática pedagógica do educando.

Biblioteca: local onde estarão disponíveis bibliografias, textos complementares, periódicos disponibilizados pelo IFPI, artigos e atividades, além de indicações de sites que tratam das diferentes temáticas abordadas pelas disciplinas ofertadas no Curso.

Agenda: todas as atividades propostas serão disponibilizadas nesta seção do ambiente. Esse recurso contribui para que o educando possa se manter envolvido com as atividades que serão realizadas durante todo o processo de formação. Dessa forma, será possível a realização das atividades em momentos agendados ou de livre escolha dos participantes. Nos momentos agendados, todos os participantes estarão trabalhando virtualmente em dias e horários pré-estabelecidos. Nos momentos de livre escolha os participantes organizarão o desenvolvimento das atividades de acordo com suas possibilidades. Os professores e tutores deverão acompanhar o desenvolvimento das atividades, disponibilizando as orientações necessárias e oferecendo apoio aos participantes. O uso do AVEA poderá ser complementado por atividades/encontros presenciais em laboratórios e nos demais polos nos quais o Curso ocorrer, de acordo com a organização e planejamento do professor do componente curricular. A comunicação entre educandos, tutores e professores ocorrerá especialmente por meio do AVEA, como explicitado anteriormente. Tendo em vista que o IFPI dispõe de estúdios de TV, as ferramentas de videoconferência dos Polos também poderão ser utilizadas, explorando todo o seu potencial. Nessas estão incluídas as possibilidades de transmissão e/ou gravação de aulas e conferências por professores do corpo docente e de convidados especiais; de realização de reuniões síncronas a distância entre os tutores e estudantes, entre tutores e professores e entre os estudantes; bem como de interação entre os polos

para troca de experiências.

Laboratório virtual de prática de ensino: Neste tópico serão desenvolvidas atividades que contemplem o desenvolvimento da técnica e transposição didática. A elaboração das vídeoaulas pelos alunos ocorrerá na disciplina de Tecnologias na Educação, as quais serão incorporados sucessivamente a um acervo contínuo e individual em que se consiga aferir o crescimento da habilidade e da técnica ao longo do desenvolvimento do curso.

2.10 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Em consonância com a concepção de avaliação preconizada na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei no 9394/96, a avaliação da aprendizagem no Curso de Licenciatura em Letras/ LIBRAS possui um caráter formativo, contínuo e cumulativo.

Nessa perspectiva, a Organização Didática do IFPI, definida pela Resolução 143/2022 CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI de 25 de agosto de 2022, em seus artigos 57, 58 e 59, dispõe que no processo avaliativo devem prevalecer os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, bem como o desempenho do aluno ao longo do período sobre os resultados de testes finais. No mesmo trecho determina que, além da verificação da acumulação de conhecimentos, o processo avaliativo visa também diagnosticar, orientar e reorientar a aquisição e o desenvolvimento de habilidades e atitudes pelos alunos, bem como a ressignificação do trabalho pedagógico.

Portanto, a sistemática de avaliação da aprendizagem adotada pelo IFPI considera as três funções da avaliação: diagnóstica, formativa e somativa. Nesse sentido, a avaliação da aprendizagem acontecerá de forma dinâmica e processual e, para isso, deverão ser utilizadas atividades e instrumentos diversificados, tais como: observações contínuas e sistemáticas, trabalhos individuais e em grupos, elaboração e desenvolvimento de projetos de pesquisa e de intervenção na realidade escolar, seminários, provas escritas, relatórios, dentre outros.

A função somativa da avaliação, relacionada à definição de notas e conceitos está descrita no Capítulo XII, seção VII da referida Organização Didática. Em caso de atualização na Organização Didática deve ser considerado o documento mais recente em vigor.

2.11. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

- Concepção, objetivos e carga horária

O estágio supervisionado é o momento de integração entre teoria e prática durante o curso de formação de professor, além de ser um componente obrigatório da organização curricular das Licenciaturas, conforme artigo 61 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei no. 9.394/96, atualizado pela Lei no. 12.014/09. A legislação brasileira vigente que caracteriza e define o estágio curricular é pautada na Lei nº 11.788/08, regulamentado pela Resolução No 093/2021 CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 18 de novembro de 2021.

No estágio, o professor construirá suas competências e identidade profissional a partir das relações entre sua pessoa e profissão, relacionando prática-teoria-prática para desenvolver autonomia, responsabilidade, decisão, e refletir a prática docente mediante a vivência de situações didáticas de observação-reflexão-ação.

O estágio supervisionado tem por objetivo propiciar aos discentes a complementação do processo de ensino-aprendizagem, em termos de atividades práticas, aperfeiçoamentos educacionais, artísticos, culturais, científicos e de relacionamento humano em diferentes campos de intervenção, orientadas, acompanhadas e supervisionadas pelos profissionais responsáveis pelo estágio. O estágio é uma etapa obrigatória dos cursos de Formação de Professores de acordo com as Resoluções CNE/CP nº 02/2019, de 20 de dezembro de 2019.

A prática docente, por meio do Estágio Supervisionado Obrigatório, acontece a partir da metade do curso, e constitui-se de 400 horas desenvolvidas através de componentes curriculares específicos, abrangendo os processos de observação, regência e socialização das experiências.

- Estrutura e funcionamento do estágio

O Estágio Supervisionado Obrigatório nos cursos de Licenciatura do IFPI ocorre em contexto escolar, espaços de formação ou instituições de Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, e suas modalidades, desde que as atividades desenvolvidas estejam articuladas às ementas de cada etapa do estágio. No curso de Educação Especial - Licenciatura, o Estágio poderá ser desenvolvido em todas as etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e do Ensino Médio),

Nessa perspectiva as atividades referentes ao estágio são devidamente orientadas, acompanhadas e supervisionadas pelos seguintes profissionais: Professor Orientador do

IFPI, responsável pelo componente curricular de estágio - Área específica ou pedagógica; Professor Supervisor do IFPI - Área específica e/ou pedagógica e Professor Titular da Escola Campo, em conformidade com o artigo 5º da referida resolução.

As atividades de estágio se caracterizam pelas situações efetivas do processo de ensino-aprendizagem nas áreas onde ocorrem a oferta nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio de acordo com cada etapa.

O Estágio Supervisionado Obrigatório está organizado conforme a matriz curricular para o curso de licenciatura da seguinte forma:

- Estágio Supervisionado I – 100 horas - 5º semestre;
- Estágio Supervisionado II – 100 horas – 6º semestre;
- Estágio Supervisionado III – 100 horas – 7º semestre
- Estágio Supervisionado IV – 100 horas – 8º semestre

O Estágio Supervisionado Obrigatório requer, no mínimo:

- I. Um discente regularmente matriculado no curso de Licenciatura do Campus e com frequência efetiva;
- II. Diretoria de Extensão ou Coordenação de Extensão e Serviço de Integração Empresa-Escola (SIE-E);
- III. Um professor do componente curricular de estágio supervisionado pertencente ao quadro de docentes do Campus, licenciado, ou com formação ou complementação pedagógica, ou pós-graduação;
- IV. Uma unidade concedente, onde o estágio supervisionado obrigatório será realizado, denominada Escola Campo de Estágio;
- V. Um professor regente da escola campo de estágio, com formação na área de conhecimento ou área afim do curso do estagiário;
- VI. Celebração de termo de compromisso entre o discente, escola campo de estágio e o IFPI;
- VII. Compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

É válido ressaltar que, ao final de cada componente curricular, ocorre socialização das práticas pedagógicas e das vivências no estágio supervisionado.

- Avaliação do estágio supervisionado

O desenvolvimento do Estágio Supervisionado deverá se basear no seguinte direcionamento metodológico:

- I. Conhecimento do contexto escolar;
- II. Reflexão sobre a realidade escolar;
- III. Planejamento;
- IV. Coparticipação;
- V. Regência de sala de aula;
- VI. Socialização;
- VII. Avaliação.

O acompanhamento de estágio será realizado pelos Professores Supervisores/Orientadores de Estágio através de:

- Reuniões periódicas com professor titular da escola campo de estágio e estagiário durante o período de estágio;
- Avaliação coerente dos partícipes do Estágio Supervisionado que deverá ocorrer, no mínimo, em 02 (duas) aulas durante a regência, com a presença do professor supervisor na escola campo.
- Análise de relatos e outros registros parciais elaborados pelo estagiário.

A avaliação do estágio supervisionado assumirá caráter formativo durante o seu desenvolvimento e ao seu final. Para analisar o desempenho do discente estagiário será feita de forma coletiva uma socialização da experiência do estágio, levando-se em conta os seguintes itens:

- a) Ficha de Avaliação do Estágio Curricular Supervisionado assinada pelos professores envolvidos no processo formativo;
- b) Avaliação dos Instrumentais entregues pelo discente/estagiário: Diário de Bordo, Relato de Experiência, Relatório Reflexivo e Memorial de Formação.

O instrumento de avaliação de formação profissional de cada etapa do Estágio Curricular Supervisionado será avaliado pelo: Professor Orientador com base nos seguintes aspectos:

- a) relevância acadêmico-científica na produção e apresentação, conforme normas estabelecidas no Manual de Estágio e na ABNT;
- b) capacidade criativa e inovadora demonstrada nas atividades desenvolvidas durante o estágio, e descritas no instrumento de avaliação de formação profissional de cada etapa.

A expedição do diploma de conclusão do curso está condicionada:

- a) ao reconhecimento do estágio realizado pela Coordenação de Estágio e\ou Coordenação de Extensão;
- b) a apresentação pelo discente/estagiário e aprovação pelo professor orientador do instrumento de avaliação de formação profissional de cada etapa do estágio supervisionado.

2.12. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O Estágio Supervisionado é precedido da celebração do Termo de Compromisso firmado entre o IFPI, o discente/estagiário e a Parte Concedente (Escola Campo de Estágio); do Termo de Convênio de Estágio, quando necessário, e demais documentos pertinentes, listados a seguir: Carta de Apresentação, Termo de Aceite, Termo de Compromisso e Fichade Supervisão de Estágio.

O estágio acontece em contexto escolar, espaços de formação ou instituições vinculadas à esfera de ensino (escolas públicas e privadas que oferecem curso de educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e do Ensino Médio), incluindo as escolas que atendem às diversas modalidades. A parceria entre a IES e a escola campo para a realização de estágio dar-se-á mediante convênio entre as partes.

Das instituições vinculadas à esfera do ensino e outros espaços de formação e de suas atribuições, conforme a RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 93/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2021, descreve os espaços de estágio, conforme abaixo:

Art. 16. Constituem-se Escolas Campo de Estágio, espaços de formação ou instituições vinculadas à esfera do ensino de Educação Básica, preferencialmente públicas, de ensino regular na educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e do Ensino Médio), , nasdiversas modalidades.

§ 1º O estágio supervisionado obrigatório pode ser executado, esporadicamente, também em estabelecimentos da rede privada que, de fato, permitam a formação docente/profissional, ou seja, que autorizem o estudante ao exercício do magistério e atuação nas diversas modalidades.

§ 2º O Estágio Supervisionado poderá ser realizado no próprio Instituto Federal do Piauí

(IFPI), desde que o desenvolvimento das atividades permita ampliar os conhecimentos teórico-práticos dos discentes, considerando as especificidades da área de formação e a tramitação institucional.

3º O estágio supervisionado pode ser realizado em espaços não formais, tais como: associações, sindicatos, ONGs, instituições religiosas, instituições filantrópicas, entre outras, que desenvolvam atividades que contribuam para a formação docente/profissional, ou seja, que preparem o estudante ao exercício do magistério e atuação nas diversas modalidades.

O Estágio Supervisionado poderá ser desenvolvido em forma de Projeto de Ensino ou de Intervenção, atividades de extensão (exceto atividades curriculares de extensão, nos moldes da Resolução Normativa Nº 131/2022), em programas de Residência Pedagógica, de monitorias e de iniciação científica desde que atenda aos objetivos dos componentes curriculares do Estágio Supervisionado I e II com critérios a serem definidos pelo Colegiado do Curso.

Ainda de acordo com a Resolução 093/2021, o Estágio Supervisionado Obrigatório poderá também ser desenvolvido, parcialmente, em instituições de ensino superior de outros estados ou países, caso o aluno esteja participando de algum programa de mobilidade acadêmica que preveja período de estágio. Nesse caso, deve contemplar atividades articuladas às ementas de cada etapa do Estágio.

As normas apresentadas vêm ao encontro das necessidades relacionadas à Formação Docente, com base nos conhecimentos teórico-práticos adquiridos durante o percurso formativo do licenciando.

2.13. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA

O Estágio Supervisionado é um importante componente curricular que permite aos licenciandos uma interlocução entre teorias estudadas e refletidas no percurso de formação com a prática nas escolas campo de estágio. O Estágio Supervisionado, nos cursos de Licenciatura do IFPI, é um ato educativo escolar, realizado em colaboração com o sistema formal de ensino, avaliado conjuntamente pela instituição formadora, IFPI, e a escola campo de estágio. As atividades de estágio se caracterizam pelas situações efetivas do processo ensino-aprendizagem nas áreas onde ocorre a oferta nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio de acordo com cada etapa.

O Estágio Supervisionado deverá ser uma atividade intrinsecamente articulada com a prática e com as atividades de trabalho acadêmico, colaborando para a formação da identidade do professor como educador e para o desenvolvimento de competências exigidas na prática profissional, especialmente quanto ao planejamento, organização, execução e avaliação do aprendizado.

As finalidades do Estágio Supervisionado preveem a complementação do processo ensino-aprendizagem instituído no decorrer do curso através de atividades práticas em diferentes campos, vivenciar situações concretas, estabelecer relações entre teoria-prática, aprimoramento da prática profissional, efetivar decisões para melhorar a educação básica.

O Estágio Supervisionado é estruturado em alternâncias onde as sucessivas idas ao campo serão preparadas, exploradas, refletidas e socializadas em momentos privilegiados da formação. Este tem por objetivo propiciar aos discentes a complementação do processo de ensino e aprendizagem, em termos de atividades práticas, aperfeiçoamentos educacionais, artísticos, culturais, científicos e de relacionamento humano em diferentes campos de intervenção, orientadas, acompanhadas e supervisionadas pelos profissionais responsáveis pelo estágio.

A regência no ambiente de aprendizagem profissional permitirá aos professores formadores e aos professores em processo de formação delinearem, com mais segurança, sua identidade profissional e seu compromisso ético, mediante a avaliação processual das competências compatíveis com uma formação pautada na proposta das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de licenciatura) e para a formação continuada.

Durante os estágios, serão construídas competências e habilidades a partir das reflexões realizadas, relacionando prática-teoria-prática para desenvolver autonomia didático pedagógica. As atividades que serão articuladas entre o IFPI e as escolas campo de estágios se desenvolvem de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos de acordo com os programas dos componentes curriculares Estágio Supervisionado I, II, III e IV.

2.14 TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

De acordo com a Resolução Normativa 046/2021 CONSUP, de 16 de junho de 2021, oTCC consiste em uma pesquisa acadêmico-científica onde o(s) tema(s) abordado(s) contribua(m) para o desenvolvimento das competências e habilidades requeridas para o(a) licenciando(a), em consonância com as diretrizes curriculares.

O TCC será elaborado individualmente, deve abordar temas relacionados às linhas de pesquisa pertinentes ao curso, e desenvolvido nos 4º e 5º módulos do curso, nos componentes curriculares TCC I e TCC II, respectivamente. O trabalho produzido poderá ser apresentado em formato de monografia ou artigo, observando o disposto na resolução normativa citada acima.

No curso de licenciatura em Letras/LIBRAS, o TCC preferencialmente, consistirá:

- a) Na reflexão das situações-problema enfrentadas no cotidiano real de sala de aula e/ou contexto social; ou
- b) Numa pesquisa-intervenção dentre as abordagens teórico-práticas desenvolvidas no decorrer do curso e com foco na área de ensino; ou
- c) No desenvolvimento de um produto educacional aplicável em condições reais de sala de aula ou outros espaços de ensino.

São exemplos de produtos educacionais:

- a) Material didático/instrucional, tais como propostas de ensino, envolvendo sugestões de experimentos e outras atividades práticas, sequências didáticas, propostas de intervenção, roteiros de oficinas; material textual, como manuais, guias, textos de apoio, artigos em revistas técnicas ou de divulgação, livros didáticos e paradidáticos, histórias em quadrinhos e similares, dicionários; mídias educacionais, como vídeos, simulações, animações, videoaulas, experimentos virtuais e áudios; objetos de aprendizagem; ambientes de aprendizagem; páginas de internet e blogs; jogos educacionais de mesa ou virtuais, e afins; entre outros;
- b) *Software*/Aplicativo: aplicativos de modelagem, aplicativos de aquisição e análise de dados, plataformas virtuais e similares, programas de computador, entre outros.

Os demais critérios relacionados à orientação e avaliação do TCC estão dispostos na Resolução Normativa 046/2021 CONSUP, de 16 de junho de 2021, ou resolução substitutiva.

2.15 TEMAS TRANSVERSAIS OBRIGATÓRIOS

Os temas transversais estão voltados para a compreensão e para a construção da realidade social, dos direitos e responsabilidades relacionados com a vida pessoal e coletiva, e com a afirmação do princípio da participação política, numa perspectiva de formação cidadã.

Os temas transversais obrigatórios estão contemplados no PPC da seguinte forma:

a) Educação das relações ético-raciais

A Educação das Relações Étnico-raciais no currículo do curso (Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004) – integra a matriz do curso por meio da disciplina Educação das Relações Étnicas Raciais afro-diaspóricas e Indígenas, com carga horária de 40 horas teórica e 20 horas práticas, compondo o grupo que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais, conforme descrito no artigo 12 da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019.

Tal componente curricular contempla a propositura de conteúdo curricular de abrangência das dimensões históricas, sociais e antropológicas inerentes à realidade brasileira, que possam ressignificar o processo de aprendizagem dos estudantes, sobretudo da população negra, por meio do reconhecimento identitário e da valorização sociocultural, favorecendo a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial - descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada.

b) Educação dos direitos humanos

A Educação dos Direitos Humanos (Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/2012) consta no currículo do curso por meio da inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior podendo ocorrer nas seguintes formas: pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente; como um conteúdo específico de uma das disciplinas já

existentes no currículo escolar; e, de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade. As disciplinas de **Educação das Relações Étnicas Raciais afro-diaspóricas** (módulo VII) e **Educação Especial** (módulo V) contemplam a legislação.

b) Educação ambiental

Os conhecimentos concernentes à Educação Ambiental previstos na Resolução CNE/CP nº 2/2012 dar-se-á pela transversalidade, mediante atividades e ações de sustentabilidade socioambiental na instituição educacional e na comunidade, com foco na prevenção de riscos, na proteção e preservação do meio ambiente e da saúde humana e na construção de sociedades sustentáveis.

c) Educação no trânsito e demais temas previstos em lei/decreto

A Educação no Trânsito no currículo (Lei nº 9.503/1997) está contemplada no currículo por meio do planejamento de ações coordenadas entre o IFPI e os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e de Educação, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas respectivas áreas de atuação.

Considerando que o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), anualmente, estabelece o tema e o cronograma mensal das campanhas educativas a serem seguidas por todos os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, com o propósito de orientar todas as ações com o mesmo objetivo, nas mesmas áreas e com o mesmo foco, incluindo as Instituições de ensino, o IFPI deverá seguir as campanhas educativas orientadas pelo CONTRAN para assinalar a Educação no Trânsito no currículo, conforme planejado no calendário de eventos do campus.

d) Eventos institucionais que tratam sobre os temas transversais obrigatórios

Para o cumprimento das atividades e eventos que concretizarão os Temas Transversais Obrigatórios, o IFPI dispõe de um calendário de eventos com o planejamento para a realização de atividades, eventos, ações e projetos que possam favorecer a transversalidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a significação dos Temas Transversais descritos, bem como dos seguintes temas

preconizados nas legislações e orientações do MEC: Direitos da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990); Educação Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.947/2009); Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Lei nº 10.741/2003); Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher (Lei nº 14.164/2021); e Dia Nacional da Consciência Negra (Lei nº 12.519/2011).

As atividades e ações previstas poderão ocorrer na forma de Oficinas, Seminários; Jornadas, Simpósios, Semanas de estudo; Semanas Comemorativas, Organização de feiras e eventos, com o cadastro no Módulo Eventos do SUAP e o devido registro fotográfico/vídeo.

d) Núcleos institucionais temáticos

- Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), regulamentado pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 52/2021 -CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23 de julho de 2021.
- Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), regulamentado pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 53/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23 de julho de 2021.

Neste PPC, a disciplina de Educação das Relações Étnicas Raciais afro-diaspóricas e indígenas (60 horas, sendo 20 horas práticas) contempla o tema transversal de Educação das Relações Étnicas Raciais, na totalidade de sua ementa. Juntamente com a disciplina de Educação Especial (80 Horas), atendem ao disposto com relação ao tema Educação dos Direitos Humanos.

2.16 APOIO AO DISCENTE

Os Licenciandos do curso terão 1 (uma) cota mensal de 700 (setecentos) reais, durante a vigência do curso, para cada estudante indígena, pardo, preto, quilombola e das populações do campo, assim como pessoa surda ou pertencente ao público-alvo da educação especial, regularmente matriculado em curso do PARFOR EQUIDADE, conforme edital da Capes Nº 23/2023.

Os Programas Universais visam incentivar a formação acadêmica, a produção do conhecimento, o desenvolvimento técnico-científico, a formação cultural e ética, sendo envolvidas ações de ensino, pesquisa e extensão. Estão organizados em três categorias:

a) Política de diversidade e inclusão do IFPI

A Política de Diversidade e Inclusão do IFPI, aprovada pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 56/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 02/08/2021, orienta um espaço de concretização de ações inclusivas mediante princípios, diretrizes e objetivos que ampliam e fortalecem o atendimento e acompanhamento a comunidade acadêmica inserida no contexto da diversidade cultural, étnico-racial, de gênero e necessidades específicas, garantindo assim o acesso, permanência e êxito ao discente.

O objetivo é promover inclusão no IFPI, mediante ações, com vistas à construção de uma instituição inclusiva, permeada por valores democráticos e pelo respeito à diferença e à diversidade.

Esta política propõe medidas intermediadas pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), regulamentada pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 55/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23/07/2021, e Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), regulamentado pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 53/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23/07/2021.

São considerados público-alvo do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas- NAPNE: Discentes com deficiência- aqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, auditiva, visual, mental, intelectual ou sensorial, discentes com transtornos globais do desenvolvimento, com altas habilidades/superdotação e ainda os transtornos funcionais específicos como: dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade.

São considerados público-alvo do Núcleo de Estudos e Pesquisa Afro-brasileiras e Indígenas-NEABI: Negros, que se autodeclararem de cor preta ou parda, conforme classificação adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e indígenas, que se enquadrem na portaria 849/2009 da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

São objetivos específicos da Política de Diversidade e Inclusão do IFPI:

I -Proporcionar formação de professores para os atendimentos educacionais especializadoe demais profissionais da educação para a inclusão;

II- Garantir processos seletivos com adaptações necessárias para o acesso de pessoas com deficiência;

- III- Proporcionar a adaptação dos currículos de acordo com o estabelecido nas Leis nº 9.394/1996, 10.639/2003 e 11.645/2008, que preveem a inclusão obrigatória das temáticas relacionadas à História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em todas as modalidades e níveis de ensino, bem como parecer CNE/CP nº 08/2012 e com a Resolução nº 01/2012, que tratam da Educação para os Direitos Humanos;
- IV-Assegurar a aquisição e elaboração de recursos didáticos dos discentes com necessidades educacionais específicas;
- V- Desenvolver periodicamente ações que promovam a sensibilização, adaptações de acesso ao currículo por meio de modificações ou provisão de recursos especiais, materiais ou de comunicação, para melhoria de metodologias, ferramentas e técnicas utilizadas no processo de inclusão e diversidade;
- VI- Garantir acompanhamento psicossocial e pedagógico realizado de modo articulado com os núcleos voltados às ações de diversidade e inclusão;
- XV- Manter articulação com a Política de Assistência estudante – POLAE;
- XVI- Manter articulação com o programa de acolhimento ao estudante ingressante – PRAEI;
- XVII- Incentivar, tanto discentes como professores, a desenvolverem projetos na área de Tecnologia Assistiva.

b) Mobilidade Acadêmica

A mobilidade acadêmica é regulamentada pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 121/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 30 de março de 2022, que estabelece as normas e procedimentos para a mobilidade acadêmica de estudantes de cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.

A Mobilidade Acadêmica Interna refere-se à possibilidade de o estudante do IFPI, com situação de matrícula ativa, pleitear mudança de campus, para fins de prosseguimento do seu processo formativo, desde que tenha cursado, no mínimo dois semestres letivos no campus de origem.

A Mobilidade Acadêmica Interna poderá ocorrer por meio de: transferência interna e matrícula especial intercampi. A transferência interna de aluno entre seus *campi* deverá ser motivada por pelo menos um dos casos (ou

outros correlatos ou análogos):

- I. Necessidade de mudança de domicílio de estudante trabalhador, de seus responsáveis legais ou cônjuge, mediante comprovação;
- II. Doença física ou psicológica comprovada por laudo médico, que requeira tratamento prolongado específico no local para onde a transferência é solicitada, referendado pelo setor médico do IFPI;
- III. Condição de vulnerabilidade psicossocial, mediante apresentação de parecer social emitido pelo setor de serviço social do campus no qual o estudante está matriculado;
- IV. Motivo de doença em pessoa da família que precise de auxílio durante tratamento prolongado, comprovado por laudo médico, referendado pelo setor médico do IFPI.

A mobilidade acadêmica na forma de matrícula especial intercampi é o vínculo temporário que o estudante do IFPI, com situação de matrícula ativa em curso de educação superior, estabelece com outro campus do IFPI, por um período de até um ano letivo, mantendo o vínculo no campus de origem, para cursar disciplinas que integram a matriz curricular do seu curso, mediante deferimento dos Colegiados dos cursos de origem e de destino, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim recomendar e em pelo menos um dos seguintes casos:

- I - Serviço militar obrigatório;
- II- Emprego efetivo comprovado;
- III - Acompanhamento de cônjuge, filhos, pais ou dependentes legais, em tratamento de saúde comprovadamente demorado;
- IV- Condição de vulnerabilidade psicossocial;
- V- Retenção em componente curricular cuja oferta pelo campus de origem não ocorrerá em período subsequente à retenção;
- VI- Integralização curricular.

São consideradas como atividades de Mobilidade Acadêmica aquelas de natureza acadêmica, científica, artísticas e/ou cultural, como cursos, estágios e pesquisas orientadas que visem à complementação e ao aprimoramento da formação do estudante de graduação.

A Mobilidade Acadêmica Internacional é aquela na qual o estudante realiza atividades de mobilidade estudantil em instituição de ensino estrangeira, mantendo o

vínculo de matrícula na Instituição de origem durante o período de permanência na condição de “estudante em mobilidade”.

A mobilidade acadêmica poderá ocorrer por meio de:

I - Adesão a Programas do Governo Federal; e

II - Estabelecimento de Convênio

interinstitucional. A Mobilidade

Acadêmica tem por finalidade:

I - Proporcionar o enriquecimento da formação acadêmico-profissional e humana, por meio da vivência de experiências educacionais em instituições de ensino nacionais e internacionais;

II - Promover a interação do estudante com diferentes culturas, ampliando a visão de mundo e o domínio de outro idioma;

III - Favorecer a construção da autonomia intelectual e do pensamento crítico do estudante, contribuindo para seu desenvolvimento humano e profissional;

IV - Estimular a cooperação técnico-científica e a troca de experiências acadêmicas entre estudantes, professores e instituições nacionais e internacionais;

V - Propiciar maior visibilidade nacional e internacional ao IFPI; e

VI - Contribuir para o processo de internacionalização do ensino de graduação no IFPI.

c) Acessibilidade

Para a inclusão de pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida, o Instituto procura atender a Lei no 10.098/2000 disponibilizando rampas nas entradas, portas largas, barras de apoio e pisos antiderrapantes, sanitários adaptados para cadeirantes, reserva de vagas em seus estacionamentos.

O IFPI promove e desenvolve ações com o intuito de ampliar as condições de acessibilidade para os alunos com necessidades específicas físicas e educacionais através do NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas.

Com o objetivo de permitir uma aproximação entre os falantes da Língua Portuguesa e as comunidades surdas, a disciplina de Língua Brasileira de Sinais está inserida no currículo seguindo as orientações do Decreto no 5.626/2005. A utilização da Libras se mostra

necessária especialmente nos espaços educacionais, favorecendo ações de inclusão social e oferecendo possibilidades para a quebra de barreiras

linguísticas entre surdos e ouvintes.

d) Profissionais Técnicos Especializados em Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais

São atribuições do Tradutor/Intérprete de Libras, no exercício de suas competências, no âmbito do IFPI:

I - Efetuar a comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;

II – Traduzir e interpretar, em Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa, as atividades didático pedagógicas e culturais de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvida nos cursos técnicos de níveis fundamental, médio e no ensino superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares, em sala de aula e demais ambientes acadêmicos;

III - Traduzir e interpretar materiais didáticos, artigos, livros, textos diversos, provas, exercícios, vídeos e outros, reproduzindo em Libras ou na modalidade oral da língua portuguesa o pensamento e intenção do emissor;

IV - Atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos;

V - Participar da produção de material técnico, didático-pedagógico ou de informática;

VI - Apoiar a acessibilidade aos serviços e às atividades-fim do IFPI, atendendo ao disposto no Decreto 5.626/05, na Lei 13.146/15, na Resolução nº 07/2018/CONSUP/IFPI e aos demais preceitos vigentes e zelando pelo rigor técnico, pela ética profissional, o respeito à pessoa e à cultura da pessoa surda.

Identificando a necessidade de profissionais técnicos especializados em tradução e interpretação de Língua Brasileira de Sinais; Cuidador em Educação Especial; Revisor, Ledor e Transcritor em Braille e Atendimento Educacional Especializado, o IFPI promove a contratação desses profissionais, conforme condições, quantidades e exigências legais.

e) Mecanismos de Nivelamento

Em busca de um melhor aproveitamento e, também, reduzir a evasão e a retenção do discente no início da vida acadêmica será proposto um

nivelamento dos conteúdos básicos, por meio da disciplina de Matemática Básica (módulo I). Acrescente-se que se encontra na fase de regulamentação a política de nivelamento dos cursos de graduação. Assim, está sendo normatizado um Programa de Acompanhamento do Estudante Ingressante nos cursos superiores- PRAEI-SUPER, que integrará as políticas de ensino com ações acadêmico-administrativas voltadas para a existência de nivelamento transversal a todos os cursos no âmbito do IFPI, com o objetivo de desenvolver e aprimorar habilidades e competências dos acadêmicos para o melhor desempenho no Ensino Superior, com vistas a garantir a permanência e o êxito.

2.17 GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A avaliação será contínua, com momentos específicos para discussão, englobando uma análise integrada dos diferentes aspectos, estruturas, relações, compromisso social, atividades e finalidades da instituição e do respectivo curso, abrangendo uma perspectiva interna e externa:

-Avaliação Interna: ações decorrentes dos processos de avaliação, no âmbito do curso, considerando o relatório de autoavaliação institucional elaborado pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA), alinhadas com as metas estabelecidas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPI, a fim de promover o aperfeiçoamento de forma estratégica. Serão também instrumentos de avaliação interna o Colegiado do Curso e o Núcleo Docente Estruturante (NDE), caracterizados, respectivamente.

A autoavaliação ocorrerá com periodicidade estabelecida pelos colegiados dos cursos, com previsão no calendário acadêmico e fornecerá as bases para elaboração do (re)planejamento das ações acadêmico-administrativas no âmbito do curso, e conseqüentemente, para a tomada de decisão, conforme estabelecido na RESOLUÇÃO NORMATIVA 98/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 7 de dezembro de 2021, que atualiza o instrumento de autoavaliação institucional dos cursos de graduação, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.

-Avaliação Externa: A avaliação Externa abrangerá a visita *in loco*, realizada para autorização do curso, reconhecimento e renovação de reconhecimento, na

qual são avaliadas as três dimensões do curso quanto à adequação ao projeto proposto: a organização didático-pedagógica; o corpo docente e técnico-administrativo e as instalações físicas. Além disso, a avaliação externa contempla resultados obtidos pelos alunos do curso no Enade e os demais dados apresentados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

Os resultados dessas avaliações sistemáticas indicarão a eficácia do presente Projeto Pedagógico de Curso, oportunizando a implementação de ações acadêmico- administrativas necessárias para a melhoria contínua do curso em questão.

2.18 *PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO APRENDIZAGEM*

O processo de avaliação do ensino-aprendizagem constitui-se como uma ferramenta sistemática, essencial para a consolidação de habilidades e competências. Tal processo deve estar em consonância com projeto político-pedagógico, com os objetivos gerais e específicos do IFPI e com o perfil profissional do curso.

A avaliação deverá ter caráter formativo, processual e contínuo, pressupondo a contextualização dos conhecimentos e das atividades desenvolvidas, a fim de propiciar um diagnóstico preciso do processo de ensino e aprendizagem que possibilite ao professor analisar sua prática e ao estudante comprometer-se com seu desenvolvimento intelectual adquirindo autonomia. Ela aparecerá como subsídio para tomada de decisão, o que vai levar ao professor realizar novas abordagens sobre o desenvolvimento das competências adquiridas pelo aluno, constatando seu aproveitamento.

A avaliação da Aprendizagem é regulamentada pela organização didática do IFPI, RESOLUÇÃO NORMATIVA 143/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 25 de agosto de 2022.

Altera a Resolução que normatiza a Organização Didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.

a) Avaliação da aprendizagem

A avaliação do processo ensino-aprendizagem deverá ter como parâmetros os princípios do projeto político-pedagógico, a função social, os

objetivos gerais e específicos do IFPI e o perfil de conclusão de cada curso.

A avaliação é um processo contínuo e cumulativo do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais, conforme estabelece a Lei No 9.394/96.

A avaliação dos aspectos qualitativos compreende o diagnóstico, a orientação e reorientação do processo ensino-aprendizagem, visando ao aprofundamento dos conhecimentos, à aquisição e/ou ao desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes pelos alunos e à ressignificação do trabalho pedagógico.

A Sistemática de Avaliação do IFPI compreende avaliação diagnóstica, formativa e somativa.

A avaliação da aprendizagem dar-se-á por meio de um ou mais dos seguintes instrumentos:

I - Prova escrita;

II - Observação contínua;

III - Elaboração de portfólio;

IV - Trabalho individual

e/ou coletivo; V -

Resolução de exercícios;

VI - Desenvolvimento e apresentação

de projetos; VII - Seminário;

VIII - Relatório;

IX -

Prova

prática;

e X -

Prova

oral.

A escolha do instrumento de avaliação da aprendizagem deverá estar em consonância com a especificidade da disciplina, os objetivos educacionais propostos e o conteúdo ministrado.

b) Sistema de Avaliação do Curso

A avaliação da aprendizagem nos Cursos Superiores de Graduação, ofertados na forma de módulo/disciplinas, será expressa em notas, numa escala de 0,0(zero) a 10,0 (dez), sendo admitida uma casa decimal.

Será considerado aprovado por média em cada disciplina o aluno que obtiver média semestral igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência igual ou superior a 75% da carga horária da disciplina, sendo registrada, no Diário de Classe e Sistema de Controle Acadêmico, a situação de Aprovado.

Caso a nota semestral seja inferior a 4,0 (quatro), o discente será considerado reprovado, sendo feito o registro, no Diário de Classe e Controle Acadêmico, da condição de Reprovado por Nota.

Se a Média Semestral na disciplina for igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete), o discente que tiver ao menos 75% de frequência da carga horária da disciplina fará Exame Final; neste caso, a Média Final será calculada da seguinte forma:

$$MF = (MS + EF) / 2$$

Onde:

MF = Média Final;

MS = Média

Semestral;

EF = Exame

Final.

Para a aprovação, o resultado descrito anteriormente terá que ser igual ou superior a 6,0 (seis), sendo registrada, no Diário de Classe e no Sistema de Controle Acadêmico, a situação de Aprovado após Exame Final.

Caso a nota semestral, após o Exame Final, seja inferior a 6,0 (seis), o discente será considerado reprovado, sendo lançada, no Diário de Classe e no Controle Acadêmico, a situação de Reprovado por Nota.

c) Verificação de Aprendizagem em Chamada

É direito do aluno o acesso às várias formas de avaliação da aprendizagem, incluídas as de chamada, desde que as solicite à Coordenação de Curso/Área, via protocolo, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, considerando os dias úteis, após a realização da avaliação à qual não se fez presente, mediante a

apresentação dos documentos justificativos abaixo especificados:

- I - Atestado médico comprovando a impossibilidade de participar das atividades escolares do dia;
- II - Declaração de corporação militar comprovando que, no horário da realização da 1ª chamada, estava em serviço;
- III - Declaração da Direção de Ensino do campus, comprovando que o estudante estava representando o IFPI em atividade artística, cultural ou esportiva;
- IV - Ordem judicial;
- V - Certidão de óbito de parentes de primeiro grau ou cônjuge;
- VI - Declarações de trabalho em papel timbrado com carimbo da empresa e assinatura do empregador; e
- VII - Outros que possam comprovar a solicitação.

Os casos omissos deverão ser analisados pelo Coordenador de Curso em conjunto com o professor da disciplina para análise da viabilidade do pedido.

A autorização para realização da verificação da aprendizagem, em chamada, dependerá da análise do requerimento, pela Coordenação de Curso, conjuntamente com o professor da disciplina, que disporão de 24 horas, após a notificação ao professor, para emitir parecer relativo ao objeto do requerimento.

Cabe ao professor da disciplina a elaboração e a aplicação da verificação da aprendizagem em chamada, no prazo máximo de 08 (oito) dias após o deferimento do pedido.

Se, por falta de comparecimento do aluno, em qualquer etapa de avaliação, decorrido o prazo de pedido de chamada, não for possível apurar o seu aproveitamento escolar, será-lhe atribuído nota 0,0 (zero).

d) Revisão da Verificação da Aprendizagem

O aluno que discordar do(s) resultado(s) obtido(s) no(s) procedimento(s) avaliativo(s) poderá requerer revisão de provas. O requerimento, com fundamentação da discordância, deverá ser dirigido à Coordenação de Curso, até dois dias úteis, após o recebimento da avaliação.

Cabe à Coordenação de Curso, no prazo de 2 dias, dar ciência ao professor da disciplina para emitir parecer. Cabe ao professor da disciplina dar parecer no prazo de (3 dias) a partir da ciência dada pela Coordenação.

Caso o professor se negue a revisar a prova, cabe à Coordenação do Curso em reunião com o Colegiado de Curso e deliberar sobre a revisão, no prazo máximo de sete dias úteis.

2.19 ATIVIDADES DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Em princípio, é importante ressaltar que um dos princípios norteadores da prática educativa dos cursos de graduação no âmbito do Instituto Federal do Piauí consiste no estímulo à adoção da pesquisa como princípio pedagógico presente em um processo formativo voltado para um mundo permanentemente em transformação, integrando saberes cognitivos e socioemocionais, tanto para a produção do conhecimento, da cultura e da tecnologia, quanto para o desenvolvimento do trabalho e da intervenção que promova impacto social.

Ademais, o Instituto Federal do Piauí visa, entre outras finalidades: a) desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica e b) realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico. Nessa perspectiva é, pois, necessário enfatizar que as ações de fomento à pesquisa no âmbito da instituição procuram estabelecer um elo com as ações de Ensino, Extensão e Internacionalização com vistas a uma sociedade plural de forma articulada com os arranjos socioprodutivos locais e regionais.

Em consequência disso, compreende-se e defende-se a importância da iniciação científica como uma ação pedagógica que introduz os estudantes da graduação na pesquisa acadêmico-científica como forma de engajá-los e colocá-los em contato direto com a produção conhecimento a partir da compreensão que essa prática contribua para a formação intelectual, reflexiva, autônoma, crítica e criativa dos estudantes considerando as dimensões: ciência, tecnologia e inovação.

Diante de tudo isso, é importante acrescentar que a iniciação científica, partir da relação do estudante com a pesquisa científica possibilita a formação de cidadãos e de profissionais preparados para o mundo do trabalho, e por conseguinte, aptos para o exercício da profissão visando o desenvolvimento territorial, além de prepará-los também para a pós-graduação.

Deste modo, o Instituto Federal do Piauí tem programas de iniciação científica regulamentados pela Resolução nº 24/2019 que permitem colocar os estudantes de cursos

de graduação em contato direto com a atividade científica e de pesquisa. Nesse processo, espera-se proporcionar ao estudante bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa. Esses projetos são desenvolvidos através do:

a) **PIBIC** - Programa de Bolsa de Iniciação Científica - incentiva a participação de estudantes do Ensino Superior em projetos de pesquisa;

b) **PIBIC IT** - Programa de Bolsa de Iniciação Científica Inovação Tecnológica - incentiva a participação de estudantes do Ensino Médio Integrado em projetos de Inovação Tecnológica.

Nessa perspectiva é, pois, necessário enfatizar que além das iniciativas do incentivo à pesquisa e a inovação, o Instituto Federal do Piauí estimula, através de políticas institucionais, o incremento da publicação em periódicos e a participação de docentes e estudantes em eventos científicos.

2.20 COMITÊ DE ÉTICA DE PESQUISA

a) Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/IFPI) é um órgão colegiado, de caráter interdisciplinar, de natureza técnico-científica, consultiva, deliberativa e educativa, com autonomia de decisão no exercício de suas funções. Está constituído nos termos da Resolução nº 466 de 12/12/2012, da Norma Operacional Nº 001/2013 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde – CNS/MS e da Resolução CNS nº 370, de 08 de março de 2007.

A instalação do CEP é fundamental nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos, dentro de padrões éticos determinados pelas resoluções supra citadas. Tem o propósito de defender os interesses dos sujeitos envolvidos na pesquisa, garantindo sua integridade, dignidade e proteção.

São atribuições do CEP/IFPI de acordo com a Resolução (466/12), protocolar e avaliar os projetos de pesquisa envolvendo seres humanos

(submetidos através da Plataforma Brasil), com base nos princípios da ética, impessoalidade, transparência, razoabilidade, proporcionalidade e eficiência, tem papel consultivo e educativo nas questões de ética, encaminha relatórios ao CONEP, acompanha o desenvolvimento de projetos, recebe denúncias de abusos ou fatos adversos na pesquisa, em caso de irregularidades pode requerer apuração e sindicância e comunica à CONEP e representa a instituição (IFPI) em todas as suas instâncias, interna e externa.

b) Comitê de Ética no Uso de Animais

O Comitê de Ética no Uso de Animais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (CEUA/IFPI) é um órgão técnico-científico de caráter consultivo, deliberativo e educativo nas questões sobre a utilização de animais para pesquisa, ensino ou extensão.

O CEUA/IFPI está vinculado à Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPI) e tem por finalidade cumprir e fazer cumprir, no âmbito do IFPI e nos limites de suas atribuições, o disposto da Lei nº 11.794/2008, nas Resoluções Normativas do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA) e nas demais normas aplicáveis à utilização de animais para pesquisa, ensino e extensão.

Portanto, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão que envolvam o uso de animais das espécies classificadas como Filo Chordata, subfilo Vertebrata, exceto o homem, observada a legislação ambiental, deverão ser submetidas à aprovação prévia do CEUA/IFPI.

CAPITULO 3.0 - COORDENAÇÃO DO CURSO, CORPO DOCENTE E TUTORES

3.1 CORPO DOCENTE

Os professores aqui chamados de professores formadores que atuarão no curso deverão ser obrigatoriamente lotados IFPI, sendo todos selecionados por edital público conforme legislação vigente. As atividades de formação desenvolvidas pelos professores formadores serão remuneradas através de bolsas formação custeadas totalmente pela CAPES.

Caberá ao professor formador:

- Desenvolver as atividades docentes na capacitação de coordenadores,

professores e tutores mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no plano de capacitação;

- Participar das atividades de docência das disciplinas curriculares do curso;
- Participar de grupo de trabalho para o desenvolvimento de metodologia na modalidade a distância;
- Participar e/ou atuar nas atividades de capacitação desenvolvidas na Instituição de Ensino;
- Coordenar as atividades acadêmicas dos tutores atuantes em disciplinas ou conteúdos sob sua coordenação;
- Desenvolver o sistema de avaliação de alunos, mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no plano de curso;
- Apresentar ao coordenador de curso, ao final da disciplina ofertada, relatório do desempenho dos estudantes e do desenvolvimento da disciplina;
- Desenvolver, em colaboração com o coordenador de curso, a metodologia de avaliação do aluno;
- Desenvolver pesquisa de acompanhamento das atividades de ensino desenvolvidas nos cursos na modalidade a distância;
- Elaborar relatórios semestrais sobre as atividades de ensino no âmbito de suas atribuições, para encaminhamento à DED/CAPES/ MEC, ou quando solicitado.

3.2 TUTORES

Os tutores de apoio serão obrigatoriamente selecionados por edital público aberto conforme legislação vigente sendo suas atividades remuneradas por bolsas custeadas pela CAPES.

Caberá aos tutores :

- Mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e os cursistas;
- Acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do curso;
- Apoiar o professor da disciplina no desenvolvimento das atividades docentes;
- Estabelecer contato permanente com os alunos e mediar as atividades discentes;
- Colaborar com a coordenação do curso na avaliação dos estudantes;
- Participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela Instituição

de Ensino;

- Elaborar relatórios mensais de acompanhamento dos alunos e encaminhar à coordenadoria de tutoria;
- Participar do processo de avaliação da disciplina sob orientação do professor responsável;
- Manter regularidade de acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e dar retorno às solicitações dos cursistas no prazo máximo de 24 horas;
- Apoiar operacionalmente a coordenação do curso nas atividades presenciais nos pólos, em especial na aplicação de avaliações .

3.3 COORDENAÇÃO DO CURSO

O Coordenador do curso deverá ter lotação efetiva no IFPI Campus Teresina Central e será obrigatoriamente selecionado por edital publico, conforme legislação vigente. As atividades de coordenação serão remuneradas por bolsas custeadas pela CAPES. Caberá ao coordenador do curso:

- Coordenar, acompanhar e avaliar as atividades acadêmicas do curso;
- Participar das atividades de capacitação e de atualização desenvolvidas na Instituição de Ensino;
- Participar dos grupos de trabalho para o desenvolvimento de metodologia, elaboração de materiais didáticos para a modalidade a distância e sistema de avaliação do aluno;
- Realizar o planejamento e o desenvolvimento das atividades de seleção e capacitação dos profissionais envolvidos no curso;
- Elaborar, em conjunto com o corpo docente do curso, o sistema de avaliação do aluno;
- Participar dos fóruns virtuais e presenciais da área de atuação;
- Realizar o planejamento e o desenvolvimento dos processos seletivos de alunos, em conjunto com o coordenador UAB;
- Acompanhar o registro acadêmico dos alunos matriculados no curso;
- Verificar “in loco” o bom andamento dos cursos;
- Acompanhar e supervisionar as atividades: dos tutores, dos professores, do coordenador de tutoria e dos coordenadores de polo;
- Informar para o coordenador UAB a relação mensal de bolsistas aptos e inaptos para recebimento.

3.4 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O NDE é o órgão consultivo, propositivo e de assessoria corresponsável pela elaboração, implementação e consolidação do Projeto Pedagógico do respectivo curso. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante: contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes do currículo; promover e incentivar o desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso; o NDE instituirá o colegiado do curso.

O Núcleo Docente Estruturante é constituído por no mínimo 5 professores efetivos pertencentes ao corpo docente do curso; o coordenador do curso atua no NDE, como seu presidente; todos os membros devem ter experiência docente na instituição; os membros do NDE são renovados parcialmente para permitir a continuidade no processo de acompanhamento do curso.

Compete ao Presidente do NDE: convocar e presidir as reuniões, com direito a voto consultivo, inclusive voto de qualidade; representar o NDE junto aos órgãos da instituição; encaminhar as deliberações do NDE aos órgãos competentes; designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo NDE; coordenar a integração do NDE com os demais órgãos Colegiados e setores da instituição; e indicar coordenadores para as atribuições de NDE.

As reuniões ordinárias do NDE são feitas por convocação de iniciativa do seu Presidente, 1 (uma) vez por bimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros. Geralmente a convocação dos seus membros é feita com antecedência de pelo menos 48 (quarenta e oito) horas antes da hora marcada para o início da sessão e, sempre que possível, com a pauta da reunião. Como o curso é a Distância e os membros fazem parte de diversos Campus, as reuniões do NDE dos cursos da UAB/IFPI, podem acontecer via web, na modalidade de: videoconferência, skype ou outros meios eletrônicos.

Os membros são indicados pela Coordenação de Curso e nomeados através de portaria instituída pela diretoria geral do IFPI - Campus Teresina Central, visto que o curso está vinculado a este referido Campus.

EMENTÁRIO DO CURSO

O currículo do Curso de Licenciatura em Letras Libras, na modalidade a distância,

organiza-se a partir das duas principais áreas, a saber:

- ✓ Estudos Linguísticos, Literários e Culturais;
- ✓ Estudos de Formação de Professores de LIBRAS do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Nesta perspectiva, estas duas áreas são essenciais ao Curso de Licenciatura em Letras - LIBRAS, uma vez que englobam a formação acadêmica e profissional de professores de Língua Brasileira de Sinais no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. De acordo com a concepção curricular, as áreas se interconectam de forma que, em cada uma, o estudante tenha contato com as diferentes abordagens curriculares, privilegiando as diferentes formações. Desse modo, a matriz curricular proporciona aos discentes uma formação ampla e diversificada, conforme consta nas ementas dos componentes do curso discriminadas a seguir.

MÓDULO I

	INSTITUTO FEDERAL Piauí	EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA
EMENTA		
A modalidade de Educação a Distância: histórico, características, definições e regulamentações. Fundamentos e paradigmas teóricos e metodológicos da Educação a Distância. Organização de sistemas de Educação a Distância: processo de comunicação, processo de tutoria, mediação pedagógica, avaliação, processo de gestão e produção de material didático. Educação a Distância e ambientes virtuais de ensino-aprendizagem.		
Referências Básicas		
[1] BARBOSA, R. M. (org.). Ambientes Virtuais de Aprendizagem . Porto Alegre: Artmed, 2005. [2] BELLONI, M. L. Educação a distância . Campinas: Autores Associados, 2001. [3] CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede - a era da informação : economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2003. [4] CORRÊA, J. (org.). Educação a distância . Porto Alegre: Artmed, 2008.		
Referências Complementares		
[1] GUEVARA, A. J. de H.; ROSINI, A. M. (orgs.). Tecnologias emergentes : organizações e Educação. São Paulo: CENAGAGE Learning, 2008. [2] KENSKI, V. M. Tecnologias e ensino presencial e a distância . Campinas (SP): Papirus, 2003. [3] MORAN, J. M.; MASETTO, M. Novas tecnologias e mediação pedagógica . Campinas (SP): Papirus, 2000. [4] MOORE, M.; KEARSLEY, G. Educação a Distância – uma visão integrada . São Paulo: CENGAGE Learning, 2008. [5] PRETI, O. (org.). Educação a distância : construindo significados. Cuiabá: NEAD/IE – UFMT: Brasília: Plano, 2000.		



EMENTA

Aspectos históricos da formação de professores. Políticas de formação de professores no Brasil. Profissionalização docente no contexto da formação inicial; Saberes da docência; Papel social, dimensão ética, estética e política da atividade docente; A escola como espaço de formação essencial do desenvolvimento profissional, pessoal e organizacional docente campo da atividade do professor; Papel social e função ética e política do professor; Demandas sociais e desafios na formação do educador em uma perspectiva: antirracista e não racista, antissexista/machista, anticlassista, anticolonial, anticapacitista; Saberes docentes; Professor reflexivo; Necessidades formativas permanentes do professor; Autonomia docente.

Referências Básicas

- [1] IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- [3] PERRENOUD, Philippe. **A Prática reflexiva no ofício de professor**: profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: ARTMED, 2002.
- [3] TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

Referências Complementares

- [1] FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paes e Terra, 2002.
- [2] PIMENTA, Selma Garrido. **De professores, pesquisa e didática**. Campinas, SP: Papirus, 2002.
- [3] PIMENTA, Selma Garrido. (Org). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 301 p.
- [4] TARDIF, M; LESSARD, C. **O ofício de professor**: histórias, perspectivas e desafios internacionais. 3. ed. São Paulo: Vozes, 2009.
- [5] ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre**: imagens e autoimagens. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.



EMENTA

Marcos legais e trajetória histórica da Educação Especial e Inclusiva. Educação Especial à Educação Inclusiva: modelos de atendimento e paradigmas. Legislação e Políticas Públicas para a educação especial. O público da educação especial: alunos com deficiência, alunos com transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação. Inclusão, sociedade, família e escola; Princípios e fundamentos teóricos da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Capacitismo: definições e implicações educacionais e sociais. Currículo inclusivo: metodologias de ensino e avaliação. Tecnologia Assistiva e acessibilidade. Atendimento Educacional Especializado (AEE); Cenário regional e local da educação especial.

Referências Básicas

- [1] BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Educar na Diversidade**. Módulo 02: o enfoque da educação inclusiva. Brasília, 2005.
- [2] BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Políticos Legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2010.
- [3] FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para educação especial**. Curitiba: InterSaberes, 2013. 244 p.

Referências Complementares

[1] GOMES, Adriana Lima Verde *et al.* **A Educação especial na perspectiva da inclusão escolar: o atendimento especializado para alunos com deficiência intelectual.** Brasília: MEC/ SEESP; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

[2] CARVALHO, Rosita Edler. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico.** 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

[3] FERREIRA, E. C.; GUIMARÃES, M. **Educação inclusiva.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

[4] MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

[5] CAMPBELL, Selma Inês. **Múltiplas faces da inclusão.** Rio de Janeiro: Wak, 2009.

[6] ALVES, Carla Barbosa *et al.* **A Educação especial na perspectiva da inclusão escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez.** Brasília: MEC/ SEESP; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

 INSTITUTO FEDERAL Piauí	INGLES INSTRUMENTAL
EMENTA	
Palavras repetidas, informação não verbal, palavras conhecidas, <i>skimming, scanning & prediction</i> , uso do dicionário, afixos, <i>nominal group, contextual reference, linking words, imperative, passive voice</i> .	
Referências Básicas	
[1] GUANDALINI, Eiter Otávio. Técnicas de leitura em inglês: ESP - English for specific purposes: estágio 1. São Paulo: Textonovo, 2002. 111 p. ISBN 85-85734-52-3. [2] GUANDALINI, Eiter Otávio. Técnicas de leitura em inglês: ESP - English for specific purposes: estágio 2. São Paulo: Textonovo, 2002. 111 p. ISBN 85-85734-81-7. [3] SCHUMACHER, Cristina. Gramática de inglês para brasileiros. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.	
Referências Complementares	
[1] CAVALCANTE, L. Inglês Instrumental. Fortaleza: Arte Gráfica, 2002. [2] DICIONÁRIO Oxford escolar para estudantes brasileiros de inglês: português-inglês, inglês-português. 2. ed. New York: Oxford University Press, 2007. ix, 757 p. ISBN 978-0-19-4419505. [3] MUNHOZ, R. Inglês instrumental: estratégias de leitura: Módulo II. São Paulo: Ática, 2008. [4] SWAN, M.; WALTER, C. How English works. Oxford University Press, 2005. [5] WATKINS, M.; PORTER, T. Gramática da Língua Ing [6] ALVES, Carla Barbosa <i>et al.</i> A Educação especial na perspectiva da inclusão escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez. Brasília: MEC/ SEESP; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.	

 INSTITUTO FEDERAL Piauí	LINGUÍSTICA I
EMENTA	
O conceito de Linguagem e língua. Origem e características das línguas naturais. Linguística como Ciência. O objeto da Linguística. Relação da Linguística com outras ciências. Contribuição de Saussure. Estruturalismo europeu e norte - americano. Fundamentos da linguística gerativa: pressupostos teóricos, surgimento e desenvolvimento do gerativismo. As noções de Faculdade da Linguagem, Gramática Universal e Competência Linguística. Arquitetura da Linguagem em diferentes modelos gerativistas.	
Referências Básicas	
[1] QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. [2] LYONS, John. Linguagem e lingüística: uma introdução. Trad. Marilda Winkler Averbuge Clarisse	

Sieckenius de Sousa. Rio de Janeiro: LTC Editora S. A, 1987.

[3] MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (org.). **Introdução à Linguística**: domínios e fronteiras, vols. 1, 2 e 3. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

Referências Complementares

[1] FIORIN, José Luiz (org.). **Introdução à Linguística I: objetos teóricos**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012. 2 v. _____. **Introdução à linguística II: princípios de análise**. v. 2. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

[2] CÂMARA Júnior. Joaquim Mattoso. **Princípios de linguística geral**. 5. Rio: Livraria Acadêmica 1972.

[3] ILARI, Rodolfo. **A Linguística e o ensino da língua portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

[4] CABRAL, Leonor Scliar. **Introdução à linguística**. Porto Alegre: Globo, 1974.

[5] COSERIU, Eugênio. **Lições de linguística geral**. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1982.



INSTITUTO FEDERAL
Piauí

LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO I

EMENTA

Estrutura e funcionamento da Língua Portuguesa em textos escritos. Mecanismos de textualidade em textos escritos em Língua Portuguesa. Estratégias de leitura e produção de textos escritos em língua portuguesa. Aspectos cognitivos da compreensão de textos. Coesão e coerência.

Referências Básicas

[1] GUEDES, P. C. **Da redação à produção textual**: o ensino da escrita. São Paulo: Parábola, 2009.

[2] KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A Coesão Textual**. 18. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

[3] KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A Coerência Textual**. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

Referências Complementares

[1] FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. **Prática de Textos: língua portuguesa para nossos estudantes**. Petrópolis: Vozes, 1992.

[2] KLEIMAN, Angela. **Oficina de Leitura: Teoria & Prática**. Campinas: Pontes Editores, 2012.

[3] MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2009.

[4] QUADROS, R. M. de.; SCHMIEDT, M. L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port_surdos.pdf>.

[5] SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima; FAULSTICH, Enilde; CARVALHO, Orlene Lúcia; RAMOS, Ana Adelina Lopo. **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica**. Brasília: MEC, SEESP, 2004. v. 2 (Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lpvol2.pdf>>. INFANTE, Ulisses. Do texto ao texto. Scipione, SP, 1991.



INSTITUTO FEDERAL
Piauí

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS I

EMENTA

Uso do corpo e do espaço na sinalização com ênfase em mímicas e gestos; Parâmetros de formação do sinal; Expressões faciais gramaticais e afetivas; Construções frasais afirmativas, negativas e interrogativas; vocabulário contextualizado às atividades desenvolvidas; Práticas sinalizadas.

Referências Básicas

LACERDA, C.B.F; SANTOS, L.F. **Tenho um aluno surdo e agora? Introdução à Libras e educação de surdos**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

FELIPE, T.; MONTEIRO, M. S. **LIBRAS em contexto**. Curso Básico. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial, 2001

ANDREIS-WITKOSKI, Silvia. **Introdução à Libras**: língua, história e cultura. Curitiba: Ed. UTFPR, 2015.

Referências Complementares

CAMPELO, A. R. et al. **Libras fundamental**: livro didático de língua de sinais brasileira para crianças e adultos, surdos ou ouvintes. 1. ed. Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2008.

GARCIA, Eduardo de Campos. **O que todo pedagogo precisa saber sobre Libras**: os principais aspectos e a importância da língua brasileira de sinais. 2 ed. Wak Editora, Rio de Janeiro, 2015.

MARCON, Andréia Mendiola ... [et. al.]. **Estudos da língua brasileira de sinais**. Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2011.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha et al. **Libras**: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

QUADROS, R.M. de; KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.



INSTITUTO FEDERAL
Piauí

FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DE EXTENSÃO NO ENSINO SUPERIOR

EMENTA

1. Conceitos e princípios da extensão universitária;
2. Base legal da extensão e da curricularização;
3. Diretrizes para as ações de extensão universitária;
4. A extensão universitária e as políticas públicas;
5. Articulação da extensão universitária com os movimentos sociais e com os setores produtivos;
6. Impacto e transformação social da extensão universitária; aprendizagem baseada em projetos;
7. Etapas para a elaboração de atividades e projetos de extensão universitária.

Referências Básicas

[1] INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ (IFPI). **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2020-2024**: construindo para o futuro. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI: Teresina. Disponível em: file:///C:/Users/1113264/Downloads/PDI%202020-2024%20_%20anexo%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20009_2020%20CONSUP.pdf.

[2] BRASIL. **Lei Nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014**. Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.html

[3] INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ. **Resolução Normativa nº 131/2022, de 25 de abril de 2022**. Estabelece as Diretrizes para a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). Disponível em: <https://sites.google.com/ifpi.edu.br/ifpi-resolucoes-do-consup/p%C3%A1gina-inicial>.

Referências Complementares

[1] LISBÔA FILHO, Flavi Ferreira. **Extensão universitária**: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/23643/Flavi%20Ferreira%20Lisboa%20Filho%20-%20EXTENS%C3%83O%20UNIVERSIT%C3%81RIA%20-%20Gest%C3%A3o%2c%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20e%20Desenvolvimento%20Regional.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

[2] NACAGUMA, Simone; STOCO, Sérgio; ASSUMPÇÃO, Raiane P. S (Org.). **Política de curricularização da**

extensão na UNIFESP: caminhos, desafios e construções. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2021. Disponível em: <https://pt.scribd.com/book/549075503/Politica-de-curricularizacao-da-extensao-na-UNIFESP-caminhos-desafios-e-construcoes>.

[3] FRUTUOSO, Tomé de Pádua; JULIANI, Douglas Paulesky. **Caminhos para curricularização da extensão:** ações no Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC. Curitiba: CRV, 2020.

[4] BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/base/o-que>. Acesso em: 09 out. 2022.

[5] Outras.

MÓDULO II

 INSTITUTO FEDERAL Piauí	METODOLOGIA CIENTIFICA
EMENTA	
Conhecimento: conceitos, classificação e características do conhecimento popular, filosófico e religioso. Ciência: conceito, classificação, características e métodos. Trabalhos acadêmicos: elaboração de resumos, relatórios, resenhas, fichamentos e estrutura e apresentação gráfica de trabalhos acadêmicos. Publicação científica: leitura e análise de resenhas críticas e de artigos científicos. Pesquisa científica: conceito, finalidade, características, a investigação científica como prática social, campos, tipos de pesquisa, planejamento, fases, execução, métodos e técnicas, elaboração de projeto de pesquisa e ética em pesquisa com seres humanos. Currículo Lattes e periódicos (Qualis Periódicos).	
Referências Básicas	
[1] DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011. [2] GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. [3] MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica: métodos científicos, técnicas de pesquisa e elaboração de referências bibliográficas. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.	
Referências Complementares	
[1] ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2018. (ou versão atualizada). [2] ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 6028: informação e documentação: resumo, resenha e resenha: apresentação. Rio de Janeiro, 2021. (ou versão atualizada). [3] ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentações. Rio de Janeiro, 2002. (ou versão atualizada). [4] ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 10719: informação e documentação: relatório técnico e/ou científico: apresentação. Rio de Janeiro, 2015. (ou versão atualizada). [5] ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011. (ou versão atualizada)	

 INSTITUTO FEDERAL Piauí	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO
EMENTA	
Filosofia e Filosofia da Educação; Pressupostos filosóficos, epistemológicos e axiológicos que fundamentam as concepções de educação; Correntes e tendências pedagógicas da educação brasileira; Educação, senso comum, consciência filosófica, alienação e ideologia; Educação e Pós-Modernidade; Filosofia e formação do educador: a construção de conhecimentos e sua inovação em diálogo constante entre diferentes visões de mundo.	

Referências Básicas

- [1] CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. 14 ed. São Paulo: Ática, 2011.
- [2] LUCKESI, Carlos Cipriano. **Filosofia da educação**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- [3] WARBURTON, N. **Uma breve história da filosofia**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

Referências Complementares

- [1] ARANHA, M. L. de A. **Filosofia da educação**. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- [2] BRANDÃO, C. R. **O que é educação?** 18 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- [3] FEARN, Nicholas. **Filosofia: novas respostas para antigas questões**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- [4] FERRY, Luc. **Aprender a viver: filosofia para os novos tempos**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.
- [5] GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da educação brasileira**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.



INSTITUTO FEDERAL
Piauí

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

EMENTA

Educação, Sociedade e Cultura. A imaginação sociológica e a educação; A Sociologia da Educação; A reflexão sociológica clássica e contemporânea sobre a Educação; Educação e Trabalho na sociedade capitalista; A função social da escola; O currículo e a sociologia. Perspectivas e desafios da Educação nas sociedades contemporâneas.

Referências Básicas

- [1] BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- [2] MEKSENAS, Paulo. **Sociologia da educação: uma introdução ao estudo da escola no processo de transformação social**. 14. ed. São Paulo: Loyola, 2010.
- [3] RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da educação**. 6. ed. São Paulo: Lamparina, 2011.

Referências Complementares

- [1] CANDAU, Vera Maria (Org.). **Sociedade, educação e culturas: questões e propostas**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- [2] BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- [3] DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. 4. ed. Trad. Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1955.
- [4] LEMOS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 6. ed. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- [5] QUINTANEIRO, Tânia. **Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber**. Belo Horizonte: UFMG, 1995.



INSTITUTO FEDERAL
Piauí

DIDÁTICA

EMENTA

Educação, ensino e didática; Tendências pedagógicas da prática escolar; Pedagogias contemporâneas; Teorias de currículo; Processos de organização e gestão do trabalho docente: presencial e na EaD; Transposição didática; Planejamento de ensino.

Referências Básicas

- [1] LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2010.
- [2] SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2011.
- [3] VEIGA, Ilma Passos Alencastro (coord.). **Repensando a Didática**. 28. ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.

Referências Complementares

- [1] CANDAU, Vera Maria (Org.). **Rumo a uma nova Didática**. 16. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2005.
- [2] CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas**. São Paulo: Cortez, 2013.
- [3] FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- [4] GIMENO, Sacristán. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- [5] MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino**: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 2013.
- [6] VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Técnicas de ensino**: por que não? 16. ed. Campinas, SP: Papirus, 2006



INSTITUTO FEDERAL
Piauí

LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL II

EMENTA

Noções de linguagem, texto e discurso. Prática de leitura e de produção de textos. Processos de leitura. Estratégias de produção textual. Importância da expressão oral e escrita. Importância da expressão facial/corporal na comunicação. Processos comunicativos (leitura, interpretação e produção textual).

Referências Básicas

- [1] KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e escrever**: estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2009.
- [2] MACHADO, Anna Rachel; TARDELLI, Lília Santos Abreu; LOUSADA, Eliane. **Planejar gêneros acadêmicos**. São Paulo: Parábola, 2005.
- [3] MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola, 2010.

Referências Complementares

- 1] FARACO, Carlos Alberto; MANDARIK, David. **Prática de Redação para estudantes universitários**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- [2] FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. **Prática de Textos**: língua portuguesa para nossos estudantes. Petrópolis: Vozes, 1992.
- [3] FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- [4] KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender**: os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- [5] MARTINS, Maria Helena. **O Que é Leitura**. São Paulo: Brasiliense, 1994



INSTITUTO FEDERAL
Piauí

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS II

EMENTA

Uso de expressões não-manuais; Construções frasais com aspecto, tópico, foco; Exploração do espaço de sinalização; Diferenças de perspectivas na sinalização e o particionamento do corpo do sinalizante. Vocabulário contextualizado às atividades desenvolvidas; práticas sinalizadas.

Referências Básicas

FERREIRA, Lucinda. **Por uma gramática de língua sinais**. [reimpr.]. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

QUADROS, R.M. de; KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos**. Porto Alegre: ArtMed, 2004

STROBEL, Karin Lilian; FERNANDES, Sueli. **Aspectos linguísticos da LIBRAS**. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Especial. Curitiba: SEED/SUED/DEE.1998.

Referências Complementares

ARROTEIA, J. **O papel da marcação não-manual nas sentenças negativas em Língua de Sinais Brasileira (LSB)**. Dissertação de Mestrado. UNICAMP. Campinas, 2005. Disponível em <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/270807/1/Arroteia_Jessica_M.pdf>.

FELIPE, T.A. **Libras em contexto: curso básico**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

FELIPE, Tanya A. Estrutura Linguística da LIBRAS. In: BRASIL. **Educação Especial Deficiência Auditiva: Série Atualidades Pedagógicas**. Brasília: MEC/SEESP, 1997

HONORA, Márcia. FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

PIMENTA, N.; QUADROS, R. M. **Curso de LIBRAS 2 – Iniciante**. 3 ed. rev., e atualizada. Porto Alegre: Editora Pallotti, 2008

 INSTITUTO FEDERAL Piauí	LINGUÍSTICA II
EMENTA	
As principais correntes dos estudos enunciativos e discursivos da linguagem. Fundamentos epistemológicos em teorias da enunciação. Os desdobramentos teóricos em enunciação: a heterogeneidade discursiva. O discurso citado. Conceitos básicos em Pragmática. Teoria dos atos de fala. Princípio da cooperação e implicatura conversacional. Dêixis. A teoria da polidez. Contexto e contextualização. Princípios e mecanismos da organização global e local da fala em interação. Fundamentos de significado e de produção de sentidos. Discurso e Texto. Análise de Discurso. Análise da Conversação.	
Referências Básicas	
[1] FLORES, V. do N.; TEIXEIRA, M. Introdução à Linguística da Enunciação . São Paulo: Contexto, 2005. [2] ORLANDI, E. Análise de Discurso: princípios e procedimentos . Campinas: Pontes, 2009. [3] ILARI, R. Introdução à Semântica: Brincando com a Gramática . São Paulo: Contexto, 2001.	
Referências Complementares	
[1] RAJAGOPALAN, K. Nova Pragmática: Fases e Feições de um Fazer . São Paulo: Parábola, 2010. [2] BENVENISTE, E. Problemas de Linguística Geral II . 2.ed. Campinas: Pontes, 2006. [3] BENVENISTE, E. Problemas de Linguística Geral I . 5.ed. Campinas: Pontes, 2005. [4] OLIVEIRA, L. A. Manual de Semântica . Petrópolis: Editora Vozes, 2017. [5] KEBRAT- ORECCHIONI, C. Análise da Conversação: princípios e métodos . São Paulo: Parábola, 2006.	

EMENTA
Aspectos históricos, culturais, lingüísticos, educacionais e sociais de surdez. Vocabulário em língua de sinais brasileira. Tópicos sobre a escrita de sinais: aquisição do sistema de escrita de língua de sinais pela compreensão dos códigos próprios da escrita de sinais e trabalho prático.
Referências Básicas
BARRETO, Madson; BARRETO, Raquel. Escrita de Sinais sem mistérios . Belo Horizonte: Ed. do autor, 2012. CCAPOVILLA, Fernando César, Walkiria Duarte Raphael. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trinlígüe da Língua de Sinais Brasileira, Volume II: sinais de M a Z . São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. FERNANDES, Eulália. Linguagem e surdez . Porto Alegre. Editora Artmed, 2003. KARNOPP, Lodenir; QUADROS, Ronice Müller de. Educação infantil para surdos .
Referências Complementares
GIORDANI, Liliane F. "Quero escrever o que está escrito nas ruas": representações culturais da escrita de jovens e adultos surdos . Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003. KATO, M. No mundo da escrita: uma perspectiva psicolingüística . São Paulo: Ática, 1998. QUADROS, Ronice Muller de. Educação de Surdos: a aquisição da linguagem . Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1997. SKLIAR, Carlos. Org. 1997. Educação & exclusão: abordagem sócio-antropológicas em educação especial . Porto Alegre: Editora Mediação, 1997.

	INSTITUTO FEDERAL Piauí	PLANEJAMENTO EXTENSIONISTA
EMENTA		
1. Participação diagnóstica e planejamento de ações de extensão na comunidade; 2. Debater e definir junto à comunidade as demandas a serem transformadas; 3. Construção de um plano de ação (projeto ou programa) em conjunto com a comunidade nas áreas do Projeto e/ou Programa Institucional definido pelo(s) docente(s) responsável pelo componente curricular com anuência da coordenação do curso.		
Referências Básicas		
[1] INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ (IFPI). Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2020-2024: construindo para o futuro. Teresina: IFPI. Disponível em: file:///C:/Users/1113264/Downloads/PDI%202020-2024%20%20anexo%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20009_2020%20CONSUP.pdf. [2] BRASIL. Lei Nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014 . Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.html . [3] INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ. Resolução Normativa nº 131/2022, de 25 de abril de 2022 . Estabelece as Diretrizes para a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). Disponível em: https://sites.google.com/ifpi.edu.br/ifpi-resolucoes-doconsup/p%C3%A1gina-inicial .		
Referências Complementares		

- [1] LISBÔA FILHO, Flavi Ferreira. **Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional**. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/23643/Flavi%20Ferreira%20Lisboa%20Filho%20-%20EXTENS%C3%83O%20UNIVERSIT%C3%81RIA%20-20Gest%C3%A3o%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20e%20Desenvolvimento%20Regional.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
- [2] NACAGUMA, Simone; STOCO, Sérgio; ASSUMPÇÃO, Raiane P. S (Org.). **Política de curricularização da extensão na UNIFESP: caminhos, desafios e construções**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2021. Disponível em: <https://pt.scribd.com/book/549075503/Politica-de-curricularizacao-da-extensao-na-UNIFESP-caminhos-desafios-e-construcoes>.
- [3] FRUTUOSO, Tomé de Pádua; JULIANI, Douglas Paulesky. **Caminhos para curricularização da extensão: Ações no Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC**. Curitiba: CRV, 2020.
- [4] BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/base/o-que>. Acesso em: 09 out. 2022.

MÓDULO III

 INSTITUTO FEDERAL Piauí	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO
EMENTA	
A natureza da Psicologia da Educação como ciência aplicada. Psicologia da aprendizagem – conceituação e caracterização. As contribuições da Psicologia da Educação para o processo de aprendizagem: relação entre educação, desenvolvimento e aprendizagem. Caracterização do sujeito da educação nos seus aspectos cognitivos, afetivos e psicomotores. Teorias da aprendizagem e as escolas psicológicas (da infância, adolescência e adultez). Inteligência e aprendizagem. Motivação e rendimento acadêmico (Teorias cognitivas da Atribuição Causal e Autoeficácia). O autoconceito e a autoestima no processo de aprendizagem do aluno. Fracasso escolar: relações professor e aluno, seus efeitos no processo ensino-aprendizagem, interação entre alunos e aprendizagem escolar, transtornos específicos da aprendizagem (Dislexia, Disortografia, Discalculia e Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade e transtorno do espectro autista), inclusão escolar. Trabalho e escola. Violência Escolar: bullying, racismo, preconceito de gênero, raça, religião, deficiências, diversidades, traumas, cyberbullying; mídia, redes sociais e adolescência. Violência contra crianças e adolescentes e educação: violência física, psicológica, sexual. Saúde mental na escola. Indisciplina e mediação de conflito.	
Referências Básicas	
[1] BOCK, Ana M. Bahia. Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia. São Paulo: Saraiva, 2001. [2] BIAGGIO, Ângela M. Brasil. Psicologia do desenvolvimento. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. [3] NUNES, Ana Ignez Belém Lima; SILVEIRA, Rosemary do Nascimento. Psicologia da aprendizagem – processos, teorias e contextos. Brasília: Liber Livro, 2011.	
Referências Complementares	
[1] PIAGET, Jean. Seis estudos de Psicologia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. [2] VIGOTSKY, L. S. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2000. [3] SHAFFER, David. Psicologia do desenvolvimento. São Paulo: Thomson, 2005. [4] VYGOTSKY, L.S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. e. São Paulo: Martins Fontes, 2015. [5] FREIRE, Izabel Ribeiro. Raízes da Psicologia. 15. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.	
 INSTITUTO FEDERAL Piauí	POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA
EMENTA	

A evolução histórica da Educação Escolar no Brasil: política e organização; Legislação educacional no Brasil na Constituição Federal de 1988 (Educação e liberdade de manifestação do pensamento, criação, expressão e informação), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 em vigor; Plano Nacional de Educação em vigor: contexto histórico, avanços e desafios; Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) e suas garantias educacionais para a infância e a juventude. Democratização do acesso e permanência na educação básica; Democratização do acesso e permanência na educação superior; Projetos e programas de incentivo à educação em vigor para Estados e municípios. O papel das Diretrizes Curriculares Nacionais e as políticas pertinentes à Educação Básica: Educação Ambiental e Educação do Campo; Políticas e movimentos sociais populares, indígenas, afro-brasileiros e outros grupos locais e regionais. Valorização e Formação Docente na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9.394/96 em vigor.

Referências Básicas

- [1] SAVIANI, D. **Educação Brasileira: estrutura e sistema**. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.
- [2] DEMO, Pedro. **A nova LDB ranços e avanços**. 22. ed. Campinas: Papirus, 2011.
- [3] LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

Referências Complementares

- [1] ROMANELLI, O. **História da Educação no Brasil**. 34. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- [2] ELIAS, J. R. **Comentários ao estatuto da criança e do adolescente: Lei 8.069, de julho de 1990**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- [3] CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo**. 24. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. ISBN 978-85-326-1966-2.
- [4] SAVIANI, Dermeval. **Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino**. 7. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2015. (Coleção educação contemporânea). ISBN 978-85-7496-354-9.
- [5] SAVIANI, Dermeval. **A lei da educação: LDB: trajetória, limites e perspectivas**. 13. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2016. (Coleção educação contemporânea). ISBN 978-85-7496-372-3.



INSTITUTO FEDERAL
Piauí

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS III

EMENTA

Classificadores: tipos, uso na língua de sinais. Os verbos classificadores. Sistemas de transcrição em LIBRAS, Estudo das situações prático-discursivas da Libras Atividades de prática como componente curricular; vocabulário contextualizado às atividades desenvolvidas; práticas sinalizadas.

Referências Básicas

- BERNARDINO, Elidéa Lúcia Almeida. **O uso de classificadores na língua de sinais brasileira**. ReVEL, v. 10, n. 9, 2012.
- BARRETO, Madson, BARRETO, Raquel. **Escrita de sinais sem mistérios**. v.1: LIBRAS Escrita, 2. Ed. Ver.atual. e ampl – Salvador, 2015.
- QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Referências Complementares

- CAPOVILLA, F.C.; RAPHAEL, W.D. **Dicionário enciclopédico ilustrado Trilíngue da língua de sinais**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.
- FELIPE, Tanya. **Sistema de flexão verbal na Libras: os classificadores enquanto marcadores de flexão de gênero**. In: Congresso Internacional do INES, 2002, Rio de Janeiro. Anais do Congresso Internacional do INES, v. 1, 2002.
- FELIPE, T. A. **A estrutura frasal na LSCB**. In: Anais do IV Encontro Nacional da ANPOLL, Recife, 1989.
- ARROTEIA, J. **O papel da marcação não-manual nas sentenças negativas em Língua de Sinais Brasileira (LSB)**. Dissertação de Mestrado. UNICAMP. Campinas, 2005.

QUADROS, R. M; STUMPF, M. R (organizadoras). **Estudos Surdos IV**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2009.



INSTITUTO FEDERAL
Piauí

FONÉTICA E FONOLOGIA DA LIBRAS

EMENTA

Diferenças e semelhanças entre a materialidade linguística das línguas orais e a das línguas de sinais. Características da materialidade gestual que compõe a LIBRAS. Mecanismos articulatórios envolvidos na produção dos sinais: parâmetros. Traços distintivos das unidades mínimas que produzem diferença de significado na LIBRAS. Variação linguística na LIBRAS. Princípios para descrição linguística da LIBRAS.

Referências Básicas

- [1]CAGLIARI, Luiz Carlos. *Análise fonológica*. São Paulo: Mercado de Letras, 2002.
- [2]FERREIRA, Lucinda. Por uma gramática de língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.
- [3]NÈVE, François-Xavier. *Essai de Grammaire de la langue des signes française*. Paris-Genève: Droz, 1996.

Referências Complementares

- [1] McCLEARY, L.; VIOTTI, E.; LEITE, T. A. Descrição das línguas sinalizadas: a questão da transcrição dos dados. *Alfa*, São Paulo, v. 54, n.1, p. 265-289, 2010.
- [2] NÈVE, François-Xavier. "Phonologie" ou gestématique des langues des signes des sourds: Gestèmes, allogestes et neutralisations?. *La Linguistique*, v. 28, n. 1, p. 69-93, 1992.
- [3]QUADROS, Ronice M.; KARNOPP, Lodenir B. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: ArtMed, 2004.
- [4] SILVA, Thaís C. *Fonética e fonologia do português*. São Paulo: Contexto, 2001.
- [5] XAVIER, André Nogueira. *Descrição fonético-fonológica dos sinais da língua brasileira de sinais (libras)*. 2006. 175 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.



INSTITUTO FEDERAL
Piauí

TEORIA DA AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM

EMENTA

Aquisição da linguagem pela criança: teorias e conceitos. Relação entre aquisição e desenvolvimento da língua materna e aquisição da escrita. Aquisição de língua estrangeira: teorias e conceitos. Bilinguismo.

Referências Básicas

- FAYOL, Michel. *Aquisição da escrita*. São Paulo: Parábola, 2014.
- KAIL, Michèle. *Aquisição de linguagem*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
- PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. *Aquisição de Segunda Língua*. São Paulo: Parábola, 2014.

Referências Complementares

- HEYE, J.; SAVEDRA, M. *Dimensões de bilinguismo e bilingualidade na aquisição formal da L2*. Revista Palavra no. 3. Rio de Janeiro. Departamento de Letras, PUC-Rio, 1995, p. 78-96.
- MOREIRA, M. A. *Teorias da aprendizagem*. São Paulo: EPU, 1999.
- QUADROS, Ronice Müller. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- RE, A. del. *Aquisição de Linguagem*. São Paulo: Contexto, 2006.
- SCARPA, E. M. Aquisição da linguagem. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. (org). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 203-232.



INSTITUTO FEDERAL
Piauí

ESCRITA DE SINAIS II

EMENTA

O processo de aquisição da leitura e escrita da língua de sinais. O alfabetismo na escrita da língua de sinais. Produção de literatura na escrita da língua de sinais.

Referências Básicas

BARRETO, Madson; BARRETO, Raquel. Escrita de Sinais sem mistérios. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2012.

AMPESSAN, J. P.; LUCHI, M.; STUMPF, M. R. Tradução de escrita de sinais para português: recriação do texto? In: 3º Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação Libras Língua Portuguesa. Florianópolis, SC, 2012. Anais... Florianópolis, SC, 2012. Disponível em: Acesso Em 13 fev. 2013.

CAGLIARI, Luiz Carlos. *Alfabetização e Lingüística*. São Paulo. Editora Scipione, 2002.

CAPOVILLA, F. C. ; CAPOVILLA, A. G. S. O desafio da descontinuidade entre a língua de sinais e a escrita alfabética na educação bilíngüe do surdo congênito. In.: RODRIGUES, C.; KARNOPP, Lodenir; QUADROS, Ronice Müller de. *Educação infantil para surdos*. In: FERNANDES, Eulália. *Linguagem e surdez*. Porto Alegre. Editora Artmed, 2003.

Referências Complementares

GARCIA, Brigitte. *Ecrits sur la langue des signes française*. Editora L'Harmattan, Paris, 1995.

_____. *Contribution à l'histoire des débuts de la recherche linguistique sur la Langue des Signes Française. Les travaux de Paul Jousion*. Paris, França. (Tese de doutorado – Faculdade de Ciência Humana e Social). Université Paris V – René Descartes. 2000.

GIORDANI, Liliane F. *"Quero escrever o que está escrito nas ruas": representações culturais da escrita de jovens e adultos surdos*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

KATO, M. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolingüística*. São Paulo: Ática, 1998.

QUADROS, Ronice Muller de. *Educação de Surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1997.

ROMAN, Eurilda Dias, STEYER, Vivian Edite (Org.) *A criança de 0 a 6 anos e a educação infantil: um retrato multifacetado*. Canoas. 2001.

SUTTON, Valerie. *SignWriting: Manual*. [online] disponível em www.signwriting.org, 1996. Consultado em outubro de 1996.



INSTITUTO FEDERAL
Piauí

CICLO EXTENSIONISTA 1-A

EMENTA

1. Disciplina destinada à implantação e execução das ações de extensão pelos discentes, nas áreas do Projeto e/ou Programa Institucional, definido pelo docente responsável pela disciplina com aval da coordenação do curso.

Referências Básicas

[1] INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ (IFPI). **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2020-2024:** construindo para o futuro. Teresina: IFPI. Disponível em: file:///C:/Users/1113264/Downloads/PDI%202020-2024%20%20anexo%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20009_2020%20CONSUP.pdf.

[2] BRASIL. **Lei Nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014.** Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.html.

[3] INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ. **Resolução Normativa nº 131/2022, de 25 de abril de 2022.** Estabelece as Diretrizes para a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). Disponível em: <https://sites.google.com/ifpi.edu.br/ifpi-resolucoes-doconsup/p%C3%A1gina-inicial>.

Referências Complementares

- [1] LISBÔA FILHO, Flavi Ferreira. **Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional.** Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/23643/Flavi%20Ferreira%20Lisboa%20Filho%20-%20EXTENS%C3%A3O%20UNIVERSIT%C3%A1RIA%20-%20Gest%C3%A3o%20de%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20e%20Desenvolvimento%20Regional.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
- [2] NACAGUMA, Simone; STOCO, Sérgio; ASSUMPÇÃO, Raiane P. S (Org.). **Política de curricularização da extensão na UNIFESP: caminhos, desafios e construções.** 1. ed. São Paulo: Alameda, 2021. Disponível em: <https://pt.scribd.com/book/549075503/Politica-de-curricularizacao-da-extensao-na-UNIFESP-caminhos-desafios-e-construcoes>.
- [3] FRUTUOSO, Tomé de Pádua; JULIANI, Douglas Paulesky. **Caminhos para curricularização da extensão: ações no Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC.** Curitiba: CRV, 2020.
- [4] BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/base/o-que>. Acesso em: 09 out. 2022.

MÓDULO IV



INSTITUTO FEDERAL
Piauí

TECNOLOGIA APLICADAS AO ENSINO

EMENTA

Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, cultura digital e educação. Letramentos Digitais e educação de surdos. Educação de surdos mediada por novas tecnologias: recursos oferecidos pelo computador, pelo celular e pela internet. Educação de surdos mediada por recursos tecnológicos especializados: softwares para tradução, softwares para escrita de sinais e softwares para interação. Projeto de Tecnologia acessível.

Referências Básicas

- [1] COSCARELLI, C. V. Letramento Digital. Autêntica, 2007.
- [2] SILVA, Angela Carrancho Da. NEMBI, A. G. Ouvindo o silêncio - surdez, linguagem, 2012.
- [3] PREECE, J.; ROGERS, Y.; SHARP, H. Design de interação: além da interação homem-computador. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Referências Complementares

- [1] FERREIRA, S. B. L. e – usabilidade. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- [2] BENYON, D. Interação Humano-Computador. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.
- [3] OLIVEIRA NETTO, A. A. IHC e a Engenharia Pedagógica: interação humano Computador. Florianópolis: Visual Books, 2010.
- [4] PFLEEGER, S. Engenharia de Software: Teoria e Prática. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.



EMENTA

A gestão democrática da educação e suas implicações para a democratização da educação básica; O sistema de organização e gestão da escola; A estrutura organizacional da escola e/o trabalho docente; Os elementos constitutivos do processo organizacional; Gestão participativa na compreensão da cultura da escola, dos contextos socioculturais dos estudantes, dos seus territórios, do entorno escolar e da mediação dos conflitos; papéis dos professores, gestores, pais, alunos e, em comunidade, construção coletiva do trabalho; Conhecimentos básicos dos processos de desenvolvimento sobre as dimensões sociais, afetivas e físicas e suas implicações na dinâmica escolar, nas relações interpessoais e étnico-raciais; O Conselho Escolar e o Planejamento no âmbito da gestão escolar: PPP, Proposta Curricular, Regimento e outros; Plano de Ação da Escola (trabalho anual); Colegiados, Grêmio Estudantil e Instituições Auxiliares; Programas e financiamentos da Educação Básica; Sistemas de Avaliação e Indicadores de qualidade da Educação Básica; Formação e aperfeiçoamento profissional e acadêmico para todos os segmentos da escola. Gestão e inclusão educacional.

Referências Básicas

- [1] LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- [2] ANDRADE, J. M. V.; QUEIROZ, M. A. de Q.; AZEVEDO, M. A. de. **O papel dos conselhos para a criação do Sistema Nacional de Educação**. Brasília: Liber Livro, 2009.
- [3] LUCK, Heloísa. **Gestão Participativa na Escola**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010

Referências Complementares

- [1] AGUIAR, Márcia Ângela da Silva; FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- [2] FERREIRA, N. S. C. **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2006.
- [3] GADOTTI, Moacir. **Gestão Democrática com Participação Popular**. Planejamento e Organização da Educação Nacional, Vol. 6. Edição Português - 2012.
- [4] HORA, Dinair L. da. **Gestão Democrática na Escola**. 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 1994.



EMENTA

Descrições complexas de contextos concretos e abstratos. Definição conceitual de termos. Argumentação: gerenciamento de razão e emoção. Narrativas como forma de argumentação. Exploração coesa e coerente do corpo e do espaço em textos argumentativos. Exploração avançada das boas no discurso. Exploração criativa de classificadores. Estratégias argumentativas. vocabulário contextualizado às atividades desenvolvidas; práticas sinalizadas.

Referências Básicas

- MACHADO, Flavia Medeiros Alvaro. *Conceitos abstratos: escolhas interpretativas de português para Libras*. Curitiba: Appris, 2014
- SACKS, O. *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

STROBEL, Karin Lilian; FERNANDES, Sueli. *Aspectos linguísticos da LIBRAS*. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Especial. Curitiba: SEED/SUED/DEE.1998.

Referências Complementares

ASSNETT, Susan. *Estudos de tradução*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

COELHO, Orquídea; KLEIN, Madalena. *Cartografias da surdez: comunidades, línguas, práticas e pedagogia*. Livpsic, 2013.

FERREIRA, Lucinda. *Por uma gramática de língua sinais*– [reimpr.]. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

NASCIMENTO, S.P.. de F.do. *Representações lexicais da língua de sinais brasileira: uma proposta lexicográfica*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, 2009. <http://repositorio.unb.br/handle/10482/6547>.

QUADROS, R.M. de; KARNOPP, L. *Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.



INSTITUTO FEDERAL
Piauí

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS DA LITERATURA

EMENTA

Os gêneros literários: tradição e ruptura. Conceituação do poético. Teoria da lírica, da narrativa e do drama. Estilos históricos na literatura ocidental: da Renascença à Pós-Modernidade. Teoria e crítica literárias nos séculos XIX e XX. A questão da literatura na cena contemporânea: fenômeno literário e cultura. Apresentação e discussão dos problemas pertinentes à teoria literária. Aprofundamento teórico em um campo de pesquisa, envolvendo o estudo de textos fundadores e de seus desdobramentos relevantes.

Referências Básicas

[1] BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

[2] BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. 40. ed. São Paulo: Cultrix, 2002.

[3] CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**. 6. ed. Vol. I e II, Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

Referências Complementares

[1] ARISTÓTELES. *Poética Clássica*. Aristóteles, Horácio e Longino. São Paulo: Cultrix, 1990.

[2] BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e estética*. São Paulo: Hucitec, 1998.

[3] COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. 2. ed. Vol. IV, São Paulo: Sul Americana, 1969.

[4] LIMA, Luís C. *Teoria da Literatura em suas fontes*. v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 2002

[5] SAMUEL, Rogel. *Manual de teoria literária*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.



EMENTA

Modelos de análise morfológica. Identificação e classificação de morfemas e alomorfes. Processos morfofonológicos. Formação e classe de palavras em diversas línguas. Relação entre a morfologia das línguas orais e da Libras. Teorias sintáticas com base na análise de fenômenos linguísticos de línguas naturais. Relação entre a sintaxe das línguas orais e da Libras.

Referências Básicas

- [1] QUADROS, Ronice; Silva, Jair Barbosa da, ROYER, Miriam; RODRIGUES DA SILVA, Vinícius (org.). **A Gramática da Libras** - Rio de Janeiro: INES, 2023 p. 511; v. 01
- [2] QUADROS, Ronice; Silva, Jair Barbosa da, ROYER, Miriam; RODRIGUES DA SILVA, Vinícius (org.). **A Gramática da Libras** - Rio de Janeiro: INES, 2023 p. 511; v. 02
- [3] QUADROS, Ronice; KARNOPP, Lodenir. Língua de sinais Brasileira – estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Referências Complementares

- [1] ALBRES, N. A. Estudo lexico da Libras: uma história a ser registrada. In: Cristina Broglia Feitosa de Lacerda; Lara Ferreira dos Santos. (Org.). Tenho um aluno surdo, e agora?. 1ed.São Carlos: Editora da UFSCar, 2013, v. , p. 127-148.
- [2] FERREIRA-BRITO, Lucinda. Por uma Gramática de Língua de Sinais. Rio de Janeiro: tempoBrasileiro/UFRJ, 1995
- [3] QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos. ArtMed: Porto Alegre, 2004.
- [4] Cristina Broglia Feitosa de Lacerda; Lara Ferreira dos Santos. (Org.). Tenho um aluno surdo, e agora?. 1aed.São Carlos: Editora da UFSCar, 2013, v. , p. 81-98.
- [5] STOKOE, W. Sign language structure: An outline of the visual communication systems of the American Deaf. Studies in Linguistics, Occasional Papers 8. Buffalo: University of Buffalo Press, 1960.



EMENTA

Estudo da história, dos conceitos e das concepções básicas acerca do bilinguismo. Abordagem de mitos e preconceitos na área de bilinguismo e educação bilíngue de Surdos, considerando as relações de poder e representações sociais existentes. Educação bilíngue para surdos no Brasil: estrutura, legislação, currículo e práticas pedagógicas. Política de educação Bilíngue: avanços e retrocessos. Debates sobre a (multi)culturismo e a surdez. Letramento e Bilinguismo na Educação de Surdos

Referências Básicas

- FERNANDES, Eulália (Org.). **Surdez e bilinguismo**. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015. 103 p
- LODI, Ana Claudia Balieiro; MÉLO, Ana Dorziat Barbosa de; FERNANDES, Eulália (Org.). **Letramento, bilinguismo e educação de surdos**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015. 391 p.
- PIRES, Edna Misseno; SANTOS, Zilda M. Pires. **Educação de Surdos: Educação bilíngue e agora professor?**. 1. ed. Editora : CRV, 2020.

Referências Complementares

- BRASIL. **Lei nº 14.191 de 3 de agosto de 2021**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm#art1. Acesso em: 01 jun. 2024.
- CORDEIRO, Suammy Priscila Rodrigues Leite. **Um surdo entre duas línguas**. 1 ed. Editora: Appris Editora, 2024.
- GALASSO, Bruno; ESDRAS, Dirceu (Orgs.). **Pedagogia bilíngue**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Educação Surdos, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/ines/pt-br/central-de-conteudos/publicacoes-1/todas-as-publicacoes/pedagogia-bilingue-galasso-esdras.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2024.
- MIRANDA, D. G. Letramento Visual: Um Possível Caminho Para a Criança Surda Chegar à Escrita. **Línguas & Letras**, [S. l.], v. 20, n. 48, 2020. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/23686>. Acesso em: 1 jun. 2024.
- SANTOS FILHO, Pedro Luiz dos [org.]. **Estrutura simplificada de uma escola bilíngue para surdos** [recurso eletrônico]. João Pessoa: Ideia, 2024. Disponível em: <https://www.ideiaeditora.com.br/produto/estrutura-simplificada-de-uma-escola-bilingue-para-surdos-pedro-luiz-dos-santos-filho/>. Acesso em: 02 jun. 2024.



INSTITUTO FEDERAL
Piauí

ESTUDOS SURDOS I

EMENTA

Identidade e cultura surda; Fatores teóricos que contribuem para a visão contemporânea da cultura surda. Artefatos culturais e a língua de sinais; Abordagens tradicionais do currículo na escolarização dos surdos: práticas e discursos; Identificações e locais das identidades: família, escola, associação, faixas geracionais etc. As identidades surdas multifacetadas e multiculturais. Relações éticas.

Referências Básicas

- DORZIAT, A. (Org.) *Estudos Surdos: diferentes olhares*. Porto Alegre : Mediação, 2011.
- KARNOPP, L. B.; KLEIN, M.; LUNARDI-LAZZARIN, M. L. (ORG.) *Cultura surda na contemporaneidade: negociações, intercorrências e provocações*. Canoas : Ed. ULBRA, 2011.
- STROBEL, Karin. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

Referências Complementares

- QUADROS, R. M. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artmed, 1997.
- SACKS, O. *Vendo vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990.
- SÁ, N. R. L. de. *Cultura, Poder e Educação de Surdos*. Manaus: INEP, 2002.
- SKLIAR, C. (org.) *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- THOMA, A. da S.; LOPES, M. C. (Org.). *A invenção da surdez II: espaços e tempos de aprendizagem na educação de surdos*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.



EMENTA

1. Disciplina destinada à implantação e execução das ações de extensão pelos discentes, nas áreas do Projeto e/ou Programa Institucional, definido pelo docente responsável pela disciplina com aval da coordenação do curso.

Referências Básicas

- [1] INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ (IFPI). **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2020-2024:** construindo para o futuro. Teresina: IFPI. Disponível em: file:///C:/Users/1113264/Downloads/PDI%202020-2024%20%20anexo%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20009_2020%20CONSUP.pdf.
- [2] BRASIL. **Lei Nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014.** Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.html.
- [3] INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ. **Resolução Normativa nº 131/2022, de 25 de abril de 2022.** Estabelece as Diretrizes para a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). Disponível em: <https://sites.google.com/ifpi.edu.br/ifpi-resolucoes-doconsup/p%C3%A1gina-inicial>.

Referências Complementares

- [1] LISBÔA FILHO, Flavi Ferreira. **Extensão universitária:** gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/23643/Flavi%20Ferreira%20Lisboa%20Filho%20%20EXTENS%C3%A3O%20UNIVERSIT%C3%A1RIA%20%20Gest%C3%A3o%20e%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20e%20Desenvolvimento%20Regional.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
- [2] NACAGUMA, Simone; STOCO, Sérgio; ASSUMPÇÃO, Raiane P. S (Org.). **Política de curricularização da extensão na UNIFESP:** caminhos, desafios e construções. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2021. Disponível em: <https://pt.scribd.com/book/549075503/Politica-de-curricularizacao-da-extensao-na-UNIFESP-caminhos-desafios-e-construcoes>.
- [3] FRUTUOSO, Tomé de Pádua; JULIANI, Douglas Paulesky. **Caminhos para curricularização da extensão:** ações no Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC. Curitiba: CRV, 2020.
- [4] BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/base/o-que>. Acesso em: 09 out. 2022.

MÓDULO V



EMENTA

Léxico e gramática. Modelos de análise morfológica e sua aplicação ao estudo da morfologia da Libras. Relação entre a morfologia da língua portuguesa e a da Libras. Identificação e classificação de morfemas e alomorfes da Libras. Formação e classes de palavras da Libras. Formação de frase em foco. Comportamento dos verbos e a questão da concordância. Verbos sem concordância, com concordância e verbos “manuais”.

Referências Básicas

QUADROS, Ronice; KARNOPP, Lodenir. Língua de sinais Brasileira – estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUITETE, J. S. R.; ANDRE, B. P. Libras: aspectos linguísticos e diversidade cultural da comunidade surda. Revista Philologus, Ano28,n. 84, Rio de Janeiro: CiFEFiL, set./dez.2022. P. 808 a 816. Disponível em: <https://revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/1361/1425>. Acesso em: 01.06.2024.

XAVIER, A. N. ; NEVES, S. L. G. Descrição de aspectos morfológicos da Libras. Revista Sinalizar, v.1, n.2, p. 130-151, jul./dez. 2016. P. 132 a 140. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revsinal/article/download/43933/22087/187633>. Acesso em 02.06.2024.

Referências Complementares

FERREIRA, S. R. S.; FERREIRA, M. N. O; Descrevendo processos de formação de sinais em Libras em uma variedade de Belém do Pará. Entretextos, Londrina, v. 16, n. 1, p. 67-98, jan./jun. 2016. P. 70 a 73. Disponível em <https://pdfs.semanticscholar.org/48ba/3cddf0360e9c6cbd853d128006963f79a97d.pdf>. Acesso em 02.06.2024.

ADRIANO, G. A. C. Morfologia Aplicada às Línguas Orais e Línguas de Sinais. Indaial: UNIASSELVI, 2018. P.96 a 108/ P. 118 a 119. Disponível em: <https://www.uniassevi.com.br/extranet/layout/request/trilha/materiais/livro/livro.php?codigo=35672>. Acesso em 03.06.2024.

MINUSSI, Rafael Dias; TAKAHIRA, Aline Garcia Roderio. Observações sobre os compostos da LIBRAS: a interpretação das categorias gramaticais. Revista Linguística / Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Volume 9, número 1, junho de 2013. P.219 a 223 Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rl/article/download/4573/3340>. Acesso em 03.06.2024.

SANCHEZ MENDES, L. R; SEGALA, R. Segala Xavier, A. N. O papel da (re) duplicação na expressão de pluralidade em Libras. Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 96, pp.487-508, jul./dez. 2017. P. 494 a 505. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/download/51047/33759>. Acesso em 03.06.2024.

XAVIER, A. N. ; NEVES, S. L. G. Descrição de aspectos morfológicos da Libras. Revista Sinalizar, v.1, n.2, p. 130-151, jul./dez. 2016. P. 141 a 149. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revsinal/article/download/43933/22087/187633>. Acesso em 04.06.2024.



INSTITUTO FEDERAL
Piauí

LITERATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA

EMENTA

Estudo dos principais estilos e períodos literários Luso-Brasileiros e de suas características básicas, mediante a análise de autores e obras representativas da literatura ocidental. Além da construção de reflexões sobre o ensino da literatura.

Referências Básicas

MOISES, Massaud. *A literatura portuguesa*. São Paulo: Cultrix, 2008.

MONGELLI, L. M. de M. *A Literatura Portuguesa em Perspectiva* (2) Classicismo, Barroco, Arcadismo. São Paulo: Atlas, 1993.

VECHI, C. A. *A Literatura Portuguesa em Perspectiva* (3) Romantismo, Realismo. São Paulo: Atlas, 1994.

Referências Complementares

LAPA, M. R. *Lições de Literatura Portuguesa: época medieval*. São Paulo: Difusão, 1973.

MONGELLI, L. M. de M. et alli. *A Literatura Portuguesa em Perspectiva (1) Trovadorismo e Humanismo*. São Paulo: Atlas, 1992.

SARAIVA, A. J. *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Almedina, 1982.

SPINA, S. *Presença da literatura Portuguesa I*. São Paulo: Difel, s/d.

SPINA, S. *A lírica trovadoresca*. São Paulo: EDUSP, 1990.

 INSTITUTO FEDERAL Piauí	LINGÜÍSTICA APLICADA I
EMENTA	
Caracterização da área científico-acadêmica de Linguística Aplicada. Teorias da Linguística Aplicada que subsidiam o processo de ensino e aprendizagem de línguas.	
Referências Básicas	
ALMEIDA FILHO, J. C. P. de. <i>Parâmetros atuais para o ensino de português língua estrangeira</i> . Campinas: Pontes, 1997.	
PEREIRA, R. C.; ROCA, P. <i>Linguística aplicada: um caminho com diferentes acessos</i> . São Paulo: Contexto, 2009.	
GONÇALVES, A. V.; SILVA, W. R.; GÓIS, M. L. S (Orgs.). <i>Visibilizar a Linguística Aplicada: abordagens teóricas e metodológicas</i> . Campinas-SP: Pontes editores, 2014.	
Referências Complementares	
CELANI, M. A. A. A relevância da linguística aplicada na formulação de uma política educacional brasileira. In: FORTKAMP, M. B. M.; TOMITCH, L. M. B. (orgs.). <i>Aspectos da linguística aplicada</i> . Florianópolis: Insular, 2000.	
DAMIANOVIC, M. C. O linguista aplicado: de um aplicador de saberes a um ativista político. <i>Linguagem e Ensino</i> , Vol. 8, No. 2, 2005: 181-196.	
KLEIMAN, A. B. O estatuto disciplinar da linguística aplicada: o traçado de um percurso. Um rumo para o debate. In: SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. C. (orgs.). <i>Linguística aplicada e transdisciplinaridade</i> . Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.	
MOITA LOPES, L. P. <i>Linguística Aplicada na Modernidade Recente</i> . 1ª. Ed. São Paulo: Parábola, 2013.	
MOITA LOPES, L. P. <i>Contextos Institucionais em Linguística Aplicada: novos rumos</i> . Intercâmbio, Vol. 5, 1996: 3 – 14.	

 INSTITUTO FEDERAL Piauí	INSTRUMENTAÇÃO PARA O ENSINO DE LIBRAS I
EMENTA	
Conceito, fundamentos, características e produção de materiais didáticos para o 6º ao 9º ano ensino fundamental. Concepção de linguagem, de educação e sua relação com os materiais didáticos para ensino	

de Libras como L1 para Surdos e L2 para ouvintes no ensino fundamental II. Planejamento, elaboração, desenvolvimento e análise de materiais didáticos para o ensino de Libras como L1 para Surdos, considerando o par linguístico Libras-português. Libras, cultura e as tecnologias.

Referências Básicas

BANDEIRA, Denise. **Materiais didáticos**. Curitiba, PR: IESDE, 2009.

CORRÊA, Yor; CRUZ, Carina Rebello. **Língua Brasileira de Sinais e Tecnologias Digitais**. 1 ed. Editora: Penso, 2019.

FALCÃO, Luiz Albérico. **Surdez, cognição visual e libras: estabelecendo novos diálogos**. 5. ed. rev. e ampl. Recife: Ed. do Autor, 2017.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos (org.). **Tenho um aluno surdo, e agora?**: introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: EdUFSCar, 2013.

LEFFA, Vilson J. Como produzir materiais para o ensino de línguas. In. LEFFA, Vilson J. (org.). **Produção de materiais de ensino: teoria e prática**. – Pelotas: Educat, 2003.

Referências Complementares

ESTÊVAM, Farias Sá; VITURINO, Leandro dos Santos; CASTRO, Fernanda Grazielle Aparecida Soares de. Inovações em materiais didáticos para o Ensino da Libras. **Revista Educar Mais**, v7, p. 858–879, jan. dez, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/issue/view/105>. Acesso em: 02 jun. 2024.

FREITAS, Luciana Aparecida Guimaraes de. **Abordando o material didático de Libras na formação docente para educação linguística de Surdos com base na pedagogia pós- método**. 2023. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagens) - Centro Federal de Educação Tecnológica De Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14099717. Acesso em: 02 jun. 2024.

PEREIRA, Renata Quinhones; PEREIRA, Michele Quinhones; GHISLENI, Taís Steffenello. O auxílio das ferramentas educacionais no ensino de libras para ouvintes. **Dialogia**, [S. l.], n. 38, p. e19205, 2021. DOI: 10.5585/38.2021.19205. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/19205>. Acesso em: 2 jun. 2024.

SOARES, Suzana Alves de Souza. **Proposta bilíngue de material didático para ampliação lexical de surdos sinalizantes**. 2023. Dissertação (Mestrado em Diversidade e Inclusão) – Universidade Federal Fluminense em Niterói, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11390889. Acesso em: 02 jun. 2024.



INSTITUTO FEDERAL
Piauí

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS DA TRADUÇÃO

EMENTA

Mapeamento dos Estudos da Tradução: questões gerais. Estudo da atividade tradutória com base em teorias diversas e sua relação com contextos históricos, sociais e culturais de diferentes países e tempos. Categorias da tradução: o processo de língua-fonte e língua-alvo. Concepção de tradução, papel e prática do tradutor. Distinção de tradutor e intérprete. Conceitos, tipologias e conscientização dos problemas teóricos e práticos da Tradução.

Referências Básicas

VENUTI, LAWRENCE. **A invisibilidade do tradutor**: uma história da tradução. Tradutores: Laureano Pellegrin, Lucinéia Marcelino Villela; Marileide Dias Esqueda, Valéria Biondo. 1ª ed. Editora Unesp, 2021.

OUSTINOFF, Michael. **Tradução**: história, teorias e métodos. São Paulo: Editora Parábola, 2011.

REZENDE, Patrick; LEMOS, Glauber de Souza [Orgs.]. **Práticas e investigações nos estudos da tradução**: tecnologias, multimodalidade, discurso e semântica. São Carlos: Pedro e João Editores, 2022.

Referências Complementares

BASSNETT, S. **Estudos da Tradução**. Porto Alegre: Editora UFGS, 2005.

CARNEIRO, Teresa Dias; HESPANHOL, Dafny; LEAL, Rodrigo. **Introdução aos Estudos da Tradução**. Apostila, Letras-Libras, UFRJ, 2016. Disponível em: <http://www.vialibras.letras.ufrj.br/index.php/estudos-da-traducao>. Acesso em: 15 jun. 2024.

GUIMARÃES, Newton S. **Tradução**: da sua importância e dificuldade. Reflexões sobre a filosofia da tradução. Curitiba: Juruá, 2010.



INSTITUTO FEDERAL
Piauí

CICLO EXTENSIONISTA 2-A

EMENTA

1. Disciplina destinada à implantação e execução das ações de extensão pelos discentes, nas áreas do Projeto e/ou Programa Institucional, definido pelo docente responsável pela disciplina com aval da coordenação do curso.

Referências Básicas

[1] INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ (IFPI). **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2020-2024**: construindo para o futuro. Teresina: IFPI. Disponível em: file:///C:/Users/1113264/Downloads/PDI%202020-2024%20%20anexo%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20009_2020%20CONSUP.pdf.

[2] BRASIL. **Lei Nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014**. Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.html.

[3] INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ. **Resolução Normativa nº 131/2022, de 25 de abril de 2022**. Estabelece as Diretrizes para a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). Disponível em: <https://sites.google.com/ifpi.edu.br/ifpi-resolucoes-doconsup/p%C3%A1gina-inicial>.

Referências Complementares

[1] LISBÔA FILHO, Flavi Ferreira. **Extensão universitária**: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/23643/Flavi%20Ferreira%20Lisboa%20Filho%20-%20EXTENS%C3%83O%20UNIVERSIT%C3%81RIA%20-%20Gest%C3%A3o%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20e%20Desenvolvimento%20Regional.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

[2] NACAGUMA, Simone; STOCO, Sérgio; ASSUMPÇÃO, Raiane P. S (Org.). **Política de curricularização da extensão na UNIFESP**: caminhos, desafios e construções. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2021. Disponível em: <https://pt.scribd.com/book/549075503/Politica-de-curricularizacao-da-extensao-na-UNIFESP-caminhos-desafios-e-construcoes>.

[3] FRUTUOSO, Tomé de Pádua; JULIANI, Douglas Paulesky. **Caminhos para curricularização da extensão**: ações no Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC. Curitiba: CRV, 2020.

[4] BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em:



INSTITUTO FEDERAL
Piauí

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I

EMENTA

20 h – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA NA IES

Orientações e fundamentos do estágio: paradigmas, processos e elementos da Formação Profissional; Normas regulamentadoras do estágio. Pesquisa em ensino de Ciências, Matemática e Informática e produção de conhecimento sobre a prática docente. Análises curriculares, metodologia, avaliações, livros-texto e planejamentos das modalidades do Ensino Fundamental II da área de Ciências, Matemática e Informática.

Orientação para a elaboração do instrumento de avaliação do Estágio Supervisionado I.

60 h – ESTÁGIO DE REGÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS

Observação de estrutura física e material, espaços coletivos, gestão administrativa e pedagógica, com especial ênfase nas questões relativas ao projeto político-pedagógico da escola, ao regimento escolar, aos planos de trabalho anual, aos colegiados, conselho de classe, encontros pedagógicos e com as famílias dos estudantes. Observação dos diferentes meios de ensinar e aprender a partir da contextualização de temas relacionados às diferentes modalidades de ensino, tendo em vista a legislação educacional e a realidade escolar. Observação das formas de integração dos diferentes tipos de tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem. Observação e análise da prática docente/regência no ensino fundamental do 6º ao 9º ano e co-participação (estratégias didáticas, avaliação, metodologia e outros). Observação com visitas a indicações de seu objeto de estudo para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

20h- SOCIALIZAÇÃO/APRESENTAÇÃO DO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO

Organização e estruturação do instrumento de avaliação de formação profissional: Diário de bordo.

Socialização das experiências vivenciadas no Estágio Supervisionado a partir da sistematização de análise individual e coletiva.

(Atividades acadêmicas, tais como Seminários com as comunidades escolares interna e/ou externa).

Referências Básicas

- [1] GHEDIN, Evandro; OLIVEIRA, Elisângela S. de; ALMEIDA, Whasgthon A. de. **Estágio com Pesquisa**. São Paulo: Cortez, 2015.
- [2] PICONEZ, Stela C. B. (coord.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 24. ed. São Paulo: Papirus, 2012.
- [3] PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Referências Complementares

- [1] CARVALHO, Mercedes. **Estágio na Licenciatura em Matemática**: observações nos anos iniciais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- [2] LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Aprendizagem da profissão docente**. Brasília: Liber Livro, 2012.
- [3] SILVESTRE, Magali Aparecida; VALENTE, Wagner Rodrigues. **Professores em Residência Pedagógica**: estágio para ensinar Matemática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- [4] BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- [5] IFPI – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Resolução Normativa nº 93 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 18 de novembro de 2021**. Atualiza e consolida o Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado dos cursos presenciais de licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/1322092582/resolucao-normativa-n-93-24-11-2021-ato-publicado-no-dou>

MÓDULO VI

 INSTITUTO FEDERAL Piauí	TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA LÍNGUA DE SINAIS I
EMENTA	
Reflexões histórico-culturais acerca da tradução/interpretação de língua de sinais: as concepções cognitiva, textual, enunciativa, discursiva e dialógica. Diferenciação entre tradução e interpretação. Código de ética e postura do tradutor e intérprete. Técnicas introdutórias para tradução e interpretação (Libras-Português). O tradutor e intérprete de Libras- português na educação de surdos: funções e limites. Técnicas de tradução e de interpretação no contexto educacional. Acessibilidade audiovisual. Prática de tradução e interpretação direta e inversa.	
Referências Básicas	
[1] ALBRES, Neiva de Aquino; Rodrigues, Carlos Henrique; Nascimento, Vinícius (org.). Estudos da Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais : Contextos profissionais, formativos e políticos. 1.ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2022. Disponível em: https://insular.com.br/produto/estudos-da-traducao-e-interpretacao-de-linguas-de-sinais-contextos-profissionais-formativos-e-politicos/ . Acesso em: 01 jun. 2024.	
[2] FERNANDES, Edinéia Bento de Souza [org.]. Reflexões sobre a história cultural de tradutores e intérpretes de línguas de sinais . 1. ed. Editora: CRV, 2022.	
[3] NASCIMENTO, Vinícius [org.]. Perspectiva dialógica nos estudos da tradução e interpretação da língua de sinais. 1. ed. Editora: Hucitec, 2023.	
Referências Complementares	
BRASIL. Lei n. o 12.319, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 02 set. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14704.htm . Acesso em: 02 jun. 2024.	
MAGALHÃES JUNIOR, E. Sua Majestade, o Intérprete : O fascinante mundo da tradução simultânea. 3. ed. Editora: Magellanic Press, 2020.	
RODRIGUES, Carlos Henrique. O corpo de disciplinas de tradução na formação de tradutores e intérpretes de língua de sinais no Brasil: conteúdos, carga horária e competências. Belas Infiéis , Brasília, Brasil, v. 8, n. 1, p. 145–162, 2019. DOI: 10.26512/belasinfiéis.v8.n1.2019.12775. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/belasinfiéis/article/view/12775 . Acesso em: 01 jun. 2024.	
RODRIGUES, Carlos Henrique; QUADROS, Ronice Muller. Estudos da Tradução e da Interpretação de Línguas de Sinais. Cadernos de Tradução . v. 35, nº especial 2, jul./dez., Florianópolis, 2015. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/issue/view/2296 . Acesso em: 02 jun.2024.	

 INSTITUTO FEDERAL Piauí	LITERATURA SURDA I
EMENTA	
História da literatura em LIBRAS. Os tipos de processos de produção literária sinalizada. Empoderamento surdo através da literatura. Uso da tecnologia para manifestações literárias em LIBRAS.	
Referências Básicas	

KARNOPP, Lodenir B.; MACHADO, R. N. *Literatura surda: ver histórias em língua de sinais*. 2 Seminário Brasileiro de Estudos Culturais em Educação (CD) – 2SBECE. Canoas: ULBRA, 2006.

SUTTON-SPENCE, R. Imagens da identidade e cultura surdas na poesia em língua de sinais. In: QUADROS, R. M.; VASCONCELLOS, M. L. B. (Org.). *Questões teóricas das pesquisas em línguas de sinais*. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2008, p. 339-349.

SKLIAR, C. (org.). *A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

Referências Complementares

JAUSS, Hans R. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994.

LOWENFELD, V. & BRITAIN, W.L. *Desenvolvimento da capacidade criadora*. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

MOURÃO, C.H.N. *Literatura Surda: Produções Culturais de Surdos em Língua de Sinais*. Dissertação de Mestrado, UFRGS, 2011. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/32311/000785443.pdf?sequence=1>

ROSA, F. S. Literatura surda: criação e produção de imagens e textos. In.: *ETC – Educação Temática Digital*, Campinas, v. 7, n. 2, p. 58-64, jun. 2006.

WILCOX, S.; WILCOX, P. *Aprender a ver*. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2005.



INSTITUTO FEDERAL
Piauí

SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA DA LIBRAS I

EMENTA

Conceituação, objeto e domínios da Semântica. Semântica Formal. Semântica da Enunciação. Semântica Cognitiva. Semântica Lexical. Construção de significados na LIBRAS. O ensino de LIBRAS na perspectiva da Semântica.

Referências Básicas

OLIVEIRA, Luciano Amaral. *Manual de semântica*. Petrópolis: Vozes, RJ: 2008.

CANÇADO, M. *Manual de Semântica: noções básicas e exercícios*. São Paulo: Contexto, 2013.

ILARI, Rodolfo. *Introdução à semântica: brincando com a gramática*. São Paulo: Contexto, 2001.

Referências Complementares

COSTA, Josiane Marques. *Leitura e compreensão de expressões metafóricas em português como L2 por surdos sinalizadores*. 2015. 155 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

FIORIN, J. L. *Introdução à Linguística II: princípios de análise*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras* 2. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 17-46.

NUNES, V. F. Iconicidade e corporificação em sinais de Libras: uma abordagem cognitiva. In: CARVALHO, Gisele; ROCHA, Décio; VASCONCELLOS, Zinda. (Org.). *Linguagem: Teoria, Análise e Aplicações* (7). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Letras/UERJ, 2013. p. 245-253.

WILCOX, S. Cognitive iconicity: Conceptual spaces, meaning, and gesture in signed languages. *Cognitive Linguistics*, v. 15, n. 2, p. 119-147, 2004.



EMENTA

Materiais didáticos para ensino de Libras como L1 para as pessoas surdas e L2 ouvintes, adequado à proposta de currículo bilíngue no ensino médio. Bases teóricas e metodológicas para a produção de material didático no ensino médio. Materiais impressos e digitais. As tecnologias e os recursos audiovisuais, novas tecnologias e multimídia aplicados à Libras como L1 para surdos e L2 para ouvintes do ensino médio. A transversalidade e interdisciplinaridade nos materiais didáticos. Produção e avaliação de materiais didáticos para ensino de Libras.

Referências Básicas

CORRÊA, Ygor; CRUZ, Carina Rabello. **Língua Brasileira de Sinais e Tecnologias Digitais**. 1 ed. Porto Alegre: Editora penso, 2019.

ALBRES, Neiva de Aquino (org.). **Libras em estudo: ensino-aprendizagem**. São Paulo: FENEIS, 2012.

PIMENTAL, Alexsander; BASTOS, Luana Arrial. **Libras dinâmica e interativa**. [s.n.], 2020.

ROA, Maria Cristina Iglesias. **Ensino de libras a crianças ouvintes como segunda língua e fator possível de inclusão social**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2020.

Referências Complementares

CARVALHO, T. R. de; GEDIEL, A. L. A produção de vídeos como materiais didáticos para o ensino de Libras como segunda língua. **LínguaTec**, v. 5, n. 2, p. 310–323, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/LinguaTec/article/view/4613/2783>. Acesso em: 11 jun. 2024.

FERREIRA, L. F.; JESUS, L. P. de; SILVA, F. R. da. O emprego da gamificação como estratégia de diversificar os materiais didáticos das Libras. **Revista EntreLinguas**, Araraquara, v. 10, n. 1, p. 1- 19, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/LinguaTec/article/view/4613/2783>. Acesso em: 11 jun. 2024.

GALASSO, Bruno José Betti; LOPEZ, Mônica Raquel de Souza; SEVERINO, Rafael da Mata; LIMA, Roberto Gomes de; TEIXEIRA, Dirceu Esdras. Processo de produção de materiais didáticos bilíngues no Instituto Nacional de Educação de Surdos. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.24, n.1, p.59-72, Jan.-Mar., 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/R8nwGtrSrb3LdF9BvbxNZLt/?lang=pt>. Acesso em: 11 jun. 2024.

SÁ, Tatiane Militão de et. al. **Meu aluno é surdo, e daí?**. 1 ed. Rio de Janeiro- RJ: UFF-NUEDIS, 2018.



EMENTA

1. Disciplina destinada à implantação e execução das ações de extensão pelos discentes, nas áreas do Projeto e/ou Programa Institucional, definido pelo docente responsável pela disciplina com aval da coordenação do curso.

Referências Básicas

- [1] INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ (IFPI). **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2020-2024:** construindo para o futuro. Teresina: IFPI. Disponível em: file:///C:/Users/1113264/Downloads/PDI%202020-2024%20%20anexo%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20009_2020%20CONSUP.pdf.
- [2] BRASIL. **Lei Nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014.** Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.html.
- [3] INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ. **Resolução Normativa nº 131/2022, de 25 de abril de 2022.** Estabelece as Diretrizes para a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). Disponível em: <https://sites.google.com/ifpi.edu.br/ifpi-resolucoes-doconsup/p%C3%A1gina-inicial>.

Referências Complementares

- [1] LISBÔA FILHO, Flavi Ferreira. **Extensão universitária:** gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/23643/Flavi%20Ferreira%20Lisboa%20Filho%20-%20EXTENS%C3%A3O%20UNIVERSIT%C3%A1RIA%20-%20Gest%C3%A3o%20e%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20e%20Desenvolvimento%20Regional.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
- [2] NACAGUMA, Simone; STOCO, Sérgio; ASSUMPÇÃO, Raiane P. S (Org.). **Política de curricularização da extensão na UNIFESP:** caminhos, desafios e construções. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2021. Disponível em: <https://pt.scribd.com/book/549075503/Politica-de-curricularizacao-da-extensao-na-UNIFESP-caminhos-desafios-e-construcoes>.
- [3] FRUTUOSO, Tomé de Pádua; JULIANI, Douglas Paulesky. **Caminhos para curricularização da extensão:** ações no Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC. Curitiba: CRV, 2020.
- [4] BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/base/o-que>. Acesso em: 09 out. 2022.



INSTITUTO FEDERAL
Piauí

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

EMENTA

20 h - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA NA IES

Orientações, fundamentos legais e estrutura do Estágio Supervisionado no IFPI. Elementos da Prática Educativa. Planejamento participativo da ação pedagógica no Ensino Fundamental II de acordo com a BNCC: currículo local e/ou regional em vigência. Metodologias e estratégias de ensino para articulação entre a teoria e a prática (microaulas, oficinas de materiais didáticos, elaboração de sequência didática). Instrumentos Avaliativos. Flexibilização dos planos em função das aprendizagens, modalidades de ensino e necessidades educacionais específicas dos/as estudantes. Pesquisa e análise de livro didático. Diferentes meios de construção do conhecimento e integração de tecnologias digitais. Orientação para a elaboração do instrumento de avaliação: Relato de Experiência.

60 h - ESTÁGIO DE REGÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS

Regência compartilhada em escolas públicas e privadas, outros espaços de formação ou ainda em instituições que ofertam o Ensino Fundamental II, tendo em vista o desenvolvimento de atividades: diagnóstico da realidade escolar. Organização do trabalho escolar. Diferentes meios de ensinar, aprender a partir da contextualização de temas relacionados às diferentes modalidades de ensino, tendo em vista a legislação educacional e a realidade escolar. Integração dos diferentes tipos de tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem. Observação e regência com vistas à constituição da identidade docente, investigação de problemáticas para elaboração de objeto de estudo do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e situações/propostas inovadoras em sala de aula. Promoção e/ou engajamento em projetos e trabalhos coletivos e de exposições à comunidade. Encontros periódicos para *feedback*.

20 h- SOCIALIZAÇÃO/APRESENTAÇÃO DO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO

Organização e estruturação do instrumento de formação profissional: Relato de Experiência. Socialização das experiências do Estágio Supervisionado II, a partir da sistematização e análise individual e coletiva (atividades acadêmicas, tais como seminários com as comunidades escolares interna e/ou externa)

Referências Básicas

- [1] GHEDIN, Evandro; OLIVEIRA, Elisângela S. de; ALMEIDA, Whasgthon A. de. **Estágio com Pesquisa**. São Paulo: Cortez, 2015.
- [2] CARVALHO, Anna M. P. de. **Os estágios nos cursos de Licenciatura**. Coleção Ideias em Ação. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- [3] PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2004. 296p. (Docência em formação. Saberes Pedagógicos). ISBN 85-249-1070-4.

Referências Complementares

- [1] PICONEZ, Stela C. B. (coord.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 24. ed. São Paulo: Papirus, 2012.
- [2] LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e aprendizagem da profissão docente**. Brasília: Liber Livro, 2012.
- [3] CYRINO, M.; SOUZA NETO, S. Parceria universidade e escola no estágio curricular: um processo em constituição. **Revista Diálogo educacional**, v. 17, p. 661-682, 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/9945>.
- [4] BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- [5] IFPI – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Resolução Normativa nº 93 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 18 de novembro de 2021**. Atualiza e consolida o Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado dos cursos presenciais de Licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/1322092582/resolucao-normativa-n-93-24-11-2021-ato-publicado-no-dou>.

MÓDULO VII



INSTITUTO FEDERAL
Piauí

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

EMENTA

Trajetória da avaliação nos aspectos legais: Lei nº 4.024/61; Lei nº 5.692/71; e Lei 9.394/96. Pressupostos axiológicos, ontológicos, epistemológicos e metodológicos da avaliação da aprendizagem. Avaliação da Aprendizagem a partir da BNCC. A avaliação da aprendizagem no Projeto Político Pedagógico da Escola. A avaliação como parte integrante do processo de ensino e aprendizagem. O planejamento docente e as várias formas de avaliar a aprendizagem na Educação Básica. Critérios e instrumentos para a avaliação da aprendizagem na Educação Básica. Autoavaliação: conceitos básicos, funções, finalidades e características. Avaliação da aprendizagem no contexto da Avaliação Interna e Externa no Sistema Escolar Brasileiro.

Referências Básicas

- [1] LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem**: componente do ato pedagógico. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- [2] LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- [3] PERRENOUD, Philippe. **Avaliação**: da excelência à regulação das aprendizagens - entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

Referências Complementares

- [1] DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa**. Campinas. São Paulo: Autores Associados, 2008.
- [2] FERNANDES, Domingos. **Avaliar para aprender**: fundamentos, práticas e políticas. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- [3] GREANEY, Vincent; KELLOGHAN, Thomas. **O uso dos resultados da avaliação do aproveitamento escolar**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2010.
- [4] HOFFMANN, Jussara. **Avaliação**: mito e desafio: uma perspectiva construtivista. 34. ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.
- [5] LUCK, Heloísa. **Perspectivas da Avaliação Institucional da Escola**. Petrópolis: Vozes, 2012.



INSTITUTO FEDERAL
Piauí

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

EMENTA

História da educação profissional no Brasil. Trabalho como princípio educativo. Politecnia: formação integral; A Educação Profissional e Tecnológica como viés de inclusão social; Fundamentos legais e conceituais, princípios, diretrizes, pressupostos políticos, teóricos e metodológicos da EPT; Organização estrutural e curricular da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.

Referências Básicas

- [1] ALMEIDA, Ivanete Bellucci; BATISTA, Sueli Soares dos Santos (Org.). **Educação tecnológica**: reflexões, teorias e práticas. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.
- [2] GOMEZ, Carlos Minayo [et al.]. **Trabalho e conhecimento**: dilemas na educação do trabalhador. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- [3] MANFREDI, Sílvia M^a. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

Referências Complementares

- [1] BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Brasília-DF, 1996.
- [2] BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Educação Profissional. **Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico**. Brasília, 2000.
- [3] BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica**. Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.
- [4] IFPI – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **PDE**. Um novo modelo em Educação Profissional.
- [5] SANTOS, Jurandir. **Educação Profissional e práticas de avaliação**. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC, 2010.



INSTITUTO FEDERAL
Piauí

SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA DA LIBRAS II

EMENTA

Fronteiras entre Semântica e Pragmática. A relação entre linguagem e contexto. Conceituação, objeto e domínios da Pragmática. Teorias e fenômenos pragmáticos aplicados à LIBRAS: dêixis; atos de fala; implicaturas conversacionais; pressupostos e subentendidos. O ensino de LIBRAS na perspectiva da Pragmática.

Referências Básicas

ARMENGAUD, Françoise. **A pragmática**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2006. (Na ponta da língua; v. 8).

AUSTIN, John L. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

PINTO, Joana Plaza. **Pragmática**. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTHES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001. V. 2, p. 47-68

Referências Complementares

FIORIN, J. L. *Introdução à Linguística II: princípios de análise*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. *Manual de Linguística*. 2. ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

MOREIRA, Renata Lúcia. Uma descrição da Dêixis da pessoa na Língua de Sinais Brasileira: Pronomes Pessoais e verbos. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística) Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007

SEARLE, John R. *Os actos de fala*. Coimbra: Livraria Almedina, 1984.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Abril, 1975.



INSTITUTO FEDERAL
Piauí

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

EMENTA

Redigir e qualificar um projeto de pesquisa científica atendendo aos padrões da metodologia científica e a normalização da ABNT, o manual de elaboração de monografia do IFPI e as normas constantes no Regulamento dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação do IFPI. O projeto deve enfatizar a reflexão das situações-problema enfrentadas no cotidiano das escolas e das salas de aula, bem como a intervenção no contexto social.

Referências Básicas

- [1] ALMEIDA, M. de S. **Elaboração de projeto tcc, dissertação e tese: uma abordagem simples prática e objetiva**. São Paulo: Atlas, 2011. [2] BASTOS, L. da R. *et. al.* **Manual para a elaboração de projetos e relatórios de pesquisas, teses, dissertações e monografias**. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
- [3] BERTUCCI, J. L. de O. **Metodologia básica para elaboração de trabalhos de conclusão de cursos (TCC): ênfase na elaboração de TCC de pós-graduação lato sensu**. São Paulo: Atlas, 2014.

Referências Complementares

- [1] CRESWELL, J. W.; CESWELL, J. D. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.
- [2] MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- [3] O'LEARY, Z. **Como fazer seu projeto de pesquisa: guia prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.
- [4] VOLPATO, G. **Dicas para redação científica**. 4. ed. São Paulo: Best Writing, 2016.
- [5] VOLPATO, G. **Método lógico para redação científica**. 2. ed. São Paulo: Best Writing, 2017.



INSTITUTO FEDERAL
Piauí

ESTÁGIO SUPERVISIONADO III

EMENTA

20 h- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA NA IES

- Orientações e fundamentos do estágio. Concepções e práticas pedagógicas no Ensino Médio, alinhadas à BNCC. Espaços e tempos escolares; Materiais didáticos e tecnologias de ensino; Projetos como prática pedagógica; Avaliação de habilidades e competências para o Ensino Médio. Análise de livros-textos. Diferentes meios de construção do conhecimento e integração de tecnologias. Orientação para a elaboração do instrumento de avaliação: Relatório Reflexivo.

60 h - ESTÁGIO DE REGÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS

Imersão no contexto profissional tendo em vista o desenvolvimento de atividades relacionadas à observação, coparticipação e regência em contexto escolar, outros espaços de formação ou ainda em instituições que ofertam o Ensino Médio, realizando práticas de observação sobre temas diversos: planejamento, execução e avaliação de estratégias didáticas, metodologias, observação e análise da prática docente/regência no ensino médio, regência compartilhada em escolas públicas e privadas de Ensino Médio. Diferentes meios de ensinar, aprender a partir da contextualização de temas relacionados às diferentes modalidades de ensino, tendo em vista a legislação educacional e a realidade escolar. Integração dos diferentes tipos de tecnologias digitais no processo de ensino/aprendizagem. Definição de seu objeto de estudo para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Promoção e/ou participação de trabalhos em equipes e de exposições à comunidade.

20 h - SOCIALIZAÇÃO/APRESENTAÇÃO DO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO

Organização e estruturação do instrumento de formação profissional: Relatório Reflexivo. Socialização das experiências do estágio supervisionado III a partir da sistematização e análise individual e coletiva (atividades acadêmicas tais como seminários com as comunidades escolares interna e/ou externa).

Referências Básicas

- [1] GHEDIN, Evandro; OLIVEIRA, Elisângela S. de; ALMEIDA, Whasgthon A. de. **Estágio com Pesquisa**. São Paulo: Cortez, 2015.
- [2] CARVALHO, Anna M. P. de. **Os estágios nos cursos de Licenciatura**. Coleção Ideias em Ação. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- [3] PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2004. 296p. (Docência em formação. Saberes Pedagógicos). ISBN 85-249-1070-4.

Referências Complementares

- [1] PICONEZ, Stela C. B. (coord.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 24. ed. São Paulo: Papirus, 2012.
- [2] CARVALHO, Anna M. P. de. **Os estágios nos cursos de Licenciatura**. Coleção Ideias em Ação. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- [3] BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- [4] IFPI – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Resolução normativa nº 93 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 18 de novembro de 2021**. Atualiza e consolida o Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado dos cursos presenciais de licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/1322092582/resolucao-normativa-n-93-24-11-2021-ato-publicado-no-dou>.
- [5] GHEDIN, Evandro; OLIVEIRA, Elisângela S. de; ALMEIDA, Whasgthon A. de. **Estágio com pesquisa**. São Paulo: Cortez, 2015.

MÓDULO VIII

EMENTA

Legislação Brasileira das EREER – Educação das Relações Étnico-Raciais - e Educ. Indígena: Constituição Federal Brasileira – § 1º do Artigo 242; LDBEN – Artigo 26, 210, 215, 216 sobre a EREER e Indígena; Lei 10.639/2003; Lei 11.645/2008 sobre a obrigatoriedade do Ensino da Cultura afro-brasileira e Indígena do Ensino Regular ao Superior e demais marcos jurídicos de reconhecimento dos povos ancestrais. Resolução CNE n. 1 de 17/06/2004. CNE/CEB n. 8, de 20/11/12. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação: DCNERER - das Relações Étnico-Raciais; DCNEEI – Educação Escolar Indígena; DCNEEQ – Educação Escolar Quilombola. Plano Nacional de Implementação das DCNERER e para o Ensino de História e Cultura AfroBrasileira e Africana (2009). PNEEI – Plano Nacional de Educação Escolar Indígena (2018). PNEQ – Plano Nacional de Educação Quilombola. Principais conceitos e impactos na Educação: etnia; raça; racismo; preconceito; identidade (autodeclaração, heteroidentificação e etnias); Diversidades; Territorialidades; Culturas; Branquitude/Negritude; Humanidades; Colonialismo/Decolonial; Raça e gênero; Interseccionalidades/Interculturalidades; Religiosidades de matrizes africanas e indígenas; Africanidades; Diáspora africana; Afro-diáspóricos; Afrodescendentes. Reflexões sobre os aspectos caracterizadores das formações sócio-históricas brasileiras. Histórias, memórias, legados dos povos afro-brasileiros e indígenas. Diversidades culturais delineadas através de singularidades de bens patrimoniais nas linguísticas, nas religiões, nos símbolos, nas artes e nas literaturas. O legado dos povos quilombolas e indígenas. Movimento Negro, Movimento de Mulheres Negras e diversas vertentes e suas contribuições para EREER e Indígenas. Estudo das populações indígenas no Brasil e das políticas indigenistas. Direitos Indígenas/Constituição Federal de 1988. Fontes históricas indígenas e do indigenismo. Encontro colonial e invenção dos índios. Ações Afirmativas na Educação: Política de Cotas; Educação Antirracista/ não racista - reconfigurações históricas; territoriais e suas práticas curriculares e sociais. Pedagogias afro e indígenas.

Referências Básicas

- [1] CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **Legislação Indigenista no Século XIX**. São Paulo: Edusp, 1992.
- [2] MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 1999. 204 p
- [3] BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Plano Nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, SECADI, 2013 - 104 p. Disponível em: <https://editalequidaderacial.ceert.org.br/pdf/plano.pdf>

Referências Complementares

- [1] RUFINO, Luís. **Pedagogia das Encruzilhadas**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Periferia, vol. 10, núm. 1, pp. 71-88, 2018
- [2] ALMEIDA, Sílvia Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Ed. Jandaíra. Coleção Feminismos Plurais (Selo Sueli Carneiro), 2019.
- [3] ALVES, Michele Lopes da S.; EITERER, C. L. Corporeidade e identidade racial de professoras negras: o ser e o saber na produção da pedagogia antirracista nas escolas. In: SILVESTRE, Luciana P. F. (Org.). **Estética política aplicada nas Ciências Sociais Aplicadas**. 1. ed. Ponta Grossa: Atena, 2020, v. 01, p. 215-228.
- [4] BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, 2005. 236 p. (Coleção Educação para todos)
- [5] GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. In. Educ. e Pesquisa, SP; v.29, nº1, 2003 - p. 167-182.



EMENTA
Diversidade geracional na Educação de Jovens e Adultos (EJA); Fundamentos históricos e legais da EJA; A formação do/da educador/a de jovens e adultos; Pressupostos teórico-metodológicos e as metodologias de ensino para a EJA. Planejamento, organização, adaptação e flexibilização curricular; Avaliação da aprendizagem na EJA; Práticas pedagógicas e/ou educativas em EJA (criação de atividades artísticas/inventivas; jogos cooperativos; softwares educativos; oficinas, cursos, projetos, formações, dentre outros com aplicação em comunidade/sociedade); Formação integrada em EJA; Inclusão Social e EJA; Políticas públicas para a EJA; Pesquisa e/ou ações interativas sobre a EJA no cenário regional e local: aspectos relacionados à área de ensino e à etapa de atuação.
Referências Básicas
[1] RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leitoras. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001. [2] SCHEIBEL, Maria Fani; LEHENBAUER, Silvana (Orgs.). Saberes e singularidades na educação de jovens e adultos. Porto Alegre: Mediação, 2008. [3] TIRIBA, Lia; CIAVATTA, Maria (Orgs.). Trabalho e educação de jovens e adultos. Brasília: Liber/UFF, 2011.
Referências Complementares
[1] BRASIL. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília-DF, 1996. [2] BRZEZINSKI, Iria. LDB dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2010. [3] GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (Orgs.). Educação de Jovens e Adultos: teorias, práticas e propostas. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011. [4] MOURA, Tânia M^a de Melo. Formação de professores para a Educação de Jovens e Adultos: dilemas atuais. Porto Alegre: Autêntica, 2010. [5] FERREIRA, M^a José de Rezende <i>et al.</i> EJA e Educação Profissional: desafios da pesquisa e da formação no PROEJA. Recife: Liber, 2012.

 INSTITUTO FEDERAL Piauí	SOCIOLINGÜÍSTICA
	EMENTA
As relações entre língua e sociedade. Língua e dialeto. Variação linguística: definição e classificações. Preconceito Linguístico. Mudança linguística. Variação linguística em LIBRAS. O surdo como minoria linguística e social. Ética e educação linguística.	
Referências Básicas	
MOLICA, M. C.; BRAGA, M. L. <i>Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação</i>. 4^a Ed. São Paulo: Contexto, 2010. BAGNO, M. <i>Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística</i>. São Paulo: Parábola, 2007. FERREIRA, Lucinda. <i>Por uma gramática de língua de sinais</i>. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.	
Referências Complementares	

CASTRO, A. R.; CARVALHO, I. S. *Comunicação por língua brasileira de sinais*. 2. ed. Brasília: Senac, 2005.

CICCONE, M. *Comunicação Total*. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1990.

CALVET, J. L. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002.

BAGNO, M. *Norma lingüística*. São Paulo: Loyola, 2001.

LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008 [1975].



INSTITUTO FEDERAL
Piauí

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

EMENTA

Desenvolvimento do projeto de pesquisa elaborado na disciplina de TCC I. Coleta, sistematização, análise e crítica dos dados. Redação do Trabalho de Conclusão de Curso na forma de monografia ou de artigo científico, de acordo com a estrutura determinada no Manual de Normalização da biblioteca do IFPI e de acordo com as Normas da ABNT, atualizadas. Apresentação oral e defesa do trabalho de conclusão do curso.

Referências Básicas

- [1] BASTOS, L. da R. et. al. **Manual para a elaboração de projetos e relatórios de pesquisas, teses, dissertações e monografias**. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
- [2] COSTA, E. M. M. **Escrevendo trabalhos de conclusão de cursos**: guia para escrever teses, monografias, artigos e outros textos técnicos. 2. ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2012.
- [3] KOCH, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa 32. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

Referências Complementares

- [1]. FIELD, A. **Descobrimos a estatística usando o SPSS**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2020.
- [2] MEDEIROS, J. B.; TOMASI, C. **Redação de artigos científicos**: métodos de realização, seleção, publicação. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021
- [3] PEREIRA, M. G. **Artigos científicos**: como redigir, publicar e avaliar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
- [4] YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.
- [5] VIEIRA, S. **Como elaborar questionários**. São Paulo: Atlas, 2009.



INSTITUTO FEDERAL
Piauí

ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV

EMENTA

20h - Estudo de textos e reflexões sobre a prática pedagógica e aspectos voltados para o ensino Médio em suas mais diversas modalidades. Elaboração e aplicação de planejamento de acordo com a BNCC. Currículo do Ensino Médio no Piauí, em vigor. Seleção da escola; apresentação de documentos para realização do estágio: Carta de Apresentação/Aceite; Ficha de identificação dos participantes da escola concedente; Termo de Compromisso de Estágio Curricular Supervisionado; Ficha de Supervisão de Estágio Curricular Supervisionado e Ficha de Avaliação do Estágio Curricular Supervisionado; orientação para ação em sala de aula. Apresentação de Cronograma de Atividades. Orientações sobre o Memorial de Formação.

60h - ESTÁGIO DE REGÊNCIA NO ENSINO MÉDIO

Vivência do contexto escolar como um todo e da sala de aula em particular, com vistas a focalizar questões relacionadas a aspectos pedagógicos e ao processo de ensino-aprendizagem da área de formação. Diferentes meios de ensinar e aprender a partir da contextualização de temas relacionados às diferentes modalidades de ensino, tendo em vista a legislação educacional e a realidade escolar, visando à elaboração

e execução de planejamento. Integração dos diferentes tipos de tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem. A etapa de observação é de diagnóstico da realidade e as necessidades da escola, buscando informações reais e atualizadas, através de entrevistas, anotações e observações sistemáticas e com olhar investigativo que permitam identificar as dificuldades existentes e suas causas, possibilitando ao estagiário uma atuação na regência de sala de aula.

20h – SOCIALIZAÇÃO/APRESENTAÇÃO DOS MEMORIAIS DE FORMAÇÃO

Organização e estruturação do instrumento de formação profissional: Memorial reflexivo; apresentação e socialização das experiências durante o processo de regência no Estágio Supervisionado IV a partir de sistematização e análise individual. (Atividades acadêmicas, tais como seminários com as comunidades escolares interna e/ou externa).

Referências Básicas

- [1] GHEDIN, Evandro; OLIVEIRA, Elisângela S. de; ALMEIDA, Whasgthon A. de. **Estágio com Pesquisa**. São Paulo: Cortez, 2015.
- [2] LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e aprendizagem da profissão docente**. Brasília: Liber Livro, 2012.
- [3] PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Referências Complementares

- [1] PICONEZ, Stela C. B. (coord.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 24. ed. São Paulo: Papirus, 2012.
- [2] CARVALHO, Anna M. P. de. **Os estágios nos cursos de Licenciatura**. Coleção Ideias em Ação. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- [3] BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- [4] IFPI – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Manual de Estágio Curricular Supervisionado das licenciaturas do IFPI**. Teresina/Piauí, fevereiro, 2016.
- [5] PIAUÍ. **Currículo do Piauí: Novo Ensino Médio**. Caderno. 01 ago. 2021.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília/DF: 1988.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>.

Acesso em: Acesso em out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Brasília/DF: 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>.

Acesso em: Acesso em out. 2022.

BRASIL, **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília/DF: 2005. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em mar.2024.

BRASIL. **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Brasília/DF: 2002. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm> . Acesso em: Acesso em out. 2022.

BRASIL. **Lei 10.436/02, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais -Libras e dá outras providências. Brasília/DF: 2002. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm >. Acesso em: Acesso em out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília/DF: 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em: Acesso em out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação -PNE e dá outras providências. Brasília/DF: 2014. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html> >. Acesso em: Acesso em out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Brasília/DF: 2004. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm >. Acesso em: Acesso em out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro- Brasileira e Indígena”. Brasília/DF:2008. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm >. Acesso em: Acesso em out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília/DF: 2008.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: Acesso em out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF: 1996. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: Acesso em out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília/DF: 1999. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: Acesso em out. 2022.

BRASIL. **Parecer CNE/CP Nº: 22/2019.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília/DF: 2019. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1_33091-pcp022-19-3&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192>. Acesso em out. 2022.

BRASIL. **Portaria nº 1.224, de 18 de dezembro de 2013.** Institui normas sobre a manutenção e guarda do Acervo Acadêmico das Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao sistema federal de ensino. Brasília/DF: 2013. Disponível em:

<<http://www.abmes.org.br/public/arquivos/legislacoes/Port-1224-2013-12-18.pdf>>. Acesso em: Acesso em out. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília/DF: 2015. Disponível

em: < <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>>. Acesso em: Acesso em out. 2022..

BRASIL. **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília/DF: 2004.

Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em: Acesso em out. 2022..

BRASIL. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012.** Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília/DF: 2012. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1_0889-rcp001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: Acesso em out. 2022.

BRASIL. 2001. CNE/CES 492/2001. **Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras.**

Brasília: Ministério da Educação. Disponível em <www.mec.gov.br/cne/pdf/CES182002.pdf>. Acesso em set. de 2023.

PIAUÍ. **Resolução nº 08/CD/ CEFET-PI, de 25 de outubro de 2006.** Institui os Colegiados de Cursos Superiores do CEFET-PI, Tecnologias e Licenciaturas. Teresina/PI: 2006.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **Resolução nº 068/2019.** Aprova o Estatuto dos Cursos ofertados pela Universidade Aberta do Brasil- UAB/IFPI, em conformidade como art. 57 da resolução 77/2018 do Conselho Superior do IFPI. Teresina/PI: 2019.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **Resolução nº 07/2018** - Aprova a Organização Didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) e Revoga a Resolução nº 040/2010. Teresina/PI: 2018. Disponível em: <https://www.ifpi.edu.br/aceso-a-informacao/institucional/IFPI_organizacaoDidatica_2018.pdf>. Acesso em: Acesso em out. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **Resolução nº 016/2015.** Regulamenta o registro e inclusão das atividades de extensão – Práticas Curriculares em Comunidade e em Sociedade (PCCS) - nos currículos dos cursos de graduação do IFPI. Teresina/PI: 2015.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **Resolução nº 065/2019.** Altera o anexo da Resolução nº 16/2015 que Regulamenta o registro e inclusão das atividades de extensão – Práticas Curriculares em Comunidade e em Sociedade (PCCS) – nos currículos dos cursos de graduação do IFPI. Teresina/PI: 2019.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **Resolução nº 019/2015.** Regulamenta o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) nos cursos de licenciatura do IFPI. Teresina/PI: 2015.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **Resolução nº 004/2011.** Institui os Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) no âmbito da estrutura de gestão acadêmica dos cursos de Graduação - Bacharelado, Licenciaturas e Cursos Superiores de Tecnologia do Instituto Federal do Piauí (IFPI). Teresina/PI: 2011.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **Resolução nº 004/2015.** Aprova a Política da Diversidade e Inclusão para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI: 2015. Disponível em: <https://www.ifpi.edu.br/a-instituicao/pro-reitorias/extensao/rei_proex_regulamentopoliticadiversidadeinclusao.pdf>. Acesso em: Acesso em out. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **Resolução nº 35/2014.** Aprova Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE. Teresina/PI: 2014. Disponível <https://www.ifpi.edu.br/a-instituicao/pro-reitorias/extensao/rei_proex_regulamentonapne.pdf>. Acesso em: Acesso em out. 2022.

GADOTTI, Moacir. Pedagogia da práxis, 2.^a ed., São Paulo, Corte, 1998.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024**. Teresina/PI: 2020. Disponível em: < https://www.ifpi.edu.br/acesso-a-informacao/institucional/pdi-2020-2024_-anexo-resolucao-009_2020-consup.pdf>. Acesso em: out. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ – IFPI.– PROEN/REI/IFPI – **Nota Técnica 6/2022**. Orienta para implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI: 2022.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. O direito de ser, sendo diferente, na escola: por uma escola das diferenças. Curso de Formação Continuada de Professores para o AEE UFC / SEESP / UAB / MEC.2010. Disponível em: <http://www.especialjr.com.br/direito.pdf> (29 jan. 2011).

ANEXO 1 – BIBLIOGRAFIAS E EMENTAS

COMPONENTES CURRICULARES DA BASE COMUM- CONHEC. CIENTÍFICOS E PEDAGÓGICOS

	
EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA	
Código:	Carga Horária: 40h
Eixo:	Pré-requisito:
EMENTA	
A modalidade de Educação a Distância: histórico, características, definições e regulamentações. Fundamentos e paradigmas teóricos e metodológicos da Educação a Distância. Organização de sistemas de Educação a Distância: processo de comunicação, processo de tutoria, mediação pedagógica, avaliação, processo de gestão e produção de material didático. Educação a Distância e ambientes virtuais de ensino-aprendizagem	
Competências e Habilidades	
● Compreender a importância da tecnologia, dos meios e das práticas inerentes ao processo de ensino e aprendizagem, através da educação a distância; ● Definir e caracterizar a Educação a Distância; ● Resgatar um aparato histórico do surgimento da EaD no mundo e no Brasil; ● Expor a regulamentação do ensino à distância no Brasil; Compreender os elementos da EaD; ● Descrever os ambientes virtuais de aprendizagens	
Referências Básicas	
BARBOSA, R. M. (org.). Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2005. BELLONI, M. L. Educação a distância. Campinas: Autores Associados, 2001. CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2003. DURAN, D.; VIDAL, V. Tutoria - Aprendizagem entre iguais. Porto Alegre: Artmed, 2007. GUEVARA, A. J. de H.; ROSINI, A. M. (orgs.). Tecnologias emergentes: organizações e Educação. São Paulo: CENAGAGE Learning, 2008.	
Referências Complementares	
MASETTO, M. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas (SP): Papirus, 2000. MOORE, M.; KEARSLEY, G. Educação a Distância – uma visão integrada. São Paulo: CENGAGE Learning, 2008. NEGROPONTE, Nicholas. A vida digital. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. PETERS, O. O. Didático do ensino a distância. São Leopoldo (RS): Vale do Rio dos Sinos, 2001. PRETI, O. (org.). Educação a distância: construindo significados. Cuiabá: NEAD/IE – UFMT: Brasília: Plano, 2000	



FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

Código: Carga Horária: 40h

Eixo: Pré-requisito:

EMENTA

Filosofia e Filosofia da Educação; Pressupostos filosófico-antropológicos, epistemológicos e axiológicos que fundamentam as concepções de educação; Correntes e tendências da educação brasileira; Educação, alienação e ideologia; Educação e Pós-Modernidade; Filosofia e formação do educador: a construção de conhecimentos e sua inovação em diálogo constante entre diferentes visões de mundo

Competências e Habilidades

- Compreender a filosofia da educação como reflexão crítica do fenômeno educacional;
- Articular os pressupostos filosóficos com a teoria da educação e a prática pedagógica na perspectiva de uma atuação ética, democrática e plural;
- Discutir a relação educação, sociedade e ideologia, refletindo sobre a relação saber-poder e as instâncias pedagógicas;
- Posicionar-se criticamente frente às diferentes forças, interesses e contradições presentes na ação educativa;
- Relacionar as transformações gnosiológicas e epistemológicas do conhecimento no contexto da educação;
- Valorizar a ética e a estética no desenvolvimento da prática docente;
- Identificar no fenômeno educativo aspectos para constituir uma postura investigativa, integrativa e propositiva na realidade escolar.

Referências Básicas

LUCKESI, Carlos Cipriano. Filosofia da Educação. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.
WARBURTON, N. Uma breve história da filosofia. Porto Alegre: L&PM, 2012.
CHAUÍ, M. Convite à filosofia. 14. Ed. São Paulo: Ática, 2011.

Referências Complementares

ARANHA, M. L. De A. Filosofia da educação. 3. Ed. São Paulo: Moderna, 2006.
FERRY, Luc. Aprender a viver: filosofia para os novos tempos. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.
FEARN, Nicholas. Filosofia: novas respostas para antigas questões. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
GHIRALDELLI Jr. Paulo. História da Educação Brasileira. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.
BRANDÃO, C. R. O que é educação. 18. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Código:	Carga Horária: 40h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

Educação, Sociedade e Cultura. A educação como objeto de reflexão sociológica: a contribuição dos teóricos clássicos e contemporâneos; O trabalho na sociedade capitalista; A função social da escola; A educação e o multiculturalismo das sociedades contemporâneas; Questões da sociedade contemporânea: educação ambiental, educação do campo e outras.

Competências e Habilidades

- Estabelecer a relação entre educação, sociedade e cultura;
- Analisar conceitos, valores e finalidades que norteiam a educação na/e para a sociedade.
- Identificar diferentes forças e interesses presentes na sociedade diagnosticando contradições existentes adotando postura propositiva de mudanças;
- Refletir sobre a evolução das formas culturais do homem e suas relações com a formação de identidades socioculturais e com as diversidades étnicas e raciais.
- Discutir a relação dialética homem/mundo e a importância dos conhecimentos, costumes, atitudes, para a construção, sistematização e evolução de conhecimentos e valores do ser humano, considerando as problemáticas da sociedade contemporânea.

Referências Básicas

BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. Educação e cidadania: quem educa o cidadão? 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

RODRIGUES, Alberto Tosi. Sociologia da educação. 6. ed. São Paulo: Lamparina, 2011.

MEKSENAS, Paulo. Sociologia da educação: uma introdução ao estudo da escola no processo de transformação social. 14. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

Referências Complementares

CANDAU, Vera Maria (Org.). Sociedade, Educação e Culturas: questões e propostas. Petrópolis: Vozes, 2002.

DURKHEIM, E. Educação e Sociologia. 4. ed. Trad. Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1955.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

LE MOS, André. Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 6. ed. Porto Alegre: Sulina, 2013.

QUINTANEIRO, Tânia. Um Toque de Clássicos: Durkheim, Marx e Weber. Belo Horizonte: UFMG, 1995.

METODOLOGIA CIENTÍFICA

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

As diferentes formas de conhecimento. A Ciência e seus métodos. Metodologia de estudos. Trabalhos científicos e normas da ABNT. Pesquisa enquanto princípio científico e educativo. Ética na pesquisa

Competências e Habilidades

- Analisar as características que diferenciam ciência de outras formas de conhecimento;
- Produzir trabalhos científico-acadêmicos utilizando adequadamente as Normas da ABNT; I
- identificar os diferentes métodos de pesquisa, bem como sua aplicação;
- Compreender os princípios da ética no desenvolvimento da pesquisa.

Referências Básicas

DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
RUIZ, João Álvaro. Metodologia Científica: Guia para a Eficiência nos Estudos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Referências Complementares

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724 - Trabalhos Acadêmicos - Apresentação. Rio de Janeiro, 2011.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 1052 - Citações em Documentos - Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022 - Apresentação de Artigos em Publicações Periódicas. Rio de Janeiro, 2003.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023- Referências Bibliográficas - Elaboração. Rio de Janeiro, 2005.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6028- Informação e Documentação – Resumo- Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10719 - Relatórios Técnico-científicos - Apresentação. Rio de Janeiro, 1989.



HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Código:	Carga Horária: 60 h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

Surgimento de sistemas educacionais. História da educação e da Letras Português como prática social. Práticas pedagógicas e a construção do pensamento educacional da Antiguidade ao século XXI. Tendências da Letras Português da educação atual. História da educação brasileira (colônia, império e república no Brasil): aspectos sócio-político-econômico-culturais.

Competências e Habilidades

- Analisar os fundamentos da educação geral e da educação brasileira, levando em consideração as fases da história da educação, o surgimento de sistemas educacionais, a construção do pensamento educacional e as práticas pedagógicas.
- Analisar os principais ideais educativos que influenciaram a educação atual, em seus aspectos sócio-político-econômico-culturais.

Referências Básicas

ARANHA, M. L. A.. **História da educação e da pedagogia**: geral e Brasil. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006. 384p.

CAMBI, F. **História da pedagogia**. São Paulo, SP: UNESP, 1999. 701p.

MÉSZÁROS, I.. **A educação para além do capital**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

Referências Complementares

EBY, F. **História da educação moderna**: teoria, organização e práticas educacionais. 2.ed. Rio de Janeiro, RJ: Globo, 1976. 633p.

GADOTTI, M.. **História das ideias pedagógicas**. 6. ed. São Paulo, SP: Ática, 1993. 319p

MARROU, H. I. **História da educação na Antiguidade**. São Paulo, SP: EPU, 1975. 639p.

MANACORDA, M.A. **História da Educação**: da Antiguidade aos nossos dias. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SAVIANI, D.; LOMBARDI, J.C.; SANFELICE, J.L. (Org.) **História e história da educação**: o debate teórico-metodológico atual. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.



DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO

Código:	Carga Horária: 40h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

Cidadania, Direitos Humanos e direito à diversidade nas políticas públicas educacionais: negros,

indígenas, quilombolas, povos do campo, gênero, diversidade religiosa e sexual. Direitos humanos e currículo escolar. Educação para as relações étnico-raciais. Conceitos de raça e etnia, mestiçagem, racismo e racialismo, preconceito e discriminação. Configurações dos conceitos de raça, etnia e cor no Brasil: entre as abordagens acadêmicas e sociais. Cultura afro-brasileira e indígena. Políticas de ações afirmativas e discriminação positiva: a questão das cotas

Competências e Habilidades

- Compreender a diversidade na sociedade numa perspectiva pluriétnica, pluricultural e multidisciplinar;
- Compreender conceitos de raça e etnia, mestiçagem, racismo e racialismo, preconceito e discriminação no contexto social e educacional;
- Conhecer políticas de ações afirmativas no contexto educacional e social brasileiro;
- Investigar as diferenças de raça e gênero, quilombolas, indígenas e as religiosidades de matrizes africanas e indígenas por suas singularidades e aspectos geopolíticas;
- Identificar no currículo a inclusão da diversidade cultural como forma de redução das desigualdades sociais, regionais e locais;

Referências Básicas

FÁVERO, O.; IRELAND, T.D. **Educação como exercício de diversidade**. Brasília: Unesco, 2007.

LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **Direitos humanos e as práticas de racismo**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. 1 recurso online (287p.) (Temas de interesse do Legislativo; 19). Disponível em: http://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/13516/direitos_humanos_santos.pdf?sequence=2. Acesso em: out. 2022.

Referências Complementares

BRASIL. MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: temas transversais - pluralidade cultural e orientação sexual. Brasília, MEC/SEF, v.2, 2.ed. 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>. Acesso em: out. 2022.

Brasil. [Estatuto da igualdade racial (2010)]. **Estatuto da igualdade racial: Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, e legislação correlata**. 4. ed., 1. reimpr. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série Legislação; n. 171).

SILVA JÚNIOR, Hédio; BENTO, Maria Aparecida Silva; CARVALHO, Silvia Pereira de (Org.) **Educação infantil e práticas promotoras de igualdade racial**. São Paulo: CEERT: Instituto Avisa lá - Formação Continuada de Educadores, 52p. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11284-revistadeeducacaoinfantil-2012&category_slug=agosto-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: out. 2022.

MICHALISZYN, Mário S. **Relações étnico-raciais para o ensino da identidade e da diversidade cultural brasileira**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. 1.ed. Brasília: Ministério da Educação, 2009. 455 p. (Educação para todos; 32).



POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Código:	Carga Horária:40 h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

A evolução histórica da Educação escolar no Brasil: Política e Organização; Legislação educacional no Brasil na Constituição Federal de 1988 e na LDBEN (Lei nº 9394/96); Plano Nacional de Educação; O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) e suas garantias na escolarização; Diretrizes para a Educação Básica; Concepções e paradigmas curriculares para a Educação Nacional; Diretrizes e políticas pertinentes à educação ambiental, as relações étnico- raciais e outras garantias legais.

Competências e Habilidades

- Analisar a evolução histórica da Educação Escolar no Brasil no âmbito dos seus aspectos socioeconômicos, políticos, históricos e culturais, do período colonial ao estado democrático, evidenciando os embates em prol do acesso gratuito à escola pública;
- Conhecer as Resoluções, Diretrizes, Portarias e outros documentos legais que garantam os conhecimentos referentes às questões sócio ambientais, éticos, estéticos e relativos a diversidades étnico- raciais, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípio de equidade;
- Analisar a aplicação dos dispositivos legais da LDB e da legislação educacional complementar a respeito da Educação Básica, que regulamentam a organização administrativa, pedagógica e os recursos financeiros;
- Compreender a relevância do Plano Nacional de Educação no processo de continuidade e descontinuidade das políticas educacionais;
- Conhecer os direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, conforme o ECA.

Referências Básicas

SAVIANI, D. **Educação Brasileira: estrutura e sistema**. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

DEMO, Pedro. **A nova LDB ranços e avanços**. 22. ed. Campinas: Papirus, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. rev. e ampl. Sao Paulo: Cortez, 2012.

Referências Complementares

ELIAS, J. R. **Comentários ao estatuto da criança e do adolescente: lei 8.069, de julho**

de 1990. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

NISKIER, A. **História da Educação Brasileira**. Rio de Janeiro: Altadena, 2011.

ROMANELLI, O. **História da Educação no Brasil**. 34. ed. Rio de Janeiro, Vozes, 2009.

VEIGA, C. G., LOPES, El. M. T., FARIA FILHO, L. M. de (org.) **500 Anos de Educação no Brasil**. 4. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2010.



DIDÁTICA

Código:

Carga Horária: 60 h

Eixo:

Pré-requisito:

EMENTA

Educação, ensino e didática; Tendências Pedagógicas da prática escolar; Teorias de Currículo; Transposição didática; Processos de organização e gestão do trabalho docente; Planejamento de Ensino; Avaliação da aprendizagem.

Competências e Habilidades

- Compreender a função social do ensino e as concepções pedagógicas como referenciais para o desenvolvimento da prática pedagógica;
- Conhecer os processos de organização e gestão do trabalho docente como norteadores de uma ação intencional e sistemática;
- Identificar as concepções de currículo e suas implicações para o processo de ensino aprendizagem;
- Entender a gestão do trabalho docente tendo o planejamento como norteador das experiências educativas em sintonia com a natureza das instituições educativas e com as demandas sociais;
- Elaborar e aplicar planos de ensino, observando seus elementos constitutivos;
- Analisar, numa perspectiva crítica, a relevância dos conteúdos de ensino no processo de aquisição do conhecimento;
- Refletir sobre estratégias diversificadas de avaliação de aprendizagem e propostas de intervenção pedagógica que potencialize o desenvolvimento de diferentes capacidades nos alunos, reorientando o trabalho docente.

Referências Básicas

LIBANEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2010.

LUCKESI, Carlos Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SELBACH, Simone (Org.) **Ciências e Didática**. Coleção: Como bem ensinar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (coord.). **Repensando a Didática**. 28. ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.

Referências Complementares

CANDAU, Vera Maria (Org.). **Rumo a uma nova Didática**. 16. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2005.

FREIRE, Paulo. **Letras Portugêsa autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. 41. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Técnicas de ensino: por que não?** 16. ed. Campinas,SP: Papirus, 2006.

PERRENOUD, PHILIPPE. **10 Novas Competências para Ensinar**. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

HAIDT, Regina C.C. Curso de **Didática Geral**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2006.



PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Código:	Carga Horária:60 h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

A natureza da psicologia da educação como ciência aplicada; Concepções e tendências atuais; Caracterização do sujeito da educação nos seus aspectos cognitivos, afetivos e psicomotores. Relação entre educação, desenvolvimento e aprendizagem. Fracasso Escolar – diferentes perspectivas.

Psicologia da aprendizagem – conceituação e caracterização. Motivação da aprendizagem. Teorias da aprendizagem e as escolas psicológicas (da infância a adultez). Temas contemporâneos da psicologia da educação de interesse do cotidiano escolar.

Competências e Habilidades

- Compreender, através do estudo da Psicologia, o sujeito da educação nos seus aspectos cognitivos, afetivos e psicomotores relacionando educação, desenvolvimento e aprendizagem;
- Discutir as concepções e tendências atuais da Psicologia da Educação;
- Identificar a problemática subjacente ao fracasso escolar em relação: - ao aluno – à escola;
- Relacionar as variáveis que interferem na motivação para aprender;
- Conhecer os princípios das teorias: comportamentalista, psicanalítica, humanista, cognitiva e sua aplicação no processo de ensino-aprendizagem, examinando o significado da relação entre a psicologia e a base epistemológica do trabalho docente;
- Discutir a função social do educador e a complexidade das relações existentes no processo de construção do conhecimento considerando as transformações que se processam durante os vários estágios da vida humana.

Referências Básicas

BOCK, Ana M. Bahia. **Psicologia e as Psicologias: uma introdução ao estudo da Psicologia**. São Paulo: Cortez, 2000.

BIAGGIO, Ângela M. Brasil. **Psicologia do desenvolvimento**. 2ª. ed. Petrópolis : Vozes, 2009.

FREIRE, Izabel Ribeiro. **Raízes da Psicologia**. 7ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

LUSTOSA, Ana Valéria Marques Fortes. **Psicologia da Educação**. Teresina-PI: EDUFPI/UAPI, 2010.

NUNES, Ana Ignez Belém Lima; SILVEIRA, Rosemary do Nascimento. **Psicologia da aprendizagem – processos, teorias e contextos**. Brasília: Liber Livro, 2011

Referências Complementares

BOCK, A. M. B; FURTADO, O, e TEIXEIRA, M. de L. T. **Psicologia sócio histórica**. São Paulo-SP: Cortez, 2001.

CARVALHO, Mª Vilani Cosme de (Org.). **Temas em Psicologia e Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

VIGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SHAFFER, David. **Psicologia do desenvolvimento**. São Paulo: Thomson, 2005



EDUCAÇÃO ESPECIAL

Código:	Carga Horária: 60 h

Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

Trajetória da Educação Especial à Educação Inclusiva: modelos de atendimento e paradigmas: exclusão, segregação, integração e inclusão. Legislações e Políticas Públicas para a educação especial. O público alvo da educação especial: alunos com deficiência, alunos com transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação. Princípios e fundamentos teóricos da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva; Cenário regional e local da educação especial.

Competências e Habilidades

- Refletir sobre a trajetória histórica da educação especial à educação inclusiva, destacando os modelos de atendimento e seus paradigmas;
- Compreender os fundamentos legais e as políticas públicas que orientam a organização e funcionamento do ensino para a inclusão escolar;
- Reconhecer o público alvo da educação especial: alunos com deficiência, alunos com transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação;
- Situar os princípios e fundamentos teóricos da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva;
- Caracterizar a educação especial, organização curricular, terminalidade específica, metodologias de ensino e avaliação;
- Identificar os recursos da tecnologia assistiva, bem como de acessibilidade para uso competente tendo em vista o aprimoramento da prática pedagógica e a ampliação das possibilidades de acesso e permanência no ensino básico e superior;

- Desenvolver ações de pesquisa, avaliação, criação e aplicação que valorizem o trabalho coletivo, interdisciplinar com intencionalidade pedagógica, valorização e aperfeiçoamento do ensino do público alvo da educação especial;
- Conhecer as especificidades, necessidades e potencialidades da educação especial identificando as modalidades de atendimento da Educação Especial no Sistema Regular de Ensino.

Referências Básicas

ALVES, Carla Barbosa.[et. al.]. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Abordagem Bilíngue na Escolarização de Pessoas com Surdez**. Brasília: MEC/ SEESP, [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

BRASIL, Ministério de Educação. **Secretaria de Educação Especial. Educar na Diversidade**. Módulo 02: o enfoque da educação inclusiva. Brasília: 2005.

BRASIL, Ministério de Educação. **Marcos Políticos Legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2010.

CAMPBEL, Selma Inês. **Múltiplas faces da Inclusão**. Rio de Janeiro: Wak, 2009.

Referências Complementares

GOMES, Adriana Lima Verde. [et. al.]. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: O Atendimento Especializado para Alunos com Deficiência Intelectual**. Brasília: MEC/ SEESP, [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

CARVALHO, RositaEdler. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. 3ªed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

FERREIRA, E. C. GUIMARÃES, M. **Educação inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

BELISÁRIO FILHO, José Ferreira; CUNHA, Patrícia. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Transtornos Globais do Desenvolvimento**. Brasília: MEC/ SEESP, [Fortaleza]:Universidade Federal do Ceará, 2010.

BRASIL, Ministério de Educação. **Marcos Políticos Legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2010.



EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Código:	Carga Horária: 40h
Eixo:	Pré-requisito:
EMENTA	
Diversidade geracional na Educação de Jovens e Adultos (EJA); Fundamentos históricos e legais da EJA; Pressupostos teórico-metodológicos da EJA; Inclusão Social e EJA; Organização e adaptação curricular; Metodologias de ensino e processo de avaliação em EJA; Políticas públicas para a EJA; A EJA no contexto regional e local.	
Competências e Habilidades	

- Observar as práticas pedagógicas em EJA, analisando em consonância com a diversidade geracional e as metodologias de ensino e processo de avaliação;
- Identificar a modalidade de educação para jovens e adultos – EJA – como uma política de inclusão social;
- Conhecer os fundamentos legais que regem o atual sistema nacional de Educação para Jovens e Adultos;
- Discutir princípios norteadores da EJA no Brasil, as influências externas, bem como as políticas públicas que a fomentam;
- Entender a abrangência e o contexto da realidade social, econômica e política, na qual se insere o complexo educacional voltado para a EJA;
- Investigar os sistemas estadual e municipal a abrangência e aplicabilidade das políticas públicas na operacionalização da EJA;
- Analisar as complexidades e especificidades da EJA de forma integral/inclusiva/contextualizada em ambientes formais, informais e prisionais.

Referências Básicas

RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). **Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leitoras**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008.

SCHEIBEL, Maria Fani e LEHENBAUER, Silvana (Orgs.). **Saberes e singularidades na educação de jovens e adultos**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

TIRIBA, Lia; CIAVATTA, Maria (Orgs.). **Trabalho e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Liber/UFF, 2011.

Referências Complementares

BRASIL, **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**, Brasília-DF, 1996.

BRZEZINSKI, Iria. **LDB dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares**. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2010.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José Eustáquio (Orgs.). **Educação de Jovens e Adultos: teorias, práticas e propostas**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOURA, Tânia M^a de Melo. **Formação de professores para a Educação de Jovens e Adultos: dilemas atuais**. Porto Alegre: Autêntica, 2010.

FERREIRA, M^a José de Rezende [et.al.]. **EJA e Educação Profissional: desafios da pesquisa e da formação no PROEJA**. Recife: Liber, 2012.



TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO

Código: Carga Horária: 40h

Eixo: Pré-requisito:

EMENTA

A sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem. Pedagogias do século XXI. Evolução das TIC's na educação; Educação e cibercultura; Virtualização e construção do conhecimento; Impactos da Internet na educação escolar e na formação continuada do professor. A Internet como instrumento didático; Educação a Distância-EaD; Ambientes Virtuais de Aprendizagem-AVA. Metodologias ativas. Análise crítica das tecnologias de informação e comunicação e suas implicações teóricas e práticas na educação e formação humana. Consumo e ética no uso das Tecnologias.

Competências e Habilidades

- Compreender as Tecnologias da Informação e da Comunicação e suas relações com o processo de ensino e aprendizagem;
- Conhecer os fundamentos legais e pedagógicos da EaD;
- Promover atitudes favoráveis diante do uso de tecnologias na educação como elementos estruturantes de diferentes possibilidades de práticas educativas.

Referências Básicas

FREIRE, W. et al. **Tecnologia e Educação: as mídias na prática docente**. Rio de Janeiro: Wak, 2008.

KENSKI, V. M.. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 8. Ed. Campinas (SP): Papirus, 2011.

TAJRA, S. F.. **Informática na educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor da atualidade**. 3. ed. São Paulo: Érica, 2001.

Referências Complementares

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. 2. ed. Rio de Janeiro: ed. 34, 2010.

KENSKI, V.M. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 8.ed. Campinas: Papirus, 2010

NORTON, P. **Introdução à informática**. São Paulo: Pearson Makon Books, 2010.

PAIS, L. C.. **Educação Escolar e as Tecnologias da Informática**. Autêntica, 2002.

FERRETI, C. J. (Org.). **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: Um Debate Multidisciplinar**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.



LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS

Código:	Carga Horária: 60 h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), caracterização, leis e decretos. Fundamentos dos aspectos políticos, sociais e linguísticos da Língua de Sinais e sua importância para a comunidade surda. Evolução histórica da educação de surdos. Cultura e identidade surda. Inclusão do aluno surdo na educação básica. Introdução aos aspectos linguísticos da LIBRAS: fonologia, morfologia e sintaxe. Vocabulário básico da LIBRAS. Tecnologias e surdez.

Competências e Habilidades

- Analisar os instrumentos legais que regulamentam a inclusão da pessoa com surdez no atual sistema de ensino público e privado;
- Refletir os fundamentos políticos, sociais e linguísticos da Língua de Sinais e sua importância para a afirmação cultural da comunidade surda;
- Conhecer a evolução histórica da educação de surdos ao longo dos séculos para contextualizar o ensino nos dias atuais;
- Reconhecer a Libras como língua, enfatizando os aspectos culturais e identitários da comunidade surda;
- Delinear a inclusão do aluno surdo no ambiente educacional para respeito às diferenças, reconhecimento e valorização da diversidade;
- Compreender os aspectos linguísticos introdutórios, seus processos de construção, disseminação e uso da Libras;
- Adquirir vocabulário básico da Libras para o estabelecimento de uma comunicação inicial com pessoas surdas;
- Expandir o uso da Libras legitimando-a como primeira língua da pessoa surda;
- Usar as tecnologias para aprimoramento da prática pedagógica e ampliação da formação cultural e cognoscitiva do estudante surdo;
- Desenvolver ações de pesquisa, avaliação, criação e uso de Tecnologias da Informação e Comunicação para a pessoa com surdez.

Referências Básicas

BRANDÃO, Flávia. **Dicionário Ilustrado de LIBRAS: Língua Brasileira de Sinais**. Global Editora, 2011.

FERNANDES, Eulalia. **Surdez e bilinguismo**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

Referências Complementares

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua Brasileira de Sinais: Estudos Linguísticos**, Florianópolis, SC: Artmed, 2004.

SOUZA, Regina Maria de; SILVESTRE, Nuria; ARANTES, Valeria Amorim. **Educação de surdos: pontos e contrapontos**. 2. ed. São Paulo: Summus, 2007.

BRASIL MEC/SEESP. Educação Especial - Língua Brasileira de Sinais (Série Atualidades Pedagógicas). Caderno 3. Brasília/DF. 1997

KOJIMA, C. K.; SEGALA, S. R. Revista Língua de Sinais. A Imagem do Pensamento. Editora Escala – São Paulo/SP. N.º 02 e 04, 2001

MOURA, LODI & PEREIRA. Língua de sinais e Educação do Surdo (Série neuropsicológica, v.3). São Paulo /SP – Editora TEC ART, 1993.



Código:	Carga Horária: 80h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa:	
Elementos necessários à organização do ensino; Planejamento e avaliação; Metodologias inovadoras; Metodologias específicas das disciplinas aplicadas aos ensinos de Língua Portuguesa e Literatura.	
Competências e Habilidades	
• Discutir os conteúdos e os aspectos metodológicos de língua portuguesa e de Literatura, no Ensino Fundamental e Médio, e sua importância para o desenvolvimento do raciocínio dos estudantes. • Adquirir habilidade no preparo de uma unidade didática e na pesquisa de recursos didáticos para o seu desenvolvimento dos conteúdos em Língua Portuguesa e Literatura.	
Referências Básicas	
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. CAMPS, Anna. Propostas didáticas para aprender a escrever. Porto Alegre, Armed, 2006. COSSON, Rildo. Letramento literário: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2007. EAGLETON, Terry. Teoria da literatura: uma introdução. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. GERALDI, João Wanderley (org.). O texto na sala de aula. 5. ed. São Paulo: Ática, 2011. KLEYMAN, Ângela. Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura. 7. ed., Campinas, São Paulo: Pontes, 2000.	
Referências Complementares	
GERHARDT, Ana Flávia Lopes Magela; AMORIM, Marcel Alvaro (Orgs.) A BNCC e o ensino de línguas e literaturas. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019. LAJOLO, Marisa. Domundo da leitura para a leitura do mundo. 6. ed. São Paulo: Ática, 2008. LEDA GALLO, Solange. Discurso da escrita e ensino. São Paulo. Campinas, Ed. da Unicamp, 1992. ROJO, Roxane Helena R.; MOURA, Eduardo (org.). Multiletramentos na escola. São Paulo: Parábola Editorial, 2012. SOUZA, Renata Junqueira de; FEBA, Berta Lúcia Tagliari (org.). Leitura literária na escola: reflexões e propostas na perspectivado letramento. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011. SUASSUNA, Livia. Ensaios de pedagogia da língua portuguesa. Recife, Editora da Universitária -UFPE, 2006. SUASSUNA, L. Ensino de língua portuguesa: uma abordagem pragmática. 4. ed. Campinas: Papirus Editora, 2002. ZIBERMAN, Regina & LAJOLO, Marisa. A formação da leitura no Brasil. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003.	

INGLÊS INSTRUMENTAL	
Código:	Carga Horária: 40 h
Eixo:	Pré-requisito:
EMENTA	
Vocabulário e domínio das estruturas da Língua Inglesa através da leitura e interpretação de textos específicos baseados em estratégias de leitura.	
Competências e Habilidades	
- Desenvolver habilidades de análise e síntese à compreensão de textos literários, técnicos e/ou científicos através de estratégias de leitura em língua estrangeira (LE); - Utilizar as estratégias de leitura, extraíndo o significado de textos através do contexto de palavras cognatas, repetidas, uso de dicionários, de afixos e classe e de classes de palavras.	
Referências Básicas	
DIAS, R. Reading critically in English. 3. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2002. FIORI SOUZA, et al. Leitura Instrumental em Língua Inglesa. Londrina: Planográfica, 2003. CRAVEN, M. Reading Keys – Introducing. Thailand: Macmillan, 2003. CAMBRIDGE. International Dictionary of English. Londres: Cambridge University Press, 1996.	
Referências Complementares	
AMOS, et al. Challenge. São Paulo: Moderna, 2005. MURPHY, R. English Grammar in Use. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. ANDERSON, Neil J. Active - Habilidades de leitura: livro 2 ; Singapura: Heinle & Heinle, 2002. OXENDEN, Clive; LATHAM-KOENIG, C.; SELIGSON P. New English File Elementary. Oxford: University Press, 2004. SWAN, Michael. Practical English Usage. Oxford: University Press, 1995. SOUZA; A.G.F...[et AL.]. Leitura em língua inglesa: uma abordagem instrumental. São Paulo: Disal, 2005. TORRES, Nelson. Gramática “O Inglês Descomplicado”. 10. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2007.	

16.2 COMPONENTES CURRICULARES ESPECÍFICOS

INTRODUÇÃO À LINGÜÍSTICA	
Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
Linguística como ciência. Linguagem, língua e fala: características, funções e variações. O	

signo linguístico. A dupla articulação da linguagem. Estruturalismo. Gerativismo. Teoria da enunciação. Formalismo x funcionalismo.

Competências e Habilidades

- Reconhecer a natureza da linguagem, seus aspectos sócio-histórico-culturais;
- Relacionar os princípios da Linguística ao ensino de língua.

Referências Básicas

FIORIN, José Luiz (org.). Introdução à linguística. Vol. 1. São Paulo: Contexto, 2002. MARTELOTTA, M. Eduardo (org.). Manual de linguística. São Paulo: Contexto, 2009.
MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. Introdução à linguística – vol. 1. São Paulo: Cortez, 2001.

Referências Complementares

LOPES, Edward. Fundamentos da linguística contemporânea. São Paulo: Cultrix, 1991.
LYONS, John. Língua(gem) e linguística. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
MARTIN, R. Para entender a linguística. São Paulo: Parábola, 2003. SAUSSURE, Ferdinand. Curso de linguística geral. São Paulo: Cultrix, 2008.
WEEDWOOD, Bárbara. História concisa da linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.



LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS

Código:

Carga Horária: 60h

Eixo:

Pré-requisito:

Ementa

Leitura, interação e produção de sentido: concepções de leitura, conhecimentos do leitor necessários na leitura e estratégias de leitura. Sequências tipológicas, gêneros textuais e domínios discursivos. A escrita na universidade: leitura e produção de gêneros acadêmicos. Mecanismos de textualização e de argumentação dos gêneros acadêmicos: resumo, resenha crítica, seminário, artigo científico. Créditos Práticos: Leitura, compreensão e interpretação de textos acadêmico-científicos e gêneros textuais em uma perspectiva interdisciplinar

Competências e Habilidades

- Conhecer os mecanismos de textualização e de argumentação dos gêneros acadêmicos: resumo, resenha crítica, seminário, artigo científico. Conhecer e aplicar as normas em trabalhos acadêmicos.
- Utilizar os mecanismos de textualização e de argumentação dos gêneros acadêmicos: resumo, resenha crítica, seminário, artigo científico.

Referências Básicas

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2016.
KÖCHE, Vanilda Salton; BOFF, Odete Maria Benetto; PAVANI, Cinara Ferreira. **Prática**

textual: atividades de leitura e escrita. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. MOTTA-ROTH, D.;

KÖCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Maria Vanda. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.

HENDGES, G. H. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

Referências Complementares

CINTRA, Anna Maria Marques; PASSARELLI, Lília Ghiuro. Leitura e produção de texto. São Paulo: Blucher, 2011.

KLEIMANN, Angela. Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura. 15. ed. Campinas, SP: Pontes, 2013.

KÖCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Maria Vanda. Ler e escrever: estratégias de produção textual. 2. ed. - São Paulo: Contexto, 2011.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola, 2010.

ANTUNES, I. **Análise de Textos:** fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2016.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

SILVEIRA MARTINS, Dileta; ZILBERKNOP, Lúbia S. **Português instrumental:** de acordo com as atuais normas da ABNT. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2010.



LÍNGUA E CULTURA LATINA

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
A relevância linguístico-cultural do estudo do latim nos cursos de Letras. História e formação da Língua latina. Relações de aspectos fonológicos, morfológicos e sintáticos do Latim e língua portuguesa. Literatura latina. Leitura, tradução e análise de textos diversos em latim. Traços latinos em línguas românicas.	
Competências e Habilidades	
• Reconhecer aspectos socioculturais e históricos do Latim; • Analisar os fenômenos fonológico, morfológicos e sintáticos da Língua Latina e suas relações com a língua portuguesa; • Analisar diversos textos em Latim.	
Referências Básicas	
CARDOSO, Zélia de Almeida. Iniciação ao latim. São Paulo: Editora Ática, 1997. FURLAN, Oswaldo A. Gramática, língua e literatura latina. Petrópolis: Vozes, 2006. GARCIA, J. M. Introdução à teoria e prática do latim. Brasília: UNB, 2000. REZENDE, Antônio Martinez de. Latina essentia: preparação ao latim. 5. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: EDUFMG, 2005.	

Referências Complementares

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. Gramática latina: curso único e completo. 24 ed. São Paulo: Saraiva, 1992. COMBA, Júlio. Programa de latim: introdução à língua latina. v. I. 18 ed. rev. e atual. São Paulo: Salesiana, 2002.

CARDOSO, Zélia de Almeida. A literatura latina. – 2 ed. – São Paulo: Martins fontes, 2003.

COMBA, Júlio. Programa de latim: introdução aos clássicos. v. II. 6 ed. São Paulo: Salesiana, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo. Grécia e Roma. 4 ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2007.

GRIMAL, Pierre. História de Roma. Tradução Maria Leonor Loureiro. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

**LEITURA: TEORIA E PRÁTICA**

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
Concepções de leitura e suas relações com o ensino. Metodologias da aula de leitura. A leitura em ambientes digitais. Concepções de leitura de acordo com os documentos oficiais (PCN, BNCC, etc) e ensino. Funções da leitura em ambiente de sala de aula e fora dela. Análise de material didático de leitura. Elaboração de propostas didáticas para leitura no ensino fundamental. Projetos de intervenção vinculados ao ensino da leitura.	
Competências e Habilidades	
• Ampliar os saberes para ensinar a leitura em sala de aula do Ensino Fundamental. • Reconhecer os modelos de leitura na escola. • Analisar as práticas de leitura na escola. •	
Referências Básicas	
BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992.	
BORTONI-RICARDO, Stella Maris et al. (Orgs.). Leitura e mediação pedagógica. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.	
CORACINI, M. J. (Org.) O jogo discursivo na aula de leitura: língua materna e língua estrangeira. 2 ed., Campinas/SP: Pontes 2002.	
FIORIN, J. L. Linguística e pedagogia da leitura. Scripta, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p. 107117, 2004.	
GERALDI, J. W. (org.) O texto na sala de aula. São Paulo: Ática, 2011.	
GERALDI, J. W. Portos de passagem. São Paulo: Martins Fontes, 1993. HANKS, W. A língua como prática social – das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin. São Paulo: Cortez, 2008. Cap. 2 e 3.	
Referências Complementares	
GERALDI, J. W. (org.) O texto na sala de aula. São Paulo: Ática, 2011.	
GERALDI, J. W. Portos de passagem. São Paulo: Martins Fontes, 1993. HANKS, W. A língua como prática social – das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin. São Paulo: Cortez, 2008. Cap. 2 e 3.	
KLEIMAN, A. Oficina de leitura: teoria e prática. Campinas/SP: Pontes, 1993.	

Ementa**Competências e Habilidades**

Referências Básicas**Referências Complementares**

KLEIMAN, A. Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura. 10. Ed. Campinas/SP: Pontes, 2002.

KOCH Ingedore Villaça, ELIAS Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.

MELO, M. A.; SILVA, L. H. O. O leitor atrapalhado e a formação docente. Revista Brasileira de Literatura Comparada, v. 35, p. 63-75, 2018.

ORLANDI, E. P. Discurso e leitura. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012.



TEORIA E CRÍTICA LITERÁRIA

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
A <i>Poética</i> de Aristóteles: conceitos básicos. Literatura: conceito, funções e influência. Teoria da Literatura: origem, conceito, objeto e métodos de estudo. Gêneros literários: conceituação historiográfica. Estudo da Tragédia, Comédia e Epopeia. As formas narrativas: Romance, Novela, Conto e seus elementos estruturadores. A poesia lírica. Versificação: métrica, ritmo, rima e estrofe. Periodização literária: o tempo e o espaço, autores e obras importantes.	
Competências e Habilidades	
• Analisar os conceitos sobre a literatura e suas implicações no ensino; • Reconhecer os aspectos constituintes da Teoria da Literatura; • Relacionar texto literário e outras linguagens.	
Referências Básicas	
AMORA, Antônio Soares. <i>Introdução à teoria literária</i> . São Paulo: Cultrix, 1973. BOSI, Alfredo. <i>Reflexões sobre a arte</i> . São Paulo: Ática, 1995. ARISTÓTELES. <i>Arte Poética</i> . São Paulo: Martin Claret, 2005. BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (org.). <i>Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas</i> . 2 ed. Maringá: Eduem, 2005.	
Referências Complementares	
BRAIT, Beth. <i>A personagem</i> . 7. ed. São Paulo: Ática, 2004. CADEMARTORI, Lígia. <i>Períodos literários</i> . São Paulo: Ática, série Princípios, 1995. CARA, Salete de Almeida. <i>A poesia lírica</i> . 2. ed. São Paulo: Ática, 1986. COSTA, Lígia Militz da. <i>A poética de Aristóteles: mimese e verossimilhança</i> . São Paulo: Ática, 1992. CULLER, Jonathan. <i>Teoria literária: uma introdução</i> . São Paulo: Beca, 1999. D'ONOFRIO, Salvatore. <i>Teoria do texto: prolegômenos e teoria da narrativa</i> . V.1. 2 ed. São Paulo: Ática, 2002. _____. <i>Teoria do texto: teoria da lírica e do drama</i> . V. 2. São Paulo: Ática, 2001. EAGLETON, Terry. <i>Teoria da literatura</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1983. GANCHO, Cândida Vilares. <i>Como analisar narrativas</i> . 7. ed. São Paulo: Ática, 2001. GOLDSTEIN, Norma. <i>Versos, sons, ritmos</i> . 13. ed. São Paulo: Ática, 2000.	

GOTLIB, Nádía Batella. *Teoria do conto*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1990.
 KOTHE, Flávio. *O herói*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.
 LAJOLO, Marisa. *O que é Literatura*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
 MESQUITA, Samira Nahid de. *O enredo*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003.
 PIRES, Orlando. *Manual de teoria e técnica literária*. Rio de Janeiro: Presença, 1985.
 PROENÇA FILHO, Domício. *Estilos de Época na literatura*. São Paulo: Ática, 1983.
 SAMUEL, Rogel. (org.). *Manual de teoria literária*, Petrópolis: Vozes, 1985.
 SILVA, Vitor Manuel de Aguiar e. *Teoria da literatura*. 8. ed. Coimbra: Almedina, 1994.
 SOARES, Angélica. *Gêneros literários*. São Paulo: Ática, 1989.
 STAIGNER, Emil. *Conceitos fundamentais da poética*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.



HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
História externa da Língua Portuguesa - Estudos relativos à história da Língua Portuguesa. Do latim aos primeiros textos em galego português (séc. XIII). As fases da Língua Portuguesa na Europa e no Brasil. A ortografia do Português Brasileiro e do Europeu. História interna da Língua Portuguesa - evolução fonética, morfológica, sintática. Vocalismo, consonantismo e metaplasmos. A influência do Latim e de outras línguas no português brasileiro.	
Competências e Habilidades	
1 Refletir sobre as relações entre aspectos sociohistóricos e a constituição da língua. 2 Obter um conhecimento geral da história externa da língua portuguesa. 3 Compreender o processo de evolução fonética, morfológica e sintática da língua portuguesa. 4 Refletir sobre a diversidade da língua portuguesa, no tempo e no espaço, e sobre os fatores sociohistóricos que a determinam. 5 Refletir sobre a formação do léxico português, atentando para as relações entre esse processo e aspectos sociohistóricos.	
Referências Básicas	
COUTINHO, Ismael de L. Gramática Histórica . Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011. FARACO, Carlos Alberto. Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas . São Paulo, Ática, 1991. SPINA, Segismundo (ORG.). História da Língua Portuguesa . São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.	
Referências Complementares	
CASTRO, Ivo. Curso de história da língua portuguesa . Lisboa, Universidade Aberta, 1991. MEILLET, Antoine. A evolução das formas gramaticais . São Paulo: Parábola, 2020. ILARI, Rodolfo. Linguística Românica . São Paulo: Ática, 2001. SILVA, Thais. Fonética e fonologia do português . 10 ed. São Paulo: Contexto, 2013.	



AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM

Código:	Carga Horária: 40h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
O lugar da aquisição da linguagem na Psicolinguística. Teorias de aquisição da linguagem. Compreensão de distúrbios de linguagem nas crianças. Estudo dos processos envolvidos no desenvolvimento da fala e da escrita. Discussões sobre questões relacionadas aos processos de aprendizagem da escrita. Contribuições da área para o ensino de língua materna.	
Competências e Habilidades	
Compreender o desenvolvimento da Linguagem oral e escrita do sujeito como um processo bio-psico-sociocultural que acontece nas inter-relações cotidianas e com os objetos, por meio das diferentes linguagens verbais e não verbais, a fim de instrumentalizar-se para identificar e orientar os alunos em casos de variações e dificuldades na aprendizagem, visando a formação de leitores críticos, éticos e produtores de conhecimentos.	
Referências Básicas	
DEL RE, Alessandra. Aquisição de linguagem : uma abordagem psicolinguística. São Paulo: Contexto, 2006. DE LEMOS, M. T. G. A língua que me falta . Uma análise dos estudos em aquisição da linguagem. Mercado de Letras. São Paulo. 2002. SILVA, C. L. da C. A criança na linguagem : enunciação e aquisição. Campinas: Pontes, 2009.	
Referências Complementares	
ABAURRE, Maria Bernadete Marques; FIAD, Raquel Salek; MAYRINK-SABINSON, Maria Laura Trindade. Cenas de Aquisição da Escrita : o sujeito e o trabalho com o texto. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1997. BORTONE, Marcia Elizabeth; MARTINS, Cátia. A Construção da leitura e da escrita . São Paulo: Parábola, 2013. GERALDI, João Wanderley. CITELLI, B. (coordenadores). Aprender e ensinar com textos de alunos . 7ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011. MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). Manual de linguística . 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012. MELO, L. E. Principais teorias/abordagens da aquisição de linguagem . In: MELO, L. E. (org.). Tópicos de psicolinguística aplicada. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2005.	



LINGUÍSTICA DO TEXTO

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:

Ementa	
Abordagem panorâmica da evolução dos estudos linguísticos: do sistema para o uso. A origem da Linguística Textual, incluindo as causas do surgimento das gramáticas textuais, bem como seus diferentes momentos na passagem da teoria da frase à teoria de texto. Definições gerais de linguística textual: situação atual e perspectivas futuras. Estudo dos elementos da textualidade e sua aplicabilidade. Referenciação e discurso. Conceito e análise de tipos textuais e de gêneros textuais. Gêneros textuais no ensino de língua.	
Competências e Habilidades	
• Reconhecer os fundamentos da Linguística Textual e suas principais contribuições para os estudos da linguagem. • Compreender as noções de texto e discurso e suas implicações para a análise e produção de textos. • Reconhecer os fatores de textualidade e seu funcionamento em prol da produção de sentido. • Perceber o caráter fundador do sentido nos processos de manutenção de tópicos e subtópicos.	
Referências Básicas	
COSTA, Alessandra Castilho da <i>et al.</i> Linguística textual e ensino. São Paulo: Contexto, 2017. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Introdução à linguística textual: trajetórias e grandes temas. 2a. ed. Contexto, 2009. MARCUSCHI, Luiz Antonio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.	
Referências Complementares	
BORTONE, Marcia Elizabeth; MARTINS, Cátia Regina Braga. A construção da leitura e da escrita: do 6o ao 9o ano do ensino fundamental. São Paulo: Parábola, 2008. CAVALCANTE, Monica Magalhães <i>et al.</i> (Org.). Referenciação. São Paulo: Contexto, 2003. CHIAPPINI, Ligia; BRANDÃO, Helena; MICHELETTI, Guaraciaba (Coordenadora). Aprender e ensinar com textos didáticos e paradidáticos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011. FÁVERO, Leonor. L.; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Linguística textual: introdução. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. A inter-ação pela linguagem. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2013. RIBEIRO, Ana Elisa. Multimodalidade, textos e tecnologias: provocações para a sala de aula. São Paulo: Parábola, 2021.	



MORFOLOGIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
Conhecimentos teóricos e aplicados sobre os aspectos morfológicos da Língua Portuguesa	

analisado no âmbito da Gramática Tradicional. Determinação do papel dos estudos morfológicos na tradição gramatical e análise dos temas morfológicos tradicionais, tais como (classes gramaticais, estrutura e formação de palavras), bem como o tratamento dado aos conceitos morfológicos (entre outros, flexão e derivação) na gramática normativa. Atuais tendências em formação de palavras no português. Aspectos morfológicos e suas interfaces com o ensino.
Competências e Habilidades • Compreender os fundamentos e os mecanismos da descrição morfológica, a fim de que os discentes sejam capazes de analisar o sistema linguístico do português; • Perceber as relações entre morfologia, sintaxe e fonologia.
Referências Básicas KEHDI, Valter. Morfemas do português. São Paulo: Ática, 2001. ROSA, Maria Carlota. Introdução à morfologia. 6. ed. 2013. SILVA, Maria Cecília P. de Souza. Linguística aplicada ao português: morfologia. 18. ed. 2011.
Referências Complementares CAMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. Estrutura da língua portuguesa. 47. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016. ROCHA, Luiz Carlos de Assis. Estruturas morfológicas do português. São Paulo: Martins Fontes, 2008. SILVA, Maria Cristina Figueiredo, MEDEIROS, Alessandro Boechat de. Para conhecer Morfologia. São Paulo: Contexto, 2016.

 SINTAXE DA LÍNGUA PORTUGUESA	
Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa Análise sintática de base gramatical tradicional: revisão conceitual. Aplicação das noções sintáticas, da estrutura oracional mínima, a partir da composição de sintagmas e das relações textuais. A Teoria X-barra. A Teoria dos Papéis Temáticos e o seu funcionamento. Aspectos sintáticos e suas interfaces com o ensino.	
Competências e Habilidades • Analisar a estrutura interna da oração, em termos de relações sintagmáticas e de funções sintáticas. • Identificar as relações inter-oracionais de subordinação e de coordenação. • Conhecer os princípios sobre a estrutura básica dos sintagmas na teoria moderna da sintaxe.	

Referências Básicas
AZEREDO, José Carlos. Iniciação à Sintaxe do português. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990. CARONE, Flávia. Morfossintaxe. 9. ed. São Paulo: Ática, 2006. KENEDY, Eduardo; OTHERO, Gabriel de Ávila. Para conhecer Sintaxe. São Paulo: Contexto, 2018. MIOTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina Figueiredo; LOPES, Ruth. Novo manual de sintaxe. São Paulo: Contexto, 2013. PERINI, Mário Alberto. Sintaxe. São Paulo: Parábola Editorial, 2019. SOUSA-E-SILVA, Maria Cecília P. de; KOCH, Ingedore Villaça. Linguística aplicada ao português: sintaxe. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2014.
Referências Complementares
BATISTA, Ronaldo de Oliveira. A palavra e a sentença: estudo introdutório. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 39. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2019. FIORIN, José Luiz (org.). Introdução à Linguística. II. Princípios de análise. 4. ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010. HENRIQUES, Claudio Cezar. Sintaxe: estudos descritivos da frase para o texto. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018. MACAMBIRA, José Rebouças. A estrutura morfossintática do português. 6. ed. São Paulo: Pioneira, 1987.

SOCIOLINGÜÍSTICA	
Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
Linguagem, língua e cultura. O relativismo cultural e a heterogeneidade linguística. História da Sociolinguística. A teoria da variação linguística; a Sociolinguística interacional e a Sociolinguística educacional. Crédito Prático: etnografia em sala de aula.	
Competências e Habilidades	
• Compreender os conceitos básicos da Sociolinguística; • Reconhecer as variações linguísticas e a diversidade linguística do português do Brasil; • Utilizar os pressupostos da sociolinguística variacionista em estudos e pesquisas; • Compreender a relação existente entre a Sociolinguística e outras áreas do conhecimento; • Relacionar teorias sociolinguísticas e ensino de língua portuguesa.	
Referências Básicas	
BORTONI-RICARDO, Stela Maris. Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. BORTONI-RICARDO, S. M. Manual de Sociolinguística. São Paulo: Contexto, 2014. BAGNO, M. Preconceito linguístico: o que é, como se faz. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.	

MOLICA, M. C.; BRAGA, M. L. Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2003.

Referências Complementares

FARACO, Carlos Alberto. Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. HORA, D. (Org.) Diversidade linguística no Brasil. João Pessoa: Idéia, 1997.

MOLICA, MC; BRAGA, M.L(Org.). Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação, São Paulo: Contexto, 2013.

MONTEIRO, José Lemos. Para compreender Labov. Petrópolis. RJ. Vozes, 2000.

RIBEIRO, B. T. GARCEZ, P. M. (Org.) Sociolinguística interacional. Porto Alegre: AGE Editora, 1998.

SOARES, M. Linguagem e escola: uma perspectiva social. São Paulo: Ática, 1989.

TARALLO, F. A pesquisa sociolinguística (Série princípios). São Paulo: Ática, 1985.



FONÉTICA E FONOLOGIA

Código:

Carga Horária: 60h

Eixo:

Pré-requisito:

Ementa

Conceitos básicos de análise fonética e fonológica. O sistema fonológico do português brasileiro. Análise fonológica. Regras e processos fonológicos do português brasileiro. Fonética, Fonologia e ensino.

Competências e Habilidades

- Compreender os mecanismos de produção da fala e o sistema fonológico do português brasileiro, articulando-os à prática do professor de Português na Educação Básica.
 - Estudar o aparelho fonador humano.
 - Identificar os segmentos consonantais e vocálicos do português brasileiro.
 - Conhecer a transcrição fonética do português brasileiro.
 - Identificar os principais conceitos da fonologia do português brasileiro.
- Articular os conceitos de Fonética e Fonologia na prática do professor de Português na Educação Básica.

Referências Básicas

BIZELLO, Aline; OLIVEIRA, Julio Cesar Cavalcanti de. **Fonética e fonologia da língua portuguesa**. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

CALLOU, D. e LEITE, Y. Iniciação à fonética e fonologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

ROBERTO, Tânia Mikaela Garcia. **Fonologia, fonética e ensino:**

guia introdutório. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

Referências Complementares

BISOL, Leda (Org.). **Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro**. 3. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

BISOL, Leda (Org.). **Fonologia e variação**: recortes do português brasileiro. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

CRISTÓFARO SILVA, Cristóforo. **Exercícios de fonética e fonologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

FIORIN, José Luiz. **Introdução à Linguística**. São Paulo: Contexto, 2005. v. 2. MORI, Angel Corbera. **Fonologia**. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.).

Introdução à linguística: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001. v. 1



LINGÜÍSTICA APLICADA AO ENSINO DE LÍNGUA

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:

Ementa

Breve panorama histórico da Linguística Aplicada. A Linguística Aplicada no Brasil. Conceituação de Linguística Aplicada. Visão contemporânea da Linguística Aplicada. Aquisição/Aprendizagem e ensino de línguas. Reflexões sobre o ensino-aprendizagem de língua materna na perspectiva da Linguística Aplicada. Crédito Prático: Elaboração de proposta metodológica sobre o ensino-aprendizagem de língua materna na perspectiva da linguística aplicada.

Competências e Habilidades

- Reconhecer o percurso teórico-metodológico da Linguística Aplicada;
- Relacionar conceitos do escopo da Linguística ao ensino de língua materna;
- Elaborar proposta metodológica sobre o ensino-aprendizagem de língua materna na perspectiva da linguística aplicada.

Referências Básicas

FORTKAMP, M. B. M.; TOMITCH, L. M. B. (Orgs.). **Aspectos da linguística aplicada**. Florianópolis: Insular, 2000.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. 2. ed. - São Paulo: Parábola, 2008.

SIGNORIN, Inez; CAVALCANTI, Marilda C. (Orgs.). **Linguística aplicada e transdisciplinaridade**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.

Referências Complementares

FIGUEIREDO, Francisco José Quaresma de; SIMÕES, Darcilia (Orgs.) **Linguística aplicada, prática de ensino e aprendizagem de línguas**. Campinas: Pontes, 2017.

FINGER, Ingrid; QUADROS, Ronice Muller. **Teorias de aquisição da linguagem**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008. GERHARDT, Ana Flávia Lopes Magela (Org.). **Ensino-aprendizagem na perspectiva da linguística aplicada**. Campinas: Pontes, 2013.

GONÇALVES, Adair Vieira; SILVA, Wagner Rodrigues da; GÓIS, Marcos Lúcio de Sousa (Orgs.). Visibilizar a linguística aplicada: abordagens teóricas e metodológicas. Campinas: Pontes, 2014.

PEREIRA, Regina Celi; ROCA, Maria Del Pilar (Orgs.). Linguística aplicada: um caminho com diferentes acessos.

São Paulo: Contexto, 2009.



LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
Concepções de alfabetização e de letramento. Alfabetização, letramentos e letramento escolar. Pesquisa sobre letramento e alfabetização na Escola. Fala, leitura e escrita. Crédito Prático: a prática de letramento e alfabetização em sala de aula.	
Competências e Habilidades	
- Compreender os conhecimentos concernentes ao processo de alfabetização e às práticas de letramentos no contexto escolar e fora dela.	
Referências Básicas	
CAGLIARI, L.C. Linguística e alfabetização. São Paulo: Scipione, 1989. FERREIRO, E. Reflexões sobre alfabetização. 14. ed. São Paulo: Cortez/Autores associados, 1989. SOARES, M. Alfabetização e letramento. São Paulo: Contexto, 2008.	
Referências Complementares	
BORTONI-RICARDO, Stela Maris; MACHADO, Veruska Ribeiro; CASTANHEIRA, Salete Flores. Formação do professor como agente letrador. São Paulo: Contexto, 2010. GUMPERZ, Jenny Cook. A construção social da alfabetização. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. KLEIMAN, A. Bustos. Os Significados do Letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995. SOARES, Magda. Alfabetização: a questão dos métodos. 1. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.	



SEMÂNTICA, PRAGMÁTICA E ENSINO

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
Sentido, referência. Semântica lexical: sinonímia, antonímia, hiponímia e hiperonímia,	

polissemia e homonímia. Semântica formal, enunciativa e cognitiva. Significação dos enunciados: acarretamento, pressuposição, asserção, negação, transitividade, operadores argumentativos, quantificadores. Significação e uso da linguagem. Semântica e Ensino. A Pragmática no campo dos estudos da linguagem. O ensino de línguas na perspectiva da Pragmática

Competências e Habilidades

- Reconhecer princípios teóricos da Semântica;
- Situar a Semântica no contexto dos estudos linguísticos;
- Identificar a presença de operadores argumentativos na língua em funcionamento;
- Aplicar os estudos de Semântica no ensino de língua materna.

Referências Básicas

ARMENGAUD, Françoise. A pragmática. São Paulo: Parábola, 2006. (Na ponta da língua; v. 8).

ILARI, R. Introdução à Semântica. Brincando com a Gramática. São Paulo: Contexto, 2021.

ILARI, R. & W. GERALDI. Semântica. São Paulo, Ática, 1985.

KOCK, Ingedore V. O texto e a Construção dos Sentidos. São Paulo: Ed. Contexto.

OLIVEIRA, R. P. Semântica formal: uma breve introdução. Campinas: Mercado das Letras, 2001.

Referências Complementares

DUCROT, Oswald. (1972) Princípios de Semântica Lingüística. São Paulo, Cultrix.

GUIMARÃES, Eduardo R.J. (1987) Texto e argumentação. Campinas, Pontes, 1987.

GUIMARÃES, Eduardo. Os Limites do Sentido. Campinas, Pontes, 1995.

MUSSALIN, Fernanda & BENTES, Anna Christina. Introdução à Lingüística. Vol. 2 – Capítulos Semântica e Pragmática. São Paulo: Ed. Cortez.

SUASSUNA, Livia. Ensino de Língua Portuguesa: uma abordagem pragmática. 4. ed. Campinas: Papyrus, 1995.



ORALIDADE, LETRAMENTO E ENSINO

Código:

Carga Horária: 60h

Eixo:

Pré-requisito:

Ementa

A escrita como prática social, considerando-se a oralidade e as interações sociais no ambiente escolar. Oralidade, fala e o processo de aprendizagem da escrita. Oralidade e letramento no ensino de produção oral e escrita de textos de diferentes gêneros previstos nos PCN.

Competências e Habilidades

- Reconhecer a escrita como prática social;
- Relacionar letramento e oralidade;
- Reconhecer o papel da oralidade produção escrita;

Referências Básicas
MARCUSCHI, L. A. Da fala para a escrita: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001 MARCUSCHI, L. A. Oralidade e ensino de língua: uma questão pouco “falada”. In: DIONÍSIO, A. P.; BEZERRA, M. A. O livro didático de Português: múltiplos olhares. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003. SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. (Org.). Gêneros orais e escritos na escola. Campinas: Mercado de Letras, 2004. Cap. 1 e 2. TFOUNI, L. V.; ASSOLINI, F. E. P.; PEREIRA, A. C. Letramento: é possível uma escrita despida de oralidade? Revista Pro-Posições, Campinas, v. 30, 2019.
Referências Complementares
BENTES, A. C. Linguagem oral no espaço escolar: rediscutindo o lugar das práticas e dos gêneros orais na escola. Língua Portuguesa: ensino fundamental / Coordenação, Egon de Oliveira Rangel e Roxane Helena Rodrigues Rojo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. CHARTIER, Anne-Marie. Práticas de leitura e escrita. Belo Horizonte: Ceale, Autêntica, 2007. GERALDI, J. W. Culturas orais em sociedades letradas. Educação & Sociedade, ano XXI, dezembro, 2000. KLEIMAN, Angela. B. (org.). Os significados do letramento. Campinas: Mercado de Letras, 2004. MORTATTI, Maria do R. L. Educação e Letramento. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2004. ONG, W. Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra. São Paulo: Papirus, 1998.

LITERATURA PORTUGUESA	
Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
Formação da Literatura portuguesa em comparação com outras literaturas ocidentais. Cantigas trovadorescas. Humanismo: teatro de Gil Vicente. Classicismo: a épica e a lírica de Luís de Camões. Poesia Barroca: apresentação de Antônio Vieira. Pré-Romantismo. Poética Romântica. Realismo/Naturalismo/Parnasianismo.	
Competências e Habilidades	
• Compreender o processo de formação literária a partir do contexto lusófono; • Reconhecer diferentes autores, textos literários e/ou outras manifestações culturais; • Analisar textos literários (poesia e prosa) da cultura portuguesa; • Reconhecer a relação entre as manifestações literárias lusófonas e brasileira para a construção da identidade nacional.	
Referências Básicas	
ALVES, T. <i>D'além-mar</i>: estudos de Literatura Portuguesa. Rio de Janeiro: Oficina Editores, 2008. CIDADE, Hernani. <i>A Poesia Lírica Cultista e Conceptista</i>. Lisboa: Serra Nova, 1968.	

CUNHA, Maria H. Ribeiro da. E PIVA, Luiz. *Lirismo e Epopeia em Luís de Camões*. São Paulo: Cultrix/ EDUSP, 1980.

FIGUEIREDO, Fidelino. *História Literária de Portugal: séculos XII-XX*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1960.

MOISÉS, M. *A literatura portuguesa através dos textos*. 36. ed. São Paulo: Cultrix, 2009.

Referências Complementares

ABDALA Jr. Benjamin. *Literatura, História e política*. São Paulo: Ática, 1989 (Ensaio)

RODRIGUES, Medina. *Literatura Portuguesa*. São Paulo: Ática, 1998.

SARAIVA, A. J.; LOPES, Ó. *História da literatura portuguesa*. 17. ed. Portugal: Porto Editora, 2010.

SPINA, Segismundo. *A Lírica Trovadoresca*. São Paulo, 1996 (Coleção Texto e Arte, 1)

SPINA, Segismundo. *Literatura Portuguesa: Era Medieval*. São Paulo: Difel, 1986.

VECCHI, C. A. et al. *A literatura portuguesa em perspectiva: Romantismo e Realismo*, v. 3. São Paulo: Editora Atlas, 1994.

VIEIRA, Antonio. *Sermões-problemas sociais e políticos do Brasil*. (org. Antonio Soares Amora). São Paulo: Cultrix, 2000.



LITERATURA BRASILEIRA I

Código:

Carga Horária: 60h

Eixo:

Pré-requisito:

Ementa

Formação Histórica da Literatura Brasileira: da literatura dos viajantes ao Arcadismo, em seus aspectos históricos, formais e socioculturais.

Competências e Habilidades

- Compreender o processo de formação histórico-literária a partir do contexto brasileiro;
- Reconhecer diferentes autores, textos literários e/ou outras manifestações culturais;
- Analisar textos literários (poesia e prosa) da cultura brasileira, no período da colonização ao sec. XVIII;
- Relacionar as primeiras manifestações literárias, no Brasil, para a construção da identidade nacional.

Referências Básicas

BOSI, A. *História concisa da literatura brasileira*. 48. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

BOSI, A. *Dialética da colonização*. São Paulo Companhia das Letras, 1992.

CASTELLO, J. A.; CANDIDO, A. *Presença da Literatura Brasileira: das origens ao romantismo*. São Paulo: DIFEL, 1979.

CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 16. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul; São Paulo: FAPESP, 2017.

Referências Complementares

COUTINHO, A. (Org.). *A literatura no Brasil*. São Paulo: Global Editora, 2003. v. 1 e 2.

D'ONOFRIO, Salvatore. *Literatura ocidental: autores e obras fundamentais*. 2. Ed. São Paulo: Ática. 2000.

FILHO, Domício Proença. *Estilos de época na literatura*. São Paulo: Ática, 1983.

HANSEN, João Adolfo & MOREIRA Marcello. *Para que todos entendais: Poesia atribuída a Gregório de Matos e Guerra* - Vol. 5 Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2014.

MOISÉS, Massaud. *História da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1997.

MOISÉS, Massaud. *A literatura brasileira através dos textos*. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

RONCARI, L. *Literatura brasileira: dos primeiros cronistas aos últimos românticos*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2014.



LITERATURA BRASILEIRA II

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
Autores e obras do Romantismo ao Parnasianismo/Simbolismo	
Competências e Habilidades	
• Analisar textos literários (poesia e prosa) da literatura brasileira, no período do Romantismo ao Simbolismo, séc. XVIII e XIX; • Relacionar manifestações literárias do séc. XVIII e XIX, no Brasil, para a construção da identidade nacional.	
Referências Básicas	
BOSI, A. <i>História concisa da literatura brasileira</i> . 48. ed. São Paulo: Cultrix, 2012. CANDIDO, A. <i>Formação da literatura brasileira: momentos decisivos</i> . 16. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul; São Paulo: FAPESP, 2017. COUTINHO, A. (Org.). <i>A literatura no Brasil</i> . São Paulo: Global Editora, 2003. v. 1 e 2.	
Referências Complementares	
D'ONOFRIO, Salvatore. <i>Literatura ocidental: autores e obras fundamentais</i> . 2. ed. São Paulo: Ática. 2000. FILHO, Domício Proença. <i>Estilos de época na literatura</i> . São Paulo: Ática, 1983. MOISÉS, Massaud. <i>História da literatura brasileira</i> . São Paulo: Cultrix, 1997. MOISÉS, Massaud. <i>A literatura brasileira através dos textos</i> . 18. ed. São Paulo: Cultrix, 1994. RONCARI, L. <i>Literatura Brasileira</i> . São Paulo: EDUSP, 1995.	



LITERATURA BRASILEIRA III

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	

Manifestações literárias do Pré-modernismo e vanguardas europeias. Modernismo: Geração de 30 aos anos 70. Literatura Contemporânea
Competências e Habilidades
• Analisar textos literários (poesia e prosa) da literatura brasileira, no período do Modernismo; • Reconhecer autores e obras; • Relacionar manifestações literárias do séc. XX e XXI, no Brasil, para a construção da identidade nacional.
Referências Básicas
MOISÉS, Massaud. <i>História da literatura brasileira</i>. São Paulo: Cultrix:, 1997. SARAIVA, Arnaldo. <i>Modernismo brasileiro e modernismo português: subsídios para o seu estudo e para a história das suas relações</i>. Campinas. Editora UNICAMP, 2004. TELLES, Gilberto Mendonça. <i>Vanguardas europeias e modernismo brasileiro</i>. São Paulo: Perspectiva, 2001. BUENO, Luís. <i>Uma História do Romance de 30</i>. São Paulo. EDUSP, 2015.
Referências Complementares
CAMPOS, Augusto de; PIGNATARI, Décio; CAMPOS, Haroldo de. <i>Teoria da poesia concreta: textos críticos e manifestos</i>. 4. Ed. Cotia: Ateliê, 2006. COUTINHO, Afrânio (direção). <i>A literatura no Brasil</i>. 4. ed. Vols. 2 a 4. São Paulo: Global, 1997. D'ONOFRIO, Salvatore. <i>Literatura ocidental: autores e obras fundamentais</i>. 2 ed. São Paulo: Ática:, 2000. MARTINS, Nilce Sant'Anna. <i>O léxico de Guimarães Rosa</i>. São Paulo. EDUSP, 2021. MOISÉS, Massaud. <i>A literatura brasileira através dos textos</i>. 18. ed. São Paulo: Cultrix:, 1994.

LITERATURA PIAUIENSE	
Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
Estudo das obras dos autores mais representativos na poesia e ficção piauiense.	
Competências e Habilidades	
• Reconhecer aspectos da cultura e literatura regional; • Identificar autores e obras da literatura piauiense; • Analisar obras literárias de autoria piauiense, relacionando ao cenário literário brasileiro e universal. •	

Referências Básicas
BRASIL, Assis. <i>Dicionário Prático de Literatura Brasileira</i> . Edição Ouro, Rio, 1979. LIMA, Luiz Romero. <i>Literatura Brasileira de Expressão Piauiense</i> . 22. ed. Teresina: Fundação Quixote, 2023.
MAGALHÃES, Maria do Socorro Rios. <i>Horizontes de leitura e crítica literária: a recepção da literatura piauiense (1900-1930)</i> . 1997. 302 f. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.
MENESES, Raimundo de. <i>Dicionário Literário Brasileiro</i> . 4 Vols. Edição Saraiva, São Paulo, 1969.
Referências Complementares
MORAES, Herculano. <i>Nova Literatura Piauiense</i> . Rio de Janeiro: Ed. Artenova S.A., 1975.
MORAES, Herculano. <i>Visão Histórica da Lit. Piauiense</i> . Rio de Janeiro: Com. Ed. Americana, 1976.
NUNES, Manoel Paulo. <i>Modernismo & vanguarda: notas de leitura impressionista</i> . Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2017.
NUNES, Manoel Paulo. Panorama. <i>Revista Caderno de Letras Meridiano</i> , Teresina, p. 9, out. 1949.
NUNES, Manoel Paulo. <i>A geração perdida</i> . Rio de Janeiro: Artenova, 1979.
REIS, Raimundo. <i>Poetas do Piauí</i> . Teresina: s/e, 1958.

	
CULTURA E LITERATURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA	
Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
Estudo da cultura indígena. Prosa de ficção de autores expoentes das literaturas africanas de expressão portuguesa. Conceitos teóricos que norteiam o fazer literário contemporâneo: categorias narratológicas tradicionais. História das literaturas: hibridismo linguístico, humor, tradições africanas, visão de mundo, tempo e espaço, percepção.	
Competências e Habilidades	
• Compreender os conceitos fundamentais que embasam a relação entre literatura, cultura afro-brasileira e indígena; • Debater a representação da pessoa negra e do indígena na literatura e cultura brasileiras; - • Reconhecer aspectos socioculturais e históricos do negro e do indígena na poesia e nas narrativas brasileiras.	
Referências Básicas	
ABDALA JUNIOR, Benjamin. <i>De Voos e Ilhas: literatura e comunitarismos</i> . Cotia: Ateliê Editorial, 2003.	
BERND, Zilá. <i>Literatura e identidade nacional</i> . 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.	
BROOKSHAW, David. <i>Raça e cor na literatura brasileira</i> . Porto Alegre: Avenida Nossa Senhora de Fátima s/n Bairro Fátima CEP 64.202-220 Parnaíba - PI 97 Mercado Aberto, 1983.	
CHAVES, Rita. <i>A formação do romance angolano</i> . Maputo; São Paulo: FBLP; Via Atlântica	

USP, 1999.

CUNHA, M. C. da. *História dos Índios no Brasil*. Companhia das Letras, 1992.

Referências Complementares

FERREIRA, Manuel. *Literaturas africanas de expressão Portuguesa*. V. II. Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1977.

HAMILTON, Russell. *Literatura africana, literatura necessária*. Lisboa, Ed. 70, 1981.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MUNDURUKU, Daniel. *Contos indígenas brasileiros*. 2. ed. São Paulo: Editora Global, 2005.

REIS, Carlos. *O Conhecimento da Literatura: Introdução aos Estudos literários*. Lisboa, Almedina, 2001.

RIBEIRO, B. G. *O índio na cultura brasileira*. Rio Comprido, RJ, s/d.



LITERATURA INFANTO-JUVENIL

Código:

Carga Horária: 60h

Eixo:

Pré-requisito:

Ementa

Formação do repertório de literatura Infantil/juvenil: contos, fábulas, poemas, crônicas, quadrinhos, lendas e músicas. Transformação do leitor através da literatura infantil/juvenil. A literatura infantil/juvenil como gênero literário.

Competências e Habilidades

- Discutir a formação da literatura infantil e juvenil;
- Analisar obras literárias para crianças e jovens;
- Refletir sobre as práticas de leitura da literatura infantil e juvenil na escola e no livro didático.

Referências Básicas

ABRAMOVICH, Fanny. *Literatura Infantil*: Gostosura e Bobices. 5. ed. Scipione: São Paulo, 1995.

AGUIAR, Vera Teixeira de & BORDINI, Maria da Glória. *Literatura: a formação do leitor – alternativas metodológicas*. Mercado Aberto: Porto Alegre, 1988.

BELTNKY, Tatiana ET alli. *A Produção cultural para a criança*. Mercado Aberto: Porto Alegre, 1996.

BETTELHEIM, Bruno. *A psicanálise dos contos de fadas*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1980.

CADERMATORI, Ligia. *O que é literatura infantil*. 5. ed. Brasiliense: São Paulo, 1991.

Referências Complementares

COELHO, Nelly Novaes. *Literatura infantil: Teoria, análise, didática*. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Moderna, 2000.

COLOMER, Teresa. *Introdução à literatura infantil e juvenil atual*. São Paulo: Global, 2017.

CUNHA, Maria Antonieta Antunes. *Literatura Infantil: teoria, análise e didática*. 6. Ed. Ática: São Paulo, 1994.

DEBU, Eliane. *A temática da cultura africana e afro-brasileira na literatura para crianças e jovens*. São Paulo: Cortez, 2017.

DOHME, Vânia D'Angelo. *Técnica de Contar histórias*. Informal: São Paulo, 2003. GARCIA,

Edson Gabriel. *A leitura na escola de 1º grau*. 2. ed. Loyola: São Paulo, 1992.

KHÊDE, Sônia Salomão. *Literatura Infantojuvenil: um gênero polêmico*. 2. ed. Mercado Aberto: Porto Alegre, 1986.

LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *Literatura Infantil Brasileira: História e histórias*. 6. ed. Ática: São Paulo, 2002.

ZILBERMAN, Regina. *A literatura infantil na escola*. São Paulo: Contexto, 2003.

ZILBERMAN, Regina; LAJOLO, Marisa. *Literatura infantil brasileira: Uma nova outra história*. São Paulo; Curitiba: FTD; PUCPRPress, 2017.



LITERATURA DE AUTORIA FEMININA

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
Discussão sobre a questão da literatura de autoria feminina e seus pressupostos teóricos; estudo em extensão e profundidade crítica de uma ou mais autoras basilares para o desenvolvimento da Literatura de autoria feminina. A literatura produzida por mulheres.	
Competências e Habilidades	
• Reconhecer a representação feminina na literatura; • Analisar obras literárias de autoria feminina; • Reconhecer aspectos socioculturais e de empoderamento feminino na literatura.	
Referências Básicas	
BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo. (Trad.) Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980 BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1979. BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Tradução Maria Helena Kühner. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.	
Referências Complementares	
LAURENTIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. (Org.) Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242. LOBO, L. Literatura de autoria feminina na América Latina. Rev. Mulher e Literatura, Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <https://lfilipe.tripod.com/LLobo.html> Acesso em: 05 nov, 2023. PERROT, Michelle. As mulheres ou os silêncios da história. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005. WOOLF, Virginia. <i>Um teto todo seu</i>. Tradução de Vera Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. XAVIER, E. Para além do cânone. In: RAMALHO, C. (Org.) <i>Literatura e feminismo: propostas teóricas e reflexões críticas</i>. Rio de Janeiro: Elo, 1999, p. 15-22.	

16.3 PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR



PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC) I

Código:	Carga Horária:40 h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

Práticas de Ensino como instrumento de integração do estudante com a realidade do exercício da prática docente que possibilitam a sua interlocução com as temáticas de estudo no módulo/semestre; identificação e análise de perspectivas e experiências dos licenciandos sobre ensinar e ser um profissional docente; observação, análise e intervenção em contextos educacionais; iniciação profissional junto às escolas ou outros ambientes educacionais; Interdisciplinaridade entendida como concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas objetivam proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento. Estudos sobre Os princípios que filosóficos e sociológicos que fundamentam a concepção de educação como direito de todos e o papel docente no processo de consolidação desse direito. O registro através do uso do portfólio.

Referências Básicas

- FAZENDA, I.C.A. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 18.ed. Campinas: Papirus, 2011.
- FREIRE, P. **Letras Português da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- ZABALZA, M. A. **Diários de Aula: um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Referências Complementares

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: jul. 2020.
- CUNHA, M. I. **O bom professor e sua prática**. 4.ed. Campinas: Papirus, 1994.
- PERRENOUD, P. **10 novas competências para ensinar: convite à viagem**. Porto Alegre: Artmed, 2000. 192 p.
- SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 18.ed. Campinas: Autores Associados, 2009.
- ZABALA, A.. **A Prática Educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- VILLAS BOAS, B. M. F. **Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico**. Campinas: Papirus, 2004.

PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC) II

Código:	Carga Horária: 40 h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

Práticas de Ensino como instrumento de integração do estudante com a realidade do exercício da prática docente que possibilitam a sua interlocução com as temáticas de estudo no módulo/semestre; identificação e análise de perspectivas e experiências dos licenciandos sobre ensinar e ser um profissional docente; observação, análise e intervenção em contextos educacionais; iniciação profissional junto às escolas ou outros ambientes educacionais; Interdisciplinaridade entendida como concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas objetivam proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento. Estudos sobre as políticas públicas para educação voltadas para a garantia de acesso, permanência e desenvolvimento de sujeitos historicamente excluídos e impactos reais na realidade local. Registro em portfólio.

Referências Básicas

DEMO, P. **A nova LDB ranços e avanços**. 22. ed. Campinas: Papirus, 2010.
LIBÂNEO, J. C; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.
LÜDKE, M. **Pesquisas em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.

Referências Complementares

ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. São Paulo. Papirus, 1995.
BRANDÃO, C. R. (org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
REYES, C R.; MONTEIRO, H. M. (Orgs.). **Um olhar crítico-reflexivo diante da realidade educacional**. São Carlos: EdUFSCar, 2010.82p. Disponível em http://livresaber.sead.ufscar.br:8080/jspui/bitstream/123456789/2754/1/Pe_Reyes_OlharCritico.pdf Acesso em nov. 2022.
SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 8. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1985.
GADOTTI, M. **Letras Portugêsa da práxis**. São Paulo: Cortez, 1995.
VILLAS BOAS, B. M. F. **Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico**. Campinas: Papirus, 2004.

PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC) III	
Código:	Carga Horária: 40h
Eixo:	Pré-requisito:
EMENTA	
Práticas de Ensino como instrumento de integração do estudante com a realidade do exercício da prática docente que possibilitam a sua interlocução com as temáticas de estudo no módulo/semestre; identificação e análise de perspectivas e experiências dos licenciandos sobre ensinar e ser um profissional docente; observação, análise e intervenção em contextos educacionais; iniciação profissional junto às escolas ou outros ambientes educacionais; Interdisciplinaridade entendida como concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas objetivam proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento. Estudos sobre as diferentes formas de aprender; atuação da gestão escolar diante dos alunos que apresentam dificuldades no processo de aprendizagem; a gestão como articuladora de ações interventivas de apoio à aprendizagem. Articulação multidisciplinar. Registro em do portfólio.	
Referências Básicas	
FERREIRA, N. S. C. Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2006. PLACCO, Vera Maria; ALMEIDA, Laurinda (orgs.). O Coordenador Pedagógico e os desafios da educação; São Paulo: Loyola, 2008. PATTO, M. H. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. 458p.	
Referências Complementares	
LÜCK, H. Dimensões de gestão escolar e suas competências. – Curitiba: Editora Positivo, 2009. NÓVOA, Antônio (org.). As organizações escolares em análise Instituto de Inovação Educacional; Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992 SOUZA, S. A.; YANNOULAS, S, C. Equipes multidisciplinares nas escolas de educação básica: velhos e novos desafios. In: FRANCISCHINI, R.; VIANA, M. N. (Org.). Psicologia escolar: que fazer é esse? Brasília: Conselho Federal de Psicologia, set. 2016, p. 74-78. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/08/CFP_Livro_PsinaEd_web.pdf>. Acesso em: nov. 2022. VILLAS BOAS, B. M. F. Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico. Campinas: Papirus, 2004.	

	
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC) IV	
Código:	Carga Horária: 40h
Eixo:	Pré-requisito:
EMENTA	

Práticas de Ensino como instrumento de integração do estudante com a realidade do exercício da prática docente que possibilitam a sua interlocução com as temáticas de estudo no módulo/semestre; identificação e análise de perspectivas e experiências dos licenciandos sobre ensinar e ser um profissional docente; observação, análise e intervenção em contextos educacionais; iniciação profissional junto às escolas ou outros ambientes educacionais; Interdisciplinaridade entendida como concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas objetivam proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento. Estudos sobre as práticas de letramento desenvolvidas na escola; abordagens metodológicas que oportunizem a aprendizagem da leitura e escrita de alunos que não desenvolveram estas habilidades na idade certa; construção de recursos pedagógicos; intervenção e análise dos resultados. Registro em do portfólio.

Referências Básicas

- BAMBERGER, R. **Como incentivar o hábito de leitura**. 7. ed. São Paulo, SP: Ática, 2010. 109p.
- CARVALHO, M. **Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e a prática**. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- FERREIRO, E. **Reflexões sobre alfabetização**. 26.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Referências Complementares

- LERNER, D. **Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2002. 120p.
- SILVA, E.T.. **O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova Letras Português da leitura**. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- SOARES, M.B. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- FIGUEIREDO, R. V. **Escola, Diferença e Inclusão**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.
- CORTEZ, R. V.; FARIA M. A. Distúrbios de aprendizagem e os desafios da educação escolar. **Revista eletrônica saberes da educação**. Vol. 02, nº 1, 2011. Disponível em: < www.docs.uninove.br/>. Acesso em out. 2022.
- VILLAS BOAS, B. M. F. **Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico**. Campinas: Papirus, 2004.



PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC) V

Código:	Carga Horária: 40h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

Práticas de Ensino como instrumento de integração do estudante com a realidade do exercício da prática docente que possibilitam a sua interlocução com as temáticas de estudo no módulo/semestre; identificação e análise de perspectivas e experiências dos licenciandos sobre ensinar e ser um profissional docente; observação, análise e intervenção em contextos educacionais; iniciação profissional junto às escolas ou outros ambientes educacionais; Interdisciplinaridade entendida como concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas

objetivam proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento. Estudos sobre as práticas de ensino de língua materna desenvolvidas na escola; abordagens metodológicas que oportunizem a desenvolvimento e aprendizagem das competências logico-matemática abordagens interventivas de indentificação e práticas pedagógicas para o desenvolvimento de habilidades; construção de recursos pedagógicos; intervenção e análise dos resultados. Registro em do portfólio.

Referências Básicas

Referências Complementares



PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC) VI

Código:	Carga Horária: 40h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

Práticas de Ensino como instrumento de integração do estudante com a realidade do exercício da prática docente que possibilitam a sua interlocução com as temáticas de estudo no módulo/semestre; identificação e análise de perspectivas e experiências dos licenciandos sobre ensinar e ser um profissional docente; observação, análise e intervenção em contextos educacionais; iniciação profissional junto às escolas ou outros ambientes educacionais; Interdisciplinaridade entendida como concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas objetivam proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento. Estudos sobre o currículo escolar e as práticas de adaptações, flexibilizações em função de responder às características de todos os alunos; identificação das práticas realizadas na escola; intervenção e análise dos resultados. Registro em do portfólio.

Referências Básicas

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: out. 2022.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 325 p.

Referências Complementares

ARROYO, M. G. **Currículo, território de disputa**. 5. Ed. – Petrópolis, RJ: vozes, 2013.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Adaptações Curriculares/ Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC/ SEF/SEESP, 1998.

CAPELLINI, V.L.M.F; FONSECA, K.A; LOPES JUNIOR, J. Flexibilização e adaptação curricular no processo de inclusão escolar. In: VALE, T.G.M.; MAIA, A.C.B. (org.). **Aprendizagem e**

comportamento humano (online). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/ybbg4/02>. Acesso em: nov. 2022.

GLAT, R.; BLANCO, L.M.V. Educação especial no contexto de uma Educação Inclusiva. In: GLAT, Rosana (org.). **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, p. 15-35, 2007.

SILVA, T. T. ; MOREIRA, A. F. **Currículo, cultura e sociedade**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

VILLAS BOAS, B. M. F. **Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico**. Campinas: Papyrus, 2004.



PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC) VII

Código:	Carga Horária: 40 h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

Práticas de Ensino como instrumento de integração do estudante com a realidade do exercício da prática docente que possibilitam a sua interlocução com as temáticas de estudo no módulo/semestre; identificação e análise de perspectivas e experiências dos licenciandos sobre ensinar e ser um profissional docente; observação, análise e intervenção em contextos educacionais; iniciação profissional junto às escolas ou outros ambientes educacionais; Interdisciplinaridade entendida como concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas objetivam proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento. Estudos sobre a metodologia de experimentação como estratégia facilitadora do ensino e da aprendizagem numa abordagem inclusiva; identificação das práticas realizadas na escola; intervenção e análise dos resultados. Registro em portfólio.

Referências Básicas

CARVALHO, A. M. P. **Ensino de ciências por investigação**: condições para implementação em sala de aula. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

GERARDI, L.H.de O.; CARVALHO, P.de. **Geografia**: ações e reflexões. Rio Claro: Ed. UNESP, 2006. 440 p. Disponível em: http://www.rc.unesp.br/igce/newpos/new_geo/dowgeografia.php. Acesso em: out. 2022.

HERMES, S. T. **Metodologia do ensino de Ciências Naturais** [recurso eletônico]. 1. ed. – Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2019. Disponível em: < https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/358/2019/07/MD_Ciencias-Naturais-1.pdf> Acesso em: out. 2022

Referências Complementares

BRASIL. Resolução CONAMA n. 2, de 15 de junho de 2012. **Diretrizes curriculares nacionais de educação ambiental**. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em out. 2022.

MARIN, A. A. e KASPER, K. M. **A natureza e o lugar habitado como âmbitos da experiência estética**: novos entendimentos da relação ser humano – ambiente. Educação em Revista, Belo

Horizonte, v.25, n.02, p.267-282, ago. 2009.

MELLO, S. S. e TRAJBER, R. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao3.pdf>. Acesso em out.2022.

MOREIRA, M. A.; MASINI, E. F. S. **Aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel**. 3ª reimpressão. São Paulo: Centauro, 2011.

VILLAS BOAS, B. M. F. **Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico**. Campinas: Papirus, 2004.



PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC) VIII

Código:	Carga Horária: 40 h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

Práticas de Ensino como instrumento de integração do estudante com a realidade do exercício da prática docente que possibilitam a sua interlocução com as temáticas de estudo no módulo/semestre; identificação e análise de perspectivas e experiências dos licenciandos sobre ensinar e ser um profissional docente; observação, análise e intervenção em contextos educacionais; iniciação profissional junto às escolas ou outros ambientes educacionais; Interdisciplinaridade entendida como concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas objetivam proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento. Estudos sobre a Arte educação e as contribuições para a inclusão escolar; identificação das práticas realizadas na escola; intervenção e análise dos resultados. Registro em portfólio.

Referências Básicas

BARBOSA, A. M. **Arte-educação no Brasil**. Editora Perspectiva, 7.ed. 2019. 136p.
FERRAZ, M. H.C.T.; FUSARI, M. F. R. **Metodologia do ensino de arte: fundamentos e proposições**. 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2018. 222 p.
IAVELBERG, R. **Para gostar de aprender arte: sala de aula e formação de professores**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2008. 126p.

Referências Complementares

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: out. 2022.
MOREIRA, M. A.; MASINI, E. F. S. **Aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel**. 3ª reimpressão. São Paulo: Centauro, 2011.
WEBER, M. L. T. **A Importância da Arte na Educação Especial**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 2, Vol. 13. pp 261-267, janeiro de 2017.

VILLAS BOAS, B. M. F. **Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico**. Campinas: Papirus, 2004.

16.4 PROJETO DE EXTENSÃO/CURRICULARIZAÇÃO



FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DE COMPONENTE CURRICULAR EXTENSÃO NO ENSINO SUPERIOR

Código:	Carga Horária:40 h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

Conceitos e princípios da extensão universitária; base legal da extensão e da curricularização; diretrizes para as ações de extensão universitária; a extensão universitária e as políticas públicas; articulação da extensão universitária com os movimentos sociais e com os setores produtivos; impacto e transformação social da extensão universitária; aprendizagem baseada em projetos; etapas para a elaboração de atividades e projetos de extensão universitária.

Referências Básicas

BRASIL, **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 - 2024 e dá outras providências. Brasília/DF. 2018.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **NOTA TÉCNICA 6/2022** - PROEN/REI/IFPI Orientação para implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI: 2022.

LISBÔA FILHO, F. F. Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.

SILVA, O. da. O que é extensão universitária. Integração: ensino, pesquisa e extensão, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 148-9, maio 1997.

Referências Complementares

RAYS, O. A. Ensino-Pesquisa-Extensão: notas para pensar a indissociabilidade. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, p. 71-85, mar. 2012. ISSN 1984-686X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5034>>. Acesso em: out.de 2022.

SANTOS, J. H.; ROCHA, B. F.; PASSAGLIO, K. T. Extensão universitária e formação no ensino superior. **Revista Brasileira De Extensão Universitária**, v. 7, n. 1, p. 23-28, 28 maio 2016. <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/3087> Acesso em: out. de 2012.

SEVERINO, A. J. Ensino e pesquisa na docência universitária: caminhos para a integração. Universidade de São Paulo - Faculdade de Educação, FEUSP. **Cadernos de Letras PortuguêsUniversitária** n.3 p.1-40 2008. Disponível em: <http://www.prpg.usp.br/attachments/article/640/Caderno_3_PAE.pdf> Acesso em: out. 2022.

LISBÔA FILHO, F. F. Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUÍ

PLANEJAMENTO EXTENSIONISTA

Código:	Carga Horária: 40 h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

Participação diagnóstica e planejamento; ações de extensão na comunidade; debater e definir junto à comunidade as demandas a serem transformadas; construção de um plano de ação (projeto ou programa) em conjunto com a comunidade nas áreas do projeto e/ou programa institucional definido pelo(s) docente(s) responsável(is) pelo componente curricular com a anuência da coordenação do curso. Encaminhamentos para a definição do tema do componente curricular **Projeto de Extensão I**.

Referências Básicas

BRASIL, **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 - 2024 e dá outras providências. Brasília/DF. 2018.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **NOTA TÉCNICA 6/2022** - PROEN/REI/IFPI Orientação para implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI: 2022.

SILVA, O. da. O que é extensão universitária. Integração: ensino, pesquisa e extensão, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 148-9, maio 1997.

Referências Complementares

RAYS, O. A. Ensino-Pesquisa-Extensão: notas para pensar a indissociabilidade. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, p. 71-85, mar. 2012. ISSN 1984-686X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5034>>. Acesso em: out.de 2022.

SANTOS, J. H.; ROCHA, B. F.; PASSAGLIO, K. T. Extensão universitária e formação no ensino superior. **Revista Brasileira De Extensão Universitária**, v. 7, n. 1, p. 23-28, 28 maio 2016. <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/3087> Acesso

em: out. de 2012.

SEVERINO, A. J. Ensino e pesquisa na docência universitária: caminhos para a integração. Universidade de São Paulo - Faculdade de Educação, FEUSP. **Cadernos de Letras**

Português Universitária n.3 p.1-40 2008. Disponível em:

<http://www.prpg.usp.br/attachments/article/640/Caderno_3_PAE.pdf> Acesso em: out. 2022.

LISBÔA FILHO, F. F. Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.



PROJETO DE EXTENSÃO I: (título do projeto)

Código:	Carga Horária:40 h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

E etapa de execução do projeto de extensão definido coletivamente conforme demanda levantada pela turma e em anuência com a a coordenação do curso, em um ou mais de um formato previsto como atividade extensionista (I – programas; II – projetos; III – cursos e oficinas; IV – eventos; e V – prestação de serviços) descritos no Art. 14 da Resolução CNE/CP 07/2018). Estratégias de consolidação e socialização dos resultados. Avaliação das atividades de extensão. Encaminhamentos para a definição do tema Projeto de Extensão II.

Referências Básicas

BRASIL, **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 -2024 e dá outras providências. Brasília/DF. 2018.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **NOTA TÉCNICA 6/2022** – PROEN/REI/IFPI Orientação para implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI: 2022.

LISBÔA FILHO, F. F. **Extensão universitária**: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.

SILVA, O. **O que é extensão universitária**. Integração: ensino, pesquisa e extensão, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 148-9, maio 1997.

Referências Complementares

A ser definido conforme deliberação feita no pelo professor responsável pelo componente curricular em anuência com a coordenação do curso, e de acordo com os encaminhamentos indicados no componente curricular **Planejamento Extensionista**.



PROJETO DE EXTENSÃO II: (título do projeto)

Código:	Carga Horária: 40 h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

E etapa de execução do projeto de extensão definido coletivamente conforme demanda levantada pela turma e em anuência com a a coordenação do curso, em um ou mais de um formato previsto como atividade extensionista (I – programas; II – projetos; III – cursos e oficinas; IV – eventos; e V – prestação de serviços) descritos no Art. 14 da Resolução CNE/CP 07/2018). Estratégias de consolidação e socialização dos resultados Avaliação das atividades de extensão. Encaminhamentos para a definição do tema Projeto de Extensão I.

Referências Básicas

BRASIL, **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 -2024 e dá outras providências. Brasília/DF. 2018.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **NOTA TÉCNICA 6/2022** – PROEN/REI/IFPI Orientação para implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI: 2022.

LISBÔA FILHO, F. F. **Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional**. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.

SILVA, O. **O que é extensão universitária**. Integração: ensino, pesquisa e extensão, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 148-9, maio 1997.

Referências Complementares

A ser definido conforme deliberação feita no pelo professor responsável pelo componente curricular em anuência com a coordenação do curso, e de acordo com os encaminhamentos indicados no componente curricular **Projeto de Extensão I**



PROJETO DE EXTENSÃO III: (título do projeto)

Código:	Carga Horária: 40h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA
E etapa de execução do projeto de extensão definido coletivamente conforme demanda levantada pela turma e em anuência com a a coordenação do curso, em um ou mais de um formato previsto como atividade extensionista (I - programas; II - projetos; III - cursos e oficinas; IV - eventos; e V - prestação de serviços) descritos no Art. 14 da Resolução CNE/CP 07/2018). Estratégias de consolidação e socialização dos resultados Avaliação das atividades de extensão. Encaminhamentos para a definição do tema Projeto de Extensão IV.
Referências Básicas
BRASIL, RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018 . Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 -2024 e dá outras providências. Brasília/DF. 2018. CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). NOTA TÉCNICA 6/2022 - PROEN/REI/IFPI Orientação para implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI: 2022. LISBÔA FILHO, F. F. Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional . Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022. SILVA, O. O que é extensão universitária . Integração: ensino, pesquisa e extensão, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 148-9, maio 1997.
Referências Complementares
A ser definido conforme deliberação feita no pelo professor responsável pelo componente curricular em anuência com a coordenação do curso, e de acordo com os encaminhamentos indicados no componente curricular Projeto de Extensão II .

 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA PIAUÍ	
PROJETO DE EXTENSÃO IV: (título do projeto)	
Código:	Carga Horária:40 h
Eixo:	Pré-requisito:
EMENTA	
E etapa de execução do projeto de extensão definido coletivamente conforme demanda levantada pela turma e em anuência com a a coordenação do curso, em um ou mais de um formato previsto como atividade extensionista (I - programas; II - projetos; III - cursos e oficinas; IV - eventos; e V - prestação de serviços) descritos no Art. 14 da Resolução CNE/CP 07/2018). Estratégias de consolidação e socialização dos resultados Avaliação das atividades de extensão. Encaminhamentos para a definição do tema Projeto de Extensão V .	
Referências Básicas	

BRASIL, **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 -2024 e dá outras providências. Brasília/DF. 2018.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **NOTA TÉCNICA 6/2022** - PROEN/REI/IFPI Orientação para implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI: 2022.

LISBÔA FILHO, F. F. **Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional**. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.

SILVA, O. **O que é extensão universitária**. Integração: ensino, pesquisa e extensão, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 148-9, maio 1997.

Referências Complementares

A ser definido conforme deliberação feita no pelo professor responsável pelo componente curricular em anuência com a coordenação do curso, e de acordo com os encaminhamentos indicados no componente curricular **Projeto de Extensão III**.



PROJETO DE EXTENSÃO V: (título do projeto)

Código:	Carga Horária:40 h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

E etapa de execução do projeto de extensão definido coletivamente conforme demanda levantada pela turma e em anuência com a a coordenação do curso, em um ou mais de um formato previsto como atividade extensionista (I - programas; II - projetos; III - cursos e oficinas; IV - eventos; e V - prestação de serviços) descritos no Art. 14 da Resolução CNE/CP 07/2018). Estratégias de consolidação e socialização dos resultados Avaliação das atividades de extensão. Encaminhamentos para a definição do tema do componente curricular Projeto de Extensão VI.

Referências Básicas

BRASIL, **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 -2024 e dá outras providências. Brasília/DF. 2018.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **NOTA TÉCNICA 6/2022** - PROEN/REI/IFPI Orientação para implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI: 2022.

LISBÔA FILHO, F. F. **Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional**. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.

SILVA, O. **O que é extensão universitária**. Integração: ensino, pesquisa e extensão, São Paulo, v.

3, n. 9, p. 148-9, maio 1997.

Referências Complementares

A ser definido conforme deliberação feita no pelo professor responsável pelo componente curricular em anuência com a coordenação do curso, e de acordo com os encaminhamentos indicados no componente curricular **Projeto de Extensão**.



PROJETO DE EXTENSÃO VI: (título do projeto)

Código:	Carga Horária:40 h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

E etapa de execução do projeto de extensão definido coletivamente conforme demanda levantada pela turma e em anuência com a a coordenação do curso, em um ou mais de um formato previsto como atividade extensionista (I - programas; II - projetos; III - cursos e oficinas; IV - eventos; e V - prestação de serviços) descritos no Art. 14 da Resolução CNE/CP 07/2018). Estratégias de consolidação e socialização dos resultados. Avaliação das atividades de extensão.

Referências Básicas

BRASIL, **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 -2024 e dá outras providências. Brasília/DF. 2018.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **NOTA TÉCNICA 6/2022** - PROEN/REI/IFPI Orientação para implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI: 2022.

LISBÔA FILHO, F. F. **Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional**. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.

SILVA, O. **O que é extensão universitária**. Integração: ensino, pesquisa e extensão, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 148-9, maio 1997.

Referências Complementares

A ser definido conforme deliberação feita no pelo professor responsável pelo componente curricular em anuência com a coordenação do curso, e de acordo com os encaminhamentos indicados no componente curricular **Projeto de Extensão V**.



ESTÁGIO SUPERVISIONADO I

Código:	Carga Horária teórica: 60h
	Carga Horária prática: 90h
Eixo:	Pré-requisito:
EMENTA	
Competências e Habilidades	
Referências Básicas	
Referências Complementares	



ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

Código:	Carga Horária teórica: 60h
	Carga Horária prática: 90h
Eixo:	Pré-requisito:
EMENTA	
Competências e Habilidades	
Referências Básicas	
Referências Complementares	



ESTÁGIO SUPERVISIONADO III

Código:	Carga Horária teórica: 60h
	Carga Horária prática: 90h
Eixo:	Pré-requisito:
EMENTA	
Competências e Habilidades	
Referências Básicas	
Referências Complementares	



ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV

Código:	Carga Horária teórica: 60h
	Carga Horária prática: 90h
Eixo:	Pré-requisito:
EMENTA	

Competências e Habilidades
Referências Básicas
Referências Complementares

16.5 TCC

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I (TCC I)	
Código:	Carga Horária: 60 h
Eixo:	Pré-requisito:
EMENTA	
Pesquisa em ensino na licenciatura de Letras Português. Aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa. Métodos quantitativos e qualitativos. Definição e delimitação da pesquisa. Orientações para elaboração e execução do projeto de TCC.	
Competências e Habilidades	
Redigir e qualificar um projeto de pesquisa científica atendendo aos padrões da metodologia científica e a normatização da ABNT, o manual de elaboração de monografia do IFPI, e as normas constantes no regulamento do núcleo de trabalho de conclusão de curso.	
Referências Básicas	
GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010. JUNIOR, Celso Ferrarezi. Guia do Trabalho Científico: do projeto à redação final – Monografia, Dissertação e Tese. São Paulo: Contexto, 2011. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010. RUIZ, João Álvaro. Metodologia Científica: Guia para a Eficiência nos Estudos. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2010. TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa	

Qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 2009.

Referências Complementares

ANDRADE, M. M. De. **Redação Científica**: elaboração do TCC passo a passo. São Paulo: Factash, 2007.

DEMO, Pedro. **Introdução à Metodologia da Ciência**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KAHLMAYER-MERTENS, Roberto S. Et. Al. **Como elaborar projetos de pesquisa**: linguagem e método. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica**: A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas. 11. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2002.



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II (TCC II)

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

Desenvolvimento da pesquisa. Coleta, sistematização, análise e crítica dos dados. Orientações para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Estruturação, redação e normatização do TCC. Elaboração do TCC. Apresentação do TCC.

Competências e Habilidades

- Desenvolver uma pesquisa com vistas ao desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso;
- Coletar, sistematizar e analisar os dados obtidos na pesquisa;
- Redigir o TCC atendendo aos padrões da metodologia científica e a normatização da ABNT, o manual de elaboração de monografia do IFPI, e as normas constantes no regulamento do núcleo de trabalho de conclusão de curso;
- Apresentar o TCC como requisito parcial para obtenção do diploma.

Referências Básicas

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JUNIOR, Celso Ferrarezi. **Guia do Trabalho Científico: do projeto à redação final - Monografia**, Dissertação e Tese. São Paulo: Contexto, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica: Guia para a Eficiência nos Estudos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa**

Qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 2009.

Referências Complementares

ANDRADE, M. M. de. **Redação Científica:** elaboração do TCC passo a passo. São Paulo: Factash, 2007.

DEMO, Pedro. **Introdução à Metodologia da Ciência.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KAHLMAYER-MERTENS, Roberto S. et. al. **Como elaborar projetos de pesquisa: linguagem e método.** Rio de Janeiro: FGV, 2007.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica: A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas.** 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Cortez, 2002.



NEUROCIÊNCIAS E LINGUAGEM

Código:	Carga Horária teórica: 60h
	Carga Horária prática: 90h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

Linguagem e Neurociência. Cérebro e linguagem. Memória e aprendizagem. Alfabetização e letramento na perspectiva da Neurociência. Neurociência e aprendizagem da leitura e da escrita aplicada às neurodivergências.

Competências e Habilidades

Referências Básicas

CONSENZA, R. M.; GUERRA, L. B. Neurociência e educação: como o cérebro aprende. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DEHAENE, Stanislas. Os neurônios da leitura: como a ciência explica a nossa capacidade de ler. Porto Alegre: Penso, 2012.

IZQUIERDO, I. Os tipos e as formas de memória. In: IZQUIERDO, I. Memória. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 19-33.

SIMÕES, Estela Mari Santos; NOGARO, Arnaldo. Neurociência cognitiva para educadores: aprendizagem e prática docente para o século XXI. Curitiba: CRV, 2016.

Referências Complementares

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília/DF: 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.** Brasília/DF: 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Decreto no 4.281, de 25 de junho de 2002. **Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.** Brasília/DF: 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Decreto no 5.296 de 2 de dezembro de 2004. **Regulamenta as Leis no 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.** Brasília/DF: 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Decreto no 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.** Brasília/DF: 2011. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021.**

BRASIL. Lei 10.436/02, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.** Brasília/DF: 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei10436.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.** Brasília/DF: 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.** Brasília/DF: 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências.** Brasília/DF: 2004. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Lei no 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.** Brasília/DF: 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Lei no 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências.** Brasília/DF: 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Brasília/DF: 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília/DF: 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.** Brasília/DF: 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Parecer CNE/CES 1.304/2001. **Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Física, Bacharelado e Licenciatura.** Brasília/DF: 2001. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES1304.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Portaria no 1.224, de 18 de dezembro de 2013. **Institui normas sobre a manutenção e guarda do Acervo Acadêmico das Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao sistema federal de ensino.** Brasília/DF: 2013. Disponível em: <<https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/portarias-federais/portaria-mec-no-1-224-de-18-de-dezembro-de-2013>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 7 de 18 de dezembro de 2018. **Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.** Brasília/DF: 2018. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf>

BRASIL. Resolução CNE/CP no 2, de 20 de dezembro de 2019. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).** Brasília/DF: 2019. Disponível em: <<https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2982/resolucao-cne-cp-n-2>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Resolução no 1, de 17 de junho de 2004. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana.** Brasília/DF: 2004. Disponível em: <<http://www.prograd.ufu.br/legislacoes/resolucao-cnecp-no-1-de-17-de-junho-de-2004>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Resolução no 1, de 30 de maio de 2012. **Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.** Brasília/DF: 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 143/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 25 de agosto de 2022. **Altera a Resolução que normatiza a Organização Didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.** Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/16QP6xn6vBw1DjoewuhuG3grbNbf6NFT9>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). Resolução Normativa nº 131/2022, de 25 de abril de 2022. **Estabelece as Diretrizes para a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).** Disponível em: <https://sites.google.com/ifpi.edu.br/ifpi-resolucoes-do-consup/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). Resolução nº 039/2013. **Dispõe sobre as Normas e Procedimentos para a Mobilidade Acadêmica, Nacional e Internacional, de estudantes de Cursos de Graduação do IFPI e dá outras providências.** Teresina/PI: 2013. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1DCCpldpQByi8HST7gbJtNf32fcRwtCGV>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 95/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 22 de novembro de 2021. **Atualiza e consolida o Regulamento do Programa de Acompanhamento ao Egresso (PAE), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do PiauÍ (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI: 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 22/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI de 6 de abril de 2021. **Aprova o Regulamento do desenvolvimento das Atividades Teórico-práticas de Aprofundamento (ATPAs) em áreas específicas de interesse dos estudantes dos cursos de licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do PiauÍ (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI: 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 113/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 29 de março de 2022. **Consolida e atualiza o registro e a inclusão das atividades de extensão – Práticas Curriculares em Comunidade e em Sociedade (PCCS), nos currículos dos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do PiauÍ (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI: 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/16QP6xn6vBw1DjoewuhuG3grbNbf6NFT9>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 46/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI de 16 de junho de 2021. **Consolida e atualiza as resoluções que dispõem sobre o Regulamento dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do PiauÍ (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI: 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 125/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 6 de abril de 2022. **Atualiza o Regulamento de participação dos servidores e discentes em Visitas Técnicas e Participação em Eventos de natureza acadêmica, científica, tecnológica, desportiva, artística e cultural do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do PiauÍ (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI: 2022. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/16QP6xn6vBw1DjoewuhuG3grbNbf6NFT9>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 26/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 6 de abril de 2021. **Aprova a consolidação das resoluções editadas pelo Conselho Superior que dispõem sobre o Regimento dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) dos cursos de graduação do IFPI, e dá outras providências. Teresina/PI: 2021.** Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **RESOLUÇÃO NORMATIVA 53/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23 de julho de 2021.** Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

RESOLUÇÃO NORMATIVA 56/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 2 de agosto de 2021: **Atualiza a Política de Diversidade e Inclusão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.** Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 50/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 16 de junho de 2021. **Atualiza o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. Teresina/PI: 2021.** Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 56/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 2 de agosto de 2021. **Atualiza a Política de Diversidade e Inclusão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. Teresina/PI: 2021.** Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 55/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23 de julho de 2021. **Atualiza e consolida as Resoluções que normatizam a Instituição e o Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. Teresina/PI: 2021.** Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 35/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 19 de maio de 2021. **Aprova a consolidação e atualização da Política de Assistência Estudantil (POLAE), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do PiauÍ (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI: 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 53/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23 de julho de 2021. **Atualiza e consolida as Resoluções que normatizam a Instituição e o Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do PiauÍ (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI: 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 112/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 28 de março de 2022. **Atualiza e consolida as resoluções que normatizam a distribuição de carga horária docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do PiauÍ (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI : 2022. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/16QP6xn6vBw1DjoewuhuG3grbNbf6NFT9>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 99/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 7 de dezembro de 2021. **Atualiza os procedimentos para abreviação dos Cursos de Graduação, para alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do PiauÍ (IFPI) com extraordinário aproveitamento nos estudos, e dá outras providências.** Teresina/PI: 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2020-2024.** Teresina/PI: 2020. Disponível em: <https://www.ifpi.edu.br/pdi/pdi-2020-2024/documentos/pdi-2020-2024-_anexo-resolucao-009_2020-consup.pdf/view>. Acesso em: 05 dez. 2022



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

RESOLUÇÃO 51/2024 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 13 de junho de 2024.

Aprova a criação do Curso de Licenciatura Ciências da Natureza, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução Normativa nº 59, de 20 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2021, e considerando o processo nº 23172.001597/2024-19,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, **ad referendum**, a criação do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza, na modalidade Educação a Distância (EaD), no IFPI, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entrar em vigor na data de sua publicação.

PAULO BORGES DA CUNHA

Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

■ Paulo Borges da Cunha, REITOR(A) - CD1 - REI-IFPI, em 13/06/2024 15:30:25.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 12/06/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 269399

Código de Autenticação: aadab50b56





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino
Diretoria de Educação a Distância

**Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em
Ciências da Natureza
Modalidade a Distância**

Teresina-PI, junho de 2024.

REITOR

Paulo Borges da Cunha

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Odimógenes Soares Lopes

DIRETORA DE ENSINO SUPERIOR

Márcio Aurélio Carvalho de Moraes

DIRETOR GERAL CAMPUS TERESINA CENTRAL

Paulo de Tarso Vilarinho Castelo Branco

DIRETOR DE ENSINO - CAMPUS TERESINA CENTRAL

Franciéric Alves de Araujo

DIRETOR DE ENSINO A DISTÂNCIA DO IFPI

Raimundo Nonato Meneses Sobreira

**EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CIÊNCIAS DA
NATUREZA, MODALIDADE A DISTÂNCIA**

Profa. Dra. Clautina Ribeiro de Moraes da Costa

Prof. Me. Raimundo Nonato Meneses Sobreira

Prof. Me. Domingos dos Santos Ponciano

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
CAPÍTULO 1 - PERFIL INSTITUCIONAL	7
1.1 BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	7
1.1 MISSÃO, VISÃO E VALORES	13
1.2 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA	13
1.3 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	14
1.4 ÁREA DE ATUAÇÃO	14
1.5 JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSOS E DEMANDAS SOCIAIS	17
1.6 FORMAS DE ACESSO AO CURSO	19
CAPÍTULO 2- ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	20
2.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	20
2.2 OBJETIVOS DO CURSO	23
2.3 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	23
2.4 ORGANIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DAS DISCIPLINAS	31
2.5 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO	33
2.6 ATIVIDADES COMPLEMENTARES (AC)	35
2.7 ESTRUTURA E CONTEÚDOS CURRICULARES	36
2.8 METODOLOGIA	45
2.10 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	51
2.11. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	52
Concepção, objetivos e carga horária	52
Estrutura e funcionamento do estágio	53
Avaliação do estágio supervisionado	54
2.12. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	55
2.14 TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	59
2.15 TEMAS TRANSVERSAIS OBRIGATÓRIOS	60
2.16 APOIO AO DISCENTE	62
a) Política de diversidade e inclusão do IFPI	62

b) Mobilidade Acadêmica	64
c) Acessibilidade	66
e) Profissionais Técnicos Especializados em Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais-Libras	66
f) Mecanismos de Nivelamento	67
2.17 GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA	67
2.18 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO APRENDIZAGEM	69
a) Avaliação da aprendizagem	Error! Indicador Não Definido .
b) Sistema de Avaliação do Curso	70
c) Verificação de Aprendizagem em Chamada	71
d) Revisão da Verificação da Aprendizagem	72
2.19 ATIVIDADES DE PESQUISA E INOVAÇÃO	73
2.20 COMITÊ DE ÉTICA DE PESQUISA	74
a) Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos	74
b) Comitê de Ética no Uso de Animais	75
CAPITULO 3.0 - COORDENAÇÃO DO CURSO, CORPO DOCENTE E TUTORES	75
3.1- CORPO DOCENTE	75
3.2 -TUTORES	76
3.3- COORDENAÇÃO DO CURSO	77
3.4- NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE- NDE.....	74
REFERÊNCIAS	
ANEXO 1 – BIBLIOGRAFIAS E EMENTAS	79

APRESENTAÇÃO

No âmbito do Instituto Federal do Piauí (IFPI), o instrumento orientador das ações curriculares é denominado de Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Trata-se, pois, de um conjunto de intencionalidades pedagógicas que tem como propósito a explicitação dos principais parâmetros para a ação educativa e o processo formativo, além de apresentar-se em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e a legislação vigente.

O projeto pedagógico do curso constitui-se num instrumento de gestão em prol da formação cidadã, e como tal encontra-se explicitado em suas dimensões política, didático-pedagógica e administrativa. A organização curricular fundamenta-se no compromisso ético do IFPI em relação à concretização do perfil do egresso, que é definido pela explicitação dos conhecimentos e saberes que compõem a correspondente formação.

Nesse sentido, o presente documento apresenta o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza do Instituto Federal do Piauí. O PPC aqui construído é fruto de um processo de reflexão, discussão coletiva, democrática, que contou com a participação dos professores e da comunidade acadêmica, numa afirmação de identidade e legitimidade institucional.

A proposta aqui apresentada vem responder às necessidades de formação profissional de professores na área de Ciências da Natureza para atuarem na Educação Básica e atender às exigências das atuais transformações científicas e tecnológicas, no contexto Universidade Aberta-UAB, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, que tem como objeto a seleção de propostas de Instituições de Ensino Superior (IES) para a oferta de vagas para a formação de professores em Cursos de Licenciatura, no âmbito UAB, para a atuação nas redes públicas de educação básica e/ou nas redes comunitárias de formação por alternância.

Considerando que a UAB tem como objetivos, entre outros: oferecer a oportunidade de acesso à formação específica de nível superior, conforme a área de atuação; fomentar a implementação de projetos pedagógicos para a formação de professores que contemplem as especificidades do público-alvo, com formas diferenciadas de organização dos conhecimentos tempos e espaços; e estimular a aproximação entre a educação superior e a educação básica, tendo as comunidades e as escolas como espaços privilegiados de formação e de pesquisa, este documento foi construído nos termos das DCN para a

Formação de Professores, definidas pelo Conselho Nacional de Educação-CNE, órgão normativo do Ministério da Educação-MEC.

Nos termos das Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores (Resolução CNE/CP n. 2, de dezembro de 2019) , o presente PPC apresenta a organização das práticas institucionais e pedagógicas e constitui-se em um instrumento de proposições e orientações que permitirá a uniformidade das ações acadêmicas do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza do IFPI, contemplando os processos de ensino, pesquisa e extensão. Em sua apresentação e organização este documento, atende as demandas internas do IFPI que regulamentam e normatizam matérias acerca do funcionamento dos cursos de licenciaturas vigentes.

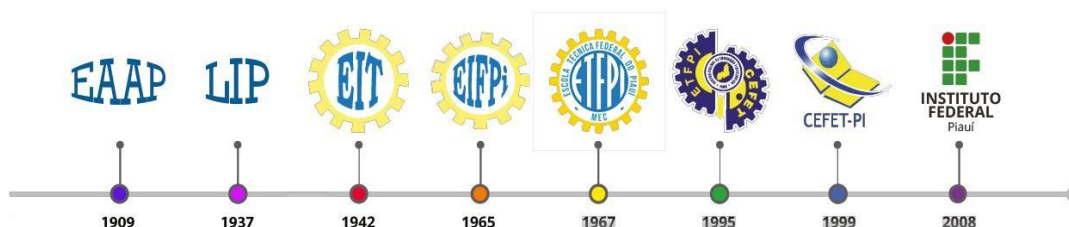
CAPÍTULO 1 - PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino.

O Instituto Federal do Piauí – IFPI possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

O IFPI possui 114 (cento e catorze) anos, tendo origem na Escola de Aprendizes Artífices do Piauí em 1909, transformada em Liceu Industrial do Piauí em 1937, Escola Industrial de Teresina em 1942, Escola Industrial Federal do Piauí em 1965, Escola Técnica Federal do Piauí em 1967 e Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí em 1998, conforme a linhahistórica a seguir.



a) Escola de Aprendizes Artífices do Piauí

Em 1909, vinte anos após o advento da República e vinte e um anos após a Abolição da Escravatura, com um regime de governo ainda não totalmente consolidado e uma sociedade ainda escravocrata, vivíamos um caos social decorrente da libertação dos escravos. Tal fato, na prática, trouxe uma liberdade sem pão, sem moradia, sem reforma agrária e sem emprego. As grandes cidades brasileiras enchiam-se, cada vez mais, de ex-escravos, miseráveis a mendigar o pão de cada dia, crianças famintas, velhos doentes, adultos desempregados e adolescentes empurrados para a prostituição, o ócio e o crime.

Pensando em minimizar esse cenário de horror e numa possível industrialização do Brasil, até então um país eminentemente agropastoril e extrativista, Nilo Procópio Peçanha, Vice-Presidente alçado ao posto de Presidente do Brasil, em 14 de junho de 1909, após a morte do titular Afonso Pena, decretou a criação de uma Rede Nacional de Escolas Profissionais.

O Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, criou uma Escola de Aprendizes Artífices em cada uma das capitais de Estado que se destinava, como diz na sua introdução, “não só a habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalhos profícuos, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime”. Por meio deste Decreto, na época conhecido pelo apelido de “Lei Nilo Peçanha”, Teresina, capital do Estado do Piauí, ganhou uma Escola Federal com o nome de Escola de Aprendizes Artífices do Piauí (EAAPI).

A denominação da EAAPI surgiu em 1937, na vigência do Estado Novo. As perspectivas de avanços na área da indústria foram, naquele momento, o grande propulsor para a transformação da escola primária em secundária, denominada, a partir de então, Liceu Industrial. No caso em pauta, Liceu Industrial do Piauí (LIP). O termo “industrial” adveio da intenção governamental de industrializar o país, usando a Rede de Escolas Profissionais como meio de formar operários especialmente para servir ao parque industrial brasileiro, nesse momento já inserido como meta de governo.

Adaptando-se aos novos tempos, o Liceu Industrial do Piauí teve construída e inaugurada, em 1938, a sua sede própria pelo Governo Federal em terreno cedido pela Prefeitura Municipal de Teresina, na Praça Monsenhor Lopes, hoje Praça da Liberdade, nº 1597, onde funciona atualmente o Campus Teresina Central.

A sede própria da Escola, que ocupava parte de uma quadra do centro da capital, foi inaugurada com 6 modernas salas de aula e instalações para oficinas de marcenaria, mecânica de máquinas, serralheria e solda, modelação, fundição e alfaiataria. Sendo Teresina uma capital ainda pouco industrializada, os ex-alunos do Liceu Industrial do Piauí migravam para o Sudeste do país, onde tinham emprego garantido com salários condignos, devido a sua alta competência técnica.

b) Escola Industrial de Teresina

Esse nome provém da Lei Orgânica do Ensino Industrial, de 1942, que dividiu as escolas da Rede em Industriais e Técnicas. As Escolas Industriais ficam geralmente nos Estados menos industrializados e formaram operários conservando o ensino propedêutico do antigo ginásio. Legalmente, esse curso era chamado de Ginásio Industrial.

As Escolas Industriais continuariam formando operários para a indústria, e as Técnicas formavam operários e também técnicos. Os operários formados tinham nível ginásial (1º ciclo) e os técnicos, nível médio (2º ciclo).

A Escola Industrial de Teresina (EIT) atuava no ramo da indústria metal-mecânica. Sua estrutura física foi ampliada com a construção de mais salas de aula, oficinas escolares e área específica para educação física.

A Escola Industrial de Teresina (EIT) atuava no ramo da indústria metal-mecânica. Sua estrutura física foi ampliada com a construção de mais salas de aula, oficinas escolares e área específica para educação física.

c) Escola Industrial Federal do Piauí

No ano de 1965, pela primeira vez, apareceu, na Rede, a denominação Escola Federal, embora, desde a sua criação, pertencesse ao Governo Federal. Noutra formulação: pela primeira vez, o termo “federal” entrou na composição do nome das Escolas da Rede. Essa mudança também permitiu que a Instituição pudesse fundar cursos técnicos industriais, a exemplo das escolas que já eram “técnicas”.

d) Escola Técnica Federal do Piauí

A promoção de Escola Industrial para Escola Técnica Federal do Piauí (ETFPI), em 1967, foi uma consequência da criação dos primeiros cursos técnicos (Agrimensura, Edificações e Eletromecânica) e do reconhecimento desses cursos pelo Ministério da Educação.

Nesse período, houve uma grande ampliação da estrutura geral da Escola. Os cursos técnicos, que eram noturnos, passaram a ser também diurnos. O Ginásio Industrial foi se extinguindo gradativamente, a partir de 1967, uma série a cada ano.

Grandes modificações aconteceram no ensino. Além dos cursos técnicos industriais, com suas variadas opções, vieram também os cursos técnicos da área de serviços, como os de Contabilidade, Administração, Secretariado e Estatística. Nessa mesma época, foi permitida, preferencialmente nos cursos da área terciária, a matrícula para mulheres, depois estendida a todos os demais cursos. O número de alunos quadruplicou em 2 anos e o de professores acompanhou proporcionalmente o mesmo crescimento.

A modernização da Escola começou em meados da década de 1980 com o advento da informatização, que chegou primeiro à administração e, posteriormente, ao ensino, criando-se grandes laboratórios para cursos de informática, destinados a alunos, professores, servidores técnico-administrativos e à comunidade fora da Escola. O ponto alto desse período foi a interiorização do ensino com o planejamento, a construção e a consolidação da Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) de Floriano, processo iniciado em 1986 e concluído em 1994.

Em 1994, foi autorizada a transformação da ETFPI em Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI), pela Lei 8.948/94, efetivada em 22 de março de 1999.

e) Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí

O biênio 1997-1998 foi dedicado ao processo de transição de ETFPI para CEFET-PI, conhecido como CEFETIZAÇÃO, que veio mais uma vez mudar a denominação da Escola. Em 1999, ocorreu o primeiro Vestibular do CEFET-PI, com a oferta do curso superior de Tecnologia em Informática. Outros fatos de destaque que aconteceram, a partir dessa fase da história cefetiana, foram: a continuidade da qualificação dos servidores (1994); a promoção da XXIII Reunião Nacional de Diretores de ETFs, CEFETs e EAFs (1995); a construção do novo auditório da Instituição (1997); a construção do ginásio poliesportivo coberto (1997); a reforma do Prédio “B”, com início em 1999; a abertura do primeiro curso superior da área de saúde, Tecnologia em Radiologia (2001); a implantação dos cursos de Licenciatura em Biologia, Física, Matemática e Química (2002).

Para dar continuidade à formação de profissionais, em 2004, foi estabelecido o primeiro Mestrado Interinstitucional (Minter), Engenharia de Produção, e a oferta de cursos de especialização em Banco de Dados e Gestão Ambiental. Em 2005, foi ofertado o primeiro Doutorado Interinstitucional (DINTER), Engenharia de Materiais. A partir de 2005, o CEFET-PI, atento à política do Ministério da Educação (MEC), buscou uma melhor qualificação profissional da comunidade do Piauí e região, com a implantação, desde 2006, do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio nas áreas de Gestão, Construção Civil, Informática, Indústrias e Meio Ambiente. Em 2007, aconteceu a inauguração das UNEDs de Picos, Parnaíba e Marcílio Rangel (atualmente conhecida como Teresina Zona Sul).

f) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

O Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI) sofreu, em 2008, uma reorganização em sua estrutura adquirindo o status de Instituto Federal, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro desse ano, criou a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica.

Ao se transformar em IFPI, a Instituição adquiriu autonomia para criar e extinguir cursos, bem como para registrar diplomas dos cursos por ela oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, o Instituto Federal do Piauí foi equiparado às universidades federais.

Em 2010, iniciou-se o processo de expansão do IFPI com a inauguração dos seguintes campi: Angical, Corrente, Piripiri, Paulistana, São Raimundo Nonato e Uruçuí. Em 2012, foram inaugurados campi em Pedro II, Oeiras e São João; e, em 2014, houve a inauguração dos campi de Campo Maior, Valença e Cocal.

Nesse período, foi criado também o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), reforçando o desenvolvimento e a interiorização da educação profissional. Em 2014, foram publicadas as portarias de criação dos Campi Avançados Dirceu Arcoverde e Pio IX. Nesse mesmo ano, foi realizado o I Fórum das Licenciaturas, realizado em Parnaíba.

Em 2015, a sede da Reitoria foi inaugurada, constituindo-se na unidade organizacional executiva central, responsável pela administração e supervisão de todas as atividades do Instituto Federal do Piauí.

O IFPI possui, no momento, 63 (sessenta e três) cursos superiores presenciais, 4 cursos superiores a distância, 5 mestrados e 17 cursos de especialização em funcionamento. Os bacharelados apresentam 2046 matrículas e correspondem a 6,11% das matrículas. As licenciaturas apresentam 5642 matrículas e correspondem a 16,86 % das matrículas da instituição, As tecnologias apresentam 2922 matrículas e correspondem a 8,43% das matrículas. Uma média de 78,72% dos alunos do ensino superior são provenientes da escola pública e 65% têm renda familiar per capita inferior a 1 salário mínimo.

Na dimensão Extensão, o IFPI trabalha com diversas áreas temáticas, dentre elas: Educação, Formação de Professores, Cultura, Saúde, Meio Ambiente, Tecnologia e Produção, Comunicação, Empreendedorismo Inovador, Trabalho, Inovação, Música, Economia Solidária e Criativa, Direitos Humanos e Justiça, Inclusão e Tecnologias Assistivas e Gestão Pública.

Na pesquisa, o IFPI se destaca nas áreas: Administração, Agronomia, Antropologia, Artes, Botânica, Ciência da Computação, Ciência da Informação, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Ciências Ambientais, Direito, Ecologia, Educação, Educação Física, Engenharia Agrícola, Engenharia Biomédica, Engenharia de Energia, Engenharia de Materiais e Metalúrgica, Engenharia de Produção, Engenharia Química, Física, Geografia, História, Letras, Linguística, Matemática, Microbiologia, Nutrição, Planejamento Urbano e Regional, Química, Robótica, Mecatrônica e Automação, Sociologia, Teologia e Zootecnia.

1.1 MISSÃO, VISÃO E VALORES

A partir de suas finalidades, o IFPI tem a missão de: "Promover uma educação de excelência, direcionada às demandas sociais". A visão de uma instituição reflete as aspirações e o desejo coletivo a ser alcançado, no espaço de tempo, a médio e longo prazo, buscando dar identidade. A partir de 2020, a visão de futuro do IFPI é: Consolidar-se como centro de excelência em Educação Profissional, Científica e Tecnológica, mantendo-se entre as melhores instituições de ensino do País.

Por sua vez, os valores organizacionais são princípios ou crenças desejáveis, estruturados hierarquicamente, que orientam a vida da organização e estão a serviço de interesses coletivos. Os valores do IFPI são: Ética, Respeito, Solidariedade, Diálogo, Participação, Transparência, Equidade e Responsabilidade.

1.2 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

Sigla: IFPI

CNPJ: 10.806.496/0001-49

Natureza Jurídica: Autarquia federal

End.: Avenida Presidente Jânio Quadros, 330/ Santa Isabel, Teresina - PI, 64.053-390

Fone: (86) 3131- 1443

Representante legal: Paulo Borges da Cunha

Ato legal: Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008

Página Institucional: www.ifpi.edu.br

1.3 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO: Licenciatura em Ciências da Natureza, Modalidade a Distância

PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO: 04 (quatro) anos

TÍTULO ACADÊMICO: Licenciado em Ciências da Natureza

REGIME LETIVO: Semestral

VAGAS AUTORIZADAS: 40 (quarenta) vagas

FORMA DE ACESSO: Processo seletivo conforme resoluções vigentes

CARGA HORÁRIA: 3.300 h

1.4 ÁREA DE ATUAÇÃO

Atuar no sentido do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania, sem perder a dimensão do universal, constitui um preceito que fundamenta a ação do Instituto Federal do Piauí.

Ao ver-se como lugar de diálogo, o IFPI amplia seu campo de atuação ao espaço do território geográfico no qual se insere e que passa a ser o campo de negociação entre o local e o global, de construção de uma rede de solidariedade intercultural.

O IFPI atua a favor dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, qualquer que seja a esfera delimitada, a relação dialógica e democrática de seu fazer pedagógico possibilitará ganhos sociais expressivos e a superação de contradições existentes.

A estrutura multicampi e a clara definição do território de abrangência das ações do Instituto Federal do Piauí afirmam, na missão desta Instituição, o compromisso de intervenção em sua região, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável, com inclusão social.

Na busca de sintonia com as potencialidades de desenvolvimento regional, os cursos ofertados no âmbito do IFPI são definidos em atendimento às demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho local e da região. Convém salientar que o IFPI busca conciliar as demandas identificadas com a sua vocação e capacidade de oferta de cursos, em relação às reais condições de viabilização da proposta pedagógica: infraestrutura física, corpo docente e técnico, acervo bibliográfico, instalações e equipamentos.

Assim é que o Instituto Federal do Piauí constitui espaço fundamental na construção dos caminhos visando ao desenvolvimento local e regional dos territórios nos quais os seus campi estão inseridos. Na proposta pedagógica do Instituto Federal do Piauí, agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho (numa perspectiva histórica e no sentido ontológico) e discutir os princípios das tecnologias a ele concernentes dão luz a elementos essenciais para a definição de um propósito específico para a estrutura curricular da educação profissional e tecnológica. O que se propõe é uma formação contextualizada, imersa em conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos.

A Instituição visa, portanto, contribuir com o desenvolvimento dos arranjos produtivos econômicos, sociais e culturais de cada território em que os campi do IFPI estão organicamente inseridos. A oferta de cursos nos diversos níveis/formas da educação profissional e superior, estão inseridos nos seguintes territórios de desenvolvimento:

- a) Planícies Litorâneas – Campus Parnaíba e Campus Cocal;
- b) Cocais - Campus Piripiri e Campus Pedro II;
- c) Carnaubais – Campus Campo Maior;
- d) Entre Rios – Campus Teresina-Central, Campus Teresina Zona Sul, Campus Angical do Piauí, Campus Avançado do Dirceu e Campus Avançado de José de Freitas;
- e) Serra da Capivara – Campus São Raimundo Nonato e Campus São João do Piauí;
- f) Vale dos Rios Piauí e Itaueiras – Campus Floriano;
- g) Tabuleiros do Alto Parnaíba – Campus Uruçuí;
- h) Vale do Sambito – Campus Valença do Piauí;
- i) Vale do Rio Guaribas - Campus Picos e Campus Avançado Pio IX;
- j) Chapada Vale do Rio Itaim – Campus Paulistana;
- k) Vale do Rio Canindé – Campus Oeiras;
- l) Chapada das Mangabeiras – Campus Corrente.

A presença de um campus nesses Territórios, além de promover a interiorização e abrangência da área de atuação do IFPI visa, sobretudo, à promoção do desenvolvimento socioeconômico regional, impulsionado pelo avanço da escolaridade e o acesso aos níveis mais elevados do saber dos seus cidadãos, bem como à identificação da vocação produtiva, ao respeito e à preservação da cultura local e ambiental e, por conseguinte, à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Nesse sentido, a oferta dos cursos, bem como seu turno de funcionamento, tem sido orientada pela identificação dos arranjos produtivos locais, culturais e socioeducacionais em cujos Territórios os campi estão inseridos. Para tanto, a articulação entre trabalho, ciência e cultura, na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares do IFPI, movido pelo desafio de viabilizar um ensino público, gratuito, democrático e de excelência direcionado às demandas sociais.

Como princípio em sua proposta político-pedagógica, o Instituto Federal do Piauí atua na oferta de educação básica, principalmente em cursos de ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio; ensino técnico em geral; graduações tecnológicas, licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, bem como em programas de pósgraduação *lato e stricto sensu*, sem deixar de assegurar a formação inicial e continuada de trabalhadores.

Nesse contexto, a transversalidade e a verticalização constituem aspectos que contribuem para a singularidade do desenho curricular nas ofertas educativas do Instituto Federal do Piauí, visto que a designação “instituição de educação superior, básica e profissional” lhe confere uma natureza singular, na medida em que não é comum, no sistema educacional brasileiro atribuir a uma única instituição a atuação em mais de um nível de ensino.

A área de atuação do IFPI compreende uma proposta pedagógica fundada na compreensão do trabalho como atividade criativa fundamental da vida humana e em sua forma histórica, como forma de produção. Assim sendo, o que está posto para o Instituto Federal do Piauí é a formação para o exercício profissional tanto para os trabalhadores que necessitam de formação em nível superior para a realização de suas atividades profissionais, quanto para os que precisam da formação em nível médio técnico, e também para aqueles que atuam em qualificações profissionais mais especializadas; ao mesmo tempo, as atividades de pesquisa e extensão estão diretamente relacionadas ao mundo do trabalho.

No tocante à formação de professores para educação básica, há de se notar que os cursos de licenciatura, em sua proposta curricular, contemplam a inovação na abordagem das metodologias e práticas pedagógicas, com o objetivo de contribuir para a superação da cisão entre ciência-tecnologia-cultura-trabalho e teoria-prática em um tratamento pedagógico para romper com a fragmentação do conhecimento.

Assim, é da natureza do Instituto Federal do Piauí validar a verticalização do ensino e balizar suas políticas de atuação pela oferta de diferentes níveis e modalidades da educação profissional e tecnológica, básica e superior, a partir de um projeto pedagógico singular.

A realidade brasileira no que tange à necessidade de professores integra uma série de pontos quando se trata da formação de profissionais da educação, tais como: a formação em serviço ou continuada, carreira e valorização docente, dentre outros. A frágil representação construída da dignidade profissional precisa estar fortalecida. À exigência primordial da excelência na formação, que precisa ser compatível também com a atual complexidade do mundo, somam-se outras exigências. O IFPI reúne uma série de condições na oferta de cursos de formação de professores para a educação básica, pela excelência na formação docente em atenção às demandas da sociedade comprovada através de políticas internas na qualificação do corpo docente e administrativo através da formação continuada, assim como na formação inicial de professores para a educação básica.

1.5 JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO E DEMANDAS SOCIAIS

Os contextos sociais da contemporaneidade nos alertam sobre as transformações em que o mundo vem passando e pela velocidade em que estes processos acontecem. O homem vive em tempos cada vez mais acelerados, onde sua produção, seus objetivos e anseios de vida são moldados por necessidades inerentes a esses novos arranjos.

Um aspecto positivo sobre esse novo modo de ser diz respeito ao avanço na produção de novos conhecimento; e como negativo podemos citar a fragilidade em que esses processos se assentam. Diante disso, a educação enquanto construção social, materializa-se por meio de modelos formativos que devem responder às demandas sociais e, mais ainda, contribuir para o melhoria da sociedade.

O papel do professor, diante dessa realidade torna-se central ao assumir a tarefa da educação. É necessário, enquanto profissional humano, social e político, que o professor eleve sua atuação para além do fazer técnico do ensinar e aprender, a partir de um

posicionamento crítico e transformador (GADOTTI, 1998). Nesse sentido, a própria formação docente também entra em pauta, na medida em que se define os saberes que são mobilizados com objetivos de possibilitar o exercício da atividade profissional.

A apreensão dos saberes necessários à atuação profissional docente ocorre através do processo de formação e do exercício profissional, conforme um conjunto de fatores interrelacionados, como o tempo histórico, as orientações e diretrizes dos órgãos normativos, o contexto sociopolítico e as experiências, valores e concepções individuais de cada sujeito.

Diante do exposto, os cursos de formação de professores se destacam pela relevância na educação brasileira, devendo portanto, ser objeto da máxima atenção e observância da qualidade dos processos formativos.

O início do processo de escolarização é uma etapa fundamental da formação humana, embora historicamente, esse campo de atuação tenha sido negligenciado, considerando os critérios e orientações que indicavam a pouca exigência de qualificação dos profissionais que por muito tempo atuaram nessa etapa escolar. Atualmente, as concepções que embasam os fundamentos da educação e a própria realidade da educação brasileira orientam para uma formação mais qualificada.

Diante dessa realidade, a formação de professores possibilita a inovação das metodologias de ensino e assim tornar o processo de ensino-aprendizagem mais efetivo. Propõe-se um curso de Licenciatura para formar professores em exercício no Ensino Fundamental, na área de Ciências. Neste sentido o Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza, na modalidade a Distância do Instituto Federal do Piauí – *Campus* Teresina Central, justifica-se pela necessidade de atender uma demanda de professores dessa área. Visto que a carência de professores na área de Ciências é enorme no Brasil e, em especial, nas regiões Norte e Nordeste.

No Estado do Piauí, essa demanda é ainda maior, faltam professores em quase todos os municípios. É comum a disciplina de Ciências ser ministrada por professores de outras áreas de formação. Além disso, o Ensino Fundamental vem se expandindo muito, em decorrência do crescimento populacional e sobretudo pelas maiores oportunidades de acesso à escola.

O Instituto Federal do Piauí (IFPI), reconhece essa necessidade de implantação do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza na modalidade à Distância, afim de atender essa demanda em todo o Estado do Piauí. A modalidade a Distância é uma oportunidade para muitos egressos do Ensino Médio, uma vez que estes deixam de fazer um curso

superior por várias dificuldades, como se adequar aos locais e horários dos cursos ofertados presencialmente, ou por residirem em locais distantes de onde esses cursos são ofertados. Além desses fatores, muitas vezes tem a dificuldade financeira para deslocamento e/ou de fixação nos municípios em que os cursos são oferecidos, ou por trabalharem em horários incompatíveis.

No Brasil em geral, ainda é pequeno, o número de professores formados em Ciências da Natureza. Desta forma, certamente, é um profissional necessário na área da Educação Básica. Além disso, a abordagem integrada dos diversos aspectos da Natureza é fundamental à formação de cidadãos conscientes, responsáveis e capazes de emitir julgamento sobre as atividades da Sociedade no uso e ocupação do ambiente, o que já é percebido e solicitado pelo mercado de trabalho.

Segundo relatório da Comissão Especial do Ministério da Educação, instituída para fazer levantamento dos déficit de docentes no Ensino Médio no Brasil, apontou que em 2008 a necessidade de professores na área de Ciências era de 235 mil professores em 2015 esse número diminuiu para 150 mil e com a continuação de implantação de cursos de Graduação e Especialização no Ensino de Ciências tende a diminuir cada vez mais esse déficit, contribuindo efetivamente com a qualidade do ensino, da pesquisa, da formação de educandos e educadores (PNE, 2021).

Nessa perspectiva, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), *Campus* Teresina Central, implanta esse curso de Graduação em Ciências da Natureza, modalidade EAD, buscando uma alternativa de atender à demanda supracitada.

O projeto apresentado almeja a reelaboração do conhecimento por meio da contextualização com a realidade, fazendo uso da interdisciplinaridade e o saber científico, bem como a reflexão da teoria e da prática no Ensino de Ciências. É alvo do curso, propor uma educação problematizadora, investigativa, fazendo o professor pensar em metodologias que possam melhorar o processo de ensino-aprendizagem em sala de aula e que dialogue com a realidade social que cerca o seu alunado.

1.6 FORMAS DE ACESSO AO CURSO

As vagas são distribuídas considerando-se o percentual de 50% para ampla concorrência e 50% para as vagas reservadas de acordo com a Lei nº 12.711/2012, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas) - alterada pela Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023, distribuídas conforme o percentual do IBGE para:

- Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo, que tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos autodeclarados quilombolas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo, que tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos com deficiência, independente de etnia, que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos, independente de etnia, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo, que tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos autodeclarados quilombolas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos com deficiência que, independentemente de etnia e independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos, independente de etnia e independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas, conforme o caso.

Além da política de cotas, o IFPI adota como ação afirmativa própria uma reserva de vagas de 5% para estudantes com deficiência (PcD) que não é egresso da escola pública, conforme Resolução Normativa nº 195/2024 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 18 de janeiro de 2024, que atualiza a Política de Cotas e os procedimentos de heteroidentificação, no âmbito do IFPI.

CAPÍTULO 2: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

As políticas institucionais do IFPI para os cursos de Licenciatura são baseadas na

integração da pesquisa, ensino e extensão, em conformidade com os princípios pedagógicos definidos no projeto político pedagógico institucional, bem como, as diretrizes provenientes do MEC, proporcionando assim ao profissional proposto, a percepção do contexto social no qual está inserido e a capacidade de intervenção frente às demandas apresentadas por este no domínio local e regional (PDI 2020-2024).

Diante deste cenário, e atendendo ao disposto na Lei 11.892/2008 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), são políticas institucionais para os cursos de licenciatura, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPI:

- a) Implementar anualmente, por campus, a oferta regular das vagas de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática, nos termos da Lei no 11.892/2008;
- b) Implementar semestralmente a oferta regular de vagas de cursos de Formação Inicial e Continuada;
- c) Implementar ações que garantam a igualdade de condições de acesso, permanência e êxito nos cursos da Instituição.
- d) Possibilitar aos alunos o acesso à ações acadêmicas que favoreçam a superação da dicotomia entre teoria e prática: atividades práticas inseridas nos componentes curriculares durante todo o curso, iniciação científica e tecnológica, pesquisa, tutorias de aprendizagem, mobilidade acadêmica, eventos técnico-científicos, aulas externas e visitas técnicas a empresas e demais organizações do mundo do trabalho.

Possuindo como marco a concepção da educação como instrumento de transformação e de enriquecimento do conhecimento, capaz de modificar a vida social e atribuir maior sentido e alcance ao conjunto da experiência humana, tais políticas têm como objetivo oferecer aos alunos de licenciatura um referencial teórico-prático que colabore na aquisição de competências cognitivas, habilidades e atitudes e que promovam o seu pleno desenvolvimento como pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Desse modo, em conformidade com o PDI do IFPI, são tomadas como base as seguintes diretrizes:

- A necessidade de atuar no ensino, na pesquisa e na extensão, compreendendo as especificidades dessas dimensões e as inter-relações que caracterizam sua indissociabilidade;

- A compreensão de que o conhecimento deve ser tratado em sua plenitude, nas diferentes dimensões da vida humana, integrando ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos, nas propostas pedagógicas dos cursos de licenciaturas;
- O reconhecimento da precedência da formação humana e cidadã, sem a qual a qualificação para o exercício profissional não promove transformações significativas para o trabalhador e para o desenvolvimento social;
- A organização de itinerários formativos que permitam o diálogo entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica (formação inicial e continuada, técnica de nível médio e de graduação e pós-graduação tecnológica), ampliando as possibilidades de formação vertical (elevação de escolaridade) e horizontal (formação continuada);
- A sintonia dos currículos com as demandas sociais, econômicas e culturais locais, permeando-os das questões de diversidade cultural e de preservação ambiental, pautada na ética da responsabilidade e do cuidado;
- O reconhecimento do trabalho como experiência humana primeira, organizadora do processo;
- Educação como instrumento de transformação e de enriquecimento do conhecimento, capaz de modificar a vida social e atribuir maior sentido e alcance ao conjunto da experiência humana, de modo a alterar positivamente a realidade brasileira e do Piauí.

Com o intuito de garantir a permanência e êxito dos discentes nos cursos de Licenciatura, o IFPI tem como política o desenvolvimento de ações contínuas, que integram os eixos ensino, pesquisa e extensão por meio de programas e projetos subsidiados pela Política de Assistência Estudantil (POLAE), e por políticas externas através de agências de fomento.

Entres as ações contempladas pela POLAE destacam-se:

- oferta de atividades de nivelamento, que proporcionem um melhor aproveitamento do processo de ensino aprendizagem do aluno ingressante;
- o acompanhamento de alunos pelas equipes pedagógicas e multiprofissionais do IFPI, como psicólogos, médicos, odontólogos, nutricionistas, assistentes sociais, entre outros profissionais;
- oportunidades de estágio, monitoria, iniciação científica, atividades extensionistas e iniciação à docência.

Entres as ações contempladas por programas de fomento externo incluem-se:

- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-AF-CNPq);

- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID);
- Residência Pedagógica (RP).

2.2 OBJETIVOS DO CURSO

Objetivo Geral

Formar Professores de Ciências que atendam aos requisitos da profissão e às demandas da sociedade, fazendo articulação dos conhecimentos de forma interdisciplinar, contextualizada e atendendo as demandas do ensino de Ciências, considerando a evolução dos conhecimentos científicos, agindo com criticidade, inovação e criatividade, mas respeitando as devidas articulações dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Objetivos Específicos

- Desenvolver um ensino com caráter interdisciplinar que valorize a aprendizagem a partir de contextos reais, mas numa perspectiva técnico-científica;
- Adotar metodologias de ensino que valorizem a aprendizagem, a inter-relação entre teoria e prática, sempre atendendo as novas demandas para o ensino de ciências;
- Formar professores para que na sua ação profissional valorize a prática reflexiva como um elemento fundamental na formação profissional, aptos a ensinar, orientar e gerenciar o ensino de Ciências que permite aprender por toda a vida;
- Fornecer ao licenciado em Ciências da Natureza uma compreensão das relações entre homem e natureza, a partir de conceitos importantes da Física, Química e Biologia;
- Desenvolver estratégias didáticas pedagógicas que facilitem a aquisição e construção de conhecimentos pelos alunos, buscando sempre, além do Ensino de Ciências a formação de cidadãos dignos e eticamente corretos do ponto de vista da sociedade e da natureza.

2.3 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

Competências e Habilidades

Os egressos de cursos de licenciatura devem ser agentes sociais, capazes de planejar as ações, de gerir a atuação profissional e de intervir na estrutura social a partir de uma análise crítica da realidade socioeconômica na qual se insere, e que subsidiado pelos

conhecimentos pedagógicos esteja apto a atuar na educação básica e suas modalidades atento aos avanços da ciência e da tecnologia.

Estas e outras características são apresentadas na Resolução CNE/CP nº 2/2019, como competências gerais docentes:

1. Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.
2. Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas.
3. Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal, corporal, visual, sonora e digital – para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar.
6. informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.
7. Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
8. Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
9. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na

diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes.

10. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.

11. Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

As competências específicas apresentadas na Resolução CNE/CP nº 2/2019 estão distribuídas em três dimensões fundamentais: conhecimento profissional, prática profissional, e engajamento profissional. Estas competências específicas devem se integrar de modo interdependente e sem hierarquia na ação docente, e seu desenvolvimento deve ser possibilitado ao aluno de licenciatura.

São competências específicas da dimensão do conhecimento profissional: dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los; demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem; reconhecer os contextos de vida dos estudantes; e conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.

São competências específicas da dimensão da prática profissional: planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens; criar e saber gerir os ambientes de aprendizagem; avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino; e conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, as competências e as habilidades.

São competências específicas da dimensão do engajamento profissional: comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional; comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender; participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos; e engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade, visando melhorar o ambiente escolar.

Portanto, o perfil profissional a ser consolidado engloba um conjunto de competência e habilidades para o efetivo exercício profissional que articula teoria e

prática, favorece e estimula situações de aprendizagens significativas ao mesmo tempo em que favorece o desenvolvimento profissional docente.

O perfil descrito acima é reforçado na Resolução 02 de 20 de Dezembro de 2019 (BNCC Formação), em seu artigo 4º, a qual estabelece três competências básicas a serem desenvolvidas em todos os cursos de licenciatura:

As competências específicas se referem a três dimensões fundamentais, as quais, de modo interdependente e sem hierarquia, se integram e se complementam na ação docente. São elas: I - conhecimento profissional; II - prática profissional; e III - engajamento profissional. (BRASIL, 2019).

Desse modo, se pretende garantir que a formação inicial dos estudantes esteja alicerçada num conjunto de saberes comuns e alinhado que reflitam a apropriação dos conhecimentos necessário ao exercício docente, numa prestativa de desenvolvimento profissional contínuo; da percepção da escola como lugar privilegiado de formação contínua; de que os processos educativos ocorrem em tempos e espaços variados, típicos e atípicos; de que a atividade docente deve ser uma ação intencional, planejada; e de que a realidade social contemporânea, mais do que nunca, exige profissionais capazes de considerar a diversificação, flexibilização e adaptação em suas práticas pedagógicas.

A Resolução 02 de 20 de dezembro de 2019, destaca ainda em seu artigo 4º, o conjunto de habilidades relacionadas às três competências básicas para os cursos de formação de professores, a saber:

§ 1º As competências específicas da dimensão do conhecimento profissional são as seguintes: I - dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los; II - demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem; III - reconhecer os contextos de vida dos estudantes; e IV - conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais. **§ 2º As competências específicas da dimensão da prática profissional compõem-se pelas seguintes ações:** I - planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens; II - criar e saber gerir os ambientes de aprendizagem; III - avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino; e IV - conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, as competências e as habilidades. **§ 3º As competências específicas da dimensão do engajamento profissional podem ser assim discriminadas:** I - comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional;

II - comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender; III - participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos; e IV - engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade, visando melhorar o ambiente escolar.

A organização curricular dos cursos destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, em consonância com as aprendizagens prescritas na BNCC da Educação Básica, tem como princípios norteadores:

I - compromisso com a igualdade e a equidade educacional, como princípios fundantes da BNCC;

II - reconhecimento de que a formação de professores exige um conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes, que estão inerentemente alicerçados na prática, a qual precisa ir muito além do momento de estágio obrigatório, devendo estar presente, desde o início do curso, tanto nos conteúdos educacionais e pedagógicos quanto nos específicos da área do conhecimento a ser ministrado;

III - respeito pelo direito de aprender dos licenciandos e compromisso com a sua aprendizagem como valor em si mesmo e como forma de propiciar experiências de aprendizagem exemplares que o professor em formação poderá vivenciar com seus próprios estudantes no futuro;

IV - reconhecimento do direito de aprender dos ingressantes, ampliando as oportunidades de desenvolver conhecimentos, habilidades, valores e atitudes indispensáveis para o bom desempenho no curso e para o futuro exercício da docência;

V - atribuição de valor social à escola e à profissão docente de modo contínuo, consistente e coerente com todas as experiências de aprendizagem dos professores em formação;

VI - fortalecimento da responsabilidade, do protagonismo e da autonomia dos licenciandos com o seu próprio desenvolvimento profissional;

VII - integração entre a teoria e a prática, tanto no que se refere aos conhecimentos pedagógicos e didáticos, quanto aos conhecimentos específicos da área do conhecimento ou do componente curricular a ser ministrado;

VIII - centralidade da prática por meio de estágios que enfoquem o planejamento, a regência e a avaliação de aula, sob a mentoria de professores ou coordenadores experientes da escola campo do estágio, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

IX - reconhecimento e respeito às instituições de Educação Básica como parceiras imprescindíveis à formação de professores, em especial as das redes públicas de ensino;

X - engajamento de toda a equipe docente do curso no planejamento e no acompanhamento das atividades de estágio obrigatório;

XI - estabelecimento de parcerias formalizadas entre as escolas, as redes ou os sistemas de ensino e as instituições locais para o planejamento, a execução e a avaliação conjunta das atividades práticas previstas na formação do licenciando;

XII - aproveitamento dos tempos e espaços da prática nas áreas do conhecimento, nos componentes ou nos campos de experiência, para efetivar o compromisso com as metodologias inovadoras e os projetos interdisciplinares, flexibilização curricular, construção de itinerários formativos, projeto de vida dos estudantes, dentre outros;

XIII - avaliação da qualidade dos cursos de formação de professores por meio de instrumentos específicos que considerem a matriz de competências deste Parecer e os dados objetivos das avaliações educacionais, além de pesquisas científicas que demonstrem evidências de melhoria na qualidade da formação; e

XIV - adoção de uma perspectiva intercultural de valorização da história, da cultura e das artes nacionais, bem como das contribuições das etnias que constituem a nacionalidade brasileira.

Assim, o licenciado em Ciências da Natureza é o profissional com conhecimentos e habilidades que lhe permita atuar com uma visão orgânica da Ciência, que estimule a curiosidade científica dos alunos sobre os fenômenos naturais, além de prepará-los para o exercício consciente da cidadania.

O conjunto de conhecimentos integrados das Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química), com foco na Terra, no Universo e na vida, considerando relevante a evolução dinâmica e histórica da natureza (Ciência, Tecnologia, Sociedade, Meio Ambiente e Ética) ao longo do tempo. O curso habilitará o egresso a desenvolver

projetos pedagógicos interdisciplinares na área de Ciências, em espaços educativos escolares e não escolares, portanto, capazes de contribuir para a inserção do conhecimento científico na comunidade local. Podemos então dizer que o egresso do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza a distância do IFPI é capaz de:

- Compreender o contexto social e adaptar a sua atuação em sala de aula a esse contexto, incentivando uma reflexão ética diante da sociedade e da natureza, adotando abordagens didático-pedagógicas adequadas ao ensino de Ciências;
- Ter competência técnica e científica para dominar os conteúdos e estimular os alunos à curiosidade científica, e consequentemente o incentivo à pesquisa;
- Propor no planejamento das suas ações uma atuação que privilegie a criatividade, a contextualização, a multidisciplinaridade, a organização com competência técnico-científica, a ética e considerando sempre as rápidas transformações na sociedade;
- Buscar sempre a maximização dos recursos disponíveis no cotidiano à sua prática profissional, levando em conta a necessidade, a objetividade, a individualidade, a articulação, a participação e o processo ensino-aprendizagem;
- Continuar os estudos, se inserindo em Programas de pós-graduação de Ciências da Natureza ou em áreas afins.

Articulação do Perfil com as Necessidades Locais e Regionais

O curso de licenciatura em Ciências da Natureza tem como uma de suas finalidades atuar em favor do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania, a partir de uma relação próxima e dialógica do curso e da Instituição com as realidades local e regional.

Desse modo, o curso deve proporcionar uma formação que possibilite ao indivíduo o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de seu contato com a realidade através da prática (PDI 2020 – 2024).

Nesse sentido, a prática profissional, a extensão curricularização das atividades de extensão, e o estágio supervisionado obrigatório são ações que, previstas no currículo, permitem ao aluno de licenciatura entrar em contato com a realidade socioeconômica cultural local e regional de forma crítica e dialógica, identificando suas possíveis demandas e

propondo soluções a essas demandas.

De acordo com dados divulgados pelo INEP em setembro de 2022, há evidências do desinteresse de alunos pela formação docente. Além da alta taxa de evasão e do baixo crescimento da entrada de alunos, é muito preocupante o número estagnado ou reduzido de egressos em cursos específicos de formação de professores. Ocorre ainda um maior desinteresse nos cursos de licenciatura acentuado entre os mais jovens, o que pode, em breve, atenuar o déficit de professores e a relação numérica discente por docente. Ao comparar os anos de 2016 e 2021, o número de docentes na educação básica diminuiu, cenário que mostra um quadro de aumento de alunos por professor e, consequentemente, um aumento da faixa etária dos docentes. No Piauí, especificamente, o número de docentes reduziu mais de 8% nesse período, aumentando em 0,3% a relação entre alunos por professor. Esse aumento só não foi maior, devido também à redução do número de matrículas.

Os dados do Censo Escolar, referentes à matrícula dos estudantes público-alvo da educação básica no ano de 2022 indicam crescimento em relação aos anos anteriores, em todos os níveis e modalidades de ensino regular. Em relação à formação dos professores, os dados informados no Censo Escolar pelas instituições de ensino da educação básica, indicam que dos 224 (duzentos e vinte e quatro) municípios do Estado do Piauí, apenas 57 (cinquenta e sete) possuem docentes com formação na área.

A oferta da licenciatura em Ciências da Natureza, modalidade EAD, pelo IFPI tem a perspectiva de contribuir com a formação de docentes para o trabalho com os estudantes da educação básica.

2.4 ORGANIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DAS DISCIPLINAS

São princípios norteadores da organização curricular dos cursos de licenciatura do IFPI destinados à Formação de Professores para a Educação Básica:

- I. Reconhecimento de que a formação de professores exige um conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes, que estão inerentemente alicerçados na prática, a qual precisa ir muito além do momento de estágio obrigatório, devendo estar presente, desde o início do curso, tanto nos conteúdos educacionais e pedagógicos quanto nos específicos da área do conhecimento a ser ministrado;
- II. Atribuição de valor social à escola e à profissão docente de modo contínuo, consistente e coerente com todas as experiências de aprendizagem dos professores em formação;
- III. Integração entre a teoria e a prática, tanto no que se refere aos conhecimentos pedagógicos e didáticos, quanto aos conhecimentos específicos da área do conhecimento ou do componente curricular a ser ministrado;
- IV. Centralidade da prática por meio de estágios que enfoquem o planejamento, a regência e a avaliação de aula, sob a mentoria de professores ou coordenadores experientes da escola campo do estágio.
- V. Estabelecimento de parcerias formalizadas entre as escolas, as redes ou os sistemas de ensino e as instituições locais para o planejamento, a execução e a avaliação conjunta das atividades práticas previstas na formação do licenciando;
- VI. Aproveitamento dos tempos e espaços da prática nas áreas do conhecimento, nos componentes ou nos campos de experiência, para efetivar o compromisso com as metodologias inovadoras e os projetos interdisciplinares, flexibilização curricular, construção de itinerários formativos, projeto de vida dos estudantes, dentre outros;
- VII. Adoção de uma perspectiva intercultural de valorização da história, da cultura e das artes nacionais, bem como das contribuições das etnias que constituem a nacionalidade brasileira.

Os cursos de licenciatura do IFPI destinados à Formação de Professores para a Educação Básica e suas modalidades têm como fundamentos pedagógicos:

- I. O desenvolvimento de competência de leitura e produção de textos em Língua Portuguesa e domínio da norma culta;

- II. O compromisso com as metodologias inovadoras e com outras dinâmicas formativas, que propiciem ao futuro professor aprendizagens significativas e contextualizadas em uma abordagem didático-metodológica alinhada com a BNCC, visando ao desenvolvimento da autonomia, da capacidade de resolução de problemas, dos processos investigativos e criativos, do exercício do trabalho coletivo e interdisciplinar, da análise dos desafios da vida cotidiana e em sociedade e das possibilidades de suas soluções práticas;
- III. A conexão entre o ensino e a pesquisa com centralidade no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que ensinar requer, tanto dispor de conhecimentos e mobilizá-los para a ação, como compreender o processo de construção do conhecimento;
- IV. O emprego pedagógico das inovações e linguagens digitais como recurso para o desenvolvimento, pelos professores em formação, de competências sintonizadas com as previstas na BNCC e com o mundo contemporâneo;
- V. A avaliação como parte integrante do processo da formação, que possibilite o diagnóstico de lacunas e a aferição dos resultados alcançados, consideradas as competências a serem constituídas e a identificação das mudanças de percurso que se fizerem necessárias;
- VI. A apropriação de conhecimentos relativos à gestão educacional no que se refere ao trabalho cotidiano necessário à prática docente, às relações com os pares e à vida profissional no contexto escolar;
- VII. O reconhecimento da escola de Educação Básica como lugar privilegiado da formação inicial do professor, da sua prática e da sua pesquisa;
- VIII. O compromisso com a educação integral dos professores em formação, visando à constituição de conhecimentos, de competências, de habilidades, de valores e de formas de conduta que respeitem e valorizem a diversidade, os direitos humanos, a democracia e a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas; e
- IX. As decisões pedagógicas com base em evidências.

Atendendo os princípios norteadores e fundamentos pedagógicos descritos anteriormente, o Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza do IFPI possui uma carga horária total de 3.300 (três mil e trezentas) horas, destinada à apreensão dos conhecimentos teóricos e práticos da docência, e de sua área específica de conhecimento, bem como às atividades de extensão curricularizadas. A carga horária mencionada está organizada em 8 (oito) módulos semestrais, cujos componentes curriculares independentemente da sua estruturação em parte teórica e prática, possuem carga horária múltipla de 20 (vinte) horas.

2.5 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Com a intenção de promover a interação transformadora entre instituições de ensino superior e outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa, a Resolução CNE/CES 7/2018 prevê em seu artigo 4º que as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos.

A referida normativa apresenta as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regimenta o que está disposto no Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014, para o decênio 2014-2024 que, em sua meta 12, estratégia 12.7, prevê assegurar a destinação de, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

O IFPI regulamentou internamente a matéria, por meio da Resolução Normativa 131/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 25 de abril de 2022, que estabelece as Diretrizes para a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

A extensão é um processo educativo e formativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre as instituições e a sociedade, levando em consideração a territorialidade. É entendida como prática acadêmica que interliga os Institutos Federais nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da população, como forma de consolidar a formação de um profissional cidadão e se credenciar junto à sociedade como espaço privilegiado de produção e difusão do conhecimento na busca da superação das desigualdades sociais.

No IFPI a extensão é concebida como uma práxis que possibilita o acesso aos saberes produzidos e às experiências acadêmicas, oportunizando, dessa forma, o usufruto direto e indireto desses saberes e experiências, por parte de diversos segmentos sociais, de modo a beneficiar a consolidação e o fortalecimento dos arranjos socioprodutivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural.

São objetivos da curricularização da extensão no âmbito do IFPI:

- I. Garantir o percentual mínimo de 10% (dez por cento) da carga horária obrigatória de todos os cursos de graduação em atividades curriculares de extensão;
- II. Incentivar o desenvolvimento de atividades curriculares de extensão nos demais cursos ofertados, ressignificando-os;
- III. Fomentar o desenvolvimento pessoal e profissional por meio do protagonismo dos estudantes;
- IV. Promover interação dialógica com a comunidade e os contextos locais, por meio dos cursos ofertados pela RFEPCT, ressignificando-os;
- V. Promover a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão;
- VI. Garantir, prioritariamente, a organicidade da curricularização da extensão, isto é, as atividades de extensão desenvolvidas nos componentes curriculares, como proposta prevista no PPC dos cursos de graduação do IFPI;
- VII. Ampliar os impactos social e acadêmico dos cursos de graduação;
- VIII. Buscar formação e atuação transdisciplinar e interprofissional; e
- IX. Garantir atividades de extensão de forma orgânica, permanente e articulada.

São modalidades de atividades de extensão curricularizadas:

- I. Programas;
- II. Projetos;
- III. Cursos e oficinas;
- IV. Eventos; e
- V. Prestação de serviços.

Não são consideradas atividades curriculares de extensão, para fins de creditação curricular:

- I. Estágios curriculares;
- II. Projeto integrador como componente curricular (quando constar no currículo);
- III. Aulas de campo, visitas técnicas, científicas ou culturais;
- IV. Atividades práticas do curso;
- V. Atividades complementares;
- VI. Iniciação científica;
- VII. Iniciação à docência;
- VIII. Monitorias e tutorias.

No IFPI a curricularização da extensão estará presente no currículo das Licenciaturas no formato de componentes curriculares específicos de extensão, de acordo com o definido na Resolução Normativa 131/2022 - CONSUP/IFPI, de 25 de abril de 2022, e na NOTA TÉCNICA 6/2022 - PROEN/REI/IFPI, de 9 de setembro de 2022, ou documentação vigente análoga mais recente. Os critérios de avaliação destes componentes curriculares são determinados pela Organização Didática vigente.

2.6 ATIVIDADES COMPLEMENTARES (AC)

As Atividades Complementares constituem experiências educativas que visam à ampliação do universo cultural dos alunos e ao desenvolvimento da sua capacidade de produzir significados e interpretações sobre as questões sociais, de modo a potencializar a qualidade da ação educativa.

São consideradas como Atividades Complementares as experiências adquiridas pelos alunos, durante o curso, em espaços educacionais diversos, nas diferentes tecnologias, no espaço da produção, no campo científico e no campo da vivência social. Tais atividades devem considerar sua diversidade, formas de aproveitamento alinhadas ao perfil do egresso e competências estabelecidas nas diretrizes nacionais.

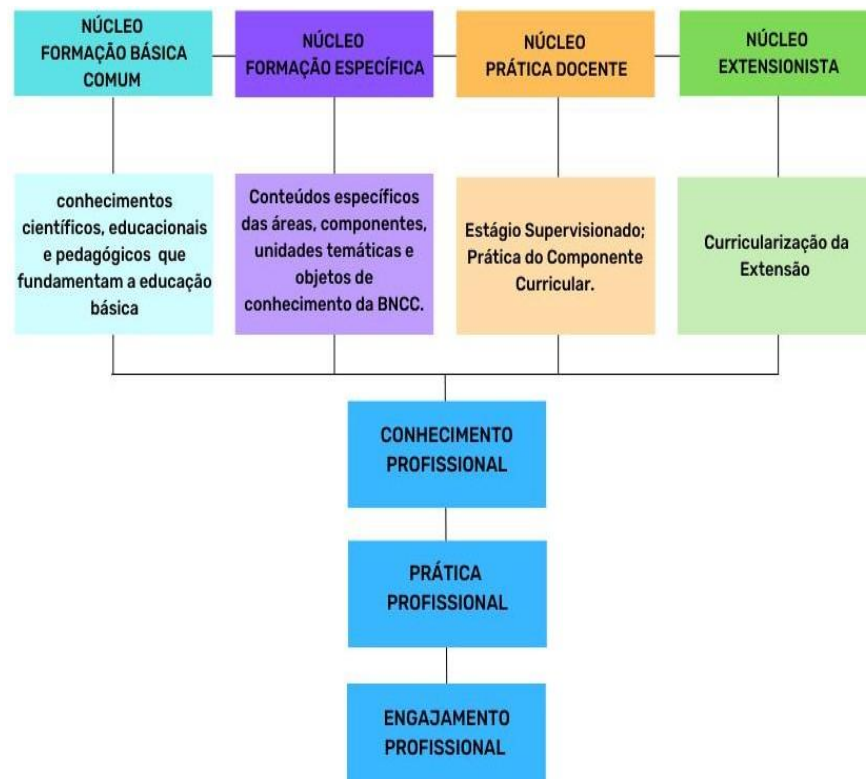
São exemplos de Atividades Complementares: projetos de pesquisa, monitoria, iniciação científica, projetos de extensão, módulos temáticos, seminários, simpósios, congressos, conferências e até disciplinas oferecidas por outras instituições de ensino, entre outras.

Nos cursos de Licenciatura do IFPI, a carga horária destinada às Atividades Complementares será de no máximo 100 (cem) horas e deverá ser cumprida pelos estudantes ao longo do percurso formativo. A validação, computação e registro das horas serão efetuados mediante comprovação por parte do aluno com base em certificados ou declarações, em conformidade com normativas específicas da instituição para esta finalidade. A documentação comprobatória será analisada pelo colegiado do curso.

2.7 ESTRUTURA E CONTEÚDOS CURRICULARES

A estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza, em consonância com a Resolução Nº 2 do CNE/CP de 20 de dezembro de 2019, com a LDB nº 9.394/96 e com as DCN para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a educação básica e suas modalidades, está organizada em três dimensões fundamentais (conhecimento profissional, prática profissional e engajamento profissional) que comportam as componentes curriculares do curso. O desenho curricular do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza , aqui proposto, toma como base a legislação mencionada e integra seus componentes curriculares em 4 (quatro) núcleos, dispostos conforme o organograma e quadro mostrados a seguir.

Figura 01 - Diagrama para a estrutura e organização curricular do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza na modalidade EaD do IFPI.



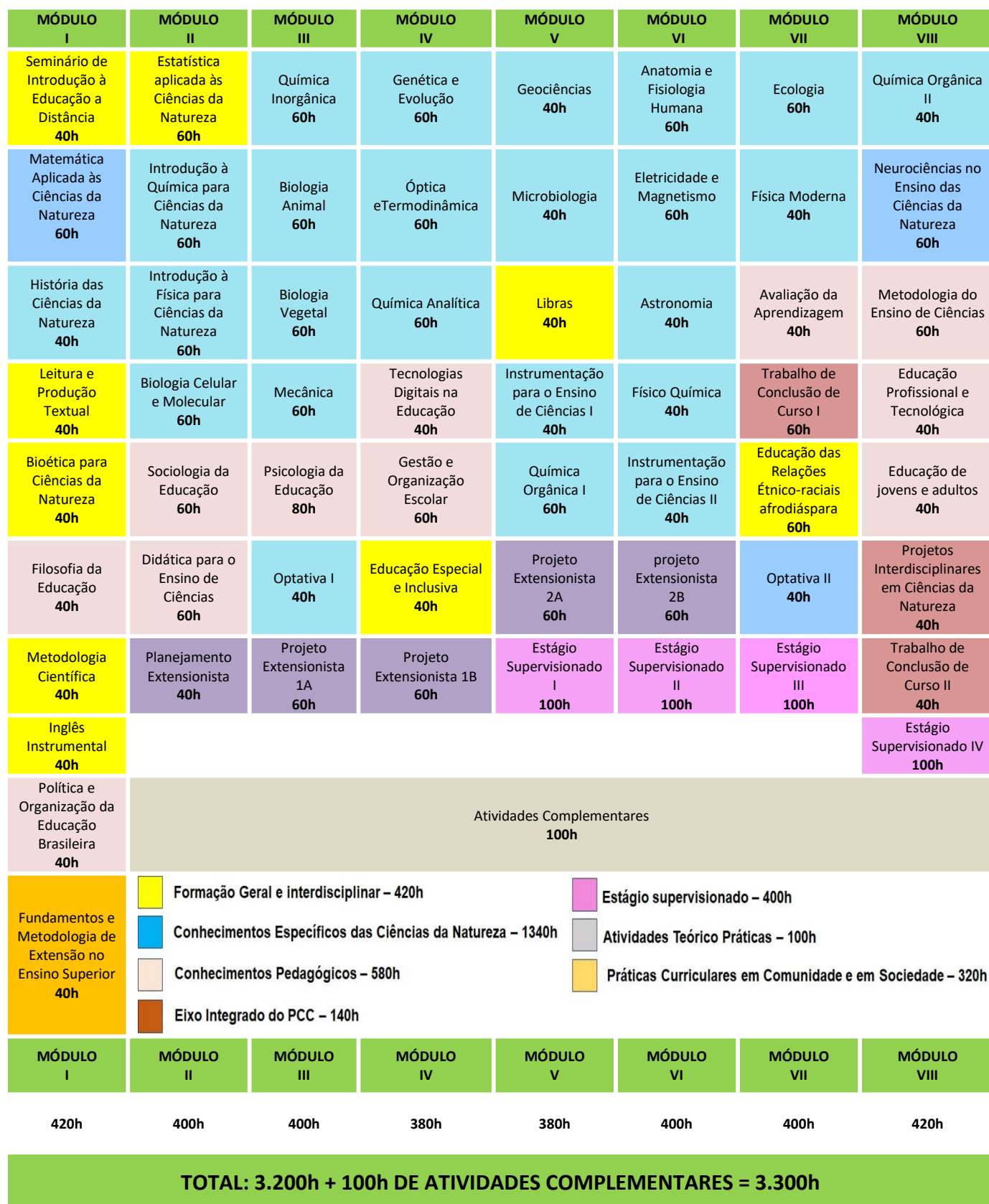
Quadro 01 - Distribuição das componentes curriculares do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza na modalidade EaD do IFPI por semestre.

MÓDULO	DISCIPLINA	CÓDIGO/EIXO	CHT	CHP	CH	PRÉ-REQ
I	Seminário de Introdução a Educação à distância	E1-1	40	0	40	
I	Matemática Aplicada às Ciências da Natureza	E2-1	60	0	60	
I	História das Ciências da Natureza	E2-2	40	0	40	
I	Leitura e Produção Textual	E1-2	40	0	40	
I	Bioética para Ciências da Natureza	E1-3	40	0	40	
I	Filosofia da Educação	E3-1	40	0	40	
I	Metodologia Científica	E1-4	40	0	40	
I	Inglês Instrumental	E1-5	40	0	40	
I	Política e Organização da Educação Brasileira	E3-2	40	0	40	
I	Fundamentos e Metodologia de Extensão no Ensino Superior	E7-1	40	0	40	
Subtotal		-	420	0	420	-
II	Estatística aplicada às Ciências da Natureza	E1-6	60	0	60	
II	Introdução à Química para Ciências da Natureza	E2-3	40	20	60	
II	Introdução à Física para Ciências da Natureza	E2-4	40	20	60	
II	Biologia Celular e Molecular	E2-5	40	20	60	
II	Sociologia da Educação	E3-3	60	0	60	
II	Didática para o Ensino de Ciências	E3-4	60	0	60	
II	Planejamento Extensionista	E7-2	40	0	40	E7-1
Subtotal		-	340	60	400	-
III	Química Inorgânica	E2-6	40	20	60	
III	Biologia Animal	E2-7	40	20	60	
III	Biologia Vegetal	E2-8	40	20	60	
III	Mecânica	E2-9	40	20	60	
III	Psicologia da Educação	E3-5	60	0	60	
III	Optativa I	E2-10	40	0	40	
III	Projeto Extensionista 1ª	E7-3	60	0	60	E7-2
Subtotal		-	320	80	400	-
IV	Genética e Evolução	E2-11	40	20	60	
IV	Óptica e Termodinâmica	E2-12	40	20	60	
IV	Química Analítica	E2-13	40	20	60	
IV	Tecnologias Digitais na Educação	E3-6	40	0	40	
IV	Gestão e Organização Escolar	E3-7	60	0	60	
IV	Educação Especial e Inclusiva	E1-8	40	0	40	
IV	Projeto Extensionista 1B	E7-4	60	0	60	E7-3
Subtotal		-	320	60	380	-
V	Geociências	E2-14	40	0	40	

V	Microbiologia	E2-15	30	10	40	
V	Libras – Língua Brasileira de Sinais	E1-9	40	0	40	E1-8
V	Instrumentação para o Ensino de Ciências I	E2-16	30	10	40	
V	Química Orgânica I	E2-17	40	20	60	
V	Projeto Extensionista 2ª	E7-5	60	0	60	E7-4
V	Estágio Supervisionado I	E5-1	0	100	100	
Subtotal		-	240	140	380	-
VI	Anatomia e Fisiologia Humana	E2-18	40	20	60	
VI	Eleticidade e Magnetismo	E2-19	40	20	60	
VI	Astronomia	E2-20	30	10	40	
VI	Físico Química	E2-21	30	10	40	
VI	Instrumentação para o Ensino de Ciências II	E2-22	30	10	40	
VI	Projeto Extensionista 2B	E7-6	60	0	60	E7-5
VI	Estágio Supervisionado II	E5-2	0	100	100	E5-1
Subtotal		-	230	170	400	-
VII	Ecologia	E2-23	40	20	60	
VII	Física Moderna	E2-24	30	10	40	
VII	Avaliação da Aprendizagem	E3-8	40	0	40	E3-4
VII	Trabalho de Conclusão de Curso I	E4-1	60	0	60	E1-5
VII	Educação das Relações Étnico-raciais afrodiáspora	E1-10	60	0	60	
VII	Optativa II	E2-25	40	0	40	E2-10
VII	Estágio Supervisionado III	E5-3	0	100	100	E5-2
Subtotal		-	270	130	400	-
VIII	Química Orgânica II	E2-26	30	10	40	
VII	Neurociências no Ensino das Ciências da Natureza	E2-27	40	20	60	E1-8 E2-18
VIII	Metodologia do Ensino de Ciências	E3-9	40	20	60	E3-4
VIII	Educação Profissional e Tecnológica	E3-10	40	0	40	
VIII	Educação de jovens e adultos	E3-11	40	0	40	
VIII	Projetos Interdisciplinares em Ciências da Natureza	E4-2	30	10	40	
VIII	Trabalho de Conclusão de Curso II	E4-3	40	0	40	E4-1
VIII	Estágio Supervisionado IV	E5-4	0	100	100	E5-3
Subtotal		-	260	160	420	-
TOTAL		-	2400	800	3200	-
Atividades complementares		E6-1	-	-	100	-
Total Geral		-	-	-	3300	-

Fonte: Comissão de elaboração do PCC

Figura -2 Fluxograma do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza – EAD



As disciplinas optativas possuem uma carga horária mínima de 80 horas, poderão ser escolhidas dentre a lista de ofertas do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza do IFPI. Todas as disciplinas possuem carga horária de 40 horas, e o licenciando deve cursar duas destas: módulo III e módulo VII. São de livre escolha do aluno para compor o seu currículo de forma a atender uma formação mais especializada. O Quadro que segue tem as disciplinas Optativas para o curso de Licenciatura em Ciências da Natureza do IFPI, com carga horária, créditos e pré-requisitos.

Quadro 02- Componentes Curriculares optativos

COD	DISCIPLINAS OPTATIVAS	CARGA HORÁRIA (horas)
ÁREA - BIOLOGIA		
Op-1	Educação Ambiental	40
Op-2	Biotecnologia	40
Op-3	Biologia do Câncer	40
Op-4	Parasitologia	40
ÁREA - FÍSICA		
Op-5	Física das Radiações Ionizantes e Não-ionizantes	40
Op-6	Física Quântica	40
Op-7	Física Ambiental	40
Op-8	Teoria da Relatividade	40
ÁREA-QUÍMICA		
Op-09	Química Ambiental	40
Op-10	Ciência dos Materiais	40
Op-11	Química dos Produtos Naturais	40
Op-12	Métodos de Separação	40

No Núcleo da Formação Básica Comum, são tratadas as seguintes temáticas:

I. Currículos e seus marcos legais

a) LDB, devendo ser destacado o art. 26-A;

b) Diretrizes Curriculares Nacionais;

c) BNCC: introdução, fundamentos e estrutura;

d) currículos estaduais, municipais e/ou da escola em que trabalha.

II. Didática e seus fundamentos:

a) compreensão da natureza do conhecimento e reconhecimento da importância de sua contextualização na realidade da escola e dos estudantes;

b) visão ampla do processo formativo e socioemocional como relevante para o desenvolvimento, nos estudantes, das competências e habilidades para sua vida;

c) manejo dos ritmos, espaços e tempos para dinamizar o trabalho de sala de aula e motivar os estudantes;

d) elaboração e aplicação dos procedimentos de avaliação de forma que subsidiem e garantam efetivamente os processos progressivos de aprendizagem e de recuperação contínua dos estudantes;

e) realização de trabalho e projetos que favoreçam as atividades de aprendizagem colaborativa;

f) e compreensão básica dos fenômenos digitais e do pensamento computacional, bem como de suas implicações nos processos de ensino-aprendizagem na contemporaneidade.

III. Metodologias, práticas de ensino ou didáticas específicas dos conteúdos a serem ensinados, devendo ser considerado o desenvolvimento dos estudantes, que possibilitem o domínio pedagógico do conteúdo, bem como a gestão e o planejamento do processo de ensino e de aprendizagem;

IV. Gestão escolar com especial ênfase nas questões relativas ao projeto pedagógico da escola, ao regimento escolar, aos planos de trabalho anual, aos colegiados, aos auxiliares da escola e às famílias dos estudantes;

V. Marcos legais, conhecimentos e conceitos básicos da educação especial, das propostas e projetos para o atendimento dos estudantes com deficiência e necessidades especiais;

VI. Interpretação e utilização, na prática docente, dos indicadores e das informações presentes nas avaliações do desempenho escolar, realizadas pelo mec e pelas secretarias de educação;

VII. Desenvolvimento acadêmico e profissional próprio, por meio do comprometimento com a escola e participação em processos formativos de melhoria das relações interpessoais para o aperfeiçoamento integral de todos os envolvidos no trabalho escolar;

VIII. Conhecimento da cultura da escola, o que pode facilitar a mediação dos

conflitos;

IX. Compreensão dos fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos; das ideias e das práticas pedagógicas; da concepção da escola como instituição e de seu papel na sociedade; e da concepção do papel social do professor;

X. Conhecimento das grandes vertentes teóricas que explicam os processos de desenvolvimento e de aprendizagem para melhor compreender as dimensões cognitivas, sociais, afetivas e físicas, suas implicações na vida das crianças e adolescentes e de suas interações com seu meio sociocultural;

XI. Conhecimento sobre como as pessoas aprendem, compreensão e aplicação desse conhecimento para melhorar a prática docente;

XII. Entendimento sobre o sistema educacional brasileiro, sua evolução histórica e suas políticas, para fundamentar a análise da educação escolar no país, bem como possibilitar ao futuro professor compreender o contexto no qual exercerá sua prática;

XIII. Compreensão dos contextos socioculturais dos estudantes e dos seus territórios educativos.

O núcleo de formação específica destinado à aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da bncc, e para o domínio pedagógico desses conteúdos. O núcleo de formação específica contempla ainda as seguintes temáticas:

I. Compreensão do conhecimento pedagógico do conteúdo proposto para o curso e da vivência dos estudantes com esse conteúdo;

II. Vivência, aprendizagem e utilização da linguagem digital em situações de ensino e de aprendizagem na educação especial inclusiva;

III. Resolução de problemas, engajamento em processos investigativos de aprendizagem, atividades de mediação e intervenção na realidade, realização de projetos e trabalhos coletivos, e adoção de outras estratégias que propiciem o contato prático com o mundo da educação e da escola;

IV. Articulação entre as atividades práticas realizadas na escola e na sala de aula com as que serão efetivadas durante o estágio supervisionado;

V. Vivência e aprendizagem de metodologias e estratégias que desenvolvam, nos estudantes, a criatividade e a inovação, devendo ser considerada a diversidade como recurso enriquecedor da aprendizagem;

VI. Alfabetização, domínio de seus fundamentos e domínio pedagógico dos processos e das aprendizagens envolvidas, com centralidade nos resultados quanto à fluência em leitura, à compreensão de textos e à produção de escrita das crianças, dos jovens e dos adultos;

VII. Articulação entre os conteúdos das áreas e os componentes da bnc-formação com os fundamentos políticos referentes à equidade, à igualdade e à compreensão do compromisso do professor com o conteúdo a ser aprendido;

VIII. Engajamento com sua formação e seu desenvolvimento profissional, participação e comprometimento com a escola, com as relações interpessoais, sociais e emocionais.

O Núcleo de Prática Pedagógica possui carga horária de 800 (oitocentas) horas destinadas exclusivamente à prática pedagógica docente. Essa carga horária está intrinsecamente articulada, desde o primeiro ano do curso, através da prática prevista nos componentes curriculares e do estágio supervisionado, ocorrendo ao longo do processo formativo e durante toda a duração do curso, desde o início até sua integralização.

A carga horária do Núcleo de Prática Pedagógica está dividida da seguinte forma: 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola; e 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Núcleos de Formação Básica Comum e Formação Específica, distribuídos ao longo do curso, desde o seu início, conforme previsto nos programas de disciplina.

O processo instaurador do estágio supervisionado deve ser efetivado mediante o prévio ajuste formal entre o IFPI e a instituição associada ou conveniada, com preferência para as escolas e as instituições públicas, nos termos das normativas internas e externas que regulamentam a matéria. A carga horária do estágio supervisionado é dividida em quatro componentes curriculares de 100 (cem) horas cada, dispostas de acordo com a Resolução Normativa 93/2021 CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 18 de novembro de 2021, ou sua substitutiva.

O quantitativo de horas destinado para a realização da prática pedagógica do componente curricular deve adicionado à carga horária do componente curricular, no campo “carga horária prática” do respectivo programa de disciplina. De acordo com a Nota Técnica nº 4/2022 PROEN/REI/IFPI, de 15 de julho de 2022, das 400 (quatrocentas) horas do Núcleo de Prática Pedagógica, 80 horas são obrigatoriamente destinadas para os componentes curriculares de instrumentação para o ensino fundamental (40 horas), e Instrumentação para o Ensino Médio (40 horas) na área específica do curso, de modo a

proporcionar experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Todas as vivências e aprendizagens da prática pedagógica do componente curricular devem ser registradas no portfólio do estudante, o que permite que o estudante vivencie reflexivamente o seu próprio percurso formativo.

O Núcleo de Prática Extensionista possui carga horária de 320 (trezentas e vinte) horas que são destinadas às atividades de extensão curricularizadas, em conformidade com a Resolução Normativa nº 131 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 25 de abril de 2022, em atendimento ao disposto na meta 12.7 do Plano Nacional de Educação, Lei 13.005/2014, que determina que o mínimo de 10% (dez por cento) da carga horária curricular obrigatória dos cursos de graduação deve ser integralizado por meio de atividades de extensão. Essa carga horária consta no currículo no formato de componentes curriculares específicos de extensão e contemplam temas relacionados à fundamentação, planejamento e execução de projetos e/ou programas de extensão.

Os conteúdos curriculares (ementas) e as bibliografias (básica e complementar) de cada componente estão descritos no Anexo I deste documento.

2.8 METODOLOGIA

Para o cumprimento dos itens que compõem o perfil do profissional que a Instituição deseja formar são observados os preceitos legais sobre a formação docente e são levadas em consideração as características específicas dos discentes, seus interesses, condições de vida e de trabalho, além de observar os seus conhecimentos prévios, orientando-os na (re)construção dos conhecimentos escolares, bem como na especificidade do curso. Em razão disso, faz-se necessária à adoção de procedimentos didático-pedagógicos que possam auxiliá-los nas suas construções intelectuais e procedimentais.

De acordo com o PDI do IFPI, os princípios fundamentais que orientam as atividades pedagógicas dos cursos de licenciatura no âmbito do IFPI são:

- indissociabilidade: desenvolvimento de atividades de ensino, de extensão e de pesquisa integradas às atividades formais pertinentes ao conteúdo curricular. Isso significa que toda atividade de extensão e de pesquisa deve ser desenvolvida como parte das atividades curriculares previstas nos cursos, tendo sua carga horária e avaliação computadas nos componentes curriculares envolvidos;

- **interdisciplinaridade:** integração de conteúdos no desenvolvimento de estudo de um determinado tema ou eixo conceitual, tendo sua carga horária e avaliação computadas nos componentes curriculares envolvidos;

- **formação integrada à realidade social:** aliada à sólida formação teórica. O IFPI se obriga à formação do cidadão, integrando os conteúdos à realidade social vigente, ressaltando as políticas de inclusão, a igualdade de acesso e o respeito às diferenças econômico-sociais e àqueles referentes às pessoas com deficiência (PCD), tomando essas diferenças como parte das características que dão unidade a seu trabalho;

- **articulação teoria-prática:** superação da dicotomia teoria prática, realizada, prioritariamente, nas atividades curriculares e de extensão.

A partir desses princípios, cabe ao professor decidir sobre os procedimentos didático- metodológicos mais adequados a serem adotados em sua prática docente, na perspectiva de atender à proposta pedagógica do curso, buscando a eficácia do processo ensino aprendizagem e tendo clareza sobre a importância e viabilidade destes recursos como exemplos a serem seguidos pelos futuros professores.

Os componentes curriculares do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza são construídos de forma a articular o desenvolvimento da formação do licenciado através da união de áreas específicas do conhecimento com uma sólida formação na área pedagógica e também uma grande participação em sala de aula, propiciando assim que o futuro professor esteja preparado para exercer a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio em que a ação educativa se faça necessária.

A presença de componentes curriculares da base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da Base Nacional Curricular Comum-BNCC, asseguram que a formação do Licenciado em Ciências da Natureza do Instituto Federal do Piauí aconteça de forma a articular os diferentes saberes necessários à formação por meio das práticas pedagógicas.

Neste sentido, a Prática Pedagógica deve estar intrinsecamente articulada, desde o primeiro ano do curso, com os estudos e com a prática previsto no componentes curriculares. As ementas destas disciplinas, assim como a sequência conceitual adotada, permitem além da articulação e a interlocução entre as disciplinas dos diferentes núcleos, a interdisciplinaridade.

O desenvolvimento das práticas se dará por meio da articulação dos temas afins

das disciplinas do módulo e uma abordagem com ênfase na educação inclusiva a ser trabalhada através de diferentes estratégias didáticas que viabilizem o desenvolvimento de competências e habilidades teórico-práticas. As estratégias a serem desenvolvidas envolvem a participação em pesquisas educacionais e de realidades locais, elaboração de material didático, intervenções diretas com os alunos, famílias e professores. Entre outras A definição dessas atividades é efetuada conjuntamente por estudantes e professores dos diversos componentes curriculares, a partir de sugestões das partes envolvidas. As reflexões acerca da educação inclusiva, acessibilidade, dificuldades de aprendizagem, necessidades educacionais específicas, tecnologia assistiva, direitos humanos, entre outras, poderão perpassar em todos os módulos, reforçando a conscientização e formação para a valorização das diferenças.

A estrutura de tutoria, bem como as relações numéricas tutor/estudante, número de professores/hora disponíveis para o desenvolvimento da aprendizagem obedecerão aos critérios de suficiência e adequação, de acordo com o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do MEC e com a legislação da UAB/CAPES.

Estão previstas as atividades presenciais abaixo listadas, que poderão ser acrescidas de outras que se façam necessárias, de acordo com as características de cada componente curricular: (a) apresentação das ferramentas de informática com as quais os professores e estudantes irão interagir e trabalhar no decorrer do Curso; (b) encontros presenciais a serem realizadas no decorrer dos semestres do Curso, no mínimo (2) a cada mês por disciplina. Haverá, no mínimo, um (1) encontro presencial para fins avaliativos, para cada uma das disciplinas seguindo a orientação do Decreto nº 9.057/2017:

Art. 4º As atividades presenciais, como tutorias, avaliações, estágios, práticas profissionais e de laboratório e defesa de trabalhos, previstas nos projetos pedagógicos ou de desenvolvimento da instituição de ensino e do curso, serão realizadas na sede da instituição de ensino, nos polos de educação a distância ou em ambiente profissional, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais. Os momentos presenciais serão acompanhados preferencialmente pelo tutor presencial do respectivo curso sem a obrigatoriedade da presença física do professor da disciplina (BRASIL, 2017).

Com relação à acessibilidade de pessoas com necessidades especiais, em cumprimento aos Decretos nº 5.296/04 e nº 5.626/05, complementados pelas normas da ABNT que propõem o acesso e permanência dos alunos com deficiência na graduação e pós-graduação, este Curso, juntamente com a Coordenação do Polo e a Coordenação UAB/IFPI viabilizará:

- Acessibilidade à comunicação de alunos com deficiência nas atividades acadêmicas;
- Equipamentos e materiais didáticos específicos aos alunos com deficiência;
- Adaptação de mobiliários e ambientes físicos da instituição;
- Capacitação de professores e técnicos para atuarem com alunos deficientes;
- Curso de LIBRAS ao pessoal especializado que atuará com os alunos surdos; - tradutor intérprete de LIBRAS para alunos surdos;
- Outras providências que se fizerem necessárias aos alunos com deficiências.

2.9 AMBIENTE VIRTUAL DE ENSINO-APRENDIZAGEM – (PLATAFORMA MOODLE)

O curso será desenvolvido na modalidade a distância com encontros e atividades presenciais seguindo as exigências do Decreto nº 9.057/2017. Atendendo à indicação do MEC, o IFPI recomenda a utilização de software livre para os cursos a distância. Contará com uma equipe multidisciplinar para desenvolver os serviços básicos de produção, editoração, publicação de materiais impressos; produção e disponibilização de materiais online; transmissão de videoconferências, docência, tutoria, secretaria, coordenação de polos, gestão de infraestrutura física e de ambiente on-line. A organização desta equipe atende aos padrões básicos definidos pela instituição.

O curso será disponibilizado em um Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (Plataforma Moodle) que permita a associação de uma variada gama de ferramentas (recursos educacionais e atividades de estudo), baseada na construção social do conhecimento, mediado pelas interações em rede.

A organização didático-metodológica será elaborada pelo docente, em consonância com as premissas deste PPC e de acordo com os objetivos de cada disciplina, frente às necessidades do grupo de estudantes.

O Curso trabalhará com as possibilidades oferecidas pela comunicação síncrona e assíncrona. A comunicação assíncrona se refere à interação que ocorrerá entre os alunos e entre os alunos e professores, mediado por um AVEA (Plataforma Moodle) e de forma temporal diferente. Neste tipo de comunicação existe a vantagem da elasticidade temporal, uma vez que, o aluno pode gerir o seu tempo, desde que seja respeitado o cronograma do curso. Essa interação pode se utilizar de recursos como correio eletrônico,

fórum, dentre outros, que permitam a interação em momentos diferentes.

A comunicação síncrona refere-se à interação em tempo real, ou seja, a comunicação entre os alunos, e entre alunos e professor é realizada através da utilização de recursos tecnológicos síncronos, tais como os bate-papos, a videoconferência ou webconferência, os quais ocorrem em um mesmo tempo temporal a ser previamente disposto no Plano de Disciplina.

Assim, haverá no Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza, modalidade EaD, a utilização conjunta destas duas formas de comunicação e que será disponibilizada em ambiente virtual (Plataforma Moodle) permitindo aos alunos, professores e tutores: comentar as aulas, discutir temas relacionados às disciplinas em andamento nos fóruns, enviar sua atividade ao professor, compartilhar trabalhos e experiências realizadas pela turma, acessar ementas e material do curso em um único espaço.

Poderão ainda ser previstos no curso mecanismos de colaboração e aprendizagem em grupo como fóruns especializados por área do conhecimento.

Para a produção das vídeoaulas e videoconferências o curso poderá contar com a estrutura dos estúdios de TV já existentes nos *campi* do IFPI, bem como o apoio dos Polos UAB.

Nesse contexto, o AVEA a ser utilizado deve oferecer oportunidades de interação síncronas e assíncronas, cabendo ao docente organizar didático-metodologicamente as unidades temáticas do programa da disciplina. Para um melhor aproveitamento das metodologias de EaD, explicita-se as mídias que serão produzidas/reproduzidas no material didático, considerando as diferentes especificidades tecnológicas propostas pelos Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância (BRASIL, 2007), bem como os princípios orientadores sobre as questões de acessibilidade para a web no Brasil, disponíveis em <<http://www.acessobrasil.org.br/index.php?itemid=44>>. Além disso, explicitamos que toda a produção de material didático do curso será disponibilizada nas bibliotecas dos polos de EaD onde o curso será ofertado, sob a forma de mídia ou impresso (em casos específicos), bem como em repositórios de Recursos Educacionais Abertos.

O Material Didático, tanto do ponto de vista da abordagem do conteúdo, quanto da forma, deve estar concebido de acordo com os princípios epistemológicos, metodológicos e políticos explicitados no PPC e na BNC- Formação- Base Nacional Comum para a Formação de Professores da Educação Básica, de modo a facilitar a construção do conhecimento e mediar a interlocução entre estudante e professor, devendo passar por

rigoroso processo de avaliação prévia (pré-testagem), com o objetivo de identificar necessidades de ajustes, visando ao seu aperfeiçoamento. O material didático deve desenvolver habilidades e competências específicas, recorrendo a um conjunto de mídias compatíveis com a proposta e com o contexto socioeconômico do público-alvo.

As tecnologias de informação e comunicação (TIC) permitirão que o público alvo tenha acesso às linguagens e mídias compatíveis com o projeto e com o contexto socioeconômico dos mesmos. No AVEA a ser utilizado deve contar as seguintes ferramentas e recursos: fórum de discussão, portfólio, chat ou bate-papo, biblioteca, agenda, dentre outros, que permitam a interação entre todo o grupo envolvido.

ATIVIDADES DE ESTUDO NO AVEA

São elas:

Fórum de Discussão: esta ferramenta propiciará a interatividade entre educando, tutores e professores, oferecendo maiores condições aos participantes para se conhecerem, trocarem experiências e debaterem temas pertinentes. Nesse espaço, os educandos poderão elaborar e expor suas ideias e opiniões, possibilitando as intervenções dos professores e dos próprios colegas, com o intuito de instigar a reflexão e aprimoramento do trabalho em desenvolvimento, visando à formalização de conceitos, bem como a construção do conhecimento.

Blog (diário): poderá ser utilizado individualmente ou em grupo, propiciando um espaço importante para a socialização das atividades ou projetos desenvolvidos ao longo do processo de formação. Assim, a aprendizagem estará centrada na possibilidade do educando poder receber o feedback sobre aquilo que está produzindo e/ou construindo.

Chat ou Bate-Papo: possibilitará oportunidades de interação em tempo real entre os participantes, tornando se criativo e construído coletivamente, podendo gerar ideias e temas para serem estudados e aprofundados. No decorrer do Curso, pretende-se realizar reuniões virtuais, por meio desta ferramenta, com o intuito de diagnosticar as dificuldades e inquietações durante o desenvolvimento das atividades. Nesse sentido, além de esclarecer as dúvidas sincronicamente, caberá aos professores levar aos acadêmicos as diferentes formas de reflexão, contribuindo para a prática pedagógica do educando.

Biblioteca: local onde estarão disponíveis bibliografias, textos complementares,

periódicos disponibilizados pelo IFPI, artigos e atividades, além de indicações de sites que tratam das diferentes temáticas abordadas pelas disciplinas ofertadas no Curso.

Agenda: todas as atividades propostas serão disponibilizadas nesta seção do ambiente. Esse recurso contribui para que o educando possa se manter envolvido com as atividades que serão realizadas durante todo o processo de formação. Dessa forma, será possível a realização das atividades em momentos agendados ou de livre escolha dos participantes. Nos momentos agendados, todos os participantes estarão trabalhando virtualmente em dias e horários pré- estabelecidos. Nos momentos de livre escolha os participantes organizarão o desenvolvimento das atividades de acordo com suas possibilidades. Os professores e tutores deverão acompanhar o desenvolvimento das atividades, disponibilizando as orientações necessárias e oferecendo apoio aos participantes. O uso do AVEA poderá ser complementado por atividades/encontros presenciais em laboratórios e nos demais polos nos quais o Curso ocorrer, de acordo com a organização e planejamento do professor do componente curricular. A comunicação entre educandos, tutores e professores ocorrerá especialmente por meio do AVEA, como explicitado anteriormente. Tendo em vista que o IFPI dispõe de estúdios de TV, as ferramentas de videoconferência dos Polos também poderão ser utilizadas, explorando todo o seu potencial. Nessas estão incluídas as possibilidades de transmissão e/ou gravação de aulas e conferências por professores do corpo docente e de convidados especiais; de realização de reuniões síncronas a distância entre os tutores e estudantes, entre tutores e professores e entre os estudantes; bem como de interação entre os polos para troca de experiências.

Laboratório virtual de prática de ensino: Neste tópico serão desenvolvidas atividades que contemplem o desenvolvimento da técnica e transposição didática. A elaboração das vídeoaulas pelos alunos ocorrerá na disciplina de Tecnologias na Educação, as quais serão incorporados sucessivamente a um acervo contínuo e individual em que se consiga aferir o crescimento da habilidade e da técnica ao longo do desenvolvimento do curso.

2.10 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Em consonância com a concepção de avaliação preconizada na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei no 9394/96, a avaliação da aprendizagem no Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza possui um caráter formativo, contínuo e

cumulativo.

Nessa perspectiva, a Organização Didática do IFPI, definida pela Resolução 143/2022 CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI de 25 de agosto de 2022, em seus artigos 57, 58 e 59, dispõe que no processo avaliativo devem prevalecer os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, bem como o desempenho do aluno ao longo do período sobre os resultados de testes finais. No mesmo trecho determina que, além da verificação da acumulação de conhecimentos, o processo avaliativo visa também diagnosticar, orientar e reorientar a aquisição e o desenvolvimento de habilidades e atitudes pelos alunos, bem como a ressignificação do trabalho pedagógico.

Portanto, a sistemática de avaliação da aprendizagem adotada pelo IFPI considera as três funções da avaliação: diagnóstica, formativa e somativa. Nesse sentido, a avaliação da aprendizagem acontecerá de forma dinâmica e processual e, para isso, deverão ser utilizadas atividades e instrumentos diversificados, tais como: observações contínuas e sistemáticas, trabalhos individuais e em grupos, elaboração e desenvolvimento de projetos de pesquisa e de intervenção na realidade escolar, seminários, provas escritas, relatórios, dentre outros.

A função somativa da avaliação, relacionada à definição de notas e conceitos está descrita no Capítulo XII, seção VII da referida Organização Didática. Em caso de atualização na Organização Didática deve ser considerado o documento mais recente em vigor.

2.11. *ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO*

- Concepção, objetivos e carga horária

O estágio supervisionado é o momento de integração entre teoria e prática durante o curso de formação de professor, além de ser um componente obrigatório da organização curricular das Licenciaturas, conforme artigo 61 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei no. 9.394/96, atualizado pela Lei no. 12.014/09. A legislação brasileira vigente que caracteriza e define o estágio curricular é pautada na Lei nº 11.788/08, regulamentado pela Resolução No 093/2021 CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 18 de novembro de 2021.

No estágio, o professor construirá suas competências e identidade profissional a partir das relações entre sua pessoa e profissão, relacionando prática-teoria-prática para desenvolver autonomia, responsabilidade, decisão, e refletir a prática docente mediante a vivência de situações didáticas de observação-reflexão-ação.

O estágio supervisionado tem por objetivo propiciar aos discentes a complementação do processo de ensino-aprendizagem, em termos de atividades práticas, aperfeiçoamentos educacionais, artísticos, culturais, científicos e de relacionamento humano em diferentes campos de intervenção, orientadas, acompanhadas e supervisionadas pelos profissionais responsáveis pelo estágio. O estágio é uma etapa obrigatória dos cursos de Formação de Professores de acordo com as Resoluções CNE/CP nº 02/2019, de 20 de dezembro de 2019.

A prática docente, por meio do Estágio Supervisionado Obrigatório, acontece a partir da metade do curso, e constitui-se de 400 horas desenvolvidas através de componentes curriculares específicos, abrangendo os processos de observação, regência e socialização das experiências.

- Estrutura e funcionamento do estágio

O Estágio Supervisionado Obrigatório nos cursos de Licenciatura do IFPI ocorre em contexto escolar, espaços de formação ou instituições de Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, e suas modalidades, desde que as atividades desenvolvidas estejam articuladas às ementas de cada etapa do estágio. No curso de Educação Especial - Licenciatura, o Estágio poderá ser desenvolvido em todas as etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e do Ensino Médio),

Nessa perspectiva as atividades referentes ao estágio são devidamente orientadas, acompanhadas e supervisionadas pelos seguintes profissionais: Professor Orientador do IFPI, responsável pelo componente curricular de estágio - Área específica ou pedagógica; Professor Supervisor do IFPI - Área específica e/ou pedagógica e Professor Titular da Escola Campo, em conformidade com o artigo 5º da referida resolução.

As atividades de estágio se caracterizam pelas situações efetivas do processo de ensino-aprendizagem nas áreas onde ocorrem a oferta nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio de acordo com cada etapa.

O Estágio Supervisionado Obrigatório está organizado conforme a matriz curricular para o curso de licenciatura da seguinte forma:

- Estágio Supervisionado I – 100 horas - 5º semestre;
- Estágio Supervisionado II – 100 horas – 6º semestre;
- Estágio Supervisionado III – 100 horas – 7º semestre
- Estágio Supervisionado IV – 100 horas – 8º semestre

O Estágio Supervisionado Obrigatório requer, no mínimo:

- I. Um discente regularmente matriculado no curso de Licenciatura do Campus e com frequência efetiva;
- II. Diretoria de Extensão ou Coordenação de Extensão e Serviço de Integração Empresa-Escola (SIE-E);
- III. Um professor do componente curricular de estágio supervisionado pertencente ao quadro de docentes do Campus, licenciado, ou com formação ou complementação pedagógica, ou pós-graduação;
- IV. Uma unidade concedente, onde o estágio supervisionado obrigatório será realizado, denominada Escola Campo de Estágio;
- V. Um professor regente da escola campo de estágio, com formação na área de conhecimento ou área afim do curso do estagiário;
- VI. Celebração de termo de compromisso entre o discente, escola campo de estágio e o IFPI;
- VII. Compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

É válido ressaltar que, ao final de cada componente curricular, ocorre socialização das práticas pedagógicas e das vivências no estágio supervisionado.

- Avaliação do estágio supervisionado

O desenvolvimento do Estágio Supervisionado deverá se basear no seguinte direcionamento metodológico:

- I. Conhecimento do contexto escolar;
- II. Reflexão sobre a realidade escolar;
- III. Planejamento;
- IV. Coparticipação;
- V. Regência de sala de aula;
- VI. Socialização;
- VII. Avaliação.

O acompanhamento de estágio será realizado pelos Professores Supervisores/Orientadores de Estágio através de:

- Reuniões periódicas com professor titular da escola campo de estágio e estagiário durante o período de estágio;
- Avaliação coerente dos partícipes do Estágio Supervisionado que deverá ocorrer, no mínimo, em 02 (duas) aulas durante a regência, com a presença do professor

supervisor na escola campo.

- Análise de relatos e outros registros parciais elaborados pelo estagiário.

A avaliação do estágio supervisionado assumirá caráter formativo durante o seu desenvolvimento e ao seu final. Para analisar o desempenho do discente estagiário será feita de forma coletiva uma socialização da experiência do estágio, levando-se em conta os seguintes itens:

- a) Ficha de Avaliação do Estágio Curricular Supervisionado assinada pelos professores envolvidos no processo formativo;
- b) Avaliação dos Instrumentais entregues pelo discente/estagiário: Diário de Bordo, Relato de Experiência, Relatório Reflexivo e Memorial de Formação.

O instrumento de avaliação de formação profissional de cada etapa do Estágio Curricular Supervisionado será avaliado pelo: Professor Orientador com base nos seguintes aspectos:

- a) relevância acadêmico-científica na produção e apresentação, conforme normas estabelecidas no Manual de Estágio e na ABNT;
- b) capacidade criativa e inovadora demonstrada nas atividades desenvolvidas durante o estágio, e descritas no instrumento de avaliação de formação profissional de cada etapa.

A expedição do diploma de conclusão do curso está condicionada:

- a) ao reconhecimento do estágio realizado pela Coordenação de Estágio e/ou Coordenação de Extensão;
- b) a apresentação pelo discente/estagiário e aprovação pelo professor orientador do instrumento de avaliação de formação profissional de cada etapa do estágio supervisionado.

2.12. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O Estágio Supervisionado é precedido da celebração do Termo de Compromisso firmado entre o IFPI, o discente/estagiário e a Parte Concedente (Escola Campo de Estágio); do Termo de Convênio de Estágio, quando necessário, e demais documentos pertinentes, listados a seguir: Carta de Apresentação, Termo de Aceite, Termo de Compromisso e Fichade Supervisão de Estágio.

O estágio acontece em contexto escolar, espaços de formação ou instituições vinculadas à esfera de ensino (escolas públicas e privadas que oferecem curso de educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e do Ensino Médio), incluindo as escolas que atendem às diversas modalidades. A parceria entre a IES e a escola campo para a realização de estágio dar-se-á mediante convênio entre as partes.

Das instituições vinculadas à esfera do ensino e outros espaços de formação e de suas atribuições, conforme a RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 93/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2021, descreve os espaços de estágio, conforme abaixo:

Art. 16. Constituem-se Escolas Campo de Estágio, espaços de formação ou instituições vinculadas à esfera do ensino de Educação Básica, preferencialmente públicas, de ensino regular na educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e do Ensino Médio), , nasdiversas modalidades.

§ 1º O estágio supervisionado obrigatório pode ser executado, esporadicamente, também em estabelecimentos da rede privada que, de fato, permitam a formação docente/profissional, ou seja, que autorizem o estudante ao exercício do magistério e atuação nas diversas modalidades.

§ 2º O Estágio Supervisionado poderá ser realizado no próprio Instituto Federal do Piauí (IFPI), desde que o desenvolvimento das atividades permita ampliar os conhecimentos teórico-práticos dos discentes, considerando as especificidades da área de formação e a tramitação institucional.

3º O estágio supervisionado pode ser realizado em espaços não formais, tais como: associações, sindicatos, ONGs, instituições religiosas, instituições filantrópicas, entre outras, que desenvolvam atividades que contribuam para a formação docente/profissional, ou seja, que preparem o estudante ao exercício do magistério e atuação nas diversas modalidades.

O Estágio Supervisionado poderá ser desenvolvido em forma de Projeto de Ensino ou de Intervenção, atividades de extensão (exceto atividades curriculares de extensão, nos moldes da Resolução Normativa Nº 131/2022), em programas de Residência Pedagógica, de monitorias e de iniciação científica desde que atenda aos objetivos dos

componentes curriculares do Estágio Supervisionado I e II com critérios a serem definidos pelo Colegiado do Curso.

Ainda de acordo com a Resolução 093/2021, o Estágio Supervisionado Obrigatório poderá também ser desenvolvido, parcialmente, em instituições de ensino superior de outros estados ou países, caso o aluno esteja participando de algum programa de mobilidade acadêmica que preveja período de estágio. Nesse caso, deve contemplar atividades articuladas às ementas de cada etapa do Estágio.

As normas apresentadas vêm ao encontro das necessidades relacionadas à Formação Docente, com base nos conhecimentos teórico-práticos adquiridos durante o percurso formativo do licenciando.

2.13. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA

O Estágio Supervisionado é um importante componente curricular que permite aos licenciandos uma interlocução entre teorias estudadas e refletidas no percurso de formação com a prática nas escolas campo de estágio. O Estágio Supervisionado, nos cursos de Licenciatura do IFPI, é um ato educativo escolar, realizado em colaboração com o sistema formal de ensino, avaliado conjuntamente pela instituição formadora, IFPI, e a escola campo de estágio. As atividades de estágio se caracterizam pelas situações efetivas do processo ensino-aprendizagem nas áreas onde ocorre a oferta nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio de acordo com cada etapa.

O Estágio Supervisionado deverá ser uma atividade intrinsecamente articulada com a prática e com as atividades de trabalho acadêmico, colaborando para a formação da identidade do professor como educador e para o desenvolvimento de competências exigidas na prática profissional, especialmente quanto ao planejamento, organização, execução e avaliação do aprendizado.

As finalidades do Estágio Supervisionado preveem a complementação do processo ensino-aprendizagem instituído no decorrer do curso através de atividades práticas em diferentes campos, vivenciar situações concretas, estabelecer relações entre teoria-prática, aprimoramento da prática profissional, efetivar decisões para melhorar a educação básica.

O Estágio Supervisionado é estruturado em alternâncias onde as sucessivas idas ao campo serão preparadas, exploradas, refletidas e socializadas em momentos privilegiados da formação. Este tem por objetivo propiciar aos discentes a complementação do processo de

ensino e aprendizagem, em termos de atividades práticas, aperfeiçoamentos educacionais, artísticos, culturais, científicos e de relacionamento humano em diferentes campos de intervenção, orientadas, acompanhadas e supervisionadas pelos profissionais responsáveis pelo estágio.

A regência no ambiente de aprendizagem profissional permitirá aos professores formadores e aos professores em processo de formação delinearem, com mais segurança, sua identidade profissional e seu compromisso ético, mediante a avaliação processual das competências compatíveis com uma formação pautada na proposta das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de licenciatura) e para a formação continuada.

Durante os estágios, serão construídas competências e habilidades a partir das reflexões realizadas, relacionando prática-teoria-prática para desenvolver autonomia didático pedagógica. As atividades que serão articuladas entre o IFPI e as escolas campo de estágios se desenvolvem de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos de acordo com os programas dos componentes curriculares Estágio Supervisionado I, II, III e IV.

2.14 TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

De acordo com a Resolução Normativa 046/2021 CONSUP, de 16 de junho de 2021, o TCC consiste em uma pesquisa acadêmico-científica onde o(s) tema(s) abordado(s) contribua(m) para o desenvolvimento das competências e habilidades requeridas para o(a) licenciando(a), em consonância com as diretrizes curriculares.

O TCC será elaborado individualmente, deve abordar temas relacionados às linhas de pesquisa pertinentes ao curso, e desenvolvido nos 4º e 5º módulos do curso, nos componentes curriculares TCC I e TCC II, respectivamente. O trabalho produzido poderá ser apresentado em formato de monografia ou artigo, observando o disposto na resolução normativa citada acima.

No curso de licenciatura em Ciências da Natureza, o TCC preferencialmente, consistirá:

- a) Na reflexão das situações-problema enfrentadas no cotidiano real de sala de aula e/ou contexto social; ou
- b) Numa pesquisa-intervenção dentre as abordagens teórico-práticas desenvolvidas no decorrer do curso e com foco na área de ensino; ou
- c) No desenvolvimento de um produto educacional aplicável em condições reais de sala de aula ou outros espaços de ensino.

São exemplos de produtos educacionais:

- a) Material didático/instrucional, tais como propostas de ensino, envolvendo sugestões de experimentos e outras atividades práticas, sequências didáticas, propostas de intervenção, roteiros de oficinas; material textual, como manuais, guias, textos de apoio, artigos em revistas técnicas ou de divulgação, livros didáticos e paradidáticos, histórias em quadrinhos e similares, dicionários; mídias educacionais, como vídeos, simulações, animações, videoaulas, experimentos virtuais e áudios; objetos de aprendizagem; ambientes de aprendizagem; páginas de internet e blogs; jogos educacionais de mesa ou virtuais, e afins; entre outros;
- b) *Software*/Aplicativo: aplicativos de modelagem, aplicativos de aquisição e análise de dados, plataformas virtuais e similares, programas de computador, entre outros.

Os demais critérios relacionados à orientação e avaliação do TCC estão dispostos na Resolução Normativa 046/2021 CONSUP, de 16 de junho de 2021, ou resolução substitutiva.

2.15 TEMAS TRANSVERSAIS OBRIGATÓRIOS

Os temas transversais estão voltados para a compreensão e para a construção da realidade social, dos direitos e responsabilidades relacionados com a vida pessoal e coletiva, e com a afirmação do princípio da participação política, numa perspectiva de formação cidadã.

Os temas transversais obrigatórios estão contemplados no PPC da seguinte forma:

a) Educação das relações ético-raciais

A Educação das Relações Étnico-raciais no currículo do curso (Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004) – integra a matriz do curso por meio da disciplina Educação das Relações Étnicas Raciais afro-diaspóricas e Indígenas, com carga horária de 40 horas teórica e 20 horas práticas, compondo o grupo que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais, conforme descrito no artigo 12 da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019.

Tal componente curricular contempla a propositura de conteúdo curricular de abrangência das dimensões históricas, sociais e antropológicas inerentes à realidade brasileira, que possam ressignificar o processo de aprendizagem dos estudantes, sobretudo da população negra, por meio do reconhecimento identitário e da valorização sociocultural, favorecendo a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial - descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada.

b) Educação dos direitos humanos

A Educação dos Direitos Humanos (Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/2012) consta no currículo do curso por meio da inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior podendo ocorrer nas seguintes formas: pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e

tratados interdisciplinarmente; como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar; e, de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade. As disciplinas de **Educação das Relações Étnicas Raciais afro-diaspóricas** (módulo VII) e **Educação Especial** (módulo V) contemplam a legislação.

b) Educação ambiental

Os conhecimentos concernentes à Educação Ambiental previstos na Resolução CNE/CP nº 2/2012 dar-se-á pela transversalidade, mediante atividades e ações de sustentabilidade socioambiental na instituição educacional e na comunidade, com foco na prevenção de riscos, na proteção e preservação do meio ambiente e da saúde humana e na construção de sociedades sustentáveis.

c) Educação no trânsito e demais temas previstos em lei/decreto

A Educação no Trânsito no currículo (Lei nº 9.503/1997) está contemplada no currículo por meio do planejamento de ações coordenadas entre o IFPI e os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e de Educação, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas respectivas áreas de atuação.

Considerando que o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), anualmente, estabelece o tema e o cronograma mensal das campanhas educativas a serem seguidas por todos os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, com o propósito de orientar todas as ações com o mesmo objetivo, nas mesmas áreas e com o mesmo foco, incluindo as Instituições de ensino, o IFPI deverá seguir as campanhas educativas orientadas pelo CONTRAN para assinalar a Educação no Trânsito no currículo, conforme planejado no calendário de eventos do campus.

d) Eventos institucionais que tratam sobre os temas transversais obrigatórios

Para o cumprimento das atividades e eventos que concretizarão os Temas Transversais Obrigatórios, o IFPI dispõe de um calendário de eventos com o planejamento para a realização de atividades, eventos, ações e projetos que possam favorecer a transversalidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a significação dos Temas Transversais descritos, bem como dos seguintes temas preconizados nas legislações e orientações do MEC: Direitos da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990); Educação

Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.947/2009); Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Lei nº 10.741/2003); Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher (Lei nº 14.164/2021); e Dia Nacional da Consciência Negra (Lei nº 12.519/2011).

As atividades e ações previstas poderão ocorrer na forma de Oficinas, Seminários; Jornadas, Simpósios, Semanas de estudo; Semanas Comemorativas, Organização de feiras e eventos, com o cadastro no Módulo Eventos do SUAP e o devido registro fotográfico/vídeo.

e) Núcleos institucionais temáticos

- Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), regulamentado pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 52/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23 de julho de 2021.
- Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), regulamentado pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 53/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23 de julho de 2021.

Neste PPC, a disciplina de Educação das Relações Étnicas Raciais afro-diaspóricas e indígenas (60 horas, sendo 20 horas práticas) contempla o tema transversal de Educação das Relações Étnicas Raciais, na totalidade de sua ementa. Juntamente com a disciplina de Educação Especial (80 Horas), atendem ao disposto com relação ao tema Educação dos Direitos Humanos.

2.16 APOIO AO DISCENTE

Os Licenciandos do curso terão 1 (uma) cota mensal de 700 (setecentos) reais, durante a vigência do curso, para cada estudante indígena, pardo, preto, quilombola e das populações do campo, assim como pessoa surda ou pertencente ao público-alvo da educação especial, regularmente matriculado em curso do PARFOR EQUIDADE, conforme edital da Capes Nº 23/2023.

Os Programas Universais visam incentivar a formação acadêmica, a produção do conhecimento, o desenvolvimento técnico-científico, a formação cultural e ética, sendo envolvidas ações de ensino, pesquisa e extensão. Estão organizados em três categorias:

a) Política de diversidade e inclusão do IFPI

A Política de Diversidade e Inclusão do IFPI, aprovada pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 56/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 02/08/2021, orienta um espaço de concretização de ações inclusivas mediante princípios, diretrizes e objetivos que ampliam e fortalecem o atendimento e acompanhamento a comunidade acadêmica inserida no contexto da diversidade cultural, étnico-racial, de gênero e necessidades específicas, garantindo assim o

acesso, permanência e êxito ao discente.

O objetivo é promover inclusão no IFPI, mediante ações, com vistas à construção de uma instituição inclusiva, permeada por valores democráticos e pelo respeito à diferença e à diversidade.

Esta política propõe medidas intermediadas pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), regulamentada pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 55/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23/07/2021, e Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), regulamentado pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 53/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23/07/2021.

São considerados público-alvo do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas- NAPNE: Discentes com deficiência- aqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, auditiva, visual, mental, intelectual ou sensorial, discentes com transtornos globais do desenvolvimento, com altas habilidades/superdotação e ainda os transtornos funcionais específicos como: dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade.

São considerados público-alvo do Núcleo de Estudos e Pesquisa Afro-brasileiras e Indígenas-NEABI: Negros, que se autodeclararem de cor preta ou parda, conforme classificação adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e indígenas, que se enquadrem na portaria 849/2009 da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

São objetivos específicos da Política de Diversidade e Inclusão do IFPI:

I -Proporcionar formação de professores para os atendimentos educacionais especializados e demais profissionais da educação para a inclusão;

II- Garantir processos seletivos com adaptações necessárias para o acesso de pessoas com deficiência;

III- Proporcionar a adaptação dos currículos de acordo com o estabelecido nas Leis nº 9.394/1996, 10.639/2003 e 11.645/2008, que preveem a inclusão obrigatória das temáticas relacionadas à História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em todas as modalidades e níveis de ensino, bem como parecer CNE/CP nº 08/2012 e com a Resolução nº 01/2012, que tratam da Educação para os Direitos Humanos;

IV-Assegurar a aquisição e elaboração de recursos didáticos dos discentes com necessidades educacionais específicas;

V- Desenvolver periodicamente ações que promovam a sensibilização, adaptações de acesso ao currículo por meio de modificações ou provisão de recursos especiais, materiais

ou de comunicação, para melhoria de metodologias, ferramentas e técnicas utilizadas no processo de inclusão e diversidade;

VI- Garantir acompanhamento psicossocial e pedagógico realizado de modo articulado com os núcleos voltados às ações de diversidade e inclusão;

XV- Manter articulação com a Política de Assistência estudante – POLAE;

XVI- Manter articulação com o programa de acolhimento ao estudante ingressante – PRAEI;

XVII- Incentivar, tanto discentes como professores, a desenvolverem projetos na área de Tecnologia Assistiva.

b) Mobilidade Acadêmica

A mobilidade acadêmica é regulamentada pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 121/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 30 de março de 2022, que estabelece as normas e procedimentos para a mobilidade acadêmica de estudantes de cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.

A Mobilidade Acadêmica Interna refere-se à possibilidade de o estudante do IFPI, com situação de matrícula ativa, pleitear mudança de campus, para fins de prosseguimento do seu processo formativo, desde que tenha cursado, no mínimo dois semestres letivos no campus de origem.

A Mobilidade Acadêmica Interna poderá ocorrer por meio de: transferência interna e matrícula especial intercampi. A transferência interna de aluno entre seus *campi* deverá ser motivada por pelo menos um dos casos (ou outros correlatos ou análogos):

- I. Necessidade de mudança de domicílio de estudante trabalhador, de seus responsáveis legais ou cônjuge, mediante comprovação;
- II. Doença física ou psicológica comprovada por laudo médico, que requeira tratamento prolongado específico no local para onde a transferência é solicitada, referendado pelo setor médico do IFPI;
- III. Condição de vulnerabilidade psicossocial, mediante apresentação de parecer social emitido pelo setor de serviço social do campus no qual o estudante está matriculado;
- IV. Motivo de doença em pessoa da família que precise de auxílio durante tratamento prolongado, comprovado por laudo médico, referendado pelo setor médico do IFPI.

A mobilidade acadêmica na forma de matrícula especial intercampi é o vínculo temporário que o estudante do IFPI, com situação de matrícula ativa em curso de educação

superior, estabelece com outro campus do IFPI, por um período de até um ano letivo, mantendo o vínculo no campus de origem, para cursar disciplinas que integram a matriz curricular do seu curso, mediante deferimento dos Colegiados dos cursos de origem e de destino, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim recomendar e em pelo menos um dos seguintes casos:

I - Serviço militar obrigatório;

II- Emprego efetivo comprovado;

III - Acompanhamento de cônjuge, filhos, pais ou dependentes legais, em tratamento de saúde comprovadamente demorado;

IV- Condição de vulnerabilidade psicossocial;

V- Retenção em componente curricular cuja oferta pelo campus de origem não ocorrerá em período subsequente à retenção;

VI- Integralização curricular.

São consideradas como atividades de Mobilidade Acadêmica aquelas de natureza acadêmica, científica, artísticas e/ou cultural, como cursos, estágios e pesquisas orientadas que visem à complementação e ao aprimoramento da formação do estudante de graduação.

A Mobilidade Acadêmica Internacional é aquela na qual o estudante realiza atividades de mobilidade estudantil em instituição de ensino estrangeira, mantendo o vínculo de matrícula na Instituição de origem durante o período de permanência na condição de “estudante em mobilidade”.

A mobilidade acadêmica poderá ocorrer por meio de:

I - Adesão a Programas do Governo Federal; e

II - Estabelecimento de Convênio interinstitucional.

A Mobilidade Acadêmica tem por finalidade:

I - Proporcionar o enriquecimento da formação acadêmico-profissional e humana, por meio da vivência de experiências educacionais em instituições de ensino nacionais e internacionais;

II - Promover a interação do estudante com diferentes culturas, ampliando a visão de mundo e o domínio de outro idioma;

III - Favorecer a construção da autonomia intelectual e do pensamento crítico do estudante, contribuindo para seu desenvolvimento humano e profissional;

IV - Estimular a cooperação técnico-científica e a troca de experiências acadêmicas entre estudantes, professores e instituições nacionais e internacionais;

V - Propiciar maior visibilidade nacional e internacional ao IFPI; e

VI - Contribuir para o processo de internacionalização do ensino de graduação no IFPI.

c) Acessibilidade

Para a inclusão de pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida, o Instituto procura atender a Lei no 10.098/2000 disponibilizando rampas nas entradas, portas largas, barras de apoio e pisos antiderrapantes, sanitários adaptados para cadeirantes, reserva de vagas em seus estacionamentos.

O IFPI promove e desenvolve ações com o intuito de ampliar as condições de acessibilidade para os alunos com necessidades específicas físicas e educacionais através do NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas.

Com o objetivo de permitir uma aproximação entre os falantes da Língua Portuguesa e as comunidades surdas, a disciplina de Língua Brasileira de Sinais está inserida no currículo seguindo as orientações do Decreto no 5.626/2005. A utilização da Libras se mostra necessária especialmente nos espaços educacionais, favorecendo ações de inclusão social e oferecendo possibilidades para a quebra de barreiras linguísticas entre surdos e ouvintes.

d) Profissionais Técnicos Especializados em Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais

São atribuições do Tradutor/Intérprete de Libras, no exercício de suas competências, no âmbito do IFPI:

- I - Efetuar a comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;
- II – Traduzir e interpretar, em Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa, as atividades didático pedagógicas e culturais de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvida nos cursos técnicos de níveis fundamental, médio e no ensino superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares, em sala de aula e demais ambientes acadêmicos;
- III - Traduzir e interpretar materiais didáticos, artigos, livros, textos diversos, provas, exercícios, vídeos e outros, reproduzindo em Libras ou na modalidade oral da língua portuguesa o pensamento e intenção do emissor;
- IV - Atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos;
- V - Participar da produção de material técnico, didático-pedagógico ou de informática;
- VI - Apoiar a acessibilidade aos serviços e às atividades-fim do IFPI, atendendo ao disposto no Decreto 5.626/05, na Lei 13.146/15, na Resolução nº 07/2018/CONSUP/IFPI e aos demais

preceitos vigentes e zelando pelo rigor técnico, pela ética profissional, o respeito à pessoa e à cultura da pessoa surda.

Identificando a necessidade de profissionais técnicos especializados em tradução e interpretação de Língua Brasileira de Sinais; Cuidador em Educação Especial; Revisor, Ledor e Transcritor em Braille e Atendimento Educacional Especializado, o IFPI promove a contratação desses profissionais, conforme condições, quantidades e exigências legais.

e) Mecanismos de Nivelamento

Em busca de um melhor aproveitamento e, também, reduzir a evasão e a retenção do discente no início da vida acadêmica será proposto um nivelamento dos conteúdos básicos, por meio da disciplina de Matemática Básica (módulo I). Acrescente-se que se encontra na fase de regulamentação a política de nivelamento dos cursos de graduação. Assim, está sendo normatizado um Programa de Acompanhamento do Estudante Ingressante nos cursos superiores- PRAEI-SUPER, que integrará as políticas de ensino com ações acadêmico-administrativas voltadas para a existência de nivelamento transversal a todos os cursos no âmbito do IFPI, com o objetivo de desenvolver e aprimorar habilidades e competências dos acadêmicos para o melhor desempenho no Ensino Superior, com vistas a garantir a permanência e o êxito.

2.17 GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A avaliação será contínua, com momentos específicos para discussão, englobando uma análise integrada dos diferentes aspectos, estruturas, relações, compromisso social, atividades e finalidades da instituição e do respectivo curso, abrangendo uma perspectiva interna e externa:

-Avaliação Interna: ações decorrentes dos processos de avaliação, no âmbito do curso, considerando o relatório de autoavaliação institucional elaborado pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA), alinhadas com as metas estabelecidas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPI, a fim de promover o aperfeiçoamento de forma estratégica. Serão também instrumentos de avaliação interna o Colegiado do Curso e o Núcleo Docente Estruturante (NDE), caracterizados, respectivamente.

A autoavaliação ocorrerá com periodicidade estabelecida pelos colegiados dos cursos, com previsão no calendário acadêmico e fornecerá as bases para elaboração do (re)planejamento das ações acadêmico-administrativas no âmbito do curso, e

consequentemente, para a tomada de decisão, conforme estabelecido na RESOLUÇÃO NORMATIVA 98/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 7 de dezembro de 2021, que atualiza o instrumento de autoavaliação institucional dos cursos de graduação, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.

-Avaliação Externa: A avaliação Externa abrangerá a visita *in loco*, realizada para autorização do curso, reconhecimento e renovação de reconhecimento, na qual são avaliadas as três dimensões do curso quanto à adequação ao projeto proposto: a organização didático-pedagógica; o corpo docente e técnico-administrativo e as instalações físicas. Além disso, a avaliação externa contempla resultados obtidos pelos alunos do curso no Enade e os demais dados apresentados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

Os resultados dessas avaliações sistemáticas indicarão a eficácia do presente Projeto Pedagógico de Curso, oportunizando a implementação de ações acadêmico- administrativas necessárias para a melhoria contínua do curso em questão.

2.18 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO APRENDIZAGEM

O processo de avaliação do ensino-aprendizagem constitui-se como uma ferramenta sistemática, essencial para a consolidação de habilidades e competências. Tal processo deve estar em consonância com projeto político-pedagógico, com os objetivos gerais e específicos do IFPI e com o perfil profissional do curso.

A avaliação deverá ter caráter formativo, processual e contínuo, pressupondo a contextualização dos conhecimentos e das atividades desenvolvidas, a fim de propiciar um diagnóstico preciso do processo de ensino e aprendizagem que possibilite ao professor analisar sua prática e ao estudante comprometer-se com seu desenvolvimento intelectual adquirindo autonomia. Ela aparecerá como subsídio para tomada de decisão, o que vai levar ao professor realizar novas abordagens sobre o desenvolvimento das competências adquiridas pelo aluno, constatando seu aproveitamento.

A avaliação da Aprendizagem é regulamentada pela organização didática do IFPI, RESOLUÇÃO NORMATIVA 143/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 25 de agosto de 2022. Altera a Resolução que normatiza a Organização Didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.

a) Avaliação da aprendizagem

A avaliação do processo ensino-aprendizagem deverá ter como parâmetros os princípios do projeto político-pedagógico, a função social, os objetivos gerais e específicos do IFPI e o perfil de conclusão de cada curso.

A avaliação é um processo contínuo e cumulativo do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais, conforme estabelece a Lei No 9.394/96.

A avaliação dos aspectos qualitativos compreende o diagnóstico, a orientação e reorientação do processo ensino-aprendizagem, visando ao aprofundamento dos conhecimentos, à aquisição e/ou ao desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes pelos alunos e à ressignificação do trabalho pedagógico.

A Sistemática de Avaliação do IFPI compreende avaliação diagnóstica, formativa e somativa.

A avaliação da aprendizagem dar-se-á por meio de um ou mais dos seguintes instrumentos:

- I - Prova escrita;
- II - Observação contínua;
- III - Elaboração de portfólio;
- IV - Trabalho individual e/ou coletivo;
- V - Resolução de exercícios;
- VI - Desenvolvimento e apresentação de projetos;
- VII - Seminário;
- VIII - Relatório;
- IX - Prova prática; e
- X - Prova oral.

A escolha do instrumento de avaliação da aprendizagem deverá estar em consonância com a especificidade da disciplina, os objetivos educacionais propostos e o conteúdo ministrado.

b) Sistema de Avaliação do Curso

A avaliação da aprendizagem nos Cursos Superiores de Graduação, ofertados na forma de módulo/disciplinas, será expressa em notas, numa escala de 0,0(zero) a 10,0 (dez), sendo admitida uma casa decimal.

Será considerado aprovado por média em cada disciplina o aluno que obtiver média semestral igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência igual ou superior a 75% da carga horária da disciplina, sendo registrada, no Diário de Classe e Sistema de Controle Acadêmico, a situação de Aprovado.

Caso a nota semestral seja inferior a 4,0 (quatro), o discente será considerado reprovado, sendo feito o registro, no Diário de Classe e Controle Acadêmico, da condição de Reprovado por Nota.

Se a Média Semestral na disciplina for igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete), o discente que tiver ao menos 75% de frequência da carga horária da disciplina fará Exame Final; neste caso, a Média Final será calculada da seguinte forma:

$$MF = (MS + EF) / 2$$

Onde:

MF = Média Final;

MS = Média Semestral;

EF = Exame Final.

Para a aprovação, o resultado descrito anteriormente terá que ser igual ou superior a 6,0 (seis), sendo registrada, no Diário de Classe e no Sistema de Controle Acadêmico, a situação de Aprovado após Exame Final.

Caso a nota semestral, após o Exame Final, seja inferior a 6,0 (seis), o discente será considerado reprovado, sendo lançada, no Diário de Classe e no Controle Acadêmico, a situação de Reprovado por Nota.

c) Verificação de Aprendizagem em Chamada

É direito do aluno o acesso às várias formas de avaliação da aprendizagem, incluídas as de chamada, desde que as solicite à Coordenação de Curso/Área, via protocolo, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, considerando os dias úteis, após a realização da avaliação à qual não se fez presente, mediante a apresentação dos documentos justificativos abaixo especificados:

I - Atestado médico comprovando a impossibilidade de participar das atividades escolares do dia;

II - Declaração de corporação militar comprovando que, no horário da realização da 1ª chamada, estava em serviço;

III - Declaração da Direção de Ensino do campus, comprovando que o estudante estava representando o IFPI em atividade artística, cultural ou esportiva;

IV - Ordem judicial;

V - Certidão de óbito de parentes de primeiro grau ou cônjuge;

VI - Declarações de trabalho em papel timbrado com carimbo da empresa e assinatura do empregador; e

VII - Outros que possam comprovar a solicitação.

Os casos omissos deverão ser analisados pelo Coordenador de Curso em conjunto com o professor da disciplina para análise da viabilidade do pedido.

A autorização para realização da verificação da aprendizagem, em chamada, dependerá da análise do requerimento, pela Coordenadoria de Curso, conjuntamente com o professor da disciplina, que disporão de 24 horas, após a notificação ao professor, para emitir parecer relativo ao objeto do requerimento.

Cabe ao professor da disciplina a elaboração e a aplicação da verificação da aprendizagem em chamada, no prazo máximo de 08 (oito) dias após o deferimento do pedido.

Se, por falta de comparecimento do aluno, em qualquer etapa de avaliação, decorrido o prazo de pedido de chamada, não for possível apurar o seu aproveitamento escolar, ser-lhe-á atribuído nota 0,0 (zero).

d) Revisão da Verificação da Aprendizagem

O aluno que discordar do(s) resultado(s) obtido(s) no(s) procedimento(s) avaliativo(s) poderá requerer revisão de provas. O requerimento, com fundamentação da discordância, deverá ser dirigido à Coordenação de Curso, até dois dias úteis, após o recebimento da avaliação.

Cabe à Coordenação de Curso, no prazo de 2 dias, dar ciência ao professor da disciplina para emitir parecer. Cabe ao professor da disciplina dar parecer no prazo de (3 dias) a partir da ciência dada pela Coordenação.

Caso o professor se negue a revisar a prova, cabe à Coordenação do Curso em reunião com o Colegiado de Curso e deliberar sobre a revisão, no prazo máximo de sete dias úteis.

2.19 ATIVIDADES DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Em princípio, é importante ressaltar que um dos princípios norteadores da prática educativa dos cursos de graduação no âmbito do Instituto Federal do Piauí consiste no estímulo à adoção da pesquisa como princípio pedagógico presente em um processo formativo voltado para um mundo permanentemente em transformação, integrando saberes cognitivos e socioemocionais, tanto para a produção do conhecimento, da cultura e da tecnologia, quanto para o desenvolvimento do trabalho e da intervenção que promova impacto social.

Ademais, o Instituto Federal do Piauí visa, entre outras finalidades: a) desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica e b) realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico. Nessa perspectiva é, pois, necessário enfatizar que as ações de fomento à pesquisa no âmbito da instituição procuram estabelecer um elo com as ações de Ensino, Extensão e Internacionalização com vistas a uma sociedade plural de forma articulada com os arranjos socioprodutivos locais e regionais.

Em consequência disso, compreende-se e defende-se a importância da iniciação científica como uma ação pedagógica que introduz os estudantes da graduação na pesquisa acadêmico-científica como forma de engajá-los e colocá-los em contato direto com a produção conhecimento a partir da compreensão que essa prática contribua para a formação intelectual, reflexiva, autônoma, crítica e criativa dos estudantes considerando as dimensões: ciência, tecnologia e inovação.

Diante de tudo isso, é importante acrescentar que a iniciação científica, partir da relação do estudante com a pesquisa científica possibilita a formação de cidadãos e de profissionais preparados para o mundo do trabalho, e por conseguinte, aptos para o exercício da profissão visando o desenvolvimento territorial, além de prepará-los também para a pós-graduação.

Deste modo, o Instituto Federal do Piauí tem programas de iniciação científica regulamentados pela Resolução nº 24/2019 que permitem colocar os estudantes de cursos

de graduação em contato direto com a atividade científica e de pesquisa. Nesse processo, espera-se proporcionar ao estudante bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa. Esses projetos são desenvolvidos através do:

a) **PIBIC** - Programa de Bolsa de Iniciação Científica - incentiva a participação de estudantes do Ensino Superior em projetos de pesquisa;

b) **PIBIC IT** - Programa de Bolsa de Iniciação Científica Inovação Tecnológica - incentiva a participação de estudantes do Ensino Médio Integrado em projetos de Inovação Tecnológica.

Nessa perspectiva é, pois, necessário enfatizar que além das iniciativas do incentivo à pesquisa e a inovação, o Instituto Federal do Piauí estimula, através de políticas institucionais, o incremento da publicação em periódicos e a participação de docentes e estudantes em eventos científicos.

2.20 COMITÊ DE ÉTICA DE PESQUISA

a) Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/IFPI) é um órgão colegiado, de caráter interdisciplinar, de natureza técnico-científica, consultiva, deliberativa e educativa, com autonomia de decisão no exercício de suas funções. Está constituído nos termos da Resolução nº 466 de 12/12/2012, da Norma Operacional Nº 001/2013 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde – CNS/MS e da Resolução CNS nº 370, de 08 de março de 2007.

A instalação do CEP é fundamental nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos, dentro de padrões éticos determinados pelas resoluções supra citadas. Tem o propósito de defender os interesses dos sujeitos envolvidos na pesquisa, garantindo sua integridade, dignidade e proteção.

São atribuições do CEP/IFPI de acordo com a Resolução (466/12), protocolar e avaliar os projetos de pesquisa envolvendo seres humanos (submetidos através da Plataforma Brasil), com base nos princípios da ética, impessoalidade, transparência, razoabilidade, proporcionalidade e eficiência, tem papel consultivo e educativo nas questões de ética, encaminha relatórios ao CONEP, acompanha o desenvolvimento de projetos, recebe

denúncias de abusos ou fatos adversos na pesquisa, em caso de irregularidades pode requerer apuração e sindicância e comunica à CONEP e representa a instituição (IFPI) em todas as suas instâncias, interna e externa.

b) Comitê de Ética no Uso de Animais

O Comitê de Ética no Uso de Animais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (CEUA/IFPI) é um órgão técnico-científico de caráter consultivo, deliberativo e educativo nas questões sobre a utilização de animais para pesquisa, ensino ou extensão.

O CEUA/IFPI está vinculado à Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPI) e tem por finalidade cumprir e fazer cumprir, no âmbito do IFPI e nos limites de suas atribuições, o disposto da Lei nº 11.794/2008, nas Resoluções Normativas do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA) e nas demais normas aplicáveis à utilização de animais para pesquisa, ensino e extensão.

Portanto, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão que envolvam o uso de animais das espécies classificadas como Filo Chordata, subfilo Vertebrata, exceto o homem, observada a legislação ambiental, deverão ser submetidas à aprovação prévia do CEUA/IFPI.

CAPITULO 3.0 - COORDENAÇÃO DO CURSO, CORPO DOCENTE E TUTORES

3.1- CORPO DOCENTE

Os professores aqui chamados de professores formadores que atuarão no curso deverão ser obrigatoriamente lotados IFPI, sendo todos selecionados por edital público conforme legislação vigente. As atividades de formação desenvolvidas pelos professores formadores serão remuneradas através de bolsas formação custeadas totalmente pela CAPES.

Caberá ao professor formador:

- Desenvolver as atividades docentes na capacitação de coordenadores, professores e tutores mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no plano de capacitação;
- Participar das atividades de docência das disciplinas curriculares do curso;

- Participar de grupo de trabalho para o desenvolvimento de metodologia na modalidade a distância;
- Participar e/ou atuar nas atividades de capacitação desenvolvidas na Instituição de Ensino;
- Coordenar as atividades acadêmicas dos tutores atuantes em disciplinas ou conteúdos sob sua coordenação;
- Desenvolver o sistema de avaliação de alunos, mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no plano de curso;
- Apresentar ao coordenador de curso, ao final da disciplina ofertada, relatório do desempenho dos estudantes e do desenvolvimento da disciplina;
- Desenvolver, em colaboração com o coordenador de curso, a metodologia de avaliação do aluno;
- Desenvolver pesquisa de acompanhamento das atividades de ensino desenvolvidas nos cursos na modalidade a distância;
- Elaborar relatórios semestrais sobre as atividades de ensino no âmbito de suas atribuições, para encaminhamento à DED/CAPES/MEC, ou quando solicitado.

3.2 -TUTORES

Os tutores de apoio serão obrigatoriamente selecionados por edital publico aberto conforme legislação vigente sendo suas atividades remuneradas por bolsas custeadas pela CAPES.

Caberá aos tutores :

- Mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e os cursistas;
- Acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do curso;
- Apoiar o professor da disciplina no desenvolvimento das atividades docentes;
- Estabelecer contato permanente com os alunos e mediar as atividades discentes;
- Colaborar com a coordenação do curso na avaliação dos estudantes;
- Participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela Instituição de Ensino;
- Elaborar relatórios mensais de acompanhamento dos alunos e encaminhar à coordenadoria de tutoria;
- Participar do processo de avaliação da disciplina sob orientação do professor responsável;

- Manter regularidade de acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e dar retorno às solicitações dos cursistas no prazo máximo de 24 horas;
- Apoiar operacionalmente a coordenação do curso nas atividades presenciais nos pólos, em especial na aplicação de avaliações .

3.3- COORDENAÇÃO DO CURSO

O Coordenador do curso deverá ter lotação efetiva no IFPI Campus Teresina Central e será obrigatoriamente selecionado por edital publico, conforme legislação vigente. As atividades de coordenação serão remuneradas por bolsas custeadas pela CAPES. Caberá ao coordenador do curso:

- Coordenar, acompanhar e avaliar as atividades acadêmicas do curso;
- Participar das atividades de capacitação e de atualização desenvolvidas na Instituição de Ensino;
- Participar dos grupos de trabalho para o desenvolvimento de metodologia, elaboração de materiais didáticos para a modalidade a distância e sistema de avaliação do aluno;
- Realizar o planejamento e o desenvolvimento das atividades de seleção e capacitação dos profissionais envolvidos no curso;
- Elaborar, em conjunto com o corpo docente do curso, o sistema de avaliação do aluno;
- Participar dos fóruns virtuais e presenciais da área de atuação;
- Realizar o planejamento e o desenvolvimento dos processos seletivos de alunos, em conjunto com o coordenador UAB;
- Acompanhar o registro acadêmico dos alunos matriculados no curso;
- Verificar “in loco” o bom andamento dos cursos;
- Acompanhar e supervisionar as atividades: dos tutores, dos professores, do coordenador de tutoria e dos coordenadores de polo;
- Informar para o coordenador UAB a relação mensal de bolsistas aptos e inaptos para recebimento.

3.4 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O NDE é o órgão consultivo, propositivo e de assessoria corresponsável pela elaboração, implementação e consolidação do Projeto Pedagógico do respectivo curso. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante: contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes do currículo; promover e incentivar o desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as

políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso; o NDE instituirá o colegiado do curso.

O Núcleo Docente Estruturante é constituído por no mínimo 5 professores efetivos pertencentes ao corpo docente do curso; o coordenador do curso atua no NDE, como seu presidente; todos os membros devem ter experiência docente na instituição; os membros do NDE são renovados parcialmente para permitir a continuidade no processo de acompanhamento do curso.

Compete ao Presidente do NDE: convocar e presidir as reuniões, com direito a voto consultivo, inclusive voto de qualidade; representar o NDE junto aos órgãos da instituição; encaminhar as deliberações do NDE aos órgãos competentes; designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo NDE; coordenar a integração do NDE com os demais órgãos Colegiados e setores da instituição; e indicar coordenadores para as atribuições de NDE.

As reuniões ordinárias do NDE são feitas por convocação de iniciativa do seu Presidente, 1 (uma) vez por bimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros. Geralmente a convocação dos seus membros é feita com antecedência de pelo menos 48 (quarenta e oito) horas antes da hora marcada para o início da sessão e, sempre que possível, com a pauta da reunião. Como o curso é a Distância e os membros fazem parte de diversos Campus, as reuniões do NDE dos cursos da UAB/IFPI, podem acontecer via web, na modalidade de: videoconferência, skype ou outros meios eletrônicos.

Os membros são indicados pela Coordenação de Curso e nomeados através de portaria instituída pela diretoria geral do IFPI - Campus Teresina Central, visto que o curso está vinculado a este referido Campus.

ANEXO 1 – BIBLIOGRAFIAS E EMENTAS

EMENTA DAS DISCIPLINAS / BIBLIOGRAFIA

1º MÓDULO

DISCIPLINA: Seminário de Introdução a Educação a Distância	CH: 40h	Código: E1-1
EMENTÁRIO		
A modalidade de Educação a Distância: histórico, características, definições e regulamentações. Fundamentos e paradigmas teóricos e metodológicos da Educação a Distância. Organização de sistemas de Educação a Distância: processo de comunicação, processo de tutoria, mediação pedagógica, avaliação, processo de gestão e produção de material didático. Educação a Distância e ambientes virtuais de ensino-aprendizagem.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BARBOSA, R. M. (org.). Ambientes virtuais de aprendizagem . Porto Alegre: Artmed, 2005.		
BELLONI, M. L. Educação a distância . Campinas: Autores Associados, 2001.		
CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede : a era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2003.		
CORRÊA, J. (org.). Educação a Distância . Porto Alegre: Artmed, 2008.		
Bibliografia complementar		
KENSKI, V. M. Tecnologias e ensino presencial e a distância . Campinas (SP): Papirus, 2003.		
MORAN, J. M.; MASETTO, M. Novas tecnologias e mediação pedagógica . Campinas (SP): Papirus, 2000.		
MOORE, M.; KEARSLEY, G. Educação a Distância : uma visão Integrada. São Paulo: CENGAGE Learning, 2008.		
PETERS, O. O. Didática do ensino a distância . São Leopoldo (RS): Vale do Rio dos Sinos, 2001.		
PRETI, O. (org.). Educação a distância : construindo significados. Cuiabá: NEAD/IE – UFMT: Brasília: Plano, 2000.		
SILVA, M; SANTOS, E. (orgs.). Avaliação da aprendizagem em educação online . Edições Loyola, 2006.		

DISCIPLINA: Matemática Básica para Ciências da Natureza	CH: 60h	CÓDIGO: E2-1
EMENTÁRIO		
Conjuntos numéricos, sistema métrico decimal, razão, proporção, grandezas proporcionais, divisão proporcional, regra de três, porcentagem, potenciação e radiciação. Estudo de funções polinomiais do 1° e 2° graus: definição, representação gráfica, raízes, crescimento e decrescimento. Equações e inequações do 1° e 2° grau composta e modular.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
ABDOUNUR, O. J.; HARIKI, S. Matemática aplicada . São Paulo: Saraiva, 2006. CRESPO, A. Matemática Financeira Fácil . São Paulo: Saraiva, 2009. IEZZI, G.; MURAKAMI, C. Fundamentos de matemática elementar . Coleção, v. 1, 8 ed. São Paulo: Atual, 2004. LIMA, E. et al. A Matemática do Ensino Médio . Rio de Janeiro: SBM, 1998. v. 1.		
Bibliografia complementar		
DEMANA, F. D.; WAITS, B. K.; FOLEY, G. D.; KENNEDY, D. Pré-Cálculo . São Paulo: Pearson, 2012. FACCHINI, W. Matemática para a escola de hoje . São Paulo: FTD, 2006. HAZZAN, S.; IEZZI, G. Fundamentos da matemática elementar . São Paulo: Ed Atual, 2004. PAIVA, M. O. Matemática: conceitos, linguagem e aplicações . Rio de Janeiro: Moderna, 2002.		
DISCIPLINA: História das Ciências da Natureza	CH: 40h	CÓDIGO: E2-2
EMENTÁRIO		
Aspectos historiográficos das Ciências da Natureza; Discussão de aspectos epistemológicos da ciência; O fazer do cientista: hipóteses, teoria, observação, métodos, linguagem, processo de investigação; O ensino de Ciências da Natureza: discussão de estratégias didáticas fundamentadas em aspectos históricos e filosóficos das Ciências da Natureza.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		

BASTOS, C. L.; CANDIOTTO, K. B. B. **Filosofia da ciência**. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRAGA, M.; GUERRA, A.; REIS, J. C. **Breve história da Ciência Moderna**. Vol. 1-5. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BRITO, E. F.; CHANG, L. H. (Org.). **Filosofia e método**. São Paulo: Loyola, 2002.

CHASSOT, A. **A ciência através dos tempos**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004.

ROSA, C. A. P. **História da ciência**. Vol. 1-3. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2012.

Bibliografia complementar

ALVES, R. **O que é científico?** São Paulo: Loyola, 2007.

ANDERY, M. A. P. A.; MICHELETTO, N.; SÉRIO, T. M. A. P.; RUBANO, D. R.; MOROZ, M.; PEREIRA, M. E. M.; SAVIOLI, M. R.; ZANOTTO, M. L. B. (Org.). **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 12. ed. São Paulo: EDUC, 2003.

JAPIASSU, H. **Como nasceu a ciência moderna: e as razões da filosofia**. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 2007.

KUHN, T. **Estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

LATOUR, B. **Ciência em ação**. São Paulo: UNESP, 2000.

SAGAN, C. **O mundo assombrado pelos demônios**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

SILVA, C. C. (Org.). **Estudos de história e filosofia das ciências: subsídios para aplicação no ensino**. São Paulo: Livraria da Física, 2006.

DISCIPLINA: Leitura e Produção Textual

CH: 40h

CÓDIGO: E1-2

EMENTÁRIO

Uso da linguagem e da língua. Níveis de linguagem: variação linguística. Leitura e produção de textos. Gêneros textuais e leitura. Estruturação textual. Elaboração de diferentes textos, sobretudo, os acadêmicos. Mecanismos de textualidades: Coerência e coesão textuais. Mecanismos semânticos e gramaticais, com ênfase para regência e concordância. Pontuação. Operadores discursivos. Ortografia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HENRIQUES, A.; ANDRADE, M. M. de. **Língua Portuguesa: noções básicas para cursos superiores**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, D. S.; ZILBERKNOV, L. S. **Português Instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT**. 28 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MEDEIROS, J. B. **Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Bibliografia complementar

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BLIKSTEIN, I. **Técnica de Comunicação Escrita**. 22 ed. São Paulo: Ática, 2006.
 FÁVERO, L. L. **Coesão e Coerência Textuais**. 11 ed. São Paulo: Ática, 2009.
 FEITOSA, V. C. **Redação de Textos Científicos**. 12 ed. Campinas: Papirus, 2009.
 FIORIN, J. L. **Introdução à linguística I: Objetos teóricos**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

DISCIPLINA: Bioética para Ciências da Natureza	CH: 40h	CÓDIGO: E1-3

EMENTÁRIO

Moral e ética. Conceitos fundamentais. Histórico. Ética no ensino. Ética no uso de animais em pesquisa científica. Ética no uso de seres humanos em pesquisa científica. Legislação brasileira e internacional que versa sobre ética. Comitês em bioética.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CORTELLA, M. S. **Educação, convivência e ética**. Audácia e esperança. 2015. Cortez Editora.
 COSTA, S. I., OSELHA, G., GARRAFA, V. **Bioética**. Brasília: Conselho Federal de Medicina, 1998.
 DARLEI DALL'AGNOL, **Bioética**. J. Zahar. 2005.
 JUNGES, J. R. **Bioética: perspectivas e desafios**. São Leopoldo, Ed. UNISINOS, 1999.
 LOCH, J. A. **Bioética na atualidade**. Editora EDIPUCRS. 2014.

Bibliografia complementar

OLIVEIRA, R. J. Reflexões sobre a Ética na Educação Escolar. **Educação**. Santa Maria. v.39, n.1, p.105-116. 2014.
 PESSINI, L.; BARCHIFONTAINE, C. P. **Problemas atuais de bioética**. São Paulo: Loyola, 1996.

DISCIPLINA: Filosofia da Educação	CH: 40h	CÓDIGO: E3-1

EMENTÁRIO

Os pressupostos filosóficos que fundamentam as concepções de educação. Compreensão da Filosofia como instrumento de conhecimento educacional. Tendências teóricas da Filosofia da educação. A escola como elemento de conservação e de mudança social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARANHA, M.L.A. **Filosofia da Educação**. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006.
 CHAUI, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2012.
 LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 222 p.
 REBOUL, O. **A Filosofia da Educação**. Lisboa: Edições 70, 2000.

Bibliografia Complementar

BRITO, Emídio Fontenele de; CHANG, Luiz Harding (org.). **Filosofia e método**. São Paulo: Loyola, 2002. 154 p. ISBN 85-15-02398-9.

FEARN, Nicholas. Filosofia: novas respostas para antigas questões. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. 214 p. ISBN 978-85-7110-966-7 (broch.).

FERRY, Luc. Aprender a viver: filosofia para os novos tempos. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010. 239 p. ISBN 978-85-390-0105-7 (broch.).

MARCONDES, Danilo. Iniciação à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein. 13. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

PILETTI, Claudino. Filosofia da Educação. 9. ed. São Paulo: Ática, 2009.

DISCIPLINA: Metodologia Científica

CH: 40h

CÓDIGO:E1-4

EMENTÁRIO

As diferentes formas de conhecimento. A Ciência e seus métodos. Metodologia de estudos. Trabalhos científicos e normas da ABNT. Pesquisa enquanto princípio científico e educativo. Ética na pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2015.

MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: **A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica: Guia para a Eficiência nos Estudos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia complementar

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520 – Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2023.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PEREIRA, Adriana Soares. **Metodologia da pesquisa científica**. Santa Maria, RS: UFSM, 2018.

DISCIPLINA: Inglês Instrumental

CH: 40h

CÓDIGO: E1-5

EMENTÁRIO

Vocabulário e domínio das estruturas da Língua Inglesa através da leitura e interpretação de textos específicos baseados em estratégias de leitura.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DIAS, R. **Reading critically in English**. 3. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
FIORI SOUZA, et al. **Leitura Instrumental em Língua Inglesa**. Londrina: Planográfica, 2003.
CRAVEN, M. **Reading Keys – Introducing**. Thailand: Macmillan, 2003.
CAMBRIDGE. **International Dictionary of English**. Londres: Cambridge University Press, 1996.

Bibliografia complementar

AMOS, et al. **Challenge**. São Paulo: Moderna, 2005.
MURPHY, R. **English Grammar in Use**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
ANDERSON, Neil J. **Active - Habilidades de leitura: livro 2** ; Singapura: Heinle & Heinle, 2002.
OXENDEN, Clive; LATHAM-KOENIG, C.; SELIGSON P. **New English File Elementary**. Oxford: University Press, 2004.
SWAN, Michael. **Practical English Usage**. Oxford: University Press, 1995.

SOUZA; A.G.F...[et AL.]. **Leitura em língua inglesa: uma abordagem instrumental**. São Paulo: Disal, 2005. TORRES, Nelson. Gramática “O Inglês Descomplicado”. 10. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2007.

DISCIPLINA: Política e Organização da Educação Brasileira

CH: 40h

CÓDIGO: E3-2

EMENTÁRIO

A história da educação no Brasil; Organização da Educação Brasileira; Sistema Educacional e Gestão da Educação escolar; O suporte legal da Educação Brasileira; Princípios, da Gestão democrática na escola Pública; Democratização e autonomia da escola.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVES, L.A.M. **História da educação: uma introdução**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012.

BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9394/96**. Brasília (DF)

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre/RS: Artimed editora, 2000.

LIBÂNEO, J.C. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

Bibliografia complementar

LOPES, E.M.S.T.; FARIA FILHO, L.M.; VEIGA, C.G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Escola de Gestores da Educação Básica - CD-ROM. Brasília: MEC, 2007.

PARO, V.H. **Gestão Escolar, Democracia e Qualidade do Ensino**. São Paulo. Ática. 2007.

ROSSI, E.R.; RODRIGUES E.; NEVES, F.M. **Fundamentos históricos da educação no Brasil**. 2. ed. Maringá: Eduem, 2009.

DISCIPLINA: Fundamentos e Metodologia de Extensão no Ensino Superior

CH: 40h

CÓDIGO: E7-1

EMENTÁRIO

Conceitos e princípios da extensão universitária; base legal da extensão e da curricularização; diretrizes para as ações de extensão universitária; a extensão universitária e as políticas públicas; articulação da extensão universitária com os movimentos sociais e com os setores produtivos; impacto e transformação social da extensão universitária; aprendizagem baseada em projetos; etapas para a elaboração de atividades e projetos de extensão universitária.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL, **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 -2024 e dá outras providências. Brasília/DF. 2018.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **NOTA TÉCNICA 6/2022** - PROEN/REI/IFPI Orientação para implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI: 2022.

LISBÔA FILHO, F. F. **Extensão universitária**: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.

SILVA, O. da. **O que é extensão universitária**. Integração: ensino, pesquisa e extensão, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 148-9, maio 1997.

Bibliografia complementar

RAYS, O. A. Ensino-Pesquisa-Extensão: notas para pensar a indissociabilidade. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, p. 71-85, mar. 2012. ISSN 1984-686X. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5034>>. Acesso em: out.de 2022.

SANTOS, J. H.; ROCHA, B. F.; PASSAGLIO, K. T. Extensão universitária e formação no ensino superior. **Revista Brasileira De Extensão Universitária**, v. 7, n. 1, p. 23-28, 28 maio 2016. <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/3087>
Acesso em: out. de 2012.

SEVERINO, A. J. Ensino e pesquisa na docência universitária: caminhos para a integração. Universidade de São Paulo - Faculdade de Educação, FEUSP. **Cadernos de Letras Português Universitária** n.3 p.1-40 2008. Disponível em:
<http://www.prpg.usp.br/attachments/article/640/Caderno_3_PAE.pdf> Acesso em: out. 2022.

LISBÔA FILHO, F. F. **Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional**. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.

2º MÓDULO

DISCIPLINA: Estatística aplicada às Ciências da Natureza	CH: 60h	CÓDIGO: E1-6
EMENTÁRIO		
Conceitos e estatística descritiva; Principais modelos discretos e contínuos; Ajustamento de modelos probabilísticos; Noções de amostragem e estimação; Noções de testes de hipóteses; Análise de variância: classificação simples; Correlação e regressão; Noções de estatística multivariada; Noções sobre experimentos e levantamentos; Noções de delineamentos experimentais.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
AYRES-JR, M. Bioestatística 2.0: aplicações estatísticas nas áreas das Ciências Biológicas e médicas. Belém: MCT-CNPq, 2000.		
FREUND. J. E.; SIMON. G. A. Estatística Aplicada . Bookman, 2000.		
MORETTIN G. L. Estatística básica: probabilidade e Inferência. São Paulo: Pearson, 2006.		
OLIVEIRA, G. J.; OLIVEIRA, M. C. P. Bioestatística . Teresina: EDUFPI/CEAD, 2011.		
PAGANO, M.; GAUVREAU, K. Princípios de Bioestatística . São Paulo: Thomson, 2006.		
Bibliografia complementar		
ARANGO, H. G. Bioestatística: teórica e computacional. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.		

BUSSAB, W. O; MORETTIN, P. **Estatística Básica**. São Paulo: Atual, 2002.

CALLEGARI-JACQUES, S. M. **Bioestatística**: princípios e aplicações. Porto Alegre: ArtMed, 2006.

COSTA-NETO, P. L. O. **Estatística**. São Paulo: Edgard Blücher, 2002.

GOTELLI, N. J.; ELLISON, A. M. **Princípios de Estatística em Ecologia**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

MAGNUSSON, W. E.; MOURÃO, G. M. **Estatística sem Matemática**. Londrina: Planta, 2005.

PESTANA, D.; VELOSO, S. **Introdução à probabilidade e à estatística**. Fundação Calouste Gulbenkin. 2002.

VIEIRA, S. **Introdução à Bioestatística**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DISCIPLINA: Introdução à Química para Ciências da Natureza

CH: 60h

CÓDIGO: E2-3

EMENTÁRIO

Conteúdos básicos e contexto de Química para Ciências da Natureza: Primeiros modelos de constituição da matéria, radioatividade, tabela periódica, conceito de mol, ligações químicas, compostos moleculares e iônicos, polaridade, forças intermoleculares, funções químicas, indicadores, equações químicas e eletroquímicas. Funções orgânicas e inorgânicas. Substâncias, misturas e técnicas de separação de misturas. A Educação Ambiental e o Ensino de Química.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ATKINS, P.W.; JONES, L. **Princípios de Química**: Questionando A Vida Moderna E O Meio Ambiente. 3.Ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MAIA, D.J. BIANCHI, J.C.A. **Química geral**: fundamentos. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

PERUZZO. F.M.; CANTO. E.L. **Química na Abordagem do Cotidiano**. Volume 1, 4ª Edição, Ed Moderna, São Paulo, 2006.

Bibliografia complementar

BRADY, J.E.; RUSSEL, J.B. **Química** - a matéria e suas transformações. 3a edição, Rio de Janeiro, 2002.

KOTZ, J.C. TREICHEL Jr., M. **Química geral e reações químicas**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

RUSSEL, J.B. **Química geral**. 2a ed. Makron Books, São Paulo, 2002.

DISCIPLINA: Introdução à Física para Ciências da Natureza	CH: 60h	CÓDIGO: E2-4
EMENTÁRIO		
Conteúdos de Física para o ensino Fundamental. Análise e discussões de Temas Atuais em Física para o Ensino Fundamental. Metodologias do ensino de Física. Experiências didáticas de Física nas áreas relativos a cinemática e a dinâmica dos movimentos de translação e rotação, Leis de Newton. Energia e potência.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
CARVALHO, A.M.P. Ensino de Física. São Paulo: Cengage Learning. 2010. LOPES, A.O. Introdução à mecânica clássica. São Paulo: EDUSP, 2006. OKUNO, E.; CALDAS, I.L.; CHOW, C. Física para ciências biológicas e biomédicas. Harper & Row do Brasil, 1982. PIACENTINI, J.J. et al. Introdução ao Laboratório de Física. 5. ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2013.		
Bibliografia complementar		
CARVALHO, A. M. P. Ensino de Ciências: Unindo a Pesquisa e a Prática. Pioneira Thomson Learning, São Paulo, 2004. CHIQUELTO, M.J.; VALENTIM, B.; PAGLIARI, E. Aprendendo física 3: eletromagnetismo e introdução à física moderna. São Paulo: Scipione, 1996. CHUNG, K.C. Introdução à física nuclear. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.		
DISCIPLINA: Biologia Celular e Molecular	CH: 60h	CÓDIGO: E2-5
EMENTÁRIO		
Origem das células e da vida; Microscopia; células procariontes, eucariontes e vírus; Bases moleculares da constituição celular; Membranas, paredes celulares, junções celulares e matriz extracelular; O citoplasma: endomembranas; O núcleo; Divisão celular: fissão binária, mitose (ciclo celular) e meiose; Diferenciação celular, embrião e tecidos animais; Morte celular: apoptose e necrose. Material genético: estrutura e função do DNA, RNA, cromossomos e mecanismos genéticos básicos; Replicação do DNA; Transcrição e processamento do RNA; Tradução e código genético; Recombinação, mutação, mutagenese, reparo e mapeamento genético; Controle da expressão gênica: procariontes e eucariontes; Genômica e Proteômica; Tecnologia do DNA recombinante; Organismos Transgênicos, marcadores moleculares e Terapia		

Gênica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBERTS, B.; JOHNSON, A.; LEWIS, J.; RAFF, M.; ROBERTS, K.; WALTER, P. **Biologia Molecular da Célula**. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

DE-ROBERTIS, E. M. F. **Bases da Biologia Celular e Molecular**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

JUNQUEIRA, L. C.; CARNEIRO, J. **Biologia Celular e Molecular**. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2012.

MALACINSKI, G. M. **Fundamentos de Biologia Molecular**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

VALENTE, S. E. S. **Biologia Molecular**. 1. ed. Teresina: EDUFPI/CEAD, 2011.

VALENTE, S. E. S.; LOPES, A. C. A. **Biologia Celular e Molecular**. 1. ed. Teresina: EDUFPI/CEAD, 2010.

Bibliografia complementar

CARVALHO, H. F.; RECCO-PIMENTEL, S. M. **A Célula**. 2. ed. São Paulo: Manole, 2007.

COOPER, G. M.; HAUSMAN, R. E. **The Cell: a molecular approach**. 3. ed. Washington: ASM Press, 2004.

LEWIN, B. **Genes IX**. 9. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2009.

LIPAY, M. V. N.; BRANCO, B. **Biologia Molecular: métodos e interpretação**. 1. ed. Rio de Janeiro: Roca, 2015.

DISCIPLINA: Sociologia da Educação

CH: 60h

CÓDIGO: E3-3

EMENTÁRIO

Sociologia e a antropologia; O campo da sociologia da educação: surgimento e correntes teóricas; A escola e os sistemas de ensino nas sociedades contemporâneas; O campo educativo: sujeitos, currículos, representações sociais e espaços educativos; O respeito à diversidade cultural, religiosa e de faixa geracional; Direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas; Direitos humanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CUNHA, M. A. A. **Sociologia da educação**. Belo Horizonte: Editora UFMG / EAD, 2010.

DURKHEIM, É. **Educação e sociologia**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

FORACHI, M.M.; MARTINS, J.S. **Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

LIBÂNEO, J.C. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 4ed. São Paulo: Loyola, 1986.

MARQUES, S. **Sociologia da Educação**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

MARTINS, C. B. **O que é Sociologia**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

NASCIMENTO, F. F. **Sociologia da Educação**. Teresina: EDUFPI/CEAD, 2011.

OLIVEIRA, S. M. V. **Sociologia da Educação**. Vitória: Ed. UFES/NEAD, 2009.

Bibliografia complementar

ARAÚJO, S.M.; BRIDI, M.A.; MOTIM, B.L. **Sociologia: um olhar crítico**. São Paulo: Contexto, 2009.

ESQUINSANI, R. S. S. **Educação e ideologia: o caso Anísio Teixeira**. Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2002.

GOMES, N. L; SILVA, P. B. G. (Org.). **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

GONÇALVES, L. A. O.; SILVA, P. B. G. **O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

GOMES, C.AC. **A educação em novas perspectivas sociológicas**. São Paulo: EPU, 2005.

IMBERNÓN, F. **A educação no século XXI: os desafios do futuro imediato**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

MEKSENAS, P. **Sociologia da educação: introdução ao estudo da escola no processo de transformação social**. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (Org.). **Família e escola: trajetória de escolarização em camadas médias e populares**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

PILETTI, N.; PRAXEDES, W. **Sociologia da educação: do positivismo aos estudos culturais**. São Paulo: Ática, 2010.

DISCIPLINA: Didática para o Ensino de Ciências

CH: 60h

CÓDIGO: E3-4

EMENTÁRIO

O processo ensino-aprendizagem a partir de uma perspectiva política, histórica e cultural da Educação e da produção do conhecimento. Didática e metodologia. Relação Ciência, tecnologia, educação e didática. O objetivo de estudo da Didática: objetivos, conteúdos, metodologia, relação professor/aluno, recursos de ensino e avaliação. O planejamento didático e a organização do trabalho docente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRÉ, M.; OLIVEIRA, R. (Orgs.). **Alternativas do Ensino de Didática**. 5. ed. Campinas: Papirus, 2003.

CAVALCANTI, L. A Formação do Professor de Geografia – o Lugar da Prática de Ensino. In: **Concepções e Prática em Formação de Professores diferentes olhares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CONTERAS, J. **A autonomia do professor**. São Paulo: Cortez, 2002.

FAZENDA, I. **Didática e interdisciplinaridade**. Campinas: Papirus, 1998.

FEKDMAN, D. **Ajudar a ensinar**: relações entre didática e ensino. Porto Alegre: Artmed, 2001.

Bibliografia complementar

IMBERNÓN, F. **Formação Docente e Profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez, 2006.

PIMENTA, S.; GHEDIM, E. **Professor Reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2008.

PIMENTA, S.; LIMA, M. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

DISCIPLINA: Planejamento Extensionista

CH: 40h

CÓDIGO: E7-2

EMENTÁRIO

Participação diagnóstica e planejamento; ações de extensão na comunidade; debater e definir junto à comunidade as demandas a serem transformadas; construção de um plano de ação (projeto ou programa) em conjunto com a comunidade nas áreas do projeto e/ou programa institucional definido pelo(s) docente(s) responsável(is) pelo componente curricular com a anuência da coordenação do curso. Encaminhamentos para a definição do tema do componente curricular **Projeto de Extensão I**.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL, **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 -2024 e dá outras providências. Brasília/DF. 2018.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **NOTA TÉCNICA 6/2022** - PROEN/REI/IFPI Orientação para implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI: 2022.

SILVA, O. da. **O que é extensão universitária**. Integração: ensino, pesquisa e extensão, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 148-9, maio 1997.

Bibliografia complementar

RAYS, O. A. Ensino-Pesquisa-Extensão: notas para pensar a indissociabilidade. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, p. 71-85, mar. 2012.

ISSN 1984-686X. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5034>>. Acesso em: out.de 2022.

SANTOS, J. H.; ROCHA, B. F.; PASSAGLIO, K. T. Extensão universitária e formação no ensino superior. **Revista Brasileira De Extensão Universitária**, v. 7, n. 1, p. 23-28, 28 maio 2016. <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/3087> Acesso em: out. de 2012.

SEVERINO, A. J. Ensino e pesquisa na docência universitária: caminhos para a integração. Universidade de São Paulo - Faculdade de Educação, FEUSP. **Cadernos de Letras Português Universitária** n.3 p.1-40 2008. Disponível em: <http://www.prpg.usp.br/attachments/article/640/Caderno_3_PAE.pdf> Acesso em: out. 2022.

LISBÔA FILHO, F. F. **Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional**. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.

3º MÓDULO

DISCIPLINA: Química Inorgânica	CH: 60h	CÓDIGO: E2-6
EMENTÁRIO		
Propriedades Gerais dos Elementos; Forças Intermoleculares; Ligação Iônica; Ligação Metálica: teoria dos elétrons livres e das bandas; Ligação Covalente: teoria de valência e teoria do orbital molecular; Práticas de laboratório.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
SHRIVER, D. F. ATKINS, P. Química Inorgânica . 5. ed. Nova Iorque: Oxford University Press, 2010.		
SILVA, W. C.; MARINHO, L. A. Química Geral I . Teresina: CEAD/UFPI, 2012.		
SOUSA, C. M. L. Química Inorgânica II . Teresina: CEAD/UFPI, 2012.		
Bibliografia complementar		
ATKINS, P. A. JONES, L. Princípios de química: questionando a vida moderna e o meio ambiente . 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.		
CHRISPINO, A.; FARIA, P. Manual de química experimental . Campinas: Átomo, 2010.		
KOTZ, J. C.; TREICHEL, P. M.; WEAVER, G. C. Química geral e reações químicas . Vol. 1. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.		
KOTZ, J. C.; TREICHEL, P. M.; WEAVER, G. C. Química geral e reações químicas . Vol. 2. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.		
DISCIPLINA: Biologia Animal	CH: 60h	CÓDIGO: E2-7
EMENTÁRIO		

Diversidade e evolução animal. Nomenclatura Zoológica. Morfologia e sistemática dos filos animais (características gerais, morfologia, fisiologia, biologia, ecologia, filogenia, reprodução e diversidade).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARNES, R.S.K. et al. **Os invertebrados: uma síntese**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2008.

HICKMAN, J.R.; ROBERTS, L.S.; LARSON, A. **Princípios integrados de zoologia**. 11.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2007.

ORR, R.T. **Biologia dos vertebrados**. 5. ed. São Paulo: Roca, 1986.

POUGH, H.; JANIS, C.M.; HEISER, J.B. **A Vida dos Vertebrados**. 4ª edição. Atheneu. SP. 2008.

RUPPERT, E.E.; FOX, R.S.; BARNERS, R.D. **Zoologia dos Invertebrados**. 7ª edição. Ed.Roca. São Paulo. 2005.

Bibliografia complementar

CORRÊA JÚNIOR, A. et al. **Bases ecológicas e evolutivas da diversidade dos seres vivos I**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

MARIA, M.; BATISTA, A.N.; CORRÊA JÚNIOR, A. **Introdução à sistemática animal, vegetal e microorganismo**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

OLIVEIRA, N.C.R. **Manual da fauna edáfica: proposta didática para o ensino de zoologia**. Novas Edições Acadêmicas, 2018.

RIBEIRO-COSTA, C.S.; ROCHA, R.M. (Coord.). **Invertebrados: manual de aulas práticas**. 2. ed. Ribeirão Preto: Holos, 2006.

DISCIPLINA: Biologia Vegetal

CH: 60h

CÓDIGO: E2-8

EMENTÁRIO

Diversidade e evolução vegetal. O Reino Plantae: Criptógamas (Briófitas e Pteridófitas) e Fanerógamas (Gimnospermas e Angiospermas). Sistemática, morfologia, ciclo de vida, biologia, importância ecológica e fisiologia vegetal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

APPEZZATO-DA-GLÓRIA, B.; CARMELLO-GUERREIRO, S.M. (Ed.). **Anatomia vegetal**. 3. ed. rev. e ampl. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2012.

JUDD, W.S. **Sistemática vegetal: um enfoque filogenético**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

OLIVEIRA, E.C. **Introdução à biologia vegetal**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

RAVEN, P.H; EVERT, R.F.; EICHHORN, S.E. **Biologia vegetal**. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

Bibliografia complementar

CUTTER, E.G. **Anatomia vegetal**: experimentos e interpretação: segunda parte: órgãos. São Paulo: Roca, 1987.

KERBAUY, G.B. **Fisiologia vegetal**. São Paulo: Guanabara Koogan. 2004.

LARCHER, W. **Ecofisiologia vegetal**. Tradução de Carlos Henrique B. A. Prado. São Carlos: RiMa, 2000.

DISCIPLINA: Mecânica

CH: 60h

CÓDIGO: E2-9

EMENTÁRIO

Movimento Unidimensional e Bidimensional. Os princípios da dinâmica. Aplicações das leis de Newton. Trabalho e Energia Mecânica. Conservação da energia mecânica e do momento linear. Colisões. Rotações e momento angular. Dinâmica de corpos rígidos. Gravitação. Forças de inércia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

NUSSENZVEIG, H. M. **Curso de Física Básica**. Vol. 1. 5ª ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2013.

HALLIDAY, D.; RESNICK, R. e KRANE, K. S. **Física**. Vol. 1. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

SERWAY, Raymond A.; JEWETT, John W. **Princípios de Física**. Vol. 1. 1ª ed. Rio de Janeiro: Thomson, 2004.

Bibliografia complementar

HALLIDAY D.; WALKER J. e RESNICK, R. **Fundamentos da Física**. Vol. 1. 9ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

TIPLER, Paul A.; MOSCA, G. **Física para cientistas e engenheiros**. Vol. 1. 6ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

FEYNMAN, Richard P.; LEIGHTON Robert B.; SANDS, M. **Lições de Física** de Feynman. Vol. 1. Porto Alegre: Bookman, 2008.

ALONSO, Marcelo; FINN, Edward J. **Física: um curso universitário**: mecânica. 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1972.

YOUNG, Hugh D.; FREEDMAN, Roger A. **Física**. Vol. 1. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2008

DISCIPLINA: Psicologia da Educação

CH: 60h

CÓDIGO:E3-5

EMENTÁRIO

A natureza da psicologia da educação como ciência aplicada; Concepções e tendências atuais; Caracterização do sujeito da educação nos seus aspectos

cognitivos, afetivos e psicomotores. Relação entre educação, desenvolvimento e aprendizagem. Fracasso Escolar – diferentes perspectivas. Psicologia da aprendizagem – conceituação e caracterização. Motivação da aprendizagem. Teorias da aprendizagem e as escolas psicológicas (da infância a fase adulta). Temas contemporâneos da psicologia da educação de interesse do cotidiano escolar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DAVIS, Cláudia. **Psicologia na Educação**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1994.
FALCÃO, J. T. da R. **Psicologia da educação matemática: Uma introdução**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2003.
GARCÍA, J. **Manual de Dificuldades de Aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 1998.
GOULART, I. B. **Psicologia da educação: fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica**. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
MARCHESI, A.; PALACIOS, J.; COLL, C. **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. Vol 3 - 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
VYGOTSKY, L. **A formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

Bibliografia complementar

COLL, C; MONEREO, C. **Psicologia da Educação Virtual: Aprender e ensinar com as tecnologias da educação e da informação**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
Goulart, M. I. M. **Psicologia da aprendizagem I**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
SCORSOLINI-COMIN, F. Psicologia da educação e as tecnologias digitais de informação e comunicação. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Volume 18, Número 3, Set/Dez de 2014.
VEIGA, F. H. (Coord.). **Psicologia da educação: teoria, investigação e aplicação** envolvendo dos alunos na escola. Lisboa: Climepsi Editores, 2013.

DISCIPLINA: Projeto Extensionista 1A

CH: 60h

CÓDIGO: E7-3

EMENTÁRIO

E etapa de execução do projeto de extensão definido coletivamente conforme demanda levantada pela turma e em anuência com a a coordenação do curso, em um ou mais de um formato previsto como atividade extensionista (I – programas; II – projetos; III – cursos e oficinas; IV – eventos; e V – prestação de serviços) descritos no Art. 14 da Resolução CNE/CP 07/2018). Estratégias de consolidação e socialização dos resultados. Avaliação das atividades de extensão. Encaminhamentos para a definição do tema Projeto de Extensão II.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL, **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 -2024 e dá outras providências. Brasília/DF. 2018.
CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

DO PIAUÍ (IFPI). **NOTA TÉCNICA 6/2022** – PROEN/REI/IFPI Orientação para implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI: 2022.

LISBÔA FILHO, F. F. **Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional**. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.

SILVA, O. **O que é extensão universitária**. Integração: ensino, pesquisa e extensão, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 148-9, maio 1997.

Bibliografia complementar

A ser definido conforme deliberação feita no pelo professor responsável pelo componente curricular em anuência com a coordenação do curso, e de acordo com os encaminhamentos indicados no componente curricular **Planejamento Extensionista**.

4º MÓDULO

DISCIPLINA: Genética e Evolução	CH: 60h	CÓDIGO: E2-11
EMENTÁRIO		
Estrutura e Funcionamento do DNA. Estrutura do Genoma em Procarioto e Eucarioto. Aberrações Cromossômicas. Genética Mendeliana e suas Extensões. Determinação do Sexo e Herança Sexual. Noções de Genética de Populações. História do Pensamento Evolutivo e Evidências da Evolução. Teorias Evolutivas de Darwin-Wallace. Seleção Natural. Consequências do Processo Evolutivo: Adaptação, Extinção e Especiação.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
AMORIM, D. S. Fundamentos de sistemática filogenética . Holos. 2002.		
BURNS, G. W. & BOTTINO, P. J. Genética . Guanabara Koogan. 1991.		
FUTUYAMA, D. J. Biologia Evolutiva . 2ª. Ed. Ribeirão Preto: Funpec, 2002.		
GARDNER, E. J.; SNUSTAD, D. P. Genética . 7ª. Ed. Guanabara Koogan, 1986.		
GRIFFITHS, A. J. F.; WESSLER, S. R.; LEWONTIN, R. C. et al. Introdução à Genética . 8ª. Ed. Guanabara-Koogan, 2006.		
LEWIN, B. Genes VII . 7ª. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.		
Bibliografia complementar		
FARAH, S. B. DNA: segredos e mistérios . 2. ed. São Paulo: Sarvier, 2007.		
RIDLEY, Mark. Evolução/ 3ª. Edição. Artmed, Porto Alegre 2006. 752 p. :Il: 25 cm.		
SNUSTAD, D. P.; SIMMONS, M. J. Fundamentos de Genética . 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.		

DISCIPLINA: Óptica e Termodinâmica	CH: 60h	CÓDIGO: E2-12
EMENTÁRIO		
Óptica geométrica. Interferência. Difração e Polarização. Temperatura. Calor. Primeira lei da Termodinâmica. Propriedade dos Gases. Segunda lei da Termodinâmica. Teoria cinética dos gases.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
NUSSENZVEIG, H. M. Curso de Física Básica . Vol. 4. 5ª ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2013. HALLIDAY, D.; RESNICK, R. e KRANE, K. S. Física . Vol. 4. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004. SERWAY, Raymond A.; JEWETT, Jonh W. Princípios de Física . Vol. 2. 1ª ed. Rio de Janeiro; Thomson, 2004.		
Bibliografia complementar		
FEYNMAN, Richard P.; LEIGHTON Robert B.; SANDS, M. Lições de Física de Feynman . Vol. 2. Porto Alegre: Bookman, 2008. HALLIDAY D.; WALKER J. e RESNICK, R. Fundamentos da Física . Vol. 4. 9ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. TIPLER, Paul A.; MOSCA, G. Física para cientistas e engenheiros . Vol. 1. 6ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009. YOUNG, Hugh D.; FREEDMAN, Roger A. Física . Vol. 4. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2008.		
DISCIPLINA: Química Analítica	CH: 60h	CÓDIGO: E2-13
EMENTÁRIO		
Equilíbrio químico aplicados a sistemas homogêneos e heterogêneos. Identificação e separação de cátions e ânions. Métodos e técnicas clássicos de análise. Teoria das reações de neutralização em solução aquosa. Teoria de reações de oxirredução. Tratamento de dados analíticos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
SKOOG, D. A.; WEST D. M.; Fundamentos de Química Analítica , Tradução da 8ª Edição norte-americana, Editora Thomson, São Paulo, 2006. VOGEL, Arthur I. Química Analítica Qualitativa . Tradução da 5ª. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1981.		
Bibliografia complementar		
MUELLER, Haymo; SOUZA, Darcy de. Química Analítica Qualitativa Clássica . 1ª. ed. Blumenau: EDFURB, 2010.		

HARRIS, D. C., **Análise Química Quantitativa**, 6ª Ed. LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., Rio de Janeiro, 2005.

DISCIPLINA: Tecnologias Digitais na Educação

CH: 40h

CÓDIGO: E3-6

EMENTÁRIO

Introdução às Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação – TDIC; Tópicos em Informática Educativa; Percepção crítica, teórica e prática das potencialidades, limitações e diferentes usos das tecnologias digitais no Ensino de Ciências; Aprendizagem Tecnológica Ativa; Ambiente Pessoal de Aprendizagem – APA; Recursos Audiovisuais (vídeo didático, filmes de ficção científica e produção de vídeos animados); Ensino Híbrido e Educação Online; Direitos Autorais e Ética no Ensino Não Presencial; Tecnologia Assistiva/Inclusiva para Práticas Pedagógicas; Gamificação e Jogos Digitais; Aplicativos, Sites, Softwares e Técnicas para a aprendizagem em Ciências; Plataformas Educacionais Digitais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LEITE, B. S. **Tecnologias no ensino de química: teoria e prática na formação**

docente. 1. ed. Curitiba, Appris, 2015. p.365. LEÃO, M. B. C. **Tecnologias na educação: uma abordagem crítica para uma atualização prática**. Recife: UFRPE, 2011. 181p.

GIORDAN, M. **Computadores e linguagens nas aulas de ciências: uma perspectiva sociocultural para compreender a construção de significados**. Injuí: Ed. Unijuí, 2008. 328p.

BACICH, Lilian; TANZI-NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando de Melo. **Ensino Híbrido: Personalização e Tecnologia na Educação**; Porto Alegre: Penso, 2015

SANCHO, Juana Maria. HERNANDEZ, Fernando et all. **Tecnologias para transformar a educação**. Porto Alegre: Artemed, 2006.

Bibliografia complementar

LEITE, B. S. Kahoot! e Socrative como recursos para uma aprendizagem tecnológica ativa gamificada no ensino de Química. **Quím. nova esc.** Vol. XX, N° YY. São Paulo - SP, 2020.

LEITE, B. S. Aplicativos de realidade virtual e realidade aumentada para o ensino de química. **Revista de Estudo e Pesquisa sobre ensino tecnológico**. V.8, 2020.

GIROTO, C. R. M.; POKER, R. B.; OMOTE, S. (org.). **As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas**. Marília: Oficina Universitária. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. 238.p.

MERCADO, L. P. L.; VIANA, M. A. P.; PIMENTEL, F. S. C. (Org.). **Estratégias didáticas e as TIC: ressignificando as práticas na sala de aula**. Maceió: EDUFAL, 2018. 376p.

SOUZA, Rosangela Vieira de; TOLENTINO-NETO, Luíz Caldeira Brant de. **As TIC na prática pedagógica de professores de Ciências num viés construtivista**. ENCITEC,

v.1, n.9, 2019.

DISCIPLINA: Gestão e Organização Escolar	CH: 60h	CÓDIGO: E3-7
EMENTÁRIO		
Organização da Educação Nacional e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96. Educação escolar e os paradigmas educacionais. Os níveis e as modalidades de ensino. Estruturas curriculares. Estratégias de avaliação. Gestão democrática.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
AFONSO, A.J. Avaliação educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2000.		
BRZEZINSKI, I. (Org.). LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2003.		
LIBÂNEO, J.C.; OLIVEIRA, J.; TOSCHI, M. Educação Escolar, Estrutura e Organização. São Paulo: Cortez (coleção Docência e formação). 2003.		
MARTINS, A.M.; WERLE, F.O.C. (Org.). Políticas educacionais: elementos para reflexão. Porto Alegre: Redes Editora, 2010.		
PAULA, C.R.; OLIVEIRA, M.C. Educação de jovens e adultos: a educação ao longo da vida. Curitiba: Ibpex, 2011.		
Bibliografia complementar		
DELORS, J. (Org.). A educação para o século XXI: questões e perspectivas. Porto Alegre: Artmed, 2005.		
LIBÂNEO, J.C.; OLIVEIRA, J.F.; TOSCHI, M.S. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012		
VEIGA, I.P.A.; AMARAL, A.L. (Org.). Formação de professores: políticas e debates. 4. ed. Campinas: Papirus, 2010.		
DISCIPLINA: Educação Especial e Inclusiva	CH: 40h	CÓDIGO: E1-8
EMENTÁRIO		
Pressupostos históricos da Educação Especial e Inclusiva; Aspectos teóricos e metodológicos na Educação Especial e Inclusiva. Políticas públicas para Educação Inclusiva – Legislação Brasileira: o contexto atual. Adaptações curriculares e a educação especial.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
ACESSIBILIDADE e tecnologia assistiva: pensando a inclusão sociodigital de PNEs. Bento Gonçalves: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - MEC, 2013.		

BEYER, H.O. **Inclusão e Avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Mediação, 2010

BRASIL. **Decreto nº 3.956/01**. Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial. 2007.

PACHECO, J. et al. **Caminhos para a inclusão**: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Declaração de Salamanca.
[portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf). Acesso em: 13/12/2004

FERREIRA, J.R.; GLAT, R. **Reformas educacionais pós-LDB**: a inclusão do aluno com necessidades especiais no contexto da municipalização. In: Souza, D.B. e F.L. C.M. Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós-LDB. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MITTLER, P. **Educação inclusiva**: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed Editora, 2003.

DISCIPLINA: Projeto Extensionista 1B

CH: 60h

CÓDIGO: E7-4

EMENTÁRIO

Etapa de execução do projeto de extensão definido coletivamente conforme demanda levantada pela turma e em anuência com a a coordenação do curso, em um ou mais de um formato previsto como atividade extensionista (I – programas; II – projetos; III – cursos e oficinas; IV – eventos; e V – prestação de serviços) descritos no Art. 14 da Resolução CNE/CP 07/2018). Estratégias de consolidação e socialização dos resultados Avaliação das atividades de extensão. Encaminhamentos para a definição do tema Projeto de Extensão I.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL, **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 -2024 e dá outras providências. Brasília/DF. 2018.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **NOTA TÉCNICA 6/2022** – PROEN/REI/IFPI Orientação para implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI: 2022.

LISBÔA FILHO, F. F. **Extensão universitária**: gestão, comunicação e desenvolvimento

regional. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.

SILVA, O. **O que é extensão universitária**. Integração: ensino, pesquisa e extensão, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 148-9, maio 1997.

Bibliografia complementar

A ser definido conforme deliberação feita no pelo professor responsável pelo componente curricular em anuência com a coordenação do curso, e de acordo com os encaminhamentos indicados no componente curricular **Projeto de Extensão I**

5º MÓDULO

DISCIPLINA: Geociências	CH: 40h	CÓDIGO: E2-14
EMENTÁRIO		
Introdução à Geociência. Teoria Big Bang. Constituição da crosta terrestre. Minerais e tipos de rochas. Dinâmica do Planeta Terra. Geologia e meio ambiente. Pedologia: origem, composição e classificação dos solos. Eras Geológicas. Evolução de vegetais e animais. Surgimento do homem.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BITAR, O.Y. & COIMBRA, J.A. A. Meio Ambiente e Geologia . São Paulo: SENAC, 2004.		
EICHER, D.L. Tempo Geológico. Série de Textos Básicos de Geociências . Editora Edgard Blücher Ltda. 1982.		
GROTZINGER, J.; JORDAN, T. Para entender a terra . 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.		
LEINZ, V. & AMARAL, S.A. Geologia geral . 13ed. São Paulo : Nacional, 1998.		
Bibliografia complementar		
RICH, Thomas. Decifrando a Terra . São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.		
TEIXEIRA, W. (Org.). Decifrando a Terra . 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.		
DISCIPLINA: Microbiologia	CH: 40h	CÓDIGO: E2-15
EMENTÁRIO		
História da microbiologia. Células procarióticas. Principais grupos de microrganismos e taxonomia de bactérias e fungos. Crescimento e cultivo de microrganismos. Efeito dos fatores físicos e químicos sobre a atividade dos microrganismos; genética bacteriana; metabolismo microbiano. Antibióticos e mecanismos de resistência microbiana; bacteriologia.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		

BLACK, J. G. **Microbiologia**: fundamentos e perspectivas. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. 829 p.

PELCZAR, Michel; CHAN, E. C. S; KRIEG, Noel R. **Microbiologia**: conceitos e aplicações. 2.ed. Sao Paulo: Pearson Makron Books, 2009. 2v.

TORTORA, Gerard J; FUNKE, Berdell R; CASE, Christine L. **Microbiologia**. 8.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 894 p.

MADIGAN, Michael T. et al. **Microbiologia de Brock**. 12ed. Artmed, 2010.

Bibliografia complementar

TRABULSI, Luiz Rachid; ALTERTHUM, Flávio. **Microbiologia**. 5.ed. São Paulo: Atheneu, 2008. 760 p.

SCHAECHTER, Moselio; et al. **Microbiologia**: mecanismos das doenças infecciosas. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. 642 p.

WINN JR, Washigton C.; et al. **Koneman, diagnóstico microbiológico**: texto e atlas colorido. 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. 1565p.

MURRAY, Ptrick R.; et al. **Microbiologia médica**. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. 762 p.

BROOKS, Geo. F; BUTEL, Janet S; MORSE, Stephen A. Jawetz, Melnick e Adelberg - **microbiologia médica**. 22.ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2005. 653 p

DISCIPLINA: Libras – Língua Brasileira de Sinais

CH: 60h

CÓDIGO: E1-9

EMENTÁRIO

A Língua Brasileira de Sinais (Libras): conceitos, fundamentos históricos, legislação e aspectos linguísticos. A Libras como fator de inclusão social. O ensino das Libras: fonologia, noções básicas de léxico, morfologia e sintaxe. Práticas em Libras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO, A.R.; CARVALHO, I.S. **Comunicação por língua brasileira de sinais**. 4. ed. Brasília: Senac/DF, 2013.

Decreto Lei de LIBRAS. Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

FIGUEIRA, A.S. **Material de apoio para o aprendizado de libras**. São Paulo: Phorte, 2011.

GESSER, A. **LIBRAS?: que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola, 2009.

PEREIRA, M.C.C. et al. **Libras**: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

QUADROS, R.M.; CRUZ, C.R. **Língua de sinais**: instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2011.

Bibliografia complementar		
ALMEIDA, E.C. et al. Atividades ilustradas em sinais da libras. 2.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2013. CAPOVILLA, F.C.; RAPHAEL, W.D. (Org.). Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue: língua de sinais brasileira: LIBRAS: volume 1 : Sinais de A a L. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2008. SILVA, I.R., KAUCHAKJE, S.; GESUELI, Z.M. Cidadania, Surdez e Linguagem Desafios e Realidades. Plexus Editora, 2003.		
DISCIPLINA: Instrumentação para o Ensino de Ciências I	CH: 40h	CÓDIGO: E2-16
EMENTÁRIO		
Diretrizes curriculares para o ensino de Ciências no Ensino Fundamental Maior. Caracterização do Ensino de Ciências da Natureza no Ensino Fundamental. Dificuldade de aprendizagem de conceitos básicos de Biologia, Química e Física. Estratégias metodológicas para o desenvolvimento de conteúdos, experimentos, modelos, vídeos, jogos e softwares educativos. A experimentação e a inclusão. Organização e segurança em laboratório escolar. Elaboração de materiais didáticos. Elaboração e formas de avaliação. A Instrumentação e a experimentação no ensino de Ciências da Natureza. Planejamento de roteiros de práticas experimentais abordando os eixos temáticos: Terra e Universo; Vida e Ambiente; Ser Humano e Saúde; Tecnologias e Sociedade. O uso e construção de materiais alternativos e de fácil acesso na realização de experimentos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
WEISSMANN, Hilda. Didática das ciências naturais. Porto Alegre, 1998. PERRENOUD, Philippe et al. Formando professores profissionais. Porto Alegre: Artmed, 2001. BARBOSA, Rommel Melgaço. Ambientes virtuais de aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2005. CARVALHO Jr, Gabriel Dias de. Aula de Física - Do planejamento à avaliação. 1ª ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2011.		
Bibliografia complementar		
VALADARES, Eduardo de Campos. Física mais que divertida. 3ª ed. Editora da UFMG, 2012. KRASILCHIK, M. O professor e o Currículo das Ciências. São Paulo: 1TML1, 1987. MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez, 2000. OLIVEIRA, R. J. a escola e o ensino de ciências. Rio Grande do Sul: UNISINOS, 2000. TEIXEIRA, P. M. M; RAZERA, J. C. C. Ensino de Ciências: pesquisa e pontos de discussão. São Paulo: Komedi, 2009.		
DISCIPLINA: Química Orgânica I	CH: 60h	CÓDIGO: E2-17
EMENTÁRIO		

O átomo de Carbono; Estrutura de moléculas orgânicas; Estereoquímica; Relação estrutura / propriedades; Compostos Orgânicos (hidrocarbonetos alifáticos e aromáticos, haletos de alquila.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO, S. B. **Química Orgânica aplicada às Ciências Biológicas**. Teresina, CEAD/UFPI, 2009.

BARBOSA, L. C. A. **Introdução à Química Orgânica**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

LOPES, J. A. D.; LIMA, S. G. **Química Orgânica I**. Teresina: CEAD/UFPI, 2011.

MARQUES, J. A.; BORGES, C. P. F. **Práticas de Química Orgânica**. Campinas: Átomo, 2007. CMURRY, J. **Química Orgânica**. Vol. 1-2. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

Bibliografia complementar

BRUICE, P. Y. **Química Orgânica**. 4. ed. São Paulo: Pearson Education, 2006.

MORRISON, R. T.; BOYD, R. N. **Química Orgânica**. 14. ed., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2005.

SOLOMONS, T. W. G.; FRYHLE, B. C. **Química Orgânica**. Vol. 1. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

SPQ/IUPAC. **Guia IUPAC para a nomenclatura de compostos orgânicos**. Lisboa: Lidel, 2002.

DISCIPLINA: Projeto Extensionista 2A

CH: 60h

CÓDIGO: E7-5

EMENTÁRIO

E etapa de execução do projeto de extensão definido coletivamente conforme demanda levantada pela turma e em anuência com a a coordenação do curso, em um ou mais de um formato previsto como atividade extensionista (I - programas; II - projetos; III - cursos e oficinas; IV - eventos; e V - prestação de serviços) descritos no Art. 14 da Resolução CNE/CP 07/2018). Estratégias de consolidação e socialização dos resultados Avaliação das atividades de extensão. Encaminhamentos para a definição do tema Projeto de Extensão IV.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL, **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 -2024 e dá outras providências. Brasília/DF. 2018.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **NOTA TÉCNICA 6/2022** - PROEN/REI/IFPI Orientação para implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI: 2022.

LISBÔA FILHO, F. F. **Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento**

regional. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.

SILVA, O. **O que é extensão universitária**. Integração: ensino, pesquisa e extensão, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 148-9, maio 1997.

Bibliografia complementar

A ser definido conforme deliberação feita no pelo professor responsável pelo componente curricular em anuência com a coordenação do curso, e de acordo com os encaminhamentos indicados no componente curricular **Projeto de Extensão II**

DISCIPLINA: Estágio Supervisionado I

CH: 100h

CÓDIGO: E5-1

EMENTÁRIO

Orientações e fundamentos do estágio. Imersão no contexto profissional tendo em vista o desenvolvimento de atividades relacionadas à observação e coparticipação em contexto escolar, outros espaços de formação ou ainda em instituições que ofereçam os nos anos finais Ensino Fundamental. Vivência do contexto escolar compreendendo o espaço da sala de aula em particular, com vistas a focalizar questões relacionadas aos aspectos físicos, administrativos e pedagógicos e ao processo de ensino aprendizagem da área de formação do estagiário, visando à preparação da Regência Compartilhada no estágio posterior. Instrumento avaliativo de formação profissional, “Diário de Bordo”.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PIMENTA, Selma Garrido; LUCENA, Maria Socorro. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção docência em formação—série saberes pedagógicos).

MORIN, Edgar. **Os sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2006.

Bibliografia complementar

BIANCHI, Anna Cecília de Moraes; Alvarenga Marina; Bianchi, Roberto. **Orientações para estágio em licenciatura**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

BUSATO, Zelir Salete Lago. **Avaliação nas práticas de ensino e estágios: a importância dos registros na reflexão sobre a ação docente**. Porto Alegre: Mediação, 2005. 88 p.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **Os estágios nos Cursos de Licenciatura**. Coleção Ideias em Ação. São Paulo; Cengage Learning, 2012.

IMBERNON. F. **Formação Docente e Profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 7. ed. São Paulo, Cortez, 2009.

LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e aprendizagem da profissão docente**. Brasília: Liber livro, 2012.

6º MÓDULO

DISCIPLINA: Anatomia e Fisiologia Humana	CH: 60h	CÓDIGO: E2-18
EMENTÁRIO		
Introdução ao estudo da anatomia e fisiologia humana. Planos de construção do corpo humano. Introdução ao estudo da anatomia e fisiologia humana. Aspectos morfológicos e fisiológicos dos sistemas: tegumentar, ósseo, muscular, cardiorespiratório, digestório, urogenital, nervoso, sensorial e endócrino.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
DÂNGELO, J.C.; FATTINI, C.A. Anatomia básica dos sistemas orgânicos . Rio de Janeiro: Atheneu, 1984.		
GARDER, E. et al. Anatomia – Estudo regional do corpo humano . 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1985.		
JACOB, S.W. et al. Anatomia e fisiologia humana . 4ª ed. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.		
LEVY, M.; STANTON, B.; KOEPPEN, B. Fundamentos de Fisiologia . 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2006. 815 p.		
Bibliografia complementar		
SOBOTA, J.; BECHER, H. Atlas de anatomia humana . 10ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1990.		
SPENSE, A.P. Anatomia humana básica . 2ª ed. São Paulo: Manole, 1991.		
WOLF-HEIDEGGER, G. Atlas de anatomia humana . 40ª ed. São Paulo: Nacional, 1987.		
DISCIPLINA: Eletricidade e Magnetismo	CH: 60h	CÓDIGO: E2-19
EMENTÁRIO		
Campo magnético. Lei de Ampère. Lei da Indução. Circuito RLC. Materiais magnéticos. Equações de Maxwell. Ondas eletromagnéticas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
NUSSENZVEIG, H. M. Curso de Física Básica . Vol. 3. 5ª ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2013.		
HALLIDAY, D.; RESNICK, R. e KRANE, K. S. Física . Vol. 3. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.		
TIPLER, Paul A.; MOSCA, G. Física para cientistas e engenheiros . Vol. 2. 6ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.		
Bibliografia complementar		
HALLIDAY D.; WALKER J. e RESNICK, R. Fundamentos da Física . Vol. 3. 9ª ed. Rio de		

Janeiro: LTC, 2012.

SERWAY, Raymond A.; JEWETT, Jonh W. **Princípios de Física**. Vol. 3. 1ª ed. Rio de Janeiro; Thomson, 2004.

FEYNMAN, Richard P.; LEIGHTON Robert B.; SANDS, M. **Lições de Física de Feynman**. Vol. 2. Porto Alegre: Bookman, 2008.

ALONSO, Marcelo; FINN, Edward J. **Física**: um curso universitário. Vol. 2. 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1972.

DISCIPLINA: Astronomia

CH: 40h

CÓDIGO: E2-20

EMENTÁRIO

Aspectos Históricos da Astronomia: os mitos da criação do universo, o modelo geocêntrico e geostático de Ptolomeu, o universo aristotélico, a cosmogonia Newtoniana. Gravitação universal e suas aplicações nas Ciências da Natureza: Lei da Gravitação Universal e Leis de Kepler. Organização e dinâmica do sistema solar: esfera celeste e sistemas de coordenadas, estrelas, constelações, a Via Láctea e o universo conhecido. Fenômenos astronômicos básicos: eclipses, fases da lua, marés e estações do ano.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOCZKO, R. **Conceitos de astronomia**. 3ª ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1995.

FRIAÇA, A.C.S. (org). **Astronomia**: uma visão geral do universo. São Paulo: Edusp, 2008. 254 p.

VIEGAS, S.M.M.; OLIVEIRA, F. **Descobrimos o Universo**. São Paulo. Editora: EdUSP, 2004.

NUSSENZVEIG, H.M. **Curso de Física Básica**. Vol. 2. São Paulo: Editora Edgard Blucher, 2002.

Bibliografia complementar

HORVATH, J. E. **O ABCD da astronomia e astrofísica**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2004.

OLIVEIRA FILHO, K. S., SARAIVA, M. F. O. **Astronomia e astrofísica**. 2ª ed. São Paulo, Editora Livraria da Física, 2004.

ROCHA, J. F. **Origens e evolução das ideias da física**. Salvador: Editora da UFBA, 2002.

DISCIPLINA: Físico Química

CH: 40h

CÓDIGO: E2-21

EMENTÁRIO

Conceitos fundamentais; Termoquímica; Equilíbrio químico; Equilíbrio entre fases; Solução ideal e propriedades coligativas; Cinética Química; Eletroquímica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ATKINS, P. W.; PAULA, J. **Físico-química**. Vol. 1. 9. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos

e Científicos, 2012.

ATKINS, P. W.; PAULA, J. **Físico-química**. Vol. 2. 9. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2012.

CUTNELL, J. D.; JOHNSON, K. W. **Física**. Vol. 1. 6. ed. São Paulo: LTC, 2006.

SANTOS, J. A. V. **Físico-Química I**. Teresina: CEAD/UFPI, 2012.

SANTOS, J. A. V. **Físico-Química II**. Teresina: CEAD/UFPI, 2011.

SOUSA, A. A. **Química Geral II**. Teresina: CEAD/UFPI, 2013.

Bibliografia complementar

BALL, D. W. **Físico-química**. Vol. 1. São Paulo: Pioneira Thomson, 2005.

BALL, D. W. **Físico-química**. Vol. 2. São Paulo: Pioneira Thomson, 2005.

CHANG, R. **Físico-química para as ciências químicas e biológicas**. Vol. 1. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 2009.

CHANG, R. **Físico-química para as ciências químicas e biológicas**. Vol. 2. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 2009.

LEVINE, I. **Físico-química**. Vol. 1. 6. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2012.

LEVINE, I. **Físico-química**. Vol. 2. 6. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2012.

DISCIPLINA: Instrumentação para o Ensino de Ciências II

CH:40h

CÓDIGO: E2-22

EMENTÁRIO

Diretrizes curriculares para o ensino de Biologia, Química e física no Ensino Médio. Dificuldade de aprendizagem de conceitos básicos e Caracterização do Ensino de Biologia, Química e Física no Ensino Médio. Estratégias metodológicas para o desenvolvimento de conteúdos, experimentos, modelos, vídeos, jogos e softwares educativos. A experimentação e a inclusão. Organização e segurança em laboratório escolar. Elaboração de materiais didáticos. Elaboração e formas de avaliação. A Instrumentação e a experimentação no ensino de Biologia, Química e Física no Ensino Médio. Planejamento de roteiros de práticas experimentais abordando os eixos temáticos: Terra e Universo; Vida e Ambiente; Ser Humano e Saúde; Tecnologias e Sociedade. O uso e construção de materiais alternativos e de fácil acesso na realização de experimentos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José André; PERNAMBUCO, Marta Maria. **Ensino**

de Ciências: fundamentos e métodos. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

KRASILCHIK, M. **O professor e o Currículo das Ciências.** São Paulo: 1TML1, 1987.

WEISSMANN, Hilda. **Didática das ciências naturais.** Porto Alegre, 1998.

PERRENOUD, Philippe et al. **Formando professores profissionais.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

Bibliografia complementar

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez, 2000.

KRASILCHIK, M. **Prática de Ensino de Biologia.** São Paulo: Ed. USP, 2016.

MARANDINO, M.; SELLES, S. E.; FERREIRA, M. S.; AMORIM, A. C. R. (Org.). **Ensino de Biologia:** conhecimentos e valores em disputa. Niterói: EDUFF, 2005.

BARBOSA, Rommel Melgaço. **Ambientes virtuais de aprendizagem.** Porto Alegre: Artmed, 2005.

VALADARES, Eduardo de Campos. **Física mais que divertida.** 3ª ed. Editora da UFMG, 2012.

DISCIPLINA: Projeto Extensionista 2B

CH: 60h

CÓDIGO: E7-6

EMENTÁRIO

E etapa de execução do projeto de extensão definido coletivamente conforme demanda levantada pela turma e em anuência com a coordenação do curso, em um ou mais de um formato previsto como atividade extensionista (I - programas; II - projetos; III - cursos e oficinas; IV - eventos; e V - prestação de serviços) descritos no Art. 14 da Resolução CNE/CP 07/2018). Estratégias de consolidação e socialização dos resultados Avaliação das atividades de extensão. Encaminhamentos para a definição do tema Projeto de Extensão IV.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL, **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018.** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 -2024 e dá outras providências. Brasília/DF. 2018.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **NOTA TÉCNICA 6/2022** - PROEN/REI/IFPI Orientação para implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI: 2022.

LISBÔA FILHO, F. F. **Extensão universitária:** gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.

SILVA, O. **O que é extensão universitária.** Integração: ensino, pesquisa e extensão, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 148-9, maio 1997

Bibliografia complementar

A ser definido conforme deliberação feita no pelo professor responsável pelo

componente curricular em anuência com a coordenação do curso, e de acordo com os encaminhamentos indicados no componente curricular **Projeto de Extensão II**.

DISCIPLINA: Estágio Supervisionado II

CH: 100h

CÓDIGO: E5-2

EMENTÁRIO

Orientações e fundamentos do estágio. Vivência do contexto profissional em contexto escolar, outros espaços de formação ou ainda em instituições que ofereçam o Ensino Fundamental nos anos finais, tendo em vista o desenvolvimento de atividades relacionadas à Regência compartilhada em escolas públicas e privadas de Ensino Fundamental II. Diferentes meios de ensinar e aprender. Integração dos diferentes tipos de tecnologias no processo de ensino-aprendizagem nos anos finais do Ensino Fundamental. Organização e estruturação do instrumento avaliativo de formação profissional, “Relato de Experiência”.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PIMENTA, Selma Garrido; LUCENA, Maria Socorro. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção docência em formação—série saberes pedagógicos).

MORIN, Edgar. **Os sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2006.

Bibliografia complementar

BIANCHI, Anna Cecília de Moraes; Alvarenga Marina; Bianchi, Roberto. **Orientações para estágio em licenciatura**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

BUSATO, Zelir Salete Lago. **Avaliação nas práticas de ensino e estágios: a importância dos registros na reflexão sobre a ação docente**. Porto Alegre: Mediação, 2005. 88 p.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **Os estágios nos Cursos de Licenciatura**. Coleção Ideias em Ação. São Paulo; Cengage Learning, 2012.

IMBERNON. F. **Formação Docente e Profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 7. ed. São Paulo, Cortez, 2009.

LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e aprendizagem da profissão docente**. Brasília: Liber livro, 2012

7º MÓDULO

DISCIPLINA: Ecologia	CH: 60h	CÓDIGO: E2-23
EMENTÁRIO		
A vida e o ambiente físico; o ecossistema; a energia nos ecossistemas; Ecologia de organismos, populações, comunidades e ecossistemas. Interações interespecíficas e intraespecíficas. Condições e Recursos ambientais. Dinâmica de populações. Aplicações ecológicas ao nível individual e populacional. Sustentabilidade, biogeografia. Padrões espaciais e temporais. Fluxos de Energia e Matéria nos Ecossistemas. Teias alimentares. Homem e meio ambiente.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BEGON, M.; TOWNSEND, C.; HARPER, J. Ecologia : de Indivíduos a Ecossistemas. 4. ed. Editora Artmed, 2000.		
GOTELLI, N. Ecologia . 4. ed. Editora Planta, 2009.		
ODUM, E.P. Ecologia . Editora Guanabara Koogan, 1988.		
ODUM, E.P. Fundamentos de Ecologia . 4ª ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1983.		
PRIMACK, R.; RODRIGUES, E. Biologia da Conservação . Londrina: Editora Planta, 2001.		
Bibliografia complementar		
PINTO-COELHO, R.M. Fundamentos em Ecologia . Porto Alegre – Artmed Editora, 2000.		
RICKLEFS, R.E. A Economia da Natureza . Editora Guanabara Koogan, 2003.		
TOWNSEND, COLIN R. Fundamentos em Ecologia . 2ª ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2006.		
DISCIPLINA: Física Moderna	CH: 40h	CÓDIGO: E2-24
EMENTÁRIO		
Revisão sobre as origens clássicas e o estabelecimento dos fundamentos quânticos da Física Moderna. Relatividade Restrita. Radiação térmica e postulados de Planck. Fótons: Propriedades corpusculares da radiação. Postulado de Broglie e as propriedades ondulatórias das partículas. Modelo de Bohr para o átomo. Fundamentos quânticos: A equação de Schrödinger. Soluções da equação de Schrödinger independente do tempo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
NUSSENZVEIG, H. M. Curso de Física Básica . Vol. 4. 5ª ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2013.		
EISBERG, R. e RESNICK, R. Física Quântica : Átomos, moléculas, sólidos, núcleos e partículas. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.		
TIPLER, P. A.; LLEWELLYN, R. A.; BIASI, R. S. de. Física moderna . 3.ed. Rio de Janeiro:		

LTC, 2001.		
Bibliografia complementar		
CARUSO, F. e OGURI, V. Física Moderna: Origens clássicas e fundamentos quânticos. Editora Elsevier. Rio de Janeiro (2006). HALLIDAY, D.; RESNICK, R. e KRANE, K. S. Física. Vol. 4. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004. SERWAY, Raymond A.; JEWETT, Jonh W. Princípios de Física. Vol. 4. 1ª ed. Rio de Janeiro; Thomson, 2004. FEYNMAN, Richard P.; LEIGHTON Robert B.; SANDS, M. Lições de Física de Feynman. Vols. 2 e 3. Porto Alegre: Bookman, 2008.		
DISCIPLINA: Avaliação da Aprendizagem	CH: 40h	CÓDIGO: E3-8
EMENTÁRIO		
Concepções de avaliação; Tipos, funções e características da avaliação; Avaliação na legislação educacional brasileira e documentos oficiais; Critérios e instrumentos de avaliação da aprendizagem; Práticas avaliativas na Educação Básica.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
HAYDT, R. C. A avaliação do processo ensino-aprendizagem. São Paulo: Ática, 1995. HOFFMANN, J. Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação. 10. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007. LUCKESI, C. Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011. PRESBITERIS, L. O desafio da avaliação da aprendizagem: dos fundamentos a uma proposta inovadora. São Paulo: EPU, 1989. SANT'ANNA, I. M. Por que avaliar? Como avaliar?: Critérios e instrumentos.3. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. VASCONCELLOS, C. S. Avaliação: concepção dialética libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo: Libertad, 2005. VASCONCELOS, E. M. P. Avaliação da aprendizagem. Teresina: EDUFPI/CEAD, 2009. VILLAS-BOAS, B. M. F. Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico. Campinas: Papirus, 2004.		
Bibliografia complementar		
DALBEN, A. I. L. F. Conselhos de classe e avaliação: perspectivas na gestão pedagógica da escola. Campinas: Papirus, 2004. DEPRESBITERIS, L. Avaliação educacional em três atos. São Paulo: Ed. SENAC, 1999. HOFFMANN, J. Avaliar para promover: as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2001. MELCHIOR, M. C. Sucesso escolar através da avaliação e da recuperação. Porto		

Alegre: Premier, 2001.

MORETTO, V. P. **Prova**: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão de Curso I

CH: 60h

CÓDIGO: E4-1

EMENTÁRIO

Informação sobre Diretrizes e Normas para elaboração do Plano de Trabalho de Pesquisa (construção do problema, hipótese, metodologia de trabalho e cronograma de execução das atividades de pesquisa). Pesquisas bibliográficas. Elaboração de instrumentos de pesquisa. Elaboração e aprovação do projeto de ensino de Ciências relativo ao Trabalho de Conclusão de Curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Metodologia do trabalho científico**. 7ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SEVERINO, A. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2006.

ABNT NBR 14724, Informação e documentação- Trabalhos acadêmicos – Apresentação.

ABNT NBR 6027, Informação e documentação – Sumário – Apresentação.

ABNT NBR 6028, Informação e documentação – Resumo – Procedimento. ABNT

NBR 6034, Informação e documentação – Índice – Apresentação.

ABNT NBR 10520, Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação.

ABNT NBR 12225, Informação e documentação – Lombada – Apresentação.

Bibliografia complementar

ANDRADE, M. **Elaboração do TCC passo a passo**. São Paulo: FACTASH, 2007.

MARTINS, G.A.; THEÓPHILO, C.R. **Metodologia da Investigação Científica Para Ciências Sociais Aplicadas**. 2 ed. São Paulo: Atlas. 2009.

DISCIPLINA: Educação das Relações Étnico-raciais
afrodiáspora

CH: 60h

CÓDIGO: E1-10

EMENTÁRIO

Conceito antropológico de cultura e sociedade. Educação e diversidade cultural. Diversidade, espaço e relações étnico-raciais. A Educação Indígena e em comunidades afrodescendentes na perspectiva das Diretrizes Curriculares Nacionais e os Parâmetros Curriculares Nacionais. A formação de professores para a diversidade étnica e de gênero na Educação Básica. Preconceito e discriminação racial no currículo escolar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABRAMOVAY, M; GARCIA, M. C. (Coord.). **Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade**. Brasília-DF: UNESCO; INEP; Observatório de Violências nas Escolas, 2006.

ABRAMOWICZ, A.; SILVÉRIO, V. (Orgs.). **Afirmando Diferenças**: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola. Campinas: Papirus, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. SEPPIR. INEP. **Diretrizes Curriculares para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana**. Brasília-DF, 2004.

RIBEIRO, D. **Os Índios e a Civilização**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

ROMÃO, J. (Org.). **História da Educação do Negro e Outras Histórias**. Brasília: Ministério da Educação/SECAD, 2005.

Bibliografia complementar

GOMES, N.L.; SILVA, P.B.G. (org). **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GONÇALVES, L.; SILVA, P. **O Jogo das diferenças**: o multiculturalismo e seus contextos. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

GONÇALVES, L. **Multiculturalismo e Educação**: do protesto de rua a propostas e políticas - educação e pesquisa. São Paulo, v.29, n.1, p. 109-123, jan./jun. 2003.

MEYER, D.E. Alguns são mais iguais que os outros: Etnia, raça e nação em ação no currículo escolar. In: **A escola cidadã no contexto da globalização**. 4ª. edição. Organizador: Silva, Luis Heron. São Paulo: Vozes, 2000.

DISCIPLINA: Estágio Supervisionado III

CH: 100h

CÓDIGO: E5-3

EMENTÁRIO

Orientações e fundamentos do estágio. Imersão no contexto profissional tendo em vista o desenvolvimento de atividades relacionadas à observação e coparticipação em contexto escolar, outros espaços de formação ou ainda em instituições que ofertem o ensino Médio. Vivência do contexto escolar compreendendo o espaço da sala de aula em particular, com vistas a focalizar questões relacionadas aos aspectos físicos, administrativos e pedagógicos e ao processo de ensino aprendizagem da área de formação do estagiário, visando à preparação da Regência Compartilhada no estágio posterior. Organização e estruturação do instrumento de formação profissional, "Relatório reflexivo".

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PIMENTA, Selma Garrido; LUCENA, Maria Socorro. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção docência em formação—série saberes pedagógicos).

MORIN, Edgar. **Os sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2006.

Bibliografia complementar

BIANCHI, Anna Cecília de Moraes; Alvarenga Marina; Bianchi, Roberto. **Orientações para estágio em licenciatura**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

BUSATO, Zelir Salete Lago. **Avaliação nas práticas de ensino e estágios: a importância dos registros na reflexão sobre a ação docente**. Porto Alegre: Mediação, 2005. 88 p.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **Os estágios nos Cursos de Licenciatura**. Coleção Ideias em Ação. São Paulo; Cengage Learning, 2012.

IMBERNON. F. **Formação Docente e Profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 7. ed. São Paulo, Cortez, 2009.

LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e aprendizagem da profissão docente**. Brasília: Liber livro, 2012

8º MÓDULO

DISCIPLINA: Química Orgânica II	CH: 40h	CÓDIGO: E2-26
EMENTÁRIO		
Reações de adição, de substituição, de eliminação; Rearranjos; Radicais livres; Oxidação; Práticas de laboratório.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BARBOSA, L. C. A. Introdução à Química Orgânica . São Paulo: Prentice Hall, 2004.		
OLIVEIRA, O. M. M. F.; SCHLÜNZEN-JR, K.; SCHLÜNZEN, E. T. M. (Org.). Química . Coleção Temas de Formação. Vol. 3. São Paulo UNESP/NEAD, 2013.		
MARQUES, J. A.; BORGES, C. P. F. Práticas de Química Orgânica . Campinas: Átomo, 2007.		
MCMURRY, John. Química Orgânica . Vol. 1-2. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.		
SILVA, D.; CITÓ, A. M. G. L. Química Orgânica II . Teresina: CEAD/UFPI, 2012.		
Bibliografia complementar		
BRUICE, P. Y. Química Orgânica . 4. ed. São Paulo: Pearson Education, 2006.		
MORRISON, R. T.; BOYD, R. N. Química Orgânica . 14. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.		
SOLOMONS, T. W. G.; FRYHLE, B. C. Química Orgânica . Vol. 1. 10. ed., LTC, Rio de Janeiro, 2012.		
SOLOMONS, T. W. G.; FRYHLE, B. C. Química Orgânica . Vol. 2. 10. ed., LTC, Rio de Janeiro, 2012.		
SPQ/IUPAC. Guia IUPAC para a nomenclatura de compostos orgânicos . Lisboa:		

Lidel, 2002.

DISCIPLINA: Neurociências para Ciências da Natureza

CH: 60h

CÓDIGO: E2-27

EMENTÁRIO

- Fundamentos da Neurociência na Educação; Desenvolvimento do cérebro e sua relação com a aprendizagem; Funções gerais do sistema nervoso e suas relações com a aprendizagem; Plasticidade neural e a aprendizagem; A funcionalidade neurológica e suas implicações nos “transtornos de aprendizagem”; Sistemas celulares e o desenvolvimento do neurônio versus potencial de ação; Sistema límbico e a Emoção na aprendizagem; Sistemas dos sentidos biológicos na Percepção e na Aprendizagem; Organização da área da Linguagem e Pensamento na estrutura cerebral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COHEN, Helen. Neurociências, incluindo correlações clínicas. São Paulo, 2ª Ed.2005

ANNUNCIATO, N.F.; DA-SILVA, C.F. Desenvolvimento do sistema nervoso. Temas sobre desenvolvimento, São Paulo, v.4, n.24, p.35-46, abr. 1995.

DAMASIO, Antônio R. O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEL NERO, Henrique S. O sítio da mente. São Paulo: Collegium Cognitio, 1997.
FACCHINI, Luciana. Brainpower: a compreensão neuropsicológica do potencial da mente de um bebê. Revista Educação, Porto Alegre, ano XXIV, n.45, p.93-106, nov. 2001.

KOLB, Bryan; WHISHAW, Ian Q. Neurociência do comportamento. Barueri, SP: Manole, 2002.

LA ROSA, Jorge. Psicologia e Educação – O significado do aprender. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

MIRANDA, Mônica Carolina; MUSZKAT, Mauro. Neuropsicologia do desenvolvimento. In: ANDRADE, Vivian M.; SANTOS, Flávia H.; BUENO, Orlando F.A . Neuropsicologia hoje. São Paulo: Artes Médicas, 2004. p.211 -224.

PINHEIRO, Marta. Comportamento humano - interação entre genes e ambiente. Revista Educar, Curitiba, n.10, p.45-52, jan./dez. 1995. PINHEIRO, Marta. A inteligência: uma contribuição da biologia ao processo educativo. Revista Educar, Curitiba, n. 12, p.39-49, jan./dez. 1996.

PINHEIRO, Marta. As bases biológicas da neuropsicologia: uma contribuição à formação de educadores. Temas sobre desenvolvimento, São Paulo, v.14, n.83- 84, p.4-13, jan./dez. 2005- 2006.

Bibliografia complementar

FARAH, Solange B. DNA - segredos e mistérios. São Paulo: Sarvier, 1997.

GAGE, Fred H. A recuperação cerebral. Scientific American Brasil, São Paulo, ano 2, n.17, p.41-47, out. 2003.

KREBS, Cláudia; HÜTTMANN, Kerstin; STEINHÄUSER, Christian. O cérebro esquecido. Viver Mente & Cérebro, São Paulo, ano VIII, n. 145, p.62 -65, mar. 2005.

LENT, Roberto. Cem bilhões de neurônios: conceitos fundamentais de neurociência. São Paulo: Atheneu, 2001.

REED, Umbertina Conti. Desenvolvimento normal do sistema nervoso central. Cap. 21. In: NITRINI, Ricardo; BACHESCHI, Luiz Alberto. A neurologia que todo médico deve saber. 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2005. p.395-400.

DISCIPLINA: Metodologia do Ensino de Ciências

CH: 60h

CÓDIGO: E3-9

EMENTÁRIO

O conhecimento científico e o ensino de ciências. Aspectos históricos e tendências atuais do ensino de ciências. Diretrizes e Parâmetros Curriculares para o ensino de Ciências. Características e práticas do professor de ciências. Modelos e tendências de ensino-aprendizagem em Ciências Naturais. Organização e avaliação do trabalho pedagógico em Ciências. Produção teórica e experiências concretas do ensino de ciências em espaços não-formais. Ciências da Natureza e sua relação com a Saúde, Ciências Ambientais, Tecnologia e Sociedade no Ensino Fundamental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** ciências naturais. Brasília: MEC/SEF. 1997.

BORDENAVE, J.D.; PEREIRA, A.M. **Estratégias de ensino-aprendizagem.** Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

CACHAPUZ, A. et al. (Org.). **A necessária renovação do ensino das ciências.** São Paulo: Cortez, 2005.

CARVALHO, A.M.P. (Org.). **Ensino de ciências:** unindo a pesquisa e a prática. São Paulo: Thomson, 2004.

NARDI, R.; BASTOS, F.; DINIZ, R.E.S. (Orgs). **Pesquisas em ensino de Ciências:** contribuições para a formação de professores. 5ª ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

POZO, J. I.; CRESPO, M.Á.G. **A aprendizagem e o ensino de ciências:** do conhecimento cotidiano ao conhecimento científico. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SOUSSAN, G. **Como ensinar as ciências experimentais:** didática e formação. Brasília: UNESCO, 2003.

Bibliografia complementar

DELIZOICOV, D.; PERNAMBUCO, M.M.; ANGOTTI, J.A. **Ensino de ciências: fundamentos e métodos.** São Paulo: Editora Cortez, 2002.

LIMA, M.E.C.C.; Jr, G.A.; BRAGA, S.A. **Aprender Ciências: um mundo de materiais**. 1ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

NARDI, R. (Org.). **Questões atuais no ensino de Ciências**. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.

DISCIPLINA: Educação Profissional e Tecnológica	CH: 40h	CÓDIGO: E3-10

EMENTÁRIO

Educação e Trabalho. História da educação profissional no Brasil; A Educação Profissional e Tecnológica no desenvolvimento nacional e inclusão social; Fundamentos legais e conceituais, princípios, pressupostos políticos teóricos e metodológicos da EPT, Diretrizes da EPT; Organização estrutural da Educação Profissional e Tecnológica; Currículo integrado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Ivanete Bellucci; BATISTA, Sueli Soares dos Santos (Org.). **Educação Tecnológica: reflexões, teorias e práticas**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

GOMEZ, Carlos Minayo [et al.]. **Trabalho e Conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. 6ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MANFREDI, Silvia Mª. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

Bibliografia complementar

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura: **Educação Profissional: Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico**. Brasília, 2000.

_____/ PDE / Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: Um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica: concepção e diretrizes. Brasília, 2010.

BRASIL. Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília-DF, 1996.

_____. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. Lei Nº 11741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília-DF, 2008.

SANTOS, Jurandir. **Educação Profissional e Práticas de Avaliação**. 2 ed. São Paulo: Editora SENAC, 2010

DISCIPLINA: Educação de jovens e adultos	CH: 40h	CÓDIGO: E3-11

EMENTÁRIO

Diversidade geracional na Educação de Jovens e Adultos (EJA); Fundamentos históricos e legais da EJA; pressupostos teórico-metodológicos da EJA; Inclusão Social e EJA; Organização e adaptação curricular; Metodologias de ensino e processo de avaliação em EJA; Políticas públicas para a EJA; A EJA no contexto regional e local.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

RIBEIRO, Vera Masagão. (Org.). **Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leitoras**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2008.

SCHEIBEL, Maria Fani e LEHENBAUER, Silvana (Orgs.). **Saberes e singularidades na educação de jovens e adultos**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

TIRIBA, Lia; CIAVATTA, Maria (Orgs.). **Trabalho e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Liber/UFF, 2011.

Bibliografia complementar

BRASIL, **Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Brasília-DF, 1996.

BRZEZINSKI, Iria. **LDB dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares**. 3ª Ed. São Paulo, Cortez, 2010.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José Eustáquio (Orgs.). **Educação de Jovens e Adultos: teorias, práticas e propostas**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOURA, Tânia Mª de Melo. **Formação de professores para a Educação de Jovens e Adultos: dilemas atuais**. Porto Alegre: Autêntica, 2010.

FERREIRA, Mª José de Rezende [et al.]. **EJA e Educação Profissional: desafios da pesquisa e da formação no PROEJA**. Recife: Liber, 2012

DISCIPLINA: Projetos Interdisciplinares em Ciências da Natureza

CH: 40h

CÓDIGO: E4-2

EMENTÁRIO

Bases para a construção de um projeto interdisciplinar de intervenção; Construção e execução de projeto interdisciplinar entre as áreas de Biologia, Física e Química, a ser aplicado em escolas da rede pública de ensino.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COSTA, M. C. C. **Gestão da comunicação: projetos de intervenção**. São Paulo: Paulinas, 2009.

FAZENDA, I. (Org.). **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. Atlas: São Paulo, 2007.

Bibliografia complementar

DIAS, G. F. **Atividades Interdisciplinares de Educação Ambiental**. São Paulo: Gaia,

2012.

OLIVEIRA, D. P. R. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologia e práticas. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

POMBO, O.; GUIMARAES, H. M.; LEVY, T. **Interdisciplinaridade**: antologia. Porto: Campo das Letras, 2006.

PHILIPPI-JR, A.; FERNANDES, V. **Práticas da interdisciplinaridade no ensino e pesquisa**. Barueri: Manole, 2011.

SOMMERMAN, A.; MELLO, M. F.; BARROS, V. M. (Org.). **Educação e Transdisciplinaridade**: II. São Paulo: TRIOM, 2002.

DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão de Curso II	CH: 40h	CÓDIGO: E4-3

EMENTÁRIO

Orientações do Trabalho de Conclusão de Curso (artigo). Desenvolvimento do projeto de pesquisa iniciado na disciplina de Pesquisa em Ensino de Ciências: coleta de dados de pesquisa, tratamento e análise dos dados. Elaboração do artigo, redação, conclusão, apresentação e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso em seção pública.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, M. **Elaboração do TCC passo a passo**. São Paulo: FACTASH, 2007.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 7ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NOBREGA, A.; GONSALVES, E. **Fazendo uma monografia em educação**. Campinas: Alínea, 2006.

Bibliografia complementar

SOUZA, A.; FIALHO, F.; OTANI, N. **TCC: métodos e técnicas**. Florianópolis: Visual Books, 2007.

DISCIPLINA: Estágio Supervisionado IV	CH: 100h	CÓDIGO: E5-4

EMENTÁRIO

Orientações e fundamentos do estágio. Vivência do contexto profissional em contexto escolar, outros espaços de formação ou ainda em instituições que ofereçam o Ensino Médio, tendo em vista o desenvolvimento de atividades relacionadas à Regência compartilhada em escolas públicas e privadas de Ensino Fundamental II. Diferentes meios de ensinar e aprender. Integração dos diferentes tipos de tecnologias no processo de ensino-aprendizagem nos anos finais do Ensino Fundamental. Organização e estruturação do instrumento avaliativo de formação profissional, “Memorial de Formação”.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PIMENTA, Selma Garrido; LUCENA, Maria Socorro. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção docência em formação—série saberes pedagógicos).

MORIN, Edgar. **Os sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2006

Bibliografia complementar

BIANCHI, Anna Cecília de Moraes; Alvarenga Marina; Bianchi, Roberto. **Orientações para estágio em licenciatura**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

BUSATO, Zelir Salete Lago. **Avaliação nas práticas de ensino e estágios: a importância dos registros na reflexão sobre a ação docente**. Porto Alegre: Mediação, 2005. 88 p.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **Os estágios nos Cursos de Licenciatura**. Coleção Ideias em Ação. São Paulo; Cengage Learning, 2012.

IMBERNON. F. **Formação Docente e Profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 7. ed. São Paulo, Cortez, 2009.

LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e aprendizagem da profissão docente**. Brasília: Liber livro, 2012

DISCIPLINAS OPTATIVAS

DISCIPLINA: Educação Ambiental	CH: 40h	CÓDIGO: Op-1
EMENTÁRIO		
Fundamentos da educação ambiental, sua institucionalização no Brasil e as vertentes contemporâneas sobre o tema. Legislação e políticas públicas em educação ambiental. As dimensões do desenvolvimento sustentável e as sociedades sustentáveis. O papel da escola na conscientização ambiental e na relação homem/meio ambiente. Educação ambiental no ensino das ciências da natureza.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BERNA, V. Como fazer educação ambiental . São Paulo: Paulus, 2001.		
DIAS, G. F. Educação ambiental: princípios e práticas . São Paulo: Gaia, 2010.		
LOUREIRO, C.F.B. et al. Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate . São Paulo: Cortez, 2002.		
MULLER, J. Educação ambiental: diretrizes para a prática pedagógica . Porto Alegre: FAMURS, 1998.		
REIGOTA, M. O que é educação ambiental? São Paulo: Brasiliense, 2009.		
Bibliografia complementar		

MEDINA, N.M.; SANTOS, E.C. **Educação ambiental: uma metodologia participativa de formação**. Petrópolis: Vozes, 2002.

ISAIA, E.B.I. (org). **Reflexões e práticas para desenvolver a educação ambiental na escola**. Santa Maria: Ed. IBAMA, 2000.

DISCIPLINA: Biotecnologia

CH: 40h

CÓDIGO: Op-2

EMENTÁRIO

Princípios da Biotecnologia Clássica e Moderna. A Biotecnologia do DNA recombinante; cultura de células e tecidos; organismos Geneticamente Modificados. Grandes áreas da Biotecnologia (saúde, agropecuária, alimentação, organismos aquáticos, indústria e meio ambiente). A Biotecnologia no Brasil e no mundo. Biotecnologia, Bioética e Legislação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AQUARONE, E. et al. (Coord.). **Biotecnologia industrial: biotecnologia na produção de alimentos**. São Paulo: Blücher, 2008.

ARAGÃO, F.J. L. **Organismos transgênicos: explicando e discutindo a tecnologia**. Barueri: Manole, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO. **Alimentos geneticamente modificados: segurança alimentar e ambiental**. São Paulo: ABIA, 2002.

BINSFELD, P.C. (Org.). **Biossegurança em biotecnologia**. Rio de Janeiro, RJ: Interciência, 2004.

COSTA, N.M.B.; COSTA, N.M.B.; BORÉM, A. **Biotecnologia em saúde e nutrição/** como o DNA pode enriquecer os alimentos. Viçosa: UFV, 2013.

KREUZER, H.; MASSEY, A. **Engenharia genética e biotecnologia**. 2. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2002.

Bibliografia complementar

MOSER, A. **Biotecnologia e bioética - para onde vamos?** Petrópolis: Vozes, 2004.

RENNEBERG, R. **Biotecnología para principiantes**. Barcelona: Reverté, 2012.

RIFKIN, J. **O século da biotecnologia: a valorização dos genes e a reconstrução do mundo**. São Paulo: Makron Books.1999.

SERAFINI, L.A; BARROS, N.M.; AZEVEDO, J.L. **Biotecnologia: avanços na agricultura e na agroindústria**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

ULRICH, H. **Base molecular da biotecnologia**. São Paulo: Roca, 2008.

DISCIPLINA: Biologia do Câncer

CH: 40h

CÓDIGO: Op-3

EMENTÁRIO

Dar conhecimentos da biologia celular e molecular da célula tumoral, enfatizando o ciclo celular e regulação do crescimento. Estudo dos oncogêneses e sua relação com o surgimento dos tumores, sinalização da célula tumoral, angiogênese, metástase e novos alvos para a terapia do câncer. Os Genes supressores tumorais, modelos de carcinogênese; Fatores ambientais (químicos, físicos e biológicos); Epidemiologia e tratamentos do câncer.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBERTS, B.; BRAY, O.; HOPKIN, K., JOHNSON A.; LEWIS, J.; RAFF, M.; ROBERTS, K.; WALTER, P. **Fundamentos da biologia celular**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DE ROBERTS, E.M.F.; HIB, J. **Bases da Biologia Celular e Molecular**. 3.ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan. 2001.

FRANKS; N. TEICH. **Introdução à Biologia Celular e Molecular do Câncer**. Editora – Roca Edição/Ano - 1a./1990.

WEINBERG, R. **A Biologia do Câncer**. 1. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2008

Bibliografia complementar

BOGLIOLO, B. F. F. **Patologia Geral**. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

BRENTANI, M. M.; COELHO, F. R.G.; KOWALSKI, L. P. **Bases da oncologia**. 2. ed. São Paulo: Lemar/Tecmedd, 2003.

FERREIRA, C. G.; ROCHA, J. C. C. **Oncologia Molecular**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2010.

KUMAR V.; ABBAS, A. K., FAUSTO, N. **Fundamentos de Patologia**: Robbins & Cotran. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

DISCIPLINA: Parasitologia

CH: 40h

CÓDIGO: Op-4

EMENTÁRIO

Introdução ao estudo da Parasitologia: Conceitos básicos; Relações dos parasitos com o homem, outros seres vivos e o meio ambiente; Protozoologia: Biologia dos principais grupos de protozoários parasitas de interesse para o homem. Helminologia: Biologia dos principais grupos de helmintos parasitas de interesse para o homem. Artrópodes parasitas ou vetores de doenças. Moluscos vetores de doenças. Técnicas parasitológicas básicas de laboratório.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

NEVES D. P. **Parasitologia Humana**. 12ª ed. São Paulo, Editora Atheneu, 2011, 546 p.

NEVES, D. P.; BITTENCOURT NETO, J. B. **Atlas didático de parasitologia**. 2ª ed. São Paulo, 2009, 101 p.

CIMERMAN, B. & CIMERMAN, S. 1999. **Parasitologia Humana e Seus Fundamentos Gerais**. 2ª ed. São Paulo, Editora Atheneu, 2008, 375 p.

Bibliografia complementar

REY, L. **Parasitologia** - Parasitos e Doenças Parasitárias do Homem nos Trópicos Ocidentais. 4ª ed. Guanabara Koogan, 2008.

CIMERMAN, B & FRANCO, M. A.; **Atlas de Parasitologia**. São Paulo, Atheneu, 1999.

REY, L. **Bases da Parasitologia Médica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. [4] COURA, J. R. Dinâmica das Doenças Infecciosas e Parasitárias. 1ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2005.

FREITAS, E. O.; GONÇALVES, T. O. F. **Imunologia, Parasitologia e Hematologia Aplicadas à Biotecnologia**. Editora Érica, 2015.

DISCIPLINA: Física das Radiações Ionizantes e Não-ionizantes

CH: 40h

CÓDIGO: Op-5

EMENTÁRIO

Principais mecanismos de interação da radiação com a matéria; Efeitos biológicos nos tecidos; Propagação de ondas eletromagnéticas; Processos de transferência de energia; Efeitos térmicos e não-térmicos de micro-ondas; Absorção de radiação ultravioleta (UV); Ação da radiação UV e IV em células; Uso das radiações para diagnóstico e tratamento de doenças.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DEYLLLOT, M. E. C. **Física das radiações:** fundamentos e construção de imagem. São Paulo: Érica, 2014.

OLIVEIRA, J. **Biofísica para Ciências Biomédicas**. 3. ed. Porto Alegre: PUCRS, 2002.

OLIVEIRA, R. C. M.; NUNES, P. H. M. **Biofísica para Ciências Biológicas**. Teresina: EDUFPI/CEAD, 2009.

Bibliografia complementar

BITELLI, T. **Física e dosimetria das radiações**. São Paulo: Atheneu, 2006.

DURÁN, J. E. R. **Biofísica:** fundamentos e aplicações. 2. Ed. São Paulo: Makron Books, 2011.

OKUNO, E.; YOSHIMURA, E. **Física das radiações**. 1. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2010.

PRANDO, A.; MOREIRA, F. A. **Fundamentos de radiologia e diagnóstico por imagem**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

XAVIER, A. M. **Licenciamento de instalações radiativas de pesquisas**. São Paulo: CNEN, 2005.

DISCIPLINA: Física quântica

CH: 40h

CÓDIGO: Op-6

EMENTÁRIO

Bases experimentais da Mecânica Quântica. Quantização de Energia e Momento Angular. Modelo de Bohr e átomo de hidrogênio. Dualidade onda-partícula. Relação de incerteza de Heisenberg. Equação de Schrödinger: função de onda, soluções de potenciais unidimensionais simples. Tunelamento. Solução da equação de Schrödinger para o átomo de Hidrogênio. Números quânticos, níveis de energia, spin e princípio de exclusão de Pauli.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

TIPLER, P. A., LLEWELLYN, R.A. **Física Moderna**, SP: LTC GEN (Grupo Editorial Nacional), 2010.

SERWAY, R. A., JEWETT JR, J. W. **Jewett, Ótica e Física Moderna**, Ed. Thomson.

YOUNG, H. D., FREEMAN, R. A., Sears e Zemansky **Física IV: ótica e Física Moderna**, Ed. Pearson.

Bibliografia complementar

CARUSO, Francisco; OGURI, Vitor. **Física Moderna**; origens clássicas e fundamentos quânticos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 608p.

NUSSENZVEIG, H. Moysés, **Curso de Física Básica - volume 4** (Ótica, Relatividade, Física Quântica), Edgard Blucher, 1998.

PESSOA JUNIOR, Osvaldo. **Conceitos de Física Quântica**. 3. ed. Sao Paulo: Livraria da Física, 2006.

DISCIPLINA: Física Ambiental

CH: 40h

CÓDIGO: Op-7

EMENTÁRIO

Radiação solar, Balanço da energia radiante, conceitos fundamentais da teoria de fenômeno de transporte, Fluxo (vento, calor, gás carbônico), estudo das variáveis meteorológicas e micrometeorológicas. climatologia física. Poluição.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMARANTE-JR, O. P. **Química Ambiental**. Teresina: CEAD/UFPI, 2014.

ATKINS, P. A.; JONES, L. **Princípios de química**: questionando a vida moderna e o meio ambiente. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

Christofolletti, A. **Modelagem de Sistemas Ambientais**. Ed. Edgard Blucher, 1999.

GIRARD, J. E. **Princípios de Química Ambiental**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

Ometto, J. C. **Bioclimatologia Vegetal**. Editora Agronômica Ceres Ltda, 1981

Varejão-Silva, M. A. **Meteorologia e Climatologia**. Versão Digital 2 – 2006.

Bibliografia complementar

BAIRD, C. **Química Ambiental**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

Pereira, A. R; Angelocci, L R. & Sentelhas, P. C. **Agrometeorologia - Fundamentos e Aplicações Práticas**. Livraria e Editora Agropecuária, 2002.

MANAHAN, S. **Química Ambiental**. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

DISCIPLINA: Teoria da Relatividade

CH: 40h

CÓDIGO: Op-8

EMENTÁRIO

Princípios da Relatividade Restrita. Eletrodinâmica Relativística. Incompatibilidade entre a Relatividade Restrita e a Gravitação Clássica. Introdução à Relatividade Geral. Relatividade especial. Análise vetorial em relatividade especial. Análise tensorial em relatividade especial. Fluidos perfeitos em relatividade especial. Variedades curvas. Física em um espaço-tempo curvo. As equações de campo de Einstein. Soluções esféricas para estrelas. Geometria de Schwartzchild e buracos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

EINSTEIN, Albert. A teoria da relatividade especial e geral. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999. 136 p.

Bibliografia complementar

LESCHE, Bernhard. **Teoria da relatividade**. São Paulo: Livraria da Física, 2005. 165 p.
RINDLER, Wolfgang. Introduction to special relativity. 2. ed. Oxford: Clarendon Press, 1991. 169 p.

RUSSELL, Bertrand. **ABC da relatividade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 175 p.

DISCIPLINA: Química Ambiental

CH: 40h

CÓDIGO: Op-9

EMENTÁRIO

Introdução à química ambiental. Ciclos biogeoquímicos. Química da água. Química da atmosfera. Química do solo. Poluição e principais problemas ambientais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAIRD, C.; CANN, M. **Química Ambiental**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011. 844p.

ROCHA, J. C. **Introdução à química ambiental**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. 256p.

MACEDO, J.A.B. **Introdução a química ambiental**. 2 ed. Juiz de Fora, MG : CRQMG, 2006.

Bibliografia complementar

KLAUS REICHARDT, Luís Carlos Timm. **Solo, planta e atmosfera** - conceitos, processos e aplicações (2ª edição). [S.l.]: Manole. 528 p. ISBN 9788520433393. Disponível em: . Acesso em: 9 jan. 2019.

MANAHAN, S. E. **Química ambiental**. 9.ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. 912 p.

DISCIPLINA: Ciência de Materiais	CH: 40h	CÓDIGO: Op-10
EMENTÁRIO		
Estrutura atômica dos metais. Imperfeições nos sólidos, movimentos: átomos, íons, moléculas. Diagramas de Equilíbrio de Fases Metálicas. Mecanismos da corrosão. Ensaio Mecânicos e propriedades dos materiais.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
CALLISTER-JR, W. D.; RETHWISCH, D. G. Ciência e Engenharia de Materiais: uma introdução. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.		
ASKELAND, Donald R, Phulé, P.P.; Ciência e Engenharia dos Materiais , 1ª Edição, Ed. Cengage Learning, 2008.		
Bibliografia complementar		
ASKELAND, D. R. Ciência e engenharia dos materiais . São Paulo: Cengage Learning, 2008.		
SMITH, W. F.; HASHEMI, J. Fundamentos de Engenharia e Ciência dos Materiais . 5. ed. São Paulo: Mc-Graw Hill do Brasil, 2012.		
DISCIPLINA: Química dos Produtos Naturais	CH: 40h	CÓDIGO: Op-11
EMENTÁRIO		
Química de Moléculas Biofuncionais e Bioativas, enfatizando as rotas Biogénicas, suas formas de isolamento e purificação. Estudo químico das diversas classes de compostos encontrados em vegetais, animais e microrganismos. Aplicação de técnicas de isolamento e purificação de produtos naturais.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
SANTOS, L. C.; FURLAN, M.; AMORIM, M. R. (Org.). Produtos naturais bioativos . 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.		
SARKER, S. D.; NAHAR, L. Química para estudantes de farmácia: química geral, orgânica e de produtos naturais. 1. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.		
SIMÕES, C. M. O.; SCHENKEL, E. P.; MELLO, J. C. P.; MENTZ, L. A.; PETROCIVK, P. R. Farmacognosia: do produto natural ao medicamento. Porto Alegre: ArtMed, 2016.		
Bibliografia complementar		
GOBBO-NETO, L.; LOPES, N. P. Plantas Medicinais: fatores de influência no conteúdo de metabólitos secundários. Química Nova , v. 30, n. 2, p. 374-381, 2007.		
DISCIPLINA: Métodos de Separação	CH: 40h	CÓDIGO: Op-12
EMENTÁRIO		
Operação de Separação Líquido-líquido, líquido vapor: destilação, extração e absorção. Operações de separação sólido-fluido: ciclones, filtração, sedimentação. Bombas e compressores. Misturadores e Reatores.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		

FOUST, Alan S. **Princípios das operações unitárias. 2. ed**; Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1982.

GAUTO, Marcelo Antunes; ROSA, Gilber Ricardo. **Processos e operações unitárias da indústria química**; Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011.

Bibliografia complementar

ISENMANN, Armin Franz. **Operações unitárias na indústria química. 3. ed. (Digital)**; Timóteo, MG: Edição do Autor, 2015.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília/DF: 1988.** Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília/DF: 2010.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Decreto no 4.281, de 25 de junho de 2002. **Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília/DF: 2002.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Decreto no 5.296 de 2 de dezembro de 2004. **Regulamenta as Leis no 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília/DF: 2004.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Decreto no 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília/DF: 2011.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021.**

BRASIL. Lei 10.436/02, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília/DF: 2002.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei10436.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis**

nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília/DF: 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE edá outras providências. Brasília/DF: 2014.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 05dez. 2022.

BRASIL. Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Brasília/DF: 2004.** Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Lei no 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília/DF: 2008.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Lei no 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília/DF: 2008.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília/DF: 1990.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF: 1996.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília/DF: 1999.**Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 05 dez.2022.

BRASIL. Parecer CNE/CES 1.304/2001. **Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Física, Bacharelado e Licenciatura. Brasília/DF: 2001.** Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES1304.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Portaria no 1.224, de 18 de dezembro de 2013. **Institui normas sobre a manutenção e guarda do Acervo Acadêmico das Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao sistema federal de ensino. Brasília/DF: 2013.** Disponível em: <<https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/portarias-federais/portaria-mec-no-1-224-de-18-de-dezembro-de-2013>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 7 de 18 de dezembro de 2018. **Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.** Brasília/DF: 2018. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf>

BRASIL. Resolução CNE/CP no 2, de 20 de dezembro de 2019. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).** Brasília/DF: 2019. Disponível em: <<https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2982/resolucao-cne-cp-n-2>>. Acesso em: 05 dez.2022.

BRASIL. Resolução no 1, de 17 de junho de 2004. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana.** Brasília/DF: 2004. Disponível em: <<http://www.prograd.ufu.br/legislacoes/resolucao-cnecp-no-1-de-17-de-junho-de-2004>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Resolução no 1, de 30 de maio de 2012. **Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.** Brasília/DF: 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 143/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 25 de agosto de 2022. **Altera a Resolução que normatiza a Organização Didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.** Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/16QP6xn6vBw1DjoewuhuG3grbNbf6NFT9>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). Resolução Normativa nº 131/2022, de 25 de abril de 2022. **Estabelece as Diretrizes para a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).** Disponível em: <https://sites.google.com/ifpi.edu.br/ifpi-resolucoes-do-consup/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). Resolução nº 039/2013. **Dispõe sobre as Normas e Procedimentos para a Mobilidade Acadêmica, Nacional e Internacional, de estudantes de Cursos de Graduação do IFPI e dá outras providências.** Teresina/PI: 2013. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1DCCpIdpQByi8HST7gbJtNf32fcRwtCGV>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 95/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 22 de novembro de 2021. **Atualiza e consolida o Regulamento do Programa de Acompanhamento ao Egresso(PAE), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI: 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 22/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI de 6 de abril de 2021. **Aprova o Regulamento do desenvolvimento das Atividades Teórico-práticas de Aprofundamento (ATPAs) em áreas específicas de interesse dos estudantes dos cursos de licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI: 2021. Disponível em:<<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 113/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 29 de março de 2022. **Consolida e atualiza o registro e a inclusão das atividades de extensão – Práticas Curriculares em Comunidade e em Sociedade (PCCS), nos currículos dos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI: 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/16QP6xn6vBw1DjoewuhuG3grbNbf6NFT9>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 46/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI de 16 de junho de 2021. **Consolida e atualiza as resoluções que dispõem sobre o Regulamento dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI: 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 125/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 6 de abril de 2022. **Atualiza o Regulamento de participação dos servidores e discentes em Visitas Técnicas e Participação em Eventos de natureza acadêmica, científica, tecnológica, desportiva, artística e cultural do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI: 2022. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/16QP6xn6vBw1DjoewuhuG3grbNbf6NFT9>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 26/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 6 de abril de 2021. **Aprova a consolidação das resoluções editadas pelo Conselho Superior que dispõem sobre o Regimento dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) dos cursos de graduação do IFPI, e dá outras providências. Teresina/PI: 2021.** Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **RESOLUÇÃO NORMATIVA 53/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23 de julho de 2021.** Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

RESOLUÇÃO NORMATIVA 56/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 2 de agosto de 2021: **Atualiza a Política de Diversidade e Inclusão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.** Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 50/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 16 de junho de 2021. **Atualiza o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. Teresina/PI: 2021.** Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 56/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 2 de agosto de 2021. **Atualiza a Política de Diversidade e Inclusão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. Teresina/PI: 2021.** Disponível em: < <https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 55/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23 de julho de 2021. **Atualiza e consolida as Resoluções que normatizam a Instituição e o Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. Teresina/PI: 2021.** Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 35/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 19 de maio de 2021. **Aprova a consolidação e atualização da Política de Assistência Estudantil (POLAE), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. Teresina/PI: 2021.** Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 53/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23 de julho de 2021. **Atualiza e consolida as Resoluções que normatizam a Instituição e o Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. Teresina/PI: 2021.** Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 112/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 28 de março de 2022. **Atualiza e consolida as resoluções que normatizam a distribuição de carga horária docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. Teresina/PI : 2022.** Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/16QP6xn6vBw1DjoewuhuG3grbNbf6NFT9>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 99/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 7 de dezembro de 2021. **Atualiza os procedimentos para abreviação dos Cursos de Graduação, para alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) com extraordinário aproveitamento nos estudos, e dá outras providências. Teresina/PI: 2014.** Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2020-2024.** Teresina/PI: 2020. Disponível em: <https://www.ifpi.edu.br/pdi/pdi-2020-2024/documentos/pdi-2020-2024_-_anexo-resolucao-009_2020-consup.pdf/view>. Acesso em: 05 dez. 2022.



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

RESOLUÇÃO 61/2024 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 14 de junho de 2024.

Aprova a criação do Curso de Licenciatura Letras Português no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução Normativa nº 59, de 20 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2021, e considerando o processo nº 23172.001597/2024-19,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, **ad referendum**, a criação do Curso de Licenciatura em Letras Português, na modalidade Educação a Distância (EaD), no IFPI, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entrar em vigor na data de sua publicação.

PAULO BORGES DA CUNHA
Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

- Paulo Borges da Cunha, REITOR(A) - CD1 - REI-IFPI, em 14/06/2024 08:14:30.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 12/06/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 269432

Código de Autenticação: ed01134645





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino
Diretoria de Educação a Distância

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em
Letras - Português
Modalidade a Distância

Teresina-PI, maio de 2024.

REITOR

Paulo Borges da Cunha

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Odimógenes Soares Lopes

DIRETORA DE ENSINO SUPERIOR

Márcio Aurélio Carvalho de Moraes

DIRETOR GERAL CAMPUS TERESINA CENTRAL

Paulo de Tarso Vilarinho Castelo Branco

DIRETOR DE ENSINO - CAMPUS TERESINA CENTRAL

Franciéric Alves de Araujo

DIRETOR DE ENSINO A DISTÂNCIA DO IFPI

Raimundo Nonato Meneses Sobreira

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PPC

DOCUMENTO 202298/2023 – GDG/DG-TERCENT/CATCE/IFPI, de 25 de setembro de 2023

Leila Patrícia Alves Dantas - Campus Teresina Central

Leidiana da Silva Lima Freitas – Campus Piripiri

Clêuma de Cravalho Magalhães – Campos Dirceu

Teresinha Vilani Vasconcelos de Lima - Campus Teresina Central

Ivan dos Santos Oliveira – Campus Teresina Zona Sul

Raimunda Gomes de Cravinho Belini - Campus Campo Maior

Raquelina Castro de Sousa Sampaio - Campus Paulistana

Wlademar Duarte de Alencar Neto - Campus Teresina Central

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	5
CAPÍTULO 1 - PERFIL INSTITUCIONAL.....	7
1.1 BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO.....	7
1.1 MISSÃO, VISÃO E VALORES.....	13
1.2 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA.....	13
1.3 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	14
1.4 ÁREA DE ATUAÇÃO.....	14
1.5 JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSOS E DEMANDAS SOCIAIS.....	17
1.6 FORMAS DE ACESSO AO CURSO.....	22
CAPÍTULO 2- ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	23
2.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO.....	23
2.2 OBJETIVOS DO CURSO.....	25
2.3 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO.....	26
2.4 ORGANIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DAS DISCIPLINAS.....	35
2.5 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO.....	37
2.6 ATIVIDADES COMPLEMENTARES (AC).....	39
2.7 ESTRUTURA E CONTEÚDOS CURRICULARES.....	40
2.8 METODOLOGIA.....	50
2.10 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	57
2.11. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO.....	58
Concepção, objetivos e carga horária.....	58
Estrutura e funcionamento do estágio.....	58
Avaliação do estágio supervisionado.....	59
2.12. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	61
2.14 TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC).....	64
2.15 TEMAS TRANSVERSAIS OBRIGATÓRIOS.....	65
2.16 APOIO AO DISCENTE.....	67
a) Política de diversidade e inclusão do IFPI.....	68
b) Mobilidade Acadêmica.....	69

c) Acessibilidade.....	71
e) Profissionais Técnicos Especializados em Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais-Libras.....	71
f) Mecanismos de Nivelamento.....	72
2.17 <i>GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA</i>	72
2.18 <i>PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO APRENDIZAGEM</i>	74
a) Avaliação da aprendizagem.....	75
b) Sistema de Avaliação do Curso.....	75
c) Verificação de Aprendizagem em Chamada.....	76
d) Revisão da Verificação da Aprendizagem.....	77
2.19 <i>ATIVIDADES DE PESQUISA E INOVAÇÃO</i>	78
2.20 <i>COMITÊ DE ÉTICA DE PESQUISA</i>	79
a) Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.....	79
b) Comitê de Ética no Uso de Animais.....	80
CAPÍTULO 3.0 - COORDENAÇÃO DO CURSO, CORPO DOCENTE E TUTORES	80
3.1- <i>CORPO DOCENTE</i>	80
3.2 - <i>TUTORES</i>	81
3.3- <i>COORDENAÇÃO DO CURSO</i>	82
3.4 - <i>NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE</i>	74
REFERÊNCIAS	Error! Indicador Não Definido .
ANEXO 1 – BIBLIOGRAFIAS E EMENTAS	83

APRESENTAÇÃO

No âmbito do Instituto Federal do Piauí (IFPI), o instrumento orientador das ações curriculares é denominado de Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Trata-se, pois, de um conjunto de intencionalidades pedagógicas que tem como propósito a explicitação dos principais parâmetros para a ação educativa e o processo formativo, além de apresentar-se em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e a legislação vigente.

O projeto pedagógico do curso constitui-se num instrumento de gestão em prol da formação cidadã, e como tal encontra-se explicitado em suas dimensões política, didático-pedagógica e administrativa. A organização curricular fundamenta-se no compromisso ético do IFPI em relação à concretização do perfil do egresso, que é definido pela explicitação dos conhecimentos e saberes que compõem a correspondente formação.

Nesse sentido, o presente documento apresenta o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras /Português na modalidade a distância do Instituto Federal do Piauí. O PPC aqui construído é fruto de um processo de reflexão, discussão coletiva, democrática, que contou com a participação dos professores e da comunidade acadêmica, numa afirmação de identidade e legitimidade institucional.

A proposta aqui apresentada vem responder às necessidades de formação profissional de professores na área de Língua Portuguesa para atuarem na Educação Básica e atender às exigências das atuais transformações científicas e tecnológicas, no contexto Universidade Aberta-UAB, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, que tem como objeto a seleção de propostas de Instituições de Ensino Superior (IES) para a oferta de vagas para a formação de professores em Cursos de Licenciatura, no âmbito UAB, para a atuação nas redes públicas de educação básica e/ou nas redes comunitárias de formação por alternância.

Considerando que a UAB tem como objetivos, entre outros: oferecer a oportunidade de acesso à formação específica de nível superior, conforme a área de atuação; fomentar a implementação de projetos pedagógicos para a formação de professores que contemplem as especificidades do público-alvo, com formas diferenciadas de organização dos conhecimentos tempos e espaços; e estimular a aproximação entre a educação superior e a educação básica, tendo as comunidades e as escolas como espaços privilegiados de formação e de pesquisa, este documento foi construído nos termos das DCN para a

Formação de Professores, definidas pelo Conselho Nacional de Educação-CNE, órgão normativo do Ministério da Educação-MEC.

Nos termos das Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores (Resolução CNE/CP n. 2, de dezembro de 2019) , o presente PPC apresenta a organização das práticas institucionais e pedagógicas e constitui-se em um instrumento de proposições e orientações que permitirá a uniformidade das ações acadêmicas do Curso de Licenciatura Letras /Português na modalidade a distância do IFPI, contemplando os processos de ensino, pesquisa e extensão. Em sua apresentação e organização este documento, atende as demandas internas do IFPI que regulamentam e normatizam matérias acerca do funcionamento dos cursos de licenciaturas vigentes.

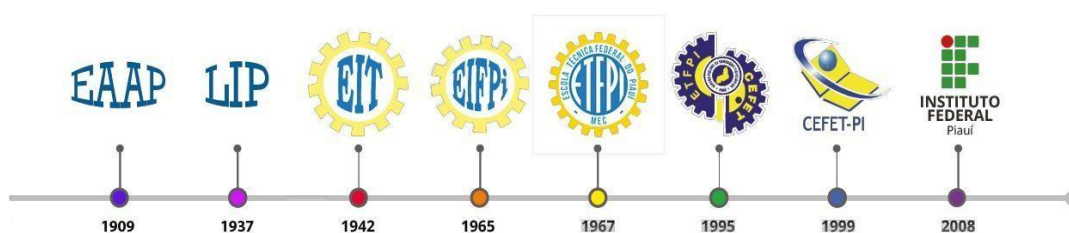
CAPÍTULO 1 - PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino.

O Instituto Federal do Piauí – IFPI possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

O IFPI possui 114 (cento e catorze) anos, tendo origem na Escola de Aprendizes Artífices do Piauí em 1909, transformada em Liceu Industrial do Piauí em 1937, Escola Industrial de Teresina em 1942, Escola Industrial Federal do Piauí em 1965, Escola Técnica Federal do Piauí em 1967 e Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí em 1998, conforme a linhahistórica a seguir.



a) Escola de Aprendizes Artífices do Piauí

Em 1909, vinte anos após o advento da República e vinte e um anos após a Abolição da Escravatura, com um regime de governo ainda não totalmente consolidado e uma sociedade ainda escravocrata, vivíamos um caos social decorrente da libertação dos escravos. Tal fato, na prática, trouxe uma liberdade sem pão, sem moradia, sem reforma agrária e sem emprego. As grandes cidades brasileiras enchiam-se, cada vez mais, de ex-escravos, miseráveis a mendigar o pão de cada dia, crianças famintas, velhos doentes, adultos desempregados e adolescentes empurrados para a prostituição, o ócio e o crime.

Pensando em minimizar esse cenário de horror e numa possível industrialização do Brasil, até então um país eminentemente agropastoril e extrativista, Nilo Procópio Peçanha, Vice-Presidente alçado ao posto de Presidente do Brasil, em 14 de junho de 1909, após a morte do titular Afonso Pena, decretou a criação de uma Rede Nacional de Escolas Profissionais.

O Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, criou uma Escola de Aprendizes Artífices em cada uma das capitais de Estado que se destinava, como diz na sua introdução, “não só a habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalhos profícuos, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime”. Por meio deste Decreto, na época conhecido pelo apelido de “Lei Nilo Peçanha”, Teresina, capital do Estado do Piauí, ganhou uma Escola Federal com o nome de Escola de Aprendizes Artífices do Piauí (EAAPI).

A denominação da EAAPI surgiu em 1937, na vigência do Estado Novo. As perspectivas de avanços na área da indústria foram, naquele momento, o grande propulsor para a transformação da escola primária em secundária, denominada, a partir de então, Liceu Industrial. No caso em pauta, Liceu Industrial do Piauí (LIP). O termo “industrial” adveio da intenção governamental de industrializar o país, usando a Rede de Escolas Profissionais como meio de formar operários especialmente para servir ao parque industrial brasileiro, nesse momento já inserido como meta de governo.

Adaptando-se aos novos tempos, o Liceu Industrial do Piauí teve construída e inaugurada, em 1938, a sua sede própria pelo Governo Federal em terreno cedido pela Prefeitura Municipal de Teresina, na Praça Monsenhor Lopes, hoje Praça da Liberdade, nº 1597, onde funciona atualmente o Campus Teresina Central.

A sede própria da Escola, que ocupava parte de uma quadra do centro da capital, foi inaugurada com 6 modernas salas de aula e instalações para oficinas de marcenaria, mecânica de máquinas, serralheria e solda, modelação, fundição e alfaiataria. Sendo Teresina uma capital ainda pouco industrializada, os ex-alunos do Liceu Industrial do Piauí migravam para o Sudeste do país, onde tinham emprego garantido com salários condignos, devido a sua alta competência técnica.

b) Escola Industrial de Teresina

Esse nome provém da Lei Orgânica do Ensino Industrial, de 1942, que dividiu as escolas da Rede em Industriais e Técnicas. As Escolas Industriais ficam geralmente nos Estados menos industrializados e formaram operários conservando o ensino propedêutico do antigo ginásio. Legalmente, esse curso era chamado de Ginásio Industrial.

As Escolas Industriais continuariam formando operários para a indústria, e as Técnicas formavam operários e também técnicos. Os operários formados tinham nível ginásial (1º ciclo) e os técnicos, nível médio (2º ciclo).

A Escola Industrial de Teresina (EIT) atuava no ramo da indústria metal-mecânica. Sua estrutura física foi ampliada com a construção de mais salas de aula, oficinas escolares e área específica para educação física.

A Escola Industrial de Teresina (EIT) atuava no ramo da indústria metal-mecânica. Sua estrutura física foi ampliada com a construção de mais salas de aula, oficinas escolares e área específica para educação física.

c) Escola Industrial Federal do Piauí

No ano de 1965, pela primeira vez, apareceu, na Rede, a denominação Escola Federal, embora, desde a sua criação, pertencesse ao Governo Federal. Noutra formulação: pela primeira vez, o termo “federal” entrou na composição do nome das Escolas da Rede. Essa mudança também permitiu que a Instituição pudesse fundar cursos técnicos industriais, a exemplo das escolas que já eram “técnicas”.

d) Escola Técnica Federal do Piauí

A promoção de Escola Industrial para Escola Técnica Federal do Piauí (ETFPI), em 1967, foi uma consequência da criação dos primeiros cursos técnicos (Agrimensura, Edificações e Eletromecânica) e do reconhecimento desses cursos pelo Ministério da Educação.

Nesse período, houve uma grande ampliação da estrutura geral da Escola. Os cursos técnicos, que eram noturnos, passaram a ser também diurnos. O Ginásio Industrial foi se extinguindo gradativamente, a partir de 1967, uma série a cada ano.

Grandes modificações aconteceram no ensino. Além dos cursos técnicos industriais, com suas variadas opções, vieram também os cursos técnicos da área de serviços, como os de Contabilidade, Administração, Secretariado e Estatística. Nessa mesma época, foi permitida, preferencialmente nos cursos da área terciária, a matrícula para mulheres, depois estendida a todos os demais cursos. O número de alunos quadruplicou em 2 anos e o de professores acompanhou proporcionalmente o mesmo crescimento.

A modernização da Escola começou em meados da década de 1980 com o advento da informatização, que chegou primeiro à administração e, posteriormente, ao ensino, criando-se grandes laboratórios para cursos de informática, destinados a alunos, professores, servidores técnico-administrativos e à comunidade fora da Escola. O ponto alto desse período foi a interiorização do ensino com o planejamento, a construção e a consolidação da Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) de Floriano, processo iniciado em 1986 e concluído em 1994.

Em 1994, foi autorizada a transformação da ETFPI em Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI), pela Lei 8.948/94, efetivada em 22 de março de 1999.

e) Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí

O biênio 1997-1998 foi dedicado ao processo de transição de ETFPI para CEFET-PI, conhecido como CEFETIZAÇÃO, que veio mais uma vez mudar a denominação da Escola. Em 1999, ocorreu o primeiro Vestibular do CEFET-PI, com a oferta do curso superior de Tecnologia em Informática. Outros fatos de destaque que aconteceram, a partir dessa fase da história cefetiana, foram: a continuidade da qualificação dos servidores (1994); a promoção da XXIII Reunião Nacional de Diretores de ETFs, CEFETs e EAFs (1995); a construção do novo auditório da Instituição (1997); a construção do ginásio poliesportivo coberto (1997); a reforma do Prédio “B”, com início em 1999; a abertura do primeiro curso superior da área de saúde, Tecnologia em Radiologia (2001); a implantação dos cursos de Licenciatura em Biologia, Física, Matemática e Química (2002).

Para dar continuidade à formação de profissionais, em 2004, foi estabelecido o primeiro Mestrado Interinstitucional (Minter), Engenharia de Produção, e a oferta de cursos de especialização em Banco de Dados e Gestão Ambiental. Em 2005, foi ofertado o primeiro Doutorado Interinstitucional (DINTER), Engenharia de Materiais. A partir de 2005, o CEFET-PI, atento à política do Ministério da Educação (MEC), buscou uma melhor qualificação profissional da comunidade do Piauí e região, com a implantação, desde 2006, do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio nas áreas de Gestão, Construção Civil, Informática, Indústrias e Meio Ambiente. Em 2007, aconteceu a inauguração das UNEDs de Picos, Parnaíba e Marcílio Rangel (atualmente conhecida como Teresina Zona Sul).

f) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

O Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI) sofreu, em 2008, uma reorganização em sua estrutura adquirindo o status de Instituto Federal, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro desse ano, criou a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica.

Ao se transformar em IFPI, a Instituição adquiriu autonomia para criar e extinguir cursos, bem como para registrar diplomas dos cursos por ela oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, o Instituto Federal do Piauí foi equiparado às universidades federais.

Em 2010, iniciou-se o processo de expansão do IFPI com a inauguração dos seguintes campi: Angical, Corrente, Piripiri, Paulistana, São Raimundo Nonato e Uruçuí. Em 2012, foram inaugurados campi em Pedro II, Oeiras e São João; e, em 2014, houve a inauguração dos campi de Campo Maior, Valença e Cocal.

Nesse período, foi criado também o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), reforçando o desenvolvimento e a interiorização da educação profissional. Em 2014, foram publicadas as portarias de criação dos Campi Avançados Dirceu Arcoverde e Pio IX. Nesse mesmo ano, foi realizado o I Fórum das Licenciaturas, realizado em Parnaíba.

Em 2015, a sede da Reitoria foi inaugurada, constituindo-se na unidade organizacional executiva central, responsável pela administração e supervisão de todas as atividades do Instituto Federal do Piauí.

O IFPI possui, no momento, 63 (sessenta e três) cursos superiores presenciais, 4 cursos superiores a distância, 5 mestrados e 17 cursos de especialização em funcionamento. Os bacharelados apresentam 2046 matrículas e correspondem a 6,11% das matrículas. As licenciaturas apresentam 5642 matrículas e correspondem a 16,86 % das matrículas da instituição, As tecnologias apresentam 2922 matrículas e correspondem a 8,43% das matrículas. Uma média de 78,72% dos alunos do ensino superior são provenientes da escola pública e 65% têm renda familiar per capita inferior a 1 salário mínimo.

Na dimensão Extensão, o IFPI trabalha com diversas áreas temáticas, dentre elas: Educação, Formação de Professores, Cultura, Saúde, Meio Ambiente, Tecnologia e Produção, Comunicação, Empreendedorismo Inovador, Trabalho, Inovação, Música, Economia Solidária e Criativa, Direitos Humanos e Justiça, Inclusão e Tecnologias Assistivas e Gestão Pública.

Na pesquisa, o IFPI se destaca nas áreas: Administração, Agronomia, Antropologia, Artes, Botânica, Ciência da Computação, Ciência da Informação, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Ciências Ambientais, Direito, Ecologia, Educação, Educação Física, Engenharia Agrícola, Engenharia Biomédica, Engenharia de Energia, Engenharia de Materiais e Metalúrgica, Engenharia de Produção, Engenharia Química, Física, Geografia, História, Letras, Linguística, Matemática, Microbiologia, Nutrição, Planejamento Urbano e Regional, Química, Robótica, Mecatrônica e Automação, Sociologia, Teologia e Zootecnia.

1.1 MISSÃO, VISÃO E VALORES

A partir de suas finalidades, o IFPI tem a missão de: "Promover uma educação de excelência, direcionada às demandas sociais". A visão de uma instituição reflete as aspirações e o desejo coletivo a ser alcançado, no espaço de tempo, a médio e longo prazo, buscando dar identidade. A partir de 2020, a visão de futuro do IFPI é: Consolidar-se como centro de excelência em Educação Profissional, Científica e Tecnológica, mantendo-se entre as melhores instituições de ensino do País.

Por sua vez, os valores organizacionais são princípios ou crenças desejáveis, estruturados hierarquicamente, que orientam a vida da organização e estão a serviço de interesses coletivos. Os valores do IFPI são: Ética, Respeito, Solidariedade, Diálogo, Participação, Transparência, Equidade e Responsabilidade.

1.2 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

Sigla: IFPI

CNPJ: 10.806.496/0001-49

Natureza Jurídica: Autarquia federal

End.: Avenida Presidente Jânio Quadros, 330/ Santa Isabel, Teresina - PI, 64.053-390

Fone: (86) 3131- 1443

Representante legal: Paulo Borges da Cunha

Ato legal: Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008

Página Institucional: www.ifpi.edu.br

1.3 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO: Licenciatura em Letras/Português

PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO: 04 (quatro) anos

TÍTULO ACADÊMICO: Licenciado em Letras/Português

REGIME LETIVO: Semestral

MODALIDADE DE OFERTA: EAD

VAGAS AUTORIZADAS: 40 (quarenta) vagas

FORMA DE ACESSO: Processo seletivo conforme resoluções vigentes

CARGA HORÁRIA: 3.300 h

1.4 ÁREA DE ATUAÇÃO

Atuar no sentido do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania, sem perder a dimensão do universal, constitui um preceito que fundamenta a ação do Instituto Federal do Piauí.

Ao ver-se como lugar de diálogo, o IFPI amplia seu campo de atuação ao espaço do território geográfico no qual se insere e que passa a ser o campo de negociação entre o local e o global, de construção de uma rede de solidariedade intercultural.

O IFPI atua a favor dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, qualquer que seja a esfera delimitada, a relação dialógica e democrática de seu fazer pedagógico possibilitará ganhos sociais expressivos e a superação de contradições existentes.

A estrutura multicampi e a clara definição do território de abrangência das ações do Instituto Federal do Piauí afirmam, na missão desta Instituição, o compromisso de intervenção em sua região, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável, com inclusão social.

Na busca de sintonia com as potencialidades de desenvolvimento regional, os cursos ofertados no âmbito do IFPI são definidos em atendimento às demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho local e da região. Convém salientar que o IFPI busca conciliar as demandas identificadas com a sua vocação e capacidade de oferta de cursos, em relação às reais condições de viabilização da proposta pedagógica: infraestrutura física, corpo docente e técnico, acervo bibliográfico, instalações e equipamentos.

Assim é que o Instituto Federal do Piauí constitui espaço fundamental na construção dos caminhos visando ao desenvolvimento local e regional dos territórios nos quais os seus campi estão inseridos. Na proposta pedagógica do Instituto Federal do Piauí, agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho (numa perspectiva histórica e no sentido ontológico) e discutir os princípios das tecnologias a ele concernentes dão luz a elementos essenciais para a definição de um propósito específico para a estrutura curricular da educação profissional e tecnológica. O que se propõe é uma formação contextualizada, imersa em conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos.

A Instituição visa, portanto, contribuir com o desenvolvimento dos arranjos produtivos econômicos, sociais e culturais de cada território em que os campi do IFPI estão organicamente inseridos. A oferta de cursos nos diversos níveis/formas da educação profissional e superior, estão inseridos nos seguintes territórios de desenvolvimento:

- a) Planícies Litorâneas – Campus Parnaíba e Campus Cocal;
- b) Cocais - Campus Piripiri e Campus Pedro II;
- c) Carnaubais – Campus Campo Maior;
- d) Entre Rios – Campus Teresina-Central, Campus Teresina Zona Sul, Campus Angical do Piauí, Campus Avançado do Dirceu e Campus Avançado de José de Freitas;
- e) Serra da Capivara – Campus São Raimundo Nonato e Campus São João do Piauí;
- f) Vale dos Rios Piauí e Itaueiras – Campus Floriano;
- g) Tabuleiros do Alto Parnaíba – Campus Uruçuí;
- h) Vale do Sambito – Campus Valença do Piauí;
- i) Vale do Rio Guaribas - Campus Picos e Campus Avançado Pio IX;
- j) Chapada Vale do Rio Itaim – Campus Paulistana;
- k) Vale do Rio Canindé – Campus Oeiras;
- l) Chapada das Mangabeiras – Campus Corrente.

A presença de um campus nesses Territórios, além de promover a interiorização e abrangência da área de atuação do IFPI visa, sobretudo, à promoção do desenvolvimento socioeconômico regional, impulsionado pelo avanço da escolaridade e o acesso aos níveis mais elevados do saber dos seus cidadãos, bem como à identificação da vocação produtiva, ao respeito e à preservação da cultura local e ambiental e, por conseguinte, à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Nesse sentido, a oferta dos cursos, bem como seu turno de funcionamento, tem sido orientada pela identificação dos arranjos produtivos locais, culturais e socioeducacionais em cujos Territórios os campi estão inseridos. Para tanto, a articulação entre trabalho, ciência e cultura, na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares do IFPI, movido pelo desafio de viabilizar um ensino público, gratuito, democrático e de excelência direcionado às demandas sociais.

Como princípio em sua proposta político-pedagógica, o Instituto Federal do Piauí atua na oferta de educação básica, principalmente em cursos de ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio; ensino técnico em geral; graduações tecnológicas, licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, bem como em programas de pósgraduação *lato e stricto sensu*, sem deixar de assegurar a formação inicial e continuada de trabalhadores.

Nesse contexto, a transversalidade e a verticalização constituem aspectos que contribuem para a singularidade do desenho curricular nas ofertas educativas do Instituto Federal do Piauí, visto que a designação “instituição de educação superior, básica e profissional” lhe confere uma natureza singular, na medida em que não é comum, no sistema educacional brasileiro atribuir a uma única instituição a atuação em mais de um nível de ensino.

A área de atuação do IFPI compreende uma proposta pedagógica fundada na compreensão do trabalho como atividade criativa fundamental da vida humana e em sua forma histórica, como forma de produção. Assim sendo, o que está posto para o Instituto Federal do Piauí é a formação para o exercício profissional tanto para os trabalhadores que necessitam de formação em nível superior para a realização de suas atividades profissionais, quanto para os que precisam da formação em nível médio técnico, e também para aqueles que atuam em qualificações profissionais mais especializadas; ao mesmo tempo, as atividades de pesquisa e extensão estão diretamente relacionadas ao mundo do trabalho.

No tocante à formação de professores para educação básica, há de se notar que os cursos de licenciatura, em sua proposta curricular, contemplam a inovação na abordagem das metodologias e práticas pedagógicas, com o objetivo de contribuir para a superação da cisão entre ciência-tecnologia-cultura-trabalho e teoria-prática em um tratamento pedagógico para romper com a fragmentação do conhecimento.

Assim, é da natureza do Instituto Federal do Piauí validar a verticalização do ensino e balizar suas políticas de atuação pela oferta de diferentes níveis e modalidades da educação profissional e tecnológica, básica e superior, a partir de um projeto pedagógico singular.

A realidade brasileira no que tange à necessidade de professores integra uma série de pontos quando se trata da formação de profissionais da educação, tais como: a formação em serviço ou continuada, carreira e valorização docente, dentre outros. A frágil representação construída da dignidade profissional precisa estar fortalecida. À exigência primordial da excelência na formação, que precisa ser compatível também com a atual complexidade do mundo, somam-se outras exigências. O IFPI reúne uma série de condições na oferta de cursos de formação de professores para a educação básica, pela excelência na formação docente em atenção às demandas da sociedade comprovada através de políticas internas na qualificação do corpo docente e administrativo através da formação continuada, assim como na formação inicial de professores para a educação básica.

1.5 JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO E DEMANDAS SOCIAIS

Os contextos sociais da contemporaneidade nos alertam sobre as transformações em que o mundo vem passando e pela velocidade em que estes processos acontecem. O homem vive em tempos cada vez mais acelerados, onde sua produção, seus objetivos e anseios de vida são moldados por necessidades inerentes a esses novos arranjos.

Um aspecto positivo sobre esse novo modo de ser diz respeito ao avanço na produção de novos conhecimento; e como negativo podemos citar a fragilidade em que esses processos se assentam. Diante disso, a educação enquanto construção social, materializa-se por meio de modelos formativos que devem responder às demandas sociais e, mais ainda, contribuir para o melhoria da sociedade.

O papel do professor, diante dessa realidade torna-se central ao assumir a tarefa da educação. É necessário, enquanto profissional humano, social e político, que o professor eleve sua atuação para além do fazer técnico do ensinar e aprender, a partir de um

posicionamento crítico e transformador (GADOTTI, 1998). Nesse sentido, a própria formação docente também entra em pauta, na medida em que se define os saberes que são mobilizados com objetivos de possibilitar o exercício da atividade profissional.

A apreensão dos saberes necessários à atuação profissional docente ocorre através do processo de formação e do exercício profissional, conforme um conjunto de fatores interrelacionados, como o tempo histórico, as orientações e diretrizes dos órgãos normativos, o contexto sociopolítico e as experiências, valores e concepções individuais de cada sujeito.

Diante do exposto, os cursos de formação docente se destacam pela relevância na educação brasileira, devendo portanto, ser objeto da máxima atenção e observância da qualidade dos processos formativos.

O início do processo de escolarização é uma etapa fundamental da formação humana, embora historicamente, esse campo de atuação tenha sido negligenciado, considerando os critérios e orientações que indicavam a pouca exigência de qualificação dos profissionais que por muito tempo atuaram nessa etapa escolar. Atualmente, as concepções que embasam os fundamentos da educação e a própria realidade da educação brasileira orientam para uma formação mais qualificada.

O curso de Letras/ Português representa um avanço histórico para a melhoria da educação básica, especialmente na atuação junto ao público alvo do Ensino Fundamental e Médio. Os conhecimentos que envolvem o ensinar e aprender de crianças nessa faixa-etária vão além de domínio de conteúdo escolar e métodos e técnicas de ensino. Envolvem um rol de conhecimentos de dimensões distintas e complementares entre si, foco de estudo da Letras Português.

A Licenciatura em Letras /Português, portanto, não se limita ao campo do “ensinar”. A formação contempla um conjunto de competências e habilidades que envolvem a capacidade de atuação nas diversas esferas sociais, colaborando para a melhoria da qualidade em que se desenvolve a educação na realidade brasileira. Isso posto, verifica-se a necessidade da oferta de cursos de formação na área, a fim de atender essa complexa demanda que envolve o profissional habilitado em Letras Português.

Outrossim, as tarefas inerentes ao professor abrangem a participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, o planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação; planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares, assim como produção e difusão do conhecimento

científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares.

Considerando o contexto acima exposto, o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) que tem como objetivo, entre outros, ofertar em nível de educação superior, cursos de licenciaturas, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, propõe-se, através da EAD, a ofertar o curso de Licenciatura em Letras Português, de modo a contribuir com qualificação profissional e responder às necessidades das demandas dos polos em que haverá a oferta do curso, os quais não têm a oferta do curso por nenhuma outra instituição pública de ensino superior. Com isso, acredita-se que o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) será capaz de contribuir com o desenvolvimento e formação de novos profissionais que atuem nos processos de ensino e aprendizagem em ambientes escolares e não escolares, tanto nas cidades em que o curso for ofertado quanto em suas adjacências.

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), atento às questões que envolvem a educação básica e os desafios e dificuldades que se apresentam nas realidades locais dos polos em que tem atuação, identifica as demandas formativas na educação. Dentre elas, uma merece destaque: o avanço do processo de inclusão de crianças que outrora eram excluídas das redes de ensino regular, as quais gradativamente estão acessando a escola comum.

No Brasil, ainda que seja possível notar essa modificação, ainda existem obstáculos para o alcance deste direito em toda a sua plenitude. Os índices oficiais mostram que, em 10 anos após a LDB/96, houve um aumento de 640% no número de matrículas em salas regulares de alunos com deficiência (BRASIL, 2010). Este dado não deve ser analisado apenas de forma quantitativa, pois, mesmo parecendo um avanço considerável, ainda está abaixo das matrículas de alunos sem deficiência e, como sabemos, existem fatores decisivos que diferenciam o acesso, a permanência e, principalmente, o desenvolvimento do alunado da educação especial na escola.

Atualmente, segundo o Censo Escolar, em 2020, o Brasil tinha 1,3 milhão de crianças e jovens com deficiência na Educação Básica. Desses, 13,5% estavam em salas ou escolas exclusivas (salas ou escolas especiais), e 86,5% estudavam nas mesmas turmas dos demais alunos. Esse marco é fundamental se compararmos aos dados de 2005, que apontavam um cenário inverso. Das 492.908 pessoas com deficiência matriculadas, a maioria (77%) permanecia em espaços exclusivos para alunos com necessidades educativas especiais e apenas 23% eram incluídas nas salas e escolas regulares (BRASIL, 2020).

Desse modo, a inclusão propõe um novo olhar sobre o processo educativo e sobre a escola, pois concebe as diferenças como especificidades intelectuais, físicas, sociais, culturais e comunicativas e não mais como aspectos negativos dos sujeitos. Percebemos, contudo, que a escola ainda sente dificuldades em oferecer um ensino que alcance as diferenças presentes em seu espaço, uma vez que romper com os laços de normalização que imperaram por tanto tempo não constitui tarefa fácil.

As tentativas de pôr em prática um modelo de escola inclusiva ainda enfrentam barreiras de ordem teórica, filosófica e estrutural, mas consideramos que este é o percurso natural da mudança. Entretanto, as pessoas privadas do convívio social no espaço educacional, seja por condição socioeconômica, étnica ou em virtude de alguma deficiência, têm comprometida a sua própria constituição enquanto sujeito social, histórico e cultural. A questão é que não se pode mais ignorar o que é fato: a sociedade é composta por pessoas diferentes e não se pode continuar a ofertar uma educação que não leve isso em consideração.

Todavia, é importante destacar que mesmo com as imposições do modelo conservador de ensino, a escola brasileira tem avançado rumo a inclusão, pois o número crescente de alunos, outrora marginalizados - e neste grupo estão, principalmente, as pessoas com deficiência - tem aumentado nas escolas regulares. A presença destes no ensino comum é um chamado à reflexão: a escola que temos responde às necessidades da demanda social? (MANTOAN, 2010).

Especificamente no Brasil, ainda que seja possível notar essa modificação, ainda existem obstáculos para o alcance deste direito em toda a sua plenitude. Os índices oficiais mostram que apenas 10 anos após a LDB/96 houve um aumento de 640% no número de matrículas em salas regulares de alunos com deficiência. (BRASIL, 2010). Este dado não deve ser analisado apenas de forma quantitativa, pois mesmo parecendo um avanço considerável, ainda está abaixo das matrículas de alunos sem deficiência e, como sabemos, existem fatores decisivos que diferenciam o acesso, a permanência e, principalmente, o desenvolvimento do alunado da educação especial na escola.

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) compreende que a garantia da inclusão está sob a dependência de um conjunto de fatores macro e micro estruturais, como engajamento social, garantias de direitos, políticas públicas, articulação intersetorial, adesão das famílias, escola e professores capacitados e outros. No que diz respeito especificamente ao professor, a capacidade interagir positivamente e ampliar as relações sociais a partir das diferenças nas salas de aula já configura uma predisposição

para atendê-las, eficazmente.

No entanto, professores e demais membros da equipe escolar necessitam contar com um repertório de conhecimentos específicos, enfoques pedagógicos, métodos, materiais didáticos adequados e tempo suficiente para dispensar atenção ao exercício da docência. Nessa perspectiva o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), compreende que, diante do cenário atual, ainda na formação inicial, faz-se necessário um enfoque mais aprofundado sobre as questões que envolvem as demandas da escola em que os futuros professores irão atuar.

Não se trata aqui de direcionar uma habilitação específica, dentro do curso de Licenciatura em Letras Português, uma vez que a Resolução CNE/CES nº 18, de 13 de março de 2002 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Letras Português orienta que a formação inicial destina-se ao exercício da docência na Educação Básica: anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, e em cursos de Educação Profissional nas mais diversas áreas,

A intenção é fortalecer, dentro da habilitação prevista nesta Resolução, os conhecimentos inerentes ao exercício docente em contextos onde estarão presentes sujeitos que não figuravam o ensino regular, dentre estes, pessoas com deficiência que recebiam serviços educacionais apenas no âmbito da educação especial.

Destaca-se que com a universalização do acesso à escola o desafio da efetiva incorporação dos direitos dos grupos historicamente excluídos, a formação do professor deve contemplar conhecimentos que sejam desencadeadores de novas atitudes, para que este possa desempenhar, responsável e satisfatoriamente, seu papel de agente transformador de educação. Ainda nos componente curriculares das páticas pedagógicas, essa abordagem estará presente, seja nos estágios obrigatórios, seja nas práticas como componente curricular, orientados nas ementas das disciplinas e em manuais específicos.

Nessa perspectiva, o modelo de formação proposta busca reforçar e consolidar a profissionalização do professor de Língua Portuguesa com uma abordagem formativa coesa e fundamentada numa práxis transformadora. Assim, o Curso de Licenciatura em Letras Português ofertado pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), em consonância com o Decreto nº 5.622/2005, que regulamenta a Educação a Distância, contará com infraestrutura técnica, material e humana qualificada e capaz de retornar para a sociedade, profissionais com uma sólida formação acadêmica com domínio do conhecimento profissional que embasaram práticas profissionais profícuas e resultarão em um engajamento profissional comprometido com a qualidade da educação.

Vale ressaltar que a abordagem coaduna com os próprios princípios e valores do IFPI, que enquanto instituição ofertante de educação básica, técnico profissionalizante, ensino superior cursos de pós graduação *latu sensu* e *stricto sensu* e outras modalidades de ensino, destaca-se pela observância dos critérios para a garantia de uma educação inclusiva.

Deste modo, nada mais coerente do que promover aos seus alunos nos cursos de formação de professores e, em especial destaque, o de Letras Português, um repertório de saberes e práticas que os habilitem a exercer a profissão docente no ambiente tão diverso que é hoje a escola e em todos os ambientes em que se fazem presentes as práticas educativas.

1.6 FORMAS DE ACESSO AO CURSO

As vagas são distribuídas considerando-se o percentual de 50% para ampla concorrência e 50% para as vagas reservadas de acordo com a Lei nº 12.711/2012, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas) - alterada pela Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023, distribuídas conforme o percentual do IBGE para:

- Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo, que tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos autodeclarados quilombolas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo, que tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos com deficiência, independente de etnia, que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos, independente de etnia, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo, que tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos autodeclarados quilombolas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas,

conforme o caso.

- Candidatos com deficiência que, independentemente de etnia e independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos, independente de etnia e independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas, conforme o caso.

Além da política de cotas, o IFPI adota como ação afirmativa própria uma reserva de vagas de 5% para estudantes com deficiência (PcD) que não é egresso da escola pública, conforme Resolução Normativa nº 195/2024 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 18 de janeiro de 2024, que atualiza a Política de Cotas e os procedimentos de heteroidentificação, no âmbito do IFPI.

CAPÍTULO 2: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

As políticas institucionais do IFPI para os cursos de Licenciatura são baseadas na integração da pesquisa, ensino e extensão, em conformidade com os princípios pedagógicos definidos no projeto político pedagógico institucional, bem como, as diretrizes provenientes do MEC, proporcionando assim ao profissional proposto, a percepção do contexto social no qual está inserido e a capacidade de intervenção frente às demandas apresentadas por este no domínio local e regional (PDI 2020-2024).

Diante deste cenário, e atendendo ao disposto na Lei 11.892/2008 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), são políticas institucionais para os cursos de licenciatura, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPI:

- a) Implementar anualmente, por campus, a oferta regular das vagas de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática, nos termos da Lei no 11.892/2008;
- b) Implementar semestralmente a oferta regular de vagas de cursos de Formação Inicial e Continuada;
- c) Implementar ações que garantam a igualdade de condições de acesso, permanência e êxito nos cursos da Instituição.

d) Possibilitar aos alunos o acesso às ações acadêmicas que favoreçam a superação da dicotomia entre teoria e prática: atividades práticas inseridas nos componentes curriculares durante todo o curso, iniciação científica e tecnológica, pesquisa, tutorias de aprendizagem, mobilidade acadêmica, eventos técnico-científicos, aulas externas e visitas técnicas a empresas e demais organizações do mundo do trabalho.

Possuindo como marco a concepção da educação como instrumento de transformação e de enriquecimento do conhecimento, capaz de modificar a vida social e atribuir maior sentido e alcance ao conjunto da experiência humana, tais políticas têm como objetivo oferecer aos alunos de licenciatura um referencial teórico-prático que colabore na aquisição de competências cognitivas, habilidades e atitudes e que promovam o seu pleno desenvolvimento como pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Desse modo, em conformidade com o PDI do IFPI, são tomadas como base as seguintes diretrizes:

- A necessidade de atuar no ensino, na pesquisa e na extensão, compreendendo as especificidades dessas dimensões e as inter-relações que caracterizam sua indissociabilidade;
- A compreensão de que o conhecimento deve ser tratado em sua plenitude, nas diferentes dimensões da vida humana, integrando ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos, nas propostas pedagógicas dos cursos de licenciaturas;
- O reconhecimento da precedência da formação humana e cidadã, sem a qual a qualificação para o exercício profissional não promove transformações significativas para o trabalhador e para o desenvolvimento social;
- A organização de itinerários formativos que permitam o diálogo entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica (formação inicial e continuada, técnica de nível médio e de graduação e pós-graduação tecnológica), ampliando as possibilidades de formação vertical (elevação de escolaridade) e horizontal (formação continuada);
- A sintonia dos currículos com as demandas sociais, econômicas e culturais locais, permeando-os das questões de diversidade cultural e de preservação ambiental, pautada na ética da responsabilidade e do cuidado;
- O reconhecimento do trabalho como experiência humana primeira, organizadora do processo;
- Educação como instrumento de transformação e de enriquecimento do conhecimento, capaz de modificar a vida social e atribuir maior sentido e alcance ao conjunto da

experiência humana, de modo a alterar positivamente a realidade brasileira e do Piauí.

Com o intuito de garantir a permanência e êxito dos discentes nos cursos de Licenciatura, o IFPI tem como política o desenvolvimento de ações contínuas, que integram os eixos ensino, pesquisa e extensão por meio de programas e projetos subsidiados pela Política de Assistência Estudantil (POLAE), e por políticas externas através de agências de fomento.

Entres as ações contempladas pela POLAE destacam-se:

- oferta de atividades de nivelamento, que proporcionem um melhor aproveitamento do processo de ensino aprendizagem do aluno ingressante;
- o acompanhamento de alunos pelas equipes pedagógicas e multiprofissionais do IFPI, como psicólogos, médicos, odontólogos, nutricionistas, assistentes sociais, entre outros profissionais;
- oportunidades de estágio, monitoria, iniciação científica, atividades extensionistas e iniciação à docência.

Entres as ações contempladas por programas de fomento externo incluem-se:

- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-AF-CNPq);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID);
- Residência Pedagógica (RP).

2.2 OBJETIVOS DO CURSO

Objetivo Geral

Formar profissionais qualificados no Curso Superior de Licenciatura em Letras/Português, na modalidade de educação a distância (EAD), capazes de atuar na docência dos anos iniciais da educação básica: anos finais do Ensino fundamental (6º ao 9º ano) e ensino médio em ambientes escolares e não escolares, nos quais os conhecimentos pedagógicos e específicos de literatura e de língua portuguesa se façam necessários.

Objetivos Específicos

- Promover o conhecimento das políticas nacionais e internacionais, bem como discussões teóricas com vistas à educação inclusiva, à diversidade e à cidadania.

- Proporcionar percursos formativos fundamentados em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética;
- Estimular a reflexão sobre a prática pedagógica cotidiana do educando, possibilitando-lhe a reconstrução do processo de análise da prática docente, tendo como instrumental os fundamentos da perspectiva de intervenção;
- Possibilitar aos educandos o domínio crítico do uso das novas tecnologias disponíveis na sociedade e, especialmente, nas escolas;
- Promover a aprendizagem voltada para o respeito à diversidade, levando-se em conta as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual;
- Proporcionar reflexões críticas sobre a atuação profissional no ensino, na gestão de processos educativos e na organização e gestão da Educação Básica;
- Apresentar a instituição educativa como organização complexa na função de promover a educação para e na cidadania;
- Propor alternativas de avaliação da aprendizagem como um processo contínuo, considerando o discente como sujeito ativo, cognitivo, efetivo e social;
- Articular teoria e prática para ampliação da visão, das habilidades e dos conhecimentos necessários à atuação profissional docente de língua portuguesa;
- Relacionar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico metodológicas do ensino de língua portuguesa e literatura para o desenvolvimento da aprendizagem.

2.3 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

Competências e Habilidades

Os egressos de cursos de licenciatura devem ser agentes sociais, capazes de planejar as ações, de gerir a atuação profissional e de intervir na estrutura social a partir de uma análise crítica da realidade socioeconômica na qual se insere, e que subsidiado pelos conhecimentos pedagógicos esteja apto a atuar na educação básica e suas modalidades atento aos avanços da ciência e da tecnologia.

Estas e outras características são apresentadas na Resolução CNE/CP nº 2/2019, como competências gerais docentes:

1. Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.
2. Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas.
3. Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal, corporal, visual, sonora e digital – para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao compartilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar.
6. informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.
7. Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
8. Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
9. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes.
10. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se

respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.

11. Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

As competências específicas apresentadas na Resolução CNE/CP nº 2/2019 estão distribuídas em três dimensões fundamentais: conhecimento profissional, prática profissional, e engajamento profissional. Estas competências específicas devem se integrar de modo interdependente e sem hierarquia na ação docente, e seu desenvolvimento deve ser possibilitado ao aluno de licenciatura.

São competências específicas da dimensão do conhecimento profissional: dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los; demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem; reconhecer os contextos de vida dos estudantes; e conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.

São competências específicas da dimensão da prática profissional: planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens; criar e saber gerir os ambientes de aprendizagem; avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino; e conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, as competências e as habilidades.

São competências específicas da dimensão do engajamento profissional: comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional; comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender; participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos; e engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade, visando melhorar o ambiente escolar.

Conforme as Diretrizes Curriculares para o Curso de Letras-Português (CNE/CES 492/2001), a formação deverá proporcionar ao estudante a capacidade de investigação teórico-prática e do pensamento crítico, a partir da exploração de um volume de informações que exigirá uma postura plural, assentada na interdisciplinaridade, contextualização e democratização que se consolidará no exercício da profissão para “formar profissionais interculturalmente competentes, capazes de lidar, de forma crítica,

com as linguagens, especialmente a verbal, nos contextos oral e escrito, e conscientes de sua inserção na sociedade e das relações com o outro” (CNE/CES 492/2001).

O perfil proposto neste PPC contempla os princípios elencados na Resolução CNE/CES 492/2001, que institui as Diretrizes Curriculares para o Curso de Letras Português, estabelecendo que o estudante egresso deve:

- ✓ Ter domínio do uso da língua ou das línguas que sejam objeto de seus estudos, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais, independente da modalidade oral ou escrita;
- ✓ Ter consciência das variedades lingüísticas e culturais.
- ✓ Ser capaz de refletir teoricamente sobre a linguagem;
- ✓ Fazer uso de novas tecnologias;
- ✓ Compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente, articulando pesquisa, extensão e ensino, neste processo.
- ✓ Ter capacidade de reflexão crítica sobre temas e questões relativas aos conhecimentos linguísticos e literários.

Portanto, o perfil profissional a ser consolidado engloba um conjunto de competência e habilidades para o efetivo exercício profissional que articula teoria e prática, favorece e estimula situações de aprendizagens significativas ao mesmo tempo em que favorece o desenvolvimento profissional docente.

O perfil descrito acima é reforçado na Resolução 02 de 20 de Dezembro de 2019 (BNCC Formação), em seu artigo 4º, a qual estabelece três competências básicas a serem desenvolvidas em todos os cursos de licenciatura:

As competências específicas se referem a três dimensões fundamentais, as quais, de modo interdependente e sem hierarquia, se integram e se complementam na ação docente. São elas: I - conhecimento profissional; II - prática profissional; e III - engajamento profissional. (BRASIL, 2019).

Desse modo, se pretende garantir que a formação inicial dos estudantes esteja alicerçada num conjunto de saberes comuns e alinhado que reflitam a apropriação dos conhecimentos necessário ao exercício docente, numa prestativa de desenvolvimento profissional contínuo; da percepção da escola como lugar

privilegiado de formação contínua; de que os processos educativos ocorrem em tempos e espaços variados, típicos e atípicos; de que a atividade docente deve ser uma ação intencional, planejada; e de que a realidade social contemporânea, mais do que nunca, exige profissionais capazes de considerar a diversificação, flexibilização e adaptação em suas práticas pedagógicas.

A Resolução 02 de 20 de dezembro de 2019, destaca ainda em seu artigo 4º, o conjunto de habilidades relacionadas às três competências básicas para os cursos de formação de professores, a saber:

§ 1º As competências específicas da dimensão do conhecimento profissional são as seguintes: I - dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los; II - demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem; III - reconhecer os contextos de vida dos estudantes; e IV - conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais. **§ 2º As competências específicas da dimensão da prática profissional compõem-se pelas seguintes ações:** I - planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens; II - criar e saber gerir os ambientes de aprendizagem; III - avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino; e IV - conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, as competências e as habilidades. **§ 3º As competências específicas da dimensão do engajamento profissional podem ser assim discriminadas:** I - comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional; II - comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender; III - participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos; e IV - engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade, visando melhorar o ambiente escolar.

A organização curricular dos cursos destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, em consonância com as aprendizagens prescritas na BNCC da Educação Básica, tem como princípios norteadores:

I - compromisso com a igualdade e a equidade educacional, como princípios fundantes da BNCC;

II - reconhecimento de que a formação de professores exige um conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes, que estão inerentemente alicerçados na prática, a qual precisa ir muito além do momento de estágio obrigatório, devendo estar presente, desde o início do curso, tanto nos conteúdos educacionais e pedagógicos quanto nos específicos da área do conhecimento a ser ministrado;

III - respeito pelo direito de aprender dos licenciandos e compromisso com a sua aprendizagem como valor em si mesmo e como forma de propiciar experiências de aprendizagem exemplares que o professor em formação poderá vivenciar com seus próprios estudantes no futuro;

IV - reconhecimento do direito de aprender dos ingressantes, ampliando as oportunidades de desenvolver conhecimentos, habilidades, valores e atitudes indispensáveis para o bom desempenho no curso e para o futuro exercício da docência;

V - atribuição de valor social à escola e à profissão docente de modo contínuo, consistente e coerente com todas as experiências de aprendizagem dos professores em formação;

VI - fortalecimento da responsabilidade, do protagonismo e da autonomia dos licenciandos com o seu próprio desenvolvimento profissional;

VII - integração entre a teoria e a prática, tanto no que se refere aos conhecimentos pedagógicos e didáticos, quanto aos conhecimentos específicos da área do conhecimento ou do componente curricular a ser ministrado;

VIII - centralidade da prática por meio de estágios que enfoquem o planejamento, a regência e a avaliação de aula, sob a mentoria de professores ou coordenadores experientes da escola campo do estágio, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

IX - reconhecimento e respeito às instituições de Educação Básica como parceiras imprescindíveis à formação de professores, em especial as das redes públicas de ensino;

X - engajamento de toda a equipe docente do curso no planejamento e no acompanhamento das atividades de estágio obrigatório;

XI - estabelecimento de parcerias formalizadas entre as escolas, as redes ou os sistemas de ensino e as instituições locais para o planejamento, a execução e a avaliação conjunta das atividades práticas previstas na formação do licenciando;

XII - aproveitamento dos tempos e espaços da prática nas áreas do conhecimento, nos componentes ou nos campos de experiência, para efetivar o compromisso com as metodologias inovadoras e os projetos

interdisciplinares, flexibilização curricular, construção de itinerários formativos, projeto de vida dos estudantes, dentre outros;

XIII - avaliação da qualidade dos cursos de formação de professores por meio de instrumentos específicos que considerem a matriz de competências deste Parecer e os dados objetivos das avaliações educacionais, além de pesquisas científicas que demonstrem evidências de melhoria na qualidade da formação; e

XIV - adoção de uma perspectiva intercultural de valorização da história, da cultura e das artes nacionais, bem como das contribuições das etnias que constituem a nacionalidade brasileira.

Assim sendo, o curso de Licenciatura em Letras Português ofertado pelo Instituto de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) considera que a profissão docente implica em aprendizagem e desenvolvimento profissionais contínuos e de que a escola, especialmente a pública, é o centro dos diversos processos formativos que promove a democratização do conhecimento e a transmissão do patrimônio cultural humano. A etapa de início da escolarização, foco do Curso de Licenciatura em Letras Português, exigirá dos profissionais o domínio dos conhecimentos descritos na BNCC, os quais incluem:

- ✓ domínio do uso da língua portuguesa nas suas manifestações oral e escrita, em termos de recepção e produção de textos;
- ✓ reflexão analítica e crítica sobre a linguagem como fenômeno psicológico, educacional, social, histórico, cultural, político e ideológico;
- ✓ visão crítica das perspectivas teóricas adotadas nas investigações linguísticas e literárias, que fundamentam sua formação profissional;
- ✓ preparação profissional atualizada, de acordo com a dinâmica do mercado de trabalho;
- ✓ percepção de diferentes contextos interculturais;
- ✓ utilização dos recursos da informática para o alcance dos objetivos educacionais relativos à língua materna;
- ✓ domínio dos conteúdos básicos que são objeto dos processos de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio;
- ✓ domínio dos métodos e técnicas pedagógicas que permitam a transposição dos conhecimentos para os diferentes níveis de ensino;

- ✓ ciência da imprescindibilidade de acompanhar achados científicos e avaliar a viabilidade de sua aplicação à escola de modo adaptado em consonância com as urgências dos aprendizes de língua materna;
- ✓ consciência científica de descrição da língua e da concepção variacionista como central para uma avaliação desinteressada e destituída de preconceitos, tanto no tocante à flexibilização das características da norma padrão, quanto no que se refere a exploração em sala das preferências linguísticas de normas de uso não prestigiadas.

Articulação do Perfil com as Necessidades Locais e Regionais

O curso de licenciatura em Letras / Português tem como uma de suas finalidades atuar em favor do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania, a partir de uma relação próxima e dialógica do curso e da Instituição com as realidades local e regional.

Desse modo, o curso deve proporcionar uma formação que possibilite ao indivíduo o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de seu contato com a realidade através da prática (PDI 2020 – 2024).

Nesse sentido, a prática profissional, a extensão curricularização das atividades de extensão, e o estágio supervisionado obrigatório são ações que, previstas no currículo, permitem ao aluno de licenciatura entrar em contato com a realidade socioeconômica cultural local e regional de forma crítica e dialógica, identificando suas possíveis demandas e propondo soluções a essas demandas.

De acordo com dados divulgados pelo INEP em setembro de 2022, há evidências do desinteresse de alunos pela formação docente. Além da alta taxa de evasão e do baixo crescimento da entrada de alunos, é muito preocupante o número estagnado ou reduzido de egressos em cursos específicos de formação de professores. Ocorre ainda um maior desinteresse nos cursos de licenciatura acentuado entre os mais jovens, o que pode, em breve, atenuar o déficit de professores e a relação numérica discente por docente. Ao comparar os anos de 2016 e 2021, o número de docentes na educação básica diminuiu, cenário que mostra um quadro de aumento de alunos por professor e, conseqüentemente, um aumento da faixa etária dos docentes. No Piauí, especificamente, o número de docentes reduziu mais de 8% nesse período, aumentando em 0,3% a relação entre alunos por

professor. Esse aumento só não foi maior, devido também à redução do número de matrículas.

Os dados do Censo Escolar, referentes à matrícula dos estudantes público-alvo da educação básica no ano de 2022 indicam crescimento em relação aos anos anteriores, em todos os níveis e modalidades de ensino regular. Em relação à formação dos professores, os dados informados no Censo Escolar pelas instituições de ensino da educação básica, indicam que dos 224 (duzentos e vinte e quatro) municípios do Estado do Piauí, apenas 57 (cinquenta e sete) possuem docentes com formação na área.

A oferta da licenciatura em Letras/Português, modalidade EAD, pelo IFPI tem a perspectiva de contribuir com a formação de docentes para o trabalho com os estudantes da educação básica.

2.4 ORGANIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DAS DISCIPLINAS

São princípios norteadores da organização curricular dos cursos de licenciatura do IFPI destinados à Formação de Professores para a Educação Básica:

- I. Reconhecimento de que a formação de professores exige um conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes, que estão inerentemente alicerçados na prática, a qual precisa ir muito além do momento de estágio obrigatório, devendo estar presente, desde o início do curso, tanto nos conteúdos educacionais e pedagógicos quanto nos específicos da área do conhecimento a ser ministrado;
- II. Atribuição de valor social à escola e à profissão docente de modo contínuo, consistente e coerente com todas as experiências de aprendizagem dos professores em formação;
- III. Integração entre a teoria e a prática, tanto no que se refere aos conhecimentos pedagógicos e didáticos, quanto aos conhecimentos específicos da área do conhecimento ou do componente curricular a ser ministrado;
- IV. Centralidade da prática por meio de estágios que enfoquem o planejamento, a regência e a avaliação de aula, sob a mentoria de professores ou coordenadores experientes da escola campo do estágio.
- V. Estabelecimento de parcerias formalizadas entre as escolas, as redes ou os sistemas de ensino e as instituições locais para o planejamento, a execução e a avaliação conjunta das atividades práticas previstas na formação do licenciando;
- VI. Aproveitamento dos tempos e espaços da prática nas áreas do conhecimento, nos componentes ou nos campos de experiência, para efetivar o compromisso com as metodologias inovadoras e os projetos interdisciplinares, flexibilização curricular, construção de itinerários formativos, projeto de vida dos estudantes, dentre outros;
- VII. Adoção de uma perspectiva intercultural de valorização da história, da cultura e das artes nacionais, bem como das contribuições das etnias que constituem a nacionalidade brasileira.

Os cursos de licenciatura do IFPI destinados à Formação de Professores para a Educação Básica e suas modalidades têm como fundamentos pedagógicos:

- I. O desenvolvimento de competência de leitura e produção de textos em Língua Portuguesa e domínio da norma culta;

- II. O compromisso com as metodologias inovadoras e com outras dinâmicas formativas, que propiciem ao futuro professor aprendizagens significativas e contextualizadas em uma abordagem didático-metodológica alinhada com a BNCC, visando ao desenvolvimento da autonomia, da capacidade de resolução de problemas, dos processos investigativos e criativos, do exercício do trabalho coletivo e interdisciplinar, da análise dos desafios da vida cotidiana e em sociedade e das possibilidades de suas soluções práticas;
- III. A conexão entre o ensino e a pesquisa com centralidade no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que ensinar requer, tanto dispor de conhecimentos e mobilizá-los para a ação, como compreender o processo de construção do conhecimento;
- IV. O emprego pedagógico das inovações e linguagens digitais como recurso para o desenvolvimento, pelos professores em formação, de competências sintonizadas com as previstas na BNCC e com o mundo contemporâneo;
- V. A avaliação como parte integrante do processo da formação, que possibilite o diagnóstico de lacunas e a aferição dos resultados alcançados, consideradas as competências a serem constituídas e a identificação das mudanças de percurso que se fizerem necessárias;
- VI. A apropriação de conhecimentos relativos à gestão educacional no que se refere ao trabalho cotidiano necessário à prática docente, às relações com os pares e à vida profissional no contexto escolar;
- VII. O reconhecimento da escola de Educação Básica como lugar privilegiado da formação inicial do professor, da sua prática e da sua pesquisa;
- VIII. O compromisso com a educação integral dos professores em formação, visando à constituição de conhecimentos, de competências, de habilidades, de valores e de formas de conduta que respeitem e valorizem a diversidade, os direitos humanos, a democracia e a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas; e
- IX. As decisões pedagógicas com base em evidências.

Atendendo os princípios norteadores e fundamentos pedagógicos descritos anteriormente, o Curso de Licenciatura em Letras/ Português do IFPI possui uma carga horária total de 3.300 (três mil e trezentas) horas, destinada à apreensão dos conhecimentos teóricos e práticos da docência, e de sua área específica de conhecimento, bem como às atividades de extensão curricularizadas. A carga horária mencionada está organizada em 8 (oito) módulos semestrais, cujos componentes curriculares independentemente da sua estruturação em parte teórica e prática, possuem carga horária múltipla de 20 (vinte) horas.

2.5 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Com a intenção de promover a interação transformadora entre instituições de ensino superior e outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa, a Resolução CNE/CES 7/2018 prevê em seu artigo 4º que as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos.

A referida normativa apresenta as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regimenta o que está disposto no Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014, para o decênio 2014-2024 que, em sua meta 12, estratégia 12.7, prevê assegurar a destinação de, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

O IFPI regulamentou internamente a matéria, por meio da Resolução Normativa 131/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 25 de abril de 2022, que estabelece as Diretrizes para a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

A extensão é um processo educativo e formativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre as instituições e a sociedade, levando em consideração a territorialidade. É entendida como prática acadêmica que interliga os Institutos Federais nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da população, como forma de consolidar a formação de um profissional cidadão e se credenciar junto à sociedade como espaço privilegiado de produção e difusão do conhecimento na busca da superação das desigualdades sociais.

No IFPI a extensão é concebida como uma práxis que possibilita o acesso aos saberes produzidos e às experiências acadêmicas, oportunizando, dessa forma, o usufruto direto e indireto desses saberes e experiências, por parte de diversos segmentos sociais, de modo a beneficiar a consolidação e o fortalecimento dos arranjos socioprodutivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural.

São objetivos da curricularização da extensão no âmbito do IFPI:

- I. Garantir o percentual mínimo de 10% (dez por cento) da carga horária obrigatória de todos os cursos de graduação em atividades curriculares de extensão;
- II. Incentivar o desenvolvimento de atividades curriculares de extensão nos demais cursos ofertados, ressignificando-os;
- III. Fomentar o desenvolvimento pessoal e profissional por meio do protagonismo dos estudantes;
- IV. Promover interação dialógica com a comunidade e os contextos locais, por meio dos cursos ofertados pela RFEPECT, ressignificando-os;
- V. Promover a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão;
- VI. Garantir, prioritariamente, a organicidade da curricularização da extensão, isto é, as atividades de extensão desenvolvidas nos componentes curriculares, como proposta prevista no PPC dos cursos de graduação do IFPI;
- VII. Ampliar os impactos social e acadêmico dos cursos de graduação;
- VIII. Buscar formação e atuação transdisciplinar e interprofissional; e
- IX. Garantir atividades de extensão de forma orgânica, permanente e articulada.

São modalidades de atividades de extensão curricularizadas:

- I. Programas;
- II. Projetos;
- III. Cursos e oficinas;
- IV. Eventos; e
- V. Prestação de serviços.

Não são consideradas atividades curriculares de extensão, para fins de creditação curricular:

- I. Estágios curriculares;
- II. Projeto integrador como componente curricular (quando constar no currículo);
- III. Aulas de campo, visitas técnicas, científicas ou culturais;
- IV. Atividades práticas do curso;
- V. Atividades complementares;
- VI. Iniciação científica;
- VII. Iniciação à docência;
- VIII. Monitorias e tutorias.

No IFPI a curricularização da extensão estará presente no currículo das Licenciaturas no formato de componentes curriculares específicos de extensão, de acordo com o definido na Resolução Normativa 131/2022 - CONSUP/IFPI, de 25 de abril de 2022, e na NOTA TÉCNICA 6/2022 - PROEN/REI/IFPI, de 9 de setembro de 2022, ou documentação vigente análoga mais recente. Os critérios de avaliação destes componentes curriculares são determinados pela Organização Didática vigente.

2.6 ATIVIDADES COMPLEMENTARES (AC)

As Atividades Complementares constituem experiências educativas que visam à ampliação do universo cultural dos alunos e ao desenvolvimento da sua capacidade de produzir significados e interpretações sobre as questões sociais, de modo a potencializar a qualidade da ação educativa.

São consideradas como Atividades Complementares as experiências adquiridas pelos alunos, durante o curso, em espaços educacionais diversos, nas diferentes tecnologias, no espaço da produção, no campo científico e no campo da vivência social. Tais atividades devem considerar sua diversidade, formas de aproveitamento alinhadas ao perfil do egresso e competências estabelecidas nas diretrizes nacionais.

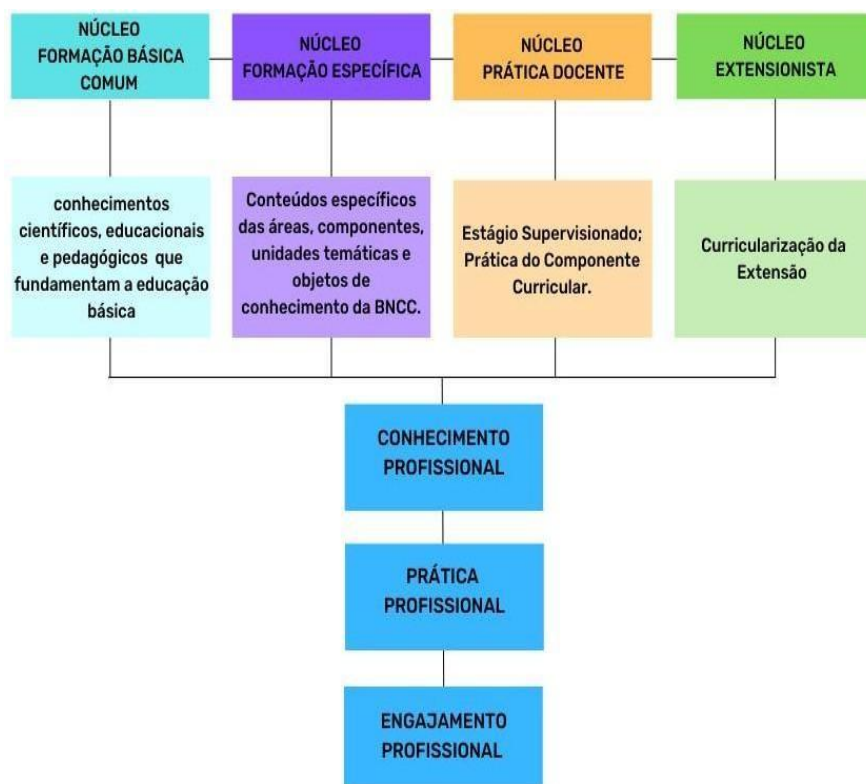
São exemplos de Atividades Complementares: projetos de pesquisa, monitoria, iniciação científica, projetos de extensão, módulos temáticos, seminários, simpósios, congressos, conferências e até disciplinas oferecidas por outras instituições de ensino, entre outras.

Nos cursos de Licenciatura do IFPI, a carga horária destinada às Atividades Complementares será de no máximo 100 (cem) horas e deverá ser cumprida pelos estudantes ao longo do percurso formativo. A validação, computação e registro das horas serão efetuados mediante comprovação por parte do aluno com base em certificados ou declarações, em conformidade com normativas específicas da instituição para esta finalidade. A documentação comprobatória será analisada pelo colegiado do curso.

2.7 ESTRUTURA E CONTEÚDOS CURRICULARES

A estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Letras/Português, em consonância com a Resolução Nº 2 do CNE/CP de 20 de dezembro de 2019, com a LDB nº 9.394/96 e com as DCN para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a educação básica e suas modalidades, está organizada em três dimensões fundamentais (conhecimento profissional, prática profissional e engajamento profissional) que comportam as componentes curriculares do curso. O desenho curricular do curso de Licenciatura em Letras/Português, aqui proposto, toma como base a legislação mencionada e integra seus componentes curriculares em 4 (quatro) núcleos, dispostos a seguir.

Figura 01 - Diagrama para a estrutura e organização curricular do Curso de Licenciatura em Letras/Português na modalidade EaD do IFPI.



Quadro 01 - Matriz Curricular do Curso de Licenciatura Letras/Português na modalidade EaD do IFPI por semestre.

	DISCIPLINA	CÓDIGO	CHT	CHP	CH	PRÉ-REQ
I	Educação aberta e a distância	BAS1	40	0	40	SP
I	Introdução à Linguística	ESP1	60	0	60	SP
I	Profissionalização Docente	BAS2	40	0	40	SP
I	Metodologia Científica	BAS3	40	0	40	SP
I	Leitura e Produção textual	ESP2	40	0	40	SP
I	Língua e Cultura Latina	ESP3	60	0	60	SP
I	Inglês Instrumental	ESP4	40	0	40	SP
I	Fundamentos e Metodologia de Extensão no Ensino Superior	EXT1	40	0	40	SP

Subtotal		-	360	0	360	-
II	História da Língua Portuguesa	ESP5	40	0	40	SP
II	Aquisição da Linguagem	ESP6	40	20	60	ESP1
II	Teoria e Crítica Literária	ESP7	40	20	60	SP
II	Fonética e Fonologia	ESP8	60	20	80	SP
II	Tecnologia na educação	BAS4	40	0	40	SP
II	Filosofia da Educação	BAS5	40	0	40	SP
II	Sociologia da Educação	BAS6	40	0	40	SP
II	Planejamento Extensionista	EXT2	40	0	40	EXT1
Subtotal		-	340	60	400	-
III	Leitura: teoria e prática	ESP9	40	20	60	SP
III	Linguística do Texto	ESP10	40	20	60	ESP1
III	Literatura Portuguesa	ESP11	40	0	40	SP
III	Morfologia da Língua Portuguesa	ESP12	60	0	60	SP
III	Linguagem e Neuro Linguística	ESP13	40		40	SP
III	Psicologia da Educação	BAS7	60	20	80	SP
III	Política e Organização da Educação Brasileira	BAS8	40	0	40	SP
III	Ciclo Extensionista 1-A	EXT3	60	0	60	EXT2
Subtotal		-	380	60	440	-

IV	Sintaxe da Língua Portuguesa	ESP14	60	0	60	SP
IV	Linguística Aplicada ao Ensino de Língua	ESP15	40	20	60	ESP1
IV	Literatura Brasileira I	ESP16	40	0	40	SP
IV	Literatura Piauiense	ESP17	40	20	60	SP
IV	Tecnologia Aplicadas ao Ensino	ESP18	40	0	40	SP
IV	Instrumentação/Metodologia para o Ensino de Língua e de Literatura	ESP19	60	20	80	SP
IV	Gestão e Organização Escolar	BAS9	40	20	60	BAS8
IV	Ciclo Extensionista 1-B	EXT4	60	0	60	EXT3
Subtotal		-	380	80	460	-
V	Letramento e Alfabetização	ESP20	60	20	80	SP
V	Sociolinguística	ESP21	40	20	60	SP
V	Literatura Brasileira II	ESP22	60	0	60	ESP18
V	Didática	BAS10	60	0	60	SP
V	Ciclo Extensionista 2-A	EXT5	60	0	60	EXT4
V	Estágio Supervisionado I	PRA1	0	100	100	SP
Subtotal		-	280	140	420	-
VI	Semântica, Pragmática e Ensino	ESP23	60	0	60	SP
VI	Literatura de autoria feminina	ESP24	40	0	40	SP
VI	Literatura Brasileira III	ESP25	60	0	60	ESP24
VI	Educação Especial	BAS11	60	20	80	SP
VI	Ciclo Extensionista 2-B	EXT6	60	0	60	EXT5
VI	Estágio Supervisionado II	PRA2	0	100	100	PRA1 + BAS9
Subtotal		-	280	120	400	-
VII	Oralidade, Letramento e Ensino	ESP26	60	20	80	SP
VII	Libras	BAS 12	60	20	80	SP
VII	Avaliação da Aprendizagem	BAS 13	40	20	60	BAS 6
VII	Trabalho de Conclusão de Curso I	ESP27	40	20	60	PRAT2
VII	Educação das Relações Étnico-raciais afrodiáspora	BAS14	40	0	40	SP

VII	Estágio Supervisionado III	PRA3	0	100	100	PRA2
Subtotal		-	240	180	420	-
VIII	Literatura Infanto-juvenil	ESP28	60	0	60	ESP18
VIII	Educação profissional e tecnológica	BAS15	40	0	40	SP
VIII	Educação de jovens e adultos	BAS16	40	20	60	SP
VIII	Trabalho de Conclusão de Curso II	ESP32	0	40	40	ESP30
VIII	Estágio Supervisionado IV	PRA4	0	100	100	PRA3
Subtotal		-	140	160	300	-
TOTAL			2400	800	3200	-
Atividades complementares		-	-		100	-
Total Geral		-	-	-	3300	-

Fonte: Comissão de elaboração do PPC

Quadro 2: Componentes Curriculares

EIXO	DIMENSÃO	COMPONENTE CURRICULAR		T	P	CT
		BAS1	Educação Aberta e a distância	40	0	40
		BAS2	Profissionalização docente	40	0	40
		BAS3	Metodologia Científica	40	0	40
		BAS4	Tecnologia da educação	40	0	40
		BAS5	Filosofia da Educação	40	0	40
		BAS6	Sociologia da Educação	40	0	40
		BAS7	Psicologia da Educação	60	20	80
		BAS8	Política e Organização da Educação Brasileira	40	0	40
		BAS9	Gestão e Organização Escolar	40	20	60
		BAS10	Didática	60	0	60
		BAS11	Educação Especial	60	20	80
		BAS12	Libras	60	20	80

		BAS13	Avaliação da Aprendizagem	40	20	60
		BAS14	Educação das Relações Étnico-raciais afrodiáspora	40	0	40
		BAS15	Educação profissional e tecnológica	40	0	40
		BAS16	Educação de jovens e adultos	40	20	60
				720		
Grupo II	Disciplinas específicas	ESP1	Introdução à Linguística	60	0	60
		ESP2	Leitura e Produção textual	40	0	40
		ESP3	Língua e Cultura Latina	60	0	60
		ESP4	Ingles Instrumental	40	0	40
		ESP5	História da Língua Portuguesa	40	0	40
		ESP6	Aquisição da Linguagem	40	20	40
		ESP7	Teoria e Crítica Literária	40	20	40
		ESP8	Fonética e Fonologia	60	20	60
		ESP9	Leitura: teoria e prática	40	20	40
		ESP10	Linguística do Texto	40	20	40
		ESP11	Literatura Portuguesa	40	0	40
		ESP12	Morfologia da Língua Portuguesa	60	0	60
		ESP13	Linguagem e Neurolinguística	40	20	60
		ESP14	Sintaxe da Língua Portuguesa	60	0	60
		ESP15	Linguística Aplicada ao Ensino de Língua	40	20	40
		ESP16	Literatura Brasileira I	40		60
		ESP17	Literatura Piauiense	40	20	60
		ESP18	Tecnologia Aplicadas ao Ensino	40	20	60
		ESP19	Instrumentação/Metodologia para o Ensino de Língua e de Literatura	60	20	80

		ESP20	Letramento e Alfabetização	60	20	80
		ESP21	Sociolinguística	40	20	60
		ESP22	Literatura Brasileira II	60	0	60
		ESP23	Semântica, Pragmática e Ensino	60	0	60
		ESP24	Literatura de autoria feminina	40	0	40
		ESP25	Literatura Brasileira III	60	0	60
		ESP26	Oralidade, Letramento e Ensino	60	20	60
		ESP27	Trabalho de Conclusão de Curso I	40	20	40
		ESP28	Literatura Infanto-juvenil	60	0	60
			SUBTOTAL	1360	400	
Grupo III	Prática Pedagógica	PRAT1	Estágio Supervisionado I	100		
		PRAT2	Estágio Supervisionado II	100		
		PRAT3	Estágio Supervisionado II	100		
		PRAT4	Estágio Supervisionado IV	100		
		PCC	Temas diversos	400		
			SUBTOTAL	800		
Grupo IV	Curricularização da Extensão	EXT1	Fundamentos e Metodologia de Extensão no Ensino superior	40		
		EXT2	Planejamento Extensionista	40		
		EXT3	Ciclo Extensionista 1-A	60		
		EXT4	Ciclo Extensionista 1-B	60		
		EXT5	Ciclo Extensionista 2-A	60		
		EXT6	Ciclo Extensionista 2-B	60		
			SUB TOTAL	320		

Fonte: Comissão de elaboração do PPC

No Núcleo da Formação Básica Comum, são tratadas as seguintes temáticas:

I. Currículos e seus marcos legais

a) LDB, devendo ser destacado o art. 26-A;

b) Diretrizes Curriculares Nacionais;

c) BNCC: introdução, fundamentos e estrutura;

d) currículos estaduais, municipais e/ou da escola em que trabalha.

II. Didática e seus fundamentos:

a) compreensão da natureza do conhecimento e reconhecimento da importância de sua contextualização na realidade da escola e dos estudantes;

b) visão ampla do processo formativo e socioemocional como relevante para o desenvolvimento, nos estudantes, das competências e habilidades para sua vida;

c) manejo dos ritmos, espaços e tempos para dinamizar o trabalho de sala de aula e motivar os estudantes;

d) elaboração e aplicação dos procedimentos de avaliação de forma que subsidiem e garantam efetivamente os processos progressivos de aprendizagem e de recuperação contínua dos estudantes;

e) realização de trabalho e projetos que favoreçam as atividades de aprendizagem colaborativa;

f) e compreensão básica dos fenômenos digitais e do pensamento computacional, bem como de suas implicações nos processos de ensino-aprendizagem na contemporaneidade.

III. Metodologias, práticas de ensino ou didáticas específicas dos conteúdos a serem ensinados, devendo ser considerado o desenvolvimento dos estudantes, que possibilitem o domínio pedagógico do conteúdo, bem como a gestão e o planejamento do processo de ensino e de aprendizagem;

IV. Gestão escolar com especial ênfase nas questões relativas ao projeto pedagógico da escola, ao regimento escolar, aos planos de trabalho anual, aos colegiados, aos auxiliares da escola e às famílias dos estudantes;

V. Marcos legais, conhecimentos e conceitos básicos da educação especial, das propostas e projetos para o atendimento dos estudantes com deficiência e necessidades especiais;

VI. Interpretação e utilização, na prática docente, dos indicadores e das informações presentes nas avaliações do desempenho escolar, realizadas pelo MEC e pelas secretarias de educação;

VII. Desenvolvimento acadêmico e profissional próprio, por meio do comprometimento com a escola e participação em processos formativos de melhoria das relações interpessoais para o aperfeiçoamento integral de todos os envolvidos no trabalho escolar;

VIII. Conhecimento da cultura da escola, o que pode facilitar a mediação dos conflitos;

IX. Compreensão dos fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos; das ideias e das práticas pedagógicas; da concepção da escola como instituição e de seu papel na sociedade; e da concepção do papel social do professor;

X. Conhecimento das grandes vertentes teóricas que explicam os processos de desenvolvimento e de aprendizagem para melhor compreender as dimensões cognitivas, sociais, afetivas e físicas, suas implicações na vida das crianças e adolescentes e de suas interações com seu meio sociocultural;

XI. Conhecimento sobre como as pessoas aprendem, compreensão e aplicação desse conhecimento para melhorar a prática docente;

XII. Entendimento sobre o sistema educacional brasileiro, sua evolução histórica e suas políticas, para fundamentar a análise da educação escolar no país, bem como possibilitar ao futuro professor compreender o contexto no qual exercerá sua prática;

XIII. Compreensão dos contextos socioculturais dos estudantes e dos seus territórios educativos.

O núcleo de formação específica destinado à aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos. O núcleo de formação específica contempla ainda as seguintes temáticas:

I. Compreensão do conhecimento pedagógico do conteúdo proposto para o curso e da vivência dos estudantes com esse conteúdo;

II. Vivência, aprendizagem e utilização da linguagem digital em situações de ensino

e de aprendizagem na educação especial inclusiva;

III. Resolução de problemas, engajamento em processos investigativos de aprendizagem, atividades de mediação e intervenção na realidade, realização de projetos e trabalhos coletivos, e adoção de outras estratégias que propiciem o contato prático com o mundo da educação e da escola;

IV. Articulação entre as atividades práticas realizadas na escola e na sala de aula com as que serão efetivadas durante o estágio supervisionado;

V. Vivência e aprendizagem de metodologias e estratégias que desenvolvam, nos estudantes, a criatividade e a inovação, devendo ser considerada a diversidade como recurso enriquecedor da aprendizagem;

VI. Alfabetização, domínio de seus fundamentos e domínio pedagógico dos processos e das aprendizagens envolvidas, com centralidade nos resultados quanto à fluência em leitura, à compreensão de textos e à produção de escrita das crianças, dos jovens e dos adultos;

VII. Articulação entre os conteúdos das áreas e os componentes da bnc-formação com os fundamentos políticos referentes à equidade, à igualdade e à compreensão do compromisso do professor com o conteúdo a ser aprendido;

VIII. Engajamento com sua formação e seu desenvolvimento profissional, participação e comprometimento com a escola, com as relações interpessoais, sociais e emocionais.

O Núcleo de Prática Pedagógica possui carga horária de 800 (oitocentas) horas destinadas exclusivamente à prática pedagógica docente. Essa carga horária está intrinsecamente articulada, desde o primeiro ano do curso, através da prática prevista nos componentes curriculares e do estágio supervisionado, ocorrendo ao longo do processo formativo e durante toda a duração do curso, desde o início até sua integralização.

A carga horária do Núcleo de Prática Pedagógica está dividida da seguinte forma: 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola; e 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Núcleos de Formação Básica Comum e Formação Específica, distribuídos ao longo do curso, desde o seu início, conforme previsto nos programas de disciplina.

O processo instaurador do estágio supervisionado deve ser efetivado mediante o prévio ajuste formal entre o IFPI e a instituição associada ou conveniada, com preferência para as escolas e as instituições públicas, nos termos das normativas internas e externas

que regulamentam a matéria. A carga horária do estágio supervisionado é dividida em quatro componentes curriculares de 100 (cem) horas cada, dispostas de acordo com a Resolução Normativa 93/2021 CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 18 de novembro de 2021, ou sua substitutiva.

O quantitativo de horas destinado para a realização da prática pedagógica do componente curricular deve adicionado à carga horária do componente curricular, no campo “carga horária prática” do respectivo programa de disciplina. De acordo com a Nota Técnica nº 4/2022 PROEN/REI/IFPI, de 15 de julho de 2022, das 400 (quatrocentas) horas do Núcleo de Prática Pedagógica, 80 horas são obrigatoriamente destinadas para os componentes curriculares de instrumentação para o ensino fundamental (40 horas), e Instrumentação para o Ensino Médio (40 horas) na área específica do curso, de modo a proporcionar experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Todas as vivências e aprendizagens da prática pedagógica do componente curricular devem ser registradas no portfólio do estudante, o que permite que o estudante vivencie reflexivamente o seu próprio percurso formativo.

O Núcleo de Prática Extensionista possui carga horária de 320 (trezentas e vinte) horas que são destinadas às atividades de extensão curricularizadas, em conformidade com a Resolução Normativa nº 131 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 25 de abril de 2022, em atendimento ao disposto na meta 12.7 do Plano Nacional de Educação, Lei 13.005/2014, que determina que o mínimo de 10% (dez por cento) da carga horária curricular obrigatória dos cursos de graduação deve ser integralizado por meio de atividades de extensão. Essa carga horária consta no currículo no formato de componentes curriculares específicos de extensão e contemplam temas relacionados à fundamentação, planejamento e execução de projetos e/ou programas de extensão.

Os conteúdos curriculares (ementas) e as bibliografias (básica e complementar) de cada componente estão descritos no Anexo I deste documento.

2.8 METODOLOGIA

Para o cumprimento dos itens que compõem o perfil do profissional que a Instituição deseja formar são observados os preceitos legais sobre a formação docente e são levadas em consideração as características específicas dos discentes, seus interesses, condições de vida e de trabalho, além de observar os seus conhecimentos prévios,

orientando-os na (re)construção dos conhecimentos escolares, bem como na especificidade do curso. Em razão disso, faz-se necessária a adoção de procedimentos didático-pedagógicos que possam auxiliá-los nas suas construções intelectuais e procedimentais.

De acordo com o PDI do IFPI, os princípios fundamentais que orientam as atividades pedagógicas dos cursos de licenciatura no âmbito do IFPI são:

- indissociabilidade: desenvolvimento de atividades de ensino, de extensão e de pesquisa integradas às atividades formais pertinentes ao conteúdo curricular. Isso significa que toda atividade de extensão e de pesquisa deve ser desenvolvida como parte das atividades curriculares previstas nos cursos, tendo sua carga horária e avaliação computadas nos componentes curriculares envolvidos;
- interdisciplinaridade: integração de conteúdos no desenvolvimento de estudo de um determinado tema ou eixo conceitual, tendo sua carga horária e avaliação computadas nos componentes curriculares envolvidos;
- formação integrada à realidade social: aliada à sólida formação teórica. O IFPI se obriga à formação do cidadão, integrando os conteúdos à realidade social vigente, ressaltando as políticas de inclusão, a igualdade de acesso e o respeito às diferenças econômico-sociais e àqueles referentes às pessoas com deficiência (PCD), tomando essas diferenças como parte das características que dão unidade a seu trabalho;
- articulação teoria-prática: superação da dicotomia teoria prática, realizada, prioritariamente, nas atividades curriculares e de extensão.

A partir desses princípios, cabe ao professor decidir sobre os procedimentos didático- metodológicos mais adequados a serem adotados em sua prática docente, na perspectiva de atender à proposta pedagógica do curso, buscando a eficácia do processo ensino aprendizagem e tendo clareza sobre a importância e viabilidade destes recursos como exemplos a serem seguidos pelos futuros professores.

Os componentes curriculares do curso de Licenciatura em Letras/Português são construídos de forma a articular o desenvolvimento da formação do licenciado através da união de áreas específicas do conhecimento com uma sólida formação na área pedagógica e também uma grande participação em sala de aula, propiciando assim que o futuro professor esteja preparado para exercer a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio em que a ação educativa se faça necessária.

A presença de componentes curriculares da base comum que compreende os

conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da Base Nacional Curricular Comum-BNCC, asseguram que a formação do Licenciado em Letras Português do Instituto Federal do Piauí aconteça de forma a articular os diferentes saberes necessários à formação por meio das práticas pedagógicas.

Neste sentido, a Prática Pedagógica deve estar intrinsecamente articulada, desde o primeiro ano do curso, com os estudos e com a prática previsto no componentes curriculares. As ementas destas disciplinas, assim como a sequência conceitual adotada, permitem além da articulação e a interlocução entre as disciplinas dos diferentes núcleos, a interdisciplinaridade.

O desenvolvimento das práticas se dará por meio da articulação dos temas afins das disciplinas do módulo e uma abordagem com ênfase na educação inclusiva a ser trabalhada através de diferentes estratégias didáticas que viabilizem o desenvolvimento de competências e habilidades teórico-práticas. As estratégias a serem desenvolvidas envolvem a participação em pesquisas educacionais e de realidades locais, elaboração de material didático, intervenções diretas com os alunos, famílias e professores. Entre outras A definição dessas atividades é efetuada conjuntamente por estudantes e professores dos diversos componentes curriculares, a partir de sugestões das partes envolvidas. As reflexões acerca da educação inclusiva, acessibilidade, dificuldades de aprendizagem, necessidades educacionais específicas, tecnologia assistiva, direitos humanos, entre outras, poderão perpassar em todos os módulos, reforçando a conscientização e formação para a valorização das diferenças.

A estrutura de tutoria, bem como as relações numéricas tutor/estudante, número de professores/hora disponíveis para o desenvolvimento da aprendizagem obedecerão aos critérios de suficiência e adequação, de acordo com o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do MEC e com a legislação da UAB/CAPES.

Estão previstas as atividades presenciais abaixo listadas, que poderão ser acrescidas de outras que se façam necessárias, de acordo com as características de cada componente curricular: (a) apresentação das ferramentas de informática com as quais os professores e estudantes irão interagir e trabalhar no decorrer do Curso; (b) encontros presenciais a serem realizadas no decorrer dos semestres do Curso, no mínimo (2) a cada mês por disciplina. Haverá, no mínimo, um (1) encontro presencial para fins avaliativos, para cada uma das disciplinas seguindo a orientação do Decreto nº 9.057/2017:

Art. 4º As atividades presenciais, como tutorias, avaliações, estágios, práticas profissionais e de laboratório e defesa de trabalhos, previstas nos projetos pedagógicos ou de desenvolvimento da instituição de ensino e do curso, serão realizadas na sede da instituição de ensino, nos polos de educação a distância ou em ambiente profissional, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais. Os momentos presenciais serão acompanhados preferencialmente pelo tutor presencial do respectivo curso sem a obrigatoriedade da presença física do professor da disciplina (BRASIL, 2017).

Com relação à acessibilidade de pessoas com necessidades especiais, em cumprimento aos Decretos nº 5.296/04 e nº 5.626/05, complementados pelas normas da ABNT que propõem o acesso e permanência dos alunos com deficiência na graduação e pós-graduação, este Curso, juntamente com a Coordenação do Polo e a Coordenação UAB/IFPI viabilizará:

- Acessibilidade à comunicação de alunos com deficiência nas atividades acadêmicas;
- Equipamentos e materiais didáticos específicos aos alunos com deficiência;
- Adaptação de mobiliários e ambientes físicos da instituição;
- Capacitação de professores e técnicos para atuarem com alunos deficientes;
- Curso de LIBRAS ao pessoal especializado que atuará com os alunos surdos; - tradutor intérprete de LIBRAS para alunos surdos;
- Outras providências que se fizerem necessárias aos alunos com deficiências.

2.9 AMBIENTE VIRTUAL DE ENSINO-APRENDIZAGEM – (PLATAFORMA MOODLE)

O curso será desenvolvido na modalidade a distância com encontros e atividades presenciais seguindo as exigências do Decreto nº 9.057/2017. Atendendo à indicação do MEC, o IFPI recomenda a utilização de software livre para os cursos a distância. Contará com uma equipe multidisciplinar para desenvolver os serviços básicos de produção, editoração, publicação de materiais impressos; produção e disponibilização de materiais online; transmissão de videoconferências, docência, tutoria, secretaria, coordenação de polos, gestão de infraestrutura física e de ambiente on-line. A organização desta equipe atende aos padrões básicos definidos pela instituição.

O curso será disponibilizado em um Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem

(Plataforma Moodle) que permita a associação de uma variada gama de ferramentas (recursos educacionais e atividades de estudo), baseada na construção social do conhecimento, mediado pelas interações em rede.

A organização didático-metodológica será elaborada pelo docente, em consonância com as premissas deste PPC e de acordo com os objetivos de cada disciplina, frente às necessidades do grupo de estudantes.

O Curso trabalhará com as possibilidades oferecidas pela comunicação síncrona e assíncrona. A comunicação assíncrona se refere à interação que ocorrerá entre os alunos e entre os alunos e professores, mediado por um AVEA (Plataforma Moodle) e de forma temporal diferente. Neste tipo de comunicação existe a vantagem da elasticidade temporal, uma vez que, o aluno pode gerir o seu tempo, desde que seja respeitado o cronograma do curso. Essa interação pode se utilizar de recursos como correio eletrônico, fórum, dentre outros, que permitam a interação em momentos diferentes.

A comunicação síncrona refere-se à interação em tempo real, ou seja, a comunicação entre os alunos, e entre alunos e professor é realizada através da utilização de recursos tecnológicos síncronos, tais como os bate-papos, a videoconferência ou webconferência, os quais ocorrem em um mesmo tempo temporal a ser previamente disposto no Plano de Disciplina.

Assim, haverá no Curso de Licenciatura em Letras/ Português, modalidade EaD, a utilização conjunta destas duas formas de comunicação e que será disponibilizada em ambiente virtual (Plataforma Moodle) permitindo aos alunos, professores e tutores: comentar as aulas, discutir temas relacionados às disciplinas em andamento nos fóruns, enviar sua atividade ao professor, compartilhar trabalhos e experiências realizadas pela turma, acessar ementas e material do curso em um único espaço.

Poderão ainda ser previstos no curso mecanismos de colaboração e aprendizagem em grupo como fóruns especializados por área do conhecimento.

Para a produção das vídeoaulas e videoconferências o curso poderá contar com a estrutura dos estúdios de TV já existentes nos *campi* do IFPI, bem como o apoio dos Polos UAB.

Nesse contexto, o AVEA a ser utilizado deve oferecer oportunidades de interação síncronas e assíncronas, cabendo ao docente organizar didático-metodologicamente as unidades temáticas do programa da disciplina. Para um melhor aproveitamento das metodologias de EaD, explicita-se as mídias que serão produzidas/reproduzidas no material didático, considerando as diferentes especificidades

tecnológicas propostas pelos Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância (BRASIL, 2007), bem como os princípios orientadores sobre as questões de acessibilidade para a web no Brasil, disponíveis em <<http://www.acessobrasil.org.br/index.php?itemid=44>>. Além disso, explicitamos que toda a produção de material didático do curso será disponibilizada nas bibliotecas dos polos de EaD onde o curso será ofertado, sob a forma de mídia ou impresso (em casos específicos), bem como em repositórios de Recursos Educacionais Abertos.

O Material Didático, tanto do ponto de vista da abordagem do conteúdo, quanto da forma, deve estar concebido de acordo com os princípios epistemológicos, metodológicos e políticos explicitados no PPC e na BNC- Formação- Base Nacional Comum para a Formação de Professores da Educação Básica, de modo a facilitar a construção do conhecimento e mediar a interlocução entre estudante e professor, devendo passar por rigoroso processo de avaliação prévia (pré-testagem), com o objetivo de identificar necessidades de ajustes, visando ao seu aperfeiçoamento. O material didático deve desenvolver habilidades e competências específicas, recorrendo a um conjunto de mídias compatíveis com a proposta e com o contexto socioeconômico do público-alvo.

As tecnologias de informação e comunicação (TIC) permitirão que o público alvo tenha acesso às linguagens e mídias compatíveis com o projeto e com o contexto socioeconômico dos mesmos. No AVEA a ser utilizado deve contar as seguintes ferramentas e recursos: fórum de discussão, portfólio, chat ou bate-papo, biblioteca, agenda, dentre outros, que permitam a interação entre todo o grupo envolvido.

ATIVIDADES DE ESTUDO NO AVEA :

São elas:

Fórum de Discussão: esta ferramenta propiciará a interatividade entre educando, tutores e professores, oferecendo maiores condições aos participantes para se conhecerem, trocarem experiências e debaterem temas pertinentes. Nesse espaço, os educandos poderão elaborar e expor suas ideias e opiniões, possibilitando as intervenções dos professores e dos próprios colegas, com o intuito de instigar a reflexão e aprimoramento do trabalho em desenvolvimento, visando à formalização de

conceitos, bem como a construção do conhecimento.

Blog (diário): poderá ser utilizado individualmente ou em grupo, propiciando um espaço importante para a socialização das atividades ou projetos desenvolvidos ao longo do processo de formação. Assim, a aprendizagem estará centrada na possibilidade do educando poder receber o feedback sobre aquilo que está produzindo e/ou construindo.

Chat ou Bate-Papo: possibilitará oportunidades de interação em tempo real entre os participantes, tornando-se criativo e construído coletivamente, podendo gerar ideias e temas para serem estudados e aprofundados. No decorrer do Curso, pretende-se realizar reuniões virtuais, por meio desta ferramenta, com o intuito de diagnosticar as dificuldades e inquietações durante o desenvolvimento das atividades. Nesse sentido, além de esclarecer as dúvidas sincronicamente, caberá aos professores levar aos acadêmicos as diferentes formas de reflexão, contribuindo para a prática pedagógica do educando.

Biblioteca: local onde estarão disponíveis bibliografias, textos complementares, periódicos disponibilizados pelo IFPI, artigos e atividades, além de indicações de sites que tratam das diferentes temáticas abordadas pelas disciplinas ofertadas no Curso.

Agenda: todas as atividades propostas serão disponibilizadas nesta seção do ambiente. Esse recurso contribui para que o educando possa se manter envolvido com as atividades que serão realizadas durante todo o processo de formação. Dessa forma, será possível a realização das atividades em momentos agendados ou de livre escolha dos participantes. Nos momentos agendados, todos os participantes estarão trabalhando virtualmente em dias e horários pré-estabelecidos. Nos momentos de livre escolha os participantes organizarão o desenvolvimento das atividades de acordo com suas possibilidades. Os professores e tutores deverão acompanhar o desenvolvimento das atividades, disponibilizando as orientações necessárias e oferecendo apoio aos participantes. O uso do AVEA poderá ser complementado por atividades/encontros presenciais em laboratórios e nos demais polos nos quais o Curso ocorrer, de acordo com a organização e planejamento do professor do componente curricular. A comunicação entre educandos, tutores e professores ocorrerá especialmente por meio do AVEA, como explicitado anteriormente. Tendo em vista que o IFPI dispõe de estúdios de TV, as ferramentas de videoconferência dos Polos também poderão ser utilizadas, explorando todo o seu potencial. Nessas estão incluídas as possibilidades de transmissão e/ou

gravação de aulas e conferências por professores do corpo docente e de convidados especiais; de realização de reuniões síncronas a distância entre os tutores e estudantes, entre tutores e professores e entre os estudantes; bem como de interação entre os polos para troca de experiências.

Laboratório virtual de prática de ensino: Neste tópico serão desenvolvidas atividades que contemplem o desenvolvimento da técnica e transposição didática. A elaboração das vídeoaulas pelos alunos ocorrerá na disciplina de Tecnologias na Educação, as quais serão incorporados sucessivamente a um acervo contínuo e individual em que se consiga aferir o crescimento da habilidade e da técnica ao longo do desenvolvimento do curso.

2.10 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Em consonância com a concepção de avaliação preconizada na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei no 9394/96, a avaliação da aprendizagem no Curso de Licenciatura em Letras/ Português possui um caráter formativo, contínuo e cumulativo.

Nessa perspectiva, a Organização Didática do IFPI, definida pela Resolução 143/2022 CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI de 25 de agosto de 2022, em seus artigos 57, 58 e 59, dispõe que no processo avaliativo devem prevalecer os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, bem como o desempenho do aluno ao longo do período sobre os resultados de testes finais. No mesmo trecho determina que, além da verificação da acumulação de conhecimentos, o processo avaliativo visa também diagnosticar, orientar e reorientar a aquisição e o desenvolvimento de habilidades e atitudes pelos alunos, bem como a ressignificação do trabalho pedagógico.

Portanto, a sistemática de avaliação da aprendizagem adotada pelo IFPI considera as três funções da avaliação: diagnóstica, formativa e somativa. Nesse sentido, a avaliação da aprendizagem acontecerá de forma dinâmica e processual e, para isso, deverão ser utilizadas atividades e instrumentos diversificados, tais como: observações contínuas e sistemáticas, trabalhos individuais e em grupos, elaboração e desenvolvimento de projetos de pesquisa e de intervenção na realidade escolar, seminários, provas escritas, relatórios, dentre outros.

A função somativa da avaliação, relacionada à definição de notas e conceitos está descrita no Capítulo XII, seção VII da referida Organização Didática. Em caso de atualização na Organização Didática deve ser considerado o documento mais recente em vigor.

2.11. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

- Concepção, objetivos e carga horária

O estágio supervisionado é o momento de integração entre teoria e prática durante o curso de formação de professor, além de ser um componente obrigatório da organização curricular das Licenciaturas, conforme artigo 61 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei no. 9.394/96, atualizado pela Lei no. 12.014/09. A legislação brasileira vigente que caracteriza e define o estágio curricular é pautada na Lei nº 11.788/08, regulamentado pela Resolução No 093/2021 CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 18 de novembro de 2021.

No estágio, o professor construirá suas competências e identidade profissional a partir das relações entre sua pessoa e profissão, relacionando prática-teoria-prática para desenvolver autonomia, responsabilidade, decisão, e refletir a prática docente mediante a vivência de situações didáticas de observação-reflexão-ação.

O estágio supervisionado tem por objetivo propiciar aos discentes a complementação do processo de ensino-aprendizagem, em termos de atividades práticas, aperfeiçoamentos educacionais, artísticos, culturais, científicos e de relacionamento humano em diferentes campos de intervenção, orientadas, acompanhadas e supervisionadas pelos profissionais responsáveis pelo estágio. O estágio é uma etapa obrigatória dos cursos de Formação de Professores de acordo com as Resoluções CNE/CP nº 02/2019, de 20 de dezembro de 2019.

A prática docente, por meio do Estágio Supervisionado Obrigatório, acontece a partir da metade do curso, e constitui-se de 400 horas desenvolvidas através de componentes curriculares específicos, abrangendo os processos de observação, regência e socialização das experiências.

- Estrutura e funcionamento do estágio

O Estágio Supervisionado Obrigatório nos cursos de Licenciatura do IFPI ocorre em contexto escolar, espaços de formação ou instituições de Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, e suas modalidades, desde que as atividades desenvolvidas estejam articuladas às ementas de cada etapa do estágio. No curso de Educação Especial - Licenciatura, o Estágio poderá ser desenvolvido em todas as etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e do Ensino Médio),

Nessa perspectiva as atividades referentes ao estágio são devidamente orientadas, acompanhadas e supervisionadas pelos seguintes profissionais: Professor Orientador do IFPI, responsável pelo componente curricular de estágio - Área específica ou pedagógica; Professor Supervisor do IFPI - Área específica e/ou pedagógica e Professor Titular da Escola Campo, em conformidade com o artigo 5º da referida resolução.

As atividades de estágio se caracterizam pelas situações efetivas do processo de ensino-aprendizagem nas áreas onde ocorrem a oferta nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio de acordo com cada etapa.

O Estágio Supervisionado Obrigatório está organizado conforme a matriz curricular para o curso de licenciatura da seguinte forma:

- Estágio Supervisionado I– 100 horas - 5º semestre;
- Estágio Supervisionado II – 100 horas – 6º semestre;
- Estágio Supervisionado III – 100 horas – 7º semestre
- Estágio Supervisionado IV – 100 horas – 8º semestre

O Estágio Supervisionado Obrigatório requer, no mínimo:

- I. Um discente regularmente matriculado no curso de Licenciatura do Campus e com frequência efetiva;
- II. Diretoria de Extensão ou Coordenação de Extensão e Serviço de Integração Empresa-Escola (SIE-E);
- III. Um professor do componente curricular de estágio supervisionado pertencente ao quadro de docentes do Campus, licenciado, ou com formação ou complementação pedagógica, ou pós-graduação;
- IV. Uma unidade concedente, onde o estágio supervisionado obrigatório será realizado, denominada Escola Campo de Estágio;
- V. Um professor regente da escola campo de estágio, com formação na área de conhecimento ou área afim do curso do estagiário;
- VI. Celebração de termo de compromisso entre o discente, escola campo de estágio e o IFPI;
- VII. Compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

É válido ressaltar que, ao final de cada componente curricular, ocorre socialização das práticas pedagógicas e das vivências no estágio supervisionado.

- Avaliação do estágio supervisionado

O desenvolvimento do Estágio Supervisionado deverá se basear no seguinte direcionamento metodológico:

- I. Conhecimento do contexto escolar;
- II. Reflexão sobre a realidade escolar;
- III. Planejamento;
- IV. Coparticipação;
- V. Regência de sala de aula;
- VI. Socialização;
- VII. Avaliação.

O acompanhamento de estágio será realizado pelos Professores Supervisores/Orientadores de Estágio através de:

- Reuniões periódicas com professor titular da escola campo de estágio e estagiário durante o período de estágio;
- Avaliação coerente dos partícipes do Estágio Supervisionado que deverá ocorrer, no mínimo, em 02 (duas) aulas durante a regência, com a presença do professor supervisor na escola campo.
- Análise de relatos e outros registros parciais elaborados pelo estagiário.

A avaliação do estágio supervisionado assumirá caráter formativo durante o seu desenvolvimento e ao seu final. Para analisar o desempenho do discente estagiário será feita de forma coletiva uma socialização da experiência do estágio, levando-se em conta os seguintes itens:

- a) Ficha de Avaliação do Estágio Curricular Supervisionado assinada pelos professores envolvidos no processo formativo;
- b) Avaliação dos Instrumentais entregues pelo discente/estagiário: Diário de Bordo, Relato de Experiência, Relatório Reflexivo e Memorial de Formação.

O instrumento de avaliação de formação profissional de cada etapa do Estágio Curricular Supervisionado será avaliado pelo: Professor Orientador com base nos seguintes aspectos:

- a) relevância acadêmico-científica na produção e apresentação, conforme normas estabelecidas no Manual de Estágio e na ABNT;
- b) capacidade criativa e inovadora demonstrada nas atividades desenvolvidas durante o estágio, e descritas no instrumento de avaliação de formação profissional de cada

etapa.

A expedição do diploma de conclusão do curso está condicionada:

- a) ao reconhecimento do estágio realizado pela Coordenação de Estágio e\ou Coordenação de Extensão;
- b) a apresentação pelo discente/estagiário e aprovação pelo professor orientador do instrumento de avaliação de formação profissional de cada etapa do estágio supervisionado.

2.12. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O Estágio Supervisionado é precedido da celebração do Termo de Compromisso firmado entre o IFPI, o discente/estagiário e a Parte Concedente (Escola Campo de Estágio); do Termo de Convênio de Estágio, quando necessário, e demais documentos pertinentes, listados a seguir: Carta de Apresentação, Termo de Aceite, Termo de Compromisso e Fichade Supervisão de Estágio.

O estágio acontece em contexto escolar, espaços de formação ou instituições vinculadas à esfera de ensino (escolas públicas e privadas que oferecem curso de educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e do Ensino Médio), incluindo as escolas que atendem às diversas modalidades. A parceria entre a IES e a escola campo para a realização de estágio dar-se-á mediante convênio entre as partes.

Das instituições vinculadas à esfera do ensino e outros espaços de formação e de suas atribuições, conforme a RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 93/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2021, descreve os espaços de estágio, conforme abaixo:

Art. 16. Constituem-se Escolas Campo de Estágio, espaços de formação ou instituições vinculadas à esfera do ensino de Educação Básica, preferencialmente públicas, de ensino regular na educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e do Ensino Médio), , nasdiversas modalidades.

§ 1º O estágio supervisionado obrigatório pode ser executado, esporadicamente, também em estabelecimentos da rede privada que, de fato, permitam a formação docente/profissional, ou seja, que autorizem o estudante ao exercício do magistério e

atuação nas diversas modalidades.

§ 2º O Estágio Supervisionado poderá ser realizado no próprio Instituto Federal do Piauí (IFPI), desde que o desenvolvimento das atividades permita ampliar os conhecimentos teórico-práticos dos discentes, considerando as especificidades da área de formação e a tramitação institucional.

3º O estágio supervisionado pode ser realizado em espaços não formais, tais como: associações, sindicatos, ONGs, instituições religiosas, instituições filantrópicas, entre outras, que desenvolvam atividades que contribuam para a formação docente/profissional, ou seja, que preparem o estudante ao exercício do magistério e atuação nas diversas modalidades.

O Estágio Supervisionado poderá ser desenvolvido em forma de Projeto de Ensino ou de Intervenção, atividades de extensão (exceto atividades curriculares de extensão, nos moldes da Resolução Normativa Nº 131/2022), em programas de Residência Pedagógica, de monitorias e de iniciação científica desde que atenda aos objetivos dos componentes curriculares do Estágio Supervisionado I e II com critérios a serem definidos pelo Colegiado do Curso.

Ainda de acordo com a Resolução 093/2021, o Estágio Supervisionado Obrigatório poderá também ser desenvolvido, parcialmente, em instituições de ensino superior de outros estados ou países, caso o aluno esteja participando de algum programa de mobilidade acadêmica que preveja período de estágio. Nesse caso, deve contemplar atividades articuladas às ementas de cada etapa do Estágio.

As normas apresentadas vêm ao encontro das necessidades relacionadas à Formação Docente, com base nos conhecimentos teórico-práticos adquiridos durante o percurso formativo do licenciando.

2.13. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA

O Estágio Supervisionado é um importante componente curricular que permite aos licenciandos uma interlocução entre teorias estudadas e refletidas no percurso de formação com a prática nas escolas campo de estágio. O Estágio Supervisionado, nos cursos de Licenciatura do IFPI, é um ato educativo escolar, realizado em colaboração com o sistema formal de ensino, avaliado conjuntamente pela instituição formadora, IFPI, e a escola campo de estágio. As atividades de estágio se caracterizam pelas situações efetivas do processo ensino-aprendizagem nas áreas onde ocorre a oferta nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio de acordo com cada etapa.

O Estágio Supervisionado deverá ser uma atividade intrinsecamente articulada com a prática e com as atividades de trabalho acadêmico, colaborando para a formação da identidade do professor como educador e para o desenvolvimento de competências exigidas na prática profissional, especialmente quanto ao planejamento, organização, execução e avaliação do aprendizado.

As finalidades do Estágio Supervisionado preveem a complementação do processo ensino-aprendizagem instituído no decorrer do curso através de atividades práticas em diferentes campos, vivenciar situações concretas, estabelecer relações entre teoria-prática, aprimoramento da prática profissional, efetivar decisões para melhorar a educação básica.

O Estágio Supervisionado é estruturado em alternâncias onde as sucessivas idas ao campo serão preparadas, exploradas, refletidas e socializadas em momentos privilegiados da formação. Este tem por objetivo propiciar aos discentes a complementação do processo de ensino e aprendizagem, em termos de atividades práticas, aperfeiçoamentos educacionais, artísticos, culturais, científicos e de relacionamento humano em diferentes campos de intervenção, orientadas, acompanhadas e supervisionadas pelos profissionais responsáveis pelo estágio.

A regência no ambiente de aprendizagem profissional permitirá aos professores formadores e aos professores em processo de formação delinearem, com mais segurança, sua identidade profissional e seu compromisso ético, mediante a avaliação processual das competências compatíveis com uma formação pautada na proposta das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de licenciatura) e para a formação continuada.

Durante os estágios, serão construídas competências e habilidades a partir das reflexões realizadas, relacionando prática-teoria-prática para desenvolver autonomia didático pedagógica. As atividades que serão articuladas entre o IFPI e as escolas campo de estágios se desenvolvem de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos de acordo com os programas dos componentes curriculares Estágio Supervisionado I, II, III e IV.

2.14 TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

De acordo com a Resolução Normativa 046/2021 CONSUP, de 16 de junho de 2021, oTCC consiste em uma pesquisa acadêmico-científica onde o(s) tema(s) abordado(s) contribua(m) para o desenvolvimento das competências e habilidades requeridas para o(a) licenciando(a), em consonância com as diretrizes curriculares.

O TCC será elaborado individualmente, deve abordar temas relacionados às linhas de pesquisa pertinentes ao curso, e desenvolvido nos 4º e 5º módulos do curso, nos componentes curriculares TCC I e TCC II, respectivamente. O trabalho produzido poderá ser apresentado em formato de monografia ou artigo, observando o disposto na resolução normativa citada acima.

No curso de licenciatura em Letras/Português, o TCC preferencialmente, consistirá:

- a) Na reflexão das situações-problema enfrentadas no cotidiano real de sala de aula e/ou contexto social; ou
- b) Numa pesquisa-intervenção dentre as abordagens teórico-práticas desenvolvidas no decorrer do curso e com foco na área de ensino; ou
- c) No desenvolvimento de um produto educacional aplicável em condições reais de sala de aula ou outros espaços de ensino.

São exemplos de produtos educacionais:

a) Material didático/instrucional, tais como propostas de ensino, envolvendo sugestões de experimentos e outras atividades práticas, sequências didáticas, propostas de intervenção, roteiros de oficinas; material textual, como manuais, guias, textos de apoio, artigos em revistas técnicas ou de divulgação, livros didáticos e paradidáticos, histórias em quadrinhos e similares, dicionários; mídias educacionais, como vídeos, simulações, animações, videoaulas, experimentos virtuais e áudios; objetos de aprendizagem; ambientes de aprendizagem; páginas de internet e blogs; jogos educacionais de mesa ou virtuais, e afins; entre outros;

b) *Software*/Aplicativo: aplicativos de modelagem, aplicativos de aquisição e análise de dados, plataformas virtuais e similares, programas de computador, entre outros.

Os demais critérios relacionados à orientação e avaliação do TCC estão dispostos na Resolução Normativa 046/2021 CONSUP, de 16 de junho de 2021, ou resolução substitutiva.

2.15 TEMAS TRANSVERSAIS OBRIGATÓRIOS

Os temas transversais estão voltados para a compreensão e para a construção da realidade social, dos direitos e responsabilidades relacionados com a vida pessoal e coletiva, e com a afirmação do princípio da participação política, numa perspectiva de formação cidadã.

Os temas transversais obrigatórios estão contemplados no PPC da seguinte forma:

a) Educação das relações ético-raciais

A Educação das Relações Étnico-raciais no currículo do curso (Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004) – integra a matriz do curso por meio da disciplina Educação das Relações Étnicas Raciais afro-diaspóricas e Indígenas, com carga horária de 40 horas teórica e 20 horas práticas, compondo o grupo que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais, conforme descrito no artigo 12 da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019.

Tal componente curricular contempla a propositura de conteúdo curricular de abrangência das dimensões históricas, sociais e antropológicas inerentes à realidade brasileira, que possam ressignificar o processo de aprendizagem dos estudantes, sobretudo da população negra, por meio do reconhecimento identitário e da valorização sociocultural, favorecendo a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e

valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial - descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada.

b) Educação dos direitos humanos

A Educação dos Direitos Humanos (Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/2012) consta no currículo do curso por meio da inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior podendo ocorrer nas seguintes formas: pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente; como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar; e, de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade. As disciplinas de **Educação das Relações Étnicas Raciais afro-diaspóricas** (módulo VII) e **Educação Especial** (módulo V) contemplam a legislação.

b) Educação ambiental

Os conhecimentos concernentes à Educação Ambiental previstos na Resolução CNE/CP nº 2/2012 dar-se-á pela transversalidade, mediante atividades e ações de sustentabilidade socioambiental na instituição educacional e na comunidade, com foco na prevenção de riscos, na proteção e preservação do meio ambiente e da saúde humana e na construção de sociedades sustentáveis.

c) Educação no trânsito e demais temas previstos em lei/decreto

A Educação no Trânsito no currículo (Lei nº 9.503/1997) está contemplada no currículo por meio do planejamento de ações coordenadas entre o IFPI e os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e de Educação, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas respectivas áreas de atuação.

Considerando que o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), anualmente, estabelece o tema e o cronograma mensal das campanhas educativas a serem seguidas por todos os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, com o propósito de orientar todas as ações

com o mesmo objetivo, nas mesmas áreas e com o mesmo foco, incluindo as Instituições de ensino, o IFPI deverá seguir as campanhas educativas orientadas pelo CONTRAN para assinalar a Educação no Trânsito no currículo, conforme planejado no calendário de eventos do campus.

d) Eventos institucionais que tratam sobre os temas transversais obrigatórios

Para o cumprimento das atividades e eventos que concretizarão os Temas Transversais Obrigatórios, o IFPI dispõe de um calendário de eventos com o planejamento para a realização de atividades, eventos, ações e projetos que possam favorecer a transversalidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a significação dos Temas Transversais descritos, bem como dos seguintes temas preconizados nas legislações e orientações do MEC: Direitos da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990); Educação Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.947/2009); Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Lei nº 10.741/2003); Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher (Lei nº 14.164/2021); e Dia Nacional da Consciência Negra (Lei nº 12.519/2011).

As atividades e ações previstas poderão ocorrer na forma de Oficinas, Seminários; Jornadas, Simpósios, Semanas de estudo; Semanas Comemorativas, Organização de feiras e eventos, com o cadastro no Módulo Eventos do SUAP e o devido registro fotográfico/vídeo.

e) Núcleos institucionais temáticos

- Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), regulamentado pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 52/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23 de julho de 2021.
- Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), regulamentado pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 53/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23 de julho de 2021.

Neste PPC, a disciplina de Educação das Relações Étnicas Raciais afro-diaspóricas e indígenas (60 horas, sendo 20 horas práticas) contempla o tema transversal de Educação das Relações Étnicas Raciais, na totalidade de sua ementa. Juntamente com a disciplina de Educação Especial (80 Horas), atendem ao disposto com relação ao tema Educação dos Direitos Humanos.

2.16 APOIO AO DISCENTE

Os Licenciandos do curso terão 1 (uma) cota mensal de 700 (setecentos) reais, durante a vigência do curso, para cada estudante indígena, pardo, preto, quilombola e das populações do campo, assim como pessoa surda ou pertencente ao público-alvo da

educação especial, regularmente matriculado em curso do PARFOR EQUIDADE, conforme edital da Capes Nº 23/2023.

Os Programas Universais visam incentivar a formação acadêmica, a produção do conhecimento, o desenvolvimento técnico-científico, a formação cultural e ética, sendo envolvidas ações de ensino, pesquisa e extensão. Estão organizados em três categorias:

a) Política de diversidade e inclusão do IFPI

A Política de Diversidade e Inclusão do IFPI, aprovada pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 56/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 02/08/2021, orienta um espaço de concretização de ações inclusivas mediante princípios, diretrizes e objetivos que ampliam e fortalecem o atendimento e acompanhamento a comunidade acadêmica inserida no contexto da diversidade cultural, étnico-racial, de gênero e necessidades específicas, garantindo assim o acesso, permanência e êxito ao discente.

O objetivo é promover inclusão no IFPI, mediante ações, com vistas à construção de uma instituição inclusiva, permeada por valores democráticos e pelo respeito à diferença e à diversidade.

Esta política propõe medidas intermediadas pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), regulamentada pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 55/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23/07/2021, e Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), regulamentado pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 53/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23/07/2021.

São considerados público-alvo do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas- NAPNE: Discentes com deficiência- aqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, auditiva, visual, mental, intelectual ou sensorial, discentes com transtornos globais do desenvolvimento, com altas habilidades/superdotação e ainda os transtornos funcionais específicos como: dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade.

São considerados público-alvo do Núcleo de Estudos e Pesquisa Afro-brasileiras e Indígenas-NEABI: Negros, que se autodeclararem de cor preta ou parda, conforme classificação adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e indígenas, que se enquadrem na portaria 849/2009 da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

São objetivos específicos da Política de Diversidade e Inclusão do IFPI:

I - Proporcionar formação de professores para os atendimentos educacionais especializados

e demais profissionais da educação para a inclusão;

II- Garantir processos seletivos com adaptações necessárias para o acesso de pessoas com deficiência;

III- Proporcionar a adaptação dos currículos de acordo com o estabelecido nas Leis nº 9.394/1996, 10.639/2003 e 11.645/2008, que preveem a inclusão obrigatória das temáticas relacionadas à História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em todas as modalidades e níveis de ensino, bem como parecer CNE/CP nº 08/2012 e com a Resolução nº 01/2012, que tratam da Educação para os Direitos Humanos;

IV- Assegurar a aquisição e elaboração de recursos didáticos dos discentes com necessidades educacionais específicas;

V- Desenvolver periodicamente ações que promovam a sensibilização, adaptações de acesso ao currículo por meio de modificações ou provisão de recursos especiais, materiais ou de comunicação, para melhoria de metodologias, ferramentas e técnicas utilizadas no processo de inclusão e diversidade;

VI- Garantir acompanhamento psicossocial e pedagógico realizado de modo articulado com os núcleos voltados às ações de diversidade e inclusão;

XV- Manter articulação com a Política de Assistência estudante – POLAE;

XVI- Manter articulação com o programa de acolhimento ao estudante ingressante – PRAEI;

XVII- Incentivar, tanto discentes como professores, a desenvolverem projetos na área de Tecnologia Assistiva.

b) Mobilidade Acadêmica

A mobilidade acadêmica é regulamentada pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 121/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 30 de março de 2022, que estabelece as normas e procedimentos para a mobilidade acadêmica de estudantes de cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.

A Mobilidade Acadêmica Interna refere-se à possibilidade de o estudante do IFPI, com situação de matrícula ativa, pleitear mudança de campus, para fins de prosseguimento do seu processo formativo, desde que tenha cursado, no mínimo dois semestres letivos no campus de origem.

A Mobilidade Acadêmica Interna poderá ocorrer por meio de: transferência interna e matrícula especial intercampi. A transferência interna de aluno entre seus *campi* deverá ser motivada por pelo menos um dos casos (ou outros correlatos ou análogos):

- I. Necessidade de mudança de domicílio de estudante trabalhador, de seus responsáveis legais ou cônjuge, mediante comprovação;
- II. Doença física ou psicológica comprovada por laudo médico, que requeira tratamento prolongado específico no local para onde a transferência é solicitada, referendado pelo setor médico do IFPI;
- III. Condição de vulnerabilidade psicossocial, mediante apresentação de parecer social emitido pelo setor de serviço social do campus no qual o estudante está matriculado;
- IV. Motivo de doença em pessoa da família que precise de auxílio durante tratamento prolongado, comprovado por laudo médico, referendado pelo setor médico do IFPI.

A mobilidade acadêmica na forma de matrícula especial intercampi é o vínculo temporário que o estudante do IFPI, com situação de matrícula ativa em curso de educação superior, estabelece com outro campus do IFPI, por um período de até um ano letivo, mantendo o vínculo no campus de origem, para cursar disciplinas que integram a matriz curricular do seu curso, mediante deferimento dos Colegiados dos cursos de origem e de destino, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim recomendar e em pelo menos um dos seguintes casos:

- I - Serviço militar obrigatório;
- II- Emprego efetivo comprovado;
- III - Acompanhamento de cônjuge, filhos, pais ou dependentes legais, em tratamento de saúde comprovadamente demorado;
- IV- Condição de vulnerabilidade psicossocial;
- V- Retenção em componente curricular cuja oferta pelo campus de origem não ocorrerá em período subsequente à retenção;
- VI- Integralização curricular.

São consideradas como atividades de Mobilidade Acadêmica aquelas de natureza acadêmica, científica, artísticas e/ou cultural, como cursos, estágios e pesquisas orientadas que visem à complementação e ao aprimoramento da formação do estudante de graduação.

A Mobilidade Acadêmica Internacional é aquela na qual o estudante realiza atividades de mobilidade estudantil em instituição de ensino estrangeira, mantendo o vínculo de matrícula na Instituição de origem durante o período de permanência na condição de “estudante em mobilidade”.

A mobilidade acadêmica poderá ocorrer por meio de:

- I - Adesão a Programas do Governo Federal; e
- II - Estabelecimento de Convênio interinstitucional.

A Mobilidade Acadêmica tem por finalidade:

I - Proporcionar o enriquecimento da formação acadêmico-profissional e humana, por meio da vivência de experiências educacionais em instituições de ensino nacionais e internacionais;

II - Promover a interação do estudante com diferentes culturas, ampliando a visão de mundo e o domínio de outro idioma;

III - Favorecer a construção da autonomia intelectual e do pensamento crítico do estudante, contribuindo para seu desenvolvimento humano e profissional;

IV - Estimular a cooperação técnico-científica e a troca de experiências acadêmicas entre estudantes, professores e instituições nacionais e internacionais;

V - Propiciar maior visibilidade nacional e internacional ao IFPI; e

VI - Contribuir para o processo de internacionalização do ensino de graduação no IFPI.

c) Acessibilidade

Para a inclusão de pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida, o Instituto procura atender a Lei no 10.098/2000 disponibilizando rampas nas entradas, portas largas, barras de apoio e pisos antiderrapantes, sanitários adaptados para cadeirantes, reserva de vagas em seus estacionamentos.

O IFPI promove e desenvolve ações com o intuito de ampliar as condições de acessibilidade para os alunos com necessidades específicas físicas e educacionais através do NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas.

Com o objetivo de permitir uma aproximação entre os falantes da Língua Portuguesa e as comunidades surdas, a disciplina de Língua Brasileira de Sinais está inserida no currículo seguindo as orientações do Decreto no 5.626/2005. A utilização da Libras se mostra necessária especialmente nos espaços educacionais, favorecendo ações de inclusão social e oferecendo possibilidades para a quebra de barreiras linguísticas entre surdos e ouvintes.

d) Profissionais Técnicos Especializados em Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais

São atribuições do Tradutor/Intérprete de Libras, no exercício de suas competências, no âmbito do IFPI:

I - Efetuar a comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;

- II – Traduzir e interpretar, em Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa, as atividades didático pedagógicas e culturais de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvida nos cursos técnicos de níveis fundamental, médio e no ensino superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares, em sala de aula e demais ambientes acadêmicos;
- III - Traduzir e interpretar materiais didáticos, artigos, livros, textos diversos, provas, exercícios, vídeos e outros, reproduzindo em Libras ou na modalidade oral da língua portuguesa o pensamento e intenção do emissor;
- IV - Atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos;
- V - Participar da produção de material técnico, didático-pedagógico ou de informática;
- VI - Apoiar a acessibilidade aos serviços e às atividades-fim do IFPI, atendendo ao disposto no Decreto 5.626/05, na Lei 13.146/15, na Resolução nº 07/2018/CONSUP/IFPI e aos demais preceitos vigentes e zelando pelo rigor técnico, pela ética profissional, o respeito à pessoa e à cultura da pessoa surda.

Identificando a necessidade de profissionais técnicos especializados em tradução e interpretação de Língua Brasileira de Sinais; Cuidador em Educação Especial; Revisor, Ledor e Transcritor em Braille e Atendimento Educacional Especializado, o IFPI promove a contratação desses profissionais, conforme condições, quantidades e exigências legais.

e) Mecanismos de Nivelamento

Em busca de um melhor aproveitamento e, também, reduzir a evasão e a retenção do discente no início da vida acadêmica será proposto um nivelamento dos conteúdos básicos, por meio da disciplina de Matemática Básica (módulo I). Acrescente-se que se encontra na fase de regulamentação a política de nivelamento dos cursos de graduação. Assim, está sendo normatizado um Programa de Acompanhamento do Estudante Ingressante nos cursos superiores- PRAEI-SUPER, que integrará as políticas de ensino com ações acadêmico-administrativas voltadas para a existência de nivelamento transversal a todos os cursos no âmbito do IFPI, com o objetivo de desenvolver e aprimorar habilidades e competências dos acadêmicos para o melhor desempenho no Ensino Superior, com vistas a garantir a permanência e o êxito.

2.17 GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A avaliação será contínua, com momentos específicos para discussão, englobando uma análise integrada dos diferentes aspectos, estruturas, relações, compromisso social,

atividades e finalidades da instituição e do respectivo curso, abrangendo uma perspectiva interna e externa:

-Avaliação Interna: ações decorrentes dos processos de avaliação, no âmbito do curso, considerando o relatório de autoavaliação institucional elaborado pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA), alinhadas com as metas estabelecidas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPI, a fim de promover o aperfeiçoamento de forma estratégica. Serão também instrumentos de avaliação interna o Colegiado do Curso e o Núcleo Docente Estruturante (NDE), caracterizados, respectivamente.

A autoavaliação ocorrerá com periodicidade estabelecida pelos colegiados dos cursos, com previsão no calendário acadêmico e fornecerá as bases para elaboração do (re)planejamento das ações acadêmico-administrativas no âmbito do curso, e consequentemente, para a tomada de decisão, conforme estabelecido na RESOLUÇÃO NORMATIVA 98/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 7 de dezembro de 2021, que atualiza o instrumento de autoavaliação institucional dos cursos de graduação, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências

-Avaliação Externa: A avaliação Externa abrangerá a visita *in loco*, realizada para autorização do curso, reconhecimento e renovação de reconhecimento, na qual são avaliadas as três dimensões do curso quanto à adequação ao projeto proposto: a organização didático-pedagógica; o corpo docente e técnico-administrativo e as instalações físicas. Além disso, a avaliação externa contempla resultados obtidos pelos alunos do curso no Enade e os demais dados apresentados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

Os resultados dessas avaliações sistemáticas indicarão a eficácia do presente Projeto Pedagógico de Curso, oportunizando a implementação de ações acadêmico- administrativas necessárias para a melhoria contínua do curso em questão.

2.18 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO APRENDIZAGEM

O processo de avaliação do ensino-aprendizagem constitui-se como uma ferramenta sistemática, essencial para a consolidação de habilidades e competências. Tal processo deve estar em consonância com projeto político-pedagógico, com os objetivos gerais e específicos do IFPI e com o perfil profissional do curso.

A avaliação deverá ter caráter formativo, processual e contínuo, pressupondo a contextualização dos conhecimentos e das atividades desenvolvidas, a fim de propiciar um diagnóstico preciso do processo de ensino e aprendizagem que possibilite ao professor analisar sua prática e ao estudante comprometer-se com seu desenvolvimento intelectual adquirindo autonomia. Ela aparecerá como subsídio para tomada de decisão, o que vai levar ao professor realizar novas abordagens sobre o desenvolvimento das competências adquiridas pelo aluno, constatando seu aproveitamento.

A avaliação da Aprendizagem é regulamentada pela organização didática do IFPI, RESOLUÇÃO NORMATIVA 143/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 25 de agosto de 2022. Altera a Resolução que normatiza a Organização Didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.

a) Avaliação da aprendizagem

A avaliação do processo ensino-aprendizagem deverá ter como parâmetros os princípios do projeto político-pedagógico, a função social, os objetivos gerais e específicos do IFPI e o perfil de conclusão de cada curso.

A avaliação é um processo contínuo e cumulativo do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais, conforme estabelece a Lei No 9.394/96.

A avaliação dos aspectos qualitativos compreende o diagnóstico, a orientação e reorientação do processo ensino-aprendizagem, visando ao aprofundamento dos conhecimentos, à aquisição e/ou ao desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes pelos alunos e à ressignificação do trabalho pedagógico.

A Sistemática de Avaliação do IFPI compreende avaliação diagnóstica, formativa e somativa.

A avaliação da aprendizagem dar-se-á por meio de um ou mais dos seguintes instrumentos:

- I - Prova escrita;
- II - Observação contínua;
- III - Elaboração de portfólio;
- IV - Trabalho individual e/ou coletivo;
- V - Resolução de exercícios;
- VI - Desenvolvimento e apresentação de projetos;
- VII - Seminário;
- VIII - Relatório;
- IX - Prova prática; e
- X - Prova oral.

A escolha do instrumento de avaliação da aprendizagem deverá estar em consonância com a especificidade da disciplina, os objetivos educacionais propostos e o conteúdo ministrado.

b) Sistema de Avaliação do Curso

A avaliação da aprendizagem nos Cursos Superiores de Graduação, ofertados na forma de módulo/disciplinas, será expressa em notas, numa escala de 0,0(zero) a 10,0 (dez), sendo admitida uma casa decimal.

Será considerado aprovado por média em cada disciplina o aluno que obtiver média

semestral igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência igual ou superior a 75% da carga horária da disciplina, sendo registrada, no Diário de Classe e Sistema de Controle Acadêmico, a situação de Aprovado.

Caso a nota semestral seja inferior a 4,0 (quatro), o discente será considerado reprovado, sendo feito o registro, no Diário de Classe e Controle Acadêmico, da condição de Reprovado por Nota.

Se a Média Semestral na disciplina for igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete), o discente que tiver ao menos 75% de frequência da carga horária da disciplina fará Exame Final; neste caso, a Média Final será calculada da seguinte forma:

$$MF = (MS + EF) / 2$$

Onde:

MF = Média Final;

MS = Média Semestral;

EF = Exame Final.

Para a aprovação, o resultado descrito anteriormente terá que ser igual ou superior a 6,0 (seis), sendo registrada, no Diário de Classe e no Sistema de Controle Acadêmico, a situação de Aprovado após Exame Final.

Caso a nota semestral, após o Exame Final, seja inferior a 6,0 (seis), o discente será considerado reprovado, sendo lançada, no Diário de Classe e no Controle Acadêmico, a situação de Reprovado por Nota.

c) Verificação de Aprendizagem em Chamada

É direito do aluno o acesso às várias formas de avaliação da aprendizagem, incluídas as de chamada, desde que as solicite à Coordenação de Curso/Área, via protocolo, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, considerando os dias úteis, após a realização da avaliação à qual não se fez presente, mediante a apresentação dos documentos justificativos abaixo especificados:

- I - Atestado médico comprovando a impossibilidade de participar das atividades escolares do dia;
- II - Declaração de corporação militar comprovando que, no horário da realização da 1ª chamada, estava em serviço;
- III - Declaração da Direção de Ensino do campus, comprovando que o estudante estava representando o IFPI em atividade artística, cultural ou esportiva;
- IV - Ordem judicial;
- V - Certidão de óbito de parentes de primeiro grau ou cônjuge;
- VI - Declarações de trabalho em papel timbrado com carimbo da empresa e assinatura do empregador; e
- VII - Outros que possam comprovar a solicitação.

Os casos omissos deverão ser analisados pelo Coordenador de Curso em conjunto com o professor da disciplina para análise da viabilidade do pedido.

A autorização para realização da verificação da aprendizagem, em chamada, dependerá da análise do requerimento, pela Coordenadoria de Curso, conjuntamente com o professor da disciplina, que disporão de 24 horas, após a notificação ao professor, para emitir parecer relativo ao objeto do requerimento.

Cabe ao professor da disciplina a elaboração e a aplicação da verificação da aprendizagem em chamada, no prazo máximo de 08 (oito) dias após o deferimento do pedido.

Se, por falta de comparecimento do aluno, em qualquer etapa de avaliação, decorrido o prazo de pedido de chamada, não for possível apurar o seu aproveitamento escolar, ser-lhe-á atribuído nota 0,0 (zero).

d) Revisão da Verificação da Aprendizagem

O aluno que discordar do(s) resultado(s) obtido(s) no(s) procedimento(s) avaliativo(s) poderá requerer revisão de provas. O requerimento, com fundamentação da discordância, deverá ser dirigido à Coordenação de Curso, até dois dias úteis, após o recebimento da avaliação.

Cabe à Coordenação de Curso, no prazo de 2 dias, dar ciência ao professor da disciplina para emitir parecer. Cabe ao professor da disciplina dar parecer no prazo de (3 dias) a partir da ciência dada pela Coordenação.

Caso o professor se negue a revisar a prova, cabe à Coordenação do Curso em reunião com o Colegiado de Curso e deliberar sobre a revisão, no prazo máximo de sete dias úteis.

2.19 ATIVIDADES DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Em princípio, é importante ressaltar que um dos princípios norteadores da prática educativa dos cursos de graduação no âmbito do Instituto Federal do Piauí consiste no estímulo à adoção da pesquisa como princípio pedagógico presente em um processo formativo voltado para um mundo permanentemente em transformação, integrando saberes cognitivos e socioemocionais, tanto para a produção do conhecimento, da cultura e da tecnologia, quanto para o desenvolvimento do trabalho e da intervenção que promova impacto social.

Ademais, o Instituto Federal do Piauí visa, entre outras finalidades: a) desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica e b) realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico. Nessa perspectiva é, pois, necessário enfatizar que as ações de fomento à pesquisa no âmbito da instituição procuram estabelecer um elo com as ações de Ensino, Extensão e Internacionalização com vistas a uma sociedade plural de forma articulada com os arranjos socioprodutivos locais e regionais.

Em consequência disso, compreende-se e defende-se a importância da iniciação científica como uma ação pedagógica que introduz os estudantes da graduação na pesquisa acadêmico-científica como forma de engajá-los e colocá-los em contato direto com a produção conhecimento a partir da compreensão que essa prática contribua para a formação intelectual, reflexiva, autônoma, crítica e criativa dos estudantes considerando as dimensões: ciência, tecnologia e inovação.

Diante de tudo isso, é importante acrescentar que a iniciação científica, partir da relação do estudante com a pesquisa científica possibilita a formação de cidadãos e de profissionais preparados para o mundo do trabalho, e por conseguinte, aptos para o exercício da profissão visando o desenvolvimento territorial, além de prepará-los também para a pós-graduação.

Deste modo, o Instituto Federal do Piauí tem programas de iniciação científica regulamentados pela Resolução nº 24/2019 que permitem colocar os estudantes de cursos

de graduação em contato direto com a atividade científica e de pesquisa. Nesse processo, espera-se proporcionar ao estudante bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa. Esses projetos são desenvolvidos através do:

a) **PIBIC** - Programa de Bolsa de Iniciação Científica - incentiva a participação de estudantes do Ensino Superior em projetos de pesquisa;

b) **PIBIC IT** - Programa de Bolsa de Iniciação Científica Inovação Tecnológica - incentiva a participação de estudantes do Ensino Médio Integrado em projetos de Inovação Tecnológica.

Nessa perspectiva é, pois, necessário enfatizar que além das iniciativas do incentivo à pesquisa e a inovação, o Instituto Federal do Piauí estimula, através de políticas institucionais, o incremento da publicação em periódicos e a participação de docentes e estudantes em eventos científicos.

2.20 COMITÊ DE ÉTICA DE PESQUISA

a) Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/IFPI) é um órgão colegiado, de caráter interdisciplinar, de natureza técnico-científica, consultiva, deliberativa e educativa, com autonomia de decisão no exercício de suas funções. Está constituído nos termos da Resolução nº 466 de 12/12/2012, da Norma Operacional Nº 001/2013 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde – CNS/MS e da Resolução CNS nº 370, de 08 de março de 2007.

A instalação do CEP é fundamental nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos, dentro de padrões éticos determinados pelas resoluções supra citadas. Tem o propósito de defender os interesses dos sujeitos envolvidos na pesquisa, garantindo sua integridade, dignidade e proteção.

São atribuições do CEP/IFPI de acordo com a Resolução (466/12), protocolar e avaliar os projetos de pesquisa envolvendo seres humanos (submetidos através da Plataforma Brasil), com base nos princípios da ética, impessoalidade, transparência, razoabilidade, proporcionalidade e eficiência, tem papel consultivo e educativo nas questões de ética, encaminha relatórios ao CONEP, acompanha o desenvolvimento de projetos, recebe

denúncias de abusos ou fatos adversos na pesquisa, em caso de irregularidades pode requerer apuração e sindicância e comunica à CONEP e representa a instituição (IFPI) em todas as suas instâncias, interna e externa.

b) Comitê de Ética no Uso de Animais

O Comitê de Ética no Uso de Animais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (CEUA/IFPI) é um órgão técnico-científico de caráter consultivo, deliberativo e educativo nas questões sobre a utilização de animais para pesquisa, ensino ou extensão.

O CEUA/IFPI está vinculado à Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPI) e tem por finalidade cumprir e fazer cumprir, no âmbito do IFPI e nos limites de suas atribuições, o disposto da Lei nº 11.794/2008, nas Resoluções Normativas do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA) e nas demais normas aplicáveis à utilização de animais para pesquisa, ensino e extensão.

Portanto, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão que envolvam o uso de animais das espécies classificadas como Filo Chordata, subfilo Vertebrata, exceto o homem, observada a legislação ambiental, deverão ser submetidas à aprovação prévia do CEUA/IFPI.

CAPITULO 3.0 - COORDENAÇÃO DO CURSO, CORPO DOCENTE E TUTORES

3.1- CORPO DOCENTE

Os professores aqui chamados de professores formadores que atuarão no curso deverão ser obrigatoriamente lotados IFPI, sendo todos selecionados por edital público conforme legislação vigente. As atividades de formação desenvolvidas pelos professores formadores serão remuneradas através de bolsas formação custeadas totalmente pela CAPES.

Caberá ao professor formador:

- Desenvolver as atividades docentes na capacitação de coordenadores, professores e tutores mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no plano de capacitação;
- Participar das atividades de docência das disciplinas curriculares do curso;

- Participar de grupo de trabalho para o desenvolvimento de metodologia na modalidade a distância;
- Participar e/ou atuar nas atividades de capacitação desenvolvidas na Instituição de Ensino;
- Coordenar as atividades acadêmicas dos tutores atuantes em disciplinas ou conteúdos sob sua coordenação;
- Desenvolver o sistema de avaliação de alunos, mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no plano de curso;
- Apresentar ao coordenador de curso, ao final da disciplina ofertada, relatório do desempenho dos estudantes e do desenvolvimento da disciplina;
- Desenvolver, em colaboração com o coordenador de curso, a metodologia de avaliação do aluno;
- Desenvolver pesquisa de acompanhamento das atividades de ensino desenvolvidas nos cursos na modalidade a distância;
- Elaborar relatórios semestrais sobre as atividades de ensino no âmbito de suas atribuições, para encaminhamento à DED/CAPES/MEC, ou quando solicitado.

3.2 -TUTORES

Os tutores de apoio serão obrigatoriamente selecionados por edital publico aberto conforme legislação vigente sendo suas atividades remuneradas por bolsas custeadas pela CAPES.

Caberá aos tutores :

- Mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e os cursistas;
- Acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do curso;
- Apoiar o professor da disciplina no desenvolvimento das atividades docentes;
- Estabelecer contato permanente com os alunos e mediar as atividades discentes;
- Colaborar com a coordenação do curso na avaliação dos estudantes;
- Participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela Instituição de Ensino;
- Elaborar relatórios mensais de acompanhamento dos alunos e encaminhar à coordenadoria de tutoria;
- Participar do processo de avaliação da disciplina sob orientação do professor responsável

- Manter regularidade de acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e dar retorno às solicitações dos cursistas no prazo máximo de 24 horas;
- Apoiar operacionalmente a coordenação do curso nas atividades presenciais nos pólos, em especial na aplicação de avaliações .

3.3- COORDENAÇÃO DO CURSO

O Coordenador do curso deverá ter lotação efetiva no IFPI Campus Teresina Central e será obrigatoriamente selecionado por edital publico, conforme legislação vigente. As atividades de coordenação serão remuneradas por bolsas custeadas pela CAPES. Caberá ao coordenador do curso:

- Coordenar, acompanhar e avaliar as atividades acadêmicas do curso;
- Participar das atividades de capacitação e de atualização desenvolvidas na Instituição de Ensino;
- Participar dos grupos de trabalho para o desenvolvimento de metodologia, elaboração de materiais didáticos para a modalidade a distância e sistema de avaliação do aluno;
- Realizar o planejamento e o desenvolvimento das atividades de seleção e capacitação dos profissionais envolvidos no curso;
- Elaborar, em conjunto com o corpo docente do curso, o sistema de avaliação do aluno;
- Participar dos fóruns virtuais e presenciais da área de atuação;
- Realizar o planejamento e o desenvolvimento dos processos seletivos de alunos, em conjunto com o coordenador UAB;
- Acompanhar o registro acadêmico dos alunos matriculados no curso;
- Verificar “in loco” o bom andamento dos cursos;
- Acompanhar e supervisionar as atividades: dos tutores, dos professores, do coordenador de tutoria e dos coordenadores de polo;
- Informar para o coordenador UAB a relação mensal de bolsistas aptos e inaptos para recebimento.

3.4 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O NDE é o órgão consultivo, propositivo e de assessoria corresponsável pela elaboração, implementação e consolidação do Projeto Pedagógico do respectivo curso. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante: contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino

constantes do currículo; promover e incentivar o desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso; o NDE instituirá o colegiado do curso.

O Núcleo Docente Estruturante é constituído por no mínimo 5 professores efetivos pertencentes ao corpo docente do curso; o coordenador do curso atua no NDE, como seu presidente; todos os membros devem ter experiência docente na instituição; os membros do NDE são renovados parcialmente para permitir a continuidade no processo de acompanhamento do curso.

Compete ao Presidente do NDE: convocar e presidir as reuniões, com direito a voto consultivo, inclusive voto de qualidade; representar o NDE junto aos órgãos da instituição; encaminhar as deliberações do NDE aos órgãos competentes; designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo NDE; coordenar a integração do NDE com os demais órgãos Colegiados e setores da instituição; e indicar coordenadores para as atribuições de NDE.

As reuniões ordinárias do NDE são feitas por convocação de iniciativa do seu Presidente, 1 (uma) vez por bimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros. Geralmente a convocação dos seus membros é feita com antecedência de pelo menos 48 (quarenta e oito) horas antes da hora marcada para o início da sessão e, sempre que possível, com a pauta da reunião. Como o curso é a Distância e os membros fazem parte de diversos Campus, as reuniões do NDE dos cursos da UAB/IFPI, podem acontecer via web, na modalidade de: videoconferência, skype ou outros meios eletrônicos.

Os membros são indicados pela Coordenação de Curso e nomeados através de portaria instituída pela diretoria geral do IFPI - Campus Teresina Central, visto que o curso está vinculado a este referido Campus

ANEXO 1 – BIBLIOGRAFIAS E EMENTAS

COMPONENTES CURRICULARES DA BASE COMUM- CONHEC. CIENTÍFICOS E PEDAGÓGICOS



EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA

Código:	Carga Horária: 40h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

A modalidade de Educação a Distância: histórico, características, definições e regulamentações. Fundamentos e paradigmas teóricos e metodológicos da Educação a Distância. Organização de sistemas de Educação a Distância: processo de comunicação, processo de tutoria, mediação pedagógica, avaliação, processo de gestão e produção de material didático. Educação a Distância e ambientes virtuais de ensino-aprendizagem

Competências e Habilidades

- Compreender a importância da tecnologia, dos meios e das práticas inerentes ao processo de ensino e aprendizagem, através da educação a distância;
- Definir e caracterizar a Educação a Distância;
- Resgatar um aparato histórico do surgimento da EaD no mundo e no Brasil;
- Expor a regulamentação do ensino à distância no Brasil; Compreender os elementos da EaD;
- Descrever os ambientes virtuais de aprendizagens

Referências Básicas

BARBOSA, R. M. (org.). Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2005.
BELLONI, M. L. Educação a distância. Campinas: Autores Associados, 2001.
CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
DURAN, D.; VIDAL, V. Tutoria - Aprendizagem entre iguais. Porto Alegre: Artmed, 2007.
GUEVARA, A. J. de H.; ROSINI, A. M. (orgs.). Tecnologias emergentes: organizações e Educação. São Paulo: CENGAGE Learning, 2008.

Referências Complementares

MASETTO, M. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas (SP): Papirus, 2000.
MOORE, M.; KEARSLEY, G. Educação a Distância – uma visão integrada. São Paulo: CENGAGE Learning, 2008.
NEGROPONTE, Nicholas. A vida digital. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
PETERS, O. O. Didático do ensino a distância. São Leopoldo (RS): Vale do Rio dos Sinos, 2001.
PRETI, O. (org). Educação a distância: construindo significados. Cuiabá: NEAD/IE – UFMT: Brasília: Plano, 2000



FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

Código:	Carga Horária: 40h

Eixo:	Pré-requisito:
EMENTA	
Filosofia e Filosofia da Educação; Pressupostos filosófico-antropológicos, epistemológicos e axiológicos que fundamentam as concepções de educação; Correntes e tendências da educação brasileira; Educação, alienação e ideologia; Educação e Pós-Modernidade; Filosofia e formação do educador: a construção de conhecimentos e sua inovação em diálogo constante entre diferentes visões de mundo	
Competências e Habilidades	
• Compreender a filosofia da educação como reflexão crítica do fenômeno educacional; • Articular os pressupostos filosóficos com a teoria da educação e a prática pedagógica na perspectiva de uma atuação ética, democrática e plural; • Discutir a relação educação, sociedade e ideologia, refletindo sobre a relação saber-poder e as instâncias pedagógicas; • Posicionar-se criticamente frente às diferentes forças, interesses e contradições presentes na ação educativa; • Relacionar as transformações gnosiológicas e epistemológicas do conhecimento no contexto da educação; • Valorizar a ética e a estética no desenvolvimento da prática docente; • Identificar no fenômeno educativo aspectos para constituir uma postura investigativa, integrativa e propositiva na realidade escolar.	
Referências Básicas	
LUCKESI, Carlos Cipriano. Filosofia da Educação. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2011. WARBURTON, N. Uma breve história da filosofia. Porto Alegre: L&PM, 2012. CHAUÍ, M. Convite à filosofia. 14. Ed. São Paulo: Ática, 2011.	
Referências Complementares	
ARANHA, M. L. De A. Filosofia da educação. 3. Ed. São Paulo: Moderna, 2006. FERRY, Luc. Aprender a viver: filosofia para os novos tempos. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010. FEARN, Nicholas. Filosofia: novas respostas para antigas questões. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. GHIRALDELLI Jr. Paulo. História da Educação Brasileira. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2009. BRANDÃO, C. R. O que é educação. 18. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986	



SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Código:	Carga Horária: 40h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA	
Educação, Sociedade e Cultura. A educação como objeto de reflexão sociológica: a contribuição dos teóricos clássicos e contemporâneos; O trabalho na sociedade capitalista; A função social da escola; A educação e o multiculturalismo das sociedades contemporâneas; Questões da sociedade contemporânea: educação ambiental, educação do campo e outras.	
Competências e Habilidades	
• Estabelecer a relação entre educação, sociedade e cultura; • Analisar conceitos, valores e finalidades que norteiam a educação na/e para a sociedade. • Identificar diferentes forças e interesses presentes na sociedade diagnosticando contradições existentes adotando postura propositiva de mudanças; • Refletir sobre a evolução das formas culturais do homem e suas relações com a formação de identidades socioculturais e com as diversidades étnicas e raciais. • Discutir a relação dialética homem/mundo e a importância dos conhecimentos, costumes, atitudes, para a construção, sistematização e evolução de conhecimentos e valores do ser humano, considerando as problemáticas da sociedade contemporânea.	
Referências Básicas	
BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. Educação e cidadania: quem educa o cidadão? 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010. RODRIGUES, Alberto Tosi. Sociologia da educação. 6. ed. São Paulo: Lamparina, 2011. MEKSENAS, Paulo. Sociologia da educação: uma introdução ao estudo da escola no processo de transformação social. 14. ed. São Paulo: Loyola, 2010.	
Referências Complementares	
CANDAU, Vera Maria (Org.). Sociedade, Educação e Culturas: questões e propostas. Petrópolis: Vozes, 2002. DURKHEIM, E. Educação e Sociologia. 4. ed. Trad. Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1955. BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. LEMONS, André. Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 6. ed. Porto Alegre: Sulina, 2013. QUINTANEIRO, Tânia. Um Toque de Clássicos: Durkheim, Marx e Weber. Belo Horizonte: UFMG, 1995.	

	
METODOLOGIA CIENTÍFICA	
Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA
As diferentes formas de conhecimento. A Ciência e seus métodos. Metodologia de estudos. Trabalhos científicos e normas da ABNT. Pesquisa enquanto princípio científico e educativo. Ética na pesquisa
Competências e Habilidades
• Analisar as características que diferenciam ciência de outras formas de conhecimento; • Produzir trabalhos científico-acadêmicos utilizando adequadamente as Normas da ABNT; I • identificar os diferentes métodos de pesquisa, bem como sua aplicação; • Compreender os princípios da ética no desenvolvimento da pesquisa.
Referências Básicas
DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011. GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009. RUIZ, João Álvaro. Metodologia Científica: Guia para a Eficiência nos Estudos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
Referências Complementares
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724 - Trabalhos Acadêmicos - Apresentação. Rio de Janeiro, 2011. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 1052 - Citações em Documentos - Apresentação. Rio de Janeiro, 2005. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022 - Apresentação de Artigos em Publicações Periódicas. Rio de Janeiro, 2003. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023- Referências Bibliográficas - Elaboração. Rio de Janeiro, 2005. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6028- Informação e Documentação – Resumo- Apresentação. Rio de Janeiro, 2003. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10719 - Relatórios Técnico-científicos - Apresentação. Rio de Janeiro, 1989.



HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Código:	Carga Horária: 60 h
Eixo:	Pré-requisito:
EMENTA	

Surgimento de sistemas educacionais. História da educação e da Letras Português como prática social. Práticas pedagógicas e a construção do pensamento educacional da Antiguidade ao século XXI. Tendências da Letras Português da educação atual. História da educação brasileira (colônia, império e república no Brasil): aspectos sócio-político-econômico-culturais.

Competências e Habilidades

- Analisar os fundamentos da educação geral e da educação brasileira, levando em consideração as fases da história da educação, o surgimento de sistemas educacionais, a construção do pensamento educacional e as práticas pedagógicas.
- Analisar os principais ideais educativos que influenciaram a educação atual, em seus aspectos sócio-político-econômico-culturais.

Referências Básicas

ARANHA, M. L. A.. **História da educação e da pedagogia**: geral e Brasil. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006. 384p.
 CAMBI, F. **História da pedagogia**. São Paulo, SP: UNESP, 1999. 701p.
 MÉSZÁROS, I.. **A educação para além do capital**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

Referências Complementares

EBY, F. **História da educação moderna**: teoria, organização e práticas educacionais. 2.ed. Rio de Janeiro, RJ: Globo, 1976. 633p.
 GADOTTI, M.. **História das ideias pedagógicas**. 6. ed. São Paulo, SP: Ática, 1993. 319p
 MARROU, H. I. **História da educação na Antiguidade**. São Paulo, SP: EPU, 1975. 639p.
 MANACORDA, M.A. **História da Educação**: da Antiguidade aos nossos dias. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2010.
 SAVIANI, D.; LOMBARDI, J.C.; SANFELICE, J.L. (Org.) **História e história da educação**: o debate teórico-metodológico atual. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.



DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO

Código:

Carga Horária: 40h

Eixo:

Pré-requisito:

EMENTA

Cidadania, Direitos Humanos e direito à diversidade nas políticas públicas educacionais: negros, indígenas, quilombolas, povos do campo, gênero, diversidade religiosa e sexual. Direitos humanos e currículo escolar. Educação para as relações étnico-raciais. Conceitos de raça e etnia, mestiçagem, racismo e racialismo, preconceito e discriminação. Configurações dos conceitos de raça, etnia e cor no Brasil: entre as abordagens acadêmicas e sociais. Cultura afro-brasileira e indígena. Políticas de ações afirmativas e discriminação positiva: a questão das cotas

Competências e Habilidades

- Compreender a diversidade na sociedade numa perspectiva pluriétnica, pluricultural e multidisciplinar;
- Compreender conceitos de raça e etnia, mestiçagem, racismo e racialismo, preconceito e discriminação no contexto social e educacional;
- Conhecer políticas de ações afirmativas no contexto educacional e social brasileiro;
- Investigar as diferenças de raça e gênero, quilombolas, indígenas e as religiosidades de matrizes africanas e indígenas por suas singularidades e aspectos geopolíticas;
- Identificar no currículo a inclusão da diversidade cultural como forma de redução das desigualdades sociais, regionais e locais;

Referências Básicas

FÁVERO, O.; IRELAND, T.D. **Educação como exercício de diversidade**. Brasília: Unesco, 2007.

LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **Direitos humanos e as práticas de racismo**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. 1 recurso online (287p.) (Temas de interesse do Legislativo; 19). Disponível em: http://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/13516/direitos_humanos_santos.pdf?sequence=2. Acesso em: out. 2022.

Referências Complementares

BRASIL. MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais: temas transversais - pluralidade cultural e orientação sexual**. Brasília, MEC/SEF, v.2, 2.ed. 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>. Acesso em: out. 2022.

Brasil. [Estatuto da igualdade racial (2010)]. **Estatuto da igualdade racial: Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, e legislação correlata**. 4. ed., 1. reimpr. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série Legislação; n. 171).

SILVA JÚNIOR, Hédio; BENTO, Maria Aparecida Silva; CARVALHO, Silvia Pereira de (Org.) **Educação infantil e práticas promotoras de igualdade racial**. São Paulo: CEERT: Instituto Avisa lá - Formação Continuada de Educadores, 52p. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11284-revistadeeducacaoinfantil-2012&category_slug=agosto-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: out. 2022.

MICHALISZYN, Mário S. **Relações étnico-raciais para o ensino da identidade e da diversidade cultural brasileira**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. 1.ed. Brasília: Ministério da Educação, 2009. 455 p. (Educação para todos; 32).



POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Código:	Carga Horária:40 h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

A evolução histórica da Educação escolar no Brasil: Política e Organização; Legislação educacional no Brasil na Constituição Federal de 1988 e na LDBEN (Lei nº 9394/96); Plano Nacional de Educação; O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) e suas garantias na escolarização; Diretrizes para a Educação Básica; Concepções e paradigmas curriculares para a Educação Nacional; Diretrizes e políticas pertinentes à educação ambiental, as relações étnico- raciais e outras garantias legais.

Competências e Habilidades

- Analisar a evolução histórica da Educação Escolar no Brasil no âmbito dos seus aspectos socioeconômicos, políticos, históricos e culturais, do período colonial ao estado democrático, evidenciando os embates em prol do acesso gratuito à escola pública;
- Conhecer as Resoluções, Diretrizes, Portarias e outros documentos legais que garantam os conhecimentos referentes às questões sócio ambientais, éticos, estéticos e relativos a diversidades étnico- raciais, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípio de equidade;
- Analisar a aplicação dos dispositivos legais da LDB e da legislação educacional complementar a respeito da Educação Básica, que regulamentam a organização administrativa, pedagógica e os recursos financeiros;
- Compreender a relevância do Plano Nacional de Educação no processo de continuidade e descontinuidade das políticas educacionais;
- Conhecer os direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, conforme o ECA.

Referências Básicas

SAVIANI, D. **Educação Brasileira: estrutura e sistema**. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.
DEMO, Pedro. **A nova LDB ranços e avanços**. 22. ed. Campinas: Papirus, 2010.
LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

Referências Complementares

ELIAS, J. R. **Comentários ao estatuto da criança e do adolescente: lei 8.069, de julho de 1990**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
NISKIER, A. **História da Educação Brasileira**. Rio de Janeiro: Altadena, 2011.
ROMANELLI, O. **História da Educação no Brasil**. 34. ed. Rio de Janeiro, Vozes, 2009.
VEIGA, C. G., LOPES, El. M. T., FARIA FILHO, L. M. de (org.) **500 Anos de Educação no Brasil**. 4. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2010.



DIDÁTICA

Código:	Carga Horária:60 h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

Educação, ensino e didática; Tendências Pedagógicas da prática escolar; Teorias de Currículo; Transposição didática; Processos de organização e gestão do trabalho docente; Planejamento de Ensino; Avaliação da aprendizagem.

Competências e Habilidades

- Compreender a função social do ensino e as concepções pedagógicas como referenciais para o desenvolvimento da prática pedagógica;
- Conhecer os processos de organização e gestão do trabalho docente como norteadores de uma ação intencional e sistemática;
- Identificar as concepções de currículo e suas implicações para o processo de ensino aprendizagem;
- Entender a gestão do trabalho docente tendo o planejamento como norteador das experiências educativas em sintonia com a natureza das instituições educativas e com as demandas sociais;
- Elaborar e aplicar planos de ensino, observando seus elementos constitutivos;
- Analisar, numa perspectiva crítica, a relevância dos conteúdos de ensino no processo de aquisição do conhecimento;
- Refletir sobre estratégias diversificadas de avaliação de aprendizagem e propostas de intervenção pedagógica que potencialize o desenvolvimento de diferentes capacidades nos alunos, reorientando o trabalho docente.

Referências Básicas

LIBANEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2010.
LUCKESI, Carlos Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
SELBACH, Simone (Org.) **Ciências e Didática**. Coleção: Como bem ensinar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
VEIGA, Ilma Passos Alencastro (coord.). **Repensando a Didática**. 28. ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.

Referências Complementares

CANDAU, Vera Maria (Org.). **Rumo a uma nova Didática**. 16. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2005.
FREIRE, Paulo. **Letras Portugêsa autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. 41. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.
VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Técnicas de ensino: por que não?** 16. ed.

Campinas,SP: Papirus, 2006.

PERRENOUD, PHILIPPE. 10 **Novas Competências para Ensinar**. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

HAIDT, Regina C.C. Curso de **Didática Geral**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2006.



PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Código:	Carga Horária:60 h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

A natureza da psicologia da educação como ciência aplicada; Concepções e tendências atuais; Caracterização do sujeito da educação nos seus aspectos cognitivos, afetivos e psicomotores. Relação entre educação, desenvolvimento e aprendizagem. Fracasso Escolar – diferentes perspectivas.

Psicologia da aprendizagem – conceituação e caracterização. Motivação da aprendizagem. Teorias da aprendizagem e as escolas psicológicas (da infância a adultez). Temas contemporâneos da psicologia da educação de interesse do cotidiano escolar.

Competências e Habilidades

- Compreender, através do estudo da Psicologia, o sujeito da educação nos seus aspectos cognitivos, afetivos e psicomotores relacionando educação, desenvolvimento e aprendizagem;
- Discutir as concepções e tendências atuais da Psicologia da Educação;
- Identificar a problemática subjacente ao fracasso escolar em relação: - ao aluno – à escola;
- Relacionar as variáveis que interferem na motivação para aprender;
- Conhecer os princípios das teorias: comportamentalista, psicanalítica, humanista, cognitiva e sua aplicação no processo de ensino-aprendizagem, examinando o significado da relação entre a psicologia e a base epistemológica do trabalho docente;
- Discutir a função social do educador e a complexidade das relações existentes no processo de construção do conhecimento considerando as transformações que se processam durante os vários estágios da vida humana.

Referências Básicas

BOCK, Ana M. Bahia. **Psicologia e as Psicologias: uma introdução ao estudo da Psicologia**. São Paulo: Cortez, 2000.

BIAGGIO, Ângela M. Brasil. **Psicologia do desenvolvimento**. 2ª. ed. Petrópolis : Vozes, 2009.

FREIRE, Izabel Ribeiro. **Raízes da Psicologia**. 7ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

LUSTOSA, Ana Valéria Marques Fortes. **Psicologia da Educação**. Teresina-PI: EDUFPI/UAPI, 2010.

NUNES, Ana Ignez Belém Lima; SILVEIRA, Rosemary do Nascimento. **Psicologia da**

aprendizagem – processos, teorias e contextos. Brasília: Liber Livro, 2011

Referências Complementares

BOCK, A. M. B; FURTADO, O, e TEIXEIRA, M. de L. T. **Psicologia sócio histórica.** São Paulo-SP: Cortez, 2001.

CARVALHO, M^a Vilani Cosme de (Org.). **Temas em Psicologia e Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

VIGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SHAFFER, David. **Psicologia do desenvolvimento.** São Paulo: Thomson, 2005



EDUCAÇÃO ESPECIAL

Código:

Carga Horária: 60 h

Eixo:

Pré-requisito:

EMENTA

Trajetória da Educação Especial à Educação Inclusiva: modelos de atendimento e paradigmas: exclusão, segregação, integração e inclusão. Legislações e Políticas Públicas para a educação especial. O público alvo da educação especial: alunos com deficiência, alunos com transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação. Princípios e fundamentos teóricos da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva; Cenário regional e local da educação especial.

Competências e Habilidades

- Refletir sobre a trajetória histórica da educação especial à educação inclusiva, destacando os modelos de atendimento e seus paradigmas;
- Compreender os fundamentos legais e as políticas públicas que orientam a organização e funcionamento do ensino para a inclusão escolar;
- Reconhecer o público alvo da educação especial: alunos com deficiência, alunos com transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação;
- Situar os princípios e fundamentos teóricos da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva;
- Caracterizar a educação especial, organização curricular, terminalidade específica, metodologias de ensino e avaliação;
- Identificar os recursos da tecnologia assistiva, bem como de acessibilidade para uso competente tendo em vista o aprimoramento da prática pedagógica e a ampliação das possibilidades de acesso e permanência no ensino básico e superior;
- Desenvolver ações de pesquisa, avaliação, criação e aplicação que valorizem o trabalho coletivo, interdisciplinar com intencionalidade pedagógica, valorização e aperfeiçoamento do ensino do público alvo da educação especial;
- Conhecer as especificidades, necessidades e potencialidades da educação especial

identificando as modalidades de atendimento da Educação Especial no Sistema Regular de Ensino.

Referências Básicas

ALVES, Carla Barbosa.[et. al.]. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Abordagem Bilíngue na Escolarização de Pessoas com Surdez**. Brasília: MEC/ SEESP, [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

BRASIL, Ministério de Educação. **Secretaria de Educação Especial. Educar na Diversidade**.

Módulo 02: o enfoque da educação inclusiva. Brasília: 2005.

BRASIL, Ministério de Educação. **Marcos Políticos Legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2010.

CAMPBELL, Selma Inês. **Múltiplas faces da Inclusão**. Rio de Janeiro: Wak, 2009.

Referências Complementares

GOMES, Adriana Lima Verde. [et. al.]. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: O Atendimento Especializado para Alunos com Deficiência Intelectual**. Brasília: MEC/ SEESP, [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

CARVALHO, RositaEdler. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. 3ªed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

FERREIRA, E. C. GUIMARÃES, M. **Educação inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

BELISÁRIO FILHO, José Ferreira; CUNHA, Patrícia. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Transtornos Globais do Desenvolvimento**. Brasília: MEC/ SEESP, [Fortaleza]:Universidade Federal do Ceará, 2010.

BRASIL, Ministério de Educação. **Marcos Políticos Legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2010.



EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Código:

Carga Horária: 40h

Eixo:

Pré-requisito:

EMENTA

Diversidade geracional na Educação de Jovens e Adultos (EJA); Fundamentos históricos e legais da EJA; Pressupostos teórico-metodológicos da EJA; Inclusão Social e EJA; Organização e adaptação curricular; Metodologias de ensino e processo de avaliação em EJA; Políticas públicas para a EJA; A EJA no contexto regional e local.

Competências e Habilidades

- Observar as práticas pedagógicas em EJA, analisando em consonância com a diversidade geracional e as metodologias de ensino e processo de avaliação;
- Identificar a modalidade de educação para jovens e adultos – EJA – como uma política de inclusão social;
- Conhecer os fundamentos legais que regem o atual sistema nacional de Educação para Jovens e Adultos;
- Discutir princípios norteadores da EJA no Brasil, as influências externas, bem como as políticas públicas que a fomentam;
- Entender a abrangência e o contexto da realidade social, econômica e política, na qual se insere o complexo educacional voltado para a EJA;
- Investigar os sistemas estadual e municipal a abrangência e aplicabilidade das políticas públicas na operacionalização da EJA;
- Analisar as complexidades e especificidades da EJA de forma integral/inclusiva/contextualizada em ambientes formais, informais e prisionais.

Referências Básicas

RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). **Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leitoras**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008.

SCHEIBEL, Maria Fani e LEHENBAUER, Silvana (Orgs.). **Saberes e singularidades na educação de jovens e adultos**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

TIRIBA, Lia; CIAVATTA, Maria (Orgs.). **Trabalho e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Liber/UFF, 2011.

Referências Complementares

BRASIL, **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**, Brasília-DF, 1996.

BRZEZINSKI, Iria. **LDB dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares**. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2010.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José Eustáquio (Orgs.). **Educação de Jovens e Adultos: teorias, práticas e propostas**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOURA, Tânia M^a de Melo. **Formação de professores para a Educação de Jovens e Adultos: dilemas atuais**. Porto Alegre: Autêntica, 2010.

FERREIRA, M^a José de Rezende [et.all.]. **EJA e Educação Profissional: desafios da pesquisa e da formação no PROEJA**. Recife: Liber, 2012.



TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO

Código:

Carga Horária:40h

Eixo:

Pré-requisito:

EMENTA

A sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem. Pedagogias do século XXI. Evolução das TIC's na educação; Educação e cibercultura; Virtualização e construção do conhecimento; Impactos da Internet na educação escolar e na formação continuada do professor. A Internet como instrumento didático; Educação a Distância-EaD; Ambientes Virtuais de Aprendizagem-AVA. Metodologias ativas. Análise crítica das tecnologias de informação e comunicação e suas implicações teóricas e práticas na educação e formação humana. Consumo e ética no uso das Tecnologias.

Competências e Habilidades

- Compreender as Tecnologias da Informação e da Comunicação e suas relações com o processo de ensino e aprendizagem;
- Conhecer os fundamentos legais e pedagógicos da EaD;
- Promover atitudes favoráveis diante do uso de tecnologias na educação como elementos estruturantes de diferentes possibilidades de práticas educativas.

Referências Básicas

FREIRE, W. et al. **Tecnologia e Educação: as mídias na prática docente**. Rio de Janeiro: Wak, 2008.

KENSKI, V. M.. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 8. Ed. Campinas (SP): Papirus, 2011.

TAJRA, S. F.. **Informática na educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor da atualidade**. 3. ed. São Paulo: Érica, 2001.

Referências Complementares

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. 2. ed. Rio de Janeiro: ed. 34, 2010.

KENSKI, V.M. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 8.ed. Campinas: Papirus, 2010

NORTON, P. **Introdução à informática**. São Paulo: Pearson Makon Books, 2010.

PAIS, L. C.. **Educação Escolar e as Tecnologias da Informática**. Autêntica, 2002.

FERRETI, C. J. (Org.). **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: Um Debate Multidisciplinar**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.



LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS

Código:

Carga Horária: 60 h

Eixo:

Pré-requisito:

EMENTA

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), caracterização, leis e decretos. Fundamentos dos aspectos políticos, sociais e linguísticos da Língua de Sinais e sua importância para a comunidade surda. Evolução histórica da educação de surdos. Cultura e identidade surda. Inclusão do aluno surdo na educação básica. Introdução aos aspectos linguísticos da LIBRAS: fonologia, morfologia e sintaxe. Vocabulário básico da LIBRAS. Tecnologias e surdez.

Competências e Habilidades

- Analisar os instrumentos legais que regulamentam a inclusão da pessoa com surdez no atual sistema de ensino público e privado;
- Refletir os fundamentos políticos, sociais e linguísticos da Língua de Sinais e sua importância para a afirmação cultural da comunidade surda;
- Conhecer a evolução histórica da educação de surdos ao longo dos séculos para contextualizar o ensino nos dias atuais;
- Reconhecer a Libras como língua, enfatizando os aspectos culturais e identitários da comunidade surda;
- Delinear a inclusão do aluno surdo no ambiente educacional para respeito às diferenças, reconhecimento e valorização da diversidade;
- Compreender os aspectos linguísticos introdutórios, seus processos de construção, disseminação e uso da Libras;
- Adquirir vocabulário básico da Libras para o estabelecimento de uma comunicação inicial com pessoas surdas;
- Expandir o uso da Libras legitimando-a como primeira língua da pessoa surda;
- Usar as tecnologias para aprimoramento da prática pedagógica e ampliação da formação cultural e cognoscitiva do estudante surdo;
- Desenvolver ações de pesquisa, avaliação, criação e uso de Tecnologias da Informação e Comunicação para a pessoa com surdez.

Referências Básicas

BRANDÃO, Flávia. **Dicionário Ilustrado de LIBRAS: Língua Brasileira de Sinais**. Global Editora, 2011.

FERNANDES, Eulalia. **Surdez e bilinguismo**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

Referências Complementares

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua Brasileira de Sinais: Estudos Linguísticos**, Florianópolis, SC: Artmed, 2004.

SOUZA, Regina Maria de; SILVESTRE, Nuria; ARANTES, Valeria Amorim. **Educação de surdos: pontos e contrapontos**. 2. ed. São Paulo: Summus, 2007.

BRASIL MEC/SEESP. Educação Especial - Língua Brasileira de Sinais (Série Atualidades Pedagógicas). Caderno 3. Brasília/DF. 1997

KOJIMA, C. K.; SEGALA, S. R. Revista Língua de Sinais. A Imagem do Pensamento. Editora Escala – São Paulo/SP. N.º 02 e 04, 2001

MOURA, LODI & PEREIRA. Língua de sinais e Educação do Surdo (Série neuropsicológica, v.3). São Paulo /SP – Editora TEC ART, 1993.



Código:	Carga Horária: 80h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa:	
Elementos necessários à organização do ensino; Planejamento e avaliação; Metodologias inovadoras; Metodologias específicas das disciplinas aplicadas aos ensinos de Língua Portuguesa e Literatura.	
Competências e Habilidades	
• Discutir os conteúdos e os aspectos metodológicos de língua portuguesa e de Literatura, no Ensino Fundamental e Médio, e sua importância para o desenvolvimento do raciocínio dos estudantes. • Adquirir habilidade no preparo de uma unidade didática e na pesquisa de recursos didáticos para o seu desenvolvimento dos conteúdos em Língua Portuguesa e Literatura.	
Referências Básicas	
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. CAMPS, Anna. Propostas didáticas para aprender a escrever. Porto Alegre, Armed, 2006. COSSON, Rildo. Letramento literário: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2007. EAGLETON, Terry. Teoria da literatura: uma introdução. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. GERALDI, João Wanderley (org.). O texto na sala de aula. 5. ed. São Paulo: Ática, 2011. KLEYMAN, Ângela. Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura. 7. ed., Campinas, São Paulo: Pontes, 2000.	
Referências Complementares	
GERHARDT, Ana Flávia Lopes Magela; AMORIM, Marcel Alvaro (Orgs.) A BNCC e o ensino de línguas e literaturas. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019. LAJOLO, Marisa. Domundo da leitura para a leitura do mundo. 6. ed. São Paulo: Ática, 2008. LEDA GALLO, Solange. Discurso da escrita e ensino. São Paulo. Campinas, Ed. da Unicamp, 1992. ROJO, Roxane Helena R.; MOURA, Eduardo (org.). Multiletramentos na escola. São Paulo: Parábola Editorial, 2012. SOUZA, Renata Junqueira de; FEBA, Berta Lúcia Tagliari (org.). Leitura literária na escola: reflexões e propostas na perspectivado letramento. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011. SUASSUNA, Lívia. Ensaios de pedagogia da língua portuguesa. Recife, Editora da Universitária -UFPE, 2006. SUASSUNA, L. Ensino de língua portuguesa: uma abordagem pragmática. 4. ed. Campinas: Papirus Editora, 2002. ZIBERMAN, Regina & LAJOLO, Marisa. A formação da leitura no Brasil. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003.	

INGLÊS INSTRUMENTAL	
Código:	Carga Horária: 40 h
Eixo:	Pré-requisito:
EMENTA	
Vocabulário e domínio das estruturas da Língua Inglesa através da leitura e interpretação de textos específicos baseados em estratégias de leitura.	
Competências e Habilidades	
- Desenvolver habilidades de análise e síntese à compreensão de textos literários, técnicos e/ou científicos através de estratégias de leitura em língua estrangeira (LE); - Utilizar as estratégias de leitura, extraíndo o significado de textos através do contexto de palavras cognatas, repetidas, uso de dicionários, de afixos e classe e de classes de palavras.	
Referências Básicas	
DIAS, R. Reading critically in English. 3. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2002. FIORI SOUZA, et al. Leitura Instrumental em Língua Inglesa. Londrina: Planográfica, 2003. CRAVEN, M. Reading Keys – Introducing. Thailand: Macmillan, 2003. CAMBRIDGE. International Dictionary of English. Londres: Cambridge University Press, 1996.	
Referências Complementares	
AMOS, et al. Challenge. São Paulo: Moderna, 2005. MURPHY, R. English Grammar in Use. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. ANDERSON, Neil J. Active - Habilidades de leitura: livro 2 ; Singapura: Heinle & Heinle, 2002. OXENDEN, Clive; LATHAM-KOENIG, C.; SELIGSON P. New English File Elementary. Oxford: University Press, 2004. SWAN, Michael. Practical English Usage. Oxford: University Press, 1995. SOUZA; A.G.F...[et AL.]. Leitura em língua inglesa: uma abordagem instrumental. São Paulo: Disal, 2005. TORRES, Nelson. Gramática “O Inglês Descomplicado”. 10. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2007.	

16.2 COMPONENTES CURRICULARES ESPECÍFICOS

 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA PIAUÍ	
INTRODUÇÃO À LINGUÍSTICA	
Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
Linguística como ciência. Linguagem, língua e fala: características, funções e variações. O	

signo linguístico. A dupla articulação da linguagem. Estruturalismo. Gerativismo. Teoria da enunciação. Formalismo x funcionalismo.
Competências e Habilidades
• Reconhecer a natureza da linguagem, seus aspectos sócio-histórico-culturais; • Relacionar os princípios da Linguística ao ensino de língua.
Referências Básicas
FIORIN, José Luiz (org.). Introdução à linguística. Vol. 1. São Paulo: Contexto, 2002. MARTELOTTA, M. Eduardo (org.). Manual de linguística. São Paulo: Contexto, 2009. MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. Introdução à linguística – vol. 1. São Paulo: Cortez, 2001.
Referências Complementares
LOPES, Edward. Fundamentos da linguística contemporânea. São Paulo: Cultrix, 1991. LYONS, John. Língua(gem) e linguística. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. MARTIN, R. Para entender a linguística. São Paulo: Parábola, 2003. SAUSSURE, Ferdinand. Curso de linguística geral. São Paulo: Cultrix, 2008. WEEDWOOD, Bárbara. História concisa da linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS	
Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
Leitura, interação e produção de sentido: concepções de leitura, conhecimentos do leitor necessários na leitura e estratégias de leitura. Sequências tipológicas, gêneros textuais e domínios discursivos. A escrita na universidade: leitura e produção de gêneros acadêmicos. Mecanismos de textualização e de argumentação dos gêneros acadêmicos: resumo, resenha crítica, seminário, artigo científico. Créditos Práticos: Leitura, compreensão e interpretação de textos acadêmico-científicos e gêneros textuais em uma perspectiva interdisciplinar	
Competências e Habilidades	
• Conhecer os mecanismos de textualização e de argumentação dos gêneros acadêmicos: resumo, resenha crítica, seminário, artigo científico. Conhecer e aplicar as normas em trabalhos acadêmicos. • Utilizar os mecanismos de textualização e de argumentação dos gêneros acadêmicos: resumo, resenha crítica, seminário, artigo científico.	
Referências Básicas	
KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Escrever e argumentar. São Paulo: Contexto, 2016. KÖCHE, Vanilda Salton; BOFF, Odete Maria Benetto; PAVANI, Cinara Ferreira. Prática	

textual: atividades de leitura e escrita. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. MOTTA-ROTH, D.;
KÖCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Maria Vanda. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
HENDGES, G. H. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

Referências Complementares

CINTRA, Anna Maria Marques; PASSARELLI, Lília Ghiuro. Leitura e produção de texto. São Paulo: Blucher, 2011.
KLEIMANN, Angela. Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura. 15. ed. Campinas, SP: Pontes, 2013.
KÖCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Maria Vanda. Ler e escrever: estratégias de produção textual. 2. ed. - São Paulo: Contexto, 2011.
MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola, 2010.
ANTUNES, I. **Análise de Textos:** fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2016.
MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
SILVEIRA MARTINS, Dileta; ZILBERKNOP, Lúbia S. **Português instrumental:** de acordo com as atuais normas da ABNT. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2010.



LÍNGUA E CULTURA LATINA

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
A relevância linguístico-cultural do estudo do latim nos cursos de Letras. História e formação da Língua latina. Relações de aspectos fonológicos, morfológicos e sintáticos do Latim e língua portuguesa. Literatura latina. Leitura, tradução e análise de textos diversos em latim. Traços latinos em línguas românicas.	
Competências e Habilidades	
• Reconhecer aspectos socioculturais e históricos do Latim; • Analisar os fenômenos fonológico, morfológicos e sintáticos da Língua Latina e suas relações com a língua portuguesa; • Analisar diversos textos em Latim.	
Referências Básicas	
CARDOSO, Zélia de Almeida. Iniciação ao latim. São Paulo: Editora Ática, 1997. FURLAN, Oswaldo A. Gramática, língua e literatura latina. Petrópolis: Vozes, 2006. GARCIA, J. M. Introdução à teoria e prática do latim. Brasília: UNB, 2000. REZENDE, Antônio Martinez de. Latina essentia: preparação ao latim. 5. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: EDUFMG, 2005.	

Referências Complementares

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. Gramática latina: curso único e completo. 24 ed. São Paulo: Saraiva, 1992. COMBA, Júlio. Programa de latim: introdução à língua latina. v. I. 18 ed. rev. e atual. São Paulo: Salesiana, 2002.

CARDOSO, Zélia de Almeida. A literatura latina. – 2 ed. – São Paulo: Martins fontes, 2003.

COMBA, Júlio. Programa de latim: introdução aos clássicos. v. II. 6 ed. São Paulo: Salesiana, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo. Grécia e Roma. 4 ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2007.

GRIMAL, Pierre. História de Roma. Tradução Maria Leonor Loureiro. São Paulo: Editora Unesp, 2011.



LEITURA: TEORIA E PRÁTICA

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
Concepções de leitura e suas relações com o ensino. Metodologias da aula de leitura. A leitura em ambientes digitais. Concepções de leitura de acordo com os documentos oficiais (PCN, BNCC, etc) e ensino. Funções da leitura em ambiente de sala de aula e fora dela. Análise de material didático de leitura. Elaboração de propostas didáticas para leitura no ensino fundamental. Projetos de intervenção vinculados ao ensino da leitura.	
Competências e Habilidades	
• Ampliar os saberes para ensinar a leitura em sala de aula do Ensino Fundamental. • Reconhecer os modelos de leitura na escola. • Analisar as práticas de leitura na escola. •	
Referências Básicas	
BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992.	
BORTONI-RICARDO, Stella Maris et al. (Orgs.). Leitura e mediação pedagógica. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.	
CORACINI, M. J. (Org.) O jogo discursivo na aula de leitura: língua materna e língua estrangeira. 2 ed., Campinas/SP: Pontes 2002.	
FIORIN, J. L. Linguística e pedagogia da leitura. Scripta, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p. 107117, 2004.	
GERALDI, J. W. (org.) O texto na sala de aula. São Paulo: Ática, 2011.	
GERALDI, J. W. Portos de passagem. São Paulo: Martins Fontes, 1993. HANKS, W. A língua como prática social – das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin. São Paulo: Cortez, 2008. Cap. 2 e 3.	
Referências Complementares	
GERALDI, J. W. (org.) O texto na sala de aula. São Paulo: Ática, 2011.	
GERALDI, J. W. Portos de passagem. São Paulo: Martins Fontes, 1993. HANKS, W. A língua como prática social – das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin. São Paulo: Cortez, 2008. Cap. 2 e 3.	
KLEIMAN, A. Oficina de leitura: teoria e prática. Campinas/SP: Pontes, 1993.	

KLEIMAN, A. Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura. 10. Ed. Campinas/SP: Pontes, 2002.

KOCH Ingedore Villaça, ELIAS Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.

MELO, M. A.; SILVA, L. H. O. O leitor atrapalhado e a formação docente. Revista Brasileira de Literatura Comparada, v. 35, p. 63-75, 2018.

ORLANDI, E. P. Discurso e leitura. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012.



TEORIA E CRÍTICA LITERÁRIA

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
A <i>Poética</i> de Aristóteles: conceitos básicos. Literatura: conceito, funções e influência. Teoria da Literatura: origem, conceito, objeto e métodos de estudo. Gêneros literários: conceituação historiográfica. Estudo da Tragédia, Comédia e Epopeia. As formas narrativas: Romance, Novela, Conto e seus elementos estruturadores. A poesia lírica. Versificação: métrica, ritmo, rima e estrofe. Periodização literária: o tempo e o espaço, autores e obras importantes.	
Competências e Habilidades	
• Analisar os conceitos sobre a literatura e suas implicações no ensino; • Reconhecer os aspectos constituintes da Teoria da Literatura; • Relacionar texto literário e outras linguagens.	
Referências Básicas	
AMORA, Antônio Soares. <i>Introdução à teoria literária</i> . São Paulo: Cultrix, 1973. BOSI, Alfredo. <i>Reflexões sobre a arte</i> . São Paulo: Ática, 1995. ARISTÓTELES. <i>Arte Poética</i> . São Paulo: Martin Claret, 2005. BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (org.). <i>Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas</i> . 2 ed. Maringá: Eduem, 2005.	
Referências Complementares	
BRAIT, Beth. <i>A personagem</i> . 7. ed. São Paulo: Ática, 2004. CADEMARTORI, Lígia. <i>Períodos literários</i> . São Paulo: Ática, série Princípios, 1995. CARA, Salete de Almeida. <i>A poesia lírica</i> . 2. ed. São Paulo: Ática, 1986. COSTA, Lígia Militz da. <i>A poética de Aristóteles: mimese e verossimilhança</i> . São Paulo: Ática, 1992. CULLER, Jonathan. <i>Teoria literária: uma introdução</i> . São Paulo: Beca, 1999. D'ONOFRIO, Salvatore. <i>Teoria do texto: prolegômenos e teoria da narrativa</i> . V.1. 2 ed. São Paulo: Ática, 2002. _____. <i>Teoria do texto: teoria da lírica e do drama</i> . V. 2. São Paulo: Ática, 2001. EAGLETON, Terry. <i>Teoria da literatura</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1983. GANCHO, Cândida Vilares. <i>Como analisar narrativas</i> . 7. ed. São Paulo: Ática, 2001. GOLDSTEIN, Norma. <i>Versos, sons, ritmos</i> . 13. ed. São Paulo: Ática, 2000.	

GOTLIB, Nádía Batella. *Teoria do conto*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1990.
 KOTHE, Flávio. *O herói*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.
 LAJOLO, Marisa. *O que é Literatura*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
 MESQUITA, Samira Nahid de. *O enredo*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003.
 PIRES, Orlando. *Manual de teoria e técnica literária*. Rio de Janeiro: Presença, 1985.
 PROENÇA FILHO, Domício. *Estilos de Época na literatura*. São Paulo: Ática, 1983.
 SAMUEL, Rogel. (org.). *Manual de teoria literária*, Petrópolis: Vozes, 1985.
 SILVA, Vitor Manuel de Aguiar e. *Teoria da literatura*. 8. ed. Coimbra: Almedina, 1994.
 SOARES, Angélica. *Gêneros literários*. São Paulo: Ática, 1989.
 STAIGNER, Emil. *Conceitos fundamentais da poética*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.



HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
História externa da Língua Portuguesa - Estudos relativos à história da Língua Portuguesa. Do latim aos primeiros textos em galego português (séc. XIII). As fases da Língua Portuguesa na Europa e no Brasil. A ortografia do Português Brasileiro e do Europeu. História interna da Língua Portuguesa - evolução fonética, morfológica, sintática. Vocalismo, consonantismo e metaplasmos. A influência do Latim e de outras línguas no português brasileiro.	
Competências e Habilidades	
1 Refletir sobre as relações entre aspectos sociohistóricos e a constituição da língua. 2 Obter um conhecimento geral da história externa da língua portuguesa. 3 Compreender o processo de evolução fonética, morfológica e sintática da língua portuguesa. 4 Refletir sobre a diversidade da língua portuguesa, no tempo e no espaço, e sobre os fatores sociohistóricos que a determinam. 5 Refletir sobre a formação do léxico português, atentando para as relações entre esse processo e aspectos sociohistóricos.	
Referências Básicas	
COUTINHO, Ismael de L. Gramática Histórica . Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011. FARACO, Carlos Alberto. Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas . São Paulo, Ática, 1991. SPINA, Segismundo (ORG.). História da Língua Portuguesa . São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.	
Referências Complementares	
CASTRO, Ivo. Curso de história da língua portuguesa . Lisboa, Universidade Aberta, 1991. MEILLET, Antoine. A evolução das formas gramaticais . São Paulo: Parábola, 2020. ILARI, Rodolfo. Linguística Românica . São Paulo: Ática, 2001. SILVA, Thais. Fonética e fonologia do português . 10 ed. São Paulo: Contexto, 2013.	



AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM

Código:	Carga Horária: 40h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
O lugar da aquisição da linguagem na Psicolinguística. Teorias de aquisição da linguagem. Compreensão de distúrbios de linguagem nas crianças. Estudo dos processos envolvidos no desenvolvimento da fala e da escrita. Discussões sobre questões relacionadas aos processos de aprendizagem da escrita. Contribuições da área para o ensino de língua materna.	
Competências e Habilidades	
Compreender o desenvolvimento da Linguagem oral e escrita do sujeito como um processo bio-psico-sociocultural que acontece nas inter-relações cotidianas e com os objetos, por meio das diferentes linguagens verbais e não verbais, a fim de instrumentalizar-se para identificar e orientar os alunos em casos de variações e dificuldades na aprendizagem, visando a formação de leitores críticos, éticos e produtores de conhecimentos.	
Referências Básicas	
DEL RE, Alessandra. Aquisição de linguagem : uma abordagem psicolinguística. São Paulo: Contexto, 2006. DE LEMOS, M. T. G. A língua que me falta . Uma análise dos estudos em aquisição da linguagem. Mercado de Letras. São Paulo. 2002. SILVA, C. L. da C. A criança na linguagem : enunciação e aquisição. Campinas: Pontes, 2009.	
Referências Complementares	
ABAURRE, Maria Bernadete Marques; FIAD, Raquel Salek; MAYRINK-SABINSON, Maria Laura Trindade. Cenas de Aquisição da Escrita : o sujeito e o trabalho com o texto. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1997. BORTONE, Marcia Elizabeth; MARTINS, Cátia. A Construção da leitura e da escrita . São Paulo: Parábola, 2013. GERALDI, João Wanderley. CITELLI, B. (coordenadores). Aprender e ensinar com textos de alunos . 7ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011. MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). Manual de linguística . 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012. MELO, L. E. Principais teorias/abordagens da aquisição de linguagem . In: MELO, L. E. (org.). Tópicos de psicolinguística aplicada. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2005.	



LINGÜÍSTICA DO TEXTO

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:

Ementa	
Abordagem panorâmica da evolução dos estudos linguísticos: do sistema para o uso. A origem da Linguística Textual, incluindo as causas do surgimento das gramáticas textuais, bem como seus diferentes momentos na passagem da teoria da frase à teoria de texto. Definições gerais de linguística textual: situação atual e perspectivas futuras. Estudo dos elementos da textualidade e sua aplicabilidade. Referenciação e discurso. Conceito e análise de tipos textuais e de gêneros textuais. Gêneros textuais no ensino de língua.	
Competências e Habilidades	
• Reconhecer os fundamentos da Linguística Textual e suas principais contribuições para os estudos da linguagem. • Compreender as noções de texto e discurso e suas implicações para a análise e produção de textos. • Reconhecer os fatores de textualidade e seu funcionamento em prol da produção de sentido. • Perceber o caráter fundador do sentido nos processos de manutenção de tópicos e subtópicos.	
Referências Básicas	
COSTA, Alessandra Castilho da <i>et al.</i> Linguística textual e ensino. São Paulo: Contexto, 2017. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Introdução à linguística textual: trajetórias e grandes temas. 2a. ed. Contexto, 2009. MARCUSCHI, Luiz Antonio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.	
Referências Complementares	
BORTONE, Marcia Elizabeth; MARTINS, Cátia Regina Braga. A construção da leitura e da escrita: do 6o ao 9o ano do ensino fundamental. São Paulo: Parábola, 2008. CAVALCANTE, Monica Magalhães <i>et al.</i> (Org.). Referenciação. São Paulo: Contexto, 2003. CHIAPPINI, Ligia; BRANDÃO, Helena; MICHELETTI, Guaraciaba (Coordenadora). Aprender e ensinar com textos didáticos e paradidáticos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011. FÁVERO, Leonor. L.; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Linguística textual: introdução. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. A inter-ação pela linguagem. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2013. RIBEIRO, Ana Elisa. Multimodalidade, textos e tecnologias: provocações para a sala de aula. São Paulo: Parábola, 2021.	

MORFOLOGIA DA LÍNGUA PORTUGUESA	
Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
Conhecimentos teóricos e aplicados sobre os aspectos morfológicos da Língua Portuguesa	

analisado no âmbito da Gramática Tradicional. Determinação do papel dos estudos morfológicos na tradição gramatical e análise dos temas morfológicos tradicionais, tais como (classes gramaticais, estrutura e formação de palavras), bem como o tratamento dado aos conceitos morfológicos (entre outros, flexão e derivação) na gramática normativa. Atuais tendências em formação de palavras no português. Aspectos morfológicos e suas interfaces com o ensino.
Competências e Habilidades • Compreender os fundamentos e os mecanismos da descrição morfológica, a fim de que os discentes sejam capazes de analisar o sistema linguístico do português; • Perceber as relações entre morfologia, sintaxe e fonologia.
Referências Básicas KEHDI, Valter. Morfemas do português. São Paulo: Ática, 2001. ROSA, Maria Carlota. Introdução à morfologia. 6. ed. 2013. SILVA, Maria Cecília P. de Souza. Linguística aplicada ao português: morfologia. 18. ed. 2011.
Referências Complementares CAMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. Estrutura da língua portuguesa. 47. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016. ROCHA, Luiz Carlos de Assis. Estruturas morfológicas do português. São Paulo: Martins Fontes, 2008. SILVA, Maria Cristina Figueiredo, MEDEIROS, Alessandro Boechat de. Para conhecer Morfologia. São Paulo: Contexto, 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA PIAUI	
SINTAXE DA LÍNGUA PORTUGUESA	
Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa Análise sintática de base gramatical tradicional: revisão conceitual. Aplicação das noções sintáticas, da estrutura oracional mínima, a partir da composição de sintagmas e das relações textuais. A Teoria X-barra. A Teoria dos Papéis Temáticos e o seu funcionamento. Aspectos sintáticos e suas interfaces com o ensino.	
Competências e Habilidades • Analisar a estrutura interna da oração, em termos de relações sintagmáticas e de funções sintáticas. • Identificar as relações inter-oracionais de subordinação e de coordenação. • Conhecer os princípios sobre a estrutura básica dos sintagmas na teoria moderna da sintaxe.	

Referências Básicas
AZEREDO, José Carlos. Iniciação à Sintaxe do português. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990. CARONE, Flávia. Morfossintaxe. 9. ed. São Paulo: Ática, 2006. KENEDY, Eduardo; OTHERO, Gabriel de Ávila. Para conhecer Sintaxe. São Paulo: Contexto, 2018. MIOTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina Figueiredo; LOPES, Ruth. Novo manual de sintaxe. São Paulo: Contexto, 2013. PERINI, Mário Alberto. Sintaxe. São Paulo: Parábola Editorial, 2019. SOUSA-E-SILVA, Maria Cecília P. de; KOCH, Ingedore Villaça. Linguística aplicada ao português: sintaxe. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2014.
Referências Complementares
BATISTA, Ronaldo de Oliveira. A palavra e a sentença: estudo introdutório. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 39. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2019. FIORIN, José Luiz (org.). Introdução à Linguística. II. Princípios de análise. 4. ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010. HENRIQUES, Claudio Cezar. Sintaxe: estudos descritivos da frase para o texto. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018. MACAMBIRA, José Rebouças. A estrutura morfossintática do português. 6. ed. São Paulo: Pioneira, 1987.

SOCIOLINGÜÍSTICA	
Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
Linguagem, língua e cultura. O relativismo cultural e a heterogeneidade linguística. História da Sociolinguística. A teoria da variação linguística; a Sociolinguística interacional e a Sociolinguística educacional. Crédito Prático: etnografia em sala de aula.	
Competências e Habilidades	
• Compreender os conceitos básicos da Sociolinguística; • Reconhecer as variações linguísticas e a diversidade linguística do português do Brasil; • Utilizar os pressupostos da sociolinguística variacionista em estudos e pesquisas; • Compreender a relação existente entre a Sociolinguística e outras áreas do conhecimento; • Relacionar teorias sociolinguísticas e ensino de língua portuguesa.	
Referências Básicas	
BORTONI-RICARDO, Stela Maris. Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. BORTONI-RICARDO, S. M. Manual de Sociolinguística. São Paulo: Contexto, 2014. BAGNO, M. Preconceito linguístico: o que é, como se faz. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.	

MOLICA, M. C.; BRAGA, M. L. Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2003.

Referências Complementares

FARACO, Carlos Alberto. Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. HORA, D. (Org.) Diversidade linguística no Brasil. João Pessoa: Idéia, 1997. MOLICA, MC; BRAGA, M.L(Org.). Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação, São Paulo: Contexto, 2013.

MONTEIRO, José Lemos. Para compreender Labov. Petrópolis. RJ. Vozes, 2000.

RIBEIRO, B. T. GARCEZ, P. M. (Org.) Sociolinguística interacional. Porto Alegre: AGE Editora, 1998.

SOARES, M. Linguagem e escola: uma perspectiva social. São Paulo: Ática, 1989.

TARALLO, F. A pesquisa sociolinguística (Série princípios). São Paulo: Ática, 1985.



FONÉTICA E FONOLOGIA

Código:

Carga Horária: 60h

Eixo:

Pré-requisito:

Ementa

Conceitos básicos de análise fonética e fonológica. O sistema fonológico do português brasileiro. Análise fonológica. Regras e processos fonológicos do português brasileiro. Fonética, Fonologia e ensino.

Competências e Habilidades

- Compreender os mecanismos de produção da fala e o sistema fonológico do português brasileiro, articulando-os à prática do professor de Português na Educação Básica.
 - Estudar o aparelho fonador humano.
 - Identificar os segmentos consonantais e vocálicos do português brasileiro.
 - Conhecer a transcrição fonética do português brasileiro.
 - Identificar os principais conceitos da fonologia do português brasileiro.
- Articular os conceitos de Fonética e Fonologia na prática do professor de Português na Educação Básica.

Referências Básicas

BIZELLO, Aline; OLIVEIRA, Julio Cesar Cavalcanti de. **Fonética e fonologia da língua portuguesa**. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

CALLOU, D. e LEITE, Y. Iniciação à fonética e fonologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

ROBERTO, Tânia Mikaela Garcia. **Fonologia, fonética e ensino:**

guia introdutório. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

Referências Complementares

BISOL, Leda (Org.). **Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro**. 3. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

BISOL, Leda (Org.). **Fonologia e variação**: recortes do português brasileiro. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

CRISTÓFARO SILVA, Cristóforo. **Exercícios de fonética e fonologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

FIORIN, José Luiz. **Introdução à Linguística**. São Paulo: Contexto, 2005. v. 2. MORI, Angel Corbera. **Fonologia**. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, AnnaChristina (orgs.).

Introdução à linguística: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001. v. 1



LINGÜÍSTICA APLICADA AO ENSINO DE LÍNGUA

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
Breve panorama histórico da Linguística Aplicada. A Linguística Aplicada no Brasil. Conceituação de Linguística Aplicada. Visão contemporânea da Linguística Aplicada. Aquisição/Aprendizagem e ensino de línguas. Reflexões sobre o ensino-aprendizagem de língua materna na perspectiva da Linguística Aplicada. Crédito Prático: Elaboração de proposta metodológica sobre o ensino-aprendizagem de língua materna na perspectiva da linguística aplicada.	
Competências e Habilidades	
• Reconhecer o percurso teórico-metodológico da Linguística Aplicada; • Relacionar conceitos do escopo da Linguística ao ensino de língua materna; • Elaborar proposta metodológica sobre o ensino-aprendizagem de língua materna na perspectiva da linguística aplicada.	
Referências Básicas	
FORTKAMP, M. B. M.; TOMITCH, L. M. B. (Orgs.). Aspectos da linguística aplicada. Florianópolis: Insular, 2000.	
MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). Por uma linguística aplicada indisciplinar. 2. ed. - São Paulo: Parábola, 2008.	
SIGNORIN, Inez; CAVALCANTI, Marilda C. (Orgs.). Linguística aplicada e transdisciplinaridade. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.	
Referências Complementares	
FIGUEIREDO, Francisco José Quaresma de; SIMÕES, Darcilia (Orgs.) Linguística aplicada, prática de ensino e aprendizagem de línguas. Campinas: Pontes, 2017.	
FINGER, Ingrid; QUADROS, Ronice Muller. Teorias de aquisição da linguagem. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008. GERHARDT, Ana Flávia Lopes Magela (Org.). Ensino-aprendizagem na perspectiva da linguística aplicada. Campinas: Pontes, 2013.	

GONÇALVES, Adair Vieira; SILVA, Wagner Rodrigues da; GÓIS, Marcos Lúcio de Sousa (Orgs.). Visibilizar a linguística aplicada: abordagens teóricas e metodológicas. Campinas: Pontes, 2014.

PEREIRA, Regina Celi; ROCA, Maria Del Pilar (Orgs.). Linguística aplicada: um caminho com diferentes acessos.

São Paulo: Contexto, 2009.



LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
Concepções de alfabetização e de letramento. Alfabetização, letramentos e letramento escolar. Pesquisa sobre letramento e alfabetização na Escola. Fala, leitura e escrita. Crédito Prático: a prática de letramento e alfabetização em sala de aula.	
Competências e Habilidades	
- Compreender os conhecimentos concernentes ao processo de alfabetização e às práticas de letramentos no contexto escolar e fora dela.	
Referências Básicas	
CAGLIARI, L.C. Linguística e alfabetização. São Paulo: Scipione, 1989. FERREIRO, E. Reflexões sobre alfabetização. 14. ed. São Paulo: Cortez/Autores associados, 1989. SOARES, M. Alfabetização e letramento. São Paulo: Contexto, 2008.	
Referências Complementares	
BORTONI-RICARDO, Stela Maris; MACHADO, Veruska Ribeiro; CASTANHEIRA, Salete Flores. Formação do professor como agente letrador. São Paulo: Contexto, 2010. GUMPERZ, Jenny Cook. A construção social da alfabetização. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. KLEIMAN, A. Bustos. Os Significados do Letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995. SOARES, Magda. Alfabetização: a questão dos métodos. 1. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.	



SEMÂNTICA, PRAGMÁTICA E ENSINO

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
Sentido, referência. Semântica lexical: sinonímia, antonímia, hiponímia e hiperonímia,	

polissemia e homonímia. Semântica formal, enunciativa e cognitiva. Significação dos enunciados: acarretamento, pressuposição, asserção, negação, transitividade, operadores argumentativos, quantificadores. Significação e uso da linguagem. Semântica e Ensino. A Pragmática no campo dos estudos da linguagem. O ensino de línguas na perspectiva da Pragmática
Competências e Habilidades • Reconhecer princípios teóricos da Semântica; • Situar a Semântica no contexto dos estudos linguísticos; • Identificar a presença de operadores argumentativos na língua em funcionamento; • Aplicar os estudos de Semântica no ensino de língua materna.
Referências Básicas ARMENGAUD, Françoise. A pragmática. São Paulo: Parábola, 2006. (Na ponta da língua; v. 8). ILARI, R. Introdução à Semântica. Brincando com a Gramática. São Paulo: Contexto, 2021. ILARI, R. & W. GERALDI. Semântica. São Paulo, Ática, 1985. KOCK, Ingedore V. O texto e a Construção dos Sentidos. São Paulo: Ed. Contexto. OLIVEIRA, R. P. Semântica formal: uma breve introdução. Campinas: Mercado das Letras, 2001.
Referências Complementares DUCROT, Oswald. (1972) Princípios de Semântica Lingüística. São Paulo, Cultrix. GUIMARÃES, Eduardo R.J. (1987) Texto e argumentação. Campinas, Pontes, 1987. GUIMARÃES, Eduardo. Os Limites do Sentido. Campinas, Pontes, 1995. MUSSALIN, Fernanda & BENTES, Anna Christina. Introdução à Lingüística. Vol. 2 – Capítulos Semântica e Pragmática. São Paulo: Ed. Cortez. SUASSUNA, Livia. Ensino de Língua Portuguesa: uma abordagem pragmática. 4. ed. Campinas: Papyrus, 1995.

ORALIDADE, LETRAMENTO E ENSINO	
Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa A escrita como prática social, considerando-se a oralidade e as interações sociais no ambiente escolar. Oralidade, fala e o processo de aprendizagem da escrita. Oralidade e letramento no ensino de produção oral e escrita de textos de diferentes gêneros previstos nos PCN.	
Competências e Habilidades • Reconhecer a escrita como prática social; • Relacionar letramento e oralidade; • Reconhecer o papel da oralidade produção escrita;	

Referências Básicas
MARCUSCHI, L. A. Da fala para a escrita: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001 MARCUSCHI, L. A. Oralidade e ensino de língua: uma questão pouco “falada”. In: DIONÍSIO, A. P.; BEZERRA, M. A. O livro didático de Português: múltiplos olhares. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003. SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. (Org.). Gêneros orais e escritos na escola. Campinas: Mercado de Letras, 2004. Cap. 1 e 2. TFOUNI, L. V.; ASSOLINI, F. E. P.; PEREIRA, A. C. Letramento: é possível uma escrita despida de oralidade? Revista Pro-Posições, Campinas, v. 30, 2019.
Referências Complementares
BENTES, A. C. Linguagem oral no espaço escolar: discutindo o lugar das práticas e dos gêneros orais na escola. Língua Portuguesa: ensino fundamental / Coordenação, Egon de Oliveira Rangel e Roxane Helena Rodrigues Rojo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. CHARTIER, Anne-Marie. Práticas de leitura e escrita. Belo Horizonte: Ceale, Autêntica, 2007. GERALDI, J. W. Culturas orais em sociedades letradas. Educação & Sociedade, ano XXI, dezembro, 2000. KLEIMAN, Angela. B. (org.). Os significados do letramento. Campinas: Mercado de Letras, 2004. MORTATTI, Maria do R. L. Educação e Letramento. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2004. ONG, W. Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra. São Paulo: Papirus, 1998.

LITERATURA PORTUGUESA	
Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
Formação da Literatura portuguesa em comparação com outras literaturas ocidentais. Cantigas trovadorescas. Humanismo: teatro de Gil Vicente. Classicismo: a épica e a lírica de Luís de Camões. Poesia Barroca: apresentação de Antônio Vieira. Pré-Romantismo. Poética Romântica. Realismo/Naturalismo/Parnasianismo.	
Competências e Habilidades	
• Compreender o processo de formação literária a partir do contexto lusófono; • Reconhecer diferentes autores, textos literários e/ou outras manifestações culturais; • Analisar textos literários (poesia e prosa) da cultura portuguesa; • Reconhecer a relação entre as manifestações literárias lusófonas e brasileira para a construção da identidade nacional.	
Referências Básicas	
ALVES, T. <i>D'além-mar</i>: estudos de Literatura Portuguesa. Rio de Janeiro: Oficina Editores, 2008. CIDADE, Hernani. <i>A Poesia Lírica Cultista e Conceptista</i>. Lisboa: Serra Nova, 1968.	

CUNHA, Maria H. Ribeiro da. E PIVA, Luiz. *Lirismo e Epopeia em Luís de Camões*. São Paulo: Cultrix/ EDUSP, 1980.

FIGUEIREDO, Fidelino. *História Literária de Portugal: séculos XII-XX*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1960.

MOISÉS, M. *A literatura portuguesa através dos textos*. 36. ed. São Paulo: Cultrix, 2009.

Referências Complementares

ABDALA Jr. Benjamin. *Literatura, História e política*. São Paulo: Ática, 1989 (Ensaio)

RODRIGUES, Medina. *Literatura Portuguesa*. São Paulo: Ática, 1998.

SARAIVA, A. J.; LOPES, Ó. *História da literatura portuguesa*. 17. ed. Portugal: Porto Editora, 2010.

SPINA, Segismundo. *A Lírica Trovadoresca*. São Paulo, 1996 (Coleção Texto e Arte, 1)

SPINA, Segismundo. *Literatura Portuguesa: Era Medieval*. São Paulo: Difel, 1986.

VECCHI, C. A. et al. *A literatura portuguesa em perspectiva: Romantismo e Realismo*, v. 3. São Paulo: Editora Atlas, 1994.

VIEIRA, Antonio. *Sermões-problemas sociais e políticos do Brasil*. (org. Antonio Soares Amora). São Paulo: Cultrix, 2000.



LITERATURA BRASILEIRA I

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
Formação Histórica da Literatura Brasileira: da literatura dos viajantes ao Arcadismo, em seus aspectos históricos, formais e socioculturais.	
Competências e Habilidades	
• Compreender o processo de formação histórico-literária a partir do contexto brasileiro; • Reconhecer diferentes autores, textos literários e/ou outras manifestações culturais; • Analisar textos literários (poesia e prosa) da cultura brasileira, no período da colonização ao sec. XVIII; • Relacionar as primeiras manifestações literárias, no Brasil, para a construção da identidade nacional.	
Referências Básicas	
BOSI, A. <i>História concisa da literatura brasileira</i>. 48. ed. São Paulo: Cultrix, 2012. BOSI, A. <i>Dialética da colonização</i>. São Paulo Companhia das Letras, 1992. CASTELLO, J. A.; CANDIDO, A. <i>Presença da Literatura Brasileira: das origens ao romantismo</i>. São Paulo: DIFEL, 1979. CANDIDO, A. <i>Formação da literatura brasileira: momentos decisivos</i>. 16. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul; São Paulo: FAPESP, 2017.	
Referências Complementares	
COUTINHO, A. (Org.). <i>A literatura no Brasil</i> . São Paulo: Global Editora, 2003. v. 1 e 2.	

D'ONOFRIO, Salvatore. *Literatura ocidental: autores e obras fundamentais*. 2. Ed. São Paulo: Ática. 2000.

FILHO, Domício Proença. *Estilos de época na literatura*. São Paulo: Ática, 1983.

HANSEN, João Adolfo & MOREIRA Marcello. *Para que todos entendais: Poesia atribuída a Gregório de Matos e Guerra* - Vol. 5 Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2014.

MOISÉS, Massaud. *História da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1997.

MOISÉS, Massaud. *A literatura brasileira através dos textos*. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

RONCARI, L. *Literatura brasileira: dos primeiros cronistas aos últimos românticos*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2014.



LITERATURA BRASILEIRA II

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
Autores e obras do Romantismo ao Parnasianismo/Simbolismo	
Competências e Habilidades	
• Analisar textos literários (poesia e prosa) da literatura brasileira, no período do Romantismo ao Simbolismo, séc. XVIII e XIX; • Relacionar manifestações literárias do séc. XVIII e XIX, no Brasil, para a construção da identidade nacional.	
Referências Básicas	
BOSI, A. <i>História concisa da literatura brasileira</i> . 48. ed. São Paulo: Cultrix, 2012. CANDIDO, A. <i>Formação da literatura brasileira: momentos decisivos</i> . 16. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul; São Paulo: FAPESP, 2017. COUTINHO, A. (Org.). <i>A literatura no Brasil</i> . São Paulo: Global Editora, 2003. v. 1 e 2.	
Referências Complementares	
D'ONOFRIO, Salvatore. <i>Literatura ocidental: autores e obras fundamentais</i> . 2. ed. São Paulo: Ática. 2000. FILHO, Domício Proença. <i>Estilos de época na literatura</i> . São Paulo: Ática, 1983. MOISÉS, Massaud. <i>História da literatura brasileira</i> . São Paulo: Cultrix, 1997. MOISÉS, Massaud. <i>A literatura brasileira através dos textos</i> . 18. ed. São Paulo: Cultrix, 1994. RONCARI, L. <i>Literatura Brasileira</i> . São Paulo: EDUSP, 1995.	



LITERATURA BRASILEIRA III

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	

Manifestações literárias do Pré-modernismo e vanguardas europeias. Modernismo: Geração de 30 aos anos 70. Literatura Contemporânea
Competências e Habilidades
• Analisar textos literários (poesia e prosa) da literatura brasileira, no período do Modernismo; • Reconhecer autores e obras; • Relacionar manifestações literárias do séc. XX e XXI, no Brasil, para a construção da identidade nacional.
Referências Básicas
MOISÉS, Massaud. <i>História da literatura brasileira</i>. São Paulo: Cultrix:, 1997. SARAIVA, Arnaldo. <i>Modernismo brasileiro e modernismo português: subsídios para o seu estudo e para a história das suas relações</i>. Campinas. Editora UNICAMP, 2004. TELLES, Gilberto Mendonça. <i>Vanguardas europeias e modernismo brasileiro</i>. São Paulo: Perspectiva, 2001. BUENO, Luís. <i>Uma História do Romance de 30</i>. São Paulo. EDUSP, 2015.
Referências Complementares
CAMPOS, Augusto de; PIGNATARI, Décio; CAMPOS, Haroldo de. <i>Teoria da poesia concreta: textos críticos e manifestos</i>. 4. Ed. Cotia: Ateliê, 2006. COUTINHO, Afrânio (direção). <i>A literatura no Brasil</i>. 4. ed. Vols. 2 a 4. São Paulo: Global, 1997. D'ONOFRIO, Salvatore. <i>Literatura ocidental: autores e obras fundamentais</i>. 2 ed. São Paulo: Ática:, 2000. MARTINS, Nilce Sant'Anna. <i>O léxico de Guimarães Rosa</i>. São Paulo. EDUSP, 2021. MOISÉS, Massaud. <i>A literatura brasileira através dos textos</i>. 18. ed. São Paulo: Cultrix:, 1994.

 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA PIAUI LITERATURA PIAUIENSE	
Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
Estudo das obras dos autores mais representativos na poesia e ficção piauiense.	
Competências e Habilidades	
• Reconhecer aspectos da cultura e literatura regional; • Identificar autores e obras da literatura piauiense; • Analisar obras literárias de autoria piauiense, relacionando ao cenário literário brasileiro e universal. •	

Referências Básicas
BRASIL, Assis. <i>Dicionário Prático de Literatura Brasileira</i> . Edição Ouro, Rio, 1979. LIMA, Luiz Romero. <i>Literatura Brasileira de Expressão Piauiense</i> . 22. ed. Teresina: Fundação Quixote, 2023.
MAGALHÃES, Maria do Socorro Rios. <i>Horizontes de leitura e crítica literária: a recepção da literatura piauiense (1900-1930)</i> . 1997. 302 f. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.
MENESES, Raimundo de. <i>Dicionário Literário Brasileiro</i> . 4 Vols. Edição Saraiva, São Paulo, 1969.
Referências Complementares
MORAES, Herculano. <i>Nova Literatura Piauiense</i> . Rio de Janeiro: Ed. Artenova S.A., 1975.
MORAES, Herculano. <i>Visão Histórica da Lit. Piauiense</i> . Rio de Janeiro: Com. Ed. Americana, 1976.
NUNES, Manoel Paulo. <i>Modernismo & vanguarda: notas de leitura impressionista</i> . Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2017.
NUNES, Manoel Paulo. Panorama. <i>Revista Caderno de Letras Meridiano</i> , Teresina, p. 9, out. 1949.
NUNES, Manoel Paulo. <i>A geração perdida</i> . Rio de Janeiro: Artenova, 1979.
REIS, Raimundo. <i>Poetas do Piauí</i> . Teresina: s/e, 1958.

	
CULTURA E LITERATURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA	
Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
Estudo da cultura indígena. Prosa de ficção de autores expoentes das literaturas africanas de expressão portuguesa. Conceitos teóricos que norteiam o fazer literário contemporâneo: categorias narratológicas tradicionais. História das literaturas: hibridismo linguístico, humor, tradições africanas, visão de mundo, tempo e espaço, percepção.	
Competências e Habilidades	
• Compreender os conceitos fundamentais que embasam a relação entre literatura, cultura afro-brasileira e indígena; • Debater a representação da pessoa negra e do indígena na literatura e cultura brasileiras; • Reconhecer aspectos socioculturais e históricos do negro e do indígena na poesia e nas narrativas brasileiras.	
Referências Básicas	
ABDALA JUNIOR, Benjamin. <i>De Voos e Ilhas: literatura e comunitarismos</i> . Cotia: Ateliê Editorial, 2003. BERND, Zilá. <i>Literatura e identidade nacional</i> . 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. BROOKSHAW, David. <i>Raça e cor na literatura brasileira</i> . Porto Alegre: Avenida Nossa Senhora de Fátima s/n Bairro Fátima CEP 64.202-220 Parnaíba - PI 97 Mercado Aberto, 1983. CHAVES, Rita. <i>A formação do romance angolano</i> . Maputo; São Paulo: FBLP; Via Atlântica	

USP, 1999.
CUNHA, M. C. da. *História dos Índios no Brasil*. Companhia das Letras, 1992.

Referências Complementares

FERREIRA, Manuel. *Literaturas africanas de expressão Portuguesa*. V. II. Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1977.
HAMILTON, Russell. *Literatura africana, literatura necessária*. Lisboa, Ed. 70, 1981.
KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
MUNDURUKU, Daniel. *Contos indígenas brasileiros*. 2. ed. São Paulo: Editora Global, 2005.
REIS, Carlos. *O Conhecimento da Literatura: Introdução aos Estudos literários*. Lisboa, Almedina, 2001.
RIBEIRO, B. G. *O índio na cultura brasileira*. Rio Comprido, RJ, s/d.



LITERATURA INFANTO-JUVENIL

Código:

Carga Horária: 60h

Eixo:

Pré-requisito:

Ementa

Formação do repertório de literatura Infantil/juvenil: contos, fábulas, poemas, crônicas, quadrinhos, lendas e músicas. Transformação do leitor através da literatura infantil/juvenil. A literatura infantil/juvenil como gênero literário.

Competências e Habilidades

- Discutir a formação da literatura infantil e juvenil;
- Analisar obras literárias para crianças e jovens;
- Refletir sobre as práticas de leitura da literatura infantil e juvenil na escola e no livro didático.

Referências Básicas

ABRAMOVICH, Fanny. *Literatura Infantil*: Gostosura e Bobices. 5. ed. Scipione: São Paulo, 1995.
AGUIAR, Vera Teixeira de & BORDINI, Maria da Glória. *Literatura: a formação do leitor – alternativas metodológicas*. Mercado Aberto: Porto Alegre, 1988.
BELTNKY, Tatiana ET alli. *A Produção cultural para a criança*. Mercado Aberto: Porto Alegre, 1996.
BETTELHEIM, Bruno. *A psicanálise dos contos de fadas*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1980.
CADERMATORI, Ligia. *O que é literatura infantil*. 5. ed. Brasiliense: São Paulo, 1991.

Referências Complementares

COELHO, Nelly Novaes. *Literatura infantil: Teoria, análise, didática*. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Moderna, 2000.
COLOMER, Teresa. *Introdução à literatura infantil e juvenil atual*. São Paulo: Global, 2017.
CUNHA, Maria Antonieta Antunes. *Literatura Infantil: teoria, análise e didática*. 6. Ed. Ática: São Paulo, 1994.
DEBU, Eliane. *A temática da cultura africana e afro-brasileira na literatura para crianças e jovens*. São Paulo: Cortez, 2017.
DOHME, Vânia D'Angelo. *Técnica de Contar histórias*. Informal: São Paulo, 2003. GARCIA,

Edson Gabriel. *A leitura na escola de 1º grau*. 2. ed. Loyola: São Paulo, 1992.
 KHÊDE, Sônia Salomão. *Literatura Infantojuvenil: um gênero polêmico*. 2. ed. Mercado Aberto: Porto Alegre, 1986.
 LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *Literatura Infantil Brasileira: História e histórias*. 6. ed. Ática: São Paulo, 2002.
 ZILBERMAN, Regina. *A literatura infantil na escola*. São Paulo: Contexto, 2003.
 ZILBERMAN, Regina; LAJOLO, Marisa. *Literatura infantil brasileira: Uma nova outra história*. São Paulo; Curitiba: FTD; PUCPRPress, 2017.



LITERATURA DE AUTORIA FEMININA

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:
Ementa	
Discussão sobre a questão da literatura de autoria feminina e seus pressupostos teóricos; estudo em extensão e profundidade crítica de uma ou mais autoras basilares para o desenvolvimento da Literatura de autoria feminina. A literatura produzida por mulheres.	
Competências e Habilidades	
• Reconhecer a representação feminina na literatura; • Analisar obras literárias de autoria feminina; • Reconhecer aspectos socioculturais e de empoderamento feminino na literatura.	
Referências Básicas	
BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo. (Trad.) Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980 BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1979. BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Tradução Maria Helena Kühner. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.	
Referências Complementares	
LAURENTIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. (Org.) Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242. LOBO, L. Literatura de autoria feminina na América Latina. Rev. Mulher e Literatura, Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: < https://lfilipe.tripod.com/LLobo.html > Acesso em: 05 nov, 2023. PERROT, Michelle. As mulheres ou os silêncios da história. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005. WOOLF, Virginia. <i>Um teto todo seu</i> . Tradução de Vera Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. XAVIER, E. Para além do cânone. In: RAMALHO, C. (Org.) <i>Literatura e feminismo: propostas teóricas e reflexões críticas</i> . Rio de Janeiro: Elo, 1999, p. 15-22.	

16.3 PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR



PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC) I

Código:	Carga Horária:40 h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

Práticas de Ensino como instrumento de integração do estudante com a realidade do exercício da prática docente que possibilitam a sua interlocução com as temáticas de estudo no módulo/semestre; identificação e análise de perspectivas e experiências dos licenciandos sobre ensinar e ser um profissional docente; observação, análise e intervenção em contextos educacionais; iniciação profissional junto às escolas ou outros ambientes educacionais; Interdisciplinaridade entendida como concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas objetivam proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento. Estudos sobre Os princípios que filosóficos e sociológicos que fundamentam a concepção de educação como direito de todos e o papel docente no processo de consolidação desse direito. O registro através do uso do portfólio.

Referências Básicas

- FAZENDA, I.C.A. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 18.ed. Campinas: Papirus, 2011.
- FREIRE, P. **Letras Português da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- ZABALZA, M. A. **Diários de Aula: um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Referências Complementares

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: jul. 2020.
- CUNHA, M. I. **O bom professor e sua prática**. 4.ed. Campinas: Papirus, 1994.
- PERRENOUD, P. **10 novas competências para ensinar: convite à viagem**. Porto Alegre: Artmed, 2000. 192 p.
- SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 18.ed. Campinas: Autores Associados, 2009.
- ZABALA, A.. **A Prática Educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- VILLAS BOAS, B. M. F. **Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico**. Campinas: Papirus, 2004.

PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC) II

Código:

Carga Horária: 40 h

Eixo:

Pré-requisito:

EMENTA

Práticas de Ensino como instrumento de integração do estudante com a realidade do exercício da prática docente que possibilitam a sua interlocução com as temáticas de estudo no módulo/semestre; identificação e análise de perspectivas e experiências dos licenciandos sobre ensinar e ser um profissional docente; observação, análise e intervenção em contextos educacionais; iniciação profissional junto às escolas ou outros ambientes educacionais; Interdisciplinaridade entendida como concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas objetivam proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento. Estudos sobre as políticas públicas para educação voltadas para a garantia de acesso, permanência e desenvolvimento de sujeitos historicamente excluídos e impactos reais na realidade local. Registro em portfólio.

Referências Básicas

DEMO, P. **A nova LDB ranços e avanços**. 22. ed. Campinas: Papirus, 2010.
LIBÂNEO, J. C; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.
LÜDKE, M. **Pesquisas em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.

Referências Complementares

ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. São Paulo. Papirus, 1995.
BRANDÃO, C. R. (org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
REYES, C R.; MONTEIRO, H. M. (Orgs.). **Um olhar crítico-reflexivo diante da realidade educacional**. São Carlos: EdUFSCar, 2010.82p. Disponível em http://livresaber.sead.ufscar.br:8080/jspui/bitstream/123456789/2754/1/Pe_Reyes_OlharCritico.pdf Acesso em nov. 2022.
SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 8. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1985.
GADOTTI, M. **Letras Portugêsa da práxis**. São Paulo: Cortez, 1995.
VILLAS BOAS, B. M. F. **Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico**. Campinas: Papirus, 2004.

PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC) III	
Código:	Carga Horária: 40h
Eixo:	Pré-requisito:
EMENTA	
Práticas de Ensino como instrumento de integração do estudante com a realidade do exercício da prática docente que possibilitam a sua interlocução com as temáticas de estudo no módulo/semestre; identificação e análise de perspectivas e experiências dos licenciandos sobre ensinar e ser um profissional docente; observação, análise e intervenção em contextos educacionais; iniciação profissional junto às escolas ou outros ambientes educacionais; Interdisciplinaridade entendida como concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas objetivam proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento. Estudos sobre as diferentes formas de aprender; atuação da gestão escolar diante dos alunos que apresentam dificuldades no processo de aprendizagem; a gestão como articuladora de ações interventivas de apoio à aprendizagem. Articulação multidisciplinar. Registro em do portfólio.	
Referências Básicas	
FERREIRA, N. S. C. Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2006. PLACCO, Vera Maria; ALMEIDA, Laurinda (orgs.). O Coordenador Pedagógico e os desafios da educação; São Paulo: Loyola, 2008. PATTO, M. H. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. 458p.	
Referências Complementares	
LÜCK, H. Dimensões de gestão escolar e suas competências. – Curitiba: Editora Positivo, 2009. NÓVOA, Antônio (org.). As organizações escolares em análise Instituto de Inovação Educacional; Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992 SOUZA, S. A.; YANNOULAS, S, C. Equipes multidisciplinares nas escolas de educação básica: velhos e novos desafios. In: FRANCISCHINI, R.; VIANA, M. N. (Org.). Psicologia escolar: que fazer é esse? Brasília: Conselho Federal de Psicologia, set. 2016, p. 74-78. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/08/CFP_Livro_PsinaEd_web.pdf>. Acesso em: nov. 2022. VILLAS BOAS, B. M. F. Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico. Campinas: Papirus, 2004.	

	
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC) IV	
Código:	Carga Horária: 40h
Eixo:	Pré-requisito:
EMENTA	

Práticas de Ensino como instrumento de integração do estudante com a realidade do exercício da prática docente que possibilitam a sua interlocução com as temáticas de estudo no módulo/semestre; identificação e análise de perspectivas e experiências dos licenciandos sobre ensinar e ser um profissional docente; observação, análise e intervenção em contextos educacionais; iniciação profissional junto às escolas ou outros ambientes educacionais; Interdisciplinaridade entendida como concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas objetivam proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento. Estudos sobre as práticas de letramento desenvolvidas na escola; abordagens metodológicas que oportunizem a aprendizagem da leitura e escrita de alunos que não desenvolveram estas habilidades na idade certa; construção de recursos pedagógicos; intervenção e análise dos resultados. Registro em do portfólio.

Referências Básicas

- BAMBERGER, R. **Como incentivar o hábito de leitura**. 7. ed. São Paulo, SP: Ática, 2010. 109p.
- CARVALHO, M. **Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e a prática**. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- FERREIRO, E. **Reflexões sobre alfabetização**. 26.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Referências Complementares

- LERNER, D. **Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2002. 120p.
- SILVA, E.T.. **O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova Letras Português da leitura**. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- SOARES, M.B. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- FIGUEIREDO, R. V. **Escola, Diferença e Inclusão**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.
- CORTEZ, R. V.; FARIA M. A. Distúrbios de aprendizagem e os desafios da educação escolar. **Revista eletrônica saberes da educação**. Vol. 02, nº 1, 2011. Disponível em: < www.docs.uninove.br/>. Acesso em out. 2022.
- VILLAS BOAS, B. M. F. **Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico**. Campinas: Papirus, 2004.



PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC) V

Código:	Carga Horária: 40h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

Práticas de Ensino como instrumento de integração do estudante com a realidade do exercício da prática docente que possibilitam a sua interlocução com as temáticas de estudo no módulo/semestre; identificação e análise de perspectivas e experiências dos licenciandos sobre ensinar e ser um profissional docente; observação, análise e intervenção em contextos educacionais; iniciação profissional junto às escolas ou outros ambientes educacionais; Interdisciplinaridade entendida como concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas

objetivam proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento. Estudos sobre as práticas de ensino de língua materna desenvolvidas na escola; abordagens metodológicas que oportunizem o desenvolvimento e aprendizagem das competências lógico-matemática; abordagens interventivas de identificação e práticas pedagógicas para o desenvolvimento de habilidades; construção de recursos pedagógicos; intervenção e análise dos resultados. Registro em do portfólio.

Referências Básicas

Referências Complementares



PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC) VI

Código:	Carga Horária: 40h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

Práticas de Ensino como instrumento de integração do estudante com a realidade do exercício da prática docente que possibilitam a sua interlocução com as temáticas de estudo no módulo/semestre; identificação e análise de perspectivas e experiências dos licenciandos sobre ensinar e ser um profissional docente; observação, análise e intervenção em contextos educacionais; iniciação profissional junto às escolas ou outros ambientes educacionais; Interdisciplinaridade entendida como concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas objetivam proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento. Estudos sobre o currículo escolar e as práticas de adaptações, flexibilizações em função de responder às características de todos os alunos; identificação das práticas realizadas na escola; intervenção e análise dos resultados. Registro em do portfólio.

Referências Básicas

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: out. 2022.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 325 p.

Referências Complementares

ARROYO, M. G. **Currículo, território de disputa**. 5. Ed. – Petrópolis, RJ: vozes, 2013.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Adaptações Curriculares/ Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC/ SEF/SEESP, 1998.

CAPELLINI, V.L.M.F; FONSECA, K.A; LOPES JUNIOR, J. Flexibilização e adaptação curricular no processo de inclusão escolar. In: VALE, T.G.M.; MAIA, A.C.B. (org.). **Aprendizagem e**

comportamento humano (online). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/ybbg4/02>. Acesso em: nov. 2022.

GLAT, R.; BLANCO, L.M.V. Educação especial no contexto de uma Educação Inclusiva. In: GLAT, Rosana (org.). **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, p. 15-35, 2007.

SILVA, T. T. ; MOREIRA, A. F. **Currículo, cultura e sociedade**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

VILLAS BOAS, B. M. F. **Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico**. Campinas: Papyrus, 2004.



PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC) VII

Código:	Carga Horária: 40 h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

Práticas de Ensino como instrumento de integração do estudante com a realidade do exercício da prática docente que possibilitam a sua interlocução com as temáticas de estudo no módulo/semestre; identificação e análise de perspectivas e experiências dos licenciandos sobre ensinar e ser um profissional docente; observação, análise e intervenção em contextos educacionais; iniciação profissional junto às escolas ou outros ambientes educacionais; Interdisciplinaridade entendida como concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas objetivam proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento. Estudos sobre a metodologia de experimentação como estratégia facilitadora do ensino e da aprendizagem numa abordagem inclusiva; identificação das práticas realizadas na escola; intervenção e análise dos resultados. Registro em portfólio.

Referências Básicas

CARVALHO, A. M. P. **Ensino de ciências por investigação: condições para implementação em sala de aula**. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

GERARDI, L.H.de O.; CARVALHO, P.de. **Geografia: ações e reflexões**. Rio Claro: Ed. UNESP, 2006. 440 p. Disponível em: http://www.rc.unesp.br/igce/newpos/new_geo/dowgeografia.php. Acesso em: out. 2022.

HERMES, S. T. **Metodologia do ensino de Ciências Naturais** [recurso eletônico]. 1. ed. – Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2019. Disponível em: < https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/358/2019/07/MD_Ciencias-Naturais-1.pdf> Acesso em: out. 2022

Referências Complementares

BRASIL. Resolução CONAMA n. 2, de 15 de junho de 2012. **Diretrizes curriculares nacionais de educação ambiental**. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em out. 2022.

MARIN, A. A. e KASPER, K. M. **A natureza e o lugar habitado como âmbitos da experiência estética: novos entendimentos da relação ser humano – ambiente**. Educação em Revista, Belo

Horizonte, v.25, n.02, p.267-282, ago. 2009.

MELLO, S. S. e TRAJBER, R. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola.** Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao3.pdf>. Acesso em out.2022.

MOREIRA, M. A.; MASINI, E. F. S. **Aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel.** 3ª reimpressão. São Paulo: Centauro, 2011.

VILLAS BOAS, B. M. F. **Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico.** Campinas: Papirus, 2004.



PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC) VIII

Código:	Carga Horária: 40 h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

Práticas de Ensino como instrumento de integração do estudante com a realidade do exercício da prática docente que possibilitam a sua interlocução com as temáticas de estudo no módulo/semestre; identificação e análise de perspectivas e experiências dos licenciandos sobre ensinar e ser um profissional docente; observação, análise e intervenção em contextos educacionais; iniciação profissional junto às escolas ou outros ambientes educacionais; Interdisciplinaridade entendida como concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas objetivam proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento. Estudos sobre a Arte educação e as contribuições para a inclusão escolar; identificação das práticas realizadas na escola; intervenção e análise dos resultados. Registro em portfólio.

Referências Básicas

BARBOSA, A. M. **Arte-educação no Brasil.** Editora Perspectiva, 7.ed. 2019. 136p.
FERRAZ, M. H.C.T.; FUSARI, M. F. R. **Metodologia do ensino de arte: fundamentos e proposições.** 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2018. 222 p.
IAVELBERG, R. **Para gostar de aprender arte: sala de aula e formação de professores.** Porto Alegre, RS: Artmed, 2008. 126p.

Referências Complementares

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: out. 2022.
MOREIRA, M. A.; MASINI, E. F. S. **Aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel.** 3ª reimpressão. São Paulo: Centauro, 2011.
WEBER, M. L. T. **A Importância da Arte na Educação Especial.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 2, Vol. 13. pp 261-267, janeiro de 2017.

VILLAS BOAS, B. M. F. **Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico**. Campinas: Papirus, 2004.

16.4 PROJETO DE EXTENSÃO/CURRICULARIZAÇÃO



FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DE COMPONENTE CURRICULAR EXTENSÃO NO ENSINO SUPERIOR

Código:	Carga Horária:40 h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

Conceitos e princípios da extensão universitária; base legal da extensão e da curricularização; diretrizes para as ações de extensão universitária; a extensão universitária e as políticas públicas; articulação da extensão universitária com os movimentos sociais e com os setores produtivos; impacto e transformação social da extensão universitária; aprendizagem baseada em projetos; etapas para a elaboração de atividades e projetos de extensão universitária.

Referências Básicas

BRASIL, **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 - 2024 e dá outras providências. Brasília/DF. 2018.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **NOTA TÉCNICA 6/2022** - PROEN/REI/IFPI Orientação para implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI: 2022.

LISBÔA FILHO, F. F. Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.

SILVA, O. da. O que é extensão universitária. Integração: ensino, pesquisa e extensão, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 148-9, maio 1997.

Referências Complementares

RAYS, O. A. Ensino-Pesquisa-Extensão: notas para pensar a indissociabilidade. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, p. 71-85, mar. 2012. ISSN 1984-686X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5034>>. Acesso em: out.de 2022.

SANTOS, J. H.; ROCHA, B. F.; PASSAGLIO, K. T. Extensão universitária e formação no ensino superior. **Revista Brasileira De Extensão Universitária**, v. 7, n. 1, p. 23-28, 28 maio 2016. <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/3087> Acesso em: out. de 2012.

SEVERINO, A. J. Ensino e pesquisa na docência universitária: caminhos para a integração. Universidade de São Paulo - Faculdade de Educação, FEUSP. **Cadernos de Letras PortuguêsUniversitária** n.3 p.1-40 2008. Disponível em: <http://www.prpg.usp.br/attachments/article/640/Caderno_3_PAE.pdf> Acesso em: out. 2022.

LISBÔA FILHO, F. F. Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUÍ

PLANEJAMENTO EXTENSIONISTA

Código:	Carga Horária: 40 h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

Participação diagnóstica e planejamento; ações de extensão na comunidade; debater e definir junto à comunidade as demandas a serem transformadas; construção de um plano de ação (projeto ou programa) em conjunto com a comunidade nas áreas do projeto e/ou programa institucional definido pelo(s) docente(s) responsável(is) pelo componente curricular com a anuência da coordenação do curso. Encaminhamentos para a definição do tema do componente curricular **Projeto de Extensão I**.

Referências Básicas

BRASIL, **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 - 2024 e dá outras providências. Brasília/DF. 2018.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **NOTA TÉCNICA 6/2022** - PROEN/REI/IFPI Orientação para implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI: 2022.

SILVA, O. da. O que é extensão universitária. Integração: ensino, pesquisa e extensão, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 148-9, maio 1997.

Referências Complementares

RAYS, O. A. Ensino-Pesquisa-Extensão: notas para pensar a indissociabilidade. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, p. 71-85, mar. 2012. ISSN 1984-686X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5034>>. Acesso em: out.de 2022.

SANTOS, J. H.; ROCHA, B. F.; PASSAGLIO, K. T. Extensão universitária e formação no ensino superior. **Revista Brasileira De Extensão Universitária**, v. 7, n. 1, p. 23-28, 28 maio 2016. <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/3087> Acesso

em: out. de 2012.

SEVERINO, A. J. Ensino e pesquisa na docência universitária: caminhos para a integração. Universidade de São Paulo - Faculdade de Educação, FEUSP. **Cadernos de Letras**

Português Universitária n.3 p.1-40 2008. Disponível em:

<http://www.prpg.usp.br/attachments/article/640/Caderno_3_PAE.pdf> Acesso em: out. 2022.

LISBÔA FILHO, F. F. Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.



PROJETO DE EXTENSÃO I: (título do projeto)

Código:	Carga Horária:40 h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

E etapa de execução do projeto de extensão definido coletivamente conforme demanda levantada pela turma e em anuência com a a coordenação do curso, em um ou mais de um formato previsto como atividade extensionista (I – programas; II – projetos; III – cursos e oficinas; IV – eventos; e V – prestação de serviços) descritos no Art. 14 da Resolução CNE/CP 07/2018). Estratégias de consolidação e socialização dos resultados. Avaliação das atividades de extensão. Encaminhamentos para a definição do tema Projeto de Extensão II.

Referências Básicas

BRASIL, **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 -2024 e dá outras providências. Brasília/DF. 2018.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **NOTA TÉCNICA 6/2022** – PROEN/REI/IFPI Orientação para implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI: 2022.

LISBÔA FILHO, F. F. **Extensão universitária**: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.

SILVA, O. **O que é extensão universitária**. Integração: ensino, pesquisa e extensão, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 148-9, maio 1997.

Referências Complementares

A ser definido conforme deliberação feita no pelo professor responsável pelo componente curricular em anuência com a coordenação do curso, e de acordo com os encaminhamentos indicados no componente curricular **Planejamento Extensionista**.



PROJETO DE EXTENSÃO II: (título do projeto)

Código:	Carga Horária:40 h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

E etapa de execução do projeto de extensão definido coletivamente conforme demanda levantada pela turma e em anuência com a a coordenação do curso, em um ou mais de um formato previsto como atividade extensionista (I – programas; II – projetos; III – cursos e oficinas; IV – eventos; e V – prestação de serviços) descritos no Art. 14 da Resolução CNE/CP 07/2018). Estratégias de consolidação e socialização dos resultados Avaliação das atividades de extensão. Encaminhamentos para a definição do tema Projeto de Extensão I.

Referências Básicas

BRASIL, **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 -2024 e dá outras providências. Brasília/DF. 2018.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **NOTA TÉCNICA 6/2022** – PROEN/REI/IFPI Orientação para implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI: 2022.

LISBÔA FILHO, F. F. **Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional**. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.

SILVA, O. **O que é extensão universitária**. Integração: ensino, pesquisa e extensão, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 148-9, maio 1997.

Referências Complementares

A ser definido conforme deliberação feita no pelo professor responsável pelo componente curricular em anuência com a coordenação do curso, e de acordo com os encaminhamentos indicados no componente curricular **Projeto de Extensão I**



PROJETO DE EXTENSÃO III: (título do projeto)

Código:	Carga Horária: 40h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA
E etapa de execução do projeto de extensão definido coletivamente conforme demanda levantada pela turma e em anuência com a a coordenação do curso, em um ou mais de um formato previsto como atividade extensionista (I - programas; II - projetos; III - cursos e oficinas; IV - eventos; e V - prestação de serviços) descritos no Art. 14 da Resolução CNE/CP 07/2018). Estratégias de consolidação e socialização dos resultados Avaliação das atividades de extensão. Encaminhamentos para a definição do tema Projeto de Extensão IV.
Referências Básicas
BRASIL, RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018 . Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 -2024 e dá outras providências. Brasília/DF. 2018. CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). NOTA TÉCNICA 6/2022 - PROEN/REI/IFPI Orientação para implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI: 2022. LISBÔA FILHO, F. F. Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional . Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022. SILVA, O. O que é extensão universitária . Integração: ensino, pesquisa e extensão, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 148-9, maio 1997.
Referências Complementares
A ser definido conforme deliberação feita no pelo professor responsável pelo componente curricular em anuência com a coordenação do curso, e de acordo com os encaminhamentos indicados no componente curricular Projeto de Extensão II .

PROJETO DE EXTENSÃO IV: (título do projeto)	
Código:	Carga Horária:40 h
Eixo:	Pré-requisito:
EMENTA	
E etapa de execução do projeto de extensão definido coletivamente conforme demanda levantada pela turma e em anuência com a a coordenação do curso, em um ou mais de um formato previsto como atividade extensionista (I - programas; II - projetos; III - cursos e oficinas; IV - eventos; e V - prestação de serviços) descritos no Art. 14 da Resolução CNE/CP 07/2018). Estratégias de consolidação e socialização dos resultados Avaliação das atividades de extensão. Encaminhamentos para a definição do tema Projeto de Extensão V .	
Referências Básicas	

BRASIL, **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 -2024 e dá outras providências. Brasília/DF. 2018.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **NOTA TÉCNICA 6/2022** - PROEN/REI/IFPI Orientação para implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI: 2022.

LISBÔA FILHO, F. F. **Extensão universitária**: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.

SILVA, O. **O que é extensão universitária**. Integração: ensino, pesquisa e extensão, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 148-9, maio 1997.

Referências Complementares

A ser definido conforme deliberação feita no pelo professor responsável pelo componente curricular em anuência com a coordenação do curso, e de acordo com os encaminhamentos indicados no componente curricular **Projeto de Extensão III**.



PROJETO DE EXTENSÃO V: (título do projeto)

Código:

Carga Horária:40 h

Eixo:

Pré-requisito:

EMENTA

E etapa de execução do projeto de extensão definido coletivamente conforme demanda levantada pela turma e em anuência com a a coordenação do curso, em um ou mais de um formato previsto como atividade extensionista (I - programas; II - projetos; III - cursos e oficinas; IV - eventos; e V - prestação de serviços) descritos no Art. 14 da Resolução CNE/CP 07/2018). Estratégias de consolidação e socialização dos resultados Avaliação das atividades de extensão. Encaminhamentos para a definição do tema do componente curricular Projeto de Extensão VI.

Referências Básicas

BRASIL, **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 -2024 e dá outras providências. Brasília/DF. 2018.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **NOTA TÉCNICA 6/2022** - PROEN/REI/IFPI Orientação para implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI: 2022.

LISBÔA FILHO, F. F. **Extensão universitária**: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.

SILVA, O. **O que é extensão universitária**. Integração: ensino, pesquisa e extensão, São Paulo, v.

3, n. 9, p. 148-9, maio 1997.

Referências Complementares

A ser definido conforme deliberação feita no pelo professor responsável pelo componente curricular em anuência com a coordenação do curso, e de acordo com os encaminhamentos indicados no componente curricular **Projeto de Extensão**.



PROJETO DE EXTENSÃO VI: (título do projeto)

Código:	Carga Horária:40 h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

E etapa de execução do projeto de extensão definido coletivamente conforme demanda levantada pela turma e em anuência com a a coordenação do curso, em um ou mais de um formato previsto como atividade extensionista (I - programas; II - projetos; III - cursos e oficinas; IV - eventos; e V - prestação de serviços) descritos no Art. 14 da Resolução CNE/CP 07/2018). Estratégias de consolidação e socialização dos resultados. Avaliação das atividades de extensão.

Referências Básicas

BRASIL, **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 -2024 e dá outras providências. Brasília/DF. 2018.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **NOTA TÉCNICA 6/2022** - PROEN/REI/IFPI Orientação para implementação da Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI: 2022.

LISBÔA FILHO, F. F. **Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional**. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.

SILVA, O. **O que é extensão universitária**. Integração: ensino, pesquisa e extensão, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 148-9, maio 1997.

Referências Complementares

A ser definido conforme deliberação feita no pelo professor responsável pelo componente curricular em anuência com a coordenação do curso, e de acordo com os encaminhamentos indicados no componente curricular **Projeto de Extensão V**.



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUÍ

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I

Código:	Carga Horária teórica: 60h
	Carga Horária prática: 90h
Eixo:	Pré-requisito:
EMENTA	
Competências e Habilidades	
Referências Básicas	
Referências Complementares	



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUÍ

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

Código:	Carga Horária teórica: 60h
	Carga Horária prática: 90h
Eixo:	Pré-requisito:
EMENTA	
Competências e Habilidades	
Referências Básicas	
Referências Complementares	



ESTÁGIO SUPERVISIONADO III

Código:	Carga Horária teórica: 60h
	Carga Horária prática: 90h
Eixo:	Pré-requisito:
EMENTA	
Competências e Habilidades	
Referências Básicas	
Referências Complementares	



ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV

Código:	Carga Horária teórica: 60h
	Carga Horária prática: 90h
Eixo:	Pré-requisito:
EMENTA	

Competências e Habilidades
Referências Básicas
Referências Complementares

16.5 TCC

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I (TCC I)	
Código:	Carga Horária: 60 h
Eixo:	Pré-requisito:
EMENTA	
Pesquisa em ensino na licenciatura de Letras Português. Aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa. Métodos quantitativos e qualitativos. Definição e delimitação da pesquisa. Orientações para elaboração e execução do projeto de TCC.	
Competências e Habilidades	
Redigir e qualificar um projeto de pesquisa científica atendendo aos padrões da metodologia científica e a normatização da ABNT, o manual de elaboração de monografia do IFPI, e as normas constantes no regulamento do núcleo de trabalho de conclusão de curso.	
Referências Básicas	
GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010. JUNIOR, Celso Ferrarezi. Guia do Trabalho Científico: do projeto à redação final – Monografia, Dissertação e Tese. São Paulo: Contexto, 2011. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010. RUIZ, João Álvaro. Metodologia Científica: Guia para a Eficiência nos Estudos. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2010. TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa	

Qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 2009.

Referências Complementares

ANDRADE, M. M. De. **Redação Científica**: elaboração do TCC passo a passo. São Paulo: Factash, 2007.

DEMO, Pedro. **Introdução à Metodologia da Ciência**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KAHLMAYER-MERTENS, Roberto S. Et. Al. **Como elaborar projetos de pesquisa**: linguagem e método. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica**: A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas. 11. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2002.



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II (TCC II)

Código:	Carga Horária: 60h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

Desenvolvimento da pesquisa. Coleta, sistematização, análise e crítica dos dados. Orientações para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Estruturação, redação e normatização do TCC. Elaboração do TCC. Apresentação do TCC.

Competências e Habilidades

- Desenvolver uma pesquisa com vistas ao desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso;
- Coletar, sistematizar e analisar os dados obtidos na pesquisa;
- Redigir o TCC atendendo aos padrões da metodologia científica e a normatização da ABNT, o manual de elaboração de monografia do IFPI, e as normas constantes no regulamento do núcleo de trabalho de conclusão de curso;
- Apresentar o TCC como requisito parcial para obtenção do diploma.

Referências Básicas

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JUNIOR, Celso Ferrarezi. **Guia do Trabalho Científico: do projeto à redação final - Monografia, Dissertação e Tese**. São Paulo: Contexto, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica: Guia para a Eficiência nos Estudos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa**

Qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 2009.

Referências Complementares

ANDRADE, M. M. de. **Redação Científica:** elaboração do TCC passo a passo. São Paulo: Factash, 2007.

DEMO, Pedro. **Introdução à Metodologia da Ciência.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KAHLMAYER-MERTENS, Roberto S. et. al. **Como elaborar projetos de pesquisa: linguagem e método.** Rio de Janeiro: FGV, 2007.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica: A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas.** 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Cortez, 2002.



NEUROCIÊNCIAS E LINGUAGEM

Código:	Carga Horária teórica: 60h
	Carga Horária prática: 90h
Eixo:	Pré-requisito:

EMENTA

Linguagem e Neurociência. Cérebro e linguagem. Memória e aprendizagem. Alfabetização e letramento na perspectiva da Neurociência. Neurociência e aprendizagem da leitura e da escrita aplicada às neurodivergências.

Competências e Habilidades

Referências Básicas

CONSENZA, R. M.; GUERRA, L. B. Neurociência e educação: como o cérebro aprende. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DEHAENE, Stanislas. Os neurônios da leitura: como a ciência explica a nossa capacidade de ler. Porto Alegre: Penso, 2012.

IZQUIERDO, I. Os tipos e as formas de memória. In: IZQUIERDO, I. Memória. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 19-33.

SIMÕES, Estela Mari Santos; NOGARO, Arnaldo. Neurociência cognitiva para educadores: aprendizagem e prática docente para o século XXI. Curitiba: CRV, 2016.

Referências Complementares

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília/DF: 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.** Brasília/DF: 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Decreto no 4.281, de 25 de junho de 2002. **Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.** Brasília/DF: 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Decreto no 5.296 de 2 de dezembro de 2004. **Regulamenta as Leis no 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.** Brasília/DF: 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Decreto no 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.** Brasília/DF: 2011. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021.**

BRASIL. Lei 10.436/02, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.** Brasília/DF: 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei10436.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.** Brasília/DF: 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília/DF: 2014.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Brasília/DF: 2004.** Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Lei no 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.** Brasília/DF: 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Lei no 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília/DF: 2008.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília/DF: 1990.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF: 1996.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília/DF: 1999.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Parecer CNE/CES 1.304/2001. **Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Física, Bacharelado e Licenciatura. Brasília/DF: 2001.** Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES1304.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Portaria no 1.224, de 18 de dezembro de 2013. **Institui normas sobre a manutenção e guarda do Acervo Acadêmico das Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao sistema federal de ensino. Brasília/DF: 2013.** Disponível em: <<https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/portarias-federais/portaria-mec-no-1-224-de-18-de-dezembro-de-2013>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 7 de 18 de dezembro de 2018. **Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.** Brasília/DF: 2018. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf>

BRASIL. Resolução CNE/CP no 2, de 20 de dezembro de 2019. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).** Brasília/DF: 2019. Disponível em: <<https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2982/resolucao-cne-cp-n-2>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Resolução no 1, de 17 de junho de 2004. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana.** Brasília/DF: 2004. Disponível em: <<http://www.prograd.ufu.br/legislacoes/resolucao-cnecp-no-1-de-17-de-junho-de-2004>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Resolução no 1, de 30 de maio de 2012. **Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.** Brasília/DF: 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 143/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 25 de agosto de 2022. **Altera a Resolução que normatiza a Organização Didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.** Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/16QP6xn6vBw1DjoewuhuG3grbNbf6NFT9>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). Resolução Normativa nº 131/2022, de 25 de abril de 2022. **Estabelece as Diretrizes para a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).** Disponível em: <https://sites.google.com/ifpi.edu.br/ifpi-resolucoes-do-consup/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). Resolução nº 039/2013. **Dispõe sobre as Normas e Procedimentos para a Mobilidade Acadêmica, Nacional e Internacional, de estudantes de Cursos de Graduação do IFPI e dá outras providências.** Teresina/PI: 2013. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1DCCpldpQByi8HST7gbJtNf32fcRwtCGV>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 95/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 22 de novembro de 2021. **Atualiza e consolida o Regulamento do Programa de Acompanhamento ao Egresso(PAE), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do PiauÍ (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI: 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 22/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI de 6 de abril de 2021. **Aprova o Regulamento do desenvolvimento das Atividades Teórico-práticas de Aprofundamento (ATPAs) em áreas específicas de interesse dos estudantes dos cursos de licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do PiauÍ (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI: 2021. Disponível em:<<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 113/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 29 de março de 2022. **Consolida e atualiza o registro e a inclusão das atividades de extensão – Práticas Curriculares em Comunidade e em Sociedade (PCCS), nos currículos dos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do PiauÍ (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI: 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/16QP6xn6vBw1DjoewuhuG3grbNbf6NFT9>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 46/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI de 16 de junho de 2021. **Consolida e atualiza as resoluções que dispõem sobre o Regulamento dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do PiauÍ (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI: 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 125/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 6 de abril de 2022. **Atualiza o Regulamento de participação dos servidores e discentes em Visitas Técnicas e Participação em Eventos de natureza acadêmica, científica, tecnológica, desportiva, artística e cultural do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do PiauÍ (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI: 2022. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/16QP6xn6vBw1DjoewuhuG3grbNbf6NFT9>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 26/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 6 de abril de 2021. **Aprova a consolidação das resoluções editadas pelo Conselho Superior que dispõem sobre o Regimento dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) dos cursos de graduação do IFPI, e dá outras providências. Teresina/PI: 2021.** Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHT-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **RESOLUÇÃO NORMATIVA 53/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23 de julho de 2021.** Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHT-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

RESOLUÇÃO NORMATIVA 56/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 2 de agosto de 2021: **Atualiza a Política de Diversidade e Inclusão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.** Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHT-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 50/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 16 de junho de 2021. **Atualiza o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. Teresina/PI: 2021.** Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHT-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 56/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 2 de agosto de 2021. **Atualiza a Política de Diversidade e Inclusão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. Teresina/PI: 2021.** Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHT-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 55/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23 de julho de 2021. **Atualiza e consolida as Resoluções que normatizam a Instituição e o Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. Teresina/PI: 2021.** Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHT-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 35/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 19 de maio de 2021. **Aprova a consolidação e atualização da Política de Assistência Estudantil (POLAE), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do PiauÍ (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI: 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPht-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 53/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23 de julho de 2021. **Atualiza e consolida as Resoluções que normatizam a Instituição e o Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do PiauÍ (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI: 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPht-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 112/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 28 de março de 2022. **Atualiza e consolida as resoluções que normatizam a distribuição de carga horária docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do PiauÍ (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI : 2022. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/16QP6xn6vBw1DjoewuhuG3grbNbf6NFT9>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 99/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 7 de dezembro de 2021. **Atualiza os procedimentos para abreviação dos Cursos de Graduação, para alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do PiauÍ (IFPI) com extraordinário aproveitamento nos estudos, e dá outras providências.** Teresina/PI: 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPht-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2020-2024.** Teresina/PI: 2020. Disponível em: <https://www.ifpi.edu.br/pdi/pdi-2020-2024/documentos/pdi-2020-2024-_anexo-resolucao-009_2020-consup.pdf/view>. Acesso em: 05 dez. 2022



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

RESOLUÇÃO 62/2024 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 14 de junho de 2024.

Aprova a criação do Curso de Licenciatura em Geografia no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução Normativa nº 59, de 20 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2021, e considerando o processo nº 23172.001597/2024-19,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, **ad referendum**, a criação do Curso de Licenciatura em Geografia, na modalidade Educação a Distância (EaD), no IFPI, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entrar em vigor na data de sua publicação.

PAULO BORGES DA CUNHA
Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

- Paulo Borges da Cunha, REITOR(A) - CD1 - REI-IFPI, em 14/06/2024 08:16:28.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 12/06/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 269406

Código de Autenticação: 258073db93





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino
Diretoria de Educação a Distância

**Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em
Geografia
Modalidade a Distância**

Teresina-PI, junho de 2024.

REITOR

Paulo Borges da Cunha

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Odimógenes Soares Lopes

DIRETORA DE ENSINO SUPERIOR

Márcio Aurélio Carvalho de Moraes

DIRETOR GERAL CAMPUS TERESINA CENTRAL

Paulo de Tarso Vilarinho Castelo Branco

DIRETOR DE ENSINO - CAMPUS TERESINA CENTRAL

Franciéric Alves de Araujo

DIRETOR DE ENSINO A DISTÂNCIA DO IFPI

Raimundo Nonato Meneses Sobreira

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
CAPÍTULO 1 - PERFIL INSTITUCIONAL	7
1.1 BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	7
1.1 MISSÃO, VISÃO E VALORES	13
1.2 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA	13
1.3 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	14
1.4 ÁREA DE ATUAÇÃO	14
1.5 JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSOS E DEMANDAS SOCIAIS	17
1.6 FORMAS DE ACESSO AO CURSO	19
CAPÍTULO 2- ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	20
2.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	20
2.2 OBJETIVOS DO CURSO	22
2.3 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	23
2.4 ORGANIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DAS DISCIPLINAS	30
2.5 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO	32
2.6 ATIVIDADES COMPLEMENTARES (AC)	34
2.7 ESTRUTURA E CONTEÚDOS CURRICULARES	35
2.8 METODOLOGIA	45
2.10 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	52
2.11. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	52
Concepção, objetivos e carga horária	52
Estrutura e funcionamento do estágio	53
Avaliação do estágio supervisionado	54
2.12. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	56
2.14 TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC).....	57
2.15 TEMAS TRANSVERSAIS OBRIGATÓRIOS	58
2.16 APOIO AO DISCENTE.....	58
a) Política de diversidade e inclusão do IFPI	59
b) Mobilidade Acadêmica	Error! Indicador Não Definido .0

c) Acessibilidade	61
e) Profissionais Técnicos Especializados em Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais-Libras	62
f) Mecanismos de Nivelamento	63
2.17 <i>GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA</i>	68
2.18 <i>PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO APRENDIZAGEM</i>	69
a) Avaliação da aprendizagem	70
b) Sistema de Avaliação do Curso	70
c) Verificação de Aprendizagem em Chamada	71
d) Revisão da Verificação da Aprendizagem	72
2.19 <i>ATIVIDADES DE PESQUISA E INOVAÇÃO</i>	73
2.20 <i>COMITÊ DE ÉTICA DE PESQUISA</i>	74
a) Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos	74
b) Comitê de Ética no Uso de Animais	75
CAPÍTULO 3.0 - COORDENAÇÃO DO CURSO, CORPO DOCENTE E TUTORES	75
3.1- <i>CORPO DOCENTE</i>	75
3.2- <i>TUTORES</i>	76
3.3- <i>COORDENAÇÃO DO CURSO</i>	77
3.4- <i>NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE- NDE</i>	74
REFERÊNCIAS	
ANEXO 1 – BIBLIOGRAFIAS E EMENTAS	79

APRESENTAÇÃO

No âmbito do Instituto Federal do Piauí (IFPI), o instrumento orientador das ações curriculares é denominado de Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Trata-se, pois, de um conjunto de intencionalidades pedagógicas que tem como propósito a explicitação dos principais parâmetros para a ação educativa e o processo formativo, além de apresentar-se em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e a legislação vigente.

O projeto pedagógico do curso constitui-se num instrumento de gestão em prol da formação cidadã, e como tal encontra-se explicitado em suas dimensões política, didático-pedagógica e administrativa. A organização curricular fundamenta-se no compromisso ético do IFPI em relação à concretização do perfil do egresso, que é definido pela explicitação dos conhecimentos e saberes que compõem a correspondente formação.

Nesse sentido, o presente documento apresenta o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal do Piauí. O PPC aqui construído é fruto de um processo de reflexão, discussão coletiva, democrática, que contou com a participação dos professores e da comunidade acadêmica, numa afirmação de identidade e legitimidade institucional.

A proposta aqui apresentada vem responder às necessidades de formação profissional de professores na área de Geografia para atuarem na Educação Básica e atender às exigências das atuais transformações científicas e tecnológicas, no contexto Universidade Aberta-UAB, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, que tem como objeto a seleção de propostas de Instituições de Ensino Superior (IES) para a oferta de vagas para a formação de professores em Cursos de Licenciatura, no âmbito UAB, para a atuação nas redes públicas de educação básica e/ou nas redes comunitárias de formação por alternância.

Considerando que a UAB tem como objetivos, entre outros: oferecer a oportunidade de acesso à formação específica de nível superior, conforme a área de atuação; fomentar a implementação de projetos pedagógicos para a formação de professores que contemplem as especificidades do público-alvo, com formas diferenciadas de organização dos conhecimentos tempos e espaços; e estimular a aproximação entre a educação superior e a educação básica, tendo as comunidades e as escolas como espaços privilegiados de formação e de pesquisa, este documento foi construído nos termos das DCN para a

Formação de Professores, definidas pelo Conselho Nacional de Educação-CNE, órgão normativo do Ministério da Educação-MEC.

Nos termos das Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores (Resolução CNE/CP n. 2, de dezembro de 2019) , o presente PPC apresenta a organização das práticas institucionais e pedagógicas e constitui-se em um instrumento de proposições e orientações que permitirá a uniformidade das ações acadêmicas do Curso de Licenciatura em Geografia do IFPI, contemplando os processos de ensino, pesquisa e extensão. Em sua apresentação e organização este documento, atende as demandas internas do IFPI que regulamentam e normatizam matérias acerca do funcionamento dos cursos de licenciaturas vigentes.

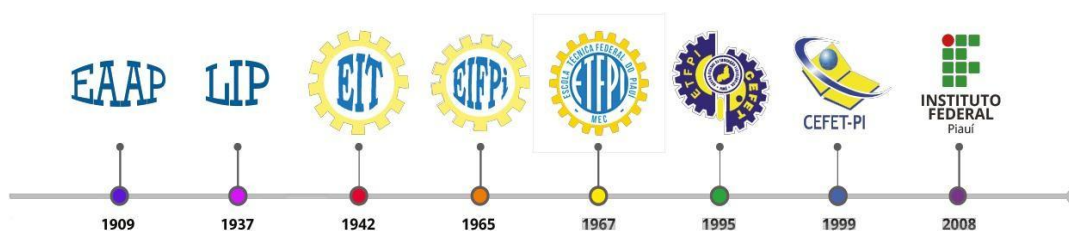
CAPÍTULO 1 - PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino.

O Instituto Federal do Piauí – IFPI possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

O IFPI possui 114 (cento e catorze) anos, tendo origem na Escola de Aprendizes Artífices do Piauí em 1909, transformada em Liceu Industrial do Piauí em 1937, Escola Industrial de Teresina em 1942, Escola Industrial Federal do Piauí em 1965, Escola Técnica Federal do Piauí em 1967 e Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí em 1998, conforme a linhahistórica a seguir.



a) Escola de Aprendizes Artífices do Piauí

Em 1909, vinte anos após o advento da República e vinte e um anos após a Abolição da Escravatura, com um regime de governo ainda não totalmente consolidado e uma sociedade ainda escravocrata, vivíamos um caos social decorrente da libertação dos escravos. Tal fato, na prática, trouxe uma liberdade sem pão, sem moradia, sem reforma agrária e sem emprego. As grandes cidades brasileiras enchiam-se, cada vez mais, de ex-escravos, miseráveis a mendigar o pão de cada dia, crianças famintas, velhos doentes, adultos desempregados e adolescentes empurrados para a prostituição, o ócio e o crime.

Pensando em minimizar esse cenário de horror e numa possível industrialização do Brasil, até então um país eminentemente agropastoril e extrativista, Nilo Procópio Peçanha, Vice-Presidente alçado ao posto de Presidente do Brasil, em 14 de junho de 1909, após a morte do titular Afonso Pena, decretou a criação de uma Rede Nacional de Escolas Profissionais.

O Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, criou uma Escola de Aprendizes Artífices em cada uma das capitais de Estado que se destinava, como diz na sua introdução, “não só a habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalhos profícuos, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime”. Por meio deste Decreto, na época conhecido pelo apelido de “Lei Nilo Peçanha”, Teresina, capital do Estado do Piauí, ganhou uma Escola Federal com o nome de Escola de Aprendizes Artífices do Piauí (EAAPI).

A denominação da EAAPI surgiu em 1937, na vigência do Estado Novo. As perspectivas de avanços na área da indústria foram, naquele momento, o grande propulsor para a transformação da escola primária em secundária, denominada, a partir de então, Liceu Industrial. No caso em pauta, Liceu Industrial do Piauí (LIP). O termo “industrial” adveio da intenção governamental de industrializar o país, usando a Rede de Escolas Profissionais como meio de formar operários especialmente para servir ao parque industrial brasileiro, nesse momento já inserido como meta de governo.

Adaptando-se aos novos tempos, o Liceu Industrial do Piauí teve construída e inaugurada, em 1938, a sua sede própria pelo Governo Federal em terreno cedido pela Prefeitura Municipal de Teresina, na Praça Monsenhor Lopes, hoje Praça da Liberdade, nº 1597, onde funciona atualmente o Campus Teresina Central.

A sede própria da Escola, que ocupava parte de uma quadra do centro da capital, foi inaugurada com 6 modernas salas de aula e instalações para oficinas de marcenaria, mecânica de máquinas, serralheria e solda, modelação, fundição e alfaiataria. Sendo Teresina uma capital ainda pouco industrializada, os ex-alunos do Liceu Industrial do Piauí migravam para o Sudeste do país, onde tinham emprego garantido com salários condignos, devido a sua alta competência técnica.

b) Escola Industrial de Teresina

Esse nome provém da Lei Orgânica do Ensino Industrial, de 1942, que dividiu as escolas da Rede em Industriais e Técnicas. As Escolas Industriais ficam geralmente nos Estados menos industrializados e formaram operários conservando o ensino propedêutico do antigo ginásio. Legalmente, esse curso era chamado de Ginásio Industrial.

As Escolas Industriais continuariam formando operários para a indústria, e as Técnicas formavam operários e também técnicos. Os operários formados tinham nível ginásial (1º ciclo) e os técnicos, nível médio (2º ciclo).

A Escola Industrial de Teresina (EIT) atuava no ramo da indústria metal-mecânica. Sua estrutura física foi ampliada com a construção de mais salas de aula, oficinas escolares e área específica para educação física.

A Escola Industrial de Teresina (EIT) atuava no ramo da indústria metal-mecânica. Sua estrutura física foi ampliada com a construção de mais salas de aula, oficinas escolares e área específica para educação física.

c) Escola Industrial Federal do Piauí

No ano de 1965, pela primeira vez, apareceu, na Rede, a denominação Escola Federal, embora, desde a sua criação, pertencesse ao Governo Federal. Noutra formulação: pela primeira vez, o termo “federal” entrou na composição do nome das Escolas da Rede. Essa mudança também permitiu que a Instituição pudesse fundar cursos técnicos industriais, a exemplo das escolas que já eram “técnicas”.

d) Escola Técnica Federal do Piauí

A promoção de Escola Industrial para Escola Técnica Federal do Piauí (ETFPI), em 1967, foi uma consequência da criação dos primeiros cursos técnicos (Agrimensura, Edificações e Eletromecânica) e do reconhecimento desses cursos pelo Ministério da Educação.

Nesse período, houve uma grande ampliação da estrutura geral da Escola. Os cursos técnicos, que eram noturnos, passaram a ser também diurnos. O Ginásio Industrial foi se extinguindo gradativamente, a partir de 1967, uma série a cada ano.

Grandes modificações aconteceram no ensino. Além dos cursos técnicos industriais, com suas variadas opções, vieram também os cursos técnicos da área de serviços, como os de Contabilidade, Administração, Secretariado e Estatística. Nessa mesma época, foi permitida, preferencialmente nos cursos da área terciária, a matrícula para mulheres, depois estendida a todos os demais cursos. O número de alunos quadruplicou em 2 anos e o de professores acompanhou proporcionalmente o mesmo crescimento.

A modernização da Escola começou em meados da década de 1980 com o advento da informatização, que chegou primeiro à administração e, posteriormente, ao ensino, criando-se grandes laboratórios para cursos de informática, destinados a alunos, professores, servidores técnico-administrativos e à comunidade fora da Escola. O ponto alto desse período foi a interiorização do ensino com o planejamento, a construção e a consolidação da Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) de Floriano, processo iniciado em 1986 e concluído em 1994.

Em 1994, foi autorizada a transformação da ETFPI em Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI), pela Lei 8.948/94, efetivada em 22 de março de 1999.

e) Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí

O biênio 1997-1998 foi dedicado ao processo de transição de ETFPI para CEFET-PI, conhecido como CEFETIZAÇÃO, que veio mais uma vez mudar a denominação da Escola. Em 1999, ocorreu o primeiro Vestibular do CEFET-PI, com a oferta do curso superior de Tecnologia em Informática. Outros fatos de destaque que aconteceram, a partir dessa fase da história cefetiana, foram: a continuidade da qualificação dos servidores (1994); a promoção da XXIII Reunião Nacional de Diretores de ETFs, CEFETs e EAFs (1995); a construção do novo auditório da Instituição (1997); a construção do ginásio poliesportivo coberto (1997); a reforma do Prédio “B”, com início em 1999; a abertura do primeiro curso superior da área de saúde, Tecnologia em Radiologia (2001); a implantação dos cursos de Licenciatura em Biologia, Física, Matemática e Química (2002).

Para dar continuidade à formação de profissionais, em 2004, foi estabelecido o primeiro Mestrado Interinstitucional (Minter), Engenharia de Produção, e a oferta de cursos de especialização em Banco de Dados e Gestão Ambiental. Em 2005, foi ofertado o primeiro Doutorado Interinstitucional (DINTER), Engenharia de Materiais. A partir de 2005, o CEFET-PI, atento à política do Ministério da Educação (MEC), buscou uma melhor qualificação profissional da comunidade do Piauí e região, com a implantação, desde 2006, do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio nas áreas de Gestão, Construção Civil, Informática, Indústrias e Meio Ambiente. Em 2007, aconteceu a inauguração das UNEDs de Picos, Parnaíba e Marcílio Rangel (atualmente conhecida como Teresina Zona Sul).

f) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

O Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI) sofreu, em 2008, uma reorganização em sua estrutura adquirindo o status de Instituto Federal, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro desse ano, criou a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica.

Ao se transformar em IFPI, a Instituição adquiriu autonomia para criar e extinguir cursos, bem como para registrar diplomas dos cursos por ela oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, o Instituto Federal do Piauí foi equiparado às universidades federais.

Em 2010, iniciou-se o processo de expansão do IFPI com a inauguração dos seguintes campi: Angical, Corrente, Piripiri, Paulistana, São Raimundo Nonato e Uruçuí. Em 2012, foram inaugurados campi em Pedro II, Oeiras e São João; e, em 2014, houve a inauguração dos campi de Campo Maior, Valença e Cocal.

Nesse período, foi criado também o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), reforçando o desenvolvimento e a interiorização da educação profissional. Em 2014, foram publicadas as portarias de criação dos Campi Avançados Dirceu Arcoverde e Pio IX. Nesse mesmo ano, foi realizado o I Fórum das Licenciaturas, realizado em Parnaíba.

Em 2015, a sede da Reitoria foi inaugurada, constituindo-se na unidade organizacional executiva central, responsável pela administração e supervisão de todas as atividades do Instituto Federal do Piauí.

O IFPI possui, no momento, 63 (sessenta e três) cursos superiores presenciais, 4 cursos superiores a distância, 5 mestrados e 17 cursos de especialização em funcionamento. Os bacharelados apresentam 2046 matrículas e correspondem a 6,11% das matrículas. As licenciaturas apresentam 5642 matrículas e correspondem a 16,86 % das matrículas da instituição, As tecnologias apresentam 2922 matrículas e correspondem a 8,43% das matrículas. Uma média de 78,72% dos alunos do ensino superior são provenientes da escola pública e 65% têm renda familiar per capita inferior a 1 salário mínimo.

Na dimensão Extensão, o IFPI trabalha com diversas áreas temáticas, dentre elas: Educação, Formação de Professores, Cultura, Saúde, Meio Ambiente, Tecnologia e Produção, Comunicação, Empreendedorismo Inovador, Trabalho, Inovação, Música, Economia Solidária e Criativa, Direitos Humanos e Justiça, Inclusão e Tecnologias Assistivas e Gestão Pública.

Na pesquisa, o IFPI se destaca nas áreas: Administração, Agronomia, Antropologia, Artes, Botânica, Ciência da Computação, Ciência da Informação, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Ciências Ambientais, Direito, Ecologia, Educação, Educação Física, Engenharia Agrícola, Engenharia Biomédica, Engenharia de Energia, Engenharia de Materiais e Metalúrgica, Engenharia de Produção, Engenharia Química, Física, Geografia, História, Letras, Linguística, Matemática, Microbiologia, Nutrição, Planejamento Urbano e Regional, Química, Robótica, Mecatrônica e Automação, Sociologia, Teologia e Zootecnia.

1.1 MISSÃO, VISÃO E VALORES

A partir de suas finalidades, o IFPI tem a missão de: "Promover uma educação de excelência, direcionada às demandas sociais". A visão de uma instituição reflete as aspirações e o desejo coletivo a ser alcançado, no espaço de tempo, a médio e longo prazo, buscando dar identidade. A partir de 2020, a visão de futuro do IFPI é: Consolidar-se como centro de excelência em Educação Profissional, Científica e Tecnológica, mantendo-se entre as melhores instituições de ensino do País.

Por sua vez, os valores organizacionais são princípios ou crenças desejáveis, estruturados hierarquicamente, que orientam a vida da organização e estão a serviço de interesses coletivos. Os valores do IFPI são: Ética, Respeito, Solidariedade, Diálogo, Participação, Transparência, Equidade e Responsabilidade.

1.2 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

Sigla: IFPI

CNPJ: 10.806.496/0001-49

Natureza Jurídica: Autarquia federal

End.: Avenida Presidente Jânio Quadros, 330/ Santa Isabel, Teresina - PI, 64.053-390

Fone: (86) 3131- 1443

Representante legal: Paulo Borges da Cunha

Ato legal: Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008

Página Institucional: www.ifpi.edu.br

1.3 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO: Licenciatura em Geografia, Modalidade a Distância

PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO: 04 (quatro) anos

TÍTULO ACADÊMICO: Licenciado em Geografia

REGIME LETIVO: Semestral

VAGAS AUTORIZADAS: 40 (quarenta) vagas

FORMA DE ACESSO: Processo seletivo conforme resoluções vigentes

CARGA HORÁRIA: 3.300 h

1.4 ÁREA DE ATUAÇÃO

Atuar no sentido do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania, sem perder a dimensão do universal, constitui um preceito que fundamenta a ação do Instituto Federal do Piauí.

Ao ver-se como lugar de diálogo, o IFPI amplia seu campo de atuação ao espaço do território geográfico no qual se insere e que passa a ser o campo de negociação entre o local e o global, de construção de uma rede de solidariedade intercultural.

O IFPI atua a favor dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, qualquer que seja a esfera delimitada, a relação dialógica e democrática de seu fazer pedagógico possibilitará ganhos sociais expressivos e a superação de contradições existentes.

A estrutura multicampi e a clara definição do território de abrangência das ações do Instituto Federal do Piauí afirmam, na missão desta Instituição, o compromisso de intervenção em sua região, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável, com inclusão social.

Na busca de sintonia com as potencialidades de desenvolvimento regional, os cursos ofertados no âmbito do IFPI são definidos em atendimento às demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho local e da região. Convém salientar que o IFPI busca conciliar as demandas identificadas com a sua vocação e capacidade de oferta de cursos, em relação às reais condições de viabilização da proposta pedagógica: infraestrutura física, corpo docente e técnico, acervo bibliográfico, instalações e equipamentos.

Assim é que o Instituto Federal do Piauí constitui espaço fundamental na construção dos caminhos visando ao desenvolvimento local e regional dos territórios nos quais os seus campi estão inseridos. Na proposta pedagógica do Instituto Federal do Piauí, agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho (numa perspectiva histórica e no sentido ontológico) e discutir os princípios das tecnologias a ele concernentes dão luz a elementos essenciais para a definição de um propósito específico para a estrutura curricular da educação profissional e tecnológica. O que se propõe é uma formação contextualizada, imersa em conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos.

A Instituição visa, portanto, contribuir com o desenvolvimento dos arranjos produtivos econômicos, sociais e culturais de cada território em que os campi do IFPI estão organicamente inseridos. A oferta de cursos nos diversos níveis/formas da educação profissional e superior, estão inseridos nos seguintes territórios de desenvolvimento:

- a) Planícies Litorâneas – Campus Parnaíba e Campus Cocal;
- b) Cocais - Campus Piripiri e Campus Pedro II;
- c) Carnaubais – Campus Campo Maior;
- d) Entre Rios – Campus Teresina-Central, Campus Teresina Zona Sul, Campus Angical do Piauí, Campus Avançado do Dirceu e Campus Avançado de José de Freitas;
- e) Serra da Capivara – Campus São Raimundo Nonato e Campus São João do Piauí;
- f) Vale dos Rios Piauí e Itaueiras – Campus Floriano;
- g) Tabuleiros do Alto Parnaíba – Campus Uruçuí;
- h) Vale do Sambito – Campus Valença do Piauí;
- i) Vale do Rio Guaribas - Campus Picos e Campus Avançado Pio IX;
- j) Chapada Vale do Rio Itaim – Campus Paulistana;
- k) Vale do Rio Canindé – Campus Oeiras;
- l) Chapada das Mangabeiras – Campus Corrente.

A presença de um campus nesses Territórios, além de promover a interiorização e abrangência da área de atuação do IFPI visa, sobretudo, à promoção do desenvolvimento socioeconômico regional, impulsionado pelo avanço da escolaridade e o acesso aos níveis mais elevados do saber dos seus cidadãos, bem como à identificação da vocação produtiva, ao respeito e à preservação da cultura local e ambiental e, por conseguinte, à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Nesse sentido, a oferta dos cursos, bem como seu turno de funcionamento, tem sido orientada pela identificação dos arranjos produtivos locais, culturais e socioeducacionais em cujos Territórios os campi estão inseridos. Para tanto, a articulação entre trabalho, ciência e cultura, na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares do IFPI, movido pelo desafio de viabilizar um ensino público, gratuito, democrático e de excelência direcionado às demandas sociais.

Como princípio em sua proposta político-pedagógica, o Instituto Federal do Piauí atua na oferta de educação básica, principalmente em cursos de ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio; ensino técnico em geral; graduações tecnológicas, licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, bem como em programas de pósgraduação *lato e stricto sensu*, sem deixar de assegurar a formação inicial e continuada de trabalhadores.

Nesse contexto, a transversalidade e a verticalização constituem aspectos que contribuem para a singularidade do desenho curricular nas ofertas educativas do Instituto Federal do Piauí, visto que a designação “instituição de educação superior, básica e profissional” lhe confere uma natureza singular, na medida em que não é comum, no sistema educacional brasileiro atribuir a uma única instituição a atuação em mais de um nível de ensino.

A área de atuação do IFPI compreende uma proposta pedagógica fundada na compreensão do trabalho como atividade criativa fundamental da vida humana e em sua forma histórica, como forma de produção. Assim sendo, o que está posto para o Instituto Federal do Piauí é a formação para o exercício profissional tanto para os trabalhadores que necessitam de formação em nível superior para a realização de suas atividades profissionais, quanto para os que precisam da formação em nível médio técnico, e também para aqueles que atuam em qualificações profissionais mais especializadas; ao mesmo tempo, as atividades de pesquisa e extensão estão diretamente relacionadas ao mundo do trabalho.

No tocante à formação de professores para educação básica, há de se notar que os cursos de licenciatura, em sua proposta curricular, contemplam a inovação na abordagem das metodologias e práticas pedagógicas, com o objetivo de contribuir para a superação da cisão entre ciência-tecnologia-cultura-trabalho e teoria-prática em um tratamento pedagógico para romper com a fragmentação do conhecimento.

Assim, é da natureza do Instituto Federal do Piauí validar a verticalização do ensino e balizar suas políticas de atuação pela oferta de diferentes níveis e modalidades da educação profissional e tecnológica, básica e superior, a partir de um projeto pedagógico singular.

A realidade brasileira no que tange à necessidade de professores integra uma série de pontos quando se trata da formação de profissionais da educação, tais como: a formação em serviço ou continuada, carreira e valorização docente, dentre outros. A frágil representação construída da dignidade profissional precisa estar fortalecida. À exigência primordial da excelência na formação, que precisa ser compatível também com a atual complexidade do mundo, somam-se outras exigências. O IFPI reúne uma série de condições na oferta de cursos de formação de professores para a educação básica, pela excelência na formação docente em atenção às demandas da sociedade comprovada através de políticas internas na qualificação do corpo docente e administrativo através da formação continuada, assim como na formação inicial de professores para a educação básica.

1.5 JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO E DEMANDAS SOCIAIS

Os contextos sociais da contemporaneidade nos alertam sobre as transformações em que o mundo vem passando e pela velocidade em que estes processos acontecem. O homem vive em tempos cada vez mais acelerados, onde sua produção, seus objetivos e anseios de vida são moldados por necessidades inerentes a esses novos arranjos.

Um aspecto positivo sobre esse novo modo de ser diz respeito ao avanço na produção de novos conhecimento; e como negativo podemos citar a fragilidade em que esses processos se assentam. Diante disso, a educação enquanto construção social, materializa-se por meio de modelos formativos que devem responder às demandas sociais e, mais ainda, contribuir para o melhoria da sociedade.

O papel do professor, diante dessa realidade torna-se central ao assumir a tarefa da educação. É necessário, enquanto profissional humano, social e político, que o professor eleve sua atuação para além do fazer técnico do ensinar e aprender, a partir de um posicionamento crítico e transformador (GADOTTI, 1998). Nesse sentido, a própria formação docente também entra em pauta, na medida em que se define os saberes que são mobilizados com objetivos de possibilitar o exercício da atividade profissional.

A apreensão dos saberes necessários à atuação profissional docente ocorre através do processo de formação e do exercício profissional, conforme um conjunto de fatores interrelacionados, como o tempo histórico, as orientações e diretrizes dos órgãos normativos, o contexto sociopolítico e as experiências, valores e concepções individuais de cada sujeito.

Diante do exposto, os cursos de formação de professores se destacam pela relevância na educação brasileira, devendo portanto, ser objeto da máxima atenção e observância da qualidade dos processos formativos.

O início do processo de escolarização é uma etapa fundamental da formação humana, embora historicamente, esse campo de atuação tenha sido negligenciado, considerando os critérios e orientações que indicavam a pouca exigência de qualificação dos profissionais que por muito tempo atuaram nessa etapa escolar. Atualmente, as concepções que embasam os fundamentos da educação e a própria realidade da educação brasileira orientam para uma formação mais qualificada.

Diante dessa realidade, a formação de professores possibilita a inovação das metodologias de ensino e assim tornar o processo de ensino-aprendizagem mais efetivo. Propõe-se um curso de Licenciatura para formar professores em exercício no Ensino Fundamental, na área de Geografia. Neste sentido o Curso de Licenciatura em Geografia, na modalidade a Distância do Instituto Federal do Piauí – *Campus* Teresina Central, justifica-se pela necessidade de atender uma demanda de professores dessa área. Visto que a carência de professores na área de Geografia é enorme no Brasil e, em especial, nas regiões Norte e Nordeste.

No Estado do Piauí, essa demanda é ainda maior, faltam professores em quase todos os municípios. É comum a disciplina de Geografia ser ministrada por professores de outras áreas de formação. Além disso, o Ensino Fundamental vem se expandindo muito, em decorrência do crescimento populacional e sobretudo pelas maiores oportunidades de acesso à escola.

O Instituto Federal do Piauí (IFPI), reconhece essa necessidade de implantação do Curso de Licenciatura em Geografia na modalidade à Distância, afim de atender essa demanda em todo o Estado do Piauí. A modalidade a Distância é uma oportunidade para muitos egressos do Ensino Médio, uma vez que estes deixam de fazer um curso superior por várias dificuldades, como se adequar aos locais e horários dos cursos ofertados presencialmente, ou por residirem em locais distantes de onde esses cursos são ofertados. Além desses fatores, muitas vezes tem a dificuldade financeira para deslocamento e/ou de fixação nos municípios em que os cursos são oferecidos, ou por trabalharem em horários incompatíveis.

No Brasil em geral, ainda é pequeno, o número de professores formados em Geografia. Desta forma, certamente, é um profissional necessário na área da Educação Básica. Além disso, a abordagem integrada dos diversos aspectos da Geografia é fundamental à formação de cidadãos

conscientes, responsáveis e capazes de emitir julgamento sobre as atividades da Sociedade no uso e ocupação do ambiente, o que já é percebido e solicitado pelo mercado de trabalho.

Segundo relatório da Comissão Especial do Ministério da Educação, instituída para fazer levantamento dos déficit de docentes no Ensino Médio no Brasil, apontou que em 2008 a necessidade de professores na área de Geografia era de 235 mil professores em 2015 esse número diminuiu para 150 mil.

Nessa perspectiva, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), *Campus Teresina Central*, implanta esse curso de Graduação em Geografia, modalidade EAD, buscando uma alternativa de atender à demanda supracitada.

O projeto apresentado almeja a reelaboração do conhecimento por meio da contextualização com a realidade, fazendo uso da interdisciplinaridade e o saber científico, bem como a reflexão da teoria e da prática no Ensino de Geografia. É alvo do curso, propor uma educação problematizadora, investigativa, fazendo o professor pensar em metodologias que possam melhorar o processo de ensino-aprendizagem em sala de aula e que dialogue com a realidade social que cerca o seu alunado.

1.6 FORMAS DE ACESSO AO CURSO

As vagas são distribuídas considerando-se o percentual de 50% para ampla concorrência e 50% para as vagas reservadas de acordo com a Lei nº 12.711/2012, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas) - alterada pela Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023, distribuídas conforme o percentual do IBGE para:

- Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo, que tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos autodeclarados quilombolas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo, que tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos com deficiência, independente de etnia, que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos, independente de etnia, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário mínimo, que tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda,

tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas, conforme o caso.

- Candidatos autodeclarados quilombolas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos com deficiência que, independentemente de etnia e independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas, conforme o caso.
- Candidatos, independente de etnia e independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas, conforme o caso.

Além da política de cotas, o IFPI adota como ação afirmativa própria uma reserva de vagas de 5% para estudantes com deficiência (PcD) que não é egresso da escola pública, conforme Resolução Normativa nº 195/2024 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 18 de janeiro de 2024, que atualiza a Política de Cotas e os procedimentos de heteroidentificação, no âmbito do IFPI.

CAPÍTULO 2: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

As políticas institucionais do IFPI para os cursos de Licenciatura são baseadas na integração da pesquisa, ensino e extensão, em conformidade com os princípios pedagógicos definidos no projeto político pedagógico institucional, bem como, as diretrizes provenientes do MEC, proporcionando assim ao profissional proposto, a percepção do contexto social no qual está inserido e a capacidade de intervenção frente às demandas apresentadas por este no domínio local e regional (PDI 2020-2024).

Diante deste cenário, e atendendo ao disposto na Lei 11.892/2008 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT), são políticas institucionais para os cursos de licenciatura, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPI:

- a) Implementar anualmente, por campus, a oferta regular das vagas de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática, nos termos da Lei no 11.892/2008;
- b) Implementar semestralmente a oferta regular de vagas de cursos de Formação Inicial e Continuada;
- c) Implementar ações que garantam a igualdade de condições de acesso, permanência e êxito nos cursos da Instituição.
- d) Possibilitar aos alunos o acesso à ações acadêmicas que favoreçam a superação da dicotomia entre teoria e prática: atividades práticas inseridas nos componentes curriculares durante todo o curso, iniciação científica e tecnológica, pesquisa, tutorias de aprendizagem, mobilidade acadêmica,

eventos técnico-científicos, aulas externas e visitas técnicas a empresas e demais organizações do mundo do trabalho.

Possuindo como marco a concepção da educação como instrumento de transformação e de enriquecimento do conhecimento, capaz de modificar a vida social e atribuir maior sentido e alcance ao conjunto da experiência humana, tais políticas têm como objetivo oferecer aos alunos de licenciatura um referencial teórico-prático que colabore na aquisição de competências cognitivas, habilidades e atitudes e que promovam o seu pleno desenvolvimento como pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Desse modo, em conformidade com o PDI do IFPI, são tomadas como base as seguintes diretrizes:

- A necessidade de atuar no ensino, na pesquisa e na extensão, compreendendo as especificidades dessas dimensões e as inter-relações que caracterizam sua indissociabilidade;
- A compreensão de que o conhecimento deve ser tratado em sua plenitude, nas diferentes dimensões da vida humana, integrando ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos, nas propostas pedagógicas dos cursos de licenciaturas;
- O reconhecimento da precedência da formação humana e cidadã, sem a qual a qualificação para o exercício profissional não promove transformações significativas para o trabalhador e para o desenvolvimento social;
- A organização de itinerários formativos que permitam o diálogo entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica (formação inicial e continuada, técnica de nível médio e de graduação e pós-graduação tecnológica), ampliando as possibilidades de formação vertical (elevação de escolaridade) e horizontal (formação continuada);
- A sintonia dos currículos com as demandas sociais, econômicas e culturais locais, permeando-os das questões de diversidade cultural e de preservação ambiental, pautada na ética da responsabilidade e do cuidado;
- O reconhecimento do trabalho como experiência humana primeira, organizadora do processo;
- Educação como instrumento de transformação e de enriquecimento do conhecimento, capaz de modificar a vida social e atribuir maior sentido e alcance ao conjunto da experiência humana, de modo a alterar positivamente a realidade brasileira e do Piauí.

Com o intuito de garantir a permanência e êxito dos discentes nos cursos de Licenciatura, o IFPI tem como política o desenvolvimento de ações contínuas, que integram os eixos ensino, pesquisa e extensão por meio de programas e projetos subsidiados pela Política de Assistência Estudantil (POLAE), e por políticas externas através de agências de fomento.

Entres as ações contempladas pela POLAE destacam-se:

- oferta de atividades de nivelamento, que proporcionem um melhor aproveitamento do processo de ensino aprendizagem do aluno ingressante;
- o acompanhamento de alunos pelas equipes pedagógicas e multiprofissionais do IFPI, como psicólogos, médicos, odontólogos, nutricionistas, assistentes sociais, entre outros profissionais;
- oportunidades de estágio, monitoria, iniciação científica, atividades extensionistas e iniciação à docência.

Entres as ações contempladas por programas de fomento externo incluem-se:

- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-AF-CNPq);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID);
- Residência Pedagógica (RP).

2.2 OBJETIVOS DO CURSO

Objetivo Geral

Formar profissionais qualificados capazes de atuar na Educação Básica e em outros espaços educativos, formais ou não formais, bem como de prosseguirem seus estudos na pós-graduação, possibilitando a formação de cidadãos com embasamento teórico-metodológico e de futuros professores com capacidade de posicionarem-se de maneira crítica, criativa, responsável, construtiva e autônoma no espaço escolar e social.

Objetivos Específicos

- ✓ Proporcionar percursos formativos fundamentados em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética;
- ✓ Promover a aprendizagem voltada para o respeito à diversidade, levando-se em conta as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual;
- ✓ Proporcionar reflexões críticas sobre a atuação profissional no ensino, na gestão de processos educativos e na organização e gestão da Educação Básica;
- ✓ Apresentar a instituição educativa como organização complexa na função de promover a educação para a cidadania;

- ✓ Propiciar ações que valorizem o trabalho coletivo, interdisciplinar e com intencionalidade pedagógica para o ensino e o processo de ensino aprendizagem;
- ✓ Fomentar projetos didáticos para o Ensino Fundamental e Médio coerentes com os Parâmetros Curriculares Nacionais e com a práxis educativa em articulação com as escolas de Educação Básica, possibilitando melhorias no ensino de Geografia;
- ✓ Incentivar o uso de tecnologias para o ensino compatíveis com o nível de complexidade dos conteúdos de Geografia, em especial para a inovação na formulação e solução de problemas;
- ✓ Estimular a produção de conhecimento científico, tecnológico e educacional buscando sua difusão considerando-se a complexidade e multirreferencialidade dos estudos que os englobam;
- ✓ Promover atividades científicas desde a produção de textos, práticas laboratoriais, práticas de ensino, modelos explicativos e projetos de investigação, relacionados com a atuação docente em Geografia;
- ✓ Propor alternativas de avaliação da aprendizagem como um processo contínuo, considerando o discente como sujeito ativo, cognitivo, efetivo e social;
- ✓ Articular teoria e prática para ampliação da visão, das habilidades e dos conhecimentos necessários à atuação profissional docente;
- ✓ Relacionar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico metodológicas do seu ensino para o desenvolvimento da aprendizagem;
- ✓ Motivar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade, inclusive indígena, campo e quilombola, reconhecendo os valores próprios da cultura local;
- ✓ Despertar no aluno o comportamento ético e o exercício coletivo de sua atividade, levando em conta as relações com outros profissionais e outras áreas de conhecimento, tanto no caráter interdisciplinar como multidisciplinar ou transdisciplinar;
- ✓ Viabilizar a integração entre pesquisa, ensino e extensão.

2.3 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

Competências e Habilidades

Os egressos de cursos de licenciatura devem ser agentes sociais, capazes de planejar as ações, de gerir a atuação profissional e de intervir na estrutura social a partir de uma análise crítica da realidade socioeconômica na qual se insere, e que subsidiado pelos conhecimentos

pedagógicos esteja apto a atuar na educação básica e suas modalidades atento aos avanços da ciência e da tecnologia.

Estas e outras características são apresentadas na Resolução CNE/CP nº 2/2019, como competências gerais docentes:

1. Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.
2. Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas.
3. Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal, corporal, visual, sonora e digital – para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar.
6. informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.
7. Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
8. Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
9. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes.

10. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.
11. Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

As competências específicas apresentadas na Resolução CNE/CP nº 2/2019 estão distribuídas em três dimensões fundamentais: conhecimento profissional, prática profissional, e engajamento profissional. Estas competências específicas devem se integrar de modo interdependente e sem hierarquia na ação docente, e seu desenvolvimento deve ser possibilitado ao aluno de licenciatura.

São competências específicas da dimensão do conhecimento profissional: dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los; demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem; reconhecer os contextos de vida dos estudantes; e conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.

São competências específicas da dimensão da prática profissional: planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens; criar e saber gerir os ambientes de aprendizagem; avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino; e conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, as competências e as habilidades.

São competências específicas da dimensão do engajamento profissional: comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional; comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender; participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos; e engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade, visando melhorar o ambiente escolar.

Portanto, o perfil profissional a ser consolidado engloba um conjunto de competência e habilidades para o efetivo exercício profissional que articula teoria e prática, favorece e estimula situações de aprendizagens significativas ao mesmo tempo em que favorece o desenvolvimento profissional docente.

O egresso do curso de Licenciatura em Geografia, modalidade EaD é um profissional capaz de entender os diferentes mecanismos cognitivos utilizados no processo de

ensino-aprendizagem de Geografia e as variáveis didáticas envolvidas em tal processo. São professores agentes da transformação em sua escola, sendo capazes de questionar estratégias de ensino, investigando novas alternativas para um melhor desempenho de seus alunos. É um profissional capaz de estabelecer diálogos entre os conhecimentos específicos de sua área de atuação, articulando-o com outros campos do conhecimento, fazendo conexões com o processo de vivência que geram a aprendizagem e incrementam sua prática pedagógica. De acordo com o Parecer CNE/CES nº 1302/2001, deseja-se as seguintes características do Licenciado em Geografia:

- Visão de seu papel social de educador e capacidade de se inserir em diversas realidades com sensibilidade para interpretar as ações dos educandos;
- Visão da contribuição que a aprendizagem da Geografia pode oferecer a formação dos indivíduos para o exercício de sua cidadania;
- Visão de que o conhecimento matemático pode e deve ser acessível a todos, e consciência de seu papel na superação de preconceitos, traduzidos pela angústia, inércia ou rejeição, que muitas vezes ainda estão presentes no ensino aprendizagem da disciplina.

O currículo do curso de Licenciatura em Geografia do IFPI, de acordo com o Parecer CNE/CES nº 1.302/2001, de forma geral, busca desenvolver as seguintes competências e habilidades do egresso:

- expressar-se escrita e oralmente com clareza e precisão;
- trabalhar em equipes multidisciplinares;
- compreender, criticar e utilizar novas ideias e tecnologias para a resolução de problemas;
- aprender de forma continuada, sendo sua prática profissional também fonte de produção de conhecimento;
- identificar, formular e resolver problemas na sua área de aplicação, utilizando rigor lógico científico na análise da situação-problema;
- estabelecer relações entre a Geografia e outras áreas do conhecimento;
- conhecer questões contemporâneas;
- ter uma educação abrangente necessária ao entendimento do impacto das soluções encontradas num contexto global e social;
- participar de programas de formação continuada;

- realizar estudos de pós-graduação;
- trabalhar na interface da Geografia com outros campos de saber.

No que se refere às competências e habilidades próprias do educador matemático, o licenciado em Geografia deverá ter as capacidades de:

- elaborar propostas de ensino-aprendizagem de Geografia para a educação básica;
- analisar, selecionar e produzir materiais didáticos;
- analisar criticamente propostas curriculares de Geografia para a educação básica;
- desenvolver estratégias de ensino que favoreçam a criatividade, a autonomia e a flexibilidade do pensamento matemático dos educandos, buscando trabalhar com mais ênfase nos conceitos do que nas técnicas, fórmulas e algoritmos;
- perceber a prática docente de Geografia como um processo dinâmico, carregado de incertezas e conflitos, um espaço de criação e reflexão, onde novos conhecimentos são gerados e modificados continuamente;
- contribuir para a realização de projetos coletivos dentro da escola básica.

Com vistas à proposta pedagógica institucional que visa à formação integral, espera-se que os egressos do IFPI também desenvolvam habilidades para:

- atuar na sociedade de forma comprometida com o desenvolvimento regional sustentável;
- agir com base em princípios éticos e democráticos, respeitando e valorizando a diversidade étnica, religiosa, de gênero, de sexualidade e as diferenças individuais;
- reconhecer a importância do conhecimento científico, em suas diversas áreas, para a construção de soluções inovadoras com vistas na melhoria das condições de vida;
- identificar o trabalho como atividade humana voltada a atender as necessidades subjetivas e objetivas da vida em sociedade;
- analisar criticamente as relações estabelecidas no mundo do trabalho de forma a identificar seus direitos e deveres como trabalhador, exercendo plenamente sua cidadania;
- reconhecerem-se como sujeitos em constante formação, por meio do compartilhamento de saberes no âmbito do trabalho e da vida social;

O profissional formado no curso de Licenciatura em Geografia, modalidade EaD, poderá atuar na área de Geografia na Educação Básica, tanto em instituições públicas

quanto privadas, atendendo à enorme necessidade de professores para a referida disciplina. O licenciado também estará apto a prosseguir seus estudos em cursos de pós-graduação.

Articulação do Perfil com as Necessidades Locais e Regionais

O curso de licenciatura em Geografia tem como uma de suas finalidades atuar em favor do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania, a partir de uma relação próxima e dialógica do curso e da Instituição com as realidades local e regional.

Desse modo, o curso deve proporcionar uma formação que possibilite ao indivíduo o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de seu contato com a realidade através da prática (PDI 2020 – 2024).

Nesse sentido, a prática profissional, a extensão curricularização das atividades de extensão, e o estágio supervisionado obrigatório são ações que, previstas no currículo, permitem ao aluno de licenciatura entrar em contato com a realidade socioeconômica cultural local e regional de forma crítica e dialógica, identificando suas possíveis demandas e propondo soluções a essas demandas.

De acordo com dados divulgados pelo INEP em setembro de 2022, há evidências do desinteresse de alunos pela formação docente. Além da alta taxa de evasão e do baixo crescimento da entrada de alunos, é muito preocupante o número estagnado ou reduzido de egressos em cursos específicos de formação de professores. Ocorre ainda um maior desinteresse nos cursos de licenciatura acentuado entre os mais jovens, o que pode, em breve, atenuar o déficit de professores e a relação numérica discente por docente. Ao comparar os anos de 2016 e 2021, o número de docentes na educação básica diminuiu, cenário que mostra um quadro de aumento de alunos por professor e, consequentemente, um aumento da faixa etária dos docentes. No Piauí, especificamente, o número de docentes reduziu mais de 8% nesse período, aumentando em 0,3% a relação entre alunos por professor. Esse aumento só não foi maior, devido também à redução do número de matrículas.

Os dados do Censo Escolar, referentes à matrícula dos estudantes público-alvo da educação básica no ano de 2022 indicam crescimento em relação aos anos anteriores, em todos os níveis e modalidades de ensino regular. Em relação à formação dos professores, os dados informados no Censo Escolar pelas instituições de ensino da educação básica, indicam

que dos 224 (duzentos e vinte e quatro) municípios do Estado do Piauí, apenas 57 (cinquenta e sete) possuem docentes com formação na área.

A oferta da licenciatura em Geografia, modalidade EAD, pelo IFPI tem a perspectiva de contribuir com a formação de docentes para o trabalho com os estudantes da educação básica.

2.4 ORGANIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DAS DISCIPLINAS

São princípios norteadores da organização curricular dos cursos de licenciatura do IFPI destinados à Formação de Professores para a Educação Básica:

- I. Reconhecimento de que a formação de professores exige um conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes, que estão inerentemente alicerçados na prática, a qual precisa ir muito além do momento de estágio obrigatório, devendo estar presente, desde o início do curso, tanto nos conteúdos educacionais e pedagógicos quanto nos específicos da área do conhecimento a ser ministrado;
- II. Atribuição de valor social à escola e à profissão docente de modo contínuo, consistente e coerente com todas as experiências de aprendizagem dos professores em formação;
- III. Integração entre a teoria e a prática, tanto no que se refere aos conhecimentos pedagógicos e didáticos, quanto aos conhecimentos específicos da área do conhecimento ou do componente curricular a ser ministrado;
- IV. Centralidade da prática por meio de estágios que enfoquem o planejamento, a regência e a avaliação de aula, sob a mentoria de professores ou coordenadores experientes da escola campo do estágio.
- V. Estabelecimento de parcerias formalizadas entre as escolas, as redes ou os sistemas de ensino e as instituições locais para o planejamento, a execução e a avaliação conjunta das atividades práticas previstas na formação do licenciando;
- VI. Aproveitamento dos tempos e espaços da prática nas áreas do conhecimento, nos componentes ou nos campos de experiência, para efetivar o compromisso com as metodologias inovadoras e os projetos interdisciplinares, flexibilização curricular, construção de itinerários formativos, projeto de vida dos estudantes, dentre outros;
- VII. Adoção de uma perspectiva intercultural de valorização da história, da cultura e das artes nacionais, bem como das contribuições das etnias que constituem a nacionalidade brasileira.

Os cursos de licenciatura do IFPI destinados à Formação de Professores para a Educação Básica e suas modalidades têm como fundamentos pedagógicos:

- I. O desenvolvimento de competência de leitura e produção de textos em Língua Portuguesa e domínio da norma culta;

- II. O compromisso com as metodologias inovadoras e com outras dinâmicas formativas, que propiciem ao futuro professor aprendizagens significativas e contextualizadas em uma abordagem didático-metodológica alinhada com a BNCC, visando ao desenvolvimento da autonomia, da capacidade de resolução de problemas, dos processos investigativos e criativos, do exercício do trabalho coletivo e interdisciplinar, da análise dos desafios da vida cotidiana e em sociedade e das possibilidades de suas soluções práticas;
- III. A conexão entre o ensino e a pesquisa com centralidade no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que ensinar requer, tanto dispor de conhecimentos e mobilizá-los para a ação, como compreender o processo de construção do conhecimento;
- IV. O emprego pedagógico das inovações e linguagens digitais como recurso para o desenvolvimento, pelos professores em formação, de competências sintonizadas com as previstas na BNCC e com o mundo contemporâneo;
- V. A avaliação como parte integrante do processo da formação, que possibilite o diagnóstico de lacunas e a aferição dos resultados alcançados, consideradas as competências a serem constituídas e a identificação das mudanças de percurso que se fizerem necessárias;
- VI. A apropriação de conhecimentos relativos à gestão educacional no que se refere ao trabalho cotidiano necessário à prática docente, às relações com os pares e à vida profissional no contexto escolar;
- VII. O reconhecimento da escola de Educação Básica como lugar privilegiado da formação inicial do professor, da sua prática e da sua pesquisa;
- VIII. O compromisso com a educação integral dos professores em formação, visando à constituição de conhecimentos, de competências, de habilidades, de valores e de formas de conduta que respeitem e valorizem a diversidade, os direitos humanos, a democracia e a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas; e
- IX. As decisões pedagógicas com base em evidências.

Atendendo os princípios norteadores e fundamentos pedagógicos descritos anteriormente, o Curso de Licenciatura em Geografia do IFPI possui uma carga horária total de 3.300 (três mil e trezentas) horas, destinada à apreensão dos conhecimentos teóricos e práticos da docência, e de sua área específica de conhecimento, bem como às atividades de extensão curricularizadas. A carga horária mencionada está organizada em 8 (oito) módulos semestrais, cujos componentes curriculares independentemente da sua estruturação em parte teórica e prática, possuem carga horária múltipla de 20 (vinte) horas.

2.5 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Com a intenção de promover a interação transformadora entre instituições de ensino superior e outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa, a Resolução CNE/CES 7/2018 prevê em seu artigo 4º que as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos.

A referida normativa apresenta as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regimenta o que está disposto no Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014, para o decênio 2014-2024 que, em sua meta 12, estratégia 12.7, prevê assegurar a destinação de, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

O IFPI regulamentou internamente a matéria, por meio da Resolução Normativa 131/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 25 de abril de 2022, que estabelece as Diretrizes para a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

A extensão é um processo educativo e formativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre as instituições e a sociedade, levando em consideração a territorialidade. É entendida como prática acadêmica que interliga os Institutos Federais nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da população, como forma de consolidar a formação de um profissional cidadão e se credenciar junto à sociedade como espaço privilegiado de produção e difusão do conhecimento na busca da superação das desigualdades sociais.

No IFPI a extensão é concebida como uma práxis que possibilita o acesso aos saberes produzidos e às experiências acadêmicas, oportunizando, dessa forma, o usufruto direto e indireto desses saberes e experiências, por parte de diversos segmentos sociais, de modo a beneficiar a consolidação e o fortalecimento dos arranjos socioprodutivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural.

São objetivos da curricularização da extensão no âmbito do IFPI:

- I. Garantir o percentual mínimo de 10% (dez por cento) da carga horária obrigatória de todos os cursos de graduação em atividades curriculares de extensão;
- II. Incentivar o desenvolvimento de atividades curriculares de extensão nos demais cursos ofertados, ressignificando-os;
- III. Fomentar o desenvolvimento pessoal e profissional por meio do protagonismo dos estudantes;
- IV. Promover interação dialógica com a comunidade e os contextos locais, por meio dos cursos ofertados pela RFEPCT, ressignificando-os;
- V. Promover a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão;
- VI. Garantir, prioritariamente, a organicidade da curricularização da extensão, isto é, as atividades de extensão desenvolvidas nos componentes curriculares, como proposta prevista no PPC dos cursos de graduação do IFPI;
- VII. Ampliar os impactos social e acadêmico dos cursos de graduação;
- VIII. Buscar formação e atuação transdisciplinar e interprofissional; e
- IX. Garantir atividades de extensão de forma orgânica, permanente e articulada.

São modalidades de atividades de extensão curricularizadas:

- I. Programas;
- II. Projetos;
- III. Cursos e oficinas;
- IV. Eventos; e
- V. Prestação de serviços.

Não são consideradas atividades curriculares de extensão, para fins de creditação curricular:

- I. Estágios curriculares;
- II. Projeto integrador como componente curricular (quando constar no currículo);
- III. Aulas de campo, visitas técnicas, científicas ou culturais;
- IV. Atividades práticas do curso;
- V. Atividades complementares;
- VI. Iniciação científica;
- VII. Iniciação à docência;
- VIII. Monitorias e tutorias.

No IFPI a curricularização da extensão estará presente no currículo das Licenciaturas no formato de componentes curriculares específicos de extensão, de acordo com o definido na Resolução Normativa 131/2022 - CONSUP/IFPI, de 25 de abril de 2022, e na NOTA TÉCNICA 6/2022 - PROEN/REI/IFPI, de 9 de setembro de 2022, ou documentação vigente análoga mais recente. Os critérios de avaliação destes componentes curriculares são determinados pela Organização Didática vigente.

2.6 ATIVIDADES COMPLEMENTARES (AC)

As Atividades Complementares constituem experiências educativas que visam à ampliação do universo cultural dos alunos e ao desenvolvimento da sua capacidade de produzir significados e interpretações sobre as questões sociais, de modo a potencializar a qualidade da ação educativa.

São consideradas como Atividades Complementares as experiências adquiridas pelos alunos, durante o curso, em espaços educacionais diversos, nas diferentes tecnologias, no espaço da produção, no campo científico e no campo da vivência social. Tais atividades devem considerar sua diversidade, formas de aproveitamento alinhadas ao perfil do egresso e competências estabelecidas nas diretrizes nacionais.

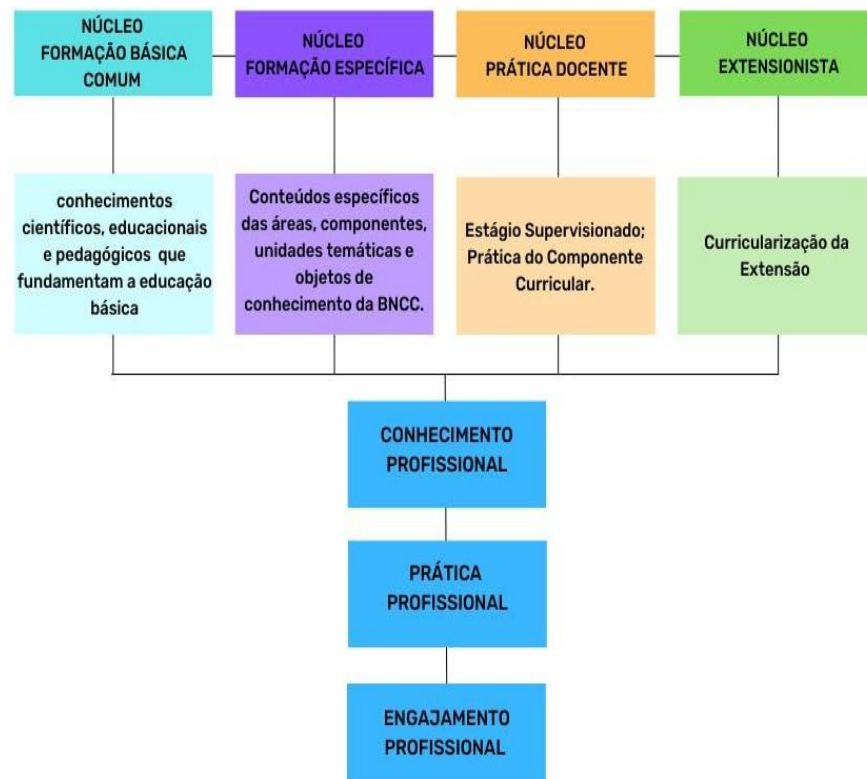
São exemplos de Atividades Complementares: projetos de pesquisa, monitoria, iniciação científica, projetos de extensão, módulos temáticos, seminários, simpósios, congressos, conferências e até disciplinas oferecidas por outras instituições de ensino, entre outras.

Nos cursos de Licenciatura do IFPI, a carga horária destinada às Atividades Complementares será de no máximo 100 (cem) horas e deverá ser cumprida pelos estudantes ao longo do percurso formativo. A validação, computação e registro das horas serão efetuados mediante comprovação por parte do aluno com base em certificados ou declarações, em conformidade com normativas específicas da instituição para esta finalidade. A documentação comprobatória será analisada pelo colegiado do curso.

2.7 ESTRUTURA E CONTEÚDOS CURRICULARES

A estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Geografia, em consonância com a Resolução Nº 2 do CNE/CP de 20 de dezembro de 2019, com a LDB nº 9.394/96 e com as DCN para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a educação básica e suas modalidades, está organizada em três dimensões fundamentais (conhecimento profissional, prática profissional e engajamento profissional) que comportam as componentes curriculares do curso. O desenho curricular do curso de Licenciatura em Geografia , aqui proposto, toma como base a legislação mencionada e integra seus componentes curriculares em 4 (quatro) núcleos, dispostos conforme o organograma e quadro mostrados a seguir.

Figura 01 - Diagrama para a estrutura e organização curricular do Curso de Licenciatura Geografia na modalidade EaD do IFPI.



Quadro 01 - Distribuição das componentes curriculares do Curso de Licenciatura em Geografia na modalidade EaD do IFPI por semestre.

MÓDULO	DISCIPLINA	CÓDIGO	CHT	CHP	CH	PRÉ-REQ
I	Educação aberta e a Distancia	BAS 1	40	0	40	SP
I	Estatística aplicada à Geografia	ESP1	40	20	60	SP
I	História da Ciência Geográfica	ESP2	40	0	40	SP
I	Leitura e Produção Textual	BAS 2	40	0	40	SP
I	Cartografia I	ESP3	40	0	40	SP
I	Filosofia da Educação	BAS3	40	0	40	SP
I	Metodologia Científica	BAS4	40	0	40	SP
I	Inglês Instrumental	BAS5	40	0	40	SP
I	Profissionalização Docente	BAS6	40	0	40	SP
I	Fundamentos e Metodologia de Extensão no Ensino Superior	EXT1	40	0	40	SP
Subtotal		-	400	20	420	-
II	Cartografia II	ESP4	60	20	80	SP
II	Biogeografia	ESP5	60	0	60	SP
II	Economia aplicada à Geografia	ESP6	60	0	60	SP
II	Teorias e métodos da Geografia	ESP7	60	0	60	SP
II	Sociologia da Educação	BAS7	40	0	40	SP
II	Didática	BAS8	60	0	60	SP
II	Planejamento Extensionista	EXT2	40	0	40	EXT1
Subtotal		-	380	20	400	-
III	Geoprocessamento e sistemas de informação geográfica	ESP8	60	40	100	SP
III	Fundamentos de Geologia	ESP9	60	0	60	SP
III	Geografia Agrária	ESP10	40	0	40	SP
III	Geografia da População	ESP11	40	20	60	SP
III	Psicologia da Educação	BAS9	60	20	80	SP
III	Política e Organização da Educação Brasileira	BAS10	40	0	40	SP
III	Ciclo Extensionista 1-A	EXT3	60	0	60	EXT2
Subtotal		-	360	80	440	-

IV	Climatologia geográfica	ESP12	60	0	60	SP
IV	Geomorfologia	ESP13	60	0	60	SP
IV	Geografia Urbana	ESP14	40	0	40	SP
IV	Tecnologia Aplicadas ao Ensino	ESP 17	40	0	40	SP
IV	Gestão e Organização Escolar	BAS11	40	20	60	BAS8
IV	Educação Especial e Inclusiva	BAS12	60	20	80	SP
IV	Ciclo Extensionista 1-B	EXT4	60	0	60	EXT3
Subtotal		-	360	40	400	-
V	Pedologia	ESP15	60	0	60	SP
V	Organização do espaço mundial	ESP16	40	0	40	SP
V	Libras	BAS 13	60	20	80	BAS10
V	Instrumentação para o Ensino de Geografia I	ESP20	40	0	40	BAS6
V	Meio ambiente, desenvolvimento e sustentabilidade	ESP17	40	20	60	SP
V	Ciclo Extensionista 2-A	EXT5	60	0	60	EXT4
V	Estágio Supervisionado I	PRA1	0	100	100	SP
Subtotal		-	300	140	440	-
VI	Fotointerpretação em geografia	ESP18	60	20	80	SP
VI	Geografia das Indústrias e dos Serviços	ESP19	40	0	40	SP
VI	Organização Espacial Brasileiro	ESP20	60	0	60	SP
VI	Organização Espacial do Nordeste	ESP21	40	0	40	SP
VI	Instrumentação para o Ensino de Geografia II	ESP26	40	20	60	ESP 20
VI	Ciclo Extensionista 2-B	EXT6	60	0	60	EXT5
VI	Estágio Supervisionado II	PRA2	0	100	100	PRA1
Subtotal		-	300	140	440	-
VII	Hidrografia	ESP27	60	20	80	SP
VII	Organização Espacial do Piauí	ESP28	40	0	40	ESP24/ESP25
VII	Avaliação da Aprendizagem	BAS14	40	20	60	BAS 6
VII	Trabalho de Conclusão de Curso I	ESP29	40	20	60	SP

VII	Educação das Relações Étnico-raciais afrodiáspora	BAS15	40	20	60	SP
VII	Estágio Supervisionado III	PRA3	0	100	100	PRA2
Subtotal		-	220	180	400	-
VIII	Geodiversidade e geoconservação	ESP30	40	20	60	ESP12
VIII	Educação de jovens e adultos	BAS16	40	20	60	SP
VIII	Trabalho de Conclusão de Curso II	ESP31	0	40	40	SP
VIII	Estágio Supervisionado IV	PRA4	0	100	100	PRA3
Subtotal		-	80	180	260	-
TOTAL		-	2400	800	3200	-
Atividades complementares		-	-	-	100	-
Total Geral		-	-	-	3300	-

Fonte: Comissão de elaboração do PPC

ESP – Disciplina do núcleo de formação específico

BAS – Disciplina do núcleo de Formação básica comum

EXT – Disciplina do núcleo extensionista

PRA – Disciplina do núcleo de prática docente

CHT – carga horária teórica

CHP – carga horária prática

CH – carga horária total

CHS – carga horária semanal

SP – Sem pré-requisito

Quadro 2 - Resumo da distribuição dos componentes curriculares

EIXO	DIMENSÃO	COMPONENTE CURRICULAR		T	P	CT
Grupo I	Base comum	BAS1	Educação Aberta e a distância	40		40
		BAS2	Leitura e Produção textual	40		
		BAS3	Filosofia da Educação	40		40
		BAS4	Metodologia Científica	40		40
		BAS5	Ingles Insrumental	40		4
		BAS6	Profissionalização docente	40		
		BAS7	Sociologia da Educação	40		40

		BAS8	Didática	60		0
		BAS9	Psicologia da Educação	60	20	80
		BAS10	Política e organização da Educação Brasileira	40		40
		BAS11	Gestão e Organização Escolar	40	20	60
		BAS12	Educação Especial e Inclusiva	60	20	80
		BAS13	Libras	60	20	80
		BAS14	Avaliação da Aprendizagem	40	0	40
		BAS15	Educação das Relações Étnico-raciais afrodiáspora	40	0	40
		BAS16	Educação de jovens e adultos	40	20	60
			SUB TOTAL	720		
Grupo II	Disciplinas específicas	ESP1	Estatística aplicada à Geografia	40	20	60
		ESP2	História da Ciência Geográfica	40	0	40
		ESP3	Cartografia I	40	0	40
		ESP4	Cartografia II	60	20	80
		ESP5	Biogeografia	60	0	60
		ESP6	Economia aplicada à Geografia	60	0	60
		ESP7	Teorias e métodos da Geografia	60	0	60
		ESP8	Geoprocessamento e sistemas de informação geográfica	60	40	100
		ESP9	Fundamentos de Geologia	60		60
		ESP10	Geografia Agrária	40		40
		ESP11	Geografia da População	40	20	60
		ESP12	Climatologia geográfica	60		60
		ESP13	Geomorfologia	40		40
		ESP14	Geografia Urbana	40		40

		ESP15	Pedologia	60		60
		ESP16	Organização do espaço mundial	40		40
		ESP17	Meio ambiente, desenvolvimento e sustentabilidade	40	20	60
		ESP18	Fotointerpretação em geografia	60	20	80
		ESP19	Geografia das Indústrias e dos Serviços	40		40
		ESP20	Organização Espacial Brasileiro	60		60
		ESP21	Organização Espacial do Nordeste	40		40
		ESP22	Hidrografia	60		60
		ESP23	Organização Espacial do Piauí	40		40
		ESP24	Trabalho de Conclusão de Curso I	40	20	60
		ESP25	Geodiversidade e geoconservação	0	40	40
		ESP26	Instrumentação para o Ensino de Geografia II	40	20	
		ESP27	Hidrografia	60	20	
		ESP28	Organização Espacial do Piauí	40		
		ESP29	Trabalho de Conclusão de Curso I	40	20	
		ESP30	Geodiversidade e geoconservação			
		ESP31	Trabalho de Conclusão de Curso II		40	40
			SUBTOTAL	1360	400	
Grupo III	Prática Pedagógica	PRAT1	Estágio Supervisionado I	100		
		PRAT2	Estágio Supervisionado II	100		
		PRAT3	Estágio Supervisionado II	100		
		PRAT4	Estágio Supervisionado IV	100		
		PCC	Temas diversos	400		
			SUBTOTAL	800		
Grupo IV	Curricularização da Extensão	EXT1	Fundamentos e Metodologia de Extensão no Ensino superior	40		
		EXT2	Planejamento Extensionista	40		
		EXT3	Ciclo Extensionista 1-A	60		
		EXT4	Ciclo Extensionista 1-B	60		
		EXT5	Ciclo Extensionista 2-A	60		
		EXT6	Ciclo Extensionista 2-B	60		
			SUB TOTAL	320		

Fonte: Comissão de elaboração do PPC

No Núcleo da Formação Básica Comum, são tratadas as seguintes temáticas:

I. Currículos e seus marcos legais

a) LDB, devendo ser destacado o art. 26-A;

b) Diretrizes Curriculares Nacionais;

c) BNCC: introdução, fundamentos e estrutura;

d) currículos estaduais, municipais e/ou da escola em que trabalha.

II. Didática e seus fundamentos:

a) compreensão da natureza do conhecimento e reconhecimento da importância de sua contextualização na realidade da escola e dos estudantes;

b) visão ampla do processo formativo e socioemocional como relevante para o desenvolvimento, nos estudantes, das competências e habilidades para sua vida;

c) manejo dos ritmos, espaços e tempos para dinamizar o trabalho de sala de aula e motivar os estudantes;

d) elaboração e aplicação dos procedimentos de avaliação de forma que subsidiem e garantam efetivamente os processos progressivos de aprendizagem e de recuperação contínua dos estudantes;

e) realização de trabalho e projetos que favoreçam as atividades de aprendizagem colaborativa;

f) e compreensão básica dos fenômenos digitais e do pensamento computacional, bem como de suas implicações nos processos de ensino-aprendizagem na contemporaneidade.

III. Metodologias, práticas de ensino ou didáticas específicas dos conteúdos a serem ensinados, devendo ser considerado o desenvolvimento dos estudantes, que possibilitem o domínio pedagógico do conteúdo, bem como a gestão e o planejamento do processo de ensino e de aprendizagem;

IV. Gestão escolar com especial ênfase nas questões relativas ao projeto pedagógico da escola, ao regimento escolar, aos planos de trabalho anual, aos colegiados, aos auxiliares da escola e às famílias dos estudantes;

V. Marcos legais, conhecimentos e conceitos básicos da educação especial, das propostas e projetos para o atendimento dos estudantes com deficiência e necessidades especiais;

VI. Interpretação e utilização, na prática docente, dos indicadores e das informações presentes nas avaliações do desempenho escolar, realizadas pelo MEC e pelas secretarias de educação;

VII. Desenvolvimento acadêmico e profissional próprio, por meio do comprometimento com a escola e participação em processos formativos de melhoria das relações interpessoais para o aperfeiçoamento integral de todos os envolvidos no trabalho escolar;

VIII. Conhecimento da cultura da escola, o que pode facilitar a mediação dos conflitos;

IX. Compreensão dos fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos; das ideias e das práticas pedagógicas; da concepção da escola como instituição e de seu papel na sociedade; e da concepção do papel social do professor;

X. Conhecimento das grandes vertentes teóricas que explicam os processos de desenvolvimento e de aprendizagem para melhor compreender as dimensões cognitivas, sociais, afetivas e físicas, suas implicações na vida das crianças e adolescentes e de suas interações com seu meio sociocultural;

XI. Conhecimento sobre como as pessoas aprendem, compreensão e aplicação desse conhecimento para melhorar a prática docente;

XII. Entendimento sobre o sistema educacional brasileiro, sua evolução histórica e suas políticas, para fundamentar a análise da educação escolar no país, bem como possibilitar ao futuro professor compreender o contexto no qual exercerá sua prática;

XIII. Compreensão dos contextos socioculturais dos estudantes e dos seus territórios educativos.

O núcleo de formação específica destinado à aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos. O núcleo de formação específica contempla ainda as seguintes temáticas:

I. Compreensão do conhecimento pedagógico do conteúdo proposto para o curso e da vivência dos estudantes com esse conteúdo;

II. Vivência, aprendizagem e utilização da linguagem digital em situações de ensino

e de aprendizagem na educação especial inclusiva;

III. Resolução de problemas, engajamento em processos investigativos de aprendizagem, atividades de mediação e intervenção na realidade, realização de projetos e trabalhos coletivos, e adoção de outras estratégias que propiciem o contato prático com o mundo da educação e da escola;

IV. Articulação entre as atividades práticas realizadas na escola e na sala de aula com as que serão efetivadas durante o estágio supervisionado;

V. Vivência e aprendizagem de metodologias e estratégias que desenvolvam, nos estudantes, a criatividade e a inovação, devendo ser considerada a diversidade como recurso enriquecedor da aprendizagem;

VI. Alfabetização, domínio de seus fundamentos e domínio pedagógico dos processos e das aprendizagens envolvidas, com centralidade nos resultados quanto à fluência em leitura, à compreensão de textos e à produção de escrita das crianças, dos jovens e dos adultos;

VII. Articulação entre os conteúdos das áreas e os componentes da bnc-formação com os fundamentos políticos referentes à equidade, à igualdade e à compreensão do compromisso do professor com o conteúdo a ser aprendido;

VIII. Engajamento com sua formação e seu desenvolvimento profissional, participação e comprometimento com a escola, com as relações interpessoais, sociais e emocionais.

O Núcleo de Prática Pedagógica possui carga horária de 800 (oitocentas) horas destinadas exclusivamente à prática pedagógica docente. Essa carga horária está intrinsecamente articulada, desde o primeiro ano do curso, através da prática prevista nos componentes curriculares e do estágio supervisionado, ocorrendo ao longo do processo formativo e durante toda a duração do curso, desde o início até sua integralização.

A carga horária do Núcleo de Prática Pedagógica está dividida da seguinte forma: 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola; e 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Núcleos de Formação Básica Comum e Formação Específica, distribuídos ao longo do curso, desde o seu início, conforme previsto nos programas de disciplina.

O processo instaurador do estágio supervisionado deve ser efetivado mediante o prévio ajuste formal entre o IFPI e a instituição associada ou conveniada, com preferência para as escolas e as instituições públicas, nos termos das normativas internas e externas

que regulamentam a matéria. A carga horária do estágio supervisionado é dividida em quatro componentes curriculares de 100 (cem) horas cada, dispostas de acordo com a Resolução Normativa 93/2021 CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 18 de novembro de 2021, ou sua substitutiva.

O quantitativo de horas destinado para a realização da prática pedagógica do componente curricular deve adicionado à carga horária do componente curricular, no campo “carga horária prática” do respectivo programa de disciplina. De acordo com a Nota Técnica nº 4/2022 PROEN/REI/IFPI, de 15 de julho de 2022, das 400 (quatrocentas) horas do Núcleo de Prática Pedagógica, 80 horas são obrigatoriamente destinadas para os componentes curriculares de instrumentação para o ensino fundamental (40 horas), e Instrumentação para o Ensino Médio (40 horas) na área específica do curso, de modo a proporcionar experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Todas as vivências e aprendizagens da prática pedagógica do componente curricular devem ser registradas no portfólio do estudante, o que permite que o estudante vivencie reflexivamente o seu próprio percurso formativo.

O Núcleo de Prática Extensionista possui carga horária de 320 (trezentas e vinte) horas que são destinadas às atividades de extensão curricularizadas, em conformidade com a Resolução Normativa nº 131 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 25 de abril de 2022, em atendimento ao disposto na meta 12.7 do Plano Nacional de Educação, Lei 13.005/2014, que determina que o mínimo de 10% (dez por cento) da carga horária curricular obrigatória dos cursos de graduação deve ser integralizado por meio de atividades de extensão. Essa carga horária consta no currículo no formato de componentes curriculares específicos de extensão e contemplam temas relacionados à fundamentação, planejamento e execução de projetos e/ou programas de extensão.

Os conteúdos curriculares (ementas) e as bibliografias (básica e complementar) de cada componente estão descritos no Anexo I deste documento.

2.8 METODOLOGIA

Para o cumprimento dos itens que compõem o perfil do profissional que a Instituição deseja formar são observados os preceitos legais sobre a formação docente e são levadas em consideração as características específicas dos discentes, seus interesses, condições de vida e de trabalho, além de observar os seus conhecimentos prévios,

orientando-os na (re)construção dos conhecimentos escolares, bem como na especificidade do curso. Em razão disso, faz-se necessária a adoção de procedimentos didático-pedagógicos que possam auxiliá-los nas suas construções intelectuais e procedimentais.

De acordo com o PDI do IFPI, os princípios fundamentais que orientam as atividades pedagógicas dos cursos de licenciatura no âmbito do IFPI são:

- indissociabilidade: desenvolvimento de atividades de ensino, de extensão e de pesquisa integradas às atividades formais pertinentes ao conteúdo curricular. Isso significa que toda atividade de extensão e de pesquisa deve ser desenvolvida como parte das atividades curriculares previstas nos cursos, tendo sua carga horária e avaliação computadas nos componentes curriculares envolvidos;
- interdisciplinaridade: integração de conteúdos no desenvolvimento de estudo de um determinado tema ou eixo conceitual, tendo sua carga horária e avaliação computadas nos componentes curriculares envolvidos;
- formação integrada à realidade social: aliada à sólida formação teórica. O IFPI se obriga à formação do cidadão, integrando os conteúdos à realidade social vigente, ressaltando as políticas de inclusão, a igualdade de acesso e o respeito às diferenças econômico-sociais e àqueles referentes às pessoas com deficiência (PCD), tomando essas diferenças como parte das características que dão unidade a seu trabalho;
- articulação teoria-prática: superação da dicotomia teoria prática, realizada, prioritariamente, nas atividades curriculares e de extensão.

A partir desses princípios, cabe ao professor decidir sobre os procedimentos didático- metodológicos mais adequados a serem adotados em sua prática docente, na perspectiva de atender à proposta pedagógica do curso, buscando a eficácia do processo ensino aprendizagem e tendo clareza sobre a importância e viabilidade destes recursos como exemplos a serem seguidos pelos futuros professores.

Os componentes curriculares do curso de Licenciatura em Geografia são construídos de forma a articular o desenvolvimento da formação do licenciado através da união de áreas específicas do conhecimento com uma sólida formação na área pedagógica e também uma grande participação em sala de aula, propiciando assim que o futuro professor esteja preparado para exercer a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio em que a ação educativa se faça necessária.

A presença de componentes curriculares da base comum que compreende os

conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da Base Nacional Curricular Comum-BNCC, asseguram que a formação do Licenciado em Geografia do Instituto Federal do Piauí aconteça de forma a articular os diferentes saberes necessários à formação por meio das práticas pedagógicas.

Neste sentido, a Prática Pedagógica deve estar intrinsecamente articulada, desde o primeiro ano do curso, com os estudos e com a prática previsto no componentes curriculares. As ementas destas disciplinas, assim como a sequência conceitual adotada, permitem além da articulação e a interlocução entre as disciplinas dos diferentes núcleos, a interdisciplinaridade.

O desenvolvimento das práticas se dará por meio da articulação dos temas afins das disciplinas do módulo e uma abordagem com ênfase na educação inclusiva a ser trabalhada através de diferentes estratégias didáticas que viabilizem o desenvolvimento de competências e habilidades teórico-práticas. As estratégias a serem desenvolvidas envolvem a participação em pesquisas educacionais e de realidades locais, elaboração de material didático, intervenções diretas com os alunos, famílias e professores. Entre outras A definição dessas atividades é efetuada conjuntamente por estudantes e professores dos diversos componentes curriculares, a partir de sugestões das partes envolvidas. As reflexões acerca da educação inclusiva, acessibilidade, dificuldades de aprendizagem, necessidades educacionais específicas, tecnologia assistiva, direitos humanos, entre outras, poderão perpassar em todos os módulos, reforçando a conscientização e formação para a valorização das diferenças.

A estrutura de tutoria, bem como as relações numéricas tutor/estudante, número de professores/hora disponíveis para o desenvolvimento da aprendizagem obedecerão aos critérios de suficiência e adequação, de acordo com o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do MEC e com a legislação da UAB/CAPES.

Estão previstas as atividades presenciais abaixo listadas, que poderão ser acrescidas de outras que se façam necessárias, de acordo com as características de cada componente curricular: (a) apresentação das ferramentas de informática com as quais os professores e estudantes irão interagir e trabalhar no decorrer do Curso; (b) encontros presenciais a serem realizadas no decorrer dos semestres do Curso, no mínimo (2) a cada mês por disciplina. Haverá, no mínimo, um (1) encontro presencial para fins avaliativos, para cada uma das disciplinas seguindo a orientação do Decreto nº 9.057/2017:

Art. 4º As atividades presenciais, como tutorias, avaliações, estágios, práticas profissionais e de laboratório e defesa de trabalhos, previstas nos projetos pedagógicos ou de desenvolvimento da instituição de ensino e do curso, serão realizadas na sede da instituição de ensino, nos polos de educação a distância ou em ambiente profissional, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais. Os momentos presenciais serão acompanhados preferencialmente pelo tutor presencial do respectivo curso sem a obrigatoriedade da presença física do professor da disciplina (BRASIL, 2017).

Com relação à acessibilidade de pessoas com necessidades especiais, em cumprimento aos Decretos nº 5.296/04 e nº 5.626/05, complementados pelas normas da ABNT que propõem o acesso e permanência dos alunos com deficiência na graduação e pós-graduação, este Curso, juntamente com a Coordenação do Polo e a Coordenação UAB/IFPI viabilizará:

- Acessibilidade à comunicação de alunos com deficiência nas atividades acadêmicas;
- Equipamentos e materiais didáticos específicos aos alunos com deficiência;
- Adaptação de mobiliários e ambientes físicos da instituição;
- Capacitação de professores e técnicos para atuarem com alunos deficientes;
- Curso de LIBRAS ao pessoal especializado que atuará com os alunos surdos; - tradutor intérprete de LIBRAS para alunos surdos;
- Outras providências que se fizerem necessárias aos alunos com deficiências.

2.9 AMBIENTE VIRTUAL DE ENSINO-APRENDIZAGEM – (PLATAFORMA MOODLE)

O curso será desenvolvido na modalidade a distância com encontros e atividades presenciais seguindo as exigências do Decreto nº 9.057/2017. Atendendo à indicação do MEC, o IFPI recomenda a utilização de software livre para os cursos a distância. Contará com uma equipe multidisciplinar para desenvolver os serviços básicos de produção, editoração, publicação de materiais impressos; produção e disponibilização de materiais online; transmissão de videoconferências, docência, tutoria, secretaria, coordenação de polos, gestão de infraestrutura física e de ambiente on-line. A organização desta equipe atende aos padrões básicos definidos pela instituição.

O curso será disponibilizado em um Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem

(Plataforma Moodle) que permita a associação de uma variada gama de ferramentas (recursos educacionais e atividades de estudo), baseada na construção social do conhecimento, mediado pelas interações em rede.

A organização didático-metodológica será elaborada pelo docente, em consonância com as premissas deste PPC e de acordo com os objetivos de cada disciplina, frente às necessidades do grupo de estudantes.

O Curso trabalhará com as possibilidades oferecidas pela comunicação síncrona e assíncrona. A comunicação assíncrona se refere à interação que ocorrerá entre os alunos e entre os alunos e professores, mediado por um AVEA (Plataforma Moodle) e de forma temporal diferente. Neste tipo de comunicação existe a vantagem da elasticidade temporal, uma vez que, o aluno pode gerir o seu tempo, desde que seja respeitado o cronograma do curso. Essa interação pode se utilizar de recursos como correio eletrônico, fórum, dentre outros, que permitam a interação em momentos diferentes.

A comunicação síncrona refere-se à interação em tempo real, ou seja, a comunicação entre os alunos, e entre alunos e professor é realizada através da utilização de recursos tecnológicos síncronos, tais como os bate-papos, a videoconferência ou webconferência, os quais ocorrem em um mesmo tempo temporal a ser previamente disposto no Plano de Disciplina.

Assim, haverá no Curso de Licenciatura em Geografia, modalidade EaD, a utilização conjunta destas duas formas de comunicação e que será disponibilizada em ambiente virtual (Plataforma Moodle) permitindo aos alunos, professores e tutores: comentar as aulas, discutir temas relacionados às disciplinas em andamento nos fóruns, enviar sua atividade ao professor, compartilhar trabalhos e experiências realizadas pela turma, acessar ementas e material do curso em um único espaço.

Poderão ainda ser previstos no curso mecanismos de colaboração e aprendizagem em grupo como fóruns especializados por área do conhecimento.

Para a produção das vídeoaulas e videoconferências o curso poderá contar com a estrutura dos estúdios de TV já existentes nos *campi* do IFPI, bem como o apoio dos Polos UAB.

Nesse contexto, o AVEA a ser utilizado deve oferecer oportunidades de interação síncronas e assíncronas, cabendo ao docente organizar didático-metodologicamente as unidades temáticas do programa da disciplina. Para um melhor aproveitamento das metodologias de EaD, explicita-se as mídias que serão produzidas/reproduzidas no material didático, considerando as diferentes especificidades

tecnológicas propostas pelos Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância (BRASIL, 2007), bem como os princípios orientadores sobre as questões de acessibilidade para a web no Brasil, disponíveis em <<http://www.acessobrasil.org.br/index.php?itemid=44>>. Além disso, explicitamos que toda a produção de material didático do curso será disponibilizada nas bibliotecas dos polos de EaD onde o curso será ofertado, sob a forma de mídia ou impresso (em casos específicos), bem como em repositórios de Recursos Educacionais Abertos.

O Material Didático, tanto do ponto de vista da abordagem do conteúdo, quanto da forma, deve estar concebido de acordo com os princípios epistemológicos, metodológicos e políticos explicitados no PPC e na BNC- Formação- Base Nacional Comum para a Formação de Professores da Educação Básica, de modo a facilitar a construção do conhecimento e mediar a interlocução entre estudante e professor, devendo passar por rigoroso processo de avaliação prévia (pré-testagem), com o objetivo de identificar necessidades de ajustes, visando ao seu aperfeiçoamento. O material didático deve desenvolver habilidades e competências específicas, recorrendo a um conjunto de mídias compatíveis com a proposta e com o contexto socioeconômico do público-alvo.

As tecnologias de informação e comunicação (TIC) permitirão que o público alvo tenha acesso às linguagens e mídias compatíveis com o projeto e com o contexto socioeconômico dos mesmos. No AVEA a ser utilizado deve contar as seguintes ferramentas e recursos: fórum de discussão, portfólio, chat ou bate-papo, biblioteca, agenda, dentre outros, que permitam a interação entre todo o grupo envolvido.

ATIVIDADES DE ESTUDO NO AVEA

São elas:

Fórum de Discussão: esta ferramenta propiciará a interatividade entre educando, tutores e professores, oferecendo maiores condições aos participantes para se conhecerem, trocarem experiências e debaterem temas pertinentes. Nesse espaço, os educandos poderão elaborar e expor suas ideias e opiniões, possibilitando as intervenções dos professores e dos próprios colegas, com o intuito de instigar a reflexão e aprimoramento do trabalho em desenvolvimento, visando à formalização de conceitos, bem como a construção do conhecimento.

Blog (diário): poderá ser utilizado individualmente ou em grupo, propiciando um espaço importante para a socialização das atividades ou projetos desenvolvidos ao

longo do processo de formação. Assim, a aprendizagem estará centrada na possibilidade do educando poder receber o feedback sobre aquilo que está produzindo e/ou construindo.

Chat ou Bate-Papo: possibilitará oportunidades de interação em tempo real entre os participantes, tornando-se criativo e construído coletivamente, podendo gerar ideias e temas para serem estudados e aprofundados. No decorrer do Curso, pretende-se realizar reuniões virtuais, por meio desta ferramenta, com o intuito de diagnosticar as dificuldades e inquietações durante o desenvolvimento das atividades. Nesse sentido, além de esclarecer as dúvidas sincronicamente, caberá aos professores levar aos acadêmicos as diferentes formas de reflexão, contribuindo para a prática pedagógica do educando.

Biblioteca: local onde estarão disponíveis bibliografias, textos complementares, periódicos disponibilizados pelo IFPI, artigos e atividades, além de indicações de sites que tratam das diferentes temáticas abordadas pelas disciplinas ofertadas no Curso.

Agenda: todas as atividades propostas serão disponibilizadas nesta seção do ambiente. Esse recurso contribui para que o educando possa se manter envolvido com as atividades que serão realizadas durante todo o processo de formação. Dessa forma, será possível a realização das atividades em momentos agendados ou de livre escolha dos participantes. Nos momentos agendados, todos os participantes estarão trabalhando virtualmente em dias e horários pré-estabelecidos. Nos momentos de livre escolha os participantes organizarão o desenvolvimento das atividades de acordo com suas possibilidades. Os professores e tutores deverão acompanhar o desenvolvimento das atividades, disponibilizando as orientações necessárias e oferecendo apoio aos participantes. O uso do AVEA poderá ser complementado por atividades/encontros presenciais em laboratórios e nos demais polos nos quais o Curso ocorrer, de acordo com a organização e planejamento do professor do componente curricular. A comunicação entre educandos, tutores e professores ocorrerá especialmente por meio do AVEA, como explicitado anteriormente. Tendo em vista que o IFPI dispõe de estúdios de TV, as ferramentas de videoconferência dos Polos também poderão ser utilizadas, explorando todo o seu potencial. Nessas estão incluídas as possibilidades de transmissão e/ou gravação de aulas e conferências por professores do corpo docente e de convidados especiais; de realização de reuniões síncronas a distância entre os tutores e estudantes, entre tutores e professores e entre os estudantes; bem como de interação entre os polos para troca de experiências.

Laboratório virtual de prática de ensino: Neste tópico serão desenvolvidas atividades que contemplem o desenvolvimento da técnica e transposição didática. A elaboração das vídeoaulas pelos alunos ocorrerá na disciplina de Tecnologias na Educação, as quais serão incorporados sucessivamente a um acervo contínuo e individual em que se consiga aferir o crescimento da habilidade e da técnica ao longo do desenvolvimento do curso.

2.10 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Em consonância com a concepção de avaliação preconizada na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei no 9394/96, a avaliação da aprendizagem no Curso de Licenciatura Geografia possui um caráter formativo, contínuo e cumulativo.

Nessa perspectiva, a Organização Didática do IFPI, definida pela Resolução 143/2022 CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI de 25 de agosto de 2022, em seus artigos 57, 58 e 59, dispõe que no processo avaliativo devem prevalecer os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, bem como o desempenho do aluno ao longo do período sobre os resultados de testes finais. No mesmo trecho determina que, além da verificação da acumulação de conhecimentos, o processo avaliativo visa também diagnosticar, orientar e reorientar a aquisição e o desenvolvimento de habilidades e atitudes pelos alunos, bem como a ressignificação do trabalho pedagógico.

Portanto, a sistemática de avaliação da aprendizagem adotada pelo IFPI considera as três funções da avaliação: diagnóstica, formativa e somativa. Nesse sentido, a avaliação da aprendizagem acontecerá de forma dinâmica e processual e, para isso, deverão ser utilizadas atividades e instrumentos diversificados, tais como: observações contínuas e sistemáticas, trabalhos individuais e em grupos, elaboração e desenvolvimento de projetos de pesquisa e de intervenção na realidade escolar, seminários, provas escritas, relatórios, dentre outros.

A função somativa da avaliação, relacionada à definição de notas e conceitos está descrita no Capítulo XII, seção VII da referida Organização Didática. Em caso de atualização na Organização Didática deve ser considerado o documento mais recente em vigor.

2.11. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

- Concepção, objetivos e carga horária

O estágio supervisionado é o momento de integração entre teoria e prática durante o curso de formação de professor, além de ser um componente obrigatório da organização curricular das Licenciaturas, conforme artigo 61 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei no. 9.394/96, atualizado pela Lei no. 12.014/09. A legislação brasileira vigente que caracteriza e define o estágio curricular é pautada na Lei nº 11.788/08, regulamentado pela Resolução No 093/2021 CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 18 de novembro de 2021.

No estágio, o professor construirá suas competências e identidade profissional a partir das relações entre sua pessoa e profissão, relacionando prática-teoria-prática para desenvolver autonomia, responsabilidade, decisão, e refletir a prática docente mediante a vivência de situações didáticas de observação-reflexão-ação.

O estágio supervisionado tem por objetivo propiciar aos discentes a complementação do processo de ensino-aprendizagem, em termos de atividades práticas, aperfeiçoamentos educacionais, artísticos, culturais, científicos e de relacionamento humano em diferentes campos de intervenção, orientadas, acompanhadas e supervisionadas pelos profissionais responsáveis pelo estágio. O estágio é uma etapa obrigatória dos cursos de Formação de Professores de acordo com as Resoluções CNE/CP nº 02/2019, de 20 de dezembro de 2019.

A prática docente, por meio do Estágio Supervisionado Obrigatório, acontece a partir da metade do curso, e constitui-se de 400 horas desenvolvidas através de componentes curriculares específicos, abrangendo os processos de observação, regência e socialização das experiências.

- Estrutura e funcionamento do estágio

O Estágio Supervisionado Obrigatório nos cursos de Licenciatura do IFPI ocorre em contexto escolar, espaços de formação ou instituições de Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, e suas modalidades, desde que as atividades desenvolvidas estejam articuladas às ementas de cada etapa do estágio. No curso de Educação Especial - Licenciatura, o Estágio poderá ser desenvolvido em todas as etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e do Ensino Médio),

Nessa perspectiva as atividades referentes ao estágio são devidamente orientadas, acompanhadas e supervisionadas pelos seguintes profissionais: Professor Orientador do IFPI, responsável pelo componente curricular de estágio - Área específica ou pedagógica; Professor Supervisor do IFPI - Área específica e/ou pedagógica e Professor Titular da Escola

Campo, em conformidade com o artigo 5º da referida resolução.

As atividades de estágio se caracterizam pelas situações efetivas do processo de ensino-aprendizagem nas áreas onde ocorrem a oferta nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio de acordo com cada etapa.

O Estágio Supervisionado Obrigatório está organizado conforme a matriz curricular para o curso de licenciatura da seguinte forma:

- Estágio Supervisionado I – 100 horas - 5º semestre;
- Estágio Supervisionado II – 100 horas – 6º semestre;
- Estágio Supervisionado III – 100 horas – 7º semestre
- Estágio Supervisionado IV – 100 horas – 8º semestre

O Estágio Supervisionado Obrigatório requer, no mínimo:

- I. Um discente regularmente matriculado no curso de Licenciatura do Campus e com frequência efetiva;
- II. Diretoria de Extensão ou Coordenação de Extensão e Serviço de Integração Empresa-Escola (SIE-E);
- III. Um professor do componente curricular de estágio supervisionado pertencente ao quadro de docentes do Campus, licenciado, ou com formação ou complementação pedagógica, ou pós-graduação;
- IV. Uma unidade concedente, onde o estágio supervisionado obrigatório será realizado, denominada Escola Campo de Estágio;
- V. Um professor regente da escola campo de estágio, com formação na área de conhecimento ou área afim do curso do estagiário;
- VI. Celebração de termo de compromisso entre o discente, escola campo de estágio e o IFPI;
- VII. Compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

É válido ressaltar que, ao final de cada componente curricular, ocorre socialização das práticas pedagógicas e das vivências no estágio supervisionado.

- Avaliação do estágio supervisionado

O desenvolvimento do Estágio Supervisionado deverá se basear no seguinte direcionamento metodológico:

- I. Conhecimento do contexto escolar;
- II. Reflexão sobre a realidade escolar;

- III. Planejamento;
- IV. Coparticipação;
- V. Regência de sala de aula;
- VI. Socialização;
- VII. Avaliação.

O acompanhamento de estágio será realizado pelos Professores Supervisores/Orientadores de Estágio através de:

- Reuniões periódicas com professor titular da escola campo de estágio e estagiário durante o período de estágio;
- Avaliação coerente dos partícipes do Estágio Supervisionado que deverá ocorrer, no mínimo, em 02 (duas) aulas durante a regência, com a presença do professor supervisor na escola campo.
- Análise de relatos e outros registros parciais elaborados pelo estagiário.

A avaliação do estágio supervisionado assumirá caráter formativo durante o seu desenvolvimento e ao seu final. Para analisar o desempenho do discente estagiário será feita de forma coletiva uma socialização da experiência do estágio, levando-se em conta os seguintes itens:

- a) Ficha de Avaliação do Estágio Curricular Supervisionado assinada pelos professores envolvidos no processo formativo;
- b) Avaliação dos Instrumentais entregues pelo discente/estagiário: Diário de Bordo, Relato de Experiência, Relatório Reflexivo e Memorial de Formação.

O instrumento de avaliação de formação profissional de cada etapa do Estágio Curricular Supervisionado será avaliado pelo: Professor Orientador com base nos seguintes aspectos:

- a) relevância acadêmico-científica na produção e apresentação, conforme normas estabelecidas no Manual de Estágio e na ABNT;
- b) capacidade criativa e inovadora demonstrada nas atividades desenvolvidas durante o estágio, e descritas no instrumento de avaliação de formação profissional de cada etapa.

A expedição do diploma de conclusão do curso está condicionada:

- a) ao reconhecimento do estágio realizado pela Coordenação de Estágio e\ou Coordenação de Extensão;
- b) a apresentação pelo discente/estagiário e aprovação pelo professor orientador do instrumento de avaliação de formação profissional de cada etapa do estágio supervisionado.

2.12. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O Estágio Supervisionado é precedido da celebração do Termo de Compromisso firmado entre o IFPI, o discente/estagiário e a Parte Concedente (Escola Campo de Estágio); do Termo de Convênio de Estágio, quando necessário, e demais documentos pertinentes, listados a seguir: Carta de Apresentação, Termo de Aceite, Termo de Compromisso e Fichade Supervisão de Estágio.

O estágio acontece em contexto escolar, espaços de formação ou instituições vinculadas à esfera de ensino (escolas públicas e privadas que oferecem curso de educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e do Ensino Médio), incluindo as escolas que atendem às diversas modalidades. A parceria entre a IES e a escola campo para a realização de estágio dar-se-á mediante convênio entre as partes.

Das instituições vinculadas à esfera do ensino e outros espaços de formação e de suas atribuições, conforme a RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 93/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2021, descreve os espaços de estágio, conforme abaixo:

Art. 16. Constituem-se Escolas Campo de Estágio, espaços de formação ou instituições vinculadas à esfera do ensino de Educação Básica, preferencialmente públicas, de ensino regular na educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e do Ensino Médio), , nasdiversas modalidades.

§ 1º O estágio supervisionado obrigatório pode ser executado, esporadicamente, também em estabelecimentos da rede privada que, de fato, permitam a formação docente/profissional, ou seja, que autorizem o estudante ao exercício do magistério e atuação nas diversas modalidades.

§ 2º O Estágio Supervisionado poderá ser realizado no próprio Instituto Federal do Piauí (IFPI), desde que o desenvolvimento das atividades permita ampliar os conhecimentos teórico-práticos dos discentes, considerando as especificidades da área de formação e a tramitação institucional.

3º O estágio supervisionado pode ser realizado em espaços não formais, tais como: associações, sindicatos, ONGs, instituições religiosas, instituições filantrópicas, entre outras, que desenvolvam atividades que contribuam para a formação docente/profissional, ou seja, que preparem o estudante ao exercício do magistério e atuação nas diversas modalidades.

O Estágio Supervisionado poderá ser desenvolvido em forma de Projeto de Ensino ou de Intervenção, atividades de extensão (exceto atividades curriculares de extensão, nos moldes da Resolução Normativa Nº 131/2022), em programas de Residência Pedagógica, de monitorias e de iniciação científica desde que atenda aos objetivos dos componentes curriculares do Estágio Supervisionado I e II com critérios a serem definidos pelo Colegiado do Curso.

Ainda de acordo com a Resolução 093/2021, o Estágio Supervisionado Obrigatório poderá também ser desenvolvido, parcialmente, em instituições de ensino superior de outros estados ou países, caso o aluno esteja participando de algum programa de mobilidade acadêmica que preveja período de estágio. Nesse caso, deve contemplar atividades articuladas às ementas de cada etapa do Estágio.

As normas apresentadas vêm ao encontro das necessidades relacionadas à Formação Docente, com base nos conhecimentos teórico-práticos adquiridos durante o percurso formativo do licenciando.

2.13. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA

O Estágio Supervisionado é um importante componente curricular que permite aos licenciandos uma interlocução entre teorias estudadas e refletidas no percurso de formação com a prática nas escolas campo de estágio. O Estágio Supervisionado, nos cursos de Licenciatura do IFPI, é um ato educativo escolar, realizado em colaboração com o sistema formal de ensino, avaliado conjuntamente pela instituição formadora, IFPI, e a escola campo de estágio. As atividades de estágio se caracterizam pelas situações efetivas do processo ensino-aprendizagem nas áreas onde ocorre a oferta nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio de acordo com cada etapa.

O Estágio Supervisionado deverá ser uma atividade intrinsecamente articulada com a prática e com as atividades de trabalho acadêmico, colaborando para a formação da identidade do professor como educador e para o desenvolvimento de competências exigidas na prática profissional, especialmente quanto ao planejamento, organização, execução e

avaliação do aprendizado.

As finalidades do Estágio Supervisionado preveem a complementação do processo ensino-aprendizagem instituído no decorrer do curso através de atividades práticas em diferentes campos, vivenciar situações concretas, estabelecer relações entre teoria-prática, aprimoramento da prática profissional, efetivar decisões para melhorar a educação básica.

O Estágio Supervisionado é estruturado em alternâncias onde as sucessivas idas ao campo serão preparadas, exploradas, refletidas e socializadas em momentos privilegiados da formação. Este tem por objetivo propiciar aos discentes a complementação do processo de ensino e aprendizagem, em termos de atividades práticas, aperfeiçoamentos educacionais, artísticos, culturais, científicos e de relacionamento humano em diferentes campos de intervenção, orientadas, acompanhadas e supervisionadas pelos profissionais responsáveis pelo estágio.

A regência no ambiente de aprendizagem profissional permitirá aos professores formadores e aos professores em processo de formação delinearem, com mais segurança, sua identidade profissional e seu compromisso ético, mediante a avaliação processual das competências compatíveis com uma formação pautada na proposta das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de licenciatura) e para a formação continuada.

Durante os estágios, serão construídas competências e habilidades a partir das reflexões realizadas, relacionando prática-teoria-prática para desenvolver autonomia didático pedagógica. As atividades que serão articuladas entre o IFPI e as escolas campo de estágios se desenvolvem de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos de acordo com os programas dos componentes curriculares Estágio Supervisionado I, II, III e IV.

2.14 TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

De acordo com a Resolução Normativa 046/2021 CONSUP, de 16 de junho de 2021, oTCC consiste em uma pesquisa acadêmico-científica onde o(s) tema(s) abordado(s) contribua(m) para o desenvolvimento das competências e habilidades requeridas para o(a) licenciando(a), em consonância com as diretrizes curriculares.

O TCC será elaborado individualmente, deve abordar temas relacionados às linhas de pesquisa pertinentes ao curso, e desenvolvido nos 4º e 5º módulos do curso, nos

componentes curriculares TCC I e TCC II, respectivamente. O trabalho produzido poderá ser apresentado em formato de monografia ou artigo, observando o disposto na resolução normativa citada acima.

No curso de licenciatura em Geografia, o TCC preferencialmente, consistirá:

- a) Na reflexão das situações-problema enfrentadas no cotidiano real de sala de aula e/ou contexto social; ou
- b) Numa pesquisa-intervenção dentre as abordagens teórico-práticas desenvolvidas no decorrer do curso e com foco na área de ensino; ou
- c) No desenvolvimento de um produto educacional aplicável em condições reais de sala de aula ou outros espaços de ensino.

São exemplos de produtos educacionais:

- a) Material didático/instrucional, tais como propostas de ensino, envolvendo sugestões de experimentos e outras atividades práticas, sequências didáticas, propostas de intervenção, roteiros de oficinas; material textual, como manuais, guias, textos de apoio, artigos em revistas técnicas ou de divulgação, livros didáticos e paradidáticos, histórias em quadrinhos e similares, dicionários; mídias educacionais, como vídeos, simulações, animações, videoaulas, experimentos virtuais e áudios; objetos de aprendizagem; ambientes de aprendizagem; páginas de internet e blogs; jogos educacionais de mesa ou virtuais, e afins; entre outros;
- b) *Software*/Aplicativo: aplicativos de modelagem, aplicativos de aquisição e análise de dados, plataformas virtuais e similares, programas de computador, entre outros.

Os demais critérios relacionados à orientação e avaliação do TCC estão dispostos na Resolução Normativa 046/2021 CONSUP, de 16 de junho de 2021, ou resolução substitutiva.

2.15 TEMAS TRANSVERSAIS OBRIGATÓRIOS

Os temas transversais estão voltados para a compreensão e para a construção da realidade social, dos direitos e responsabilidades relacionados com a vida pessoal e coletiva, e com a afirmação do princípio da participação política, numa perspectiva de formação cidadã.

Os temas transversais obrigatórios estão contemplados no PPC da seguinte forma:

- a) Educação das relações ético-raciais**

A Educação das Relações Étnico-raciais no currículo do curso (Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004) – integra a matriz do curso por meio da disciplina Educação das Relações Étnicas Raciais afro-diaspóricas e Indígenas, com carga horária de 40 horas teórica e 20 horas práticas, compondo o grupo que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais, conforme descrito no artigo 12 da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019.

Tal componente curricular contempla a propositura de conteúdo curricular de abrangência das dimensões históricas, sociais e antropológicas inerentes à realidade brasileira, que possam ressignificar o processo de aprendizagem dos estudantes, sobretudo da população negra, por meio do reconhecimento identitário e da valorização sociocultural, favorecendo a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial - descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada.

b) Educação dos direitos humanos

A Educação dos Direitos Humanos (Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/2012) consta no currículo do curso por meio da inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior podendo ocorrer nas seguintes formas: pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente; como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar; e, de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade. As disciplinas de **Educação das Relações Étnicas Raciais afro-diaspóricas** (módulo VII) e **Educação Especial** (módulo V) contemplam a legislação.

b) Educação ambiental

Os conhecimentos concernentes à Educação Ambiental previstos na Resolução CNE/CP nº 2/2012 dar-se-á pela transversalidade, mediante atividades e ações de sustentabilidade socioambiental na instituição educacional e na comunidade, com foco na

prevenção de riscos, na proteção e preservação do meio ambiente e da saúde humana e na construção de sociedades sustentáveis.

c) Educação no trânsito e demais temas previstos em lei/decreto

A Educação no Trânsito no currículo (Lei nº 9.503/1997) está contemplada no currículo por meio do planejamento de ações coordenadas entre o IFPI e os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e de Educação, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas respectivas áreas de atuação.

Considerando que o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), anualmente, estabelece o tema e o cronograma mensal das campanhas educativas a serem seguidas por todos os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, com o propósito de orientar todas as ações com o mesmo objetivo, nas mesmas áreas e com o mesmo foco, incluindo as Instituições de ensino, o IFPI deverá seguir as campanhas educativas orientadas pelo CONTRAN para assinalar a Educação no Trânsito no currículo, conforme planejado no calendário de eventos do campus.

d) Eventos institucionais que tratam sobre os temas transversais obrigatórios

Para o cumprimento das atividades e eventos que concretizarão os Temas Transversais Obrigatórios, o IFPI dispõe de um calendário de eventos com o planejamento para a realização de atividades, eventos, ações e projetos que possam favorecer a transversalidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a significação dos Temas Transversais descritos, bem como dos seguintes temas preconizados nas legislações e orientações do MEC: Direitos da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990); Educação Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.947/2009); Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Lei nº 10.741/2003); Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher (Lei nº 14.164/2021); e Dia Nacional da Consciência Negra (Lei nº 12.519/2011).

As atividades e ações previstas poderão ocorrer na forma de Oficinas, Seminários; Jornadas, Simpósios, Semanas de estudo; Semanas Comemorativas, Organização de feiras e eventos, com o cadastro no Módulo Eventos do SUAP e o devido registro fotográfico/vídeo.

e) Núcleos institucionais temáticos

- Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), regulamentado pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 52/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23 de julho de 2021.

- Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), regulamentado pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 53/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23 de julho de 2021.

Neste PPC, a disciplina de Educação das Relações Étnicas Raciais afro-diaspóricas e indígenas (60 horas, sendo 20 horas práticas) contempla o tema transversal de Educação das Relações Étnicas Raciais, na totalidade de sua ementa. Juntamente com a disciplina de Educação Especial (80 Horas), atendem ao disposto com relação ao tema Educação dos Direitos Humanos.

2.16 APOIO AO DISCENTE

Os Licenciandos do curso terão 1 (uma) cota mensal de 700 (setecentos) reais, durante a vigência do curso, para cada estudante indígena, pardo, preto, quilombola e das populações do campo, assim como pessoa surda ou pertencente ao público-alvo da educação especial, regularmente matriculado em curso do PARFOR EQUIDADE, conforme edital da Capes Nº 23/2023.

Os Programas Universais visam incentivar a formação acadêmica, a produção do conhecimento, o desenvolvimento técnico-científico, a formação cultural e ética, sendo envolvidas ações de ensino, pesquisa e extensão. Estão organizados em três categorias:

a) Política de diversidade e inclusão do IFPI

A Política de Diversidade e Inclusão do IFPI, aprovada pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 56/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 02/08/2021, orienta um espaço de concretização de ações inclusivas mediante princípios, diretrizes e objetivos que ampliam e fortalecem o atendimento e acompanhamento a comunidade acadêmica inserida no contexto da diversidade cultural, étnico-racial, de gênero e necessidades específicas, garantindo assim o acesso, permanência e êxito ao discente.

O objetivo é promover inclusão no IFPI, mediante ações, com vistas à construção de uma instituição inclusiva, permeada por valores democráticos e pelo respeito à diferença e à diversidade.

Esta política propõe medidas intermediadas pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), regulamentada pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 55/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23/07/2021, e Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), regulamentado pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 53/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23/07/2021.

São considerados público-alvo do Núcleo de Atendimento às Pessoas com

Necessidades Específicas- NAPNE: Discentes com deficiência- aqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, auditiva, visual, mental, intelectual ou sensorial, discentes com transtornos globais do desenvolvimento, com altas habilidades/superdotação e ainda os transtornos funcionais específicos como: dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade.

São considerados público-alvo do Núcleo de Estudos e Pesquisa Afro-brasileiras e Indígenas-NEABI: Negros, que se autodeclararem de cor preta ou parda, conforme classificação adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e indígenas, que se enquadrem na portaria 849/2009 da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

São objetivos específicos da Política de Diversidade e Inclusão do IFPI:

- I -Proporcionar formação de professores para os atendimentos educacionais especializados e demais profissionais da educação para a inclusão;
- II- Garantir processos seletivos com adaptações necessárias para o acesso de pessoas com deficiência;
- III- Proporcionar a adaptação dos currículos de acordo com o estabelecido nas Leis nº 9.394/1996, 10.639/2003 e 11.645/2008, que preveem a inclusão obrigatória das temáticas relacionadas à História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em todas as modalidades e níveis de ensino, bem como parecer CNE/CP nº 08/2012 e com a Resolução nº 01/2012, que tratam da Educação para os Direitos Humanos;
- IV-Assegurar a aquisição e elaboração de recursos didáticos dos discentes com necessidades educacionais específicas;
- V- Desenvolver periodicamente ações que promovam a sensibilização, adaptações de acesso ao currículo por meio de modificações ou provisão de recursos especiais, materiais ou de comunicação, para melhoria de metodologias, ferramentas e técnicas utilizadas no processo de inclusão e diversidade;
- VI- Garantir acompanhamento psicossocial e pedagógico realizado de modo articulado com os núcleos voltados às ações de diversidade e inclusão;
- XV- Manter articulação com a Política de Assistência estudante – POLAE;
- XVI- Manter articulação com o programa de acolhimento ao estudante ingressante – PRAEI;
- XVII- Incentivar, tanto discentes como professores, a desenvolverem projetos na área de Tecnologia Assistiva.

b) Mobilidade Acadêmica

A mobilidade acadêmica é regulamentada pela RESOLUÇÃO NORMATIVA 121/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 30 de março de 2022, que estabelece as normas e procedimentos para a mobilidade acadêmica de estudantes de cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.

A Mobilidade Acadêmica Interna refere-se à possibilidade de o estudante do IFPI, com situação de matrícula ativa, pleitear mudança de campus, para fins de prosseguimento do seu processo formativo, desde que tenha cursado, no mínimo dois semestres letivos no campus de origem.

A Mobilidade Acadêmica Interna poderá ocorrer por meio de: transferência interna e matrícula especial intercampi. A transferência interna de aluno entre seus *campi* deverá ser motivada por pelo menos um dos casos (ou outros correlatos ou análogos):

- I. Necessidade de mudança de domicílio de estudante trabalhador, de seus responsáveis legais ou cônjuge, mediante comprovação;
- II. Doença física ou psicológica comprovada por laudo médico, que requeira tratamento prolongado específico no local para onde a transferência é solicitada, referendado pelo setor médico do IFPI;
- III. Condição de vulnerabilidade psicossocial, mediante apresentação de parecer social emitido pelo setor de serviço social do campus no qual o estudante está matriculado;
- IV. Motivo de doença em pessoa da família que precise de auxílio durante tratamento prolongado, comprovado por laudo médico, referendado pelo setor médico do IFPI.

A mobilidade acadêmica na forma de matrícula especial intercampi é o vínculo temporário que o estudante do IFPI, com situação de matrícula ativa em curso de educação superior, estabelece com outro campus do IFPI, por um período de até um ano letivo, mantendo o vínculo no campus de origem, para cursar disciplinas que integram a matriz curricular do seu curso, mediante deferimento dos Colegiados dos cursos de origem e de destino, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim recomendar e em pelo menos um dos seguintes casos:

- I - Serviço militar obrigatório;
- II- Emprego efetivo comprovado;
- III - Acompanhamento de cônjuge, filhos, pais ou dependentes legais, em tratamento de saúde comprovadamente demorado;
- IV- Condição de vulnerabilidade psicossocial;

V- Retenção em componente curricular cuja oferta pelo campus de origem não ocorrerá em período subsequente à retenção;

VI- Integralização curricular.

São consideradas como atividades de Mobilidade Acadêmica aquelas de natureza acadêmica, científica, artísticas e/ou cultural, como cursos, estágios e pesquisas orientadas que visem à complementação e ao aprimoramento da formação do estudante de graduação.

A Mobilidade Acadêmica Internacional é aquela na qual o estudante realiza atividades de mobilidade estudantil em instituição de ensino estrangeira, mantendo o vínculo de matrícula na Instituição de origem durante o período de permanência na condição de “estudante em mobilidade”.

A mobilidade acadêmica poderá ocorrer por meio de:

I - Adesão a Programas do Governo Federal; e

II - Estabelecimento de Convênio interinstitucional.

A Mobilidade Acadêmica tem por finalidade:

I - Proporcionar o enriquecimento da formação acadêmico-profissional e humana, por meio da vivência de experiências educacionais em instituições de ensino nacionais e internacionais;

II - Promover a interação do estudante com diferentes culturas, ampliando a visão de mundo e o domínio de outro idioma;

III - Favorecer a construção da autonomia intelectual e do pensamento crítico do estudante, contribuindo para seu desenvolvimento humano e profissional;

IV - Estimular a cooperação técnico-científica e a troca de experiências acadêmicas entre estudantes, professores e instituições nacionais e internacionais;

V - Propiciar maior visibilidade nacional e internacional ao IFPI; e

VI - Contribuir para o processo de internacionalização do ensino de graduação no IFPI.

c) Acessibilidade

Para a inclusão de pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida, o Instituto procura atender a Lei no 10.098/2000 disponibilizando rampas nas entradas, portas largas, barras de apoio e pisos antiderrapantes, sanitários adaptados para cadeirantes, reserva de vagas em seus estacionamentos.

O IFPI promove e desenvolve ações com o intuito de ampliar as condições de acessibilidade para os alunos com necessidades específicas físicas e educacionais através do NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas.

Com o objetivo de permitir uma aproximação entre os falantes da Língua Portuguesa

e as comunidades surdas, a disciplina de Língua Brasileira de Sinais está inserida no currículo seguindo as orientações do Decreto no 5.626/2005. A utilização da Libras se mostra necessária especialmente nos espaços educacionais, favorecendo ações de inclusão social e oferecendo possibilidades para a quebra de barreiras linguísticas entre surdos e ouvintes.

d) Profissionais Técnicos Especializados em Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais

São atribuições do Tradutor/Intérprete de Libras, no exercício de suas competências, no âmbito do IFPI:

- I - Efetuar a comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;
- II – Traduzir e interpretar, em Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa, as atividades didático pedagógicas e culturais de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvida nos cursos técnicos de níveis fundamental, médio e no ensino superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares, em sala de aula e demais ambientes acadêmicos;
- III - Traduzir e interpretar materiais didáticos, artigos, livros, textos diversos, provas, exercícios, vídeos e outros, reproduzindo em Libras ou na modalidade oral da língua portuguesa o pensamento e intenção do emissor;
- IV - Atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos;
- V - Participar da produção de material técnico, didático-pedagógico ou de informática;
- VI - Apoiar a acessibilidade aos serviços e às atividades-fim do IFPI, atendendo ao disposto no Decreto 5.626/05, na Lei 13.146/15, na Resolução nº 07/2018/CONSUP/IFPI e aos demais preceitos vigentes e zelando pelo rigor técnico, pela ética profissional, o respeito à pessoa e à cultura da pessoa surda.

Identificando a necessidade de profissionais técnicos especializados em tradução e interpretação de Língua Brasileira de Sinais; Cuidador em Educação Especial; Revisor, Ledor e Transcritor em Braille e Atendimento Educacional Especializado, o IFPI promove a contratação desses profissionais, conforme condições, quantidades e exigências legais.

e) Mecanismos de Nivelamento

Em busca de um melhor aproveitamento e, também, reduzir a evasão e a retenção do discente no início da vida acadêmica será proposto um nivelamento dos

conteúdos básicos, por meio da disciplina de Matemática Básica (módulo I). Acrescente-se que se encontra na fase de regulamentação a política de nivelamento dos cursos de graduação. Assim, está sendo normatizado um Programa de Acompanhamento do Estudante Ingressante nos cursos superiores- PRAEI-SUPER, que integrará as políticas de ensino com ações acadêmico-administrativas voltadas para a existência de nivelamento transversal a todos os cursos no âmbito do IFPI, com o objetivo de desenvolver e aprimorar habilidades e competências dos acadêmicos para o melhor desempenho no Ensino Superior, com vistas a garantir a permanência e o êxito.

2.17 GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A avaliação será contínua, com momentos específicos para discussão, englobando uma análise integrada dos diferentes aspectos, estruturas, relações, compromisso social, atividades e finalidades da instituição e do respectivo curso, abrangendo uma perspectiva interna e externa:

-Avaliação Interna: ações decorrentes dos processos de avaliação, no âmbito do curso, considerando o relatório de autoavaliação institucional elaborado pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA), alinhadas com as metas estabelecidas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPI, a fim de promover o aperfeiçoamento de forma estratégica. Serão também instrumentos de avaliação interna o Colegiado do Curso e o Núcleo Docente Estruturante (NDE), caracterizados, respectivamente.

A autoavaliação ocorrerá com periodicidade estabelecida pelos colegiados dos cursos, com previsão no calendário acadêmico e fornecerá as bases para elaboração do (re)planejamento das ações acadêmico-administrativas no âmbito do curso, e consequentemente, para a tomada de decisão, conforme estabelecido na RESOLUÇÃO NORMATIVA 98/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 7 de dezembro de 2021, que atualiza o instrumento de autoavaliação institucional dos cursos de graduação, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.

-Avaliação Externa: A avaliação Externa abrangerá a visita *in loco*, realizada para autorização do curso, reconhecimento e renovação de reconhecimento, na qual são avaliadas as três dimensões do curso quanto à adequação ao projeto proposto: a organização didático-pedagógica; o corpo docente e técnico-administrativo e as instalações físicas. Além disso, a avaliação externa contempla resultados obtidos pelos alunos do curso no Enade e os demais dados apresentados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

Os resultados dessas avaliações sistemáticas indicarão a eficácia do presente Projeto Pedagógico de Curso, oportunizando a implementação de ações acadêmico- administrativas necessárias para a melhoria contínua do curso em questão.

2.18 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO APRENDIZAGEM

O processo de avaliação do ensino-aprendizagem constitui-se como uma ferramenta sistemática, essencial para a consolidação de habilidades e competências. Tal processo deve estar em consonância com projeto político-pedagógico, com os objetivos gerais e específicos do IFPI e com o perfil profissional do curso.

A avaliação deverá ter caráter formativo, processual e contínuo, pressupondo a contextualização dos conhecimentos e das atividades desenvolvidas, a fim de propiciar um diagnóstico preciso do processo de ensino e aprendizagem que possibilite ao professor analisar sua prática e ao estudante comprometer-se com seu desenvolvimento intelectual adquirindo autonomia. Ela aparecerá como subsídio para tomada de decisão, o que vai levar ao professor realizar novas abordagens sobre o desenvolvimento das competências adquiridas pelo aluno, constatando seu aproveitamento.

A avaliação da Aprendizagem é regulamentada pela organização didática do IFPI, RESOLUÇÃO NORMATIVA 143/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 25 de agosto de 2022. Altera a Resolução que normatiza a Organização Didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.

a) Avaliação da aprendizagem

A avaliação do processo ensino-aprendizagem deverá ter como parâmetros os princípios do projeto político-pedagógico, a função social, os objetivos gerais e específicos do IFPI e o perfil de conclusão de cada curso.

A avaliação é um processo contínuo e cumulativo do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais, conforme estabelece a Lei No 9.394/96.

A avaliação dos aspectos qualitativos compreende o diagnóstico, a orientação e reorientação do processo ensino-aprendizagem, visando ao aprofundamento dos conhecimentos, à aquisição e/ou ao desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes pelos alunos e à ressignificação do trabalho pedagógico.

A Sistemática de Avaliação do IFPI compreende avaliação diagnóstica, formativa e somativa.

A avaliação da aprendizagem dar-se-á por meio de um ou mais dos seguintes instrumentos:

- I - Prova escrita;
- II - Observação contínua;
- III - Elaboração de portfólio;
- IV - Trabalho individual e/ou coletivo;
- V - Resolução de exercícios;
- VI - Desenvolvimento e apresentação de projetos;
- VII - Seminário;
- VIII - Relatório;
- IX - Prova prática; e
- X - Prova oral.

A escolha do instrumento de avaliação da aprendizagem deverá estar em consonância com a especificidade da disciplina, os objetivos educacionais propostos e o conteúdo ministrado.

b) Sistema de Avaliação do Curso

A avaliação da aprendizagem nos Cursos Superiores de Graduação, ofertados na forma de módulo/disciplinas, será expressa em notas, numa escala de 0,0(zero) a 10,0 (dez), sendo admitida uma casa decimal.

Será considerado aprovado por média em cada disciplina o aluno que obtiver média semestral igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência igual ou superior a 75% da carga horária da disciplina, sendo registrada, no Diário de Classe e Sistema de Controle Acadêmico, a situação de Aprovado.

Caso a nota semestral seja inferior a 4,0 (quatro), o discente será considerado reprovado, sendo feito o registro, no Diário de Classe e Controle Acadêmico, da condição de Reprovado por Nota.

Se a Média Semestral na disciplina for igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete), o discente que tiver ao menos 75% de frequência da carga horária da disciplina fará Exame Final; neste caso, a Média Final será calculada da seguinte forma:

$$MF = (MS + EF) / 2$$

Onde:

MF = Média Final;

MS = Média Semestral;

EF = Exame Final.

Para a aprovação, o resultado descrito anteriormente terá que ser igual ou superior a 6,0 (seis), sendo registrada, no Diário de Classe e no Sistema de Controle Acadêmico, a situação de Aprovado após Exame Final.

Caso a nota semestral, após o Exame Final, seja inferior a 6,0 (seis), o discente será considerado reprovado, sendo lançada, no Diário de Classe e no Controle Acadêmico, a situação de Reprovado por Nota.

c) Verificação de Aprendizagem em Chamada

É direito do aluno o acesso às várias formas de avaliação da aprendizagem, incluídas as de chamada, desde que as solicite à Coordenação de Curso/Área, via protocolo, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, considerando os dias úteis, após a realização da avaliação à qual não se fez presente, mediante a apresentação dos documentos justificativos abaixo especificados:

I - Atestado médico comprovando a impossibilidade de participar das atividades escolares do dia;

II - Declaração de corporação militar comprovando que, no horário da realização da 1ª chamada, estava em serviço;

III - Declaração da Direção de Ensino do campus, comprovando que o estudante estava representando o IFPI em atividade artística, cultural ou esportiva;

IV - Ordem judicial;

V - Certidão de óbito de parentes de primeiro grau ou cônjuge;

VI - Declarações de trabalho em papel timbrado com carimbo da empresa e assinatura do empregador; e

VII - Outros que possam comprovar a solicitação.

Os casos omissos deverão ser analisados pelo Coordenador de Curso em conjunto com o professor da disciplina para análise da viabilidade do pedido.

A autorização para realização da verificação da aprendizagem, em chamada, dependerá da análise do requerimento, pela Coordenadoria de Curso, conjuntamente com o professor da disciplina, que disporão de 24 horas, após a notificação ao professor, para emitir parecer relativo ao objeto do requerimento.

Cabe ao professor da disciplina a elaboração e a aplicação da verificação da aprendizagem em chamada, no prazo máximo de 08 (oito) dias após o deferimento do pedido.

Se, por falta de comparecimento do aluno, em qualquer etapa de avaliação, decorrido o prazo de pedido de chamada, não for possível apurar o seu aproveitamento escolar, ser-lhe-á atribuído nota 0,0 (zero).

d) Revisão da Verificação da Aprendizagem

O aluno que discordar do(s) resultado(s) obtido(s) no(s) procedimento(s) avaliativo(s) poderá requerer revisão de provas. O requerimento, com fundamentação da discordância, deverá ser dirigido à Coordenação de Curso, até dois dias úteis, após o recebimento da avaliação.

Cabe à Coordenação de Curso, no prazo de 2 dias, dar ciência ao professor da disciplina para emitir parecer. Cabe ao professor da disciplina dar parecer no prazo de (3 dias) a partir da ciência dada pela Coordenação.

Caso o professor se negue a revisar a prova, cabe à Coordenação do Curso em reunião com o Colegiado de Curso e deliberar sobre a revisão, no prazo máximo de sete dias úteis.

2.19 ATIVIDADES DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Em princípio, é importante ressaltar que um dos princípios norteadores da prática educativa dos cursos de graduação no âmbito do Instituto Federal do Piauí consiste no estímulo à adoção da pesquisa como princípio pedagógico presente em um processo formativo voltado para um mundo permanentemente em transformação, integrando saberes cognitivos e socioemocionais, tanto para a produção do conhecimento, da cultura e da tecnologia, quanto para o desenvolvimento do trabalho e da intervenção que promova impacto social.

Ademais, o Instituto Federal do Piauí visa, entre outras finalidades: a) desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica e b) realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico. Nessa perspectiva é, pois, necessário enfatizar que as ações de fomento à pesquisa no âmbito da instituição procuram estabelecer um elo com as ações de Ensino, Extensão e Internacionalização com vistas a uma sociedade plural de forma articulada com os arranjos socioprodutivos locais e regionais.

Em consequência disso, compreende-se e defende-se a importância da iniciação científica como uma ação pedagógica que introduz os estudantes da graduação na pesquisa acadêmico-científica como forma de engajá-los e colocá-los em contato direto com a produção conhecimento a partir da compreensão que essa prática contribua para a formação intelectual, reflexiva, autônoma, crítica e criativa dos estudantes considerando as dimensões: ciência, tecnologia e inovação.

Diante de tudo isso, é importante acrescentar que a iniciação científica, partir da relação do estudante com a pesquisa científica possibilita a formação de cidadãos e de profissionais preparados para o mundo do trabalho, e por conseguinte, aptos para o exercício da profissão visando o desenvolvimento territorial, além de prepará-los também para a pós-graduação.

Deste modo, o Instituto Federal do Piauí tem programas de iniciação científica regulamentados pela Resolução nº 24/2019 que permitem colocar os estudantes de cursos

de graduação em contato direto com a atividade científica e de pesquisa. Nesse processo, espera-se proporcionar ao estudante bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa. Esses projetos são desenvolvidos através do:

a) **PIBIC** - Programa de Bolsa de Iniciação Científica - incentiva a participação de estudantes do Ensino Superior em projetos de pesquisa;

b) **PIBIC IT** - Programa de Bolsa de Iniciação Científica Inovação Tecnológica - incentiva a participação de estudantes do Ensino Médio Integrado em projetos de Inovação Tecnológica.

Nessa perspectiva é, pois, necessário enfatizar que além das iniciativas do incentivo à pesquisa e a inovação, o Instituto Federal do Piauí estimula, através de políticas institucionais, o incremento da publicação em periódicos e a participação de docentes e estudantes em eventos científicos.

2.20 COMITÊ DE ÉTICA DE PESQUISA

a) Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/IFPI) é um órgão colegiado, de caráter interdisciplinar, de natureza técnico-científica, consultiva, deliberativa e educativa, com autonomia de decisão no exercício de suas funções. Está constituído nos termos da Resolução nº 466 de 12/12/2012, da Norma Operacional Nº 001/2013 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde – CNS/MS e da Resolução CNS nº 370, de 08 de março de 2007.

A instalação do CEP é fundamental nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos, dentro de padrões éticos determinados pelas resoluções supra citadas. Tem o propósito de defender os interesses dos sujeitos envolvidos na pesquisa, garantindo sua integridade, dignidade e proteção.

São atribuições do CEP/IFPI de acordo com a Resolução (466/12), protocolar e avaliar os projetos de pesquisa envolvendo seres humanos (submetidos através da Plataforma Brasil), com base nos princípios da ética, impessoalidade, transparência, razoabilidade, proporcionalidade e eficiência, tem papel consultivo e educativo nas questões de ética, encaminha relatórios ao CONEP, acompanha o desenvolvimento de projetos, recebe

denúncias de abusos ou fatos adversos na pesquisa, em caso de irregularidades pode requerer apuração e sindicância e comunica à CONEP e representa a instituição (IFPI) em todas as suas instâncias, interna e externa.

b) Comitê de Ética no Uso de Animais

O Comitê de Ética no Uso de Animais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (CEUA/IFPI) é um órgão técnico-científico de caráter consultivo, deliberativo e educativo nas questões sobre a utilização de animais para pesquisa, ensino ou extensão.

O CEUA/IFPI está vinculado à Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPI) e tem por finalidade cumprir e fazer cumprir, no âmbito do IFPI e nos limites de suas atribuições, o disposto da Lei nº 11.794/2008, nas Resoluções Normativas do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA) e nas demais normas aplicáveis à utilização de animais para pesquisa, ensino e extensão.

Portanto, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão que envolvam o uso de animais das espécies classificadas como Filo Chordata, subfilo Vertebrata, exceto o homem, observada a legislação ambiental, deverão ser submetidas à aprovação prévia do CEUA/IFPI.

CAPITULO 3.0 - COORDENAÇÃO DO CURSO, CORPO DOCENTE E TUTORES

3.1- CORPO DOCENTE

Os professores aqui chamados de professores formadores que atuarão no curso deverão ser obrigatoriamente lotados IFPI, sendo todos selecionados por edital público conforme legislação vigente. As atividades de formação desenvolvidas pelos professores formadores serão remuneradas através de bolsas formação custeadas totalmente pela CAPES.

Caberá ao professor formador:

- Desenvolver as atividades docentes na capacitação de coordenadores, professores e tutores mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no plano de capacitação;
- Participar das atividades de docência das disciplinas curriculares do curso;

- Participar de grupo de trabalho para o desenvolvimento de metodologia na modalidade a distância;
- Participar e/ou atuar nas atividades de capacitação desenvolvidas na Instituição de Ensino;
- Coordenar as atividades acadêmicas dos tutores atuantes em disciplinas ou conteúdos sob sua coordenação;
- Desenvolver o sistema de avaliação de alunos, mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no plano de curso;
- Apresentar ao coordenador de curso, ao final da disciplina ofertada, relatório do desempenho dos estudantes e do desenvolvimento da disciplina;
- Desenvolver, em colaboração com o coordenador de curso, a metodologia de avaliação do aluno;
- Desenvolver pesquisa de acompanhamento das atividades de ensino desenvolvidas nos cursos na modalidade a distância;
- Elaborar relatórios semestrais sobre as atividades de ensino no âmbito de suas atribuições, para encaminhamento à DED/CAPES/ MEC, ou quando solicitado.

3.2 -TUTORES

Os tutores de apoio serão obrigatoriamente selecionados por edital publico aberto conforme legislação vigente sendo suas atividades remuneradas por bolsas custeadas pela CAPES.

Caberá aos tutores :

- Mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e os cursistas;
- Acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do curso;
- Apoiar o professor da disciplina no desenvolvimento das atividades docentes;
- Estabelecer contato permanente com os alunos e mediar as atividades discentes;
- Colaborar com a coordenação do curso na avaliação dos estudantes;
- Participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela Instituição de Ensino;
- Elaborar relatórios mensais de acompanhamento dos alunos e encaminhar à coordenadoria de tutoria;
- Participar do processo de avaliação da disciplina sob orientação do professor responsável;

- Manter regularidade de acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e dar retorno às solicitações dos cursistas no prazo máximo de 24 horas;
- Apoiar operacionalmente a coordenação do curso nas atividades presenciais nos pólos, em especial na aplicação de avaliações .

3.3- COORDENAÇÃO DO CURSO

O Coordenador do curso deverá ter lotação efetiva no IFPI Campus Teresina Central e será obrigatoriamente selecionado por edital publico, conforme legislação vigente. As atividades de coordenação serão remuneradas por bolsas custeadas pela CAPES. Caberá ao coordenador do curso:

- Coordenar, acompanhar e avaliar as atividades acadêmicas do curso;
- Participar das atividades de capacitação e de atualização desenvolvidas na Instituição de Ensino;
- Participar dos grupos de trabalho para o desenvolvimento de metodologia, elaboração de materiais didáticos para a modalidade a distância e sistema de avaliação do aluno;
- Realizar o planejamento e o desenvolvimento das atividades de seleção e capacitação dos profissionais envolvidos no curso;
- Elaborar, em conjunto com o corpo docente do curso, o sistema de avaliação do aluno;
- Participar dos fóruns virtuais e presenciais da área de atuação;
- Realizar o planejamento e o desenvolvimento dos processos seletivos de alunos, em conjunto com o coordenador UAB;
- Acompanhar o registro acadêmico dos alunos matriculados no curso;
- Verificar “in loco” o bom andamento dos cursos;
- Acompanhar e supervisionar as atividades: dos tutores, dos professores, do coordenador de tutoria e dos coordenadores de polo;
- Informar para o coordenador UAB a relação mensal de bolsistas aptos e inaptos para recebimento.

3.4 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O NDE é o órgão consultivo, propositivo e de assessoria corresponsável pela elaboração, implementação e consolidação do Projeto Pedagógico do respectivo curso. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante: contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes do currículo; promover e incentivar o desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do

curso; zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso; o NDE instituirá o colegiado do curso.

O Núcleo Docente Estruturante é constituído por no mínimo 5 professores efetivos pertencentes ao corpo docente do curso; o coordenador do curso atua no NDE, como seu presidente; todos os membros devem ter experiência docente na instituição; os membros do NDE são renovados parcialmente para permitir a continuidade no processo de acompanhamento do curso.

Compete ao Presidente do NDE: convocar e presidir as reuniões, com direito a voto consultivo, inclusive voto de qualidade; representar o NDE junto aos órgãos da instituição; encaminhar as deliberações do NDE aos órgãos competentes; designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo NDE; coordenar a integração do NDE com os demais órgãos Colegiados e setores da instituição; e indicar coordenadores para as atribuições de NDE.

As reuniões ordinárias do NDE são feitas por convocação de iniciativa do seu Presidente, 1 (uma) vez por bimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros. Geralmente a convocação dos seus membros é feita com antecedência de pelo menos 48 (quarenta e oito) horas antes da hora marcada para o início da sessão e, sempre que possível, com a pauta da reunião. Como o curso é a Distância e os membros fazem parte de diversos Campus, as reuniões do NDE dos cursos da UAB/IFPI, podem acontecer via web, na modalidade de: videoconferência, skype ou outros meios eletrônicos.

Os membros são indicados pela Coordenação de Curso e nomeados através de portaria instituída pela diretoria geral do IFPI - Campus Teresina Central, visto que o curso está vinculado a este referido Campus.

ANEXO 1 – BIBLIOGRAFIAS E EMENTAS

1º MÓDULO

AMBIENTAÇÃO EM EaD	
Código: ESP1	Carga Horária: 20h
Grupo II - Conteúdo Específico da Área	Pré-requisito: S/P
EMENTA	
A modalidade de Educação a Distância: histórico, características, definições e regulamentações. Fundamentos e paradigmas teóricos e metodológicos da Educação a Distância. Organização de sistemas de Educação a Distância: processo de comunicação, processo de tutoria, mediação pedagógica, avaliação, processo de gestão e produção de material didático. Educação a Distância e ambientes virtuais de ensino-aprendizagem.	
Competências e Habilidades	
• Compreender a importância da tecnologia, dos meios e das práticas inerentes ao processo de ensino e aprendizagem, através da educação a distância; • Definir e caracterizar a Educação a Distância; • Resgatar um aparato histórico do surgimento da EaD no mundo e no Brasil; • Expor a regulamentação do ensino à distância no Brasil; • Compreender os elementos da EaD; • Descrever os ambientes virtuais de aprendizagens.	
Unidades temáticas e objetos de conhecimento/Habilidades previstos pela BNCC a ser desenvolvidos como prática deste componente	
Não há	
Referências Básicas	
[1] BARBOSA, R. M. (org.). Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed [2] BELLONI, M. L. Educação a distância. Campinas: Autores Associados. [3] CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2003. [4] DURAN, D.; VIDAL, V. Tutoria - Aprendizagem entre iguais. Porto Alegre: Artmed, [5] GUEVARA, A. J. de H.; ROSINI, A. M. (orgs.). Tecnologias emergentes: organizações e Educação. São Paulo: CENAGAGE Learning, 2008.	

Referências Complementares
[1] MASETTO, M. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas (SP): Papirus, 2000. 2. MOORE, M.; KEARSLEY, G. Educação a Distância – uma visão integrada. São Paulo: CENGAGE Learning, 2008. [2] NEGROPONTE, Nicholas. A vida digital. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. [3] PETERS, O. O. Didático do ensino a distância. São Leopoldo (RS): Vale do Rio dos Sinos, 2001. [4] PRETI, O. (org). Educação a distância: construindo significados. Cuiabá: NEAD/IE –UFMT: Brasília: Plano, 2000.

LÓGICA GEOGRAFIA	
Código: ESP2	Carga Horária: 60h
Grupo II - Conteúdo Específico da Área	Pré-requisito: S/P
EMENTA	
Proposição e Conectivos; Tautologias, Contradições e Contingências; Implicação Lógica; Equivalência Lógica; Método Dedutivo; Argumentos e Regras de Inferência; Sentenças Abertas; Operações Lógicas sobre Sentenças Abertas; Quantificadores; Quantificação de Sentenças com mais de uma Variável; Teoria Geral dos Conjuntos.	
Competências e Habilidades	
• Desenvolver e aperfeiçoar o ato de pensar e melhor compreender a linguagem Geografia. Produzir textos adequados para relatar experiências, formular dúvidas ou apresentar conclusões. Procurar e sistematizar informações relevantes para a compreensão da situação problema. • Formular hipóteses e prever resultados. • Interpretar e criticar resultados a partir de experimentos demonstrações.	
Unidades temáticas e objetos de conhecimento/Habilidades previstos pela BNCC a ser desenvolvidos como prática deste componente	
Não há	
Referências Básicas	
[6] - ALENCAR FILHO, Edgard de. Iniciação à Lógica Geografia. 21. ed. São Paulo: Nobel, 2008. 203p. ISBN: 852130403X. [7] - BISPO, Carlos Alberto Ferreira; CASTANHEIRA, Luiz Batista; SOUZA FILHO, Oswaldo Melo. Introdução à lógica Geografia. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 152p. ISBN: 852211126X. [8] - LIPSCHUTZ, Seymour; LIPSON, Marc Lars. Geografia Discreta. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. 483p. ISBN: 8565837734.	

Referências Complementares
[5] - ABDALLA, Samuel Lilo. Raciocínio Lógico para Concursos . São Paulo: Saraiva, 2012. 142p. ISBN: 8502162489.
[6] - BARROS, Dimas Monteiro de. Raciocínio Lógico Matemático e Quantitativo . 3. ed. São Paulo: MB, 2013. 652p. ISBN: 8561647132.
[7] - CAMPEDELLI, Luigi. Fantasia e Lógica na Geografia . São Paulo: Hemus, 2005. 126p. ISBN: 8528905314.
[8] - FÁVARO, Sílvio; KMETEUK FILHO, Osmir. Noções de Lógica e Geografia Básica . Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2005. 224 p. ISBN: 8573934409.
- MAIO, Waldemar de. Raciocínio Lógico Matemático . São Paulo: Arte e Ciência, 2005. 308p. ISBN: 8574732885.

GEOGRAFIA BÁSICA	
Código: ESP3	Carga Horária: 80h
Grupo II - Conteúdo Específico da Área	Pré-requisito: S/P
EMENTA	
Linguagem e Operações com conjuntos, Conjuntos Numéricos, Potenciação, Radiciação, Produtos notáveis, Fatoração, Operações com Polinômios, Notação científica, Progressões, Razões e Proporções; Grandezas Proporcionais; Regra de três simples e composta.	
Competências e Habilidades	
• Construir significados para os números naturais, inteiros, racionais e reais; Identificar padrões numéricos ou princípios de contagem; • Resolver situação-problema envolvendo conhecimentos numéricos; • Construir noções de variação de grandezas para a compreensão da realidade e a solução de problemas do cotidiano; • Identificar a relação de dependência entre grandezas; • Resolver situação-problema envolvendo a variação de grandezas, direta ou inversamente proporcionais; • Modelar e resolver problemas que envolvem variáveis socioeconômicas ou técnico-científicas, usando representações algébricas; • Identificar representações algébricas que expressem a relação entre grandezas.	
Unidades temáticas e objetos de conhecimento/Habilidades previstos pela BNCC a ser desenvolvidos como prática deste componente	
Não há	
Referências Básicas	

- [1] - MUNIZ NETO, Antonio Caminha. **Tópicos de Geografia elementar: volume 1:** números reais. Rio de Janeiro: SBM, 2013. (Coleção do Professor de Geografia).
- [2] - OLIVEIRA, Marcelo Rufino de. **Elementos da Geografia** Vol. 0. 2. ed. Fortaleza: Vestseller, 2010. 254p. ISBN: 9898560653188.
- [3] - OLIVEIRA, Marcelo Rufino de; PINHEIRO, Márcio Rodrigo da Rocha. **Elementos da Geografia** Vol 1. 2. ed. Fortaleza: Vestseller, 2010. 298p. ISBN: 9788589171229.

Referências Complementares

- [1] - IEZZI, Gelson. **Fundamentos de Geografia Elementar** Vol. 6. 8. ed. São Paulo: Atual, 2013. 256p. ISBN 9788535717525.
- [2] - IEZZI, Gelson; Hazzan, Samuel. **Fundamentos de Geografia Elementar** Vol. 4. 8. ed. São Paulo: Atual, 2012. 282p. ISBN 9788535717488.
- [3] - IEZZI, Gelson; Murakami, Carlos. **Fundamentos de Geografia Elementar** Vol. 1. 9. ed. São Paulo: Atual, 2013. 410p. ISBN 9788535716801.
- [4] - MACHADO, Antonio dos Santos. Geografia: **Temas e Metas: 1** conjuntos numéricos e funções. 2. ed. São Paulo: Saraiva: Atual, 1988. V. 1 ISBN 85-7056-463-5.
- [5] - MACHADO, Antonio dos Santos. **Geografia: Temas e Metas: 5** geometria analítica e polinômios. São Paulo: Atual, 1986. V. 5 ISBN 85-7056-481-3.

LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL

Código: ESP4

Carga Horária: 40h

GRUPO I - Base comum e conhecimentos pedagógicos

Pré-requisito: S/P

EMENTA

Estudo da linguagem e sua importância nas relações sociais, tendo em vista a diversidade sócio-histórica e cultural. Análise e produção de textos considerando a textualidade, as condições de produção e os aspectos formais e funcionais dos diferentes gêneros textuais, priorizando os gêneros acadêmicos.

Competências e Habilidades

- Discutir a importância da linguagem para a comunicação humana, ressaltando a necessidade de usar adequadamente as variedades linguísticas, de acordo com a situação de interação;
- Ler e analisar gêneros textuais diversos, visando ao aprimoramento da expressão oral e da produção escrita;
- Produzir textos diversos, incluindo gêneros acadêmicos, observando os aspectos formais, linguísticos e contextuais de cada tipo de composição.

Unidades temáticas e objetos de conhecimento/Habilidades previstos pela BNCC a ser desenvolvidos como prática deste componente

Não há.

Referências Básicas

- [1] - BAGNO, M. Preconceito Linguístico. 50. ed. São Paulo: Loyola, 2011.
[2] - FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para Entender o Texto: Leitura e Redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2010.
[3] - KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; MARINELLO, A. F. Leitura e produção textual. Petrópolis: Vozes, 2010.

Referências Complementares

- [1] - BECHARA, E. Moderna Gramática Portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
[2] - BLIKSTEIN, I. Técnica de Comunicação Escrita. 22. ed. São Paulo: Ática, 2006.
[3] - FÁVERO, L. L. Coesão e Coerência Textuais. 11. ed. São Paulo: Ática, 2009.
[4] - FEITOSA, V. C. Redação de Textos Científicos. 12. ed. Campinas: Papyrus, 2009.
[5] - FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para Entender o Texto: Leitura e Redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2010.

FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

Código: BAS1

Carga Horária: 40h

GRUPO I - Base comum e conhecimentos pedagógicos

Pré-requisito: S/P

EMENTA

Filosofia e Filosofia da Educação; Pressupostos filosófico-antropológicos, epistemológicos e axiológicos que fundamentam as concepções de educação; Correntes e tendências da educação brasileira; Educação, alienação e ideologia; Educação e Pós-Modernidade; Filosofia e formação do educador: a construção de conhecimentos e sua inovação em diálogo constante entre diferentes visões de mundo.

Unidades temáticas e objetos de conhecimento/Habilidades previstos pela BNCC a ser desenvolvidos como prática deste componente

Não há.

Competências e Habilidades

- Compreender a filosofia da educação como reflexão crítica do fenômeno educacional;
- Articular os pressupostos filosóficos com a teoria da educação e a prática pedagógica na perspectiva de uma atuação ética, democrática e plural;

- Discutir a relação educação, sociedade e ideologia, refletindo sobre a relação saber-poder e as instâncias pedagógicas;
- Posicionar-se criticamente frente às diferentes forças, interesses e contradições presentes na ação educativa;
- Relacionar as transformações gnosiológicas e epistemológicas do conhecimento no contexto da educação;
- Valorizar a ética e a estética no desenvolvimento da prática docente;
- Identificar no fenômeno educativo aspectos para constituir uma postura investigativa, integrativa e propositiva na realidade escolar.

Referências Básicas

- [1] - LUCKESI, Carlos Cipriano. Filosofia da Educação. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
 [2] - WARBURTON, N. Uma breve história da filosofia. Porto Alegre: L&PM, 2012.
 [3] - CHAUÍ, M. Convite à filosofia. 14. ed. São Paulo: Ática, 2011.

Referências Complementares

- [1] - ARANHA, M. L. de A. Filosofia da educação. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.
 [2] - FERRY, Luc. Aprender a viver: filosofia para os novos tempos. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.
 [3] - FEARN, Nicholas. Filosofia: novas respostas para antigas questões. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
 [4] - GHIRALDELLI Jr. Paulo. História da Educação Brasileira. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
 [5] - BRANDÃO, C. R. O que é educação. 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

METODOLOGIA CIENTÍFICA

Código: BAS2	Carga Horária: 40h
GRUPO I - Base comum e conhecimentos pedagógicos	Pré-requisito: S/P

EMENTA

Conhecimento: Conceitos, Classificação e Características do Conhecimento Popular, Filosófico e Religioso. Ciência: Conceito, Classificação, Características e Métodos. Trabalhos Acadêmicos: Elaboração de resumos, relatórios, resenhas, fichamentos e estrutura e apresentação gráfica de trabalhos acadêmicos. Publicação Científica: Leitura e análise de resenhas críticas e de artigos científicos. Pesquisa Científica: Conceito, Finalidade, Características, A investigação científica como prática social, Campos, Tipos de Pesquisa, Planejamento, Fases, Execução, Métodos e Técnicas, Elaboração de Projeto de Pesquisa e Ética em Pesquisa com seres humanos. Currículo Lattes e Periódicos (Qualis Periódicos).

Competências e Habilidades

- Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções científicas para selecionar, organizar e planejar atividades acadêmicas e trabalhos científicos, com base na metodologia científica enquanto recurso fundamental na produção acadêmica;
- Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e características dos conhecimentos: Popular, Filosófico, Religioso e Científico;
- Demonstrar conhecimento sobre os processos essenciais da Metodologia Científica e usá-los como referência para subsidiar a elaboração de estudos científicos, a partir dos quais as pessoas desenvolvam estratégias e recursos teórico-metodológicos alicerçados nas ciências;
- Reconhecer as evidências científicas atuais advindas das diferentes áreas de conhecimento, que favorecem o desenvolvimento de pesquisa;
- Compreender como se estrutura o trabalho acadêmico e científico, valendo-se de conhecimentos e métodos científicos;
- Elaborar trabalhos acadêmicos e projetos de pesquisa, visando ao desenvolvimento das competências e habilidades técnico-científicas, inclusive com base em normas da ABNT;
- Construir mecanismos teóricos e metodológicos que promovam o planejamento e desenvolvimento de publicação científica, baseados no conhecimento científico e na normatização da ABNT, a partir dos quais se permita criar estratégias de leitura e compreensão de resenhas críticas e artigos científicos;
- Preencher e/ou realizar pesquisas com base na metodologia científica nas plataformas públicas governamentais e não-governamentais que atuem na expansão e consolidação da pesquisa científica nacional e/ou internacional, enquanto recurso fundamental na produção e divulgação acadêmica e científica.

Unidades temáticas e objetos de conhecimento/Habilidades previstos pela BNCC a ser desenvolvidos como prática deste componente

Não há.

Referências Básicas

- [1] - DEMO, Pedro. **Pesquisa:** princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 2006.
- [2] - GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- [3] - MARCONI, Marina de Andrade;
- [4] - LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica:** métodos científicos, técnicas de pesquisa e elaboração de referências bibliográficas. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Referências Complementares

- [1] - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724 - Trabalhos Acadêmicos - Apresentação. Rio de Janeiro, 2011.
- [2] - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 1052 - Citações em Documentos - Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

- [3] - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022 - Apresentação de Artigos em Publicações Periódicas. Rio de Janeiro, 2003.
- [4] - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023 - Referências Bibliográficas - Elaboração. Rio de Janeiro, 2005.
- [5] - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6028 - Informação e Documentação – Resumo- Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.
- [6] - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10719 - Relatórios Técnico-científicos - Apresentação. Rio de Janeiro, 1989.

INGLÊS INSTRUMENTAL	
Código: BAS3	Carga Horária: 40h
GRUPO I - Base comum e conhecimentos pedagógicos	Pré-requisito: S/P
EMENTA	
Desenvolver estratégias que possibilitem ao aluno aumentar sua capacidade criativa no uso da língua estrangeira e dar-lhe acesso à interpretação de uma grande variedade de textos incluindo manuais técnicos, diagramas, tabelas e artigos de revistas especializadas, propiciando, assim, um acesso maior a todas as vias de informações em geral e em seu próprio campo de atuação profissional.	
Competências e Habilidades	
• Desenvolver as competências básicas de comunicação em língua inglesa ler-escrever-falar-ver-ouvir; Compreender textos (orais e escritos) de natureza diversificada; • Produzir (oralmente e por escrito) enunciados de complexidade adequada às situações exigidas neste nível de aprendizagem; • Analisar discursos produzidos em situação real; • Selecionar e aplicar adequadamente os recursos linguísticos em função da situação e do uso da língua; • Utilizar adequadamente os conhecimentos sobre a estruturação e o funcionamento da língua nos seus aspectos morfossintáticos, semânticos e pragmáticos; • Interpretar textos referentes a área profissional utilizando estratégias de leitura; Relacionar os textos à sua vivência individual e profissional; • Recorrer às novas tecnologias como auxílio do ensino-aprendizagem.	
Unidades temáticas e objetos de conhecimento/Habilidades previstos pela BNCC a ser desenvolvidos como prática deste componente	
Não ha	
Referências Básicas	

- [1] - GUANDALINI, Eiter Otávio. Técnicas de leitura em inglês: ESP - English for specific purposes : estágio 1. São Paulo: Textonovo, 2002. 111 p. ISBN 85-85734-52-3.
- [2] - GUANDALINI, Eiter Otávio. Técnicas de leitura em inglês: ESP - English for specific purposes : estágio 2. São Paulo: Textonovo, 2005. 111 p. ISBN 85-85734-81-7.
- [3] - SCHUMACHER, Cristina. Gramática de inglês para brasileiros. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

Referências Complementares

- [1] - CAVALCANTE, L. Inglês Instrumental. Fortaleza: Arte Gráfica, 2002.
- [2]- DICIONÁRIO Oxford escolar para estudantes brasileiros de inglês: português-inglês, inglês- português. 2. ed. New York: Oxford University Press, 2007. ix, 757 p. ISBN 978-0-19- 4419505.
- [3]- MUNHOZ, R. Inglês instrumental: Estratégias de leitura: Módulo II. São Paulo: Ática, 2008.
- [4] - SWAN, M.; WALTER, C. How English works. Oxford University Press, 2005.
- [5]- WATKINS, M.; PORTER, T. Gramática da Língua Inglesa. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE	
Código: BAS4	Carga Horária: 40h
GRUPO I - Base comum e conhecimentos pedagógicos	Pré-requisito: S/P
EMENTA	
Aspectos históricos da formação de professores. Políticas de formação de professores no Brasil. Profissionalização docente no contexto da formação inicial; Saberes da docência; Papel social, dimensão ética, estética e política da atividade docente; A escola como espaço de formação essencial do desenvolvimento profissional, pessoal e organizacional docente campo da atividade do professor; Papel social e função ética e política do professor; Demandas sociais e desafios na formação do educador em uma perspectiva: anti-racista e não racista, anti- sexista/machista, anti-classista, anti-colonial, anti-capacitista; Saberes Docentes; Professor reflexivo; Necessidades formativas formativa permanente do professor; Autonomia docente.	
Competências e Habilidades	
• Conhecer os aspectos históricos, os marcos legais e as políticas que norteiam a formação de professores no Brasil avaliando seus limites e seus avanços; • Assimilar de forma crítica e reflexiva como se dá o processo de profissionalização e de construção da identidade docente;	

- Identificar e analisar criticamente aspectos necessários à formação docente;
- Discutir a profissão docente e sua função social tendo como base os avanços e os impasses dessa categoria profissional;
- Identificar as representações construídas sobre o professor e sua atividade docente;
- Debater sobre a formação inicial e continuada da profissionalização docente;
- Construir referenciais éticos e estéticos como dimensões dos processos formativos docentes que revelam o professor como um ser humano, um sujeito ativo, participante e criador das ações do professor da profissão docente.

Unidades temáticas e objetos de conhecimento/Habilidades previstos pela BNCC a ser desenvolvidos como prática deste componente

Não há

Referências Básicas

- [1] - IMBERNÓN, F. Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- [2] - PERRENOUD, Philippe. A Prática Reflexiva no Ofício de Professor: profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: ARTMED, 2002.
- [3] - TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

Referências Complementares

- [1]- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paes e Terra, 2002.
- [2]- PIMENTA, Selma Garrido. De professores, pesquisa e didática. Campinas, SP: Papirus, 2002.
- [3]-_____. (Org). Saberes pedagógicos e atividade docente. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 301 p.
- [4]- TARDIF, M; LESSARD, C. O ofício de professor: histórias, perspectivas e desafios internacionais. 3. ed. São Paulo: Vozes, 2009.
- [5]ARROYO, Miguel G. Ofício de Mestre: Imagens e autoimagens. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DE EXTENSÃO NO ENSINO SUPERIOR

Código: EXT1

Carga Horária: 40h

GRUPO IV – Núcleo extensionista

Pré-requisito: S/P

EMENTA

Conceitos e princípios da extensão universitária. Base legal da extensão e da curricularização. Diretrizes para as ações de extensão universitária. A extensão universitária e as políticas públicas. Articulação da extensão universitária com os movimentos sociais e com os setores produtivos. Impacto e transformação social

extensão universitária; aprendizagem baseada em projetos. Etapas para a elaboração de atividade projetos de extensão universitária.

Competências e Habilidades

- Compreender os principais conceitos da extensão no ensino superior e seus fundamentos metodológicos;
- Promover reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;
- Estimular o debate crítico das finalidades dos projetos e/ou programas e atividades acadêmicas volta à educação, ambiente e saúde;
- Contribuir no enfrentamento de demandas apresentadas pela comunidade na qual o IFPI está inserido inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;
- Favorecer a construção de novos saberes e perceber sua responsabilidade junto ao desenvolvimento socioambiental;
- Diagnosticar possíveis áreas para intervenção extensionista;

Público-Alvo

Comunidades diversas do entorno do IFPI (tradicionalistas, quilombolas, indígenas etc.).

Unidades temáticas e objetos de conhecimento/Habilidades previstos pela BNCC a ser desenvolvidos como prática deste componente

Não há.

Referências Básicas

- [1]- INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2020-2024**: construindo para o futuro. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI: Teresina. Disponível em: <<file:///C:/Users/1113264/Downloads/PDI%202020-2024%20%20anexo%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20009%2020CONSUP.pdf>>
- [2]- BRASIL. **Lei Nº 13.005/2014**, de 25 de junho de 2014. Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.html>
- [3]- INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ. **Resolução Normativa nº 131/2022**, de 25 de abril de 2022. Estabelece as Diretrizes para a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). Disponível em: <<https://sites.google.com/ifpi.edu.br/ifpi/resolucoes-do-consup/p%C3%A1gina-inicial>>

Referências Complementares

- [1] - LISBÔA FILHO, Flavi Ferreira. **Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional**. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/23643/Flavi%20Ferreira%20Lisboa%20Filho%20-%20EXTENS%C3%83O%20UNIVERSIT%C3%81RIA%20-%20Gest%C3%A3o%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20e%20Desenvolvimento%20Regional.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>

2º MÓDULO

GEOMETRIA PLANA	
Código: ESP5	Carga Horária: 60h
Grupo II - Conteúdo Específico da Área	Pré-requisito: S/P
EMENTA	
Noções e proposições primitivas. Ponto, Reta e Plano. Ângulos. Triângulos e Quadriláteros. Polígonos Regulares. Circunferência e Círculo. Áreas de Figuras planas.	
Unidades temáticas e objetos de conhecimento/Habilidades previstos pela BNCC a ser desenvolvidos como prática deste componente	
Não há.	
Competências e Habilidades	
• Utilizar corretamente instrumentos de medição e de desenho. • Compreender o processo de construção da geometria através do método axiomático. Procurar, selecionar e interpretar informações relativas ao problema. • Distinguir e utilizar raciocínio dedutivo e indutivo. • Fazer e validar conjecturas, experimentando, recorrendo a modelos, esboços, fatos conhecidos, relações e propriedades. • Selecionar estratégia de resolução de problemas.	
Referências Básicas	
[1] - BARBOSA, João Lucas Marques. Geometria Euclidiana Plana. 10. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2012. 240p. ISBN 9788585818029. [2] - DOLCE, Osvaldo; POMPEU, José Nicolau. Fundamentos de Geografia Elementar Vol.9: Geometria Plana. 9. ed. São Paulo: Atual, 2013. 464p. ISBN 8535716866.	

[3] - MUNIZ NETO, Antonio Caminha. **Tópicos de Geografia Elementar: Vol. 2: Geometria Euclidiana Plana**. Coleção do Professor de Geografia. Rio de Janeiro: SBM, 2012. 432p. ISBN 9785885818517.

Referências Complementares

- [1] - IEZZI, Gelson; MACHADO, Antonio; DOLCE, Osvaldo. **Geometria Plana – Conceitos Básicos – Ensino Médio – Integrado**. 2. ed. São Paulo: Atual, 2013. 224p. ISBN 8535713212.
- [2] - LIMA, Elon Lages. **A Geografia do ensino médio**. v 3. Coleção do Professor de Geografia. Sociedade brasileira de Geografia: Rio de Janeiro, 2006.
- [3] - LIMA, Elon Lages. **A Geografia do ensino médio**. v 4. Coleção do Professor de Geografia. Sociedade brasileira de Geografia: Rio de Janeiro, 2006.
- [4] - LIMA, Elon Lages; [et al.]. **A Geografia do Ensino Médio**. Vol. 2. 6. ed. Coleção do Professor de Geografia. Rio de Janeiro: SBM, 2006. 308p. ISBN 8585818115.
- [5] - NETO, Aref Antar; [et al.]. **Noções de Geografia Vol 5 - Geometria Plana e Espacial**. Fortaleza: Vestseller, 2009. 492p. ISBN: 9788560653089.
- [6] - OLIVEIRA, Marcelo Rufino de; PINHEIRO, Márcio Rodrigo da Rocha. **Elementos da Geografia Vol 2**. 2. ed. Fortaleza: Vestseller, 2010. 337p. ISBN: 978858917123.
- [7] - REZENDE, Eliane Quelho Frota; QUEIROZ, Maria Lucia Bontorim de. **Geometria Euclidiana Plana e Construções**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2008. 264p. ISBN 8526807544.

GEOMETRIA ANALÍTICA

Código: ESP6

Carga Horária: 60h

Grupo II - Conteúdo Específico da Área

Pré-requisito: ESP3

EMENTA

Sistema de coordenadas cartesianas; Vetores no plano e no espaço. Retas e planos no espaço com coordenadas cartesianas. Cônicas.

Competências e Habilidades

- Compreender e utilizar conhecimento da geometria analítica como elemento de interpretação e intervenção, e a tecnologia como conhecimento sistemático de sentido prático.
- Articular o conhecimento entre a álgebra e a geometria numa perspectiva interdisciplinar.
- Despertar o pensamento geométrico que leve ao aluno a resolver situações-problema de localização, deslocamento, reconhecendo nas noções de direção e sentido, de ângulo, de paralelismo, de perpendicularismo elementos fundamentais para a constituição de sistema de coordenadas cartesianas tanto no plano como no espaço.

Unidades temáticas e objetos de conhecimento/Habilidades previstos pela BNCC a ser desenvolvidos como prática deste componente

Não há

Referências Básicas

- [1]- CAMARGO, Ivan de; BOULOS, Paulo. Geometria analítica – Um tratamento vetorial. 3. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2005. 512p. ISBN: 8587918915.
- [2]- IEZZI, Gelson. Fundamentos de Geografia Elementar Vol. 7: Geometria Analítica. 6.ed. São Paulo: Atual, 2013. 320p. ISBN 8535717544.
- [3]- LIMA, Elon Lages. Geometria Analítica e Álgebra Linear. 2. ed. Coleção Geografia Universitária Rio de Janeiro: IMPA, 2012. 324p. ISBN 9788524401855.

Referências Complementares

- [1]- LORETO, Ana Célia da Costa; LORETO JUNIOR, Armando Pereira. Vetores e Geometria Analítica. 4. ed. São Paulo: Lctc, 2014. 216p. ISBN 8585908297.
- [2]- NETO, Aref Antar; [et al.]. Noções de Geografia Vol 6 – Geometria Analítica. Fortaleza: Vestseller, 2009. 462p. ISBN 9788560653102.
- [3]- REIS, Genésio Lima dos; SILVA, Valdir Vilmar da. Geometria Analítica. 2. ed. Rio de Janeiro: Ltc, 1996. 242p. ISBN 8521610653.
- [4]- SANTOS, Fabiano José dos; FERREIRA, Silvimar Fábio. Geometria Analítica. Porto Alegre: Bookman Companhia Ed, 2009. 216p. ISBN 8577804828.
- [5]- STEINBRUCH, Alfredo; WINTERLE, Paulo. Geometria analítica. 2. ed. São Paulo: Makron, 1987. 292p. ISBN 0074504096.

FUNÇÕES E GRÁFICOS

Código: ESP7

Carga Horária: 80h

Grupo II - Conteúdo Específico da Área

Pré-requisito: ESP3

EMENTA

Noções de Funções, Funções Afins. Funções Quadráticas. Funções Polinomiais. Funções Exponenciais e Logarítmicas. Funções hiperbólicas.

Competências e Habilidades

- Interpretar e utilizar diferentes formas de representação;
- Identificar, analisar e aplicar conhecimentos sobre valores de variáveis representando em gráficos;
- Realizar previsão de tendências, extrapolações e contextos socioeconômicos, científicos ou cotidianos.

Unidades temáticas e objetos de conhecimento/Habilidades previstos pela BNCC a ser desenvolvidos como prática deste componente

Unidade Temática 1: Funções

- Conceito de função
- Representação gráfica de funções
- Funções do 1º e 2º graus
- Funções exponenciais e logarítmicas
- Funções trigonométricas
- Funções inversas

Unidade Temática 2: Análise de gráficos; Características do gráfico de uma função, como interseções com os eixos, simetrias, etc.;

Análise de derivadas e integral de funções a partir de seus gráficos.

Unidade Temática 3: Aplicações de funções; Resolução de problemas envolvendo funções; Uso de funções em diferentes contextos, como na modelagem de fenômenos e na análise de dados.

Referências Básicas

- [1]- IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de Geografia Elementar Vol. 1: conjuntos, funções. 9. ed. São Paulo: Atual, 2013. 416p. ISBN: 8535716807.
- [2]- LIMA, Elon Lages; [et al.]. A Geografia do Ensino Médio. Vol. 1. 9. ed. Coleção do Professor de Geografia. Rio de Janeiro: SBM, 2006. 237p. ISBN 8585818107.
- [3]- LIMA, Elon Lages; [et al.]. Temas e Problemas Elementares. Rio de Janeiro: SBM, 2013. 329 p. (Coleção PROFMAT) ISBN 9788585818746.
- [4]- MUNIZ NETO, Antonio Caminha. Tópicos de Geografia elementar: volume 1: números reais. Rio de Janeiro: SBM, 2013. (Coleção do Professor de Geografia).

Referências Complementares

- [1]- LIMA, Elon Lages; [et al.]. A Geografia do Ensino Médio. Vol. 4. Coleção do Professor de Geografia. Rio de Janeiro: SBM, 2010. 384p. ISBN 9788585818357.
- [2]- LIMA, Elon Lages. Logaritmos. Coleção do Professor de Geografia. Rio de Janeiro: SBM, 1999. 148p. ISBN 9788585818036.
- [3]- IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos; DOLCE, Osvaldo. Fundamentos de Geografia Elementar Vol. 2: logaritmos. 10. ed. São Paulo: Atual, 2013. 224p. ISBN 8535716823.
- [4]- LIMA, Elon Lages. Números e Funções Reais. Coleção PROFMAT. Rio de Janeiro: SBM, 2013. 289p. ISBN 9788585818814.
- [5]- OLIVEIRA, Marcelo Rufino de; PINHEIRO, Márcio Rodrigo da Rocha. Elementos da Geografia Vol 1. 2. ed. Fortaleza: Vestseller, 2010. 298p. ISBN: 9788589171229.

GEOMETRIA ESPACIAL

Código: ESP8

Carga Horária: 60h

Grupo II - Conteúdo Específico da Área

Pré-requisito: ESP5

EMENTA

Pontos, retas e planos; Relação de posição entre entes geométricos; Distâncias e ângulos; Poliedros; Volumes e áreas de figuras geométricas.

Competências e Habilidades

- Refletir sobre a importância da Geografia como base instrumental no desenvolvimento das ciências e da tecnologia.
- Adquirir uma boa fundamentação da Geometria Espacial buscando correlacioná-la com as manifestações artísticas e culturais nas diversas sociedades nos mais variados tempos;
- Compreender e perceber a transição da geometria trabalhada no plano e no espaço; Fundamentar os princípios básicos da geometria espacial (axiomas);
- Aplicar os conhecimentos da geometria plana na exploração da geometria espacial;
- Adquirir uma compreensão dos conceitos básicos de perpendicularismo, paralelismo e congruência;
- Compreender as diferenças entre os variados objetos espaciais e manipular as relações entre seus diversos elementos;

Unidades temáticas e objetos de conhecimento/Habilidades previstos pela BNCC a ser desenvolvidos como prática deste componente

Unidade Temática 1: Sólidos

Tipos de sólidos geométricos, como cilindros, cones, esferas, pirâmides, etc.

Propriedades geométricas de sólidos, como volumes, áreas, diâmetros, etc.

Unidade Temática 2: Transformações

Transformações espaciais, como rotações, reflexões e translações Aplicação de transformações em sólidos e figuras.

Unidade Temática 3: Projeções

Projeções ortogonais e perspectivas Uso de projeções em diferentes contextos, como na construção e análise de objetos tridimensionais.

Referências Básicas

- [1]- CARVALHO, Paulo Cezar Pinto. Introdução à Geometria Espacial. 4. ed. Coleção do Professor de Geografia. Rio de Janeiro: SBM, 2005. 93p. ISBN 9788585818739.
- [2]- DOLCE, Osvaldo; POMPEO, José Nicolau. Fundamentos de Geografia Elementar Vol. 10: Geometria Espacial. 7. ed. São Paulo: Atual, 2013. 480p. ISBN 8535717587.
- [3]- LIMA, Elon Lages; [et al.]. A Geografia do Ensino Médio. Vol. 2. 6. ed. Coleção do Professor de Geografia. Rio de Janeiro: SBM, 2006. 308p. ISBN 8585818115.

Referências Complementares

- [1]- GARCIA, Antonio Carlos de A.; CASTILHO, João Carlos A. Geografia sem Mistérios - Geometria Plana e Espacial. Coleção Geografia sem Mistérios. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2006. 568p. ISBN 8573934859.
- [2]- GIBILISCO, Stan. Geometria sem Mistério. Tradução AGUIAR, Patricia. Rio de Janeiro: Alta Books, 2013. 244p. ISBN 8576087359.

- [3]- LIMA, Elon Lages. Medida e Forma em Geometria. 4. ed. Coleção do Professor de Geografia. Rio de Janeiro: SBM, 2009. 93p. ISBN 9788585818050.
- [4]- LIMA, Elon Lages; [et al.]. A Geografia do Ensino Médio. Vol. 4. Coleção do Professor de Geografia. Rio de Janeiro: SBM, 2010. 384p. ISBN 9788585818357.
- [5]- NETO, Aref Antar; [et al.]. Noções de Geografia Vol 5 - Geometria Plana e Espacial. Fortaleza: Vestseller, 2009. 492p. ISBN 9788560653089.

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Código: BAS5	Carga Horária: 40h

GRUPO I - Base comum e conhecimentos pedagógicos	Pré-requisito: S/P

EMENTA

Educação, Sociedade e Cultura. A imaginação sociológica e a educação; A Sociologia da Educação; A reflexão sociológica clássica e contemporânea sobre a Educação; Educação e Trabalho na sociedade capitalista; A função social da escola; O currículo e a sociologia. Perspectivas e desafios da Educação nas sociedades contemporâneas.

Competências e Habilidades

- Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções socioeducacionais, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, sociológicos e antropológicos inclusivos e solidários.
- Demonstrar conhecimento e compreensão dos conceitos, princípios e estruturas da área da sociologia da educação que norteiam a educação na/e para a sociedade.
- Reconhecer as evidências sociais das diferentes forças e interesses presentes na sociedade, diagnosticando contradições existentes adotando postura propositiva de mudanças.
- Identificar os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos que influenciam a Educação.
- Compreender como cada função social da escola influencia a organização desta, dos sistemas de ensino e das práticas educacionais.
- Conhecer e analisar a realidade educacional na perspectiva da imaginação sociológica, para propiciar alternativas de melhorias da educação e da sociedade.
- Saber comunicar-se de maneira crítica e reflexiva sobre as diversas manifestações culturais e suas relações com a formação de identidades socioculturais.
- Conhecer e entender a relação entre sociologia e o currículo escolar para fundamentar a inclusão de saberes e práticas educacionais significativas, contextualizadas, dialógicas e inclusivas.

• Comprometer-se com conhecimentos, costumes, atitudes para a construção, sistematização, desenvolvimento de uma sociedade e de uma educação mais justa e solidária, considerando-se, para tanto, as problemáticas da sociedade contemporânea.
Unidades temáticas e objetos de conhecimento/Habilidades previstos pela BNCC a ser desenvolvidos como prática deste componente
Não há
Referências Básicas
[1] - BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. Educação e cidadania: quem educa o cidadão? 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010. [2] - RODRIGUES, Alberto Tosi. Sociologia da educação. 6. ed. São Paulo: Lamparina, 2011. [3] - MEKSENAS, Paulo. Sociologia da educação: uma introdução ao estudo da escola no processo de transformação social. 14. ed. São Paulo: Loyola, 2010.
Referências Complementares
[1]- CANDAU, Vera Maria (Org.). Sociedade, Educação e Culturas: questões e propostas. Petrópolis: Vozes, 2002. [2]- DURKHEIM, E. Educação e Sociologia. 4. ed. Trad. Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1955. [3] - BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. [4]- LEMOS, André. Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 6. ed. Porto Alegre: Sulina, 2013. [5]- QUINTANEIRO, Tânia. Um Toque de Clássicos: Durkheim, Marx e Weber. Belo Horizonte: UFMG, 1995.

DIDÁTICA	
Código: BAS6	Carga Horária: 60h
GRUPO I - Base comum e conhecimentos pedagógicos	Pré-requisito: S/P
EMENTA	
Educação, ensino e didática; Tendências Pedagógicas da prática escolar; Pedagogias contemporâneas; Teorias de Currículo; Processos de organização e gestão do trabalho docente: presencial e na EaD; Transposição didática; Planejamento de Ensino.	
Competências e Habilidades	
• Compreender a função social do ensino e as concepções pedagógicas como referenciais para o desenvolvimento da prática pedagógica; • Analisar de forma crítico reflexiva, Pedagogias contemporâneas considerando os componentes do ensino em diversos contextos, a exemplo, a Pedagogia Hospitalar,	

Ecopedagogia, Pedagogia da Alternância, Pretagogia, Pedagogia Indígena, dentre outras: currículo, planejamento e avaliação. • Conhecer os processos de organização e gestão do trabalho docente como norteadores de uma ação intencional e sistemática, considerando o contexto presencial e à distância; • Identificar as concepções de currículo e suas implicações para o processo de ensino aprendizagem; • Entender a gestão do trabalho docente tendo o planejamento como norteador das experiências educativas em sintonia com a natureza das instituições educativas e com as demandas sociais; • Elaborar e aplicar planos de ensino, observando seus elementos constitutivos; • Analisar, numa perspectiva crítica, a relevância dos conteúdos de ensino no processo de aquisição do conhecimento; • Refletir sobre estratégias diversificadas de avaliação de aprendizagem e propostas de intervenção pedagógica que potencialize o desenvolvimento de diferentes capacidades nos alunos, reorientando o trabalho docente.

Unidades temáticas e objetos de conhecimento/Habilidades previstos pela BNCC a ser desenvolvidos como prática deste componente

Não há.

Referências Básicas

- [1]- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013. 288p. ISBN 978-85-249-1603-8.
- [2]- SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2011. 472 p. (Coleção memória da educação). ISBN 978-85-7496-200-9.
- [3]- BROUSSEAU, Guy. **Introdução ao estudo da teoria das situações didáticas: conteúdos e métodos de ensino**. São Paulo: Ática, 2008. 128p. (Educação em ação). ISBN 9788508119660 (broch.).

Referências Complementares

- [1] CANDAU, Vera Maria (Org.). **Rumo a uma nova Didática**. 16. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2005.
- [2] CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas**. São Paulo: Cortez, 2013.
- [3] FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paze Terra, 2010.
- [4] GIMENO, Sacristán. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

PLANE

- [5] MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 2013.

Código: EXT2	Carga Horária: 40h

GRUPO IV – Núcleo extensionista	Pré-requisito: EXT1
EMENTA	
Participação diagnóstica e planejamento ações de extensão na comunidade. Debater e definir junto à comunidade as demandas a serem transformadas. Construção de um plano de ação (projeto ou programa) em conjunto com a comunidade nas áreas do Projeto e/ou Programa Institucional definido pelo(s) docente(s) responsável pelo componente curricular com anuência da coordenação do curso.	
Competências e Habilidades	
• Propor ao discente uma investigação detalhada da realidade da comunidade escolhida, de modo a identificar possíveis demandas; • Promover o diálogo entre discentes, docentes e a comunidade, a respeito das demandas identificadas, de modo a definir quais sofrerão intervenção; • Planejar as atividades a serem desenvolvidas.	
Público-Alvo:	
Comunidades diversas do entorno do IFPI (tradicionais, quilombolas, indígenas etc.).	
Unidades temáticas e objetos de conhecimento/Habilidades previstos pela BNCC a ser desenvolvidos como prática deste componente	
Não há.	
Referências Básicas	
[1]- INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ (IFPI). Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2020-2024: construindo para o futuro. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI: Teresina. Disponível em: <file:///C:/Users/1113264/Downloads/PDI%202020-2024%20%20anexo%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20009_2020%20CONSUP.pdf> [2]- BRASIL. Lei Nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014. Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.html> [3]- INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ. Resolução Normativa nº 131/2022, de 25 de abril de 2022. Estabelece as Diretrizes para a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí(IFPI). Disponível em: <https://sites.google.com/ifpi.edu.br/ifpi-resolucoes-do-consup/p%C3%A1gina-inicial>	
Referências Complementares	
[1] - LISBÔA FILHO, Flavi Ferreira. Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/23643/Flavi%20Ferreira%20Lisboa%20Filho%20%20EXTENS%C3%83O%20UNIVERSIT%C3%81RIA%20>	

[%20Gest%3a3o%2c%20Comunica%3a7%c3%a3o%20e%20Desenvolvimento%20Regional.pdf?sequence=1&isAllowed=y>](#)

- [2] - NACAGUMA, Simone; STOCO, Sergio; ASSUMPÇÃO, Raiane P. S (Org.). **Política de curricularização da extensão na UNIFESP**: caminhos, desafios e construções. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2021. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/book/549075503/Politica-de-curricularizacao-da-extensao-na-UNIFESP-caminhos-desafios-e-construcoes>>
- [3] - FRUTUOSO, Tomé de Pádua; JULIANI, Douglas Paulesky. **Caminhos para curricularização da extensão**: Ações no Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC. Curitiba: CRV, 2020.
- [4] - BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/base/o-que>>. Acesso em: 09 out. 2022.
- [5] - NARDI, Roberto (Org.). **Pesquisas em ensino de física**. 3 ed. São Paulo: Escrituras, 2004. 166 p.

3º MÓDULO

CÁLCULO I	
Código: ESP9	Carga Horária: 60h + 40h = 100h
Grupo II - Conteúdo Específico da Área	Pré-requisitos: ESP7
EMENTA	
Números Reais. Limites. Derivadas e aplicações.	
Competências e Habilidades	
• Selecionar estratégias de resoluções de problemas. • Discutir ideias e produzir argumentos convincentes. • Utilizar ferramentas do cálculo diferencial para estimar, projetar, analisar variações de funções. • Desenvolver a capacidade de utilizar o Cálculo Diferencial na interpretação, intervenção nos fenômenos naturais e sócios econômicos. • Relacionar etapas da história da Geografia com a evolução da humanidade.	
Unidades temáticas e objetos de conhecimento/Habilidades previstos pela BNCC a ser desenvolvidos como prática deste componente	
Unidade Temática 1: Funções e Gráficos Funções Geografias, como funções lineares, polinomiais, exponenciais e logarítmicas; Representação gráfica de funções, incluindo a interpretação de características, como mínimos, máximos, interceptos, etc. Unidade Temática 2: Derivadas Conceitos básicos de derivada, incluindo a interpretação de taxa de variação; Cálculo de derivadas, incluindo aplicações em funções polinomiais, exponenciais e logarítmicas.	

Referências Básicas	
[1]- GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. Um curso de cálculo: volume 1. São Paulo: LTC, 2001.652p.ISBN 8521612591. [2]- LEITHOLD, Louis. O Cálculo com Geometria Analítica Vol. 1. 3. ed. São Paulo: Harbra, 1994. 684p. ISBN 8529400941. [3]- STEWART, James. Cálculo Vol.1 (Tradução da 7ª Edição Norte-Americana). 7. ed. São Paulo: Cengage,2013. 634p. ISBN 8522112584.	
Referências Complementares	
[1] - ÁVILA, Geraldo. Cálculo das Funções de uma Variável Vol.1. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003. 310p. ISBN 8521613709. [2] - DOLCE, Osvaldo; POMPEU, José Nicolau. Fundamentos de Geografia elementar 8: limites, derivadas, noções de integral. 8. ed. São Paulo: Atual, 2005. [3] - <u>FLEMMING, Diva Marília</u>; <u>GONÇALVES, Mirian Buss</u>. Cálculo A. 6. ed. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2015. 464p. ISBN 857605115X. [4] - IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos; MACHADO, Nilson José. Fundamentos de Geografia Elementar Vol. 8: Limites, Derivadas, Noções de Integral. 7. ed. São Paulo: Atual, 2013. 288p. ISBN 8535717560. [5] - NETO, Aref Antar; [et al.]. Noções de Geografia Vol 8 – Introdução ao Cálculo Diferencial e Integral. Fortaleza: Vestseller, 2009. 454p. ISBN 9788560653164. [6] - SIMMONS, George Finlay. Cálculo com Geometria Analítica Vol.1. São Paulo: Makron, 1987. 830p. ISBN 0074504118.	

LABORATÓRIO PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA	
Código: ESP10	Carga Horária: 40h + 40h = 80h
Grupo II - Conteúdo Específico da Área	Pré-requisito:S/P
EMENTA	
O Laboratório de Ensino de Geografia – LEM: o que é, recursos e potencialidades; Elaboração de Projetos: projeto implementação do LEM e projeto materiais concretos didáticos; Modelos matemáticos; Recursos tecnológicos de um LEM; Jogos e softwares didáticos; Desenvolvimento e aplicações de materiais didáticos voltados para o ensino de Geografia; O LEM como ambiente integrador: ensino, pesquisa e extensão.	
Competências e Habilidades	
• Elaborar projetos de implementação de um laboratório de ensino de Geografia e de desenvolvimento de materiais didáticos com aplicações no ensino básico; • Utilizar um laboratório de ensino de Geografia de forma integrada e adequada com as aulas regulares em sala;	

- Desenvolver habilidade de produção de materiais didáticos voltados para o ensino de Geografia;
- Promover, através do laboratório de ensino de Geografia, a criatividade e a integração da Geografia com outras áreas.

Unidades temáticas e objetos de conhecimento/Habilidades previstos pela BNCC a ser desenvolvidos como prática deste componente

Não há informação específica na BNCC sobre a disciplina "Laboratório de Geografia". No entanto, a BNCC enfatiza o uso de atividades práticas e experimentais em todas as disciplinas de Geografia, incluindo a resolução de problemas, trabalho em equipe e análise de dados, como forma de desenvolver habilidades e competências em Geografia. Por isso, é possível que a disciplina "Laboratório de Geografia" possa ser uma oportunidade para aplicar e desenvolver essas habilidades e competências.

Referências Básicas

- [1]- BASSANEZI, Rodney Carlos. Modelagem Geografia – Teoria e Prática. São Paulo: Contexto, 2015. 240p. ISBN 8572448934.
- [2]- GOMIDE, Elza Furtado; ROCHA, Janice Cássia. Atividades de Laboratório de Geografia. São Paulo, SP: Centro de Aperfeiçoamento de professores de Geografia –CAEM - IME/USP, 2005.
- [3]- LORENZATO, Sergio. O Laboratório de Ensino de Geografia na Formação de Professores. Coleção formação de professores 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2010. 186p. ISBN: 8574961655.

Referências Complementares

- [1]- ALMEIDA, Lourdes Werle de; SILVA, Karina Pessoa de; VERTUAN, Rodolfo Eduardo. Modelagem Geografia na Educação Básica. São Paulo: Contexto, 2012. 160p. ISBN: 8572446974.
- [2]- BASSANEZI, Rodney Carlos. Ensino-aprendizagem com Modelagem Geografia. São Paulo: Contexto, 2002. 392p. ISBN: 8572442073.
- [3]- BIEMBENGUT, Maria Salett; HEIN, Nelson. Modelagem Geografia no Ensino. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2003. 127p. ISBN: 8572441360.
- [4]- VERMA, Surendra. Ideias Geniais na Geografia. Belo Horizonte: Gutenberg, 2013. 176p. ISBN: 8582350651.
- [5]- SMOLE, Kátia Stocco; DINIZ, Maria Ignez; PESSOA, Neide; ISHIHARA, Cristiane. Cadernos do Mathema: Jogos de Geografia. Porto Alegre, RS: Grupo A, 2008.

GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Código: ESP11

Carga Horária: 40h

Grupo II - Conteúdo Específico da Área

Pré-requisito: ESP3

EMENTA
Regimes de Capitalização Juro Simples. Desconto Simples. Juro Composto. Taxas de Juro. Desconto Composto. Capitalização e Amortização. Empréstimos.
Competências e Habilidades
• Realizar equivalência de capitais em situações-problemas com objetivo de tomada de decisão. • Discernir através de situações-problemas do cotidiano, sobre a melhor alternativa em operações financeiras. • Entender uma planilha de empréstimo. • Exercitar o espírito crítico para tomada de decisão quando o bem de capital estiver sendo especulado ou operacionalizado. • Analisar quantitativamente dados qualitativos representados graficamente e relacionados a contexto socioeconômicos ou cotidianos.
Unidades temáticas e objetos de conhecimento/Habilidades previstos pela BNCC a ser desenvolvidos como prática deste componente
Não há
Referências Básicas
[1]- CRESPO, Antônio Arnot. Geografia Financeira Fácil. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 272p. ISBN 8502083481. [2]- IEZZI, Gelson; HAZZAN, Samuel. Fundamentos de Geografia Elementar Vol. 11: Geografia Comercial, Geografia Financeira, Estatística Descritiva. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2013. 256p. ISBN 8535717609. [3]- MATHIAS, Washington Franco; GOMES, José Maria. Geografia Financeira. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 432p. ISBN 8522452121.
Referências Complementares
[1]- POMPEO, José Nicolau; HAZZAN, Samuel. Geografia Financeira. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. 360p. ISBN 8502618156. [2]- GONSALVES, Renaldo Antônio. Geografia Financeira. São Paulo: Atlas, 2015. 200p. ISBN 8522497141. [3]- ASSAF NETO, Alexandre. Geografia Financeira e suas Aplicações. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 304p. ISBN 8522472483. [4]- PICCINI, Abelardo de Lima. Geografia Financeira Objetiva e Aplicada. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 384p. ISBN 853524672X. [5] - CARVALHAL, A.L. Geografia Financeira. 3.ed.; São Paulo: Atlas, 2010.

Código: BAS7	Carga Horária: 60h + 20h = 80h
Grupo II - Conteúdo Base comum	Pré-requisito: S/P
EMENTA	
A natureza da psicologia da educação como ciência aplicada. Psicologia da aprendizagem – conceituação e caracterização. As contribuições da Psicologia da educação para o processo de aprendizagem: relação entre educação, desenvolvimento e aprendizagem. Caracterização do sujeito da educação nos seus aspectos cognitivos, afetivos e psicomotores. Teorias da aprendizagem e as escolas psicológicas (da infância, adolescência e adultez). Inteligência e aprendizagem. Motivação e rendimento acadêmico (Teorias cognitivas da Atribuição Causal e Auto-eficácia). O auto-conceito e a auto-estima no processo de aprendizagem do aluno. Fracasso escolar: relações professor e aluno, seus efeitos no processo ensino-aprendizagem, interação entre alunos e aprendizagem escolar, transtornos específicos da aprendizagem (Dislexia, a Disortografia, da Discalculia e do Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade e transtorno do espectro autista), inclusão escolar. Trabalho e escola. Violência Escolar: bullying, racismo, preconceito de gênero, raça, religião, deficiências, diversidades, traumas, cyberbullying; mídia, redes sociais e adolescência. Violência contra crianças e adolescentes e educação: violência física, psicológica, sexual. Saúde mental na escola. Indisciplina e mediação de conflito.	
Competências e Habilidades	
• Entender o processo histórico da psicologia como ciência e a relação com educação para o processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento; • Compreender como o ser humano aprende e como funciona a inteligência e o conhecimento no processo de aprendizagem a partir dos fundamentos epistemológicos: inatistas, empiristas e interacionista; • Conhecer o conceito de inteligência construído historicamente até a teoria das inteligências múltiplas e estudiosos contemporâneos para o desenvolvimento da aprendizagem e educação; • Identificar a problemática subjacente ao fracasso escolar em relação ao aluno – à escola dentre os aspectos emocionais e dificuldades de aprendizagem a partir das teorias cognitivas atuais da motivação tais como atribuição causal de Fontaine e da teoria da autoeficácia de Bandura para desempenho escola; • Compreender, através do estudo da Psicologia, o sujeito da educação nos seus aspectos cognitivos, afetivos e psicomotores relacionando educação, desenvolvimento e aprendizagem; • Conhecer os princípios das abordagens epistemológicas do desenvolvimento da aprendizagem a partir das teorias comportamentalista (behaviorista radical e clássico, neobehavioristas), psicanalítica (S.Freud), humanista (Maslow, Carl Rogers e Gestalt), epistemologia genética (Jean Piaget), sócio-histórica (Vygotsky) e a concepção dialética de desenvolvimento com Henry Wallon e suas aplicações no processo de ensino e	

aprendizagem, examinando o significado da relação entre a psicologia e a base epistemológica do trabalho docente;

- Refletir sobre os Transtornos Específicos de Aprendizagem, especialmente no que tange a definição, caracterização e recomendações acerca da Dislexia, a Disortografia, da Discalculia e do Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade e transtorno do espectro autista;
- Conhecer os estereótipos construídos historicamente sobre o papel do aluno e do professor nas representações sociais;
- Discutir os tipos de violência doméstica contra crianças e adolescentes e sua influência no desenvolvimento da aprendizagem escolar;
- Estudar os avanços das tecnologias da informação e comunicação, nas mais variadas áreas do conhecimento, e seus impactos no fazer educacional: bullying, cyberbullying; mídia, redes sociais e adolescência, diversidade de gênero, raça, cor e religião;
- Atentar nas diferentes formas de violência física e simbólica, bem como nas discriminações étnico-racial praticadas nas escolas e nos ambientes digitais, além de promover o uso ético, seguro e responsável das tecnologias digitais;
- Discutir a função social do educador e a complexidade das relações existentes no processo de construção do conhecimento considerando as transformações que se processam durante os vários estágios da vida humana;
- Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender;
- Compreender o fracasso escolar não como destino dos mais vulneráveis, mas fato histórico que pode ser modificado.

Unidades temáticas e objetos de conhecimento/Habilidades previstos pela BNCC a ser desenvolvidos como prática deste componente

- Estudos de casos orientados pelo(a) professor(a);
- Realizar visitas às escolas e levantamentos direcionado sobre as principais dificuldades nas relações interpessoais e de aprendizagem com adolescentes enfrentados pela escola;
- Analisar filmes e documentários;
- Identificar junto às escolas como acontece a mediação de conflitos como agressividade, bullying, cyberbullying, violência escolar e outras dificuldades;
- Identificar as metodologias usadas pelos professores para motivar os alunos a estudarem;
- Identificar como professor reconhece e adapta os conteúdos dentro do processo de aprendizagem (visita a escola ou entrevistas);
- Produzir vídeos e materiais pedagógicos.

Referências Básicas

- [1]- CAMPOS, Dinah Martins de Souza. **Psicologia da aprendizagem**. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 304 p. ISBN 978-85-326-0588-7.
- [2]- COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús (Org.). **Desenvolvimento psicológico e educação: 2: psicologia da educação escolar**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. xii, 472 p. (Psicologia da educação escolar; 2). ISBN 978-85-363-0228-7 (v. 2).

[3] - GOULART, Iris Barbosa. **Psicologia da educação: fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica**. 17.ed. Petrópolis: Vozes, 2015. 214 p. ISBN 978-85-326-0065-3.

Referências Complementares

[1] - PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

[2]- VIGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

[3] - SHAFFER, David. **Psicologia do desenvolvimento**. São Paulo: Thomson, 2005.

[4][4]VYGOTSKY. L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, (2015).

[5] - FREIRE, Izabel Ribeiro. **Raízes da Psicologia**. 15ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Código: BAS8

Carga Horária: 40h

GRUPO I - Base comum e conhecimentos pedagógicos

Pré-requisito: S/P

EMENTA

A evolução histórica da Educação escolar no Brasil: Política e Organização; Legislação educacional no Brasil na Constituição Federal de 1988 e na LDBEN (Lei nº 9394/96); Plano Nacional de Educação; O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) e suas garantias na escolarização; Diretrizes para a Educação Básica; Concepções e paradigmas curriculares para a Educação Nacional; Diretrizes e políticas pertinentes à educação ambiental, as relações étnico-raciais e outras garantias legais.

Competências e Habilidades

- Analisar a evolução histórica da Educação Escolar no Brasil no âmbito dos seus aspectos socioeconômicos, políticos, históricos e culturais, do período colonial ao estado democrático, evidenciando os embates em prol do acesso gratuito à escola pública;
- Conhecer as Resoluções, Diretrizes, Portarias e outros documentos legais que garantam os conhecimentos referentes às questões sócio ambientais, éticos, estéticos e relativos a diversidades étnico-raciais, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípio de equidade;
- Analisar a aplicação dos dispositivos legais da LDB e da legislação educacional complementar a respeito da Educação Básica, que regulamentam a organização administrativa, pedagógica e os recursos financeiros;
- Compreender a relevância do Plano Nacional de Educação no processo de continuidade e descontinuidade das políticas educacionais;
- Conhecer os direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, conforme o ECA.

Unidades temáticas e objetos de conhecimento/Habilidades previstos pela BNCC a ser desenvolvidos como prática deste componente

Não há

Referências Básicas

- [1]- SAVIANI, D. **Educação Brasileira: estrutura e sistema**. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.
 [2] - DEMO, Pedro. **A nova LDB ranços e avanços**. 22. ed. Campinas: Papirus, 2010.
 [3]- LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. rev. e ampl. Sao Paulo: Cortez, 2012.

Referências Complementares

- [1] - NISKIER, A. **História da Educação Brasileira**. Rio de Janeiro: Altadena, 2011.
 [2]- VEIGA, C. G., LOPES, El. M. T., FARIA FILHO, L. M. de (org.) **500 Anos de Educação no Brasil**. 4. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2010.
 [3] - ROMANELLI, O. **História da Educação no Brasil**. 34. ed. Rio de Janeiro, Vozes, 2009.
 [4]- ELIAS, J. R. **Comentários ao estatuto da criança e do adolescente: lei 8.069, de julho de 1990**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
 [5]- ELIAS, J. R. **Comentários ao estatuto da criança e do adolescente: lei 8.069, de julho de 1990**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

CICLO EXTENSIONISTA 1-A

Código: EXT1

Carga Horária: 60h

Grupo IV – Núcleo extensionista

Pré-requisito: EXT1/EXT2

EMENTA

Disciplina destinada à implantação e execução das ações de extensão pelos discentes, nas áreas do Projeto e/ou Programa Institucional, definido pelo docente responsável pela disciplina com aval da coordenação do curso.

Competências e Habilidades

- Promover o desenvolvimento das ações de extensão definidas em planejamento prévio no Projeto e/ou Programa Institucional definido pelo docente responsável pela disciplina;
- Realizar o acompanhamento das ações extensionistas definidas no planejamento, verificando se os objetivos estabelecidos estão sendo alcançados;

Público-Alvo:

Comunidades diversas do entorno do IFPI (tradicionalistas, quilombolas, indígenas etc.).

Unidades temáticas e objetos de conhecimento/Habilidades previstos pela BNCC a ser desenvolvidos como prática deste componente

Não há.

Referências Básicas

- [1] - Plano de Desenvolvimento Institucional/IFPI – PDI (2020-2024).
- [2]- Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024), aprovado pela Lei Nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.
- [3]- Resolução Normativa nº 131/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, DE 25 DE ABRIL DE 2022. Estabelece as Diretrizes para a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. (IFPI).

Referências Complementares

- [1] LISBÔA FILHO, Flavi Ferreira. Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/23643/Flavi%20Ferreira%20Lisboa%20Filho%20-%20EXTENS%C3%83O%20UNIVERSIT%C3%81RIA%20-%20Gest%C3%A3o%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20e%20Desenvolvimento%20Regional.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
- [2] NACAGUMA, Simone; STOCO, Sérgio; ASSUMPÇÃO, Raiane P. S (Org.). Política de curricularização da extensão na UNIFESP: caminhos, desafios e construções. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2021. Disponível em: <https://pt.scribd.com/book/549075503/Politica-de-curricularizacao-da-extensao-na-UNIFESP-caminhos-desafios-e-construcoes>
- [3] FRUTUOSO, Tomé de Pádua; JULIANI, Douglas Paulesky. Caminhos para curricularização da extensão: ações no Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC. Curitiba: CRV, 2020.
- [4] BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/base/o-que>. Acesso em: 09 out. 2022.
- [5] NARDI, Roberto (Org.). Pesquisas em ensino de Física. 3. ed. São Paulo: Escrituras, 2004. 166 p.

4º MÓDULO

CÁLCULO II	
Código: ESP12	Carga Horária: 60h
Grupo II - Conteúdo Específico da Área	Pré-requisito: ESP9
EMENTA	
Integral definida, indefinida, técnicas de integração, aplicações, integrais impróprias, sequências, séries.	
Competências e Habilidades	
• Estabelecer ênfase as diversas aplicações de integrais definidas; • Destacar os princípios fundamentais envolvidos no cálculo de forma intuitiva, motivadas e explicadas;	

• Aplicar o cálculo integral na interpretação, intervenção nos fenômenos naturais e sócioeconômicos.
Unidades temáticas e objetos de conhecimento/Habilidades previstos pela BNCC a ser desenvolvidos como prática deste componente
Não há
Referências Básicas
[1]- GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. Um curso de cálculo: volume 1. 5. ed. São Paulo: LTC, 2001. 652p. ISBN 8521612591. [2]- LEITHOLD, Louis. O Cálculo com Geometria Analítica Vol. 1. 3. ed. São Paulo: Harbra, 1994. 684p. ISBN 8529400941. [3] - STEWART, James. Cálculo Vol.1 Tradução da 7ª Edição Norte-Americana. 6. ed. São Paulo: Cengage, 2013. 634p. ISBN 8522112584.
Referências Complementares
[1]- ANTON, Howard; BIVENS, Irl; DAVIS, Stephen. Cálculo: volume I. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007. xx, 646 p. ISBN 978-85-60031-63-4. [2]- ÁVILA, Geraldo. Cálculo das Funções de uma Variável Vol.1. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003. 310p. ISBN 8521613709. [3]- FLEMMING, Diva Marília; GONÇALVES, Mirian Buss. Cálculo A. 6. ed. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2015. 464p. ISBN 857605115X. [4]- IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos; MACHADO, Nilson José. Fundamentos de Geografia Elementar Vol. 8: Limites, Derivadas, Noções de Integral. 7. ed. São Paulo: Atual, 2013. 288p. ISBN 8535717560. [5]- NETO, Aref Antar; [et al.]. Noções de Geografia Vol 8 – Introdução ao Cálculo Diferencial e Integral. Fortaleza: Vestseller, 2009. 454p. ISBN 9788560653164.

DESENHO GEOMÉTRICO	
Código: ESP13	Carga Horária: 40h
Grupo II - Conteúdo Específico da Área	Pré-requisito: Geometria ESP5
EMENTA	
Escala; Construções Fundamentais; Polígonos; Circunferências; Concordância de Retas e de Arcos; Equivalência de Figuras; Construção de Figuras Semelhantes.	
Competências e Habilidades	
• Interpretar e utilizar diferentes formas de representação. • Desenvolver e construir com régua e compasso as figuras planas e esboçar as curvas de aplicações em cálculo, justificando algebricamente e utilizando suas propriedades fundamentais. • Desenvolver através das construções geométricas uma visualização e aplicação de propriedades das figuras, além da constatação de outras relações.	
Unidades temáticas e objetos de conhecimento/Habilidades previstos pela BNCC a ser desenvolvidos como prática deste componente	
Não há	

Referências Básicas
[1]- BALDIN, Yuriki Yamamoto; VILLAGRA, Guillermo Antonio Lobos. Atividades com cabri-géomètre II. São Carlos: Editora EDUFSCAR, 2002. 240p. ISBN 858517384X. [2]- WAGNER, Eduardo. Construções Geométricas. 6. ed. Coleção do Professor de Geografia. Rio de Janeiro: SBM, 2007. 110p. ISBN 9788585818722. [3] - LIMA NETTO, Sergio. Construções geométricas: exercícios e soluções. Coleção do Professor de Geografia. Rio de Janeiro: SBM, 2009. 142p. ISBN 9788585818425.
Referências Complementares
[1]- BARBOSA, Ruy Madsen. Descobrimos a geometria fractal para sala de aula. São Paulo: Autêntica, 2002. 144p. ISBN 857526057. [2]- YAMADA, Cecilia Fugiko Kanegae. Desenho Geométrico: volume 1. São Paulo: Scipione, 2007. 160p. ISBN 8526265962. [3]- YAMADA, Cecilia Fugiko Kanegae. Desenho geométrico: volume 2. São Paulo: Scipione, 2007. 120p. ISBN 8526265989. [4]- YAMADA, Cecilia Fugiko Kanegae. Desenho geométrico: volume 3. São Paulo: Scipione, 2007. 192p. ISBN 8526266004. [5] - YAMADA, Cecilia Fugiko Kanegae. Desenho geométrico: volume 4. São Paulo: Scipione, 2007. 184p. ISBN 8526266020.

TECNOLOGIAS APLICADAS AO ENSINO DA GEOGRAFIA	
Código: BAS9	Carga Horária: 40h + 20h = 60h
GRUPO I - Base comum e conhecimentos pedagógicos	Pré-requisito: S/P
EMENTA	
Gestão e integração das Tecnologias e Mídias educacionais; Evolução das TIC's na educação; Educação e cibercultura; Virtualização e construção do conhecimento; Plataformas e softwares educativos; Objetos de Aprendizagem; A Internet como instrumento didático; Projetos interdisciplinares utilizando as tecnologias (texto, imagem e som, ferramentas de autoria, rádio e TV, ambientes interativos virtuais); Educação a Distância-EaD; Ambientes Virtuais de Aprendizagem-AVA. Elaboração de vídeo aulas para o Laboratório virtual de prática de ensino.	
Competências e Habilidades	
• Compreender as Tecnologias da Informação e da Comunicação e suas relações com o processo de ensino e aprendizagem; • Conhecer os instrumentos didáticos voltados para a busca, análise e tratamento da informação, criação, integração e produção midiática em rede; • Avaliar softwares e objetos de aprendizagem; • Utilizar as ferramentas de interação em ambientes virtuais de aprendizagem; Conhecer os fundamentos legais e pedagógicos da EaD; • Promover atitudes favoráveis diante do uso de tecnologias na educação como elementos estruturantes de diferentes possibilidades de práticas educativas.	

Referências Básicas
[1]- FREIRE, W. et al. Tecnologia e Educação: as mídias na prática docente. Rio de Janeiro: Wak, 2008. [2] - SETTON, M. da G. Mídia e Educação. São Paulo: Contexto, 2010. [3]- TAJRA, Sanmya Feitosa. Informática na educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor da atualidade. 3. ed. São Paulo: Érica, 2001.
Referências Complementares
[1]- LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. 2. ed. Rio de Janeiro: ed. 34, 2010. [2] - NORTON, P. Introdução à informática. São Paulo: Pearson Makon Books, 2010. [3] - PAIS, Luiz Carlos. Educação Escolar e as Tecnologias da Informática. Autêntica, 2002. [4]- BORBA, Marcelo de Carvalho; PENTEADO, Miriam. Informática e Educação Geografia. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. [5]- FERRETI, Celso João (Org.). Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: Um Debate Multidisciplinar. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

GESTÃO E ORGANIZAÇÃO ESCOLAR	
Código: BAS10	Carga Horária: 40h + 20h = 60h
GRUPO I - Base comum e conhecimentos pedagógicos	Pré-requisito: S/P
EMENTA	
A gestão democrática da educação e suas implicações para a democratização da educação básica; O sistema de organização e gestão da escola; A estrutura organizacional da escola e/o trabalho docente; Os elementos constitutivos do processo organizacional; Gestão participativa na compreensão da cultura da escola, dos contextos socioculturais dos estudantes, dos seus territórios, do entorno escolar e da mediação dos conflitos: papéis dos professores, gestores, pais, alunos e em comunidade construção coletiva do trabalho; Conhecimentos básicos dos processos de desenvolvimento sobre as dimensões sociais, afetivas e físicas e suas implicações na dinâmica escolar, nas relações interpessoais e étnico-raciais; O Conselho Escolar e o Planejamento no âmbito da gestão escolar: PPP, Proposta Curricular, Regimento e outros; Plano de Ação da Escola (trabalho anual); Colegiados, Grêmio Estudantil e Instituições Auxiliares; Programas e Financiamentos da Educação Básica; Sistemas de Avaliação e Indicadores de qualidade da Educação Básica; Formação e aperfeiçoamento profissional e acadêmico para todos os segmentos da escola. Gestão e inclusão educacional.	
Competências e Habilidades	
• Compreender gestão escolar a partir dos princípios da escola democrática e participativa; • Conhecer as concepções de Gestão, seus princípios e suas formas de organização no contexto da escola; • Valorizar o trabalho docente evidenciando a dimensão pedagógica do cotidiano da escola, bem como a estrutura organizacional e os elementos que a constituem;	

- Entender, na gestão participativa, a cultura da escola, os contextos socioculturais dos estudantes, seus territórios, o entorno escolar, realizando a mediação de conflito no que diz respeito a atuação coletiva de: gestores, professores, pais, alunos e comunidade escolar;
- Reconhecer os conhecimentos básicos dos processos de desenvolvimento sobre as dimensões sociais, afetivas e físicas e suas implicações na dinâmica escolar, nas relações interpessoais e étnico-raciais;
- Examinar a estrutura administrativa e pedagógica nos: projeto político pedagógico, plano de gestão, planejamento participativo, e das atas de órgãos colegiados da escola, sob a perspectiva democrática e cidadã no contexto das práticas de gestão;
- Conhecer a estrutura e o funcionamento do Conselho Escolar, do Grêmio Estudantil e demais instâncias colegiadas da escola;
- Investigar os diferentes programas e parcerias de financiamento da Educação Básica e seus impactos na melhoria do ensino e da aprendizagem;
- Analisar o processo de avaliação institucional e seus indicadores de qualidade na proposição de projetos transformadores da realidade escolar a fim de aprimorar o desempenho escolar;
- Perceber a formação e o aperfeiçoamento profissional e acadêmico, voltados para todos os segmentos da escola como responsabilidade da gestão escolar.

Unidades temáticas e objetos de conhecimento/Habilidades previstos pela BNCC a ser desenvolvidos como prática deste componente

- Realizar Visitas Técnicas para mapear os estilos de Gestão Educacional, visando compreender a diversidade desta gestão em espaços formais e não formais, identificando os princípios democráticos e participativos e modos de atuação;
- Entrevistar docentes que tenham a vivência e experiência da Gestão Escolar, averiguando a repercussão destas na prática docente, profissional, tendo como foco a dimensão pedagógica e organizacional das instituições escolares;
- Realizar visitas-técnica pedagógicas com vista a compreensão dos contextos socioculturais dos estudantes, seus territórios, o entorno escolar, produzidos na Gestão Educacional e Democrática, com vistas à mediação de conflito no que diz respeito a atuação coletiva de gestores.
- Desenvolver atividades pedagógicas, artísticas, ambientais e socioculturais acerca dos conhecimentos básicos dos processos de desenvolvimento sobre as dimensões sociais, afetivas e físicas e suas implicações na dinâmica escolar, nas relações interpessoais e étnico-raciais;
- Realizar pesquisas referentes à estrutura administrativa e pedagógica quanto aos: projeto político pedagógico, plano de gestão, planejamento participativo, e das atas de órgãos colegiados da escola, sob a perspectiva democrática e cidadã no contexto das práticas de gestão;
- Viabilizar a participação de estudantes nas reuniões do Conselho Escolar e demais instâncias colegiadas da escola, com vistas à produção de materiais educativos e projetos de extensão;

- Pesquisar os diferentes programas e parcerias de financiamento da Educação Básica e seus impactos na melhoria do ensino e da aprendizagem;
- Socializar os resultados dos relatórios das avaliações institucionais e seus indicadores de qualidade com o objetivo de realizar projetos transformadores da realidade escolar a fim de aprimorar o desempenho e sua vivência como um todo;
- Promover Formação Continuada de aperfeiçoamento profissional e acadêmico, direcionada para todos os segmentos da escola no que diz respeito à gestão escolar.

Referências Básicas

- [1]- LIBÂNEO, Jose Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- [2]- ANDRADE, J. M. V.; QUEIROZ, M. A. de Q.; AZEVEDO, M. A. de. **O papel dos conselhos para a criação do Sistema Nacional de Educação**. Brasília: Liber Livro, 2009.
- [3] - LUCK, Heloísa. **Gestão Participativa na Escola**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

Referências Complementares

- [1]- FERREIRA, N. S. C. **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2006.
- [2]- HORA, Dinair L. da. **Gestão Democrática na Escola**. 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 1994.
- [3]- LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola** Teoria e prática; Goiânia: Alternativa, 2008.
- [4]- NÓVOA, Antônio (org.). **As organizações escolares em análise** Instituto de Inovação Educacional; Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992
- [5] - PLACCO, Vera Maria; ALMEIDA, Laurinda (orgs.). **O Coordenador Pedagógico e os desafios da educação**; São Paulo: Loyola, 2008.

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

Código: BAS11

Carga Horária: 60h + 20h = 80h

GRUPO I - Base comum e conhecimentos pedagógicos

Pré-requisito: S/P

EMENTA

Marcos legais e trajetória histórica da Educação Especial e inclusiva. Educação Especial à Educação Inclusiva: modelos de atendimento e paradigmas. Legislação e Políticas Públicas para a educação especial. O público da educação especial: alunos com deficiência, alunos com transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação. Inclusão, sociedade, família e escola; Princípios e fundamentos teóricos da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Capacitismo: definições e implicações educacionais e sociais. Currículo inclusivo: metodologias de ensino e avaliação. Tecnologia Assistiva e acessibilidade.

Atendimento Educacional Especializado (AEE); Cenário regional e local da educação especial.

Competências e Habilidades

- Refletir sobre a trajetória histórica da educação especial à educação inclusiva, destacando os modelos de atendimento e seus paradigmas;
- Compreender os fundamentos legais e as políticas públicas que orientam a organização e funcionamento do ensino para a inclusão escolar;
- Reconhecer o público-alvo da educação especial: alunos com deficiência, alunos com transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação;
- Situar os princípios e fundamentos teóricos da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva;
- Caracterizar a educação especial, organização curricular, terminalidade específica, metodologias de ensino e avaliação;
- Identificar os recursos da tecnologia assistiva, bem como de acessibilidade para uso competente tendo em vista o aprimoramento da prática pedagógica e a ampliação das possibilidades de acesso e permanência no ensino básico e superior;
- Adaptar os procedimentos técnicos, avaliativos e metodológicos, as estratégias de ensino e aprendizagem para atender as necessidades educacionais específicas em consonância com as mudanças do ambiente escolar e social, acompanhando as transformações gnosiológicas e epistemológicas do conhecimento;
- Conhecer as finalidades, organização e funcionamento do Atendimento Educacional Especializado – AEE, na Educação Especial no Sistema Regular de Ensino;
- Desenvolver ações de pesquisa, avaliação, criação e aplicação que valorizem o trabalho coletivo, interdisciplinar com intencionalidade pedagógica, valorização e aperfeiçoamento do ensino do público-alvo da educação especial;
- Conhecer as especificidades, necessidades e potencialidades da educação especial identificando as modalidades de atendimento da Educação Especial no Sistema Regular de Ensino.
- Compreender as inter-relações entre sociedade, família e escola e suas implicações na efetivação da inclusão.
- Pesquisar, investigar e refletir o conceito de Capacitismo e suas implicações na vida educacional e social.

Unidades temáticas e objetos de conhecimento/Habilidades previstos pela BNCC a ser desenvolvidos como prática deste componente

- Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender;
- Aplicar estratégias de ensino diferenciadas que promovam a aprendizagem dos estudantes com diferentes necessidades e deficiências, levando em conta seus diversos contextos culturais, socioeconômicos e linguísticos;
- Utilizar as diferentes estratégias e recursos para as necessidades específicas de aprendizagem (deficiências, altas habilidades, estudantes de menor rendimento, etc.) que engajem intelectualmente e que favoreçam o desenvolvimento do currículo com consistência;
- Realizar visita-técnica com vista a compreensão dos contextos socioculturais dos estudantes e dos seus territórios educativos, atentando-se às vivências educacionais, à aprendizagem e à situações reais de ensino e de aprendizagem na Educação Básica;

- Demonstrar conhecimento sobre os processos pelos quais as pessoas aprendem, devendo adotar as estratégias e os recursos pedagógicos alicerçados nas ciências da educação que favoreçam o desenvolvimento dos saberes e eliminem as barreiras de acesso ao currículo.
- Conhecer os contextos de vida dos estudantes, reconhecer suas identidades e elaborar estratégias para contextualizar o processo de aprendizagem;
- Realizar evento acadêmico, amostra, oficina ou outro que contribua para o diálogo com pesquisadores, professores, alunos e demais atores da sociedade, articulando parcerias intersetoriais que favoreçam o amplo debate sobre a aprendizagem e o pleno desenvolvimento das pessoas com deficiência.

Referências Básicas

- [1]- ALVES, Carla Barbosa.[et. al.]. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Abordagem Bilíngue na Escolarização de Pessoas com Surdez**. Brasília: MEC/ SEESP, [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.
- [2]- BRASIL, Ministério de Educação. **Secretaria de Educação Especial. Educar na Diversidade**. Módulo 02: o enfoque da educação inclusiva. Brasília: 2005.
- [3]-_____. **Marcos Políticos Legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2010.
- [4] - CAMPBEL, Selma Inês. **Múltiplas faces da Inclusão**. Rio de Janeiro: Wak, 2009.

Referências Complementares

- [1]- GOMES, Adriana Lima Verde. [et. al.]. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: O Atendimento Especializado para Alunos com Deficiência Intelectual**. Brasília: MEC/ SEESP, [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.
- [2] - CARVALHO, RositaEdler. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. 3ªed. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- [3]- FERREIRA, E. C. GUIMARÃES, M. **Educação inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. MANTOAN, M.T.E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.
- [4]- BELISÁRIO FILHO, José Ferreira; CUNHA, Patrícia. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Transtornos Globais do Desenvolvimento**. Brasília: MEC/ SEESP, [Fortaleza]:Universidade Federal do Ceará, 2010.
- [5] -_____. **Marcos Políticos Legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2010.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Código: BAS12

Carga Horária: 40h

GRUPO I - Base comum e conhecimentos pedagógicos

Pré-requisito: S/P

EMENTA

Educação e Trabalho. História da educação profissional no Brasil; A Educação Profissional e Tecnológica no desenvolvimento nacional e inclusão social; Fundamentos legais e

conceituais, princípios, pressupostos políticos teóricos e metodológicos da EPT, Diretrizes da EPT; Organização estrutural da Educação Profissional e Tecnológica; Currículo integrado.

Competências e Habilidades

- Analisar a trajetória histórica da rede de Educação Profissional no Brasil;
- Apreender os fundamentos conceituais, princípios, pressupostos, características e diretrizes da Educação Profissional no Brasil;
- Refletir sobre as mudanças organizacionais e os impactos das inovações tecnológicas na relação educação e trabalho;
- Conhecer as atuais políticas para a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil; Identificar os impactos da Educação Profissional e Tecnológica para a inclusão social;
- Reconhecer a importância e o papel social das instituições de Educação Profissional e Tecnológica no conjunto das políticas de Educação Profissional em curso no país;
- Pesquisar sobre a organização curricular integrada em escolas da rede de educação profissional e tecnológica.

Referências Básicas

- [1] - ALMEIDA, Ivanete Bellucci; BATISTA, Sueli Soares dos Santos (Org.). **Educação Tecnológica: reflexões, teorias e práticas**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.
- [2] - GOMEZ, Carlos Minayo [et. all.]. **Trabalho e Conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- [3] - MANFREDI, Silvia M^a. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

Referências Complementares

- [1] - BRASIL. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Brasília-DF, 1996**.
- [2] - _____. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília-DF, 2008.
- [3] - SANTOS, Jurandir. **Educação Profissional e Práticas de Avaliação**. 2 ed. São Paulo: Editora SENAC, 2010.
- [4] - BRASIL, Ministério da Educação e Cultura: **Educação Profissional: Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico**. Brasília, 2000.
- [5] - _____. PDE / Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: **Um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica: concepção e diretrizes**. Brasília, 2010.

CICLO EXTENSIONISTA 1 – B	
Código: EXT4	Carga Horária: 60h
GRUPO IV – Núcleo extensionista	Pré-requisito: EXT3
EMENTA	
Disciplina destinada à conclusão e avaliação das ações de extensão pelos discentes, nas áreas do Projeto e/ou Programa Institucional, definido pelo docente responsável pela	

disciplina com aval da coordenação do curso. Deve ocorrer ainda etapa de socialização das ações implementadas, e divulgação de resultado e proposta de melhorias.
Competências e Habilidades
• Concluir as ações extensionistas definidas no planejamento, verificando se os objetivos estabelecidos estão sendo alcançados; • Adquirir informações relacionadas à execução e efetividade das ações extensionistas; • Verificar se os objetivos definidos no planejamento foram alcançados; • Reunir e relatar os resultados obtidos no período, e propor possíveis melhorias às ações extensionistas.
Público-Alvo:
Comunidades diversas do entorno do IFPI (tradicionais, quilombolas, indígenas etc.).
Unidades temáticas e objetos de conhecimento/Habilidades previstos pela BNCC a ser desenvolvidos como prática deste componente
Não há.
Referências Básicas
[1] - Plano de Desenvolvimento Institucional/IFPI– PDI (2020-2024). [2]- Plano Nacional de Educação – PNEU (2014-2024), aprovado pela Lei Nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. [3]- Resolução Normativa nº 131/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, DE 25 DE ABRIL DE 2022. Estabelece as Diretrizes para a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).
Referências Complementares
[1] LISBÔA FILHO, Flavi Ferreira. Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/23643/Flavi%20Ferreira%20Lisboa%20Filho%20-%20EXTENS%C3%83O%20UNIVERSIT%C3%81RIA%20-%20Gest%C3%A3o%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20e%20Desenvolvimento%20Regional.pdf?sequence=1&isAllowed=y. [2] NACAGUMA, Simone; STOCO, Sérgio; ASSUMPÇÃO, Raiane P. S (Org.). Política de curricularização da extensão na UNIFESP: caminhos, desafios e construções. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2021. Disponível em: https://pt.scribd.com/book/549075503/Politica-de-curricularizacao-da-extensao-na-UNIFESP-caminhos-desafios-e-construcoes [3] FRUTUOSO, Tomé de Pádua; JULIANI, Douglas Paulesky. Caminhos para curricularização da extensão: ações no Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC. Curitiba: CRV, 2020.

[4] BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/base/o-que>. Acesso em: 09 out. 2022.

[5] NARDI, Roberto (Org.). Pesquisas em ensino de Física. 3. ed. São Paulo: Escrituras, 2004. 166 p.

5º MÓDULO

CÁLCULO III	
Código: ESP14	Carga Horária: 60h
Grupo II - Conteúdo Específico da Área	Pré-requisito: ESP12
EMENTA	
Funções de várias variáveis, derivadas parciais e aplicações, integrais múltiplas e aplicações.	
Competências e Habilidades	
• Apresentar amplamente os conceitos de limites, continuidade e diferenciação de funções de várias variáveis. • Apresentar aplicações à resolução de problemas de extremos e uma introdução ao multiplicador de Lagrange. • Destacar as derivadas parciais e as integrais múltiplas juntamente com aplicações em diversas ciências.	
Unidades temáticas e objetos de conhecimento/Habilidades previstos pela BNCC a ser desenvolvidos como prática deste componente	
Não há.	
Referências Básicas	
[1]- ÁVILA, Geraldo. Cálculo das Funções de Múltiplas Variáveis Vol.3. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006. 244p. ISBN 8521615019. [2]- FLEMMING, Diva Marília; GONÇALVES, Mirian Buss. Cálculo B. 2. ed. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2007. 448p. ISBN 8576051168. [3] - LEITHOLD, Louis. O Cálculo com Geometria Analítica Vol. 2. 3. ed. São Paulo: Harbra, 1994. 490p. ISBN 8529402065.	
Referências Complementares	
[1]- BOULOS, Paulo. Introdução ao Cálculo vol.3. São Paulo: Edgard Bluncher, 2002. 250p. ISBN: 8521202032. [2]- GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. Um curso de cálculo: volume 2. 5. ed. São Paulo: LTC, 2001. 496p. ISBN 852161280X. [3]- GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. Um curso de cálculo: volume 3. 5. ed. São Paulo: LTC, 2002. 380p. ISBN 8521612575. [4]- LORETO, Ana Célia da Costa; LORETO Junior, Armando Pereira; PAGLIARDE, José Emílio. Cálculo 3 - Resumo Teórico e Exercícios. São Paulo: Lctc, 2011. 192p. ISBN 8579420229.	

[5] - SIMMONS, George Finlay. **Cálculo com Geometria Analítica - Vol.2.** São Paulo: Makron, 1987. 832p. ISBN 8534614687.

CÁLCULO NUMÉRICO

Código: EPP15	Carga Horária: 40h
Grupo II - Conteúdo Específico da Área	Pré-requisito: ESP12

EMENTA

Erros, aritmética de ponto flutuante, arredondamento e truncamento, análise de erros nas operações aritméticas de ponto flutuante. Conversão de números nos sistemas decimal e binário. Resolução Numérica de Equações algébricas e transcendentais. Resolução de Sistemas Lineares: métodos diretos e métodos iterativos, convergência e comparação dos métodos; Métodos das aproximações sucessivas e de Newton; Interpolação polinomial: fórmulas de Lagrange e de Newton-Gregory; Ajuste de Curvas: método dos mínimos quadrados; Integração Numérica: Fórmulas de Newton-Cotes; Aplicações.

Competências e Habilidades

- Utilizar adequadamente calculadora e computadores reconhecendo suas limitações e potencialidades.
- Discutir ideias e produzir argumentos convincentes, resolver situações problema, sabendo validar estratégias e resultados, desenvolvendo formas de raciocínio e processos como indução, dedução, analogias e estimativas, e utilizando conceitos e procedimentos matemáticos, bem como instrumentos tecnológicos disponíveis.
- Comunicar-se matematicamente, ou seja, fazendo observações Geografia de aspectos qualitativos e quantitativos da realidade.

Unidades temáticas e objetos de conhecimento/Habilidades previstos pela BNCC a ser desenvolvidos como prática deste componente

- Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem;
- Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional.

Referências Básicas

[1] ARENALES, Selma; DAREZZO, Artur. **Cálculo Numérico:** Aprendizagem com Apoio de Software. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016. 471 p.

[2] - BARROSO, Leônidas Conceição et. al. **Cálculo Numérico:** com Aplicações. 2. ed. São Paulo:Harbra, 1987. 368 p. ISBN 8529400895.

[3] - SPERANDIO, Décio; MENDES, João Teixeira; SILVA, Luiz Henry Monken. **Cálculo Numérico:**Características Geografias e Computacionais. 7. ed. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2003. 354 p. ISBN 8587918745.

Referências Complementares

[1] - FRANCO, Neide Maria Bertoldi. **Cálculo Numérico**. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2007. 520p. ISBN 9788576050872.

[2] - PUGA, Leila Zardo; TÁRCIA, José Henrique Mendes; PAZ, Álvaro Puga. **Cálculo Numérico**. 2. ed. São Paulo: LTC, 2012. 176p. ISBN 8585908157.

[3] - RUGGIERO, Marcia A. Gomes; LOPES, Vera Lucia da Rocha. **Cálculo Numérico: aspectos Teóricos**

e Computacionais. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1996. 410p. ISBN 8534602042.
 [4] - PIRES, Augusto de Abreu. **Cálculo Numérico**: Prática com Algoritmos e Planilhas. São Paulo:Atlas, 2015. 240p. ISBN 8522498814.
 [5] - BURIAN, Reinaldo; LIMA, Antônio Carlos de. **Cálculo Numérico**. São Paulo: LTC, 2007. 180p. ISBN9788521615620.

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS	
Código: BAS13	Carga Horária: 60h + 20h = 80h
GRUPO I - Base comum e conhecimentos pedagógicos	Pré-requisito: BAS11
EMENTA	
A Língua Brasileira de Sinais (Libras), caracterização, leis e decretos. Fundamentos dos aspectos políticos, sociais e linguísticos da Língua de Sinais e sua importância para a comunidade surda. Evolução histórica da educação de surdos. Cultura e identidade surda. Inclusão do aluno surdo na educação básica. Modalidade de educação bilíngue para surdos. Introdução aos aspectos linguísticos da LIBRAS: fonologia, morfologia e sintaxe. Estudo das classes gramaticais em Libras. Vocabulário básico da Libras e sinais específicos para área de formação. Tecnologias e surdez. Estudo da comunidade surda regional..	
Competências e Habilidades	
• Analisar os instrumentos legais que regulamentam a inclusão da pessoa com surdez no atual sistema de ensino público e privado; • Refletir os fundamentos políticos, sociais e linguísticos da Língua de Sinais e sua importância para a afirmação cultural da comunidade surda; • Conhecer a evolução histórica da educação de surdos ao longo dos séculos para contextualizar o ensino atualmente; • Reconhecer a Libras como língua, enfatizando os aspectos culturais e identitários da comunidade surda; • Delinear a inclusão do aluno surdo no ambiente educacional para respeito às diferenças, reconhecimento e valorização da diversidade; • Compreender os aspectos linguísticos introdutórios, seus processos de construção, disseminação e uso da Libras; • Adquirir vocabulário básico da Libras para o estabelecimento de uma comunicação inicial com pessoas surdas; • Expandir o uso da Libras legitimando-a como primeira língua da pessoa surda; • Usar as tecnologias para aprimoramento da prática pedagógica e ampliação da formação cultural e cognoscitiva do estudante surdo; • Desenvolver ações de pesquisa, avaliação, criação e uso de Tecnologias da Informação e Comunicação para a pessoa com surdez. • Adquirir conhecimento interdisciplinar por meio do vocabulário específico da área de formação.	
Unidades temáticas e objetos de conhecimento/Habilidades previstos pela BNCC a ser desenvolvidos como prática deste componente	

Inclusão do aluno surdo na educação básica

- Realizar visita-técnica com vista a compreensão dos contextos socioculturais dos estudantes e dos seus territórios educativos, atentando-se às vivências educacionais, à aprendizagem e à utilização da Libras em situações reais de ensino e de aprendizagem na Educação Básica;
- Relatar experiência sobre estudo de caso desenvolvido em escolas da Educação Básica com alunos surdos, deficientes auditivos e/ou surdocegos;
- Desenvolver projetos interventivos visando a resolução de problemas, o engajamento em processos investigativos de aprendizagem, atividades de mediação e intervenção na realidade escolar do aluno surdo, deficiente auditivo e surdocego;
- Pesquisar, avaliar e catalogar aplicativos, softwares, programas ou outros dispositivos que favoreçam a compreensão básica dos fenômenos e pensamentos da área de conhecimento do curso, verificando suas implicações para os processos de ensino-aprendizagem na educação de pessoas surdas, deficientes auditivas e surdocegas;
- Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação como recurso pedagógico para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens dos alunos surdos, com deficiência auditiva e surdocegos;
- Produzir glossários, em diferentes suportes, para registro do vocabulário específico da área de conhecimento do curso;
- Realizar evento acadêmico, amostra, oficina ou outro que contribua para o diálogo com pesquisadores, professores, alunos e demais atores da sociedade, articulando parcerias intersetoriais que favoreçam o amplo debate sobre a aprendizagem e o pleno desenvolvimento das pessoas surdas, deficientes auditivas e surdocegas;
- Criar estratégias e recursos pedagógicos adaptados que atendam às necessidades educacionais do estudante surdo, deficiente auditivo e surdocego;
- Propor e executar ações de valorização e incentivo às manifestações artísticas e culturais relacionados à comunidade surda e ao povo surdo, tanto locais quanto mundiais.

Referências Básicas

- [1]- BRANDÃO, Flávia. **Dicionário Ilustrado de LIBRAS: Língua Brasileira de Sinais**. Global Editora, 2011.
- [2] - FERNANDES, Eulalia. **Surdez e bilinguismo**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- [3]- GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

Referências Complementares

- [1]- QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua Brasileira de Sinais: Estudos Linguísticos**, Florianópolis, SC: Artmed, 2004.
- [2]- SOUZA, Regina Maria de; SILVESTRE, Nuria; ARANTES, Valeria Amorim. **Educação de surdos: pontos e contrapontos**. 2. ed. São Paulo: Summus, 2007.
- [3]- BRASIL MEC/SEESP. Educação Especial - Língua Brasileira de Sinais (Série Atualidades Pedagógicas). Caderno 3. Brasília/DF. 1997

[4] - KOJIMA, C. K.; SEGALA, S. R. Revista Língua de Sinais. A Imagem do Pensamento. Editora Escala – São Paulo/SP. N.º 02 e 04, 2001

[5]- MOURA, LODI & PEREIRA. Língua de sinais e Educação do Surdo (Série neuropsicológica, v.3). São Paulo /SP – Editora TEC ART, 1993.

ANÁLISE COMBINATÓRIA E PROBABILIDADE	
Código: ESP16	Carga Horária: 60h
Grupo II - Conteúdo Específico da Área	Pré-requisito: ESP3
EMENTA	
Princípios fundamentais de contagem, permutações, arranjos e combinações, aplicações em contagem, os princípios de inclusão-exclusão e da casa dos pombos, Binômio de Newton; Teorema Binomial; Introdução a Teoria de Probabilidade: Espaço amostral e evento; Probabilidade de um evento; Adição de probabilidades; Multiplicação de probabilidades; Aplicações	
Competências e Habilidades	
• Selecionar, organizar e produzir informações relevantes para interpretá-las e avaliá-las cientificamente. • Resolver situações problema, sabendo validar estratégias e resultados, desenvolvendo forma de raciocínio e processos como: intuição, indução, dedução, analogia, estimativa e utilizando conceitos e procedimentos estatísticos. • Dar um raciocínio combinatório, estatístico e probabilístico por meio da exploração de situação de aprendizagem que levem: coletar, organizar, analisar informações, confrontar, interpretar tabelas, gráficos, formular argumentos convincentes, tendo por base a análise de dados organizados em representações Geografias diversas. • Desenvolver a capacidade de investigação e da perseverança na busca de resultados.	
Referências Básicas	
[1]- BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. Estatística Básica. 8. ed. São Paulo: Atual, 2013. 568p. ISBN 8502207997. [2]- CRESPO, Antônio Arnot. Estatística Fácil. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 232p. ISBN 8502081063. [3]- SPIEGEL, Murray Ralph; STEPHENS, Larry J. Estatística. 4. ed. Coleção Shaum São Paulo: Bookman, 2009. 600p. ISBN 8577804615.	
Referências Complementares	
[1]- COSTA, Giovani Glaucio de Oliveira. Curso de Estatística Básica. 2. ed. São Paulo: Ática, 2015. 304p. ISBN 8522498652. [2]- IEZZI, Gelson; HAZZAN, Samuel. Fundamentos de Geografia Elementar Vol. 11: Geografia Comercial, Geografia Financeira, Estatística Descritiva. 9. ed. São Paulo: Atual, 2013. 256p. ISBN 8535717609. [3]- LEVINE, David M. et al. Estatística: Teoria e Aplicações usando o Microsoft® Excel em português. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015. 834 p. ISBN 8521620195.	

[4]- MOORE, David S. **A estatística básica e sua prática**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011. 555 p. ISBN 9788521617907.

[5] - TOLEDO, Geraldo Luciano; OVALLE, Ivo Izidoro. **Estatística básica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 459 p. ISBN 978-85-224-1791-9.

CICLO EXTENSIONISTA 2-A	
Código: EXT5	Carga Horária: 60h
Grupo IV – Núcleo extensionista	Pré-requisito: EXT4
EMENTA	
Disciplina destinada à implantação e execução das ações de extensão pelos discentes, nas áreas do Projeto e/ou Programa Institucional, definido pelo docente responsável pela disciplina com aval da coordenação do curso.	
Competências e Habilidades	
• Promover o desenvolvimento das ações de extensão definidas em planejamento prévio no Projeto e/ou Programa Institucional definido pelo docente responsável pela disciplina; • Realizar o acompanhamento das ações extensionistas definidas no planejamento, verificando se os objetivos estabelecidos estão sendo alcançados.	
Público-Alvo:	
Comunidades diversas do entorno do IFPI (tradicionais, quilombolas, indígenas etc.).	
Unidades temáticas e objetos de conhecimento/Habilidades previstos pela BNCC a ser desenvolvidos como prática deste componente	
Não há.	
Referências Básicas	
[1] - Plano de Desenvolvimento Institucional/IFPI – PDI (2020-2024). [2]- Plano Nacional de Educação – PNEU (2014-2024), aprovado pela Lei Nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. [3]- Resolução Normativa nº 131/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, DE 25 DE ABRIL DE 2022. Estabelece as Diretrizes para a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).	
Referências Complementares	
[1] LISBÔA FILHO, Flavi Ferreira. Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/23643/Flavi%20Ferreira%20Lisboa%20Filho%20-%20EXTENS%C3%83O%20UNIVERSIT%C3%81RIA%20-%20Gest%C3%A3o%2c%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20e%20Desenvolvimento%20Regional.pdf?sequence=1&isAllowed=y.	

[2] NACAGUMA, Simone; STOCO, Sérgio; ASSUMPÇÃO, Raiane P. S (Org.). Política de curricularização da extensão na UNIFESP: caminhos, desafios e construções. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2021. Disponível em: <https://pt.scribd.com/book/549075503/Politica-de-curricularizacao-da-extensao-na-UNIFESP-caminhos-desafios-e-construcoes>

[3] FRUTUOSO, Tomé de Pádua; JULIANI, Douglas Paulesky. Caminhos para curricularização da extensão: ações no Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC. Curitiba: CRV, 2020.

[4] BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/base/o-que>. Acesso em: 09 out. 2022.

[5] NARDI, Roberto (Org.). Pesquisas em ensino de Física. 3. ed. São Paulo: Escrituras, 2004. 166 p.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I

Código: PRA1

Carga Horária: 100 h

GRUPO III - Prática Pedagógica

Pré-requisito: S/P

EMENTA

Orientações e fundamentos do estágio. Imersão no contexto profissional tendo em vista o desenvolvimento de atividades relacionadas à observação e coparticipação em contexto escolar, outros espaços de formação ou ainda em instituições que ofertem os anos finais Ensino Fundamental. Vivência do contexto escolar compreendendo o espaço da sala de aula em particular, com vistas a focalizar questões relacionadas aos aspectos físicos, administrativos e pedagógicos e ao processo de ensino aprendizagem da área de formação do estagiário, visando à preparação da Regência Compartilhada no estágio posterior.

20h – Orientações e fundamentos do estágio: paradigmas, processos e elementos da Formação Profissional; Normas regulamentadoras do estágio. Pesquisa em Ensino de Ciências, Geografia e Informática e produção de conhecimento sobre a prática docente. Análise de conteúdos, de propostas curriculares, metodologia, avaliações, livros-texto e planejamentos das modalidades do Ensino Fundamental II da área de Ciências, Geografia e Informática. Orientação para a elaboração do instrumento de avaliação da Prática profissional I.

60h – Observação de estrutura física e material, espaços coletivos, gestão administrativa e pedagógica, projeto político pedagógico e regimento escolar, colegiados e planejamentos. Práticas de observação sobre temas diversos: Planejamento, execução e avaliação de estratégias didáticas, metodologias e outros. Observação e análise da prática docente/regência no ensino fundamental do 6º ao 9º ano e co-participação. Observação com visitas a indicações de seu objeto de estudo para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

20h – Organização e estruturação do instrumento avaliação de formação profissional: Diário de bordo. Socialização das experiências vivenciadas no Estágio Supervisionado a partir da sistematização de análise individual e coletiva.

Competências e Habilidades

- Desenvolver um saber da experiência teorizado que permita: analisar situações; analisar-se na situação; avaliar as estratégias desenvolvidas; apontando ferramentas inovadoras da prática docente.
- Utilizar diferentes fontes e veículos de informação, adotando uma atitude de disponibilidade e flexibilidade para mudanças, e fomento pela produção escrita como instrumento de desenvolvimento profissional;
- Considerar seus conhecimentos prévios sobre a realidade para compreender o contexto e as relações em que está inserida a prática educativa;
- Refletir sobre a organização e gestão da escola para uma inserção profissional crítica;
- Planejar seu roteiro de observação e co-participação otimizando sua inserção no ambiente escolar;
- Analisar situações e relações interpessoais que ocorrem na escola, considerando algum aporte teórico necessário à compreensão para o exercício docente;
- Analisar diretrizes curriculares para o Ensino Fundamental para produção de registros crítico-reflexivo do aprendizado profissional;
- Trabalhar de forma cooperativa, interagindo com as equipes e valorizando a diversidade nos grupos;
- Adotar uma atitude de disponibilidade e flexibilidade para a pesquisa de diversas formas de ensinar e aprender utilizando diferentes fontes e veículos de informação;
- Analisar documentos para produção de registros crítico-reflexivo do aprendizado profissional;
- Identificar aspectos críticos da prática profissional relacionando-os com o conhecimento pedagógico e específicos para análise coletiva.
- Indicar possíveis objetos de estudo para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);
- Sistematizar as experiências vivenciadas no Estágio Supervisionado por meio da socialização da análise individual e coletiva.

Referências Básicas

- [1]- GHEDIN, Evandro; OLIVEIRA, Elisangela S. de; ALMEIDA, Whasgthon A. de. **Estágio com Pesquisa**. São Paulo: Cortez, 2015.
- [2]- PICONEZ, Stela C. B. (coord.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 24. ed. São Paulo: Papirus, 2012.
- [3] - PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Referências Complementares

- [1] - CARVALHO, Mercedes. **Estágio na Licenciatura em Geografia: observações nos anos iniciais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

- [2]- LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Aprendizagem da profissão docente**. Brasília: Liber Livro, 2012.
- [3]- SILVESTRE, Magali Aparecida; VALENTE, Wagner Rodrigues. **Professores em Residência Pedagógica: estágio para ensinar Geografia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- [4]- SILVESTRE, Magali Aparecida; VALENTE, Wagner Rodrigues. **Professores em Residência Pedagógica: estágio para ensinar Geografia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- [5]- MARTINS, Gilberto de Andrade; LINTZ, Alexandre. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso**. 2a ed. São Paulo: Atlas, 2007. 118p. 2 reimp. 2009.

6º MÓDULO

EQUAÇÕES DIFERENCIAIS ORDINÁRIAS	
Código: ESP17	Carga Horária: 60h
Grupo II - Conteúdo Específico da Área	Pré-requisito:ESP14
EMENTA	
Introdução às equações diferenciais (definição de uma equação diferencial, classificação pelo Tipo, Ordem, Grau e Linearidade), terminologia, e alguns modelos matemáticos (Lei do resfriamento de Newton, resfriamento de um corpo, Crescimento populacional e outros). Equações Diferenciais de primeira ordem: variáveis separáveis, equações homogêneas, equações exatas, equações lineares, equações de Bernoulli, Ricatti, e Clairaut. Equações Diferenciais de ordem superior: teoria preliminar e do valor inicial, soluções para equações lineares Homogêneas e não-homogêneas de coeficientes constantes - Método das equações características, teoremas da superposição, método dos coeficientes a determinar e método da variação dos parâmetros. Aplicações das EDO's de 2ª ordem (por exemplo em circuitos elétricos).	
Competências e Habilidades	
• Desenvolver técnicas de resoluções de problemas que possam ser expressas como taxas de variação. • Analisar os métodos de resolução de equações diferenciais, relacionando-os e aplicando-os em problemas ligados a outras ciências. • Fazer e validar conjecturas, experimentando, recorrendo a modelos matemáticos contextualizados.	
Referências Básicas	
[1]- BOYCE, William Edward. Equações Diferenciais Elementares e Problemas de Valores de Contorno. 10. ed. São Paulo: LTC, 2015. 640p. ISBN 8521627351. [2]- SIMMONS, George; KRANTZ, Steven G. Equações diferenciais: teoria, técnica e prática. São Paulo: Mcgraw Hill, 2008. 529p. ISBN 9788586804649 [3] - Rodney C. Bassanezi .Temas & Modelos Ed. 2004.	

Referências Complementares
[1]- FIGUEIREDO, Djairo Guedes de; Aloisio F. Neves. Equações Diferenciais Aplicadas . 3. ed. Rio de Janeiro: IMPA, 2012. 307p. ISBN 9788524402821.
[2] - FLEMMING, Diva Marília; GONÇALVES, Mirian Buss. Cálculo B . 2.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall , 2007. 435p. ISBN 9788576051169.
[3]- SIMMONS, George; KRANTZ, Steven G. Equações diferenciais: teoria, técnica e prática . São Paulo: Mcgraw Hill, 2008. 529p. ISBN 9788586804649.
[4]- LEITHOLD, Louis. O cálculo com geometria analítica: volume 2 . 3.ed. São Paulo: Harbra, 1994. ISBN 8529402065.
[5] - ZILL, Dennis G. Equações diferenciais com aplicações em modelagem . São Paulo: Cengage, 2012. 410p. ISBN 9788522110599.

ESTATÍSTICA APLICADA AO ENSINO	
Código: ESP18	Carga Horária: 40h
Grupo II - Conteúdo Específico da Área	Pré-requisito: ESP3
EMENTA	
Introdução à Estatística descritiva; Teste de Hipóteses; Estatística Não Paramétrica; Planejamento Experimental ; Aplicações na área de ensino	
Competências e Habilidades	
• Propiciar ao professor oriundo dos cursos de Licenciatura a oportunidade de aplicar o ferramental estatístico para o desenvolvimento de pesquisa; • auxiliar o ensino de Geografia, bem como apresentar a importância da estatística para a análise do desempenho educacional.	
Referências Básicas	
[1] - BUSSAB, W.O. & MORETTIN, P.A. Estatística básica . 4a ed., Atual Editora, S.P., 1993. [2]- DEVORE, J. L. Probabilidade e Estatística para Engenharia e Ciências . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006, 692p. [3]- SPIEGEL, Murray R. Probabilidade e Estatística . São Paulo: McGraw-Hill – Coleção Schaum, 1978. [4]- LARSON, Ron; FARBER, Betsy. Estatística aplicada . 2.ed. São Paulo: Pearson Pretice Hall, 2004. [5] - MEYER, P.L. Probabilidade, aplicações a estatística . Rio de Janeiro: ENCE/IBGE, 1984.	
Referências Complementares	
[1]- SIMON, J. Fonseca. Curso de Estatística . 5ª Edição. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1995. [2] - TRIOLA, M.F. Introdução à estatística . 7ª edição. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1998 [3] - COSTA, Giovani Glaucio de Oliveira. Curso de Estatística Básica . 2. ed. São Paulo: Ática, 2015. 304p. ISBN 8522498652 [4]- MORETTIN, LUIZ GONZAGA . Estatística básica: probabilidade e inferência . SãoPaulo: Pearson, 2010	

[5] - LEVINE, David M. et al. Estatística: Teoria e Aplicações usando o Microsoft® Excel em português. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015. 834 p. ISBN 8521620195

METODOLOGIA DO ENSINO DE GEOGRAFIA

Código: ESP19	Carga Horária: 40h
GRUPO I - Base comum e conhecimentos pedagógicos	Pré-requisito: S/P

EMENTA

A evolução do ensino da Geografia no Brasil. Geografia Moderna. Estrutura do conhecimento matemático. Perspectivas e dificuldades na Educação Básica. Aspectos de conteúdos e metodologias para o ensino de Geografia na Educação Básica. Tendências pedagógicas do ensino da Geografia: Resolução de Problemas, EtnoGeografia, História da Geografia, Modelagem Geografia, Jogos, Informática, Investigação. Propostas curriculares oficiais.

Competências e Habilidades

- Refletir, discutir e problematizar temas e questões fundamentais da Educação Geografia, proporcionando aos futuros professores de Geografia instrumentos conceituais fundamentais da didática dessa disciplina.
- Analisar a situação atual do ensino de Geografia na Educação Básica, recorrendo ao histórico do ensino dessa área do conhecimento nas escolas brasileiras.
- Analisar orientações e propostas curriculares para o ensino de Geografia.

Referências Básicas

- [1]- CARVALHO, Dione Lucchesi de. **Metodologia do Ensino da Geografia**. São Paulo:Cortez, 2009.
- [2] - D' AMBROSIO, Ubiratan. **EtnoGeografia: elo entre as tradições e a modernidade**. 4. ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2011.
- [3]- HEIN, Maria Salett Biembengut Nelson. **Modelagem Geografia no Ensino**. São Paulo: Contexto, 2000.

Referências Complementares

- [1]- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Geografia** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- [2]- MALHEIROS, Ana Paula dos Santos; MEYER, João Frederico da Costa de A.; CALDEIRA, Ademir Donizeti. **Modelagem em Educação Geografia**. 3. ed. São Paulo: Autêntica, s/d.
- [3]- ANTUNES, C. **Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- [4]- MUNIZ, Cristiano Alberto. Brincar e jogar: enlaces teóricos e metodológicos no campo da educação Geografia. São Paulo: Autêntica, 2010.
- [5] - POLYA, G. A arte de resolver problemas. 2.ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2006.

MODELAGEM GEOGRAFIA E RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS

Código: ESP20	Carga Horária: 60h
Grupo II - Conteúdo Específico da Área	Pré-requisito: ESP2/ESP3
EMENTA	
Definições de modelo, modelo matemático e modelagem; Fases do trabalho de modelagem Geografia; Utilização de modelos matemáticos e exemplos introdutórios; Características desejáveis de um modelo; Modelagem Geografia no contexto científico; Técnicas de modelagem. A modelagem Geografia como estratégia de ensino.	
Competências e Habilidades	
• Identificar, analisar e aplicar conhecimento sobre valores de variáveis, representados em gráficos, diagramas ou expressões algébricas, realizando previsão de tendências, extrapolações e interpolações e interpretações. • Desenvolver capacidades como: observação, estabelecimento de relações, comunicação, argumentação e validação de processos e estímulo às formas de raciocínio como intuição, indução, dedução, analogia, estimativa. • Desenvolver a capacidade de escrever matematicamente um problema apresentado de forma contextualizada, a fim de que se possa empregar as ferramentas da Geografia para a sua resolução. • Relacionar esquemas de ações cotidianas, princípios e conceitos matemáticos. • Dar compreensão ao discurso matemático, isto é, à atribuição e apreensão de significados. • Entender e aplicar a modelagem Geografia como ferramenta pedagógica no ensino de Geografia.	
Referências Básicas	
[1]- ALMEIDA, Lourdes Werle de; SILVA, Karina Pessoa de; VERTUAN, Rodolfo Eduardo. Modelagem Geografia na Educação Básica. São Paulo: Contexto, 2012. 160p. ISBN 8572446974. [2]- BASSANEZI, Rodney Carlos. Ensino-Aprendizagem com Modelagem Geografia. São Paulo: Contexto, 2010. 389p. ISBN 8572442073. [3] - BIEMBENGUT, Maria Salett; HEIN, Nelson. Modelagem Geografia no Ensino. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2003. 127p. ISBN 9788572441360.	
Referências Complementares	
[1]- CALDEIRA, Ademir Donizeti; MEYER, João Frederico da Costa Azevedo; MALHEIROS, Ana Paula dos Santos. Modelagem em Educação Geografia. Coleção Tendências em Educação Geografia. São Paulo: Autêntica, 2011. 144p. ISBN 8575265903. [2]- ALMEIDA, Lourdes Maria Werle de; SILVA, Karina Alessandra Pessoa da. Modelagem Geografia em Foco. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2014. 216p. ISBN 8539905337. [3]- RIBEIRO, Flavia Dias. Jogos e Modelagem na Educação Geografia. Curitiba: IBPEX, 2012. 124p. ISBN 8582122772. [4]- ZILL, Dennis G. Equações Diferenciais com Aplicações em Modelagem 9. ed. São Paulo: Cengage, 2011. 448p. ISBN 852211059X. [5] - PEREIRA, Rudolph dos Santos Gomes; SANTOS JÚNIOR, Guataçara dos. Modelagem Geografia e o ensino de ajustes funções: um caderno pedagógico. Bolema: Boletim	

de Educação Geografia= Bolema: Mathematics Education Bulletin, Rio Claro, v.27,n.46 , p. 531-546, ago. 2013.

[6] - BASSANEZI, Rodney Carlos. **Modelagem Geografia: Teoria e Prática**. São Paulo: Contexto, 2015. 240p. ISBN 8572448934.

INSTRUMENTAÇÃO DO ENSINO DE GEOGRAFIA I

Código: ESP21

Carga Horária: 40h

GRUPO III - Prática Pedagógica

Pré-requisito: S/P

EMENTA

Caracterização do Ensino de Geografia no Ensino Fundamental II. Diretrizes curriculares para o ensino de Geografia no Ensino Fundamental II. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Eixos articuladores: número e operações, forma e espaço, grandezas e medidas, tratamento da informação. Estratégias metodológicas para o Ensino da Aritmética, da Geometria e da Álgebra. Experimentos, modelos, vídeos, jogos e softwares educativos. Elaboração de materiais didáticos. Elaboração e formas de avaliação.

Competências e Habilidades

- Definir objetivos, conteúdos, métodos e processos de avaliação para a disciplina de Geografia no Ensino Fundamental, conforme PCNs.
- Compreender o papel da instrumentação e experimentação para o ensino de Geografia. Entender a importância da organização, do funcionamento do laboratório de Geografia. Construir materiais considerando a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. Entender os limites e potencialidades envolvidas na instrumentação para o ensino de Geografia.
- Elaborar materiais alternativos para o ensino da Aritmética, da Geometria e da Álgebra.

Referências Básicas

- [1]- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia**. Brasília: MEC/SEF, 2001.
- [2] - CARVALHO, Dione L. Metodologia do ensino da Geografia. São Paulo: Cortez, 1990
- [3]- CARRAHER, Terezinha N. , SCHLIEMANN, Ana Lúcia D. Álgebra na feira? In: CARRAHER, TEREZINHA, SCHLIEMANN, ANA LÚCIA, CARRAHER, DAVID. Na vida dez ,na escola zero. 10.ed. São Paulo: Cortez editora, 1995. Capítulo 7, p. 127-141.

Referências Complementares

- [1] - BUSQUETS. M. et al. **Temas Transversais em Educação**. São Paulo: Ática, 1998.
- [2] - Livros didáticos de Geografia para o Nível Fundamental
- [3] - Revista Educação Geografia. São Paulo: Editora Módulos
- [4] - Revista Método. São Paulo: Atual Editora
- [5] - Revista do professor de Geografia. São Paulo: SBM

CICLO EXTENSIONISTA 2 – B

Código: EXT6

Carga Horária: 60h

GRUPO IV – Núcleo extensionista	Pré-requisito: EXT5
EMENTA	
Disciplina destinada à conclusão e avaliação das ações de extensão pelos discentes, nas áreas do Projeto e/ou Programa Institucional, definido pelo docente responsável pela disciplina com aval da coordenação do curso. Deve ocorrer ainda etapa de socialização das ações implementadas, e divulgação de resultado e proposta de melhorias.	
Competências e Habilidades	
• Concluir as ações extensionistas definidas no planejamento, verificando se os objetivos estabelecidos estão sendo alcançados; • Adquirir informações relacionadas à execução e efetividade das ações extensionistas; • Verificar se os objetivos definidos no planejamento foram alcançados; • Reunir e relatar os resultados obtidos no período, e propor possíveis melhorias às ações extensionistas.	
Público-Alvo:	
Comunidades diversas do entorno do IFPI (tradicionais, quilombolas, indígenas etc.).	
Unidades temáticas e objetos de conhecimento/Habilidades previstos pela BNCC a ser desenvolvidos como prática deste componente	
Não há.	
Referências Básicas	
[1] - Plano de Desenvolvimento Institucional/IFPI– PDI (2020-2024). [2]- Plano Nacional de Educação – PNEU (2014-2024), aprovado pela Lei Nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. [3]- Resolução Normativa nº 131/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, DE 25 DE ABRIL DE 2022. Estabelece as Diretrizes para a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).	
Referências Complementares	
[1] LISBÔA FILHO, Flavi Ferreira. Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/23643/Flavi%20Ferreira%20Lisboa%20Filho%20-%20EXTENS%C3%83O%20UNIVERSIT%C3%81RIA%20-%20Gest%C3%A3o%2c%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20e%20Desenvolvimento%20Regional.pdf?sequence=1&isAllowed=y. [2] NACAGUMA, Simone; STOCO, Sérgio; ASSUMPÇÃO, Raiane P. S (Org.). Política de curricularização da extensão na UNIFESP: caminhos, desafios e construções. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2021. Disponível	

em: <https://pt.scribd.com/book/549075503/Politica-de-curricularizacao-da-extensao-na-UNIFESP-caminhos-desafios-e-construcoes>

[3] FRUTUOSO, Tomé de Pádua; JULIANI, Douglas Paulesky. Caminhos para curricularização da extensão: ações no Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC. Curitiba: CRV, 2020.

[4] BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/base/o-que>. Acesso em: 09 out. 2022.

[5] NARDI, Roberto (Org.). Pesquisas em ensino de Física. 3. ed. São Paulo: Escrituras, 2004. 166 p.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

Código: PRA2

Carga Horária: 100h

GRUPO III - Prática Pedagógica

Pré-requisito: PRA I

EMENTA

Orientações e fundamentos do estágio. Vivência do contexto profissional em contexto escolar, outros espaços de formação ou ainda em instituições que ofertem o Ensino Fundamental nos anos finais, tendo em vista o desenvolvimento de atividades relacionadas à Observação para conhecimento da turma e preparação para a Regência Compartilhada propriamente dita, envolvendo Planejamento, Execução e Avaliação de atividades inerentes ao curso, modalidade e nível de ensino da turma escolhida.

20h – Elementos da Prática. Planejamento participativo da ação pedagógica no Ensino Fundamental II: Contextualização curricular. Metodologias de ensino, Instrumentos avaliativos e Micro aulas.

Flexibilização dos planos em função das aprendizagens dos alunos. Análise de Livros-textos. Diferentes meios de construção do conhecimento e integração de tecnologias. Orientação para a elaboração do instrumento de avaliação: Relatório Reflexivo.

60h – Regência compartilhada em escolas públicas e privadas de Ensino Fundamental II. Diferentes meios de ensinar e aprender. Integração dos diferentes tipos de tecnologias no processo de ensino- aprendizagem. Observação e regência com visitas à indicações de seu objeto de estudo para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Promoção e/ou participação de trabalhos em equipes e de exposições à comunidade.

20h – Organização e estruturação do instrumento de formação profissional: Relatório reflexivo.

Socialização das experiências do estágio supervisionado II a partir da sistematização e análise individual e coletiva.

Competências e Habilidades

- Adotar uma atitude de disponibilidade e flexibilidade para pesquisar, bem como aplicar diversas formas de ensinar utilizando diferentes fontes e veículos de informação;

- Utilizar os conteúdos básicos relacionados aos temas em estudo que serão objeto da atividade docente, adequando-os às atividades escolares próprias do Ensino Fundamental II;
- Relacionar os conteúdos básicos das áreas de conhecimento com:
- Fatos, tendências, fenômenos ou movimentos da atualidade;
- atos significativos da vida pessoal, social e profissional dos alunos;
- Desenvolver situações didáticas que possibilitem a aprendizagem dos alunos através da utilização dos conhecimentos das áreas a serem ensinadas considerando as especificidades envolvidas;
- Planejar e simular situações didáticas;
- Gerir a classe, a organização do trabalho, estabelecendo uma relação de acolhimento, autonomia e confiança com os discentes;
- Utilizar estratégias diversificadas de avaliação da aprendizagem e, a partir de seus resultados, formularem propostas de intervenção pedagógica, considerando o desenvolvimento dos estudantes.
- Analisar materiais e recursos para utilização didática, possibilitando diversificar as possíveis atividades em diferentes situações;
- Intervir nas situações educativas com sensibilidade, acolhimento e afirmação responsável; Indicar possíveis objetos de estudo para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);
- Sistematizar as experiências vivenciadas no Estágio Supervisionado para socialização da análise individual e coletiva.

Referências Básicas

- [1]- GHEDIN, Evandro; OLIVEIRA, Elisangela S. de; ALMEIDA, Whasgthon A. de. **Estágio com Pesquisa**. São Paulo: Cortez, 2015.
- [2]- CARVALHO, Anna M. P. de. **Os estágios nos cursos de Licenciatura**. Coleção Ideias em Ação. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- [3] - PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Referências Complementares

- [1]- PICONEZ, Stela C. B. (coord.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 24. ed. São Paulo: Papirus, 2012.
- [2]- LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Aprendizagem da profissão docente**. Brasília: Liber Livro, 2012.
- [3]- SILVESTRE, Magali Aparecida; VALENTE, Wagner Rodrigues. **Professores em Residência Pedagógica: estágio para ensinar Geografia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- [4]- CARVALHO, Mercedes. **Estágio na Licenciatura em Geografia: observações nos anos iniciais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- [5]- GARCEZ, Edna Sheron da Costa (et all). **O Estágio Supervisionado em Química: possibilidades de vivência e responsabilidade com o exercício da docência**. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/alexandria/article/view/37740>>

7º MÓDULO

INSTRUMENTAÇÃO PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA II	
Código: ESP22	Carga Horária: 40h
GRUPO III - Prática Pedagógica	Pré-requisito: S/P
EMENTA	
Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio. Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio. Caracterização do Ensino de Geografia no Ensino Médio. Estratégias metodológicas para o ensino dos conteúdos de Geografia, experimentos, modelos, vídeos, jogos e softwares educativos. Elaboração de materiais didáticos. Elaboração e formas de avaliação.	
Competências e Habilidades	
• Definir objetivos, conteúdos, métodos e processos de avaliação para a disciplina de Geografia as no Ensino Médio, conforme PCNs. • Compreender o papel da instrumentação e experimentação para o ensino de Geografia. Entender a importância da organização, do funcionamento do laboratório de Geografia. Construir materiais considerando a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. Entender os limites e potencialidades envolvidas na instrumentação para o ensino de Geografia. • Elaborar materiais alternativos para o ensino de Geografia no Ensino Médio.	
Referências Básicas	
[1]- BRASIL, SEB, MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio: Ciências da Natureza, Geografia e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação – Secretaria da Educação Básica. Brasília, 1999. [2]- BRASIL. Secretaria de Educação Básica. PCN + Ensino Médio – Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências da Natureza, Geografia e suas Tecnologias. Brasília: MEC, 2008. [3] - PONTE, João Pedro da. <i>Gestão curricular em Geografia: o professor e o desenvolvimento curricular</i>, 2005.	
Referências Complementares	
[1]- LORENZATO, S. (org.) O laboratório de Ensino de Geografia na Formação de Professores. Campinas: Autores Associados, 2006. [2]- D'AMBROSIO, Ubiratan. <i>EtnoGeografia: elo entre as tradições e a modernidade</i>. São Paulo: Autêntica, 2002 [3]- PEREZ, Geraldo. A realidade sobre o Ensino da Geometria no 1º e 2º graus, no Estado de São Paulo. A Educação Geografia em revista, Geometria, Blumenau, n. 4, p. 54-62, 1º semestre, 1995. [4]- PIMENTA, Selma Garrido & GONÇALVES, Carlos Luiz. <i>Reverso o ensino de 2º grau; propondo a formação de professores</i>. São Paulo: Cortez, 1990.	

[5] - CARRAHER, Terezinha N. , SCHLIEMANN, Ana Lúcia D. Álgebra na feira? In: CARRAHER, TEREZINHA, SCHLIEMANN, ANA LÚCIA, CARRAHER, DAVID. Na vida dez ,na escola zero. 10.ed. São Paulo: Cortez editora, 1995. Capítulo 7, p. 127-14

ESTRUTURAS ALGÉBRICAS	
Código: ESP23	Carga Horária: 40h
Grupo II - Conteúdo Específico da Área	Pré-requisito: ESP3
EMENTA	
Grupos e Subgrupos; Homomorfismo e Isomorfismo; Anéis; Ideais e Corpos e Anel dos Polinômios.	
Competências e Habilidades	
• Reconhecer que as representações algébricas permitem generalizações sobre propriedades aritméticas. • Fazer e validar conjecturas, experimentos, recorrendo a modelos, esboço, fato conhecido, relações e propriedade. • Demonstrar algumas propriedades de grupos e anéis. • Compreender o significado de grupos (e anéis) homomorfos e isomorfos. Reconhecer as características de um anel. • Compreender ideais em um anel comutativo. Reconhecer anéis quocientes. • Identificar ordem em um anel de integridade. Reconhecer anéis de polinômios. • Ver como estruturas algébricas são modelos computacionais de vários tipos.	
Referências Básicas	
[1]- DOMINGUES, Higinio Hugueros; IEZZI, Gelson. Álgebra moderna. 4. ed. São Paulo: Atual, 2003. 400p. ISBN 8535704019. [2]- HEFEZ, Abramo. Curso de Álgebra volume 1. 5. ed. Rio de Janeiro: IMPA, 2014. 214p. ISBN 9788524400797. [3] - GONÇALVES, A. Introdução à Álgebra. 5. ed. Projeto Euclides. Rio de Janeiro: IMPA, 2011. 194p. ISBN 9788524401084.	
Referências Complementares	
[1]- FEITOSA, H. A., NASCIMENTO, M. C. e ALFONSO, A. B. Teoria dos Conjuntos: Sobre a Fundamentação Geografia e a Construção de Conjuntos Numéricos. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011. 275p. ISBN 8539900008. [2]- ZAHN, Mauricio. Introdução á Álgebra. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2013. 160p. ISBN 8539902893. [3]- SHOKRANIAN, Salahoddin. Álgebra 1. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010. 296p. ISBN 8573939516. [4]- DE MAIO, Waldemar. Álgebra - Estruturas Algébricas Básicas e Fundamentos da Teoria dos Números. Coleção Fundamentos de Geografia. Rio de Janeiro: LTC, 2007. 300p. ISBN 8521615272. [5]- DE MAIO, Waldemar. Álgebra - Estruturas Algébricas e Geografia Discreta. Coleção Fundamentos de Geografia. Rio de Janeiro: LTC, 2009. 364p. ISBN 8521617054.	

ÁLGEBRA LINEAR	
Código: ESP24	Carga Horária: 40h
Grupo II - Conteúdo Específico da Área	Pré-requisito: ESP3/ESP6
EMENTA	
Espaços vetoriais. Base e dimensão. Transformações lineares. Diagonalização de Operadores, Espaço como produto interno. Autovalores e autovetores. Formas quadráticas.	
Competências e Habilidades	
• Resolver situações problemas por meio de equações e sistemas de equações lineares. • Desenvolver a capacidade de investigação e da perseverança na busca de resultados valorizando o uso de estratégias e verificação de controle de resultados. • Manter e desenvolver, durante todo o curso, uma base geometricamente intuitiva. • Descrever geometricamente um teorema e fazer alguns exemplos que levem a uma melhor compreensão de sua demonstração formal. • Compreender e utilizar o conhecimento introdutório de álgebra linear nas aplicações concretas que aparecem frequentemente em outras ciências.	
Referências Básicas	
[1]- LIMA, Elon Lages. Álgebra Linear. 7. ed. Coleção Geografia Universitária. Rio de Janeiro: Impa, 2011. 357p. ISBN 9788524400896. [2]- LIPSCHUTZ, Seymour; LIPSON, Marc. Álgebra linear. 4. ed. Coleção Schaum. São Paulo: Bookman, 2011. 432p. ISBN 8577808335. [3] - STEINBRUCH, Alfredo; WINTERLE, Paulo. Álgebra linear. 2. ed. São Paulo: Makron, 1987. 584p. ISBN 0074504126.	
Referências Complementares	
[1]- ARAÚJO, Thelmo de. Álgebra Linear: Teoria e Aplicações. Coleção Textos Universitários. Rio de Janeiro: SBM, 2014. 347p. ISBN 9788583370253. [2]- BOLDRINI, Jose Luiz; [et. al]. Álgebra Linear. 3. ed. São Paulo: Harbra, 1986. 412p. ISBN 8529402022. [3]- LAY, David C. Álgebra linear e suas aplicações. 4. ed. São Paulo: LTC, 2013. 470p. ISBN 8521622090. [4]- LIMA, Elon Lages. Geometria Analítica e Álgebra Linear. 2. ed. Coleção Geografia Universitária. Rio de Janeiro: IMPA, 2015. 324p. ISBN 9788524401855. [5] - TEIXEIRA, Ralph Costa. Álgebra Linear: Exercícios e Soluções. 3. ed. Coleção Geografia Universitária. Rio de Janeiro: IMPA, 2012. 438p. ISBN 9788524402845.	

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
Código: BAS14	Carga Horária: 40h +20h = 60h
GRUPO I - Base comum e conhecimentos pedagógicos	Pré-requisito: S/P
EMENTA	

Trajetória da avaliação nos aspectos legais: Lei nº 4.024/61; Lei nº 5.692/71 e na Lei 9.394/96. Pressupostos axiológicos, ontológicos, epistemológicos e metodológicos da avaliação da aprendizagem. Avaliação da Aprendizagem a partir da BNCC. A avaliação da aprendizagem no Projeto Político Pedagógico da Escola. A avaliação como parte integrante do processo de ensino e aprendizagem. O planejamento docente e as várias formas de avaliar a aprendizagem na Educação Básica. Critérios e instrumentos para a avaliação da aprendizagem na Educação Básica. Autoavaliação: Conceitos Básicos, Funções, Finalidades e Características. Avaliação da aprendizagem no contexto da Avaliação Interna e Externa no Sistema Escolar Brasileiro.

Competências e Habilidades

- Identificar numa perspectiva crítica e reflexiva, as prioridades avaliativas ao longo das políticas educacionais brasileiras;
- Analisar os pressupostos axiológicos, ontológicos, epistemológicos e metodológicos da Avaliação da Aprendizagem;
- Conhecer métodos de avaliação para análise e acompanhamento do processo de aprendizagem dos estudantes e utilização desses resultados para retroalimentar a prática pedagógica;
- Demonstrar conhecimentos para a elaboração e implementação de avaliação em situações reais de aprendizagem;
- Estudar referências teóricas que possibilitem formular diferentes propostas de avaliação da aprendizagem: diagnóstica, formativa e somativa;
- Elaborar diferentes instrumentos e estratégias de avaliação da aprendizagem, considerando para sua aplicação a heterogeneidade dos(as) estudantes;
- Compreender a elaboração e aplicação dos procedimentos de avaliação como forma de garantia efetiva dos processos de aprendizagem e de recuperação contínua dos(as) estudantes;
- Entender a importância da escolha de critérios avaliativos, observando as prioridades que devem ser dadas à aprendizagem e ao pleno desenvolvimento do(a) estudante;
- Engajar-se profissional e coletivamente na construção de conhecimentos a partir da área de atuação docente para melhoria da dinâmica da sala de aula, do ensino e aprendizagem de todos(as) os(as) estudantes;
- Utilizar a autoavaliação para a compreensão dos potenciais, interesses e necessidades formativas e de aprendizagens dos(as) estudantes, a fim de alcançar os objetivos de sua atuação profissional;
- Utilizar o Portfólio como instrumento para a autoavaliação e obtenção de feedback para reorganização do trabalho docente;
- Desenvolver conhecimentos que possam contribuir para o planejamento e elaboração da avaliação da aprendizagem no Projeto Político Pedagógico da escola;
- Promover pesquisas para análise dos critérios de avaliação da aprendizagem presentes em propostas pedagógicas locais no âmbito municipal e estadual para a Educação Básica e em sua área de atuação;

• Compreender as diferentes formas de avaliação da aprendizagem, considerando sua relação com o cotidiano do(a) estudante. • Identificar as mudanças e impactos promovidos pela aferição dos resultados das avaliações externas no âmbito local e/ou regional através de pesquisas e momentos de discussão; • Refletir sobre os exames oficiais desenvolvidos pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb.
Unidades temáticas e objetos de conhecimento/Habilidades previstos pela BNCC a ser desenvolvidos como prática deste componente
Não há.
Referências Básicas
[1]- QUEIROZ, Tânia Dias; GODOY, Célia. Avaliação nossa de cada dia: guia prático de avaliação. São Paulo: Rideel, 2006. 311 p. ISBN 978-85-339-0852-9 [2] - LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011. [3]- PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens - entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 2007.
Referências Complementares
[1] - DEMO, Pedro. Avaliação qualitativa. Campinas. São Paulo: Autores Associados, 2008. [2]- FERNANDES, Domingos. Avaliar para aprender: fundamentos, práticas e políticas. São Paulo: Editora UNESP, 2009. [3]- GREANEY, Vincent; KELLOGHAN, Thomas. O uso dos Resultados da Avaliação do Aproveitamento Escolar. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2010. [4]- HOFFMANN, Jussara. Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista. 34.ed. Porto Alegre: Mediação, 2003. [5] - LUCK, Heloísa. Perspectivas da Avaliação Institucional da Escola. Petrópolis: Vozes, 2012.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	
Código: ESP25	Carga Horária: 40h +20h = 60h
GRUPO II - Conteúdo Específico da Área	Pré-requisito: S/P
EMENTA	
Pesquisa em ensino na licenciatura de Geografia. Aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa científica. Métodos quantitativos e qualitativos. Definição e delimitação da pesquisa. Orientações para elaboração e execução do projeto de Trabalho de Conclusão de Curso.	
Competências e Habilidades	
• Redigir e qualificar um projeto de pesquisa científica atendendo aos padrões da metodologia científica e a normatização da ABNT, o Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos do IFPI, e as normas constantes no regulamento do núcleo de trabalho de conclusão de curso.	

Unidades temáticas e objetos de conhecimento/Habilidades previstos pela BNCC a ser desenvolvidos como prática deste componente
Não há.
Referências Básicas
[1] ANDRADE, M. M. de. Redação científica: elaboração do TCC passo a passo. São Paulo: Factash, 2007. [2] CASTRO, Cláudio de Moura. A prática da pesquisa. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. [3] SANTOS, Clóvis Roberto dos. Trabalho de conclusão de curso (TCC): guia de elaboração passo a passo. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
Referências Complementares
[1]- ANDRADE, M. M. de. Redação Científica: elaboração do TCC passo a passo. São Paulo: Factash, 2007. [2]- FERRAREZI JUNIOR, Celso. Guia do Trabalho Científico: do projeto à redação final: Monografia, Dissertação e Tese. São Paulo: Contexto, 2011. [3] - KAHLMEYER-MERTENS, Roberto S. et. al. Como elaborar projetos de pesquisa: linguagem e método. Rio de Janeiro: FGV, 2007. [4]- MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009. [5] - SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 2002.

EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS AFRO-DIASPÓRICAS INDÍGENAS	
Código: BAS15	Carga Horária: 40h +20h = 60h
GRUPO I - Base comum e conhecimentos pedagógicos	Pré-requisito: S/P
EMENTA	
Legislação Brasileira das EREER – Educação das Relações Étnico-Raciais - e Educ. Indígena: Constituição Federal Brasileira – § 1º do Artigo 242; LDBEN – Artigo 26, 210, 215, 216 sobre a EREER e Indígena; Lei 10.639/2003; Lei 11.645/2008 sobre a obrigatoriedade do Ensino da Cultura afro-brasileira e Indígena do Ensino Regular ao Superior e demais Marcos Jurídicos de reconhecimento dos povos ancestrais. Resolução CNE n. 1 de 17/06/2004. CNE/CEB n. 8 de 20/11/12. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação: DCNERER - das Relações Étnico-Raciais; DCNEEI – Educação Escolar Indígena; DCNEEQ – Educação Escolar Quilombola. Plano Nacional de Implementação das DCNERER e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2009). PNEEI – Plano Nacional de Educação Escolar Indígena (2018). PNEQ – Plano Nacional de Educação Quilombola. Principais Conceitos e impactos na Educação: Etnia; Raça; Racismos; Preconceito; Identidade (Autodeclaração, Heteroidentificação e Etnias); Diversidades; Territorialidades; Culturas; Branquitude/Negritude; Humanidades; Colonialismo/Decolonial; Raça e Gênero; Interseccionalidades/Interculturalidades; Religiosidades de Matrizes Afrikanas e Indígenas; Afrikanidades; Diáspora Afrikana; Afro-Diáspóricos; Afrodescendentes. Reflexões sobre os	

aspectos caracterizadores das Formações sócio-históricas brasileiras. Histórias, memórias, legados dos povos afro-brasileiros e indígenas. Diversidades culturais delineadas através de singularidades de bens patrimoniais nas linguísticas, nas religiões, nos símbolos, nas artes e nas literaturas. O legado dos povos Quilombolas e Indígenas. Movimento Negro, Movimento de Mulheres Negras e diversas vertentes e suas contribuições para EREER e Indígenas. Estudo das populações indígenas no Brasil e das políticas indigenistas. Direitos Indígenas/Constituição Federal de 1988. Fontes históricas indígenas e do indigenismo. Encontro colonial e invenção dos índios. Ações Afirmativas na Educação: Política de Cotas; Educação Antirracista/ não racista - reconfigurações históricas; territoriais e suas práticas curriculares e sociais. Pedagogias Afro e Indígenas.

Competências e Habilidades

- Conhecer a relevância da Legislação Brasileira das EREER – Educação das Relações Étnico-Raciais - e Educação Indígena para o processo educacional;
- Relacionar os Marcos Históricos Legais com a garantia da educação como direito;
- Reconhecer os direitos dos povos ancestrais e identitários pelos Marcos Jurídicos e de direitos humanos e viabilização de políticas de Ações Afirmativas;
- Compreender a função instrumental dos principais conceitos acerca das EREER Afro-diaspóricas e Indígenas;
- Identificar as culturas Afro-brasileiras (Negras e Quilombolas) e Indígenas como bases da Cultura Nacional Brasileira;
- Diferenciar os conceitos por suas construções históricas e os impactos sociais e educacionais que causa à sociedade brasileira;
- Reconhecer que alguns conceitos são necessários para exterminar o racismo e as desigualdades étnico-raciais e sociais;
- Interpretar os conceitos pelas relações étnico-raciais e sociais estabelecidas via a colonização, o poder, o capitalismo e as lutas dos movimentos identitários e sociais;
- Identificar as principais lutas, ações e conquistas que os movimentos raciais, identitários e sociais na busca da transformação da sociedade brasileira de forma justa e democrática;
- Investigar as diferenças de raça e gênero, quilombolas, indígenas e as religiosidades de matrizes africanas e indígenas por suas singularidades e aspectos geopolíticas;
- Superar os diversos tipos racismos, sobretudo o estrutural, com a inclusão o estudo de conhecimentos produzidos por pessoas negras e indígenas;
- Compreender a diversidade na sociedade numa perspectiva pluriétnica, pluricultural e multidisciplinar;
- Implementar propostas educacionais anti-racistas e não racistas;
- Construir práticas educacionais de respeito e valorização das culturas Afro-brasileiras, Afro-diaspóricas e Indígenas;

- Identificar os processos históricos que marcam as singularidades e diferenças afro-diaspóricas e as relevâncias das políticas de Ações Afirmativas;
- Comparar e analisar os conceitos de América Latina e Améfrika Ladina empregados aos legados da diáspora africana e dos povos indígenas das Américas.

Unidades temáticas e objetos de conhecimento/Habilidades previstos pela BNCC a ser desenvolvidos como prática deste componente

- Desenvolver ações didáticas e pedagógicas a fim de proporcionar o reconhecimento e valorização dos povos afrikanos e indígenas;
- Reeducar e restabelecer as relações étnico-raciais e indígenas numa perspectiva antirracista, não racista e pluricultural;
- Produzir o desenvolvimento de pesquisas e elaboração de materiais didáticos, paradidáticos e recursos pedagógicos, que valorizem as culturas afro, afro-diaspóricas e indígenas;
- Investigar os diferentes artefatos de legados dos povos ancestrais por suas diversidades culturais;
- Realizar visitas-técnica pedagógicas com vista a compreensão dos contextos socioculturais dos territórios educativos ancestrais dos povos originários afrikanos e indígenas; comunidades ribeirinhas, quilombolas e ciganas, povos da mata, atentando-se às vivências pedagógicas, à aprendizagem e aos conhecimentos de preservação, promoção da vida e convivência junto à natureza, e práticas coletivas, socioculturais;
- Desenvolver atividades pedagógicas, artísticas, ambientais e socioculturais acerca da EREER Afro- diaspóricas e Indígenas junto aos movimentos sociais, organizações não governamentais, governamentais, coletivas e sindicais, prioritariamente dentro do contexto dos Campis e nas comunidades circunvizinhas;
- Desenvolver projetos interventivos visando a extinção, o combate e o enfrentamento ao racismo, sexismo, machismo, xenofobias e lgbtqimaisfobismo e desrespeito políticos e religiosos, bem como engajamentos em processos investigativos de aprendizagem, atividades de mediação e intervenção na realidade institucional contra as discriminações;
- Pesquisar, avaliar, catalogar e desenvolver aplicativos, softwares, programas ou outros dispositivos e/ou em parcerias e dos Programas Mestrado Profissional, que favoreçam a compreensão básica dos fenômenos e pensamentos da área de conhecimento da Educação das Relações Etnico-raciais Afro-diaspóricas e Indígenas;
- Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação como recurso pedagógico para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens da Educação das Relações Etnico-raciais Afro- diaspóricas e Indígenas;
- Produzir glossários, em diferentes suportes, para registro do vocabulário específico da área de conhecimento para esta disciplina;
- Realizar eventos acadêmicos, amostras, oficinas ou outro que contribua para o diálogo

com pesquisadores, professores, alunos e demais atores da sociedade, articulando parcerias intersetoriais que favoreçam o amplo debate sobre a aprendizagem em relação à EREER Afro-diaspórico e Indígenas.

Referências Básicas

- [1] CUNHA, Manuela Carneiro da (org.) **Legislação Indigenista no Século XIX**. São Paulo: Edusp, 1992.1
- [2] MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2ª edição revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – 1999. 204 p.
- [3] BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana/Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão**. Brasília: MEC, SECADI, 2013 - 104 P. Disponível em: <https://editalequidaderacial.ceert.org.br/pdf/plano.pdf>

Referências Complementares

- [1] RUFINO, Luis. **Pedagogia das Encruzilhadas** - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Periferia, vol. 10, núm. 1, pp. 71-88, 2018
- [2] ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Ed. Jandaíra - Coleção. Feminismo Plurais(Selo Sueli Carneiro), 2019.
- [3] ALVES, Michele Lopes da S.; EITERER, C. L. . Corporeidade e identidade racial de professoras negras: o ser e o saber na produção da pedagogia antirracistas nas escolas. In: SILVESTRE, Luciana P. F.. (Org.). **Estética Política aplicada nas Ciências Sociais** Aplicadas. 01ed. Ponta Grossa: Atena, 2020,v. 01, p. 215-228.
- [4] BRASIL. **Educação Anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 236 p. (Coleção Educação para todos).
- [5] GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra a formação de professores/as**: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. In. Educ. e Pesquisa, SP; v.29, nº1, 2003 - p. 167-182.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO III

Código: PRA3

Carga Horária: 100h

GRUPO III - Prática Pedagógica

Pré-requisito: PRA2

EMENTA

Orientações e fundamentos do estágio. Imersão no contexto profissional tendo em vista o desenvolvimento de atividades relacionadas à observação, coparticipação e regência em contexto escolar, outros espaços de formação ou ainda em instituições que ofereçam o Ensino Médio. Vivência do contexto escolar compreendendo o espaço da sala de aula em particular, com vistas a focalizar questões relacionadas ao processo de ensino aprendizagem da área de formação do estagiário, visando à preparação da Regência Compartilhada.

20h – Concepções e Práticas pedagógicas no Ensino Médio: Diversidade e Flexibilidade; Espaços e tempos escolares; Materiais didáticos e tecnologias de ensino; Projetos como prática pedagógica; Avaliação de habilidades e competências para o Ensino Médio. Análise de Livros-textos. Diferentes meios de construção do conhecimento e integração de tecnologias. Orientação para a elaboração do instrumento de avaliação: Relatório Reflexivo.

60h – Práticas de observação sobre temas diversos: Planejamento, execução e avaliação de estratégias didáticas, metodologias e outros. Observação e análise da prática

docente/regência no ensino médio Regência compartilhada em escolas públicas e privadas de Ensino Médio. Diferentes meios de ensinar e aprender. Integração dos diferentes tipos de tecnologias no processo de ensino- aprendizagem. Definição de seu objeto de estudo para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Promoção e/ou participação de trabalhos em equipes e de exposições à comunidade.

20h – Organização e estruturação do instrumento de formação profissional: Relatório reflexivo.

Socialização das experiências do estágio supervisionado III a partir da sistematização e análise individual e coletiva.

Competências e Habilidades

- Desenvolver um saber da experiência teorizado que permita: analisar situações; analisar-se na situação; avaliar as estratégias desenvolvidas; apontando ferramentas inovadoras da prática docente;
- Utilizar diferentes fontes e veículos de informação, adotando uma atitude de disponibilidade e flexibilidade para mudanças, e fomento pela produção escrita como instrumento de desenvolvimento profissional;
- Considerar seus conhecimentos prévios sobre a realidade para compreender o contexto e as relações em que está inserida a prática educativa;
- Refletir sobre a organização e gestão da escola para uma inserção profissional crítica;
- Planejar seu roteiro de observação e coparticipação otimizando sua inserção no ambiente escolar;
- Analisar situações e relações interpessoais que ocorrem na escola, considerando algum aporte teórico necessário à compreensão para o exercício docente;
- Analisar diretrizes curriculares para o Ensino Médio para produção de registros crítico-reflexivos do aprendizado profissional;
- Trabalhar de forma cooperativa, interagindo com as equipes e valorizando a diversidade nos grupos;
- Adotar uma atitude de disponibilidade e flexibilidade para a pesquisa de diversas formas de ensinar e aprender utilizando diferentes fontes e veículos de informação;
- Identificar aspectos críticos da prática profissional relacionando-os com o conhecimento pedagógico e específicos para análise coletiva;
- Sistematizar as experiências vivenciadas no Estágio Supervisionado por meio da socialização da análise individual e coletiva.

Referências Básicas

- [1]- GHEDIN, Evandro; OLIVEIRA, Elisângela S. de; ALMEIDA, Whasgthon A. de. **Estágio com Pesquisa**. São Paulo: Cortez, 2015.
- [2]- LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Aprendizagem da profissão docente**. Brasília: Liber Livro, 2012.
- [3]- PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Referências Complementares

- [1]- PICONEZ, Stela C. B. (coord.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 24. ed. São Paulo: Papirus, 2012.
- [2]- CARVALHO, Anna M. P. de. **Os estágios nos cursos de Licenciatura. Coleção Ideias em Ação**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- [3]- SILVESTRE, Magali Aparecida; VALENTE, Wagner Rodrigues. **Professores em Residência Pedagógica: estágio para ensinar Geografia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- [4]- ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso**. 3a ed. São Paulo: Atlas, 2007. 308p.
- [5]- ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso**. 3a ed. São Paulo: Atlas, 2007. 308p.

8º MÓDULO

ANÁLISE REAL PARA LICENCIATURA	
Código: ESP26	Carga Horária: 60h
Grupo II - Conteúdo Específico da Área	Pré-requisito: ESP12
EMENTA	
Números reais. Sequências e séries de números reais. Topologia da reta. Limites de funções. Funções contínuas. Derivadas. Integral de Riemann.	
Competências e Habilidades	
● Desenvolver e conceituar precisamente os tópicos abordados com encadeamento lógico das proposições e análise das propriedades mais relevantes dos objetos estudados. ● Validar e explorar as fronteiras das teorias expostas; ● Conhecer a necessidade das hipóteses apresentando e demonstrando os teoremas centrais dos tópicos estudados.	
Referências Básicas	
[1]- ÁVILA, Geraldo. Análise Geografia para licenciaturas. 3. ed. São Paulo: EdgardBlucher, 2006. 258p. ISBN 8521203950 [2]- LIMA, Elon Lages. Análise Real: Volume 1: Funções de uma Variável. 10. ed. Rio de Janeiro: IMPA, 2010. 195p. ISBN 8524400483 [3]- NETO, Antonio Caminha Muniz. Tópicos de Geografia Elementar Volume 3: Introdução à Análise. 2. ed. Coleção do Professor de Geografia. Rio de Janeiro: SBM, 2013. 331p. ISBN 9788583370079	
Referências Complementares	
[1]- LIMA, Elon Lages. Curso de Análise: Volume 1. 12. ed. Projeto Euclides. Rio de Janeiro: IMPA, 2010. 431p. ISBN 9788524401183. [2]- ÁVILA, Geraldo. Introdução à Análise Geografia. 2. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1999. 254 p. ISBN 8521201680.	

- [3]- BOURCHTEIN, Lioudmila; BOURCHTEIN, Andrei. **Análise Real: Funções de uma Variável Real**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010. 440p. ISBN 8573939451.
- [4]- ARAGONA, Jorge. **Números Reais 01. Textos Universitários do Ime – Usp. São Paulo: Livraria da Física**, 2010. 180p. ISBN 9788578610401.
- [5] - Cavalheiro, Albo Carlos. **Introdução À Análise Geografia**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2014. 304p. ISBN 9788539905096.

TENDÊNCIAS DE ENSINO DE GEOGRAFIA	
Código: ESP27	Carga Horária: 60h + 20h = 80h
Grupo II - Conteúdo Específico da Área	Pré-requisito: SP
EMENTA	
Tendências em Educação Geografia: estudo das principais tendências em ensino e aprendizagem em Educação Geografia; Concepções do ensino de Geografia à luz das diversas tendências metodológicas da Educação Geografia; História da Geografia; Leitura e Escrita na Geografia; Resolução de Problemas; Uso de Recursos Computacionais; EtnoGeografia; Jogos Didáticos; Modelagem Geografia.	
Competências e Habilidades	
• Refletir, discutir e problematizar temas e questões fundamentais da Educação Geografia, proporcionando aos futuros professores de Geografia instrumentos conceituais fundamentais da didática dessa disciplina. • Analisar a situação atual do ensino de Geografia na Educação Básica, recorrendo ao histórico do ensino dessa área do conhecimento nas escolas brasileiras. • Analisar orientações e propostas curriculares para o ensino de Geografia em História da Geografia, leitura e escrita na Geografia, resolução de problemas e uso de recursos computacionais. • Compreender as contribuições da Geografia para um determinado grupo social; • Identificar as formas de ensino de Geografia para mais variadas culturas; • Utilizar os saberes matemáticos em suas diversas manifestações de maneira crítica; • Relacionar de maneira crítica as diversas dimensões que compõem a EtnoGeografia; • Identificar, analisar e aplicar conhecimento sobre valores de variáveis, representados em gráficos, diagramas ou expressões algébricas, realizando previsão de tendências, extrapolações e interpolações e interpretações; • Desenvolver capacidades como: observação, estabelecimento de relações, comunicação, argumentação e validação de processos e estímulo às formas de raciocínio como intuição, indução, dedução, analogia, estimativa;	

Colocar o ensino-aprendizagem de Geografia, tendo como ponto de partida a reprodução de problemas.

Desenvolver a capacidade de escrever matematicamente um problema apresentado de forma contextualizada, a fim de que se possa empregar as ferramentas da Geografia para a sua resolução;

Relacionar esquemas de ações cotidianas, princípios e conceitos matemáticos;

Dar compreensão ao discurso matemático, isto é, à atribuição e apreensão de significados;

Entender e aplicar a modelagem Geografia como ferramenta pedagógica no ensino de Geografia.

• Unidades temáticas e objetos de conhecimento/Habilidades previstos pela BNCC a ser desenvolvidos como prática deste componente

- Comparar e ordenar números inteiros em diferentes contextos, incluindo o histórico, associá-los a pontos da reta numérica e utilizá-los em situações que envolvam adição e subtração;
- Reconhecer o sistema de numeração decimal, como o que prevaleceu no mundo ocidental, e destacar semelhanças e diferenças com outros sistemas, de modo a sistematizar suas principais características (base, valor posicional e função do zero), utilizando, inclusive, a composição e decomposição de números naturais e números racionais em sua representação decimal;
- Interpretar e resolver situações que envolvam dados de pesquisas sobre contextos ambientais, sustentabilidade, trânsito, consumo responsável, entre outros, apresentadas pela mídia em tabelas e em diferentes tipos de gráficos e redigir textos escritos com o objetivo de sintetizar conclusões;
- Analisar e identificar, em gráficos divulgados pela mídia, os elementos que podem induzir, às vezes propositadamente, erros de leitura, como escalas inapropriadas, legendas não explicitadas corretamente, omissão de informações importantes (fontes e datas), entre outros;
- Reconhecer que a relação de igualdade Geografia não se altera ao adicionar, subtrair, multiplicar ou dividir os seus dois membros por um mesmo número e utilizar essa noção para determinar valores desconhecidos na resolução de problemas;
- Utilizar, na resolução de problemas, a associação entre razão e fração, como a fração $\frac{2}{3}$ para expressar a razão de duas partes de uma grandeza para três partes da mesma ou três partes de outra grandeza;
- Aplicar os conceitos de mediatriz e bissetriz como lugares geométricos na resolução de problemas;
- Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, com a ideia de aplicação de

percentuais sucessivos e a determinação das taxas percentuais, preferencialmente com o uso de tecnologias digitais, no contexto da educação financeira.

Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, com base na ideia de proporcionalidade, sem fazer uso da “regra de três”, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, em contextos de educação financeira, entre outros;

Resolver e elaborar problemas que envolvam as grandezas comprimento, massa, tempo, temperatura, área (triângulos e retângulos), capacidade e volume (sólidos formados por blocos retangulares), sem uso de fórmulas, inseridos, sempre que possível, em contextos oriundos de situações reais e/ou relacionadas às outras áreas do conhecimento;

Planejar e executar pesquisa amostral envolvendo tema da realidade social e comunicar os resultados por meio de relatório contendo avaliação de medidas de tendência central e da amplitude, tabelas e gráficos adequados, construídos com o apoio de planilhas eletrônicas;

Construir algoritmo para resolver situações passo a passo (como na construção de dobraduras ou na indicação de deslocamento de um objeto no plano segundo pontos de referência e distâncias fornecidas etc.);

Resolver um mesmo problema utilizando diferentes algoritmos;

Construir modelos empregando as funções polinomiais de 1º ou 2º graus, para resolver problemas em contextos diversos, com ou sem apoio de tecnologias digitais.

Referências Básicas

- [1] BOYER, Carl B; MERZBACH, Uta C. **História da Geografia**. São Paulo: Edgar Blücher, 2012. 504 p. ISBN 978-85-212-0641-5.
- [2] MEYER, João Frederico da Costa de Azevedo; CALDEIRA, Ademir Donizeti; MALHEIROS, Ana Paula dos Santos. **Modelagem em educação Geografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. (Tendências em Educação Geografia.). ISBN 978 -85 - 7526 -590 -1.
- [3] MIGUEL, Antonio et al. **História da Geografia em atividades didáticas**. 2. ed. rev. São Paulo: Livraria da Física, 2009. 319 p. (Contextos da ciência). ISBN 978 -85 -7861 -014 -2.

Referências Complementares

[1] Moraes Filho, D. C.; **Manual de Redação Geografia**: Com dicionário etimológico-explicativo de palavras usadas na Geografia e um capítulo especial sobre como se escrever uma dissertação. Campina Grande, PB, 2010. 149p. ISBN 978-85-9101124-04.

[2] ROQUE, Tatiana. **História da Geografia: uma visão crítica, desfazendo mitos e lendas.**

Rio de Janeiro: Zahar, 2012. 511 p. ISBN 978 -85 -378 -0888 -7.

[3] CAJORI, Florian. **Uma história da Geografia.** Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2007. 654 p. ISBN 978 -85 - 7393 -555 -4.

[4] BASSANEZI, Rodney Carlos. **Ensino-aprendizagem com modelagem Geografia:** uma nova estratégia. São Paulo: Contexto, 2010. 389 p. ISBN 85 -7244 -207 -3.

[5] ALMEIDA, Lourdes Maria Werle de; ARAÚJO, Jussara de Loiola; BISOGNIN, Eleni (Org.).

Práticas de modelagem Geografia na educação Geografia: relatos de experiências e propostas pedagógicas. Londrina: EDUEL, 2011. 311 p. ISBN 978 -85 -7216 -597 -6.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Código: BAS16

Carga Horária: 40h +20h = 60h

GRUPO I - Base comum e conhecimentos pedagógicos

Pré-requisito: S/P

EMENTA

Diversidade geracional na Educação de Jovens e Adultos (EJA); Fundamentos históricos e legais da EJA; A formação do/da educador/a de jovens e adultos; Pressupostos teórico-metodológicos e as metodologias de ensino para a EJA. Planejamento, organização, adaptação e flexibilização curricular; Avaliação da aprendizagem na EJA; Práticas pedagógicas e/ou educativas em EJA (criação de atividades artísticas/inventivas; jogos cooperativos; softwares educativos; oficinas; cursos; projetos; formações, dentre outros com aplicação em comunidade/sociedade); Formação integrada em EJA; Inclusão Social e EJA; Políticas públicas para a EJA; Pesquisa e/ou ações interativas sobre a EJA no cenário regional e local: aspectos relacionados à área de ensino e a etapa de atuação.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Conhecer conceitos, fundamentos legais, históricos e políticas públicas governamentais e não governamentais para a modalidade de educação de jovens e adultos ampliando as possibilidades da área da docência com a Educação Popular;
- Reconhecer as diferentes modalidades de ensino do sistema educacional, levando em consideração as especificidades e as responsabilidades a elas atribuídas;
- Identificar as orientações curriculares para a modalidade de educação de jovens e adultos;
- Entender a formação integrada da EJA como oportunidade de superação dos desafios da vida cotidiana, educacional, profissional e em sociedade;
- Verificar a abrangência e o contexto da realidade social, econômica e política, compreendendo os saberes, contextos de vida dos/as educandos/as, suas identidades, elaborando estratégias para contextualizar o processo de aprendizagem na EJA;
- Discutir acerca da relevância da formação e dos conhecimentos, a partir da prática da docência, para a aprendizagem e o desenvolvimento dos/as educandos/as da EJA;
- Planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas para aplicação do conhecimento adquirido;
- Desenvolver ações e/ou produtos didático-pedagógicos a serem aplicados na educação de jovens e adultos nos cenários local e/ou regional oportunizando manifestações

artísticas, exploração da criatividade e o uso das tecnologias para ampliação do repertório didático e pedagógico do/da estudante em formação;

- Demonstrar conhecimento sobre as diferentes formas de avaliação da aprendizagem para os/as educandos/as de EJA;
- Aprender a importância da realização da autoavaliação para replanejar as práticas de ensino, assegurando que as dificuldades identificadas sejam solucionadas;
- Participar de momentos dedicados à pesquisa e/ou ações interativas, de reflexão e análise para conhecimento da realidade geracional da educação de jovens e adultos em sua área de atuação.

Unidades temáticas e objetos de conhecimento/Habilidades previstos pela BNCC a serem desenvolvidos como prática deste componente

- Realizar entrevistas com educandos/as de EJA para coleta de informações acerca de suas histórias e memórias escolares, compreendendo a diversidade geracional;
- Participar de roda de conversa com educadores/as atuantes na EJA, pesquisadores/as e/ou outros profissionais da área adquirindo conhecimentos acerca da formação do/a educador/a e metodologias de ensino utilizadas para esta modalidade de ensino;
- Utilizar estudo de caso para análise de situações-problema e verificação de ações para inclusão social na EJA;
- Elaborar materiais pedagógicos (criação de atividades artísticas/inventivas; jogos cooperativos; softwares educativos) que possam auxiliar o trabalho do/a educador/a, criando acervo de recursos pedagógicos a serem socializados em escolas de educação básica na modalidade EJA;
- Participar de grupos de discussão com exposição de ideias para flexibilização e adequação de métodos e instrumentos de avaliação;
- Vivenciar dinâmicas, espaços de debates e reflexões com diferentes linguagens (textos, imagens, músicas, palavra, frase e outros) envolvendo temáticas da modalidade de ensino EJA;
- Experimentar/vivenciar atividades (cursos, projetos, oficinas, formações, eventos) em escolas e espaços educativos, ampliando as possibilidades de aprendizagens em EJA na sua área de atuação;
- Planejar situações de ensino para os/as educandos/as de EJA colocando em prática conhecimentos sobre planejamento, organização, adaptação e flexibilização curricular;
- Criar folder explicativo acerca das políticas públicas para a EJA;
- Elaborar instrumentos de pesquisa com a utilização de tecnologias digitais para investigação de como ocorre a formação integrada em EJA na comunidade/sociedade;
- Socializar as experiências vivenciadas, produções educacionais e pedagógicas elaboradas e pesquisas realizadas em EJA com a comunidade/sociedade.

Referências Básicas

- [1] RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). **Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leitoras.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008.
- [2] SCHEIBEL, Maria Fani e LEHENBAUER, Silvana (Org.). **Saberes e singularidades na educação de jovens e adultos.** Porto Alegre: Mediação, 2008.
- [3] TIRIBA, Lia; CIAVATTA, Maria (Orgs.). **Trabalho e Educação de Jovens e Adultos.** Brasília: Liber/UFF, 2011.

Referências Complementares

- [1] BRASIL, **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Brasília-DF, 1996.
- [2] BRZEZINSKI, Iria. **LDB dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares.** 3. ed. São Paulo, Cortez, 2010.
- [3] GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José Eustáquio (Orgs.). **Educação de Jovens e Adultos: teorias, práticas e propostas.** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- [4] MOURA, Tânia M^a de Melo. **Formação de professores para a Educação de Jovens e Adultos: dilemas atuais.** Porto Alegre: Autêntica, 2010.
- [5] FERREIRA, M^a José de Rezende [et.al.]. **EJA e Educação Profissional: desafios da pesquisa e da formação no PROEJA.** Recife: Liber, 2012.

TEORIA DOS NÚMEROS

Código: ESP28

Carga Horária: 60h

Grupo II - Conteúdo Específico da Área

Pré-requisito: ESP3

EMENTA

Números Naturais: Propriedades, Axiomática de Peano e Princípio da Indução Finita; Números Inteiros: Construção, Operações e Propriedades; Divisibilidade: Máximo Divisor Comum, Mínimo Múltiplo Comum; Números Primos e o Teorema Fundamental da Aritmética; Equações Diofantinas Lineares; Introdução às Congruências Lineares.

Competências e Habilidades

- Identificar representações algébricas que permitam expressar generalizações sobre propriedades das operações aritméticas, traduzindo situações problemas e favorecendo as possíveis soluções. Produzir texto adequado para relatar experiências, formular dúvidas ou apresentar conclusões. Discutir ideias e produzir argumentos convincentes.
- Distinguir e utilizar raciocínio dedutivo e indutivo.

Unidades temáticas e objetos de conhecimento/Habilidades previstos pela BNCC a ser desenvolvidos como prática deste componente

Não há

Referências Básicas

[1]- FERREIRA, Jamil. **A Construção dos Números. Coleção Textos Universitários.** Rio de Janeiro:

SBM, 2010. ISBN 9788585818456.

[2]- NETO, Antônio Caminha Muniz. **Tópicos de Geografia Elementar Volume 5: Teorizados Números.** Coleção do Professor de Geografia. Rio de Janeiro: SBM, 2012. 250p. ISBN

9788585818548.

[3] - SANTOS, José Plínio de Oliveira. **Introdução à Teoria dos Números**. 3. ed. Coleção Geografia Universitária. Rio de Janeiro: SBM, 2000. 198p. ISBN 9788524401428.

Referências Complementares

- [1]- HEFEZ, Abramo. **Elementos de Aritmética**. 2. ed. Coleção do Professor de Geografia. Rio de Janeiro: SBM, 2011. 176p. ISBN 9788585818258.
- [2]- LANDAU, Edmund. **Teoria Elementar dos Números**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2002. 296p. ISBN 8573931744.
- [3]- OLIVEIRA, Krerley Irraciel Martins e FERNANDES, Adan José Corcho. **Iniciação à Geografia: Um Curso com Problemas e Soluções**. Coleção Olimpíadas de Geografia. Rio de Janeiro: SBM, 2010. 283p. ISBN 9788585818463.
- [4]- SAMPAIO, João Carlos Vieira; CAETANO, Paulo Antonio Silvani. **Introdução à Teoria dos Números: um Curso Breve**. São Carlos: Edufscar, 2007. 109p. ISBN 8576001276.
- [5] - SHOKRANIAN, Salahoddin. **Uma Introdução à Teoria dos Números**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008. 248p. ISBN 857393753X.

TCC II	
Código: ESP29	Carga Horária: 40h
GRUPO III - Prática Pedagógica	Pré-requisito: ESP25
EMENTA	
Desenvolvimento da pesquisa. Coleta, sistematização, análise e crítica dos dados. Orientações para elaboração do TCC. Estruturação, redação e normatização do Trabalho de Conclusão de Curso. Elaboração do TCC. Apresentação do TCC.	
Competências e Habilidades	
● Desenvolver uma pesquisa com vistas ao desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); Coletar, sistematizar e analisar os dados obtidos na pesquisa; ● Redigir o TCC atendendo aos padrões da metodologia científica e a normatização da ABNT, o manual de elaboração de monografia do IFPI, e as normas constantes no regulamento do núcleo de trabalho de conclusão de curso; ● Apresentar o TCC como requisito parcial para obtenção do diploma.	
Referências Básicas	
[1]- GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. [2]- JUNIOR, Celso Ferrarezi. Guia do Trabalho Científico: do projeto à redação final - Monografia, Dissertação e Tese. São Paulo: Contexto, 2011. [3]- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. [4]- RUIZ, João Álvaro. Metodologia Científica: Guia para a Eficiência nos Estudos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. [5] - TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 2009.	

Referências Complementares
[1]- ANDRADE, M. M. de. Redação Científica: elaboração do TCC passo a passo. São Paulo: Factash, 2007.
[2] - DEMO, Pedro. Introdução à Metodologia da Ciência. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
[3]- KAHLMEYER-MERTENS, Roberto S. et. al. Como elaborar projetos de pesquisa: linguagem e método . Rio de Janeiro: FGV, 2007.
[4]- MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas . 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
[5] - SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico . São Paulo: Cortez, 2002.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	
Código: PRA4	Carga Horária: 100h
GRUPO III - Prática Pedagógica	Pré-requisito: PRA3
EMENTA	
Orientações e fundamentos do estágio. Imersão no contexto profissional tendo em vista o desenvolvimento de atividades relacionadas à observação, coparticipação e regência em contexto escolar, outros espaços de formação ou ainda em instituições que ofereçam o Ensino Médio. Vivência do contexto escolar compreendendo o espaço da sala de aula em particular, com vistas a focalizar questões relacionadas ao processo de ensino aprendizagem da área de formação do estagiário, visando à preparação da Regência Compartilhada. 20h – Elementos da Prática. Planejamento participativo da ação pedagógica no Ensino Médio: Contextualização curricular. Metodologias de ensino, Instrumentos avaliativos e Micro aulas. Flexibilização dos planos em função das aprendizagens dos alunos. Análise de Livros-textos. Diferentes meios de construção do conhecimento e integração de tecnologias. Orientação para a elaboração do instrumento de avaliação: Memorial. 60h – Regência compartilhada em escolas públicas e privadas de Ensino Médio. Diferentes meios de ensinar e aprender. Integração dos diferentes tipos de tecnologias no processo de ensino- aprendizagem. Promoção e/ou participação de trabalhos em equipes e de exposições à comunidade. 20h – Organização e estruturação do instrumento de formação profissional: Memorial. Socialização das experiências do estágio supervisionado IV a partir da sistematização e análise individual.	
Competências e Habilidades	
● Aprimorar as diferentes competências promovidas nas etapas anteriores; ● Manejar diferentes estratégias de comunicação de conteúdos, sabendo eleger as mais adequadas, considerando a diversidade dos alunos, os objetivos das atividades propostas e as características dos próprios conteúdos; ● Adotar uma atitude de disponibilidade e flexibilidade para pesquisar, bem como aplicar diversas formas de ensinar utilizando diferentes fontes e veículos de informação;	

- Utilizar os conteúdos básicos relacionados aos temas em estudo que serão objeto da atividade docente, adequando-os às atividades escolares próprias do Ensino Médio;
- Relacionar os conteúdos básicos das áreas de conhecimento com: Fatos, tendências, fenômenos ou movimentos da atualidade; Fatos significativos da vida pessoal, social e profissional dos alunos;
- Desenvolver situações didáticas que possibilitem a aprendizagem dos alunos através da utilização dos conhecimentos das áreas a serem ensinadas considerando as especificidades envolvidas;
- Planejar e simular situações didáticas;
- Gerir a classe, a organização do trabalho, estabelecendo uma relação de acolhimento, autonomia e confiança com os discentes;
- Utilizar estratégias diversificadas de avaliação da aprendizagem e, a partir de seus resultados, formular propostas de intervenção pedagógica, considerando o desenvolvimento dos estudantes.
- Analisar materiais e recursos para utilização didática, possibilitando diversificar as possíveis atividades em diferentes situações;
- Sistematizar as experiências vivenciadas no Estágio Supervisionado para socialização da análise individual e coletiva.

Referências Básicas

- [1]- GHEDIN, Evandro; OLIVEIRA, Elisangela S. de; ALMEIDA, Whasgthon A. de. **Estágio com Pesquisa**. São Paulo: Cortez, 2015.
- [2]- LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Aprendizagem da profissão docente**. Brasília: Liber Livro, 2012.
- [3]- PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Referências Complementares

- [1]- PICONEZ, Stela C. B. (coord.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 24. ed. São Paulo: Papirus, 2012.
- [2]- CARVALHO, Anna M. P. de. **Os estágios nos cursos de Licenciatura. Coleção Ideias em Ação**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- [3]- SILVESTRE, Magali Aparecida; VALENTE, Wagner Rodrigues. **Professores em Residência Pedagógica: estágio para ensinar Geografia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- [4]- ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso**. 3a ed. São Paulo: Atlas, 2007. 308p.
- [5]- ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso**. 3a ed. São Paulo: Atlas, 2007. 308p.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília/DF: 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.** Brasília/DF: 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Decreto no 4.281, de 25 de junho de 2002. **Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.** Brasília/DF: 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Decreto no 5.296 de 2 de dezembro de 2004. **Regulamenta as Leis no 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.** Brasília/DF: 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Decreto no 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.** Brasília/DF: 2011. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021.**

BRASIL. Lei 10.436/02, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.** Brasília/DF: 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei10436.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.** Brasília/DF: 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília/DF: 2014.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Brasília/DF: 2004.** Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Lei no 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.** Brasília/DF: 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Lei no 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília/DF: 2008.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília/DF: 1990.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF: 1996.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília/DF: 1999.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Parecer CNE/CES 1.304/2001. **Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Física, Bacharelado e Licenciatura. Brasília/DF: 2001.** Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES1304.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Portaria no 1.224, de 18 de dezembro de 2013. **Institui normas sobre a manutenção e guarda do Acervo Acadêmico das Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao sistema federal de ensino. Brasília/DF: 2013.** Disponível em: <<https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/portarias-federais/portaria-mec-no-1-224-de-18-de-dezembro-de-2013>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 7 de 18 de dezembro de 2018. **Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.** Brasília/DF: 2018. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf>

BRASIL. Resolução CNE/CP no 2, de 20 de dezembro de 2019. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).** Brasília/DF: 2019. Disponível em: <<https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2982/resolucao-cne-cp-n-2>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Resolução no 1, de 17 de junho de 2004. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana.** Brasília/DF: 2004. Disponível em: <<http://www.prograd.ufu.br/legislacoes/resolucao-cnecp-no-1-de-17-de-junho-de-2004>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRASIL. Resolução no 1, de 30 de maio de 2012. **Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.** Brasília/DF: 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 143/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 25 de agosto de 2022. **Altera a Resolução que normatiza a Organização Didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.** Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/16QP6xn6vBw1DjoewuhuG3grbNbf6NFT9>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). Resolução Normativa nº 131/2022, de 25 de abril de 2022. **Estabelece as Diretrizes para a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).** Disponível em: <https://sites.google.com/ifpi.edu.br/ifpi-resolucoes-do-consup/p%C3%A1gina-inicial>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). Resolução nº 039/2013. **Dispõe sobre as Normas e Procedimentos para a Mobilidade Acadêmica, Nacional e Internacional, de estudantes de Cursos de Graduação do IFPI e dá outras providências.** Teresina/PI: 2013. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1DCCpldpQByi8HST7gbJtNf32fcRwtCGV>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 95/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 22 de novembro de 2021. **Atualiza e consolida o Regulamento do Programa de Acompanhamento ao Egresso (PAE), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do PiauÍ (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI: 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 22/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI de 6 de abril de 2021. **Aprova o Regulamento do desenvolvimento das Atividades Teórico-práticas de Aprofundamento (ATPAs) em áreas específicas de interesse dos estudantes dos cursos de licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do PiauÍ (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI: 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 113/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 29 de março de 2022. **Consolida e atualiza o registro e a inclusão das atividades de extensão – Práticas Curriculares em Comunidade e em Sociedade (PCCS), nos currículos dos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do PiauÍ (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI: 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/16QP6xn6vBw1DjoewuhuG3grbNbf6NFT9>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 46/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI de 16 de junho de 2021. **Consolida e atualiza as resoluções que dispõem sobre o Regulamento dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do PiauÍ (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI: 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 125/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 6 de abril de 2022. **Atualiza o Regulamento de participação dos servidores e discentes em Visitas Técnicas e Participação em Eventos de natureza acadêmica, científica, tecnológica, desportiva, artística e cultural do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do PiauÍ (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI: 2022. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/16QP6xn6vBw1DjoewuhuG3grbNbf6NFT9>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 26/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 6 de abril de 2021. **Aprova a consolidação das resoluções editadas pelo Conselho Superior que dispõem sobre o Regimento dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) dos cursos de graduação do IFPI, e dá outras providências. Teresina/PI: 2021.** Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **RESOLUÇÃO NORMATIVA 53/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23 de julho de 2021.** Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

RESOLUÇÃO NORMATIVA 56/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 2 de agosto de 2021: **Atualiza a Política de Diversidade e Inclusão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.** Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 50/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 16 de junho de 2021. **Atualiza o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. Teresina/PI: 2021.** Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 56/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 2 de agosto de 2021. **Atualiza a Política de Diversidade e Inclusão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. Teresina/PI: 2021.** Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 55/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23 de julho de 2021. **Atualiza e consolida as Resoluções que normatizam a Instituição e o Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências. Teresina/PI: 2021.** Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 35/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 19 de maio de 2021. **Aprova a consolidação e atualização da Política de Assistência Estudantil (POLAE), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do PiauÍ (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI: 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 53/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23 de julho de 2021. **Atualiza e consolida as Resoluções que normatizam a Instituição e o Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do PiauÍ (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI: 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 112/2022 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 28 de março de 2022. **Atualiza e consolida as resoluções que normatizam a distribuição de carga horária docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do PiauÍ (IFPI), e dá outras providências.** Teresina/PI : 2022. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/16QP6xn6vBw1DjoewuhuG3grbNbf6NFT9>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CONSELHO SUPERIOR/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). RESOLUÇÃO NORMATIVA 99/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 7 de dezembro de 2021. **Atualiza os procedimentos para abreviação dos Cursos de Graduação, para alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do PiauÍ (IFPI) com extraordinário aproveitamento nos estudos, e dá outras providências.** Teresina/PI: 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1TNHxXUIW8m4iixPHt-23gG60OCq5C9SJ>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI). **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2020-2024.** Teresina/PI: 2020. Disponível em: <https://www.ifpi.edu.br/pdi/pdi-2020-2024/documentos/pdi-2020-2024-_anexo-resolucao-009_2020-consup.pdf/view>. Acesso em: 05 dez. 2022



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

RESOLUÇÃO 66/2024 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 24 de junho de 2024.

Autoriza o funcionamento do Curso Licenciatura em Letras Portugues , nos polos efetivos/associados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução Normativa nº 59, de 20 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2021, e considerando o processo nº 23172.001597/2024-19,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar, **ad referendum**, o funcionamento do Curso Licenciatura em Letras Português , na modalidade a distância (EaD), parceria IFPI e Universidade Aberta do Brasil (UAB), nos polos efetivos e nos polos associados, conforme especificação abaixo:

CAMPUS/POLO	ENDEREÇO	CURSO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	ATO DE CRIAÇÃO
Angical	Rua Nascimento – Centro - 64410-00	Licenciatura em Letras	50	3300h	Resolução nº
São Raimundo Nonato	Rodovia BR-020 – Primavera - 64770-000		50		
Bom Jesus	Praça Manoel Antonio de Souza – Centro - 64760-000				
Santa Cruz do Piauí	Rua Né Aristarco – Centro - 64545-000		50		
Palmeirais	Rua Projetada, 25 – Serra Negra - 64420-000		50		
Monsenhor Gil	Av. Joel Mendes, 650 – Centro - 64450-000		50		
José de Freitas	Av. Américo Celestino – Centro - 64110-00		50		
Cocal	Campus IFPI – Centro - 64235- 000		50		
Altos	Rua Tiradentes, 522 – Centro - 64290-000		50		
Campo Maior	Av. Santo Antonio. 1736 – São Luis - 64280-00		50		
Cajazeiras	Rua José Paulino – Centro - 64514-000		50		
Jaicós	Rua Deputado Constâncio Carvalho, 264 – Serranópolis - 64575-000		50		
Canto do Buriti	Rua Rio Grande do Norte, 702 – Aeroporto - 64890- 000		50		
Luzilândia	Rua João Quariguazi, 409 – Centro - 64160-00		50		
Elesbão Veloso	Praça Padre José Paulo do Rêgo, 219 – Capitão Munduco - 64325-000		50		
Alegrete	Rua Manoel Sanches Leal – Vila – CEP: 64.675-00		50		
Floriano	UFPI - Campus Amílcar Ferreira Sobra, Rod. BR-343, km 3,5 – Meladão - 64800-000		50		
Itainópolis	Praça Engenheiro Domingos Sávio – COHAB - 64565-000		50		
Paes Landin	Rua 13 de Maio – Centro - 64710-000		50		
Paulistana	Rodovia BR 407 KM 05 – Lagoa dos Canudos -		50		

	64750-000	Português		61/2024
Luiz Correia	Rua Afonso Serra, 605 – Centro - 64220-000			
Picos	Av. Senador Helvidio Nunes – Junco - 64607-76		50	
Pio IX	Rua Alencar Araripe – Centro - 64660-000		50	
Urucuí	Rua Almir Bemvindo – Centro - 64860-000		50	
Corrente	Praça Joaquim Nogueira, 73 – Centro - 64980-000		50	
Oeiras	Rua Miguel Oliveira, 207 – Centro - 64500-000		50	
Buriti dos Lopes	Rua Professora Maria da Glória - COHAB - 64230-000		50	
Valença	Av. 15 de Novembro – Centro – 64300-000		50	
Piripiri	Av. Marechal Castelo Branco, 180 – Petecas - 64260-000		50	
São João do Piauí	Praça Manoel Antônio de Souza – Centro - 64760-000		50	
União	Rua Almir Bemvindo – Centro - 64860-000		50	
Barras	Rua Fenelon Castelo Branco – Centro - 64100-000		50	
Redenção do Gurgueia	Rua Francisco Nogueira – Sto Antonio - 64915-000		50	
Avelino Lopes	Praça Nossa Senhora das Mercês – Centro - 64965- 000		50	
Simplicio Mendes	Rua Pio Servio – Centro64700-000		50	
Pedro II	Rua Manoel Jorge, 750 – Engenho Novo - 64255-000		50	
Teresina	Praça Firmino Sobreira – Matinha - 64002-19		50	
Parnaíba	Rodovia BR 402, km 3 – Baixa do Aragão - 64215-990		50	

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BORGES DA CUNHA

Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

■ Paulo Borges da Cunha, REITOR(A) - CD1 - REI-IFPI, em 24/06/2024 08:21:20.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 13/06/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 269751

Código de Autenticação: f3281109ec





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

RESOLUÇÃO 67/2024 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 24 de junho de 2024.

Autoriza o funcionamento do Curso de Licenciatura em Pedagogia, nos polos efetivos/associados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução Normativa nº 59, de 20 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2021, e considerando o processo nº 23172.001597/2024-19,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar, **ad referendum**, o funcionamento do Curso de Licenciatura em Pedagogia, na modalidade a distância (EaD), parceria IFPI e Universidade Aberta do Brasil (UAB), nos polos efetivos e nos polos associados, conforme especificação abaixo:

CAMPUS/POLO	ENDEREÇO	CURSO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	ATO DE CRIAÇÃO
BARRAS	Rua Fenelon Castelo Branco – Centro - 64100-000	Licenciatura em Pedagogia	50	3300h	Resolução nº 28/2023
CORRENTE	Praça Joaquim Nogueira, 73 – Centro - 64980-000		50		
ELESBÃO VELOSO	Praça Padre José Paulo do Rêgo, 219 – Capitão Munduco - 64325-000		50		
ESPERANTINA	Rua Reginaldo de Araújo Bezerra, 68 – Centro - 64180- 000		50		
JOSÉ DE FREITAS	Av. Américo Celestino – Centro - 64110-000		50		
ALTOS	Rua Tiradentes, 522 – Centro - 64290-000		50		
SÃO JOÃO DO PIAUÍ	Praça Manoel Antônio de Souza – Centro - 64760-000		50		
FLORIANO	UFPI - Campus Amílcar Ferreira Sobra, Rod. BR-343, km 3,5 – Meladão - 64800-000		50		
FRONTEIRAS	Av. Landri Sales, 554 – Centro - 64690-000		50		
GILBUÉS	Av. João Dias Figueiredo – Santo Antonio - 64930-000		50		
INHUMA	Rua João Gonçalves de Holanda, 212 – Liberdade - 64535-000		50		
ITAINÓPOLIS	Praça Engenheiro Domingos Sávio – COHAB - 64565-000		50		

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BORGES DA CUNHA

Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Paulo Borges da Cunha, REITOR(A)** - CD1 - REI-IFPI, em 24/06/2024 08:22:48.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 12/06/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 269446

Código de Autenticação: 12d9ce12a5





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

RESOLUÇÃO 68/2024 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 24 de junho de 2024.

Autoriza o funcionamento do Curso Licenciatura em Geografia, nos polos efetivos/associados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução Normativa nº 59, de 20 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2021, e considerando o processo nº 23172.001597/2024-19,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar, **ad referendum**, o funcionamento do Curso Licenciatura em Geografia, na modalidade a distância (EaD), parceria IFPI e Universidade Aberta do Brasil (UAB), nos polos efetivos e nos polos associados, conforme especificação abaixo:

CAMPUS/POLO	ENDEREÇO	CURSO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	ATO DE CRIAÇÃO
Angical	Rua Nascimento – Centro - 64410-00	Licenciatura em Geografia	50	3300h	Resolução nº 62/2024
São Raimundo Nonato	Rodovia BR-020 – Primavera - 64770-000		50		
Santa Cruz do Piauí	Rua Né Aristarco – Centro - 64545-000		50		
Palmeirais	Rua Projetada, 25 – Serra Negra - 64420-000		50		
José de Freitas	Av. Américo Celestino – Centro - 64110-00		50		
Cocal	Campus IFPI – Centro - 64235- 000		50		
Paulistana	Rodovia BR 407 KM 05 – Lagoa dos Canudos - 64750- 000		50		
Picos	Av. Senador Helvidio Nunes – Junco - 64607-76		50		
Pio IX	Rua Alencar Araripe – Centro - 64660-000		50		
Urucuí	Rua Almir Bemvindo – Centro - 64860-000		50		
Corrente	Praça Joaquim Nogueira, 73 – Centro - 64980-000		50		
Oeiras	Rua Miguel Oliveira, 207 – Centro - 64500-000		50		
Buriti dos Lopes	Rua Professora Maria da Glória - COHAB - 64230-000		50		
Valença	Av. 15 de Novembro – Centro – 64300-000		50		

Piripiri	Av. Marechal Castelo Branco, 180 – Petecas - 64260-000	50	
São João do Piauí	Praça Manoel Antonio de Souza – Centro - 64760-000	50	
União	Rua Almir Bemvindo – Centro - 64860- 000	50	
Barras	Rua Fenelon Castelo Branco – Centro - 64100-000	50	
Redenção do Gurgueia	Rua Francisco Nogueira – Sto Antonio - 64915-000	50	
Avelino Lopes	Praça Nossa Senhora das Mercês – Centro - 64965- 000	50	
Simplício Mendes	Rua Pio Servio – Centro64700-000	50	
Pedro II	Rua Manoel Jorge, 750 – Engenho Novo - 64255-000	50	
Teresina	Praça Firmino Sobreira – Matinha - 64002-19	50	
Parnaíba	Rodovia BR 402, km 3 – Baixa do Aragão - 64215-990	50	

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BORGES DA CUNHA

Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Paulo Borges da Cunha, REITOR(A)** - CD1 - REI-IFPI, em 24/06/2024 08:23:25.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 12/06/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 269439

Código de Autenticação: 5482ad7525





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

RESOLUÇÃO 69/2024 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 24 de junho de 2024.

Autoriza o funcionamento do Curso Licenciatura em Educação Especial e Inclusiva, nos polos efetivos/associados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução Normativa nº 59, de 20 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2021, e considerando o processo nº 23172.001597/2024-19,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar, **ad referendum**, o funcionamento do Curso Licenciatura em Educação Especial e Inclusiva, na modalidade a distância (EaD), parceria IFPI e Universidade Aberta do Brasil (UAB), nos polos efetivos e nos polos associados, conforme especificação abaixo:

CAMPUS/POLO	ENDEREÇO	CURSO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	ATO DE CRIAÇÃO
Angical	Rua Nascimento – Centro - 64410-00		50		
São Raimundo Nonato	Rodovia BR-020 – Primavera - 64770-000		50		
Santa Cruz do Piauí	Rua Né Aristarco – Centro - 64545-000		50		
Palmeirais	Rua Projetada, 25 – Serra Negra - 64420-000		50		
José de Freitas	Av. Américo Celestino – Centro - 64110-00		50		
Cocal	Campus IFPI – Centro - 64235- 000		50		
Altos	Rua Tiradentes, 522 – Centro - 64290-000		50		
Campo Maior	Av. Santo Antonio. 1736 – São Luis - 64280-00		50		
Cajazeiras	Rua José Paulino – Centro - 64514-000		50		
Jaicós	Rua Deputado Constâncio Carvalho, 264 – Serranópolis - 64575-000		50		
Canto do Buriti	Rua Rio Grande do Norte, 702 – Aeroporto - 64890- 000		50		
Luzilândia	Rua João Quariguazi, 409 – Centro - 64160-00		50		
Elesbão Veloso	Praça Padre José Paulo do Rêgo, 219 – Capitão Munduco - 64325-000		50		
Alegrete	Rua Manoel Sanches Leal – Vila – CEP: 64.675-00		50		
Floriano	UFPI - Campus Amílcar Ferreira Sobre, Rod. BR-343, km 3,5 – Meladão - 64800-000		50		
Itainópolis	Praça Engenheiro Domingos Sávio – COHAB - 64565-000		50		
Paes Landin	Rua 13 de Maio – Centro - 64710-000		50		
	Rodovia BR 407 KM 05 – Lagoa dos				

Paulistana	Canudos - 64750- 000	Licenciatura em Educação Especial e Inclusiva	50	3300h	Resolução nº 46/2024
Luiz Correia	Rua Afonso Serra, 605 – Centro - 64220-000				
Picos	Av. Senador Helvidio Nunes – Junco - 64607-76		50		
Pio IX	Rua Alencar Araripe – Centro - 64660-000		50		
Urucuí	Rua Almir Bemvindo – Centro - 64860-000		50		
Corrente	Praça Joaquim Nogueira, 73 – Centro - 64980-000		50		
Oeiras	Rua Miguel Oliveira, 207 – Centro - 64500-000		50		
Buriti dos Lopes	Rua Professora Maria da Glória - COHAB - 64230-000		50		
Valença	Av. 15 de Novembro – Centro – 64300-000		50		
Piripiri	Av. Marechal Castelo Branco, 180 – Petecas - 64260-000		50		
São João do Piauí	Praça Manoel Antônio de Souza – Centro - 64760-000		50		
União	Rua Almir Bemvindo – Centro - 64860-000		50		
Barras	Rua Fenelon Castelo Branco – Centro - 64100-000		50		
Redenção do Gurgueia	Rua Francisco Nogueira – Sto Antonio - 64915-000		50		
Avelino Lopes	Praça Nossa Senhora das Mercês – Centro - 64965- 000		50		
Simplicio Mendes	Rua Pio Servio – Centro64700-000		50		
Pedro II	Rua Manoel Jorge, 750 – Engenho Novo - 64255-000		50		
Teresina	Praça Firmino Sobreira – Matinha - 64002-19		50		
Parnaíba	Rodovia BR 402, km 3 – Baixa do Aragão - 64215-990		50		

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BORGES DA CUNHA

Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Paulo Borges da Cunha, REITOR(A)** - CD1 - REI-IFPI, em 24/06/2024 08:23:54.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 12/06/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 269434

Código de Autenticação: 580f848d22





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

RESOLUÇÃO 70/2024 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 24 de junho de 2024.

Autoriza o funcionamento do Curso Licenciatura em Letras Espanhol, nos polos efetivos/associados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução Normativa nº 59, de 20 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2021, e considerando o processo nº 23172.001597/2024-19,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar, **ad referendum**, o funcionamento do Curso Licenciatura em Letras Espanhol, na modalidade a distância (EaD), parceria IFPI e Universidade Aberta do Brasil (UAB), nos polos efetivos e nos polos associados, conforme especificação abaixo:

CAMPUS/POLO	ENDEREÇO	CURSO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	ATO DE CRIAÇÃO
Angical	Rua Nascimento – Centro - 64410-00	Licenciatura em Letras Espanhol	50	3300h	Resolução nº 47/2024
São Raimundo Nonato	Rodovia BR-020 – Primavera - 64770-000		50		
Bom Jesus					
Santa Cruz do Piauí	Rua Né Aristarco – Centro - 64545-000		50		
Palmeirais	Rua Projetada, 25 – Serra Negra - 64420-000		50		
José de Freitas	Av. Américo Celestino – Centro - 64110-00		50		
Cocal	Campus IFPI – Centro - 64235- 000		50		
Altos	Rua Tiradentes, 522 – Centro - 64290-000		50		
Campo Maior	Av. Santo Antonio. 1736 – São Luis - 64280-00		50		
Cajazeiras	Rua José Paulino – Centro - 64514-000		50		
Monsenhor Gil	Av. Joel Mendes, 650 – Centro - 64450-000		50		
Jaicós	Rua Deputado Constâncio Carvalho, 264 – Serranópolis - 64575-000		50		
Canto do Buriti	Rua Rio Grande do Norte, 702 – Aeroporto - 64890- 000		50		
Luzilândia	Rua João Quariguazi, 409 – Centro - 64160-00		50		
Elesbão Veloso	Praça Padre José Paulo do Rêgo, 219 – Capitão Munduco - 64325-000		50		
Alegrete	Rua Manoel Sanches Leal – Vila – CEP: 64.675-00		50		
Florianópolis	UFPI - Campus Amílcar Ferreira Sobra, Rod. BR-343, km 3,5 – Meladão - 64800-000		50		
Itainópolis	Praça Engenheiro Domingos Sávio – COHAB - 64565-000		50		
Paes Landim	Rua 13 de Maio – Centro - 64710-000		50		
Paulistana	Rodovia BR 407 KM 05 – Lagoa dos Canudos - 64750- 000		50		
Luiz Correia	Rua Afonso Serra, 605 – Centro - 64220-000				
Picos	Av. Senador Helvidio Nunes – Junco - 64607-76		50		

Pio IX	Rua Alencar Araripe – Centro - 64660-000	50	
Urucuí	Rua Almir Bemvindo – Centro - 64860-000	50	
Corrente	Praça Joaquim Nogueira, 73 – Centro - 64980-000	50	
Oeiras	Rua Miguel Oliveira, 207 – Centro - 64500-000	50	
Buriti dos Lopes	Rua Professora Maria da Glória - COHAB - 64230-000	50	
Valença	Av. 15 de Novembro – Centro – 64300-000	50	
Piripiri	Av. Marechal Castelo Branco, 180 – Petecas - 64260-000	50	
São João do Piauí	Praça Manoel Antônio de Souza – Centro - 64760-000	50	
União	Rua Almir Bemvindo – Centro - 64860-000	50	
Barras	Rua Fenelon Castelo Branco – Centro - 64100-000	50	
Redenção do Gurgueia	Rua Francisco Nogueira – Sto Antonio - 64915-000	50	
Avelino Lopes	Praça Nossa Senhora das Mercês – Centro - 64965- 000	50	
Simplicio Mendes	Rua Pio Servio – Centro64700-000	50	
Pedro II	Rua Manoel Jorge, 750 – Engenho Novo - 64255-000	50	
Teresina	Praça Firmino Sobreira – Matinha - 64002-19	50	
Parnaíba	Rodovia BR 402, km 3 – Baixa do Aragão - 64215-990	50	

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BORGES DA CUNHA

Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Paulo Borges da Cunha, REITOR(A)** - CD1 - REI-IFPI, em 24/06/2024 08:25:08.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 12/06/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 269431

Código de Autenticação: 0806954f0f





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

RESOLUÇÃO 71/2024 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 24 de junho de 2024.

Autoriza o funcionamento do Curso Gestão de Recursos Humanos, nos polos efetivos/associados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução Normativa nº 59, de 20 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2021, e considerando o processo nº 23172.001597/2024-19,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar, **ad referendum**, o funcionamento do Curso Gestão de Recursos Humanos, na modalidade a distância (EaD), parceria IFPI e Universidade Aberta do Brasil (UAB), nos polos efetivos e nos polos associados, conforme especificação abaixo:

CAMPUS/POLO	ENDEREÇO	CURSO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	ATO DE CRIAÇÃO
Angical	Rua Nascimento – Centro - 64410-00	Gestão de Recursos Humanos	50	1680h	Resolução nº 49/2024
São Raimundo Nonato	Rodovia BR-020 – Primavera - 64770-000		50		
Bom Jesus	Praça Alcebiades de Moraes – Josue Parente - 64900-000		50		
Santa Cruz do Piauí	Rua Né Aristarco – Centro - 64545-000		50		
Palmeirais	Rua Projetada, 25 – Serra Negra - 64420-000		50		
Monsenhor Gil	Av. Joel Mendes, 650 – Centro - 64450-000		50		
José de Freitas	Av. Américo Celestino – Centro - 64110-00		50		
Cocal	Campus IFPI – Centro - 64235-000		50		
Altos	Rua Tiradentes, 522 – Centro - 64290-000		50		
Água Branca	Avenida José Miguel – Centro - 64640-000		50		
Campo Maior	Av. Santo Antonio. 1736 – São Luis - 64280-00		50		
Cajazeiras	Rua José Paulino – Centro - 64514-000		50		
Jaicós	Rua Deputado Constâncio Carvalho, 264 – Serranópolis - 64575-000		50		
Canto do Buriti	Rua Rio Grande do Norte, 702 – Aeroporto - 64890-000		50		
Luzilândia	Rua João Quariguazi, 409 – Centro - 64160-00		50		
Elesbão Veloso	Praça Padre José Paulo do Rêgo, 219 – Capitão Munduco - 64325-000		50		
Alegrete	Rua Manoel Sanches Leal – Vila – CEP: 64.675-00		50		
Floriano	UFPI - Campus Amílcar Ferreira Sobra, Rod. BR-343, km 3,5 – Meladão - 64800-000		50		
Itainópolis	Praça Engenheiro Domingos Sávio – COHAB - 64565-000		50		
Paes Landim	Rua 13 de Maio – Centro - 64710-000		50		
Paulistana	Rodovia BR 407 KM 05 – Lagoa dos Canudos - 64750-000		50		
Luiz Correia	Rua Afonso Serra, 605 – Centro - 64220-000				
Picos	Av. Senador Helvidio Nunes – Junco - 64607-76		50		
Pio IX	Rua Alencar Araripe – Centro - 64660-000		50		

Urucuí	Rua Almir Bemvindo – Centro - 64860-000	50	
Corrente	Praça Joaquim Nogueira, 73 – Centro - 64980-000	50	
São José do Peixe	Praça Juscelino Kubsticheck – Centro - 64555-000	50	
Oeiras	Rua Miguel Oliveira, 207 – Centro - 64500-000	50	
Buriti dos Lopes	Rua Professora Maria da Glória - COHAB - 64230-000	50	
Valença	Av. 15 de Novembro – Centro – 64300-000	50	
Piripiri	Av. Marechal Castelo Branco, 180 – Petecas - 64260-000	50	
São João do Piauí	Praça Manoel Antônio de Souza – Centro - 64760-000	50	
União	Rua Almir Bemvindo – Centro - 64860-000	50	
Barras	Rua Fenelon Castelo Branco – Centro - 64100-000	50	
Redenção do Gurgueia	Rua Francisco Nogueira – Sto Antonio - 64915-000	50	
Avelino Lopes	Praça Nossa Senhora das Mercês – Centro - 64965- 000	50	
Simplicio Mendes	Rua Pio Servio – Centro64700-000	50	
Pedro II	Rua Manoel Jorge, 750 – Engenho Novo - 64255-000	50	
Teresina	Praça Firmino Sobreira – Matinha - 64002-19	50	
Parnaíba	Rodovia BR 402, km 3 – Baixa do Aragão - 64215-990	50	

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BORGES DA CUNHA

Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

■ Paulo Borges da Cunha, REITOR(A) – CD1 - REI-IFPI, em 24/06/2024 08:25:35.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 12/06/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 269423
Código de Autenticação: 8b4c8c8ae2





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

RESOLUÇÃO 72/2024 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 24 de junho de 2024.

Autoriza o funcionamento do Curso Licenciatura em Letras Libras, nos polos efetivos/associados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução Normativa nº 59, de 20 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2021, e considerando o processo nº 23172.001597/2024-19,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar, **ad referendum**, o funcionamento do Curso Letras Libras, na modalidade a distância (EaD), parceria IFPI e Universidade Aberta do Brasil (UAB), nos polos efetivos e nos polos associados, conforme especificação abaixo:

CAMPUS/POLO	ENDEREÇO	CURSO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	ATO DE CRIAÇÃO
Angical	Rua Nascimento – Centro - 64410-00		50		
São Raimundo Nonato	Rodovia BR-020 – Primavera - 64770-000		50		
Anísio de Abreu	Rua Manoel Ribeiro da Silva – Esperança - 64780-000		50		
Bom Jesus	Praça Alcebiades de Moraes – Josue Parente - 64900-000		50		
Santa Cruz do Piauí	Rua Né Aristarco – Centro - 64545-000		50		
Esperantina	Rua Reginaldo de Araújo Bezerra, 68 – Centro - 64180-000		50		
Palmeirais	Rua Projetada, 25 – Serra Negra - 64420-000		50		
Monsenhor Gil	Av. Joel Mendes, 650 – Centro - 64450-000		50		
José de Freitas	Av. Américo Celestino – Centro - 64110-00		50		
Cocal	Campus IFPI – Centro - 64235-000		50		
Altos	Rua Tiradentes, 522 – Centro - 64290-000		50		
Água Branca	Avenida José Miguel – Centro - 64640-000		50		
Campo Maior	Av. Santo Antonio. 1736 – São Luis - 64280-00		50		
Cajazeiras	Rua José Paulino – Centro - 64514-000		50		
Jaicós	Rua Deputado Constâncio Carvalho, 264 – Serranópolis - 64575-000		50		
Canto do Buriti	Rua Rio Grande do Norte, 702 – Aeroporto - 64890-000		50		
Luzilândia	Rua João Quariguazi, 409 – Centro - 64160-00		50		
Elesbão Veloso	Praça Padre José Paulo do Rêgo, 219 – Capitão Munduco - 64325-000		50		
Alegrete	Rua Manoel Sanches Leal – Vila – CEP: 64.675-00		50		
Floriano	UFPI - Campus Amílcar Ferreira Sobra, Rod. BR-343, km 3,5 – Meladão - 64800-000		50		
Itainópolis	Praça Engenheiro Domingos Sávio – COHAB - 64565-000		50		
Marcos Parente	Rua Landri Sales – Centro - 64845-000		50		

Resolução nº

Paes Landim	Rua 13 de Maio – Centro - 64710-000	Licenciatura em Letras Libras	50	3300h	50/2024
Paulistana	Rodovia BR 407 KM 05 – Lagoa dos Canudos - 64750- 000		50		
Luiz Correia	Rua Afonso Serra, 605 – Centro - 64220-000				
Picos	Av. Senador Helvidio Nunes – Junco - 64607-76		50		
Pio IX	Rua Alencar Araripe – Centro - 64660-000		50		
Urucuí	Rua Almir Bemvindo – Centro - 64860-000		50		
Corrente	Praça Joaquim Nogueira, 73 – Centro - 64980-000		50		
São José do Peixe	Praça Juscelino Kubsticheck – Centro - 64555-000		50		
Oeiras	Rua Miguel Oliveira, 207 – Centro - 64500-000		50		
Buriti dos Lopes	Rua Professora Maria da Glória - COHAB - 64230-000		50		
Valença	Av. 15 de Novembro – Centro – 64300-000		50		
Piripiri	Av. Marechal Castelo Branco, 180 – Petecas - 64260-000		50		
São João do Piauí	Praça Manoel Antônio de Souza – Centro - 64760-000		50		
Inhumas	Rua João Gonçalves de Holanda, 212 – Liberdade - 64535-000		50		
União	Rua Almir Bemvindo – Centro - 64860-000		50		
Barras	Rua Fenelon Castelo Branco – Centro - 64100-000		50		
Redenção do Gurgueia	Rua Francisco Nogueira – Sto Antonio - 64915-000		50		
Avelino Lopes	Praça Nossa Senhora das Mercês – Centro - 64965-000		50		
Simplicio Mendes	Rua Pio Servio – Centro64700-000		50		
Pedro II	Rua Manoel Jorge, 750 – Engenho Novo - 64255-000		50		
Teresina	Praça Firmino Sobreira – Matinha - 64002-19		50		
Parnaíba	Rodovia BR 402, km 3 – Baixa do Aragão - 64215-990		50		

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BORGES DA CUNHA

Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

■ Paulo Borges da Cunha, REITOR(A) - CD1 - REI-IFPI, em 24/06/2024 08:26:03.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 12/06/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 269422

Código de Autenticação: fb6615cdee





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

RESOLUÇÃO 73/2024 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 26 de junho de 2024.

Autoriza o funcionamento do Curso Licenciatura em Ciências da Natureza, nos polos efetivos/associados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução Normativa nº 59, de 20 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2021, e considerando o processo nº 23172.001597/2024-19,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar, **ad referendum**, o funcionamento do Curso Ciências da Natureza, na modalidade a distância (EaD), parceria IFPI e Universidade Aberta do Brasil (UAB), nos polos efetivos e nos polos associados, conforme especificação abaixo:

CAMPUS/POLO	ENDEREÇO	CURSO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	ATO DE CRIAÇÃO
Angical	Rua Nascimento – Centro - 64410-00		50		
São Raimundo Nonato	Rodovia BR-020 – Primavera - 64770-000		50		
Anísio de Abreu	Rua Manoel Ribeiro da Silva – Esperança - 64780-000		50		
Bom Jesus	Praça Alcebiades de Moraes – Josue Parente - 64900-000		50		
Santa Cruz do Piauí	Rua Né Aristarco – Centro - 64545-000		50		
Esperantina	Rua Reginaldo de Araújo Bezerra, 68 – Centro - 64180- 000		50		
Palmeirais	Rua Projetada, 25 – Serra Negra - 64420-000		50		
Monsenhor Gil	Av. Joel Mendes, 650 – Centro - 64450-000		50		
José de Freitas	Av. Américo Celestino – Centro - 64110-00		50		
Cocal	Campus IFPI – Centro - 64235- 000		50		
Altos	Rua Tiradentes, 522 – Centro - 64290-000		50		
Água Branca	Avenida José Miguel – Centro - 64640-000		50		
Campo Maior	Av. Santo Antonio. 1736 – São Luis - 64280-00		50		
Cajazeiras	Rua José Paulino – Centro - 64514-000		50		
Jaicós	Rua Deputado Constâncio Carvalho, 264 – Serranópolis - 64575-000		50		
Canto do Buriti	Rua Rio Grande do Norte, 702 – Aeroporto - 64890- 000		50		
Luzilândia	Rua João Quariguazi, 409 – Centro - 64160-00		50		
Elesbão Veloso	Praça Padre José Paulo do Rêgo, 219 – Capitão Munduco - 64325-000		50		
Alegrete	Rua Manoel Sanches Leal – Vila – CEP: 64.675-00		50		
Floriano	UFPI - Campus Amílcar Ferreira Sobra, Rod. BR-		50		

	343, km 3,5 – Meladão - 64800-000			
Itainópolis	Praça Engenheiro Domingos Sávio – COHAB - 64565-000		50	
Marcos Parente	Rua Landri Sales – Centro - 64845-000		50	
Paes Landim	Rua 13 de Maio – Centro - 64710-000	Licenciatura em Ciências da Natureza	50	
Paulistana	Rodovia BR 407 KM 05 – Lagoa dos Canudos - 64750- 000		50	
Luiz Correia	Rua Afonso Serra, 605 – Centro - 64220-000			
Picos	Av. Senador Helvidio Nunes – Junco - 64607-76		50	
Pio IX	Rua Alencar Araripe – Centro - 64660-000		50	
Urucuí	Rua Almir Bemvindo – Centro - 64860-000		50	
Corrente	Praça Joaquim Nogueira, 73 – Centro - 64980-000		50	
São José do Peixe	Praça Juscelino Kubsticheck – Centro - 64555-000		50	
Oeiras	Rua Miguel Oliveira, 207 – Centro - 64500-000		50	
Buriti dos Lopes	Rua Professora Maria da Glória - COHAB - 64230-000		50	
Valença	Av. 15 de Novembro – Centro – 64300-000		50	
Piripiri	Av. Marechal Castelo Branco, 180 – Petecas - 64260-000		50	
São João do Piauí	Praça Manoel Antônio de Souza – Centro - 64760-000		50	
Inhumas	Rua João Gonçalves de Holanda, 212 – Liberdade - 64535-000		50	
União	Rua Almir Bemvindo – Centro - 64860-000		50	
Barras	Rua Fenelon Castelo Branco – Centro - 64100-000		50	
Redenção do Gurgueia	Rua Francisco Nogueira – Sto Antonio - 64915-000		50	
Avelino Lopes	Praça Nossa Senhora das Mercês – Centro - 64965- 000		50	
Simplicio Mendes	Rua Pio Servio – Centro64700-000		50	
Pedro II	Rua Manoel Jorge, 750 – Engenho Novo - 64255-000		50	
Teresina	Praça Firmino Sobreira – Matinha - 64002-19		50	
Parnaíba	Rodovia BR 402, km 3 – Baixa do Aragão - 64215-990		50	

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BORGES DA CUNHA

Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

■ Paulo Borges da Cunha, REITOR(A) - CD1 - REI-IFPI, em 26/06/2024 10:08:59.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 26/06/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 271546

Código de Autenticação: 31f3ab42ab





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

RESOLUÇÃO NORMATIVA CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI N° 216, de 24 de julho de 2024.

Atualiza os procedimentos para concessão de Retribuição por Titulação (RT) para docentes, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.

A Presidente Substituta do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução Normativa nº 59, de 20 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2021, considerando o processo nº 23172.001502/2024-67, e ainda:

a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012; e
o OFÍCIO CIRCULAR SEI nº 2/2019/CGCAR ASSES/CGCAR/DESEN/SGP/SEDGG-ME, de 18 de junho de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Atualizar, **ad referendum**, os procedimentos para concessão de Retribuição por Titulação (RT) para docentes, do IFPI.

Art. 2º A Retribuição por Titulação (RT) é uma gratificação concedida aos servidores docentes que integram o Plano de Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, em conformidade com a carreira, cargo, classe, nível e titulação comprovada.

§ 1º O docente ocupante de cargo efetivo terá direito à Retribuição por Titulação (RT), desde que detentor do título de Doutor ou grau de Mestre ou sejam possuidores de certificado de conclusão, com aproveitamento de cursos de aperfeiçoamento ou especialização, em conformidade com a classe, padrão e titulação ou certificação comprovada, nos termos da Tabela IX, da Lei 12.772, de 2012.

§ 2º Os valores referentes à Retribuição por Titulação (RT) não serão percebidos cumulativamente para diferentes titulações ou com quaisquer outras Retribuições por Titulação, adicionais ou gratificações de mesma natureza.

§ 3º O professor substituto fará *jus* ao pagamento da Retribuição por Titulação (RT) conforme titulação estabelecida no edital do processo seletivo simplificado, sendo vedada qualquer alteração posterior, devendo prevalecer as exigências fixadas no edital do contrato temporário, bem como as regras do certame nele previamente estabelecidas.

Art. 3º O processo de solicitação para pagamento de Retribuição por Titulação (RT) deverá ser requerido pelo docente no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), endereçado à CPPD e instruído com os documentos:

I - requerimento eletrônico; e

II - certificado ou diploma, de curso correspondente à titulação solicitada.

Parágrafo único. Na falta do diploma ou certificado serão aceitos:

I - documento formal expedido pela instituição de ensino responsável que declare expressamente a conclusão efetiva de curso reconhecido pelo MEC, a aprovação do interessado e a inexistência de qualquer pendência para a aquisição da titulação; e

II - comprovante de início de expedição e registro do respectivo certificado ou diploma.

Art. 4º O docente terá 06 (seis) meses, a contar da concessão da Retribuição por Titulação (RT), para solicitar à Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGEP), mediante processo eletrônico, a juntada do certificado ou diploma de comprovação de conclusão do curso por conta do qual foi concedida a Retribuição por Titulação (RT), para compor seus assentamentos funcionais.

§ 1º O prazo inicial previsto no *caput* poderá ser prorrogado, uma única vez, por mais 06 (seis) meses, com a devida justificativa do atraso, mediante processo eletrônico.

§ 2º Exauridos os prazos de que tratam *caput* e §1º deste artigo, sem que o docente tenha apresentado a documentação definitiva, a Retribuição por Titulação (RT) será automaticamente suspensa, sob pena de responder a Processo Administrativo a fim de apurar eventual desvio de conduta e devolução de valores ao erário.

§ 3º O cumprimento dos prazos e a solicitação de juntada na pasta funcional da documentação definitiva são de mera responsabilidade do docente.

Art. 5º O termo inicial de pagamento da gratificação por Retribuição por Titulação (RT) se dará a partir da data de apresentação do respectivo requerimento, desde que sejam atendidas todas as condições exigidas.

Art. 6º Compete à CPPD:

I - analisar os processos de Retribuição por Titulação (RT);

II - emitir parecer conclusivo, conforme fundamentação legal; e

III - encaminhar o processo para o Gabinete da Reitoria para as providências necessárias.

Art. 7º Compete ao Gabinete da Reitoria encaminhar à Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGEP) o processo para conhecimento e providências necessárias.

Art. 8º Compete à DIGEP as providências quanto à publicação da portaria, concessão do benefício, realização dos devidos lançamentos no sistema e na folha de pagamento, bem como dar ciência ao servidor sobre a finalização do processo e demais providências que julgar necessárias.

Art. 9º Da decisão administrativa cabe recurso, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

Parágrafo único. O recurso deverá ser dirigido ao Reitor que proferiu a decisão, o qual, se não reconsiderar o resultado no prazo de 05 (cinco) dias, o encaminhará ao CONSUP.

Art. 10. Os casos omissos serão analisados pelo CONSUP, após parecer da CPPD.

Art. 11. Fica revogada a Resolução Normativa nº 70/2021 - Conselho Superior, de 10 de

setembro de 2021.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

LARISSA SANTIAGO DE AMORIM
Presidente Substituta do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

■ Larissa Santiago de Amorim, REITOR(A) - REI-SUB - REI-IFPI, em 24/07/2024 12:14:28.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 25/04/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 158370

Código de Autenticação: 03ae4de8c6





Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI - CAMPUS CAMPO MAIOR
Avenida Raimundo Doca da Silva, Fazendinha, CAMPO MAIOR / PI, CEP 64280-000
Fone: (86) 3131-1465 Site: www.ifpi.edu.br

PORTARIA 22/2024 - GADIR/DG-CMAIOR/CACAM/IFPI, de 25 de julho de 2024.

O DIRETOR-GERAL DO CAMPUS CAMPO MAIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI), nomeado pela Portaria nº 1.653/2021 - GAB/REI/IFPI, de 24 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União em 25 de agosto de 2021, no uso de suas atribuições legais e regimentais, delegadas pela Portaria nº 2.618, de 11/10/18,

RESOLVE:

Art 1º - Designar os servidores, abaixo mencionados, para comporem a Banca Avaliadora da Prova de Desempenho Didático do Processo Seletivo Simplificado para contratação de professor substituto de Administração e Sociologia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí-IFPI *Campus* Campo Maior, regido pelo Edital 30/2024-GADIR/DG-CMAIOR/CACAM/IFPI, de 5 de abril de 2024.

ADMINISTRAÇÃO		
Servidor (a)	Matrícula Siape	Função na comissão
Antonino de Sousa Martins Neto	1199274	Membro
Antônio Carlos Oliveira Silva	1898649	Membro
Anaildes Tatiane de Oliveira Barros	2153957	Pedagogo

SOCIOLOGIA		
Servidor (a)	Matrícula Siape	Função na comissão
Herbert de Sousa Silva	1759267	Membro
Roniel Sampaio Silva	1936049	Membro
Francisco das Chagas da Paz Soares	2264298	Pedagogo

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO ALVES DO NASCIMENTO

Diretor-Geral do IFPI-Campus Campo Maior

Documento assinado eletronicamente por:

- **Daniilo Alves do Nascimento**, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - DG-CMAIOR-IFPI - CAMPUS CAMPO MAIOR, em 25/07/2024 10:05:58.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 24/07/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 277349

Código de Autenticação: 593e1fa614

